

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX

DE 09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2017

**NATAL/RN
2017**

**COPYRIGHT © 2017 – ANAIS ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO
UNIFACEX - ENEX**

CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA

REITOR – RAYMUNDO GOMES VIEIRA
PRÓ-REITOR ACADÊMICO – RICHARD MEDEIROS DE ARAÚJO
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX
BIBLIOTECA SETORIAL NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (14, Natal, RN, 2017).

Anais do XIV Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 9 a 12 de Novembro de 2017/ Organizadores: ARAUJO, Richard Medeiros de; SANTOS, Daniele Bezerra dos - Natal: UNIFACEX, 2017.
919p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. ARAUJO, Richard Medeiros de; SANTOS, Daniele Bezerra dos (Org.). III. Título.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Isabel Cristina de Amaral Rosso Nelson
Fabio Claudiney da Costa
Karolina de Moura Manso da Rocha
Lorena Mara Nóbrega de Azevêdo
Danyelle Leonette Araújo dos Santos
Daniele Vieira Dantas
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Andressa Monica Gomes Fernandes
Francisca Marta de Lima Costa
Claudia Cristiane Filgueira Martins
Delanne Cristina de Souza Sena Fontinele
Priscila Daniele Fernandes Bezerra
Lúcia Maria de Almeida
Richard Medeiros de Araújo
Gilsenberg Gurgel Pinheiro
Saulo Gomes
Alba de Oliveira Barbosa
Maria Páscoa do Vale
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta
Ieda Isabella Lira de Souza
Celly Frank de Moura
Daniyel Ferreira de Medeiros
Alice Dantas de Medeiros
Rodrigo Christo
Andreia Souto Vieira
Adriana Conceição Silva Costa
Saulo Medeiros Diniz
Alba de Oliveira Barbosa
Leonardo Ruan Dantas de Aguiar
Otávio Bezerra de Sena Júnior
Oswalter de Andrade Sena Segundo
André Luis de Lima

Marconi Neves Macedo
Joseane Maria Araújo de Medeiros
Rejane Souza de Almeida
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira
Pinheiro
Julimar da Silva Gonçalves
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta
Eylisson André dos Santos
Amanda Duarte Gondim
Waleska Patrícia de Lima Santos
Andreína Da Silva Moura
Antonia Nathalia Duarte de Moraes
Luciana Carla Barbosa de Oliveira
Trindade
Jozildo de Oliveira Delgado
Kleber Tavares Fernandes
Tarso Rocha Lula Pereira
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Horácio Aciolly
Adalberto Aguiar Albuquerque
Alexandre da Costa Pereira
Antônio Marques dos Santos
Eylisson André dos Santos
Genykléa Silva de Oliveira
Marina Clarissa Barros de Melo Lima
Marina Melo
Fernanda Barros Soares Resende
Andreia Souto Vieira
Adriana Borba
Juliano Silva de Vasconcelos Leite

SUMÁRIO

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.....	11
JOGOS DIDÁTICOS COMO FACILITADORES DO ENSINO DE BOTÂNICA.....	12
CENSO DE AVES LIMÍCOLAS, RESIDENTES E MIGRANTES, EM ÁREA DE SALINA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE.....	18
PORÍFEROS E SUA IMPORTÂNCIA NO ECOSSISTEMA MARINHO: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DIDÁTICA.....	23
ARQUITETURA E URBANISMO	27
CONHECENDO A REALIDADE DA COLETA SELETIVA NA CIDADE DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NA COOPICICLA.....	28
A FORMA NA LEI: ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA ARQUITETURA INSERIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL COMO POTENCIALIZADORES DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO DAS CIDADES.....	36
RELAÇÃO ENTRE ÁREAS EDIFICADAS E NÃO EDIFICADAS EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS NO BAIRRO NEÓPOLIS, NATAL/RN.....	44
ANÁLISE PAISAGÍSTICA E DE INFRAESTRUTURA DAS PRAÇAS DO BAIRRO DE NEÓPOLIS, NATAL/RN.....	53
HABITAÇÕES POPULARES: CONTRAPOSIÇÃO DO DISCURSO X SUAS APLICAÇÕES NA CIDADE DE NATAL.....	62
ACADEMIAS DE TERCEIRA IDADE: PERSPECTIVA HISTÓRICA E PROGNÓSTICOS FUTUROS.....	70
A BELLE EPOQUE NATELENSE: PLANO GERAL DE SYSTEMATIZAÇÃO DE NATAL, DE 1929.....	81
PEDAGOGIA.....	91
RESPEITAR PARA REDUZIR O PRECONCEITO E AUSTERIDADE SOCIAL: DESPERTANDO A CULTURA DA PAZ.....	92
O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA.....	99
CONTEXTO PÓS-MODERNO: CONFLITOS ORIUNDOS DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	106
CONTRIBUIÇÕES DOS CONTOS DE FADAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	109
A IMPORTÂNCIA DO PIBID/PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	118

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	123
A IMPORTÂNCIA DO DESENHO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA.....	130
POR QUE O DESENHO INFANTIL NÃO É TÃO VALORIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL?	138
A IMPORTÂNCIA DO JOGO NA ALFABETIZAÇÃO	145
OS JOGOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	152
SER CRIANÇA: CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	155
ENGENHARIA CIVIL	160
ESTUDO DA DEGRADAÇÃO DO AÇO CARBONO SUBMETIDOS À AÇÃO DO ÍON SULFATOS	161
USO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM EDIFICAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	166
A IMPORTÂNCIA DE UM BOM DIMENSIONAMENTO DO PROJETO DE DESTINAÇÃO FINAL DE ÁGUAS PLUVIAIS EM UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL	172
TELHADOS VERDES: ANÁLISE DA CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE DE NATAL.....	176
CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) PARA A UTILIZAÇÃO NA CAMADA DE BASE	180
ESTUDO DE CASO: CONFLITO DE MOVIMENTOS ENTRE PEDESTRES E VEÍCULOS EM CRUZAMENTO SEMAFORIZADO, PRÓXIMO A PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO EM NATAL/RN	185
COMPORTAMENTO MECÂNICOS DE CONCRETOS PRODUZIDOS COM BORRACHA DE PNEUS E FIBRA DE AÇO	190
AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES REÓLOGICAS DE CONCRETO LEVE AUTOADENSÁVEL PRODUZIDO COM POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) E RESÍDUOS DE BORRACHA DE PNEUS (RBP).....	195
ANÁLISE DA INFLUENCIA DA CURA TÉRMICA APLICADA EM CONCRETOS	200
EVASÃO E RETENÇÃO NO CICLO BÁSICO DOS ALUNOS DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E ARQUITETURA E URBANISMO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO UNIFACEX.....	205
AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES NO ESTADO FRESCO E ENDURECIDO DE ARGAMASSAS PRODUZIDAS COM VERMICULITA EXPANDIDA E RESÍDUOS DE BORRACHA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO	209

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FLECHA MÁXIMA EM ESTRUTURA METÁLICA E EM PROTÓTIPO EM EPS.....	214
MÉTODOS DOS ELEMENTOS FINITOS APLICADOS A PROBLEMAS DE TRELIÇAS.....	217
GASTRONOMIA.....	222
DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: PROFITEROLE DE RAPADURA COM BRIGADEIRO DE CAIPIRINHA.....	223
EDUCAÇÃO FÍSICA.....	225
O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	226
O WRESTLING NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	231
A PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	237
UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA.....	243
O ENSINO DA PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	250
UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA.....	256
A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CAMPO EM UMA ESCOLA DE JUNDIÁ/RN.....	264
CORPO E EDUCAÇÃO NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA.....	270
O ESPORTE E A ÉTICA: VIVENCIANDO O BADMINTON NA ESCOLA.....	277
LE PARKOUR COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	281
DIALOGANDO FRISBEE E FUTSAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID/EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIFACEX.....	286

TOTÓ HUMANO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA AULAS DE FUTSAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID/EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIFACEX.....	291
REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO FÍSICA, AVANÇO OU RETROCESSO?.....	297
NUTRIÇÃO.....	302
IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS SOBRE HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E ÁREA FÍSICA EM UNIDADE PRODUTORA DE REFEIÇÃO (UPR).....	303
DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO SAUDÁVEL PARA ADOLESCENTES.....	311
INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS SÉRICOS DE VITAMINA D NO DIABETE MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL.....	315
PSICOLOGIA.....	322
O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO HOSPITALAR: MINIMIZANDO OS IMPACTOS NEGATIVOS DA INTERNAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA NA FAMÍLIA ATRAVÉS DO ACOLHIMENTO EMERGENCIAL.....	323
TRANSEXUALIDADE E PSICANÁLISE: UM RECORTE DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	328
GRUPO FOCAL NA TERCEIRA IDADE: ABRAÇANDO O NOVO E GARANTINDO A LONGEVIDADE DA TRADIÇÃO.....	335
INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES.....	340
A TRANSEXUALIDADE A LUZ DA FENOMENOLOGIA E SÓCIO HISTÓRICA.....	345
ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS E EMOCIONAIS ASSOCIADOS AO PACIENTE CARDIOPATA: DO DIAGNÓSTICO AO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO.....	351
OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR UM TERAPEUTA INICIANTE A PARTIR DA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL.....	359
A RECONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DO PSICÓLOGO EM UM SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR.....	364
O SUPORTE PSICOLÓGICO NOS CUIDADOS COM O PACIENTE E NA ATENÇÃO À FAMÍLIA DENTRO E FORA DO HOSPITAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	370
PERDAS E LUTO NA VELHICE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVIDO NO JUVINO BARRETO.....	377

SERVIÇO-ESCOLA EM PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO, PRÁTICA, PESQUISA E ATENDIMENTO À COMUNIDADE.....	383
A VIVÊNCIA DO ENCONTRO TERAPÊUTICO EM UM SERVIÇO ESCOLA DE PSICOLOGIA.....	391
ADMINISTRAÇÃO.....	395
AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE TREINAMENTO EM PRÁTICA DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	396
DESAFIOS DO MERCADO: PROMOVER INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO VANTAGEM COMPETITIVA.....	402
ADMINISTRAÇÃO E O TERCEIRO SETOR: UM DIÁLOGO POSSÍVEL.....	409
PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EM QUE O NEPOTISMO FERE.....	417
CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (CST'S).....	420
UMA ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ATACADÃO S/A E CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO NO ANO DE 2016.....	421
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE CALÇADOS LISTADAS NA BOVESPA NO ANO DE 2016.....	424
DIREITO.....	428
O CASO MARBURY VS. MADISON E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO.....	429
GUERRA AO TERROR - UM ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NA LEI DE COMBATE AO TERRORISMO (Nº 13.260/2016).....	434
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO.....	446
ABUSO DE AUTORIDADE - PODER DE POLÍCIA.....	453
ERRO DO JUDICIÁRIO: PROJETO INOCÊNCIA E MUTIRÕES CARCERÁRIOS.....	458
MORTES NO TRÂNSITO: EFETIVIDADE DA LEI SECA NA SUA REDUÇÃO.....	464
INSUFICIÊNCIA DA LEI 10.826 DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO).....	470
A ARBITRAGEM NO BRASIL.....	473
O CONTEXTO HISTÓRICO E A ESTRUTURA QUE FUNDAMENTA A LEI MARIA DA PENHA.....	480

O ESTATUTO DO IDOSO E A INVESTIGAÇÃO ACERCA DE SUA INEFICÁCIA NO BRASIL.....	484
A DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO E OS DANOS CAUSADOS AO ADOTADO.....	491
O ENSINO SUPERIOR E JURÍDICO NO MERCOSUL: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS.....	498
TRANSEXUALIDADE - DIREITOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS NO BRASIL...	505
RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	512
ESTATUTO DO IDOSO - AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE, A SOCIEDADE COMO PARTE FUNDAMENTAL E O DIREITO TRAZENDO A RESPOSTA DIFERENCIADA DIANTE DO PANORAMA ESTAGNADO.....	520
O PRECONCEITO E A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA COM OS DEFICIENTES FÍSICOS.....	527
GUARDA COMPARTILHADA VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	532
ESTUDO SOBRE O FATO SOCIAL DAS NOVAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	539
ENSINO SUPERIOR JURÍDICO NA UNIÃO EUROPEIA.....	545
O QUADRO GERAL DE COMO SE ORGANIZA O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL: RELAÇÕES JURÍDICAS E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE.....	551
ORNITORRINCO: ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS SOCIAIS EM RELAÇÃO AO DIREITO PENITENCIÁRIO.....	560
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	567
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PRODUTO DE UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	574
A INEFICÁCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: DESARMAR A SOCIEDADE É A SOLUÇÃO?.....	581
OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE HISTÓRICO JURÍDICA.....	587
PEDOFILIA: CRIME OU DOENÇA?.....	594
PROJETO DE ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DO NEPOTISMO - DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS.....	599
DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL - PROTEÇÃO E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	609

BREVE ANÁLISE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-JURÍDICAS NO PARADIGMA DA FAMÍLIA BRASILEIRA - OS DIVERSOS TIPOS DE FAMÍLIAS NO BRASIL.....	615
AS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DO NEPOTISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SÚMULA VINCULANTE Nº 13.....	621
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: SUAS VIRTUDES E SEUS DILEMAS.....	626
CRIMES CIBERNÉTICOS - A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET.....	633
EDUCAÇÃO: UMA FORMAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL PARA CIDADÃOS POLITIZADOS.....	640
REFORMA PREVIDENCIÁRIA: LIMITES E REALIDADES.....	646
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA EXECUÇÃO PENAL – POSSIBILIDADES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP).....	655
ENFERMAGEM.....	663
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM ÁSCARIS LUMBRICOIDES.....	664
CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM A FAMÍLIA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO.....	671
ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM CANCER DE COLO DO ÚTERO.....	677
SHANTALA MEDIDA NÃO FARMACOLÓGICA COMO INTERVENÇÃO NA DOR RECÉN- NASCIDO (RN) NO PROCESSO TERAPÊUTICO DA ENFERMAGEM...	684
ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO AO PRÉ NATAL DA GESTANTE COM HIV.....	688
AS PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS QUE ACOMETEM A POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL: O CUIDADO DO ENFEMEIRO.....	695
A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA REALIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL.....	703
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE APLICAÇÃO DA AURICULOTERAPIA EM PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM.....	711
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO.....	716
CONHECIMENTO E PRÁTICA DO ENFERMEIRO NA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DE FERIDAS.....	721
PLANO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA FOTOTERAPIA NEONATAL.....	727

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO DURANTE A CONSULTA DE PUERICULTURA.....	733
A SINDROME DE BURNOUT E OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO	739
FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	743
ERROS MEDICAMENTOSOS NA PERSPECTIVA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	749
ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADA AO SISTEMA RESPIRATÓRIO.....	756
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ONCOLÓGICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS	761
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU	767
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA.....	774
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PORTADOR DE HIV/AIDS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	780
PRINCIPAIS AÇÕES DO ENFERMEIRO NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER INFANTIL.....	785
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE ONCOLÓGICO EM CUIDADOS PALIATIVOS: REVISÃO DE LITERATURA.....	792
A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PROCESSO DE TRABALHO DE PARTO FISIOLÓGICO	797
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PUÉRPERA ADOLESCENTE COM LACTENTE.....	801
A COMUNICAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA CONSULTA DE ENFERMAGEM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CUIDAR.....	807
SENTIMENTO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE ONCOLÓGICO.....	813
POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO PROCESSO ASSISTIR EM ENFERMAGEM A LUZ DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO	819
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CONTROLE E PREVENÇÃO DA INFECÇÃO HOSPITALAR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.....	824

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A INDIVÍDUOS COM ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS DEVIDO O CRACK.....	829
SERVIÇO SOCIAL.....	835
O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA: OS IMPACTOS DO TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO NA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO.....	836
CAPS CORDEL: CONTANDO NOSSA HISTÓRIA.....	841
COMO SE SENTE O SURDO EM RELAÇÃO AO IMPLANTE COCLEAR.....	843
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE PONTA DO TUBARÃO/RN: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	848
VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	853
PARTICIPASUS: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE EM NATAL/RN.....	856
CONSUMIR PARA EXISTIR: UMA ANÁLISE CRÍTICA PÓS-MODERNA.....	862
ENVELHECIMENTO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS: POR UMA QUALIDADE DE VIDA EM UM CENÁRIO CAPITALISTA.....	864
A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	872
A ATUAÇÃO DOS NASF'S EM NATAL/RN.....	879
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	885
ATUAÇÃO DO GACC EM NATAL/RN.....	889
MAPEAMENTO SOCIAL DOS ALUNOS BOLSISTAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES- CNSN.....	894
FARMÁCIA.....	900
CONTRIBUIÇÕES DA FARMACOGENÉTICA PARA SAÚDE HUMANA.....	901
NUTRACÊUTICOS: ALIMENTOS FUNCIONAIS DO BEM-ESTAR DA NOVA GERAÇÃO.....	906
VAGINOSE BACTERIANA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.....	915

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

JOGOS DIDÁTICOS COMO FACILITADORES DO ENSINO DE BOTÂNICA

AUTORES:

Alex Lima do Nascimento
João Paulo Américo Teixeira
Leonardo Barbosa da Silva

RESUMO: O processo de ensino da biologia com ênfase na disciplina de botânica tem se caracterizado por métodos exaustivos e desestimulantes para alunos e docentes. Portanto, se faz necessário o uso da ludicidade como alternativa para o melhor aproveitamento dos conteúdos. A ludicidade proposta é baseada no uso do jogo didático, tendo como prioridade preservar os aspectos educacionais. O tema abordado são as plantas angiospermas enfatizando os processos reprodutivos e caracterizando as estruturas e os mecanismos de cada sistema reprodutor, visando estimular e melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da 2ª e 3ª série do ensino médio. Com base no diagnóstico e coleta de dados identificamos que o nível de satisfação dos alunos foi positivo, visto que, a aplicação da teoria com a prática promoveu um melhor aprendizado.

Palavras - chave: Ensino. Ludicidade. Botânica.

INTRODUÇÃO: O ensino da botânica na contemporaneidade tem enfrentado uma série de críticas e desafios. Segundo Cunha (2012) acreditava-se antes que a aprendizagem era garantida pela repetição e que os estudantes que não aprendiam eram os únicos responsáveis pela falta de sucesso, e hoje se sabe que o professor tem a capacidade de propor um caminho diferenciado que poderá ter resultados positivos ou negativos. Diante disso, o interesse por compreender e adquirir conhecimento se dar pelo aluno, e o professor assumiu o papel de gerar situações capazes estimular a aprendizagem. Silva et al. (2015, p. 3) ressaltam:

O ensino de Botânica nas escolas é um dos temas que pode ser trabalhado multidisciplinarmente e interdisciplinarmente, uma vez que ela está intimamente ligada ao cotidiano e realidade dos estudantes, desde as formas mais nítidas, como na alimentação, quanto em formas mais ocultas, como em fármacos, vestimenta, que muitas vezes passa despercebido pelos discentes como oriundos de organismos vegetais.

Sendo centrado na aprendizagem de nomenclaturas, definições e regras (GALLO, 1999). O problema se torna ainda mais sério quando se verifica que, apesar de todos os nomes e termos ensinados muitos alunos sequer consideram as plantas como seres vivos (NOGUEIRA, 1997). Pelo fato dos próprios professores não se sentirem à vontade com o ensino da diversidade vegetal, os mesmos priorizam outros temas em sala de aula, deixando aqueles referentes à botânica para as etapas finais (MARTINS e BRAGA, 1999), além do citado anteriormente, os docentes utilizam como base o método de lecionar apenas com o livro didático, deixando de lado outros meios que possibilitariam maior aprendizado. A ludicidade surgiu como método capaz de desenvolver a interação e o prazer possibilitando ações que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem do aluno, visando tornar a aplicação prática do conteúdo. Segundo Cunha (2012, p.94).

É importante ressaltar nesse conceito a presença dos aspectos lúdicos e educativos, mas, sobretudo, a presença de regras claras e explícitas que devem orientar os jogos. Essa característica nos parece fundamental para demarcar uma diferenciação do jogo na escola de outras atividades como jogos educativos, que se diferenciam das atividades didáticas destinadas à sala de aula.

Se, por um lado, o jogo ajuda este a construir novas formas de pensamento, desenvolvendo e enriquecendo sua personalidade, por outro, para o professor, o jogo o leva à condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem (CUNHA, 2012). O jogo didático, caracterizado como atividade lúdica facilitadora da apropriação do conhecimento, tem feito com que os jogos venham se destacando no âmbito acadêmico. Desta forma, os jogos educativos têm sido mais requisitados pelos docentes que buscam aprimorar seus recursos didáticos (CUNHA, 2012). Dessa forma, a ludicidade será trabalhada através do jogo didático que será usado como mecanismo ensino da botânica, promovendo nova maneira de aprendizado e interação entre alunos e docentes, visto que, tal atividade surgiu como forma de aprimoramento do ensino da disciplina. Segundo (KRASILCHIK, 1996), a aprendizagem dos conteúdos de botânica exige atividades práticas que permitam aos alunos vivenciar os conteúdos teóricos previamente trabalhados de forma contextualizada. As práticas de biologia, mais especificamente, visam incentivar uma avaliação que valorize a compreensão e a interpretação da natureza. Portanto, se faz necessário despertar nos alunos o interesse pelos conteúdos de botânica e fazê-los participar de forma mais interativa nas atividades. É importante que os docentes proponham atividades que estimulem os alunos a conhecer a diversidade vegetal, analisar e catalogar espécies que fazem parte do seu cotidiano, enfatizando a importância econômica, tecnológica e social dos vegetais que fazem parte do seu dia-a-dia. Com base no exposto, o presente trabalho teve como objetivos elaborar, desenvolver e aplicar uma sequência didática sobre as angiospermas enfatizando os processos reprodutivos e caracterizando as estruturas e os mecanismos de cada sistema reprodutor, visando estimular e melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, associando a teoria com a prática a fim de potencializar o processo de aprendizagem dos conteúdos. Como as plantas estão inteiramente ligadas à vida cotidiana se faz necessário o ensinamento teórico e prático, visando estimular o pensamento e aprendizado dos alunos, desenvolvendo de forma dinâmica o processo de assimilação dos assuntos assistidos em sala de aula.

METODOLOGIA: O trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual José Fernandes Machado, localizada à Avenida Praia de Muriú, s/n, no bairro de Ponta Negra, na cidade de Natal/RN, dentro da disciplina de prática como componente curricular, entre os meses de abril e maio de 2017. As atividades foram desenvolvidas com as turmas da 2ª e 3ª séries do ensino médio. Inicialmente foi proposto trabalhar com a turma da 2ª série, mas devido a questão do número de alunos matriculados e a quantidade que assistia as aulas, foi necessário trabalhar em conjunto com a turma da 3ª série. Ao todo, foram registradas a presença regular de vinte e sete alunos; sendo destes doze alunos da 2ª série, mais quinze da 3ª série. No primeiro momento foi realizada a apresentação do tema a ser trabalhado com as duas turmas, seguido de um levantamento de conhecimento prévio dos alunos. O mesmo deu-se através da aplicação de um teste de sondagem, consistindo em um breve questionário contendo nove questões, sendo cinco objetivas, e quatro subjetivas, nas quais os participantes puderam demonstrar seus conhecimentos. Na segunda etapa, partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, e dos meios disponíveis para execução das

atividades, foram elaboradas aulas teóricas e práticas para ambas as turmas, visto que a 2ª série, ainda não havia estudando o conteúdo de botânica programado para o ano letivo, sendo necessário rever conceitos estudados no ensino fundamental, antes da aplicação das etapas subsequentes. Para a 3ª série, o objetivo foi de aprimorar o que já lhes havia sido apresentado no ano letivo anterior. Objetivando fugir do tradicional método de estudo através do livro onde normalmente se faz a descrição das estruturas externa e interna da flor através de figuras ou esquemas/desenhos, a segunda etapa foi elaborada de modo que todos pudessem ser estimulados a interagir e participar. Fizemos a exposição de várias flores em cortes longitudinais evidenciando as estruturas, principalmente as utilizadas na reprodução sexuada. Em seguida abordamos a diversidade dos meios de reprodução das angiospermas, reprodução sexuada através da polinização e assexuada por meio de estaquia, mergulhia, alporquia e enxertia. Logo em seguida foi explorado o conhecimento de frutos, sua definição, formação, suas partes, e o que é considerado fruto verdadeiro e pseudofrutos (frutos falsos), finalizando com sementes, sua formação, os cotilédones, germinação e métodos de dispersão. Na terceira e última etapa foi aplicado um jogo didático denominado "Conhecendo as Plantas". O mesmo foi elaborado com base em um baralho comum, sendo adaptado a temática abordada, consistindo em formar um conjunto de três cartas, sendo uma contendo imagem referente a determinado órgão reprodutor, função ou meio de reprodução das plantas; mais duas contendo informações chave referentes à carta em questão. Tendo um total de quarenta e oito cartas; sendo dezesseis contendo imagens, trinta e duas com informações chave que possibilitassem a formação do jogo. Foram confeccionados dois baralhos iguais para agilizar as rodadas. Os alunos foram sorteados em grupos de quatro componentes por cada rodada independente de qual turma pertencessem, de modo que todos pudessem participar. As regras foram estabelecidas, e cada membro recebeu seis cartas possibilitando formar dois jogos por participante, restando vinte e quatro cartas no montante para saque; seguindo sempre com um saque e um descarte, até que algum participante completasse os dois conjuntos necessários. A partida encerrava sempre que os dois primeiros componentes do grupo completassem seus jogos. O processo foi repetido até que todos tivessem a oportunidade de jogar. Posteriormente a aplicação do jogo foi realizado um último questionário onde foram avaliados a eficácia da metodologia utilizada, e o desempenho dos participantes em relação ao teste aplicado antes das aulas. Por fim foi realizado um debate onde os discentes expuseram suas opiniões no grande grupo, e discutiram sob os aspectos da metodologia de ensino.

RESULTADOS: Na aplicação do questionário 01, foi constatado que os discentes da 2ª série ainda não haviam estudado os conteúdos relacionados a botânica programados para o ano letivo em curso, sendo necessário rever alguns conteúdos do ensino fundamental. Já os da 3ª série mostraram um domínio pouco satisfatório dos conteúdos básicos necessários ao nível de escolaridade. Ao analisar o questionário 02, verificamos que as respostas discursivas referentes aos conceitos assimilados durante a sequência das aulas foram bem desenvolvidas, de tal forma que este entendimento também foi constatado durante o debate final realizado com o grupo. Ficou evidenciado que a aplicação do projeto de intervenção foi bem-sucedida. Sendo que entre os vinte e sete participantes, vinte e quatro, da turma avaliaram as aulas como produtivas, não apenas pela exposição teórica dos conteúdos de forma diferenciada, mas com a participação dialogada promovida durante os encontros, além do material expositivo, e a aplicação do jogo didático, indicando que se faz necessário melhorar a metodologia apresentada atualmente

em nas salas de aula, para abordagem dos conteúdos de botânica, proporcionando uma participação mais efetiva dos discentes com os conteúdos. Segundo a Sociedade Brasileira de Botânica (REINHOLD, 2006), o ensino de Botânica tem se revelado acentuadamente tecnicista e tradicional, constituindo um currículo também tradicional e com concepções de ensino e aprendizagem ainda voltadas para um excesso de teoria. Nesse sentido, é preciso destacar o potencial dos jogos didáticos que se configuram como um recurso que contribui no processo de ensino e aprendizagem, pois tem como “pano de fundo” a ludicidade que pode facilitar a aprendizagem, através de situações divertidas, além de estimular o espírito de cooperação entre aluno e professor. Nessa visão de Jófili (2012), que discorre sobre os resultados preliminares são importante e altamente relevantes para a construção do processo de ensino e aprendizagem. Para Moreira (2002) o conhecimento prévio é fundamental para a construção de uma nova aprendizagem conceitual. Considera-se que as aulas práticas possibilitam uma maior compreensão dos conteúdos científicos visto que durante essas aulas os alunos se sentem parte da experiência, participando ativamente dos procedimentos e sínteses das observações (MIRANDA et al., 2013). O desafio de trabalhar com duas turmas distintas foi bastante produtivo, fato constatado nas respostas dadas durante o questionário 02. Entre os alunos da 2ª série quando perguntado sobre a importância da aula para sua vida acadêmica, foi constatado como positiva a eficácia da aplicação sendo registradas as seguintes afirmações: *aluno 1. “A aula foi muito produtiva, já que tive a oportunidade de revisar muita coisa estudada durante o ensino fundamental”. Aluno 2. “Considero que a metodologia utilizada foi bastante inovadora e produtiva, principalmente pela aplicação do jogo didático associado à aula, o que facilitou ainda mais a aprendizagem do assunto estudado”*. É importante destacar que não houve respostas negativas a metodologia. Com relação à turma da 3ª série, os resultados também foram muito satisfatórios, considerando que inicialmente não estava previsto o trabalho com esta turma. No questionário 02, quando perguntados da importância da aula para seu cotidiano, foi registrado que a aula foi bastante produtiva, com as seguintes afirmações: *Aluno 1. “gostei muito da aula, pois serviu como revisão de muitas coisas, referente às plantas. Foi muito produtivo, e o grupo parecia estar realmente preparado, já que teve de trabalhar com duas turmas diferentes ao mesmo tempo”. Aluno 2. “Aula excelente me ajudou bastante, pois sou concluinte, e sinto que em alguns pontos o grupo abordou questões que podem ser cobradas no ENEM”. Aluno 3. “O grupo está de parabéns, pois conseguiu desenvolver uma aula dinâmica e ainda teve a ideia de aplicar um jogo didático, que veio a facilitar ainda mais a aprendizagem”*. **CONCLUSÃO:** Com base no exposto pudemos concluir que a atual metodologia aplicada para os conteúdos de botânica é caracterizada como obsoleta e defasada com os parâmetros da disciplina, visto que, possui apenas o objetivo de decorar conceitos que serviram apenas para avaliação escolar, deixando de lado a ideia de associar conceitos com a prática cotidiana, contribuindo dessa forma com a cegueira botânica. Durante a aplicação do jogo didático, identificamos a empolgação dos participantes em trabalhar de maneira dinâmica um assunto que lhes foi explicado; resultando em uma satisfação ainda maior ao conseguir colocar em prática o conhecimento adquirido. Portanto, com base no questionário aplicado e na participação dos discentes, ficou evidente a aceitação de uma metodologia de ensino baseada em exposição e manipulação de materiais e na ludicidade tornando assim o processo de ensino e aprendizagem produtivo, confirmando de tal forma

com as experiências relatadas por autores que trabalharam a ludicidade no ensino da biologia, com ênfase na botânica.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Marcia Borin. **Jogos no ensino de química**: considerações teóricas para sua utilização em sala de aula. 2012. Química nova na escola. v. 34, n. 2, p. 92-98, maio, 2012.

GALLO, S. (1999). **Transversalidade e educação**: pensando em uma educação não - disciplinar. Em N. Alves e E. L. Garcia (Eds.), O Sentido da escola (p. 17-41). Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

GRANDO, R. C. **O jogo na educação**: aspectos didático-metodológicos do jogo na educação matemática. 2001. Disponível em: <http://www.cempem.face.unicamp.br/lapemmec/cursos/el654/2001jessica_e_paula/JOGO.doc>. Acesso em: 12 jun. 2017.

JÓFILI, Z. **Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola**. Ano 2º, UFRPE, 2012.

KINOSHITA, L. S.; TORRES, R. B.; TAMAHIRO, J. Y.; FORNI-MARTI, E. R. **A botânica no ensino básico**: relatos de uma experiência transformadora. São Carlos: Rimas, 2006.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1996.

NOGUEIRA, A.C.O. **Cartilha em quadrinhos**: um recurso dinâmico para se ensinar botânica. Em 6º Encontro "Perspectivas do ensino de biologia". São Paulo: [s.l.], 1997.

MARTINS, C. M. C.; BRAGA, S. A. M. As ideias dos estudantes, o ensino de biologia vegetal e o vestibular da UFMG. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2. Valinhos. Atas. São Paulo: ABRAPEC, 1999.

MIRANDA, V. B. S.; LEDA, L.R; PEIXOTO, G. F. A importância da atividade de prática no ensino de biologia. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v.3, n.2, 2013, ISSN 2238-2380. Disponível em: <publicações.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/2010/1117>. Acesso em: 25 maio 2017.

MOREIRA, M. A. **A teoria dos campos conceituais de Vergnaud, o ensino de ciências e a pesquisa nesta área**. Investigações em Ensino de Ciências. Instituto de Física, UFRGS, 2002.

REINHOLD, A. R. C. Amanda Leal Castelo Branco, Ivan Becari Viana, Rafael Gustavo Rigolon. **A utilização do jogo "Perfil Botânico" como estratégia para o ensino de botânica**. Disponível em:

<<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1295-1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SILVA, T. S.; COSTA, L. K. de P. F.; DE LIMA R. S. Modalidades didáticas no ensino de Botânica: oficinas pedagógicas como instrumento para o ensino-aprendizagem de conceitos botânicos. In: **XIII Congresso Internacional de Tecnologia Na Educação**. Pernambuco, 2015.

REINHOLD, A. R. C. Amanda Leal Castelo Branco, Ivan Becari Viana, Rafael Gustavo Rigolon. **A utilização do jogo “Perfil Botânico” como estratégia para o ensino de botânica**. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1295-1.pdf>> . Acesso em: 02 maio 2017.

CENSO DE AVES LIMÍCOLAS, RESIDENTES E MIGRANTES, EM ÁREA DE SALINA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE

AUTORES:

Glauber Henrique Borges de Oliveira Souto

Herandy de Araújo Cabral

Nágila Naiara de Carvalho França

RESUMO: As aves limícolas são um grupo de aves que está sempre vinculada ao ambiente aquático pouco profundo, como lagos, rios, estuário e salinas. Neste grupo, temos espécies classificadas como residentes e migrantes. O nosso estudo vem trazer novas informações sobre a dinâmica das aves limícolas com o intuito de contribuir para o futuro monitoramento dessas espécies. O censo foi realizado em área de salina no município de Icapuí-CE durante os meses de junho/2016, setembro/2016, outubro/2016 e maio/2017. A metodologia utilizada foi a contagem em ponto fixo. Registramos durante o censo de aves limícolas 22 espécies distribuídas em 06 famílias. Dentre as espécies registradas 12 espécies migratórias e 10 espécies residentes. Destacamos a presença de espécies ameaçadas de extinção durante o censo. A realização de monitoramento é fundamento para entender a dinâmica populacional das espécies de aves limícolas e, assim, poderemos criar programas de conservação e preservação para essas espécies.

Palavras - chave: Aves limícolas. Ameaçadas de extinção. Zona costeira.

INTRODUÇÃO: As aves limícolas são aquelas que possuem o hábito de se alimentar de pequenos invertebrados que vivem no “*limus*” – lodo em latim. De acordo com Azevedo-Júnior (1998), este grupo de aves é representado por espécies residentes e migrantes, distribuídos entre as famílias Jacanidae, Rostratulidae, Haematopodidae, Charadriidae, Scolopacidae, Recurvirostridae e Burhinidae. Com relação às espécies migrantes, Valente et al. (2011) e Girão e Albano (2011), destacam o município de Icapuí, localizado no estado do Ceará, como uma das áreas de relevante interesse para o estudo desse grupo de aves. Dessa forma, o presente estudo vem trazer novas informações sobre a dinâmica das aves limícolas, residentes e migrantes, com o intuito de contribuir para o futuro monitoramento dessas espécies. **METODOLOGIA:** O município de Icapuí está localizado no extremo litoral leste do Ceará. Seus limites geográficos são: oceano Atlântico ao Norte, ao Sul o município de Aracati e o Rio Grande do Norte, ao Leste o Oceano Atlântico e a oeste o município de Aracati. Está georreferenciado sob as coordenadas S 4° 42' 47'' e W 37° 21' 19'', com uma área de 423,446km² (IPECE, 2010). O censo de aves limícolas foi realizado em 4 (quatro) campanhas de campo. As campanhas ocorreram nos meses de junho/2016, setembro/2016, outubro/2016 e maio/2017. Cada campanha apresentou duração de 3 (três) dias de campo. A metodologia seguiu a proposta de Bibby et al. (1992), no qual o observador em um ponto fixo realiza a contagem individual de cada espécie. Para a realização do método, se faz necessário a utilização de luneta Sky-Life (30 x 90 x 60 mm). As espécies foram identificadas de acordo com Piacentini et al. (2015). As observações foram realizadas em períodos intercalados de manhã e tarde, a fim de cobrir todo o espectro de atividades da avifauna. **REVISÃO DA LITERATURA:** Colwell (2010), define aves limícolas como um grupo que está sempre vinculada ao ambiente aquático pouco profundo, como lagos, rios, estuário e salinas. Neste grupo de aves

podemos observar uma maior quantidade de indivíduos migratórios (MYERS, 1983) que utilizam a zona costeira como área para descanso, alimentação e reprodução (PÉREZ-HURTADO et al. 1993; SICK, 1997). Em especial, destacamos as áreas de salinas que de acordo com Múrias et al. (1997) e Sadoul et al. (1998) estão como áreas não naturais de grande importância para as aves limícolas, onde as mesmas utilizam para descanso, reprodução e, principalmente, como área de forrageio alternativo (MASERO et al. 2000). O município de Icapuí/CE se configura como uma das principais áreas de alimentação e reprodução de aves limícolas no nordeste. Segundo Girão e Albano (2011), a região é visitada por uma grande diversidade de aves limícolas migratórias que utilizam a zona costeira como área de invernada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Registramos durante o censo de aves limícolas 22 espécies distribuídas em 06 famílias (Tabela 1). Dentre as espécies registradas 12 espécies migratórias e 10 espécies residentes.

Tabela 1 - Aves limícolas registradas em área de salinas no município de Icapuí-CE (* migratória).

Táxon	Nome Comum	Campanha			
		Jun/2016	Set/2016	Out/2016	Mai/2017
Pelecaniformes					
Ardeidae					
<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-vaqueira	X	X	X	
<i>Ardea alba</i>	Garça-branca	X	X	X	X
<i>Egretta caerulea</i>	Garça-azul	X	X	X	
<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena			X	X
Charadriiformes					
Charadriidae					
<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero	X	X	X	X
<i>Pluvialis squatarola</i> *	Batuiruçu-de-axila-preta		X	X	
<i>Charadrius semipalmatus</i> *	Batuíra-de-bando		X	X	
<i>Charadrius collaris</i>	Batuíra-de-coleira	X	X	X	X
Haematopodidae					
<i>Haematopus palliatus</i>	Piru-piru	X	X	X	X
Recurvirostridae					
<i>Himantopus mexicanus</i>	Pernilongo-de-costas-negras	X	X	X	X
Scolopacidae					
<i>Limnodromus griseus</i> *	Maçarico-de-costas-brancas		X	X	
<i>Numenius hudsonicus</i> *	Maçarico-de-bico-torto		X	X	
<i>Actitis macularius</i> *	Maçarico-pintado		X	X	
<i>Tringa melanoleuca</i> *	Maçarico-grande-de-pernas-amarelas		X	X	X
<i>Arenaria interpres</i> *	Vira-pedra		X	X	X
<i>Calidris canutus</i> *	Maçarico-de-papo-vermelho			X	X

<i>Calidris alba</i> *	Maçarico-branco		X	X	
<i>Calidris pusilla</i> *	Maçarico-rasteirinho		X	X	
<i>Calidris minutilla</i> *	Maçariquinho	X	X	X	X
<i>Calidris fuscicollis</i> *	Maçarico-de-sobre-branco		X	X	
<i>Calidris himantopus</i> *	Maçarico-pernilongo			X	
Rynchopidae					
<i>Rynchops niger</i>	Talha-mar	X		X	X

Fonte: Autoria própria, 2016.

As espécies mais abundantes nesse estudo foram *Ardea alba*, *Vanellus chilensis*, *Charadrius collaris*, *Haematopus palliatus*, *Himantopus mexicanus* e *Calidris minutilla*. De acordo com Sick (1997) *A. alba* e *V. chilensis* são espécies comuns em regiões de alagadiços e banhados. Sendo comum em áreas alteradas, como é o caso da salina. As espécies migrantes registradas neste estudo são oriundas do hemisfério norte (SICK 1997) e utilizam o litoral do nordeste como área de internada. Dentre elas, destacamos *C. minutilla*. Segundo BirdLife (2016), a população apresenta uma tendência ao declínio, porém, esse declínio não é grande o suficiente para deixar a espécie Vulnerável à Extinção. Dentre as espécies registradas consideradas ameaçadas de extinção, tivemos o registro de: *Calidris canutus* (Criticamente Ameaçada), *Calidris pusilla* (Em Perigo) e *Limnodromus griseus* (Criticamente Ameaçada). De acordo com a Lista da IUCN (2012), *C. canutus* foi considerada como Quase Ameaçada. Porém, com a publicação mais recente feita pelo Ministério do Meio Ambiente publicada pela Portaria nº 444 de 17 de dezembro de 2014, a espécie em questão está classificada como Criticamente Ameaçada. Segundo BirdLife International (2012), a população de *C. canutus* presentes na Terra do Fogo no Chile, diminuiu drasticamente nos últimos anos, o que favoreceu para a mudança no status da espécie. *Calidris pusilla*, de acordo com a Lista da IUCN (2012), a espécie foi considerada como Quase Ameaçada. Porém, com a publicação mais recente feita pelo Ministério do Meio Ambiente publicada pela Portaria nº 444 de 17 de dezembro de 2014, a espécie em questão está classificada como Em Perigo de Extinção. De acordo com BirdLife International (2012), as principais ameaças à espécie são: (1) caça predatória no norte da América do Sul, mais precisamente na Guiana Francesa (legal) e Suriname (ilegal), (2) coleta do caranguejo-ferradura (*Limulus polyphemus*) que serve de alimento para *C. pusilla*, e (3) utilização de pesticidas em áreas de plantio de arroz e a drenagem desses pesticidas para áreas costeiras. *Limnodromus griseus*, de acordo com a Lista da IUCN (2012), a espécie foi considerada como Pouco Preocupante. Porém, com a publicação mais recente feita pelo Ministério do Meio Ambiente publicada pela Portaria nº 444 de 17 de dezembro de 2014, a espécie em questão está classificada como Em Criticamente Ameaçada. Assim, acreditamos que esses fatores mencionados para classificar as espécies como ameaçadas vieram a contribuir para redução de registros das espécies durante esse censo. **CONCLUSÃO:** A realização de censos para aves limícolas é de fundamental importância. Pois, por meio desses estudos poderemos compreender a dinâmica das espécies. Assim, são necessárias as realizações de monitoramentos constantes para poder inferir de forma mais precisa sobre as flutuações populacionais dessas aves e assim contribuir com informações relevantes sobre reprodução, ecologia e conservação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO-JÚNIOR, S. M. **As aves do canal de Santa Cruz, Pernambuco, Brasil.** Caderno Ômega da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Série Ciências Aquáticas, Recife, 5: 35-50, 1998.
- BIBBY, C. J.; BURGESS, N. D.; HILL, D. A. **Birds censos techniques.** London, Academic Press Inc., 1992.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2014. **Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014.**
- COLWELL, M. A. **Shorebird ecology, conservation, and management.** Berkeley: Univ. of California Press, p. 328, 2010.
- GIRÃO, W.; ALBANO, C. Ilha Grande. In: VALENTE, R.; SILVA, J. M. C.; STRAUBE, F. C.; NASCIMENTO, J. L. X. (orgs.) **Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil.** Belém – Conservação Internacional, 2011.
- MASERO, J. A. et al. **Complementary use of intertidal mudflats and adjacent salinas by foraging waders.** Ardea, 88, p.177-191, 2000.
- MÚRIAS, T. **Effects of Habitat Loss on Wader (Aves, Charadrii) in the Mondego estuary (Portugal).** Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra. Coimbra. 1997.
- MYERS, J. P. **Conservation of migrating shorebirds: staging areas, geographic bottlenecks, and regional movements.** American Birds, v. 37, n. 1, p. 23-25, 1983.
- PÉREZ-HURTADO, A. et al. **Importancia de la Bahía de Cádiz para las poblaciones de limícolas invernantes e influencia de las transformaciones humanas.** Ardeola, v. 40, n. 2, p. 133-142, 1993.
- PIACENTINI, V. Q. et al.. Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee/Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Revista Brasileira de Ornitologia** 23: 91-298, 2015.
- SADOUL, N.; WALMSEY, J.; CHARPENTIER, B. **Salinas and Nature Conservation.** Conservation of editerranean wetlands, n. 9. Tour du Valat, Arles, 1998.
- SICK, H. **Ornitologia brasileira: uma introdução.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- TELINO-JÚNIOR, W. S.; AZEVEDO-JÚNIOR, S. M.; LYRA-NEVES, R. M.. Censo de Aves Migratórias (CHRARADRIIDAE, SCOLOPACIDAE e LARIDAE) na Coroa do

Avião, Igarassu, Pernambuco. **Revista Brasileira de Zoologia**. 20. p. 451-456, 2003.

VALENTE, R. et al. **Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil**. Belém: Conservação Internacional, 2011.

PORÍFEROS E SUA IMPORTÂNCIA NO ECOSISTEMA MARINHO: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DIDÁTICA

AUTORES:

Caio Italon de Oliveira Torres

Julya Thompson Pereira da Silva

Lúcia Maria de Almeida

RESUMO: O filo Porífero é um dos primeiros grupos de animais a serem abordados nos níveis básicos de ensino. No entanto, o mesmo é corriqueiramente visto de forma superficial, sem muito destaque em suas relações com o meio em que se encontram, acarretando um maior desinteresse por parte dos alunos. Visando abordar o tema de uma maneira lúdica, recorrendo à utilização de metodologias que estão ao alcance dos docentes, esta intervenção objetivou desenvolver uma abordagem didática inovadora com relação ao filo porífera destacando sua importância ambiental. As atividades foram desenvolvidas na Escola Estadual José Fernandes Machado no 7º ano. A utilização de propostas didáticas inovadoras, principalmente diferenciadas da utilização somente do livro didático e do quadro possibilitou ampliar o conhecimento sobre os poríferos.

Palavras - chave: Porífera. Esponjas-do-mar. Ensino de Ciências.

INTRODUÇÃO: O ensino de Ciências na educação básica tem sido marcado por inúmeros desafios, sendo a abordagem tradicional e descontextualizada dos conteúdos um dos grandes desafios a serem enfrentados pela comunidade escolar, percebe-se que esta situação, por sua vez, acaba acarretando uma maior falta de interesse por parte dos educandos em aprender ciências, levando-os a crer que é uma disciplina maçante, limitada a decorar termos (KRASILCHIK, 2004, POZO, GOMEZ e CRESPO 2009, FIALHO et al., 2012). Segundo Balbinot (2005), as aulas de Ciências no ensino fundamental são marcadas pelo uso do livro didático como instrumento central no processo de transmissão de conhecimentos. Todavia, limitar-se a essa ferramenta pode propiciar uma experiência de ensino aprendizagem somente memorística, muitas vezes proporcionando uma visão monótona e desinteressante da ciência. Dentro deste contexto, muitos conhecimentos são transmitidos sem possibilitar aos discentes fazer ou estabelecer relações com o seu cotidiano. Dentro do reino Animalia, por exemplo, um dos filos mais negligenciados é o Porífera, apesar de possuírem grande importância na manutenção de saís no meio aquático, servirem de alimento e abrigo para outras espécies e terem caráter bioindicador (HICKMAN, 2004; RUPPERT e BARNES, 1996), sua abordagem em sala de aula é bastante limitada, na maioria das vezes ocorrendo apenas a descrição das características morfológicas, sem considerar sua importância a nível ecológico e taxonômico (BALBINOT, 2005). A utilização de ferramentas e estratégias didáticas que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem em ciências e que estimulem os alunos a pensarem que os seres vivos possuem relações estreitas entre si e com o meio, é extremamente necessária não só a nível de conhecimento, mas também para formar cidadãos comprometidos com a conservação do meio ambiente. O processo de ensino e aprendizagem (KRASILCHIK, 2005). Tendo em vista a necessidade de transmitir o conteúdo a

respeito dos Poríferos, de modo a destacar sua relevância para o ecossistema marinho através de métodos lúdicos de ensino, esta intervenção objetivou desenvolver uma abordagem didática inovadora que despertasse o interesse dos discentes com relação ao filo porífera destacando sua importância ambiental.

METODOLOGIA: A proposta de intervenção foi realizada na Escola Estadual José Fernandes Machado, localizada no bairro de Ponta Negra – Natal/RN, na turma do 7º ano. Inicialmente foi realizada uma conversa informal para levantamento de conhecimento prévio dos alunos, introduzimos o questionamento: “você conhece as esponjas-do-mar?”. Na etapa seguinte, abordamos o tema através de slides com as características do filo sua estrutura corpórea e formas de reprodução. Abordamos também como ocorre o processo de filtração nos poríferos e a importância ecológica deste processo, para melhor compreensão do mesmo utilizamos os vídeos “Circulação da água em esponjas” (2013) e “Poríferos” (2013). Após esse momento, enfatizamos as relações ecológicas que os Poríferos estabelecem com outros seres vivos. Para isso, a Tartaruga foi utilizada como exemplo de animal que fazia uso das esponjas como alimento, devido à mesma ser uma espécie carismática muito conhecida. Além disso, outros animais que buscam poríferos como fonte de abrigo e alimento foram mencionados, como peixes e crustáceos. Também foi falado sobre o fato de esponjas serem bioindicadores de poluição, e da importância de ter esses animais na nossa zona litorânea. Para finalizar, foi proposta uma atividade contendo duas questões. Uma das questões propunha que os alunos esquematizassem através de um desenho, como ocorria o processo de filtração da água nas esponjas. A outra pedia para que citassem com base no que aprenderam a importância ecológica desses seres vivos. Para a realização dessa atividade, os discentes dividiram-se em grupos entre três a seis componentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Esperava-se dos alunos um nível de conhecimento prévio limitado a respeito dos Poríferos, considerando o fato desse assunto não ter sido ministrado em anos letivos anteriores. A conversa informal feita no início do encontro constatou isso, pois quando foram indagados se conheciam as esponjas, não souberam responder de fato do que se tratava. Todavia, alguns alunos pareciam ter associado esponjas com o personagem de desenho animado “Bob Esponja”, o que de certa forma auxiliou no decorrer da aula, já que os alunos possuíam uma referência – ainda que deturpada – do que era uma esponja. Quando deparados com uma imagem de um representante do filo, os discentes demonstraram curiosidade, porque segundo eles, a foto parecia retratar muito mais uma “planta”, ou “pedra” do que um animal. O interesse aumentou quando falamos do caráter filtrador desses seres vivos, principalmente quando assistiram aos vídeos. A todo o momento os alunos procuravam tirar suas dúvidas a respeito dos hábitos de vida das esponjas e o mecanismo de filtração, sendo, portanto, muito participativos. Alguns se surpreenderam com o fato do processo de filtração ocorrer de maneira rápida através do corpo do animal, como mostrado no vídeo. Com relação à realização da atividade, os alunos mostraram-se dispostos a fazer esquemas bem elaborados da morfologia/corpo da esponja. Alguns destacaram até mesmo o corante utilizado no vídeo em seus desenhos, com o objetivo de retratar mais fielmente o fluxo de água. Também é válido salientar que a questão que pedia para que citassem a importância das esponjas foi respondido conforme o esperado, com os educandos mencionando ao menos uma relação ecológica, evidenciando, por exemplo, a relação destes animais com tartarugas. A mudança no ensino de Ciências deve ocorrer para alterar o quadro de desinteresse dos alunos, e para que o processo de ensino aprendizagem seja mais prazeroso

para o educando que, conseqüentemente, irá absorver o conteúdo com uma maior facilidade. Tal mudança pode ser acompanhada com a aplicação de metodologias lúdicas de ensino, como jogos didáticos, vídeos, desenhos e até apresentações em slides com abordagens diferenciadas (KRASILCHIK, 2005). Observamos a eficácia dessas ferramentas, como o uso de figuras que os alunos já estejam habituados, que agem como conectivos com o tema exposto, como o “Bob Esponja”. Além disso, estimular o campo visual dos alunos por meio de vídeos que mostrem na prática como o conteúdo falado se aplica, é essencial para que os mesmos sejam instigados a ir a fundo ao assunto abordado. Acreditamos que a abordagem destacando os benefícios dos Poríferos para o meio ambiente também agiu como instrumento que favoreceu a compreensão e contextualização do tema, pois fez com que o educando pensasse no organismo estudado não só como um ser individual, mas também como parte de um sistema vasto de interações entre organismos e o meio (ROSSALI, 2011). A utilização, portanto, de materiais que os discentes já estejam familiarizados e que os estimulem a pensar e reelaborar seus conhecimentos, estabelecendo novas relações através destes conhecimentos como podemos constatar a abordagem socioambiental por meio de representações com as quais os educandos já estejam acostumados vêm se mostrando como uma ferramenta facilitadora do ensino (VIGOTSKY, 2000). **CONCLUSÃO:** Este trabalho constatou que é possível tornar uma aula sobre um assunto pouco contemplado, prazerosa através desses instrumentos auxiliares de ensino. A utilização de propostas didáticas inovadoras, principalmente diferenciadas da utilização somente do livro didático e do quadro possibilitou ampliar o conhecimento sobre os poríferos, despertando o interesse dos discentes para a importância ecológica do filo e sua relevância para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. Poríferos. **Youtube** 2013. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IH8cOxF-RNw>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- BALBINOT, M. C. **Uso de modelos, numa perspectiva lúdica, no ensino de Ciências**. Lajeando, RS: UNIVATES, 2005.
- FIALHO, N. H.; VIVAS, I. Q.; SANTOS, C. E. M. **Equidade e coesão social na perspectiva da educação e desenvolvimento científico e tecnológico**. Poiesis. Número Especial, p. 184-200, jun./dez., 2012.
- HICKMAN, Jr. CLEVELAND P.; LARSON, Allan; ROBERTS, Larry S. – **Princípios Integrados da Zoologia** – 11. ed. Rio de Janeiro: GUANABARA, 2004. p. 229 a 236.
- KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- NUNES, M. Circulação da água em esponjas. **Youtube**, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y0o0BuTShEk>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- POZO, J. I; GOMEZ CRESPO, M. A. **Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5. ed. Artmed, 2009, p. 296.
- ROSSASI, Lucilei Bodaneze; POLINARSKI, Celso Aparecido. **Reflexões sobre metodologias para o ensino de Biologia: uma perspectiva a partir da prática docente**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/491-4.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- RUPPERT; BARNES. **Zoologia dos Invertebrados**. 6. ed. São Paulo: Roca, 1996. p. 1028.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2001. 496 p.

ARQUITETURA E URBANISMO

CONHECENDO A REALIDADE DA COLETA SELETIVA NA CIDADE DE NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NA COOPICICLA

AUTORAS:

Fernanda Beatriz Santos de Oliveira

Juliana Viegas de Lima Valverde

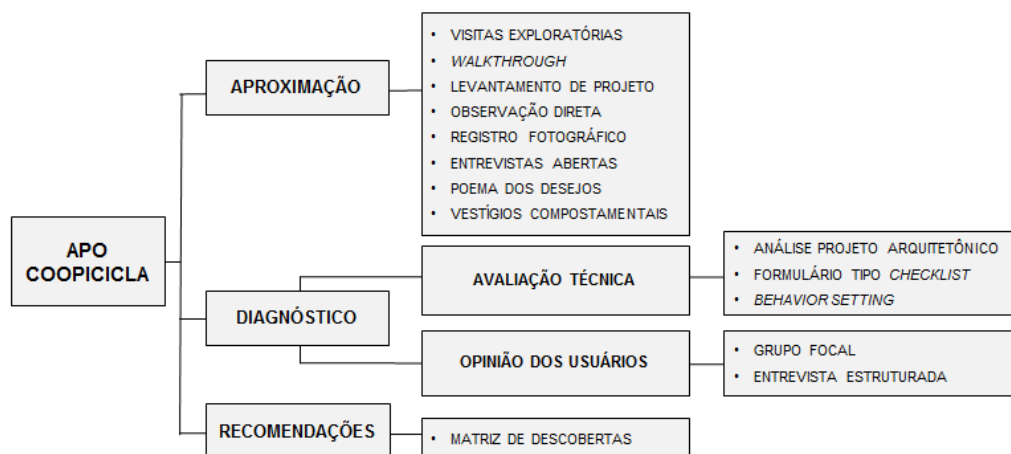
RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados parciais, referentes à primeira etapa da pesquisa em andamento, que visa propor recomendações projetuais para um centro de coleta seletiva em Natal por meio de uma Avaliação Pós-Ocupação (APO) técnico-funcional realizada na Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (COOPICICLA). Tem como objetivo apresentar os resultados obtidos na aproximação com o objeto de estudo - etapa inicial da APO, visando compreender as atividades realizadas e definir os métodos e técnicas a serem aplicados nas etapas seguintes da pesquisa. Para a metodologia, optou-se por uma abordagem multimétodos, de caráter qualitativo. A pesquisa constatou a falta de equipamentos, que aperfeiçoem as atividades referentes à coleta seletiva. Porém, os cooperados estão satisfeitos com o ambiente físico. Identificou-se a dificuldade dos usuários em avaliar o ambiente físico, visto que a cooperativa oferece melhores condições de trabalho se comparada com o lixão, onde as atividades eram realizadas antes da criação da cooperativa e construção do galpão. A análise dos resultados aponta para a necessidade de propostas com enfoque social e econômico.

Palavras - chave: Avaliação Pós-ocupação. Cooperativa de catadores. Política Nacional de Resíduos Sólidos.

INTRODUÇÃO: Os resíduos sólidos são um problema de caráter social, ambiental e econômico. A crescente preocupação com a preservação dos recursos naturais e com a questão de saúde pública associada a resíduos sólidos indica uma demanda crescente para tratar desses temas em diversas esferas do conhecimento. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída por meio da lei nº 12.305/10, reúne princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações para tratar dos resíduos sólidos, visando uma gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado (BRASIL, 2010). A lei discorre sobre o gerenciamento correto acerca dos resíduos sólidos (RS), envolvendo os setores público e privado, bem como a extinção dos lixões. De acordo com a PNRS, entende-se por RS todo material descartado produzido em decorrência das atividades humanas que esteja no estado sólido ou semissólido. Segundo o Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, em 2015 foram recolhidas 198.750 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia (ABRELPE, 2015). É importante distinguir resíduo de rejeito, esse entendido como todo o lixo que não possui valor comercial. A grande quantidade de resíduos gerados salienta a necessidade da implantação de Centrais de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) para coleta, triagem e destinação ambientalmente adequada desses resíduos, em parceria direta com o aterro sanitário da cidade ou região, criando assim, uma gestão integrada dos resíduos sólidos. Além disso, a CTRS pode dialogar com a comunidade a fim de criar uma consciência coletiva ambiental que findará em uma responsabilidade compartilhada, que é dar à sociedade o conhecimento necessário para que ela também possa ser inserida no processo de destinação correta dos resíduos. A cidade de Natal, Rio Grande do Norte (RN), não

conta com uma CTRS, mas possui duas cooperativas de reciclagem em atividade, a COOCAMAR e a COOPCICLA, ambas localizadas no bairro Planalto, no antigo lixão da cidade. Nesse cenário, a realização de um estudo de caso por meio de uma Avaliação Pós-Ocupação (APO) é favorável a compreensão da complexidade, que envolve uma gestão adequada de resíduos sólidos recicláveis, tendo em vista que a utilização de multimétodos assegura maior confiabilidade para a análise final (SOMMER; SOMMER, 1997). Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa em andamento intitulada “Recomendações projetuais para centro de tratamento de resíduos sólidos recicláveis situados na cidade de Natal, Rio Grande do Norte” do Programa de Iniciação Científica (PROIC), realizado no Centro Universitário UniFacex. A pesquisa consiste em uma APO na cooperativa de catadores COOPCICLA realizada no segundo semestre de 2017. A partir dos resultados obtidos ao final do estudo de caso serão elaboradas recomendações, que aperfeiçoem as atividades realizadas da cooperativa. **METODOLOGIA:** Este artigo estruturou-se a partir de pesquisa bibliográfica sobre coleta seletiva, PNRS, CTRS, cooperativas de reciclagem e Avaliação Pós-Ocupação. A primeira etapa do estudo de caso na COOPCICLA refere-se à aproximação com o objeto de estudo, e contemplou os seguintes métodos e técnicas: visitas exploratórias, *walkthrough*, levantamento e análise do projeto arquitetônico, entrevistas abertas com pessoas chave e poema dos desejos. O Quadro 1 apresenta as etapas da pesquisa em andamento: aproximação com o objeto de estudo, diagnóstico e recomendações. A seguir, serão descritos os métodos e técnicas aplicados na primeira etapa da pesquisa – aproximação com o objeto de estudo:

Quadro 01 - Organização da metodologia.



Fonte: Autoria própria, 2017.

As **visitas exploratórias** têm como propósito realizar um reconhecimento inicial do objeto de estudo. Além da observação direta, também são realizados registro fotográfico, audiovisual, croquis, diagramas, etc. (RHEIGANTZ *et al.*, 2009). As visitas exploratórias ocorreram entre os meses de agosto e setembro. Em todas as visitas foram feitos registros fotográficos do local, dos equipamentos e das tarefas realizadas pelos usuários. O **Walkthrough** é um dos procedimentos exploratórios

iniciais numa APO; pode ser entendido como um percurso dialogado complementado por fotografias, croquis gerais e gravação de áudio e de vídeo, abrangendo todos os ambientes, no qual os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao ambiente. (RHEINGANTZ, 2009). A análise *walkthrough* foi realizada no dia quatorze de agosto de 2017 com a assistente administrativa, que apresentou os espaços do galpão, onde são realizadas as atividades de triagem, prensagem e armazenamento dos resíduos recicláveis e um anexo em fase de finalização, com salas de apoio. **Vestígios ambientais** consistem num exercício mental de busca da melhor explicação para os fatos observados. Embora implique no planejamento e aplicação de outras estratégias de investigação, é uma ferramenta de complementação dos resultados, e por isso, foi adotada para a compreensão das atividades que ocorrem no entorno, bem como no ambiente físico em análise. As observações foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2017 durante as visitas exploratórias. O **levantamento do projeto arquitetônico** ocorreu no dia seis de setembro de 2017, pela tarde. Nesta visita, algumas plantas da reforma da cooperativa foram disponibilizadas pelo escritório responsável pelo projeto. Também foram realizadas duas **entrevistas abertas com pessoas chave**, sem roteiro definido, com duas pessoas chave da cooperativa, no intuito de compreender o contexto e a problemática na qual a COOPICICLA está inserida, e coletar informações técnicas, econômicas e sociais da cooperativa. **Poema dos desejos** é um instrumento desenvolvido por Henry Sanoff (1991), que consiste em uma dinâmica onde se solicita aos usuários de um determinado local que descrevam verbalmente, através de manuscritos ou expressem por meio de desenhos suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício ou ambiente analisado. Estruturado a partir da seguinte sentença: “Eu gostaria que a COOPICICLA fosse...”. A aplicação deste instrumento teve como objetivo coletar informações para compreender a dinâmica do espaço e as necessidades dos usuários em relação ao mesmo. **ESTUDO DE CASO:** A Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (COOPICICLA) trabalha com a coleta, triagem e venda de resíduos sólidos recicláveis. Sua história começou há 18 anos, quando o lixão (Figura 01), localizado no bairro Planalto, ainda era ativo. Um grupo de catadores criou uma associação e construiu dois galpões para realização da coleta seletiva. Caminhões fazem a coleta em algumas regiões da cidade e levam os resíduos para os galpões, onde acontece a triagem. Por volta de 2009 a cooperativa foi legalizada e hoje é conhecida como COOPICICLA.

Figura 01 - Vista aérea (desatualizada) da COOPICICLA e da COCAMAR.



Fonte: Google Maps, 2017.

Atualmente, existem quarenta e dois cooperados trabalhando no local, organizados em funções de triagem, administração, mobilidade e coleta urbana. O trabalho divide-se entre a coleta nas ruas e triagem, prensagem e venda, na cooperativa. O horário de serviço é das 7h às 11h e 30min, e das 13h às 15h. A cooperativa oferece café da manhã aos cooperados. O valor mensal arrecadado é fruto da venda dos resíduos recicláveis e do rejeito pago pela Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana), que paga à cooperativa pelo rejeito. O lucro é dividido igualmente entre os cooperados quinzenalmente, e não há piso salarial. No mês de setembro de 2017, foram arrecadados R\$ 11.617,40 e gastos (com gasolina, fardamento, café da manhã, materiais da reforma, entre outros) R\$ 3.847,50 (dados fornecidos pela COOPICICLA). O programa arquitetônico está sendo expandido com a construção de um segundo pavimento na parte administrativa. O anexo contempla sala de reuniões, sala de descanso e um escritório com banheiro. Esses ambientes estão localizados acima do refeitório e dos vestiários existentes, e foi viabilizado com o dinheiro proveniente da coleta seletiva. **DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos representam um diagnóstico parcial do ambiente construído apresentados de acordo com os métodos e técnicas utilizados. A primeira **visita exploratória** ocorreu no período da manhã e observou-se um fluxo tranquilo de pessoas e de caminhões. Já a visita do dia seis de setembro de 2017, que foi pela tarde, observou-se um fluxo bem mais intenso, visto que durante o turno vespertino os caminhões, que fazem a coleta nas ruas, voltam para a cooperativa. A priori, nota-se a necessidade de melhorias na organização dos fluxos de saída e entrada de resíduos. Ao chegar na cooperativa, os resíduos são pesados para controle. Na sequência, os resíduos recolhidos são encaminhados ao galpão de triagem, onde são separados por tipo de resíduo e o rejeito (Quadro 01). Do resíduo triado é retirado o papelão e as latas de alumínio, que são encaminhados para o galpão das prensas. Todos os tipos de plásticos, que são colocados juntos na primeira etapa de triagem, são encaminhados para a segunda gaiola e passará por outro processo de seleção para distinguir os vários tipos de plástico. O vidro é mandado para uma baia específica e lá ele é quebrado para facilitar o envio. Os eletroeletrônicos são separados em uma sala de depósito. Os metais e ligas metálicas são colocados juntos em outro ambiente.

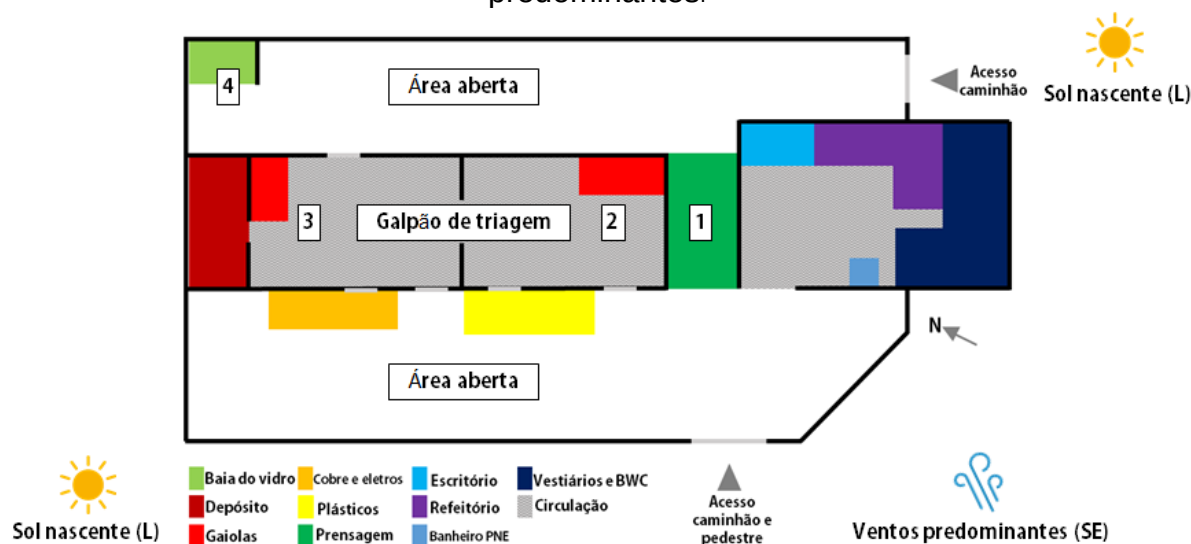
Quadro 01 - categorização dos resíduos reciclados

PLÁSTICOS: TIPO GROSSO; PET; GARRAFAS; DE COR PRETA; TIPO FINO.	PAPELÃO: TODOS OS TIPOS.	ALÚMÍNIO: LATAS DE REFRIGERANTE E CERVEJA; EMBALAGEM DE AEROSOL E LATAS DE LEITE EM PÓ.	LIGAS METÁLICAS: TODOS OS TIPOS.	VIDRO: COLORIDO; TRANSPARENTE.	OUTROS: ELETROELETRÔNICOS, COLCHÕES; FIOS DE COBRE; ENTRE OUTROS.

Fonte: Autoria própria, 2017.

O rejeito (material sem valor comercial) é pesado e encaminhado para o aterro sanitário, localizado em Ceará Mirim. A Urbana (responsável pela coleta urbana) paga à cooperativa pelo rejeito. Mas de acordo com o vice-presidente, a empresa não faz os repasses desde 2016. Os fluxos de trabalho e de pessoas são determinados pelos tipos de materiais recolhidos e pelo volume de cada um (Figura 02). Os resíduos recicláveis mais coletados são plásticos, papelão e vidro, e por isso, possuem prioridade no armazenamento e transporte. Os resíduos plásticos são os que demandam mais atenção na segunda triagem (por apresentar diversas variações e diferentes valores comerciais) e possuem uma gaiola exclusiva para esse processo de triagem.

Figura 02 - Zoneamento, fluxos pertinentes à triagem, incidência solar e ventos predominantes.

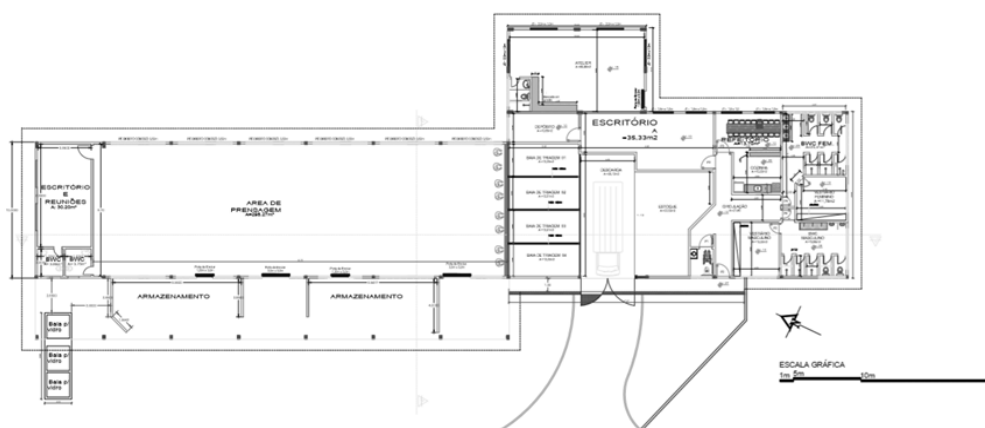


1- O papelão já separado é enviado para a prensa; Após prensado e amarrado, o papelão é enviado ao armazenamento, enquanto o caminhão não chega; 2- O lixo é mandado para a primeira triagem, onde será separado resíduo e rejeito; 3- O resíduo plástico é enviado para uma segunda triagem, que irá separar por tipo e cor; Já separados, os plástico são encaminhados para os caminhões ou armazenamento; 4- Os objetos de vidro são mandados para as baías específicas para serem quebrados.

Fonte: Autoria própria, 2017.

No lixão observou-se um **vestígio ambiental**. Durante a tarde, um grupo de catadores clandestinos estava fazendo um churrasco entre o lixo. Os tijolos e a grelha, usados como churrasqueira, tinham sido recolhidos no lixão. Isso pontua necessidade de espaços sociais para quem trabalha nesse espaço. Na cooperativa também não há nenhum espaço de convivência, nem local para guardar objetos pessoais. Na entrevista, foi relatado que em alguns finais de semana e datas comemorativas os cooperados se reúnem durante o expediente para escutar música, beber e às vezes fazer alguns lanches. O **levantamento do projeto arquitetônico** não pode ser realizado na data programada por conta da movimentação dentro da cooperativa estava muito intensa, então não foi possível tirar as medidas do local. A planta baixa da cooperativa foi disponibilizada pela Ma Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda. (Figura 03). Mesmo desatualizada (data de 2009) auxiliou a compreensão do ambiente físico, complementada por croquis dos ambientes, a fim de analisar o zoneamento, insolação e fluxos. Segundo os cooperados, a disposição e uso dos ambientes estão adequados às atividades realizadas no galpão (Figura 02). Durante as entrevistas abertas pontuou-se o desconforto térmico no galpão. Nas observações diretas, constatou-se que a ventilação no galpão se dá através de cobogós de concreto e portas (Figura 04), que ficam abertas durante o expediente de trabalho, sendo suficientes, pois proporcionam ventilação natural no interior do ambiente. A Figura 02 mostra ainda, a posição da cooperativa em relação à incidência solar, também indicará de onde vêm os ventos predominantes. Esses fatores externos influenciam diretamente no conforto térmico do ambiente. A causa desse desconforto pode estar na disposição das gaiolas de triagem, dispostas na fachada Oeste, recebendo radiação solar direta durante poente. A estrutura foi construída com concreto e alvenaria simples e o telhado é de telha de fibrocimento (Figura 04). Todos os materiais são convencionais e não há incorporação de reciclados na construção. O mobiliário e a decoração também não foram feitos utilizando reciclados. Seria interessante a implantação de oficinas que ensinem a confecção de móveis, que poderia findar em um novo produto de venda que iria agregar valor ao trabalho dos cooperados.

Figura 03 - REFORMA GALPÃO COOPCICLA/RN.



Fonte: Ma Engenharia e Tecnologia Ambiental Ltda, 2017.

Figura 04 - Foto interna do galpão de prensagem, mostrando as vedações, os suportes do telhado e as aberturas para a área externa.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Seria interessante explorar a reforma que está acontecendo como uma janela para criar um trabalho conjunto com os cooperados de uma ambientação dos espaços, que atenda às necessidades e desejos deles, além de integrar objetos e materiais produzidos com os resíduos reciclados na própria cooperativa. Na **entrevista aberta** tomou-se conhecimento da realização de oficinas para confecção de objetos feitos a partir do beneficiamento dos resíduos recicláveis coletados. Uma para ensinar aos cooperados como confeccionar bolsas, utilizando a lona vinil; e outra para produção de vassouras a partir do PET coletado, essa estava em atividade até o mês de setembro de 2017. Embora o maquinário ainda esteja disponível, não há quem ministre a oficina e por isso, as máquinas estão paradas. Todos os equipamentos utilizados na coleta seletiva foram fruto de doações. Na **entrevista aberta** com a assistente administrativa explicou como os materiais coletados são categorizados (Quadro 2), bem como seus valores comerciais. Dentre os resíduos recicláveis, o **vidro** é o que possui maior valor comercial. A cooperativa vende em torno de 30 toneladas de vidro ao mês, e já chegou a vender o dobro dessa quantidade. Natal não possui mercado para esse produto, mas a cooperativa vende o vidro triturado para fábricas em Recife, Pernambuco (PE). O resíduo é armazenado em containers, que são despachados para Recife, via terrestre. O vidro também é vendido por unidade. Cada tipo possui um valor específico que varia de R\$ 0,20 a R\$ 0,35. As **ligas metálicas** coletadas também são enviadas, em containers, para Recife. A fábrica que compra é a Gerdau e trabalha com a produção de aço sustentável. Os **eletrônicos** são vendidos pelos próprios cooperados, em feiras. Algumas pessoas vão à cooperativa comprar itens como latas metálicas, colchões e garrafas de água sanitária. Esses são vendidos por quantidade e não pelo peso. **Poema dos desejos.** A aplicação do **poema dos desejos** não se mostrou uma ferramenta eficaz. O esperado era que os cooperados verbalizassem suas expectativas em relação ao ambiente físico. Mas nas cinco entrevistas realizadas, a única expectativa apresentada foi a necessidade de uma esteira automática para facilitar o trabalho. Por isso, optou-se por interromper a aplicação deste instrumento. A baixa expectativa em relação ao ambiente físico pode ser atribuída ao fato de que a maioria dos cooperados atuaram no lixão, quando as condições de trabalho eram desfavoráveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por se tratar de uma pesquisa em andamento, este trabalho não visa apresentar conclusões sobre esta tipologia. A etapa da pesquisa, apresentada neste artigo, orientou a definição das ferramentas de análise que serão utilizadas nas etapas subsequentes da pesquisa. Mas do que

métodos e técnicas a serem empregados, a aproximação com o objeto de estudo constatou o alinhamento da pesquisa com a proposta do projeto, que é pensar em soluções de destinação dos resíduos recicláveis. Ficou evidente a necessidade de investimento nos aspectos ambientais, sociais e econômicos que envolvem as atividades de coleta seletiva de resíduos recicláveis. Todo o lucro da cooperativa é dividido igualmente entre os cooperados. Os balanços mensais apontam uma renda média de 1 salário mínimo por quinzena, por cooperado. Incentivar parcerias com ateliês de artesanato locais para criar um programa de confecção de objetos a partir dos resíduos seria uma maneira de aumentar a renda e valorizar o trabalho desenvolvido pelos catadores. A técnica poema dos desejos não apresentou o resultado esperado, mas associado com as entrevistas abertas e com as observações diretas no galpão apontaram a necessidade dos enfoques sociais e econômicos que devem ser dados à pesquisa. A partir da análise das entrevistas abertas compreendeu-se que os aspectos sociais e econômicos se sobressaem aos aspectos físicos. A cooperativa não possui verba para investir em equipamentos e estrutura física, todos os equipamentos são fruto de doações. Embora possa ser melhorada, a estrutura física atual funciona. Modificações no ambiente físico exigiriam um investimento financeiro no qual a cooperativa não possui. Por essa razão, optou-se por concentrar os esforços da pesquisa em qualificar os ambientes recém-construídos, a fim de gerar recomendações, que possam de fato favorecer as atividades realizadas na cooperativa, incentivar a coleta seletiva na cidade e gerar renda para os envolvidos nessa atividade. Além do enfoque social, a pesquisa irá se debruçar em soluções de enfoque econômico. Já que o vidro e o resíduo de venda constante e de maior valor agregado, a pesquisa irá investir soluções que potencializem a coleta, triagem e compactação deste resíduo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: Abrelpe, 2015. Anual. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política nacional de resíduos sólidos**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 73 p. (Série legislação; n. 81)
- RHEINGANTZ, Paulo A. et al. **Observando a qualidade do lugar**: Procedimentos para avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro, PROARQ-UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/livros/obs_a_qua_lugar.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- SANOFF, Henry. **Visual Research Methods in Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- SOMMER, B.; SOMMER, R. **A Practical guide to behavioral research: Tools and techniques**. New York: Oxford University Press, 1997.

A FORMA NA LEI: ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA ARQUITETURA INSERIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL COMO POTENCIALIZADORES DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO DAS CIDADES

AUTORES:

Fabício Lira Barbosa

Mayara Thais Bezerra de Almeida

Noara Talita de Oliveira

RESUMO: Este artigo apresenta parte dos achados da pesquisa em curso que investiga como aspectos configuracionais inseridos na legislação urbanística de Natal atuam sobre a constituição de padrões sócio espaciais e de que maneira tais padrões se relacionam com níveis distintos de urbanidade. A pesquisa integra o Programa de Iniciação Científica (PROIC) do Centro Universitário Facex e nesta fase se atém a apresentar uma revisão de literatura básica acerca dos três eixos fundamentais da investigação: Legislação urbanística, forma espacial e vitalidade urbana. No Brasil, os Planos Diretores, Códigos de Obra e Leis de Parcelamento do Solo constituem o conjunto de Leis urbanas básicas que estabelecem diretrizes para o uso e ocupação do solo. Pesquisas têm demonstrado existir uma relação direta entre a constituição da forma da cidade, tanto urbana quanto edilícia, e as prescrições urbanísticas previstas nas Leis que por sua vez afetam o modo como as pessoas utilizam o espaço público. Amparada na Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984), a análise configuracional, que se seguirá à leitura do referencial bibliográfico, objetivará relacionar elementos morfológicos constituintes do conjunto de Leis urbanas com padrões de urbanidade verificados em várias zonas das cidades estudadas.

Palavras - chave: Leis Urbanas. Forma espacial. Urbanidade.

INTRODUÇÃO: Os instrumentos urbanísticos sempre estiveram presentes na constituição da cidade. Códigos de postura, manuais de construção, e mais recentemente os códigos de obras, acompanharam o desenvolvimento das cidades com objetivos distintos para cada sociedade e modelo de cidade a que se pretendia. Nas cidades romanas o “*ambitus*” definia a distância mínima a ser respeitada na construção de edifícios privados; na Londres pré-industrial o *Rebuilding Act* relacionava a altura das construções às especificações da forma das ruas; a Teoria Geral da Urbanização de Ildefonso Cerdá incorporava conceitos e modos de construção que visavam o saneamento das cidades, como áreas de ventilação, sistema de esgotos e coleta de águas pluviais. A partir da constituição da cidade industrial, dentre outros fatores, a forma urbana passa a ser condicionada pelo mercado e a necessidade de se potencializar a força do trabalho. O capital imobiliário exerceu uma nova pressão sob o espaço urbano que condicionava uma redefinição dos parâmetros de crescimento, desenvolvimento e ocupação do solo urbano. A cidade subdivide-se em espaço público e privado, em espaço de pedestre e de veículos, vias para maior ou menor tráfego (que se relaciona com a necessidade de dar maior ou menor potencialidade de movimento, e consequentemente gerar melhores condições de giro do capital). As populações são expulsas dos centros urbanos e as periferias, especialmente nos países menos desenvolvidos, consolidam-se como áreas sócio espacialmente segregadas. Em

paralelo, os planejadores urbanos assumem-se como os profissionais mais habilitados para “resolver” os problemas resultantes da urbanização e novos instrumentos jurídicos são assimilados na tentativa de ordenar a cidade. A cidade, e sociedade, pós-industrial viu surgir um novo paradigma formal na definição de instrumentos legais na estruturação do espaço urbano. O movimento moderno incorpora diversos elementos das experiências urbanísticas que vinham sendo testadas e amadurecidas desde a cidade industrial, como o zoneamento de usos e a segregação espacial que estava enfaticamente presente na cidade jardim de Ebenézer Howard, e torna mais clara a definição de instrumentos voltados para a construção dos edifícios e para o planejamento da cidade. Uma nova complexidade é posta:

“Além do tradicional traçado em planta, os instrumentos urbanísticos modernos são muito mais complexos. Eles surgem da necessidade de regular o direito à propriedade, generalizado pelas revoluções burguesas, e se apoiam inicialmente não só na divisão do espaço em público e privado, mas também na regulamentação do direito à construção nesse último. Ainda criam novas regras, quais custos têm de financiar, bem como qual proporção da mais-valia gerada nesse processo deve ser restituída à comunidade.” (VALLEJO, 2015, p.17).

Os aglomerados urbanos tornam-se cada vez maiores e o século XX vê surgir um conjunto de novas leis que abrangem limites territoriais mais extensos. A lei urbanística precisa agora absorver o conceito de território. Segundo VALLEJO (2015, p. 23), “esse território se expressa sob a forma de uma cidade com múltiplos centros, cuja hierarquia intercala, em constante substituição e praticamente sem interrupções, áreas deterioradas, espaços rurais e assentamentos de alto nível”. A cidade se dispersa e aspectos ambientais são incorporados às questões urbanísticas. PANERAI (2013) descreve a metamorfose do espaço urbano a partir da evolução da quadra que, segundo o autor, passou por um processo de dissolução da forma com efeitos sentidos em toda a dinâmica da vida cotidiana das cidades. Ao apresentar as experiências urbanísticas ocorridas em Londres no limiar do Séc. XX, destaca o papel das leis urbanas na estruturação das cidades jardins de Hampstead e Heathgate. Segundo o autor a *“Lei do Planejamento urbano (1909) tornou obrigatório o controle de todos os projetos de parcelamento urbano, seja por um município ou pela iniciativa privada, após terem obtido a aprovação da administração municipal”*. (PANERAI, 2013, p.47). Tais Leis estabeleciam prescrições de tal modo que todo o desenho urbano deveria atender às expectativas do ideal urbanístico a ser atingido pela cidade jardim. A matriz higienista de zoneamento defendia, entre tantas outras prerrogativas, que seria necessária garantia da ventilação e iluminação salubre das edificações estabelecendo, inclusive, novas relações entre altura do edifício e a largura das ruas. Tratados higienistas, que remontam às teorias propostas por Hipócrates no séc. V a. C., foram concebidos e/ ou resgatados por médicos desde o séc. XVIII, mas foi no início do séc. XX que as práticas ganharam força, inclusive no Brasil, para tornar salubre o ambiente urbano e as edificações. Os tratados higienistas foram utilizados como cartilhas de construção pelos engenheiros e prediziam aspectos que iam da *“correta orientação dos prédios e das ruas a fim de controlar a insolação de verão a penetração dos ventos, assim como a procura por fontes de água pura e a eliminação de ambientes pantanosos e insalubres”* (FERREIRA, EDUARDO, et all, 08, p. 37). O *zoning* norte-americano tornou-se uma das mais fortes referências e algumas experiências urbanísticas que foram herdadas do Séc. XIX constituíram-se

como base para o fortalecimento de práticas modernistas cujos resquícios morfológicos são encontrados ainda hoje, ainda que amplamente questionadas por décadas. As recentes bibliografias sobre o tema pouco exploram os efeitos desse conjunto de leis urbanas sobre os padrões de uso das pessoas no espaço público da cidade. No geral, quando se estuda a legislação urbana as categorias de análise se amparam em aspectos jurídicos, ou atreladas à discussão nas ciências sociais ou humanas. Inúmeros autores apontam falhas na elaboração das leis onde prevalecem interesses privados de um grupo específico em detrimento de necessidades sociais das camadas à margem da sociedade, como por exemplo, a problemática da habitação no Brasil.

A legislação urbanística brasileira evoluiu dentro da cultura jurídica de pensar a cidade como a restrição de atividades e usos, que vieram dos códigos de obras – o Código Sabóia de 1929, por exemplo, é paradigmático quanto à questão social da habitação em São Paulo. Ao estabelecer o padrão urbanístico dentro das normas técnicas de habitabilidade e padrões de higiene para a classe média, não admitia a existência de uma parcela da população que residia em cortiços e habitações precárias, mas permitia que este tipo de habitação ficasse à margem da legislação edilícia. (QUINTO JR., 2003).

A definição das cidades em zonas busca orientar o desenvolvimento urbano tendo como prerrogativa a densidade e a capacidade de suporte de infraestrutura de cada área da cidade. Em cada zona pré-definida, diferentes padrões de uso, ocupação e construção são estabelecidos. No texto Brasil (2001) é afirmado:

O Macrozoneamento define ainda grandes áreas de interesse de uso, as zonas onde se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação. Essa definição deve ser feita partindo do princípio da compatibilidade entre a capacidade da infraestrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades de preservação ambiental, características sociais ou históricas e os padrões de uso e ocupação existentes. (BRASIL, 2001).

Em contraposição às leis, verifica-se a informalidade construtiva no cenário urbano brasileiro à margem de uma legislação que pouco dialoga com a realidade social, mas que aproxima às construções das necessidades das pessoas. Existiria, portanto, uma forma arquitetônica (urbana e edilícia) resultado da legalidade e uma forma resultante da ilegalidade. É provável que padrões sociais distintos ocorram em ambos os tipos de formas arquitetônicas, e possíveis de serem quantificados e analisados a partir do modo como se manifestam no espaço público. **O ESPAÇO PÚBLICO:** Partindo do pressuposto de que a legislação urbana é um dos elementos que atuam sobre a estrutura da cidade, a qualificação do espaço público resultante do arranjo da propriedade privada é uma das variáveis a serem consideradas na investigação que se segue. Deverão ser abordadas diferentes percepções de como o espaço público tem sido estruturado dentro das cidades e suas relações com as sociedades. Do espaço público como espaço de trocas e centro da vitalidade urbana das cidades medievais do velho mundo passando pelas cidades coloniais brasileiras, até sua negação¹ nas cidades contemporâneas, nossa linha condutora partirá de como as relações entre o público e o privado se alteraram à medida que

¹ Os efeitos nocivos à vida social urbana pela proliferação dos condomínios fechados tem sido objeto de várias pesquisas que apontam para o surgimento de uma não relação entre estes espaços e à cidade.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

transformações sociais impuseram novas condutas e apropriações distintas da cidade. JACOBS (1960) afirma que a diversidade e segurança são fatores fundamentais a serem alcançados pelo desenho da cidade, ambos teriam relação com o uso do espaço público pelas pessoas. TENÓRIO (2012) complementa afirmando existir a necessidade de diferentes gradações de uso do espaço público e consequentemente níveis de vitalidade de acordo com as próprias necessidades de vida social urbana. Tais gradações seriam um atributo de identidade e diversidade urbana que comporiam um espectro dos diferentes níveis de movimento desejado (zonas comerciais, residenciais, industriais, entre outras). Assim, a diversidade é particularmente especial garantindo “que a cidade não será um agrupamento de comunidades homogêneas e intolerantes umas com as outras” (TENÓRIO, 2012, p. 105). NETTO, SABOYA E VARGAS (2012) propõe uma reflexão acerca do papel da arquitetura (forma) sobre diferentes níveis de diversidade e vitalidade urbana no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os autores sugerem:

Uma abordagem para identificar os efeitos da forma arquitetônica sobre processos socioeconômicos locais com implicações de ampla escala – de modo a distingui-los dos efeitos de outros aspectos da estrutura urbana como o sistema viário, e verificar de fato sua existência e extensão. Entender os impactos de diferentes morfologias arquitetônicas sobre a vitalidade de entornos urbanos significa entender as implicações entre essa morfologia e dinâmicas mais amplas. (M. NETTO, SABOYA e VARGAS, 2012, p.3).

Diferentes formas arquitetônicas são também definidas pela legislação atuante sobre a cidade. Zonas com maior ou menor potencial construtivo, ou com possibilidades diferentes de ocupação, influenciarão no arranjo e articulação da arquitetura com os modos de uso em cada área. Os autores demonstraram que diferentes padrões espaciais atuam sobre os padrões sociais de apropriação dos espaços públicos resultando em diferentes níveis de vitalidade. A pesquisa contribuiu para uma leitura de como a:

Arquitetura faz diferença nos fenômenos socioeconômicos locais: aspectos como a proximidade entre edifício e passeio, entre edifícios, sua permeabilidade e atividades da forma parecem adicionar tensão entre espaço construído e aberto, entre arquitetura e corpos usando o espaço público – as condições materiais do potencial de copresença e interação social e microeconômica. (MORAES NETTO, SABOYA e VARGAS, 2012, p.31).

As últimas considerações identificadas pelos autores sugerem a necessidade de se avançar sobre elementos que incidem sobre a definição da forma da arquitetura, dentre eles a legislação urbanística, tornando-se objeto desta pesquisa. SABOYA (2017), alinhado a estudos anteriores, estabelece categorias de análise relacionais de desempenho sócio espacial associados a vitalidade urbana. São eles:

Nº absoluto de pessoas e atividades	Edificações podem se constituir como atrativos ou difusores de pessoas no espaço público.
Relação cheios e vazios	Espaços muito grandes, associados ao paradigma da formalidade (HOLANDA, 2002), não conseguem ser plenamente ocupados na

	vida cotidiana.
Existência de praças e parques	Densidade por si não é suficiente para dinamizar o uso e a vitalidade urbana.
Acessibilidade	Maior ou menor capacidade em acessar o espaço facilita ou restringe seu uso (HILLIER, 1993).
Diversidade de modais de transporte	Facilitar o acesso através de vários tipos de meios de transporte amplia a possibilidade de pessoas diversas se apropriarem do espaço (GEHL, 2014)
Dimensão de quadras e traçado viário	Menores dimensões de quadras (JACOBS, 1960) facilitam a apropriação do espaço. Mais conexões favorece o surgimento de atividades de comércio e serviço
Permeabilidade público x privado	Mais portas e janelas estimulam a permeabilidade motora e visual estimulando maior contato com a rua e incentivando maior vitalidade.
Dimensão da testada do lote e da edificação e gabarito.	Aproximação da escala humana nos lotes e edificações estimula percepções de apropriação do espaço.

Fonte: Saboya, 2017.

SINTAXE, URBANIDADE E VITALIDADE URBANA: Hillier e Hanson (1984) sistematizam e propõem uma matriz disciplinar própria à arquitetura, através da qual seria possível desvendar aspectos de uma Lógica Social do Espaço. Numa abordagem configuracional, a teoria proposta pelos autores ampara-se na ideia de indissociabilidade entre espaço e sociedade. O primeiro (espaço) é interpretado como um sistema de barreiras e permeabilidades que estrutura padrões de acessibilidade e usos do espaço pela sociedade. Segundo Hillier, forças sócio econômicas conformam a cidade primordialmente através das relações entre movimento e estrutura da malha urbana. Este é o princípio do movimento natural: “a proporção de movimento em cada linha é determinada pela estrutura da malha urbana propriamente dita e não pela presença de atrativos específicos ou magnetos².” (HILLIER, 1996, p. 120). A leitura estruturalista adotada na Sintaxe Espacial (SE) tem raiz na interpretação de que “sistema é um conjunto articulado de elementos que se interferem mutuamente e dependem uns dos outros” (VARGAS, 2003, p.21). A alteração de uma parte componente do sistema, ou de qualquer relação existente entre as partes interfere nas demais partes e relações existentes entre todas as partes constituintes do sistema. Segundo Medeiros (2013):

O estruturalismo tem por objetivo (...) constituir processo de significação para o sistema que se estuda. Isso ocorre, pois tanto os sistemas quanto as estruturas respectivas compreendem uma realidade construída, ou seja, elaborada pelo pesquisador, e não uma realidade de fato. (MEDEIROS, 2013, p.108).

Assumimos aqui que a Análise Sintática do Espaço seria, portanto, uma possibilidade de leitura do:

Estabelecimento de relações entre a estrutura espacial de cidades e de edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais, e variáveis sociais mais amplas, procurando revelar tanto a lógica do espaço arquitetônico em

² Livre tradução de “Natural movement is the proportion of movement on each line that is determined by the structure of the urban grid itself rather than by the presence of specific attractors or magnets.” Tradução de Edja Trigueiro e Diógenes Pereira.

qualquer escala como a lógica espacial das sociedades. (HOLANDA, 2002, p. 92).

Para AGUIAR (2012) a condição de urbanidade da cidade é entendida a partir da constituição de espaços, lugares e pessoas. Segundo o autor “a dimensão espacial tem uma dimensão local, inerente a cada espaço e dada em sua forma geométrica, incluídos aí os edifícios que compõem os espaços, e uma dimensão global, dada pelo posicionamento desse espaço em um todo maior que o contem” (AGUIAR, 2012, p. 239). **ÚLTIMAS (OU PRIMEIRAS) CONSIDERAÇÕES:** Os autores referenciados neste artigo apenas apontam um caminho a seguir nesta pesquisa que se inicia. Entender o papel da legislação urbanística na constituição da forma urbana, inclusive entendendo os efeitos sociais sobre dinâmicas de uso do espaço público, configura-se como um elemento importante no estudo da morfologia urbana e apenas estudos mais recentes começam a desvendar. Através do PROIC/ UNIFACEX pretende-se contribuir, ao final da nossa pesquisa, com uma leitura particular acerca da relação existente entre leis e vitalidade urbana desvendando se elementos morfológicos inseridos no Plano Diretor e Código de Obras de Natal atuam como estruturadores e potencializadores do esvaziamento do espaço público natalense.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. Aproximações da urbanidade: um diálogo eletrônico. In: **Urbanidades**. Aguiar, D., Moraes Netto, V. (Org). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de Janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Estatuto da cidade**: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

FERREIRA, A. L. et al. **Uma cidade são e bela**: a trajetória do saneamento de Natal. 1850 a 1969. Natal: IAB/ RN; CREA/ RN, 2008.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HANSON, J. **Urban transformations**: a history of design ideas. In: (Proceedings) Space Syntax Second International Symposium, Brasília, 1999.

HILLIER, B. et al. **Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement**. Environment and Planning B: Planning and Design, v. 20, n. 1, p. 29-66, 1993.

HILLIER, B. **Space is the machine**. Cambridge: University Press, 1996.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora da UNB, 2002.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
LACERDA, Norma; MENDES ZANCHETI, Sílvia; DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. EURE (Santiago), Santiago, v. 26, n. 79, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900005. Acesso em: 15 ago. 2016.

LIRA, F. **Espaço de todos ou de ninguém**: Análise morfológica de transformações espaciais nos conjuntos residenciais Parque Serrambi em Natal. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

MEDEIROS, V. A. S. **Urbis Brasiliae**: O labirinto das cidades brasileiras. Brasília: UNB, 2013.

M. NETTO, VINÍCIUS. **O efeito da arquitetura:** impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão, *Arquitextos* n. 079.07, v. 07, dez., 2006.

MORAES NETTO. V.; SABOYA. R. T.; VARGAS. J. C. **(Buscando) os efeitos sociais da morfologia arquitetônica.** 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe?dd1=7400&dd99=view>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

SABOYA, R., VARGAS, J. C. **Tipos arquitetônicos e vitalidade urbana: um estudo sobre as possíveis relações entre a arquitetura e o uso dos espaços públicos.** In: *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Natal: UFRN, 2012.

SABOYA, R. **Fatores morfológicos de vitalidade urbana Partes 1, 2 e 3:** Densidade de usos e pessoas. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>>. Acesso em: 06 set. 2017.

TENÓRIO. G. S. **Ao desocupado em cima da ponte.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VALLEJO, M.H. **O negócio da cidade:** evolução e perspectivas da cidade contemporânea. Trad. Salvador Antônio Bernardino Pane Bareja. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2015.

VARGAS. J. C. B. **Centros urbanos vitais:** configuração, dinâmica funcional e caráter das ruas comerciais de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2003.

QUINTO JR. L. P. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas.** *Estud. av.* v.17 n.47. São Paulo. Jan./abr., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100011>. Acesso em: 19 ago. 2016.

RELAÇÃO ENTRE ÁREAS EDIFICADAS E NÃO EDIFICADAS EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS NO BAIRRO NEÓPOLIS, NATAL/RN

AUTORES:

Emmanuelle Sefora Cabral Silva
Yani Lima Melo

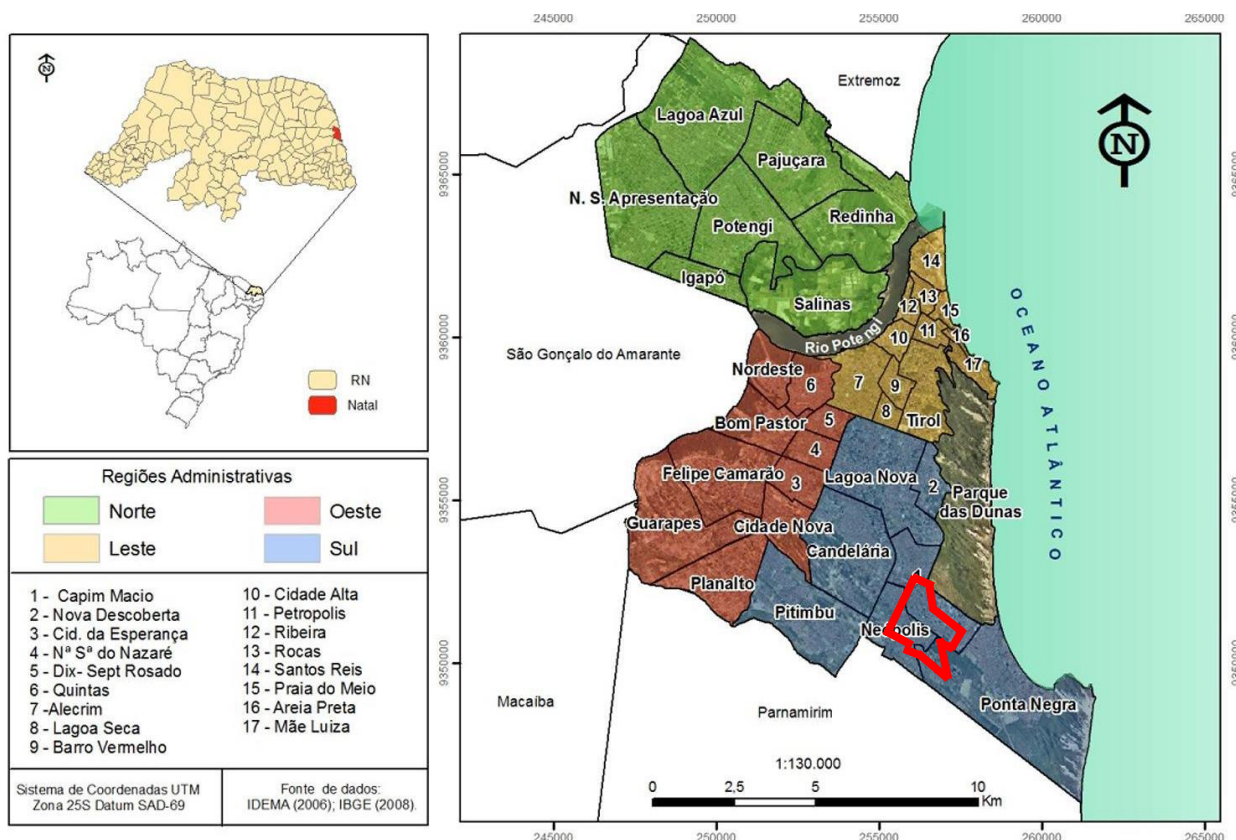
RESUMO: O aumento no número de condomínios verticais na cidade de Natal é notório, principalmente nos últimos anos. Essa maior concentração de pessoas em um menor espaço de superfície pode refletir negativamente em diversos aspectos a nível ambiental. Esse trabalho propôs a verificação de índices que entre as áreas edificadas, não edificadas e a proporção entre elas por habitante, em áreas ocupadas por condomínios verticais no bairro Neópolis, Natal/RN. Os índices de área não edificada calculados foram: índice de Áreas Não Edificadas em Condomínio Vertical (ANECV) e o índice de Áreas Não Edificadas em Condomínios Verticais para o Número de Habitantes (ANECVNH). O bairro de Neópolis apresentou o ANECV de 0,74, indicando que grande parte da área dos lotes não são edificadas, contudo essas áreas não inexistentes em alguns condomínios. O ANECVNH encontrado foi de 132,55m²/hab, das quais a maior parte não é arborizada ou devidamente aproveitada. O planejamento e manutenção das áreas livres é tão importante quanto o das áreas construídas, não só nos espaços ocupados por condomínios residenciais verticais, mas em toda a extensão da área urbana, entendendo-a como um grande sistema conectado e complexo.

Palavras - chave: Áreas livres. Áreas não edificadas. Condomínios verticais.

INTRODUÇÃO: A cidade de Natal é caracterizada por estar situada em uma faixa litorânea que ainda conserva grandes áreas de vegetação natural. Sabe-se que esses elementos naturais desempenham funções importantes para o sistema urbano favorecendo o sombreamento, a filtragem do ar e o controle da irradiação direta do sol, além de proporcionar ambientes mais amenos. Outra característica perceptível na cidade é o aumento na quantidade de condomínios verticais nos últimos anos. Essa maior concentração de pessoas, em áreas específicas, desencadeia a preocupação com outras questões como a redução na proporção de áreas livres por habitante. Esse sistema de áreas livres é composto pelo conjunto de áreas não edificadas, que quando arborizados também são chamados de áreas verdes e abrangem todo o sistema de espaços como parques, áreas de preservação ambiental, praças, jardins públicos e privados, incluindo os pertencentes a loteamentos e condomínios, conforme especificado no Plano Diretor de Natal (NATAL, 2007). Analisar as áreas não edificadas é importante porque nelas estão concentradas a vegetação de maior porte, as quais promovem a drenagem das águas pluviais, fator que favorece a permeabilidade do solo e a redução das temperaturas superficiais. A remoção da cobertura vegetal associada à impermeabilização de grandes superfícies altera as condições do microclima local, reduz a disponibilidade hídrica do solo, acelera a perda de nutrientes e sedimentos do solo (provocando a erosão), reduz a diversidade biológica e as funções dos ecossistemas, tornando o solo insustentável e inviável (MINAKI, 2007). Este estudo

objetivou caracterizar, de maneira quantitativa, as áreas não edificadas dos lotes de condomínios verticais no bairro Neópolis, Natal/RN, analisando como os índices de áreas não edificadas podem fornecer subsídios para o planejamento e aplicação de medidas mitigadoras para alguns problemas decorrentes do processo de urbanização. **REVISÃO DA LITERATURA:** A expressão “condomínio vertical” pode ser usada para definir um edifício de vários pavimentos no formato de torre, que pode ser formado por apenas uma torre ou várias (BERTONI, 2015). Essa é uma definição utilizada como orientação para caracterização desse tipo de tipologia construtiva e a utilizada nesse trabalho para a diferenciação desse tipo de uso do solo. De acordo com o dicionário imobiliário ROSSI (2017), área edificada é a área total coberta de uma edificação, sendo excluídas áreas como poços, vazios e algumas saliências. Portanto, adotamos neste trabalho que área não edificada é toda a área restante do lote que não corresponde a uma área edificada. A categorização e definição de áreas não edificadas adotadas por vários autores brasileiros torna ainda mais complexa uma avaliação sobre aquilo que se poderia chamar de “índices mínimos de área não edificada”. Os índices mínimos de área não edificada é a quantidade mínima de área não edificada que um lote deve ter, visando permitir a infiltração das águas pluviais e outros impactos negativos decorrentes para a região. Os impactos da verticalização podem variar positiva ou negativamente de acordo com a intensidade e controle do uso do solo. Como mencionado por Oke (1981), Macedo (1987), Nucci e Moura (2009, Apud NUCCI, 2008) e Fernandes et al. (2014), dentre os impactos negativos causados pelo uso mal administrado pode-se citar o aumento do tráfego, a especialização das ruas, a criação em áreas internas às quadras de espaços “mortos” ao uso, pouco iluminados, hiper ou subventilados e sombreados, a destruição do relevo, a sobrecarga da rede viária, de esgoto e de água e a maior concentração populacional residente ou não. **METODOLOGIA:** O bairro de Neópolis está situado na Região Administrativa Sul do Município Natal (NATAL, 2007) e tem área de 4,0879 km², ver figura 01.

Figura 01 - Localização do bairro Neópolis na cidade Natal/RN.



Fonte: IDEMA e IBGE (2008), modificado pelos autores.

Localizado em região metropolitana, a área é caracterizada pelo clima tropical, com chuvas de inverno-outono, caracterizado por ser um clima megatérmico (altas temperaturas) com verão seco (IBGE, 1997; VIANELLO e ALVES, 2004; SILVA et al., 2009) e temperatura média de 25,8 °C, com pluviosidade média anual de 1.464 mm. Os solos da região são compostos por areias quartzosas (MA/EMBRAPA/SUDENE,1971). No censo estimado para 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Neópolis deve possuir população de 22.994 habitantes e uma densidade demográfica aproximada de 5.625 habitantes por Km² (NATAL, 2017). A identificação dos condomínios residenciais verticais foi feita inicialmente com utilização da ferramenta Google Earth, através de imagens de satélites, e uso do software AutoCAD (2018) a partir do mapa base do Município do ano 2006, e posteriormente visitas ao local. Na etapa de análise dos dados as áreas totais, edificadas e não edificadas, de cada lote foram tabeladas e os condomínios foram classificados conforme o número de pavimentos, ver figura 02.

Figura 02 - Mapa de Neópolis com a localização dos condomínios e a classificação correspondente.



Fonte: CAERN (2006), modificado pelos autores.

Foram considerados condomínios verticais as edificações multifamiliares com mais de um pavimento, diferenciados em 3 tipos: condomínios de 2 pavimentos, 3 ou 4 pavimentos e mais de 4 pavimentos. Para identificação e diferenciação dos condomínios com menor gabarito dos demais lotes foram observadas as configurações típicas desse tipo de habitação, tais como fachada com o nome do condomínio, portões de garagem largos e placa indicando disponibilidade para aluguel. Os dados foram coletados durante os meses de agosto e setembro de 2017. As informações tabeladas foram utilizadas para a caracterização das áreas livres conforme método utilizado por Harder, Ribeiro e Tavares (2005), com base no cálculo dos índices apresentados a seguir. Índice de Áreas Não Edificadas em Condomínio Vertical (ANECV): Para calcular o índice de áreas não edificadas foi considerado o somatório das áreas não edificadas do lote, em metro quadrado, dividido pela área total do lote. As áreas das vias internas dos condomínios foram consideradas como não edificadas.

$$ANECV = \frac{\sum \text{das áreas não edificadas}}{\text{área total dos lotes}}$$

Índice de Áreas Não Edificadas em Condomínios Verticais para o Número de Habitantes (ANECVNH):

$$ANECVNH = \frac{\sum \text{das áreas não edificadas dos lotes}}{n. \text{ de habitantes da área urbana}}$$

Os condomínios verticais analisados foram classificados em totalmente edificados e parcialmente edificados, sendo observada a presença de gramados, limpeza e construções em bom estado de conservação. Os condomínios considerados totalmente edificados são os que possuem 100% do terreno ocupados por área edificada. Os parcialmente edificados são aqueles que apresentam algum solo livre notório. A cobertura vegetal foi observada tanto por acesso remoto como nas visitas *in loco*. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Pelo mapeamento dos condomínios verticais no bairro, foi observado que a maioria dos condomínios possuem 3 ou 4 pavimentos, indicando o uso do gabarito máximo sem uso obrigatório de elevador, de acordo com o Código de Obras do Município (NATAL, 2004). O bairro Neópolis possui 286.618,81 m² de área total referente à condomínios verticais, sendo 74.098,04 m² de áreas ocupadas com edificações. O bairro apresenta quantidade pouco significativa de condomínios verticais, apenas 7% comparado com a área total do bairro. Na tabela 01 estão as informações gerais incluindo as áreas edificadas e não edificadas em cada condomínio analisado.

Tabela 01 – Numeração, nome e áreas de análise dos condomínios verticais.

ID	Condomínio	Área total (m ²)	Área edificada (m ²)	Área não edificada (m ²)
1	Jardim Botânico	1245,49	422,88	822,61
2	Jardim Botânico	1247,44	415,70	831,74
3	Jardim Botânico	1452,20	494,74	957,46
4	Jardim Botânico	917,34	398,12	519,22
5	Res. Vitória III	462,27	288,63	173,64
6	Jardim Botânico	1306,78	402,97	903,81
7	Jardim Botânico	1055,38	514,14	541,24
8	Jardim Botânico	1354,48	521,17	833,31
9	Parque das Acácias	1767,73	819,29	948,44
10	Parque das Acácias II	1334,69	947,02	387,67
11	Espanha	2656,21	1004,52	1651,69
12	Res. Cunhaú	6804,99	2184,18	4620,81
13	Res. Porto Grecco	5650,43	1.821,1	3829,33
14	Res. Porto Milano	10720,67	3298,84	7421,83
15	Res. Aramary	371,87	323,78	48,09
16	Res. Jiquí	4771,82	1542,79	3229,03
17	Serrambi VII	10327,96	4289,14	6038,82
18	Res. Serrambi IV	5541,00	1467,76	4073,24
19	Parque dos Pinheiros	454,11	157,14	296,97
20	Res. Eugênia Lorenzo	966,23	204,05	762,18
21	Maria de Lourdes	386,48	167,75	218,73
22	Morada Nobre	2686,47	1058,14	1628,33
23	Nome não identificado	385,99	228,96	157,03
24	Nome não identificado	369,00	369,00	0
25	Nome não identificado	869,26	610,92	258,34
26	Congonhas	249,01	181,50	67,51
27	Nome não identificado	276,66	276,66	0
28	Parque dos servidores Federais	15374,02	1649,96	13724,06
29	Res. Colinas de Neópolis	10029,60	1105,73	8923,87
30	Nome não identificado	369,12	369,12	0

31	Res. Aurélia Bezerra	236,99	198,20	38,79
32	Nome não identificado	278,99	278,99	0
33	Nome não identificado	223,44	223,44	0
34	Portal de Neópolis	4363,22	1471,91	2891,31
35	Nome não identificado	237,27	210,44	26,83
36	Jardim Botânico	1369,65	463,41	906,24
37	Jardim Botânico	1258,24	361,13	897,11
38	Jardim Botânico	1738,68	306,91	1431,77
39	Jardim Botânico	1717,52	583,75	1133,77
40	Jardim Botânico	701,72	402,42	299,3
41	Jardim Botânico	794,08	446,64	347,44
42	Jardim Botânico	710,23	487,45	222,78
43	Jardim Botânico	474,83	317,79	157,04
44	Jardim Botânico	848,09	478,25	369,84
45	Jardim Botânico	620,16	343,83	276,33
46	Jardim Botânico	609,81	433,14	176,67
47	Jardim Botânico	741,65	320,53	421,12
48	Jardim Botânico	581,87	311,28	270,59
49	Jardim Botânico	999,31	645,82	353,49
50	Jardim Botânico	566,26	363,48	202,78
51	Jardim Botânico	1278,12	543,49	734,63
52	Jardim Botânico	896,82	313,46	583,36
53	Jardim Botânico	778,64	355,68	422,96
54	Jardim Botânico	1620,31	332,98	1287,33
55	Jardim Botânico	1121,17	405,20	715,97
56	Jardim Botânico	678,98	351,43	327,55
57	Jardim Botânico	889,56	343,91	545,65
58	Jardim Botânico	680,41	311,28	369,13
59	Jardim Botânico	1012,63	476,64	535,99
60	Jardim Botânico	1058,48	446,79	611,69
61	Jardim Botânico	578,50	365,93	212,57
62	Jardim Botânico	480,65	435,88	44,77
63	Jardim Botânico	375,26	313,93	61,33
64	Jardim Botânico	498,92	318,99	179,93
65	Jardim Botânico	380,97	320,52	60,45
66	Jardim Botânico	371,33	318,78	52,55
67	Jardim Botânico	509,87	318,26	191,61
68	Jardim Botânico	433,56	314,47	119,09
69	Jardim Botânico	606,09	373,92	232,17
70	Jardim Botânico	724,44	427,44	297,00
71	Jardim Botânico	371,66	314,29	57,37
72	Jardim Botânico	380,05	320,13	59,92
73	Jardim Botânico	1093,78	481,32	612,46
74	Jardim Botânico	954,36	320,95	633,41
75	Nome não identificado	378,37	281,74	96,63
76	Res. Neópolis	14724,53	3634,66	11089,87
77	Ed. Auguste Lumière	1618,99	1536,30	82,69
78	Verdes Mares	1093,29	174,06	919,23
79	Parque das Orquídeas	3557,75	754,65	2803,10
80	Nome não identificado	174,03	174,03	0
81	Nome não identificado	131,20	92,83	38,37
82	Nome não identificado	197,87	182,02	15,85
83	Nome não identificado	200,24	167,68	32,56
84	Central Park	53896,71	6209,92	47686,79
85	Paul Cezanne	8053,65	1780,27	6273,38
86	Elza Chaves	10653,88	2029,81	8624,07
87	Lacqua	42997,71	5824,27	37173,44
88	Porto do Alto	2072,22	1282,84	789,38
89	Nome não identificado	13062,32	2760,34	10301,98
90	Nome não identificado	519,41	478,37	41,04
91	Res. José Pereira	363,96	264,13	99,83
92	Nome não identificado	368,00	225,53	142,47
93	Res. Antônio Queiroz	226,75	113,50	113,25
94	Felizbela	355,59	242,10	113,49

95	Res. Brisa das Dunas	380,02	229,54	150,48
96	Res. Marbello	295,94	153,33	142,61
97	Res. Serra Branca	445,77	204,10	241,67
98	Ed. Louís Lumière	1599,34	291,84	1307,50
	TOTAL	285618,81	74098,04	211520,77

Fonte: Autoria própria, 2017.

Dos 98 condomínios analisados, 6 são totalmente edificados correspondendo a 6,12% da área total dos condomínios e os demais 93,88% possuem alguma área livre de edificações. Nota-se que todos os condomínios com área totalmente edificada são quitinetes, e que todos estão fora das indicações do Plano Diretor de Natal, o qual recomenda um percentual mínimo de 20% de área permeável. O Índice de Áreas Não Edificadas em Condomínio Vertical (ANECV) encontrado foi de 0,74. No caso, 74% da área dos lotes analisados não são edificadas. Isso mostra que há uma área relativamente grande de áreas não edificadas, porém nos casos dos condomínios 24, 27, 30, 32, 33 e 80 ela é nula. Considerando a densidade demográfica do bairro (0,005625hab./m²) e a área total correspondente aos condomínios verticais (285.618,81m²) foi considerada uma população de 1.607 habitantes moradores em condomínios verticais. Nesse caso, o índice de Áreas Não Edificadas em Condomínios Verticais para o Número de Habitantes (ANECVNH) é de 131,62, ou seja, cada habitante residente em condomínios verticais em Neópolis dispõe de 131,62m² de área livre. Entre as áreas livres dos condomínios foram observadas áreas com vegetação de porte arbóreo não representativo, predominando espaços destinados à garagem, passeios e jardins, com espécies vegetais de pequeno porte. Nos condomínios de maior número de unidades habitacionais foram observados ainda áreas destinadas à quadras, churrasqueiras, piscinas e espelhos d'água. **CONCLUSÃO:** Apesar de apresentar bem mais áreas livres que edificadas, nos lotes de condomínios verticais do bairro de Neópolis, não é possível afirmar que a relação das áreas não construídas por habitante é tão favorável como o calculado pelo ANECVNH. Por não ter uma estimativa do número de habitantes residentes apenas em condomínios verticais, o índice não reflete uma situação real, mas permite a reflexão de como a adoção desses parâmetros pode auxiliar no melhor entendimento dessas relações e favorecer a qualidade ambiental. Os estudos apontam para uma adequação dos parâmetros adotados, os quais podem responder positivamente aos impactos da verticalização através de uma ocupação ordenada e de baixo impacto ambiental nas áreas metropolitanas. Também se verifica a importância de maior arborização das áreas livres de construção para melhor aproveitamento do solo e aumento do conforto ambiental. Com uma grande superfície sem vegetação, a falta de permeabilidade do solo pode gerar sobrecarga no sistema de escoamento e comprometer ainda mais a qualidade das águas da região. Dessa forma, percebe-se o quanto é importante planejar não só a ocupação do solo das áreas construídas, mas também a das áreas não construídas, não só nos espaços ocupados por condomínios residenciais verticais, mas em toda a extensão da área urbana, entendendo-a como um grande sistema conectado e complexo.

REFERÊNCIAS

- BERTONI, Elídio. **Tipos de condomínio:** horizontal e vertical, residencial e comercial. 2015. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/tipos-de-condominio-horizontal-e-vertical-residencial-bertoni->>. Acesso em: 04 out. 2017.
- DICIONÁRIO Imobiliário. São Paulo: **Rossi**, 2017. Disponível em: <<http://www.rossiresidencial.com.br/dicionario-imobiliario>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- Embrapa; UEP (Comp.). **Mapa Exploratório:** Reconhecimento de solos do município de Natal, RN. 1971. Disponível em: <<http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/rn/natal.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Flores et al. **Impermeabilização excessiva do solo:** Impactos ambientais negativos. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/pf.php?idartigo=1886>>. Acesso em: 12 out. 2017.
- HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de Cássia Salvador; TAVARES, Armando Reis. **Índices de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. Árvore**, Viçosa, v. 30, n. 2, p.277-282, 10 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v30n2/a15v30n2>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. v. 57, 1997.
- MACEDO, S.S., 1987. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada:** os espaços livres como elementos do desenho urbano. São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MINAKI, Mônica. **As praças públicas de Araçatuba/SP: Análise de um indicador da qualidade ambiental urbana**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de PROGRAMA de Pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96767/minaki_m_me_prud.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 set. 2017.
- NATAL. Lei Complementar nº 082 de 21 de junho de 2007. **Plano Diretor do Município de Natal**. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/24_Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.
- NATAL. **Lei Complementar nº 055 de janeiro de 2004**. Código de Obras do Município de Natal. Disponível em: <[https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/9_Codigo_de_Obras_2004_\(Vigente\).pdf](https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/9_Codigo_de_Obras_2004_(Vigente).pdf)>. Acesso em: 13 set. 2017.
- _____. Prefeitura Municipal. **Conheça melhor seu bairro:** Neópolis. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2008. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/sul_neopolis.pdf>. Acesso em: 06 set 2017.

NUCCI, João Carlos e MOURA, Angelita Rolim. A verticalização como parâmetro na avaliação da qualidade ambiental urbana. In: **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Geografia Aplicada**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

OKE, T. R. **Canyon geometry and the nocturnal urban heat island**: comparison of scale model and field observations. 1981. Journal of Climatology, n. 1, p. 237-254.

SILVA, F. M.; CHAVES, M. S.; LIMA, Z. M. C. **Geografia Física II**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa: UFV, 2004.

ANÁLISE PAISAGÍSTICA E DE INFRAESTRUTURA DAS PRAÇAS DO BAIRRO DE NEÓPOLIS, NATAL/RN

AUTORAS:

Emmanuelle Sefora Cabral Silva

Rhayssa Gomes da Silva

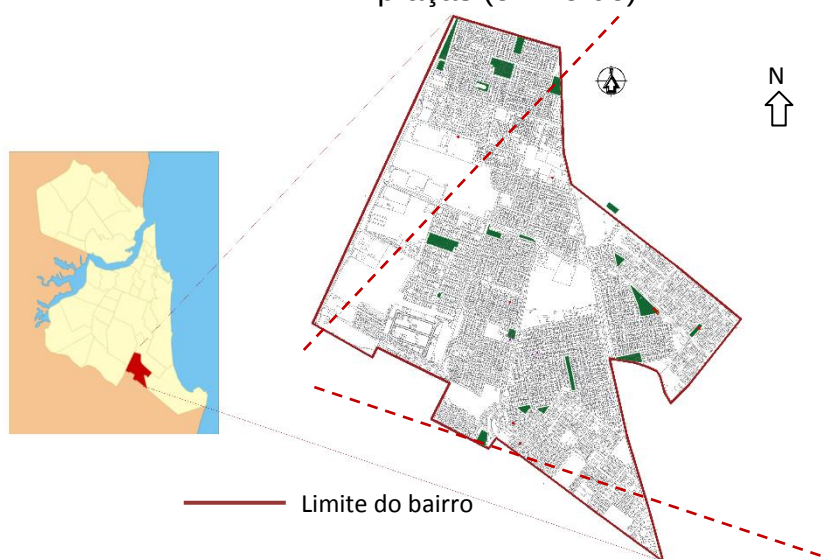
RESUMO: As praças são elementos fundamentais para o traçado da cidade e importantes no desempenho de funções sociais, estéticas e ambientais. Quando bem conservadas se tornam locais frequentados e ponto focal na cidade. Diante disso, o trabalho propôs a análise desses espaços no bairro de Neópolis, considerando aspectos quantitativos e qualitativos dos elementos que compõem a infraestrutura e a cobertura vegetal de cada uma das praças, com o objetivo de compreender a qualidade ambiental desses espaços. O trabalho foi realizado com base em imagens de satélite (Google Earth), visitas *in loco* e cartografia, com o intuito de levantar informações sobre o estado de conservação das praças e da sua vegetação. Foram usados dois formulários, o primeiro com o objetivo de reconhecer os equipamentos e estrutura das praças e o segundo utilizado para identificar o percentual de cobertura vegetal. Os dados obtidos foram tabelados e analisados permitindo verificar que a maioria das praças possui poucos equipamentos de infraestrutura urbana e a cobertura vegetal é mais presente e significativa nas praças que possuem menos equipamentos, tanto em quantidade como em qualidade.

Palavras - chave: Praças. Cobertura vegetal. Infraestrutura urbana.

INTRODUÇÃO: As praças são elementos fundamentais para o traçado da cidade, suas funções sociais, estéticas e ambientais contribuem não somente para questões ambientais, mas como também para segurança. São nelas que a integração e convivência acontecem, e como os principais protagonistas desses espaços, a presença das pessoas é um dos fatores que favorece a sensação de segurança. Jacobs (2000) aborda sobre a relação das calçadas e como o uso delas tornam a cidade mais segura, esse fato pode ser estendido também para as praças quando estas desempenham o seu papel na cidade, contribuindo tanto para as condições do bairro como para o bem-estar dos próprios moradores/usuários. Carneiro e Mesquita (2000) definem praças como “espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação”. A função de convívio social das praças ao longo dos anos tem diminuído drasticamente e a redução do uso desses espaços tendem a tornar esses locais menos seguros. Não somente a insegurança, mas a falta de manutenção também favorece a falta de uso desses espaços. Além das praças serem elementos estruturadores da formação e socialização a nível do bairro, a vegetação existente nesses espaços é essencial para a regulação do clima urbano, auxiliando na qualidade de vida da população, principalmente através do sombreamento e resfriamento do ar adjacente (OLGYAY, 1963; MASCARÓ, 1983). Pensando nessa problemática, a presente pesquisa propõe o reconhecimento e a análise das 21 praças registradas do bairro de Neópolis, em Natal/RN. O objetivo foi identificar a infraestrutura desses logradouros e compreender como esse conjunto reflete na qualidade ambiental desses espaços públicos. **METODOLOGIA:** Para a realização desse estudo foram analisadas todas as praças registradas oficialmente pela Secretaria

Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, conforme a cartilha Conheça Seu Bairro (NATAL, 2017). Foram identificadas 21 praças, destas, 3 não possuem identificação nominal oficial, as quais foram referidas nesse trabalho como Praça 09, 13 e 14, respectivamente. A princípio o reconhecimento e localização de cada uma das praças foram efetivadas através de imagens via satélite (Google Earth) e posteriormente realizadas visitas *in loco* e a análise dos resultados. Na primeira fase do trabalho, as 21 praças foram demarcadas no mapa e o reconhecimento remoto feito com objetivo de verificar o estado atual de cada área e fundamentar a estratégia de visita a campo, ver figura 01.

Figura 01 – Mapa de Natal, com a localização do bairro (em vermelho) e das 21 praças (em verde).



Fonte: Autoria própria, 2017.

Na sequência, foram realizadas visitas para registro fotográfico dessas áreas e compreensão da qualidade ambiental, identificando quantitativamente e qualitativamente 4 aspectos, conforme a metodologia proposta por De Angelis (2004) e Cavaleiro (1999): 1. Estado de conservação da praça, 2. Quantidade de cada tipo de equipamento urbano, 3. Estado de conservação desses equipamentos, 4. Cobertura vegetal. Os formulários foram separados em duas categorias: infraestrutura e arborização. Para avaliação da infraestrutura e o registro dos parâmetros quantitativos e qualitativos as informações observadas *in loco* foram registradas em 2 formulários. O primeiro formulário consiste no levantamento quantitativo dos equipamentos presentes em cada praça. Os tipos de equipamentos considerados foram os mais comuns presentes nas praças de Natal. No segundo formulário, foi registrado o aspecto qualitativo. Nessa planilha foi considerada o estado geral de conservação dos equipamentos de cada praça. Para classificação dos equipamentos e estrutura da praça os parâmetros foram os mesmos propostos por De Angelis (2004). A avaliação da arborização foi estimada através da cobertura vegetal de cada praça, quantificada através de mapeamento do software AutoCAD (2018), com base no mapa do Município do ano 2006, verificação pelo Google Earth (2017) e visita *in loco*. Para cada praça foram registradas as seguintes informações: nome, área total (m²), percentual de cobertura vegetal (%) e o aspecto qualitativo da

cobertura vegetal. Para definição do percentual de cobertura vegetal foi feita a relação da estimativa da área de cobertura mapeada e a área total da praça. **REVISÃO LITERÁRIA:** Atualmente a mudança no modo de vida das pessoas tem interferido nas situações atuais das praças. Com a correria diária as pessoas têm cada vez mais atribuições e menos tempo para atividades ao ar livre, fazendo das praças locais obsoletos. Conforme Minaki (2007):

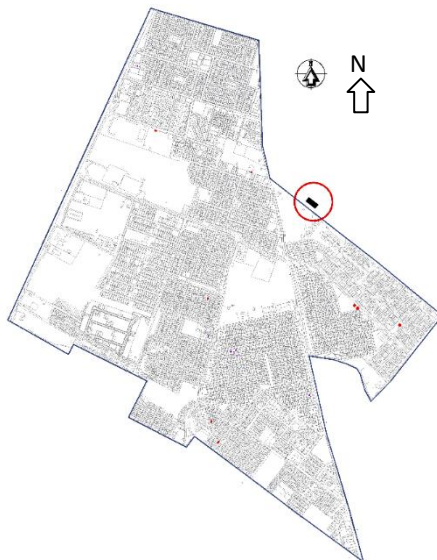
Em decorrência da difusão de um modo de vida urbano baseado no consumismo e no individualismo, os espaços públicos, como as praças, perderam a capacidade de atrair a população, tendo em vista os novos padrões de consumo e lazer, representados, sobretudo, pelos shoppings centers e pela televisão (MINAKI, 2007, p.56).

As praças são espaços fundamentais na vida urbana de uma cidade, além ser um elemento da vida social dos bairros, servindo como ponto de encontros e convívio, elas são áreas que podem favorecer a prática de diversas atividades de lazer (tanto ativas quanto passivas). De Angelis (2005, p. 2) define a praça como “lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias”. As praças também desempenham importante papel em relação a cobertura vegetal. Normalmente é onde concentra-se a maioria das árvores de grande porte, sendo um dos elementos principais desse espaço, tanto de caráter visual como em relação ao conforto térmico. Para Viero e Barbosa Filho (2009):

Os benefícios trazidos pelas praças públicas decorrem tanto da vegetação que pode ser abrigada por elas, quanto de aspectos subjetivos relacionados à sua existência, como a influência positiva no psicológico da população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social (VIERO e BARBOSA FILHO 2009, p.2).

As áreas verdes são elementos importantes para a cidade, Lima e Amorim (2006, p.69) afirmam que “as áreas verdes são importantes para a qualidade ambiental das cidades, já que assumem um papel de equilíbrio entre o espaço modificado para o assentamento urbano e o meio ambiente”. Dessa forma, as praças foram classificadas, conforme visto em Macedo e Robba (2002) por três categorias de valores: valores funcionais, valores estéticos/simbólicos e valores ambientais. **RESULTADOS OBTIDOS:** Na etapa de identificação e reconhecimento das áreas foi verificado que uma das praças, a Praça Flamboyantes, não se encontra dentro dos limites do bairro. Entretanto, por ser reconhecida pela Prefeitura como pertencente ao bairro, ela foi considerada nesse estudo (ver figura 02).

Figura 02 – Mapa do bairro com destaque para a localização da Praça Flamboyant.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No levantamento quantitativo, que também identificou a existência ou não de alguns tipos de equipamentos urbanos, foi possível observar que as praças possuem poucos equipamentos de infraestrutura, como as praças 03 (Dom Adelino Dantas), 06 (Ayrton Senna), 08 (Marechal Floriano Peixoto), 13 (Praça 13), 14 (Praça 14), 15 (das Rosas) e 20 (Conjunto Serro Azul), o que não favorece o uso do espaço pela população. Essas áreas apresentam árvores de grande/médio porte, iluminação e em algumas delas quiosques de alimentação ou similar, ver figura 03.

Figura 03 – Praça 14 e Praça das Rosas, respectivamente.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Nenhuma praça possui mais que 45% dos equipamentos considerados e a praça 21 (Praça Flamboyantes) é a que possui maior diversidade de equipamentos (8 tipos), ver tabela 01.

Tabela 01 – Quantidade de Equipamentos por tipo.

Praça	Quantidade de equipamentos por tipo																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
01	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-
02	20	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
03	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
04	40	25	-	4	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	1
05	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
06	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	-	-
07	9	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-
08	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
09	8	7	2	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-
10	6	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
11	10	6	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
12	-	4	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2	-	1
13	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
14	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
15	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	30	6	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
17	22	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
18	14	11	4	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-
19	13	8	7	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-
20	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	10	5	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	-

Fonte: Autoria própria, 2017.

Tipo dos equipamentos urbanos: 1. Bancos, 2. Poste de Iluminação pública, 3. Lixeira, 4. Telefone público, 5. Palco, coreto, anfiteatro, 6. Monumento/busto/estatuas, 7. Espelho d'água/chafariz, 8. Estacionamento, 9. Ponto de ônibus, 10. Ponto de táxi, 11. Quadra de esporte/ campo de areia, 12. Estrutura para pratica de exercícios físicos, 13. Estrutura para prática de exercícios para terceira idade, 14. Parque infantil, 15. Banca de revista, 16. Quiosque de alimentação ou similar, 17. Identificação, 18. Edificação Institucional/templo religioso. Dos 18 equipamentos listados, os de números 5 (Palcos/Coreto/Anfiteatro), 6 (Monumento/ Bustos/ Estátuas), 7 (Espelho d'água/Chafariz) e 15 (Banca de revista) não foram observados em nenhuma das praças analisadas. Postes de iluminação foi o equipamento mais frequente observado nas praças, com exceção da Praça 08 (Marechal Floriano Peixoto) que não apresentou qualquer iluminação pública. Os

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

bancos, um dos principais elementos que caracteriza o espaço público como praça, está presente em apenas 11 das 21 praças. Além do estado dos 18 tipos de equipamentos já citados, foram ainda avaliados parâmetros relacionados à vegetação (estado geral; manutenção), paisagismo (inserção planejada da vegetação no conjunto), localização (facilidade de acesso), manutenção das estruturas físicas, limpeza, segurança (circulação de pessoas, policiamento e conservação), conforto térmico (relação entre área sombreada e não sombreada; impermeabilização da área da praça e seu entorno) e conforto visual (caracterização visual da praça e seu entorno), ver tabela 02.

Tabela 02 – Qualidade dos equipamentos, estrutura e conservação de cada praça.

Tabela 02 - Quantidade dos equipamentos, estrutura e conservação de cada praça.																												
Praça	Tipos de equipamentos																								Conservação			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	P	R	B	C
01	-	-	-	R	P	-	-	-	B	R	-	-	-	-	-	B	O	R	O	B	B	P	R	P			X	
02	R	-	-	R	B	-	-	-	-	-	-			R		B	O	R	O	R	B	P	O	R		X		
03	-	-	-	R	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	B	B	R	B	P	O	B			X	
04	P	-	R	P	R	-	-	-	-	-	R	-	B	P	-	-	B	P	B	P	B	P	P	P	X			
05	-	-	-	O	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	B	B	O	O	B	B	B				X
06	-	-	-	R	P	-	-	-	P	-	-	-	-	-	-	B	B	P	B	R	R	P	O	R			X	
07	B	-	-	B	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	B	O	B	O	R	O	B				X
08	-	P	-	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	P	P	-	P	P	O	R	X			
09	P	P	-	R	R	-	-	-	-	-	P	P	-	R	-	-	B	R	R	P	R	P	B	B	X			
10	P	-	-	R	-	-	-	R	-	-	-	-	-	R	-	-	O	P	R	P	R	P	R	B	X			
11	B	O	-	O	B	-	-	B	O	-	-	-	-	-	-	-	O	B	O	O	O	R	B	B			X	
12	-	-	-	P	P	-	-	-	B	-	P	-	-	-	-	B	O	P	O	P	R	P	P	P		X		
13	-	-	-	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	B	R	-	B	P	O	B			X	
14	-	-	-	R	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	B	R	R	P	P	O	B	X			
15	-	-	-	R	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	R	R	-	R	P	B	R	X			
16	R	R	R	R	B	-	-	-	-	-	-	-	-	B	-	B	O	P	O	R	R	P	P	P			X	
16	R	-	-	R	R	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	O	R	B	R	R	P	O	B		X		
18	P	R	-	B	R	-	-	B	-	-	B	-	-	-	-	B	O	R	O	R	B	R	R	B			X	
19	P	R	-	B	O	-	-	-	-	-	-	-	R	O	B	-	O	R	O	P	B	R	R	B			X	
20	-	-	-	P	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	B	P	R	-	P	P	P	P	X			
21	B	-	B	O	R	-	-	-	-	-	-	-	O	B	-	B	-	-	R	O	O	B	P	R			X	

Fonte: Autoria própria, 2017.

Tipos de equipamentos: 1. Bancos, 2. Lixeiras, 3. Telefone público, 4. Piso, 5. Traçado dos caminhos, 6. Monumentos/estatuas/busto, 7. Espelho d'água/chafariz, 8. Estacionamento, 9. Ponto de ônibus, 10. Ponto de táxi, 11. Quadra esportiva/campo de areia, 12. Equipamento para exercícios físicos, 13. Estrutura para terceira idade, 14. Parque infantil, 15. Banca de revista, 16. Quiosque de alimentação e/ou similar, 17. Vegetação, 18. Paisagismo, 19. Localização, 20. Manutenção das estruturas físicas, 21. Limpeza, 22. Segurança, 23. Conforto térmico, 24. Conforto visual.

Estado de conservação: P – Péssima (Sem condições de uso), R - Regular (Estrutura comprometidas, muitas vezes por ato de vandalismo ou em más condições devido ao tempo de uso sem regular manutenção), B – Bom (Estruturas confeccionadas em materiais resistentes como concreto e ferro ou em madeira com longa durabilidade, bem conservados e sem depredação), O – Ótimo (Além de serem confeccionados em material resistente e livre de depredação, os equipamentos se encontram bem distribuídos pela praça, sem rejeição por parte dos usuários). A área total, o percentual de cobertura vegetal e avaliação quantitativa da cobertura vegetal pode ser consultada na tabela 03.

Tabela 03 – Identificação, área e classificação das praças em relação ao percentual de Cobertura vegetal.

Identificação	Área (m²)	% de Cobertura vegetal total	Classificação			
			M	R	P	S
01. Praça da Acácias	3.165,78	50%		X		
02. Praça da Guerreira	2.256,43	95%	X			
03. Praça Dom Adelino Dantas	3.561,62	50%		X		
04. Praça Central de Neópolis	10.880,02	30%			X	
05. Praça Imaculada Coração de Maria	1.413,18	45%		X		
06. Praça Ayrton Senna	1.295,82	90%	X			
07. Praça Marechal Deodoro	2.532,98	80%	X			
08. Praça Marechal Floriano Peixoto	8.017,82	60%	X			
09. Praça 09	8.017,93	5%			X	
10. Praça Reverendo Sebastião G. M.	444,48	35%		X		
11. Praça Cristo Rei	939,55	45%		X		
12. Praça dos Idosos	4.841,37	20%			X	
13. Praça 13	1.367,82	90%	X			
14. Praça 14	1.920,17	95%	X			
15. Praça das Rosas	3.615,01	85%	X			
16. Praça Joaquim Eufrásio da S. Junior	4.666,35	5%			X	
17. Praça Washington Luiz	1.823,83	80%	X			
18. Praça Dinarte Mariz	7.125,68	10%			X	
19. Praça Gov. Tarcísio Maia	2.426,23	5%			X	
20. Praça Conj. Serro Azul	2.046,90	5%			X	
21. Praça Flamboyantes	1.624,00	0%				X

Fonte: Autoria própria, 2017.

M.- Muita (mais que 50%); R – Regular (menos que 50% e mais que 25%); P.- Pouca (até 25%); S - Sem Cobertura Vegetal (sem qualquer cobertura vegetal significativa).

Foi possível observar que 61,90% (13 praças) possuem muita cobertura vegetal ou regular, em relação à área total da praça, 33,33% (7 praças) possuem pouca arborização e 4,77% (1 praça) não possui cobertura vegetal significativa. Em relação ao estado de conservação das praças, com base no estado de conservação dos equipamentos, apenas 9,52% possuem um estado de conservação ótimo (Praça Flamboyantes e Praça Imaculada Coração de Maria). A maioria apresenta um estado de conservação bom (42,86%), 14,29% em estado de conservação regular e 33,33% das praças do bairro em péssimas condições de infraestrutura. **CONCLUSÃO:** Mesmo exercendo importante papel estruturador e social para a estrutura urbana muitas praças não possuem infraestrutura favorável e convidativa ao uso público. Os levantamentos realizados nesse trabalho permitem concluir que a maioria das praças de Neópolis não possuem uma infraestrutura que favoreça o uso devido pela população local. Assim como Lima (1993) afirma que a principal função da praça é o lazer, é possível identificar que alguns dos espaços em Neópolis, reconhecidos como praças pela Prefeitura, não possuem elementos que proporcione tal função. Em relação a cobertura vegetal, foi possível observar que as praças em que a infraestrutura apresenta melhores condições são as que possuem menos cobertura vegetal. A única que não possui claramente nenhuma infraestrutura de praça é a que possui massa vegetal mais significativa. Esses espaços verdes são indicadores da qualidade ambiental, entretanto essas áreas não são conservadas devidamente, deixando uma lacuna no tratamento da melhoria do bem-estar de todo o sistema. As praças devem ser vistas como áreas livres favoráveis para manutenção de áreas verdes efetivas na qualidade ambiental a nível de bairro.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CAVALHEIRO, F. et al. **Proposição de terminologia para o verde urbano**. Boletim Informativo da SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana), ano VII, n. 3 - Jul/ago/set de 1999, Rio de Janeiro, p. 7.
- DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M.; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Rev. Engenharia civil**, Maringá - PR, n. 20, p. 57-70, 2004.
- DE ANGELIS, B. L.; LOBODA, C. R. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. Ambiência, Guarapuava - PR, v.1, n. 1, p. 125-139 jan. /jun. 2005.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LIMA, V.; AMORIM, M. C. de C. T. A importância das áreas verdes para qualidade ambiental. **Revista Formação**, n.13, p. 139 – 165, 2006.
- LIMA, A.M.L.P. **Análise da arborização viária na área central e em seu entorno**. Escola Superior de Agronomia “Luiz de Queiroz”, USP. 238 p. (Tese de Doutorado) USP – ESALQ. Piracicaba/SP: 1993.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MASCARÓ, Lúcia R. **Luz, clima e arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1983.

MINAKI, MÔNICA. **As praças públicas de Araçatuba/SP**: Análise de um indicador da qualidade ambiental urbana. Presidente Prudente, 2004. Dissertação em Geografia. Coordenadoria de pós-graduação, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP.

NATAL. Prefeitura Municipal. **Conheça melhor seu bairro**: Neópolis. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, 2008. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/sul_neopolis.pdf>. Acesso em: 06 set 2017.

OLGYAY, V. **Design with climate**: bioclimatic approach to architectural regionalism. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1963. 190p.

VIERO, C. V.; BARBOSA FILHO, L. C. **Praças públicas**: origem, conceitos e funções. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

HABITAÇÕES POPULARES: CONTRAPOSIÇÃO DO DISCURSO X SUAS APLICAÇÕES NA CIDADE DE NATAL

AUTORES:

Adriana Conceição Silva Costa
Fernando Henrique Lúcio da Silva
Percival Pedrosa Machado

RESUMO: Comumente, os equipamentos urbanos concedidos pelo poder público atendem a uma classe economicamente favorecida e aos interesses da especulação imobiliária, esquecendo os anseios de quem vive dentro de uma zona especial de interesse social (ZEIS) que é crescente até os dias atuais. De acordo com o objetivo que rege a Constituição Federal (1988), cabe à união fixar as diretrizes gerais de política urbana e, aos municípios formular e executar essa política. O objetivo da política local é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O instrumento básico da política urbana municipal é regido pelo plano diretor. Dessa forma, este estudo tem como principal objetivo comparar o Estatuto das Cidades com a realidade em que o bairro vive atualmente, observando os principais aspectos sociais de uma gentrificação causada pela especulação imobiliária alterando toda sua dinâmica urbanística dia a dia. Para tal, à metodologia aplicada classifica-se como descritiva. Os dados obtidos através de pesquisa bibliográfica em livros, e artigos para registrar os fatos, permitirá interpretar a dinâmica atual e identificá-los diante de suas problemáticas adquiridas ao longo do tempo. Ao término da pesquisa, podemos perceber a crescente demanda de serviços urbanos bem como a contraposição de alguns instrumentos apresentados no Estatuto da Cidade e a sua prática no cotidiano, que são realidades totalmente diferentes, ou seja, a prática não corresponde ao que é especificado nos anais da prefeitura bem como ao Plano Diretor e suas ementas, os quais só funcionam no papel.

Palavras - chave: Habitação popular. Estatuto das Cidades. Políticas públicas.

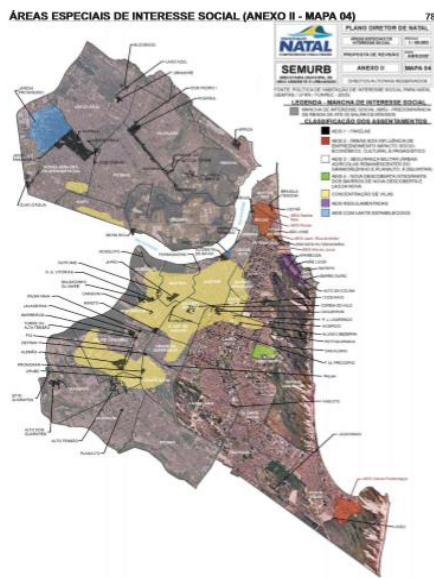
INTRODUÇÃO: A dificuldade de acesso à terra tem sido um fator determinante de carências e desigualdade sociais, oriundo da especulação imobiliária nas cidades, o preço do solo segrega as pessoas por estrato de renda e impõe ônus inversamente proporcionais à sua capacidade de pagamento das taxas municipais. Os que dispõem de mais recurso mediante ao interesse imobiliário, conseguem empreender sofisticados empreendimentos e morar mais perto dos interesses e localizar próximo aos melhores equipamentos servidos pelo município e os mais pobres são empurrados aos limites do bairro, obrigando-os a buscar alojamentos em cortiços precários, muitas vezes em áreas limites e irregulares ao longo do bairro. À distância e a precariedade tornam mais difíceis os acessos de transportes bem como o de serviços básicos como educação, saúde e lazer. Em resumo, o preço da terra determina o lugar de moradia das pessoas e torna o bairro mais caro para os que têm menos. maior parte dos chamados serviços urbanos decorre de investimentos públicos do mesmo modo, a elevação de gabaritos e a permissão de novos usos. De acordo com a Constituição Federal (1988) cabe à união fixar as diretrizes gerais da política urbana e, aos municípios formular e executar sua política conforme essas diretrizes. O objetivo da política local é ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O instrumento básico

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

da política urbana municipal é o plano diretor. No caso da propriedade urbana, tanto pública quanto particular a constituição elegeu o plano diretor como referência para a criação das ZEIS zonas especiais de interesse social e fixou penalidades para os casos de descumprimento. Isso posto, este trabalho de pesquisa tem como objetivo comparar o Estatuto da Cidade com a realidade em que vivemos e observar os principais aspectos com relativos à aplicação social. Quanto à metodologia desse trabalho, a pesquisa se classifica como descritiva - quanto aos objetivos -, tendo como procedimento uma APO análise pós-ocupação e de coleta de dados em pesquisas bibliográficas. Os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica nos anais do município em livros e artigos para registrar os fatos, permitirá ter uma visão interpretativa e identificá-los diante das suas problemáticas atuais. **O ESTATUTO DA CIDADE:** O Estatuto da Cidade surgiu como projeto de lei em 1988, proposto pelo então senador Pompeu de Sousa (1914-1991), apresentado no plenário do Senado em junho de 1989, onde foi aprovado e remetido à Câmara Federal no ano seguinte. Quando o então deputado e ex-senador Inácio Arruda assumiu a presidência da comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, em 1999, só tendo sido aprovado em 2001, mais de 12 anos depois e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, promulgado em 10 de julho 2001, reitera e detalha os princípios constitucionais, criando instrumentos que permitem aos governos locais atuar de forma muito mais eficaz na questão habitacional. O Instrumento de desenvolvimento urbano, o estatuto da cidade, criou uma série de ferramentas para orientação urbanística onde as cidades pudessem buscar seu desenvolvimento como plano urbano, sendo principal o plano diretor, que deve articular a implementação de planos diretores participativos com a comunidade local, definindo uma série de dispositivos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos e seus principais objetivos de interesse social. Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto da Cidade prevê a cobrança de IPTU progressivo de até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação do parcelamento e uso do solo para fins habitacionais, de modo a aumentar a oferta de lotes, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano. Em virtude da complexidade da tarefa, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores onde diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.672 em 2008, que por sua vez estabelece procedimento para o julgamento de recursos especiais repetitivos no âmbito do STJ, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008, assim cada plano diretor possui suas características jurídicas asseguradas, mesmo criada pelo município. Entende-se como princípios básicos do Estatuto da Cidades: a gestão democrática que pressupõe o planejamento participativo, função social da propriedade, direito à moradia, direito a cidade e a habitação social. A política urbana brasileira é muito avançada, porém não traz muitos resultados práticos por que seus instrumentos de interesse de habitação popular não são usados perfeitamente. No entanto, poucas administrações têm efetivamente atuado nesse campo, o que tem se refletido no aumento desenfreado do preço da terra nas áreas metropolitanas, inviabilizando ou dificultando a provisão de unidade para as camadas de baixa renda no âmbito do programa minha casa minha vida. Entre as 18 diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade podem ser destacadas instituições de zonas especiais de interesse social, tais como: concessão de direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião e regulação fundiária. Segundo Rolnik (2001) para implantar essas diretrizes, o Estatuto da Cidade oferece aos municípios diversos instrumentos

que funcionam como uma "caixa de ferramentas". Sendo fundamental saber o que são e para que servem essas ferramentas. Por exemplo, fazer com que os proprietários promovam os aproveitamentos de imóveis ociosos, pode-se utilizar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória para a regularização ou implantação de assentamentos sociais, podem ser instituídas zonas especiais de interesse social, as Leis, sujeitas a regras específicas de parcelamentos de uso e ocupação do solo. Na regularização fundiária, podem ser utilizadas as concessões de uso especial para fins de moradia, individuais ou coletivamente e o usucapião especial. Enfim, o Estatuto da Cidade abriu um amplo leque de possibilidades para lidar com as questões urbanas, tanto em seus aspectos normativos quanto em seus efeitos sociais sendo proveitoso para diversos agentes sociais ou econômicos, públicos e privados, intercorrentes no processo de urbanização. Silva (2009), afirma que o Estatuto da cidade carregou consigo a procrastinação de uma efetiva intervenção urbana que visasse à revisão do quadro de segregação das cidades brasileiras; diz também que diante de um quadro onde se estima que cerca da metade dos imóveis urbanos dos grandes centros estejam em situação irregular, limitar ou inviabilizar a tentativa de reordenamento das cidades em prol da coletividade sob a justificativa de uma previsão legislativa incoerente com a integridade do ordenamento é no mínimo um contrassenso com a busca da justiça social e uma ofensa aos direitos fundamentais e à dignidade humana. L. Osório (2004) diz que o Estatuto da Cidade obriga os proprietários a promover o adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos, sob pena de sanção pelo poder público por retenção especulativa da terra como reserva de valor e os municípios brasileiros têm o prazo de cinco anos, a contar da data da aprovação do Estatuto das Cidades, para elaborar ou adequar o plano diretor às diretrizes e instrumentos contidos nesta lei. Já Fernandes (2010) cita que as taxas de crescimento urbano informal seguem altas, agora com a maior densificação / verticalização de assentamentos antigos; formação de novos assentamentos (favelas e loteamentos irregulares) usualmente em áreas periféricas e cada vez mais em cidades pequenas e de médio porte; bem como o surgimento/renovação de outras práticas informais como “casas de frente e fundo”, aluguel informal, cortiços etc. O desenvolvimento urbano nas novas fronteiras econômicas, especialmente na Amazônia legal, tem se dado amplamente mediante processos informais. Há um número crescente de disputas fundiárias e conflitos socioambientais por todo o país. Segundo Cardoso (2007), a história das políticas habitacionais no Brasil sempre conferiu um papel protagonista ao governo federal e os governos municipais desvincularam-se de qualquer responsabilidade nessa área. No entanto, com o processo de redemocratização e com a descentralização operada pela constituição de 1988, os municípios efetivamente passaram a ter um papel estratégico no desenvolvimento de ações mais consistentes na área da habitação. Cabe lembrar que o problema habitacional não se resolve apenas com o financiamento e com os subsídios, embora estes sejam elementos fundamentais. É necessário tratar adequadamente o problema de acesso a terra e do controle sobre os processos de valorização fundiária. Nesse ponto, a constituição estabeleceu claramente a competência municipal, ao estabelecer o princípio da função social da propriedade e colocá-los sob a tutela dos municípios. A Figura 01 mostra como exemplo a Cidade do Natal, abaixo com a marcação em roxo demonstra que os instrumentos contidos no Estatuto de 2001 que se diz, na legislação urbanística, recomenda-se adotar pelo menos em algumas áreas, padrões compatíveis com a realidade das pessoas de baixa renda, para não as lançar na ilegalidade.

Figura 01 – Áreas de interesse social



Fonte: Prefeitura de Natal, 2017.

Muitas vezes, a observância dos padrões urbanísticos idealizados é inviável na prática para boa parte da população, em razão de dificuldades econômicas. A Lei Federal nº 6.766/79, com redação alterada pela Lei nº 9.785/99, por exemplo, faz referência às zonas habitacionais de interesse social, para as quais traçam exigências mínimas mais brandas que a média (art. 2º, § 6º). Ao Município, portanto, é dado instituir zonas com regras especiais, quando o uso admitido vier a promover a integração das pessoas mais necessitadas aos espaços habitáveis, ou seja, não está sendo devidamente aplicado no plano diretor do Natal em relação a áreas especiais de interesse social, sendo bem poucas as áreas regulamentadas na cidade do Natal e muitas vivendo na ilegalidade sem condições dignas de se viver em lugares muitas vezes não habitável. A Figura 2 contrapõe outros instrumentos que é a regulamentação fundiária que é o procedimento de usucapião pelo qual se busca tornar lícita, isto é, amparada pelo direito, ocupação da terra nos casos em que o acesso àquele bem tenha ocorrido de modo irregular.

Figura 02 - Favelas



Fonte: Prefeitura de Natal, 2017.

Normalmente, a expressão “regularização fundiária” é utilizada para designar a atuação destinada a revestir com maiores proteções a posse existente sobre determinado imóvel. Isso pode ocorrer mediante a instituição de um título de propriedade ou de outro direito real. Nota-se que a posse é situação de fato com proteções jurídicas em menor grau do que as existentes para os direitos e não está sendo bem utilizado em prol a população possuindo uma grande quantidade de favelas em risco pessoas vivendo em condições precárias e sem um mínimo conforto e estarão vulneráveis caso haja alguma catástrofe ambiental, portanto não se tem nenhuma regulamentação e infraestrutura diga de se habitar com segurança. A Figura 3 apresenta em amarelo que os maiores índices de concentração de favelas estão presentes em áreas periféricas devido as áreas de baixo custo e lotes de terras vazios suscetíveis a invasão, e nas localidades de alto padrão a quantidade reduz muito, considerando o alto custo da gleba, fazendo com que procurem outras alternativas, pode-se levar a um estudo de impacto de vizinhança onde o Estatuto da Cidade estabelecerá que: lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana, que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do poder público municipal.

Figura 03 – Favelas e lagoas



Fonte: Prefeitura de Natal, 2017.

O Estudo de impacto de vizinhança será executado de forma a contemplar a análise dos efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade na qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades. O estudo de impacto de vizinhança incluirá, ao analisar os impactos do novo empreendimento, pelo menos: o aumento da população na vizinhança; a capacidade e existência dos equipamentos urbanos e comunitários; o uso e a ocupação do solo no entorno do empreendimento previsto; o tráfego que vai ser gerado e a demanda por transporte público; as condições de ventilação e de iluminação; bem como as consequências, para a paisagem, da inserção deste novo empreendimento no tecido urbano e, também suas implicações no patrimônio cultural e natural. Além de contemplar as questões acima citadas, deverá considerar a opinião da população diretamente afetada pelo empreendimento e a abrangência destes impactos, que podem vir a se estender para área além dos limites da própria cidade. Registra-se que o Estudo de Impacto de Vizinhança não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental requerido nos termos da legislação ambiental. Sendo assim, temos como exemplo o bairro Areia Preta zona oeste da cidade de Natal. Onde na avenida que se apresenta os empreendimentos de classe alta, os equipamentos urbanos são mais eficazes possuindo mais segurança, rota de ônibus, infraestrutura., atendendo a uma classe prestadora de serviço nesses empreendimentos que por sua vez não atende a malha de ruas localizada por trás dos empreendimentos, onde se localiza a favela propriamente dita, que não se beneficia dos mesmos equipamentos dispostos pelo município, atendendo a uma grande massa precariamente utilizadora dos mesmos serviços. As disposições previstas no âmbito da lei que garantem os direitos constitucionais, como o artigo 4º III-f) instituições de zonas especiais de interesse social; g) concessão de direito real de uso; h) concessão de uso especial para fins de moradia; j) usucapião; q) regulação fundiária, são acessadas precariamente pelas comunidades que não possuem associações que interpretem e auxiliam o seu acesso e uso, os que conseguem são usados como cabo eleitorais a mercê de políticos conhecedores de caso, criando assim uma espécie de curral eleitoral, onde tal direito pode ser acessado e homologado com a constituição jurídica gratuita sem a interferência e a submissão partidária.

Praia do Meio

AV. GETULIO VARGAS

R. DR. JOSE AUGUSTO REZENHA DE MENDONÇA

R. LADORA DO SOL

R. DES DIONISIO FILGUEIRA

Oceano Atlântico

CEL. JOAQUIM MANOEL

R. TEOFILO BRANDÃO

Petropolis

Parque das Dunas

Mãe Luiza

RUA GUANAMARA

Tirol

PRAIA DO MEIO

68

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal 10.257/2001**. Estatuto da cidade. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Estatuto_comp.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FERNANDES, E.; SENRA, Arthur B. **Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois.**, 2010.

LUÍS, M.D.S. **A função social da propriedade segundo o estatuto da cidade: a necessidade de uma interpretação crítica e extensiva**. Dissertação de mestrado (Direito) – UnB. Brasília – DF, Brasil.

OSÓRIO, L., Direito à moradia no Brasil. In: **delegação do fórum nacional da reforma urbana**.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: Novas Perspectivas para Reforma Urbana**. São Paulo: Pólis, 2001.

ACADEMIAS DE TERCEIRA IDADE: PERSPECTIVA HISTÓRICA E PROGNÓSTICOS FUTUROS

AUTORES:

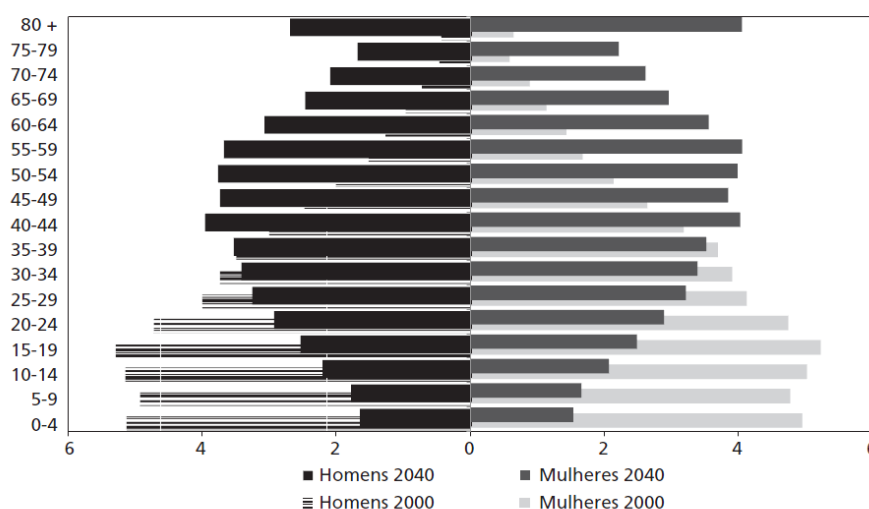
Adriana Carla de Azevedo Borba
Maria Teresa Medeiros Bezerra
Nayara Luana Lima Silva

RESUMO: Este artigo é resultado preliminar da 2ª fase de investigação da Iniciação Científica do Unifacex (PROIC 2017-2018), do projeto de pesquisa intitulado “Academias de Terceira Idade: Índice de satisfação dos usuários”. Nesta etapa, as pesquisadoras estão finalizando a pesquisa acerca de estado da arte (produzindo a revisão de literatura que balizará tanto o referencial teórico-metodológico, como a pesquisa de campo, que constitui a 3ª etapa da pesquisa) levantando informações sobre ATI's em Natal, tomando como base produções científicas (UFRN), governamentais (Prefeitura de Natal) e midiáticas (TV Cabugi e TV Ponta Negra); estudando instrumentais de coleta de dados em campo, por meio de ferramentas e instrumentos da Avaliação Pós-Ocupacional e de Conforto Ambiental; e finalmente, construindo um arcabouço teórico sobre o bairro de Neópolis (área de estudo mais específica, da qual está sendo estudado: História do Bairro; Limites do bairro e ruas, com classificação de tipologias; Infraestrutura do bairro e demografia; Praças existentes no bairro, suas características históricas e equipamentos, mobiliário, infraestrutura existente; e ATI's: que praças as possuem e sua configuração em relação às suas praças). Tem como objetivo iniciar junto às alunas a aplicação de técnicas introdutórias de pesquisa bibliográfica e de campo, na área da investigação social, aprofundando o contexto de aparição das ATI's em Natal e no bairro de Neópolis.

Palavras - chave: Academias de terceira idade. Idosos. Praças.

INTRODUÇÃO: O envelhecimento da população mundial é um fato já identificado e comprovado em diversos países do mundo. Os avanços científico-tecnológicos, e em especial as contribuições da ciência na área da saúde, as melhorias no acesso à alimentação (tanto em qualidade como em quantidade), à água, à infraestrutura urbana (saneamento básico, abastecimento de água, coleta de lixo, etc.), assim como os avanços das práticas esportivas (em especial voltadas para a terceira idade) tem resultado em índices de longevidade humanas cada vez mais elásticos. Dados do IBGE (BERTOLOTTO, 2017), para citar a realidade brasileira (tomando como base os anos de 2000 e a sua projeção para 2040), corroboram com as estatísticas mundiais, que apontam para um processo de envelhecimento da população, conforme ilustra o gráfico logo abaixo:

Distribuição etária da população por sexo – Brasil, 2000 e 2040



Fontes: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000/IBGE e SIM/MS.

Estamos gradativamente saindo, de uma estrutura populacional jovem (cuja base do gráfico, em pirâmide, é maior que seu topo) para uma estrutura composta por adultos e idosos em sua maioria (observamos as porções central e superior do gráfico, mais reforçadas na projeção para o ano de 2040). O aumento da expectativa de vida, contudo, não se trata apenas de um valor estatístico; ele pressupõe mudanças reais na fisiologia humana e nas características de um extrato populacional que será bastante considerável (quantitativamente) no futuro. Com o avanço da idade, o corpo humano vai sofrendo uma série de limitações e dificuldades, com repercussões tanto de ordem física, quanto psicológica. Podemos dizer então, que o equipamento público “Academia da terceira idade” é uma tendência mundial que vai de encontro a estas novas demandas de uma população cada vez mais idosa, dentro de ações que buscam aumentar tanto a expectativa como a qualidade de vida destes idosos, no momento em que se verifica que sua principal finalidade é incentivá-los a praticar exercícios e sair do sedentarismo. As academias da terceira idade são equipamentos instaladas em praças e áreas livres e são semelhante aos aparelhos utilizados em academia em espaços fechados. Foi criada com o intuito de trazer para a população mais qualidade de vida. As primeiras ATI's foram implantadas em 1998, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos de inverno, denominadas Academias ao ar livre, visando estimular as atividades físicas na população que receberia os Jogos Olímpicos em 2008. Em 14 anos o governo Chinês já havia instalado 4000 academias desse tipo pela região de Pequim, distribuídas entre parques, ruas e espaços públicos (OLIVEIRA, 2012). No Brasil, as primeiras experiências para implantação desde equipamento, de acordo com o Conselho Federal de Educação Física³, foi promovido pela Prefeitura de Maringá, no Paraná. No ano de 2005, a administração local criou o programa “Maringá Saudável”, no qual se desenvolveram diversas atividades conjuntas, tais como a orientação para alimentação saudável, implantação de hortas comunitárias e o incentivo à prática de atividade física – no qual as Academias da Terceira Idade (ATI) se inserem. Neste período, uma equipe multidisciplinar de Maringá (composta por profissionais de Educação Física e da área médica), tomou conhecimento de experiências de academias ao ar livre existentes em algumas cidades chinesas, e se

³ Conselho Federal de Educação Física. A Educação Física e a terceira idade. **Revista E.F.** n 39, mar. de 2011.

debruçaram em estudos para adaptação dos equipamentos ali encontrados. O resultado destes esforços foi o reconhecido pelo Ministério da Saúde, de que o programa “Maringá Saudável”, tinha um caráter inovador na saúde preventiva, e assim, foi contemplado com recursos de incentivo no decorrer dos três anos seguintes. E a repercussão foi ainda maior no futuro: “a experiência se disseminou Brasil afora e hoje mais de 700 municípios contam com espaços do gênero em praças, espaços públicos, condomínios e, até mesmo, em Unidades de Saúde”. Em Natal, estes equipamentos começam a surgir em 2009⁴, para em seguida se disseminar por todo o estado do Rio Grande do Norte. Vez que este tema ainda é muito recente, e que ações governamentais, em geral, tem bastante impacto na implantação de inovações – mas, em vários casos, não se investe em sua manutenção ao longo do tempo, é objetivo de nossa investigação identifica a real quantidade e localização dos ATI's, bem como do nível de satisfação dos usuários destes equipamentos, tentando avaliar se os recursos públicos e privados investidos nestes ATI's estão atendendo, de fato, à população local. Por compreender a importância e relevância que estes equipamentos públicos oferecem a comunidade (cujos benefícios são de usufruto de todos, independentemente, inclusive, da faixa etária), esta pesquisa tem um cunho de ordem bastante prática: fornecer uma contrapartida às instâncias competentes, de como tem se dado o uso desses equipamentos urbanos e mais ainda, lançar propostas de estratégias de como melhorar e otimizar seu uso junto as comunidades próximas. **METODOLOGIA:** Neste item, são identificados e explicados os procedimentos metodológicos que foram aplicados para a realização da presente pesquisa. Tendo em vista a quantidade e variedade de informações que nos propomos a levantar e analisar, um dos pontos cruciais deste trabalho é a recomendação de utilização de multimétodos (Sommer & Sommer, 1997) para uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Em linhas gerais o trabalho será composto por 5 etapas, e destas, 3 efetivamente ocorreram nesta construção do referencial teórico; a grosso modo consistiram em levantamento de material teórico para elaboração da pesquisa, levantamento de dados acerca do bairro localizando em mapa as unidades de ATI's existentes no bairro de Neópolis, e levantamento da estrutura física dos ATI's encontrados. No que se refere ao levantamento de material teórico, foram feitas leituras, produção de fichamentos e quadros- síntese, bem como apresentados de seminários de trabalhos correlatos, considerando algumas palavras chaves, que serviram como ponto de partida para a pesquisa bibliográfica. Estas palavras chaves nos permitiram enveredar por trabalhos relacionados à área da saúde (tais como Educação Física, Fisioterapia e Psicologia), além de informações obtidas junto à mídia (reportagens tratando de “idosos” ou ainda sobre as “academias de terceira idade”); Ainda no levantamento de dados, compilamos informações sobre o bairro de Neópolis (área de estudo mais específica, da qual está sendo estudado: História do Bairro; Limites do bairro e ruas, com classificação de tipologias; Infraestrutura do bairro e demografia; Praças existentes no bairro, suas características históricas e equipamentos, mobiliário, infraestrutura existente; e ATI's: que praças as possuem e sua configuração em relação às suas praças, e todo este material está sendo utilizado como base para a produção de material de subsídio para visita a campo). Dentro da construção do referencial teórico, além disto, identificamos e analisamos os procedimentos metodológicos e de instrumentos de coleta e interpretação de dados, com ênfase no instrumental da Avaliação Pós- Ocupacional (APO); depois de mapeadas estas

⁴ PREFEITURA DE NATAL. **Natal ganha mais 10 Academias da Terceira Idade.**
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ferramentas, determinamos (com base em estudos feitos especificamente em praças) os instrumentos a serem empregados de acordo com os objetivos a serem atingidos; e por fim, estamos na fase de preparação e pré-testagem dos instrumentos de coleta de dados em campo (fase esta ainda em andamento, como mencionado acima). Considerando as ferramentas de APO a serem utilizadas, de acordo com nosso referencial teórico, a coleta de dados junto aos usuários, compreenderá a realização de entrevistas com usuários mais antigos e ou assíduos (resultado da visitação in loco e conversa informal com moradores das imediações) e da aplicação de questionário junto aos demais usuários (após a pesquisa exploratória, teremos um número médio de usuários/ dia, que nos permitirá estabelecer estatísticas mais exatas), e finalmente na produção de mapeamentos comportamentais centrados na pessoa (no caso desta pesquisa, focados nos usuários, e esta quantidade também dependerá dos resultados das visitas in loco). O objetivo das entrevistas que serão realizadas junto aos usuários mais antigos e ou assíduos (e eventualmente de profissionais de educação física, caso sejam identificados) é o de levantar informações sobre a percepção dos usuários mais próximo aos profissionais da área, buscando conhecer suas opiniões e ideias sobre usabilidade de ATIs no bairro de Neópolis. Além disto, podemos tentar produzir um histórico destes equipamentos, desde sua implantação, até os dias de hoje. Acerca do mapeamento comportamental centrado na pessoa, sua principal finalidade em nossa pesquisa é a compreensão da utilização da academia da terceira idade pelos diferentes usuários, divididos ainda por gênero, turno no qual a atividade foi realizada e duração da mesma. Este tipo de levantamento permitirá o acompanhamento dos movimentos e atividades de algumas pessoas durante um período determinado de tempo (Sommer & Sommer, 1997). Neste processo, o observador escolhe um indivíduo e registra os caminhos percorridos bem como as atividades efetuadas por ele, utilizando para isto a planta baixa do local e uma ficha para anotar as ações. Acerca do mapeamento comportamental centrado na pessoa, sua principal finalidade em nossa pesquisa é a compreensão da utilização da academia da terceira idade pelos diferentes usuários, divididos ainda por gênero, turno no qual a atividade foi realizada e duração da mesma. Este tipo de levantamento permitirá o acompanhamento dos movimentos e atividades de algumas pessoas durante um período determinado de tempo (Sommer & Sommer, 1997). Neste processo, o observador escolhe um indivíduo e registra os caminhos percorridos bem como as atividades efetuadas por ele, utilizando para isto a planta baixa do local e uma ficha para anotar as ações. Na fase atual da investigação, as pesquisadoras estão preparando o material para dar início à coleta de dados em campo, prevista para começar entre os meses de outubro e novembro de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Para a construção de nosso referencial teórico, partimos de uma investigação procurando entender o conceito de “idosos” e de “praças”, num primeiro momento, junto a pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo. Neste sentido, foi muito significativa a contribuição dos trabalhos produzidos no Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFRN (todos disponíveis em formato digital no site da Biblioteca Central Zila Mamede), sobretudo os que tratam de cidade e idoso, praças e aplicação de instrumental de Avaliação pós-ocupacional. Foram os seguintes: do autor Ronald Lima de Gois (2012), a tese intitulada “A Cidade e o Idoso”; da autora Trícia Caroline da Silva Santana (2003) a dissertação “Uma reflexão sobre a vitalidade urbanas das praças de Natal/RN” e da mesma (2015), a tese “Percepção dos Usuários nos Espaços Públicos: Avaliação Pós-Ocupação em três praças de Natal-RN”. É importante

salientar, para iniciarmos a compreensão do termo “idoso”, que desde os primeiros estudos até então, sobre o desenvolvimento humano, não se levavam em conta a velhice (GOIS, 2012). Em sua maioria os autores que tratam sobre a História da Cidade e do Urbanismo, sempre tiveram seus estudos baseados no desenvolvimento com relação ao seu contexto histórico, considerando o capitalismo e/ou a revolução industrial como sendo o mais relevante, sendo uma visão de solução para a época vivida. Quando se pensa nos idosos também podemos dizer que o CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) deixou suas marcas; A Dinamarca, em 1891, promulgou uma lei de Assistência e Ancianidade. No período do pós-guerra, a Inglaterra começa uma ampla reforma urbana para desafogar Londres, onde criou os New Town, que buscaram aplicar fielmente seus princípios. O New Town foi considerado o que viria a ser o primeiro conjunto habitacional para idosos (GOIS, 2012). Em 1929 foi a vez dos Estados Unidos, que criou Lei de seguridade social que previa uma aposentadoria. No Brasil a preocupação com os idosos só iniciou-se na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, onde foram promovidas as leis de cunho social. O avanço da expectativa de vida foi proporcionado devido os avanços da qualidade de vida e a queda da taxa de fertilidade. A organização mundial de Saúde em 2002, realizada em Madri, adotou o lema “Envelhecimento ativo”, que se baseia no envelhecimento associado à prática de esportes, com vistas a mitigar os problemas físicos inerentes ao avanço da idade. A Constituição Brasileira de 1988, afirma que: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”, não excluindo os cuidados familiares, que por muitas vezes são os preferidos desses idosos. De acordo com Gois (2012), o novo urbanismo é um movimento pós-moderno surgido nos EUA reunindo como referência o I Congresso do Novo Urbanismo (1983), a Carta do Novo Urbanismo (1996) e o livro Morte e Vida das Grandes Cidades (2003). Desenvolveu crítica ao modernismo e trouxe um novo enfoque para o urbanismo, buscando um retorno ao urbanismo tradicional como forma de melhorar a vida nas cidades. O novo urbanismo propõe: Resgate à qualidade de vida nas cidades; Melhoria do relacionamento entre homem cidade; Desenvolvimento sustentável ao longo prazo. Elementos coletivos urbanos, como ruas, praças e parques, são fundamentais para a celebração coletiva da vida nas cidades, processando o encontro entre os habitantes, e produzindo história. Com a aposentadoria, muitos idosos adquirem tempo livre e buscam novas atividades, principalmente nesses lugares, que raramente são adequados as necessidades dos idosos. No processo de envelhecimento mudanças importante afetam diversas áreas da vida do idoso, são mudanças físicas, psicológicas e econômicas. Para poder propor intervenção no espaço público urbano, qualificando e preparando para as pessoas da terceira idade, foram analisados cinco tipos diferentes de espaços públicos, os parques, passeios públicos, praças, praias e pontos de encontro (Gois, 2012). Surge uma nova tendência que tende a espalhar pequenos parques urbanos de até 1 hectare em espaços distintos da cidade, facilitando o seu uso pela população e principalmente pelos idosos, que percorreria pequenas distancias, diminuindo assim o uso dos transportes. Porém, a fragmentação dos parques provoca um aumento de custos urbanos. Especificamente tratando de “praça”, outra palavra chave definida nesta investigação, para Gois (2012), consiste num espaço urbano, público, amplo, descoberto, ou coberto em parte, no qual se costuma realizar grande variedade de atividades. Há múltiplas formas e tamanhos, construídas em todas as épocas, não há uma cidade no mundo que não conte com

uma. Desde as suas origens, ao longo dos séculos, a praça é um órgão importante da cidade incorporado à vida da comunidade como seu espaço mais convidativo, mais vivo e utilizado. É necessário, no estudo das praças, compreender aspectos históricos, de seu entorno e as relações que ela faz com o bairro em que se insere. Lugares livres de construção e perto de edificações são considerados como praças, e na morfologia urbana a praça passou por diversas transformações. As praças são tidas como “locais que sobram” da malha urbana, sendo considerados, portanto, como resultados do traçado. No Brasil as praças surgiram na frente das igrejas e era local de reunião, manifestação política e era resultado das edificações do seu entorno. Só a partir do crescimento desordenado das cidades que começou a surgir jardins nas praças públicas. Quando não há praça de vizinhança, os moradores a improvisam de diversas maneiras. A mais simples e usual é solicitar à prefeitura a interdição dos veículos em um trecho de rua, para determinado dia e hora, com o fim de promover recreação, espetáculos ou festas. Outra solução tem sido a utilização de terrenos baldios, com a autorização prévia do seu proprietário. É sabido que quanto maior e mais global a cidade, mais acelerado é o ritmo e hostil o ambiente. O idoso, com a lentidão imposta por suas condições físicas, se expõe aos riscos de acidentes e quedas e, mais grave ainda, à falta de gentileza urbana. A arquitetura e o urbanismo devem ser pensados para necessidades e desígnios humanos. Nessa linha, surge a ideia do Desenho Universal, para que o idoso possa usufruir do espaço construído: não se trata de uma proposta de arquitetura para idosos, mas sim uma arquitetura que garanta a inclusão dos mesmos (assim como de toda a sociedade). O desenho universal é um padrão universalmente aplicado que permite a concepção de objetos, equipamentos e estrutura de meio físico que possam ser destinadas a todo o tipo de pessoas, incluído aquelas que tenham alguma restrição física momentânea ou permanente. Com isso surgem novos padrões de construções, onde os ambientes são pensados e preparados para as necessidades individuais de cada um. O desenho universal é baseado em sete princípios: Uso correto; Flexibilidade de uso; Uso simples e intuitivo; Informação perceptível; Tolerância de erro; Pouco esforço físico; Tamanho e espaço para aproximação e uso. A principal preocupação de Gois (2012) é fazer uma ampla revisão das diversas teorias sobre a cidade e da evolução histórica da forma urbana. O que se ressalta são os desencontros entre as concepções filosóficas, de sociologia, e da economia e os conceitos e paradigmas estabelecidos por diferentes correntes urbanísticas. O autor afirma que: “uma cidade será boa para o idoso quando for boa para toda população”. O aumento da população idosa é um novo desafio para a sociedade. A partir do trabalho de estudo, foi constatado que para atender de forma adequada os idosos, estão totalmente relacionadas às questões de acessibilidade, de transporte urbano e habitação. Em relação à dissertação de Santana (2003), a escala do ambiente refere-se aos itens essenciais da praça para o seu funcionamento. Foram observados os seguintes itens: mobiliários/equipamentos urbanos, vegetação e espaços sentáveis. Estes itens foram classificados em três categorias: favorável à vitalidade, razoável a vitalidade e pouco favorável a vitalidade. Foram observados os tipos de uso das praças e como as pessoas utilizavam. Para compreender as percepções dos usuários sobre o ambiente foram realizadas entrevistas do tipo individual, face-a-face, unitária e estruturada. Nos espaços públicos urbanos, a satisfação dos usuários pode ser influenciada pela quantidade de luz e sombra, pela textura dos materiais componentes, pela localização, quantidade e qualidade dos mobiliários e equipamentos urbanos existentes. Segundo Santana (2003), a Avaliação pós-ocupacional influenciou a elaboração de código de obra e mudaram a

forma de olhar e construir ambientes livres. Os métodos e técnicas em uma APO são mais comuns os de: observação, questionários, entrevistas, seminários, mapas comportamentais, registros fotográficos e em gravação em formato de vídeo. É preciso salientar que as mudanças não devem ocorrer apenas no sentido projetual, mas no resgate do sentimento de apreço pelo lugar, incentivado pela valorização da paisagem da cidade, envolvendo as várias esferas da sociedade, desde os usuários, passando pelo arquiteto e, essencialmente, chegando à ordem pública, que é quem decide o que, como, onde, quanto e quando deve-se investir nestes espaços. Assim sendo, motivos que levam os usuários a ignorar ou não frequentar regularmente as praças vão desde aqueles considerados pessoais (como falta de tempo, falta de apreço pelo lugar ou preferência por outros tipos de lugares, como shopping centers, praias ou parques públicos, como o Parque das Dunas) até aqueles relacionados a fatores físicos-ambientais dos lugares. Aprofundando as questões acerca da vitalidade em espaços livres, Santana (2015) pontua alguns aspectos significativos, tais como a existência de canais de comunicação entre o âmbito público e o privado: a presença de aberturas como portas e janelas se configura como possibilidades de contato e de vigilância voluntária. Ainda segundo a autora, ótimas sugestões são as seguintes: As fronteiras dos edifícios sejam trabalhadas como lugares capazes de agregar elementos que convidem as pessoas a estarem e permanecerem lá; Nos locais de transição existam espaços para sentar, pois as pessoas gostam de olhar as ruas, estratégia que pode auxiliar a vida pública; e Os imóveis comerciais façam uso das calçadas, nelas colocando mesas, cadeiras, mercadorias e expositores, os quais podem ampliar as possibilidades de atrair os usuários fazendo-os permanecer mais tempo no âmbito público. Vários conceitos para estimular a vitalidade urbana podem ser estudados para estudo e identificação dessas indicações, um desse é que para um espaço ser considerado “vivo”, o espaço deve ser entre 14m² e 28m. Compreender o indivíduo é importante, as suas características físicas e biológicas, tendo como base os sentidos humanos. O conforto é uma das cinco necessidades do indivíduo no espaço público, sendo o conforto climático um componente de maior relevância. Ainda na UFRN, enveredando agora para a área da saúde, encontramos a referência do Programa de Pós Graduação em Psicologia, da tese de Eduardo Alexandre Ribeiro da Silva, intitulada “Interação social e Envelhecimento Ativo: Um estudo em duas praças de Natal/RN”, na qual o autor realiza observações comportamentais, representação espacial dos comportamentos de interação social dos idosos em praças, entrevistas coletivas e individuais com estes usuários. Silva (2014) conclui que a inter-relação entre elementos de suporte socioambiental e os comportamentos sócio espaciais favorecem as relações sociais que estimulam a prática de atividades físicas, fundamentais para o Envelhecimento Ativo. As demais produções encontradas, versam sobre a temática dos idosos, mas sem repercussão direta em nossa investigação. Nos meios midiáticos, a pesquisa sobre “idosos” teve como resultado uma interface bastante considerável conectando a terceira idade à prática de atividades físicas. Como exemplo, podemos elencar, na TV Ponta Negra, as seguintes reportagens: Grupo Terapêutico Ocupacional; Os benefícios da dança na terceira idade; Benefícios da musculação para os idosos; Comemoração do Dia do Idoso - Vila do Mar; Programa Viver Bem - Projeto UFRN para Idosos; e Musculação para idosos. Foram abordados outros temas, ligados aos espaços de hospedagem e cuidados de saúde relacionados com a terceira idade, que fugiam ao nosso tema principal de pesquisa. Já na TV Cabugi, o enfoque foi mais direcionado para as ATIs: “Há mais de um ano moradores esperam instalação de academia ao ar livre em Natal” (relata o fato de uma ATI estar inadvertidamente alocada na casa

de um idoso, sem previsão de ser instalada na praça localizada nas proximidades desta residência). No site da Prefeitura de Natal, a busca pela associação entre “Idosos” e “ATI’s” gerou resultados ainda mais direcionados. No ano de 2014, encontramos as seguintes referências: Bairro nordeste ganha academia da terceira idade; Prefeito visita obra em Nova Descoberta, Potilândia e Morro Branco; Prefeito inaugura academia da terceira idade em Pajuçara 2; Praças de Natal receberão catorze Academias da Terceira Idade; e no ano de 2012: Grupo de idosos participa de atividade física na ATI de cidade satélite; Bosque das Mangueiras ganha academia da primeira idade junto com academia da terceira idade; Prefeitura entrega academia da terceira idade e revitalização a praça de Bom Pastor. Por fim, no ano de 2009, foi identificada a notícia: Natal ganha mais 10 Academias da Terceira Idade. Estes dados comprovam com as ATI’s estão se disseminando pela cidade de Natal, cada vez mais se tornando presentes na identidade e no imaginário das praças potiguares. **CONCLUSÃO:** As Academias de Terceira Idade se inserem num esforço internacional para melhorar a qualidade de vida dos idosos, através da prática do chamado “Envelhecimento Ativo”. Ao longo da história, esta população não tem sido considerada junto aos planejadores urbanos, dado ser um fenômeno relativamente contemporâneo (as melhorias de saúde, alimentação e higiene a partir do século XX, impulsionaram o surgimento de pessoas com esta idade), mas que as projeções demográficas apontam como substanciais no futuro a médio e longo prazo. Para atender a esta demanda, é imprescindível o uso do desenho universal, e das práticas de vitalidade em espaços livres, que estabelecem parâmetros dimensionais e fatores extrínsecos, que possibilitam uma otimização no uso destes espaços (praças onde se localizam as ATI’s). Considerando que as ATI’s têm sido implantadas ao longo de alguns anos, e tendo em vista que os serviços de manutenção pública não tem a frequência e qualidade necessários para uma manutenção adequada, acreditamos que vamos encontrar algumas ATI’s quebradas (por questões de uso cotidiano, podendo envolver algum tipo de vandalismo ou não); pintura externa desgastada (pela ação dos raios solares, uma vez que estes equipamentos são dispostos ao ar livre); resíduos de cola, papel, etc (desgaste de placas e adesivos explicativos, também danificados pela ação das intempéries) e com relação ao espaço físico em que se insere, necessidade de manutenção nos quesitos de limpeza, alvenarias, pavimentação, pintura, poda de vegetação existente, mobiliário de estar, iluminação e do paisagismo, implantados e entregues em conjunto com as ATI’s quando de sua inauguração. No tocante ao uso, acreditamos que, vez que se encontram ao ar livre, seu uso predominante deve acontecer nos horários matutino (até as 9 horas da manhã, no mais tardar) e a partir do final da tarde (entre 16 e 22 horas), eventualmente com usos diferenciados após este horário (como outras práticas esportivas, vandalismo, etc). Com relação ao índice de satisfação de usuários, acreditamos que existem equipamentos que mais frequentemente utilizados pelo gênero feminino e outros, pelo masculino. Também acreditamos que as ATI’s abrangem não somente usuários de terceira idade, mas inclusive crianças (o bairro de Neópolis, embora tenha concentrações de idosos, se localiza nas proximidades de Nova Parnamirim, bairro caracterizado por famílias mais jovens de recém casados e pais de crianças) que vem acompanhadas de adultos. Em se tratando das condições de conforto térmico e lumínico, acreditamos que os índices não serão muito favoráveis entre os horários das 9 e 16 horas, em virtude da incidência solar mais intensa, que inviabiliza a utilização das ATI’s nestes horários – um fator em nosso entendimento, bastante negativo e que deverá ser objeto de propostas de intervenção. Já com relação aos níveis de ruído,

possivelmente a proximidade com as vias de trânsito de maior fluxo deverão trazer ruídos acima de 85 decibéis nos momentos de maior trânsito (chegada e saída de trabalho e escola), sobretudo nas áreas próximas a sinais de trânsito e rotatórias (que embora reduzam a velocidade dos carros e neste sentido, auxiliam na questão do risco de acidentes de trânsito nestas áreas, por outro lado tem o acréscimo dos ruídos provocados pelas buzinas dos automóveis).

REFERÊNCIAS

BENEFÍCIOS DA MUSCULAÇÃO PARA OS IDOSOS. Programa Viver Bem. Tv Ponta Negra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b8VMCai3JRQ>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BERTOLOTTO, Rodrigo; CARPANEZ, Juliana; FLORES, Rodrigo; TOZZI, Daniel. **O Brasil envelhece rapidamente.** Disponível em: <<http://www.psiconomia.com.br/2016/05/o-brasil-envelhece-rapidamente.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

COMEMORAÇÃO do dia do idoso - Vila do mar. Tv Ponta Negra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0HpqQ8klcc0>>. Acesso em: 28 set. 2017.

CONSELHO Federal de Educação Física. A Educação Física e a terceira idade. **Revista E.F. N. 39 - MARÇO DE 2011.** Acesso em: dia, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3923>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

GRUPO Terapêutico Ocupacional. Programa Viver Bem. Tv Ponta Negra. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4lpXH4BJbWU>>. Acesso em: 28 set. 2017.

HÁ MAIS DE UM ANO MORADORES ESPERAM INSTALAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE EM NATAL. TV Cabugi. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/rntv-1edicao/videos/t/edicoes/v/ha-mais-de-um-ano-moradores-esperam-instalacao-de-academia-ao-ar-livre-em-natal/6130260/>. set. 2017.

MUSCULAÇÃO para idosos. Programa Viver Bem. Tv Ponta Negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P9G4ayPQ3Fc> . Set. de 2017.

OLIVEIRA, Ivo Júnior Costa de; REIS, Paulo César dos; PEREIRA, Vanessa Fernanda de Medeiros. **Distribuição regional das academias ao ar livre no município de São José dos Campos e a eficiência do programa cidade em movimento.** 2012. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Faculdade de Educação e Artes, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.univap.br/dados/000003/000003D8.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2017.

OS BENEFÍCIOS da dança na terceira idade. Tv Ponta Negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3FVoYK7luo>. Setembro de 2017.

PREFEITURA DE NATAL. **Bairro nordeste ganha academia da terceira idade.** 19/08/2014. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-19539.html>. Acesso em: dia, set., 2017.

PREFEITURA DE NATAL. **Bosque das Mangueiras ganha academia da primeira idade junto com academia da terceira idade.** 06/06/2012. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-8812.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Grupo de idosos participa de atividade física na ATI de Cidade Satélite.** 11/12/2012. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-9564.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Natal ganha mais 10 academias da terceira idade.** Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-938.html>. Acesso em: dia, fev., 2017.

PREFEITURA DE NATAL. **Natal ganha mais 10 Academias da Terceira Idade.** 22/07/2009. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-938.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.

PREFEITURA DE NATAL. **Praças de Natal receberão catorze Academias da Terceira Idade.** 13 de ago de 2014. Acesso em fevereiro de 2017, através do link: Disponível em: <http://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-19507.html>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. **Prefeito inaugura academia da terceira idade em Pajuçara 2.** 28/12/2012. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-9616.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Prefeito visita obra em Nova Descoberta, Potilândia e Morro Branco.** 12/05/2014. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-19025.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Prefeitura entrega academia da terceira idade e revitalização a praça de Bom Pastor.** 27/04/2012. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-8525.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

PROJETO UFRN PARA IDOSOS. Programa Viver Bem. Tv Ponta Negra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YOckI_9EKIY. Acesso em: 28 set. 2017.

RONALD LIMA DE GOIS: **A Cidade e o Idoso.** Natal, RN, 2012. 239 f. Orientadora: Prof. Dr. Françoise Dominique Valery. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Doutorado em Arquitetura.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. **Percepção dos Usuários nos Espaços Públicos: Avaliação Pós-Ocupação em três praças de Natal-RN.** Natal, RN, 2003. 170 f. Orientadora: Prof. Dr. Maisa Fernandes Veloso. Dissertação (Mestrado)

– Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Arquitetura.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. **Uma reflexão sobre a vitalidade urbanas das praças de Natal/RN**. Natal, RN, 2015. 296 f. Orientadora: Prof. Dr. Gleice Azambuja Elali. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Doutorado em Arquitetura.

SILVA, Alexandre Ribeiro da. **Interação social e Envelhecimento Ativo**: um estudo em duas praças de Natal/RN. Natal, RN, 2014. 290 f. Orientadora: Prof. Dr. Gleice Azambuja Elali. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Psicologia.

SOMMER, Bárbara e SOMMER, Robert. **Tools and techniques**. New York: Oxford University Press, 1997, 375p.

A BELLE EPOQUE NATELENSE: PLANO GERAL DE SYSTEMATIZAÇÃO DE NATAL, DE 1929

AUTORA:

Adriana Carla de Azevedo Borba

RESUMO: As propostas das cidades dos séculos XIX e início do XX pareciam não responder plenamente aos diversos problemas que as cidades contemporâneas vinham acumulando. Em Natal, assim como em diversas outras cidades brasileiras, a situação em fins do século XIX era precária; apesar de sua condição duplamente periférica (num país de periferia em relação aos países ditos desenvolvidos, e por se localizar na região periférica do próprio país), mostra uma surpreendente precocidade uma profusão de planos urbanísticos. Contudo, o crescimento da cidade tem tido como consequência a intensificação dos processos de degradação espacial, ambiental e social. Os planos urbanísticos de Natal, elaborados ao longo do século XX, apontavam a cidade como vanguardista, adotando as concepções urbanísticas mais avançadas para sua época, procurando inserir a cidade dentro dos moldes internacionais. Esta investigação se debruça especificamente no Plano Geral de Systematização de Natal, de 1929, elaborado por Giacomino Palumbo, buscando compreender o plano em si, o contexto brasileiro e o potiguar, bem como aspectos ambientais do plano em questão. Embora este não seja o 1º plano, a escolha deste plano reside no arcabouço teórico perceptível pelo seu desenho, que pressupõe um aprimoramento projetual, em relação ao plano anterior (de 1901, elaborado por Palumbo). Este plano incorpora e avança em relação ao anterior, seguindo pelos ideais de cidade jardim, propostos por Ebenezer Howard (único plano de Natal que incorpora tais influências, daí sua singularidade).

Palavras - chave: Planejamento Urbano. Urbanização. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO: O objetivo geral deste artigo é verificar como se inseriu e se processou o desenvolvimento das ideias ambientais no plano urbanístico de Natal de 1929. Seus objetivos específicos são: Identificar e analisar os principais documentos que inserem as ideias ambientais nos planos urbanísticos; Contextualizar historicamente o cenário em que acontecem as modificações no plano estudado; Caracterizar os planos de urbanismo e os planos diretores destacando categorias de análise de tais instrumentos. Além disto, procura-se com este estudo, contribuir para o processo de resgate da história de Natal, na qual ainda existem muitas lacunas e indagações, em especial devido ao precário registro histórico sobre a cidade. Pretende-se, ainda, que a análise e registro da evolução do pensamento ambiental venham a servir de instrumento para orientar a elaboração de futuros planos urbanísticos da cidade, especificamente no que se refere às questões ambientais. Dada à carência dos registros históricos, espera-se com este trabalho, estimular também a abertura de outras linhas de pesquisa, que ajudem para uma maior compreensão da cidade. A presente pesquisa tomou como referência a tese de doutorado de LIMA, 2001, intitulada “Natal século XX: Do Urbanismo ao Planejamento Urbano”. No caso desta investigação, enfoca, dentro do universo maior estudado naquela tese, a vertente ambiental contida nos Planos Urbanísticos e Diretores do século XX, e, sobretudo, no Plano Geral de Systematização de Natal, de 1929. **REVISÃO DA LITERATURA:** A preocupação com a natureza é um tema que têm acompanhado as reflexões acerca da cidade ao longo dos tempos: já nos escritos da Roma Antiga, registros de Vitrúvio enumeram

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

elementos da natureza (tais como os ventos, o clima, os mares e pântanos) considerados condicionantes para a implantação de uma cidade (POLIÃO, 1999). Esquecidos durante cerca de catorze (14) séculos, estes estudos são retomados pelos renascentistas (Leon Batistta Alberti e Leonardo Da Vinci), e desde então o meio ambiente vêm sendo objeto de estudo de uma série de pensadores, até a atualidade. Com o fim do Renascimento e a influência de ideias mais pragmáticas (impulsionadas pelo empirismo de intelectuais como Leonardo Da Vinci), a natureza volta a ser vista como um objeto a ser moldado para atender às necessidades humanas (tal como acontecia na Roma Antiga) e a presença de vegetação nos espaços urbanos passou a ter justificativa quase que exclusivamente estética, dentro dos chamados processos de embelezamento de praças e largos através de ajardinamentos. Esta preocupação com o embelezamento é enfatizada no século XVIII através da atuação de Le Nôtre nos jardins do palácio de Versalhes e se difunde por toda Europa. Também neste momento se desenvolve, por influência dos pintores renascentistas, a estética do pitoresco ou pinturesco, que se desdobra nos séculos XIX e XX nas propostas de Ebenezer Howard (a chamada “Cidade jardim”, na qual era proposto um modelo de cidade que acumulasse as vantagens do campo e da cidade, através de um desenho radial, funcionando com uma setorização de atividades – na qual as residências seriam privilegiadas) e de Camilo Sitte (com sua obra “A construção da cidade segundo seus princípios artísticos”, na qual Sitte propõe no desenho da cidade a utilização da “irregularidade, o fragmentário, o acaso e o espontâneo”, defendendo ainda a preservação da cidade existente, com o crescimento a partir da adição de novos elementos, desde que em harmonia com a realidade existente). No período da Revolução Industrial, com o crescimento das cidades, a aglomeração da população e as precárias condições de salubridade, focos de doenças proliferam nas cidades europeias (inglesas, principalmente) e são transpostas inclusive para outros continentes. Surgiram, então, teorias que buscaram explicar os surtos de doenças e epidemias diversas que ocorriam no cerne dos centros urbanos, os quais foram, num primeiro momento, justificados através da teoria dos miasmas. Com o processo de industrialização das cidades, nos séculos XIX e em especial na primeira metade do XX, esta situação fica ainda mais agravada, suscitando críticas por todo o mundo. As ideias de higienização dos centros urbanos, a criação das cidades jardim, os processos de zoneamento das cidades (propostos por Le Corbusier no movimento Modernista, no qual os problemas urbanos deveriam ser resolvidos pelos arquitetos através de projetos de arquitetura e de planos urbanísticos), foram algumas das diferentes soluções propostas. Mas o modernismo claramente não superava os problemas sociais, de circulação e uso que se propuseram a resolver, acarretando críticas: Kevin Lynch publicou “A Imagem da cidade”, (1960), e enfocava, dentre as principais críticas, a paisagem (a monotonia resultante do desenho geométrico e padronizado proposto pelo Modernismo) e a questão ambiental eram as que se apresentavam como as mais significativas. Estas críticas foram endossadas por diversos outros estudiosos, dentre eles, Jane Jacobs em seu “Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas” (1961). Na década de 1970, diante do agravamento das condições ambientais no planeta, o preservacionismo e o ambientalismo passam a mobilizar cada vez mais pessoas, instituições e governos. Neste sentido, um marco significativo é a Declaração sobre o Meio Ambiente proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada em Estocolmo, no ano de 1972. Este documento da ONU traz recomendações bastante genéricas às nações, cuja obrigação é implantar e manter princípios de preservação e conservação ambiental, aplicando-os

e detalhando-os na medida em que a escala de atuação vai sendo reduzida. Na década de 1980 estas ideias se consolidam no Brasil através da inclusão de princípios relativos à urbanização e meio ambiente na Constituição Brasileira de 1988, fato até então inédito no país (LIMA, 1999, s/p). Em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO Rio. O evento resultou em uma das maiores conferências das Nações Unidas. Dado este aporte teórico, a questão crucial que se coloca nesta pesquisa, portanto, é a identificação da existência de alguma destas ideias ambientais dentro dos planos de Natal. Sabe-se que o último plano do século XX, em Natal, (no ano de 1994) contém diretrizes específicas relacionadas com o meio ambiente, e os demais? De que modo a questão ambiental é contemplada nos outros planos? Qual a origem das ideias ambientais contidas nos planos? Buscando responder a tais questões, pretende-se estudar e analisar como se deu a evolução do pensamento ambiental e ecológico do plano de 1929, de Natal. **METODOLOGIA:** No tocante ao Método de Procedimento aplicado para a realização desta pesquisa, adotou-se o Método Histórico. De acordo com Fachin (1993), este método consiste em investigar os acontecimentos ocorridos no passado para averiguar possíveis projeções e seu reflexo na sociedade contemporânea. Este método possibilita ainda a análise da organização das sociedades e das instituições, permitindo a compreensão de seu processo evolutivo, transformações e até seu desaparecimento. Uma vez que esta pesquisa se pauta no estudo de documentos do século passado, foi de necessária a aplicação do método histórico, sem o qual não teria sido possível trabalhar o tema proposto. Este trabalho esteve condicionado à transposição de cinco (05) fases, nas quais foram levantados desde os referenciais teóricos que nortearam metodologicamente a investigação, passando pelo procedimento de coleta de dados e investigação de documentos e material bibliográfico, pela análise do material estudado até a qualificação do trabalho final e sua redação definitiva. O ponto de partida, a FASE 01 deste estudo, foi o acesso aos principais documentos que inserem a discussão do meio ambiente junto aos planos urbanísticos — inicialmente no âmbito internacional, em seguida, na esfera nacional (particularmente no eixo Rio – São Paulo); esta fase buscou reconhecer através de informações bibliográficas e documentais as principais correntes em defesa do meio ambiente. Na FASE 02, foi feita uma análise sistemática dos planos urbanísticos de Natal, e foram elaborados quadros de análise de cada documento. No caso deste artigo, foi apresentado o 2º plano de Natal, feito no séc XX. A FASE 03 caracterizou-se pelo levantamento de informações históricas que trouxessem o panorama social, político e econômico de Natal à tona, dentro dos quais os planos de Natal foram produzidos. No momento seguinte, a FASE 04, consistiu em confrontar a análise feita de cada plano com os diversos enfoques encontrados tanto na esfera internacional como na nacional, bem como com a realidade da cidade em cada recorte temporal estudado. Na FASE 05, foi possível traçar um diagnóstico do processo evolutivo do pensamento, do ideário por trás destes planos, até que ponto eles seguem moldes externos e até que ponto são observadas as especificidades da cidade, se existem e quais são os pontos de conflito que os planos urbanísticos pretendem sanar, dentre outros aspectos que se mostraram relevantes no decorrer das análises. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As décadas de 1910 e 1920, tendo como seu ponto culminante o Plano de 1929, marcam o que ficou conhecido na história do RN como a “Belle Epoque” potiguar. Resultado direto do processo de estabilidade econômica do Brasil e colhendo os resultados positivos da cotonicultura, são realizadas uma série de reformas urbanas, tanto no RN como um

todo como especificamente na capital, com a construção de praças (nos locais previstos anteriormente no Plano da Cidade Nova) e implementação de serviços públicos (como iluminação pública elétrica e abastecimento de água). Além disso, no interior, como consequência do crescimento da produção de algodão, uma série de linhas de comunicação (estrada de ferro e para automóveis) é implantada entre o interior e a capital, estabelecendo interligações pelo estado. Com o desuso das ideias de miasmas, foco do trabalho urbano passa a ser o higienismo e o embelezamento. A junção de uma elite esclarecida, com os frutos do capital advindo da produção algodoeira e as mudanças na forma de se tratar a cidade culminam com o plano de 1929, idealizado por Giacomino Palumbo, o “Plano Geral de Systematização de Natal”, que representou o ponto culminante no processo de modernização deste período – que veio a ser interrompido no ano seguinte, com a Revolução de 1930. Contexto Brasileiro: Marcando o contexto histórico deste período, podem-se citar dois eventos significativos, um de âmbito internacional e econômico, que repercute negativamente no país, e outro interno de ordem política. O evento externo acima mencionado trata-se das consequências do colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esta crise atinge também o Brasil, em especial o segmento cafeeiro (que no período, era o principal produto de exportação do país). Com a queda nas exportações, o café se desvalorizou, obrigando o governo brasileiro bem como produtores a destruir safras inteiras do produto. Outras consequências deste período foram o desemprego em massa e o colapso econômico generalizado. Internamente, a situação brasileira também se encontrava instável. Ainda vigorava no Brasil a chamada “política dos governadores”, um sistema no qual o presidente do Brasil era escolhido dentre um reduzido grupo de governadores, constituído pelos representantes dos “grandes estados” (que neste caso compreendiam os estados de São Paulo – que se destacava pela produção cafeeira; e Minas Gerais – que se destacava pela pecuária). (VIANA, 1992, p, 572). Tal sistema político monopolizava as ações governamentais, concentrando-as nos estados conforme o presidente vigente, polarizando economicamente o país: de um lado os estados mais ricos, e para onde fluíam ainda mais recursos, e de outro o restante do país, praticamente desprovido de investimentos. No período em questão, estas tensões se acirraram em virtude da “quebra” dos acordos da política dos governadores. O então presidente Washington Luís Pereira de Sousa, que deveria ter apoiado um governador de Minas Gerais, decide apoiar um de São Paulo, Júlio Prestes. Reuniram-se então os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e lançam a candidatura de Getúlio Vargas e seu vice, João Pessoa. Com este apoio que desprezava a “política dos governadores”, Washington Luís cria uma situação política delicada, desagradando seu maior aliado político, Minas Gerais. O assassinato de João Pessoa e a derrota eleitoral de Getúlio Vargas são as causas imediatas da Revolução de 1930: com apoio militar, Getúlio Vargas assume o poder e inicia no Brasil um período de quinze anos (1930 a 1945) de ditadura militar. Contexto Potiguar: O RN na década de 1920 ainda se caracterizava como uma sociedade agrária, dominada pelo coronealismo e por uma elite intelectualizada. Esta elite intelectualizada, representada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927), defendia uma política de desenvolvimento para a melhoria das cidades do interior e para transformar Natal em um centro de atração de capitalistas e homens de negócios [...] (LIMA, 1998, p. 57). Bezerra de Medeiros, em virtude de sua ligação com grandes produtores e comerciantes do algodão potiguar, incentivou a implementação de uma série de programas para alavancar o desenvolvimento da cotonicultura. Dentre as realizações para melhoria do

escoamento da produção algodoeira, figuram a inauguração da Estrada de Ferro Mossoró, ligando Mossoró à Porto Franco, e a Estrada de Automóveis do Seridó, ligando a cidade de Macaíba à Acari. Além de otimizar o escoamento do algodão, tais ligações possibilitavam uma maior comunicação interna no RN, marcando o início da resolução de um problema de isolamento entre as cidades que permeou todo o período colonial. Também neste período, Natal se inseriu na rota da aviação internacional, quando em 1922 o primeiro avião chegou à cidade aterrizando no rio Potengi e em 1927, vindo de Dakar no Senegal, aterrizou o primeiro avião no campo de pouso em Parnamirim. Esta década também foi marcada por melhorias no campo educacional, com a adoção de princípios escolanovistas, que criticavam a escola tradicional. Neste processo de esclarecimento de ideias e novos pensamentos e técnicas, a teoria dos miasmas caía em desuso, e em seu lugar ganhava força a teoria bacteriana: Durante o governo de Antônio José de Melo e Souza (1920 – 1923) os serviços de higiene e saúde pública foram reformados. Foi neste ambiente de efervescência cultural e de prosperidade econômica que surge o plano urbanístico “Plano Geral de Systematização de Natal” de 1929, elaborado por Giacomio Palumbo. Este processo de modernização, iniciado pelos governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine só foi interrompido, no final da década de 1920, em virtude da Revolução de 1930, quando os governos locais foram destituídos e em seu lugar, empossados pessoas de confiança do novo governo. Sobre o Plano: O “Plano Geral de Systematização de Natal” de 1929, elaborado por Giacomio Palumbo foi encomendado pelo então prefeito de Natal, o engenheiro Omar O’Grady, que além deste plano, realizou uma série de melhorias na capital do RN, através da realização de várias intervenções urbanas. Acredita-se que algumas dessas intervenções realizadas ao longo de 1929 já tivessem relação com o plano aprovado no mesmo ano: Provavelmente, as obras de abertura, alargamento e calçamento de ruas, avenida, praças e “estradas de rodagem” realizadas por O’Grady, durante o ano de 1929, já fizessem parte do Plano Geral de Sistematização da Cidade de Natal; principalmente o calçamento e embelezamento das avenidas Junqueira Aires [atual Câmara Cascudo] e Atlântica (atual Getúlio Vargas), e a abertura de vias, articulando os diversos bairros, criando acessos à Cidade Nova, contribuindo para sua consolidação, e às praias. Hoje há, pelo menos, a certeza de que o bulevar de contorno e as ligações entre a Cidade Alta e a Ribeira foram construídos. (LIMA, 1998, p. 74). Dentre as intervenções urbanas realizadas por Omar O’ Grady, pode-se citar o calçamento das avenidas Junqueira Aires (atual av. Câmara Cascudo), Atlântica (atual Getúlio Vargas) e Sachet (atual Duque de Caxias), das praças Augusto Severo e João Tibúrcio e as ruas Dr. Barata e José Bonifácio. Além disto, o prosseguimento da implantação do bairro de Cidade Nova, a abertura de “estradas de rodagem” e de vias de acesso interligando a Cidade Alta com as Rocas e as praias do Meio e de Areia Preta, assim como o embelezamento, com a adoção de balaustradas, das avenidas Getúlio Vargas e Câmara Cascudo. Uma inovação proposta pelo prefeito Omar O’Grady diz respeito à implementação de uma taxa de benefício a ser paga pelos proprietários das marginais das ruas e avenidas recém pavimentadas, para custeio dos melhoramentos públicos (esta taxa foi regulamentada através da Resolução 290, com a anuência dos proprietários sobre os quais esta taxa incidia). Tal fato evidencia o conhecimento e a sintonia de O’Grady com outros movimentos urbanos que ocorriam internacionalmente e, no caso desta taxa em específico, sua simpatia com a administração das cidades americanas, nas quais a gestão empreendedora (a parceria pode público e privado) começava a se delinear. Outro aspecto significativo deste plano é o embrião de

participação popular que pode ser identificado quando da análise das críticas acerca do plano de Palumbo, revelando a existência de algum tipo de debate acerca do trabalho que estava sendo realizado na cidade: “uma crítica das mais inteligentes e oportunas feitas ao plano foi a de que estava havendo uma preocupação muito grande com o aproveitamento dos alinhamentos existentes” (MIRANDA In LIMA, 1998, p. 71) Com relação ao Plano Geral de Systematização de Natal, de 1929, ficou acertado que o mesmo constaria de: “a) [...] uma planta do projeto da cidade, em pranchas em papel canção reforçado à tela, com referências aos atuais alinhamentos e construções, em escala 1:1000, em aquarela policrômica, com projeções de sombras, compreendendo os bairros administrativo, comercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operário. Esta planta geral do projeto, em escala 1:1000, abrangerá toda a área limitada ao norte pelo projeto da cidade recreio no local atualmente denominado de ‘Limpa’, à leste pelo Oceano Atlântico, desde o forte Reis Magos, até a praia de Areia Preta; ao sul pela avenida 16 e seu prolongamento até o rio Potengi; à oeste pelo rio Potengi; desde o prolongamento da avenida 16 até o forte Reis Magos. Nesta mesma planta serão indicadas a localização da iluminação pública, viação urbana, arborização, passeios, monumentos, abrigos, jardins e praças públicas, locais para feiras, mercados, matadouros, cemitérios e demais estabelecimentos municipais; b) perfis transversais em escala 1:100 de todos os tipos de ruas e avenidas consideradas no projeto”. (MIRANDA In LIMA, 1998, p. 68). Estruturalmente, o plano de 1929 tem como proposta a abertura de quatro acessos entre os bairros da Ribeira e o da Cidade Alta (até aquele período existia apenas um acesso entre estes dois bairros); a implantação de um bairro jardim na zona até então conhecida como Limpa (atual bairro de Santos Reis); a construção de um boulevard de contorno partindo da cidade baixa, seguindo o curso do rio Potengi, contornando a cidade jardim e marginando o oceano até a praia de Areia Preta. Em síntese, o plano Geral de Systematização de Natal adotou medidas relativas a zoneamento, embelezamento, infra-estrutura e sanitário, como explica Lima, 1998, p. 79: “O Plano Geral de Systematização de Natal articula o zoneamento da cidade (definição e distribuição das funções administrativas, comerciais, industriais, etc) com o embelezamento (agenciamento de ruas e avenidas, arborização, passeios, parques, etc), com a infra-estrutura (sistema viário, iluminação, etc) e com medidas ambientais e de higiene, como a criação de um grande parque central, e a localização adequada de cemitérios e matadouros”. Questões ambientais: Diferentemente do plano de 1901, o plano de 1929 traz propostas que sinalizam questões especificamente ambientais. Desta forma, para efeito de análise nesta investigação, serão analisados, do plano de 1929, as propostas relacionadas à criação de um bairro residencial “cidade-recreio” jardim, de um grande parque municipal e a questão do aproveitamento de arruamentos existentes. Ao contrário do plano Polidrelli de 1901, que deliberadamente desprezou o traçado urbano da cidade colonial, concentrando-se apenas no plano de expansão de arruamento (o qual não estabelecia conexões com a cidade antiga, e até ao contrário, estimulava a separação entre as “duas cidades”), o plano Palumbo de 1929 propunha esta integração, e uma das evidências desta proposta é a própria crítica feita ao plano pelos cidadãos da cidade, que não concordavam com o aproveitamento de tantas ruas da cidade. Com relação ao bairro residencial “cidade-recreio” jardim proposto por Palumbo, observa-se certa semelhança com o diagrama proposto por Howard ao explicitar no desenho a construção de um anel circular a partir do qual seguem dez avenidas em diagonal que partem desse centro até outros pontos da cidade, interconectando o tecido

urbano antigo, especialmente do bairro da Ribeira, com essa nova área residencial, e abrindo novos acessos para áreas da cidade antes não exploradas, tais como o Rio Potengi e Avenida Atlântica. Apesar de se ter disponível desenho esquemático, pode-se observar no desenho idealizado por Palumbo certa intenção de zoneamento na definição da zona central, na delimitação de áreas pelas vias radiais e na variedade de formas do desenho situado no ângulo formado pelo boulevard de contorno próximo ao forte; área central que se posiciona numa situação de destaque funcionando como elemento que converge as vias radiais ao seu redor; o parque nas proximidade do forte e na sequência as demais áreas onde se situariam os edifícios residenciais do novo bairro Cidade Jardim. Outro ponto de destaque desse bairro-recreio Cidade Jardim trata-se da sua localização em relação a cidade, em especial as condições cênico-paisagísticas que são identificadas no seu sítio a oeste delimitando-se com Rio Potengi, nordeste e leste com o Oceano Atlântico e ao sul com uma encosta bastante íngreme formando um triângulo em cujo vértice se localizaria esse bairro-jardim. Este bairro jardim idealizado por Palumbo representa também um forte elemento de interconexão entre a cidade nova e a tradicional e nesse sentido ele funciona condicionando e norteando o crescimento e expansão de novas áreas da cidade. No plano de 1929, não é possível identificar, visualizando apenas o desenho, maiores detalhes acerca do grande parque urbano que era proposto nesse plano. A única referência que se tem a esse parque urbano pode ser obtida com a leitura do relatório do escritório Saturnino de Brito de 1935 onde ele faz menção aos limites desse parque que seriam entre a rua Ceará-Mirim, avenidas Rodrigues Alves, Alberto Maranhão, Prudente de Moraes, Alexandrino de Alencar e Olinto Meira, onde ficaria o grande parque do Projeto Palumbo a ser mantido. No que se refere ao processo de embelezamento proposto no plano de Palumbo, duas considerações podem ser feitas. Uma delas, diz respeito ao desenho do plano em si no qual se observa pontilhado por todo o desenho da cidade, as especificações mais minuciosas de traçados urbanos mais complexos, com uso de diagonais e de outros elementos que se atrelam ao discurso do urbanismo pitoresco dão a entender que nesses locais seriam implementados praças ou parques que dariam o efeito de embelezamento nessas regiões do tecido urbano. O outro aspecto significativo diz respeito a “implementações práticas de embelezamento que foram realizadas pelo prefeito engenheiro Omar O’Grady. Duas importantes avenidas da cidade, como foi dito, além do calçamento, receberam outras obras visando o seu embelezamento”. Sobre a avenida Atlântica, atual Getúlio Vargas, diz Alecrim: “o panorama maravilhoso que aquela faixa do bairro de Petrópolis oferecia, quer debruçado sobre a cidade, quer espreado para o mar rodeado de dunas, foi aproveitado admiravelmente. Toda a área necessária foi calçada, as edificações sofreram um pequeno alinhamento, os muros de frente das residências foram reconstruídos e melhorados...” Além disso, foi erguida “uma sólida balaustrada de cimento armado, toda crivada de postes para a iluminação e ao lado, distendido, o passeio público forrado a mosaico (Alecrim, 1957). Na avenida Junqueira Aires, então a única via que ligava a Cidade Alta à Ribeira, o calçamento foi remodelado. Também “foram construídas balaustradas laterais que lhe emprestam uma vista imponente e o gramado do square Pedro Velho (atual praça das Mães) foi replantado e ampliado com um triângulo de canteiros, cujo vértice toca quase o centro da avenida. Muito embora se vincule mais aos discursos de embelezamento e higienismo, observa-se no plano de 1929 de Palumbo um comprometimento maior com as questões ambientais em comparação com o plano anterior, proposto por Polidrelli em 1901. Apesar de incorporar integralmente o plano de Polidrelli, que é um plano que propõe

a auto segregação da elite, o plano de 1929 trabalha a urbanização de outras áreas da cidade e procura integrar, inter-relacionar o tecido urbano existente da cidade antiga com as novas propostas do bairro de Cidade Jardim. Além disso, propõe a implementação de uma série de equipamentos de ajardinamento e de praças no tecido urbano da cidade e a criação de um grande parque numa área que na sequência é aproveitada no plano de 1935, inclusive por outras questões relacionadas ao abastecimento e saneamento de Natal. **CONCLUSÃO:** As informações contidas nos planos foram classificadas primeiramente em dois blocos: 1) informações do tipo “imagem” e informações do tipo “texto”. Dentro da classificação “imagem”, se subdividiu ainda em “tipologia do desenho” (se o desenho contido no plano se tratava de “Anteprojeto” ou “Mapa”) e “Hierarquia do desenho” (se o desenho correspondia ao corpo principal do documento ou não). Com relação às informações denominadas como “Textuais”, foram subdivididas ainda em discurso direto e discurso indireto. Entende-se por informação textual direta aquela extraída diretamente do documento analisado. No que se refere à análise das imagens contidas nos planos tratando da Tipologia, observou-se que o plano de 1929 apresenta imagens do tipo “Anteprojeto”. Tal fato se justifica, vez que os planos de 1901 a 1935 propunham intervenções urbanas. Ainda na análise das imagens, considerando agora a hierarquia das mesmas, constata-se que o plano de 1929 apresenta imagens que correspondem ao “Corpo principal” do documento. Quando da análise da imagem contida nos planos, fica clara a identificação de que o plano de 1929 se trata de um plano de intervenção urbana, no qual as imagens existentes são anteprojetos que correspondem ao corpo principal do documento. Em se tratando da análise textual, o plano de 1929 não apresenta nem memorial descritivo nem legislativo. Para finalizar, são identificados nos trabalhos dos intelectuais estudados que guardam similaridades com alguns elementos dos planos urbanísticos de Natal. Os aspectos identificados foram as características dos planos de implantação de cidade; orientação dos ventos; a conservação de bairros “dignos”; zoneamento; meio ambiente com papel de destaque no urbanismo; verticalização; espaços verdes para recreação; coexistência de usos diversos; cidade do empreendedorismo. No que se refere à proximidade com os mananciais de água para abastecimento e uso da população, o sítio urbano de Natal encontra-se cercado (e limitado em seu crescimento) pela presença do Oceano Atlântico e pelo Rio Potengi (conforme se expande os demais rios e lagoas vão sendo descobertos e incorporados à trama urbana). A ideia da conservação dos bairros “dignos”, identificados nos trabalhos de Patte e de Le Corbusier (CARTA DE ATENAS), encontram-se também no plano de 1929, proposto por Palumbo. Esta proposta consiste em incorporar no projeto de intervenção urbana os conjuntos edilícios que ainda possuam alguma relevância para a cidade, ao invés de simplesmente demolir bairros inteiros para reconstruí-los posteriormente. Tal aspecto do plano de 1929 é visto indiretamente por meio das críticas da sociedade acerca do plano, que são relatadas pelo então prefeito de Natal o engenheiro Omar O’Grady. Nessas críticas, é questionado o “excesso de aproveitamento” de estruturas urbanas existentes. Em se tratando da ideia de zoneamento, pode-se colocar que compreende um dos aspectos mais recorrentes mencionados nos planos de Natal do século XX, assim como é o tema mais trabalhado em vários estudos dos intelectuais abordados neste artigo. Os autores que estudaram zoneamento, dentro de conceitos semelhantes aos encontrados nos planos de Natal: são Patte, Howard (HOWARD, 1945) e Le Corbusier. O zoneamento proposto por Howard pode ser identificado no plano de 1929, quando Palumbo propõe a adoção de um bairro recreio jardim para a área

onde hoje se localiza o bairro de Santos Reis. Este desenho determinava a criação de uma rótula central a partir da qual partiam avenidas radiais cortando o bairro numa série de eixos diagonais, os quais davam acesso a uma avenida que acompanharia a margem direita do Rio Potengi e seguia margeando a costa do Oceano Atlântico até a atual Ponta do Morcego (essas avenidas foram executadas e correspondem às atuais avenidas do Contorno, no Rio Potengi, e a avenida Atlântica na orla da praia). Além disto, também no plano de 1929, a determinação da área portuária, sem a presença de residências e a manutenção do bairro da Ribeira, de caráter eminentemente comercial se enquadram na ideia de Pierre Patte acerca de zoneamento. Existia, em 1901, uma elite intelectualizada, interessada na expansão e modernização da cidade, bem como na criação de um espaço de auto segregação, e no âmbito nacional, um grande movimento em prol na modernização das cidades brasileiras, com a adoção de discursos de embelezamento e higiene – aspectos estes contemplados no plano urbanístico de Natal de 1901. É assim que se observa no caso de plano de 1929, por exemplo, ao passo em que o mundo enfrentava uma crise econômica que se refletia aos poucos na economia interna brasileira, já o RN realizava uma série de melhorias urbanas especialmente na capital como resultado do saldo positivo da produção algodoeira do estado que culminaram com o período denominado “Belle Epoque Natalense”, no qual uma série de intervenções urbanas de cunho estético e higienista foram implementadas na cidade culminando com a elaboração do plano de 1929 idealizado por Palumbo e contratado pelo então prefeito de Natal, o engenheiro Omar O’ Grady). Em síntese, este plano incorpora e avança em relação ao anterior (1901), seguindo pelos ideais de cidade jardim, propostos por Ebenezer Howard e o zoneamento de Pierre Patte (único plano de Natal que incorpora tais influências, daí sua singularidade).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Leon Battista. (Itália, 1404-1472). Disponível em: <<http://www.epdlp.com/arquitecto.php?id=8>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

DECLARAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE (ONU). Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.defensoresdanatureza.com.br/defensores/estatuto/estatonu.html>>. Acesso em: 28 out. 1999.

ESCRITÓRIO Saturnino de Brito. **Saneamento de Natal**, 1935 (datilografado).

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

HOWARD, Ebenezer. **Garden Cities of To-Morrow**. 1945, p. 42 – 63.

KRÜGER, Mário. **As leituras e a recepção do De Re Aedificatoria de Leon Battista Alberti**. Disponível em:

<<http://homelessmonalisa.darq.uc.pt/MarioKruger/ParaumaLeituradoDeReAedificatoria.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2005.

LIMA, Pedro de . **Natal do séc. XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 1998.1v. 247f.

LIMA, Pedro de. A Questão Sanitária e o Disciplinamento de Natal: 1850-1935. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5 . **Anais**, PUC: Campinas, out. 1998.

LIMA, Pedro de. **Cidade, Gestão e Meio Ambiente: o caso de Natal**. Departamento de Arquitetura. UFRN: Natal, 1999. (Documento mimeografado sem paginação).

LYNCH, Kevin. **Planificación del sitio**. Editorial Gustavo Gili S. A: Barcelona, s/d, p. 186. (Traduzido livremente por Adriana Borba).

POLIÃO, Marco Vitruvius. **Da Arquitetura** (De Architectura Libri Decem). Trad. Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 2002.

PORTO ALEGRE. Disponível em. <http://www.geocities.com/HearHand/Plains/2441/verde.htm>. Acesso em: 01 nov. 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SALGADO, Ivone; D'AGOSTINHO, Mário Henrique Simão; ROLNIK, Raquel. Cadernos didáticos Clássicos do Urbanismo: A Cidade Ideal do Renascimento. Campinas: FAUPUCC, 1994. (Notas da aula da disciplina: Introdução à Arquitetura e Urbanismo).

VITRÚVIO. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Vitr%C3%BAvio>>. Acesso em: 03 abr. 2005.

PEDAGOGIA

RESPEITAR PARA REDUZIR O PRECONCEITO E AUSTERIDADE SOCIAL: DESPERTANDO A CULTURA DA PAZ

AUTOR:

Jose Neilson de Oliveira Atanázio

RESUMO: Este trabalho teve o intuito de ajudar a promover a cultura da paz na Escola Estadual Nestor Lima, localizada em Natal, RN. A meta principal foi analisar temas que contribuam para a redução de ideias preconceituosas e discriminatórias inseridas culturalmente em nossa sociedade e logo após coloca-las em prática com os alunos do ensino médio da referida escola. Para a realização desta meta se fez necessário reuniões periódicas, a fim de aprimorar os conhecimentos científicos, construindo ou desconstruindo conceitos que melhor façam compreender uma nova visão de mundo, aumentando assim o horizonte de expectativas. A valia de estudar esse tema na atualidade é de plena relevância, visto que, vivemos num alto nível de intolerância humana, dentro e fora do ambiente escolar. Não há local mais adequado para disseminação de valores do que a Escola, onde se adquirem habilidades e se forjam projetos de vida. A promoção da paz nunca é demais, já que vivemos em conflitos diários por sermos simplesmente humanos, daí está inserida a noção de imperfeição.

Palavras - chave: Cultura. Intolerância. Preconceito.

INTRODUÇÃO: O presente artigo tem como objetivo principal explanar de forma breve os pontos mais precisos da referida pesquisa - constituindo o produto educacional. Quando se pensa em cultura da paz, é por que algo contrário a essa paz está acontecendo no mundo. Como o recorte mundial não era viável para a realidade local e científica, limitou-se a pensar em um ambiente de formação que está sempre nas mídias retratando fatos negativos devido à violência: a Escola. Essa instituição social está precisando ser trabalhada de forma diferente, a fim de voltar a ter o seu papel de novo em evidência: o de educar! É importante estudar a Instituição escolar sob o foco violência/intolerância, visto que, vivemos em um país multicultural e várias vertentes devem ser observadas e respeitadas por todos. A ânsia de conseguir coisas materiais rapidamente impede que muitas pessoas utilizem sua ética de forma mais adequada, dificultando o convívio social ao priorizar o “ter” ao invés do “ser”; é a ambição sobrepondo a razão. A violência pode ser racional ou irracional. Pode ser usada de forma reflexiva como meio para obter um fim desejado, orientada por algum hábito, costumes ou valores de um grupo. Como também, pode-se agir orientado por razões afetivas para salvar algum bem econômico.

Ao questionar como em um ou outro grupo produz um impacto significativo no acesso do indivíduo às oportunidades, a questão da inclusão de pronto nos remete ao fato de que as interações sociais entre os grupos se dão numa relação de dominação/subordinação. (ABRAMOWICZ, 2015, p. 96).

Nesse ambiente institucional a socialização se desenvolve de diversas formas. Com a sua dinâmica própria esse espaço configura-se em um lugar de interação entre os

vários agentes sociais, resultando na convivência de comportamentos e valores sociais distintos. Não há local mais propício para disseminação de valores do que a Escola, onde se adquirem as habilidades e se forjam projetos de vida. Nas instituições de educação, de todos os níveis, o ensino pode contribuir para a formação de uma sociedade mais solidária, a fim de evitar que os jovens se envolvam com atividades ilícitas, para obterem o que desejam, abrindo espaço para a violência, contribuindo com a intolerância e discriminação, surgidas quando se formam grupos dispostos a impor sua superioridade perante os demais. **REVISÃO DE LITERATURA:** Com o fim da Guerra Fria, houve um avanço desproporcional do capitalismo sobre o socialismo, e com ele o surgimento da globalização, dando origem a um crescimento abrupto da violência e intolerância, devido à rapidez e eficiência com que os meios de comunicação invadem os lares transformando a cultura e identidade de uma/um nação/povo.

O desenvolvimento da internet e dos meios de comunicação digital aumentou ainda mais o fluxo de hábitos, costumes, ideias e produtos, tornando o mundo uma verdadeira “aldeia global”, como previra o filósofo canadense Marshall McLuhan. (COSTA, 2010, p. 310).

Jovens do mundo todo são impulsionados pela busca de uma nova identidade, abandonando sua cultura e tradição, fazendo surgir em determinadas regiões/localidades, atitudes e comportamentos muitas vezes reprováveis e nunca antes praticados. Observa-se a incidência nos Estados Unidos da América (EUA) com que adolescentes munidos de armas de fogo, entram nas escolas atirando e matando alunos e professores, atitudes como essa nunca antes ocorrida no Brasil, fez em 2011 um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, bairro Realengo, atirar contra os colegas, matando 12 jovens. Esta é uma das desvantagens da globalização, como também as desigualdades sociais. Há outros variados temas que concorrem para a desintegração sociocultural das regiões impulsionado por um pensamento dito homogêneo, gerado pela globalização. Pode-se citar como exemplo, a forte preocupação com movimentos contra a homofobia, provocando também reflexos de violência nas escolas. “As homossexualidades feminina e masculina tornaram-se um modo de identidade, envolvendo, além do comportamento sexual e afetivo, hábitos culturais, sociais e políticos de afirmação identitária.” (COSTA, 2010, p. 316). A socialização deve ser tratada de forma especificamente humana na transformação dos indivíduos em seres sociais. Socializar o indivíduo é adaptá-lo à vida em sociedade, ensinando os hábitos, os costumes, a linguagem, os modos de vida, as regras sociais, o que é permitido e o que é proibido, a disciplina corporal e os conteúdos científicos, históricos, culturais etc. A identidade é considerada um reflexo da interação do indivíduo com o meio social, pois definem traços de conduta que implicam na ideia de pertencimento a um coletivo. Numa sociedade globalizada a interação entre as realidades locais e globais marcam os processos identitários. Alguns teóricos defendem que o efeito geral do processo de globalização tem sido o de enfraquecer ou fazer crescer as formas de identidades culturais como se fossem únicas. Há um afrouxamento de identificações com a cultura nacional e um reforçamento de outros laços, como exemplo, os materiais. O global se encontra em alta, a fim de se obter uma homogeneização cultural esquecendo-se das culturas regionais. Fragmentação de códigos culturais, a multiplicidade de estilos, ênfase no efêmero, no flutuante são

elementos constantes e reais, presentes no mundo pós-moderno global. Fluxos culturais e o alto consumismo faz nascer as identidades partilhadas e homogeneizadas. Consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços. “É difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.” (HALL, 2006: 20). Somos confrontados por uma variedade imensa de estilos, lugares e imagens; conseqüentemente nos vemos diante de uma gama de diferentes identidades, dando a representação de que é possível fazer uma escolha. O foco da globalização é a economia nacionalizada, com isso o maior incentivo dado à sociedade é o consumismo. Esta forma uma humanidade baseada em lucro faz perder o vínculo particularista de pertencimento por valores, nações ou símbolos. Com isso surge uma pergunta: as identidades estão homogeneizadas? O fortalecimento de identidades locais voltadas para a cultura global pode ser visto na reação defensiva dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. Há uma proliferação de culturas identitárias e isto influencia na construção de novas figuras que podem corresponder ou não à conservação de uma determinada identidade. A globalização tem a capacidade de tornar a sociedade menos fixa, unificada ou trans histórica, no que diz respeito à formação de identidade. Escolas públicas, em especial, possuem uma clientela que é basicamente da classe popular, com estigmas de privações, apresentando-se multifacetada em suas tradições religiosas e culturais, refletindo toda a variedade dos mais fortes valores, como criatividade, resistências nas adversidades, espírito de partilha e outras expressões da sabedoria popular. A escola é uma das poucas instituições sociais que grande parte da população tem acesso em qualquer parte do mundo. Esta é responsável pelo senso crítico por meio do intercâmbio de conhecimentos e do diálogo. E todo processo social não segue um só caminho, está sempre em movimento variando conforme o contexto em que se desenvolve. A educação pode ser tanto inovadora quanto conservadora: ajusta as gerações à ordem vigente, fornece subsídios para mudanças, afina novos padrões de comportamento e faz novos usos da tecnologia. Em suma, a educação transmite e reproduz, de forma sistemática, os valores sociais estabelecidos, ou seja, os princípios de condução da vida social. **METODOLOGIA:** Pensando em todos esses itens citados anteriormente, cogitou-se a ideia de analisar e debater temas que contribuíssem para a redução de preconceituosos e discriminatórios inseridos culturalmente na sociedade; a partir daí recortou-se, o local de estudo: uma Escola Estadual, localizada em bairro de classe média, na cidade de Natal, RN. Como na maioria das escolas públicas, a referida escola é carente de projetos, dificultando diálogos entre colegas, gestores e professores.

Essa pesquisa contou com um professor orientador, uma bolsista e um voluntário. As reuniões ocorreram com certa periodicidade, a fim de debatermos, desde que, a leitura científica tenha sido feita com antecedência. Temas como: violência na escola, globalização, professor educador, diversidade, gênero e etnia, são lidos e debatidos dentro do grupo.

Como afirma Freire:

O ato de estudar, de ensinar, de aprender, de conhecer, é difícil, sobretudo exigente, mas prazeroso, como sempre nos adverte Georges Snyders. É preciso, pois, que os educandos descubram e sintam a alegria nele embutida, que dele faz parte e que está sempre disposta a tomar todos quantos a ele se entreguem (FREIRE, 2011, p. 115).

O objetivo dessas leituras e encontros para debate foi construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a visão de mundo e o horizonte de expectativas. Também é importante analisar e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais visando alcançar a cultura da paz. A prática de trabalhos se deu com os alunos do 2º ano, do ensino médio, onde há trocas de experiências entre o pesquisador, professores e educandos. “O que não é possível – repito-me agora – é o desrespeito ao saber de senso comum; o que não é possível é tentar superá-lo sem, partindo dele, passar por ele.” (FREIRE, 2011, p.116). Apesar de estar se buscando uma realidade local, a cultura da paz vem se tornando uma preocupação universal. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96) é tarefa da educação envolver todos os aspectos da vida humana, tendo por base os princípios da liberdade e os ideais de solidariedade humana, cuja finalidade é o pleno envolvimento do educando, ou seja, o seu preparo para o exercício da cidadania. Na formação básica do cidadão, procura-se fortalecer laços de solidariedade humana e tolerância recíproca, características intrínsecas da vida, em que se assenta a sociedade. Mas será a tolerância impossível nos dias atuais? Obviamente que não, mas ela só é praticável quando não nos fechamos em nossas verdades; isto é, pressupõe neutralidade absoluta em relação aos outros se procurando respeitar e entender a outra ideia.

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho sem esperança (FREIRE, 2011, p.126).

Referenciais da pedagogia freiriana mostram que a concepção de homem está enraizada no pensamento cristão renovador e nas suas reflexões sobre autoridade e autonomia, não podemos perder de vista o essencial das relações que é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Segundo o pensamento freiriano a educação é sempre política, ou seja, deve ter o intuito de transformar a realidade. “Sua pedagogia propõe que se dê condições a jovens e adultos de ganharem autonomia para se conscientizar politicamente.” (ARAÚJO, 2013, p. 236). Para ele o educador e o educando são sujeitos em ação, capazes de reconstruir a realidade em que vivem em prol de um justiça social. Enfim, enfrenta-se hoje choque de opiniões e de valores, afinal somos diferentes, não querendo dizer que seja impossível haver boas relações, sejam estas, dentro ou fora da escola. Na verdade, o que se almeja com esse projeto é conseguir inserir ideias de paz e diálogo entre pessoas, na intenção de disseminar a cultura da paz e não da violência. Segundo Freire (2011, p. 136):

O que não podemos como seres imaginativos e curiosos é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá; sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o inédito ‘viável’ demandando de nós a luta por ele.

Na percepção dialética de Marx, o futuro com que sonhamos não é inexorável. Temos de fazê-lo? De produzi-lo? Sim; ou não virá da forma como mais ou menos queríamos. É fato, é preciso ser feito algo em favor do crescimento da educação em termos de qualidade, mas não arbitrariamente, mas com os materiais, com o concreto de que dispomos e com o projeto, com o sonho por que lutamos. É cabível,

no momento, uma discussão acerca da identidade cultural, já que os jovens são alvo da decorrente mudança existente na vida cotidiana. Essas mudanças, de qualquer ordem, geram desconforto e dúvidas no que diz respeito a identidade moral, individual, religiosa, profissional, entre outros. Segundo Hall (2006:7), *“as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.”*. Pode-se afirmar que essa fragmentação do sujeito gerou uma crise de identidade, mediante mudanças expostas pelo mundo globalizado que abalaram as estruturas da ancoragem estável no mundo social. Contudo, trata-se de um termo já muito estudado e debatido nas Ciências Sociais, visto sua tamanha complexidade e a geração de mudanças contínuas na realidade, mas torna-se sempre novo frente às recentes discussões. Para Hall (2006) existem três concepções muito diferentes de identidade: sujeito do Iluminismo; sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo era um sujeito centrado, unificado, sobretudo racional, de ação, porém, sendo essencialmente o mesmo. No mundo moderno, surge o sujeito sociológico, já iniciando a sua complexidade, pois chamava atenção o processo com outras pessoas que começavam a fazer parte de sua interação social. O mundo pessoal e o mundo público se socializam formando valores, sentidos e símbolos, fruto de universos culturais exteriores, juntamente com suas identidades. O caminhar desse sujeito sociológico resultou no sujeito pós-moderno contextualizado na seguinte realidade: sem identidade fixa, essencial ou permanente. Diferentes identidades em diferentes momentos são observadas, caindo na mais comum das características humanas: a contradição. E agora? Qual direção seguir? Qual certeza ter, frente a tantas exigências existentes? Esse sujeito pós-moderno foi o encontrado na Escola Estadual Nestor Lima, cheio de contradições, e praticamente sem nenhuma resposta concreta sobre seus questionamentos cotidianos. Quando chegou-se à frente de discentes dessa forma foi feita uma espécie de ‘brainstorming’ e depois de explanações e leituras tornou-se possível enxergar novas pessoas que ansiavam por encontrar caminhos que antes eram incapazes de ser enxergados. **CONCLUSÃO:** Não há mais identidade singular. As pessoas não conseguem identificar o que é interesse social, até por que não tem o sentimento de pertencimento de um grande grupo. O sentimento de classe está perdido, os interesses são variados, assim como as identidades. Vou lutar em qual movimento? Pertencço a qual classe? Há uma mudança clara de paradigmas. A individualidade torna-se o elemento principal da sociedade atual.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade para uma política de diferença. (HALL, 2006:13).

Ele destaca em seu livro cinco avanços na teoria social acerca do sujeito e seu descentramento final da sombra cartesiana. A primeira refere-se às tradições do pensamento marxista; o segundo vem do inconsciente de Freud; o terceiro está associado com o trabalho do linguista estrutural Saussure; o quarto vem de Foucault produzindo uma espécie de genealogia do sujeito moderno e o quinto é o impacto do feminismo na sociedade. Diante todos esses descentramentos do sujeito moderno será destacado o quarto que está mais voltado para a pesquisa em questão. Foucault destaca um novo tipo de poder, “o poder disciplinar”, este está preocupado

com a regulação, a vigilância e em segundo lugar encontra-se o indivíduo. O objetivo desse poder é manter as vidas, atividades, trabalho, felicidade e prazeres do indivíduo. “Seu objetivo básico consiste em produzir um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil.” (Dreyfus e Rabinow, 1982: 135). A ideia consiste em fortalecer as instituições que regulam a sociedade e direcionar o cidadão a cada uma delas, tornando-o dependente e ao mesmo tempo consciente de seu exercício enquanto um ser que deve cumprir com as regras sociais. E aí essa preocupação se torna tão principal que as instituições se organizam e se tornam coletiva em prol de seu crescimento, em contrapartida, aumenta o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito. Como formamos nossa identidade? Ela se encontra em cada nação, é verdade. Os elementos essenciais permanecem imutáveis, estão lá desde o nascimento, unificado e contínuo, imutável ao longo de todas as mudanças. O que acontece de fato é que somos uma somatória de valores, formas, histórias e histórias; construindo então um ser humano independente de sua nacionalidade. Dessa forma, encontra-se na sociedade uma diversidade de culturas dentro de uma mesma nação, por exemplo, tornando impossível a unificação, mas quando se fala do ‘inteiro’ é fantasiada a ideia de unificação. Torna-se um mito. Tornamos uma sociedade híbrida. O hibridismo cultural é um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultam em contatos permanentes entre grupos distintos. Todo sujeito migrante é um sujeito híbrido, porque, quando deixa sua terra, torna-se diferente, pois os outros homens que encontra na terra estrangeira têm outros costumes e outras crenças; ouve outro tipo de música e dança em outro ritmo. A cultura que carrega une ao que encontra de novo e inicia o processo de hibridismo cultural. Através do fenômeno ‘hibridismo’ tenta-se homogeneizar a cultura, afetando conseqüentemente a identidade. A sensação de pertencimento torna-se confusa. A quem devo recorrer, quem eu sou, qual a minha ‘casa’? Com esse hibridismo é necessário ressurgir o nacionalismo ao lado dessa globalização que ameaça centrifugar a integridade étnica local. Algumas teorias afirmavam que o apego ao local e ao particular dariam lugar a identidades mais universalistas e internacionais. O apego às tradições e às raízes seriam gradualmente substituído por identidades consideradas racionais e atualizadas. O fato é que a globalização tem tentado modificar e unificar um sistema econômico, social, político, a fim de produzir um mundo unificado e invariável. Mas, o único sistema que se unifica é o econômico, através das ideias neoliberais. Este é o grande interesse dos que fazem o poder! As outras variáveis que compõem o sistema se tornaram, na verdade, desvios da globalização, que separa as nações cada vez mais, de forma lenta e desigual, mostrando um descentramento de poder. Será que já não está na hora de reavaliar todo um sistema que compõe esse mundo? Enfim, esse tema é bastante complexo. Afeta diretamente a todos nós e principalmente àqueles que estão em formação, preocupados em direcionar a vida profissional, cultural, acadêmica, entre outros. Centralizar de novo essa identidade é algo que a ciência deveria se preocupar antes que se instale o caos na sociedade. O conhecimento científico não pode parar de buscar esse debate, que é incansável, se faz necessário para a reposição da vida social, é o meu encaixe enquanto ‘eu’. Essa estrada precisa ser reconstruída; por enquanto não se sabe ainda onde vai dar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Afirmando as Diferenças:** montando o quebra-cabeça da diversidade na escola – Campinas, SP: Papirus, 2015. - (Coleção Papirus Educação). - (cap. 6 – A (re) configuração do nacional e a questão da diversidade.).
- ARAÚJO, Silvia Maria de. **Sociologia.** São Paulo: Scipione, 2013.
- COSTA, Maria Cristina Costa. **Sociologia.** São Paulo: Moderna, 2010.
- DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault:** Além do estruturalismo e hermenêutica. Brighton: Harvester, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2001.
- _____. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e terra, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ZORZI, Analisa. **Sociologia da juventude.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA

AUTORES:

Aline Arenhald

Juliana Dias Costa Mendes

Nathália de Lima Haddad

RESUMO: A presença dos chamados “Cantinho da Leitura” nas salas de aula está cada vez mais comum, pois eles têm o papel de aproximar o aluno do mundo da leitura, no entanto, tem chamado a atenção a pobreza das histórias em quadrinhos nesses ambientes. O presente artigo objetiva tratar as HQ’s como uma das novas tecnologias de ensino no processo de formação escolar, assim como romper com o absolutismo dos livros paradidáticos. Quanto à metodologia, o trabalho caracteriza-se em exploratório-descritivo, tendo utilizado como técnica de coleta de dados um instrumento de pesquisa, questionário, via Google Forms, com 09 perguntas abertas e fechadas. A pesquisa discorre sobre o desenvolvimento do hábito de leitura em crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, enfatizando a utilização dos gibis e a importância da escola e dos professores como exemplo de leitores durante esse processo. Também retrata sobre a formação dos alunos como cidadãos críticos e reflexivos.

Palavras- chave: Quadrinhos. Educação. Leitura.

INTRODUÇÃO: Nas salas de aula - principalmente em turmas da Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental - hoje em dia, é muito comum vermos um pequeno espaço com alguns murais cheios de livros, os chamados “Cantinho da Leitura”. Estes locais são separados para que, em algum momento livre da rotina, os alunos possam sentar e escolher livremente o livro que chamar sua atenção. No entanto, percebe-se que, em alguns desses ambientes, não se tem a presença das histórias em quadrinhos, ou gibis, que tanto agradam e divertem as crianças. O presente artigo trata do processo de formação escolar e suas metodologias, tendo como enfoque a utilização das histórias em quadrinhos – também chamadas de HQ’s ou gibis – como ferramenta de auxílio durante o desenvolvimento desse processo, assim como a importância da escola e do professor na formação de alunos leitores, reflexivos e críticos. O interesse em abordar esse tema surgiu a partir da observação da presença dos chamados “Cantinho da Leitura” nas salas de aula, em que se notou a escassez das HQ’s, ou, em alguns casos, a pouca presença destas, bem como a rara utilização delas em atividades ou projetos. A partir de então levantou-se o questionamento de quais seriam as razões para alguns professores não utilizarem tais recursos de maneira frequente. Partindo do princípio que os gibis entram como novos recursos metodológicos na educação para “quebrar” a ideia de uma pedagogia tradicional, pensa-se que essa escassez das histórias em quadrinhos nas aulas, justifica-se pelo fato de alguns professores estarem enraizados na tradição e terem recuo de “abrir” as ideias para o novo. Com base em livros e artigos de autores como BARBOSA (2014), VERGUEIRO (2014), RAMOS (2014) e outros, os quais defendem a ideia de que a linguagem única das histórias em quadrinhos é fundamental para que os alunos consigam decodificar as diversas mensagens presentes para obtenção de resultados melhores, este trabalho propõe aos professores refletir sua prática, rompendo com a ideia que apenas os

livros paradidáticos (como conhecemos) auxiliam no desenvolvimento de leitura e escrita. Como também enfatizar que as histórias em quadrinhos fazem parte das novas tecnologias utilizadas para ensino e estão mais próximas do universo literário infanto-juvenil. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se em exploratório-descritiva, tendo como método de coleta de dados um roteiro de entrevista, com 09 perguntas, aplicadas a 15 professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa tem por método hipotético-dedutivo, pois, partindo da descoberta de uma problemática, busca interpretar o problema, descrevê-lo e tentar encontrar respostas (hipóteses) que auxiliem a solucioná-lo. **REVISÃO DE LITERATURA:** A leitura traz implícita em seu conceito, a definição básica do processo de alfabetização e letramento, pois ler não se trata apenas de decodificar aquilo que está no texto, entretanto é também compreender o que está sendo dito. Para Soares (2003) “a leitura é um processo de relacionar símbolos escritos [...] e é também o processo de construir uma interpretação de textos escritos”. Baseando-se nisto, entendemos que é necessário haver um incentivo ao ato de ler, principalmente, para despertar o prazer pela leitura. “A leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. [...] A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”. (CAGLIARI, 1999, p.148). A formação de alunos leitores na escola depende, essencialmente, do estímulo do docente em relação à leitura atrelado ao exemplo que ele lhes dá. Crianças seguem os exemplos de pessoas que admiram e, para elas, o professor é uma pessoa digna de admiração, portanto, se elas são estimuladas a ler e veem seu professor fazendo o mesmo, criam o hábito e o gosto pela leitura, dentro e, quem sabe, fora da escola. Segundo Silva (1998) “A pessoa do professor constitui o principal fator para a promoção da leitura e, conseqüentemente, para a formação de leitores dentro da organização escolar”. O processo de alfabetização e letramento vai além das cartilhas ensinadas, existem diversos métodos que auxiliam no desenvolvimento da leitura, escrita e compreensão da criança sobre o texto. Uma dessas metodologias utilizadas por alguns, hoje em dia, são as histórias em quadrinhos. “O gibi é lido na infância, e não raramente a leitura segue até a fase adulta” (MARCONDES, B; MENEZES, G; TOSHIMITSU, T, 2015, p. 30). As histórias em quadrinhos, ou gibis, são materiais que fazem parte da infância e, em alguns casos, da adolescência, de muitas pessoas, por serem revistinhas que tratam de maneira lúdica assuntos e questões debatidas na atualidade. As HQ’s, como também são chamadas essas histórias em quadrinhos, surgiram no meio escolar como forma alternativa que proporciona às crianças uma leitura prazerosa, trazendo diversos elementos lúdicos chamando a atenção das crianças. “Em outras palavras, é um sistema narrativo composto de dois meios de expressão distintos, o desenho e o texto” (IANNONE, 1994, p.21). As HQ’s se tornam interessante metodologia pelo fato de fazer união entre palavras e imagens, o que se torna atrativo para criança no momento da leitura. “Cada um desses ocupa, dentro dos quadrinhos, um papel especial, reforçando um ao outro e garantindo que a mensagem seja entendida em plenitude.” (BARBOSA et al. 2014, p. 31). Ou seja, aquilo que está escrito, com as expressões visuais, acaba sendo de fácil entendimento, pois “a grande maioria das mensagens dos quadrinhos [...] é percebida pelos leitores por intermédio da interação entre os dois códigos” (BARBOSA et al. 2014, p. 31). Entretanto, existe também o “outro lado da moeda”, como os gibis apresentam dois tipos de linguagem, verbal e não-verbal, fazendo essa articulação e dando mais sentido, pode ocorrer o que Mendonça (2005) diz ser a “falsa premissa de que ler quadrinhos é muito fácil”. Sabe-se bem que é preciso não apenas ler o que está escrito nos balões dos quadrinhos, mas também compreender e saber interpretar o que dizem as imagens, a linguagem

visual de cada quadrinho. Outro ponto importante a se observar é que o professor não pode se prender apenas às histórias em quadrinhos para que não ocorra uma supervalorização, tornando o ensino e a aprendizagem algo monótono. Para Inácio (2003) “[...] os gibis, pode ser explorado numa sala de aula de forma significativa e dinâmica: através deles as crianças lêem, escrevem, criam, pesquisam, dramatizam, entrevistam” e fazem tudo sem perceber, pois, para elas, o prazer de estar fazendo aquilo e ver respostas das suas ações é o que há de mais importante. Araújo, Costa e Costa (2008, p. 29) ressaltam a importância da presença das histórias em quadrinhos nas escolas quando escrevem que:

[...] os quadrinhos podem ser utilizados na educação como instrumento para a prática educativa, porque neles podemos encontrar elementos composicionais que poderiam ser bastante úteis como meio de alfabetização e leitura saudável, sem falar na presença de técnicas artísticas [...] que poderiam se relacionar perfeitamente com a educação, induzindo os alunos que não sabem ler e escrever a aprenderem a ler e escrever a partir de imagens, ou seja, estariam se alfabetizando visualmente.

Os autores reforçam a importância e os benefícios da utilização dos gibis em sala de aula como uma metodologia de auxílio para o desenvolvimento da criança no processo de alfabetização e letramento. “É necessário que a escola garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva” (BRASIL, 1997, p.33). Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a escola é responsável por formar cidadãos capazes e competentes para sociedade, para isso, o educador pode se utilizar de metodologias como o gibi, pois além de ajudar no processo de aquisição de leitura e escrita dos alunos, as HQ’s possibilitam-no a trabalhar mais facilmente e de maneira dinâmica conteúdos de temas transversais, ou outros temas que vão surgindo diariamente em sala de acordo com a necessidade de cada turma e de cada aluno, o que, em educação, podemos chamar de currículo oculto. Concordando com isso, Tanino (2011) afirma que “é um material rico para trabalhar os conteúdos transversais, pois tem boa aceitação entre os alunos e pode render outras produções do conhecimento mais interessantes a cada faixa etária”. Como visto, e debatido, através das HQ’s o professor é capaz de trabalhar conceitos e conteúdos que surgem de forma inesperada na turma e fazem parte da realidade dos alunos, um exemplo disso são os gibis da Turma da Mônica – criados pelo renomado escritor Maurício de Sousa – que tratam questões relevantes como higiene (através do personagem Cascão que não gosta de tomar banho), regionalismo e variação linguística (o personagem Chico Bento e sua forma interiorana e característica de falar). Utilizando como exemplo as revistinhas da Turma da Mônica, o educador pode trabalhar com os alunos assuntos um pouco mais complexos, como a dislalia, ou seja, o problema que o Cebolinha tem, no qual ele troca o r pelo l nas palavras. Ou temas discutidos recentemente no meio escolar como bullying (o fato dos personagens Cascão e o próprio Cebolinha chamando a Mônica de gorducha, dentuça e baixinha), podendo então interligar esse assunto com a questão das diferenças, respeito e aceitação ao próximo. Há uma forte presença das HQ’s quando se fala em incentivo à preservação do Meio Ambiente, muitos escritores de histórias em quadrinhos têm se utilizado desse meio para conscientizar outras pessoas, introduzindo no universo infantil a importância do

cuidado com a natureza, para que através das crianças os adultos possam refletir e mudar suas atitudes.

Quando se fala em utilizar as histórias em quadrinhos em sala de aula, lembramos que assim como são tratados, por meio delas, os conteúdos transversais, podemos trabalhar conceitos contemporâneos, assuntos como política, filosofia, cultura, entres outros. Um claro exemplo de escritores que trabalham dessa maneira, é o criador da personagem Mafalda, o cartunista argentino Quino, que, de forma lúdica, porém crítica nos faz refletir e questionar nossa posição sobre a realidade.

ANEXO 1- Tirinha da Mafalda



Fonte: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/01/o-mundo-visto-bpor-mafaldab.html>. 2016.

Na tirinha anterior, podemos ver claramente a personagem Mafalda fazendo uma crítica, ainda que implicitamente, à falta de cuidado das pessoas para com o nosso mundo, induzindo então que o planeta está doente. De certa forma, vemos nesse contexto um alerta, uma tentativa de conscientização para o problema mundial. Esse foi apenas um exemplo de como os professores podem trabalhar temas importantes com as crianças em sala, dinamizando o ensino e, ao mesmo tempo, provocando uma reflexão nos alunos. Em geral, percebe-se que para ocorrer um trabalho eficaz de formação de bons leitores incluindo as histórias em quadrinhos como forma de literatura infanto-juvenil é necessário que nas bibliotecas das escolas também tenham acervos suficientes que possibilitem esse trabalho. Em se tratando da adaptação que a escola deve passar para que esse trabalho com as HQ's na biblioteca ocorra, Bari e Vergueiro (2007) afirmam que "[...] novo ambiente demanda que os bibliotecários, principalmente os bibliotecários escolares, se municiem intelectualmente para a atuação com as histórias em quadrinhos". Sobre o auxílio que as histórias em quadrinhos dão no processo de aprendizagem dos alunos, concordamos quando Tanino (2011, p. 24) remete que:

[...] a utilização das HQ's nos espaços escolares requer do professor compromisso com o fazer pedagógico e domínio metodológico do conteúdo a ser trabalhado com os alunos, além da criatividade e ousadia para utilizar os quadrinhos na medida certa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A metodologia de um trabalho científico são as fases de desenvolvimento do processo, ou seja, as etapas que seguimos durante todo estudo. Sendo assim, Nossa pesquisa constitui-se, quanto aos objetivos, em uma pesquisa ação que segundo Prestes (2008) "[...] caracteriza-se por uma interação efetiva e ampla entre pesquisadores e pesquisados [...]" objetivando aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o nível de consciência

dos pesquisados” (p.25). Quanto à forma de estudo, nosso trabalho caracteriza-se em uma pesquisa exploratório-descritiva. Exploratória porque procuramos levantar maiores informações sobre o assunto pesquisado, e descritiva pois buscamos observar, analisar, interpretar e descrever os fatos sem a ocorrência de interferências pelo (s) pesquisador (es). Utilizamos como técnica de coleta de dados um levantamento bibliográfico e um instrumento de pesquisa, questionário, via Google Forms, com 09 perguntas, sendo 04 perguntas abertas e 05 perguntas fechadas de acordo com a escala Likert, que foi aplicado a um universo de 15 docentes do qual retiramos uma pequena amostra de 09 professores, tornando nossa pesquisa probabilística em seu método dedutivo. Retiramos as informações que obtivemos para estudo e análise de livros, artigos científicos, informações da internet e questionário que realizamos. O trabalho possui uma natureza qualitativa com algumas observações quantitativas. **RESULTADOS OBTIDOS:** Entre os docentes entrevistados, enfatizamos, sobre as características profissionais de cada um, os seguintes dados que dos 09 professores que responderam 22,2% não possuem pós-graduação, 44,4% fizeram especialização e 44,4% possui mestrado, destacamos que um desses professores possui tanto especialização quanto mestrado. Tratando-se das metodologias utilizadas pelos professores na preparação e desenvolvimento das aulas 11,1% informou que se utiliza de várias metodologias ativas - ou seja, “[...] uma concepção educacional que coloca os estudantes da graduação como principais agentes de seu aprendizado” (TERRA, 2016) – 22,2 % acreditam que aulas lúdicas e métodos como o de inserir as brincadeiras nas aulas servem como promotor de aprendizagem e podem colaborar para o desenvolvimento integral da criança; 33,3% utilizam os métodos da pedagogia progressista, idealizada e estudada pelos grandes psicólogos interacionistas Piaget, Vygotsky, Wallon; 22,2% defendem a ideia de um diagnóstico prévio dos alunos e uma grade curricular compatível com o nível de escolaridade da turma e, finalizando, 11,1% aplica a pedagogia de Freinet, tateamento experimental – pedagogia com técnicas baseadas na experimentação e documentação, dando à criança formas de aprofundar o conhecimento e desenvolver sua ação. Sobre o trabalho realizado pelos docentes a fim de incentivar a leitura obtivemos que 11,1% realizam dramatizações e júri simulado; 11,1% são adeptos do método de contação de histórias; 33,3% utilizam as leituras compartilhadas em sala; 11,1% executam com os alunos rodízios de materiais de leitura nos quais uma vez por semana os alunos escolhem o livro que quiserem e levam para casa, na semana seguinte eles devolvem e comenta o que leram; 33,3% trabalham uma história e depois os alunos terão de recontá-la através de desenhos e/ou escrita. Utilizando a escala Likert, perguntamos aos professores se eles concordavam que com as histórias em quadrinhos sendo uma metodologia de abertura para o mundo da literatura e para o despertamento do hábito de leitura 44,4% responderam que concordam parcialmente e 55,6% concordam plenamente. Quanto à pergunta “Como se dá a aceitação dos alunos em relação aos gibis?” 11,1% responderam que a aceitação é ruim, 11,1% a aceitação é boa, 33,3% os alunos aceitam muito bem e 44,4% responderam que a aceitação é excelente. No que diz respeito ao pensamento dos professores em relação às HQ’s enquanto didática de ensino no processo de alfabetização e letramento, se são ensinados e diversão, questionamos os docentes se concordam com esse ponto, obtivemos que 11,1% discordam plenamente, 11,1% não tem opinião, 22,2% concordam parcialmente, 55,6% concordam plenamente. Através da pergunta “Sabemos que em alguns momentos as histórias em quadrinhos retratam de maneira lúdica assuntos importantes que devem ser

apresentados e discutidos com as crianças, tais como bullying, alimentação saudável, boas maneiras e conscientização ambiental. O que você pensa a respeito disso? ” tivemos como resultado os seguintes dados: 11,1% acha bom, 44,4% disse que é muito bom e 44,4% concorda que é excelente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Como visto, no decorrer do artigo, os dois tipos de linguagem (verbal e não-verbal) presentes nas histórias em quadrinhos despertam nas crianças o prazer pela leitura, porque as imagens possibilitam uma autonomia no entendimento do que está sendo transmitido mesmo se não fizerem a leitura do que está escrito, pois ainda que não consigam ler, as imagens os auxiliam a entender o que está acontecendo no quadrinho. Em acordo com o objetivo do trabalho, propusemos aos professores fazer uma reflexão de sua prática para romper com as ideias tradicionais em relação aos livros paradidáticos. Enfatizamos, também, as histórias em quadrinhos como novas tecnologias de ensino e auxílio na formação escolar dos alunos. Observamos que as metodologias utilizadas na preparação e desenvolvimento das aulas pelos docentes que responderam ao questionário são diversas, desde metodologias ativas à pedagogia de Freinet. Através dos trabalhos de autores que lemos, das respostas obtidas e discussões realizadas em grupo, conseguimos desenvolver nossas ideias. Esperamos que cada educador seja capaz de autocriticar-se e se permitir inovar, abrindo espaço para as histórias em quadrinhos como literatura infanto-juvenil e servindo de exemplo para seus alunos como um bom leitor.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Gustavo Cunho; COSTA, Maurício Alves; COSTA, Evânio Bezerra. **As histórias em quadrinhos na educação:** possibilidades de um recurso Didático-Pedagógico. Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes. Uberlândia, n.2, p. 26-27. Julho/dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem2/estudos/MARGEM1-E31.pdf>>. Acesso em: 29 abr.2017.
- BARBOSA, A. (Org.) et al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** 4. ed. 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2014. (Coleção Como usar na sala de aula).
- BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. **As histórias em quadrinhos para a formação de leitores ecléticos:** algumas reflexões com base em depoimentos de universitários. Comunicação e Educação, v. 12, n.1, p. 15-27, jan. 2007. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/Comedu/article/view/6014/5321>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Ministério da Educação. 1997. 144p.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística.** 10. ed. São Paulo. Scipione, 1999.
- IANNONE, L. R.; IANNONE, R.A. **O mundo das histórias em quadrinhos.** São Paulo. Moderna, 1994. (Coleção Desafios).
- Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

INÁCIO, Cleoni Fanelli. **Na escola com as histórias em quadrinhos**. v.9, n.26. 2003. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/Comedu/article/view/4551/4274>>. Acesso em: 29 abr.2017.

MARCONDES, B.; MENEZES, G.; TOSHIMITSU, T. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. 7. ed. 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2015. (Coleção Como usar na sala de aula).

MENDONÇA, M.R.S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: _____. Dionísio, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.194-207.

PRESTES, Maria Lúcia de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Rêspel, 2008. 206p.

SILVA, E. T. da. **Criticidade e leitura**: ensaios. Campinas, SP. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998. (Coleção de Leituras no Brasil).

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

TANINO, Sonia. **Histórias em quadrinhos como recurso metodológico para os processos de ensinar**. 2011. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

TERRA, Virgínia. **O que é metodologia ativa e porque ela é tão importante em uma graduação**. 2016. Disponível em: <<http://fappes.edu.br/blog/2016/04/06/metodologia-ativa-na-graduacao/>>. Acesso em: 09 jun.2017.

TIRINHA DA MAFALDA. Disponível em:<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/01/o-mundo-visto-bpor-mafaldab.html>. Acesso em: 08 jun. 2016

CONTEXTO PÓS-MODERNO: CONFLITOS ORIUNDOS DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

AUTORES:

Anna Claudia Chagas de Araujo
Jennifer Jeronimo da Silva
Juliana Dias Costa Mendes
Noemi Favassa Alves Queiroz
Rita de Cassia Angelo da Silva

RESUMO: Um dos maiores obstáculos do campo da Pedagogia, nos tempos atuais, é a indisciplina. Temos percebido que essa problemática tem sido ocasionada por diversos fatores, dentre eles encontramos a intolerância às diferenças presente, no ambiente escolar, gerando violência. Também podemos notar a falta de apoio e diálogo familiar, a presença das drogas dentro da escola, a influência da mídia, entre outros. Uma das características inerentes para o saber conviver é o respeito, a tolerância, reconhecer as diferenças e aceitá-las no meio social.

Palavras - chave: Violência. Estratégias. Jogos.

INTRODUÇÃO: No entanto, isso não se faz presente em algumas sociedades, na comunidade escolar, a falta de respeito ao próximo, a desvalorização dos professores, a falta de formação ética e moral, a influência da educação familiar na formação do sujeito, a ausência de limites, são fatores que merecem ser superados partindo de pesquisa minuciosa acerca do referido tema. Dentro das hipóteses mencionadas, quisemos investigar como uma das causas da indisciplina a intolerância que presenciamos hoje na sociedade como um todo, onde as pessoas não aceitam o diferente. A não aceitação das diferenças em toda a sua amplitude – se é diferente, é hostilizado, desprezado, humilhado. E quando a vítima reage é violentada. O problema da pesquisa surgiu diante de constantes indagações de nós professores, que nos últimos tempos, temos observado forte indisciplina na instituição escolar, gerando o *bullying* e várias formas de violência, tanto física como psíquica. Diante disso surgem as seguintes perguntas de pesquisas: Quais os motivos geram essa violência numa sala de aula? O que o professor pode fazer para dirimir essa intolerância? Jogos pedagógicos e Abordagem Psicodrama podem resolver esse problema? Diante da questão abordada, temos a hipótese de que desenvolver a conscientização dos alunos, de que ser diferente é normal, e de que somos uns tanto em nossas constituições físicas como psíquicas, é o caminho para modificar esse quadro de intolerância. Sabe-se que é na escola onde nos deparamos com essas primeiras diferenças. Pois, no contexto escolar, em sala de aula, encontramos diversas raças e etnias – entre outras diferenças. É preciso que o professor trabalhe desde as séries iniciais o diálogo, não só no título da diferença física, mas que somos diferentes em gostos, ideias, crenças e opiniões. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo mostrar, numa perspectiva pós-moderna, a influencia da violência no espaço educacional e apresentar os jogos pedagógicos e a abordagem psicodrama como possíveis estratégias para superação deste problema em sala de aula. **METODOLOGIA:** Adotamos a pesquisa descritiva, de cunho qualitativo, e foram usadas como técnicas de coleta de dados um levantamento bibliográfico, atrelado a uma observação participante, com atividades registradas em um diário de campo. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Na complexidade

sobre violência confere-se que a indisciplina afeta tanto aos sujeitos próximos ao convívio na escola, quanto aos demais integrantes da educação, e isso, certamente, nos causa preocupação gigantesca sobre a atenção que a escola deve pregar diante dessa questão. Afinal, quando numa escola há grande relevância de indisciplina, com certeza, influenciará negativamente nas atividades desempenhadas por toda equipe educativa, desde a sala de aula até à direção da escola. Para Abramovay e Rua (2002), a violência nas escolas é algo preocupante, muito embora não aconteçam os eventos mais terríveis da sociedade, deve-se haver uma atenção para que não contribua no rompimento da ideia de que a escola é um lugar de convívio, interação, educação e conhecimento. As referidas autoras, dizem que vários são os aspectos característicos da violência nas escolas, dentre eles estão às questões de gênero, relações raciais, situações familiares, influências, espaço social, idade e escolaridade dos alunos, e, até o comportamento dos professores em relação aos alunos. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Dentre muitos motivos que acarretam a intolerância, nas turmas pesquisadas, podemos considerar a transformação da sociedade; famílias não são mais formadas partindo do modelo tradicional, ou seja, os papéis de pai, de mãe muitas das vezes são substituídos por tios, avós, e certamente, essa desestrutura familiar influencia fortemente para a formação da criança. Outro motivo é que no atual mundo globalizado, valores familiares empregados na vida de muitas crianças são substituídos por bens materiais, deixando de lado a afetividade e o convívio humano, uma vez, que são fatores determinantes para a construção moral e social do ser. Diante dos problemas constatados em sala de aula, fez-se necessário articular estratégias lúdicas por meio de jogos nas atividades planejadas. Dentre as alternativas, foi usado um jogo de palavras - havia uma caixa com diferentes adjetivos em que cada aluno retirava e o atribuía a um colega. Jogo lecionado para subtrair situações de preconceito e bullying no contexto escolar e, por assim, contribuir para a conscientização dos sujeitos da diversidade humana, respeito mútuo entre os pares, fazendo-os aceitar o outro com sua subjetividade; sua identidade e características específicas. Do trabalho com a utilização de jogos, Lopes (2000) afirma que: O jogo para a criança é o exercício, é a preparação para a vida adulta. A criança aprende brincando, é o exercício que a faz desenvolver suas potencialidades e habilidades (...) incorpora valores, conceitos, conteúdos, trabalha a ansiedade, rever os limites, reduz a autocapacidade de realização, desenvolve a autonomia, a criatividade, aprimora a coordenação motora, desenvolve a organização espacial, melhora o controle, amplia o raciocínio lógico, aumenta a atenção e concentração, ensina a ganhar e a perder (LOPES, 2000, pág. 36). Dentre várias atividades educativas, optamos por fazer uso dos jogos pedagógicos porque favorecem a intencionalidade do trabalho pedagógico e o enriquecimento dos conteúdos a serem desenvolvidos, sendo importante o incentivo e o conhecimento dos seus objetivos, e ainda proporciona uma diminuição da violência no contexto escolar, visto que concede ao aluno a oportunidade de se ver e se colocar no lugar do outro. O psicodrama de grupo se caracteriza obviamente por uma psicoterapia em grupo, em que se utiliza tanto a técnica como a postura e a filosofia do psicodrama. (DIAS, 1987, p. 95) Foi escolhida a história “Quem quer casar dona Baratinha”, da autora Ana Maria Machado, apesar dessa peça ser mais usualmente utilizada na educação infantil, decidimos - juntamente com a turma - trabalhar essa peça por ser um tema que possibilita o trabalho com vários personagens – cada um com sua peculiaridade, vocabulário, expressão corporal e o exercício de se colocar no lugar do outro.

A proposta foi lançada para turma que de imediato acatou. De início, passamos um vídeo com o sociodrama original, para que os alunos se familiarizassem com o tema. Logo em seguida, fizemos uma roda de conversa para saber qual personagem os alunos mais se identificaram e o porquê dessa escolha. O próximo passo foi entregar uma cópia de texto para cada aluno e definir os papéis que cada um assumiria no sociodrama. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A construção do trabalho permitiu a ampliação dos nossos conhecimentos acerca da violência na escola, bem como as influências determinantes do contexto pós-moderno para sua presença no espaço de educação. Foi possível adquirir experiência no trabalho com jogos. É válido dizer que foi bastante satisfatório termos encontrado estratégias para superação desse desafio a partir de uma prática pedagógica intencionada e aprimorada das inter-relações pessoais. É dever do educador permitir aos sujeitos da escola, fortalecer as ligações de convívio e tolerância ao outro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília. UNESCO, 2002.

DIAS, Victor. **Psicodrama**: teoria e prática. São Paulo: Agora, 1987.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação**: criar, fazer, jogar. São Paulo: Cortez, 2000. 3.ed.

CONTRIBUIÇÕES DOS CONTOS DE FADAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

AUTORES:

Alexandra Santos Fernandes
Jardenia Lucila Lisboa de Freitas

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que vem enfocar os contos de fada como instrumento pedagógico. O uso do gênero conto de fadas favorece no desenvolvimento infantil, contribuindo nas relações entre o imaginário e o mundo real, possibilitando a constituição de um futuro leitor. O professor tem um papel fundamental para que isso aconteça, pois através da sua metodologia de contar histórias de forma lúdica e de suas leituras deleite, brotara em seus discentes o prazer pela leitura. Diante do assunto abordado, esta investigação científica terá como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a contribuição do gênero conto de fadas na formação da criança. A investigação em questão, trata-se de uma averiguação, com finalidade básica, tendo como tipo de pesquisa qualitativa. Compreendemos todos esses requisitos que o gênero textual conto de fadas apresenta, fica a ressalva sobre a relevância de o usufruir em todos os níveis de ensino, não deixando que esse gênero fique apenas no passado. E o professor como importante peça nesse processo tem a obrigação de proporcionar ocasiões proveitosas de interação com os contos, deixando seus alunos satisfeitos e entusiasmados os tornando futuros leitores.

Palavras - chave: Contos. Aluno. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO: Os contos de fada fazem parte da literatura infantil, e através deles viajamos em diversas realidades, bem distantes das nossas. “Quando lemos um conto de fadas somos atingidos por uma áurea de fantasia que nos transporta para um mundo de imaginação”. (DOHME, 2004). Nesse contexto tudo é possível e não necessariamente precisa-se de uma explicação. Em busca de conquistar o interesse de seus alunos, muitos professores recorrem a alternativas distintas, utilizando para instrumentos que possam ser eficazes, e que tragam entusiasmo aos alunos. Como já mencionamos, destacaremos um desses instrumentos pedagógico: os contos de fada. Diante do assunto abordado, esta investigação científica terá como objetivo geral, esclarecer como o gênero conto de fadas pode ser utilizado como instrumento metodológico em sala de aula. A pesquisa em questão trata-se de uma investigação com uma finalidade básica tendo como tipo de pesquisa exploratória descritiva, ao método da mesma é bibliográfica sendo de cunho qualitativo, a técnica de coleta de dados utilizada é uma entrevista de pesquisa de perguntas abertas. Embasado por Bruno Bettelheim 2007, Nelly Coelho 1997. O gênero conto de fadas é um dos primeiros gêneros que a criança entra em contato, pois normalmente é utilizado pelas famílias antes mesmo delas entrarem para o universo escolar, e também explorado nas instituições de ensino. Diante disso o objetivo específico desta pesquisa, consiste em identificar como os contos de fadas vem interferir no processo de aprendizagem, e ainda obter registros e informações históricas da origem dos contos de fadas, e analisar quais formas os pedagogos podem trabalhar o gênero em suas salas de aula.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que vem focar os contos de fada como instrumento pedagógico. Sabe-se que contribuir com educação para crianças, jovens e adultos, não é uma tarefa fácil. Nem sempre os alunos estão interessados nos assuntos propostos em sala de aula; tornando os atos de ensinar e aprender situações fatigantes. O uso do gênero contos de fadas pode favorecer no amadurecimento mental infantil, fazendo com que a criança faça relações entre o imaginário e o mundo real, além de enriquecer sua imaginação e o tornando um futuro leitor. O professor tem um papel fundamental para que isso aconteça, pois através da sua metodologia de contar histórias de forma lúdica e de suas leituras deleite, brotara em seus discentes o prazer pela leitura. Através de discursão do tema abordado, surgiu alguns questionamentos: de onde veio os contos de fada? Como se pode trabalhar os contos de fada na sala de aula? Os contos de fadas podem ter surgido de histórias contadas pelos mais velhos com intuito e dá lições e conselhos de vida. Acredita-se que os professores não se utilizam de contos de fada, pois consideram os mesmos primordiais apenas na educação infantil, por ser conteúdo lúdico. Os contos são ferramentas essenciais para trabalhar de maneira lúdica na sala de aula. Contos de fada é um gênero textual, que tem como principal público alvo as crianças. Histórias narradas, que envolve mundos imaginários, personagens maravilhosos como: bruxas, princesas e fadas; nos contos sempre se encontra vilões, mocinhos e heróis. Segundo Rosa (2009):

As histórias orais, incluindo fadas, são tão antigas quanto a história da humanidade, pois são narrativas que buscam, em sua essência, explicar a natureza humana e o seu entorno. Por conseguinte, é possível afirmar que a vida humana é uma narrativa, formada a partir de múltiplos elementos constituintes. (ROSA, 2009, p.11).

Sabemos então que os contos de fadas são narrativas antigas, onde a mesma explicava a vida cotidiana das pessoas, contadas como mitos, nos quais descreviam a essência humana, acontecimentos e elementos essenciais do dia a dia. Apenas no século IX surgem as fadas e as “transformação das aventuras reais”. Segundo Coelho (1987) no início os contos de fadas não eram direcionados as crianças, essa transformação para literatura infantil se deu entre os séculos XVII e XVIII, marcado em especial por Perrault na França, irmãos Grimm na Alemanha; com Christian Andersen na Dinamarca; e com Walt Disney América. Os contos de fada existem a muito tempo, não é possível estipular o momento certo da sua origem, porem Coelho (1987) relata que os vestígios dos primeiros registros dos contos de fadas, aconteceu em 4.000 a.C, criados pelos egípcios, com o livro Mágico. Logo depois surgem vários outros registros ao decorrer da história. Segundo Coelho 1987 os contos têm origem Celtas, de acordo com Achütz 2004 os Celtas eram povos que viviam na Europa na idade do bronze a.C., onde hoje fica na região da Espanha, França, Alemanha e Inglaterra.

[...] são de origem celta e surgiram como poemas que revelavam amores estranhos, fatais, eternos... Poemas que são apontados como células independentes, mais tarde integradas no ciclo novelesco arturiano, essencialmente idealista e preocupado com os valores eternos do ser humano: os de seu espírito. (COELHO, 1987, p.13-14, grifos da autora)

Ainda de acordo com Coelho, os celtas são responsáveis pela criação das fadas; nas quais foram criadas a partir de suas crenças e religião e de suas práticas criativas. O Conto de fadas tem esse poder de abrir a visão de mundo das crianças

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

e incluí-las de diversas maneiras em variadas situações, e vai além do público infantil, maravilhando também olhos e ouvidos de adolescente e até alguns adultos. A pedagoga brasileira Fanny Abramovich diz que:

Os contos de fadas estão envolvidos no maravilhoso, um universo que denota fantasia, partindo sempre duma situação real, concreta, lidando com emoções que qualquer criança já viveu... Porque se passam num lugar que é apenas esboçado, fora dos limites do tempo e do espaço, mas onde qualquer um pode caminhar... [...] Porque todo esse processo é vivido através da fantasia, do imaginário, com intervenção de entidades fantásticas (bruxas, fadas, duendes, animais falantes, plantas sábias"[...] (ABRAMOVICH 2006, p. 120).

As crianças se identificam muito com as histórias, pois nelas possuem características comuns com a fase em que elas vivenciam como o medo, a pureza, a vergonha e a insegurança. Já com os adolescentes, eles assimilam seus sentimentos com a vontade de conhecer o mundo, de se aventura-se e paixões avassaladoras. E os adultos também se enxergam inclusos em todo este seguimento, e envolve-se de maneira fascinada a leitura e as reações que ela provoca nos mais pequenos. Ao contar as mesmas histórias continuamente às crianças, estará possibilitando aquele ser a se utilizar completamente do que conto tem a oferecer e influenciando diretamente na compreensão do mundo e de conhecer a si mesma. Segundo Bettelheim:

Como sucede com toda grande arte, o significado mais profundo do conto de fadas será diferente para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida. A criança extrairá significados diferentes do mesmo conto de fadas, dependendo de seus interesses e necessidades do momento. Tendo oportunidade, voltará ao mesmo conto quando estiver pronta a ampliar os velhos significados ou substituí-los por novos (BETTELHEIM, 1980, p. 20 - 21).

Ao escutar uma história de conto de fadas o contentamento que sentimos, fala Bettelheim (1980), não vem somente das suas interpretações psicológicas, porém igualmente de suas características literárias. Contos de fadas são verdadeiras obras de arte a qual pertencem a toda raça humana e que são de fato compreendidas pelas crianças, como nenhuma outra. E suas primeiras expectativas e comoções são originadas a partir desses contos. Para Bettelheim (1980.p 26), no momento em que a criança solicita para que o mesmo conto seja lido repetidamente, é capaz de que naquele conto esteja apresentando fatos e problemáticas vividas por aquela criança e inconscientemente esteja ajudando-a a resolve-los de alguma maneira, que ela mesma pode até não ter identificado qual é. E quando a criança não apresentar deleitamento pela a história, isso quer dizer que o contexto e o tema não aguçaram nela um retorno significativo. E o período em que a criança perde provisoriamente o atrativo por um determinado conto pode ser pelos motivos que nele não apresentam mais os problemas que antes ela procurava resolver e então, decide-se substituir por outros, que mostrem uma melhor expressão do momento em que vive. **2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS:** A metodologia é o rumo que projetamos, a partir de métodos, técnicas e processos, a fim de chegar a um determinado proposito; sendo esse a descoberta de novos saberes, que procuramos para nos auxiliar em nossas experiências acadêmicas profissionais e em nossas vidas social. A investigação em questão, trata-se de uma averiguação, com finalidade básica, tendo como tipo de pesquisa descritiva-explicativa. Segundo Raupp e Beuren (2003) a pesquisa descritiva:

[...] a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (RAUPP e BEUREN p.81 2003)

Em relação à pesquisa explicativa Andrade (2002) relata que:

A pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa mais complexa, pois além de registra, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita erros.(ANDRADE 2002, p. 20).

Esta pesquisa procedente é de universo qualitativo; Utilizamos como método de coleta de dados, o estudo bibliográfico e uma pesquisa com perguntas abertas, como professoras que vivem realidades, diferentes. A seguinte entrevista teve o propósito, conhecer os contos de fadas em aspectos pedagógico, através da ótica de docentes que lecionam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; as mesmas ensinam em escolas de diferentes realidades sócias, em referência as condições financeiras, estruturas físicas das escolas e suas experiências sociais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para Coelho (1987), os contos maravilhosos acontecem em um espaço de ordem mágica, nesse e universo os personagens estão sempre lutando para sair de uma situação perturbadora, que se associa a problemas social, compatível aos problemas e desejos comuns da vida real; nesse espaço animais que falam, criaturas encantadas, estão sempre presentes.

[...]se desenvolvem no cotidiano mágico (animais falantes, tempo e espaço reconhecíveis ou familiares, objetos mágicos, gênios, duendes etc.) e têm como eixo gerador uma problemática social (ou ligada à vida prática concreta). Ou melhor, trata-se sempre do desejo de auto-realização do herói (ou anti-herói) no âmbito socioeconômico, através da conquista de bens, riquezas, poder material etc. Geralmente, a miséria ou a necessidade de sobrevivência física é o ponto de partida para as aventuras da busca. Eles se originam das narrativas orientais, e enfatizam a parte material/sensorial/ética do ser humano: suas necessidades básicas (estômago, sexo, vontade de poder), suas paixões do corpo (COELHO, 1987, p.13).

Não são chamados de maravilhosos apenas pela presença de fadas, e criaturas encantadas, mas pelo predomínio de situações “maravilhosas” onde pode-se usar magia, acontecimentos ocorrem sem que precise de uma explicação lógica. Além disso Mattar (2007) acrescenta:

[...]O maravilhoso, essencial para o equilíbrio da razão, é o próprio uso que fazemos do imaginário e diz respeito à magia ou intervenção divina, dividindo-se em três funções: fantasmagórica: através da realização do herói, trabalhando com sua realidade psíquica, traduz de maneira simbólica as aspirações do homem; estética: quando é vista também como uma obra de arte, patrimônio cultural da humanidade, apresentando a relação homem versus natureza e sua visão de mundo; encantamento: referência ao estado de êxtase a partir da narrativa, onde se passa do cotidiano trivial para o universo do conto. (MATTAR,2007, p.18)

Segundo Rodrigues (2010), os contos que apresentam problemas social, onde se busca a superação de obstáculos, para obter poder, e realização interior; apresentam uma natureza espiritual, ética e existencial tais como: A gata borralheira, Cinderela, João e Maria. Já os contos maravilhosos são de natureza material, social e sensorial, nos quais buscam riquezas satisfação corporal e poder como: Aladim e lâmpada maravilhosa, O gato de botas.

[...] podemos definir o conto como um relato em prosa de fatos fictícios, constituído de três momentos que se diferenciam perfeitamente: inicia-se por um estado de equilíbrio, segue-se com a intervenção de uma força, que gera conflito, desencadeando uma série de episódios. Como o homem sempre foi e será seduzido pelas narrativas, e o simbólico fala direta ou indiretamente da vida, acabamos nos adentrando em seu mundo e, quando nos damos conta, já estamos emaranhados com tantas maravilhas, em fios de leitura que nos levam a outro a ser desenrolado. (RODRIGUES, 2010, p.19)

Ainda segundo Rodrigues (2010) entendesse que os contos de fadas são textos estruturados em prosa, que tiveram sua origem em transmissões orais. Nesse gênero acontece atos irrealis, imaginados por pessoas que em busca de entender o sobre natural. Nas quais dão voz a imaginação, fazendo com que, outros possam adentra esse mundo imaginário. Segundo Rodrigues (2010) embasado nas ideias de Coelho (2003):

Contados e transcritos para as crianças, os contos de fadas originalmente, segundo Coelho (2003), tinham intenção pedagógica, uma vez que as histórias eram elaboradas como instrumentos de formação moral, na tentativa de afastar a criança de situações perigosas. Essa é a marca peculiar da primeira fase da literatura infantil, caracterizada pela existência de um teor pedagógico associado ao lúdico. (RODRIGUES, 2010, p.22)

Os contos desde o princípio apresenta uma finalidade educativa, nas quais apresentam o intuito de formação ética e moral. Enfocando atitudes corretas e erradas, caminhos seguros e perigosos. Como no exemplo da estória de Chapeuzinho vermelho (onde a garota toma um atalho para chegar mais rápido a casa de sua avó, e acaba atraindo o lobo) é possível compreender, que muitas vezes o caminho mais fácil, não é o mais seguro. De acordo Gagliardi (2001) os contos de fadas quase sempre têm uma mesma estrutura, que tem como principal característica a iniciação do texto com: “Era uma vez” e finalização com: “foram felizes para sempre”. Quando ouvimos o “Era uma vez”, viajamos diretamente ao imaginário. Segundo Mattar (2007) o francês Perrault foi um dos primeiros escritores a escrever contos de fadas para crianças no século XVII.

Charles Perrault nasceu na França em 1628 e morreu em 1703. Publicou os "*Contos de ma Mère l'Oye*" (contos da Mamãe Gansa), cuja capa do livro era de uma velha fiandeira, devido à tradição da época, de mulheres contarem estórias enquanto fiavam. Sua literatura de início não era voltada para crianças, mas com a adaptação de "A Pele de Asno", manifestou sua intenção de escrever para elas, principalmente orientando-as moralmente. Seus principais contos são: A Bela Adormecida no Bosque, Chapeuzinho Vermelho, O Barba Azul, O Gato de Botas, As Fadas, A Gata Borralheira[...] (MATTAR, p.14)

Conforme Costa, Perrault tinha em suas obras a características em especial, à narração de pessoas simples da sociedade.

Em suas obras o maravilhoso ocupa lugar bem modesto e as fadas são singularmente raras. Sua originalidade reside na presença da paisagens francesas, suas campinas e sua atmosfera, em que se movem aldeões, damas e cavaleiros. Seus personagens geralmente eram os modelos que os rodeavam: amigos, vizinhos, os trabalhadores do campo etc.(COSTA, 2003, p.24).

Na Alemanha no século XVIII surgem os irmãos Grimm, de acordo com Rodrigues (2010) viviam em um contexto de guerras napoleônicas “[...] publicaram uma coletânea contendo 210 contos, que preservavam a cultura e a literatura alemã, já que eram filólogos e sua intenção era estudar a língua alemã e registrar o folclore.” Foram os principais responsáveis à mudar o público alvo dos contos de fadas, logo seus escritos serviram de apoio para especialistas, nos quais transformaram os contos em literatura infantil. (RODRIGUES, p.21 2010). Pavoni (1989) citado por Mattar (2007) relata que:

Publicaram um primeiro volume em 1812, que continha o que recolheram em Hessen, nos distritos de Meno e Kinzing, do condado de Hanau, onde nasceram. O segundo volume foi concluído em 1814. A maior parte das lendas do segundo volume foi-lhes contada pela senhora Viedhmaennin, uma camponesa oriunda da aldeia de Niedezwehn, perto de Kassel. Jacob era o mais intelectualizado dos irmãos, mas Wilhelm era quem detinha o entusiasmo e inspiração da poesia; juntos chegaram a editar 210 histórias, a maior parte delas encontrada nos dois volumes originais. São deles as estórias: Pele de Urso, A Bela e a Fera, A Gata Borralheira e João e Maria. (MATTAR, 2007, p. 14-15).

Segundo Rodrigues (2010), tempos depois dos irmãos Grimm, o dinamarquês Hans Christian Andersen surgiu com um novo sistema de contos, onde relata as injustiças sócias, evidenciando que todos têm direitos igualitários, saindo da tradicional idade dos contos da época. (RODRIGUES, 2010, p.22).

Hans Christian Andersen (1802-1875), filho de um humilde sapateiro e de uma mãe iletrada, mulher supersticiosa que o influenciou bastante por passar-lhe a tradição oral do campo. Em 1835 publicou histórias Contadas às Crianças, com seus quatro primeiro contos. Até 1872, produziu 168 histórias. Suas estórias trabalhavam com o código social e eram inspiradas na sua infância sofrida, trazendo uma moral ou ensinamento. Destacam-se: A Roupas Nova do Imperador, O Patinho Feio, Os Sapatinhos Vermelhos, A Pequena Sereia, A Pequena Vendedora de Fósforos, A Princesa e a Ervilha (COELHO,1987, p.76).

De acordo com Mattar (2007) alguns contos de fadas sofreram várias adaptações ao logo do tempo, e um dos responsáveis dessas modificações foi cineastas Walt Disney. Muitas dessas adaptações tinham um intuito de omitir algumas cenas fortes, para não assustar as crianças. O ato de contar histórias para crianças ocasiona para elas novas experiências, novos sentimentos, atribuindo para que as mesmas de forma independente e intuitiva consigam estabelecer a esses conteúdos novos conhecimentos, construindo e desenvolvendo significados importantes e maximizando seus entendimentos. Faz-se fundamental recontar a história que acabou de ler, pois, desse modo irá oportuniza-la a dá outro final, outras características, ou fazer com que ela reconheça outros fatos interessantes da trama.

Para despertar de forma significativa o interesse pela a leitura, deve-se oferta aos pequenos, contos de fadas em que apresente variados enredos,

com sons e ilustrações, em razão de estimular a fascinação e influenciar diretamente no comportamento dos alunos. O mediador tem a responsabilidade de incrementar a contação, para que ela fique mais interativa e dinâmica, possibilitando uma fácil imaginação e compreensão para a criança que a ouve. Segundo Busatto (2003) narrar não é um ato simples e banal, é uma arte que requer preparo do educador. A contação de histórias tem como protagonista principal a palavra – em que o ouvir leva ao imaginar e o narrar deve encantar. “A forma como tudo vai sendo experienciado, compreendido, explicado solucionado, valorizado, resulta de uma afetividade e de uma razão atuando em sinergia” (COSTA E BAGANHA, 1989, p. 38).

Fica a cargo também do professor fazer as necessárias intervenções, para que as crianças possam compreender de uma melhor forma as informações implícitas nos textos, sem deixar que esses contos percam sua essência, e vai muito, além disso, pois o mediador também deve ter o cuidado de nortear seus alunos sobre o momento certo de separar o mundo real do imaginário, não devendo viver para sempre na fantasia. Outra incumbência do ser professor é não deixar que os contos de fadas virem algo enfadonho para seus discentes, os convertendo em atividades monótonas e tradicionais, desse modo, eles perdem seus reais valores e objetivos de serem recreativos e prazerosos. Os contos de fadas, segundo Saiani (2003), servem de ponte entre docente e o discente, dado que contribui na relação afetiva, auxiliando a solucionar seus problemas internos, proporcionando que seu cognitivo desenvolva e promovendo uma evolução no amadurecimento emocional. A ligação que se dará entre os alunos e o professor será decisiva para o triunfo da aprendizagem e das transformações desse futuro indivíduo adulto, que é a primordial função das instituições de ensino. Para Saiani (2003) se faz indispensável para um aprendizado saudável e bem sucedido o vínculo professor aluno e a criação de uma tão encantadora quanto necessária atmosfera. Sendo assim, podemos afirmar que o que as crianças podem aprender com os contos de fadas vai além do que a prática pedagógica pode perceber. **CONCLUSÃO:** Os contos de fadas deram início no Egito antigo, surgiram com o objetivo de explicar acontecimentos desconhecidos pelos povos. E assim, foi tomando proporção passando pela a Europa e ganhando uma nova roupagem a partir de outros autores, expandindo-se pela a América e em todo o globo, com estórias cada vez mais contemporâneas. Os contos surgem na vida das crianças ainda antes delas entrarem na escola, por meio de suas famílias, mas irá ser no cotidiano escolar que elas irão desenvolver os verdadeiros sentidos e aproveitamentos do gênero, pois é na vida academia que aparecerão os primeiros conflitos e angustias de sua nova fase, e através do mundo fantástico dos contos os alunos farão as necessárias relações com suas indagações pessoais para resolver seus problemas. Sabendo dessa importância o docente como mediador e norteador do aprendizado deve introduzir a leitura deleite aos seus discentes, transformando os momentos de contação em momentos prazerosos e lúdicos, deixando seus alunos sempre envolvidos e possibilitando a autorreflexão. O professor similarmente pode utilizar o gênero como ferramenta didática de forma integrada com outras disciplinas, deixando os conteúdos mais leves e dinâmicos. O docente também pode trabalhar questões de indisciplina escolar, aproveitando os momentos de leitura para realizar debates críticos e reflexivos com a turma. Portanto, os contos de fadas é ferramenta primordial a ser utilizado em sala de aula, podendo ser abordada dentro da sequência didática, por meio de: atividades com conteúdos dos contos, leituras deleites, peças de teatrais, interpretação, e assuntos sociais como éticos e gênero. E o professor como importante peça nesse processo

tem a obrigação de proporcionar ocasiões proveitosas de interação com os contos, deixando seus alunos satisfeitos e entusiasmados os tornando futuros leitores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: **Gostosuras e bobices**. São Paulo: [s.n.], 1991.

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para curso de pós-graduação: **noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BETTELHEIM, Bruno. **Psicanálise dos contos de fadas**. Bertrand, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUSATTO, Cléo. Contar e encantar: **pequenos segredos da narrativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas**. São Paulo: Ática, 1987 Scipione, 1997.

COSTA, Isabel Alves; BAGANHA, Filipa. **Lutar Para dar um sentido à vida: os contos de fadas na educação de infância**. Portugal, Edições Asa, 1989.

C

OSTA, P. de F. A. **Os contos de fadas: de narrativas populares a Instrumento de intervenção**. 2003 (Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR. Três Corações, 2003.

DOHME, Vania D'Angelo. **Atividades lúdicas na educação – o Caminho de tijolos. amarelos do aprendizado**. São Paulo: [s.n.], 2004.

GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloisa. **Contos de Fadas: Trabalhando com os gêneros do discurso narrar**. São Paulo: FTD, 2001.

MATTAR, Regina Ribeiro. **Os contos de fadas e suas aplicações na infância**. Bauru, 2007.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

RODRIGUES, Marinês Eugênia Alfredo. **Quem conta um conto... os contos de fadas e as narrativas das crianças de uma creche de Presidente Prudente/SP.** 2010.

ROSA, Silvana da. Do tempo medieval ao contemporâneo: **o caminho percorrido pela figura feminina, enquanto escritora e personagem, nos contos de fadas.** 2009.

SAIANI, Cláudio. Jung e a Educação: **uma análise da relação professor/ aluno.** São Paulo: Escrituras, 2003.

SCHÜTZ, Ricardo. **"História da língua inglesa."** English Made in Brazil, 2004.

A IMPORTÂNCIA DO PIBID/PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

AUTORES:

Camilla Nunes Camara Oliveira
Daiane Torres de Lemos
Edgar Hakim Sousa Rêgo
Jardenia Lucila Lisboa de Freitas
Joseane Maria Araújo de Medeiros

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) se destaca como uma das iniciativas governamentais voltadas para o incentivo à docência. Diante do tema abordado, o trabalho em questão, terá como objetivo apresentar a importância da experiência da prática docente durante o processo de formação do discente de pedagogia. O relato de experiência traz no seu bojo as marcas da vivência da sala de aula, como oportunidade fundamental para aplicar os conhecimentos teóricos na prática, fundamentada nas leituras e discussões bibliográficas alcançadas durante o processo de formação. Trabalhamos com duas turmas de 3º e 4º anos do ensino fundamental de uma escola pública. A prática docente requer um conhecimento específico e geral da área, permitindo compreender pela experiência a identidade do professor. Durante o processo de intervenção na escola promovido pelo PIBID vimos o quanto este programa foi fundamental para o desenvolvimento dos bolsistas e na colaboração na escola. Portanto, se faz necessário manter o PIBID, como oportunidade de aprofundamento na formação dos discentes das licenciaturas e contribuição significativa na escola pública.

Palavras - chave: Docência. Formação. Experiência.

INTRODUÇÃO: No contexto atual da sociedade muitas são as pesquisas e iniciativas voltadas para a discussão e desenvolvimento das práticas educativas da sala de aula. Na busca de ampliar os conhecimentos a respeito da prática docente o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) se destaca como uma das iniciativas governamentais voltadas para o incentivo à docência, proporcionando aos estudantes experiências que venham a somar no desenvolvimento de habilidades essenciais a construção do profissional durante a graduação. Assim reconhecendo, trataremos sobre as experiências vivenciadas e compartilhadas por quatro bolsistas do curso de Pedagogia do Unifacex, realizadas em uma escola Municipal de Natal. O trabalho aconteceu durante os quatro anos de formação, paralelamente a formação na referida graduação. Destacamos este fato de grande importância para nossa formação, algo que nos despertou o interesse e necessidade de discorrermos sobre sua relevância na compreensão da relação teoria e prática. As matérias que discutem sobre o ensino revelam a educação do Brasil enfrenta muitos problemas, que afeta diretamente a qualidade do ensino; um desses problemas, é justificado pelas fragilidades na preparação dos docentes. Diante disto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), investe no incentivo a iniciação docente ainda durante a formação acadêmica. Essa formação da pratica docente é fundamental, para melhorar a qualidade de ensino do país. Diante do tema discutido, esta reflexão tem como objetivo, justificar a importância da pratica docente, durante o processo de formação do profissional de

pedagogia. O trabalho em debate se trata de um relato de experiência. No processo fizemos uso das estratégias que fundamentam a pesquisa ação, realizando intervenções na prática reflexiva, defendida por FREIRE (1996), rejeitando a educação bancária e promovendo a compreensão do conteúdo e do contexto. Durante a formação dos bolsistas alguns questionamentos foram apresentados no intuito de certificar a importância desse programa do governo, a saber: Quais os benefícios do PIBID na formação acadêmica? Qual importância da prática durante a formação acadêmica, para o professor recém-graduado? É através da prática que o discente pode aliar os conhecimentos dos teóricos discutidos durante o curso com a vivência em sala de aula na escola. Dessa maneira constrói de maneira mais sólida a sua base como futuro profissional da educação conhecendo os desafios e as bonanças da sua profissão. O PIBID proporciona aos discentes do curso de licenciatura uma inserção destes futuros profissionais no cotidiano escolar possibilitando elevar à qualidade na formação dos mesmos. **METODOLOGIA:** O investimento reflexivo aconteceu em uma escola municipal de Natal-RN, localizada no bairro do Alecrim. A escola tem como público crianças e adolescentes, oferecendo ensino da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Participaram do processo quatro bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) do Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Facex, através de práticas pedagógicas planejadas e desenvolvidas conforme se fundamenta a pesquisa ação. Nos encontros desenvolvemos as ações nas turmas de 3º e 4º anos, ao longo do ano letivo. Embora a escola esteja situada numa área urbana, é possível constatar que está inserida numa zona de vulnerabilidade social, em vista sua proximidade com algumas comunidades onde é possível vivenciar histórias de pobreza, violência e tráfico de drogas. A clientela discente é caracterizada por crianças oriundas das classes sociais mais simples da sociedade, provenientes de diversos bairros, inclusive algumas da zona norte da cidade. A escola recebe esse alunado que são transportados em ônibus locados pelo poder público municipal, eles apresentam características marcantes da adolescência, tais como: impulsividade, inquietude, ousadia e dificuldades de relacionamento interpessoal o que, muitas vezes, gera conflitos no ambiente escolar e dificultam o processo de aprendizagem. Na experiência sistematizamos os momentos de planejamentos semanais juntamente com os professores titulares das turmas, participamos das práticas dos docentes nas turmas do 3º e 4º anos iniciais do Ensino Fundamental. As ações foram registradas no diário de campo, para discussão e reflexão sobre a prática. O momento ação e reflexão foi presente durante todo o processo, subsidiado pelas teorias assimiladas durante o curso, dando respaldo para as decisões e intervenções desenvolvidas nas aulas. O plano de aula se tornou ferramenta básica do nosso trabalho. Segundo PILETTI (2001, p.73) o plano de aula “É a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...) É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem”. Nosso planejamento foi organizado com a finalidade de traçar objetivos a partir das necessidades apresentadas pelas turmas, focalizando a realidade na qual as crianças estão inseridas. Ainda sobre planejamento escolar, Libâneo (1992, p.222) afirma que “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Na prática, sempre buscamos realizar atividades de leitura e escrita, pois é um dos maiores obstáculos enfrentados pelas turmas. Trabalhamos através do lúdico com: teatros, músicas, poemas, textos, dinâmicas, histórias e recorte e colagem. Em todo

momento envolvemos a turma com atividades significativas e em grupo, pois algumas crianças ainda têm dificuldades de interação com os colegas. Segundo Roloff (2010, p.2) “O lúdico pode trazer à aula um momento de felicidade, seja qual for a etapa de nossas vidas, acrescentando leveza à rotina escolar e fazendo com que o aluno registre melhor os ensinamentos que lhe chegam, de forma mais significativa.” O próprio interesse dos alunos foi investigado através das conversas, como também sondamos os seus conhecimentos prévios, utilizando como estratégia metodológica para assegurar a participação e o desejo de aprender. Apropriamos das ideias de Paulo Freire (1993), utilizando a leitura de mundo dos alunos para contribuir no desenvolvimento da leitura da palavra, adequando sempre os conteúdos a realidade dos alunos e ao meio social em que estão inseridos. Ao longo da aplicação do projeto na escola, percebemos diversas melhoras no aprendizado dos alunos na leitura e escrita; como também, principalmente na interação com os colegas. Incentivamos a produção de textos objetivando beneficiar a escrita individual de todos os alunos. As atividades de escrita se dão a partir de um ponto de partida, que por muitas vezes é um tema gerador de interesse dos próprios alunos. O registro escrito nos proporciona o acompanhamento e o diagnóstico das turmas. Por meio desses documentos, realizamos a análise, e é possível perceber os avanços, através de pontos, como: leitura e escrita, relacionamentos, desenvolvimento social e etc. A experiência torna possível rever e avaliar as nossas práticas, entendendo a importância de refletir sobre o planejamento e as reações dos alunos no processo; na perspectiva de melhorar e alcançar os objetivos. Esta compreensão foi possível através dessa experiência no PIBID, nos incentivando a refletir constantemente sobre nossa profissão e compreendendo o sentido de ser professor, percebendo o grande valor dessa profissão, apesar da falta de reconhecimento social. Apesar dessa visão distorcida, o exercício da docência requer sensibilidade e dedicação, pois seu papel não se resume ao ensino da escrita (alfabetização), vai muito além. Certamente o professor é um profissional que mais contribui para o desenvolvimento do ser humano. Por isto, sua prática necessita de objetividade, esforço, significação e reflexão sobre a mesma, para que assim ela se torne transformadora. O PIBID, como um programa incentivador do trabalho docente, compreende a importância de um professor diante da sociedade e oferece aos bolsistas experiências inovadoras que possibilitam aos estudantes ampliar sua visão acerca da profissão que irão exercer, ajudando a desenvolver nele as capacidades e conhecimentos inerentes a prática docente, para que no término da graduação ele possa se tornar um profissional mais coerente e consistente na sua formação. **RESULTADOS:** O Programa institucional de bolsas de iniciação à docência é fundamental na formação do graduando em pedagogia, pois é através desta oportunidade que os estudantes passam a aplicar as teorias aprendidas pelos cursos de formação na sala de aula, além de adquirirem o conhecimento necessário com as professoras que estão em sala de aula e tem muita experiência. Em teor legal o PIBID é apontado pela portaria normativa de número 38, de 12/12/2007 e pela portaria normativa de número 16, de 23/12/2009 (BRASIL, 2009) no qual estabelece que:

Finalidade o fomento à iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior, aprimorando-lhes a qualidade da formação docente em curso presencial de licenciatura de graduação plena e contribuindo para a elevação do padrão de qualidade da educação básica (BRASIL, 2009, p. 91).

Na experiência comprovamos a sua finalidade e aprovamos essa iniciativa do governo. O PIBID nos proporcionou a reflexão do que é ser professor, além do conhecimento teórico; fazendo com que, fosse possível, exercer o papel do profissional de pedagogia, com autonomia para observar, planejar e pôr em prática nossa teoria; trazendo outro ponto primordial para formação acadêmica: a autorreflexão. Segundo Rodrigues (1998, p.48) oferecer aos professores perspectivas de analisar para compreender os contextos históricos, sociais, culturais organizacionais e de se mesmo, como profissionais, nós quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. A prática docente ainda durante a formação acadêmica, permiti aos discentes uma maturação, do próprio perfil profissional. E foi, durante a experiência ofertada pelo Programa institucional de bolsas de iniciação à docência, que nos fez pensar sobre o modelo de professor que desejamos ser, defendendo assim como Freire (1996, p. 22) que:

Ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos nem formas é a ação pela qual um sujeito criador da forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência, sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro.

Foi no convívio de sala de aula com os alunos que compreendemos o sentido da ação do professor, da não transferência do conhecimento, mas na construção do elo entre o conhecimento e o aluno. Durante esse convívio houve troca de conhecimentos e crescimento dos bolsistas que concluíram as experiências mais desejosas e mais defensores da profissão. **CONCLUSÃO:** A experiência do grupo de bolsistas, PIBID/Pedagogia, retratada neste trabalho destaca a importância da oportunidade de estabelecer relação entre teoria e prática durante a formação no curso de formação do profissional da educação. Representa para os bolsistas, o aprender a ensinar, juntamente a uma escolar, que enfrenta uma realidade social única. Apesar do programa institucional de bolsas de iniciação à docência, ser uma iniciativa recente, seu impacto inovador para formação acadêmica traz grandes contribuições e significados para os novos profissionais que estarão se formando. O mesmo oportuniza aos discentes, um contado direto e real, com a educação básica e com os desafios recorrentes das escolas públicas brasileiras, os quais professores enfrentam com maestria diariamente. Essa experiência, oportunizadas no ensino acadêmico das universidades é limitada, nos estágios obrigatórios, experiência que busca relacionar as aprendizagens do curso com o cotidiano das escolas, mas que ainda assim não se tornam suficientes para sanar todas as dúvidas, curiosidades e necessidades do graduando em Pedagogia. Portanto, a vivência dos bolsistas do PIBID é de extrema importância para formação reflexiva do pedagogo, possibilitando um olhar crítico do que é docência, no quanto seu papel é fundamental na vida do cidadão e de como ele é sujeito de contribuição, para uma sociedade mais inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

CAPISTRANO, Kariny; SILVA, Laécio Nobre de Mécêdo. "**Importância do projeto pibid na formação docente inicial:** estudo de caso com bolsistas do pibid/química/ifce quixadá." VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessário á pratica da educação. 35 ed. Paz e Terra. São Paulo,1996.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001

PILETTI, Cláudio. **Didática geral.** 23. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

RODRIGO, Nelson. **Da mistificação da escola a escola necessária.** 2 º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ROLOFF, Eleana Margarete. A importância do lúdico em sala de aula. In: X Semana de Letras, 2010, Porto Alegre. **Anais da X Semana de Letras.** PUC, ISSN: 2237-1591 2010. Disponível em:

Dis<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Eleana-MargareteRolloff.pdf>< . Acesso em: 15 set. 2016.

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

AUTORES:

Danielle de Paula Oliveira

Maria Nazaré da Silva Izídio do Nascimento

Talita Possidonia Medeiros de Oliveira

RESUMO: O artigo fundamenta-se em algumas considerações acerca da importância da musicalização no desenvolvimento infantil, com o objetivo de destacar a necessidade de considerá-la na prática da Educação Infantil. No estudo bibliográfico vimos que a musicalização contribui nos aspectos: físico motor, afetivo, social e cognitivo; resultando positivamente na contribuição do processo de ensino - aprendizagem. A partir Sant'Anna, Lima e outros teóricos procurou-se compreender a musicalização como recurso didático pedagógico facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento infantil. No âmbito educacional a música passou por várias etapas até chegar às escolas com sua inserção no currículo pedagógico.

Palavras - chave: Educação. Música. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO: A música é considerada linguagem universal. Ela está presente em nossas vidas desde muito antes do nosso nascimento, ainda quando estamos no ventre da nossa mãe. Os batimentos cardíacos do seu coração é a primeira melodia, som que ouvimos. A origem da palavra – site de etimologia (2007) diz que música é derivada do latim “*musica*”, do grego “*mousike tekhe*”, que significa “artes das musas”, pois era considerada a manifestação por excelência dessas divindades protetoras das artes. A música permanece presente por toda nossa vida, marca momentos inesquecíveis que fazem parte da nossa história enquanto indivíduos. Esta pesquisa justifica-se através da relevância de reconhecer a música como elemento lúdico no processo de desenvolvimento infantil, e tem como principal objetivo compreender a importância da musicalização no desenvolvimento infantil, bem como contribuições nas fases do desenvolvimento: psicomotor, sócio afetivo e cognitivo. Segundo Sant'Anna e Lima, (2015) “A educação através da arte, neste caso a música, proporciona à criança a descoberta das linguagens sensíveis e do seu próprio potencial criativo, tornando-a mais capaz de criar, inventar e reinventar o mundo que a circunda”. (SANT'ANNA E LIMA 2015, pág. 106). A escolha do tema surgiu devido a indagações no grupo de pesquisa acerca do referido assunto, diante disso foram levantados os seguintes questionamentos: Quais são as contribuições da música para o desenvolvimento infantil? E qual sua importância para o processo de ensino - aprendizagem? Diante dos questionamentos propostos acredita-se que a música contribui para o desenvolvimento infantil, na estimulação e desenvolvimento dos aspectos: intelectual, sensorial, no desenvolvimento da linguagem e desenvolvimento motor. Ao ouvir a música a criança desenvolve o raciocínio lógico, a percepção de ritmo e som, movimento corporal e sensorial, expressividade, emoções e sentimentos. Por meio da música a criança amplia seu vocabulário, e se sente motivada a descobrir o significado de novas palavras. Referente ao processo de ensino aprendizagem, este tornar-se prazeroso e atrativo para a criança, usando o recurso musical como elemento de ludicidade. Para tanto faz-se necessário construir conhecimentos acerca do tema abordado no intuito de

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

compreender como se apresenta a musicalização no desenvolvimento infantil reconhecendo o valor da musicalização nas fases do desenvolvimento e sua importância para os aspectos: físico motor, afetivo, social e cognitivo; bem como fortalecer a utilização da música como estratégia de ensino na educação infantil. A música está presente na história da educação brasileira antes mesmo da chegada dos portugueses às nossas terras. Aqui os povos indígenas já conheciam a música e faziam seus próprios instrumentos musicais, o povo indígena tinha a música como algo muito importante que marcava as diversas manifestações culturais, rituais e comemorações. Para os índios a música é considerada uma linguagem diferenciada, pois através dela eles podem identificar se estão em uma guerra, em um ritual para os deuses ou em alguma outra manifestação cultural distinta. Com a chegada dos portugueses ao Brasil a música passou a ser percebida além das tribos indígenas, pois veio com eles a música ocidental originalmente da Grécia. Em 1549 chega ao Brasil os primeiros professores de música ocidental: os jesuítas, com a missão de catequizar e educar os índios os jesuítas perceberam na música a fonte ideal para atrair e conquistar os indígenas aos seus objetivos. “Apesar das poucas pesquisas existentes sobre o assunto, sabemos que esta atuação musical dos jesuítas influenciou sobremaneira tanto na formação da cultura brasileira como na criação específica de identidades culturais regionais.” (VASSAS, 2014). Neste contexto, no ano de 1554 é fundada a primeira escola da companhia de Jesus em São Paulo pelo padre Manuel da Nóbrega e seguida pelo padre José Anchieta. A educação musical era voltada para os interesses da igreja e da coroa portuguesa. A música foi introduzida no currículo educacional através do Canto Orfeônico que surgiu na França no século XIX. No Brasil essa matéria curricular só veio a ser implantada no século XX na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. De acordo com Franz, 2007:

O Brasil é tomado por uma corrente ideológica nacionalista muito forte que visava reimplantar no brasileiro o gosto e o orgulho pelo país. O interesse da nação pelas tradições brasileiras, pelo civismo e disciplina precisava ser resgatado e a educação musical entra como protagonista neste contexto, tendo a música grande valor no movimento nacionalista devido ao seu grande poder de abrangência. (FRANZ, 2007 p.2).

Essa prática veio a vigorar com maior intensidade no comando do renomado compositor Villa Lobos, que pode ser considerado um dos maiores contribuintes do Canto Orfeônico no Brasil. O modelo que inspirou o compositor a desenvolver essa prática foi visto nas escolas alemãs em uma de suas viagens. Villa Lobos desenvolveu um projeto de educação musical utilizando o Canto Orfeônico como abordagem principal que fora implantado como matéria obrigatória no currículo das escolas de ensino público. Em 1932 ele foi convidado oficialmente por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, para organizar e dirigir a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), que introduz o ensino da música e do canto coral nas escolas. De acordo com PARADA, 2008:

As classes de canto orfeônico serviriam como iniciação à cultura musical, mas, sobretudo, constituíram-se como um local de coesão em torno de um projeto de cultura cívica. No entender do próprio Villa Lobos, o canto orfeônico tinha uma finalidade pragmática: a construção de um ambiente cotidiano de solidariedade e de disciplina e sua prática não devia ser confundida com manifestações de ordem puramente estética. (p.176)

Vale ressaltar a importância do canto orfeônico para introdução da música nas escolas, disciplina obrigatória nas escolas durante o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) a fim de promover o ensino da educação musical como uma das ferramentas de transmissão de disciplina, o civismo e a educação artística. O objetivo do projeto de Villa Lobos era agregar à música a uma formação cidadã de crianças e jovens, formação está com temas relacionados ao folclore brasileiro. Ao longo dos anos ocorreram várias mudanças no que se refere o ensino da música nas escolas. No período colonial a educação musical organizada pelos Padres jesuítas era voltada para servir aos interesses da igreja e da coroa portuguesa. No século XX com a ascendência de algumas ciências e principalmente as ciências sociais tornou-se necessário repensar as leis para instituir um novo modelo de ensino para a disciplina de música nas escolas. Porém a falta de preparo dos professores findou no esquecimento da música na escola. Domingues, 2013 - afirma que a partir deste momento “a cultura de se usar a Música de maneira pormenorizada, tornando-a apenas um artefato instrumentalizado, usado em função de festas juninas, de comemorações escolares e em momentos cívicos, voltando aos tempos “villalobistas”. (p.9)”. No intuito de reverter à situação do ensino da música nas escolas a LDB - Lei de Diretrizes e Bases diz no parágrafo § 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular (BRASIL, 2016). Tornando o ensino da música obrigatório em modalidades e níveis de ensino. Conforme descrito: “§ 2º Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.” (BRASIL, 2016 p.9). No intuito de simplificar o trabalho dos professores o Estado propôs alguns referenciais que nortearam de certa maneira o ensino da música nas escolas, esses documentos foram: PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) – e o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998). Os Parâmetros Curricular Nacional é constituídos por vários volumes que abrange conteúdos e objetivos do Ensino Fundamental ao ensino médio, tendo o volume 6 voltado para o ensino das artes o qual a música está incluída. Neste documento a música é apresentada como forma de associação de culturas e tradições a de cada época. Afirmando que:

Qualquer proposta de ensino que considere essa diversidade precisa abrir espaço para o aluno trazer música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção. A diversidade permite ao aluno a construção de hipóteses sobre o lugar de cada obra no patrimônio musical da humanidade, aprimorando sua condição de avaliar a qualidade das próprias produções e as dos outros. (PCN – VOLUME, 1997. p. 53).

Referentes aos conteúdos propostos pelos PCN para esta disciplina estão inseridos de forma básica, no qual se trabalham os três elementos: Composições, improvisações e interpretações. O RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998) aborda o ensino musical afirmando que:

O trabalho com a música proposto por este documento fundamenta-se nesses estudos, de modo a garantir à criança a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais, num exercício sensível e expressivo que também oferece condições para o desenvolvimento de habilidades, de

formulação de hipóteses e de elaboração de conceitos. (RCNEI- 1998. p.48).

Neste contexto, considera-se que o ensino musical deve ser abordado de maneira significativa para a criança, levando-as a vivenciar e apreciar a música. Compreendendo-a como um processo contínuo de desenvolvimento de habilidades no intuito de aprimorar a motricidade do aluno. De acordo com o RCNEI a linguagem musical tem características e estrutura própria, conceituadas como:

Produção — centrada na experimentação e na imitação, tendo como produtos musicais a interpretação, a improvisação e a composição;

Apreciação — percepção tanto dos sons e silêncios quanto das estruturas e organizações musicais, buscando desenvolver, por meio do prazer da escuta, a capacidade de observação, análise e reconhecimento;

Reflexão — sobre questões referentes à organização, criação, produtos e produtores musicais. (RCNEI, 1998, p. 48).

Ao estudar como este documento traz o ensino da música em seu texto percebe-se que, o que ocorre é apenas sugestões de atividades, da mesma forma como abordada nos PCN's. São informações norteadoras de extrema importância para a organização curricular desta disciplina e o seu ensino nas escolas. **METODOLOGIA:** Para alcançar os objetivos desta pesquisa realizou-se uma pesquisa Descritiva – exploratória que de acordo com Gil (2008) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008 p.46). Sobre a pesquisa descritiva, o autor refere-se aquela que tem como principal objetivo descrever as características de uma determinada população, fenômeno e estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p.47). Para obtenção dos dados necessários que constituirão toda a pesquisa usaremos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos, (2013) “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas ” (MARCONI; LAKATOS, 2003 ,p.183). Quanto á sua forma de abordagem do problema ela será de cunho qualitativo, aliada a um a observação não participante, realizada com crianças entre 4 a 6 anos durante a aula de música. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A música é uma forma de expressar ideais e sentimentos, que faz parte da vida toda de um indivíduo e é uma linguagem muito apreciada pelas pessoas. No âmbito educacional a música é usada como recurso metodológico muito explorado na educação infantil, devido a sua importância como eixo facilitador e estimular do desenvolvimento no que se refere aos seguintes aspectos: sócio afetivo, intelectual, sensorial e motor. Estudos realizados constataam que a música faz o cérebro evoluir de modo único. A confirmação é da neuropsicóloga Catherine Loveday, da Universidade de Westminster. Este resultado só vem reafirmar o que os educadores e pais já vivenciam no cotidiano com suas crianças, que ao ouvirem um som já começam a querer se expressar desde muito pequeninas ainda. De acordo com o artigo no site “Em tempo” a pianista e professora Aline Rodrigues concorda e aponta que existe uma forte ligação entre a educação musical e o desenvolvimento das habilidades que as crianças necessitam para se tornarem bem-sucedidas na vida. Na perspectiva sócio interacionista abordada pelos teóricos Piaget, Vygotsky e Wallow (1998), a crianças conhece e aprende na troca de interação entre o meio e o sujeito, Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

levando em consideração essa teoria podemos dizer que a música reuni todos os elementos necessários para que se crie um ambiente favorecedor dessa interação sócio interacionista através das sensações prazerosas que a música oferece. De acordo com Freitas (2015) “A música favorece na percepção de pontos fortes e fracos da criança principalmente a capacidade de memória auditiva, observação, discriminação e reconhecimento dos sons, portanto torna-se relevante trabalhar com música dentro e fora da sala de aula. (FREITAS et al. 2015, p. 2)”. A música deve ser trabalhada com significado para a criança, não fazer parte apenas de uma rotina automática, que usa este elemento lúdico de forma superficial e mecânica. Durante alguns meses pudemos observar em duas escolas ambas de educação infantil, como acontecia a introdução da musicalização nas aulas. A primeira escola é uma instituição particular que tem em seu currículo aulas de música que acontece uma vez por semana em cada nível de ensino, as aulas são ministradas por uma professora graduada em música. Nas aulas observamos que a professora utiliza de diversos instrumentos musicais, trabalhando de maneira lúdica o som dos instrumentos e possibilita às crianças a descobertas de novas possibilidades musicais. As aulas são sempre interativas. Foi possível constatar a visível efeito positivo da música para as crianças que durante as aulas demonstram bastante interesse nas atividades desenvolvidas. A segunda escola trata-se de uma instituição municipal, nesta escola as aulas eram ministradas por uma professora polivalente. Na sala de NI matutino a música estava presente diariamente em toda rotina das crianças e era trabalhada de maneira interligada com o projeto que estava sendo desenvolvido na escola, bem como com os eixos: Linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática, movimento, artes visuais e música, de acordo com o projeto que estava sendo desenvolvido na escola. Nestas duas experiências foi possível perceber que a música é muito importante para o desenvolvimento infantil e para a aprendizagem, pois crianças que durante as atividades em sala demonstravam tímidas e não interagiam, na aula de música tornavam-se mais participativos. Conforme Lima e Mello (2013) “A música é um excelente recurso para o docente treinar a leitura, porque a musicalidade movimenta os seres humanos, de forma global, tanto que os mais tímidos muitas vezes se tornam participativos, começam a se expressar com menos inibição nas aulas. (LIMA e MELLO, 2013, p.104)”. Neste contexto considera-se que a música contribui para o desenvolvimento infantil nos seguintes aspectos descritos abaixo: **Aspecto psicomotor:** a partir do momento que a criança tem contato com a música ela já começa a se expressar em forma de movimentos corporais de acordo com o som e o ritmo, bem como a desenvolver habilidades motoras essenciais para o seu crescimento. O movimento corporal explorado através da música como (batida de pés, palmas, rodas e danças) são muito significativas para as crianças de modo que elas possam aprimorar a sua coordenação motora e senso rítmico. **Aspecto sócio afetivo:** Por meio da música o indivíduo sente-se à vontade para interagir e se comunicar com o meio que está inserido, formando aos poucos sua identidade cultural e pessoal. Durante atividades musicais que trabalham coletividade as crianças se socializam mais, aprendendo assim o conceito de grupo e o respeito mútuo. Além disso, demonstram seus sentimentos, emoções e segurança. **Cognitivo:** A partir da interação e do meio musical a criança desenvolve a imaginação, a oralidade percepção auditiva e visual, amplia a capacidade de pensamento e de fazer ligações com o ambiente em que vive. Justificando os aspectos descritos acima o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) afirma que:

O trabalho com música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive aquelas que apresentem necessidades especiais. A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social. (RCNEI- 1998 pág. 49).

O trabalho musical nas escolas deve ser realizado de maneira significativa, de modo a propiciar o desenvolvimento do indivíduo de forma lúdica e prazerosa, tornando assim um eixo facilitador do ensino aprendizagem. **CONCLUSÃO:** Diante da pesquisa realizada podemos confirmar a importância da música para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. A musicalização infantil contribui para a aprendizagem do indivíduo a qual se dá de maneira lúdica e prazerosa. Nesse sentido durante as observações realizadas nas escolas constatamos que a música tem o poder de transformar o indivíduo, pois crianças muito tímidas em outras aulas demonstravam-se na aula de música extrovertidas e sociáveis. Com esta pesquisa foi possível aprimorar nossos conhecimentos a cerca do tema tratado, levando-nos a fazer uma reflexão sobre o ensino da música desde o descobrimento até os dias atuais e a compreender quais são as diretrizes que regulamentam o ensino desta nas escolas, conhecendo quais são as contribuições para o desenvolvimento e aprendizagem infantil com o recurso didático pedagógico da música. Consideramos de suma importância esta pesquisa para a nossa formação docente, pois as experiências adquiridas nas observações e nos estudos servirão para orientar nossa futura prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BERRIO, Luciana de Lima. **Música e o desenvolvimento infantil**. Publicado em Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicologia-cognitiva/musica-e-o-desenvolvimento-infantil>. Acessado em 05 de junho de 2017.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. v. 3 Brasília, MEC/SEF 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte /** Secretaria de Educação Fundamental. 1997.

CARVALHO, Rosane de; LIMA, Beatriz dos. **A música e o desenvolvimento cognitivo infantil**. I Seminário PIBID / Sudeste e III Encontro Estadual do PIBID/ES; FRANZ, Matheus. **Canto orfeônico: Um olhar sobre a trajetória social do ensino de música na educação básica**. 2017. Disponível em: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FREITAS, Ana Cláudia de et al. **A contribuição da música na construção do conhecimento na educação infantil**. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/11038/8838. Acesso em: 20 abr. 2017.

GARCIA, Vitor Ponchio; SANTOS, Renato dos. **A importância da utilização da música na educação infantil**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd169/a-musica-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

LIMA, Cynthia da Silva; Ms. MELLO, Leila Mara: A importância da música no processo de aprendizagem. **Revista Ciência atual**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1 • 2013. inseer.ibict.br/cafsj.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez: **O maestro da ordem: Villa-Lobos e a cultura cívica nos anos 1930/1940**. Revista ArtCultura. Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 173-189, jul.-dez. 2008.

RUSSO, Carlos. **Villa-Lobos e a música brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/villa-lobos-e-a-musica-brasileira/05032017/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

VASSAS, Bernard. **A música no tempo das missões jesuítas**. 2014. Disponível em: <http://festivaldealcantara.org/2015/a-musica-no-tempo-das-missoes-jesuistas/>. Acesso em: 20 maio 2017.

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

AUTORES:

Andressa karoliny Paz de souza azevedo

Anna Flavia Caldas Costa

Camilla Nunes Camara Oliveira

Karoline Sthefany Melo de Sena

RESUMO: Este estudo tem como finalidade analisar a importância da utilização do desenho no processo de aprendizagem da criança. Na educação infantil essa ferramenta é bastante utilizada, pois, traz uma série de benefícios a esses pequenos que acabam de inserir-se no contexto escolar, porém quando avançam uma etapa e entram no Ensino Fundamental há uma grande ruptura com relação a atividades lúdicas como elemento motivador da aprendizagem e um desses elementos é o desenho, nessa nova etapa de ensino as crianças vão sendo obrigadas a amadurecerem rapidamente, deixando para trás atividades que são de grande importância para o desenvolvimento, cognitivo, motor e emocional. Ressaltando e analisando o processo de evolução da escrita e do desenho por meio de observações de atividades avaliativas com crianças de 3 e 4 anos.

Palavras – chave: Desenho. Importância. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO: Desde a antiguidade, os homens se comunicam e se expressam através do desenho, seja por meio de pinturas ou rabiscos. Com o passar dos anos o desenho vem sendo utilizado de maneiras diferentes, foi o precursor da linguagem escrita, da fotografia, do cinema e da pintura. Para Vygotsky (1988) “desenhar e brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem escrita das crianças”. O desenho é uma das formas mais diretas de comunicação e uma das primeiras formas de expressão desenvolvidas pelo ser humano. Toda criança desenha naturalmente, antes de aprender a escrever. É a representação de formas sobre uma superfície, por meio de linhas, pontos e manchas, com objetivo lúdico, artístico, científico ou técnico. Na educação infantil, os professores costumam solicitar às crianças que façam desenhos cotidianamente, afirmam que esse ato possui diversos benefícios, como: a sua particularidade, desejos, ideais, experiências, como também representação do ambiente a sua volta, desenvolve a imaginação, a criatividade, a coordenação motora e a comunicação. Este artigo tem como objetivo mostrar que o desenho no ensino fundamental é um tema pouco abordado em pesquisas da educação e por isso percebe-se desinteresse e pouca valorização deste processo pelos professores que trabalham no ensino fundamental, buscaremos nesta pesquisa mostrar a importância do desenho como ferramenta primordial para o desenvolvimento intelectual, no processo de escrita e físico-motor das crianças dos 2 aos 9 anos de idade, com foco nas crianças que estão sendo inseridas no processo de escrita e as consequências positivas para o aprendizado da criança. Segundo (LOWENFELD, 1970, p.16) “afirma que o ato de desenhar envolve a atividade criadora, é através de atividades criadoras que a criança desenvolve sua própria liberdade e iniciativa e outros que o permitirá”.

Quando a criança ingressa no ensino fundamental ocorrem rupturas, os alunos passam por um difícil processo de adaptação nas aulas e uma das coisas que eles

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

perdem muito é o desenho que antes era tão presente, agora passa a ter pouca importância, sendo visto somente na matéria de artes ou em momentos livres, há uma mudança e os alunos sofrem com isso, pois vão sendo obrigados a amadurecer rapidamente, assim o desenho passa a perder a devida importância. Qual a importância do desenho como forma de aprendizagem? Por que no Ensino Fundamental o desenho não é tão valorizado quanto na Educação infantil? O desenho tem função terapêutica, em que a criança vai desenhando e mostrando tudo que se passa no seu meio e em sua cabeça, ela tem prazer na hora que desenha, e é muito importante para ela se sentir segura de si e mais determinada. Tem função de relatar suas brincadeiras, falas, o meio ao qual vive, registrar, define sua sensibilidade, criatividade, desenvolvimento motor, e em cada idade o desenho tem sua função específica. **METODOLOGIA:** Quanto ao tipo de pesquisa, descritivo-exploratória, de campo, de cunho qualitativo. Utilizamos como método de pesquisa o dedutivo, e como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, com observação não participante em uma escola de rede privada no município de Natal/RN, com crianças de 3 a 4 anos, alunos da Educação Infantil. Tomaremos como base os seguintes autores: Fontana (1997), Vygotsky (1988), Lowenfeld (1970). Para a realização deste artigo, analisamos o processo de desenvolvimento de linguagem e escrita com crianças de 3 a 4 anos, em uma escola de ensino privada, localizada no município de Natal no estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa ocorreu entre os meses de Fevereiro a Junho com atividades cotidianas envolvendo desenho e escrita de cunho avaliativo. A atividade de sondagem mensal tem o objetivo acompanhar e desenvolver gradativamente, o progresso da coordenação motora fina e de observar a evolução do grafismo da criança e a compreensão de como elas pensam e sentem a realidade que as rodeiam. A avaliação foi feita uma vez por mês sem que as crianças soubessem do seu peso. No início foram feitas atividades envolvendo o corpo humano e suas vivências em grupo e, em seguida, houve o registro e a representação da ideia que a criança tem sobre seu corpo e de outras pessoas inseridas em seu ambiente social. Na atividade era solicitado que fizessem: um desenho da figura humana, seu nome, um desenho livre e o nome do que foi desenhado. Abaixo, segue anexo da evolução das crianças a cada mês: **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Desde a era primitiva, o desenho é a forma ao qual o ser humano se comunica e se expressa. Segundo (FONTANA, 1997, p.144):

Atividade intensa e envolvente para as crianças, o desenho na pré-escola tem uma presença constante. É visto como possibilidade de expressão, como incentivo à criatividade. Ou ainda como indicador do nível de desenvolvimento cognitivo e afetivo tendo em vista a alfabetização, o desenho é também considerado uma forma agradável de trabalhar a coordenação motora das crianças, sua capacidade de atenção e concentração, seus conhecimentos sobre cores, formas, etc.

O desenho é a forma como a criança vê e compreende o mundo, bastante utilizado na educação infantil, pois traz uma série de benefícios incluindo motor, afetivo, cognitivo, expressão de pensamento, descobertas e conhecimentos. Esse instrumento está presente no cotidiano das crianças, nas tarefas sobre o final de semana, datas comemorativas, nas histórias contadas por eles ou pela professora e também como forma de avaliação. FONTANA, 1997, p. 147:

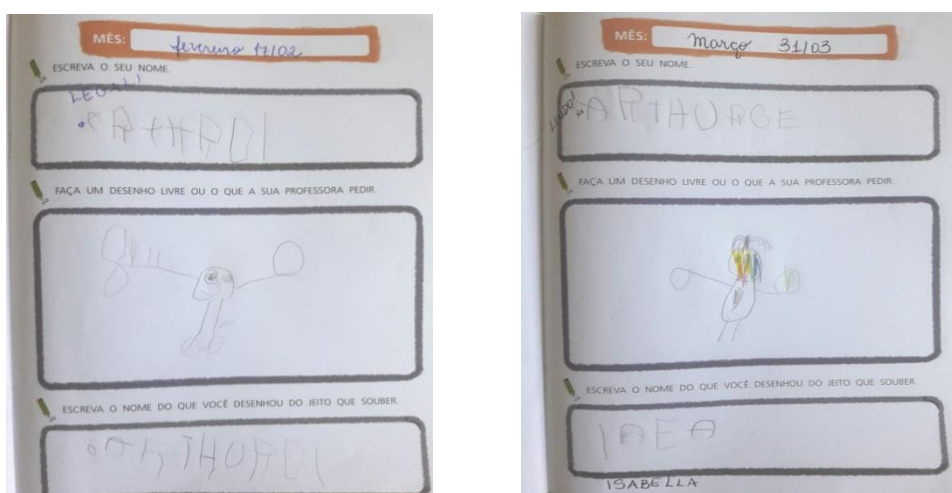
Os primeiros desenhos infantis, reproduzindo somente aspectos essenciais dos objetos, assemelham-se a conceitos verbais. Ao desenhar a criança tem a fala como base: ela conta uma história ou o que ela sabe sobre os objetos. Vygotsky diz que a criança não se preocupa com a representação da realidade, com a reprodução daquilo que vê. Ao contrário, ela tenta, por meio do desenho, identificar, designar, indicar aspectos determinados dos objetos. Ou seja, a criança não começa desenhando o que vê, mas sim o que sabe sobre os objetos.

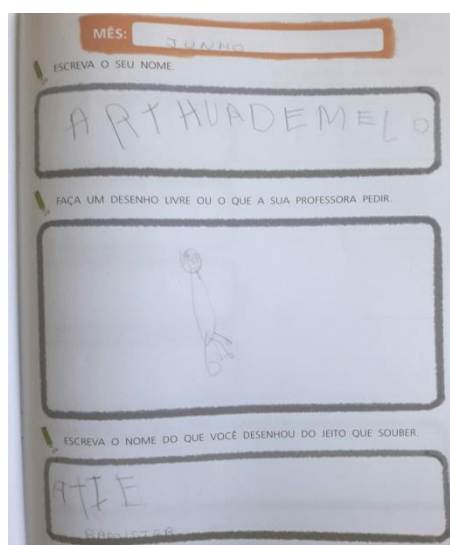
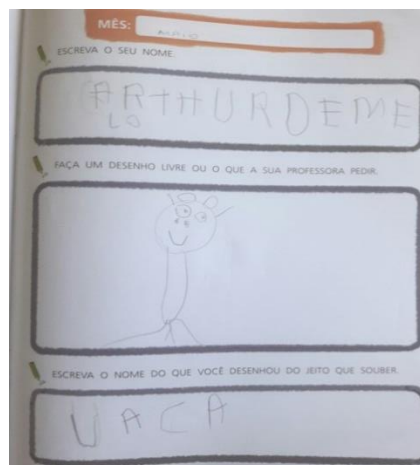
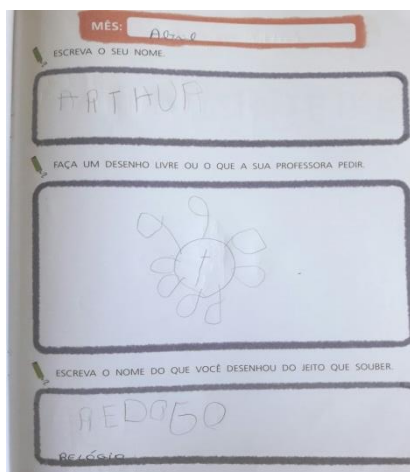
A criança não se preocupa com a realidade ou perfeição, mas sim sobre o seu conhecimento prévio. No decorrer do desenho elas nomeiam o que estão fazendo, e ao final elas podem mudar o sentido do desenho, outras só nomeiam após concluí-lo, ou antes, de iniciar já sabem o que irão fazer. No ensino fundamental, a forma que é utilizada com tanto zelo na educação infantil é substituída, os alunos desenharam o que o livro didático está pedindo, ou o que a professora determina, quando não, apenas nas aulas de artes ou momentos livres. E todas aquelas funções do desenho? Não se encaixa mais nessa nova fase escolar? De modo algum, ainda que o desenho também seja importante para a formação da escrita e da leitura, principalmente nos anos iniciais do fundamental que é quando a criança é introduzida com mais ênfase. Mas, para que ela chegasse ao nível alfabético da língua, teve que passar por muitos processos, a criança não pegou um lápis e já sabia o que fazer, como se escrevia as letras, foi através dos desenhos e quanto mais desenho, mais progrediam, Luquet (1969) denomina de realismo do desenho infantil, para ele o desenho possui estágios e a cada um deles, a criança evolui até chegar a escrita. São eles: Realismo fortuito: inicia a partir dos 2 anos. A criança faz traços no papel, sem intenção de representação, só depois que termina, ela o nomeia. Realismo fracassado: são as primeiras tentativas de reproduzir formas. Os elementos do desenho são sobrepostos e não coordenados. Nesse estágio aparecem as primeiras vezes figuras humanas, em que há apenas cabeça e pernas. Realismo intelectual: inicia por volta dos 4 anos e pode estender-se até os 10 ou 12. Durante esse período, aparecem o plano deitado e a transparência. Nessa fase, demonstram que a criança desenha o que sabe e não o que vê. Realismo visual: é o último estágio. Caracterizado pelo aparecimento da perspectiva: a criança ou adolescente passa a representar o que vê a partir de uma determinada perspectiva. Assim, uma árvore atrás de uma casa tem apenas sua copa desenhada, dentre outras características. Todos esses estágios acompanham o processo de escrita, por isso, acreditamos que sem a presença do desenho a inserção a alfabetização e letramento seriam quase impossíveis. Como citado acima, esses estágios vão até a adolescência, ou seja, permeia da educação infantil até todo o período do fundamental. É válido que este instrumento esteja presente no cotidiano dos alunos e não só como uma imposição, mas que haja desenhos que promovam a reflexão, conhecimento de mundo, expressão de pensamento. Pois, faz parte do processo de formação e de aprendizagem. Vygotsky afirma que: “de um lado, os processos elementares, que são de origem as funções psicológicas superiores de origem sociocultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas.” (VYGOTSKY, 1984, p. 52). Sendo eles o pensamento e a linguagem, é no desenho que esta criança irá desenvolver seus primeiros traços de linguagem e pensamento para sua comunicação. Na representação da figura humana feito por Arthur, 3 anos. Na primeira imagem podemos observar um exemplo de desenho no realismo fracassado, no qual aparece cabeça, pernas, braços e poucos detalhes. E ao longo dos meses os desenhos foram se aperfeiçoando e os detalhes apareceram como as orelhas, sobancelhas e o corpo.



Fonte: Caderno de desenho e escrita, SAS, 2017.

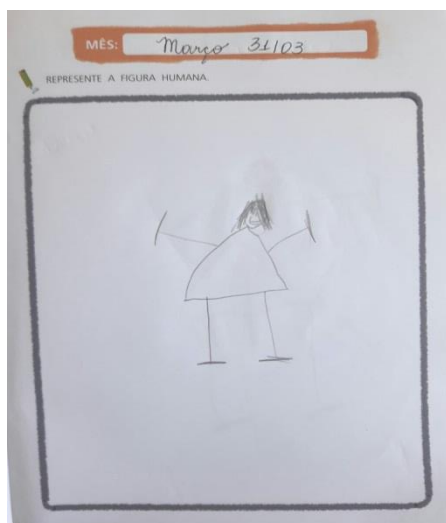
Desenvolvimento do nome completo e figuras soltas que passam a se aproximar da realidade dos objetos ou das pessoas pertencentes à sua vivência.

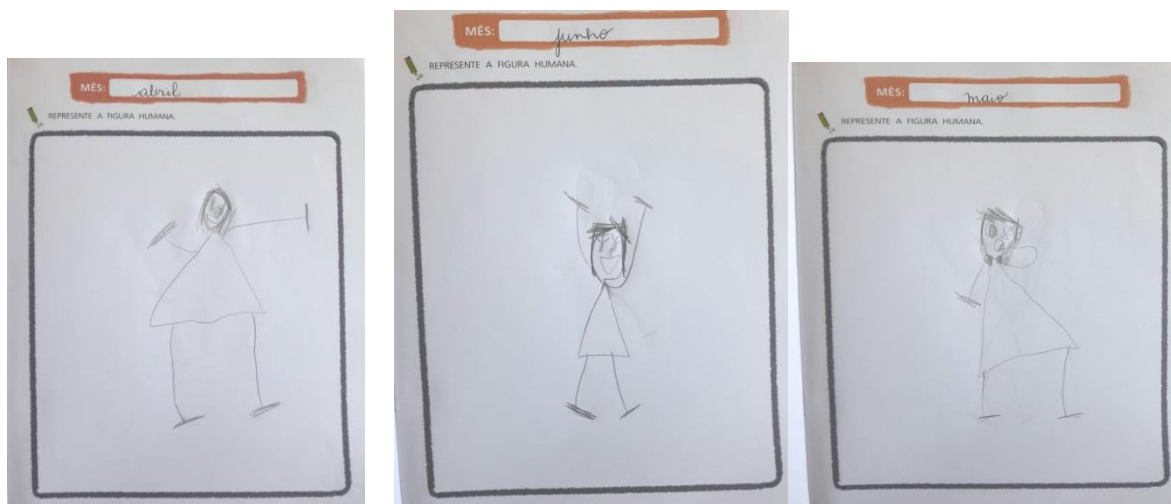




Fonte: Caderno de desenho e escrita, SAS, 2017.

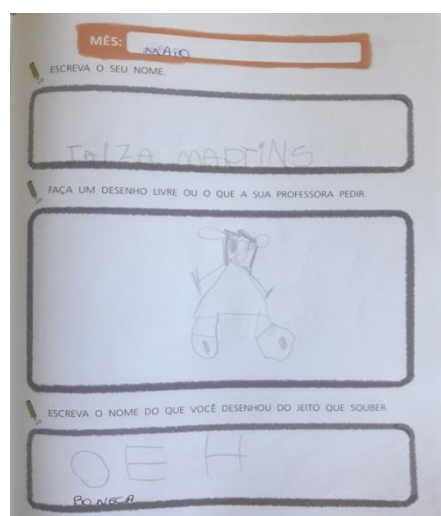
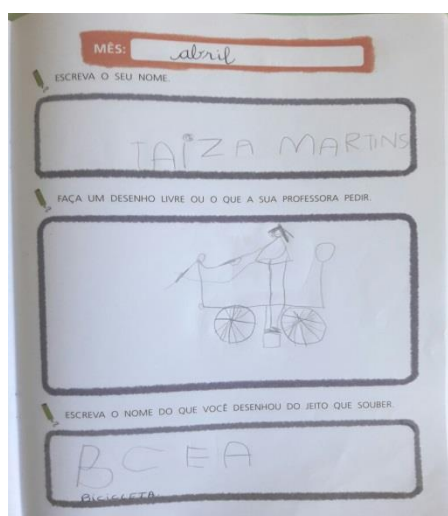
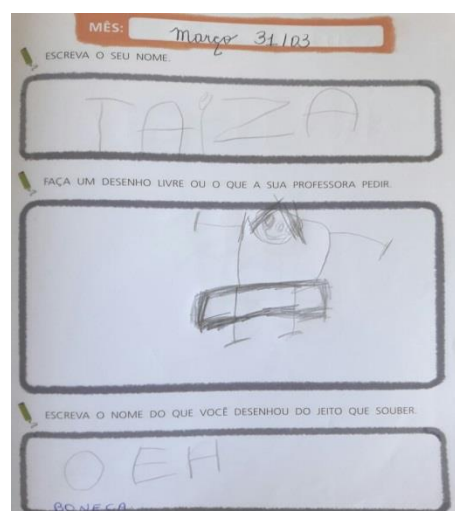
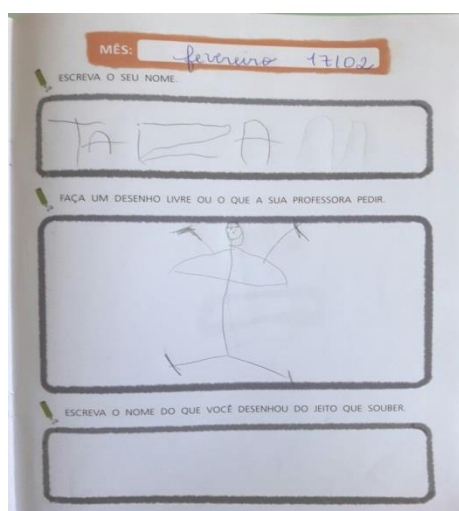
Representação da figura humana por Taíza, 4 anos. Figuras ricas em detalhes, com aprimoramento e aproximação da realidade das pessoas.

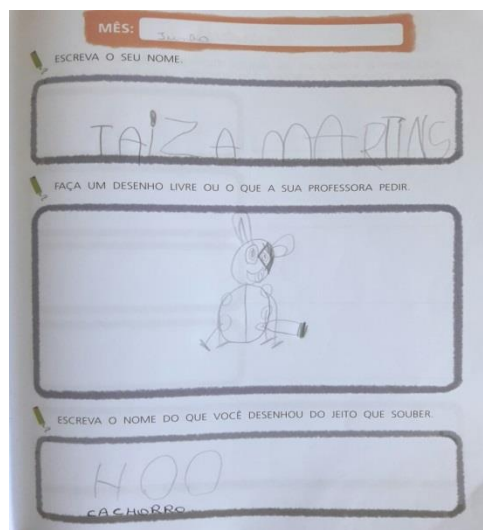




Fonte: Caderno de desenho e escrita, SAS, 2017.

As figuras apresentam uma variedade de detalhes e elementos na representação das ideias e ampliação da linguagem sobre os desenhos. E desenvolvimento na escrita do nome completo.





Fonte: Caderno de desenho e escrita, SAS, 2017.

CONCLUSÕES: Esta pesquisa se propôs, como objetivo principal analisar o processo do desenvolvimento da criança através do desenho, ressaltando a importância da utilização do mesmo como ferramenta primordial para o processo de escrita, para o desenvolvimento cognitivo, motor, psicológico e cultural. Levando em consideração as fases do desenho foi identificado que esse processo de evolução de escrita e desenho acontece simultaneamente, à medida que as crianças são incentivadas a desenhar de maneira “espontânea” e “livre” tende a exercitar a escrita por desejar escrever aquilo que foi desenhado, ou seja, quanto mais a criança desenha, mais ela aprende. Foi pontuado também que no Ensino Fundamental essa utilização do desenho livre é limitada, agora as crianças desenharam o que é imposto, ou pela professora, livros didáticos ou apenas nas aulas de educação artística. Comprometendo a aprendizagem de forma prazerosa, pois pode ser utilizado como fixação de conteúdo. Contudo, essa ferramenta deve ser levada em consideração em todos os níveis de ensino dada a sua importância no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 1997.

FONTANA, Roseli; Cruz, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

SILVA, Maria Alice S. Souza e. **Construindo a leitura e a escrita**: Reflexões sobre uma prática alternativa em alfabetização. São Paulo: Ática, 2003. 76 p.

VIGOSTSKY, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POR QUE O DESENHO INFANTIL NÃO É TÃO VALORIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL?

AUTORES:

Ana Nery Alves

Josélia Cardoso da Silva Gama

RESUMO No Ensino Fundamental, o desenho é substituído aos poucos pela escrita, a leitura e os cálculos. Ainda assim, o desenho deixa de ser livre e passa a ser copiado dos livros didáticos. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discutir por que o desenho infantil não é tão valorizado nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O que nos motivou à pesquisa deste tema foi o fato de percebermos, durante nosso estágio curricular que, nas aulas, o desenho fica em segundo plano nas atividades. A metodologia deste trabalho é do tipo descritiva, com técnica de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental. Foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados, sendo uma observação não-participante e uma entrevista com perguntas abertas de cunho qualitativo, com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada da cidade de Natal. Na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, já no 1º ano, começam as mudanças nas atividades que focam no aprendizado das palavras e o sentido que elas trazem por meio de textos, que começam a ser mais longos. Por meio deste trabalho concluímos que o desenho das crianças do Ensino Fundamental deve sim ser valorizado, pois como nas palavras de Vygotsky “[...] por ser um meio de expressão, o desenho é uma linguagem necessária para a aquisição da escrita na alfabetização”. Assim sendo, é observado que as crianças que são introduzidas nesse processo de forma natural, assimilam com mais facilidade essa relação entre o desenho e a escrita.

Palavras - chave: Desenho. Desenvolvimento cognitivo. Sociabilização.

INTRODUÇÃO: O desenho na Educação Infantil pode ser entendido como um aliado no estímulo da coordenação motora, da criatividade e sociabilização, além disso, é a representação da linguagem verbal da criança. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desenho deixa de ser livre e passa a ser exigido de uma forma mais estética, pois representará algo pedido nas atividades, como por exemplos mapas, partes do corpo humano e expressões da Arte. Muitas vezes é comum os professores fazerem queixas aos alunos como “desenhe direito”, “está muito feio” ou “apague e faça outro” (grifos nossos) constrangendo os alunos. Segundo Fontana e Cruz (1997) no Ensino Fundamental, o desenho é substituído aos poucos pela escrita, a leitura e os cálculos. Ainda assim, o desenho deixa de ser livre e passa a ser copiado dos livros didáticos. Somente nas aulas de Artes é que ele ganha um espaço para ser trabalhado livremente. Diante disso, pudemos observar, que há uma maior preocupação com o desenvolvimento da escrita e leitura com ênfase na interpretação de textos. Os desenhos se tornam uma forma de complemento nas atividades dos livros. Outra preocupação é ir aos poucos, afastando as atividades da Educação Infantil relacionadas à infantilização dos alunos, para torná-los mais maduros. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discutir por que o desenho infantil não é tão valorizado nas séries iniciais do Ensino Fundamental, pois, de acordo com Fontana e Cruz (1997), no desenho as crianças têm possibilidade de

expressar sua criatividade, indicando assim, o desenvolvimento cognitivo⁵ e afetivo delas. O que nos motivou à pesquisa deste tema foi o fato de percebermos, durante nosso estágio curricular que, nas aulas, o desenho fica em segundo plano nas atividades. Quando uma tarefa exige como complemento um desenho, é nítida a satisfação das crianças ao usarem seus lápis de cor para enfeitá-lo, mesmo que não seja um desenho livre. Porém, a escrita, a leitura e os cálculos matemáticos ocupam um espaço bem maior nas atividades. Alguns desenhavam com mais capricho cuidando delicadamente dos traços, tentando reproduzir ao máximo uma imagem, seja de um passeio que fizeram, seja da sala de aula estudando o espaço nas aulas de Geografia, ou ainda a própria caricatura representando como se veem. Outros não se importam tanto com o traço, apenas se fazem entender que quiseram desenhar tal coisa. Quando os professores dão importância aos desenhos de seus alunos, estão contribuindo com a afetividade, criatividade e sociabilização, trabalhando também a autoestima deles. Quando eles mostram o desenho que fizeram, estão querendo a atenção e dizer que é algo importante para eles. “A partir do desenho a criança organiza informações, processa experiências vividas e pensadas, revela seu aprendizado e pode desenvolver um estilo de representação singular do mundo”. GOLDBERG, YUNES e FREITAS (2005, p.97). Para a fundamentação teórica do nosso trabalho, buscaremos autores que discutam a importância do desenho para o desenvolvimento cognitivo como Fontana e Cruz (1997), Lima (2007) – consultora e pesquisadora de desenvolvimento humano, Fassina (2008) – dissertação de mestrado, entre outros, além de citarmos a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’S e Base Nacional Comum Curricular – BNCC, para nos nortear a respeito dos currículos no Ensino Fundamental. A metodologia deste trabalho é do tipo descritiva, com técnica de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental. Foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados, sendo uma observação não-participante e uma entrevista com perguntas abertas de cunho qualitativo, com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, durante o período de estágio curricular entre os meses de março e abril de 2017. A partir daí, foi observado que as crianças ainda têm preferência por desenhos, porém o mesmo, não é tão utilizado nas aulas como um dos métodos principais de aprendizagem, ao contrário da Educação Infantil que tem presença constante, dando lugar a uma maior ênfase à escrita de textos, sejam copiados nos livros ou do quadro. **REFERENCIAL TEÓRICO:** A escola passa por várias transformações e mudanças nas leis e currículos, como podemos ver, e uma dessas mudanças foi a criança ir para a alfabetização aos seis anos de idade segundo a LDB (Lei nº 11.274, de 2006) e com isso aumentou o desejo dos pais e professores em ver a criança alfabetizada com mais rapidez. Nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, é muito comum a intervenção do professor nos momentos de produção da escrita. Essa intervenção foi classificada por Vygotsky como zona de desenvolvimento potencial ou proximal, caracterizada pelo fato de promover o aprendizado da criança a partir de sua interação com outras pessoas, no caso da escola, o professor. A escola além de seu papel de transmitir conhecimentos históricos e sociais definidos, também tem a função de desenvolver psicologicamente os indivíduos inseridos na cultura letrada. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC em seu capítulo 4, A etapa do Ensino Fundamental

⁵ Processo do surgimento da capacidade de pensar e compreender. Uma grande parte desse estudo tem partido da visão de mundo na qual a criança possui. Jean Piaget foi o pioneiro nessa área.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

(2016, p.55), reforça essa preocupação com o aprendizado da leitura e da escrita:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento.

Como afirma Moreira (2009 p. 66) “Existe hoje uma grande expectativa com a alfabetização, revelando assim o desejo de que a criança entre mais cedo dentro do universo adulto, desprezando seu próprio universo, perdendo seu próprio contorno.” Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte – PCN’S (1997), para que seja desenvolvida no aluno a sensibilização, a percepção e a imaginação, tanto artística, quanto estética, a educação em Arte se faz necessária nas escolas no sentido de, tornar o aluno crítico, em relação as suas produções e, as dos seus colegas, além disso, ajuda na aprendizagem das outras disciplinas, quando por exemplo, um aluno que exercita a imaginação tem uma maior facilidade na criação de textos. Ainda de acordo com os PCN’S de Arte, o que se vê nas escolas brasileiras é que as expressões artísticas geralmente estão mais presentes nas comemorações de datas cívicas ou nos enfeites do cotidiano escolar. Os desenhos já são prontos para serem coloridos, as musiquinhas ditam a rotina diária, como na hora do lanche, ou ainda o entendimento dos professores de que proporcionar aos alunos o conhecimento da história da Arte se resume em levar os alunos ao museu, teatros, apresentações musicais ou de dança. Os professores parecem estar envolvidos em um ciclo vicioso, deixando para trás muitas oportunidades originais de trabalhar, o que seria facilmente resolvido se houvessem trocas de experiências em eventos e congressos regionais, mas que infelizmente muitos professores não tem acesso. O capítulo da BNCC sobre linguagens – Arte no Ensino Fundamental (2016, p.151), trata que “[...] as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas.” Assim, a Arte deve ser uma prática social que incentive a produção e criação pelos alunos. Esta ainda deve contribuir para que o aluno tenha capacidade crítica ao enxergar o mundo, respeitando as diferenças e semelhanças entre as culturas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO: Durante a Educação Infantil, o que muito se vê são atividades que ajudam no desenvolvimento da coordenação motora e da fala. São atividades de pintura, colagem, brincadeiras no parquinho que estimulam movimentos e músicas infantis que incentivam os movimentos do corpo e o aprendizado da letra cantada. Na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, já no 1º ano, começam as mudanças nas atividades que focam no aprendizado das palavras e o sentido que elas trazem por meio de textos, que começam a ser mais longos. A leitura e interpretação de textos começa a ser mais intensa. Aos poucos, os desenhos vão sendo substituídos, ficando em segundo plano. A aprendizagem da Matemática também começa a ser explorada para favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico. No 2º ano especificamente, as operações de soma, subtração, a introdução nas noções de conjuntos e conceitos de unidade, dezena e centena são os mais trabalhados. Com o passar do tempo temos observado que há uma pressa pela entrada das crianças no Ensino fundamental e, de certa forma, ocorrendo uma exigência antecipada da alfabetização, gerando um preenchimento de todo o tempo da criança em sala com atividades que só valorizam a alfabetização em si, deixando de valorizar as diferentes formas de expressão. Durante o período de observação, notou-se que é

mais comum os desenhos aparecerem nas atividades das disciplinas de História – desenhos de caricaturas e documentos, Geografia – desenhos de moradias, o espaço da sala de aula, das ruas, Ciências – desenho da higiene bucal, frutas e animais. Na disciplina de Artes, sabe-se que o desenho está entre suas atividades principais. **Demonstrando as diferentes linguagens através do desenho e a relação com a escrita:** Segundo Moreira (2009) ao desenhar a criança pode utilizar-se de diferentes linguagens como o brincar, falar, cantar dentre outras formas de expressão, como colocar para fora um sentimento de alegria, medo e tristeza e conseguir modificar esse sentimento em alegria. É possível ver que ao desenhar existe uma relação entre pensamento e sentimento, e que toda criança com dificuldade intelectual tem dificuldades para desenhar.

Neste lança-se para frente que é o desenhar, existe a possibilidade de ver-se e rever-se: antes “o desenho” estava super triste. Existe neste projeta-se um movimento de dentro para fora e de fora para dentro. A criança mesmo sem ter uma compreensão intelectual do processo, está modificando e sendo modificada pelo desenhar. (MOREIRA, 2009 p.20).

Luquet (1969) foi o primeiro a estudar o desenho infantil. Para ele a criança desenha buscando a realidade, e é através do desenho que ela constrói o que está em sua mente. Esse estudo está dividido em quatro estágios: realismo fortuito, realismo falhado, realismo intelectual e o realismo visual. O primeiro estágio é o realismo fortuito, que acontece entre os dois anos de idade e se divide em desenho voluntário e involuntário são as garatuhas e imitações dos adultos e os rabiscos sem significados. Segundo estágio é o realismo falhado, acontece entre três e quatro anos onde a criança tenta desenhar algo real. O terceiro estágio realismo intelectual é onde a criança reproduz o objeto apresentado acrescentando traços e formas que estão em sua mente e o quarto estágio o realismo visual que é entre oito e nove anos onde o desenho representa todos os detalhes e assume características do desenho adulto. De acordo com a idade da criança os desenhos vão tomando novas formas levando em consideração as suas especificidades e sua vida social, tornando cada desenho particular que muitas vezes serve como objeto de estudo a outras áreas do conhecimento. A criança pode fazer uma releitura de sua intimidade através de um desenho, colocar no papel aquilo que não consegue expressar na linguagem falada ou escrita. O desenho e a escrita são construção de um sistema de representação e existe uma relação entre eles. Segundo pesquisa de Ferreiro o processo da escrita tem características antigas começando pela Pictográfica que seria, a escrita através de desenhos de alguns objetos, Ideográfico: representado através de símbolos gráficos ou desenho que representa uma palavra. No processo de aprendizagem a representação gráfica da criança começa com o desenho. O desenho é a ponte para que a criança desfrute da sua imaginação e adquira evolução na aprendizagem escrita, mas com a antecipação da alfabetização o desenho deixa de ser importante para dar lugar agora aos livros didáticos e atividades, e agora a criança não tem mais a liberdade de expressão. É preciso refletir que o desenho infantil além de ser uma forma de expressão é também a base para a aprendizagem da linguagem escrita, e não se pode pular etapas, para que a criança construa e reconstrua as suas dúvidas e desenvolva seu intelecto. **A contribuição do desenho para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança:** O desenho não é apenas uma atividade de expressão artística para trabalhar os processos criativos de uma criança. Pelo contrário, nele podem estar contidas informações muito importantes sobre o desenvolvimento da criança, como

a função motora por exemplo. A medida que a criança cresce outras características começam a ser desvendadas por meio do desenho. Em seus estudos, Freinet⁶ (1977 apud Fassina 2008), já traçava um paralelo entre a evolução do desenho e a evolução da linguagem. Em seus projetos educativos buscou demonstrar as funções sociais da linguagem em diversas composições, tornando o desenho infantil um importante aliado na promoção de saberes. Os alunos do 2º ano se encontram no estágio identificado por Luquet⁷ denominado de realismo intelectual. Neste estágio encontram-se crianças entre os 4 anos podendo se estender até os 10 ou 12 anos de idade. É nessa fase que a criança passa a desenhar os objetos de acordo com o que sabe sobre eles e não simplesmente o que vê. São vistos inúmeros detalhes, como uma rua com pedestres e carros passando, porém casas e prédios são vistos deitados, por exemplo. Assim, o desenho torna-se um esforço em imitar a vida real e dependem do nível de maturidade em que se encontra a criança ou do seu desenvolvimento cognitivo. Quando elas passam a desenhar aquilo que veem e não o que sabem sobre o que veem, elas chegariam ao processo natural do desenvolvimento do desenho. Ao ser perguntado para as meninas o que elas mais gostavam de desenhar, foram obtidas as seguintes respostas: bonecas, jardim, princesas e casas. Ao ser perguntado para os meninos as respostas foram dinossauros, heróis e carrinhos Hot Wheels. Outros tipos de desenhos que as meninas gostam de fazer são desenhos delas com seus familiares, geralmente mãe, pai e irmãos. Os meninos gostam de fazer desenhos de surfistas, extraterrestres, naves espaciais e homens lutando. Esses foram observados quando traziam de casa, ou quando estavam em algum intervalo sem aula. Assim como ocorre com as crianças da Educação Infantil, as crianças dos anos iniciais do ensino Fundamental também gostam de mostrar os desenhos que fazem, demonstrando um sentimento de satisfação quando os adultos elogiam seus trabalhos.

O desenho é um importante meio de comunicação e representação da criança e apresenta-se como uma atividade fundamental, pois a partir dele a criança expressa e reflete suas ideias, sentimentos, percepções e descobertas. Para a criança o desenho é muito importante, é seu mundo, é sua forma de transformá-lo, é seu meio de comunicação mais precioso. Nele estão muitos de seus medos, de suas vontades, de suas carências e de suas realizações. Tudo o que está ao redor interage, criando um sistema de representação muito rico e de extrema relevância para a criança. GOLDBERG (1999, apud GOLDBERG; YUNES e FREITAS, 2005, p.102).

Algo observado em sala foi que as crianças gostam quando tem atividades no livro didático em que elas precisam fazer ou pintar algum desenho. Luquet⁸ (1927), descreve que o desenho para as crianças é visto como diversão e jogo, pois ela recria o mundo a sua volta, então ele ganha um caráter realista. Para a criança, apesar de ser uma brincadeira, o desenho é algo muito sério já que envolve normas, concentração e sua energia para desenvolvê-lo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sabe-se que muitos adultos têm dificuldades com desenhos. Algumas pessoas dizem que não gostam de desenhar, outras que não sabem ou que nunca aprenderam. Mas o que estaria por trás dessas afirmações? Será que foi alguma falha durante a educação escolar? Muitas dificuldades de aprendizagem que se estendem até a vida adulta devem sim, a alguma falha durante o processo educacional. Com o desenho

⁶ Participante da Escola Nova, foi um dos primeiros educadores a pensar o social para dentro da escola.

⁷ Cruz e Fontana 1997.

⁸ Apud Fassina, 2008.

não é diferente. O desenho passa a ser cobrado de uma forma cada vez mais estética, sendo cada vez mais exigida a perfeição dos traços. A partir do momento em que a criança percebe que seu desenho não corresponde mais às suas exigências, ela o deixa de lado pois entende que não se expressa de uma forma socialmente valorizada através deste. É nesse momento então que a aprendizagem de técnicas pode ajudar a criança a continuar a desenvolver suas habilidades ajudando-a a expressar sua visão de mundo por meio do desenho. Não vamos deixar de valorizar a aprendizagem da língua escrita, mas atribuir a devida importância ao desenho nessa etapa da vida das crianças. À instituição escolar cabe aproveitar as diferentes formas de expressão, como o desenho, dando importância à experiência de vida das crianças e lhes apresentando de forma gradativa a escrita, de maneira natural. Assim, consideramos que o “[...] desenhar e o brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem das crianças”. (VYGOTSKY, 1984, p.134). Por meio deste trabalho concluímos que o desenho das crianças do Ensino Fundamental deve sim ser valorizado, pois como nas palavras de Vygotsky “[...] por ser um meio de expressão, o desenho é uma linguagem necessária para a aquisição da escrita na alfabetização”. Assim sendo, é observado que as crianças que são introduzidas nesse processo de forma natural, assimilam com mais facilidade essa relação entre o desenho e a escrita. Ainda assim se faz necessário pensar no desenho infantil não só como uma maneira de expressão, mas como uma base para o desenvolvimento gráfico da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. – Brasília:

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte/** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

FASSINA, Marice Kincheski. **Desenhão**: um estudo sobre o desenho infantil como fonte de múltiplas possibilidades no ensino fundamental. Programa de pós-graduação em Artes visuais do CEART/UDESC. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso: 26 abr. 2017.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Psicologia e Trabalho pedagógico**. Ed. Atual, 1997.

GOLDBERG, Luciane Germano; YUNES, Maria Angela Mattar; FREITAS, José Vicente de. **O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n. 1, p. 97-106, jan. /abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a11>. Acesso em: 28 abr. 2017.

LIMA, E.S. **Currículo e desenvolvimento humano**. MEC, SEB, Brasília, 2007 - academia.edu. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 13 abr. 2017.

LUQUET, G. H. **O desenho infantil**. Porto: Civilização editora, 1969

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2017.

MOREIRA, Angélica Albano. **O espaço do desenho**: a educação do educador. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

VYGOTSKY, LS. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins, 1984.

A IMPORTÂNCIA DO JOGO NA ALFABETIZAÇÃO

AUTORES:

Daiane Torres de Lemos
Edgar Hakim Sousa Rêgo
Maria Jacyane da Silva

RESUMO: Temos como objetivo da pesquisa enfatizar e valorizar a importância dos jogos, como ferramenta relevante no processo de ensino e aprendizagem. No estudo buscamos compreender como se dá a utilização do jogo na atividade diária de sala de aula. Este estudo se caracteriza como revisão bibliográfica, no qual usamos os livros e artigos para pesquisar as informações e responder as nossas inquietações a respeito do tema abordado. Neste sentido começamos a discorrer sobre a história dos jogos na educação. Utilizar o jogo na sala de aula não se caracteriza apenas como momento recreativo, pois não podemos limitar o olhar somente nessa perspectiva. A sua importância está além do brincar e se divertir, pode-se atingir objetivos também relacionados à aprendizagem e a alfabetização. Com os jogos aliados ao processo educativo a criança sente mais prazer em aprender, fugindo do tradicional método de decorar os conteúdos o que torna a aula metódica e tediosa para a criança, já que nessa fase elas são bastante ativas e motivadas aprender.

Palavras - chave: Jogo. Alfabetização. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO: O jogo é uma atividade recreativa que é derivada do latim “ludus” que quer dizer brincadeira e divertimento que nós seres humanos a utilizamos como um relaxamento e distração para a mente e corpo e que pode ser jogado em grupo ou individual tendo como algumas características as regras do jogo onde define quem vence e quem perde. Para a criança o jogo tem como função principal o brincar, divertir, gastar suas energias e passar o tempo, mas além dessas funcionalidades o jogo trabalha a parte lúdica que através desse brincar ela vai ganhando experiências próprias de convívio coletivo e individual sendo exercida com liberdade entre os participantes que nela estão envolvidas. O jogo normalmente tem regras para que os participantes façam partes do jogo e o não cumprimento dessas regras resultará na não participação do indivíduo dessa forma o jogo promove uma interação social maior entre seus participantes e assim ajudando-os nas resoluções de problemas existentes dentro do jogo. Na parte física o jogo por inúmeras vezes é utilizado como auxílio no desenvolvimento motor de seus participantes, pois trabalha exercícios que implicam na utilização do corpo, dessa forma oferece aqueles que praticam uma melhor flexibilidade e resistência promovendo assim uma capacidade corporal mais bem desenvolvida. Por um bom tempo o jogo tinha somente a função de diversão principalmente para as crianças com quem é mais frequente ver o uso de jogos, mas o jogo também é utilizado como uma ferramenta no processo educacional das crianças trabalhando o físico e o mental das dos alunos. A fase da alfabetização se configura como uma das fases mais importantes no desenvolvimento de uma criança, apesar disso esse momento já foi encarado como um simples período em que a criança aprendia a juntar as letras formando sílabas e sons, uma fase mecânica onde ela apenas decorava para aprender a ler. Mas quando se trata de alfabetizar podemos proporcionar a criança outras formas que ajudem nessa compreensão e que possibilitem uma assimilação mais significativa.

Torna-se indispensável para o professor conhecer o sistema de escrita, para que possamos cada vez mais encontrar a melhor forma pela qual o aluno aprenda. Cada um possui uma maneira e tempo diferente de aprendizagem, dessa forma o professor necessita de bases e fundamentos que o auxiliem a levar a maneira mais apropriada para sala de aula, tendo em vista a importância que essa fase representa. Uma das maneiras facilitadoras nesse processo são as formas lúdicas, como brincadeiras e jogos. Especialmente falaremos da importância que o jogo possui como forma de facilitar a criança a desenvolver sua cognição, suas habilidades e o seu modo de ler e escrever, já que o objetivo não é apenas alfabetizar o indivíduo, ele precisa ser enxergado e agir como sujeito histórico e social, pois alfabetização e letramento são duas práticas indissociáveis. Nessa perspectiva, deslumbramos no jogo uma forma de atenuar as dificuldades e desafios desse processo de apropriação da linguagem e escrita, encarando o jogo como uma ferramenta capaz de ensinar além dessas competências. O jogo educativo se configura como uma atividade lúdica que proporciona à criança a interação com outros sujeitos, o desenvolver natural de suas habilidades, e é um motivador do pensamento e raciocínio. Temos como objetivo da pesquisa enfatizar e valorizar a importância dos jogos como ferramenta relevante no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental, especialmente nas séries iniciais. Objetivamos assim compreender como se dá a utilização do jogo dentro da alfabetização e identificar como estes são trabalhados no contexto escolar. Atividades lúdicas, direcionadas durante o processo de letramento permite ao indivíduo a aquisição de conhecimentos específicos permitindo com que estes sejam somados aos conhecimentos prévios dos discentes, pois a ludicidade torna o momento de ensino/aprendizagem flexível e concreto, fazendo com que a criança desenvolva sua melhor forma de construir o seu conhecimento. Devido à correria dentro de sala de aula, e de outras atividades que muitas vezes tornam o trabalho do professor cansativo e até mesmo estressante, observamos que cada vez mais os jogos estão sendo deixados de lado, principalmente no período da alfabetização, pois muitos docentes não conseguem enxergar o jogo como um recurso importantíssimo durante este processo. Devido a esse e outros fatores observados, sentimos que os alunos estão carentes de atividades que proporcionem significação e prazer em realizá-las de forma significativa. Notamos a necessidade de se utilizar o jogo como recurso facilitador e prazeroso, com isso foi percebido que será necessário aprofundar e ampliar o conhecimento a respeito do referido tema. Qual a importância da utilização dos jogos como colaborador para o melhor desenvolvimento da alfabetização? A utilização de jogos nas séries iniciais do Ensino Fundamental é de extrema importância para a aquisição dos conhecimentos necessários para o aprendizado da criança durante essa fase escolar, no entanto quando não planejamos ou direcionamos esses jogos, a criança não enxerga responsabilidade e acaba usando o jogo unicamente para diversão.

METODOLOGIA: Esse artigo caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica explicativa, no qual usamos os livros e sites para pesquisa e busca de informações para responder as nossas inquietações a respeito do tema abordado. Segundo Gil (2002, p. 44) os “Livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura ou de referência”. Dessa forma, a pesquisa se constituiu na sua maior parte em buscar embasamento teórico e ideias das quais pudéssemos tomar conhecimento e nos apropriar do que até então era desconhecido, então pudemos acrescenta-las os nossos conhecimentos prévios e dessa forma desenvolver o

trabalho. A pesquisa desenvolveu-se durante o período entre maio a junho de 2017, utilizando-se de revisões literárias, leituras adicionais em sites, revistas e artigos, para melhor poder compor nossas ideias e desenvolver um trabalho que atendesse as nossas inquietações e expectativas, e que, além disso, levasse o leitor a compreender claramente a intenção deste artigo em ressaltar a importância do jogo no processo tão importante como o da alfabetização. Durante o processo de construção, compreendeu-se ainda mais a respeito da relevância que o referido tema possui para a vida do professor e especialmente para o aluno, por isso, o processo de levantamento de informações e dados caracterizou-se como o momento da pesquisa em que mais se evoluiu e aprimoraram-se os conhecimentos sobre o tema. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao longo dos anos vários estudos comprovaram a importância e eficiência de se utilizar o lúdico a favor da educação, vários teóricos também afirmaram e comprovou o quanto o lúdico coopera com as práticas educacionais e favorece uma aprendizagem mais leve e significativa. Piaget (1976) diz que os jogos tanto como as atividades que são lúdicas ganham significação à medida que a criança se desenvolve, com o manuseio livre de materiais diversos, então ela passa a reinventar as coisas. É possível desenvolver em todas as disciplinas atividades lúdicas com jogos e brincadeiras que ajudem a criança no desenvolvimento da língua oral e escrita.

O jogo como promotor de aprendizagem e do desenvolvimento passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que coloca o aluno diante de situações lúdicas como o jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-los dos conteúdos culturais a serem vinculados na escola. (KISHIMOTO, 1994,p.13)

Considerando as palavras do autor, utilizar-se do jogo para favorecer a prática escolar pode resultar em grandes vantagens, pois não desenvolve apenas o saber jogar, mas leva o aluno a aprender conteúdos que estão relacionados com o jogo e conteúdos que estão além, pois auxilia na cognição, ajuda a criança na identificação daquilo que ela sente e pensa. Algo fundamental no desenvolvimento de uma criança é quando ela consegue expressar aquilo que está pensando, o que gera grandes frustrações quando não estimulado corretamente. Por isso o jogo, sendo uma atividade lúdica e que promove interação entre todos do grupo, se caracteriza como uma prática que pode ser estimulada e trabalhada dentro da sala de aula e que favorece um ensino profundo e mais abrangente. Com os jogos aliados ao processo educativo a criança sente mais prazer em aprender, fugindo um pouco do tradicional método de decorar os conteúdos o que torna a aula metódica e tediosa para a criança, já que nessa fase elas são bastante ativas. Nessa perspectiva a utilização dos jogos não seria vista e proposta apenas como um momento recreativo, mas como uma ferramenta que está a favor desses momentos para serem transformados numa recreação produtiva, onde o aluno aprende e se diverte. Além disso, prepara a criança para lidar com situações problemas, com o ganhar e o não ganhar, a reconhecer seus erros, e a se interessar a crescer e evoluir.

Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções (...), estimula o planejamento das ações e possibilitam a construção de uma atitude positiva diante dos erros, uma vez que as situações se sucedem rapidamente e podem ser corrigidas de forma natural, no decorrer da ação, sem deixar marcas negativas. (BRASIL, 1998, p.46).

Fora dos muros da escola os jogos, os brinquedos e as brincadeiras é algo que faz parte do dia a dia de uma criança e para que sua infância tenha valor é preciso inserir o universo do lúdico em seu cotidiano, por isso nada melhor do que utilizar esse recurso na escola a favor de um melhor processo de ensino e aprendizagem dos alunos, sobre isso é possível afirmar que “É nesse contexto que o jogo ganha um espaço como a ferramenta ideal da aprendizagem, na medida que propõe estímulos ao interesse do aluno [...]”. (ANTUNES p.36. 1998). O jogo cria novas experiências de aprendizagem para os alunos, pois é algo que prende a atenção e dessa maneira o professor consegue trabalhar conteúdos dentro dos jogos que outrora não eram possíveis devido à dispersão que por muitas vezes os alunos tem em sala de aula. Por muitos a utilização dessa ferramenta na sala de aula é criticada, pois alegam que não traz benefícios nenhum e que somente complica a vida do professor em sala pelo fato de causar euforia nos alunos, quando na verdade isso é uma ilusão, pois essa ferramenta bem utilizada é muito eficaz na aprendizagem. “O jogo ajuda-o a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem” (ANTUNES, 1998, p.36). A utilização do mesmo em sala proporciona ao aluno descobertas enriquecedoras que o leva a suas próprias conclusões e é dever do professor proporcionar essa realidade a seus alunos fazendo-os sempre construir suas próprias conclusões de forma crítica e reflexiva. São várias as atribuições dadas ao jogo, todos esses autores ressaltaram a sua significativa contribuição na arte de educar, e isso mostra a grande ferramenta que temos em mãos, mas que na maioria das vezes não é utilizada pelos professores para auxiliar durante o processo de ensino. Por isso incentivar a utilização desse meio de ensino torna-se algo que precisa ser lembrado, pensado e refletido, para que assim alcance sua real finalidade. **CONCLUSÕES:** Compreendendo o jogo como um instrumento lúdico, buscamos ressaltar a importância da utilização dessa ferramenta no processo de alfabetização, tendo em vista que esse período é de grande complexidade e exige uma percepção diferenciada, é nesse sentido que começamos a discorrer sobre sua história e seus impactos na educação. Desde a antiguidade o jogo tem feito parte do cotidiano do ser humano, através das danças culturais, competições entre diferentes povos ou até mesmo para própria sobrevivência. Em algumas civilizações o jogo era usado como forma de passar seus valores e até mesmo ajudar na educação dos mais novos, permitindo com que os mais velhos pudessem transferir experiências e conhecimentos de forma diferenciada e significativa. Para Aristóteles (385-322 a.c.), além de preparar a criança para a vida adulta, o jogo funciona como uma forma de “descanso do espírito”, em outras palavras, como algo oposto ao trabalho, como recreação.

A educação lúdica esteve em todas as épocas, povos, contextos de inúmeros pesquisadores, formando, hoje, uma vasta rede de conhecimentos ao só no campo da educação, da psicologia, fisiologia, como as demais áreas do conhecimento. (KISHIMOTO, 2005; p.31)

Na idade antiga, alguns filósofos já tinham sua posição quanto a utilização dos jogos para construção de conhecimento em sua geração. E podemos constatar a sua real importância como meio pelo qual as pessoas desenvolviam capacidades de raciocínio, memorização e a composição de valores éticos e culturais. Já Platão (427 – 347 a.c.) apregoava o valor e a importância de se aprender brincando, sendo

necessário estimular tal prática, que para ele, repercute na formação da personalidade, e por isso, deveria ser supervisionada pelos adultos como garantia de conservação das leis e das virtudes. É notória a valorização do jogo por esses pensadores, no entanto com o passar do tempo algumas ações foram sendo criticadas e até mesmo deixando de lado. Com tudo, nosso objetivo maior nessa pesquisa não é só apresentar o jogo como ferramenta de ensino e sim enfatizar a importância da prática do mesmo como meio didático e lúdico para tal processo, lembrando sempre que este deve ser feito de forma cativante, prazerosa e com alegria, para que os alunos sintam-se entusiasmados durante suas vivências com esse tipo de instrumento pedagógico. Utilizar o jogo na sala de aula não se caracteriza apenas como um momento recreativo não podemos limitar o olhar para o jogo e ver somente nessa perspectiva. Sua importância está além do brincar e se divertir, pode-se atingir objetivos também relacionados à aprendizagem e a alfabetização. Para isso, a prática do professor precisa ser pensada e refletida, para que assim o docente possa enxergar formas de ensino que venham se adequar a turma e as especificidades dos alunos, principalmente quando se fala em alfabetização. Segundo Silveira (1998, p.02),

[...] os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos e muito importantes é a possibilidade de construir-se a autoconfiança. Outro é o incremento da motivação. [...] um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência.

Ao utilizar os jogos para o ensino e aprendizagem, ele auxilia o desenvolvimento motor, o desenvolvimento da linguagem, na representação e percepção, na memória, na apropriação de signos sociais e no equilíbrio afetivo que sem dúvidas é de grande importância para tornar significativo o crescimento da criança. Mas o jogo essencialmente estimula a criança a desenvolver o aspecto motivacional, que a ajuda na continuação do aprendizado, a motivação em não desistir daquilo que está lhe causando prazer e satisfação em realizar. Encontrar a forma certa para ensinar de forma que todos os alunos aprendam não é uma tarefa tão simples se considerarmos que cada um possui sua personalidade e sua singular forma de aprender, o que pode favorecer e ser facilmente compreendido por um pode se tornar difícil para outros. Faz parte da prática do professor desenvolver métodos e habilidades que contribuam para que o processo de alfabetização se torne um momento de melhor compreensão e menos frustrante para o aluno. Dessa forma, utilizar-se do lúdico para auxiliar e facilitar nessa fase é de suma importância, já que as brincadeiras e jogos tornam as aulas mais dinâmicas e interessantes para os alunos. A pesquisa desencadeou um novo olhar para o jogo, onde o conjunto se torna a fonte do conhecimento, o ensino não é mais linear, mas parte de vários lados e propicia a alegria em aprender brincando. A utilização do jogo como uma ferramenta de auxílio ao professor no processo de alfabetização ainda é muito deixada de lado no meio pedagógico, devido à falta de credibilidade em sua importância como um suporte ao educador. No decorrer da pesquisa foi possível desmitificar essa inutilidade do jogo como uma ferramenta no processo de alfabetização, através das consultas e com base nas ideias de diversos autores. Foi percebido então que o jogo é sim uma ferramenta de auxílio ao educador, sendo essa capaz de proporcionar a criança um aprender mais significativo e participativo

nas atividades propostas pelos professores aos alunos. O jogo é, portanto, um instrumento que quando bem planejado e articulado às práticas pedagógicas tornasse muito eficaz nos processos de alfabetização dos educandos, sendo possível proporcionar uma aprendizagem dos conteúdos de melhor qualidade, criando nos alunos o senso crítico, raciocínio lógico, uma maior e melhor facilidade nas resoluções de problemas, tudo isso conduzido de maneira prazerosa e divertido para os alunos, sem perder de foco o objetivo principal das aulas. Em vista dos argumentos apresentados só nos resta esperar que, todos nós enquanto participantes ativos na educação, enquanto estudantes na área da educação, docentes e todos aqueles envolvidos na área, tenham plena consciência da importância dos jogos no processo de alfabetização e como o mesmo tem tido resultados satisfatórios durante esse processo tão importante na vida de qualquer ser humano. Muitos até podem dizer que o jogo só envolve entretenimento, diversão e lazer, mas tendo em vista todos os aspectos observados só podemos compreender o jogo como peça fundamental na história da educação, sendo um veículo facilitador onde professores podem repassar conhecimentos de forma objetiva e prazerosa, da mesma forma que quando o aluno joga ele é coparticipante da construção do seu próprio saber atuando de forma leve, alegre e significativa com suas práticas. Podemos também concluir que a alfabetização sem o jogo voltará a ser uma técnica de cópia de símbolos, onde o aluno não tem compreensão do que estão aprendendo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BARBOSA, R. L. L. **Froebel e a concepção de jogo infantil**. Revista da Faculdade de Educação, nº1, 1996, p.145-68.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.-São Paulo: Atlas, 2002.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: RJ:Vozes, 1993.
- MONTEIRO, A. **História da Educação**. [s.L.]: Porto Editora, 2005.
- OLIVEIRA, Ana. **A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa**. [s.L.]: teorema. 2007.
- PIAGET, Jean. **A formação de símbolo na Criança: Imitação, jogo, imagem e representação**. Tradução de Álvaro Cabral e Cristiane Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SILVEIRA, R. S; BARONE, D. A. C. **Jogos Educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação. 1998.

OS JOGOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

AUTORES:

Elisimar Lopes da Silva

Joseane Maria Araújo de Medeiros

RESUMO: O trabalho é resultado de reflexões realizadas na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), abordando a importância dos jogos de matemática no processo de aprendizagem. A função da Sala de Recursos Multifuncionais é de atividade pedagógica complementar aos alunos(as) da Educação Especial. O relato de experiência refere-se as atividades individuais e em grupo, realizadas no atendimento educacional especializado (AEE). Os sujeitos envolvidos na experiência são os alunos do 6º ao 9º ano dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola pública. Na discussão destacaremos o jogo na contribuição do desenvolvimento das funções executivas, no conteúdo da área de matemática e no currículo oculto; no que se refere a aceitação das regras, as funções executivas o lidar com o perdas e ganhos.

Palavras - chave: Jogo. Aprendizagem. Matemática.

INTRODUÇÃO: No trabalho temos o objetivo de apresentar a importância do jogo de matemática na formação dos alunos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais. O jogo é um instrumento potencializador de aprendizagem, possibilitando a socialização e aquisição de conhecimentos. A conquista do direito de aprendizagem e inclusão é resultado de muitas lutas, porém a permanência e o desenvolvimento integral do aluno da educação especial nem sempre foi assegurado. Na realidade a educação brasileira ao longo da história tem apontado como meta alcançar o ensino de qualidade, para todos os alunos. Infelizmente apenas no discurso e na Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) temos de garantia essa finalidade. No campo científico, muitas pesquisas já comprovaram a importância de uma prática pedagógica diferenciada, mas nem sempre ela é realidade no sistema de ensino, estando restrita ao uso do livro didático e distante da realidade do aluno. Essa prática dificulta aproximação ao conhecimento e a motivação necessária para aprender, impedindo a concretização do ensino de qualidade. Realidade que afeta o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, da escola como um todo. **METODOLOGIA:** O relato de experiência refere-se ao trabalho com os jogos de matemática, realizado em uma escola pública, envolvendo alunos do 6º ao 9º anos. O projeto realizado na Sala de Recursos Multifuncionais aconteceu durante um semestre. O objetivo do mesmo foi contribuir no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos matemáticos através de jogos. Utilizamos como método os jogos de tabuleiro, mesa e de desafios, envolvendo conteúdos diversos para atender as especificidades dos alunos. Em alguns casos utilizamos grupos para promover as atividades com jogos, mas em outras tivemos que trabalhar individualmente quando o aluno apresentava muita dificuldade de lidar com perdas; sendo o adulto (professor) o mediador e parceiro do jogo, para trabalhar as questões do currículo oculto. Os alunos que participaram do projeto são adolescentes, variando entre onze a vinte um ano de idade. Os conteúdos elencados para trabalhar nos jogos foram selecionados com base nas fragilidades de domínio dos alunos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Aplicamos os jogos trabalhando vários conteúdos necessários ao desenvolvimento dos alunos

envolvidos no projeto da sala de recursos multifuncionais. Observamos que os resultados foram exitosos, pois os alunos, em sua maioria, demonstraram compreensão e domínio dos conteúdos, pois “o jogo ajuda-o a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem” (ANTUNES, 1998, p.36). Alguns alunos se destacaram no uso de estratégia, por exemplo, no jogo de xadrez. Através deste abordamos alguns conhecimentos fazendo correlações. No jogo Sudoku aproveitamos para enfatizar a ordenação dos números e a lógica. Com o jogo batalha naval observamos a oportunidade de trabalhar outros conteúdos da área de matemática. Vale salientar que esses alunos possuem laudo de deficiência intelectual leve, chamando atenção o envolvimento deles no processo e a importância para superação dos estigmas.

O jogo como promotor de aprendizagem e do desenvolvimento passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que coloca o aluno diante de situações lúdicas como o jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-los dos conteúdos culturais a serem vinculados na escola. (KISHIMOTO, 1994, p.13)

A autoestima elevada é importante para o desenvolvimento de sua capacidade de aprender. As estratégias e o tempo fazem a diferença no processo de inclusão desses alunos na escola. Essa consideração proporciona aceitar o ritmo e o respeito a aprendizagem do aluno. Alguns acabam pela oportunidade surpreendendo os professores, pois alguns se prendem no rótulo da deficiência como sinônimo de incapacidade de aprender.

[...] os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos e muito importantes é a possibilidade de construir-se a autoconfiança. Outro é o incremento da motivação. [...] um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência (SILVEIRA, 1998, p.02).

No contexto escolar, nos jogos internos, foi percebido o destaque de alunos com o referido laudo vencendo as partidas nos jogos de tabuleiros nas disputas com seus pares. Em sala de aula alguns professores mencionaram a respeito da melhoria do entendimento e realização das atividades por parte de alguns alunos que participam do projeto. Por fim, um aluno com laudo de autismo apresentou o melhor rendimento do seu turno nas olimpíadas de matemática, conquistando o primeiro lugar na primeira fase. Segundo Machado (1995, p.53) “a razão mais fundamental, ao nosso ver, é a que diz respeito à progressiva conscientização, fundada nas ações, que a prática do jogo propicia” **CONCLUSÃO:** O investimento pedagógico com os jogos no processo de aprendizagem dos alunos da educação especial foi de grande relevância, considerando que em níveis diferenciados alcançamos os objetivos propostos de forma lúdica e motivadora. Na maioria das vezes nos esbarramos em muitos desafios para atrair esses alunos no processo convencional de ensino, pois, geralmente, os afasta do interesse de aprender e da confiança em relação à capacidade. Desse modo, o projeto pedagógico possibilitou descobertas e crescimento não apenas dos alunos, mas também dos professores da escola que passaram a perceber que eles possuem potencial para concretizar algumas conquistas; desde que, estejam inseridos em um processo metodológico facilitador

com professores mediadores. Também percebemos que a turma, no todo, obteve ganhos com essa sistematização de atividades com jogos, pois alguns professores aderiram ao trabalho, estabelecendo e ampliando as condições de socialização de todos os alunos; principalmente daqueles que possuem ritmo mais lento para entender e aprender.

Essa metodologia representa, em sua essência, uma mudança de postura em relação ao que é ensinar matemática, ou seja, ao adota-la, o professor será um espectador do processo de construção do saber pelo seu aluno, e só irá interferir ao final do mesmo, quando isso se fizer necessário através de questionamentos, por exemplo, que levem os alunos a mudanças de hipóteses, apresentando situações que forcem a reflexão ou para a socialização das descobertas dos grupos, mas nunca para dar a resposta certa. Ao aluno, de acordo com essa visão, caberá o papel daquele que busca e constrói o seu saber através da análise das situações que se apresentam no decorrer do processo (BORIN, 1998, p.10-11).

Portanto, reafirmamos a importância do trabalho de apoio pedagógico vinculado a estratégia lúdica, como o jogo, aplicadas também no anos finais do ensino fundamental, entendendo que não existe idade ou nível de ensino para fazer uso dessa ferramenta de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas**: uma estratégia para as aulas de matemática. 3.ed. São Paulo: IME/USP, 1998.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: RJ: Vozes, 1993.
- MACHADO, N. J. Matemática e educação: alegorias, tecnologias e temas afins. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVEIRA, R. S; BARONE, D. A. C. **Jogos Educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação. 1998.

SER CRIANÇA: CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

AUTORES:

Anna Claudia Chagas de Araujo

Joseane Maria Araújo de Medeiros

Maria Evanilda Medeiros de Macedo Silveira

Renata Rodrigues de Freitas

Rita de Cássia Angelo da Silva

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo transparecer e discutir questões pertinentes ao ser criança, tendo como base leis e documentos correlatos que preconizaram e favorecem a sua importância para uma educação emancipatória e de qualidade. Nessa dinâmica, valorizar o ser criança como sujeito histórico, cultural e sóciopolítico, como sujeito que determina também os rumos de sua aprendizagem. A metodologia adotada para a construção do trabalho foi a pesquisa qualitativa bibliográfica, em que procura-se, através de livros, documentos, leis, artigos, dentre outros meios, estabelecer relações e discutir diferenças entre o acervo bibliográfico para o desenvolvimento do tema. A realização do estudo justifica-se por uma inquietação sobre a necessidade de reconhecimento do ser criança para o alcance de uma prática educativa significativa, por sua vez, surgiu durante estudos da disciplina de ciências sociais na educação infantil.

Palavras - chave: Criança. Educação. Formação.

INTRODUÇÃO: Abordaremos no trabalho a formação da criança na perspectiva emancipatória. Temos conhecimento que para esta finalidade exige bastante estudo e o traçado de metas correspondente ao tema, para elencar as diretrizes necessárias para a emancipação da educação. Em decorrência de inúmeros fatores; político, socioeconômico, cultural, histórico, a educação brasileira viveu fortes influências e retaliações durante cada forma de governo pertinente à sua história com o passar dos tempos. Não temos o objetivo de apresentar fórmulas para atuação do profissional de educação para a garantia de objetivos, mas, a partir de estudos e persistentes reflexões sobre alguns pontos que merecem atenção, ressaltar a importância do ser criança para fomentar valores ao trabalho pedagógico no espaço educacional. Na era do século XXI, são perceptíveis as consequências de uma educação precária, que não tem sequer boas influências do seu contexto histórico no Brasil. Temos observado uma escassez de empregabilidade ao mesmo tempo uma sociedade cada vez mais priorizando o sistema vicioso do ter em detrimento do ser. Esta realidade contribui para se enfraquecer a finalidade de preparar os estudantes para o exercício pleno da cidadania, como tão explícito em leis da educação. O contexto cultural e político em que a educação no Brasil se encontra é preocupante pelos resultados ainda distantes das metas. As exigências necessárias para se obter qualitativa seus objetivos resulta de processos que não atendem a realidade escolar. Se olharmos o passado veremos que no período Jesuítico (1549-1759), no regimento de Dom João III, em que a intenção de educar destinava-se apenas a conversão dos indígenas pela catequese e instrução. Os seus objetivos foram atingidos, mas para atender os interesses daqueles que detinham o poder. Nessa constatação, podemos afirmar que na história só mudam as pessoas que assumem o poder e a realidade contextual, mas a exploração e os

limites para a população permaneceu fazendo parte da sociedade brasileira. Como exemplo disto, seguimos para a República. As atribuições da educação do período governado por Getúlio Dornelles Vargas, pelo qual houve a educação seletiva, classificatória por classe social. As classes mais favorecidas eram oportunizadas a estudar no ensino superior, enquanto os pobres eram formados com vista ao mercado de trabalho, não passando da inserção, em cursos profissionalizantes. Portanto, nos referidos períodos podemos enxergar que, de fato, as metas pela a educação jamais estiveram em primeiro plano, independentemente do tipo de governo ou quem demandava, e nos cenários contemporâneos, na maioria das vezes, trabalhar para a educação de qualidade ainda está muito distante de tornar realidade. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada para a construção do trabalho foi à pesquisa qualitativa bibliográfica, em que procuramos, através de livros, documentos, leis, artigos, dentre outros meios, estabelecer refletir sobre o tema. A realização do trabalho justifica-se por uma inquietação sobre a necessidade de reconhecimento do ser criança como ser histórico, social e de direitos. Surgiu durante estudos da disciplina de ciências sociais na educação infantil. Temos o objetivo de aprofundar e discutir questões pertinentes ao ser criança, tendo como base leis e documentos correlatos que preconizaram e favorecem a sua importância para uma educação de qualidade. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Há muito que ser conquistado na prática educativa, considerando as propostas de educação presentes na legislação, nos documentos educacionais, dentre outras instâncias porque apesar de estarmos imersos num mundo globalizado, permeado pelas tecnologias da informação e comunicação, ainda não conseguimos dar grandes saltos na educação. Desse modo, é preciso refletir sobre a educação da criança em uma perspectiva emancipatória e para isto se faz necessário discutir as propostas pedagógicas fundamentadas nas tendências pedagógicas, defendendo um modelo de educação, de ensino e aprendizagem. As tendências pedagógicas são distribuídas em dois grupos que são: Liberal e Progressista. O nome “liberal” nos faz pensar em liberdade, porém, a nomenclatura difere do real sentido das tendências que se encontram classificadas nesse grupo. Segundo LIBÂNEO (1990, p.30):

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual. Devido a essa ênfase no aspecto cultural, as diferenças entre as classes sociais não são consideradas, pois, embora a escola passe a difundir a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

Na tendência liberal tradicional a figura do professor é de extrema importância já que sendo considerado o centro e agindo como transmissor do conhecimento. Os alunos por sua vez são receptores e passivos. O método utilizado para as aulas é por meio de aulas expositivas com o foco no conhecimento intelectual e moral tendo como atividade a repetição e memorização mecânica, a forma de avaliar se o aluno compreendeu ou está apto a passar de ano é através de exames (provas). Temos como destaques os Jesuítas que introduziram esse método de ensino para que os índios fossem catequisados. A tendência renovada progressista o aluno se torna o centro da atividade pedagógica o professor auxilia nos projetos e pesquisas permitindo-lhes oportunidades de adquirir experiências e buscar pelo conhecimento com o foco em aprender a aprender. Piaget, Dewey e Anísio Teixeira são defensores dessa tendência. No que se refere à tendência não-diretiva que trata da

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

formação de atitudes e das relações interpessoais, o professor é um facilitador que se utiliza do método de relacionamento para o ensino – aprendizagem. O psicólogo Carl Rogers desenvolveu abordagem centrada na pessoa, não apoiando atitudes como mecanicista, posição reducionista e outros. O que lhe importava era a relação das pessoas e que são iguais, indiferente de relação hierárquica. Já na década de 60 uma tendência surgiu para suprir a necessidade do mercado de trabalho. A tendência tecnicista em que o professor se apresenta como administrador de suas aulas, o aluno como produtivo com base na eficiência e produtividade. A instrução programada na aplicação educacional dos conceitos desenvolvidos por Skinner que consiste em dividir o material a ser ensinado em módulos. Podemos perceber a modificação que enfrentamos na sociedade em que vivemos como isso atinge na educação a forte influência dessas tendências que deixaram marcas em muitas gerações. Ainda nos sobram vestígios de algumas delas. E nos serve para podermos refletir sobre as condições em que nossa educação se encontra nos dias de hoje. As mudanças fazem parte já que os avanços tecnológicos apresentam-se sempre pronto e atualizado. **CONCLUSÃO:** Defendemos, portanto, a busca em significar a criança para as proposições constituintes do trabalho escolar porque, se pensarmos bem, é com e para ela que são direcionadas nossas ações, nosso trabalho, nossas intenções, nossa preparação de ensino e aprendizagem. A criança é a principal protagonista do trabalho pedagógico. Assim sendo, criança é uma etapa da vida humana, que corresponde de zero ao décimo segundo ano de idade, nessa fase existe a infância e o sujeito apresenta-se em desenvolvimento. A considerar, Segundo o Referencial para a educação infantil curricular (1998):

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (1998, p.21).

É justo e necessário integrar a criança ao meio que vive valorizar a sua história, sua cultura, sua identidade para redigir os objetivos da escola. É preciso também acreditar com veracidade no potencial que ela tem de se desenvolver socialmente, pois às vezes a consideramos ser impotente, sem consistência à vida adulta, que dirá ao trabalho da educação, mas, na realidade isso não é verdade porque a criança trás consigo sua história, suas influências, sua forma peculiar de enxergar e viver no mundo. A criança é, pois, sujeito social, ou seja, precisa que a sociedade compreenda sua importância e a faça contribuinte socialmente e historicamente, mais precisamente a sociedade educadora que tem o dever de desenvolvê-la para a vida, para a formação cidadã. As tendências progressistas recebem essa denominação, por fazerem uma análise crítica das realidades sociais. Para Luckesi (2001), essas tendências sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Por isso, é preciso que os professores tomem consciência de que tem um papel importantíssimo do seu lado político e de sua prática na formação de seu aluno. Pode-se dizer que a tendência progressista vai de encontro com a sociedade capitalista, uma vez aderindo a essa tendência como base, deve-se recuperar sua unidade através de uma perspectiva integradora. A tendência progressista se subdivide em três tendências: Libertadora, Libertária e a Crítico social dos conteúdos. A Pedagogia libertadora tem como um de suas características a atuação “não formal”, ou seja, baseados na sua realidade, no qual professores e alunos apreendem e extraem o conteúdo desse contexto ao qual estão inseridos, com o

intuito de nele, atuarem no caminho de uma transformação social. As mesmas tendências questionam a realidade das relações. Por isso é considerada uma educação crítica, com a intenção nas práticas sociais. Sobre tal tendência, Freire afirma: “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”. (2012, p.26). Quanto aos conteúdos de ensino, usa-se os denominados “temas geradores” que nada mais é do que temas que são extraídos de problemas do cotidiano da vida dos alunos. Paulo Freire é um dos percussores dessa tendência, que a utilizou para alfabetizar jovens e adultos. Em sua metodologia de ensino, criou o grupo de “discussão” a quem cabe autogerir a aprendizagem, definindo o conteúdo e a dinâmica a ser utilizada. A relação entre professor e aluno acontece de forma horizontal, ou seja, professor e aluno estão em pé de igualdade na busca do conhecimento. É oportuno frisar que nessa tendência o ato de aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real vivida pelo educando, e só tem sentido quando resulta de uma aproximação crítica dessa realidade. No que se refere a Pedagogia Libertária já tem foco na transformação da personalidade dos alunos no sentido libertário e de autogestão. Essa Pedagogia trabalha muito com assembleias, conselhos, eleições, reuniões, no intuito de que o aluno atuando nesses ciclos aprenda e leve suas experiências para os demais. As matérias são colocadas à disposição dos alunos, mas não são exigidas porque o mais importante é o conhecimento adquirido e vivido pelas experiências em grupo. A relação professor aluno, acontece de forma suave, o professor assume o papel de orientador se mistura ao grupo para uma reflexão conjunta. Apenas o vivido, o experimentado é absorvido e aproveitado em situações futuras. Da tendência progressista “crítico social dos conteúdos” carrega a preocupação em preparar o aluno para o mundo adulto e suas contradições. Para Luckesi (2011, p.94) Aprender, dentro da visão da Pedagogia dos conteúdos, é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente organizando os dados disponíveis da experiência. Em consequência, admite-se o princípio da aprendizagem significativa que supõe como passo inicial, verificar o que o aluno já sabe. O professor precisa saber o que os alunos dizem ou fazem, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhes. Valorizar a personalidade da criança envolve muitos assuntos que formam o trabalho pedagógico nos espaços de educação, pois precisamos sempre reconhecer diferente do adulto, saber que é ávida ao conhecimento, que na sua história apresenta contexto cultural primordial às estratégias de trabalho do professor. Portanto, é a partir das relevâncias à complexidade da criança que podemos nortear as atribuições das instituições de ensino. Estamos assim determinando valores humanos e fortalecendo as múltiplas relações inerentes ao espaço escolar. Além de que estamos contribuindo para a significação do ambiente de aprendizagem uma vez que reconhecemos o papel da criança no seu contexto de mundo e delegamos sentidos às atividades pertinentes à escola. Nesse contexto, é válido dizer que a educação brasileira precisa ser mentora de suas metas e que para isso deve atrelar-se a um trabalho contínuo de investigação e reflexão das suas ações, estando sempre alerta às novas exigências impostas pela sociedade contemporânea. Nas palavras de Gadotti (2003, p.13):

O que aprendemos tem que significar para nós. Alguma coisa ou pessoa é significativa quando ela deixa de ser indiferente. Esquecemos o que aprendemos sem sentido, o que não pode ser usado. Guardar coisa inútil é

burrice. “O corpo aprende para viver. É isso que dá sentido ao conhecimento”.

É bastante clara a afirmação do autor porque ressalta a importância de se fazer aprender com significado, e que somente nas coisas que empregamos valor não conseguimos esquecer, pois são estabelecidas direções para assegurar determinado conhecimento na memória. Já o que nos é indiferente (insignificante), logo escapa da nossa lembrança. Para Freire

(...) o papel do professor no intuito de promover o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, assume posturas coerentes com suas concepções e com os objetivos definidos no currículo. Assim, no planejamento de seu trabalho e em seu desenvolvimento, fica evidente que: conhecem os aspectos mais gerais que distinguem as crianças do berçário daquelas de outras faixas etárias; conhecem as crianças do grupo pelo qual são responsáveis, em sua individualidade; fazem intervenções adequadas, desafiando-as e estimulando-as, nomeando pessoas, sentimentos, objetos, conversam com crianças, contam histórias; interpretam seus gestos e suas falas; (...). (FREIRE, 2013, p.175).

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo, Cortez:2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

GADOTT, Moacir. **Boniteza de um sonho: Ensinar e prender com sentido**. Feevale. Novo Hamburgo, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: Inquietações e buscas**. Curitiba: UFPR, 2001.

_____. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos**. Edições Loyola. São Paulo, 2014.

_____. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

ENGENHARIA CIVIL

ESTUDO DA DEGRADAÇÃO DO AÇO CARBONO SUBMETIDOS À AÇÃO DO ÍON SULFATOS

AUTORES:

Aluizio Alves dos Santos Filho
Geovane Matheus da Silva Farias
Hugo Mozer Barros Eustaquio
José Tamires Filgueira da Silva
Mayara Caroline Soares

RESUMO: O presente trabalho refere-se à exposição do aço carbono ao ambiente agressivo com a presença de sulfato (SO_4^{2-}) a uma concentração de 14,2g/L considerada como sendo agressividade moderada pela NBR 12655/2006. Foram expostos corpos de prova de aço CA_50, de aproximadamente 2 centímetros, sendo 3 corpos de prova para cada idade (7 e 14 dias). Nessas condições foram avaliados propriedades como pH, condutividade e perda de massa, afim de avaliar os efeitos deletérios ao material devido a presença de sulfato durante o período exposição.

Palavras - chave: Agressividade. Aço. Sulfato.

INTRODUÇÃO: Nos dias atuais o concreto e o aço são os principais materiais usados na área de construção civil. E dessa forma cada vez mais engenheiros e técnicos da área têm buscado formas de estender a vida útil das estruturas desenvolvidas com esses materiais. Na prática, constata-se que inúmeras obras de infraestrutura, com ênfase às expostas em ambientes altamente agressivos, apresentam degradação precoce, remetendo a falhas de especificação prévia que garantam adequada funcionalidade e durabilidade [1]. Isto caracteriza que o conceito de durabilidade esta associado à principalmente a interação com o ambiente onde esta a estrutura. Nas estações de tratamento de esgoto não acontece diferente, encontram-se diversos tipos de manifestações patológicas em todas as etapas de construção. Um dos principais agentes agressivos presente no meio é o íon sulfato (SO_4^{2-}) que é fruto principalmente do processo biológico de degradação da matéria orgânica pelas bactérias. No concreto os efeitos deletérios relacionados a esse tipo de ataque químico são normalmente a expansão, a qual provoca fissuras consideráveis, e a redução progressiva de resistência e rigidez do concreto, além de aspectos estéticos como a eflorescência [2]. O aço, como todas as ligas metálicas ferrosas, tem como principal forma de degradação a corrosão, que pode ser caracterizada como o ataque químico sobre uma superfície metálica por um meio agressivo a este, deste modo há o retorno do material à forma de óxido (Popularmente conhecida como ferrugem). Vários são os fatores que afetam o processo de corrosão, entre eles, a temperatura, a umidade, os compostos presentes no meio e os microorganismos, sejam estes, bactérias, fungos e/ou vírus [3]. O íon sulfato configura-se dessa forma um dos principais agentes da corrosão. E em ambientes com esgotos em processos de degradação, às concentrações elevadas do íon aumenta ainda mais a agressividade de ataques corrosivos. Apesar da importância do tema, existem poucos trabalhos acadêmicos e pesquisas a respeito do ataque de sulfatos em estruturas de concreto e aço. Sobre tudo porque tais estruturas muitas vezes tornam-se esquecidas aos holofotes dos técnicos e engenheiros por estarem em um ambiente pouco frequentado pela sociedade comum. Dentro deste contexto, a busca o desenvolvimento de trabalhos que

exponham os efeitos degradativos do sulfato às estruturas que apresentem resultados confiáveis são extremamente essenciais à área de durabilidade. Todo esse contexto evidencia a importância do foco deste trabalho. Somente com o completo entendimento do fenômeno, ao estudar os fatores de influência no processo, será possível fornecer informações para orientar o meio técnico e científico no desenvolvimento de procedimentos que estendam a vida útil de estruturas construídas. **METODOLOGIA:** A realização do experimento consistiu na utilização de amostras de aço carbono (CA-50). No primeiro momento foi realizado o corte e dobramento de barras com bitola de 10 mm e comprimento nominal de 25 cm com o objetivo de submetê-los a solução de sulfato a uma concentração 14,2 g/L, considerada como sendo agressividade moderada pela NBR 12655/2006, e avaliar o seu comportamento mecânico (resistência a tração) em três idades distintas (7, 14, e 21 dias de exposição ao meio agressivo). Para isso, foi preparado um total de 12 barras de CA-50, sendo 3 para cada idade citada e 3 utilizadas para de controle. A concentração adotada teve como base o trabalho de SILVA e PONTES FILHO [3].

Preparação das Barras de aço. A confecção das barras consistiu no corte no tamanho adequado (25 cm), dobramento em um ângulo de 90° para encaixar na máquina de tração e no lixamento superficial para retirar o excesso de ferrugem. Para o dobramento das barras de aço foi utilizado uma prensa que solicitava uma ferramenta que foi confeccionada para dobrar as barras de aço no ângulo de 90° deixando uma sobra de aproximadamente 5 cm para cada lado. A realização da leitura do ensaio de tração foi realizado através de uma máquina de modelo MS1000 da marca VDAS que consiste em um sistema de travamento com sete parafusos afim de garantir a estabilidade do material durante o ensaio. O software utilizado para a realização da leitura da força de rompimento foi o VDAS desenvolvido pelo próprio fabricante. Vale ressaltar que nesse estudo foi levado em consideração a tensão de rompimento do material. Após a preparação das amostras, os materiais foram pesados em uma balança com precisão de 2 casas de decimais e submersos na solução, sendo separadas em recipientes de acordo com as idades de avaliação. Após o contato com a solução e antes do rompimento, as barras foram lavadas com água destilada e álcool e em seguida foram pesadas novamente a fim de avaliar a perda de massa das amostras.

Preparação dos CPs. Em paralelo ao procedimento de dobramento das barras de aço foi realizado o corte dos corpos de prova das mesmas barras com aproximadamente 2 cm de comprimento afim de avaliar o comportamento químico do material quando submetidos a mesma concentração de sulfato de sódio citado anteriormente. Neste caso foi preparado 7 CPs, sendo três para cada idade (7, e 14 dias). Optou-se por utilizar 6 CPs afim de realizar uma média semanal para cada 3 corpos de prova no intuito de avaliar o comportamento dos parâmetros de PH, condutividade e perda de massa do material. Para evitar possíveis alterações nos resultados optou-se por manter o ar-condicionado do laboratório desligado durante o período experimental. Após o corte, os CPs passaram pelo processo de polimento da seção transversal passando pelas lixas de números 40, 80, 120 e 240 respectivamente. Vale ressaltar que durante o lixamento foi realizado mudanças de direção de 90° em todas as lixas para garantir um melhor polimento. Foi adotado 2 cm de comprimento para os CPs na intenção de facilitar a visualização da seção transversal das amostras. Após a exposição ao sulfato os CPs foram lavados com água destilado e álcool, pesados em uma balança de precisão com 3 casas decimais e levados para o laboratório de química onde foi observado, com a ajuda de uma lupa, os compostos formados a partir da reação entre as moléculas de ferro e sulfato de sódio como ocorreu nos

trabalhos de SILVA e PONTES FILHO [3]. **REVISÃO DA LITERATURA:** Os sulfatos são originados a partir do ácido sulfúrico que reage com uma base formando-o em uma reação de neutralização, em sua formação atômica tem-se um átomo central de enxofre ligado por quatro de oxigênio, de forma compartilhada, em uma ligação covalente, tendo por fórmula molecular SO_4^{2-} . De forma genérica podemos tratar os sulfatos como sais ou composto orgânico derivado do ácido sulfúrico (H_2SO_4), porém devido sua instabilidade aniônica é comum a interação com alguns metais alcalinos terrosos, entre eles os mais comuns berílio, magnésio, cálcio e estrôncio. De forma simples, o sulfato é uma combinação entre dois elementos abundantes na natureza, o oxigênio (O) e enxofre (S). Segundo estimativas o enxofre ocupa o nono lugar na sequência do mais abundante no universo, constituído cerca de 0,03% da crosta terrestre [4], sendo o oxigênio o mais abundante do planeta terra, representando cerca de 50% [5], os elementos sempre buscando estabilidade, interagem com outros elementos, isso ocorre por afinidade eletrônica, uma força de atração, que leva em conta a eletronegatividade, e a camada de valência, que podem ocorrer por doação de elétrons, ou compartilhamento de elétrons, como é caso dos sulfatos [6]. Geralmente os sulfatos são encontrados na natureza na forma de minerais, alguns utilizados na construção civil em larga escala, como por exemplo: sulfato de bário (brita), sulfato de cálcio (gipsita), havendo algum menos comum para esse setor, mas que podem estar presente de forma indireta em pequenas concentrações, sulfato de estrôncio (celestita), sulfato de chumbo (anglesita), sulfato duplo de cálcio e sódio: $\text{CaNa}_2(\text{SO}_4)_2$ (glauberita), etc. [4]. De acordo com [12], a corrosão (ou oxidação) é um fenômeno que afeta os metais e pode modificar a sua estrutura. Esta mudança ocorre devido a sua superfície ficar exposta a compostos não aderentes, solúveis ou dispensáveis no ambiente no qual o metal se encontra. Os metais não vulneráveis a corrosão são o ouro e a platina. A corrosão é uma patologia que pode modificar a estrutura dos metais dependendo do tempo de exposição e agressividade do ambiente no qual o material se encontra. Por esse motivo, a engenharia civil utiliza diversas técnicas construtivas para amenizar esse problema. Em pesquisas realizadas [14] constataram que os íons de sulfato são agentes responsáveis pela corrosão do aço, gerando a formação de produtos insolúveis sobre a sua superfície. **RESULTADOS E DISCUSSÕES: ENSAIO DE TRAÇÃO.** A análise dos resultados se baseou no valor médio de tensão de ruptura de três amostras para cada idade de exposição ao sulfato 7, 14 e 21 dias. Além disso, para a identificação correta dos eventos também um grupo de três amostras foram verificadas sem exposição alguma, os resultados desse grupo foram nomeados como controle. Ao analisar os resultados percebe-se que apesar de existir uma perda de massa significativa no decorrer do tempo de exposição, em um período de 21 dias não são geradas diferenças significativas na resistência mecânica do aço, já que, os valores de tensão, em ambos, permaneceram iguais, variando-se apenas, do valor médio aproximado de 650 Megapascal, dentro de margem de erro de cada conjunto de amostra (desvio-padrão). Este mesmo comportamento pode ser observado nos trabalhos de DA SILVA e PONTES FILHO [3]. Contudo, apesar de não haver diminuição da resistência mecânica do CA – 50 deve-se levar em consideração a expansão do aço quando inicia o processo de oxidação gerando tensões de dentro para fora no concreto (tração) comprometendo a estrutura. Além disso, a corrosão encontrada nas barras é superficial, ou seja, o tempo de exposição não foi suficiente para atingir a estrutura interna do material e modificar suas propriedades mecânicas. Valores de PH e Condutividade. De acordo com a literatura, é possível correlacionar os parâmetros de pH e condutividade com a

evolução do processo corrosivo. Dessa forma, quando o pH apresenta um valor acima de 7 é considerado que solução em estudo se encontra no estado alcalino, ou seja, há pouca presença de prótons (íons H^+). Nesta pesquisa o pH inicial foi de 8,56. A condutividade é um parâmetro que está diretamente relacionado com a quantidade de íons presente no meio. A água destilada possui condutividade baixa, contudo, devido ao sulfato adicionado na solução, a condutividade no meio tende aumentar. Nos resultados pode-se observar os valores médios de variação de pH, condutividade, perda de massa e a evolução da corrosão na superfície nos conjuntos de amostras 1, 2 e 3 obtidos durante 7 dias. No segundo dia, a solução apresentou uma queda significativa no valor de pH quando comparado com a leitura inicial, já no quinto dia o valor manteve-se praticamente constante e no sétimo dia o pH voltou a diminuir. A princípio, a condutividade se manteve constante ao longo dos 7 dias de exposição. O fato da condutividade se manter constante, dentro da margem de erro (desvio-padrão), decorre da formação de íons de ferro a partir da reação entre as moléculas de oxigênios presentes no SO_4^{2-} com as moléculas de Fe^+ presente na liga de aço carbono mantendo a quantidade de íons na solução constantes. Foi possível perceber que quantidade de ferro em solução foi tão alta que formou precipitado que se depositaram no fundo do frasco usado para o experimento. Após 14 dias de imersão as amostras analisadas apresentaram o comportamento semelhante às amostras anteriores, diminuição do pH enquanto que a condutividade permaneceu constante. Semelhante ao experimento com as barras, o comportamento da massa dos corpos de prova após o tempo de exposição, demonstraram que em todos os CPs houve perda de massa, esse valor em média foi de 2,22% e 1,41%, para 7 e 14 dias respectivamente. **CONCLUSÃO:** Através do experimento realizado podemos constatar um aumento da condutividade e uma redução do pH essas alterações ocorridas com a idade de 14 dias levou a amostra a uma leve perda de massa, dessa forma apontando efeitos deletérios.

REFERÊNCIAS

BAUER, L.a.Falcão. **Materiais de construção 2**. Rio de Janeiro: Ltc, 2008.

BRASIL. Instituto do Aço. **Processo Siderurgico**. Disponível em: <<http://www.acobrasil.org.br>>. Acesso em: 09 out. 2017

CIÊNCIA, Folha da. **Os Dez Elementos mais abundantes na Crosta Terrestre**. Disponível em: <<https://folhadaciencia.wordpress.com>>. Acesso em: 07 out. 2017.

J. HOPPE FILHO, D. J. SOUZA, M. H. F. MEDEIROS, E. PEREIRA, K. F. PORTELLA. **Ataque de matrizes cimentícias por sulfato de sódio: adições minerais como agentes mitigadores**. Cerâmica 61, 2015. p.168-177.

MARCELINO, A. P. B. **Estudos para o Desenvolvimento de uma Metodologia de Definição de Teores Deletérios de Enxofre em Concretos e Argamassas de Barragens**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em engenharia de estruturas, UFMG, 2015.

MATOS, D. M. L. **Contaminações Sulfáticas em corpos hidricos de uma área gesseira em uma região do semi-árido pernambucano**. 2012. 45 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Engenharia Mineral, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

OLIVEIRA, L. A. A. de; SILVA, Camila Silveira da; OLIVEIRA, Olga Maria Mascarenhas de Faria. **Ligação Química**. São Paulo: Nead, 2012.

PINHEIRO, G. L.. Influência do íon sulfato na corrosão do aço-carbono. In: **Congresso Brasileiro de Química**, 48., 2008, Rio de Janeiro. Química na proteção ao meio ambiente e a saúde. Rio de Janeiro: Iniciação Científica, 2008.

PINHEIRO, L. M.; SANTOS, A. P.; MUZARDO, C. D.. **Estruturas de concreto**. São Paulo: Usp – Eesc – Departamento de Engenharia de Estruturas, 2010.

RHEINHEIMER, B.; KHOE, S. S.. **Ataque por sulfatos em estações de tratamento de efluentes**. 2013. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SENA, H. C. de. Influência de altas concentrações de sulfato na remoção carbonácea, nitrificação e digestão anaeróbia em estações de tratamento de esgoto. In: **Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental**, 28, 2002, Cancun.

SILVA, A. L. S. da. **Sulfatos de metais alcalinos terrosos**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SILVA, R.C.B. DA; PONTES FILHO, T.R.; Corrosão do aço carbono em meio sulfato na presença da bactéria *Salmonella anatum*. **Revista Matéria**, v. 13, n. 2, pp. 282 – 293, 2008.

USO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM EDIFICAÇÕES SUSTENTÁVEIS

AUTORES:

Gilliard de Paiva Rego

Hugo Mozer Barros Eustaquio

Jeniffer Hellen Santos de Aquino

RESUMO: A segurança durante a implantação, uso, operação e manutenção de sistemas de água não potável em edifícios depende da gestão do consumo, da qualidade da água e dos riscos envolvidos em todas as etapas do processo. Para a análise da viabilidade da implementação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais, é imprescindível uma avaliação técnica, econômica e ambiental. Sendo assim, o conceito mais simples para o aproveitamento de águas da chuva é que elas são filtradas e armazenadas em uma cisterna para sua posterior utilização na irrigação, limpeza, lavagem de roupas, descarga sanitária e demais usos não nobres. Desse modo, o objetivo dessa pesquisa é discutir e planejar a viabilidade da instalação dos componentes do sistema predial de aproveitamento de água pluvial, levando como base estudos já realizados com o tema.

Palavras - chave: Uso de águas pluviais. Edificações. Sustentáveis.

INTRODUÇÃO: Um crescente número de grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras vive situação de escassez e degradação dos recursos hídricos. Até os anos 30 muitas cidades brasileiras tiveram sistemas de estocagem de água de chuva em cisternas individuais. Essa prática, porém, caiu em desuso com o advento das redes de abastecimento. Entretanto, a implantação, operação e manutenção dessas grandes redes sanitárias tornam-se cada vez mais complexas e onerosas, uma vez que municípios e estados possuem grandes dificuldades de financiamento do saneamento básico. Diante do exposto, a gestão sustentável das águas pluviais oferece a chance de minimizar custos, economizar água tratada e além disso evitar enchentes. Sendo assim, o uso de águas pluviais em edificações sustentáveis pode ser aplicado em usos domésticos não potáveis, como lavagem de roupa, limpeza de pisos e veículos, a rega de jardins, higiene de animais domésticos, descargas de bacias sanitárias, inclusive para a água destinada para combate a incêndio, entre outros. Dixon et al. (1999) identificaram que a utilização da água da chuva possui uma longa história e foi difundida mundialmente. Os autores apontam que atualmente muitas sociedades aplicam como uma importante fonte de água para irrigação e mais recentemente para suprir demandas de vasos sanitários e lavagem de roupa. Para avaliar a viabilidade de sistemas hidráulicos em edificações residenciais, é fundamental compreender o uso desagregado de água para estimar o potencial de redução no consumo de água e verificar a aplicabilidade, os custos e os benefícios de adaptação predial. O sistema de água não potável apresenta dois sistemas de água: potável e não potável. Considera-se água não potável qualquer água que não atenda ao padrão de potabilidade. Deste modo, a água pluvial, a água servida a água subterrânea (somente quando do rebaixamento de lençol ou drenagem de subsolo) ou a água clara, após tratamento, são tipos de água não potável. Essas características do sistema de água não potável o tornam mais vulnerável a um risco de contaminação do que um sistema convencional de água potável, onde só circula água potável nos reservatórios e em todos os pontos de

utilização. A água pluvial somente é considerada fonte de água não potável, após tratamento do efluente e quando se transforma em água não potável.

METODOLOGIA: Este trabalho acadêmico tem como finalidade uma investigação básica. Sendo a pesquisa – quanto ao objetivo - exploratório-descritiva, tendo como instrumento de pesquisa o levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo. Desta maneira, os recursos utilizados para a obtenção do mesmo, foram artigos científicos publicados (como a questão do semi-árido Pernambucano), estudos de casos (em João Pessoa e em Brasília) e as normas da ABNT, evidenciando a aplicação do uso de águas pluviais em edificações sustentáveis. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nos dias atuais, onde o meio ambiente, a água e a energia são temas com ampla abrangência nos meios acadêmicos e econômicos, existem grandes preocupações da sociedade em relação à conservação dos recursos da natureza, em especial ao uso racional e aproveitamento da água, recurso indispensável à vida. No entanto, a escassez de água é um dos maiores problemas do mundo moderno, logo vivenciado por grandes centros industriais, a exemplo de Brasília. Em função do acelerado crescimento urbano populacional desses polos geradores, cresce a necessidade da utilização de técnicas sustentáveis visando suprir a escassez de água e/ou melhor aproveitá-la. Nesse contexto, fontes alternativas são apresentadas como solução para o aproveitamento da água para uso não-potável, em destaque a captação e o aproveitamento de água da chuva (precipitação atmosférica), indicada como fonte renovável de energia. Além disso, há grande economia de água, cuja é importante não somente para o meio ambiente, mas para as atuais e futuras gerações. Contudo, devem ser observados alguns fatores importantes para a qualidade da água pluvial, tais como:

- A área de captação deve ser conservada limpa, impermeabilizada, feita com material não tóxico e livre de fissuras e vegetações;
- Um sistema de filtragem deverá ser implementado antes da água entrar na cisterna;
- Para evitar entrada de animais na cisterna, deve-se colocar proteções em todas as entradas do tanque;
- O tanque deve ser mantido fechado impedindo a entrada de iluminação para evitar o crescimento de algas e microorganismos e sua proliferação;
- Periodicamente deve-se realizar a limpeza de calhas, telas e outros materiais que compõem o sistema de captação;
- Não deve ser realizado o consumo direto da água do tanque sem qualquer tratamento após a primeira precipitação;
- Deve-se evitar misturar a água captada da chuva com outras fontes de água.

Para uma melhor qualidade da água captada é recomendado o descarte dos primeiros milímetros de água de chuva devido à concentração de poluentes tóxicos na atmosfera de áreas urbanas como o dióxido de enxofre (SO₂) e o óxido de nitrogênio (NO), além da poeira e fuligem acumulada nas superfícies coletoras (calhas e cobertura). Deve ser feita a utilização de calhas nos telhados para a captação das águas pluviais nas casas ou edificações com o intuito de utilizar as águas captadas para usos não nobres esperando a redução do consumo de água. Além disso, independente do sistema de aproveitamento ser pequeno ou grande, ele deve ser composto por áreas de captação/telhado, tubulações para condução da água, telhas ou filtros para a remoção de materiais grosseiros (como folhas e galhos) e reservatório de armazenamento/cisterna. De modo que, serão analisados

os consumos médios diários do condomínio, propondo uma forma de dimensionamento do reservatório para captação de água de chuva para usos como rega de jardins e descargas de vasos sanitários, por exemplo. Diante disto, segundo (PROSAB, 2006), definir o uso que será dado à água da chuva, vai depender da qualidade da mesma. Em situações na qual esta será utilizada para fins potáveis, como em regiões de escassez de água, recomenda-se que a mesma passe por um processo de desinfecção por cloro ou mesmo por radiação ultravioleta. Sendo assim, o primeiro caso de estudo cujo foi tomado como base para a realização desta pesquisa, foi o condomínio horizontal situado na cidade de João Pessoa, Paraíba. Neste condomínio verifica-se a necessidade de dimensionar um reservatório único para o armazenamento de água de chuva e sua posterior utilização para fins não nobres devido ao elevado consumo de água. Grande parte dos métodos existentes para o dimensionamento de cisternas considera a demanda nos períodos de estiagem e a provável quantidade de água a ser captada. Segundo Tomaz (2003), o método mais utilizado para o dimensionamento de cisterna é o Método de Rippl (conhecido também como Diagrama de Massas), que regulariza a vazão do reservatório permitindo o abastecimento constante de água para períodos úmido ou seco. Entretanto, a norma da ABNT NBR 15527/2007, no anexo A, ressalta que existem ainda outros cinco métodos para o dimensionamento de reservatório para aproveitamento de águas pluviais, os quais são o método de simulação, método Azevedo Neto e mais os três métodos práticos, alemão, inglês e australiano. Mas uma das vantagens do uso do Método de Rippl é a possibilidade de resolver problemas de dimensionamento tanto em situações onde a demanda é constante, como em situações onde a demanda é variável (CAMPOS, 2004). Com o diagrama de massas é possível determinar graficamente o volume útil do reservatório para uma determinada vazão regularizada e também verificar a necessidade da construção do reservatório. No caso do Diagrama de Massas não apresentar tangentes com inclinação menor que a vazão a ser regularizada, não será necessária a construção do reservatório. Atualmente, o condomínio horizontal residencial em estudo possui 391 lotes, 223 casas construídas e 22 casas em construção. Propõem-se a colocação de calhas nos telhados para a captação das águas pluviais nas casas em construção com o intuito de utilizar as águas captadas para usos não nobres esperando a redução do consumo de água. Os dados apresentados referem-se ao período de maio de 2005 a fevereiro de 2006. De modo que foram analisados os consumos médios diários do condomínio, propondo uma forma de dimensionamento do reservatório para captação de água de chuva para usos não nobres, como rega de jardins, por exemplo. O aumento da população no condomínio no período em estudo ocasionou um aumento no consumo de água, o qual foi influenciado também pelo aumento crescente de piscinas, além do aumento de áreas verdes nos lotes residenciais, requerendo maior rega dos jardins. Para o cálculo do consumo total diário de água, calculou-se a diferença das leituras do *woltman* do dia atual com o dia anterior. Optou-se por fazer um reservatório único para atender a população e as áreas comuns do condomínio em estudo, de modo que as novas edificações sejam construídas com o sistema para captação de águas pluviais. Assim, o sistema é baseado na captação de água de chuva de 22 casas, com área de coberta para captação de 50 m², totalizando uma área de captação de 1.100 m². Para o coeficiente de *runoff*, considerou o valor igual a 0,8. Para os cálculos do dimensionamento do reservatório considerou-se o valor de 4,5 habitantes por casa. A quantidade de água não-potável foi calculada de acordo com o consumo médio de água de uma residência, considerado 200 l/hab/dia, deste valor

48% é considerado para fins não-potáveis, resultando 96 l/hab/dia. Finalmente, multiplicou-se o valor quantidade de água para fins não potáveis pelos dias no mês e pela quantidade de habitantes, transformando para m³. Para determinar o volume útil do reservatório, traçou-se uma reta com inclinação igual à vazão desejada, i.e., a curva de vazões acumuladas de regularização. O maior afastamento entre as tangentes corresponde ao déficit existente na série histórica natural e define o volume útil a ser armazenado no reservatório. Assim, o volume do reservatório único para o condomínio será de 1.195 m³. Já o segundo estudo de caso tomado como base para essa pesquisa, foi realizado em Brasília. De modo que, as atividades que apresentaram o maior índice de consumo individual de água foi o chuveiro (23,0%), seguido pela máquina de lavar roupas (21,4%), a descarga sanitária (15,3%) e a pia de cozinha (15,0%). O alto consumo de água nos chuveiros pode ser explicado por apresentar um maior tempo de uso (9,2 minutos/pessoa/dia). Já o alto consumo de água das máquinas de lavar roupas foi em função do grande volume de água usado no processo de lavagem (164 litros por ciclo) de máquinas do tipo *'top load'* com capacidade média de 10 kg, associado ao seu uso frequente ao longo da semana (6 usos por família de moradores). A grande maioria dos vasos sanitários apresentaram um volume de descarga de 9 litros por fluxo (lpf), com uma frequência de uso equivalente 4 descargas por morador por dia. Apesar da maioria dos apartamentos analisados (69%) possuírem uma máquina de lavar louça, apenas uma em cada sete famílias utilizavam-na com uma frequência muitas vezes limitada aos finais de semana (2 usos por semana). Essa baixa frequência de uso ligado ao pequeno volume de água usado para lavagem da louça (em média 12,6 litros por ciclo) resultou no menor índice de consumo, equivalente a 0,6%. Em contrapartida, resultados demonstram que o principal uso de água na pia de cozinha era para lavagem de louças (em média 2 vezes ao dia). Apesar da maioria dos moradores controlarem a abertura da torneira durante a lavagem de louças, sua alta vazão ligada ao tempo de uso (15 minutos por apartamento por dia), resultou em uma demanda diária de 102 litros por apartamento. Sendo assim, nos casos avaliados, o aproveitamento de água pluvial voltado ao consumo comunal em lavagem de pisos e irrigação se mostrou ser uma melhor opção que o aproveitamento de água pluvial voltado ao consumo individual em descarga sanitária e lavagem de roupas nos apartamentos. Um balanço hidráulico entre a oferta de água pluvial e a demanda de água demonstram que, em geral, as edificações residenciais de Brasília não contêm uma área de cobertura grande o suficiente para suprir a demanda de água pluvial de maneira adequada. No que se refere ao Nordeste Brasileiro, verificou-se ao longo do ano de 2008, um período curto de 3 a 4 meses com precipitações pluviométricas e um período de estiagem, sem precipitação, apresentando alta capacidade de evapotranspiração durante todo ano, caracterizando um clima semi-árido. Foram considerados 30 anos de precipitação, temperatura e evapotranspiração potencial do município de Pesqueira, em Pernambuco. De maneira que, foram obtidos os valores médios respectivamente, de 60,75mm, 22,67°C e 140,1mm. Os baixos valores de precipitação fortalecem a necessidade de maior estudo sobre o adequado aproveitamento dos recursos hídricos locais. Dessa maneira, é possível observar que até mesmo em locais com dificuldades hídricas, também é possível e necessária a tentativa de aproveitamento de águas pluviais. Contudo, a ABNT 15527/2007 afirma que ainda deve haver uma determinada frequência de manutenção do sistema predial de aproveitamento de água pluvial a ser seguida. **CONCLUSÃO:** Portanto, em dias chuvosos a redução do consumo de água é verificada, constatando que os moradores, nesses dias tenham consciência e diminuam ou não

a realização de algumas atividades, tais como rega de jardins, lavagens de carros, etc. Propõe-se a captação de água de chuva em um reservatório único para os fins de usos não nobres para cada edificação. De acordo com (PROSAB, 2006), foram feitos estudos sobre os dados pluviométricos, os quais afirmam que ao se ampliar o recorte para todo o território brasileiro, identifica-se um significativo volume de chuvas que pode variar de 3.000 mm/ano na Amazônia e 1.300 mm/ano na região central do país, e isso se caracteriza pelo predomínio dos climas equatorial e tropical. Já no sertão nordestino este índice varia entre 250 mm/ano a 600 mm/ano (TOMAZ, 2003). Sendo assim, o volume encontrado para o dimensionamento do reservatório destinado à captação de água de chuva deve ser viável para atender os condomínios no período indicado, sendo realizado através de um cálculo das demandas não potáveis. Contudo, para o estudo de caso de João Pessoa, foram constatadas as seguintes conclusões:

1. Em dias chuvosos a redução do consumo de água é verificada, constatando que os moradores, nesses dias diminuem ou não realizam algumas atividades, tais como rega de jardins, lavagens de carros, etc;
2. Observou-se, em alguns dias, uma redução no consumo de água nos dias posteriores à ocorrência de chuvas, podendo-se concluir que grande parte do consumo de água do condomínio é destinada para rega de jardins;
3. Propõe-se a captação de água de chuva em um reservatório único para os fins de usos não nobres;
4. O volume encontrado para o dimensionamento do reservatório destinado à captação de água de chuva é viável para atender os condomínios no período indicado.

Entretanto, para a pesquisa do estudo de caso de Brasília, devido às características tipológicas das edificações residenciais, sistemas de aproveitamento de águas pluviais não são capazes de suprir toda a demanda de água não potável em descargas sanitárias (60%) e em lavagem de roupas (48%). Para suprir toda a demanda de água não potável em lavagem de pisos e irrigação, é necessária uma área de coleta de água pluvial equivalente a 72,92m². Porém, resultados indicam que na medida em a área de coleta de água pluvial da cobertura aumenta, o volume ideal de cisterna para suprir 100% da demanda reduz. Resultados sugerem que, caso todo estoque de edifícios residenciais de Brasília se adaptem para o aproveitamento de águas pluviais ou reuso de águas cinzas em lavagem de pisos, descargas sanitárias e lavagem de roupas, reduções na demanda urbana por água potável poderiam chegar a 4.113 km³ de água por ano, contribuindo significativamente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15527: Água de chuva – aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos**. Rio de Janeiro, 2007.

CONSELHO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. **Padronização de terminologia e de conceitos de sistemas prediais de água não potável**. CBCS, 2014.

COSTA, Isabelle. SANTOS, Celso. BURITY, Fernando. Captação de águas pluviais em condomínios horizontais. **Seminário Iberoamericano sobre Sistemas de Abastecimento Urbano de Água**. João Pessoa, 2006.

TECHNE, Sistema de aproveitamento de águas pluviais para fins não potáveis. Disponível em: <<http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/133/artigo286496-2.aspx>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PINI WEB, Sistema de aproveitamento de águas pluviais em edificações. Disponível em: <<http://piniweb.pini.com.br/construcao/noticias/sistema-de-aproveitamento-de-aguas-pluviais-em-edificacoes-81616-1.aspx>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PROSAB, Tecnologias de segregação e tratamento de esgotos domésticos na origem, visando a redução do consumo de água e da infraestrutura de coleta, especialmente nas periferias urbanas. **Uso racional da água em edificações**. PROSAB: Vitória, 2006.

SANT'ANA, Daniel. BOEGER, Louise. MONTEIRO, Lilian. **Aproveitamento de águas pluviais e o reuso de águas cinzas em edifícios residenciais de Brasília – parte 1: reduções no consumo da água**. Brasília, 2013.

SANT'ANA, Daniel. BOEGER, Louise. MONTEIRO, Lilian. **Aproveitamento de água pluviais e o reuso de águas cinzas em edifícios residenciais de Brasília – parte 1: viabilidade técnica e econômica**. Brasília, 2013.

SANTOS, Luam. BARBOSA, Silvanito. RIBEIRO, Willame. **Análise da qualidade da água da chuva para uso em caldeiras industriais**. Aracaju, 2016.

SOUZA, Sergio et al. **Instalação de modelos piloto para captação de águas de chuva no semi-árido Pernambucano**. IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Salvador, 2008.

A IMPORTÂNCIA DE UM BOM DIMENSIONAMENTO DO PROJETO DE DESTINAÇÃO FINAL DE ÁGUAS PLUVIAIS EM UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

AUTORES:

Hugo Mozer Barros Eustaquio
Magno Davi Ferreira Aquino
Maria Tereza Barbalho Barbosa
Mateus Tomaz Freitas Silva
Priscila de Lima Marinho

RESUMO: O presente trabalho trata da problemática enfrentada por um Condomínio Residencial, localizado em Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte. O projeto de drenagem original do empreendimento apresentou um problema quando ocorreu um alto índice de precipitação pluviométrico em um curto intervalo de tempo, e a água do sistema transbordou inundando ruas e consequentemente onde a cota do terreno é mais baixa acabou invadindo algumas casas, diante disso o sistema passou a ser ineficiente. Este artigo apresenta uma solução ao qual visa aplicar conceitos da área de Saneamento e Recursos Hídricos, com finalidade de melhorar a qualidade de vida dos moradores do condomínio, norteado pelos princípios da sustentabilidade e com adoção de medidas mitigatórias.

Palavras - chave: Drenagem. Sustentabilidade. Saneamento.

INTRODUÇÃO: Segundo SOUZA; CRUZ; TUCCI, Os primeiros estudos a respeito de drenagem ocorreram no século XIX, pois o processo de urbanização e o avanço tecnológico na área da saúde precisavam cumprir o papel sanitário das águas pluviais principal transmissor de doenças, foi quando criou-se o conceito de higienista que tratava da evacuação rápida da água da chuva por meio de condutos artificiais principalmente nas áreas impermeabilizadas e também foram desenvolvidas técnicas para da qualidade desse efluente com as estações de tratamento. É notória a mudança nas intensidades dos fenômenos naturais, os eventos tem ligações com as ações que são realizadas sem planejamento sustentável. Na última década o nordeste enfrentou uma crise hídrica, porém o cenário começou a mudar em 2015 quando os índices de precipitação pluviométricos aumentaram. Segundo o G1 RN no final de Janeiro de 2016 o estado do Rio Grande do Norte registrou a maior precipitação de 95 milímetros. A EMPARN previu no boletim pluviométrico de Março de 2017 o município que está localizado o condomínio em Parnamirim foi de 78,2mm. Essas demandas são calculadas com base nos dados de intensidade pluviométrica, duração da precipitação, tempo de retorno, altura pluviométrica, dentre outros. Diante do exposto, esse estudo pretende propor soluções a ineficiência do projeto de drenagem original de um condomínio localizado no município de Parnamirim/RN. Fato comprovado pelo colapso verificado mediante a ocorrência de precipitação de alto volume em um dia que gerou o transbordamento e a inundação de casas que estão localizadas na cota mais baixa do terreno. A intervenção proposta é da ampliação da área permeável do terreno do condomínio, medida possível de ser adotada, pois em estudo no projeto original de drenagem observa-se que a área permeável do terreno é de 56,97% da área construída, sendo o agravante para ineficiência do sistema a localização das unidades de infiltração nos pontos extremos do terreno. **METODOLOGIA:** A Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

metodologia da pesquisa se baseou inicialmente em uma caracterização da área de estudo, identificando detalhes importantes do empreendimento e do projeto. Em seguida foi feito uma revisão do projeto com a inserção de um novo dimensionamento. **RESULTADOS:** 4.1 - Caracterização do objeto de estudo. O empreendimento estudado conta com um total de 403 unidades habitacionais, divididas em dois tipos, sendo 321 com área de 53,28m² e 82 com área de 67,51m². Implantadas em um terreno de 81.396,94m², contempla ainda uma guarita, área de lazer comum composta por salão de festas multi-uso, piscina adulto e infantil, quadra poliesportiva, playground, churrasqueiras, salão de jogos, brinquedoteca, academia ao ar livre, praça e redário. O empreendimento tem um total de área construída de 22.503,68 m², distribuídos em residências e área de lazer, com a área permeável média de 57,96% uma taxa de ocupação de 29,54% e o índice de utilização 0,204. Esse projeto de drenagem contempla apenas a drenagem das ruas, pois a drenagem do lote se dá por infiltração direta no solo devido a estrutura do telhado ser de duas águas. A captação é feita através 28 sumidouros distribuídos na cota mais baixa do terreno do empreendimento. 4.2 - Revisão do projeto com o novo dimensionamento. De posse de todos os dados foi iniciada a revisão do projeto com o novo dimensionamento, para isso foram utilizadas as expressões $V_{escoar} = A \cdot H_{Lâmina\ d'água}$ e $A = V / Tx$. Considerou-se a área submetida a uma intensidade de precipitação i (mm/h), sendo A , a área correspondente às superfícies impermeáveis em m² e a vazão em l/min. Utilizamos uma precipitação de 150 mm/h - usada a favor da segurança, pois o recomendado é 143 mm/h - livro de Ruth Borges; A duração das chuvas de 7 minutos - Considerado a favor da segurança, pois o recomendado pela ABNT, obtido do trabalho "Chuvas Intensas no Brasil" de Otto Pfafstetter, é de duração igual a 5 min, conf. pagina 376, tab 5.1, do Manual de Instalações Prediais de Ruth Borges; Período de retorno (T): 25 anos - "para coberturas e áreas onde empoçamento ou extravasamento não possa ser tolerado". Foi utilizada uma taxa de absorção do solo 100,00 litros/m²xdia, conforme ensaio de absorção. Altura da lâmina d'água proveniente de uma chuva, com duração de 7 minutos: 0,0175 m $\{L = (150\text{mm/h} / 60) \times 7\text{min}\} \times 0,001\text{m}$. Os valores acima foram obtidos na tabela 5.1, páginas 376 e 377, do livro "Manual de Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias e de Gás", 4ª edição - Ruth Silveira Borges e Wellington Luiz Borges.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

- CÁLCULO DA ÁREA IMPERMEÁVEL:

- ÁREA DO TERRENO – 81.396,94 m²
- ÁREA PERM. PROJ. ARQUI. – 56,97% - 46.371,83 m²
- ÁREA CONSTRUÍDA DAS RESIDENCIAS – 22.503,68 m²

CÁLCULO DA ÁREA IMPERMEÁVEL = 81.396,94 - 46.371,83 = 35.025,11m²

SISTEMA ESCOAMENTO (ÁREA IMPERMEÁVEL= 35.025,11 m²)

- Volume a escoar em 7 min (V) = 35.025,11 X 0,0175 = 612,94 m³ – 612.940,00 litros
- Volume acumulado em 01 sumidouro = 2,800 m³ - 2.800,00 litros
- Volume acumulado em 28 sumidouro = 28 x 2.800,00 = 78.400,00 litros
- Volume Total Considerado = 612.940,00 – 78.400,00 = 534.540 litros
- Taxa absorção terreno (Tx) = 100,00 l/m².dia
- Área necessária p/ infiltração (A) = V / Tx = 534.540,00/ 100 = 5.345,4 m²
- Área sumidouro Paredes e Fundo (As) = 28,27+7,07 = 35,34m² (H=3,00m Ø 3,00m)

- Quantidade sumidouros necessário (Q) = $5.345,4 / 35,34 = 151,26 - 152$ unidades
- Área para infiltração pendente: (Ap) = $(152) \cdot 35,34 = 5.371,7 \text{ m}^2$

Após a revisão do projeto evidenciamos que a quantidade de sumidouros é inferior ao demandado para suprir as necessidades pluviométrica do empreendimento, pois de acordo com a memória de cálculo esse número é de 152 unidades de infiltração, constatamos então a ineficiência do sistema como um todo. A proposta sugerida para a compensação da área de $5.371,7 \text{ m}^2$ a serem infiltradas no terreno é a utilização de um piso de alta permeabilidade de concreto. O piso de concreto intertravado drenante é feito de concreto poroso, com o auxílio e aditivos e técnicas de fabricação especiais ele chega a infiltrar até 100%. Quando se trabalha com pavimentos drenante conseguimos garantir que a água após passar as camadas de base e sub-base da pavimentação ela chega ao terreno natural e infiltrando naturalmente até o lençol freático, abastecendo os aquíferos. A utilização desse piso é muito versátil por se tratar de concreto se torna resistente até para ser assentados em ruas. A solução proposta foi a utilização desse piso drenante, distribuídos nas ruas onde não existia nenhuma unidade de infiltração ou boca de lobo, com finalidade de diminuir o escoamento para as ruas laterais, fazendo uma distribuição uniforme do escoamento superficial do sistema evitando o colapso. A medida adotada priorizou o custo benefício dos usuários e o custo benefício, esse tipo de piso é de fácil aplicação, ou seja, causando o pouco de transtorno possível uma vez que o empreendimento está completamente ocupado. **CONCLUSÃO:** Na conclusão deste trabalho é possível visualizar o papel fundamental que um sistema de drenagem apresenta para um empreendimento, sem ressaltar a importância do planejamento, que é uma ferramenta de gestão responsável por toda parte de organização de ideias e aplicação de conceitos técnicos. Quando se consegue implementar as ideologias das disciplinas de Saneamento Básico e Hidrologia, pode-se obter êxito nas práticas de medidas sustentáveis e preventivas. Desta forma o trabalho enaltece a extrema importância de um estudo prévio para que um projeto seja bem dimensionado e não apresente problemas futuros, gerando gastos fora do orçamento. Todavia, todo o estudo realizado resultou em bastante aprendizado, promovendo uma visão de gestão mais preventiva e cautelosa, gerando uma metodologia de trabalho que procura enfatizar a junção da tecnologia consciente.

REFERÊNCIAS

BIDONE, F. R. A.; TUCCI, C. E.M. Microdrenagem. In: **Drenagem Urbana**. org. por TUCCI, C. E. M.; PORTO, R. L.; BARROS, M. T. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

BRASIL. Lei nº 1058/2000, de 30 de agosto de 2000. **Lei nº 1058/2000**: Plano Diretor De Parnamirim. Parnamirim, RN, 30 ago. 2000. p. 1-38. Disponível em: <<http://www.secovirn.com.br/legislacao/plano-diretor-de-parnamirim.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BORGES, Ruth Silveira; BORGES, Welligton Luiz. **Manual de instalações prediais hidráulico-sanitárias e de gás**. 4. ed. São Paulo: Pini, 1992. 546 p.

EMPARN PREVÊ AUMENTO DO VOLUME DE CHUVAS EM 2017. 2017. Disponível em: <<https://www.novonoticias.com/cotidiano/emparn-preve-aumento-do-volume-de-chuvas-em-2017>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PORTAL do Governo do RN Logomarca Governo do Estado do RN Governo do Estado do RN Sexta-Feira, 13 de Outubro de 2017 O que você procura? OK MATERIA+ 117 42 Google +33 Emparn prevê redução das chuvas nos próximos dias. 2017. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=142126&ACT;=&PAGE;=&PARM;=&LBL=Materia>>. Acesso em: 12 out. 2017.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMPARN). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/01/em-24-horas-emparn-registra-chuvas-em-108-municipios-do-rn.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PREFEITURA DE PARNAMIRIM -RN (Município). **Lei nº 830/94**: Código de Obras e Urbanismo de Parnamirim. Parnamirim, RN, 29 jul. 1994. p. 1-46. Disponível em: <http://www.parnamirim.rn.gov.br/legislacao.jsp>.

BIDONE, F. R. A.; TUCCI, C. E.M. Microdrenagem. In: **Drenagem Urbana**. org. por TUCCI, C. E. M.; PORTO, R. L.; BARROS, M. T. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

BORGES, Ruth Silveira; BORGES, Welligton Luiz. **Manual de instalações prediais hidráulico-sanitárias e de gás**. 4. ed. São Paulo: Pini, 1992. 546 p.

TELHADOS VERDES: ANÁLISE DA CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE ÁGUA NA CIDADE DE NATAL

AUTORES:

José Carlos de Melo Silva
Rivan Rodrigues da Silva,
Thiago de Souza Louzada
Uliana Maria de Barros

RESUMO: O telhado verde é um tipo de solução arquitetônica que pode ser aplicada em todos os tipos de construções. Além de ter uma beleza estética, possui vários benefícios, entre eles, cita-se a capacidade de retenção de água da chuva, que em grandes centros urbanos muito impermeabilizados contribui com a redução e atraso da água enviada ao sistema de drenagem, reduzindo dessa forma riscos de enchentes e grandes alagamentos. Esse trabalho tem como objetivo avaliar a capacidade de retenção de água da chuva de um módulo de telhado verde durante um período de um ano. No módulo foram utilizadas três espécies de vegetação sobre um substrato de seis centímetros de espessura.

Palavras - chave: Telhados verdes. Retenção da água. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO: Preservar os recursos naturais é de extrema relevância para a conservação dos seres humanos, pois somente com essas precauções, poderemos ter a certeza de uma boa qualidade de vida para a geração atual e futura. Porém, o desenvolvimento desordenado das grandes cidades tem acelerado o processo de urbanização ocasionando impactos ambientais e socioeconômicos. O aumento da urbanização aliado a falta de planejamento ambiental na construção de novos loteamentos e periferias acarretam diversos impactos, tais como enchentes; aumento da temperatura, ocorrência de ilhas de calor urbano, aumento do efeito estufa, etc. O crescimento de grandes centros urbanos com edificações, pavimentação de ruas, calçadas e a frequente remoção da cobertura vegetal original do ambiente, ocasiona uma mudança no balanço hídrico destas áreas. Devido a impermeabilização há uma redução na parcela de infiltração da água, promovendo um aumento no escoamento superficial. Segundo Silveira (2002), isso acarreta em maior volume de água para drenagem, favorecendo o acúmulo em pontos de saturação provocando inundações. Diante deste cenário uma das soluções para minimizar estes efeitos é a implantação dos telhados verdes. Os telhados verdes vêm sendo empregados em várias partes do mundo com finalidades estéticas de valorização do espaço urbano, para melhoria do conforto ambiental e como medida mitigatória na drenagem urbana. Segundo Pinto (2014) uma cobertura verde é uma cobertura parcial ou completamente tapada por plantas e terra vegetal, sobreposta por um sistema de impermeabilização e drenagem adequadas. São igualmente denominadas por telhados verdes, coberturas ecológicas e telhados vivos. Podem-se dividir os telhados verdes em dois tipos, quanto a altura da camada de substrato e manutenção necessária: extensiva e intensiva. Em edifícios residenciais o mais comum é adotar coberturas extensivas (Figura 2) que possuem uma camada de substrato de no máximo 20 cm, acrescentando pouco peso a estrutura, logo sua vegetação deve ser de pequeno porte, porém de muita resistência a condições climatológicas adversas, como geadas ou altas temperaturas e períodos de estiagem, já que água retida no substrato deve ser suficiente para sua sustentação

hídrica. Os telhados intensivos tem camada de substrato maior que 20 cm, acarretando em um maior peso para estrutura, sua vegetação é de grande porte como arbustos ou até mesmo árvores. De acordo com Tassi *et al.* (2014) os sistemas extensivos apresentam bom comportamento diante da redução de escoamento da água. Este trabalho tem como objetivo analisar e quantificar a capacidade de retenção de água de um módulo de telhado verde extensivo na cidade de Natal. **METODOLOGIA:** Para elaboração desta pesquisa foi desenvolvido um módulo com dimensões de 1,48 m x 0,90 m, com inclinação de 2%, que simulará um telhado verde e será exposto as ações naturais durante 12 meses. Toda água escoada do módulo será direcionada através de tubulação para um reservatório, a partir daí será possível quantificar o volume escoado e o volume retido pela cobertura verde. Todos os eventos de chuva serão medidos através de dois pluviômetros posicionados sobre o módulo que é dividido em três partes, cada uma com um tipo de vegetação. A composição e espessura do substrato, camada drenante e impermeabilização são o mesmo. Louzada *et al.* (2016) desenvolveu um trabalho na cidade de Natal/RN com o mesmo objetivo, porém utilizando um simulador de chuva. O presente trabalho visa estudar a capacidade de retenção gerada pelas chuvas reais durante o período de um ano. O módulo foi montado no laboratório de solos do Centro Universitário FACEX (UNIFACEX) no campus Capim Macio, na cidade de Natal, região nordeste do Brasil. **Descrição do módulo:** O módulo foi confeccionado em madeira de pinus. A base com dimensões de 1,48m x 0,90m foi fixada sobre quatro pés com aproximadamente 1m de altura. Foi colocado um beiral de 0,10 m de altura em todo o perímetro da base. O módulo possui uma inclinação de 2% para simular um telhado plano com um mínimo de inclinação para possibilitar a drenagem. A base foi revestida na sua parte superior com uma lona plástica, com função impermeabilizante. Sobre a lona plástica foi aplicado geocomposto drenante, que é um material geossintético formado pela combinação da geomanta e o geotêxtil. Acima do geocomposto foi aplicada uma camada de 6 cm de substrato e a vegetação. Para cada parte da base foi plantado um tipo diferente de vegetação, na parte 1 foi plantada a *Callisia repens* (mais conhecida como Tostão ou Dinheiro-em-penca), na parte 2 foram plantadas as suculentas e na parte 3 foi plantada a grama esmeralda. Na parte inferior, onde se dá a caída do módulo foi utilizada uma faixa de 10 cm de largura de argila expandida com a finalidade de melhorar a drenagem que é obtida através de uma válvula de 4 cm de diâmetro. **Vegetação utilizada:** Abaixo são apresentadas características de cada uma das três espécies utilizadas no módulo. *Callisia repens*: Mais conhecida como “tostão” ou “dinheiro-em-penca”, não é endêmica do Brasil, ocorrem em diversas regiões (Nordeste, Sudeste e Sul), maiores ocorrências na Caatinga e Mata Atlântica. Muito ramificada, bastante utilizada como forração, devem ser mantidas em lugares bem iluminados, porém a meia sombra. Irrigação periódica, pois seu solo deve ser mantido úmido, entretanto não pode ser encharcado, não resiste bem a baixas temperaturas, a sua forma de vida é erva perene e seu porte rasteira. *Sedum*: Conhecidas como suculentas são originárias da Europa. São plantas de pleno sol, cultivadas em solo com bom teor de matéria orgânica, porém com maior quantidade de areia, bem arejado e bem drenado. *Zoysia japônica*: A grama esmeralda (*Zoysia japônica*), pertence à família Poaceae, de um grupo de plantas nobres, com as folhas finas e macias, com resistência ao pisoteio e pouco resistente a períodos de estiagem. **Drenagem:** Foi utilizado um geocomposto que de acordo com Maccaferri (2008) apud LOUZADA (2016) é um material leve e flexível, com núcleo drenante formado por uma geomanta tridimensional, fabricada com filamentos de propileno e

termosoldada a um geotêxtil não-tecido de poliéster em todos os pontos de contato. Por apresentar um elevado índice de vazios apresenta uma boa capacidade de dreno, além de ser muito resistente, todas essas características o torna o material mais recomendado para a camada drenante e protetora do telhado verde.

Substrato: Foi utilizado substrato industrializado que normalmente é utilizado em jardins e canteiros, composto por casca de *Pinus* moída e turfa, produzido pela All Garden, junto ao substrato foi misturado fibra de coco produzida pela NOVOSOLO, numa proporção de 25 kg de substrato para 4 litros de fibra de coco.

REVISÃO DA LITERATURA: Santos et al. (2013) desenvolveram seu trabalho em Recife/PE, utilizando uma das edificações térreas preexistentes da estação experimental do Instituto Agrônomo de Pernambuco, que possui três ambientes semelhantes de aproximadamente 4m² cada, dos quais dois foram utilizados para telhado verde, dois tipos de vegetação cacto e grama foram implantadas um em cada ambiente. A precipitação de água foi proveniente de um simulador de chuva, confeccionado por eles mesmos. Os resultados obtidos no que se refere a retenção de água foram os seguintes: quando a intensidade da precipitação foi de 42 mm/h, a retenção do telhado com grama foi de 33,6%, e do telhado com cacto foi de 32,1%, já quando a intensidade foi 79 mm/h a retenção do telhado com grama foi de 15,5%, e do telhado com cacto foi de 14,2%.

Louzada et al. (2016) desenvolveram seu trabalho em Natal/RN, utilizando vários módulos confeccionados em madeira de pinus, com aproximadamente 1,43m², a vegetação utilizada foi *Zoysia* japônica, é um tipo de grama mais conhecida como Grama Esmeralda, a precipitação de água foi proveniente de um simulador de chuva, confeccionado por eles mesmos. Os resultados obtidos para o módulo que mais se aproxima do que foi desenvolvido neste trabalho foram os seguintes: quando a intensidade de precipitação foi de 43,80 mm/h, durante 20 minutos a capacidade de retenção foi de 47,1%, quando a intensidade de precipitação foi de 54,80 mm/h, durante 30 minutos a capacidade de retenção foi de 48,4%.

Tassi et al. (2014) desenvolveram seu trabalho em Santa Maria/RS, utilizando uma estrutura de telhado com aproximadamente 12 m², que foi dividida em duas regiões, metade da área foi de telhado verde e a outra metade de telhado convencional em telha de fibrocimento, as vegetações utilizadas foram *Plectranthus barbatus*, *Chlorophytum comosum*, *Asparagus densiflorus* e *Echeveria*. A precipitação da água foi proveniente da ação natural da chuva, para isso, durante 17 meses foi realizado o monitoramento do telhado. Foram registrados um total de 43 eventos chuvosos, obtendo um resultado de 62% do volume da água retido no telhado verde e apenas 13% retido no telhado convencional.

Lino et al. (2008) desenvolveram seu trabalho em Porto Alegre/RS, utilizando um telhado verde composto por módulos de terraço e telhado com e sem cobertura vegetal. A precipitação da água foi proveniente da ação natural da chuva, para isso, durante 5 meses foi realizado o monitoramento do telhado. Foram registrados um total de 8 eventos chuvosos, os resultados obtidos foram: o terraço com cobertura vegetal, quando comparado ao sem cobertura verde, reduziu em 100% o escoamento superficial após 3 horas do início da chuva e após 12 horas do início do evento, continuou retendo 63% do escoamento superficial.

RESULTADOS: O módulo encontra-se em pleno desenvolvimento, portanto, ainda não foram obtidos resultados.

CONCLUSÃO: No momento o módulo onde será implantado o telhado verde está sendo montado, aguarda-se portando o final de sua confecção para dar início fase de coleta e análise de dados, a previsão é que ao final do mês de outubro o módulo já esteja montado e pronto para utilização. Os telhados verdes apresentam-se como um método capaz de amenizar os impactos ambientais

gerados pela urbanização, portanto ao final do desenvolvimento deste projeto espera-se que ele sirva de embasamento prático e teórico com enfoque na capacidade de retenção de água, para elaboração de novos projetos de telhados verdes na cidade de Natal/RN.

REFERÊNCIAS

LINO, Daiane Marques et al. **Análise quali-quantitativa do escoamento superficial urbano através do uso de coberturas verdes**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/45000/Poster_6956.pdf?sequence=2>. Acesso em: 15 out. 2017.

LOUZADA, Thiago de Souza. **Emprego de geossintético na construção de telhados verdes: análise da capacidade de retenção de água**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

PINTO, Catarina Isabel da Rocha Correia. **Introdução às coberturas ajardinadas**. 2014. 62 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2014.

SANTOS, Pedro Tyaquiã da Silva Santos et al. Telhado verde: desempenho do sistema construtivo na redução do escoamento superficial. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 161-174, jan./mar. 2013.

SILVEIRA, A. L. L. Apostila: **Drenagem Urbana**: aspectos de gestão. Curso preparado por: Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CNPq), 2002.

TASSI, Rutinéia et al. Telhado verde: uma alternativa sustentável para a gestão das águas pluviais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p 139-154, jan./mar., 2014.

CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) PARA A UTILIZAÇÃO NA CAMADA DE BASE

AUTORES:

Ana Amália Fernandes Freire,
Duilio Assunção Marçal de Araújo
Maria Juciara Oliveira de Araújo,

RESUMO: Devido ao grande crescimento das cidades brasileiras a construção civil tem gerado grandes quantidades de resíduos de construção e demolição (RCD), esta representa cerca de 50% de todo o resíduo sólido gerado pelas construções. O intuito deste trabalho é caracterizar o RCD fornecido na região da grande Natal, para isto foram realizadas análise físicas do material visando a viabilidade da sua implementação na camada da base asfáltica e a diminuição deste resíduo no meio ambiente gerado pela sua reciclagem.

Palavras - chave: Resíduos de Construção e Demolição. Caracterização. Reciclagem.

INTRODUÇÃO: Os resíduos gerados na construção civil e demolição (RCD) são um problema ambiental, pois representam mais de 50% dos resíduos sólidos urbanos. Parte desses resíduos tem uma disposição final inadequada, ocasionando sérios impactos ambientais. Além do impacto ambiental, caso esse material seja disposto em aterros pode reduzir drasticamente a vida útil dos mesmos (SANTOS, 2007). Sabendo disto e tendo a consciência de que a engenharia deve andar lado a lado com a sustentabilidade, foram elaborados estudos técnicos que caracterizaram fisicamente o RCD com o intuito de analisar sua viabilidade de reutilização como agregados destes resíduos na camada de base de pavimentos asfálticos. **REVISÃO DA LITERATURA:** A construção civil é um dos setores que mais cresce no mundo, sendo reconhecida como uma importante atividade para o desenvolvimento econômico e social (HALMEMAN *et al*, 2009). Como contrapartida é um dos setores que mais gera problemas ambientais devido à grande extração de materiais naturais para fabricação de concreto e argamassas, por exemplo. Em 2005 foi estimada a geração de 68,5 milhões de toneladas pela indústria da construção do total de resíduos industriais produzidos (ANGULO, 2005). Segundo Lima e Cabral (2013), a questão ambiental na atividade da construção civil ganhou relevância nos últimos anos, assim como a preocupação com a escassez de recursos naturais, os impactos causados ao meio ambiente, e a geração e deposição inadequadas de resíduos. Eles causam efeitos irreversíveis ao meio ambiente e têm levado a um novo conceito de construção sustentável, baseado na prevenção e redução de resíduos sólidos com a utilização de tecnologias limpas e materiais recicláveis e reutilizáveis (VAZQUEZ, 2001). De acordo com Carneiro *et al.* (2001), uma das etapas imprescindíveis para estudos de alternativas que visem a reciclagem é a sua caracterização. As características físicas do material influenciam na qualidade e na reutilização dos resíduos de construção e demolição (RCD). A reciclagem é uma alternativa para reduzir o emprego dos recursos naturais como matéria-prima na construção civil, além de uma possibilidade de redução nos custos de construção e do volume final dos resíduos a serem dispostos (LIMA E CABRAL, 2013). **METODOLOGIA:** O resíduo utilizado foi RCD “cascalho” fornecido pela empresa ECOBRIT, a primeira usina de reciclagem de resíduos da construção civil do Rio

Grande do Norte, que fica instalada no município de São Gonçalo do Amarante/RN. Os produtos são elaborados com alta qualidade, obtidos diretamente da britagem de resíduos da construção civil e demolição, estando de acordo com a NBR 15116/04, que define os requisitos dos agregados reciclados para utilização em pavimentos e preparo de concreto sem função estrutural. Foi realizada uma coleta de amostras para a os ensaios de caracterização do RCD, os ensaios foram: ensaio de peneiramento para obtenção da curva granulométrica, massa específica, umidade e limites de Atterberg (limite de liquidez e plasticidade). **Granulometria:** A caracterização granulométrica do agregado foi feita de acordo com o procedimento indicado na Norma DNER–ME 083/98. O ensaio de granulometria é utilizado para determinar a distribuição granulométrica do agregado (RCD), ou seja, o percentual em peso que cada faixa especificada de tamanho de grãos representa na massa seca total utilizada para o ensaio. O principal objetivo do ensaio de granulometria é obter a curva granulométrica dos agregados (RCD). **Massa Específica Real:** A massa específica real do RCD foi determinada de acordo com a norma vigente da NBR NM 53 (ABNT, 2002). De acordo com os parâmetros estabelecidos na mesma, foi possível determinar a massa específica real, a massa específica aparente e a absorção do material. O ensaio precede a eliminação de todo o material passante pela peneira de 4,75 mm por via seca, logo após o material foi lavado completamente para remover o pó ou outro material da superfície e seco em estufa a temperatura de 105 °C. Posteriormente, foi definida a quantidade de material a ser utilizado e submergido em água a temperatura de 25 °C durante 24 horas. Finalizada a etapa anterior, o material foi retirado da água e seco superficialmente para se determinar a massa do agregado saturado com superfície seca. Feito isso, a amostra foi submergida para se determinar sua massa hidrostática. **Umidade:** Este ensaio foi desenvolvido de acordo com a norma do DNIT, antigo DNER de número DNER-ME 213/94 onde prescreve a umidade sendo ela caracterizada pela relação entre a massa de água e a massa das partículas sólidas seca, expressa em porcentagem. Para esta determinação utilizou-se de uma amostra do material em condições ambiente e de uma estufa. O material foi pesado em uma cápsula e colocado em estufa durante 24 horas a temperatura de 105 °C. Após este período, a amostra foi retirada de estufa e pesada. A diferença entre a massa antes e após a estufa é a quantidade em massa de água presente no material. **Limite de Plasticidade e Limite de Liquidez:** Na mecânica dos solos torna-se essencial as determinações dos limites de Atterberg ou limites de consistência para classificação dos solos através de sistemas como SUCS (Sistema Unificado de Classificação de Solos) e HRB (*Highway Research Board*). Esses limites classificam-se como Limite de Liquidez, Limite de Plasticidade e Limite de Contração. Neste artigo, serão abordados os Limites de Liquidez e Limite de Plasticidade. A realização do ensaio de Limite de Liquidez obedeceu aos requisitos apresentados na norma DNER-ME 122/94 – Solos (Determinação do limite de liquidez – método de referência e método expedito. Consiste em moldar uma amostra de solo com certa quantidade de umidade na cuba do aparelho de Casagrande e aplicar golpes até que as bordas inferiores se unam na extensão de 10 mm. A quantidade de golpes irá ter variações mediante a perda ou acréscimo de umidade no solo, logo, realiza-se vários pontos e plota-se em um gráfico com a umidade no eixo das ordenadas e a quantidade de golpes no eixo das abcissas sendo este último eixo em escala logarítmica. Em seguida, traça-se uma reta entre os pontos plotados. O valor para o limite de liquidez será a umidade com aproximação para o número inteiro mais próximo referente a 25 golpes. Quanto ao Limite de Plasticidade, este ensaio determina a umidade abaixo

da qual o solo passa do estado plástico para o estado semissólido. Para a realização deste ensaio foi adotado a norma técnica DNER-ME 082/94 – Solos – Determinação do Limite de Plasticidade, onde para sua realização foi obedecido os pré-requisitos mostrados na referência. A amostra a ser ensaiada foi separada de acordo com a norma DNERME 041/94 (Solos – Preparação de amostras para ensaios de caracterização). Do material passante na peneira de malha 2,00 mm, foi coletada uma amostra e passada na peneira de malha igual a 0,425 mm. Do material passante na peneira nº 40, foi coletado cerca de 100 g para realizar o ensaio de limite de plasticidade. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** De acordo com as referências citadas, foram realizadas misturas de solo e RCD em percentuais de 30% e 70%, além da caracterização individual de cada material em estudo. **Caracterização do RCD:** Após a realização do peneiramento da amostra, foi possível traçar a curva granulométrica apresentada pelo material. O ensaio de massa específica também foi realizado no material. Após realizar análise da curva granulométrica do material, foi possível identificar que o RCD se trata de um agregado graúdo com maior fração variando entre 19 mm e 9,5 mm, apresentando densidade real de 2,47 g/cm³ e valor de umidade em estado natural igual a 0%. Quanto a absorção do material, foi identificado que o mesmo apresenta valor inferior à 10%. **Caracterização do Solo Arenoso:** O material escolhido para ser combinado com o RCD é um solo arenoso de coloração avermelhada de pouca plasticidade. O mesmo é de origem da cidade do Natal-RN e foi caracterizado quanto a sua granulometria, Limites de Atterberg e compactação. De acordo com o exposto, o solo apresenta valor de 83,4% de areia e 16,7% de silte e argila, sendo esta última apresentando-se em percentual de 9,1%. Dos limites de Liquidez e Plasticidade, o material em estudo apresentou-se com 15% de umidade para o limite de liquidez e não plástico para o limite de plasticidade. Quanto ao peso específico do material, o mesmo apresentou valor de 18,6 KN/m³ para energia normal e umidade de 9,7%, para a energia intermediária o material apresentou peso específico de 18,8 KN/m³ e umidade de 9,7%, já em proctor modificado, o solo em estudo apresentou peso específico de 19,7 KN/m³ e umidade ótima de 8,6%. **Caracterização do Solo Argiloso:** O solo argiloso escolhido para a combinação foi recolhido na cidade de Parnamirim-RN próximo à avenida Maria Lacerda. O material é de formação barreira onde contém em sua formação mineralógica óxido de ferro. Que novamente foi caracterizado quanto a granulometria e Limites de Atterberg. Os dados demonstraram que o material argiloso em estudo apresentou Limite de Liquidez de 28% e Limite de Plasticidade de 22%, logo apresentou Índice de Plasticidade de 6%. Quanto sua granulometria, o material apresenta-se com valor de 35,5% de silte e argila, sendo o último com percentual de 26,9%. **CONCLUSÃO:** Ao analisar os resultados obtidos nos ensaios realizados em laboratório, permitiu-se a seguinte conclusão. A verificação da curva granulométrica do RCD mostra uma grande parcela de material com granulometria aberta, por sua vez, apresenta-se quando há uniformidade no tamanho dos grãos ou deficiência significativa de uma faixa de diâmetro de grãos menores que 0,075 mm. Essas características impedem que os grãos se encaixem adequadamente entre si, proporcionando, assim, um material mal graduado, dessa forma impossibilitando seu uso na camada de base, pois segundo a NBR 11804, que indica a necessidade de a curva granulométrica ser contínua e se enquadrar nas faixas granulométricas nela especificadas. Os limites de Liquidez e Plasticidade do RCD atendem ao prescrito na NBR 11804 que estabelece, para a execução de base e sub-base de pavimentos, valores máximos admissíveis para o limite de liquidez (< 25%) e o índice de plasticidade (< 6%),

buscando evitar a perda de suporte ou a expansão excessiva da camada do pavimento. Esses comportamentos são causados, geralmente, pelo aumento de umidade ou pela infiltração de água, após o término da construção do pavimento. Ao final da análise constou-se que não é possível a utilização do RCD na camada de base, pois o mesmo foi reprovado em um dos quesitos analisados, sendo este a granulometria.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15116**: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural - requisitos. Rio de Janeiro: ABNT: 2004.

_____. **NBR NM 53**: Agregado graúdo - Determinação de massa específica, massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro: Abnt, 2002. 8 p.

_____. **NBR 11804**: Materiais para sub-base ou base de pavimentos estabilizados granulometricamente: especificação. Rio de Janeiro: ABNT: 1991.

_____. **DNER-ME 82/94**: Solos-determinação do limite de plasticidade. Rio de Janeiro, 1994.

ANGULO, S.C. (2005). **Caracterização de agregados de resíduos de construção e demolição reciclados e a influência de suas características no comportamento mecânico dos concretos**. 2005. 149 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, A.P.; BRUM, I.A.S.; CASSA, J.C.S. (org.). (2001). **Reciclagem de entulho para a produção de materiais de construção: projeto entulho bom**. Salvador: EDUFBA – Caixa Econômica Federal, 312 p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **DNER-ME 083/98**: Agregados – análise granulométrica. Rio de Janeiro, 1998.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **DNER-ME 122/94**: Solos-determinação do limite de liquidez – método de referência e método expedito. Rio de Janeiro, 1994.

HALMEMAN, M.C.R.; SOUZA, P.C; CASARIN, A.N. Caracterização dos resíduos de construção e demolição na unidade de recebimento de resíduos sólidos no município de Campo Mourão – PR. **Revista Tecnológica**, Edição esp. ENTECA 2009, p. 203-209.

LIMA, A. S.; Cabral, A. E. B. Caracterização e classificação dos resíduos de construção civil da cidade de Fortaleza (CE). **Revista Eng. Sanit. Ambient.** v.18 n.2, abr./jun. 2013 , p. 169-176.

SANTOS, E. C. G. **Aplicação de resíduos de construção e demolição reciclados (RCD-R) em estruturas de solo reforçado**. São Carlos, SP, 2007. 168 f.
Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos. Orientador: prof. Dr. Orenco Monje Vilar.

VAZQUEZ, E. Aplicación de nuevos materiales reciclados en la construcción civil. In: Seminário de Desenvolvimento Sustentável e a Reciclagem na Construção Civil, 4 **Anais...** São Paulo: IBRACON, 2001.

ESTUDO DE CASO: CONFLITO DE MOVIMENTOS ENTRE PEDESTRES E VEÍCULOS EM CRUZAMENTO SEMAFORIZADO, PRÓXIMO A PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO EM NATAL/RN

AUTORES:

Andréia de Oliveira Lima Apolinario

Duilio Assunção Marçal de Araujo

Newton de Souza Pereira Filho

RESUMO: A mobilidade eficiente visa a integração entre os mais diferentes modais e a priorização do pedestre dentro dos sistemas de transporte, ao passo que o transporte ativo, assim chamado o deslocamento do pedestre, é um dos meios mais eficientes de deslocamento, considerando aspectos sociais e ambientais. O crescimento urbano desordenado resultou em desequilíbrio nos sistemas de transporte, onde por muito tempo o veículo individual foi tratado de forma prioritária, ficando o transporte público em segundo plano e o pedestre negligenciado pelas políticas de transporte. Este trabalho consiste em um estudo de caso entre o conflito de circulação de veículos e pedestres em um dos principais cruzamentos da cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, Brasil, tratando-se das Avenidas Bernardo Vieira e Avenida Romualdo Galvão, e ao final propondo medidas resolutivas para a problemática identificada, com base no preconizado pelo manual brasileiro de sinalização.

Palavras - chave: Mobilidade eficiente. Transporte ativo. Conflito de circulação.

INTRODUÇÃO: A rede de transporte e uma mobilidade eficiente, constituem importante fator para o desenvolvimento de qualquer cidade. Um sistema de circulação sustentável promove um sistema de transporte eficiente permitindo o fluxo de pessoas e mercadorias favorecendo a integração entre os espaços das cidades (ALMEIDA et al., 2008). Para tal a organização espacial das cidades influi diretamente nas formas de deslocamento. As cidades brasileiras sofreram grande crescimento no século XX, contudo este crescimento se deu de forma desordenada, e o planejamento urbano não acompanhou a contento a expansão desses centros urbanos, resultando em uma infraestrutura ineficiente na maioria das cidades (SCHMITT et al., 2013). A urbanização aumentou significativamente a circulação de pedestres e veículos automotores públicos e privados, no intuito de atender as demandas de deslocamento (ALMEIDA, et al 2008). Contudo, deve-se destacar que a sustentabilidade do transporte e a qualidade ambiental nos centros urbanos, se voltam para o pedestre e para o transporte coletivo, em detrimento do transporte particular (MAGALHÃES et al, 2014). A integração do pedestre ao transporte público eficiente, aliado a medidas de restrição do uso de automóveis, segundo Monhein (2001) tem trazido grandes impactos positivos nas cidades que tem adotado esse modelo. Assim sendo, as políticas públicas de mobilidade têm se voltado a priorização do sistema de transporte público e da garantia da eficiente mobilidade do pedestre, tornando este o centro das políticas de planejamento urbano, evidenciando o pedestre como o principal ator do sistema de transportes. Magalhães et al. (2014) classifica a locomoção ativa, a pé, em seis dimensões, este trabalho focará no *andar como meio de transporte*. Para o autor “o modo a pé é o único modo capaz de começar e terminar, sozinho, um deslocamento, (...) andar é o

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

meio de transporte mais importante, sendo os demais modos extensores e complementares do andar, maximizando-o”. Compreendendo isso esse trabalho tratará de estudo de caso em um cruzamento, situado na zona leste da cidade do Natal, com alto fluxo de pedestres provenientes, em razão de um dos maiores polos geradores de tráfego da cidade. **CASO INVESTIGADO:** Conforme o Plano Diretor Municipal (lei complementar nº 082, de 21 de junho de 2007), o cruzamento das Avenidas Bernardo Vieira e Romualdo Galvão, situa-se na zona administrativa leste da cidade do Natal, e são enquadradas como *Arterial I* e *Coletora II*, respectivamente, segundo a lei complementar nº 055 de 27 de janeiro de 2004 (Código de obras e edificações do município de Natal). O cruzamento trata-se de um dos mais movimentados da cidade, com alto fluxo de veículo com uma média diária de 21.000 veículos transitando pela Av. Bernardo Vieira e 17.000 veículos transitando pela Av. Romualdo Galvão, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU. A avenida Bernardo Vieira, conforme dados do Plano Municipal de Mobilidade – PlaMob/STTU, pertence ao eixo do transporte público de Natal, com carregamento médio de 200 ônibus por hora, e uma taxa de ocupação veicular variável de 60 a 80%, chegando a 100% em alguns trechos no horário de pico. Em termos estruturais a via é dotada de corredor exclusivo para o transporte público, tendo os pontos de embarque/desembarque situados nos canteiros centrais. Caracteriza-se também como uma das principais vias de ligação Norte/Sul. A avenida Romualdo Galvão, é destinada prioritariamente para a circulação de veículos particulares, possuindo somente uma linha de transporte intermunicipal, tem como função principal ligar as zonas leste a sul, servindo de via alternativa às Avenidas Prudente de Moraes e Avenida Senador Salgado Filho, as duas principais ligações com a região metropolitana sul. Segundo dados do Plano de Mobilidade a taxa de ocupação veicular variável de 40 a 60%. O cruzamento da via, possui controle parcial por meio de semáforo, faixas de travessia de pedestres transversais nas quatro aproximações das vias, canteiros centrais, sinalização vertical e horizontal, além de sinais de pedestres. Destaca-se que ambas as vias possuem uso misto com comércio, serviço e residências, mas com predominância comercial, todavia, no perímetro estudado, no cruzamento das vias, o uso exclusivo se dá por comércio e serviços. Ressalta-se ainda que na esquina do referido cruzamento encontra-se o maior *Shopping Center* da cidade, o Midway Mall, com um público médio diário de aproximadamente 70.000 pessoas conforme informações do próprio empreendimento, os demais confrontantes tratam-se da Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, um posto de combustível e uma farmácia, todos geradores de tráfego. Diante disto torna-se evidente, que se trata de um cruzamento com intenso movimento de veículos e pedestres, onde segundo dados da STTU transitam em média 250 pedestres por hora. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao observar a área objeto deste estudo, verificou-se um conflito entre pedestres e veículos, assim sendo, com base na metodologia contida no *Volume V – Sinalização Semafórica, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito*, e legislação complementar do CONTRAN e DENATRAN, desenvolveu-se análise quantitativas para verificação de problemas e posterior análise qualitativa para proposição de soluções. Após a constatação prévia do problema, iniciou-se uma coleta de dados para comprovar a visão inicial dos conflitos. O estudo procurou verificar a fluidez de pedestres e dos veículos nas vias, tempos dos sinais luminosos e largura das pistas de rolamento e realizando um estudo dos movimentos. A pesquisa de contagem de travessia de pedestres realizada no cruzamento refere-se ao horário de maior fluxo nos períodos tarde e

noite. A fluidez dos pedestres nas faixas existentes foi medida em dois intervalos, nos períodos de 12h às 13h e das 17h às 18h, pertencentes aos períodos de pico de um dia útil: segunda-feira, tempo estável, sem precipitação pluviométrica, visibilidade boa, com elevado nível de luminosidade solar, presença de iluminação pública satisfatória, e nenhuma ocorrência adversa no local, como acidentes de trânsito, manifestações entre outras. Obteve-se os seguintes resultados: Entre 12h/13h, Travessias: Posto/Farmácia = 490 pedestres; Farmácia/Midway = 800 pedestres; Midway/DNI = 264 pedestres; DNIT/Posto = 198 pedestres. Entre 17h/18h, Travessias: Posto/Farmácia = 538 pedestres; Farmácia/Midway = 918 pedestres; Midway/DNI = 274 pedestres; DNIT/Posto = 300 pedestres. Os movimentos regulamentados dos pedestres se dão conforme a seguir: 1-2 (Posto/DNIT); 3-4 (DNIT/Midway); 5-6 (Midway/farmácia); 7-8 (Farmácia/Posto). Assim, identificou-se que a travessia Farmácia/Midway como sendo a de maior volume de pedestres, acompanhada da travessia Posto/Farmácia, haja vista que neste local existe um ponto de parada de transporte público de passageiros no canteiro central onde apresenta um desembarque intenso de usuários com destino, em sua maioria, ao Midway Mall. Com o alto fluxo de veículo transitando nessa via (>400 veículos/hora) e tendo também intenso fluxo de pedestres (>200 pedestres/hora), há um conflito frequente veículo/pedestre, remetendo-se a necessidade de verificação de intervenção com vista à segurança viária. Atualmente o tempo de ciclo do semáforo neste horário é de 120s, sendo destes 49s de verde veicular para a Av. Bernardo Vieira, 55s de verde veicular para a Av. Romualdo Galvão e 16 segundos de verde geral para os pedestres. No que se refere às dimensões das vias, observou-se que a Av. Romualdo Galvão tem 14,50m de travessia para o pedestre, enquanto que a Av. Bernardo Vieira possui 24,20m de travessia de pedestres na faixa transversal. Vale salientar que na Av. Romualdo Galvão não há refúgio de pedestre no canteiro central que possibilite segurança, enquanto que na Av. Bernardo Vieira o canteiro central possibilita que o pedestre possa fazer sua travessia em duas etapas de forma segura. Após análise dos movimentos constatou-se os pontos de maior conflito entre pedestre e veículo. Com obtenção dos dados acima mencionados e com base na metodologia proposta pelo *Volume V – Sinalização Semafórica, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito*, onde prevê que o volume de pedestre pelo tempo médio de espera, quando superior a, 4.750 pedestres x segundo, por hora, implica na necessidade de tratamento semafórico diferenciado para pedestre, assim sendo obtemos:

$$LI > 4.750 \text{ pedestres} \times \text{segundo, por hora}$$

$$LI = 918 \times 16 = 14.688 \text{ (movimento 5/6)}$$

Constatou-se no cálculo do pior caso, que se trata da travessia Farmácia/Midway, a necessidade de tratamento especial. Destaca-se ainda que considerando a velocidade média de deslocamento dos pedestres em 1,2m/s para adultos e 0,7m/s para idoso, temos que os tempos necessários para a realização dos movimentos são: Movimento = 1-2 e 5-6 (Farmácia/Midway) → Distância em metros = 14,70; Tempo ideal adulto em segundos = 12,25; Tempo ideal idoso em segundos = 21; Tempo disponível = 16. Movimento = 3-4 e 7-8 (Posto/Farmácia) → Distância em metros = 24,20; Tempo ideal adulto em segundos = 20,17; Tempo ideal idoso em segundos = 34,58; Tempo disponível = 16. Movimento = 1-4 → Distância em metros = 38,70; Tempo ideal adulto em segundos = 32,25; Tempo ideal idoso em segundos = 55,28; Tempo disponível = 16. Com base nos dados, observa-se que o tempo

previsto para a travessia do pedestre é insuficiente em todos os casos de movimento, exceto quando considerado um adulto no movimento 1-2 ou 5-6. Demonstrando a necessidade ajuste no tempo semaforico para o pedestre. Se observado que os maiores fluxos ocorrem no trecho 5-6 (Farmácia/Midway) e que mais de 50% desse fluxo é proveniente do movimento 7-8 (Posto/Farmácia), fica evidente que para se deslocar, de forma segura, verde geral para pedestre, do ponto 1 ao ponto 5 (Posto/Midway) o pedestre necessitaria, nas condições atuais da programação semaforica, de 136 segundo para atingir o destino. Contudo, como o tempo de espera do pedestre para travessia 100% segura é insuficiente na maioria dos movimentos, o mesmo não espera seu tempo de verde para transpor as faixas de pedestres transversais existentes e acaba se arriscando, conflitando com os veículos e ficando exposto à ocorrência de acidentes. Ao considerar o proposto por Medeiros (2006), que preconiza o trânsito, por definição, como um espaço físico comum a toda sociedade, "(...) um movimento essencialmente social (...)", fica evidente a necessidade de adoções de medidas que priorizem o pedestre em consonância com as normas e legislações vigentes, tornando-o elemento essencial do tráfego. Assim sendo, o aumento do tempo de travessia, verde geral para pedestre, deve ser ampliado em no mínimo 5 segundos, totalizando 21 segundos, atendendo a distância mínima de travessia de 14,70 m (considerando o deslocamento de um idoso) no movimento 1-2 ou 5-6, ao passo que estes trechos não possuem refúgio em canteiro central, devendo o pedestre cruzar a via inteira em único tempo semaforico para pedestre, diferente dos demais movimentos que possuem refúgio em canteiro central, permitindo a travessia em dois ciclos. Ainda em relação a travessia do posto ao Midway, a mesma é detentora de grande fluxo de pedestre e o tempo de espera está muito superior ao recomendado, ao passo que estudos preliminares, demonstram que o tempo ideal de espera é de 50 segundos e nesse caso para essa travessia segura, chega-se a 136 segundo, a implantação de faixa diagonal apresenta-se como solução viável. Esse modelo de faixa tem como objetivo diminuir o tempo de travessia de pedestre neste cruzamento específico, dando maior conforto ao mesmo, além de diminuir o conflito entre os pedestres e os veículos na via. Essas faixas de diagonais deverão ter o comprimento de 30,50m, com o tempo de sinal para os pedestres de 26 segundos (considerando tempo de adulto), sendo 7s de verde acrescido de 19s de vermelho intermitente. Esta faixa de pedestres em "X" promove facilitação para os pedestres que, no lugar de efetuarem a travessia em duas etapas distintas (uma via por vez) para atingir a esquina oposta, poderão fazê-la em uma única vez. Além da implantação das faixas de travessia de pedestres diagonais, serão necessárias novas placas educativas criadas para informar a permissão da travessia na diagonal, informando que idosos e pessoas com mobilidade reduzida não devem realizar a travessia em diagonal; sinalização semaforica de pedestres melhorada (com contador regressivo de tempo), posicionamento estratégico para dar plena visibilidade aos usuários da via e reprogramação do sincronismo semaforico dos corredores viários (Av. Bernardo Vieira, Av. Romualdo Galvão, Av. Senador Salgado Filho e Av. Prudente de Moraes); correção da acessibilidade para pessoas com deficiência; correção das calçadas com mais de 20cm de altura; retirar as valas alinhadas ao meio-fio para o escoamento de água; remoção placas publicitárias e postes; retirar barras de ferro; otimizar a iluminação da interseção; revitalizar a sinalização horizontal e vertical presentes. **CONCLUSÃO:** Por meio deste estudo pode-se constatar o conflito existente entre pedestres e veículos, e comprovar por meio técnico-científico a necessidade de intervenção no cruzamento das Avenidas Bernardo Vieira e Avenida

Romualdo Galvão, em decorrência do alto volume de pedestres e do insuficiente tempo semafórico para a travessia dos mesmos. Assim sendo, de uma forma geral, apresentou-se proposta de requalificação dos espaços, com implantação de travessia diagonal, em face do maior desejo de travessia se dá entre pontos extremos do cruzamento, assim como evidenciou-se a necessidade de ampliação do tempo semafórico para atender todas as possibilidades de travessia. Ressalta-se também a importância de promover intervenções educativas nas vias propostas, bem como buscar aperfeiçoar e qualificar ações de proteção e priorização de pedestres na região escolhida, contribuindo para uma mobilidade eficiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. G.; RESENDE, L.; FERREIRA, W. R. **Educação para o trânsito:** circulação de pedestres pelas calçadas e faixas de rolamento em frente às escolas. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 26 Jun, p. 38 - 37 Página 38, 2008.

MAGALHÃES, M. T. Q.; RIOS, M. F.; YAMASHITA, Y. Identificação de padrões de posicionamento determinantes do comportamento dos pedestres. **Anais XVIII Congresso de Ensino e Pesquisa em Transportes**, Curitiba, PR, Brasil, 24 a 28 de novembro de 2014.

MEDEIROS, Iara Lima. **A comunicação social como agente para a conscientização de problemáticas urbanas.** O caso dos quadrinhos e a educação de trânsito na região metropolitana do Recife. Recife: Faculdade Frassinetti do Recife, 2006

MONHEIN, R. **The role of pedestrian precincts in the evolution of german city centres from shopping to urban entertainment centres.** Australia: Walking the 21st Century, p.43-52, 2001.

NATAL. **Lei complementar Nº 055, de 27 de janeiro de 2004.** Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Natal e dá outras providências.

_____. **Lei complementar nº 082, de 21 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências.

SCHMITT, A.; ROSENFELDT, Y. A. Z.; OLIVEIRA, M. O.; ROSOLEM, G. P. N.; LOCH, C. **Proposta de mobilidade coletiva para a Região Metropolitana de Florianópolis pensada a partir de imagens do Satélite GeoEye e banco de dados de software SIG.** Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE NATAL (STTU).
Disponível em: < <http://www.natal.rn.gov.br/sttu/> > Acesso em: 05 out. 2017.

COMPORTAMENTO MECÂNICOS DE CONCRETOS PRODUZIDOS COM BORRACHA DE PNEUS E FIBRA DE AÇO

AUTORES:

Ana Caroline Costa Silva

Aryele Lima da Cunha

Zodínio Laurisa M. Sampaio

RESUMO: Devido ao grande consumo de energia envolvido na indústria da construção civil e o aumento gradativo do consumo do concreto no mundo, transformou o concreto na escolha ideal para promover uma destinação sustentável aos materiais, que outrora eram descartados no meio ambiente. O Resíduo de Borracha de Pneu (RBP) oriundo da trituração dos pneus usados tornou-se um problema ambiental, devido ao aumento mundial da frota de veículos. O uso de RBP no concreto reduz o impacto ambiental, além de melhorar as propriedades do concreto, tais como isolamento, amortecimento de vibrações entre outros. A fibra de aço (FA) tem se mostrado bastante eficaz no aumento da resistência a tração e flexão dos concretos, visto que promove um reforço na matriz de concreto. O objetivo do trabalho foi analisar o comportamento mecânico dos concretos com RBP e FA em diferentes proporções, mediante ensaios de consistência, resistência à compressão, porosidade, absorção, índice de vazios e massa específica. Os resultados mostram que o RBP e FA em teores de até 3% e 0,6% respectivamente, contribui para a durabilidade do concreto, visto que aumenta a consistência, a resistência à compressão e diminui as propriedades relacionadas à permeabilidade.

Palavras - chave: Concreto. Fibra de aço. Resíduos de borracha de pneus.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos o consumo do concreto tem aumentado de forma significativa ocupando hoje o segundo produto mais consumido do mundo. O aumento da produção mundial desse material também resulta em um aumento do consumo de matérias primas que são usadas na sua fabricação (SAMPAIO, 2014). Devido ao grande consumo de energia envolvido na indústria da construção civil transformou esse material na escolha ideal para promover uma destinação sustentável aos materiais, que outrora eram descartados no meio ambiente. (SAMPAIO, 2014). Da mesma forma que o concreto, houve também um aumento substancial no descarte de resíduos industriais no meio ambiente tais como resíduo de borracha de pneu (RBP), cinza do bagaço de cana de açúcar, cinzas volantes, resíduos de beneficiamento de minérios entre outros. A preocupação ambiental com a escassez de recursos naturais e aumento de descarte inapropriado dos resíduos tem motivado diversos estudos com materiais alternativos na produção do concreto (PELISSER et al., 2011). De acordo com Benazzouk et al. (2007) o mercado da construção é uma das melhores alternativas para consumir materiais reciclados, pois a atividade de construção pode ser realizada em qualquer região o que resulta em redução de custos tais como o transporte desses resíduos. De acordo com o DENATRAN (2015), o Brasil tem uma frota de 87,3 milhões de veículos e nos últimos 10 (dez) anos, o país registrou um crescimento de 119% no número de carros. Normalmente, o resíduo de borracha de pneu (RBP) é descartado nos aterros, no entanto, devido à decomposição difícil deste material e a redução considerável do tempo de vida útil do aterro com esta prática, este tipo de disposição

tem provado ser insustentável. A incorporação de RBP no concreto pode apresentar soluções para o aproveitamento de subprodutos de outros setores, reduzindo assim o impacto ambiental. Alguns pesquisadores vêm procurando uma forma de dar uma destinação sustentável a esses produtos. Nesse âmbito a incorporação de RBP e fibra de aço (FA) no concreto pode apresentar soluções para o aproveitamento de subprodutos de outros setores, reduzindo assim o impacto ambiental. O objetivo geral desse trabalho concentra-se em analisar o comportamento mecânico dos concretos que sofreram a adição de borracha de pneus e fibra de aço de duas diferentes proporções, mediante ensaios de consistência, resistência à compressão, porosidade total e massa específica do concreto. **REVISÃO DA LITERATURA:** O RBP quando adicionado em proporções específicas promove uma melhoria nas propriedades do concreto tais como isolamento, amortecimento de vibrações e resistência a choques e fogo (MARQUES; CORREIA; DE BRITO, 2013)(YUNG; YUNG; HUA, 2013). PELISSER et al., (2011) explicam que o uso de RBP diminui a resistência à compressão do concreto, embora melhore outras propriedades, necessitando assim de uma dosagem adequada. As fibras de aço (FA) tem se mostrado uma alternativa bastante eficaz no aumento da resistência a tração e flexão dos concretos, visto que promovem um reforço na matriz de concreto diminuindo assim a propagação de fissuras. Figueiredo, Ceccato e Torneri (1997) afirmam que as fibras de aço, quando adicionadas ao concreto, dificultam a propagação das fissuras devido o seu elevado módulo de elasticidade. Pela capacidade pós fissuração que o compósito apresenta, as fibras permitem uma redistribuição de esforços no material mesmo quando utilizada em baixos teores. Isto é particularmente interessante em estruturas contínuas como os pavimentos e os revestimentos de túneis. **METODOLOGIA:** Para analisar o comportamento dos concretos que contém RBP e FA foram usadas na produção dos concretos RBP, FA, areia, brita, Cimento Portland CP-II Z 32 RS, aditivo superplastificante MC-PowerFlow 3100 e água. Todos os materiais empregados nessa experiência foram submetidos a ensaios físicos de acordo com as normas prescritas pela ABNT.

Cimento: Os ensaios realizados para comprovar a viabilidade do cimento foram início de pega, expansibilidade, módulo de finura e massa específica real. Os procedimentos estão elucidados nos subitens a seguir.

- Ensaio de início de pega

Foi utilizada a norma NBR NM 65/2003, que define esse tempo como sendo o intervalo transcorrido desde a adição da água ao cimento, até o momento em que a agulha de Vicat penetra na pasta até uma distância de 4 ± 1 mm da placa da base. O resultado é expresso em horas e minutos, com uma aproximação de 5 minutos.

- Ensaio de expansibilidade

O ensaio de acordo com a NBR 11582/2012, consiste em preencher três agulhas de Le Chatelier com uma pasta de cimento. Posteriormente, são colocadas em cura dentro de um recipiente com a água a temperatura de 23 ± 2 °C. A abertura da agulha é medida antes e depois dos 7 dias de cura e o resultado do ensaio é expresso em milímetros, pela diferença das duas medidas.

- Ensaio de modulo finura

Foi baseada na norma NBR 11579/2012 que especifica a determinação do índice de finura do cimento através do material retido na peneira de 75 µm (nº 200 da ABNT) em porcentagem de massa

- Ensaio de massa específica real

É regulamentada pela NBR NM 23/2001. Para tal ensaio coloca-se no frasco de Le Chatelier 250ml de querosene e em seguida deposita-se o frasco em uma vasilha com água para a equalização da temperatura, a seguir, com auxílio de uma espátula e um funil de vidro coloca-se no frasco os 60g de cimento. A massa específica é determinada pela diferença de volume inicial e final do líquido.

- Resistência à compressão

A resistência à compressão do cimento foi determinada aos 28 dias através de uma argamassa padrão com 12 corpos de prova cilíndricos de 5 cm diâmetro por 10cm altura.

Areia, brita e RBP: A areia, brita e RBP empregadas nesse experimento foram previamente secas em estufa a 105 °C por 24h. Para a caracterização desse material foram realizados os ensaios de Massa Específica Real e Massa Unitária, como também de Composição Granulométrica.

- Massa específica real e massa unitária

Na realização do ensaio da massa específica real utilizou-se o Frasco de Chapman. Tal ensaio foi baseado na norma NBR NM 52/2009 e a massa unitária foi realizada com uma caixa de volume conhecido e obedeceu à norma NBR NM 45/2006.

- Composição granulométrica

O ensaio de granulometria possui como finalidade a classificação das partículas do agregado quanto ao tamanho e as frações correspondentes a cada tamanho (NBR NM 248/2003) e foi realizada através de um conjunto de peneiras.

FA: As FA são produzidas atendendo as normas ASTM A 820/02; ASTM C 1116/03; DIN 1045; UNI 11037; EM 14889-1 e ABNT NBR 15530/07. O corte e modelagem são feitos através de estampagem de arames de aço com baixo teor de carbono.

Água: Para a produção do concreto foi usada a água derivada da rede pública de distribuição da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) misturada previamente com o aditivo. Os aditivos são substâncias adicionadas a mistura do concreto visando dois objetivos principais: aumentar as qualidades do concreto e/ou diminuir os seus pontos fracos.

Concreto: Foi empregado o traço 1:2:3 (cimento:areia:brita) em relação a massa do cimento com um fator água/cimento de 0,532 e 1% de aditivo superplastificante MC-PowerFlow 3100 também baseado na massa do cimento. O referido traço foi escolhido por ser de fácil utilização e largamente utilizado na construção civil.

Foram confeccionados 12 corpos de prova cilíndricos (10 cm diâmetro x 20 cm altura) por proporção de mistura (traço), para o concreto padrão e para cada teor de incorporação de RBP (5% e 3%) e FA (0,9%, 0,6% e 0,3%), segundo a NBR 5738/2008. As proporções adotadas foram baseadas em estudos preliminares com RBP e FA. Ao todo 7 traços fabricados de concreto foram produzidas totalizando 84 amostras. De forma detalhada: Padrão = 0%RBP e 0%FA; **T1** = 5% de RBP e 0,9% de FA; **T2** = 5% de RBP e 0,6% de FA; **T3** = 5% de RBP e 0,3% de FA; **T4** = 3% de RBP e 0,9% de FA; **T5** = 3% de RBP e 0,6% de FA; **T6** = 3% de RBP e 0,3% de FA.

As propriedades mecânicas dos concretos resultantes foram avaliadas mediante os ensaios de resistência à compressão, massa específica e porosidade total. No Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

concreto fresco foi apenas realizado o ensaio de Slump test. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** Todos os insumos utilizados na fabricação dos concretos apresentaram resultados satisfatórios dentro dos padrões exigidos pela norma. O RBP possui uma granulometria bem distribuída com partículas compreendidas desde $<0,075\text{mm}$ até $6,3\text{ mm}$. Granulometria finas tendem a contribuir para compacidade do concreto o que resulta em uma melhoria nas propriedades mecânicas. Os resultados do slump test dos concretos demonstraram que a quantidade de RBP e FA influenciou diretamente na consistência dos concretos. Os concretos com teores de RBP de 3% e FA de 0,3-0,6% (T5 e T6) mostraram uma consistência 4x melhor que o concreto padrão (CP). Diversos estudos já vêm relatado que teores de RBP de 1 a 3% melhoram a consistência devido ao formato e granulometria das partículas. No entanto a forma da FA atua de forma contrária, fazendo com que teores maiores 0,6-0,9% provoquem uma diminuição acentuada na consistência. Avaliando os resultados é possível notar que todos os concretos com adição de RBP apresentaram uma menor massa específica quando comparados com o CP. Esse comportamento é explicado pela baixa densidade do RBP igual a $0,95\text{ g/cm}^3$. A adição de agregados leves no concreto aumenta o volume total do material e pelo fato desses agregados possuírem uma massa específica menor que os agregados normais acabam resultando em uma diminuição do peso do concreto. A redução mais significativa foi observada pelo T5, que foi 4% menor que o CP. De forma geral não foram observados grandes variações nessa propriedade. A porosidade total é uma propriedades relacionadas a durabilidade do concreto. Concretos com valores baixos dessas propriedades normalmente são mais duráveis. Com exceção do CP e T5 todos os demais concretos mostraram uma pequena redução nessas propriedades. Para os demais não observou se variações significativas. A diminuição pode ter sido resultado do efeito filler visto que a granulometria do RBP é bem variada. Os resultados do ensaio mecânico demonstraram que concretos com teores menores de RBP e maiores de FA (T1 e T4) foram melhores em termos de resistência à compressão tanto aos 7 dias como aos 28 dias. O melhor resultado foi observado aos 28 dias pelo T4 (23,7 Mpa) que apresentou resistência aproximadamente igual ao CP (23,3 MPa). As FA atuam no reforço da matriz pasta de cimento-agregado o que resulta em um aumento da resistência à compressão com o aumento desse material. De forma inversa o aumento dos teores de borracha diminui a resistência visto que o material apresenta uma resistência menor quando comparado com outros agregados comuns. **CONCLUSÃO:** Os resultados obtidos no presente trabalho permitiram concluir o seguinte: Teores FA e RBP acima de 0,6% e 3% respectivamente diminuem a plasticidade do concreto, pois observou se uma queda significativa na consistência do concreto com o aumento da quantidade desses materiais. Todos os concretos com FA e RBP mostraram uma redução de absorção, porosidade e índice de vazios quando comparados com o CP. Tal diminuição pode ter sido provocada pelo preenchimento dos poros com as partículas finas da borracha. O aumento da quantidade de FA aumenta a resistência à compressão. Esse aumento é mais substancial com a diminuição da quantidade de RBP. O melhor resultado foi observado no T4 que atingiu uma resistência aproximadamente igual ao CP. O uso de FA e RBP no concreto contribui para a durabilidade do concreto, visto que melhora a resistência à compressão e diminui as propriedades relacionadas à permeabilidade. A adição de FA e RBP se mostrou uma alternativa eficaz para a sustentabilidade, pois obteve se concretos com resíduos com propriedades mecânicas semelhantes ao CP.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 11579** : Cimento Portland – Determinação da finura por meio da peneira 75 µm (nº 200), (2012).

_____. **NBR 11582**: Cimento Portland – Determinação da expansibilidade de Le Chatelier., (2012).

_____. **NBR 15530**: Concreto – Fibras de aço para concretos, 2007.

_____. **NBR 5738**: Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova., 2008.

_____. **NBR 9778**: Argamassa e concretos endurecidos – Determinação da absorção de água por imersão –Índice de vazios e massa específica, 2005.

_____. **NBR NM 248**: Agregados – Determinação da composição granulométrica., 2003.

_____. **NBR NM 45**: Agregados – Determinação da massa unitária e do volume de vazios, 2006.

_____. **NBR NM 52**: Agregado Miúdo – Determinação da massa específica e massa específica aparente, 2009.

_____. **NBR-NM 23**: Cimento Portland – Determinação da massa específica real., 2001.

_____. **NBR-NM 65**: Cimento Portland – Determinação do tempo de pega. 2003.

BORRACHAS PLANALTOS, **Borracha em pó**. Disponível em: <<http://www.borrachasplanalto.com.br/produtos.php>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DENATRAN. **Fronta de veículos no Brasil** . 2015.

MACCFERRI, **Fibras**. Disponível em: : <<http://www.maccaferri.com/br/produtos/fibras/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MARQUES, A. M.; CORREIA, J. R.; DE BRITO, J. **Post-fire residual mechanical properties of concrete made with recycled rubber aggregate**. Fire Safety Journal, v. 58, p. 49–57, 2013.

PELISSER, F. et al. **Concrete made with recycled tire rubber**: Effect of alkaline activation and silica fume addition. Journal of Cleaner Production, v. 19, n. 6-7, p. 757–763, abr. 2011.

SAMPAIO, Z. **Analysis of the influence of the sugar cane bagasse ashes on mechanical behavior of concrete**. IBRACON Structural and Material Journal, v. 7, 2014.

YUNG, W. H.; YUNG, L. C.; HUA, L. H. **A study of the durability properties of waste tire rubber applied to self-compacting concrete**. Construction and Building Materials, v. 41, p. 665–672, 2013.

AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES REOLÓGICAS DE CONCRETO LEVE AUTOADENSÁVEL PRODUZIDO COM POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) E RESÍDUOS DE BORRACHA DE PNEUS (RBP)

AUTORES:

Alisson da Silva Lima
Aryele Lima da Cunha
Dalliany Galdino Marinho
Fernando Henrique Lucio da Silva
William Farias Livino de Carvalho
Zodínio Laurisa M. Sampaio

RESUMO: Nas últimas décadas a construção civil vem crescendo de forma significativa, causando impactos ambientais devido à geração de grandes volumes de resíduos sólidos e emissão de gases de efeito estufa. Com o intuito de minimizar esse ponto crítico, diversos estudos têm se consolidado na busca de uma destinação plausível para tal. Entre as diversas alternativas sugeridas por pesquisadores, a incorporação desses resíduos no concreto tem se mostrado uma forma eficaz na redução do descarte deste no meio ambiente. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as propriedades do concreto leve autoadensável produzido com poliestireno expandido (EPS) e resíduos de borracha de pneus (RBP). O estudo foi dividido em duas etapas: inicialmente foi realizado a caracterização dos materiais e um estudo estatístico através do planejamento fatorial completo 2^n para determinar a influência dos teores de EPS e de RBP nas propriedades reológicas; na segunda etapa serão escolhidos os traços com as melhores combinações de propriedades para a avaliação das propriedades mecânicas.

Palavras - chave: Sustentabilidade. Resíduos de borracha de pneus. Poliestireno expandido.

INTRODUÇÃO: Na última década, vários pesquisadores têm investigado formas de reutilizar no concreto, diversos resíduos que são comumente descartados no meio ambiente. Resíduos como polimento de porcelanato, cinza do bagaço da cana de açúcar e resíduo de borracha de pneu são exemplos de materiais que são diariamente despejados na natureza sem tratamento adequado, acarretando em graves problemas o ambiente. Com o passar do tempo, o avanço tecnológico permitiu melhorias e expansibilidade das vias rodoviárias, sendo assim, a frota de veículos no mundo cresceu de forma significativa, acarretando no aumento em grande escala da quantidade de RBP. Geralmente o RBP é descartado em aterros sanitários, no entanto, devido a difícil decomposição desse material e a redução considerável da vida útil dos aterros com essa prática, esse tipo de destinação tem se mostrado inviável ecologicamente. Embora seja inviável o uso do RBP como material estrutural visto que reduz consideravelmente a resistência à compressão pesquisadores vem demonstrando grande potencial de utilização em outras áreas, especialmente no amortecimento de vibrações, resistência ao impacto, resistência ao fogo, isolamento térmico em fachadas, entre outros. Contudo, esses esforços não são suficientes para atender a quantidade de RBP produzido a cada ano, o que

reforça a necessidade de estudos mais aprofundados para incrementar a sua aplicação em grande escala. Já o EPS apresenta em sua composição pequenos grânulos de poliestireno expandidos, alcançados através de gases, fazendo com que esses eles aumentem em até 50 vezes o tamanho original. Apresentam uma enorme aplicabilidade, dentre as quais, podemos destacar sua aplicação na construção civil. Nesse quesito, podemos encontrar o EPS em telhas térmicas, lajes, forros e até na estabilização de solos. Os Concretos leves (CL), por sua vez, têm ganhado grande aceitação no mercado construtivo devido às suas inúmeras vantagens face ao concreto convencional que incluem: redução do peso próprio do concreto; aumento de área útil (devido à redução das dimensões das peças estruturais); manuseio e operações de transporte menos dispendiosos; aumento do isolamento térmico e acústico e resistência ao fogo. Na produção de concretos leves, normalmente parte ou todos os agregados são substituídos por agregados leves (argilas expandidas, borracha de pneu, poliestireno expandido, vermiculita expandida e etc.), o que diminui consideravelmente a massa específica do material. Normalmente são considerados concretos leves os concretos com massa específica abaixo de 2000kg/m^3 , já ACI 213R-03 define uma variação de massa específica entre 1400 e 1850 kg/m^3 . A substituição de agregados normais por agregados de baixa massa específica na produção de concretos leves, diminui a resistência à compressão devido à baixa resistência desses agregados. A Diminuição da massa específica do concreto, mantendo a resistência do material em níveis aceitáveis, sem aumentar o consumo de cimento (o que eleva os custos de produção do concreto), representa um verdadeiro desafio na prática. Nesse sentido, o uso de concretos leves sem funções estruturais pode contribuir para a ampla aceitação desses materiais. Diante do exposto o objetivo desse trabalho é analisar as propriedades reológicas e do concreto leve autoadensável produzido com poliestireno expandido (EPS) e resíduos de borracha de pneus (RBP). **METODOLOGIA:** O presente trabalho foi dividido em duas etapas: Inicialmente foi realizado a caracterização dos materiais e um estudo estatístico através do planejamento fatorial completo para determinar a influência dos teores de EPS e de RBP nas propriedades reológicas. Na segunda etapa os traços escolhidos com melhor combinação de propriedades de CLAA no estado fresco serão caracterizadas mediante ensaios mecânicos. Para o desenvolvimento do estudo estatístico, optou-se por usar o planejamento fatorial completo por permitir a seleção de variáveis significativas nas propriedades almejadas, de forma rápida e com pouca quantidade de ensaios. Será utilizado planejamento fatorial completo 2^n , no qual o índice “n” representa o número de variáveis (resíduos) que nesse caso são 2 (2^2). Os níveis das variáveis que serão usadas (teores de RBB e EPS) são: EPS, 20, 40 e 60, respectivamente níveis inferior, intermediário e superior e RBD, 1, 3 e 5, respectivamente níveis inferior, intermediário e superior. A análise da influência dos diversos teores das variáveis RBP e EPS nas propriedades reológicas estão sendo realizadas com o auxílio do software STATISTICA. O tipo de cimento que será utilizado na produção do concreto desta pesquisa é o CP II 40 F, proveniente de um único lote de fabricação. Adotou-se o cimento em questão, por se tratar de um tipo que vem crescendo sua utilização nas obras de construção civil em geral. Para o cimento foram realizados ensaios de finura – NBR 11579 (ABNT, 2012) versão corrigida 2013, tempo de pega – NBR NM 65 (ABNT, 2003), expansibilidade – NBR 11582 (ABNT, 1991), massa específica – NBR NM 23 (ABNT, 2001) e resistência à compressão – NBR 7215 (ABNT, 1996) versão corrigida 1997. O agregado miúdo foi submetido a ensaios de massa específica real – NBR NM 52 (ABNT, 2009), massa unitária NBR NM 45 (ABNT, 2006) e composição granulométrica – NBR NM 248

(ABNT, 2003). No agregado graúdo serão realizados os ensaios de massa específica real – NBR NM 53 (ABNT, 2009) e massa unitária – NBR NM 45. A água utilizada para realização de alguns ensaios e para a confecção do concreto é derivada da rede pública de distribuição da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). **REVISÃO DA LITERATURA:** A maioria dos estudos que se concentram no concreto leve autoadensável (CLAA). A maior quantidade de pesquisa nesta área é devido a fácil segregação que o CL sofre quando é adensado normalmente. Os agregados usados na fabricação do CL, por terem densidades inferiores aos demais componentes, flutuam facilmente com a vibração oriunda do adensamento, ocasionando assim a segregação. Vários pesquisadores têm investigado as propriedades do CLAA, a seguir são citados alguns trabalhos. Güneyisi; Geso\Uglu; Booya realizaram um estudo experimental das propriedades do concreto leve auto adensável fabricados com agregados leves oriundos de cinzas volantes (CV) e sílica ativa (SA). Um total de 9 traços de CLAA foram fabricados com um fator água/cimento (A/C) de 0,35 com um teor de cimento de 550 kg/m³ incluindo o concreto de referência. As propriedades no estado fresco do CLAA foram testadas por espalhamento 500_t, diâmetro de espalhamento, Funil V e caixa L. Também um estudo estatístico foi realizado nos CLAA com e sem adições minerais através de GLM-ANOVA. Os resultados indicaram que o uso de combinação de CV e SA junto diminui as propriedades reológicas com exceção do ensaio da caixa L. O poliestireno expandido (EPS) tem sido usado cada vez mais na construção civil graças a sua baixa densidade e condutividade térmica (ver figura 1). Esses dois fatores proporcionam vantagens bastante significativas tais como: elementos mais leves; redução do peso próprio das estruturas; redução do custo de transporte e montagem e maior conforto térmico. CLs podem ser obtidos pela substituição de parte dos agregados tradicionais por EPS granulado. Utilizando esse material na fabricação do concreto leve é possível reduzir a densidade de 100 – 200 kg/m³. No entanto, o uso do EPS também reduz significativamente a resistência à compressão, fato esse que dificulta a fabricação de CLE com densidades inferiores a 1600kg/m³.

O principal problema associado aos agregados leves porosos é que eles absorvem muita água durante a mistura, fato esse que acaba gerando um aumento significativo de água visando manter a trabalhabilidade em níveis aceitáveis. O aumento adicional de água gera como consequência a necessidade de aumento do teor de cimento sem qualquer aumento de resistência. Nesse caso, agregados leves não absorventes (EPS) podem ser a solução para contornar esse problema [17]. Os efeitos do uso de poliestireno expandido (EPS) em substituição ao agregado na resistência e durabilidade de CLAA foram investigados por Ranjbar et al., [17]. CLAA com diferentes teores de água/cimento e EPS (10, 15, 22,5 e 30%) foram submetidos a dois regimes de cura distintos. As propriedades de durabilidade foram avaliadas através de absorção de água, resistividade elétrica, permeabilidade ao ar e penetração de cloreto. Os resultados mostraram que misturas EPS curadas através do regime de molhagem com sal apresentaram melhor resistência à compressão. CLAA com EPS mostraram uma baixa absorção aos 90 dias e as misturas com densidades superiores a 2.000 kg/m³ mostraram baixo risco de corrosão sendo classificado como de boa qualidade. **ANÁLISES E DISCUSSÕES:** O cimento utilizado na caracterização foi o Cimento Portland CP II 40 F. Seus dados de caracterização foram: Módulo de Finura (%) 9,17; Massa específica real (g/cm³) 3,056, Consistência Normal 0,29; Início de pega 1h43min, Fim de pega 4h15min e Expansibilidade 0,58mm. Os resultados obtidos da areia foram: Módulo de finura 3,11 %; Diâmetro máximo 4,8 mm; Massa específica real 2,62 g/cm³; Massa unitária

1,44 g/m³. A mesma foi previamente lavada em seguida do processo de secagem em estufa a 105 °C por um período médio de 72 horas e posteriormente submetido a ensaios de módulo de finura, diâmetro máximo, massa específica e massa unitária. Os resultados do RBP empregado na pesquisa foram: Módulo de finura 3,60 %; Diâmetro máximo 4,8 mm; Massa específica real 0,95 g/cm³; Massa unitária 0,65 g/m³. O material foi fornecido pela J. M. Pneus Recapados. Após o recebimento por parte da empresa, os mesmos foram peneirados para separação das fibras, com a peneira de malha #1,2 mm, com o intuito de obter partículas uniformes e eliminação de impurezas e tamanhos indesejáveis. A caracterização da brita não foi apresentada por falta de material durante o período de realização dos ensaios até o presente momento. Diante disto, os resultados serão apresentados futuramente.

CONCLUSÃO: Com base na literatura estudada e a metodologia proposta na pesquisa, espera-se que sejam alcançados resultados satisfatórios, para que assim, possa vir a contribuir com o meio social, acadêmico e ambiental. Espera-se que o uso de RBP e EPS exerça uma influência significativa nas propriedades reológicas do CLAA, mas não ao ponto de comprometer a sua aplicação. Espera-se ainda que a influência seja maior com o aumento dos teores de RBP e EPS.

REFERÊNCIAS

- A. J. Puppala, S. Saride, and R. Williammee, Sustainable Reuse of Limestone Quarry Fines and RAP in Pavement Base/Subbase Layers, *J. Mater. Civ. Eng.*, v. 24, n. 4, p. 418–429, 2012.
- A. M. MARQUES, J. R. Correia, and J. de Brito, **Post-fire residual mechanical properties of concrete made with recycled rubber aggregate**, *Fire Saf. J.*, v. 58, p. 49–57, 2013.
- AMERICAN CONCRETE INSTITUTE (ACI). **Guide for structural lightweight aggregate concrete**. ACI 213R-03. 2003.
- C. A. ISSA AND G. SALEM. **Utilization of recycled crumb rubber as fine aggregates in concrete mix design**, *Constr. Build. Mater.*, v. 42, p. 48–52, 2013.
- E. GÜNEYISI, M. Gökçüoğlu, and E. Booya, Fresh properties of self-compacting cold bonded fly ash lightweight aggregate concrete with different mineral admixtures, *Mater. Struct.*, v. 45, n. 12, p. 1849–1859, 2012.
- F. PELISSER, L. R. Steiner, and A. M. Bernardin, **Recycling of porcelain tile polishing residue in portland cement: hydration efficiency**, *Env. Sci Technol*, v. 46, n. 4, p. 2368–2374, 2012.
- H.-Y. WANG, B.-T. CHEN, AND Y.-W. WU. **A study of the fresh properties of controlled low-strength rubber lightweight aggregate concrete (CLSRLC)**. *Constr. Build. Mater.*, v. 41, p. 526–531, 2013.
- J. A. Bogas, J. de Brito, and J. M. Figueiredo, **Mechanical characterization of concrete produced with recycled lightweight expanded clay aggregate concrete**, *J. Clean. Prod.*, v. 89, p. 187–195, 2015.

J. R. Newman. Properties of structural lightweight aggregates concrete. In: **structural lightweight aggregate concrete**, J. L. Clar. 2005.

M. G. DA SILVA, “**Avaliação da incorporação combinada dos resíduos de cascalho de perfuração de poço de petrolífero e de polimento do porcelanato em cerâmica vermelha,**” Tese, 2012.

M. M. Ranjbar and S. Y. Mousavi. **Strength and durability assessment of self-compacted lightweight concrete containing expanded polystyrene.** Mater. Struct., v. 48, n. 4, p. 1001–1011, 2015.

P. J. M. Mehta; P. K. Monteiro. **Concreto:** Estrutura, Propriedades e Materiais. São Paulo: IBRACON, 2008.

P. Shafigh, H. Bin Mahmud, M. Z. Bin Jumaat, R. Ahmmad, and S. Bahri, “Structural lightweight aggregate concrete using two types of waste from the palm oil industry as aggregate,” J. Clean. Prod., vol. 80, pp. 187–196, 2014.

R. M. ALBUQUERQUE, A. C.; ANDRADE, W. P.; HASPARYK, N. P.; ANDRADE, M.A.S.; BITENCOURT, “Adição de Borracha de Pneu ao Concreto Convencional e Compactado com Rolo. In: **Anais do ENTAC, 2006.**, ENTAC, 2006.

R. . N. Siddique T. R., “**Properties of concrete containing scrap-tire Rubber - An overview,** Waste Manag., 2004.

W. H. YUNG, L. C. Yung, and L. H. Hua. **A study of the durability properties of waste tire rubber applied to self-compacting concrete,** Constr. Build. Mater., v. 41, p. 665–672, 2013.

Z. SAMPAIO. Analysis of the influence of the sugar cane bagasse ashes on mechanical behavior of concrete,” IBRACON Struct. Mater. J., v. 7, 2014.

ANÁLISE DA INFLUENCIA DA CURA TÉRMICA APLICADA EM CONCRETOS

AUTORES:

Aluizio Alves dos Santos Filho

Fernando Henrique Lúcio da Silva

Zodínio Laurisa M. Sampaio

RESUMO: A cura térmica surgiu como forma de acelerar a produção de pré-fabricados, diminuindo o tempo de desforma e aumentando a resistência a compressão inicial. Contudo, é necessário analisar os efeitos da cura térmica a longo prazo, já que, em diversos estudos foi constatado uma diminuição da resistência mecânica das peças termicamente curadas quando analisada em idades mais avançadas. Para isso, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo experimental a fim de avaliar a resistência mecânica de artefatos de concreto curados termicamente a curto prazo. Também será analisado o tempo de exposição da cura térmica.

Palavras - chave: Cura térmica. Pré-moldados. Concreto.

INTRODUÇÃO: Atualmente o setor de pré-moldados no Brasil tem aumentado consideravelmente e em paralelo a esse crescimento é possível perceber o desenvolvimento de novas técnicas que possibilite a produção em larga escala e oferecendo um produto de qualidade. De acordo com Santos e Barbosa (2011) a indústria de pré-fabricados caracteriza-se pela produção de elementos estruturais em larga escala fazendo o uso de métodos e técnicas que aceleram o ganho de resistência a compressão do concreto. Por outro lado, para garantir o bom desempenho do concreto é importante que seja realizado o processo de cura. O mesmo pode ser definido como sendo o tempo necessário para que ocorra a hidratação do cimento reduzindo a porosidade e aumentando a resistência mecânica do cimento. Entre as técnicas utilizadas para garantir a cura adequada para o concreto pode-se citar a cura térmica que diminui o tempo de latência do cimento, acelerando o processo de ganho de resistência (Bardella, et. al. 2006. P. 1415 apud Coliante 2013). Segundo Brites et. al (2015), o estudo da cura térmica pode gerar uma evolução na indústria de pré-moldados, pois, devido a aceleração do ganho de resistência a curto prazo, possibilita uma rápida desforma das peças estruturais. Além disso, de acordo com Isaias (2007) apud Brites et. al. (2015) a cura térmica por imersão ajuda a evitar perdas de água por evaporação garantindo as reações de hidratação necessárias para o endurecimento do cimento. O autor também afirma que as elevações de temperatura decorrentes da hidratação do cimento têm maior ou menor influência nas peças dependendo da altura, intervalo de lançamento das camadas, tipo de fôrma e agregados. A diminuição da perda por evaporação durante a cura térmica pode gerar também outros benefícios, tais como, diminuição da retração, melhorar a qualidade do concreto (menos poroso), maior durabilidade, maior proteção da armadura (devido a sua impermeabilidade). A alta competitividade das empresas é um fator que também deve ser levado em consideração. A sobrevivência de uma indústria no mercado depende diretamente do seu processo produtivo. Para conseguir destaque, é de suma importância que haja um controle de qualidade que garanta os requisitos mínimos exigidos por

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

normas e agilidade na entrega do produto afim de evitar atrasos. De acordo com Brito (2013) ainda é comum se deparar com fabricantes de pré-moldados, principalmente aqueles que trabalham com blocos de concreto, uma baixa industrialização no seu processo produtivo e, conseqüentemente, um baixo controle de qualidade e planejamento. Dessa forma, adicionar o uso da cura térmica em uma indústria de pré-moldados pode contribuir para o desenvolvimento de cultura empresarial onde o controle de qualidade seja maior. Outro fator que também deve ser levado em consideração é a diminuição de estoques e fôrmas devido a uma rápida desforma dos pré-moldados, produzidos no canteiro de obras, e pré-fabricados, produzidos em uma fábrica específica. Contudo, apesar dos vários benefícios que a cura térmica pode oferecer ao setor construtivo é importante analisar os efeitos dessa técnica a longo prazo afim de analisar as conseqüências do método na estrutura do material como ocorreu no trabalho de Bardella et. al. (2007, p.11) que perceberam uma diminuição de 8% da cura térmica em relação a cura convencional ao ar utilizando concreto de alto desempenho em idades mais avançadas. Além disso, a principal desvantagem dos pré-moldados é o superdimensionamento devido ao transporte. PHILIPPSEN e SHIMOSAKA (2014). Outrossim, é necessário levar em consideração a temperatura, o tipo de cura térmica que está sendo usado (cura a vapor, imersão, através de corrente elétricas entre outros), e o tipo de cimento. Pensando nisso, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar os efeitos da cura térmica por imersão em diferentes temperaturas e em idades distintas assim como o tempo de exposição a cura térmica e analisar a resistência mecânica e a microestrutura do material. **METODOLOGIA:** A pesquisa consiste em verificar a influência das temperaturas aplicadas na cura térmica em peças de concreto, para esse fim serão aferidas as temperaturas nas idades de 3, 7 e 28 dias, visando analisar o comportamento reológico do compósito. Para tal serão necessários a confecção de 60 corpos de prova nas dimensões de 5x10cm. Para maior precisão dos resultados, todos os ensaios serão realizados em triplicatas. As influências da cura nas propriedades da argamassa serão verificadas através dos ensaios de resistência a compressão axial, microestrutura de varredura (MEV), massa específica, índice de vazios e porosidade. Após os rompimentos dos corpos de prova, serão coletadas amostras para analisar a microestrutura do material através do MEV. Os ensaios de massa específica, índice de vazios, porosidade e absorção serão realizados aos 28 dias de cura de todas as temperaturas. O traço da argamassa a ser utilizado adotará a proporção 1:2:3 (cimento, areia e brita). O traço em questão foi escolhido por se tratar de um tipo largamente utilizado nas obras de construção civil. O tipo de cimento que será utilizado na produção da argamassa desta pesquisa será o CP II 32 F, proveniente de um único lote de fabricação. Para o cimento serão realizados ensaios de finura – NBR 11579 (ABNT, 2012) versão corrigida 2013, tempo de pega – NBR NM 65 (ABNT, 2003), expansibilidade – NBR 11582 (ABNT, 1991), massa específica – NBR NM 23 (ABNT, 2001) e resistência à compressão – NBR 7215 (ABNT, 1996) versão corrigida 1997. Os agregados (areia e brita) serão submetidos a ensaios de massa específica real – NBR NM 52 (ABNT, 2009) e NBR NM 53 (ABNT, 2009), massa unitária – NBR NM 45 (ABNT, 2006) e composição granulométrica – NBR NM 248 (ABNT, 2003). Os corpos de prova serão moldados conforme a NBR 5738 (ABNT, 2009). Os ensaios para determinar a absorção de água, índice de vazios e massa específica será realizado conforme o prescrito na NBR 9778 (ABNT, 2009) e os ensaios de resistência a compressão axial serão realizados conforme a NBR 5739 (ABNT, 2009). **REFERENCIAL TEÓRICO:** Os principais fatores que influenciam diretamente nas propriedades do concreto são:

a reação água/cimento, volume de vazios, tipo de cura, granulometria do agregado, aditivos e adições de minerais. Por sua vez, a cura do concreto pode ser definida como o conjunto de processos que objetiva a manutenção da condição de saturação do material, de forma que seja assegurada a temperatura, hidratação do cimento e entrada e saída de umidade afim que os espaços preenchidos pela água sedam lugar aos produtos de hidratação do cimento. (Coliante, 2013). Existe asicamente 4 tipos de cura: térmica, química, úmida e física e também pode ser classificada duas categorias: por molhagem e por membrana, onde o primeiro método consiste na imersão total da peça em água, enquanto que no segundo, é utilizado um tipo de manta para evitar a perda de umidade pela superfície (NIVELLE, 1997). A cura térmica é caracterizada por submeter o concreto a uma temperatura superior a temperatura ambiente diferenciando-se dos demais métodos. Seu principal objetivo é o ganho de resistência inicial acelerando o seu manuseio e desforma. Isso ocorre devido a diminuição do período de latência do concreto fazendo com que a estrutura total da pasta de cimento hidratada se defina mais cedo (NIVELLE, 1997). De certa forma, é possível encontrar na literatura diversos trabalhos que possuem como principal núcleo de pesquisa a cura térmica. Em todas essas pesquisas pode-se observar diversas metodologias de estudos que variam deste a temperatura adotada, até o tipo de cimento utilizado. De acordo com Martins (2001), não existe uma metodologia mais adequada para a cura térmica, pois, é preciso encontrar o regime certo em função das dimensões da peça, tipo de aglomerante e a qualidade esperada com a aplicação do processo. Contudo, a autora ressalta através de embasamentos literários que é necessário levar em consideração alguns conceitos e procedimentos. Entre esses conceitos é enfatizado a velocidade de hidratação do cimento Portland, onde após aproximadamente 30% do processo de hidratação a sua velocidade começa a independer da temperatura justificando o ganho de resistência inicial durante a cura térmica. O outro fator que deve ser levado em consideração é o coeficiente de dilatação térmica do material que, no caso do concreto, pode gerar diferenças significativas sendo necessário ajustar o gradiente de aquecimento da peça para evitar possíveis danos a mesma. Uma outra desvantagem da cura térmica é a possibilidade de formação de etringita secundária, principalmente quando o cimento possui teores de escória entre 0% a 70%. Estudos realizado por Camarini (1995) apoud Martins (2001) detectou a formação da etingita secundária em amostras termicamente curadas a temperaturas de 95°C e 60°C. Devido ao seu alto custo de energia, falta de conhecimento e ausência de mão-de-obra especializada, a cura térmica se torna pouco usual entre as construtoras ou indústrias de pequeno e médio porte, enquanto que, empresas de grande porte tendem a adotar esse tipo de cura no intuito de proteger os artefatos recém-fabricados da chuva, vento e incidência dos raios solares, além disso, existe os benefícios do ganho de resistência a curto prazo (Brito, 2013).

ANÁLISE E DISCUSSÕES: A presente pesquisa encontra-se na fase inicial, onde está sendo feito o levantamento de material, aquisição dos mesmos e realização do planejamento executivo. Com isso, faz com que a caracterização dos materiais e os ensaios propostos na metodologia sejam apresentados futuramente.

CONCLUSÕES: Almeja-se que os resultados alcançados estejam coerentes com o da metodologia estudada, também como, que os resultados adquiridos venham a somar para o setor construtivo. Espera que também possa encontrar um novo método de cura, fazendo com que o mesmo não apresente decaimento em idade superior aos 28 dias.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14931** – Execução de Estruturas de Concreto – procedimento. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR NM 23**: Cimento Portland e outros materiais em pó. Determinação da massa específica. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **NBR 248**: Agregados. Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR NM 52**: Agregado miúdo. Determinação da massa específica e massa específica aparente. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR NM 53**: Agregado graúdo. Determinação da massa específica e massa específica aparente e absorção de água. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR 11579**: Cimento Portland. Determinação do índice de finura por meio da peneira 75 μm (nº 200). Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR NM 65**: Cimento Portland. Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 11582**: Cimento Portland. Determinação da expansibilidade Le Chatelier. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR NM 5738**: Concreto. Procedimentos para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **NBR 9778**: Argamassas e concreto endurecidos. Determinação da absorção de água, índice de vazios e massa específica. Rio de Janeiro, 2009.

BARDELLA, P.S.; BARBOSA, D.C.; CAMARINI, G. Influência da cura térmica na estrutura porosa do concreto com sílica ativa. In: SIMPÓSIO EPUSP SOBRE ESTRUTURAS DE CONCRETO, 6., 2006, São Paulo. **Anais....** São Paulo: EPUSP. 2006 1413-1424.

BRITES B. G. et al. **Estudos dos Efeitos na Resistência do Concreto pela cura Térmica por imersão**. CONTECC – Congresso Técnico Científico da Engenharia e Agronomia. Fortaleza: [s.n], set. 2015.

BRITO. M. H. G. **Influência da cura térmica a vapor sob pressão atmosféricas em características e propriedades de blocos de concreto**. Mestrado em Engenharia Civil. Orientador: Cascudo O. Programa de Pós-graduação em geotecnia, estruturas e construção civil – UFG. Goiânia. 2013.

CAMARINI, G. **Características e propriedades da cinza volante como material pozolânico e seu comportamento na cura acelerada**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 1988.

COLIANTE J. G. R. **Cura térmica em argamassa de concreto de alto desempenho: caracterização da microestrutura e da resistência à compressão**. Graduação em Engenharia Civil. Orientador: Bergemann e Viero. Novembro. Porto Alegre. 2013.

MARTINS A. R. **Efeito da cura trémica e de cimentos com escória granulada de alto-forno na durabilidade do concreto de cobrimento**. Mestrado em Engenharia Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

Civil. Universidade Federal de Campinas. Orientador: Dr. Camarini G. Campinas. São Paulo. 2001.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 2. ed. São Paulo: Pini, 1997.

PHILIPPSEN, A. L. A. e SHIMOSAKA T. J. **Estudo do efeito da cura térmica na resistência inicial do concreto para aplicação na indústria de pré-moldados de concreto**. Trabalho de conclusão de curso – Bacharel em Eng. Civil. Universidade Tecnológica do Paraná. Pato Branco. 2014.

SANTOS E BARBOSA. **Avaliação do desempenho das propriedades mecânicas de concretos self-compacting elaborados com diferentes tipos de cimentos submetidos à cura térmica**. IBRACON Structures and Materials Journal. 2011. v. 4.n. 3.

EVASÃO E RETENÇÃO NO CICLO BÁSICO DOS ALUNOS DOS CURSOS DE ENGENHARIA CIVIL, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E ARQUITETURA E URBANISMO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO UNIFACEX

AUTORES:

Felipe Henrique Alves Magalhães

Marcos Vinícius Sena Carneiro

Mylena do Nascimento Carlos

RESUMO: Este é um estudo sobre evasão e retenção de alunos dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo na instituição de ensino Unifacex, que se deu início em meados do semestre de 2017.1. O presente estudo teve como base a coleta e análise de dados das turmas dos cursos citados. O objetivo inicial foi o de coletar a quantidade de alunos matriculados e retidos das turmas de ciclo básico e do ciclo subsequente a esse no período compreendido entre 2013.1 e 2016.2, com a finalidade de traçar o perfil de evasão e retenção dos cursos estudados, analisando o grau de aproveitamento dos alunos. Foi constatado que entre os três cursos estudados, o curso com melhor aproveitamento foi o de Arquitetura e Urbanismo. Dentre as engenharias, Engenharia Civil teve um melhor desempenho na área de Matemática e Engenharia de Produção teve menos retenção na área de Física. O estudo ainda pretende estimar a porcentagem total de evasão do curso de Engenharia Civil no período de cinco anos, que é o tempo mínimo que se leva para a formação do curso.

Palavras - chave: Retenção. Evasão. Discentes.

INTRODUÇÃO: Tendo como base estudos feitos anteriormente, (Rios, Santos, Nascimento, 2001) e (Andriola, 2009), sabe-se que o estudo de retenção e evasão de alunos em uma universidade é importante tanto para os alunos quanto para a instituição de ensino, pois é possível, a partir dos resultados encontrados, obter caminhos para melhorar o quadro de evasão e retenção de discentes na instituição. O estudo é relevante para saber o que motiva a evasão e retenção dos discentes, visto que esses dados são importantes para prevenir a evasão, já que a instituição provém uma estrutura acadêmica para um número inicial de alunos, e com esse fator, estaria destinada a atender um total menor de discentes. O presente artigo tem como objetivo descrever a retenção e evasão de alunos dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo, da Instituição de Ensino UniFacex, nos períodos compreendidos entre 2013.1 e 2016.2. O trabalho de pesquisa se deu início através da coleta de dados em relação à quantidade de alunos matriculados e retidos nas matérias do ciclo básico dos cursos estudados, onde foram vistos os números de aproveitamento e reprovações das turmas. Com os resultados gerados, notou-se que as matérias de Matemática Básica e Física Básica são as que os alunos têm mais dificuldades, e consequentemente geram maior número de reprovações. Depois foi observada a quantidade de alunos que ficaram retidos nas turmas subsequentes às matérias analisadas. Em relação aos índices de reprovações, foi constatado que é no início dos cursos, onde há o maior número de alunos, que se notam os maiores índices. Nos cursos de Engenharia Civil e Engenharia de Produção, foram analisadas as matérias do ciclo básico, como Matemática Básica, Física Básica e Química Básica. E com os resultados gerados,

foi observado o desempenho dos alunos nas matérias subsequentes a essas analisadas, que são: Cálculo Diferencial e Integral I e Mecânica Geral. No curso de Arquitetura e Urbanismo, foram analisadas as matérias do ciclo básico, como Matemática Básica e Física Aplicada à Arquitetura. E com esses resultados, foi observado o desempenho dos alunos nas matérias subsequentes a essas analisadas, que são: Estatística e Conforto Ambiental I. **METODOLOGIA:** Na etapa da pesquisa, foram analisadas as taxas de retenções, que é dada por: $T(\%) = \frac{ab}{100}$, onde a é o número de alunos matriculados na turma e b é o número de alunos reprovados na turma; e aprovações dos alunos dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo, assim como a quantidade de alunos matriculados em cada disciplina. Os dados foram coletados através das coordenações dos cursos citados e análise dos diários de notas e frequências das turmas compreendidas entre 2013.1 e 2016.2, além de ser apurado o total de estudantes matriculados nas turmas. Foram escolhidas para serem analisadas as disciplinas de Matemática Básica, Física Básica, Física Aplicada à Arquitetura, Química Básica, Cálculo Diferencial e Integral I, Mecânica Geral e Conforto Ambiental I, por essas serem matérias de extrema importância no início da formação dos profissionais dos cursos estudados. **REVISÃO DA LITERATURA:** Baseado em (Rios, Santos, Nascimento, 2001) e (Andriola, 2009), dentre outros, que foram divulgados em revistas e apresentados em congressos. Grande parte desses trabalhos busca enfatizar as causas que levam a ocorrência da evasão e retenção no ensino superior. Os dois artigos que deram base a esta pesquisa tem métodos diferentes entre si, mas as duas pesquisas concluem que um fator só não é responsável pela evasão e retenção, e sim, diversos fatores associados. Dentre eles estão: falta de incentivo da instituição aos alunos, carência no ciclo básico do ensino médio, questões pessoais etc. Um dos artigos relata a evasão e retenção dos alunos levando em consideração, as notas dos vestibulares feitos pelos alunos ingressantes e as notas que esses mesmos discentes obtiveram no ciclo básico do curso. Esse artigo constata que há uma deficiência tanto na base escolar desses discentes, como no nível do vestibular da universidade, pois o nível do vestibular exige menos do que as matérias da universidade em si. Outros fatores foram evidenciados também, como a falta de estrutura em relação a projetos de iniciação científica, falta de monitoria, entre outros. O outro artigo foca em motivos que levaram o discente a evadir da universidade. Fatores como classe social, falta de tempo para estudar, falta de incentivo nos projetos de iniciação científica, horários que não coincidem com o horário de trabalho do aluno etc. Além de se fazer uma pesquisa de opinião com os docentes e coordenadores dos cursos afim de coletar sugestões para a melhora do quadro na própria universidade. Apesar de o segundo artigo citado ser interessante para se aprofundar mais nas causas das retenções e evasões no UniFacex, nesta fase inicial da pesquisa, o artigo se assemelha com o método utilizado no primeiro artigo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Entre os três cursos observados, Arquitetura e Urbanismo foi o curso que obteve menores índices de retenção, sendo que em Matemática Básica, foi o segundo curso com maior número de reprovações. Em relação às engenharias, Engenharia Civil obteve melhores resultados na matéria de Matemática Básica, Engenharia de Produção teve menos índices de retenção em Física Básica, e em relação à Química Básica, as duas engenharias obtiveram índices similares. Na disciplina de Física Básica foi constatado através de dados coletados que 40,96% dos estudantes do curso de Engenharia Civil haviam sido retidos, no curso de Engenharia de Produção 36,67%,

e no curso de Arquitetura e Urbanismo, na matéria de Física Aplicada à Arquitetura, 19,21% dos estudantes ficaram retidos. Dentre as disciplinas da área de Física, Física Básica registrou índices elevados de reprovações. Na matéria de Matemática Básica o índice de alunos retidos do curso de Engenharia Civil foi de 38,92%, no de Engenharia de Produção apresentou um percentual de 43,30%, e em Arquitetura e Urbanismo 40%. Nessa área, Matemática Básica foi a matéria que teve maiores índices de reprovações. Com relação à disciplina de Química Básica, Engenharia Civil apresentou 29,98% de reprovações, e em Engenharia de Produção 30% de alunos ficaram retidos. Com os dados coletados foi feita uma análise puramente matemática. Os dados acima relacionados poderão ser melhores visualizados através das tabelas e gráficos que serão expostos a seguir sempre respectivamente, N° de matrículas, Aprovados (%), Reprovados (%) para os cursos e disciplinas foram:

Matemática Básica → (Eng. Civil): 1389; 61,08 e 38,92; (Eng. Produção): 97; 56,7; 43,30 e (Arquitetura e Urbanismo): 150; 60 e 40.

Física Básica/ Física Aplicada à Arquitetura → (Eng. Civil): 1316; 59,04 e 40,96 (Eng. Produção): 90; 63,33 e 36,67; (Arquitetura e Urbanismo): 229; 80,79 e 19,21.

Química Básica → (Eng. Civil): 1254; 70,02 e 29,98; (Eng. Produção): 100; 70 e 30.

Cálculo I /Estatística → (Eng. Civil): 803; 76,34 e 23,66; (Eng. Produção): 62; 72,58 e 27,42. (Arquitetura e Urbanismo): 221; 88,24 e 11,76.

Mecânica Geral → (Eng. Civil): 761; 62,68 e 37,32. (Eng. Produção): 51; 76,47 e 23,53.

Conforto → (Arquitetura e Urbanismo): 58; 86 e 14.

Conforme observado nos dados, há uma porcentagem muito grande em relação às reprovações nas matérias analisadas. Isso é um fato preocupante, visto que quanto mais os alunos ficam retidos, menos motivados eles ficam em continuar no curso escolhido, ou mais tempo é necessário para concluir a graduação. Diversos fatores devem ser levados em consideração para melhorar esses resultados. E não se podem responsabilizar apenas os alunos por essa ocorrência. É preciso que atitudes significativas sejam tomadas também pela instituição, de forma a melhorar esses índices. Sabe-se que a instituição já tem muitas formas de incentivo aos alunos para que eles tenham uma boa base para a sua formação acadêmica, como por exemplo, a monitoria e o acompanhamento psicológico. Com a monitoria, os alunos podem tirar suas dúvidas em um horário que não seja o da aula, e com o acompanhamento psicológico, é possível que o aluno busque orientações sobre sua vida acadêmica. O que poderia ser feito, seria uma maior divulgação dessas atividades e maior incentivo para os alunos buscarem ajuda quando for preciso, pois muitos alunos, por mais que tenham dúvidas ou dificuldades em relação aos estudos, não buscam ajuda nas monitorias ou ao psicólogo para orientação. Pelo curso de Engenharia Civil ser o único entre os estudados que irá formar uma turma em 2017.2, e por ele ser o mais procurado entre eles, fez-se um estudo para saber quantos alunos da primeira turma ainda continuam na instituição. O resultado foi o de que apenas 40,18% dos alunos que entraram na instituição em 2013.1, continuam matriculados no curso. Ou seja, houve uma evasão de 59,82%. Das 219 matrículas feitas, apenas 88 alunos continuam matriculados no curso. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto,

pode-se supor que as reprovações são por falta de base durante o ensino médio nas matérias que são essenciais, inicialmente, no curso, e/ou falta de motivação ou interesse dos alunos ao longo do curso. As medidas que já são feitas pela instituição devem ser mais divulgadas para conhecimento dos alunos e incentivos devem ser dados a eles para que se sintam confortáveis em procurar ajuda. Como o artigo teve como base maior a relação do número de alunos e de reprovações nas turmas, futuramente pode-se desenvolver um estudo aprofundado onde será analisado o desempenho dos estudantes no Ensino Médio, ENEM e vestibular. Além das medidas já tomadas pela instituição, outras podem ser implementadas para tentar minimizar os casos de evasão e retenção, como continuar o incentivo às pesquisas de evasão e retenção, procurando saber o motivo e causas, para que se possam aplicar medidas diretamente nas causas encontradas. E como já exposto anteriormente, mais divulgação e incentivo nas medidas já existentes, como apoio psicológico e monitoria. É de extrema importância a relação da instituição com o aluno para que haja um melhor aproveitamento dos alunos nas disciplinas, e assim acontecerão menos retenções e conseqüentemente menos evasões.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner. Fatores associados à evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com as opiniões de docentes e de coordenadores de cursos. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficácia y Cambio en Educación (REICE)**, [s.L], v. 7, n. 4, p. 343-356, ago., 2009.

RIOS, J. R. T.; SANTOS, A. P.; NASCIMENTO, C. **Evasão e retenção no ciclo básico dos cursos de engenharia da escola de minas da UFOP**. COBENGE, PURS. Porto Alegre/RS, v. 1, n. 29, p. 83-90, dez., 2001.

AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES NO ESTADO FRESCO E ENDURECIDO DE ARGAMASSAS PRODUZIDAS COM VERMICULITA EXPANDIDA E RESÍDUOS DE BORRACHA DE ISOLAMENTO ELÉTRICO

AUTORES:

Fernando Henrique Lúcio Da Silva
Igor Cortez Gomes Da Silva
Jessyka Christianne da Silva Dantas
Leonardo Martins Caetano
Matheus Henrique Batista
Rhaissa Estelito Magalhaes

RESUMO: Com atualização da norma de desempenho NBR 15575 (ABNT, 2013), aumentou de forma significativa a busca por materiais que supram às necessidades mínimas de vida útil e conforto. Neste sentido, nas últimas décadas, inúmeros pesquisadores voltaram suas pesquisas em materiais alternativos e resíduos na formulação de argamassas visando atender as exigências do novo mercado da construção civil. Com o aumento da necessidade de aperfeiçoamento de materiais utilizados para conforto, durabilidade, isolamento térmico e acústico, este trabalho tem como objetivo avaliar as propriedades físicas, mecânicas e térmicas das argamassas leves produzidas com incorporação de vermiculita expandida (VE) e os resíduos de borracha de isolamento elétrico (RBF). Para tal, o estudo foi dividido em três etapas: na primeira etapa ocorreu a realização do planejamento e obtenção do material utilizado durante a pesquisa; na segunda etapa a realização da caracterização dos materiais seguido de um estudo estatístico através do planejamento fatorial completo para determinar a atuação dos teores de VE e RBF; e na terceira serão escolhidos os traços com as melhores combinações de propriedades para avaliação.

Palavras - chave: Vermiculita expandida. Borracha de isolamento elétrico. Argamassas.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos o crescimento de resíduos sólidos gerados pelo setor da construção civil cresceu de forma exponencial, fazendo com que diversos pesquisadores redirecionassem sua atenção na busca de uma solução para o problema. O incentivo na utilização dos mesmos no setor da construção civil vem ganhando destaque principalmente na incorporação de resíduos nos concretos e argamassas. O surgimento de novas características faz com que ganhem propriedades e destinações específicas que são definidas de acordo com o material empregado. O aproveitamento de materiais aplicados nesse estudo apresenta grande viabilidade econômica e sustentável como já fora comprovado em demais estudos acadêmico. Dentre os principais materiais estudados pode se citar a argila expandida (AE), cinza de casca de arroz (CCA) e vermiculita expandida (VE). A vermiculita na sua forma expandida é um mineral que apresenta estrutura micáceo-lamelar que quando aquecida, expande rapidamente produzindo um material poroso com peso leve sendo desta forma usado como agregado leve para concretos e argamassas. A microestrutura do agregado leve é composta por conjunto celular de poros estreitados entre si por paredes impermeáveis, fundamentando os valores

apresentados de baixa massa unitária (MEHTA; MONTEIRO, 2008).. Sendo assim, são tidos como agregados leves aqueles que apresentam massas unitárias inferiores a 1120 kg/m³. Já o resíduo de borracha de isolamento elétrico (RBF), existe poucos estudos voltados a essa frente, mas sabe-se que existe uma certa geração desse resíduo, na qual na maioria das vezes são descartados em locais inapropriados, prejudicando assim o meio ambiente devido os componentes presente neste. **METODOLOGIA:** Para melhor andamento da pesquisa, a mesma foi dividida em três etapas, onde na primeira se deu pelo planejamento e aquisição dos materiais que estão sendo empregados na pesquisa; seguido da realização dos ensaios de caracterização dos materiais e estudo estático através de planejamento fatorial completo para determinar a influência das concentrações de VE e RBF para que assim possa determinar os teores de maior relevância e, por último a confecção dos traços de argamassas determinados e suas respectivas análises. Durante o desenvolvimento do estudo estático, foi usado o planejamento fatorial completo por permitir a seleção de variáveis significativas nas propriedades desejadas. Desta forma será utilizado o planejamento fatorial completo 2ⁿ, onde o “n” representa a quantidade de variáveis (resíduos e materiais alternativos) e nesse caso são 2 (2²). Os pontos das variáveis que serão utilizados (quantidades de VE e RBEI) estão exibidos na Tabela 1. As proporções foram baseadas em ensaios preliminares. A análise da influência dos diversos teores das variáveis VE e RBF nas propriedades reológicas estão sendo realizadas com o auxílio do software STATISTICA. Os níveis inferior, Intermediário e superior utilizados foram: Para VE, 1; 3 e 5 %. Para RBF, 2; 5 e 10 %. O tipo de cimento que será utilizado na produção do concreto desta pesquisa é o CP II 40 F, proveniente de um único lote de fabricação. No cimento serão realizados ensaios de finura, expansibilidade [8], massa específica [9], tempo de pega e resistência à compressão. O agregado miúdo será submetido a ensaios de massa específica real, massa unitária, e composição granulométrica. A vermiculita expandida foi fornecida pela NTC BRASIL. Após a entrega por parte da empresa serão realizados os ensaios de granulometria, massa específica unitária e massa específica real. O RBF foi obtido de obras locais, na qual passou por uma limpeza superficial seguido de uma diminuição do comprimento visando uma melhor homogeneização do resíduo para que só assim possa ser usado em etapas futuras. A água utilizada para a realização dos ensaios e confecção das argamassas será derivada da rede pública de distribuição da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Os primeiros registros do emprego da argamassa (cal e areia) na construção civil foi por volta dos anos 7000 a 9000 a.C. (descoberto em 1985, em Israel, ao escavar uma rua) e na Iugoslávia: 5600 a.C. (numa laje de 25cm de espessura); desde então a utilização de cal e gesso pelos povos Egípcios, Gregos, Etruscos e Romanos foi muito utilizada. No Brasil o primeiro emprego dessa mistura foi no início da colonização, por volta do século XVI. Mas com o avanço das técnicas e tecnologia foi desenvolvido o cimento, adições e aditivos. No final século XIX surge na Europa e EUA a argamassa industrializada. Sendo assim, a inovação tecnológica passou a assumir lugar de extrema importância na construção civil. A busca de recursos que possam gerar ganhos passa a assumir local de destaque nesse contexto. Partindo do pressuposto, as argamassas leves (AL) têm se tornado objetivo de estudos e a escolha dos componentes da mistura, o traço, a cura, e os procedimentos de aplicação são fatores determinantes para seu desempenho. Dentre as características morfológicas dessas AL o teor de vazios e a granulometria assumem um papel de extrema importância. Segundo Reis, Elpidio, et al. o Brasil produz 15%

da geração mundial de vermiculita, ocupando a quarta colocação no ranking, detendo ainda 10% de todos os recursos. Já a maior concentração de reserva conhecida de vermiculita do mundo, com cerca de 42%, estão localizadas na África do Sul, seguido dos Estados Unidos e Brasil. Atualmente o material apresenta inúmeras aplicações na construção civil, como: isolamento térmica e acústica, propriedades de leveza aos concretos e argamassas, painéis e divisórias internas. O método de aquisição da vermiculita expandida resume-se no aquecimento da vermiculita por meio de fornos especiais, em temperaturas entre 800 e 1100 °C. Dessa forma a água presente no mineral é removida bruscamente, expandindo a vermiculita normal. Após passar pelo processo de altas temperaturas a vermiculita pode chegar a alcançar até 30 vezes o seu tamanho inicial, como indicado na Figura 1. Suelen M. C. realizou experimentos com agregados de vermiculita expandida e argila expandida na confecção de concretos leves, no qual foram analisados as propriedades mecânicas e térmicas. Na qual obteve baixos resultados na resistência a compressão e com pouca influência entre o tamanho das partículas por parte da vermiculita e resultados satisfatórios nas propriedades térmicas, tendo em vista que os resultados foram melhorando com o aumento do teor incrementado a mistura. Sampaio et al., pesquisaram a influência da vermiculita expandida e resíduos de borracha de pneus nas propriedades mecânicas, acústicas e sonoras. Os resultados mostraram uma perda de resistência e consistência à medida que adicionava os materiais a mistura, bem como, ganhos significativos nas propriedades térmicas. O fato da perda de resistência com o incremento da VE, também foi objetivo de estudos de Gencel et al, 2013, no qual ele falava em sua pesquisa, que compósitos de base cimentícia provoca redução na massa específica, gerando o aumento de porosidade e absorção de água. **ANÁLISE E DISCUSSÕES:** A seguir são apresentados os resultados obtidos durante os ensaios de caracterização dos materiais. Até o presente momento da pesquisa foram realizados ensaios no cimento e areia. O cimento empregado na pesquisa foi o CP II 40 F. Seus dados de caracterização foram: Módulo de Finura (%) 9,17; Massa específica real (g/cm^3) 3,056, Consistência Normal 0,29; Início de pega 1h43min, Fim de pega 4h15min e Expansibilidade 0,58mm. Os resultados obtidos da areia foram: Módulo de finura 3,11 %; Diâmetro máximo 4,8 mm; Massa específica real 2,62 g/cm^3 ; Massa unitária 1,44 g/m^3 . A mesma foi previamente lavada em seguida do processo de secagem em estufa a 105 °C por um período médio de 72 horas e posteriormente submetido a ensaios de modulo de finura, diâmetro maximo, massa espeffica e massa unitária. A Vermiculita expandida foi proveniente do Estado da Paraíba. Seus dados são: Peso específico, 2,6 g/cm^3 ; Calor específico, 0,84 $\text{kcal/kg}^\circ\text{k}$; Condutividade térmica, 0,062 – 0,065 $\text{W/m}^\circ\text{k}$. Os demais ensaios referentes ao andamento da pesquisa serão realizados posteriormente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mediante o andamento da pesquisa, almeja-se resultados aproximados ou superiores aos resultados encontrados na literatura, podendo assim comprovar resultados positivos com o incremento de materiais alternativos ou resíduos sem destinação adequada em argamassas leves. Almeja que no decorrer da pesquisa sejam alcançados resultados satisfatórios quanto as propriedades de conforto térmico e acústico. A obtenção de resultados satisfatórios na presente pesquisa é de fundamental importância para ressaltar os efeitos benéficos de uma destinação adequada de resíduos descartados de forma inapropriada no meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), **NBR NM 35:** Agregados leves para concreto estrutural - Especificação.,” 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) **11579:** Cimento Portland — Determinação do índice de finura por meio da peneira 75 µm (no 200),” 2013.

_____. **NBR 11582:** Cimento Portland — Determinação da expansibilidade Le Chatelier,” 2016.

_____. **NBR 23:** Cimento portland e outros materiais em pó - Determinação da massa específica,” 2001.

_____. **NBR 65:** Cimento Portland - Determinação do tempo de pega,” 2003.

_____. **NBR 7215:** Cimento Portland - Determinação da resistência à compressão,” 1997.

_____. **NBR NM 52:** Agregado miúdo - Determinação da massa específica e massa específica aparente.” Rio de Janeiro., 2003.

_____. **NBR NM 45:** Agregados - Determinação da massa unitária e do volume de vazios.” Rio de Janeiro, 2006.

_____. **NBR NM 248:** Agregados - Determinação da composição granulométrica.” Rio de Janeiro, 2003.

A. B. FRANÇA, S. C. A. e LUZ, **Utilização da vermiculita como adsorvente de compostos orgânicos poluentes da indústria do petróleo**, XIX Encontro Nac. Trat. Minérios e Metal. Extrativa., p. 547–553, 2002.

A. J. C. DE SOUSA, **Aplicação de Argamassas leves de reboco e assentamento em alvenarias**, p. 113, 2010.

C. A. Issa and G. Salem, **Utilization of recycled crumb rubber as fine aggregates in concrete mix design**, Constr. Build. Mater., v. 42, p. 48–52, 2013.

F. R. F. de SILVA JR. U. G., MELO, M. A. de F., SILVA A. F. da, **Adsorption of crude oil on anhydrous and hydrophobized vermiculite**, Journal of Colloid and Interface, Science (80-.), v. 260, p. 302–304, 2003.

P. J. M. Mehta, P. K., Monteiro, **Concreto: Estrutura, Propriedades e Materiais**. São Paulo: IBRACON, 2008.

REIS, ELPIDIO et al., **Levantamento da Situação e das Carências Tecnológicas dos Minerais Industriais Brasileiros – Com enfoque na mineração de:** Argila para cerâmica, barita, Bentonita, Caulim para carga, talco/Agalmatolito e Vermiculita,” 2001.

S. M. CAMARGO, **“Avaliação da adição de vermiculita expandida em diferentes granulometrias em concretos leves produzido com argila expandida**, 2015.

V. N. da P. M. Rato, **Influência da Microestrutura Morfológica no Comportamento de Argamassas**, 2006.

V. M. GERARD, **Encyclopedia of sediments and sedimentary rocks**, Kluwer Acad. Publ., 2003.

Z. Sampaio. **Analysis of the influence of the sugar cane bagasse ashes on mechanical behavior of concrete**, IBRACON Struct. Mater. J., v. 7, 2014.

W. H. Yung, L. C. Yung, and L. H. Hua, **A study of the durability properties of waste tire rubber applied to self-compacting concrete**, Constr. Build. Mater., v. 41, p. 665–672, 2013.

W. GENÇEL, O., KOKSAL, F., SAHIN, M., DURGUN, M. Y., HAGG LOBLAND, H. E., BROSTOW, **Modeling of thermal conductivity of concrete with vermiculite using by artificial neural networks approaches.**, An Int. J., 2013.

Z. LAURISA et al., **Análise do desempenho térmico, acústico e mecânico de concretos com adição de resíduos de borracha de pneu e vermiculita expandida Analysis of performance thermal , acoustic and mechanical concretes with addition of rubber wastes of tire and expanded ver,** 58° Congr. Bras. do Concreto, n. 1, p. 1–15, 2016.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA FLECHA MÁXIMA EM ESTRUTURA METÁLICA E EM PROTÓTIPO EM EPS

AUTORES:

Alba Cesanna Coutinho Rocha
Francisco Gildean Rocha Maia
Joze Samara Santos Da Costa
Júlio Cesar Tavares de Lucena
Thyara Adryelly Guedes da Cruz

RESUMO: Neste trabalho, propõem-se uma análise em comparação a uma estrutura metálica e uma estrutura em modelo reduzido de poliestireno expandido (EPS), a fim de simular de forma didática o comportamento de uma viga isostática biapoiada, ambas submetidas a carregamentos uniformemente distribuídos e pontuais, a uma distância equivalente e com iguais dimensões, exposta as mesmas condições de temperatura e umidade ambiente. O estudo é resultante de uma revisão bibliográfica.

Palavras - chave: Sistemas estruturais. Flechas. Poliestireno Expandido.

INTRODUÇÃO: A utilização de estruturas metálicas no século XVIII revolucionou a engenharia civil dando um grande passo para o desenvolvimento de métodos construtivos em aço. Por volta de 1780, foi feito seu primeiro emprego estrutural, na escadaria do Louvre e no Teatro do Palais Royal na França, e na Inglaterra em 1779 a ponte sobre Severn em Coalbrookdale projetada por Abraham Darby com vão de 30m. Nessa época, a utilização do aço era restrita a usabilidade de pontes, e apenas na revolução industrial começou a ser generalizado. No entanto, no Brasil somente no século XX começou a fabricação de perfis metálicos em maior escala no país. O aumento considerável da produção de aço no País, incentiva a crescente utilização de estruturas mistas para edifícios industriais e comerciais. O preço para a fabricação de uma estrutura metálica é dado pelo seu peso, então quanto mais esbelta e mais leve a estrutura, mais econômica ela será. Além disso, o aço é totalmente reciclável e dispensa uso de formas e escoramentos, são facilmente reparadas, modificadas ou reforçadas, e por ser um produto industrializado a fabricação da estrutura obedece a um controle de qualidade rígido que garante dimensões milimetricamente precisas, assim como a homogeneidade do material. Com a percepção das vantagens das estruturas de aço como maior resistência, menor peso da estrutura, capacidade de suportar maiores vãos, perfis estrutural mais esbelto e consequentemente, maior área útil esse método construtivo está sendo cada vez mais usado em todo o mundo, por eliminar limitações que outros métodos construtivos possuem possibilitando a elaboração de projetos com total liberdade de criação. Outro material que vem ganhando espaço considerado é o Poliestireno Expandido (EPS). Apresenta-se como uma espuma formada a partir de derivados do petróleo, sendo seu produto final pérolas de até 3 mm de diâmetro que sofrem expansão em até 50 vezes do seu tamanho original. É um material leve e sua densidade varia entre 10-30 kg/m³, apresenta uma baixa condutibilidade térmica, sendo econômico e de fácil manuseio, não desenvolve bactérias nem libera substâncias, possui uma elevada resistência mecânica, além de impermeável é resistente à umidade, demonstrando elevada resistência à entrada do vapor. No

processo de compactação ou compressão mecânica o poliestireno expandido (EPS) proporciona um desempenho elástico até a deformação atingir cerca de 2% da espessura da placa, nesta circunstância uma vez removida a força que provoca a deformação, a placa recupera a espessura original. As características mecânicas mais fundamentais do poliestireno expandido relacionam-se com as classes de manuseamento e o bom emprego, sendo a resistência à compressão, a resistência à flexão, a resistência à tração e a fluência sob compressão. Mediante o exposto, a finalidade deste trabalho é apresentar estudos experimentais para a avaliação do comportamento de uma viga biapoiada em estrutura metálica e de uma viga biapoiada através de protótipo em EPS, ambos submetidos a condições de carregamentos equivalentes. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se dados do protótipo em EPS produzido por (ROCHA et al., 2016), apresentado no Encontro Científico e Cultural do Unifacex - ENEX em Natal/RN, submetido a carregamentos já realizados e o perfil metálico laminado de seção I, como referência sendo um dos mais utilizados no mercado da construção civil. A fase inicial do trabalho constituiu-se em apresentar a deflexão causada em um protótipo de poliestireno expandido com um carregamento uniformemente distribuído e outro concentrado, verificando qual seria a carga necessária atuante na estrutura metálica equivalente para obtenção da mesma flecha. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A apresentação e análise dos resultados foram organizadas e divididas em dois momentos. Primeiro, coletou-se os dados obtidos nos ensaios com protótipo em EPS que simulou de forma qualitativa o comportamento dos deslocamentos de uma viga real biapoiada ao longo da seção longitudinal. O carregamento para o primeiro caso foi de uma carga uniformemente distribuída de 900 g ao longo de 50 cm, o equivalente a 0,17658 Kgf/cm. A deflexão máxima ocorreu no centro no carregamento a uma distância de 25 cm, com deslocamento vertical de 10,5 mm. Para conhecer a carga necessária para obtenção da mesma deflexão causada no EPS em uma estrutura metálica, utilizou-se a de perfil I com dimensões de 76,20 mm de altura, largura de abas 59,18mm, espessura de alma 4,32 mm e massa linear igual a 8,48 Kg/m. Após definir o perfil a ser utilizado para comparação realizou-se o cálculo da flecha (deformação máxima), para carregamento distribuído onde: $f(\text{cm}) = 5 \times p(\text{kgf}) \times (\text{Lcm})^4 / 384 \times E (\text{kgf/cm}^2) \times I (\text{cm}^4)$, considerou-se módulo de elasticidade do aço $E = 210\text{GPa}$ e comprimento da seção metálica 10 vezes maior que a do protótipo, correspondendo a 500 cm. Dessa forma, considerando a mesma flecha obtida para o EPS de 1,05 cm obtivemos a carga necessária para o mesmo deslocamento vertical que seria o correspondente a 17,3717 Kgf. O carregamento para o segundo caso foi de uma carga concentrada de 450 g a 25 cm dos apoios, que ocasionou a flecha máxima no centro da seção longitudinal, ou seja, no mesmo ponto de aplicação, o equivalente a 4,4145 Kgf/cm. O deslocamento vertical da flecha foi de 18,5 mm. Para conhecer a carga necessária para obtenção da mesma deflexão causada no EPS em uma estrutura metálica, utilizou-se a de perfil I com as mesmas dimensões do carregamento anterior. Após definir o perfil a ser utilizado para comparação realizou-se o cálculo da flecha (deformação máxima), para carregamento concentrado onde: $f(\text{cm}) = p (\text{Kgf}) \times (\text{Lcm})^3 / 48 \times E (\text{Kgf} / \text{cm}^2) \times I (\text{cm}^4)$, considerou-se módulo de elasticidade do aço $E = 210\text{GPa}$ e comprimento da seção metálica 10 vezes maior que a do protótipo, correspondendo a 500 cm. De tal modo, considerando a mesma flecha obtida para o EPS de 1,85 cm obtivemos a carga necessária para o mesmo deslocamento vertical que seria o correspondente a 0,03155 Kgf/cm. **CONCLUSÃO:** A relação estabelecida do protótipo em poliestireno expandido desenvolvido em laboratório e ensaiado com carga pontual e distribuída em vão de 50 cm, contribuiu

para obter fechas relacionadas de forma numérica, com fechas de um perfil metálico. Embora os materiais sejam distintos, com seções específicas e resistências características próprias, a partir das fechas encontradas em laboratório, foi possível aplicá-las e encontrar uma carga proporcional, onde essa carga estabelece uma relação tendo em vista que quanto maior o vão da peça maior será sua flecha. Foi possível verificar que quando observarmos a relação do protótipo e cálculos da peça metálica para um carregamento distribuído obtivemos que a carga utilizada para o protótipo foi 5,6 vezes maior que a necessária para causar a mesma flecha no perfil metálico. Porém, uma relação inversa ocorre quando analisamos em relação a carga concentrada. A peça metálica para alcançar a flecha sofrida pelo protótipo foi cerca de 4,4 vezes maior. Logo, a análise é válida e permitiu verificar essas relações, no entanto, seria necessário maior número de correlações para obtenção de números confiáveis, para ampliação de melhorias no desempenho de obras o que implicaria a minimizar riscos e maximizar resultados.

REFERÊNCIAS

CALDAS, R. B. **Análise numérica de pilares mistos aço-concreto**. Ouro Preto: [s.n.], 2004.

ELLER, P. R. **Pré-dimensionamento de vigas mistas de aço e concreto para pontes de pequeno porte**. Ouro Preto: [s.n.], 2011.

GUIMARÃES, E. F. et al. **Reprocessamento do poliestireno expandido em poliestireno utilizando energia térmica e baixa pressão**. Ilheus; [s.n.], 2009.

HELENA, M. S. **Estudo para aplicação de poliestireno expandido (EPS) em concretos e argamassas**. Criciúma: [s.n.], 2009.

MACEDO, M. C. et al. **Materiais compósitos à base de gesso e isopor para construção de casas populares**. 2011.

ROCHA, A. C. C., COSTA, J. S. S., SILVA, M. D. S., et al. **Análise dos deslocamentos de vigas isostáticas por meio de simulações em protótipos de EPS**. Natal: Enex, 2016.

ROSSATTO, B. M. **Estudo comparativo de uma edificação em estrutura metálica/concreto armado: estudo de caso**. Santa Maria: [s.n.], 2015.

SANTOS, R. S. **Comparativo entre estruturas de aço e concreto armado**. Itatiba: [s.n.], 2007.

MÉTODOS DOS ELEMENTOS FINITOS APLICADOS A PROBLEMAS DE TRELIÇAS

AUTORES:

Gustavo Nascimento da Silva
João Paulo de Barros Cavalcante
Marcos Antônio Silvestre
Paulo Bezerra Neto

RESUMO: Com o avanço tecnológico nas últimas décadas, a mecânica estrutural começou a utilizar as ferramentas computacionais para processar seus cálculos, reduzindo o tempo de análise e gerando resultados com maior fidelidade. Esse trabalho tem como objetivo realizar estudos e análises de estruturas do tipo treliça pelo Método dos Elementos Finitos (MEF). O MEF é uma análise matemática que baseia-se na discretização de uma estrutura em elementos, onde cada um desses elementos é chamado de elemento finito, mantendo as mesmas propriedades do meio original. Os resultados obtidos apresentam os deslocamentos, reações de apoio, tensões e deformações. Compara-se os resultados obtidos com os do software FTOOL.

Palavras - chave: Método dos Elementos Finitos. Treliças. Estruturas.

INTRODUÇÃO: Tanto no âmbito acadêmico de ensino de engenharia quanto na indústria, o Método dos Elementos Finitos (MEF) é ferramenta indispensável na análise estrutural devido a sua diversidade e flexibilidade (Lewis et al., 2004). O método dos elementos finitos (MEF) é atualmente uma importante e, frequentemente, indispensável ferramenta para análise estrutural (Bathe, 1996). O emprego do MEF como ferramenta de auxílio no dimensionamento e análise de elementos estruturais é bastante difundido na engenharia. De acordo com Soriano (2003), o método nada mais é que uma análise matemática, onde um meio contínuo é fragmentado em vários elementos, cujos mesmos mantêm as propriedades idênticas aos originais. Esses elementos serão descritos por equações diferenciais e resolvidos por modelos matemáticos, onde tal processo torna-se complexo se resolvido analiticamente. Conforme Cavalcante (2011), o MEF demonstra-se altamente eficiente em relação a problemas de engenharia, ele disponibiliza importantes conclusões a respeito de aplicações em estruturas, como por exemplo: a influência das cargas estáticas e dinâmicas em estruturas de concreto, que podem acarretar em fissurações e rupturas; o estudo dos limites de resistência dos materiais e das cargas aplicada em vigas e colunas, para que não haja deformações nem deslocamentos; em pontes e lajes, que estão submetidas a carregamentos que podem ocasionar flexão, cisalhamento e deformações, onde aparece a necessidade de utilizar estratégias para detectar futuros danos, também sendo estabelecidas as zonas críticas das estruturas. Devido ao avanço tecnológico e a utilização de materiais mais resistentes, estruturas mais esbeltas e complexas vêm sendo projetadas, sendo assim, a pesquisa envolvendo ferramentas numéricas são fundamentais para o projeto de treliças mais leves e eficientes, dentro dos padrões de segurança e desempenho. O Método dos elementos finitos (MEF) é bastante utilizado para análises de estruturas treliças espaciais. A treliça é uma estrutura simples e bastante difundida na engenharia, e assim a pesquisa desse elemento se

justifica, pois, as principais características de elementos finitos mais complexos podem ser completamente aplicadas e estudadas nas treliças, tendo a vantagem de evitar a inerente complexidade das estruturas mais sofisticadas (Lacerda, 2014). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo disseminar e avançar no estudo das formulações e técnicas para implementação do MEF em problemas de estruturas treliçadas. **METODOLOGIA:** Método dos Elementos Finitos surgiu por volta da metade do século XX, quando foram instituídos os computadores. Os princípios matemáticos do MEF já eram habituais a bastante tempo, entretanto, a implementação do mesmo era impraticável devido a falta de ferramentas de cálculo adequadas. O MEF foi abordado no começo para tratar de problemas da mecânica dos sólidos, porém, com rapidez, sua implementação se estendeu para os diversos campos da engenharia e da física. Esta abrangência mais o sucesso do método propiciaram o estudo mais profundo e extenso dele. Quanto as condições de equilíbrio, pode-se destacar os problemas como estáticos e dinâmicos, amplamente estudados na literatura especializada, conforme descrito a seguir. **ANÁLISE ESTATICA:** Na discretização de treliças, para facilitar a aplicação dos deslocamentos nodais e a medição dos respectivos deslocamentos, é conveniente se trabalhar com coordenadas horizontais e verticais. Na análise estática de estruturas, o MEF adota equações matriciais do tipo $KU=F$, sendo F o vetor carregamento da estrutura e U são os deslocamentos finais. Portanto, existe a necessidade de determinar K , denominada de matriz de rigidez do elemento. Para obter a matriz de rigidez global de uma estrutura, as matrizes de rigidez local de cada elemento são superpostas de forma adequada, conforme seus nós. Essa montagem é realizada conforme a localização do elemento, onde a rigidez é determinada como uma força associada a um deslocamento. Logo, para definir as propriedades de rigidez de uma estrutura, os deslocamentos e as forças relacionadas individualmente a cada elemento devem ser associadas a um sistema de referências, denominado de sistema de coordenadas locais. Porém, a estrutura é composta por vários elementos, então existe a necessidade de utilizar algum artifício para trabalhar somente com um único de sistema de coordenadas. Nesse contexto, surge a matriz de rotação. Essa matriz tem a finalidade de relacionar a matriz de rigidez do sistema local com a matriz de rigidez do sistema global. As Equações (1), (2), (3) e (4) apresentam as forças que atuam no elemento, escritas no sistema de coordenadas global.

$$F_{ix} = f_{ix}\cos\theta - f_{iy}\sin\theta \quad (1)$$

$$F_{iy} = f_{ix}\sin\theta + f_{iy}\cos\theta \quad (2)$$

$$F_{jx} = f_{jx}\cos\theta - f_{jy}\sin\theta \quad (3)$$

$$F_{jy} = f_{jx}\sin\theta + f_{jy}\cos\theta \quad (4)$$

Escrevendo em forma matricial, tem-se:

$$[F] = [T][f] \quad (5)$$

Onde T é a matriz de transformação do sistema local para o sistema global.

(6) A relação entre os deslocamentos no sistema local e global é dado pela Eq.

$$[U] = [T][u] \quad (6)$$

A partir das Equações (5), (6), (7) e (8) pode-se relacionar as forças e deslocamentos nodais do sistema global, conforme apresentado nas expressões a seguir:

$$[F] = [K][U] \quad (7)$$

$$[f] = [k][u] \quad (8)$$

$$[T]^{-1}[F] = [k][T]^{-1}[U] \quad (9)$$

$$[F] = [T][k][T]^{-1}[U] \quad (10)$$

Comparando anteriores, tem-se:

$$[K] = [T][k][T]^{-1} \quad (11)$$

Os esforços normais podem ser obtidos em relação às coordenadas locais do elemento finito, dado por:

$$[N]_e = [K]_e[u]_e \quad (12)$$

A partir da lei de Hooke pode-se obter as tensões e deformações.

ANÁLISE DINÂMICA: A análise dinâmica objetiva determinar os deslocamentos, velocidades e acelerações dos graus de liberdade, como funções do tempo, ocasionados por determinado carregamento externo, que apresenta distribuição conhecida no espaço e variação conhecida no tempo, além da magnitude dos esforços internos desenvolvidos nos membros da estrutura. Define-se a energia potencial total de um sistema estrutural como o trabalho realizado pelas forças externas e esforços internos para levar o sistema estrutural da posição final deformada a posição inicial indeformada. Conforme a Eq. (13), a energia potencial total, Π , é formada por duas parcelas: U_e é a energia total de deformação e P é a energia potencial das forças aplicadas.

$$\Pi = U_e - P \quad (13)$$

Tornando a Eq. (13) e acrescentando as parcelas de energia cinemática (K_e) e perda de energia devido ao amortecimento (K_a), tem-se:

$$\Pi = U_e - P + K_e + K_a \quad (14)$$

A parcela K_a pode ser interpretada como um termo que mensura a quantidade de energia dissipada no sistema mecânico, sendo que, quando adicionado ao potencial

de energia total recupera a natureza estacionária do funcional. A minimização do funcional (Eq. (14)) gera a posição de equilíbrio dinâmico.

A partir da minimização de todo o funcional de energia, tem-se a seguinte expressão:

$$\frac{\partial \Pi}{\partial u} = \frac{\partial U_e}{\partial u} - F + M\ddot{u} + C\dot{u} = 0 \quad (15)$$

$$C = 2c_m M \quad (16)$$

Na Eq.(16), o termo C representa a matriz de amortecimento proporcional a matriz de massa M. c_m indica o coeficiente de amortecimento. A matriz de massa relaciona as características geométricas e físicas do material. A Eq. (16) denomina-se equação do movimento, onde u representa a posição, $\dot{u}$ a velocidade, $\ddot{u}$ indica a aceleração. A análise dinâmica faz uso de integrais temporais, dentro vários métodos presentes na literatura para solucionar esses problemas, pode-se citar as integrações temporais de Newmark e Houbolt. As equações de equilíbrio dinâmico são equações diferenciais parciais no espaço e no tempo, sendo que na formulação utiliza-se a hipótese de que as variáveis sejam separáveis. A solução de equações de equilíbrio no tempo é alcançada por meio de uma discretização do tempo, com o emprego das equações de integração temporal. As aproximações temporais baseiam-se na simplificação da variável aceleração nos intervalos de tempo.

RESULTADOS: O exemplo a seguir foi escolhido para ilustrar o potencial do método em estudo, sendo comparado os valores obtidos com resultados gerados pela ferramenta FTOOL. Determinar os deslocamentos, esforços internos, tensões, deformações e reações. Considerar os seguintes dados: A treliça analisada possui 6 nós e 9 elementos, sendo que os elementos da mesma tem área de seção transversal igual a 0,00152 m² e modulo de elasticidade longitudinal equivalente a 205 GPa. Posto isso, determinou-se os deslocamentos, esforços internos, tensões, deformações e reações da treliça analisada. Os resultados encontrados mostram-se coerentes, onde os mesmos foram comparados com resultados obtidos pelo FTOOL para verificar sua confiabilidade. O deslocamento máximo, por exemplo, obtido pelo FTOOL foi igual a 0,02333m, enquanto que o deslocamento obtido pelo MEF foi equivalente a 0,0230236m. Os resultados das reações de apoios coincidiram. Enquanto que as tensões e deformações máximas de compressão obtidas pelo FTOOL foram iguais a 129867,3724 kN/m² e 0,0006335, já os valores obtidos pelo MEF foram 129867,3721 kN/m² e 0,0006335, respectivamente. A diferença entre os deslocamentos obtidos pelo FTOOL e os apresentados nesse trabalho ficaram em torno de 1%. Enquanto as reações, esforços internos, deformações e tensão apresentam valores praticamente iguais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste trabalho foram apresentados os conceitos teóricos envolvidos na análise de treliças, através da solução numérica obtida de acordo com o Método dos Elementos Finitos. Após a obtenção dos resultados realizou-se uma comparação com ferramentas consagradas no meio acadêmico, onde ficou visível a confiabilidade dos resultados desse trabalho obtidos via MEF. A partir deste estudo observa-se a importância do MEF, pois a constante evolução da engenharia exige métodos computacionais poderosos, seja para fins acadêmicos ou práticos, tendo em vista a dificuldade de se modelar o comportamento real destas estruturas com precisão.

REFERÊNCIAS

BATHE, K. J. (1996): **Finite Element Procedures**. 1nd ed., Prentice Hall, New Jersey, p. 1052.

CAVALCANTE, João Paulo Barros. **Análise Estática de Treliça Via Modelagem Numérica**. 2011. 51 f. Monografia - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos, 2011.

LACERDA, E. G. M. (2014): **Análise não linear de treliças pelo método dos elementos finitos posicional**. Dissertação (Mestrado), Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 107 p.

LEWIS, R. W, et al. (1996): **The Finite Element Method in Heat Transfer Analysis**. Chichester, Inglaterra: John Wiley & Sons, 1996.

SORIANO, Humberto Lima. **Método de Elementos Finitos em Análise de Estruturas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 589 p.

GASTRONOMIA

DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: PROFITEROLE DE RAPADURA COM BRIGADEIRO DE CAIPIRINHA

AUTORES:

Alice Brunely Lopes Alves
Brenna Iohayne Vicente Bezerra
Igor Henrique Onofre da Silva
Jeziel de Souza Cabral
Joseleide Sabino Gomes

INTRODUÇÃO: Os chefs buscam levar ao seu prato não apenas o alimento que é capaz de saciar uma necessidade física, mas o alimento que é capaz de traduzir a história de um povo, de uma cultura pelos seus sabores. Este trabalho teve como objetivo a elaboração e a releitura de um produto clássico da confeitaria para uma produção contemporânea. A elaboração deste produto visa à criação de um profiterole de rapadura com brigadeiro de caipirinha voltado para a contemporaneidade. Além de estimular ao grupo a desenvolver novos produtos da confeitaria com base nas experiências vivenciadas durante o curso de gastronomia.

METODOLOGIA: Para o desenvolvimento do profiterole de rapadura com brigadeiro de caipirinha se fez necessário uma pesquisa sobre a massa base do profiterole que é a massa Pâte à choux e o brigadeiro tradicional. Os testes da preparação foram realizados no laboratório de técnica dietética do curso de gastronomia da Unifacex. Primeiramente foi feito o preparo da massa “*pâte à choux*”, que posteriormente foram moldados em formato de “bolas”, no qual foi substituído o açúcar refinado, pelo açúcar mascavo, assim fazendo com que esta massa passe a ter um sabor peculiarmente característico do nordeste brasileiro. Por conseguinte para o recheio de brigadeiro, deixou-se de lado o sabor do chocolate, que dá espaço ao sabor da cachaça e do limão, fazendo referência ao coquetel brasileiro, a caipirinha.

RESULTADOS: Com alguns testes, chegamos à finalização dessa preparação muito satisfeitos, pois o profiterole ficou uma massa oca na parte do miolo e formou-se uma crosta na parte externa, com sabor levemente adocicado, formatos e coloração atrativos. **CONCLUSÕES:** O Profiterole foi repaginado de forma sofisticada, usando elementos da contemporaneidade. Em vista disso o propósito foi granjeado, uma vez que foi possível agregar sabores diversos do mundo atual, a um clássico já solidificado pela sua história, fazendo uma mistura de sabores, assim levando um sabor diferenciado na preparação e mostrando a importância da elevação de novas ideias partindo de um ponto já existente.

Palavras - chave: Clássico. Releitura. Confeitaria.

REFERÊNCIAS

ABOR, Blog Certo. **Profiterole, um doce popularmente requintado**. 2015. Disponível em: <<http://www.certosabor.com.br/blog/onde-surgiu-o-profiterole/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

ARMESTO, Felipe Fernández. **Comida: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
COISAS, A Origem das. A origem dos Brigadeiros. 2016. Disponível em: <<http://origemdascoisas.com/a-origem-do-brigadeiro/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

EDUCAÇÃO FÍSICA

O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AUTORES:

Fábio Wesley Marques dos Reis

Joyce Mariana Alves Barros

RESUMO: O referido trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões significativas para a atuação profissional em Educação Física na EJA por meio do relato das experiências da pesquisa em andamento intitulada “O profissional de Educação Física e a Educação de Jovens e Adultos”, esta investigação busca identificar a relação entre a formação inicial em Educação Física e o estágio supervisionado obrigatório na EJA. Assim, por meio do Estudo de Caso, será discutido o impacto das ações desenvolvidas no componente curricular Educação Física para Jovens e Adultos na formação (inicial) dos graduandos do 6º período do curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Facex - UNIFACEX. Foram executadas ações como debates, apreciação de problemáticas características da EJA e Práticas como Componente Curricular (PCC) na construção de experiências sistemáticas possíveis na EJA. Este percurso perspectiva formar a base de um caminho reflexivo na consolidação de uma prática pedagógica da Educação Física na EJA coerente, organizada e significativa; presente na expectativa dos graduandos ao cursar o componente curricular.

Palavras - chave: Educação Física. Formação Inicial. Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO: Os percursos formativos da Educação física na EJA apresentam grandes desafios, pois, inicialmente, ao observar a formação para atuar na modalidade EJA é notória a pouca relevância no debate curricular direcionada para atuar junto ao público desta modalidade. Nesta reflexão, Machado (2008) esclarece que nos anos de 1980 e 1990 profissionais capacitados para disciplinas específicas como Educação Física, Geografia e Matemática (dentre outras) não eram preparados para atuar com jovens e adultos que estavam retomando os estudos. Logo, sem espaço para enfrentar as dificuldades da realidade na formação inicial seria muito mais difícil apontar encaminhamentos metodológicos para um professor de Educação Física atuar na EJA. O estágio, dentre estes momentos de caráter metodológico, representaria “[...] vincular o que foi aprendido pelo estagiário na licenciatura com a situação nova que terá início. Esta vinculação se refere tanto aos conteúdos a serem ensinados (algo que ele estudou muito) quanto as metodologias a serem aplicadas” (ZABALZA, 2014, p. 311). Diante disso, o rumo dos profissionais que atuam na EJA deve ser cada vez mais (re)pensado, assim, estratégias formativas como a Iniciação Científica, o estágio Supervisionado Obrigatório, o Ensino, a Extensão, dentre outras ações representam o engajamento necessário a atividade curricular que movimenta-se conforme as necessidades da sociedade atual. Neste intento, a Educação Física deve preocupar-se com o fomento destas ações visando a formação de um profissional qualificado com autonomia, criticidade e experiências construídas na formação inicial. Corroborando com o pensamento apresentado anteriormente, o referido trabalho objetiva discutir a formação inicial em Educação Física para atuar na EJA, por meio do relato das experiências já vivenciadas no projeto “O profissional de Educação Física e a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

Educação de Jovens e Adultos” do PROIC (Programa de Iniciação Científica) 2017/2018 do Centro Universitário Facex - UNIFACEX. **METODOLOGIA:** A pesquisa desenvolvida no PROIC 2017/2018 foi iniciada em maio de 2017 (seguindo até maio de 2018), a amostra da pesquisa foi a turma do 6º período do curso de Educação Física do turno noturno, neste segundo semestre (2017.2). As ações foram planejadas ao longo dos encontros proporcionados pelo componente curricular Educação Física para Jovens e Adultos que tem a carga horária de 30h, além de 15h destinadas a Práticas como Componente Curricular. O estudo de caso foi um caminho metodológico elencado na construção das reflexões, com o apoio do diário de bordo e observação não-participante (com o apoio do bolsista PROIC). De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é um tipo de pesquisa empírica que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade. Os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos, assim, a busca é feita por meio de várias fontes de evidência, assim, Gil (2008, p.58), disserta sobre alguns aspectos relevantes:

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Neste percurso metodológico, o presente trabalho se insere na contextualização de uma situação real da formação inicial em Educação Física no ensino da EJA, estabelecendo questões necessárias para concluir os pontos que devem ser alvo de melhorias significativas para abarcar novas experiências aos graduandos desta licenciatura. **REVISÃO DA LITERATURA:** A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB), em seu Art. 37º é destinada aos indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. Logo, percebe-se que ela atenderá um público muito específico e precisa adequar-se a uma realidade peculiar. Assim, o Art. 26 não distancia a modalidade EJA da área de Educação Física pois, “[...] integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2017). Assim, é imprescindível aproximar-se dos debates que constituem a EJA sejam eles do ponto de vista curricular, formativo ou metodológico, sobretudo, levando em consideração os seus fundamentos. Pois, de acordo com o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2000), através do Parecer CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000, são atribuídas a EJA três funções: função qualificadora, função equalizadora e função reparadora. No que se refere a reparação de um direito negado historicamente, é fundamental que a EJA resgate esta dívida histórica da sociedade brasileira. Desta forma, as ações continuadas desta modalidade de ensino se tornarão o ponto de partida para igualdade de direitos. Assim, a função Equalizadora representa um momento em que as minorias excluídas do processo educacional ao longo da vida podem retomar os estudos na perspectiva de ter acesso a um direito negado. Neste sentido, identifica-se a função qualificadora (que é o próprio sentido da EJA), pois à medida em que é oportunizado

a todos uma educação de qualidade, superando dificuldades de um passado recente, a educação de forma geral vai consolidando-se fortalecida, de modo inclusivo. Consequentemente, a ideia de uma educação compensatória é abandonada e substituída por uma perspectiva de educação ao longo de toda a vida na construção de uma sociedade melhor. Desta forma, é preciso esclarecer o papel dos profissionais que atuam nesta modalidade, pois:

[...] compreendemos que é a partir dos contextos sociais das diferentes escolas, das Universidades, dos movimentos sociais que emergem vários sentidos sobre formação de educadores que se interpenetram. O que pode, na nossa compreensão, fortalecer o campo de saberes educativos e pedagógicos da EJA, e ir, portanto, compondo um inventário que, pelo caráter de sua inconclusão, atualiza nexos com as matrizes epistêmicas e metodológicas[...] (ALVARENGA, 2016, p. 48).

Assim, os caminhos traçados por esta modalidade da Educação Básica promovem desafios na consolidação da EJA. Estes momentos de superação incluem, dentre as inúmeras tarefas, a elaboração de referenciais curriculares, material pedagógico e a formação de profissionais na EJA que compreendam como atuar neste cenário diferenciado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste processo, experiências acadêmicas significativas na formação inicial podem estruturar uma postura profissional que busca constantemente trabalhar os conteúdos da Educação Física relacionados a EJA, de modo coerente reconhecendo o contexto da comunidade escolar. Isto tem se estabelecido ao simular situações recorrentes na sala de aula da EJA ao longo do componente curricular “Educação Física para Jovens e Adultos”, principalmente através da carga horária de Prática como Componente Curricular (PCC). A construção de situações-problema conduzidas pelas ideias do Teatro do Oprimido com uma caracterização da intervenção popular e temáticas de engajamento social foram estratégias organizadas para os alunos. Assim, os graduandos foram divididos em grupos de 4 a 5 componentes nos quais dramatizaram uma cena cotidiana das aulas de Educação Física em que ocorrera uma situação de “opressão” no processo de aprendizagem, os alunos executaram as ações em dois momentos, inicialmente, fizeram suas intervenções e, em seguida, apresentaram a “solução” do problema que constituiu a reconstrução da situação.

Este momento merece destaque por compreender que:

Na EJA, os conteúdos não são valorizados pela técnica de execução dos movimentos, ou conhecimento exclusivamente voltado para o esporte, mas como o aluno se apropria de um novo saber, fazendo com que este conecte-se com os saberes que já traz consigo, ressaltando o atrelamento entre o saber fazer, saber porque está fazendo e como relacionar-se com este saber. Inclui também uma dimensão crítica, onde questões sociais e políticas podem ser desenvolvidas, sem, no entanto, perder o foco da atividade física, seus benefícios e na melhoria da qualidade de vida (LIMA; SILVA, 2011, p. 126).

Neste sentido, o profissional que atua na EJA deve estar preparado para discutir as problemáticas sociais e aproximá-las dos conhecimentos específicos relacionados a cada componente curricular, tendo em vista que a dimensão crítica do processo pedagógico se torna o ponto de encontro, o entrelace, entre as dimensões do saber fazer, conhecer e o “porque” está fazendo, ou seja, são conceitos, procedimentos e atitudes dos saberes relacionados ao cotidiano. Neste sentido, Paulo Freire (2014) foi condutor de um momento de profunda análise da realidade cotidiana da

educação brasileira, permitindo um recorte específico para a Educação Física na EJA nos debates em sala. Além disso, as Práticas como Componente Curricular (PCC) proporcionaram um ambiente próximo de conteúdos que se diferenciam dos Esportes, como as Lutas, ao questionar os alunos como construir possibilidades didáticas por meio de Jogos de Combate (CARTAXO, 2001). Neste sentido, foi possível ressignificar o conhecimento das lutas de modo inclusivo, participativo e lúdico. A vivência foi de grande relevância para identificar a importância da Educação Física na EJA, defendendo a realidade educacional, a partir da reflexão sobre os documentos legais e os referenciais curriculares da Educação Física na EJA (conteúdos como Jogos e Lutas), por meio de um debate dirigido pelos próprios alunos foi possível argumentar sobre a inclusão/exclusão deste componente curricular da EJA. **CONCLUSÃO:** Assim, o trabalho conclui parcialmente que o processo de formação inicial dos graduandos, através do componente curricular Educação Física para Jovens e Adultos, resulta reflexões significativas para a atuação profissional em Educação Física na EJA. Partindo destes debates, os aprendizados começam a se materializar na prática pedagógica inicial dos graduandos, exemplos desta atuação apresentam-se nas Práticas como Componente Curricular e no Estágio Supervisionado Obrigatório III. Portanto, a pesquisa em andamento intitulada “O profissional de Educação Física e a Educação de Jovens e Adultos” revela-se um parâmetro avaliativo do processo pedagógico que vem sendo desenvolvido no componente curricular Educação Física para Educação de Jovens e Adultos, além disso, atendendo aos anseios, dificuldades e provocações dos alunos que estão conhecendo as Escolas públicas que ofertam EJA no estado do Rio Grande do Norte é possível consolidar aulas numa perspectiva dialógica e reflexiva na expectativa de preparar o aluno para organizar sua ação pedagógica de modo interdisciplinar, adequando-se à pluralidade cultural da sala de aula da EJA. Neste processo, o andamento das ações do projeto de pesquisa ao qual nos referimos (PROIC 2017-2018), resultará em um produto, este se trata de um *ebook* que buscará tematizar a construção de processos reflexivos em diferentes contextos da EJA relatando os entraves e possibilidades da construção de práticas na EJA a partir da vivência dialógica entre o aluno da graduação e o professor da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Marcia Soares. Políticas de Formação de Educadores Jovens e Adultos: disputas de sentidos e cartografia da ação. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 4, n. 7, 2016, p. 32-52. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/3082>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução, 2002. 240p. il: v. 3. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edufisica.pdf. Acesso em 15 out. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. **PARECER CNE/CEB 11/2000**. Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2000, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

CARTAXO, Carlos Alberto. **Jogos de combate**: atividades recreativas e psicomotoras: teoria e prática. Petrópolis: vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Allan Benevides Durães; SILVA, Ana Maria Silva da. **Organização e desenvolvimento das aulas de Educação Física na EJA através de oficinas pedagógicas**. In: Educação Física escolar na Educação de Jovens e Adultos. Rosa Malena Carvalho (organizadora). Curitiba, PR: CRV, 2011, p. 125-136.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA. Uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi-3. Ed.- Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZABALZA, Miguel A. Estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. Coleção: Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2014.

O WRESTLING NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

AUTORES:

Joyce Mariana Alves Barros
Lidiane da Silva Miranda
Maria Eloiza Siqueira da Silva
Natã Azevedo de Melo
Rita de Kassia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: A educação física escolar engloba uma gama de conteúdos que são da cultura corporal, neste relato de experiência, serão descritas as aplicações das aulas sobre o conteúdo lutas, especificando a modalidade *Wrestling*, conhecido como luta olímpica. O estágio foi dividido em duas etapas da educação básica, o primeiro se deu na educação infantil, no qual foram ministradas aulas de Educação Física abordando o conteúdo lutas de forma lúdica e após a unidade didática foi aplicado um questionário visando coletar dados sobre o entendimento dos alunos com relação ao tema da aula. No segundo estágio, ocorrido no ensino fundamental I, apresentamos o *wrestling* enquanto modalidade de luta com o intuito de familiarizar os alunos com esta modalidade, visto que, apesar desta luta existir desde os primórdios da humanidade, a mesma ainda é pouco conhecida na Educação Física Escolar. Na sequência, foram lecionadas aulas práticas utilizando movimentos mais característicos da modalidade, como por exemplo, atividades de jogos de oposição, possibilitando uma vivência maior com a prática da luta e na sequência foi aplicado um questionário para avaliar todo o processo, no qual os alunos corresponderam as nossas expectativas através de pinturas e de perguntas objetivas.

Palavras - chave: Educação física. Lutas. Wrestling.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é um relato de experiência do estágio supervisionado I do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Facex. O estágio supervisionado tem o objetivo de formar estudantes de licenciatura em Educação Física e conduzi-los para a realidade do campo de atuação, através desse processo o discente poderá obter experiências positivas e negativas, que se refletirão no seu desempenho acadêmico e profissional. Pois, segundo Bianchi (2003), o estágio quando visto como atividade que pode acarretar múltiplos benefícios no processo de aprendizagem, proporciona a melhoria do ensino. Assim, no que diz respeito a formação do estagiário, seguramente trará resultados positivos. O objetivo desse trabalho é apresentar a modalidade Wrestling dentro do conteúdo lutas nas aulas de Educação Física, ampliando os conhecimentos dos alunos e despertando nos professores o interesse de diversificar o repertório de suas aulas, envolvendo este seguimento da cultura corporal. Afinal, bem como afirma o Coletivo de autores (1992), é necessário que o aluno compreenda o desenvolvimento da historicidade da cultura corporal, e perceba que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Logo, o *wrestling* resgata um pouco dessa história, uma vez que a mesma é considerada como uma das primeiras modalidades de lutas existentes na história da humanidade, proporcionando ao aluno uma formação integral. A partir desses pressupostos supracitados, introduzimos esta temática às atividades do estágio, o primeiro momento foi realizado no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

Carmen Fernandes Pedroza, com a turma do nível IV, no qual teve início no dia 18 de agosto de 2016 e seu término em 20 de outubro do mesmo ano. Na turma do ensino infantil, Nível IV foi ministrado aulas sobre a história do wrestling a partir da Grécia antiga, onde a luta servia em forma de arma para caça de animais. O segundo momento do estágio supervisionado ocorreu na Escola Municipal Professora Maria Cristina Ozório Tavares com a turma do 5º Ano do Ensino Fundamental I, a turma era bem participativa nas aulas, com a faixa etária entre 10 e 12 anos de idade. Nesta etapa de ensino, foram aplicadas aulas sobre o wrestling, utilizando os jogos de conquista de objetos, jogos de conquista de território, nos quais por meio dos jogos foi possível inserir o conteúdo lutas nas aulas de Educação Física. De acordo com Darido, 2014, p. 160 apud Freire e Saglia 2003, p.33 “o jogo versa de uma categoria maior, uma metáfora da vida, uma simulação lúdica da realidade, que se manifesta, que se concretiza [...] quando lutam, quando fazem ginástica, ou quando as crianças brincam”, por esse motivo recorreremos aos jogos para envolver os alunos nas aulas e ajudar na fixação das informações fornecidas.**METODOLOGIA:** O Estágio foi realizado em duas escolas da rede municipal, o primeiro efetivado na educação infantil no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmen Fernandes Pedroza está localizada na Cidade do Natal-RN, no Bairro de Felipe Camarão, onde o CMEI foi construído, algo relevante nesta localidade, pois:

“O elevado índice de violência está ligado a consumo ou tráfico de drogas, principalmente entre os jovens de 16 a 24 anos, onde um crime leva a outro, gerando uma cadeia de atos infracionais, motivado por um só sujeito: as drogas[...]”. (LIMA e SILVA, 2012, p.7).

Sua inauguração foi no dia 25 de outubro de 2007, criado pelo Prefeito Carlos Eduardo Alves, juntamente com a Secretária de Educação do Município Professora Justina Iva, através do decreto nº 8.160 de 29 de maio de 2007, publicado em 30 de maio de 2007, com a finalidade de atender à clientela para a Educação Infantil (turno matutino e vespertino) da comunidade do Bairro de Felipe Camarão que está em funcionamento até os dias de hoje. Participaram das atividades do estágio a turma IV da educação infantil, composta por um total de 20 alunos divididos entre meninos e meninas. O período dos encontros com a turma aconteceu no dia 18 de agosto de 2016 e perdurou até o dia 20 de outubro, no turno matutino. Nesse período, foram realizadas uma soma de nove encontros, divididos em três observações⁹, três semi-regência¹⁰ e três regência¹¹. As regências foram ministradas em sala de aula, na primeira se realizou imitações de alguns animais para que as crianças pudessem compreender a história da caça aos animais pelos Gregos, além de movimentos do específicos da modalidade wrestling. Inicialmente os alunos fizeram um alongamento, depois foi solicitado aos mesmos que ficassem de pé, sentados, deitados, ocupando o maior e o menor espaço onde estavam com o intuito de conscientizar os alunos corporalmente de forma lúdica. Na continuidade, os alunos formaram uma fila, e sequencialmente deveriam realizar imitações de alguns

⁹ Observação: Consiste em assistir as aulas do professor de Educação Física da instituição concedente. Durante as atividades de observação, o estagiário coleta, registra e analisa informações da turma que acompanha e deve descrevê-la.

¹⁰ Semi-regência: O estagiário regeu atividades nas aulas ministradas pelo professor da escola campo.

¹¹ Regência: O estagiário assumiu a turma com a responsabilidade pelo planejamento, condução e orientação da aprendizagem dos alunos.

animais que eles conhecessem. Desta maneira, conforme esta descrito em Brasil (1998, p.21), “A imitação é resultado da capacidade de a criança observar e aprender com os outros e de seu desejo de se identificar com eles, ser aceita e de diferenciar-se”. Ao contextualizar o conteúdo das aulas com os conhecimentos prévios dos alunos é possível perceber que “[...] A observação é uma das capacidades humanas que auxiliam as crianças a construir um processo de diferenciação dos outros e consequentemente sua identidade (BRASIL, 1998, p.27). Dando sequência a temática da aula anterior, a partir do mesmo conteúdo, através das imitações de animais solicitamos aos alunos novas atividades em forma de brincadeiras como a caça aos animais, objetivando uma melhor compreensão da história da caça aos animais na Grécia antiga. Na segunda aula, os alunos realizaram a técnica da gangorra, utilizada no wrestling para que conseguissem organizar o corpo ao cair no solo. Após este momento, os alunos ficaram de cócoras e com o queixo colado ao peito e aos poucos foram abaixando-se próximo ao solo para realizar o movimento típico da gangorra, em seguida, foram utilizadas duas atividades caça ao toro e ataque dos animais aos caçadores. Finalizando o estágio na educação infantil, com a terceira regência, os alunos foram submetidos a uma avaliação final, de tal forma que eles deveriam representar através de desenhos o que haviam entendido nas aulas sobre o conteúdo lutas. Pois no tocante a avaliação, trata-se de um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (SANT’ANNA, p. 32, 1995). O estágio no ensino fundamental I ocorreu na Escola Municipal Professora Maria Cristina Ozório Tavares, a instituição está situada no bairro de Felipe Camarão, Zona Oeste de Natal-RN. A instituição oferece apenas do 1º ao 5º ano, atendendo a uma clientela de 694 alunos matriculados, distribuídos nos turnos matutino e vespertino, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2013) da instituição, ela é composta por crianças nas faixas etárias de 06 a 14 anos. O período dos encontros com a turma do 5º ano no ensino fundamental aconteceu no dia 04 de novembro de 2016 e perdurou até o dia 02 de dezembro, no turno matutino. Nesse período, realizamos uma soma de nove encontros, divididos em três observações, três semi-regência e três regência. A primeira regência foi ministrada em sala de aula, e as demais aconteceram na quadra de esportes. Na primeira aula o assunto abordado foi um breve histórico do *wrestling*, seus estilos, Greco-romano e estilo livre, as características das mesmas, objetivando expor a modalidade *wrestling* antecedendo a aula prática. Segundo Cartaxo (2011, p.165) “É importante conhecer as lutas em todos os aspectos, não somente a sua aplicabilidade técnica, mas também suas histórias e suas culturas”. Depois desse momento de reconhecimento, na aula seguinte os alunos executaram algumas atividades práticas, tais como, puxar TNT¹² em duplas onde os alunos experimentaram a forma de retirar o objeto, no decorrer da aula colocamos dificuldades na mesma atividade, pedimos que os alunos pusessem uma das mãos no ombro, pescoço do seu colega com a regra de que eles só poderiam tirar o TNT com a outra mão que estivesse livre, partindo desses princípios, os mesmos teriam que ter o domínio do colega através da mão no ombro. Em outro momento, os alunos colocaram uma mão no pescoço do colega dominando-o através do pescoço, pegando a fita que seria o objeto conquistado. Concluindo as sequências das atividades foi executado um jogo de bandeirinha, a terceira regência foi uma aula

¹² TNT: Tecido não tecido.

voltada para os movimentos básicos do wrestling onde os alunos formaram duplas e depois das demonstrações das seguintes técnicas da modalidade: o *single leeg*, *armidrege*, ataque do *wrestling*, os alunos executaram a prática, logo em seguida os mesmos foram submetidos a uma avaliação final, compreendendo mais sobre a modalidade wrestling que foi o assunto ministrado no decorrer das regências.

RESULTADOS: A partir da análise das avaliações percebemos que os alunos conseguiram absorver o conteúdo que foi sistematizado nas regências através das atividades citadas na metodologia. Algo que chamou atenção durante o estágio foi o fato de que o professor da educação infantil tinha certo receio de causar algum tipo de lesão corporal nas crianças ao lecionar aulas com o conteúdo lutas, e por esse motivo ele nunca havia desenvolvido este tema em suas aulas. Porém, para a nossa satisfação, o professor da educação infantil, após o término da intervenção, relatou que a partir da experiência proporcionadas como supervisor de campo do estágio, reconheceu que é possível aplicar aulas de lutas na educação infantil e, apesar de sua experiência profissional, passou a ter uma visão diferenciada sobre a aplicabilidade das lutas nas aulas da educação física. No momento de aula prática das regências na educação infantil, que foi realizada sobre um tatame improvisado, observamos que os alunos ficaram bastante à vontade, com o intuito de dinamizar a aula utilizamos máscaras de animais construindo um ambiente propício para uso da imaginação, ao imitar os animais (o leão, o touro e a ovelha) que estavam caracterizados. O aprendizado aconteceu por meio de “Habilidades Básicas: atividades voluntárias que permitem a locomoção e manipulação em diferentes situações, caracterizadas por uma meta geral, servindo de base para aquisição futura de tarefas mais complexas” (GO TANI, 1988, p.67), logo, a aula permitiu vivências corpóreas que poderão ser base para outros aprendizados futuros. Na intervenção do ensino fundamental I foi observado que os alunos ficaram bastante impressionados com os golpes dos dois estilos do *wrestling* e os demais materiais da modalidade, pois na aula teórica foram apresentadas algumas fotos, mas na prática foi a oportunidade de conhecer realmente as vestimentas características da modalidade, tais como, a malha e a sapatilha usadas pelos atletas. Nesta ocasião também foi retomado o debate sobre a diferença entre lutas e briga e, nesse momento, um dos alunos falou que “a luta é o que tem regras e que a briga não tinha regras e poderia matar outra pessoa”. Um segundo aluno falou que “não existia diferença entre a luta e a briga, os dois eram a mesma coisa”, ao mencionar a sua opinião o garoto utilizou palavras pejorativas para descrever a sua concepção onde Corroborando com:

“a interação das lutas com outras ciências, como a psicomotricidade, pedagogia, psicologia, educação física, neurologia e filosofia, é fundamental para ensino transdisciplinar, sem perder o foco da especificidade. Interagir com outros saberes justifica cada vez mais o ensino das lutas na escola como forma de educar”. (CARTAXO, 2014, p. 110)

Este fato expõe a necessidade de se trabalhar o conteúdo lutas na escola para ampliar a visão do alunado, a partir da avaliação, percebeu-se um bom aproveitamento do conteúdo ministrado nas aulas, pois as respostas analisadas no questionário foram satisfatórias. Além de cumprir as normas da escola para realizar a avaliação, representou um feedback de como repercutiu o estágio. **CONCLUSÃO:**

O estágio supervisionado proporcionou vivências significativas para a formação inicial do graduando pois seu campo de atuação nos cursos de desenvolvimento de professores poderá proporcionar trabalhos indispensáveis a construção da

identidade como docente, tendo uma postura específica ao exercício (PIMENTA; LIMA, 2012). Nesse primeiro estágio supervisionado, foi dado o passo inicial na formação da conduta do Professor de Educação Física, por meio de algumas experiências muito ricas durante as aulas, na qual unimos a teoria e a prática, constituindo uma práxis no processo de formação profissional. A *práxis* é uma forma de atividade específica distinta de outras com as quais pode estar intimamente vinculada (PIMENTA, p. 87, 2001) seja em sala de aula, na quadra de esportes, atuando como discentes e vivenciando esta realidade que seguirá por toda sua atuação profissional. A vivência na Educação Infantil foi uma oportunidade proporcionada pelo estágio para construir uma Educação Física diferenciada e inclusiva. No Ensino Fundamental I, foi possível ter o domínio de uma turma com maior quantidade de alunos, em alguns momentos, foi preciso manter uma voz de comando para que a turma pudesse redirecionar as atenções para os regentes da aula. Diante de tudo que presenciado, conclui-se que o conteúdo lutas foi de fundamental importância também na relação professor/aluno no ambiente escolar, percebido a partir da relação das atividades que foram propostas para que os alunos fizessem e as adequações necessárias para ensinar determinada atividade, possibilidades estas, de aulas inovadoras, sistematizadas e coerentes com o processo de sistematização dos conhecimentos da Educação Física.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Anna Cecília de Moraes et al. **Manual de Orientação: estágio supervisionado**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasil: MEC/SEF, 1998.
- CARTAXO, Carlos Alberto. **Jogos de Combate: Atividades Recreativa e Psicomotora: Teoria e Prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX. **Manual de Estágio Supervisionado em Educação Física**. Natal, 2017.
- DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- LIMA, Renata Karla Coutinho, SILVA, Fabiana pereira. **Criminalidade em Felipe Camarão, bairro localizado em Natal/RN: Falta de Educação de qualidade e violência são realidades opostas?**. Palmas: VII CONNEPI, 2012.
- MAURO, Breda et al. **Pedagogia do Esporte Aplicado às Lutas**. São Paulo, Phorte, 2010.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: Da Existência à Regulação das Aprendizagens – Entre Duas Lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teórica e Prática?**. São Paulo. Cortez, 2001.
- _____. **Estágio e Docência: Coleção Docência em Formação**. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANT' ANNA, Ilza Martins. **Por que Avaliar? Como Avaliar? Critério e instrumento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TANI, Go; MANOEL et al. **Educação Física Escolar: Fundamentos de uma Abordagem Desenvolvimentista**. São Paulo: EPU: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

A PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Joyce Mariana Alves Barros
Lidiane da Silva Miranda
Maria Eloiza Siqueira da Silva
Natã Azevedo de Melo
Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar situações vivenciadas no estágio supervisionado II nas aulas de Educação Física no ensino fundamental II, realizado em uma Escola da rede pública do Rio Grande do Norte. As aulas estão fundamentadas em obras do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de terceiro ao quarto ciclo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras literaturas como Soares (1992) e Darido (2015). O conteúdo abordado nas regências, tratou sobre a pluralidade cultural na educação física. Diante da experiência do estágio, foi possível perceber ao longo das aulas o desenvolvimento cognitivo dos alunos sobre a temática trabalhada, levando em consideração o pouco tempo de contato com a turma, algo que se comprovou por meio de duas avaliações, uma de cunho diagnóstico para identificar o que eles compreendiam sobre pluralidade cultural, aplicado na primeira aula e a outra de caráter somativo ao final do estágio, enfatizando apenas a manifestação cultural de crenças. Ademais, ao avaliar as respostas do último questionário foi possível levantar evidências que mostram a influência religiosa no tocante a participação dos alunos nas aulas de educação física.

Palavras - chave: Educação Física. Ensino fundamental II. Pluralidade cultural.

INTRODUÇÃO: Este relatório foi desenvolvido a partir das experiências obtidas no cumprimento do estágio supervisionado realizado no ensino fundamental II na escola Municipal Menino Jesus, da cidade de Jundiá/RN, com a turma do 9º ano. O ensino fundamental II constitui de uma fase educacional categórica para o desenvolvimento dos adolescentes, pois preside a transição dos níveis de ensino da educação básica, que é a migração do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. O professor de Educação Física exerce o papel de ensinar além dos conhecimentos da cultura corporal, à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira (BRASIL, 1998). Partindo desse entendimento, as aulas abordaram o tema transversal pluralidade cultural, pois compreendemos que o trabalho desenvolvido nesta etapa de ensino, por educadores, professores e outros agentes educacionais, está comprometido com a formação de um aluno cidadão, crítico e ativo na sociedade (BRASIL, 1998). O professor de Educação Física, no Ensino Fundamental, deve levar em consideração o contexto em que os alunos estão inseridos e respeitar as suas necessidades e limitações, por isso, ao se falar sobre pluralidade cultural, deve-se despertar o aluno sobre situações vivenciadas no seu cotidiano, como, diferenças de classe social, de gênero, de crenças, de etnia, dentre outros. Para que, por meio desse conhecimento, eles

possam ter posturas éticas no convívio social. No entanto, é salutar que as aulas de Educação Física sejam significativas para o desenvolvimento do aluno. Isso implica que os professores devem conhecer as diversidades culturais que integram a sociedade brasileira e saber relacioná-las aos conteúdos constituintes desse componente curricular. O professor de Educação Física, precisa proporcionar aos alunos diferentes momentos de aprendizagem, para que os mesmos se desenvolvam plenamente. Estes momentos devem levar em consideração que para boa parte das pessoas que frequentaram a escola, a lembrança das aulas de Educação Física é marcante: para alguns, uma experiência prazerosa, de sucesso, de muitas vitórias; para outros, uma memória amarga, de sensações de incompetência, de falta de jeito (BRASIL, 1998). Por isso, é importante estar atento ao que acontece na aula, para que o aprendizado não perca a sua essência principal na formação do cidadão e acabe se tornando como já mencionado, numa experiência de constrangimento e de frustração. Na definição dos PCNs, a Educação Física no ensino fundamental, deve trazer uma perspectiva que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos estudantes (BRASIL, 1998). Diante dessa situação, nosso objetivo é relatar as situações vivenciadas no cumprimento do estágio supervisionado II com aulas de Educação Física no ensino fundamental II, realizado em uma Escola da rede pública na zona rural do Rio Grande do Norte. As aulas estão fundamentadas em obras do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de terceiro ao quarto ciclo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras literaturas como Soares (1992) e Darido (2015). **METODOLOGIA:** O estágio foi desenvolvido na Escola Municipal Menino Jesus, da cidade de Jundiá/RN, com a turma do 9º ano. As aulas tiveram início no dia 25 de abril de 2017 e seu término aconteceu no dia 23 de maio de 2017. As aulas foram realizadas no turno vespertino, uma vez por semana, das 15h30 até às 17h, totalizando cinco encontros. O método utilizado foi a abordagem etnográfica, que tem por campo de estudo os modos de vida de grupos sociais. Esse método refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (THEÓPHILO e MARTINS, 2009). Por esse motivo, se deu a escolha dessa metodologia. Considerando os cuidados éticos necessários para a aplicabilidade do estágio, foi entregue aos educandos um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual, solicitava a autorização dos seus responsáveis, permitindo que os estagiários fotografassem os alunos, assim como, gravar vídeos e submete-los a um questionário de pesquisa na última regência. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O primeiro contato com a escola foi positivo, porque houve uma boa recepção por parte da equipe escolar, a gestora da instituição nos apresentou as turmas, os espaços, os alunos do 9º ano no qual participaram do estágio ora apresentado. Ela também concedeu-nos uma entrevista, e na ocasião, fez algumas sugestões e relatou um pouco sobre a história e a rotina da escola, especificamente sobre a turma escolhida para o estágio. Os espaços apresentados correspondem com as necessidades dos alunos, com salas amplas, solários, banheiros adaptados, refeitório, espaço livre para brincadeiras e uma quadra de esportes. Mas, apesar da escola possuir uma quadra de esportes, as aulas de Educação Física foram realizadas em sala de aula, por que a mesma, ainda estava sob vistoria, por esse motivo não poderia ser utilizada. A dificuldade foi em relação ao espaço livre, como já mencionado, não estava disponível para uso. O professor de Educação teve uma boa aceitação em ter as aulas apenas em sala, e o

mesmo, sempre ofereceu ajuda em todo processo, o que proporcionou uma maior segurança para aplicar o as aulas. O estágio supervisionado é dividido em observação, coparticipação e a regência. A observação foi um momento de grande significância para conhecer o perfil da turma. Aos poucos, as sistematizações das aulas foram sendo estruturadas. Em relação à coparticipação, um momento tão esperado, deixou a desejar, porque nesse dia, o professor copiava o conteúdo no quadro e isso tomava muito o tempo da aula, o que ocasionou poucas oportunidades de auxiliá-lo, pois, enquanto ele copiava, apenas era realizada a observação desse procedimento pedagógico. Após a coparticipação, observou-se a necessidade de ir à busca de estratégias pedagógicas que envolvessem os estudantes de forma ativa. Assim, surgiu à ideia de ministrar as aulas com tema pluralidade cultural na educação física. E a partir dessa temática, propor um seminário. Tendo em vista, que não havia um espaço livre para experimentarmos uma vivência prática.

Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997, p. 19).

Compreender as manifestações culturais é de grande relevância para a formação cidadã do alunado. De acordo com os PCNs, no ensino fundamental II a Educação Física exerce um importante papel, pois, tem como objetivo fazer com que o aluno seja capaz de reconhecer as culturas que compõem o patrimônio sociocultural do país, bem como a importância de respeitar cada uma dessas manifestações culturais (BRASIL, 1998). Diante disso, para planejar as aulas, primeiramente foi construído um projeto de intervenção, no qual, foram colocadas todas as aulas que seriam desenvolvidas, levando em consideração a temática principal sobre a pluralidade cultural, e a inclusão de todos os alunos nas aulas de Educação Física, que é a abordagem dos PCNs. Os conteúdos se distribuíram de forma sistemática em: qual a importância da Educação Física? O que é pluralidade cultural? Manifestações culturais, classe social, crenças, preconceito, etnia e gênero. Ademais, os conteúdos teóricos foram praticados nas apresentações dos trabalhos. Teóricos como a autora Darido (2015), Coletivo de autores (SOARES et al., 1992), também foram considerados no planejamento e na execução das aulas, de modo que, a intervenção acontecesse de forma solidificada em obras conceituadas na área. Assim como, a aprendizagem fosse concedida a todos os alunos de forma clara e consciente, atendendo as suas potencialidades e limitações, uma vez que a turma mostrou dificuldade em dialogar sobre o conteúdo, fato que foi comprovado na análise do primeiro questionário aplicado. Foi a partir desses teóricos, da observação, coparticipação e da avaliação do questionário diagnóstico que as aulas foram planejadas com características diferenciadas, visto que, é importante propiciar diferentes estímulos, tirando os alunos da zona de conforto, nesse caso as aulas práticas, para que a aprendizagem aconteça em todos os momentos. A primeira aula foi expositiva com apresentações de *slides*, e na sequência reproduzido um vídeo sobre pluralidade cultural na Educação Física, após este momento, foi solicitado que a turma se dividisse em três grupos e produzisse um cartaz com o tema sorteado pelos estagiários, que foram: qual a importância da educação física; o que é pluralidade cultural e o que é preconceito, para apresentarem na aula seguinte. A

segunda aula, foi a apresentação dos cartazes, nesse momento os alunos dialogaram sobre o conteúdo, fato este, que se caracterizou como uma experiência rica, pois desde o primeiro contato com eles, percebia-se a dificuldade de se expressar verbalmente, principalmente diante de outras pessoas. Após as apresentações, fizemos algumas considerações sobre cada grupo e a aula foi encerrada. Na terceira e última regência, separamos esse momento para fazer um *feedback* das aulas anteriores e aplicar o último questionário, enfatizando apenas uma das diversidades culturais, a crença, para que se conhecesse como a religiosidade se relacionava com a participação dos alunos do 9º ano nas aulas de Educação Física. Ao recolher os questionários, se fez uma roda de conversa com a turma, para finalizar aula e as atividades do estágio. De um modo geral os resultados obtidos, que serão discutidos adiante, foram satisfatórios, mas, expuseram desejos que os alunos têm e se sentem constrangidos em realizá-los por influência religiosa, bem como a liberdade de outros alunos no tocante a sua participação, o questionário também expôs a opinião dos alunos sobre a Educação Física e de como eles se sentem nas aulas, tanto teórica quanto práticas. E a partir da análise de cada resposta dos alunos, percebe-se o papel do professor de Educação Física no ensino fundamental, que é formar cidadãos completos e interagir com as esferas que compõem a sociedade. Ao analisar o primeiro questionário para diagnosticar o que eles sabiam sobre a pluralidade cultural, chamou a atenção a quantidades de respostas erradas, pois apenas dois alunos souberam responder a que é pluralidade cultural, havia também, muitos erros de escrita, e diante desse primeiro contato foi possível identificar uma fragilidade no ensino da instituição, algo reforçado ao pesquisar a desempenho da escola no índice de desenvolvimento da educação brasileira o IDEB.

O IDEB 2015 nos anos iniciais da rede municipal da escola Menino Jesus não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. Aprendizado 4,36. Quanto maior a nota, maior o aprendizado; Fluxo 0,86. Quanto maior o valor, maior a aprovação. IDEB 3,7. Meta para a escola 4,1. (QEdu.org.br. Dados do IDEB/Inep, 2015).

Após a investigação sobre a performance da escola, buscamos sistematizar as aulas de forma a facilitar a aprendizagem do alunado. O que constatamos como resultado desse esforço, durante as apresentações dos seminários, foi a postura dos alunos que, a princípio, eram tímidos e tinham dificuldades de se expressar, mas diante de toda a turma explicaram a sua temática. Algo que merece destaque foi o fato de que isso aconteceu numa aula de Educação Física que é alvo de muito preconceito no ambiente escolar, pois esta área é taxada como um momento de “jogar bola” ou de recreação. Quando na realidade, a educação física por meio da cultura corporal e da expressão cultural que é uma das linguagens do indivíduo, e também um conhecimento universal, compõe um importante patrimônio que precisa ser ensinado e assimilado pelos alunos na escola, (SOARES,1996). Durante esse processo, notamos que houve uma significativa evolução dos alunos, apesar de pouco tempo de contato eles. E diante dessa realidade, evidencia-se a necessidade do professor de Educação Física ir além do costureiro, tentar quebrar os paradigmas que existem com relação ao componente curricular. Ao avaliar o segundo questionário, obtivemos informações sobre a influência religiosa na participação dos alunos durante as aulas de Educação Física. A turma se dividia em três evangélicos, cinco católicos, e três disseram não ter religião. O que mostra que apesar da turma ser

pequena em quantidade, possui uma rica diversidade cultural. Um dos questionamentos subjetivos foi para que eles falassem “o que gostariam de fazer na aula de Educação Física e não fazem por influência de sua religião?”. Nesse questionamento, todos, de forma unânime, disseram que nada os impedia de participar das aulas de Educação Física. No entanto, algo que provocou nossa atenção durante a análise da avaliação, é que apesar dessa resposta, em outra questão que dizia, (Considerando a sua religião, o que mais dificulta a sua participação na aula de Educação Física?) Obtivemos respostas diferentes das anteriores. E de forma contraditória, duas meninas evangélicas mostraram ter dificuldades por influência religiosa. Uma marcou a opção que dizia: que tem dificuldades por causa da roupa, pois deve usar apenas saia. E a outra marcou a alternativa que falava: que tinha dificuldade por causa do pecado, pois na religião dela se entende como pecado realizar atividades corporais. Exemplo: Dançar; Correr; se movimentar-se de um modo geral. Os demais alunos disseram não ter dificuldades em participar da aula e foram coesos com a resposta da questão anterior. Diante de uma breve análise do estágio, identificou-se situações que carecem de um estudo mais aprofundado, para que o professor de Educação Física venha ter um melhor entendimento sobre determinadas formas de comportamentos dos seus alunos durante a aplicação de suas aulas, e partindo dessa compreensão, o profissional deve aplicar atitudes inclusivas sem desconsiderar os princípios e valores dos estudantes. **CONCLUSÃO:** Diante da experiência vivida no cumprimento do estágio obrigatório, foi notório como é desafiador para o professor de educação física aplicar suas aulas resgatando situações que abordem o tema transversal sobre a pluralidade cultural. No entanto, diante do desafio, e da não liberação de um espaço livre para realizar uma aula prática, o estágio foi concluído com sucesso e todos os objetivos foram alcançados. Prova disso, foi a gratificante resposta dos alunos nas aulas, pois, os mesmos inicialmente não sabiam o que era pluralidade cultural, e no decorrer das regências chegaram a apresentar um seminário e debater o assunto de forma coletiva. Desse modo, através das aulas do componente curricular educação física, é possível explorar diversas problemáticas que ocorrem no ambiente escolar, e dessa forma, contribuir para a formação do aluno, proporcionando-os a chance de ser um agente crítico e reflexivo em meio a sociedade. Algo evidenciado ao analisar os questionários aplicados, principalmente o último, no qual, identificamos que os alunos tinham dificuldades em participar das aulas de educação física por influência religiosa, fato este, que reafirma o papel do componente curricular, na formação do cidadão e para a quebra de paradigmas existentes na sociedade, contribuindo para um relacionamento mais harmonioso no processo de ensino e aprendizagem e na atuação do professor dessa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de diretrizes e bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de educação ensino fundamental I. Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola:** Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2014.

ÍNDICE de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). 015. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br> >. Acesso em: dia out. 2017.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda

Moaldecir Freire Domingos Júnior

Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: Nosso estudo configura-se como relatório parcial de iniciação científica do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – Unifacex e busca um entrelaçamento entre corpo, epistemologia e didática da Educação Física. Temos como objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) Compreender como as aulas de Educação Física eram organizadas de acordo com a seleção de conteúdos. Trata-se de uma pesquisa fenomenológica que situa a obra *Introdução da Didática da Educação Física* em seu contexto sócio-cultural e político. Assim, percebe-se que a obra apresenta ideias sobre uma Educação Física moderna, procurando atender a realidade do aluno e da escola mesmo em contrariedade com os ideais da época. Dessa forma, nossa perspectiva é uma investigação epistemológica para compreender a noção de corpo e sua relação com o conteúdo da educação física a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física em nosso país, a saber: “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior.

Palavras - chave: Conteúdo. Didática da Educação Física. Epistemologia.

INTRODUÇÃO: A Educação Física escolar possui conteúdos para serem ensinados pelos professores e aprendidos pelos estudantes? Educação Física não é apenas correr, jogar bola ou praticar queimada? Para o senso comum e, talvez, em algumas escolas, tais questões sejam a situação real da Educação Física escolar e, por isso, permeiam o imaginário social. Tais questões podem soar como questões obsoletas, mas instigam uma reflexão epistemológica acerca do que como a própria área da Educação Física vem tratando os seus conteúdos escolares. Os conteúdos escolares são considerados um dos elementos básicos da didática, seja tradicional, moderna ou contemporânea, assim como há uma relação visceral com os objetivos de ensino, as estratégias de ensino, os procedimentos de avaliação, as características dos educandos e da escola, e as finalidades da educação (LIBÂNEO, 1994). Para Luckesi (1994), os conteúdos escolares estão no centro das decisões pedagógicas de uma escola. Na cadeia – “objetivos – conteúdos - métodos”, os conteúdos traduzem os objetivos, mediando-os. O seu papel é tão significativo que, ao identificar os conteúdos de uma prática escolar, encontra-se também a direção pedagógica que predomina nessa prática. Nosso estudo configura-se como relatório parcial de iniciação científica do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – Unifacex e busca um entrelaçamento entre corpo, epistemologia e didática da Educação Física. Conforme Nóbrega (2006), em seu texto sobre Corpo e epistemologia, pensar o conhecimento da Educação Física é pensar também as perspectivas teóricas que têm fundamentado as práticas de intervenção desta área. Dentre as diferentes problemáticas colocadas hoje, no campo da Educação Física, destaca-se as reflexões sobre o corpo. Para a autora, problematizar sobre o corpo

pode apresentar indicadores para a configuração epistemológica da Educação Física, haja vista a existência de um número significativo de pesquisas que enfocam questões relativas ao corpo. “Pensar sobre o corpo, do ponto de vista teórico, é pensar também o modo como determinados discursos sobre o corpo materializam-se em determinadas práticas sociais” (NÓBREGA, 2006, p.60). Dessa forma, nossa perspectiva é uma investigação epistemológica para compreender a noção de corpo e sua relação com o conteúdo da educação física a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física em nosso país, a saber: “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior. Outro ponto relevante é a pequena produção sobre didática da Educação Física nos periódicos supracitados. Carlan et al (2009), buscando compreender o tratamento e o papel que a Didática vem assumindo nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar, encontraram três artigos científicos, cuja leitura desvelou estruturas conceituais que elucidaram os pressupostos teóricos e didático-metodológicos; e concluíram, após a interpretação dos artigos científicos, que a Educação Física escolar deve superar o reducionismo técnico-instrumental da Didática e redimensionar seu papel aproximando-se da dimensão pedagógica e epistemológica. Assim, nossa problemática principal é: qual a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior? Qual a compreensão sobre os conteúdos escolares na referida obra? Essas questões nos direcionam para os seguintes objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) identificar os fundamentos teóricos sobre conteúdos escolares na obra supracitada. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa fenomenológica, fundamentada no processo de interpretação segundo Merleau-Ponty (2006), principalmente, por termos nesse filósofo francês nosso referencial sobre corpo. A partir dos estudos desse autor, é possível sistematizar as compreensões de corpo de um determinado texto. Além disso, consideramos nosso estudo uma epistemologia do corpo e da didática da educação física. Por epistemologia entendemos:

A análise das ciências, quanto a indagação sobre os procedimentos científicos, a análise das condições sócio-históricas e do capital cognitivo acumulado, os avanços e os limites do conhecimento, a validade dos procedimentos, dos instrumentos e dos resultados das investigações; bem como outras configurações do saber, inclusive o diálogo da Ciência com outros saberes como a Filosofia, a Arte e a Educação (NÓBREGA, p. 59, 2006).

Da amplitude da pesquisa epistemológica, temos aqui o diálogo entre noções e conceitos de teorias diferentes. Pensar sobre conceitos e noções é uma atitude importante para construir saberes e práticas científicas, filosóficas, educacionais, artísticas, entre outras (NÓBREGA, 2010). No primeiro momento da pesquisa, situamos a obra “Introdução da Didática da Educação Física” em seu contexto sócio-cultural e político. Em seguida, realizar a leitura identificando a compreensão de corpo e de conteúdo escolar apresentados, destacando seus pressupostos teóricos. As questões a serem respondidas ao longo das análises interpretativas são: Qual compreensão de corpo na referida obra? Quais os seus pressupostos teóricos sobre conteúdos escolares na referida obra? Essas questões visam relacionar corpo, epistemologia e didática da Educação Física, apontando os avanços e limites da obra em seus contextos. **REVISÃO DA LITERATURA:** Atualmente é crescente

estudos que tratam sobre a relação entre epistemologia e didática. De acordo com Pimenta (2011), a discussão sobre a questão epistemológica das ciências da educação e da pedagogia parece ser um ponto de partida interessante à mudança de sentido dessas ciências é da didática, diante das atuais demandas sociais postas à educação. Conforme Bracht (2007), para demarcar o início dos investimentos epistemológicos na educação física brasileira, destaca-se o Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos feito pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1971. Este diagnóstico apontou uma deficiência nas pesquisas científicas no âmbito da medicina desportiva e foi importante para que diversos investimentos fossem implementados para melhorar o nível de desenvolvimento científico. Nesse processo de elaboração da revisão de literatura encontramos quatro artigos sobre didática da educação física, corpo e epistemologia, a saber: “O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física”, de Caparroz e Bracht (2007); “Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a Educação Física”, de Betti et al (2007) e “Didática da Educação Física escolar e o processo lógico de apreensão do saber”, de Souza (2007). O quarto artigo, elaborado por Carlan et al (2009), trata da análise dos três artigos supracitados, pontuando a) delimitação do objeto didática, b) concepção de didática, c) elementos didáticos limitadores, d) cultura e didática e e) didática e intervenção pedagógica. O primeiro ponto a destacar sobre a revisão de literatura é a escassez de uma reflexão entre epistemologia e didática, assim como, estudos que aprofundem as várias abordagens pedagógicas da Educação Física, como aponta Carlan et al (2009). Outro marco interessante é a pequena produção de conhecimento sobre corpo e didática da educação física. No entanto, o estudo de Betti et al (2007) é esclarecedor sobre a relevância de aproximar os estudos do corpo com questões didáticas. Para Betti et al (2007), se a didática da educação física, quiser superar a mera instrumentalidade, a neutralidade científica e técnica, em busca da explicitação dos seus pressupostos, da contextualização das práticas pedagógicas concretas, do aprofundamento das relações teoria-prática, e do enfrentamento dos problemas relativos ao sentido e aos fins da educação, deverá considerar ambas significações e intencionalidades, a partir das vivências dos sujeitos que “Se movimentam”, uma vez que o sujeito é corpo. Esses estudos demonstram o movimento de uma área buscando compreender as relações entre corpo, didática, epistemologia. Direcionar nosso olhar para a obra de Faria Junior (1969) sobre didática da educação física é apresentar para essa área configurações epistêmicas da organização da didática da educação física e, conseqüentemente, das intervenções sobre o corpo que vem constituindo-se em nossa área de conhecimento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O livro “Introdução a Didática da Educação Física”, de Alfredo Gomes de Farias Junior, publicado em 1969, apresenta compreensões de como as aulas de educação física deveriam ser organizadas para a época, no que diz respeito aos conteúdos da Educação Física. Apesar de percebemos na obra traços do início de uma educação física moderna, onde o autor trás ideias e críticas a didática tradicional, mostrando desde a importância dos objetivos em uma aula, a seleção de conteúdos e até mesmo como planejar e aplicar essas aulas. Sendo importante considerar que obra foi escrita após experiências pedagógicas em uma escola de aplicação no Rio de Janeiro. Para Faria Júnior (1969, p. 70):

Na didática tradicional de Educação Física, o conteúdo era considerado como um valor absoluto e autônomo ao qual os educandos deviam conformar-se, executando-o integralmente, sem ao menos terem

possibilidade de introduzir uma nota pessoal. Resultava disso os jovens detestarem as “sessões de educação física nas escolas tradicionais.

No parágrafo supracitado, percebe-se uma crítica à educação física tradicional que tratava o conteúdo como valor absoluto e autônomo, sem dialogar com a realidade dos estudantes ou considerar suas experiências anteriores. Segundo Soares et al (1992), ao situar historicamente a educação física, demonstra que sua perspectiva tradicional tinha como objeto de estudo, ou seja, como conteúdo, a aptidão física. É nítido que esse conteúdo está embasado em uma pedagogia tradicional, influenciada pela tendência biologicista que visava adestrar o homem, seja para saúde ou para guerra. Assim, Faria Junior, na tentativa de superar a pedagogia tradicional, enfatiza a compreensão e organização dos conteúdos na obra como:

Agentes utilizados pela Educação Física para exercer a integração das novas gerações no meio físico e social, bem como auxiliar no desenvolvimento da personalidade dos educandos (FARIA JÚNIOR, 1969, p.70).

Percebemos então, que Faria Junior apresentava uma didática volta para formação do aluno, começando a romper com ideia de uma educação física tradicional, e que se preocupava em atender as necessidades destes, respeitando também as capacidades do educando, mostrando que “o aluno não existe para os conteúdos e sim estes para servirem aquele” (FARIA JUNIOR, 1969, p.70). Como aponta Darido (2014), os conteúdos escolares têm caráter histórico, eles vão sendo elaborados e reelaborados conforme as necessidades de cada época e os interesses sociais vigentes. Seguindo esse pensamento Betti (1991), citado por Darido (2014, p. 69) mostra que no Brasil, a Educação Física na escola recebeu influências das áreas médicas [...] e até os anos 1960, esteve concentrada nos movimentos ginásticos europeus [...]. Em seguida Soares (1992), citado por Darido (2014, p. 69) mostra que o método Francês foi a principal referência nessa época, que preconizava uma Educação Física orientada pelos princípios anatomofisiológicos, visando o desenvolvimento harmônico do corpo. Essas ideias são confirmadas na obra “Introdução a Didática da Educação Física” por Faria Junior, onde mesmo em períodos tão próximos e com o mesmo caráter histórico, ele mostra que os conteúdos devem ser selecionados para objetivar uma formação global e não exclusivamente física, que atendam aos interesses e às necessidades do educando e que valorizem os aspectos dinâmicos, utilizando-se de formas mais livres, totais e espontâneas (FARIA JUNIOR, 1969). Em relação ao papel do professor nesse contexto, o livro apresenta que ele deve estimular, orientar e auxiliar na aprendizagem, ministrando aulas de Educação Física focando em aspectos como inteligência, imaginação e sensibilidade lado a lado com uma excelente formação especializada. Assim, o professor deixa de ser um mero monitor para se tornar um guia ou orientador seguro do processo de aprendizagem. (FARIA JUNIOR, 1969, p. 71). É importante frisar que a seleção de conteúdos procura atingir determinados objetivos e que para Farias Junior eles estão categorizados com o objetivo de corresponder aos fatos da aprendizagem, que podem ocorrer na maioria das vezes de forma simultânea, sendo estas: Habilidades, Conhecimentos e Ideais. (FARIA JUNIOR, 1969, p.63). Fazendo um comparativo com o que é abordado hoje, a categorização feita na obra, se assemelha com as dimensões de conteúdo propostas por Coll (2000): conceitual, procedimental e atitudinal. As “Habilidades”

procurava atender a “educação do movimento”, a área “Conhecimentos” mostra a necessidade dos professores ministrarem informações ligadas aos conteúdos e os “ideais” consideravam as atitudes e transformações de comportamento do educando (FARIA JUNIOR, 1969, p.66). Percebemos que além dessa categorização, o autor se preocupava com uma sistematização desses conteúdos em serem abordados do mais simples ao mais complexo, com a *etapa evolutiva do educando* e também com o conhecimento prévio dos alunos apresentando a seguinte situação:

Quando o aluno chega a fase do ensino médio, ele já vem com um lastro considerável de habilidades, conhecimentos e ideais adquiridos nas aulas de Educação Física, da fase do ensino elementar. O docente terá, por conseguinte, que selecionar os conteúdos de forma diferente do que faria numa escola de grau médio, onde o aluno entra sem qualquer experiência anterior em Educação Física (FARIA JÚNIOR, 1969, p. 74).

Outros aspectos a considerar na seleção de conteúdos, citados no livro é o *dimorfismo sexual do educando*, onde as atividades escolhidas eram: tipicamente masculinas (boxe, futebol, remo), tipicamente femininas (ginástica) e indiscriminadamente masculinas e femininas (vôlei, natação) (FARIA JUNIOR, 1969, p.72). Nesse ponto interpretativo do livro percebemos certa contrariedade com a liberdade apresentada anteriormente pelo autor, porém elas apresentam um modelo próprio da época. Na década de 1960, as discussões sobre gênero ainda eram incipientes e o livro de Faria Junior não contém essa reflexão sobre gênero e conteúdo. De acordo com Colling (2015), o movimento feminista – organização das mulheres em torno de problemas específicos de sua condição, que tenta eliminar as barreiras da discriminação a que estão sujeitas – só explodiu no Brasil, no caldo geral das transformações, de mudanças de comportamento por que passa a sociedade, a partir da década de 1960. A referida obra considerava também o *tipo de experiência educacional que a escola se propõe a realizar*. O autor cita um exemplo bem esclarecedor: se o professor for lecionar, em um estabelecimento de ensino técnico-industrial, terá que considerar especificamente o curso proposto (fundição, carpintaria, pintura, fiação e tecelagem, alfaiataria etc), exigindo uma posição dominante no trabalho escolar (de pé, de cócoras, sentado) explorando determinadas qualidades psicossomáticas: força, habilidade manual, equilíbrio, precisão de movimentos (FARIA JÚNIOR, 1969, p.74). Dessa maneira, percebe-se que em determinados momentos a obra mostra uma aproximação com a ideia de corpo-sujeito buscando autonomia dos estudantes, além de ver o estudante como protagonista quanto aos critérios de seleção dos conteúdos. Porém, é perceptível a presença do corpo-objeto, pois não ocorre um diálogo com a realidade sociopolítica da época, e na prática os alunos não têm a devida liberdade argumentada no livro, desconsiderando a subjetividade nos processos pedagógicos. **CONCLUSÃO:** Dessa maneira, nas primeiras impressões dessa pesquisa já é possível perceber na obra “Introdução a Didática da Educação Física” o quanto a compreensão de Faria Junior sobre conteúdo é atual diante do seu período sócio-cultural e político. Sendo importante salientar, que o estudo ainda em execução está em momento de dissecar a obra do Faria Junior, carecendo ainda analisar quais as formas que esses conteúdos eram apresentados na escola, necessitando de um aprofundamento de como cada conteúdo era ministrado. Além disso, percebemos que a obra apresenta uma concepção de educação que busca uma visão integral do humano, ao reconhecer suas habilidades, conhecimentos e ideais, buscando construir através dos conteúdos a autonomia e formação global do aluno, destacando o quanto é

importante o conhecimento o professor sobre a realidade da escola. Uma vez que, o livro é fruto de uma experiência pedagógica realizada em uma escola modelo (Colégio de Aplicação) do Rio de Janeiro. Isso demonstra a atitude do Faria Junior de apresentar uma didática da educação física possível e passível de aplicação no contexto escolar da época. Por fim, analisando a compreensão e organização dos conteúdos na obra, foi possível compreender a noção de corpo e sua relação com o conteúdo da educação física a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física em nosso país. Pois, ao tratar esse aspecto próximo da realidade dos alunos, aproxima o livro aos estudos contemporâneos sobre corpo, onde hora são tratados com a ideia de corpo-sujeito vendo estudante como protagonista do processo de aprendizagem, mas em outros momentos é perceptível a ideia de corpo-objeto, desconsiderando a subjetividade do mesmo.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. et al. Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a educação física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 39-53, jan. 2007.

BRACHT, V. **Educação física e ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CAPARROZ, F. E; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-37, jan. 2007.

COLLING, A. M. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Acesso em: 10 ago 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836#.WeO3Z1tSzIU>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARLAN, P. et al. Didática da educação física brasileira: uma compreensão da produção científica. In: **Pensar a prática**, v.12, n.3, nov, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/7674/5999>>. Acesso em: 20 fev 2017.

FARIA JÚNIOR, A. G. **Introdução à Didática de Educação Física**. Rio de Janeiro: DEF, 1969.

_____. Escola Guatemala: modificações conceituais na Educação Física. In: **Revista Corpus et Scientia**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.66-86, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Educação: pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓBREGA, T. P. da. Corpo e epistemologia. In: NÓBREGA, T P. (Org.).

Epistemologia, saberes e práticas da educação física. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

_____. **Uma fenomenologia do corpo.** São Paulo: Livraria Editora da Física, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** 3. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, C. L. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, M. da S. Didática da educação física escolar e o processo lógico de apreensão do saber. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p.181-199, set/dez, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

O ENSINO DA PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Joyce Mariana Alves Barros
Lidiane da Silva Miranda
Maria Eloiza Siqueira da Silva
Natã Azevedo de Melo
Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar as situações vivenciadas no cumprimento do estágio supervisionado II com aulas de Educação Física no ensino fundamental II, realizado em uma Escola da rede pública na zona rural do Rio Grande do Norte. As aulas estão fundamentadas em obras do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de terceiro ao quarto ciclo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras literaturas como Soares (1992), Darido (2015). O conteúdo abordado nas regências, tratou sobre a pluralidade cultural na educação física. E, diante da experiência do estágio, foi possível perceber ao longo das aulas o desenvolvimento cognitivo dos alunos sobre a temática trabalhada, levando em consideração o pouco tempo de contato com a turma, algo que se comprovou por meio de duas avaliações, uma de cunho diagnóstico para identificar o que eles compreendiam sobre pluralidade cultural, aplicado na primeira aula e a outra de caráter somativo no final do estágio, enfatizando apenas a manifestação cultural de crenças. Ademais, ao avaliar as respostas do último questionário foi possível levantar evidências que mostram a influência religiosa no tocante a participação dos alunos nas aulas de educação física.

Palavras - chave: Educação Física. Ensino fundamental II. Pluralidade cultural.

INTRODUÇÃO: Este relatório foi desenvolvido a partir das experiências obtidas no cumprimento do estágio supervisionado realizado no ensino fundamental II na escola Municipal Menino Jesus, da cidade de Jundiá/RN, com a turma do 9º ano. O ensino fundamental II constitui de uma fase educacional categórica para o desenvolvimento dos adolescentes, pois preside a transição dos níveis de ensino da educação básica, que é a migração do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. O professor de Educação Física exerce o papel de ensinar além dos conhecimentos da cultura corporal, à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira (BRASIL, 1998). Partindo desse entendimento, as aulas abordaram o tema transversal sobre pluralidade cultural nas aulas de educação física. Compreendemos que, o trabalho desenvolvido nesta etapa de ensino, por educadores, professores e outros agentes educacionais, está comprometido com a formação de um aluno cidadão, crítico e ativo na sociedade (BRASIL, 1998). O professor de Educação Física, no Ensino Fundamental, deve levar em consideração o contexto em que os alunos estão inseridos e respeitar as suas necessidades e limitações, por isso, ao se falar sobre pluralidade cultural, deve-se despertar o aluno sobre situações vivenciadas no seu cotidiano, como,

diferenças de classe social, de gênero, de crenças, de etnia, dentre outros. Para que, por meio desse conhecimento, eles possam ter posturas éticas no convívio social. No entanto, é salutar que as aulas de Educação Física sejam significativas para o desenvolvimento do aluno. Isso implica que os professores devem conhecer as diversidades culturais que integram a sociedade brasileira e saber relacioná-las aos conteúdos constituintes desse componente curricular. O professor de Educação Física, precisa proporcionar aos alunos diferentes momentos de aprendizagem, para que os mesmos se desenvolvam plenamente. Estes momentos devem levar em consideração que para boa parte das pessoas que frequentaram a escola, a lembrança das aulas de Educação Física é marcante: para alguns, uma experiência prazerosa, de sucesso, de muitas vitórias; para outros, uma memória amarga, de sensações de incompetência, de falta de jeito (BRASIL, 1998). Por isso, o professor de Educação Física deve estar atento ao que acontece na aula, para o que aprendido não perca a sua essência principal na formação do cidadão e acabe se tornando como já mencionado, numa experiência de constrangimento e de frustração. Na definição dos PCNs, a Educação Física no ensino fundamental, deve trazer uma perspectiva que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos estudantes (BRASIL, 1998). Diante dessa situação, nosso objetivo é relatar as situações vivenciadas no cumprimento do estágio supervisionado II com aulas de Educação Física no ensino fundamental II, realizado em uma Escola da rede pública na zona rural do Rio Grande do Norte. As aulas estão fundamentadas em obras do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de terceiro ao quarto ciclo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras literaturas como Soares (1992), Darido (2015). **METODOLOGIA:** O estágio foi desenvolvido na Escola Municipal Menino Jesus, da cidade de Jundiá/RN, com a turma do 9º ano. As aulas tiveram início no dia 25 de abril de 2017 e seu término aconteceu no dia 23 de maio de 2017. As aulas foram realizadas no turno espertino, uma vez por semana, das 15h30 até às 17h, totalizando cinco encontros. O método utilizado foi a abordagem etnográfica, que tem por campo de estudo os modos de vida de grupos sociais. Esse método refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (THEÓPHILO e MARTINS, 2009). Por esse motivo, se deu a escolha dessa metodologia. Considerando os cuidados éticos necessários para a aplicabilidade do estágio, foi entregue aos educandos um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual, solicitava a autorização dos seus responsáveis, permitindo que os estagiários fotografassem os alunos, assim como, gravar vídeos e submete-los a um questionário de pesquisa na última regência. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O primeiro contato com a escola foi positivo, porque houve uma boa recepção por parte da equipe escolar, a gestora da instituição nos apresentou as turmas, os espaços, os alunos do 9º ano no qual participaram do estágio ora apresentado. Ela também concedeu-nos uma entrevista, e na ocasião, fez algumas sugestões e relatou um pouco sobre a história e a rotina da escola, especificamente sobre a turma escolhida para o estágio. Os espaços apresentados correspondem com as necessidades dos alunos, com salas amplas, solários, banheiros adaptados, refeitório, espaço livre para brincadeiras e uma quadra de esportes. Mas, apesar da escola possuir uma quadra de esportes, as aulas de Educação Física foram realizadas em sala de aula, por que a mesma, ainda estava sob vistoria, por esse motivo não poderia ser utilizada. A dificuldade foi em relação ao espaço livre, como já mencionado, não estava disponível para uso. O

professor de Educação teve uma boa aceitação em ter as aulas apenas em sala, e o mesmo, sempre ofereceu ajuda em todo processo, o que proporcionou uma maior segurança para aplicar o as aulas. O estágio supervisionado é dividido em observação, coparticipação e a regência. A observação foi um momento de grande significância para conhecer o perfil da turma. Aos poucos, as sistematizações das aulas foram sendo estruturadas. Em relação à coparticipação, um momento tão esperado, deixou a desejar, porque nesse dia, o professor copiava o conteúdo no quadro e isso tomava muito o tempo da aula, o que ocasionou poucas oportunidades de auxiliá-lo, pois, enquanto ele copiava, apenas era realizada a observação desse procedimento pedagógico. Após a coparticipação, observou-se a necessidade de ir à busca de estratégias pedagógicas que envolvessem os estudantes de forma ativa. Assim, surgiu à ideia de ministrar as aulas com tema pluralidade culturais na educação física. E a partir dessa temática, propor um seminário. Tendo em vista, que não havia um espaço livre para experimentarmos uma vivencia prática. Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997). Compreender as manifestações culturais é de grande relevância para a formação cidadã do alunado. De acordo com os PCNs, no ensino fundamental II a Educação Física exerce um importante papel, pois, tem como objetivo fazer com que o aluno seja capaz de reconhecer as culturas que compõem o patrimônio sociocultural do país, bem como a importância de respeitar cada uma dessas manifestações culturais (BRASIL, 1998). Diante disso, para planejar as aulas, primeiramente foi construído um projeto de intervenção, no qual, foram colocadas todas as aulas que seriam desenvolvidas, levando em consideração a temática principal sobre a pluralidade cultural, e a inclusão de todos os alunos nas aulas de Educação Física, que é a abordagem dos PCNs. Para dar suporte na organização das aulas, foram utilizados os autores supracitados, mas dando ênfase nos PCNs (BRASIL, 1998). Os conteúdos se distribuíram de forma sistemática em: qual a importância da Educação Física? O que é pluralidade cultural? Manifestações culturais, classe social, crenças, preconceito, etnia e gênero. Ademais, os conteúdos teóricos foram praticados nas apresentações dos trabalhos. Teóricos como a autora Darido (2015), Coletivo de autores (SOARES et al, 1992), também foram considerados no planejamento e na execução das aulas, de modo que, a intervenção acontecesse de forma solidificada em obras conceituadas na área. Assim como, a aprendizagem fosse concedida a todos os alunos de forma clara e consciente, atendendo as suas potencialidades e limitações, uma vez que a turma mostrou dificuldade em dialogar sobre o conteúdo, fato que foi comprovado na análise do primeiro questionário aplicado. Foi a partir desses teóricos, da observação, coparticipação e da avaliação do questionário diagnostico que as aulas foram planejadas com características diferenciadas, visto que, é importante propiciar diferentes estímulos, tirando os alunos da zona de conforto, nesse caso as aulas práticas, para que a aprendizagem aconteça em todos os momentos. A primeira aula foi expositiva com apresentações de *slides*, e na sequencia reproduzi um vídeo sobre pluralidade cultural na Educação Física, após este momento, foi solicitado que a turma se dividisse em três grupos e produzissem um cartaz com o tema sorteado pelos estagiários, que foram: qual a importância da educação física; o que é pluralidade cultural e o que é preconceito, para apresentarem na aula seguinte. A

segunda aula, foi à apresentação dos cartazes, nesse momento presenciou-se os alunos dialogando sobre o seu conteúdo, fato este, que se caracterizou como uma experiência rica, pois desde o primeiro contato com eles, percebeu-se que tinham dificuldade de se expressar verbalmente, principalmente diante de outras pessoas. Após as apresentações, fizemos algumas considerações sobre cada grupo e a aula foi encerrada. Na terceira e última regência, separamos esse momento para fazer um *feedback* das aulas anteriores e aplicar o último questionário, enfatizando apenas uma das diversidades culturais, a crença, para que se conhecesse como a religiosidade se relacionava com a participação dos alunos do 9º ano nas aulas de Educação Física. Ao recolher os questionários, se fez uma roda de conversa com a turma, para finalizar aula e as atividades do estágio. De um modo geral os resultados obtidos, que serão discutidos adiante, foram satisfatórios, mas, expuseram desejos que os alunos têm e se sentem constrangidos em realizá-los por influência religiosa, bem como a liberdade de outros alunos no tocante a sua participação, o questionário também expôs a opinião dos alunos sobre a Educação Física e de como eles se sentem nas aulas, tanto teórica quanto práticas. E a partir da análise de cada resposta dos alunos, percebe-se o papel do professor de Educação Física no ensino fundamental, que é formar cidadãos completos e interagir com as esferas que compõe a sociedade. Ao analisar o primeiro questionário para diagnosticar o que eles sabiam sobre a pluralidade cultural, algo que nos chamou a atenção, foi a quantidade de respostas erradas, pois apenas dois alunos souberam responder a que é pluralidade cultural, havia também, muitos erros de escrita, e diante desse primeiro contato foi possível identificar uma fragilidade no ensino da instituição, algo reforçado ao pesquisar a desempenho da escola no índice de desenvolvimento da educação brasileira o IDEB.

O IDEB 2015 nos anos iniciais da rede municipal da escola Menino Jesus não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. Aprendizado 4,36. Quanto maior a nota, maior o aprendizado; Fluxo 0,86. Quanto maior o valor, maior a aprovação. IDEB 3,7. Meta para a escola 4,1 (Dados do IDEB/Inep, 2015).

Após a investigação sobre a performance da escola, buscamos sistematizar as aulas de forma a facilitar a aprendizagem do alunado. O que constatamos como resultado desse esforço, durante as apresentações dos seminários, no qual os alunos que a princípio eram tímidos e tinham dificuldades de se expressar, estavam diante de toda a turma explicando a sua temática, e o que mais nos marcou foi o fato de que isso aconteceu numa aula de Educação Física, que é alvo de muito preconceito no ambiente escolar, pois esta área é taxada como um momento de “jogar bola” ou de mera recreação. Quando na realidade, a educação física por meio da cultura corporal e da expressão cultural que é uma das linguagens do indivíduo, e também um conhecimento universal, compõe um importante patrimônio que precisa ser ensinado e assimilado pelos alunos na escola, Soares (1996). Durante esse processo, notamos que houve uma significativa evolução dos alunos, apesar de pouco tempo de contato eles. E diante dessa realidade, evidencia-se a necessidade do professor de Educação Física ir além do costumeiro, tentar quebrar os paradigmas que existem com relação ao componente curricular. Ao avaliar o segundo questionário, obtivemos informações sobre a influência religiosa na participação dos alunos durante as aulas de Educação Física. A turma se dividia em três evangélicos, cinco católicos, e três disseram não ter religião. O que mostra

que apesar da turma ser pequena em quantidade, possui uma rica diversidade cultural. Um dos questionamentos subjetivos foi para que eles falassem “o que gostariam de fazer na aula de Educação Física e não fazem por influência de sua religião?”. Nesse questionamento, todos, de forma unânime, disseram que nada os impediam de participar das aulas de Educação Física. No entanto, algo que provocou nossa atenção durante a análise da avaliação, é que apesar dessa resposta, em outra questão que dizia, (Considerando a sua religião, o que mais dificulta a sua participação na aula de Educação Física?) Obtivemos respostas diferentes das anteriores. E de forma contraditória, duas meninas evangélicas mostraram ter dificuldades por influência religiosa. Uma marcou a opção que dizia: que tem dificuldades por causa da roupa, pois deve usar apenas saia. E a outra marcou a alternativa que falava: que tinha dificuldade por causa do pecado, pois na religião dela se entende como pecado realizar atividades corporais. Exemplo: Dançar; Correr; se movimentar-se de um modo geral. Os demais alunos disseram não ter dificuldades em participar da aula e foram coesos com a resposta da questão anterior. Diante de uma breve análise do estágio, identificou-se situações que carecem de um estudo mais aprofundado, para que o professor de Educação Física venha ter um melhor entendimento sobre determinadas formas de comportamentos dos seus alunos durante a aplicação de suas aulas, e partindo dessa compreensão, o profissional saiba aplicar atitudes inclusivas sem desconsiderar os princípios e valores dos estudantes. **CONCLUSÃO:** Diante da experiência vivida no cumprimento do estágio obrigatório, foi notório o quão desafiador é para o professor de educação física aplicar suas aulas resgatando situações que abordem o tema transversal sobre a pluralidade cultural. No entanto, diante do desafio, e da não liberação de um espaço livre para realizar uma aula prática, o estágio foi concluído com sucesso e todos os objetivos foram alcançados. Prova disso, foi a gratificante resposta dos alunos nas aulas, pois, os mesmos inicialmente não sabiam o que era pluralidade cultural, e no decorrer das regências chegaram a apresentar um seminário e debater o assunto de forma coletiva. Desse modo, através das aulas do componente curricular educação física, é possível explorar diversas problemáticas que ocorrem no ambiente escolar, e dessa forma, contribuir para a formação do aluno, proporcionando-os a chance de ser um agente crítico e reflexivo em meio a sociedade. Algo evidenciado ao analisar os questionários aplicados, principalmente o último, no qual, identificamos que os alunos tinham dificuldades em participar das aulas de educação física por influência religiosa, fato este, que reafirma o papel do componente curricular, na formação do cidadão e para a quebra de paradigmas existentes na sociedade, contribuindo para um relacionamento mais harmonioso no processo de ensino e aprendizagem e na atuação do professor dessa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de educação ensino fundamental I. Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola:** Implicações para a pratica pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2014.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEBE). 2015. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2017.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

UMA REFLEXÃO SOBRE CORPO E OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda

Moaldecir Freire Domingos Junior

Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: A Educação Física escolar possui objetivos para serem alcançados ou é apenas um tempo livre? A aula de educação física é um momento sem objetivos tanto para o professor quanto para os estudantes? Essas questões nos direcionam para os seguintes objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) identificar os fundamentos teóricos sobre objetivos de ensino na obra supracitada. Trata-se de uma pesquisa fenomenológica e no primeiro momento da pesquisa situamos a obra “Introdução da Didática da Educação Física” em seu contexto sócio-cultural e político e realizamos a análise desse livro identificando e interpretando a compreensão de corpo e de objetivo de ensino apresentados, destacando seus pressupostos teóricos. Por fim, com a realização desse estudo, ainda em andamento, percebemos que a área da educação física carece de uma reflexão que interligue didática, epistemologia e estudos do corpo, assim como, reconhecer a produção de conhecimento sobre educação física da época da ditadura militar que não necessariamente representa um atraso para área, mas demonstra ideias fecundas para pensar a didática da educação física e suas implicações para formação humana.

Palavras - chave: Objetivo. Didática da Educação Física. Epistemologia.

INTRODUÇÃO: A Educação Física escolar possui objetivos para serem alcançados ou é apenas um tempo livre? A aula de educação física é um momento sem objetivos tanto para o professor quanto para os estudantes? Para o senso comum e, talvez, em algumas escolas, tais questões sejam a situação real da Educação Física escolar e, por isso, permeiam o imaginário social. Tais questões podem soar como questões obsoletas, mas instigam uma reflexão epistemológica acerca do que como a própria área da Educação Física vem discutindo sobre suas finalidades e objetivos no âmbito escolar. De acordo com Libâneo (1994), os objetivos, no campo da didática, antecipam resultados e processos esperados do trabalho do conjunto do professor e dos estudantes, expressando conhecimentos, habilidades e hábitos (conteúdos) a serem assimilados de acordo com as exigências metodológicas (nível de preparo prévio dos alunos, características das componentes curriculares e do processo de ensino e aprendizagem). A educação física possuiu e ainda possui diferentes objetivos dentro da escola e há um debate sobre a real função dessa componente curricular na escola. Nas diferentes mudanças da política educacional e nas três Leis de Diretrizes e Bases à Educação Física assumiu algumas funções diferentes: fortalecer o corpo da nação seja para saúde social ou para estar preparado para a guerra – após a constituição de 1937; fomentar o esporte na escola e contribuir para formação do trabalhador - LDB de 1961 e 1971; formar o cidadão crítico, criativo e participativo na cultura corporal de movimento – LDB de 1996 (BRASIL, 1939, 1961, 1971, 1996). Nosso estudo configura-se como relatório Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

parcial de iniciação científica do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – Unifacex e busca um entrelaçamento entre corpo, epistemologia e didática da Educação Física. Conforme Nóbrega (2006), em seu texto sobre Corpo e epistemologia, pensar o conhecimento da Educação Física é pensar também as perspectivas teóricas que têm fundamentado as práticas de intervenção desta área. Dentre as diferentes problemáticas colocadas hoje, no campo da Educação Física, destaca-se as reflexões sobre o corpo. Para a autora, problematizar sobre o corpo pode apresentar indicadores para a configuração epistemológica da Educação Física, haja vista a existência de um número significativo de pesquisas que enfocam questões relativas ao corpo. “Pensar sobre o corpo, do ponto de vista teórico, é pensar também o modo como determinados discursos sobre o corpo materializam-se em determinadas práticas sociais” (NÓBREGA, 2006, p.60). Dessa forma, nossa perspectiva é uma investigação epistemológica para compreender a noção de corpo e sua relação com o objetivo da educação física a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física em nosso país, a saber: “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior. Outro ponto relevante é a pequena produção sobre didática da Educação Física nos periódicos da supracitados. Carlan et al (2009), buscando compreender o tratamento e o papel que a Didática vem assumindo nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar, encontraram três artigos científicos, cuja leitura desvelou estruturas conceituais que elucidaram os pressupostos teóricos e didático-metodológicos; e concluíram, após a interpretação dos artigos científicos, que a Educação Física escolar deve superar o reducionismo técnico-instrumental da Didática e redimensionar seu papel aproximando-se da dimensão pedagógica e epistemológica. Assim, nossa problemática principal é: qual a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior? Qual a compreensão sobre os objetivos da educação física na escola na referida obra? Essas questões nos direcionam para os seguintes objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) identificar os fundamentos teóricos sobre objetivos de ensino na obra supracitada. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa fenomenológica, fundamentada no processo de interpretação segundo Merleau-Ponty (2006), principalmente, por termos nesse filósofo francês nosso referencial sobre corpo. A partir dos estudos desse autor, é possível sistematizar as compreensões de corpo de um determinado texto. Além disso, consideramos nosso estudo uma epistemologia do corpo e da didática da educação física. Por epistemologia entendemos:

A análise das ciências, quanto a indagação sobre os procedimentos científicos, a análise das condições sócio-históricas e do capital cognitivo acumulado, os avanços e os limites do conhecimento, a validade dos procedimentos, dos instrumentos e dos resultados das investigações; bem como outras configurações do saber, inclusive o diálogo da Ciência com outros saberes como a Filosofia, a Arte e a Educação (NÓBREGA, 2006, p. 59).

Da amplitude da pesquisa epistemológica, temos aqui o diálogo entre noções e conceitos de teorias diferentes. Pensar sobre conceitos e noções é uma atitude importante para construir saberes e práticas científicas, filosóficas, educacionais, artísticas, entre outras (NÓBREGA, 2010). No primeiro momento da pesquisa, situamos a obra “Introdução da Didática da Educação Física” em seu contexto sócio-

cultural e político. Em seguida, realizamos a leitura desse livro identificando e interpretando a compreensão de corpo e de objetivo de ensino apresentados, destacando seus pressupostos teóricos. As questões que foram respondidas ao longo das análises interpretativas são: Qual compreensão de corpo na referida obra? Quais os seus pressupostos teóricos sobre objetivos de ensino na referida obra? Essas questões visam relacionar corpo, epistemologia e didática da Educação Física, apontando os avanços e limites da obra em seus contextos. **REVISÃO DA LITERATURA:** Atualmente, é crescente estudos que tratam sobre a relação entre epistemologia e didática. De acordo com Pimenta (2011), a discussão sobre a questão epistemológica das ciências da educação e da pedagogia parece ser um ponto de partida interessante à mudança de sentido dessas ciências é da didática, diante das atuais demandas sociais postas à educação. Conforme Bracht (2007), para demarcar o início dos investimentos epistemológicos na educação física brasileira, destaca-se o Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos feito pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1971. Este diagnóstico apontou uma deficiência nas pesquisas científicas no âmbito da medicina desportiva e foi importante para que diversos investimentos fossem implementados para melhorar o nível de desenvolvimento científico. Nesse processo de elaboração da revisão de literatura encontramos quatro artigos sobre didática da educação física, corpo e epistemologia, a saber: “O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física”, de Caparroz e Bracht (2007); “Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a Educação Física”, de Betti et al (2007) e “Didática da Educação Física escolar e o processo lógico de apreensão do saber”, de Souza (2007). O quarto artigo, elaborado por Carlan et al (2009), trata da análise dos três artigos supracitados, pontuando a) delimitação do objeto didática, b) concepção de didática, c) elementos didáticos limitadores, d) cultura e didática e e) didática e intervenção pedagógica. O primeiro ponto a destacar sobre a revisão de literatura é a escassez de uma reflexão entre epistemologia e didática, assim como, estudos que aprofundem as várias abordagens pedagógicas da Educação Física, como aponta Carlan et al (2009). Outro marco interessante é a pequena produção de conhecimento sobre corpo e didática da educação física. No entanto, o estudo de Betti et al (2007) é esclarecedor sobre a relevância de aproximar os estudos do corpo com questões didáticas. Para Betti et al (2007), se a didática da educação física, quiser superar a mera instrumentalidade, a neutralidade científica e técnica, em busca da explicitação dos seus pressupostos, da contextualização das práticas pedagógicas concretas, do aprofundamento das relações teoria-prática, e do enfrentamento dos problemas relativos ao sentido e aos fins da educação, deverá considerar ambas significações e intencionalidades, a partir das vivências dos sujeitos que “Se movimentam”, uma vez que o sujeito é corpo. Além desses artigos, encontramos também livros que versam sobre a temática da didática da educação física. Destacamos o livro Metodologia do ensino de educação física (SOARES et al, 1992), a série Didática da Educação Física organizada pelo Kunz (2013), Didática da Educação Física (CAMPOS, 2016), Educação Física e didática (SELBACH, 2010), as produções de Darido e Rangel (2015) e as outras diversas abordagens pedagógicas da área. No entanto, apesar dessa publicação dos livros há o esquecimento da obra do Faria Junior sobre didática da Educação Física. Esses estudos demonstram o movimento de uma área buscando compreender as relações entre corpo, didática, epistemologia. Direcionar nosso olhar para a obra de Faria Junior (1969) sobre didática da educação física é apresentar para essa área configurações epistêmicas da organização da didática da educação física e,

consequentemente, das intervenções sobre o corpo que vem constituindo-se em nossa área de conhecimento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao analisar as finalidades da educação e os objetivos da educação física descrito na obra “Introdução à didática da educação física” do professor Alfredo Gomes de Faria Junior, notou-se que apesar de se tratar de um documento produzido a quarenta e oito anos, e a existência de algumas peculiaridades da época, em que ocorria a ditadura militar, o mesmo, traz concepções que ainda são discutidas na contemporaneidade. Faria Junior (1969), norteador pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, vigente no período da produção do seu livro, descreve as finalidades da educação como sendo:

A consciência coletiva, os valores e ideais de vida e educação de um grupo social, que são expressos de forma abstrata e genérica do que se denomina finalidade. As finalidades constituem os princípios fundamentais nos quais se construirá o sistema educacional de um grupo social (FARIA JÚNIOR, 1969, p.61).

Diante do exposto, as finalidades consistem em metas amplas, que para serem alcançadas se faz necessário traçar objetivos. E esses objetivos são compreendidos na obra estudada como não sendo meras abstrações, imprecisas, mas constituem etapas indispensáveis para a conquista das finalidades propostas, e é a primeira etapa de todo o planejamento educacional (FARIA JÚNIOR, 1969). O autor segue afirmando que tais objetivos devem ser concebidos e expressos em termos concretos de modificações de comportamento, no qual devem ser transformados em conquistas pessoais de cada aluno (FARIA JÚNIOR, 1969). Dentro dessa perspectiva educacional disposta na LDB em pauta (BRASIL, 1961), o professor Faria Junior elaborou a literatura base da didática da educação física, que se trata de um livro técnico editado pela Divisão de Educação Física do MEC e destinado a distribuição gratuita aos cursos das escolas superiores de educação física (FARIA JÚNIOR, 1969). Onde o mesmo, traçou os objetivos de ensino na educação física, numa perspectiva que apresenta uma didática moderna, onde o aluno é visto como centro do processo educativo (FARIA JÚNIOR, 1969). O autor, ao expor uma perspectiva de didática moderna, se aproxima da noção de corpo-sujeito no qual se busca uma autonomia do educando. De acordo com Nóbrega (2005), o corpo foi colocando como suporte da mente, isto é, como algo menor que o pensamento. A autora, inspirada em Merleau-Ponty (2006), nos apresenta outra possibilidade de compreender o corpo, a saber: ao invés de pensar o corpo como uma máquina, ou como objeto, deveríamos compreender o corpo como obra de arte, sempre inacabado, como ser de relação, sensível e aberto às experiências do mundo. Com isso, a educação física, ao considerar essa perspectiva do corpo sensível, deve valorizar as experiências de vida e a subjetividade dos estudantes nos processos didáticos. Diante de um olhar contemporâneo, a professora Darido (2015), em seu livro sobre educação física escolar, traça objetivos para o ensino da educação física, em que a mesma, coloca como um dos objetivos do componente curricular a valorização da autonomia do aluno. Nessa perspectiva, compreende-se que a obra de Faria Junior (1969) já apresentava problemáticas discutidas por outros autores contemporâneos. Ainda com relação a visão de uma didática moderna, os Parâmetros Curriculares Nacionais da educação física também trazem a concepção de proporcionar a autonomia do aluno, o princípio da inclusão e integração de todos, valorizando as vivências anteriores do mesmo, para a formação de um cidadão crítico e reflexivo (BRASIL 1997). O aluno passa a ser o centro, e o professor torna-

se o facilitador na transmissão do conhecimento. Passamos a compreender os aspectos de uma didática conservadora, pois esta, se torna evidente em alguns momentos na obra de Faria Junior (1969), considerando que a mesma, foi produzida no período militar, em que a educação passou a ter aspectos tecnicistas, o aluno não tinha autonomia, era uma didática centrada no professor, no qual a ideia de corpo-objeto predominava. Ao observar os objetivos específicos da educação física, nota-se que o autor classifica-os de maneira categórica: Habilidades (alterações da capacidade); Conhecimentos (ninguém pode pensar se não tiver em que pensar); Ideais (desenvolver ideais positivos, como o de levar uma vida normal e sadia): habilidades; conhecimentos; ideais. No qual correspondem aos fatos da aprendizagem. Esses “ideais” descritos pelo autor, trata-se de um objetivo ideal, predeterminado, que não se discute, apenas deve ser respeitado e seguido. Fato este que tira a liberdade reflexiva e crítica do aluno. De modo que o mesmo não deve causar mudanças na sociedade. Essa ideia de controle social, vem dos princípios da ditadura militar. Campos (2016), ao analisar a organização sobre formulação de objetivos elaboradas por Faria Junior, afirma que esse autor se tornou atemporal por elaborar princípios que não desatualizam. Para Campos (2016), Faria Junior traz a questão destacando uma educação baseando em uma abordagem de ensino comportamental, por onde se estabelece uma meta e, ao longo de um período, se desenvolve ações para alcançá-la, mas, a ênfase maior, está fundamentada nas técnicas de planejamento de ensino em detrimento ao estudante.

Apresentamos um quadro, onde demonstramos a atualidade das ideias de Faria Junior (1969) sobre a organização dos objetivos:

Quadro 1: Categorias dos objetivos

CATEGORIAS DO OBJETIVOS		
Bloom et al (1956)	Faria Junior (1969)	Coll, Darido, Brasil (1997)
Cognitivo	Conhecimentos	Conceitual
Psicomotor	Habilidades	Procedimental
Afetivo	Ideais	Atitudinal

Fonte: Autoria própria, 2017.

Esse quadro foi elaborado a partir do estudo de Campos (2016), a saber:

Quadro 2: Domínio dos objetivos.

TURRA et al (1986)	NEIRA (2003)
Objetivos cognitivos	Objetivos conceituais
Objetivos afetivos	Objetivos atitudinais
Objetivos procedimentais	Objetivos psicomotores

Fonte: Campos, 2016.

Analisando os quadros, podemos afirmar que a sistematização proposta por Bloom et al (1956) é extremamente atual, assim como Faria Junior (1969), mesmo com a dificuldade da difusão do conhecimento pela lentidão dos processos de comunicação científicos para década de 1960, apresenta uma sistematização inspirada nas ideias de Bloom e que, apenas com a nomenclatura diferente, ainda permanece, inclusive em documentos oficiais, como nos Parâmetros Curriculares Nacional (BRASIL, 1997). De maneira semelhante as classificações das categorias do objetivo, os Parâmetros classificam em conceituais, procedimentais e atitudinais. Mas, nesse documento nacional, o educando, por meio da prática da cultura corporal deve desenvolver atitudes críticas e reflexivas, para que o mesmo, seja um

sujeito ativo socialmente, consciente de sua saúde e da qualidade de vida. Já na didática da Faria Junior (1969), o objetivo da educação física é integrar o estudante no meio físico e social, sem apresentar características críticas. Essa discussão em torno dos objetivos de ensino e do corpo, demonstra o qual atual é a obra estudada do Faria Junior, tão pouco comentada pelos autores atuais da área da Educação Física. **CONCLUSÃO:** Ao analisar o livro Introdução à didática da Educação Física do professor Faria Júnior (1969), notamos o quão atual é o seu livro, suas reflexões, e, principalmente, sua organização didática. Primeiro ponto a destacar é o caráter de componente curricular que a educação física assume em sua obra, isto é, ele apresenta os objetivos, os conteúdos, os procedimentos de ensino e de avaliação, assim como, os diferentes níveis de planejamento (aula, unidade, anual). Vale salientar, que na época foi escrito o livro, a educação física era considerada atividade física, ela só será considerada componente curricular obrigatório com LDB de 1996. Isso demonstra a importância da obra do Faria Junior que já tratava a Educação Física como componente curricular antes da própria LDB vigente. Além disso, sua obra já apresenta características de uma didática que valoriza as experiências do educando, aproximando-se da concepção de corpo-sujeito, discussão da década de 1980 e 1990 na Educação Física brasileira. Em outros momentos, apresenta características de uma educação comportamentalista e tecnicista “tentar” manipular o educando como máquina e ao considerar apenas sua inserção no mundo do trabalho, sem oferecer uma reflexão sobre o que é a sociedade em uma perspectiva crítica. Por fim, com a realização desse estudo, ainda em andamento, percebemos que a área da educação física carece de uma reflexão que interligue didática, epistemologia e estudos do corpo, assim como, reconhecer a produção de conhecimento sobre educação física da época da ditadura militar que não necessariamente representa um atraso para área, mas demonstra ideias fecundas para pensar a didática da educação física e suas implicações para formação humana.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. et al. Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a educação física. In: _____ **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 39-53, jan. 2007.

BRACHT, V. **Educação física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. 3. ed. Ijuí: Ed.Unijuí, 2007.

BLOOM, B. S. et al. **Taxonomy of educational objectives**. New York: David McKay, 1956.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.212 de 17 de abril de 1939**. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. **Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física. Secretária de Educação. Brasília: MEC, 1997.

CAMPOS, L. A. S. **Didática da educação física**. 2. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2016.

CAPARROZ, F. E; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. IN: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-37, jan. 2007.

CARLAN, P. et al. Didática da educação física brasileira: uma compreensão da produção científica. IN: **Pensar a prática**, v.12, n.3, nov, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/7674/5999>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para prática pedagógica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

FARIA JÚNIOR, A. G. **Introdução à Didática de Educação Física**. Rio de Janeiro: DEF, 1969.

KUNZ, E. **Didática da Educação Física**. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 3. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NÓBREGA, T. P. **Corporeidade e Educação Física: do corpo-objeto ao corpo-sujeito**. 3. Ed. Natal: EDUFRN, 2005.

_____. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Livraria Editora da Física, 2010.

PIMENTA, S. G. Para uma ressignificação da didática: ciências da educação, pedagogia e didática (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SELBACH, S. **Educação Física e didática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, M. da S. Didática da educação física escolar e o processo lógico de apreensão do saber. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p.181-199, set./dez., 2007.

A INFLUENCIA DA RELIGIÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CAMPO EM UMA ESCOLA DE JUNDIÁ/RN

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda

Moaldecir Freire Domingos Júnior

Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: O presente trabalho versa de uma pesquisa descritiva cujo o seu objetivo é discorrer sobre o a influência religiosa no tocante a participação dos alunos nas aulas da educação física escolar. A investigação se deu através das atividades do estágio supervisionado, no qual foi aplicado um questionário de pesquisa de cunho pessoal no ultimo encontro. A partir da análise desse questionário, são expostos às opiniões dos educandos sobre a sua participação nas aulas do componente curricular educação física e como os dogmas religiosos influenciam nesse processo. Após essa reflexão, contribuir para a atuação do professor da área e expor a importância de alcançar os objetivos da educação física no ambiente escolar, indagando que o mesmo enfrenta a diversidade religiosa como um desafio evidente no cotidiano de suas aulas. Após essa reflexão, o este trabalho propõe novas discussões sobre essa temática, na busca de superar paradigmas que a educação física enfrente no ambiente escolar.

Palavras - chave: Educação Física. Escola. Religião.

INTRODUÇÃO: O humano tem uma experiência com o sagrado (ELIADE, 1992) e o sagrado de um modo geral, justifica o fenômeno religioso, que por sua vez, exerce influência no comportamento das pessoas. Segundo (HENNING, 2009), além de fazer parte da cultura, a religião é constituída por mitos, rituais e comportamento moral que interpretam o processo cultural, definindo significados de comunidade e influenciando sobre que pode e não pode ser feito, ou o certo e o errado. Partindo desse fato, este trabalho é uma análise realizada a partir das observações do estágio supervisionado II, cultivado no ensino fundamental, e na aplicação de um questionário para investigar a influência religiosa sobre os alunos e a sua repercussão nas aulas de Educação Física. O que motivou a escolha desse tema foi à experiência com o Cristianismo, e ao longo desse tempo, notou-se o quanto os dogmas religiosos influenciam o comportamento das pessoas. Como futura professora de Educação Física, busco, através das experiências adquiridas com o cristianismo e com a formação na área, contribuir para a atuação do professor diante do desafio exposto no artigo, que é comumente identificado no cotidiano escolar. Ao pesquisar os trabalhos relacionados com essa problemática, identificou-se que existem poucas literaturas que discutem o relacionamento da Educação Física com a religião na escola, olhando para a formação do aluno, e o quão desafiador é essa relação para a atuação do professor de Educação Física. Uma vez que se trata de um componente curricular obrigatório, e que o aluno necessita dos conhecimentos da área para a sua formação. Diante dessa realidade, como um componente curricular que tem como seu critério organizador a cultura corporal do movimento, poderá formar um cidadão que e garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las [...] (BRASIL, 1998), se o aluno recusa-se a participar das aulas e de experimentar as

práticas corporais? Este estudo tem como foco discutir a relação da educação física e religião no ambiente escolar, bem como atitudes de resistência por parte dos alunos em virtude da influência religiosa. Com o interesse de, proporcionar ao professor de Educação Física um melhor conhecimento sobre este assunto, para que o mesmo, saiba lidar com tal situação, e contribuir para a sua atuação profissional na escola. Para a obtenção dessa finalidade, foram traçados alguns objetivos específicos, como, Identificar e discutir conceitos acerca de Educação Física e Religiosidade encontrados nos artigos, a partir dessa análise, e levantar dados sobre a participação dos alunos nas aulas, através das atividades do estágio supervisionado. Após este processo, abordar os resultados e discussões das respostas dos alunos obtidas através do questionário aplicado, e expor a relação entre a Educação Física e a Religião no ambiente escolar, e o desafio do professor em conduzir o processo de ensino e aprendizagem. No decorrer deste artigo, relato sobre o que é religião e as suas relações e interferências nas aulas da educação física escolar; os dados da pesquisa realizada com os alunos do nono ano; resultados e discussões das respostas dos alunos; conclusão e as referências bibliográficas no qual fundamentei este trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA: Para a estruturação deste trabalho, se fez uma revisão de literatura utilizando livros e artigos tanto específicos da educação física quanto direcionados a religião, com o objetivo de compreender o papel da educação física na formação do aluno, bem como o fenômeno religioso e a sua influência no comportamento humano, e a partir desse entendimento, relatar sobre a relação do mesmo com a educação física escolar e o desafio do professor desta área em fazer com os alunos que possuam influência religiosa participem de suas aulas. Para o estudo do componente curricular, fiz a leitura do livro “educação física escolar” de Suraia Darido, publicado em 2014; a obra do “coletivo de autores” publicado em 1992; os “parâmetros curriculares nacionais para ensino fundamental anos finais” publicado em 1998 e o livro “sociologia do corpo” do autor David Le Breton publicado em 2007, além de artigos encontrados nas revistas de produção científicas sobre a educação física. E para compreender melhor o fenômeno religioso, uma das obras que me auxiliou na fundamentação deste trabalho foi o livro “o sagrado e o profano” do autor Mircea Eliade publicado no ano de 1992, no qual relata sobre a presença do caráter sagrado e do profano no humano, distinguindo o homem religioso do não religioso e mostrando que o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, e de forma direta ou indireta, influência do comportamento humano. Além dessa obra, foram investigados um total de 5 artigos encontrados na revista REVER, específica para produções científicas sobre religião, dos 5 artigos encontrados selecionei 3 trabalhos que mais se adequaram a minha busca sobre o papel da religião no comportamento humano e na sociedade. Outro material que utilizei nesse trabalho foi a dissertação de mestrado da autora Ana Carolina Capellini Rigoni no qual disserta sobre as marcas da religião evangélica no corpo feminino, uma problemática que a mesma identificou na aplicabilidade das suas aulas de educação física no cotidiano escolar. Embora a quantidade de obras que abordam a temática deste artigo seja pequena, realizei a leitura de 6 artigos encontrados em revistas diferentes, cuja as problemáticas assemelham a do presente trabalho.

METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Menino Jesus, localizada na Rua Anita Alves Barros, em Santa fé Distrito de Jundiá – RN, no dia 16-05-2017, no turno vespertino. Trata-se de uma comunidade pequena com uma população de 3.910 habitantes de acordo com o IBGE de 2015. O público no qual se realizou a pesquisa foram os alunos do nono ano do ensino fundamental II, todos de

classe econômica baixa, em sua maioria filhos de agricultores. No total, foram pesquisados 11 jovens distribuídos entre meninos e meninas, na faixa etária de 15 anos de idade. A pesquisa aconteceu durante as atividades do estágio obrigatório II. Este trabalho versa de uma pesquisa exploratória, que objetiva determinar o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o auxílio que estes poderão oferecer ou longo do processo de investigação (GIL, p. 152 2010). E para isto, foi utilizado o método de pesquisa-ação, pois se trata de uma metodologia que contribui para a ação social (GIL, p.42, 2010). De um modo geral, o critério de representatividade dos grupos investigados na pesquisa-ação é mais qualitativo do que quantitativo (GIL, P. 152, 2010). O que torna mais recomendável nas pesquisas desse tipo a utilização de amostras selecionadas pelo critério de intencionalidade, ao realizar a investigação sobre a relação da educação física e religião na escola, tem-se a intenção de contribuir para a solução de problemas existentes. Esta pesquisa também possui cunho etnográfico, que é uma metodologia utilizada para a descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como comportamentos, crenças, valores, baseada em informações coletadas mediante a estudo de campo (GIL, p. 40, 2010). Proíro cunho, por que a etnografia é um método que envolve uma detalhada descrição da cultura como um todo, e esse resultado demanda do pesquisador uma permanência no campo por longos períodos de tempo (GIL, 2010). Toda via o trabalho não ocorreu dessa forma, pois o período do estágio é menor do que o necessário para os critérios da etnografia. O questionário aplica com a turma do nono ano, continha 15 questões, divididas em 4 discursivas e 11 objetivas, todas as perguntas de caráter pessoal. Das 15 questões, foi selecionado 3 para discussão nesse artigo. A aula durou 45 minutos e foi toda destinada para os alunos responderem ao questionário, participaram da pesquisa um total de 11 alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Ao analisar as respostas dos alunos, identificou-se que os mesmos, possuem influência religiosa que se refletem no seu comportamento durante nas aulas de educação física. Diante desse fato, necessário compreender que falar de religião não é algo simples, trata-se de um fenômeno social de significado relevante no percurso evolutivo da humanidade. De acordo com (Durkheim, 1996) A religião faz parte da sociedade. E o que melhor define o fenômeno religioso é a oposição entre o sagrado e o profano Durkheim (1996). O autor Eliade (1992) diz que “o sagrado e o profano são duas modalidades do ser no mundo”. E Esse dualismo causa divergências comportamentais que por vezes gera situações de conflitos, no qual se configuram em manifestações presenciadas no convívio social. Aqui, especificam-se as situações de conflitos nas aulas de educação física. Esta conclusão se deu a partir da análise das respostas fornecidas pelos educandos.

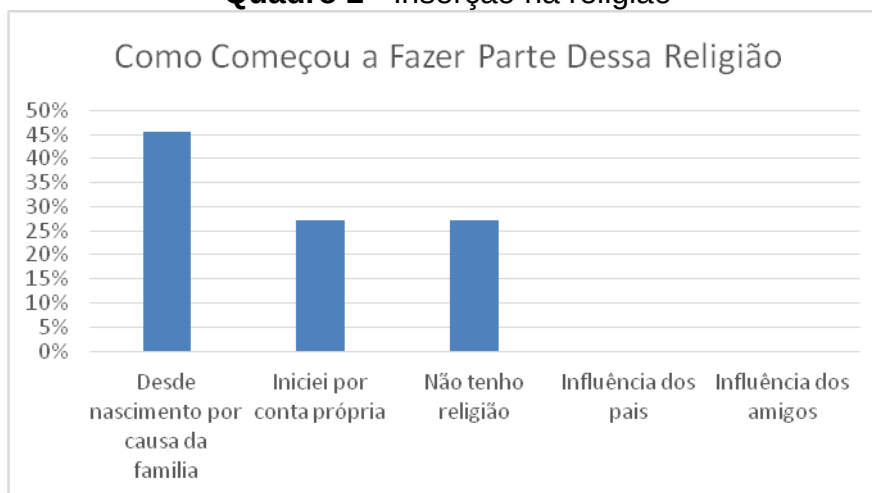
Quadro 1 - - Identificando a religião dos estudantes



Fonte: Autoria própria, 2017.

Quando questionados sobre qual religião eram adeptos, a maioria declararam serem católicos e os demais se dividiram entre protestantes e sem religião. Esse fato mostra que a turma possui uma pequena variedade de crenças. Considerando os dados fornecidos pelo IBGE (2010) identifica-se que a população do município de Jundiá, onde foi aplicada a pesquisa, é adepta do catolicismo, no qual engloba a maior parte dos munícipes, seguido do protestantismo. E não há dados da existência de outra manifestação religiosa no município. O que justifica as respostas dos alunos ao primeiro questionamento.

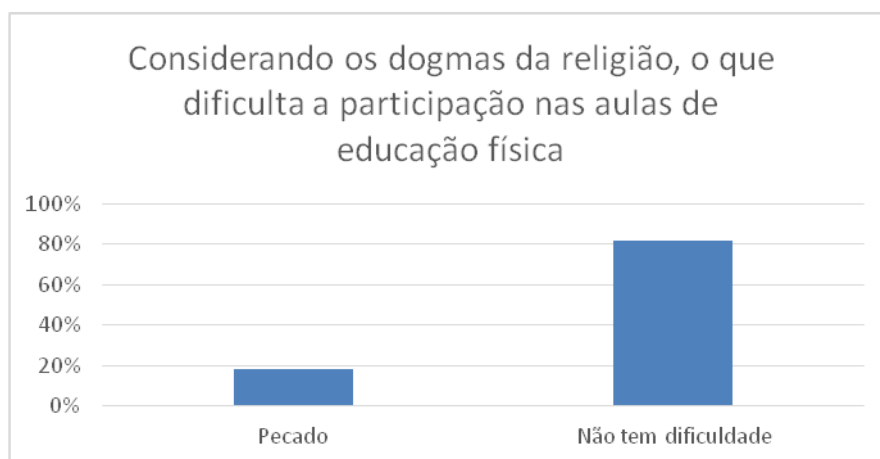
Quadro 2 - Inserção na religião



Fonte: Autoria própria, 2017.

A maioria dos estudantes disseram fazer parte da religião desde o seu nascimento, o que mostra a influencia familiar na escolha (ou não), da sua religião. Um fator muito importante que reforça essa influencia familiar, é a existência do fundamentalismo religioso, que por sua vez, investe nas famílias como um lugar privilegiado para a educação e a transmissão dos valores religiosos de uma geração para a outra (SILVA, 2006, p.18). O que acaba tirando o direito de escolha do individuo.

Quadro 3 - Inserção na religião



Fonte: Autoria própria, 2017.

Após analisar os questionamentos supracitados, iniciou-se uma investigação voltada para a influência religiosa no tocante a participação dos alunos nas aulas de educação física. A maioria dos educandos, disseram não ter dificuldades em participar das aulas do componente curricular. Apesar de se tratar de uma comunidade da zona rural onde o tradicionalismo religioso ainda é algo de forte influencia, os dogmas das religiões não interferem na participação dos alunos. Outro dado encontrado nesse questionamento, é que uma pequena parte dos educando disseram ter dificuldade por causa da concepção de pecado, algo que é ensinado pelas religiões. Diante desse dado, compreende-se que para o homem religioso a alma sempre foi considerada uma coisa sagrada, oposta ao corpo que é “naturalmente” profano (DURKHEIM, 1996). E a educação física tem o desafio de buscar garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de praticá-las [...] (BRASIL, 1998). Diante dessa realidade o professor se depara com o desafio de integrar esse aluno em suas aulas, visto que um dos objetivos da área é a democratização da educação física para todos, no qual o princípio de inclusão é evidenciado (DARIDO, 2015).

CONCLUSÃO: Após a realização do estudo, encontramos dados interessantes para discutir e pensar a relação entre a participação dos estudantes nas aulas de educação física e a influencia da religião. Percebe-se que a religião é pouco estudada no meio acadêmico da Educação Física. Diante do exposto, nota-se que a influencia da religião não afastou todos os estudantes das aulas de Educação Física. Essa compreensão de que a religião afasta todas as crianças e os adolescentes das aulas de educação física é um preconceito, uma vez que essa relação é extremamente complexa, dependendo de diversos fatores. Em nossa pesquisa, realizada em uma zona rural de uma cidade da mesorregião do leste potiguar, concluímos que a religião não afastou todos os estudantes das aulas de educação física, apenas dois estudantes afirmaram não participar das aulas de educação física. Sugerimos mais estudos sobre essa temática para aprofundar as discussões sobre essa complexa relação entre religião e aulas de educação física, ou talvez, entre o sagrado e o corpo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de educação ensino fundamental I. Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e bases. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola**: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência de religião. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HENNING, M. C. Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas. **REVER – Revista de Estudos da Religião**. dez./2009. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_henning.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

CORPO E EDUCAÇÃO NA OBRA "INTRODUÇÃO A DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA": UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda

Moaldecir Freire Domingos Júnior

Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: Nosso estudo configura-se como relatório parcial de iniciação científica do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – Unifacex e busca um entrelaçamento entre corpo, epistemologia e didática da Educação Física. Nossa perspectiva é uma investigação epistemológica para compreender a noção de corpo e educação a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física. Temos como objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) identificar os seus fundamentos teóricos sobre educação. Trata-se de uma pesquisa fenomenológica que situa a referida obra em seu contexto sócio-cultural e político, identificando a compreensão de corpo e educação apresentados, destacando seus pressupostos teóricos. Dessa forma, nota-se na obra um avanço ao reconhecer que a educação necessita ser pensada também da realidade, assim como, percebe-se limites ao fortalecer o discurso humanista e tecnicista, desconsiderando as críticas advindas, por exemplo, de Paulo Freire sobre educação no Brasil.

Palavras – chave: Corpo. Educação. Epistemologia.

INTRODUÇÃO: Nosso estudo configura-se como relatório parcial de iniciação científica do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – Unifacex e busca um entrelaçamento entre corpo, epistemologia e didática da Educação Física. Conforme Nóbrega (2006), em seu texto sobre Corpo e epistemologia, pensar o conhecimento da Educação Física é pensar também as perspectivas teóricas que têm fundamentado as práticas de intervenção desta área. Dentre as diferentes problemáticas colocadas hoje, no campo da Educação Física, destaca-se as reflexões sobre o corpo. Para a autora, problematizar sobre o corpo pode apresentar indicadores para a configuração epistemológica da Educação Física, haja vista a existência de um número significativo de pesquisas que enfocam questões relativas ao corpo. “Pensar sobre o corpo, do ponto de vista teórico, é pensar também o modo como determinados discursos sobre o corpo materializam-se em determinadas práticas sociais” (NÓBREGA, 2006, p.60). A epistemologia caracteriza-se como uma investigação histórico-filosófica de uma determinada ciência ou área de conhecimento, destacando seus avanços e limites, seus critérios de verdade, identificando seus pressupostos teóricos. Além disso, Muchail (2006) destaca que essas investigações epistemológicas são permeadas não apenas pelo interesse erudito de conhecer o passado, mas principalmente, pela preocupação de elucidar nosso presente. A investigação que quer melhor compreender nossa época não pretende apenas situá-la pela sua diferença com o que a precede, mas também e sobretudo, instigar mudanças que, a partir e do interior do nosso presente, possam inaugurar perspectivas outras na direção do que está por vir. Dessa forma, nossa perspectiva é uma investigação epistemológica para compreender a noção de corpo e educação a partir do primeiro livro (1969) sobre didática da Educação Física em nosso país, a saber: “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes

de Faria Junior. Essas razões justificam a escolha da obra para realizarmos uma leitura fenomenológica, na perspectiva de Merleau-Ponty (2006), em seus estudos filosóficos sobre o corpo. Outra justificativa relevante é que nos periódicos da Educação Física pesquisados (RBCE, Motriz, Motrivivência, Pensar a prática, Licere, Movimento) não encontramos nenhuma análise da referida obra. No entanto, no Banco de Teses da Capes encontramos uma dissertação de mestrado sobre a trajetória profissional do Professor Faria Junior, elaborada por Neto (2006) e um artigo (COSTA; TAVALER, 2010) sobre biografias da educação física que cita um trecho dessa dissertação, mas não comentam especificamente sobre tal obra. Outro ponto relevante é a pequena produção sobre didática da Educação Física nos periódicos da supracitados. Carlan et al (2009), buscando compreender o tratamento e o papel que a Didática vem assumindo nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar, encontraram três artigos científicos, cuja leitura desvelou estruturas conceituais que elucidaram os pressupostos teóricos e didático-metodológicos; e concluíram, após a interpretação dos artigos científicos, que a Educação Física escolar deve superar o reducionismo técnico-instrumental da Didática e redimensionar seu papel aproximando-se da dimensão pedagógica e epistemológica. Assim, nossa problemática principal é: qual a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior? Qual os pressupostos teóricos sobre educação apresentada na obra? Essas questões nos direcionam para os seguintes objetivos: a) Identificar a compreensão de corpo na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Junior; b) identificar os fundamentos teóricos sobre educação na obra “Introdução à Didática de Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Júnior. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa fenomenológica, fundamentada no processo de interpretação segundo Merleau-Ponty (2006), principalmente, por termos nesse filósofo francês nosso referencial sobre corpo. A partir dos estudos desse autor, é possível sistematizar as compreensões de corpo de um determinado texto. Além disso, consideramos nosso estudo uma epistemologia do corpo e da didática da educação física. Por epistemologia entendemos:

A análise das ciências, quanto a indagação sobre os procedimentos científicos, a análise das condições sócio-históricas e do capital cognitivo acumulado, os avanços e os limites do conhecimento, a validade dos procedimentos, dos instrumentos e dos resultados das investigações; bem como outras configurações do saber, inclusive o diálogo da Ciência com outros saberes como a Filosofia, a Arte e a Educação (NÓBREGA, 2006, p. 59).

Da amplitude da pesquisa epistemológica, temos aqui o diálogo entre noções e conceitos de teorias diferentes. Pensar sobre conceitos e noções é uma atitude importante para construir saberes e práticas científicas, filosóficas, educacionais, artísticas, entre outras. Segundo Nóbrega (2010), as ciências, as teorias filosóficas ou educacionais transitam por conceitos e noções, e adverte que estes não são apenas nomes que se dão a algo, mas carregam uma reflexão e uma experimentação que lhes dão sentido. No primeiro momento da pesquisa, iremos situar a obra *Introdução da Didática da Educação Física* em seu contexto sócio-cultural e político. Em seguida, realizar a leitura identificando a compreensão de corpo e educação apresentados, destacando seus pressupostos teóricos. As questões a serem respondidas ao longo das análises interpretativas são: Qual

compreensão de corpo na referida obra? Quais os seus pressupostos teóricos sobre educação na referida obra? Essas questões visam relacionar corpo, epistemologia e didática da Educação Física, apontando os avanços e limites da obra em seus contextos. **REVISÃO DA LITERATURA:** Atualmente, é crescente estudos que tratam sobre a relação entre epistemologia e didática. De acordo com Pimenta (2011), a discussão sobre a questão epistemológica das ciências da educação e da pedagogia parece ser um ponto de partida interessante à mudança de sentido dessas ciências é da didática, diante das atuais demandas sociais postas à educação. Para Pimenta (2011), o não enfrentamento da questão epistemológica em educação dificulta aos professores a articulação das pesquisas que eventualmente se realizam na área e a formulação de pesquisas necessárias que estão sendo indicadas pelas urgências da prática social da educação. O que, conseqüentemente, dificulta a superação dos problemas contemporaneamente postos. Portanto, para essa autora, a questão epistemológica se coloca como importante do ponto de vista de sua necessidade histórica, e não por uma questão de natureza disciplina e/ou lógica. Os avanços na pesquisa educacional, passam, necessariamente, pela questão epistemológica da educação. Conforme Bracht (2007), para demarcar o início dos investimentos epistemológicos na educação física brasileira, destaca-se o Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos feito pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1971. Este diagnóstico apontou uma deficiência nas pesquisas científicas no âmbito da medicina desportiva e foi importante para que diversos investimentos fossem implementados para melhorar o nível de desenvolvimento científico. Nesse processo de elaboração da revisão de literatura encontramos quatro artigos sobre didática da educação física, corpo e epistemologia, a saber: “O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física”, de Caparroz e Bracht (2007); “Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a Educação Física”, de Betti et al (2007) e “Didática da Educação Física escolar e o processo lógico de apreensão do saber”, de Souza (2007). O quarto artigo, elaborado por Carlan et al (2009), trata da análise dos três artigos supracitados, pontuando a) delimitação do objeto didática, b) concepção de didática, c) elementos didáticos limitadores, d) cultura e didática e e) didática e intervenção pedagógica. O primeiro ponto a destacar sobre a revisão de literatura é a escassez de uma reflexão entre epistemologia e didática, assim como, estudos que aprofundem as várias abordagens pedagógicas da Educação Física, como aponta Carlan et al (2009). Outro marco interessante é a pequena produção de conhecimento sobre corpo e didática da educação física. No entanto, o estudo de Betti et al (2007) é esclarecedor sobre a relevância de aproximar os estudos do corpo com questões didáticas. Para Betti et al (2007), se a didática da educação física, quiser superar a mera instrumentalidade, a neutralidade científica e técnica, em busca da explicitação dos seus pressupostos, da contextualização das práticas pedagógicas concretas, do aprofundamento das relações teoria-prática, e do enfrentamento dos problemas relativos ao sentido e aos fins da educação, deverá considerar ambas significações e intencionalidades, a partir das vivências dos sujeitos que “Se movimentam”, uma vez que o sujeito é corpo. Esses estudos demonstram o movimento de uma área buscando compreender as relações entre corpo, didática, epistemologia. Direcionar nosso olhar para a obra de Faria Junior (1969) sobre didática da educação física é apresentar para essa área configurações epistêmicas da organização da didática da educação física e, conseqüentemente, das intervenções sobre o corpo que vem constituindo-se em nossa área de conhecimento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O livro “Introdução à didática da

Educação Física”, escrito pelo professor Alfredo Gomes de Faria Junior, publicado em 1969, é um livro técnico editado pela Divisão de Educação Física do MEC e destinado a distribuição gratuita aos especializados. Tal obra teve objetivo de suprir uma carência das Escolas Superiores de Educação Física que não possuíam em seus currículos a componente curricular Didática da Educação Física. Nesse sentido, o livro passa a compor o material bibliográfico na formação dos professores de Educação Física, como subsídio aos estudantes das Escolas Superiores de Educação Física e aos profissionais especializados, conforme afirma o Tenente Coronel Arthur Ferreira, na apresentação do livro em estudo. O final da década de 1960 e o início da década de 1970, período da elaboração e publicação do livro, é o momento em que o conhecido “tecnicismo educacional” adquire nova roupagem, no contexto do regime militar instaurado no Brasil em 1964, inspirado explicitamente no behaviorismo e na teoria de sistemas. Libâneo (2011) nos diz que essa tendência tecnicista deixará sua marca mais nos aspectos formais da organização escolar e didática e menos em termos de concepção de ensino, mas irá influenciar boa parte dos projetos governamentais e dos estudos da área da educação. Nas palavras de Saviani, há nessa época um predomínio da tendência ‘humanista’ moderna, que compreende o período de 1960 a 1968: momento caracterizado pela crise da tendência ‘humanista’ moderna e articulação da tendência tecnicista; e a partir de 1968 há o predomínio da tendência tecnicista e a concomitante emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que busca implementá-la (SAVIANI, 1987). Apresentar o contexto sócio-cultural no qual está imerso tal livro é importante para compreender a relação entre a obra e o contexto, mas, conforme Caparroz (1997), Oliveira (2001) e Rocha Júnior (2000) *apud* Caparroz e Bracht (2007), é um equívoco derivar ou deduzir mecânica e automaticamente o papel concretamente desempenhado pela educação física escolar dos movimentos macrossociais (econômicos e políticos). Isto é, o livro é uma obra que está relacionada com o contexto social, econômico e político, porém, não é apenas um reflexo do contexto, mas uma produção de conhecimento que pode transcender o contexto. Nesse sentido, mesmo diante de um contexto militar no cenário político, e frente ao humanismo miscigenado com o tecnicismo, é possível perceber na obra em análise uma tensão na compreensão do corpo: ora tratado na perspectiva tecnicista, ora tratado na perspectiva humanista. A primeira pista encontrada no livro para tal interpretação é o conceito de educação que o Faria Júnior (1969, p.13) apresenta, a saber:

Desta forma, podemos conceituar educação como o processo de crescimento e desenvolvimento pelo qual o indivíduo assimila um corpo de conhecimentos, demarca os seus ideais e aprimora sua habilidade no trato dos conhecimentos para a consecução daqueles ideais.

Essa perspectiva de educação é inspirada na obra “Introdução a educação”, do autor William Francis Cunningham, considerado um humanista e filósofo da educação. Faria Junior (1969) explicita que esse conceito de educação elaborado por Cunningham é um conceito plenamente satisfatório, porque o faz baseado em três grupos de transformações que intervêm no processo educativo: habilidades, conhecimentos e ideais. Faria Junior (1969), diferencia o homem dos animais e afirma que o primeiro necessita de um longo período de aprendizagem em substituição aos instintos existentes nos irracionais (animais). Comenta ele:

Instintos significam “hábitos fixos de reação”, não havendo, por conseguinte, progresso na vida animal. O homem maduro não possui hábitos de comportamento hereditários não modificados pela aprendizagem. Possui, isto sim, um sem-número de habilidades que inicialmente nada mais eram que capacidades. Um segundo grupo de transformações no processo educacional é a do crescimento em conhecimentos. O nascituro ignora toda a herança social, ao passo que o adulto tem conhecimento dela. O terceiro e último grupo de transformações é a passagem dos impulsos aos ideais. Por ideais compreendem-se os controles racionais da conduta humana sobre os instintos (FARIA JÚNIOR, 1969, p.12).

No trecho acima, nota-se uma supremacia da razão na formação humana, característica do humanismo moderno, assim como, uma supremacia do homem com relação aos outros animais. Atualmente, com os estudos da etologia (CYRULNIK, 1999) e da biologia (MATURANA e VARELA, 2001) não há descontinuidade entre o social, o humano e suas raízes biológicas. O fenômeno do conhecer é um todo integrado e está fundamentado da mesma forma em todos os âmbitos. Dessa forma, o homem é visto como um ser vivo e como animal, diferente dos outros animais. Essa separação entre os homens e os animais parte de um humanismo antropocêntrico, e nele está implícito um tecnicismo. Nessa perspectiva, compreende-se o corpo, ora como objeto dos interesses do governo ora como sujeito da aprendizagem. Com isso, é visível uma tensão na obra do Faria Junior (1969), porque aponta as bases de uma concepção educação que considera o educando como centro da reflexão sobre aprendizagem e em alguns momentos a educação como controle sobre o educando, ao falar que “por ideais compreendem-se os controles racionais da conduta humana sobre os instintos” (FARIA JUNIOR, 1969, p.12). Esses ideais são estabelecidos pelo governo e não podem ser questionados, discutidos ou debatidos. Identificamos características da educação que considera o educando como centro do processo ensino e aprendizagem, uma vez que a obra de Faria Junior (1969) nasce após uma experiência pedagógica realizada em uma escola modelo no Rio de Janeiro, a saber: Escola Guatemala. Em um artigo sobre essa experiência, Faria Junior (2012) destacou que essa escola possuía abertura para experimentar diferentes métodos de ensino, fato que o impulsionou a estudar mais sobre Didática da Educação Física, tornando-o em um dos principais referenciais teóricos sobre o assunto na época. Em tal obra é possível perceber o esforço de Faria Junior em construir as bases da Didática da Educação Física, principalmente, focado em uma “Didática Moderna”, isto é, em uma didática que considera o educando como centro de processo educativo, como escreve Faria Junior (1969). Dessa forma, nota-se na referida obra uma aproximação com a noção do corpo-sujeito por buscar uma autonomia dos estudantes, mas é forte a presença também do corpo-objeto por permanecer sem diálogo com a realidade sócio-política, não oferecendo liberdade de possibilidade aos educandos em uma aula de educação física, nem reconhecendo a subjetividade nos processos pedagógicos.

CONCLUSÃO: O estudo ainda em execução está em momento de dissecar a obra do Faria Junior, carecendo ainda analisar o conceito de pedagogia, de didática, de didática da educação física, de educando, de infância, necessitando de um aprofundamento nessas conceitos. Nosso recorte apresentou que o contexto na época era do forte momento dos militares no poder do país e percebe-se na obra uma ausência de crítica ao contexto social. Essa é a característica do humanismo moderno presente na obra que apresenta traços do tecnicismo, corrente filosófica da educação marcante na época. Ao mesmo tempo, a obra apresenta uma concepção de educação que busca uma visão integral do humano, ao reconhecer suas

habilidades, conhecimentos e ideais. Além disso, o livro não foi escrito sem dialogar com a realidade, ao contrário, o livro é fruto de uma experiência pedagógica realizada em uma escola modelo (Colégio de Aplicação) do Rio de Janeiro. Isso demonstra a atitude do Faria Junior de apresentar uma didática da educação física possível e passível de aplicação no contexto escolar da época. Escrever sobre educação partindo da experiência vivida é uma característica marcante nos estudos sobre educação física e pesquisa-ação, tão presente em nossa época. Dessa forma, nota-se na obra um avanço ao reconhecer que a educação necessita ser pensada também da realidade, o que aproxima o livro aos estudos contemporâneos sobre corpo e educação. Assim como, percebe-se limites ao fortalecer o discurso humanista e tecnicista, desconsiderando as críticas advindas, por exemplo, de Paulo Freire sobre educação no Brasil. Essas são as primeiras impressões de uma pesquisa andamento que encontra nessa obra avanços e limites da didática da educação física brasileira.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. et al. Por uma didática da possibilidade: implicações da fenomenologia de Merleau-Ponty para a educação física. IN: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 39-53, jan. 2007.

BRACHT, V. **Educação física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CAPARROZ, F. E; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-37, jan. 2007.

CARLAN, P. et al. Didática da educação física brasileira: uma compreensão da produção científica. IN: **Pensar a prática**, v.12, n.3, nov, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/7674/5999>. Acesso em: 20 fev 2017.

COSTA, V. L. de M; TAVALER, S. Biografia em educação física: sua problemática e abrangência. IN: **Revista Educação Física/UEM**, v. 21, n. 1, p. 313-320, 2010.

CYRULNIK, B. **Do sexto sentido: o homem e o encantamento do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FARIA JÚNIOR, A. G. **Introdução à Didática de Educação Física**. Rio de Janeiro: DEF, 1969.

FARIA JÚNIOR, A. G. Escola Guatemala: modificações conceituais na Educação Física. IN: **Revista Corpus et Sciencia**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.66-86, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Educação: pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. IN: PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MATURANA, H. R; VARELA, F.J. **A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 3ªed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MUCHAIL, S. T. A verdade e sua produção. In: NÓBREGA, T P. (Org.). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.

NETO, A. R. M. **Alfredo Gomes de Faria Júnior e a educação física brasileira nos anos 1960 a 1970: uma história que se conta**. Mestrado em Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

NÓBREGA, T. P. da. Corpo e epistemologia. IN: NÓBREGA, T P. (Org.). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

_____. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Livraria Editora da Física, 2010.

PIMENTA, S. G. Para uma ressignificação da didática: ciências da educação, pedagogia e didática (uma revisão conceitual e uma síntese provisória). IN: PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, D. T. (Org.). **Filosofia da Educação Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SOUZA, M. da S. Didática da educação física escolar e o processo lógico de apreensão do saber. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p.181-199, set/dez, 2007.

O ESPORTE E A ÉTICA: VIVENCIANDO O BADMINTON NA ESCOLA

AUTOR:

Cláudia Lavínia Medeiros de Araújo

RESUMO: Propõe-se, nesse texto, relatar a experiência no estágio supervisionado II, com o intuito de proporcionar aos alunos o contato com o Badminton, e a análise crítica dos variados aspectos que compõem o esporte na atualidade. Argumenta-se, o poder que o financeiro exerce sobre o esporte, bem como, a escassez da ética nesse meio, quando o “vencer” parece ser mais atrativo que o “ético”, sendo trabalhado como principal foco o Badminton, sua história, regras e objetivos. A partir de aulas expositivas em sala e quadra de esportes. A intervenção estimulou nos alunos um momento de reflexão, onde atitudes que pareciam normais e frequentes ganharam olhares atentos e avaliativos sob a ótica da ética e do Fair play.

Palavras - chave: Badminton. Esporte. Ética.

INTRODUÇÃO: Com objetivo no ganho de experiência na área de Educação Física, estará relatado neste presente trabalho a experiência no estágio II e metodologias adotadas enquanto graduando em licenciatura do Centro Universitário Unifacex, sendo responsável pela aplicação de aulas para alunos do 6º ano do ensino fundamental II, atuando na Escola Municipal Pedro de Azevedo Maia, localizada na cidade de Barcelona RN, sob a supervisão da professora Maria Aparecida Firmino. Aplicando aulas teóricas e práticas sobre o Badminton, bem como uma reflexão a respeito do esporte e os aspectos sociais que fazem interface com o mesmo, nesse sentido pretendendo oportunizar momentos de exercício da criatividade e reflexão. Utilizando de questionamentos e situações problemas para que os alunos posicionassem a respeito da ética no jogo, interferência midiática, agressividade, competitividade e favorecimentos econômicos, no esporte. Buscando a partir desses momentos uma interferência positiva nas aulas práticas, esperando dos alunos que se portem melhor e tenham consciência dos seus atos no momento de jogo e na vida em sociedade. Este estudo responsável por colocar o graduando na linha de frente da prática docente, podendo presenciar de maneira direta a realidade em que se encontram esses alunos, permitindo ao estagiário aplicar seus conceitos acadêmicos, moldando-se a situação física precária dessas escolas, assim como a ausência do fornecimento de material didático ao professor de Educação Física. Sendo assim, uma oportunidade no ganho de experiência e formação acadêmica, visando ser um profissional ativo e responsável de suas práticas. **METODOLOGIA:** O estágio supervisionado II foi realizado na Escola Municipal Pedro de Azevedo Maia (EMPAM), localizada na Avenida Agaci de Souza s/n, centro, na cidade de Barcelona/ RN. Com competência em Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos, a intervenção ocorreu com a turma de 6º ano B, que possui 29 alunos em uma faixa etária de 11 à 13 anos de idade. O estágio ocorreu entre os dias 16 de março à 27 de abril de 2017, sendo dividido em 05 encontros, 01 observação, 01 semirregência e 03 regências. O conteúdo escolhido para ser trabalhado durante a intervenção foi esporte, Como afirma Tubino (2001) ‘o esporte é o maior fenômeno do século XX’. Sendo ele “considerado um dos conteúdos da Educação Física que mais está presente em nossa sociedade, estampando sua importância em jornais, revistas, TV, e em programas exclusivos para a sua

discussão diária” DARIDO (2014,p.180). De tal forma precisa ser refletido e pensado em seus variados aspectos. No dia 20 de abril durante a primeira regência foi apresentado o Badminton para os alunos, suas regras, materiais e golpes do mesmo, bem como realizar questionamentos reflexivos a respeito dos aspectos sociais e culturais que cercam o esporte. Sendo assim, a aula foi iniciada com uma avaliação diagnóstica, onde foram apresentadas imagens, vídeos e questionava o que era esporte, a diferença existente entre o mesmo e os demais conteúdos da Educação Física escolar, foram apresentados os materiais confeccionados, e interrogado de que se tratava e para que serviam. Após o diagnóstico, a aula teve sequência na exposição de slides que falavam sobre a história do Badminton, de seu surgimento na Índia, e de como deixou de ser conhecido por Poona e passou a ser chamado de Badminton, quando na década de 1870 uma nova versão do esporte foi jogada na propriedade de Badminton pertencente ao Duque de Beaufort's, também foram apresentados as principais regras, tamanho da quadra, empunhadura da raquete e peteca, e por fim os golpes que seriam trabalhados, Driv, smash, Clear, ensinados através de vídeos que demonstrava a execução dos mesmos. Em seguida, foram levantadas situações problemas, indagando a opinião dos alunos quanto a situações frequentes ao esporte, situações que refletem a atitudes éticas, até onde se pode ir quando o objetivo é ganhar, quais as interferências que o dinheiro acarreta sobre o que se entende por ético, justo e correto. “debater ética nas aulas de Educação Física, é refletir sobre a convivência humana em suas várias dimensões sociais, como o lazer, a cultura, a sexualidade e a saúde” DARIDO (2014, p.88). Além de situações onde o dinheiro é o principal motivador para a prática de atitudes antiéticas no esporte, também foi discutida a interferência midiática, os pontos positivos e negativos advindos dessa grande exposição. Podemos perceber essa influência no meio esportivo, quando observamos a forma como o esporte se molda aos horários de TV, ou nas grandes exposições para espetáculos, como a copa e olimpíadas.

[...] a televisão brasileira disponibiliza um espaço de qualidade para esportes competitivos, sendo esses esportes a representação de confrontos dos mais variados tipos entre pessoas, grupos ou países, o que de certa forma atrai ou desperta interesse no mesmo’ (DARIDO, 2006, p.40).

Assim como defende Darido é possível perceber como o desejo de vencer, sobressair-se entre os demais, receber um título, entre outros requisitos que se atribui a um campeão, de fato é algo que desperta uma competitividade, situação que sempre acompanhou atividades físicas e que é ponto positivo quando se tem um objetivo a ser alcançado, porém quando não é bem trabalhado pode ser um problema, ainda mais sendo o esporte tão exposto e sofrendo interferências cotidianas frequentes, agressividades e deslumbre financeiro, entre outros fatores que podem contribuir de maneira negativa a educação desses alunos. Estimular pensamentos reflexivos a cerca de situações que estão presentes no cotidiano desses alunos é possibilita-los reconhecimento de boas atitudes, ação e correção de suas praticas, bem como sua independência, “incluir a prática reflexiva em nossas aulas implica a reflexão sobre nossas ações e a dos que nus cerca” (DARIDO, 2014,p.106). No dia 27 de abril prosseguia-se a intervenção, com o intuito de realizar uma iniciação ao Badminton, os alunos foram dirigidos para a quadra de esportes da escola, foi orientado para que formassem um círculo, como primeiro momento o estagiário explicou como deveria ser a empunhadura da raquete e peteca, com a mão envolvendo o cabo da raquete de forma a que o indicador e o

polegar formassem um V e a peteca sendo pega pela base ou borda medial. Em seguida, devido à quantidade de alunos foram divididos em três filas, um ao lado do outro, com uma bexiga foi orientado que a primeira fila utilizasse a raquete para manter a bexiga no ar e a conduzisse até a fila afrente tendo o braço em um ângulo de 90 graus, sem deixar que a bexiga caísse no chão, e assim se repetisse com os demais. Após a condução com a bexiga foi realizado a condução com a peteca, que tinha o mesmo procedimento anterior, porém o objeto conduzido seria a própria peteca. Foi proposto que reunisse em duplas, um colega jogava a peteca e o outro tentava rebater devolvendo para o colega que arremessou. Sem exigências técnica o estagiário pediu para que tentassem efetuar os golpes proposto, da forma como tinham visto no vídeo. Nesse momento foram corrigidos algumas posições e maneira de pegar a raquete. Posteriormente, dispostos em fila indiana, o professor arremessava a peteca e os alunos tinham que rebatê-la. Em seguida os alunos foram posicionados em situação de jogo, apesar de não ter rede e as marcações necessárias no piso o jogo deu inicio, dentro de seus limites, o objetivo era manter a peteca no ar, entre as duplas sem que ele caísse no chão. Em razão do tempo, os alunos foram encaminhados para a sala de aula, onde responderam um questionário avaliando a atuação do estagiário, nesse questionário tinha perguntas como a desenvoltura do estagiário em aula teórica e pratica, e níveis de aprendizado do aluno durante a intervenção. A avaliação do estagiário sobre os alunos se deu a partir de conhecimento, atitudes e procedimentos realizados pelos educandos. Da disposição em participar das atividades, maneira como posicionaram suas opiniões, dos conhecimentos adquiridos e debatidos sobre o conteúdo antes e após a intervenção, comportamento ético, mostrando respeito no jogo, pelo companheiro e adversário, assim como a desenvoltura em realizar as atividades, “a avaliação deve ser instrumento que venha a contribuir para a aquisição de conhecimentos, e analise das etapas já traçadas, deixando de lado a característica de ferramenta de punição. (DARIDO, 2014, p.126). **RESULTADOS:** Durante a intervenção notou-se uma carência de conhecimentos a respeito da educação física, sendo percebido as dificuldades que os alunos tinham de expressar suas opiniões e distinguir características básicas da disciplina, após a intervenção teve-se como resultado o ganho de conhecimentos a cerca do Badminton, até então desconhecido, os momentos reflexivos possibilitou ao estagiário fazer uma análise do grau de maturidade das respostas ofertadas por esses alunos durante o diagnóstico e após a intervenção, mostravam-se inicialmente reprimidos, aceitando como verdade o que lhes era orientado, após serem questionados os educandos conseguiram posicionar-se a respeito dos temas debatidos, de certa forma refletindo mesmo que minimamente em um resultado satisfatório. Esse primeiro momento teve grande peso na aula pratica em quadra, onde os conteúdos debatidos em sala tiveram uma importante interferência, sendo o objetivo das aulas conclui a atividade com qualidade e não cumpri-la em menos tempo, então em meio a essas situações os próprios alunos percebiam suas atitudes e conscientizavam-se. A avaliação realizada pelos alunos, mostrou um considerável nível de aceitação e aprovação em relação ao rendimento, compreensão e desenvoltura advindas deles mesmos e do estagiário. Ao fim da avaliação realizada pelos educandos, pode-se constatar que dos 29 alunos presentes, todos aprovaram a aula. Quanto à atuação do estagiário na explicação clara do conteúdo e esclarecimentos de duvidas, 27 alunos acharam que o estagiário explicou e tirou duvidas com clareza, e 02 acharam o inverso, com base no questionário constatou-se que as meninas sentiram mais dificuldade em praticar as atividades do que os

meninos. **CONCLUSÃO:** A partir de estudos teóricos e práticos para desenvolvimento do presente trabalho, concluiu-se que o mesmo teve interferência positiva para estagiário e educando, acreditasse que com a prática continuada dessas atividades, os resultados seriam ainda mais satisfatório em requisitos pedagógicos e sociais. Sendo útil para possibilita-los refletir e posicionar-se em meio a situações problema que exijam deles atitudes éticas e cidadãs. Sendo o Badminton um esporte que tem aderido em sua essência características inclusivas. Sendo assim, o Badminton contribuiu com o bom desenvolvimento dos objetivos aqui traçados. O estágio mostrou ser possível em uma aula de Educação Física, momentos teóricos e práticos de reflexão e pensamentos críticos sobre seus atos, dos demais e uma visão mais ampla do que apresenta e representa o esporte na atualidade, sendo ele capaz de mudar e modificar a realidade de um determinado grupo ou lugar. Dessa forma, cabe também a nós futuros professores (a) de educação física e seres participantes de um corpo social, formar e instruir pessoas para viver nesse contexto, respeitando e analisando o melhor para o coletivo. Não apenas em situação de jogo, mas no cotidiano dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

CBBD (Campinas), Confederação Brasileira de Badminton. **História do Badminton**. 2017. Disponível em: <<http://www.badminton.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DARIDO, S. C. RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

_____. **Psicologia do esporte:** da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LE PARKOUR COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

AUTORES:

Lidiane da Silva Miranda
Maria Eloiza Siqueira da Silva
Natã Azevedo de Melo
Rita de Kássia de Lima Silva Nascimento

RESUMO: O nosso estudo trata sobre o processo do estágio I, onde abordamos o conteúdo Práticas corporais de aventura urbana, especificamente, o *Le Parkour* que é uma prática corporal compreendida como a arte de deslocar-se de um ponto para o outro rapidamente. O objetivo deste estudo é relatar aulas de educação física com o conteúdo *Parkour* nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola particular. A metodologia do trabalho configura-se como um relato de experiência inspirado na abordagem etnográfica, onde nossa tarefa foi descrever seis aulas de educação física com o conteúdo *Le Parkour*, contextualizando a escola, a turma, sua rotina, a metodologia da aula, as relações professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno. A partir dessa experiência pedagógica, conclui-se que o estágio é uma grande oportunidade para formação inicial do professor de educação física, por proporcionar uma sistematização do conhecimento, assim como, o *Parkour* é um conteúdo relevante para formação humana das crianças, propiciando uma ampliação do repertório motor e uma inserção na cultura de movimento urbana.

Palavras - chave: Educação Física escolar. Estágio. Le Parkour.

INTRODUÇÃO: Nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Licenciatura (BRASIL, 2015), o estágio supervisionado constitui processo de transição profissional, que procura ligar duas lógicas (educação e trabalho) e que proporciona ao estudante a oportunidade de aprofundar as competências e habilidades que já detém sob supervisão de um profissional da área. Em qualquer profissão, o estágio significa um meio de se preparar para o trabalho a ser exercido. É uma atividade passageira, um tempo de vivência prática necessária para o exercício de uma profissão, no caso da licenciatura, para o exercício do docente como se encontra nas Diretrizes supracitadas:

O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, 2015, p.12).

Buscando por meio desta experiência, o pensamento crítico, entre as lacunas que existe no processo de sistematização e nas suas abordagens de dimensões na educação. A cultura corporal de movimento é bastante ampla, e quando pensamos em alguma atividade para as aulas de Educação Física abre-se um leque de possibilidades. E como está previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no Princípio da Diversidade:

aplica-se na construção dos processos de ensino e aprendizagem e orienta a escolha de objetivos e conteúdos, visando a ampliar as relações entre os

conhecimentos da cultura corporal de movimento e os sujeitos da aprendizagem. Busca-se legitimar as diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais dos alunos (BRASIL, 1998, p.19).

O objetivo deste estudo é relatar aulas de educação física com o conteúdo *Parkour* nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola particular. A ideia de apresentar o *Parkour* como conteúdo das aulas de Educação Física é a possibilidade de realização na escola. Mesmo diante da escassez de material ou espaço, pois não é necessário um local fechado e/ou aparelhos caros. No entanto, basta para a realização do *Parkour*, alguns objetos como bancos, calçadas, muros, escadas, área com areia, ou outros espaços disponíveis, tornando-o bem acessível a sua prática na escola, se compararmos com outras práticas corporais. Segundo Jesus (2013, p. 9):

O que nos traz novamente a uma sociedade mais participativa e socialmente interagida pessoalmente, pois de ante de uma vasta variação de tecnologias, os indivíduos acabam deixando de conviver socialmente (pessoalmente) para ter uma vida virtualmente social, além de está resgatando a relação do homem com o movimento, que foi se perdendo perante a industrialização.

O *Le Parkour* é uma prática corporal em que se teve registros de seu surgimento no final do século XX, nos subúrbios de Paris, mas foi no início do século XXI, que ele se espalhou pelo mundo. Quando pesquisamos sobre o criador da modalidade, surgem dois nomes que são de referências: Sebastian Foucan, com um estilo de *performance* mais artístico e estético e o de David Belle com características e influências militares (REHBEIN, 2015). David Belle é considerado o fundador do *Parkour* que buscou no “*Parkour du combattant*”, ou seja, no percurso do combatente os fundamentos para o *Le Parkour*. O percurso do combatente é inspirado no método ginástico de Georges Hébert. De acordo com Angel (2011) *apud* Rehbein (2015), David desde criança praticava variadas atividades físicas como: atletismo, ginástica, escalada, artes marciais, etc. Seu pai, Raymond Belle, antigo soldado vietnamita dedicou sua vida a uma vida saudável e desportiva. Conhecido e respeitado pelos seus métodos de deslocamento em ambientes extremos, ele seguiu ensinamentos de Georges Hébert, onde o atleta interage com o ambiente natural, treinando o seu físico, com um percurso de deslocação por obstáculos, o método natural. Conforme Soares (2003), o método natural de educação física criado por Hébert é um retorno à natureza, pensado e adaptado às condições sociais de vida. Ele era oficial da Marinha francesa e atuava no início do século XX junto à Escola de Fuzileiros Navais de Lorient, cidade atlântica e portuária. As proposições por ele desenvolvidas e destinadas àquele grupo foram registradas no manual que já contemplava características naturistas, tais como o uso sumário de roupas durante os exercícios físicos e jogos ao ar livre, a valorização da resistência corporal ao frio e ao calor, o uso dos elementos da natureza como terreno de prática de exercícios físicos e, ainda, exercícios utilitários. Para ele, o homem, como todo ser vivo, deve prover seu desenvolvimento integral somente pelo uso de seus meios naturais de locomoção, de trabalho e de defesa. Ele é, além do mais, organizado para viver ao ar livre com esse revestimento natural que é a pele. Jesus (2013, p. 17), comenta sobre essa funcionalidade do método natural de Hébert que fundamenta o *Parkour*:

O *Le Parkour* utiliza saltos, rolamentos, escaladas, e nas suas práticas vemos a utilização das mesmas habilidades que é desenvolvida nas aulas de Educação Física, se tornando assim um instrumento de extrema importância para o conhecimento sobre o corpo, além de está trabalhando as habilidades motoras básicas, o desenvolvimento da força, agilidade, equilíbrio, (mente) concentração, coordenação motora, resistência, força de vontade, de determinação, coragem (para encarar os espaços) exigindo muita precisão (que é o nome de um dos movimentos), o conhecimento do seu próprio corpo (vem sendo uma consequência desta prática, entendendo os seus limites, sabendo onde pode ir ou não), além da criatividade que se desenvolve ainda mais, depois que os movimentos são aprimorados, os seus praticantes conseguem ousar nos movimentos para conseguir ultrapassar os obstáculos urbanos, além de colocar as suas acrobacias.

Por contar com essas características da ginástica natural e por ser um tema que permeia o imaginário social em filmes, jogos de vídeo game e no celular, o *Parkour* é um conteúdo aplicável no que se refere às dimensões pedagógicas. Com uma gama de variações de possibilidades a se trabalhar, seja no social, cultura, ético, e principalmente a valorização dos conteúdos aplicados na escola. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma pesquisa etnográfica que tem por campo de estudo os modos de vida de grupos sociais. Esse método refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (THEÓPHILO e MARTINS, 2009). A metodologia do trabalho configura-se como um relato de experiência inspirado na abordagem etnográfica, onde nossa tarefa foi descrever cinco aulas de educação física com o conteúdo *Le Parkour*, contextualizando a escola, a turma, sua rotina, a metodologia da aula, as relações professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno. Este relatório refere-se às atividades realizadas para disciplina Estágio Supervisionado I, do curso de Licenciatura em Educação Física, desenvolvidas na Escola Sistema de Ensino ABC com uma turma do Ensino Fundamental I, no período de 29 de agosto á 22 de novembro de 2016. Durante o estágio, foram observadas seis aulas, seis semirregências e cinco regências, onde todos esses momentos foram realizados na escola supracitada. Nas regências foi trabalhado com eles um processo de iniciação dos movimentos básicos, como correr, pular, saltar, escalar e rolar, utilizando *Le Parkour* como conteúdo das aulas de Educação Física. Nas nossas aulas foram utilizados, cordas, cones, tatames, bolas, bambolês, e alguns espaços da própria quadra como telas de arames. O Ensino Fundamental possui no turno vespertino 4º ano e 5º ano. A turma do 4º ano tem o número total de 32 alunos e a Turma 5º ano B tem o numero total de 34 alunos, no total de 66 alunos com faixa etária de 7 a 11 anos. As regências foram aplicadas fora do ambiente escolar, em uma Praça de Skate, ao lado da escola, onde foi apresentado o conteúdo *Le Parkour*, e iniciado a metodologia dos movimentos básicos como introdução. Nas aulas foram experimentado os movimentos básicos, tais como: correr, saltar, pular, escalar e alguns movimento do próprio *Le Parkour*. Na ultima regência foi realizado uma aula que teve a presença dos *Traceurs* (praticantes do *Le Parkour*), onde eles compartilharam a filosofia do *Parkour* e os estudantes apreciaram alguns momentos de apresentação dos movimentos pelos convidados, onde no final os *Traceurs* montaram um percurso com sequencias de movimentos básicos utilizando do espaço da Praça de Skate. **RESULTADOS:** O *Parkour* pode ser trabalho nas aulas de Educação Física, uma vez que ele pode ser organizado segundo as dimensões do conteúdo conceituais, procedimentais e atitudinais (BRASIL, 1998). Do ponto de vista conceitual, é

possível apresentar aspectos históricos sobre o *Parkour*; no quesito procedimental, os estudantes podem aprender seus movimentos básicos e, na dimensão atitudinal, os estudantes podem valorizar mais a contemplação com a natureza, respeitar o próprio corpo e desenvolver atitudes solidárias (JESUS, 2013). Durante as práticas existiram dificuldades em realizar determinados movimentos, assim como também nos surpreendemos com a participação e a persistência de tentar até conseguir, quantas vezes fossem necessárias de alguns alunos. Para os estudantes, era uma questão de superação, cada cambalhota, saltos, movimentos eram motivos de risos acompanhados de muita comemoração. O processo de cinco aulas práticas foi algo gradual, a cada aula eles ficavam mais desafiados e muitos deles com alguns movimentos novos aprendidos em casa, resultados como esses de saber que, alunos que hoje em dia não trocam celulares e redes sociais por nada tiraram alguns minutos ou até algumas horas para praticar em casa conteúdo passado na escola. Quando um conteúdo da educação física escolar é sistematizado em suas dimensões conceituais, procedimentais podem ser atrativos para esses alunos, levando a dimensão atitudinal a ser valorizada. Com esses resultados supracitados, é visto que alunos, não necessariamente gostam mais de novidades, mas, sim da forma que os cativam, e os tornam desafiados. O resultado final com as intervenções veio começando pela mudança que ocasionou na escola, onde de início a direção se mostrou receosa pela prática envolver acrobacias realizadas pelos praticantes, mesmo sabendo que o conteúdo trabalhado traria aos alunos a vivência da prática de um conteúdo novo e desenvolvimento das habilidades básicas através da modalidade urbana. Ao término do estágio a escola já estava com planos de dar continuidade, levando não só o *Le Parkour* como conteúdo escolar, mas, outros esportes que tenham caráter educacional. Após a primeira regência foi notória a mudança que veio através da frequência de novos alunos e a assiduidade nas aulas de *Parkour* e o interesse pela prática, causando mudança em alunos com sobre peso que se viu com algumas dificuldades ao realizar movimento simples como rolar, que veio a relatar que “iria emagrecer, pois viu que os praticantes da modalidade, tem um físico resistente através da prática”, assim levando o conteúdo aplicado não só a prática em si, e sim complementando a saúde e bem estar, de um estilo de vida ativo, sem uma busca desenfreada por um corpo ideal, mas tornar o corpo útil, lembrando que um dos lemas do Parkour é “ser e durar” e ser “útil para ajudar o próximo” (REHBEIN, 2015). **CONCLUSÃO:** O Estágio Supervisionado I possibilitou a realização de colocar em prática tudo que aprendemos e estudamos durante parte do curso de graduação em Educação Física. A experiência de estar na linha de frente como docente, lidando com vidas, cuidando do aprendizado de crianças, nos faz pensar na grande responsabilidade de nós futuros professores. Foi de grande realização a participação na escola que me recebeu e abriu as portas confiando na nossa atuação. Além de tudo, o quão importante se faz programar uma aula, prepará-la, ter o cuidado de conhecer a turma, ter um total controle e planejamento da aula a ser ministrada, e a valorização do local como espaço de experiência do corpo. A utilização do local das regências foi algo em que sentimos a necessidade de não deter as aulas somente no âmbito escolar, isso atrai o aluno, e facilita o aprendizado, pois de acordo com Freire (2009, p.189) “um aluno de ensino fundamental não conseguirá, no espaço que a lei lhe concede, dar um giro com os braços abertos”. É preciso lutarmos por espaços dignos para as aulas de Educação Física, mas caso a escola não tenha esse espaço ideal, é possível o professor de Educação Física nos espaços ao redor da escola um local amplo e seguro para os estudantes. Nesse estágio, conseguimos alcançar os objetivos planejados para os

estudantes. Destacando os seguintes aspectos positivos: os alunos fizeram perguntas sobre o conteúdo, interagindo com a aula, principalmente pela falta de uma roda final nas aulas de educação física que foram observadas, eles gostaram desse momento de conversa de falarem o que pensaram da aula, tirar dúvidas, e principalmente a participação nas aulas. Como ponto negativo pode destacar: durante as aulas o número reduzido de alunos. Por fim, agradecemos a escola Sistema de Ensino ABC pelo compromisso e respeito com os alunos e funcionários, destacando a importância da educação física por meio dos esportes, pesquisas e lazer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Resolução MEC/CNE nº 02 de Julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. São Paulo: Scipione, 2009.

JESUS, E. N. de. **Parkour como conteúdo da Educação Física**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2013.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REHBEIN, I. F. S. **Proposta metodológica para ensino de Parkour**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba: UTEP, 2013.

SOARES, C. L. Georges Hébert e o Método Natural: Nova sensibilidade, nova educação do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 21-39, set., 2003.

DIALOGANDO FRISBEE E FUTSAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID/EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIFACEX

AUTORES:

Alexson Gomes de Lima
Alison Ayrton Nascimento Reis
Francisco Fernandes Machado da Silva Junior
Luana Stefanya Costa Mendes
Mylena Teixeira do Nascimento
Moaldecir Freire Domingos Junior

RESUMO: O presente trabalho traz uma discussão em torno do conteúdo esportes nas aulas de Educação Física na escola, visto que as práticas esportivas são ainda predominantes nos planejamentos dos professores. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é relatar uma experiência pedagógica com a recriação do esporte futsal com as regras do *Ultimate Frisbee*. Tendo também como objetivos específicos: a) promover a experiência inclusiva para todos os estudantes envolvidos no projeto do Pibid/Educação Física do Unifacex, bem como b) refletir sobre o esporte como conteúdo da Educação Física escolar. Utilizando de uma pesquisa etnográfica realizada em uma escola da rede estadual, localizada na cidade do Natal-RN, com turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, sendo um dia de aula para a realização de tal, ministrado pelos bolsistas do grupo do Pibid/Educação Física do Unifacex. Ocorrendo assim, a prática do jogo *Frisbee/Futsal* recriando o jogo do futsal para incluir todos os estudantes na prática. Concluímos que tal estratégia pedagógica é interessante para a relação entre meninos e meninas nas aulas de educação física.

Palavras - chave: Frisbee. Futsal. Pibid.

INTRODUÇÃO: A Educação Física no Brasil vem, no decorrer dos últimos anos, tentando mostrar uma visão muito além da reprodução de gestos e técnicas esportivas. De acordo com Kunz (1991), a prática esportiva nas aulas de Educação Física acaba incorporando os princípios e regras básicas do esporte rendimento, que são a sobrepujança e a comparação objetiva. A partir destas regras derivam-se medidas para atender a otimização de rendimentos e a maximização de resultados, como a especialização, a seleção e a instrumentalização. Kunz (1991), critica essa visão do esporte enquanto fenômeno educativo na escola por favorecer a exclusão entre os mais fortes e mais fracos, entre meninos e meninas. Para esse autor, a educação física escolar deve propiciar experiências significativas do “se-movimentar”. O esporte, especificamente os esportes coletivos, é o conteúdo mais trabalhado nas escolas, conforme pesquisado por Zagui (2014) que constatou isso em entrevista com professores do ensino médio sobre seus planejamentos anuais. Dessa forma, o desafio atual ao tematizar o esporte nas aulas de educação física é ultrapassar a metodologia da repetição técnica de execução dos gestos esportivos, ou seja, é preciso discutir regras e estratégias, apreciá-los criticamente, analisá-los esteticamente, avaliá-los eticamente, ressignificá-los e recriá-los de uma maneira democrática, acessível aos estudantes e a partir de sua realidade (BRASIL, 1997). Este último, a recriação, é o pilar principal deste trabalho no qual colocou o futsal

como conteúdo esporte nas aulas de Educação Física, bem como a junção de outro esporte, o *Ultimate Frisbee*, para tornar uma prática justa, promovendo a inserção de todos os participantes. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar uma experiência pedagógica com a recriação do esporte futsal com as regras do *Ultimate Frisbee*. Temos também como objetivos específicos: a) promover a experiência inclusiva para todos os estudantes envolvidos no projeto do Pibid/Educação Física do Unifacex, bem como b) refletir sobre o esporte como conteúdo da Educação Física escolar. Para isso, a ação pedagógica foi realizada pelo grupo do Pibid de Educação Física do Unifacex, em uma escola da rede estadual de ensino localizada da cidade de Natal. Tendo como importante se trabalhar o processo inclusivo de todos no esporte, trabalhando de maneira lúdica e sem cobranças com o gesto esportivo de maneira correta. Melo (2006) nos ensina que a Educação Física tem a função de, em suas ações pedagógicas, permitir aos estudantes uma descoberta corporal e a compreensão dos seus elementos, tendo-se o fenômeno lúdico como um dos mediadores das ações corporais. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma pesquisa etnográfica que tem por campo de estudo os modos de vida de grupos sociais. Esse método refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (THEÓPHILO; MARTINS, 2009). Inspirados nessa metodologia, a presente experiência pedagógica foi realizada na instituição de ensino ligada ao Pibid de Educação Física do Unifacex, ocorrendo na Escola Estadual Walfredo Gurgel, localizada no bairro de Candelária da cidade de Natal-RN. Para a realização dessa aula, foi preciso a manhã do 01 de junho do ano de 2017 para as aulas, ficando assim contempladas as turmas do 8º ano “b” e “c”, 9º ano “a” e “b” e o 1º ano “d”. Vale ressaltar que para o planejamento desta aula usamos como parâmetro o plano de ensino do professor supervisor de campo que atua diariamente com as turmas já citadas, e que a aula relatada aqui, faz parte de um recorte do segundo bimestre da escola supracitada e nesse bimestre os bolsistas do Pibid acompanharam todas as aulas, tendo como conteúdo o esporte e temas das aulas o futsal. O espaço usado para a referida aula foi à quadra poliesportiva da escola e o equipamento utilizado foi somente uma bola de futsal e a aula teve a seguinte sequência pedagógica: roda inicial, aquecimento, atividade de cooperação e competição, e o jogo do frisbee/futsal, sendo este último o principal foco do presente relato. **RESULTADOS:** Foi pensando na inclusão das meninas e dos meninos em uma partida de futsal que elegemos as regras do *frisbee* para o futsal um com conceito mais amplo do que a simples modificação do jogo em si. Focamos em uma maneira de poder tornar justa a prática para todos, altos e baixos, fortes e magros, e principalmente homens e mulheres, já sabendo que em práticas como a do futsal por muitas vezes, e principalmente nos jogos, as mulheres se sentem excluídas das aulas de Educação Física, trazendo toda uma bagagem de preconceitos construídos socialmente (GOELLNER, 2005). Sendo assim, o grupo do Pibid de Educação Física do Unifacex elaborou uma aula na qual todos se sentissem incluídos e pudessem participar de maneira justa. Assim, no dia 01 de junho de 2017 aconteceu a aula com o tema da inclusão da mulher no futsal, com as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental e dos 1º anos do ensino médio, visto que esse tema já havia no planejamento do professor/supervisor de campo, sendo esta a primeira intervenção do grupo do Pibid, como também a primeira aula dos alunos sobre este tema. Antes de relatarmos a aula, é importante apresentar características básicas sobre o *Ultimate Frisbee*. Nas palavras de Barros et al (2014), a mais importante característica do *Ultimate Frisbee* é o “Espírito de Jogo”, que representa o respeito de cada jogador pelas regras e pelos demais jogadores.

Não existem árbitros, mas todas as violações são chamadas pelos próprios jogadores que estão dentro de campo. Implícito à modalidade e às regras, está assumido que nenhum jogador irá buscar a vitória de forma desleal. Borges et al (2014) corrobora com essa ideia ao afirmar que uma marca forte desse esporte é o fato de ser um dos poucos no mundo que não possui árbitros. As regras servem como um guia para a prática do jogo, não ocorrendo violações intencionais, pois existe um código de honra e respeito mútuo entre os participantes. Os jogadores são estimulados a respeitar os princípios do jogo e a praticarem o *fair play* (jogo limpo), julgando a intencionalidade de suas ações. Em caso de atos involuntários que infrinjam os princípios e ou regras do jogo, o próprio infrator – ao julgar sua ação – assume que cometeu uma infração. Nos casos de lances duvidosos, ocorre a discussão entre os envolvidos até que se julgue a ação e se decida pela continuidade do jogo. Em caso de dúvida ou discordância pela persistência de pontos de vista distintos, a jogada retorna ao lance anterior. Por essas características, o esporte estimula a atitude ética dos jogadores, o exercício do diálogo e a construção de consensos, bem como o desenvolvimento da capacidade de ação, reflexão, argumentação, comunicação e juízo de valor de suas ações e papéis assumidos no jogo. O Ultimate Frisbee é um jogo desportivo e coletivo, que tem como objetivo principal a pontuação através de gols. A equipe que fizer o maior número de pontos até o final da partida é a vencedora. É jogado, de acordo com as regras da WFDF (*World Flying Disc Federation*) entre duas equipes de sete a cinco jogadores em um campo retangular com as dimensões próximas a de um campo de futebol e, com uma área de gol em cada extremidade, como o rugby e o futebol americano. O gol vale um ponto e é marcado quando um jogador passa ou lança o disco para um outro jogador de sua equipe, que o recebe sem deixar cair no chão, dentro da área de gol ofensiva. O disco deve avançar somente através de passes e lançamentos de um jogador para outro, sendo proibida a movimentação (andar ou correr) do jogador que está com a posse do disco, devendo, ao recebê-lo, estabelecer um pé de apoio como no basquete. Quando um time estiver com a posse do disco, a meta é a área de gol adversária e a equipe defensora tentará impedir seu avanço e obter a posse do disco. Uma equipe não terá sucesso em seu ataque se um passe for incompleto, derrubado no chão enquanto estiver no ar por um adversário, se ele tocar no solo antes da recepção, ou se for recebido fora dos limites do campo. Neste momento, ataque se torna defesa e defesa passa a atacar (BARROS et al, 2014). Das intenções táticas possíveis nesse esporte, ‘desmarcar-se para receber’ ganha destaque. Pois, enquanto no futebol, por exemplo, essa intenção tática é utilizada para buscar uma condição favorável para finalizar, no *Frisbee* a desmarcação para receber o disco na zona de pontuação realizada com êxito, significa o ponto. Logo, o jogador que consegue se desmarcar em direção à zona de pontuação e receber o disco, conseguirá realizar uma das mais importantes ações desse esporte. Essas características tornam um *Frisbee* um esporte encantador, dinâmico, solidário e democrático (BORGES et al., 2014). Nossa alteração foi introduzir no futsal essas características do Frisbee para o jogo do Futsal. Assim, a aula iniciou com uma conversa com os estudantes no centro da quadra, relatando por parte dos professores sobre quais eram os objetivos daquela aula bem como o tema que seria abordado. Também nesse momento, foram feitas perguntas sobre os alunos sobre como eles viam a prática do futsal ou futebol nas suas comunidades, para saber se todos se sentiam incluídos naquelas atividades, sendo as meninas as principais atuantes nas respostas, relatando que não se sentiam incluídas pelo fato dos meninos não as deixarem participarem, os meninos

por outro lado, relataram que por ser um esporte de contato torna-se perigoso para as meninas. Essa resposta por parte dos meninos ratifica a importância da adaptação ou união desses dois jogos, visto que ele evita o contato corporal proporcionando mais fluidez no jogo. Partindo diretamente para o jogo do futsal/*frisbee*, dividimos as turmas em equipes de cinco alunos cada grupo, ficando a divisão por nossa conta para que pudéssemos diversificar as equipes e colocar quantidades equilibradas entre meninas e meninos. Após esse momento, partimos para explicação do jogo do *frisbee*/futsal que constitui numa adaptação do *Ultimate Frisbee* no qual os participantes jogam com um disco num campo de aproximadamente 100 metros com o objetivo de alcançar em uma área do campo adversário chamada de área de gol, sendo que não se pode tomar o disco da mão do adversário nem ocorrer contato físico direto ou intencional entre os atletas, somente poderá pegar o disco enquanto ele estiver no ar, e o jogador com posse do disco terá que fixar uma perna no solo e realizar o passe em no máximo dez segundos. Para uma adaptação ao futsal, colocamos como objetivo fazer o gol na trave adversária e o uso da bola jogando-a com os pés, diferentemente do disco que é com as mãos. Além disso, continuaram as mesmas regras do *Ultimate frisbee* convencional, tendo os outros participantes sem a bola terem que se movimentar para receberem o passe e, todo e qualquer contato é falta. Iniciando o jogo, em primeiro momento foi um pouco difícil para os alunos assimilarem que não podiam tirar a bola diretamente do seu colega da equipe adversária, necessitando nesses momentos de nossa intervenção com a parada do jogo e a explicação novamente. Outra dificuldade que nós encontramos foi o fato dos alunos que estavam com a posse da bola, queriam sair driblando os outros colegas e fazendo o gol diretamente. Novamente, paramos e explicamos as regras do jogo bem como falamos também que os alunos que estivessem sem a posse da bola, deveriam se movimentar e fugir da marcação para que pudessem receber a bola e seguir para o ataque. Passado esses primeiros contatos com o novo jogo, vimos que as partidas fluíram bem, e que, as meninas que no primeiro momento relataram uma exclusão por parte dos meninos estavam participando de fato da aula, se movimentando, recebendo bola, tomando a bola dos outros colegas, enfim, tendo vozes ativas nas partidas em que antes não tinham voz e eram meras expectadoras dos meninos jogando e com pensamento de que era um esporte violento e apenas masculino. Partimos da ideia de que o esporte dentro do contexto escolar deve ser muito mais além do que a repetições de gestos técnicos e a busca incessante pela competição. Esse deve ser contextualizado e recriado, seja pelos professores ou pelos alunos para ocorrer a livre experimentação dos movimentos (OLIVEIRA, 2007). **CONCLUSÃO:** A partir dessa experiência, vimos que em apenas uma aula podemos abordar dois temas de grande importância para serem trabalhados nas aulas de Educação Física. De um lado, a recriação de um esporte amplamente difundido nos meios escolares, o futsal, fazendo com que os alunos reflitam sobre as vastas possibilidades de se jogar esta modalidade. De outro, o processo de inclusão, que podemos colocar mulheres como destaque nesse trabalho, pois a fala dos alunos antes era de que por ser um esporte de contato as meninas não poderiam participar para não se machucarem e com a adaptação do *Ultimate frisbee* ao futsal “zeramos” o contato e oferecemos um jogo de maneira justa. Vale ressaltar que essa temática bem como essas reflexões aqui colocadas foi pautada em reuniões do grupo do Pibid de Educação Física do Unifacex, após muitas leituras e conversas chegamos aos pensamentos do que seria o esporte como conteúdo da Educação Física escolar bem como os meios para serem trabalhados nas aulas. Sendo assim, o Pibid, que é financiado pela

CAPES, cumpre o seu papel formador do docente reflexivo no meio escolar bem como reiteramos sua importância para os futuros estudantes das licenciaturas, para assim como nós, terem a oportunidade de “viver” a escola mais a fundo.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. M. et al. Uma proposta de sistematização do *ultimate frisbee* e do *flagbol* para as aulas de Educação Física escolar. In: EFDeportes.com. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 18, n. 189, febrero de 2014. Acesso em: 06 nov 2017. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd189/ultimate-frisbee-e-flagbol-para-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: dia mês ano.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: MEC, 1997.

BORGES, R. M. et al. Ultimate Frisbee. In: GONZALEZ, F. et al. **Esportes de invasão: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee**. Maringá: Eduem, 2014.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, jun. 2005.

KUNZ, E. **Educação física: ensino & mudanças**. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 1991.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, J. P. Educação Física e critérios de organização do conhecimento. IN: NÓBREGA, T. P. (Org). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

OLIVEIRA, C. M. (Des) construindo e (re)construindo o esporte na escola: a história como parceria dessa viagem. IN: NÓBREGA, T. P. (Org.). **Coleção cotidiano escolar: o ensino de educação física do 6º ao 9º ano**, Natal-RN, v. 3, n. 3, p. 25-43, 2007.

ZAGHI, F. H. L. da S. **Educação física escolar e a prova do enem: convergências e divergências**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Formação e Ação Profissional em Educação Física e Esportes, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

TOTÓ HUMANO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA AULAS DE FUTSAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID/EDUCAÇÃO FÍSICA DO UNIFACEX

AUTORES:

Alexson Gomes de Lima
Alison Ayrton Nascimento Reis
Francisco Fernandes Machado da Silva Junior
Lucas dos Santos Silva
Matheus Antão do Nascimento Rodrigues
Mylene Teixeira do Nascimento

RESUMO: O Brasil é um país rico em cultura, dentre essas, se destaca como prática esportiva o futebol, que se derivou em futsal anos seguintes. Sabendo que a Educação Física na escola, trabalha com o mundo da cultura corporal de movimento, o esporte e suas peculiaridades se faz presente rotineiramente. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é de relatar o ensino do futsal, através do jogo totó humano, incluindo meninos e meninas na mesma atividade, tornando possível o trabalho com ambos os sexos, reconhecendo e respeitando uns aos outros sem discriminação por porte físico, habilidades ou gênero. Bem como promover o debate sobre o conteúdo esporte na Educação Física escolar. Utilizando de uma pesquisa etnográfica realizada em uma escola da rede estadual, localizada na cidade do Natal-RN, com turmas do 8º e 9º anos do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, ministrado pelos bolsistas do grupo do Pibid/Educação Física do Unifacex em uma intervenção. Ocorrendo assim, a prática do jogo totó humano utilizando-se de estratégias para recriação do jogo do futsal. Concluímos que o esporte deve ser abordado de diferentes maneiras no meio escolar.

Palavras - chave: Futsal. Pibid. Totó.

INTRODUÇÃO: Brasil, um país de diversas raças e ricas heranças culturais, dentre estas, muitos esportes chegaram ao Brasil por meio de emigrantes e estudantes os quais ao retornarem à pátria trouxeram em sua bagagem um novo esporte, como é o caso do futebol esporte mais popular no mundo atualmente.

O responsável por trazer a novidade ao país foi justamente Charles Miller, filho de um importante industrial inglês, que conheceu o futebol em sua temporada de estudos na Inglaterra e o “troux” em sua bagagem de volta (MAGALHÃES, 2010, p. 15).

A educação física escolar tem seu trabalho baseado nos movimentos humanos, como relata Brasil (1997), o trabalho na área da Educação Física tem seus fundamentos nas concepções de corpo e movimento. Assim, fica responsável por passar essa cultura adiante e também transformar e formar novas concepções de cultura corporal de movimento. Desta maneira é possível trabalhar o esporte como conteúdo da Educação Física de diversas maneiras para atingir o maior número de alunos possível e principalmente incluí-los na mesma atividade de modo igualitário, e pensando desta forma que um modo de incluir a todos no processo educacional seja fundamental a flexibilização do currículo (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005).

Assim, o objetivo desse estudo é relatar o ensino do futsal, através do jogo totó humano, incluindo meninos e meninas na mesma atividade, tornando possível o trabalho com ambos os sexos, reconhecendo e respeitando uns aos outros sem discriminação por porte físico, habilidades ou gênero. Bem como, promover o debate sobre o conteúdo esporte na Educação Física escolar. Assim, promovendo o enriquecimento de suas experiências e promovendo reflexões acerca da inclusão a qual considera que em todos os seres humanos há igualdades e há diferenças, mas também há possibilidades de todos desfrutarem das mesmas experiência (FREIRE, 2008). Tomando como pensamento inicial que é possível trabalhar as mais diversas dimensões do esporte com total inclusão e participação de todos, e ainda atingir de forma atitudinal, criando nos alunos o sentimento de respeito para com seus pares, entendendo que o gênero de cada um não interfere nas experiências a serem vividas na escola e fora dela. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma pesquisa etnográfica que tem por campo de estudo os modos de vida de grupos sociais. Esse método refere-se à descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (THEÓPHILO; MARTINS, 2009). Inspirados nessa metodologia, a presente experiência pedagógica foi realizada na instituição de ensino ligada ao Pibid de Educação Física do Unifacex, ocorrendo na Escola Estadual Walfredo Gurgel, localizada no bairro de Candelária da cidade de Natal-RN. Para a realização dessa aula, foi preciso a manhã do 08 de junho do ano de 2017 para as aulas, ficando assim contempladas as turmas do 8º ano “b” e “c”, 9º ano “a” e “b” e o 1º ano “d”. Vale ressaltar que para o planejamento desta aula usamos como parâmetro o plano de ensino do professor supervisor de campo que atua diariamente com as turmas já citadas, e que a aula relatada aqui, faz parte de um recorte do segundo bimestre da escola supracitada e nesse bimestre os bolsistas do Pibid acompanharam todas as aulas, tendo como conteúdo o esporte e temas das aulas o futsal. O espaço usado para a referida aula foi à quadra poliesportiva da escola e os equipamentos utilizados foram uma bola de futsal e fitas crepes, utilizadas para demarcação de espaços dos estudantes, ficando a aula com a seguinte sequência pedagógica: roda inicial, aquecimento, atividade de cooperação e competição, e o jogo do totó humano, sendo este último o principal foco do presente relato. **RESULTADOS:** Antes de iniciarmos o relato, é importante que seja explicado alguns conceitos, tal qual levantarmos algumas reflexões acerca do conteúdo visto na aula. Sobre o conteúdo esporte, Brasil (1997, p. 37), define como:

[...] as práticas em que são adotadas regras de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais e internacionais que regulamentam a atuação amadora e a profissional. Envolve condições espaciais e de equipamentos sofisticados como campos, piscinas, bicicletas, pistas, ringues, ginásios, etc.

Sendo assim, as aulas de Educação Física são espaços propícios para se abordar temas diretamente ligados ao mundo dos esportes, porém, Soares et al. (1992) nos alerta para a questão do sentido que este conteúdo deve entrar nas aulas e que o esporte seja “da” escola e não “na” escola. Mas o que realmente seria isso? González e Fensterseifer (2005), nós dizem que o esporte “na” escola segue a subordinação das regras, dos códigos e sentidos da instituição esportiva de forma pura. Em outras palavras, jogado como se manda a instituição que rege esse esporte e involuntariamente excluindo os menos habilidosos e favorecendo os mais aptos. Já sobre o esporte “da” escola, se encaixa bem no chamado “esporte-

educação”, que citado por Galvão, Rodrigues e Silva (2014, p. 183), “tem por finalidade democratizar e gerar cultura pelo movimento de expressão do indivíduo em ação como manifestação social e de exercício crítico da cidadania, evitando a exclusão e a competitividade exacerbada.”. Posto isso, o professor deve oferecer aos seus alunos muito mais do que a vivência dos movimentos da modalidade, deverá ele instigar nos seus alunos o conhecimento com relação ao esporte como fenômeno social, questionando “suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que o pratica, cria e recria.” (SOARES *et al.* 1992, p. 71). Partindo diretamente para o momento inicial da aula, os alunos foram orientados sobre as atividades que iriam fazer nesta aula, bem como os objetivos que foram traçados. Porém não vamos nos prender aos momentos que antecederam a prática do jogo do totó humano. Vale ressaltar ainda neste momento, que foi os questionamentos pelos alunos acerca de como seria jogado o totó por eles. Antes de partirmos para o relato da atividade em si, é importante que seja lembrado como funciona o totó (futebol de mesa, pebolim...) para dialogarmos com o futsal/futebol bem como a inclusão de meninos e meninas na mesma atividade. Este jogo refere-se a uma adaptação do futebol de mesa, o qual consiste em manipular bonecos presos a manetes que se deslocam numa única linha de um lado a outro da mesa, na qual os jogadores movimentam seus bonecos para atingirem a bola que está em jogo, demandando habilidades e raciocínio rápido dos jogadores para conseguir marcar o gol, simulando uma partida de futebol, sendo esse um jogo que atravessa gerações. Por não ser possível prender os alunos em uma barra que atravessasse toda quadra, foram feitas então, marcações na quadra em forma de retângulos com fita crepe. Porém, não foi o suficiente para que demarcássemos toda a quadra e nem tínhamos os alunos suficientes para ficarem em cada retângulo. Tivemos que adaptar o jogo para que os alunos ficassem de mãos dadas em duplas e só podiam se deslocar lateralmente em apenas uma linha da quadra. No início da atividade, os estudantes queriam de fato jogar o futsal, pois sentiram-se um pouco confuso ao ter que deslocar-se apenas lateralmente e sem soltar as mãos, mas, com as devidas intervenções falando que esse jogo era mais uma forma de modificar as regras para que todos participem de forma justa, eles compreenderam e realizaram com muito sucesso. Entenderam que a melhor estratégia seria cooperar um com o outro para conseguirem junto da equipe alcançar o objetivo que era marcar o gol e que dessa forma toda são incluídos na aula igualmente. Assim, o jogo do totó humano fluiu bem logo em seguida das intervenções. É importante que seja frisado que este jogo pode ser realizado de outras maneiras, dependendo do espaço, dos materiais disponíveis, bem como a quantidade de alunos. O professor pode amarrar barbantes nas extremidades da quadra para fazer com que os alunos segurem e se desloquem de acordo com o sentido do barbante, ou até, com uma quantidade de alunos maior, pode-se pedir para que em cada linha da quadra, demarcada anteriormente, grupos de cinco ou mais alunos fiquem de mãos dadas se deslocando lateralmente para conseguir atingir o objetivo do jogo. No último momento da aula, reunimos os alunos no círculo central e fizemos algumas perguntas sobre o que eles tinham achado do jogo e se alguém tinha algo a falar sobre esse processo, sobre isso, obtivemos respostas positivas de que foi uma experiência nova para muitos, que até nunca tinham pensado em um jogo como este. É importante ressaltarmos que esse jogo traz uma reflexão acerca da importância da cooperação e da inclusão de gênero sem esquecer dos movimentos básicos inerentes a prática do futsal/futebol, sendo assim, a construção e participação em jogos como o totó humano é uma recriação do fenômeno esporte,

não se utilizando da repetição e aprimoramento dos gestos técnicos, altamente criticado na Educação Física hoje em dia. Torna-se relevante falarmos do fenômeno lúdico representada nesta atividade. As situações lúdicas, competitivas ou não, são contextos favoráveis de aprendizagem, pois permitem a experiência de uma ampla gama de movimentos que solicitam a atenção do aluno na tentativa de executá-los de forma satisfatória e adequada (BRASIL, 1997). Sendo assim, caracterizando este jogo dentro desse contexto, pois foi possível observar a interação dos estudantes na busca do objetivo de forma satisfatória e prazerosa e ainda atingir as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais através da prática. Na dimensão conceitual, podemos destacar que os alunos conheceram o jogo do totó humano bem como suas regras e uma maneira de recriação da prática do futsal. Na dimensão procedimental, os alunos utilizaram os movimentos básicos inerentes ao futsal, como: passe, chute a gol, recepção e cabeceio (DARONCO; FLÔRES, 2011). Já na dimensão atitudinal, os alunos refletiram sobre a presença da mulher no meio do futebol, e a aula se tornou um momento para a inserção das meninas nas partidas. Sobre esse objetivo alcançado da dimensão atitudinal, partilhamos da ideia de Rangel e Darido (2014, p. 169) na qual falam que:

O reconhecimento e reflexão sobre as diferenças entre os alunos permitem que o professor possa utilizar os jogos e outras práticas corporais como meios eficazes de ensinar aos jovens a tolerância e a aceitação das diferenças individuais. A exclusão pode ocorrer por diferentes razões, como graus de habilidades, gênero, nível de força, classe social e outros.

Podemos refletirmos que a participação de todos os alunos se deu pelo fato de que este jogo “futebol de mesa” realizado originalmente em uma mesa a qual os jogadores controlam bonecos, e nesta atividade eles eram os bonecos e controlavam suas próprias ações de forma cooperativa, mexendo com imaginário dos alunos. Além de ser amplamente conhecido pela maioria deles aproximando experimentadas vividas da atividade e promovendo a possibilidade da autonomia dessa prática fora da escola. E ainda fazemos uma ligação entre o conteúdo esporte e jogos e brincadeiras, na qual os jogos tem um caráter mais flexível com condições de espaço e materiais mais acessíveis, bem como o número de participantes, podendo ser de modo cooperativo, competitivo ou recreativo em diferentes situações do cotidiano (BRASIL, 1997). **CONCLUSÃO:** A partir dessa experiência, observamos que em apenas uma aula podemos abordar dois assuntos de grande importância para serem trabalhados nas aulas de Educação Física a partir de chamados “temas geradores” no qual os alunos já conhecem e para que possam realizar uma compreensão crítica da realidade que os cercam (MOREIRA; SIMÕES; MARTINS, 2010). De um lado, a recriação de um esporte amplamente difundido nos meios escolares, o futsal, fazendo com que os alunos reflitam sobre as vastas possibilidades de se jogar esta modalidade e no caso deste, a partir de um jogo já conhecido, o totó humano. De outro, o processo de inclusão, que podemos colocar mulheres como destaque nesse trabalho, a adaptação do futebol de mesa ao futsal se fez necessário para igualar a participação de todos na mesma atividade, utilizando o jogo através do fenômeno lúdico o qual tende a promover o aprendizado de forma prazerosa e significativa (DIAS; BATISTA, 2015), trazendo à tona reflexões sobre a importância da inclusão como processo educativo fundamental para a formação do cidadão. Sendo assim, o Pibid cumpre o seu papel formador do docente reflexivo no meio escolar, bem como reiteramos sua importância para os futuros estudantes das licenciaturas, para assim como nós, terem a oportunidade de

“viver” a escola mais a fundo, aprofundando os debates sobre o processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física.** Brasília: MEC, 1997.

DARONCO, L. S. E; FLÔRES, F. S. Fundamentos técnicos: a base do futsal. In: **Efdesportes**, Buenos Aires, v. 163, n. 16, p.1-1, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd163/fundamentos-tecnicos-a-base-do-futsal.htm>>. Acesso em: 13 out. 2017.

DIAS, L. G; BATISTA, A. de O. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: O USO DE ATIVIDADES LÚDICAS COMO FERRAMENTA DE ENSINO. **Cadernos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p.1-14, ago. 2015. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/neolatinas/media/publicacoes/cadernos/a14n8/DIAS__Leandro_Gomes__BATISTA_Alex_de_Oliveira_-_APRENDIZAGEM_SIGNIFICATIVA._O_USO_DE_ATIVIDADES_LÚDICAS_COMO_FERRAMENTA_DE_ENSINO.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

FREIRE, S. UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO. **Revista da Educação**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.5-20, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

GALVÃO, Z; RODRIGUES, L. H; SILVA, E. V. M e. Esporte. IN: DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. (Coord.). **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GONZÁLEZ, F. J; FENSTERSEIFER, P. E. **Dicionário Crítico de Educação Física.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MAGALHÃES, L. G. **Histórias do Futebol.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/download/futebol_download.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, W. W; SIMÕES, R; MARTINS, I. C. **Aulas de Educação Física no ensino médio.** Campinas: Papirus, 2010.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. de L; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

RANGEL, I. C. A; DARIDO, S. C. Jogos e Brincadeiras. In: RANGEL, I. C. A; DARIDO, S. C. (coord.). **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. cap. 10. p. 158.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO FÍSICA, AVANÇO OU RETROCESSO?

AUTORES:

Luana Stefanya Costa Mendes

Matheus Antão do Nascimento Rodrigues

Mylene Teixeira do Nascimento

RESUMO: Com a efetivação do Projeto de Lei que reformula o ensino médio, os profissionais de determinadas disciplinas sofreram com algumas modificações que implicaram em debates que geraram polêmica no meio acadêmico. Seria essa reforma um avanço ou um retrocesso para a classe docente? O trabalho dá ênfase à área da Educação Física, na qual fora lançada uma pesquisa para saber a opinião e envolvimento dos alunos em relação à reforma, dados os resultados, a classe se apresenta diante de uma situação de comodismo e pouco domínio sobre o que se trata além de seu envolvimento com política. Depois, foi-se contextualizando junto às ideias dos autores da área, a necessidade da apropriação dos saberes desses documentos como forma de dar prosseguimento ao processo de formação continuada dos futuros docentes da área da Educação Física.

Palavras - chave: Educação Física. Reforma do Ensino médio. Política.

INTRODUÇÃO: Na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96, a Educação Física passou a ser compreendida como um componente curricular, trazendo consigo conteúdos e objetivos de aprendizagens para serem desenvolvidos a partir de estratégias didáticas motivantes e inclusivas, sendo avaliadas de forma processual, no intuito de desenvolver autonomia nos estudantes, com o foco na formação do cidadão crítico. A Medida Provisória 746º que se transformou em lei (BRASIL, lei nº 13.415, de 16 de fev. de 2017) trouxe alterações à Lei de Diretrizes e Bases (LDB). No artigo 3º, a LDB entra em vigor juntamente com o artigo 35-A e nos garante que na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Física terá práticas e estudos obrigatórios, assim como também as disciplinas de arte, sociologia e filosofia (BRASIL, lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996). Até o momento, a parte da BNCC referente ao ensino médio não foi disponibilizada e não se sabe como se configurarão os conteúdos de Educação Física. Outro ponto para reflexão se encontra no item IV do artigo 61, em que profissionais com notório saber que apresentam habilidades reconhecidas pelas instituições de ensino, lecionem em áreas dos quais se identifiquem por meio de sua formação ou por meio de experiência profissional (BRASIL, Lei nº 13.415, de 16 de fev. de 2017), podendo assim incentivar a desvalorização do profissional qualificado por formação, dentre os quais o profissional de Educação Física, visto que qualquer indivíduo poderá ministrar sua disciplina apenas por possuir experiência na área. Diante de tal situação, foi realizada uma pesquisa dentre os alunos do curso de Educação Física do Centro Universitário Facex – UNIFACEX, com finalidade de observar o envolvimento destes com a lei 13.145/2017 e seu envolvimento com política de forma geral. **METODOLOGIA:** A Pesquisa foi realizada no dia 4 de outubro de 2017, no Campus do Centro Universitário Facex – UNIFACEX, localizado no bairro de Capim Macio, na cidade de Natal – RN, através de questionário com um total de 67 alunos, distribuídos em turmas de 2º, 4º e 6º períodos, nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, sendo 30 desses participantes do Bacharelado (2º

período), 37 de Licenciatura (distribuídos em: 5 alunos do 2º período, 18 alunos do 4º período e 14 alunos do 6º período). Para sabermos o nível de envolvimento dos alunos com uma das políticas que limita a classe da Educação Física devidamente preparada, foram entregues os questionários aos entrevistados com as questões a seguir:

1. Você conhece a Lei nº13.415/2017?
2. Você sabe do que se trata?
3. A Lei nº13.415/2017 trata da reforma do ensino médio e, uma de suas alterações, modifica o status da Educação Física de componente curricular para estudos e práticas. Para você isso é um avanço ou um retrocesso? Justifique!
4. No geral, você acompanha/procura saber sobre as notícias que estão relacionadas a classe da educação física?
5. Você pensa que a classe (Educação Física) está preparada para ser representada na política?
6. Você pensa que está preparado para representar (politicamente falando), a classe?
7. Como se dá sua relação com a política de forma geral? Justifique!

As questões 1,2,4, 5 e 6 tinham caráter objetivo, com as opções de “sim” e “não”, as questões 3 e 7 tinham caráter subjetivo, a 7ª em específico possuía opções escalonadas, porém foi pedida também justificativa. A justificativa das questões subjetivas foi utilizada para averiguar o nível argumentativo dos alunos, além de dar validade à opção selecionada. Do contrário, caso não houvesse justificativa, automaticamente o entrevistado seria enquadrado como quem não conhece e/ou não sabe do que se trata. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após serem coletados os questionários, os resultados mostraram que 37,32% dos alunos do curso de Educação Física da entidade afirmam conhecer a lei, em contraste dos 62,68% que afirmam não a conhecer, o mesmo foi o resultado para a questão 2.

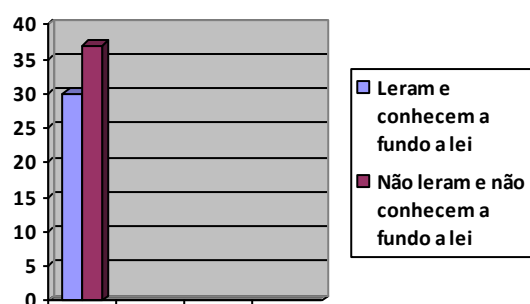
Gráfico 1: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

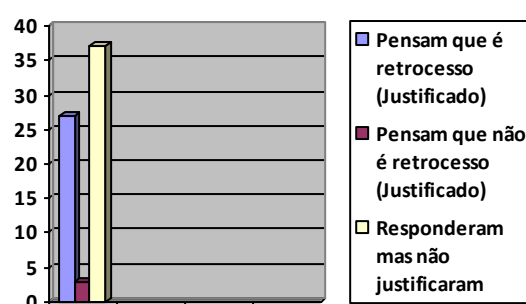
A questão 3 já apresenta uma certa diferença dentre os que afirmaram conhecer a lei/saber do que se trata, o resultado foi um pouco maior. Foram separados os resultados em 2 grupos (apesar das 4 possibilidades de resposta), levando em consideração apenas aqueles que foram justificados para validar as premissas das questões 1 e 2. Deve ser levado em consideração que no enunciado da questão 3 foi feita uma breve descrição da lei, o que pode ter afetado as respostas finais.

Gráficos 2: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

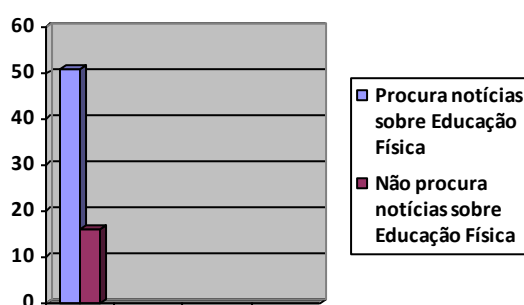
Gráficos 3: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Depois foram indagados se procuram notícias relacionadas a classe, e massivamente foi respondido de forma positiva.

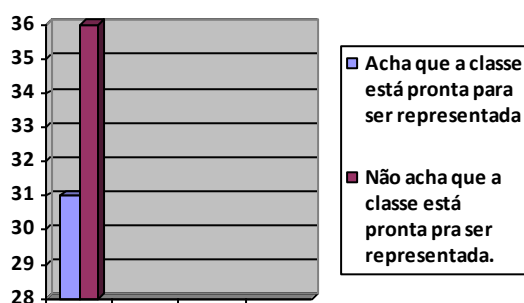
Gráfico 4: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Na quinta questão, foi questionado se eles achavam que a classe da Educação Física está preparada para ser politicamente representada. Seguem os resultados que tecnicamente mostra uma divisão quase igual de opiniões.

Gráfico 5: Aplicação de questionário

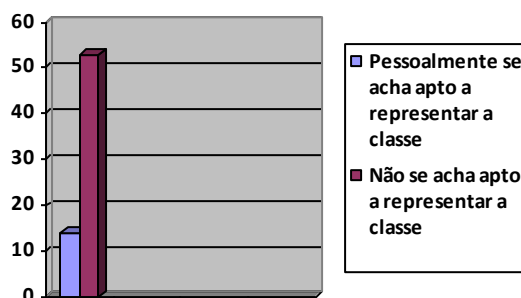


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quando a questão foi para o âmbito pessoal, a maioria dos entrevistados recuou em relação à representatividade da classe, mostrando assim certa insegurança em relação à representação política de grande parte dos alunos da instituição, o que pode pôr em questão se de fato acham que a classe está preparada para ser

representada politicamente em órgãos públicos e cargos políticos que venham a defender os interesses comuns da educação física, em busca de direitos e avanços, que com bastante luta, foram conseguidos ao longo dos anos.

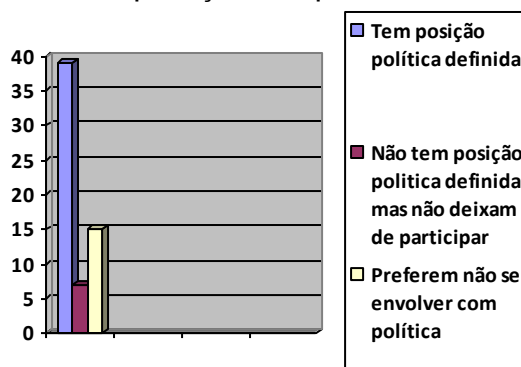
Gráfico 6: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Na última questão foi indagado o envolvimento político de forma geral, em que para os resultados, englobamos em três grupos: Os que possuem posição política, os que não possuem, mas não deixam de participar, e os que assumidamente não preferem se envolver com política. O critério para a separação dos grupos foi a justificativa apresentada à opção escalonada, exceto aos que preferem não se envolver com política. Assim, seguem os resultados:

Gráfico 7: Aplicação de questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

CONCLUSÃO: De modo geral, mostra-se um certo desinteresse de parte considerável dos estudantes entrevistados para com as políticas que regem e regulamentam a classe da Educação Física, como mostram os resultados. A falta de argumentação, mesmo que existente, foi pobre e carecia em sua maioria de embasamento teórico ou de apresentação de argumentos que levistem questionamentos plausíveis em prol do benefício da classe. Os resultados apresentados reforçam os dizeres de Silvino Santin, que afirma:

A Educação física nem sempre foi considerada de capital importância, nem mesmo por alguns de seus profissionais, porque não é posta como uma real educação humana, mas apenas como suporte para atividades esportivas, acabou sendo uma disciplina dispensável (SANTIN, 1987, p.46).

Cabe a nós, futuros profissionais da área, tomar propriedade dos conteúdos que regem nossa classe, principalmente os que irão tomar parte no âmbito escolar, pois através disso, poderemos ter uma representatividade massiva. Vale ressaltar também, que tomar propriedade dos documentos que fomentam a classe aumenta nossa competência como profissionais, dando continuidade ao processo de formação contínua. Esta formação não ocorre devido ao comodismo que se instaurou em meio aos profissionais de Educação Física. Não há como haver formação continuada se um dos pilares em que esse se sustenta não é alimentado com informação, como Suraya Darido ressalta:

Entende-se que a formação continuada é uma carência que pode resultar nesse tipo de comodismo, pois os professores devem ser qualificados para trabalhar com quaisquer propostas que pretendam um objetivo não fragmentado (DARIDO, et al, 2001, p.29).

Assim como os antigos gregos ressaltavam a importância do corpo e mente como virtude, precisamos resgatar esta para que possamos transcender as características atribuídas socialmente à nossa classe e assim desfazermos vários tabus que nos cercam e nos desvalorizam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fev. de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U., Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

DARIDO, S.C. et al. A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. São Paulo. **Revista paulista Educação Física**, 2001.

MEDIDA PROVISÓRIA MPV 746/2016. Brasília, 22 set. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

SANTIN, Silvino. **Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade.** Ijuí: Unijuí, 1987.

NUTRIÇÃO

IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS SOBRE HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E ÁREA FÍSICA EM UNIDADE PRODUTORA DE REFEIÇÃO (UPR)

AUTORES:

Ana Elizabeth Alves da Silva

Jéssica Thays da Silva Oliveira

Márcia Andreia Pereira da Silva

RESUMO: O processo de higienização tem como intuito reduzir ou eliminar a contaminação por microrganismos, diminuindo os riscos de transmissão de agentes contaminantes, por esse motivo este trabalho tem como objetivo conscientizar os manipuladores de uma Unidade Produtora de Refeição (UPR), sobre a importância da higienização de equipamentos, utensílios e área física, através de uma capacitação, a fim de conferir qualidade higiênica sanitária para o alimento, bem como promover satisfação e garantir a segurança alimentar para os comensais.

Palavras - chave: Higienização. Equipamentos. Utensílios.

ABSTRACT: The hygiene process aims to reduce or eliminate contamination by microorganisms, reducing the risk of transmission of contaminants, so this work aims to raise awareness of the manipulators of a Meal Production Unit (UPR), on the importance of hygiene of equipment, utensils and physical area, through a training, in order to confer hygienic sanitary quality to the food, as well as to promote satisfaction and guarantee food security for the diners.

Keywords: Sanitation. Equipments. Utensils.

INTRODUÇÃO: Atualmente existe uma grande preocupação com a segurança alimentar dos comensais, uma vez que para garantir a saúde humana e a qualidade total do alimento, se faz necessário que o ambiente, os utensílios e equipamentos estejam organizados e livres de agentes contaminantes (lixo, materiais de limpeza e materiais em desuso) (BRASIL, 2002). A Higienização diz respeito à operação que engloba a limpeza e a desinfecção do ambiente, das instalações físicas, equipamentos e utensílios. A frequência de higienização dos setores de uma Unidade Produtora de Refeição (UPR) ocorre de forma diferenciada, no qual essa irá depender da necessidade de cada setor, mas vale ressaltar que na UPR é preciso existir uma rotina de limpeza (diária, após a utilização, semanal e mensal), de cada setor, equipamentos e utensílios (SILVA JUNIOR, 2014). O processo higienização de equipamentos e utensílios em uma (UPR), é de suma importância para proporcionar condições higiênico sanitárias adequadas para os alimentos, e com isso evitar o aparecimento de Doenças Transmitida por Alimentos (DTA,s) (ABREU; SPINELLI; PINTO, 2016). Além dos cuidados com a higienização já citados é necessário, manter as condições higiênico sanitária durante as etapas de manipulação dos alimentos, que incluem pré-preparo, preparo, acondicionamento e distribuições das refeições, como também todos os utensílios que entre em contato com esses alimentos devem ter passado pelo processo de limpeza e desinfecção a fim de que não ocorra contaminação cruzada (ROSA; MONTEIRO, 2014). Diante da importância da higienização de equipamentos, utensílios e área física, para garantir

refeições de qualidade e que respeitem a segurança alimentar dos comensais, este trabalho tem como objetivo conscientizar os manipuladores de uma Unidade Produtora de Refeição (UPR), sobre as formas corretas e benefícios da higienização, através de uma capacitação sobre o tema abordado. **REFERENCIAL TEÓRICO:** DIFERENÇA ENTRE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO: A limpeza consiste na pré-lavagem com água para a remoção dos resíduos como restos de alimentos, poeiras, gordura e outras sujidades indesejáveis à qualidade do alimento. Por outro lado, o processo de desinfecção favorece na redução do número de microrganismos por método físico (água quente) e/ou agente químico (hipoclorito de sódio ou álcool 70°). Essas duas etapas que contemplam limpeza e desinfecção corresponde à higienização (BRASIL, 2004). **IMPORTÂNCIA DA HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:** O processo de higienização tem como intuito reduzir ou eliminar a contaminação por microrganismos, diminuindo os riscos de transmissão de agentes patogênicos, com isso é visto a necessidade de higienizar os equipamentos presentes no setor de recebimento, estoque seco e frio, pré-preparo, preparo, cocção, acondicionamento e distribuição das refeições (SILVA JUNIOR, 2014). Os equipamentos presentes na UPR devem possuir cronograma de higienização diferenciado conforme o uso, como: Diária que contempla bancadas, fogão, mesas, caixas plásticas e recipientes de lixo; após a utilização é necessário higienizar liquidificador, batedeira, picador de legumes e saladas; semanal que inclui a geladeira, área sob as bancada e estrados; e mensal freezer e forno (SEE, 2010). **IMPORTÂNCIA DA HIGIENIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS:** Os utensílios entram em contato direto com o alimento e por isto devem ser higienizados antes e após serem usados e também durante a sua utilização. Os mesmos deverão estar sempre bem guardados, protegidos de agentes contaminantes e sujidades, pelo fato de existir sempre a possibilidade destes entrarem em contato com os utensílios, por esse motivo recomenda-se a higienização antes de utilizá-los (BRASIL, 2002). A higienização dos utensílios após utilização tem como objetivo eliminar resíduos de alimentos que ficam aderidos à sua superfície que podem causar desenvolvimento de microrganismos que podem ocasionar DTA,s, mesmo que por um curto espaço de tempo. Esses utensílios são panelas, facas, pratos, talheres, cumbucas, cubas, tábua de corte (ROSA; MONTEIRO, 2014). **IMPORTÂNCIA DA HIGIENIZAÇÃO DO AMBIENTE DAS UPR:** Área física pode representar também risco de contaminação, portanto devem ser muito bem higienizadas, em períodos determinados, conforme sua utilização. O planejamento físico de uma UPR é importante para melhor funcionalidade da cozinha, pois impede a contaminação cruzada entre gêneros alimentícios e funcionários, como também facilita a utilização de equipamentos e higienização dos mesmos (TEIXEIRA et al., 2007). É de fundamental importância manter as condições higiênico sanitárias de todas as instalações da UPR, utilizando como parâmetros os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's), as Resoluções que normatizam o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RDC), bem como todas as normas regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que contemplam informações importantes que devem ser colocadas em práticas de acordo com as necessidades e rotina da UPR (ROSA; MONTEIRO, 2014). É importante manter o ambiente de toda UPR limpo e conservado, tais como: piso, teto, paredes, maçanetas, porta, janelas, ralos, luminárias, interruptores, tomadas, telas e entre outros (BRASIL, 2004). Dessa forma os colaboradores precisam ter conhecimento da necessidade da higienização correta de toda UPR, por esse motivo se faz necessário aplicar capacitações e treinamentos para os mesmos, a fim de sensibilizar sobre importância de produzir

alimentos seguros tanto para o consumo próprio quanto para os comensais, e com isso promover um ambiente higiênico sanitário seguro, que proporcione segurança alimentar (SILVA JUNIOR, 2014). **METODOLOGIA:** CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO: O presente estudo é do tipo descritivo, que consiste em uma capacitação para colaboradores de uma Unidade Produtora de Refeição (UPR). Inicialmente para elaboração da capacitação foi realizada uma revisão bibliográfica fundamentada em bases de dados como: MEDLINE E LILACS e PUBMED utilizando as palavras-chave: higienização, equipamentos, utensílios, ambiental. Assim como, foram consultados os livros do acervo da biblioteca da Unifacex. Foi realizada uma capacitação, na qual no primeiro momento interagiu-se com os funcionários para conhecer o nível de entendimento dos mesmos sobre os processos de higienização de equipamentos, utensílios e área física. Posteriormente, foi realizada a capacitação apresentando os POPs de higienização na UPR. A mesma foi realizada em apenas um encontro de duas horas de duração, contando com a participação de sete funcionários da UPR de cargos distintos, estes sendo um cozinheiro chefe, dois ajudantes de cozinha e quatro oficiais de cozinha. Ao término da intervenção foi entregue um certificado a todos os participantes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A capacitação realizada enfatizou a necessidade de higienização de equipamentos, utensílios e área física, ressaltando as formas adequadas de higiene, com a finalidade de fornecer informações importantes para os colaboradores sobre as operações de higienização, frequência das mesmas a fim de garantir a manutenção de toda UPR e minimize o risco de contaminação do alimento. As informações repassadas durante a capacitação foi elaborada de acordo com a realidade do local. Os quadros a seguir demonstram as formas de higienização adequada abordadas na intervenção. No quadro a seguir podemos observar a forma correta da higienização de equipamentos.

Quadro 1 - Higienização adequada de equipamentos

EQUIPAMENTOS	FORMA DE HIGIENIZAÇÃO
Bancadas, prateleiras e mesas.	Aplicar detergente com a utilização de esponja, esfregando todas as partes. Enxágue até retirar todo o sabão e seque totalmente.
Fogão	Retirar os resíduos utilizando um pano úmido enquanto o fogão estiver morno (facilita a não formação de crostas de gordura). Antes da higienização do fogão, retirar as bocas, porém não colocá-las diretamente na água fria (evitando choque térmico). Após a retirada dos resíduos, passar a esponja com solução detergente no fogão, inclusive nas placas. Retirar o sabão utilizando um pano seco e limpo. Higienizar as bocas utilizando esponja e solução detergente.
Recipiente de lixo	Remova todo o excesso de sujidades. Com uma esponja e detergente esfregue a parte interior e a parte de fora da lixeira. Enxágue até retirar todo o sabão e seque totalmente.

Liquidificador	Desligar o equipamento da tomada. Higienizar o copo do liquidificador utilizando uma esponja com solução de detergente. Atentar-se às hélices, onde sujidades podem ficar acumuladas. Enxaguar com água corrente e deixar secar naturalmente. Cubra-o para que fique protegido.
Batedeira	Desligar o equipamento da tomada. Higienizar o equipamento utilizando-se esponja e solução detergente. Deixe secar naturalmente e cubra-o para que fique protegido.
Cortador de legumes e extrator de sucos.	Lavar em água corrente e com detergente.
Geladeira	Retire todos os alimentos de dentro da geladeira provisoriamente. Desligue o equipamento da tomada. Remova as prateleiras e equipamentos soltos e leve-os à pia. Lave todas as prateleiras com água e sabão utilizando uma esponja sintética. Enxágue com água corrente e deixe secar naturalmente. Feche as portas e ligue-a na tomada.
Estrados e Caixas plásticas	Devem ser lavados com solução contendo detergente.
Freezer	Retire todos os alimentos de dentro do freezer provisoriamente. Desligar o equipamento. Higienizar a parte interna utilizando a parte macia da esponja e solução detergente. Retirar o excesso de sabão utilizando um pano úmido. A borracha deve ser higienizada constantemente utilizando-se pano umedecido com água quente, evitando assim o ressecamento da borracha.
Forno elétrico e industrial	Desligar o equipamento. Retirar a grade e higienizá-la utilizando esponja e solução detergente. A parte interna do equipamento deve ser higienizada utilizando-se pano úmido.
Balcão térmico	Deve estar limpo, com água tratada e limpa, trocada diariamente, mantido à temperatura de 80 a 90°.

Fonte: Autoria própria, 2017.

O quadro 2 explica a forma correta de realizar a higienização adequada de utensílios.

Quadro 2 - Higienização adequada de utensílios

UTENSÍLIOS	FORMA DE HIGIENIZAÇÃO
Panelas e cubas.	Remova todo o excesso e em casos mais severos deixe-as de molho. Esfregue toda a superfície do utensílio e enxágue-as com água limpa. Coloque-as viradas para baixo e deixe

	escorrer a água, deixando secar naturalmente. Após secar acondicione em local protegido de poeiras.
Talheres, canecas, cumbucas e pratos.	Retirar o excesso de resíduos; coloque-os imersos em uma bacia com água e detergente. Com esponja lave-os um a um. Enxaguar com água corrente até a completa remoção do detergente. Por último escaldar com água fervente e deixar secar naturalmente.
Tábua de corte.	Coloque as tábuas imersas em água e sabão. Com a ajuda de uma escova ou esponja esfregue as tábuas. Enxágue muito bem com água limpa e deixe secar naturalmente, vale ressaltar que as tábuas devem ser separadas por gêneros alimentícios.

Fonte: Autoria própria, 2017.

O quadro 3 traz a seguir a forma de higienização adequada das áreas físicas.

Quadro 3 - Higienização adequada da área física.

ÁREA FÍSICA	FORMA DE HIGIENIZAÇÃO
Piso	Devem ser lavados com solução contendo detergente. Retirar o excesso de sabão do piso utilizando um rodo e depois um pano limpo, desinfetado com solução clorada. Deixar secar naturalmente. O piso da cozinha deve ser lavado após o término dos intervalos e desinfetado com solução clorada, os demais pisos da UPR a higienização deve ser de forma periódica ou sempre quando houver necessidade.
Teto, parede, janelas, portas e maçaneta.	Devem ser higienizados com solução contendo detergente de forma periódica ou sempre quando houver necessidade.
Ralos	Devem ser higienizados sempre quando houver necessidade, mantidos em condições adequadas, conservação, com ausência de resíduos, a fim de evitar entupimentos.
Telas, luminária e interruptores.	Lavar com água e detergente e enxaguar, mantendo em bom estado de conservação. No caso de interruptores, tomadas e luminárias aplicar detergente com a utilização de esponja retirando o resíduo do detergente com pano descartável umedecido.

Fonte: Autoria própria, 2017.

Além das informações já citadas nos quadros acima, vale salientar que os acessórios usados na higienização da área física não poderão ser destinados à

higienização de equipamentos e utensílios no qual se incluem: contêineres, vassouras, rodos, pás de lixo, panos de chão, baldes e outros acessórios usados na higienização. Durante a capacitação foi possível verificar que os colaboradores participaram e observaram todas as informações repassadas, os mesmos fizeram algumas perguntas que foram esclarecidas ao longo de toda apresentação. Na vivência diária com os colaboradores após a capacitação foi visto maior cuidado e atenção com as condições higiênicas sanitárias de toda UPR, evidenciando também, a aplicação dos conhecimentos adquiridos com a capacitação na prática. É de suma importância capacitar os colaboradores que trabalham em UPR, pois estes possuem grande responsabilidade de manter as condições higiênicas sanitárias do alimento, com isso quanto mais informações esses colaboradores possuírem sobre higienização e formas corretas de evitar contaminação do alimento, melhor será para garantir a segurança alimentar e nutricional dos comensais. No estudo realizado por Souza, Medeiros e Saccol (2013) também observaram que após a capacitação sobre boas práticas de manipulação ocorreu uma melhora no que diz respeito à higiene das instalações, equipamentos, utensílios e em outros itens avaliados. Araújo (2009) enfatizaram a importância do conhecimento dos funcionários a respeito das Boas Práticas de Fabricação e a necessidade de programas de capacitação, para garantir as condições higiênicas sanitárias satisfatórias na UPR. Em outro estudo realizado por Goés e colaboradores (2001), constataram que a educação e o treinamento periódico dos manipuladores de alimentos, são importantes para a manutenção da qualidade higiênica sanitária dos produtos alimentícios sejam garantidas, uma vez que as doenças transmitidas por alimentos tem forte relação com higienização inadequada das etapas de manipulação. Pittelkow e Bitello (2014) afirmam que a conscientização dos manipuladores sobre boas práticas de manipulação é fundamental para garantir a qualidade do alimento. Ressaltam também a importância da capacitação com os colaboradores de forma contínua e planejada para melhor desempenho e adequação das atividades exercidas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a intervenção realizada atingiu as expectativas. Com isso percebe-se que o objetivo da capacitação foi alcançado, sendo observado através da aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos colaboradores no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edeli Simione de; SPINELLI, Mônica Glória Neumann; PINTO, Ana Maria de Souza. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. Ed. 6. [S.L.]: 2016.

ARAÚJO, Leziane de Matos. **Segurança do alimento: condições higiênico sanitárias do restaurante de empresa do município do Rio de Janeiro-rj1**. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: < http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt6/gt6_77.pdf> Acesso em: 16 set. 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002**. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.colombo.pr.gov.br/downloads/saude/vig_sanitaria/resolucao_rdc_n_275_de_21_de_outubro_de_2002.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. Ministério da saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583ORDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>> Acesso em: 21 ago. 2017.

GÓES, J.A.W. et al. Capacitação dos manipuladores de alimentos e a qualidade da alimentação servida. **Higiene Alimentar**., São Paulo, v. 15, n. 82, p. 20-22, mar. 2001.

PITTELKOW, Adriana; BITELLO, Adriana Regina. A higienização de manipuladores de uma unidade de alimentação e nutrição (UAN). **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 6, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/410>>. Acesso em: 17 set 2017.

ROSA, Carla de Oliveira Barbosa; MONTEIRO, Márcia Regina Pereira. **Unidades Produtoras de Refeições: uma visão prática**. Rio de Janeiro: Rubio, 2014. 384 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE). **Manual de Boas Práticas**. São Paulo, 2010. 24 p. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/cise/wp-content/uploads/2014/11/Manual-Boas-Praticas-SEE-2010.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SILVA JÚNIOR, Eneo Alves da. **Manual de Controle Higiênico Sanitário em Serviços de Alimentação**. 7. ed. São Paulo: Varela, 2014.

SOUZA, M.S.; MEDEIROS, L.B.; SACCOL, A.L.F. Implantação das boas práticas em UAN. **Alim. Nutr. = Braz. J. Food Nutr.**, Araraquara. v.24, n.2, p. 203-207, abr./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwit3dKstqzWAhXCiZAKHbi5DssQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fserv->>

bib.fcfar.unesp.br%2Fseer%2Findex.php%2Falimentos%2Farticle%2FviewFile%2F203%2F2149&usg=AFQjCNFYRN9B0af1vUGDXpOXGaMf9HA6QQ>. Acesso em: 30 ago. 2017.

TEIXEIRA, Suzana; MILET, Zélia; JOSEDIRA, Carvalho; BISCONTINI, Telma Maria. **Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição**. São Paulo: Atheneu, 2007.

DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO SAUDÁVEL PARA ADOLESCENTES

AUTORES:

Genyklea Silva de Oliveira

Jéssica da Conceição do Nascimento

Naiara Lima da Silva

Tatiana Akemi Wake

RESUMO: **Introdução:** Estudos realizados pela Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar – PENSE (2015), mostram que o atual cenário de transição alimentar e nutricional entre os adolescentes é de aumento nas prevalências de sobrepeso e obesidade. **Objetivo:** Produzir uma opção de biscoito recheado saudável para adolescentes com alimentos, em sua maioria, *in natura* ou minimamente processados. **Metodologia:** A receita do biscoito foi elaborada por alunos do 5º eixo do curso de bacharelado em nutrição, no laboratório multidisciplinar de alimentos do Centro Universitário Facex –UNIFACEX, através de testes com receitas bases para biscoitos, utilizando como instrumento de elaboração a ficha técnica de preparação de alimentos. **Resultados:** O produto final foi um biscoito com aspecto físico semelhante aos industrializados disponíveis no mercado comercial, porém com ingredientes saudáveis, sendo rico em vitamina C, ferro e fonte de fibras. **Conclusão:** Diante do perfil nutricional deste público é necessária a criação de novas opções alimentares saudáveis, com o intuito de atrair o interesse dos adolescentes para o consumo de alimentos saudáveis.

Palavras - chave: Saúde do adolescente. Tecnologia de alimentos. Alimentação saudável.

INTRODUÇÃO: A adolescência é uma fase caracterizada por um maior requerimento energético, pois na puberdade ocorre um rápido desenvolvimento corporal e fisiológico. Logo, é necessária a oferta adequada de macronutrientes e micronutrientes, tais como: o ferro, cálcio e Vitaminas A e C, essenciais nesse processo de crescimento (VITOLLO, 2015). Por outro lado, o atual cenário da alimentação dos adolescentes no Brasil é marcado por um quadro de transição alimentar e nutricional, no qual o consumo de alimentos ultraprocessados ricos em açúcares simples e gorduras têm tomado maiores proporções ao longo do tempo, da mesma forma o sedentarismo crescente se apresenta como um dos fatores relacionados que contribui para o surgimento de doenças crônicas não degenerativas na população. Dessa forma o estado nutricional vem se modificando com o aumento das prevalências de sobrepeso e obesidade, acompanhado do declínio da desnutrição (OLIVEIRA, FISBERG, 2003). Dentro desse contexto foi realizado um trabalho interdisciplinar envolvendo os alunos do curso de nutrição da UNIFACEX do 5ª eixo. Sendo este trabalho orientado pelo corpo docente no período de maio a junho de 2017 e tinha como objetivo elaborar um produto alimentar composto em sua maioria com alimentos *in natura* ou minimamente processados voltado para os adolescentes. Os critérios para elaboração do produto foram: ser atrativo ao público alvo, respeitar as preferências alimentares e principalmente ser um produto nutricionalmente adequado, seguindo as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), que nos mostra a importância do consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados como base de sua alimentação, utilizando óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao

temperar preparações dietéticas, evitando assim o uso de alimentos processados e ultraprocessados. Portanto, se faz necessário incentivar a promoção à alimentação saudável e adequada entre adolescentes. **METODOLOGIA:** O presente relato de experiência aborda a proposta de um trabalho interdisciplinar para alunos do curso bacharelado de Nutrição, em uma instituição de ensino superior privada do estado do Rio Grande Do Norte, na cidade de Natal, no período de maio a junho de 2016. A proposta de trabalho foi à elaboração de uma opção saudável de lanche para adolescentes. Para a criação e a preparação do produto foram realizados dez encontros no total. No primeiro momento, realizou-se um planejamento para saber qual opção de alimento poderia ser criado como lanche saudável para o público de adolescentes e com isso foram realizadas pesquisas por meio de artigos científicos e livros, a fim de chegar a uma conclusão da escolha de um produto que utilizasse ingredientes: *in natura*, minimamente processados, saborosos e nutricionalmente adequados. A partir das pesquisas realizadas sobre preferência de consumo alimentar de adolescentes foi escolhido o biscoito recheado como produto a ser elaborado. O biscoito elaborado era composto por alimentos saudáveis: o coco ralado, açúcar mascavo, aveia em flocos, azeite extra virgem, ovo, batata doce, leite integral, óleo de coco e chocolate em pó 50% cacau. No segundo momento, os produtos foram comprados em locais com procedência confiável e priorizando alimentos orgânicos. Para a preparação do alimento foi realizada a medida caseira e a ficha técnica de preparação. A partir disso, foram realizados três testes para a criação do produto final, esse procedimento foi realizado no laboratório multidisciplinar de alimentos da Unifacex, a fim de obter como resultado um biscoito que apresentasse características organolépticas e visuais atrativas, para o público em questão. **RESULTADOS:** O produto final resultou em um biscoito recheado, com características organolépticas semelhantes a biscoitos recheados comercializados no mercado, com porção de 150 gramas, equivalente a três biscoitos, podendo ser observada a rotulagem do produto no anexo A. Quanto a seu valor nutricional, apresentou como Valor Energético Diário 349 kcal, o que representa 17% do valor diário total de 2000 kcal. Dentro das necessidades nutricionais, seguindo as recomendações da Dietary Reference Intakes (DRIs) para adolescentes com média de 11 anos de idade, o valor diário de Ferro e Vitamina C, foram os micronutrientes que se destacaram, atendendo 51% e 50% das necessidades diárias respectivamente, e as fibras atendendo 26,6 % do valor diário. Além destas informações, outras compõem o rótulo, conforme as recomendações de rotulagem pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (BRASIL, 2005), sendo eles a lista de ingrediente em ordem decrescente, a data de validade -de dois dias por ser um produto perecível e não apresentar conservantes -, bem como a sinalização para alérgicos informando a presença de leite, ovo e glúten. Ademais para não haver rejeição do produto elaborou-se uma embalagem dinâmica, com o nome do biscoito intitulado “Crush”, ou seja, utilizando uma linguagem típica da adolescência, pretendendo uma boa aceitação por parte dos adolescentes. Posteriormente, o produto elaborado foi submetido a uma banca avaliadora, composta por docentes do curso de Nutrição, na qual os critérios utilizados para avaliação do produto foram os itens a seguir: interdisciplinaridade do projeto, apresentação da introdução e objetivos do trabalho, do produto com descrição e rotulagem nutricional, criatividade, cumprimento do tempo de apresentação, argumentação do quadro de adequação e a aceitabilidade do produto. Dentro desses critérios obteve-se uma pontuação máxima com ótima aceitabilidade do produto pelos avaliadores. **CONCLUSÃO:** A principal dificuldade encontrada para elaboração do produto foi chegar a uma receita

com combinação de ingredientes naturais ou minimamente processados que tivesse características organolépticas similares a dos biscoitos industrializados. A partir deste trabalho, conclui-se que é necessária a elaboração de novas opções alimentares saudáveis para serem comercializadas e substituírem as versões elaboradas com alimentos ultraprocessados disponíveis atualmente, com o intuito de atrair o interesse dos adolescentes para o consumo destes e consequentemente incentivar uma alimentação saudável e adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Ministério da educação. Ministério da saúde. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015**. Rio de Janeiro. IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45415.pdf> >. Acesso em: 28 maio. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Rotulagem Nutricional Obrigatória Manual de Orientação às Indústrias de Alimentos 2a versão atualizada**. Brasília, 2005.p.62. Disponível em: <http://www.alimentosprocessados.com.br/arquivos/Legislacao-e-normas/manual-industria.pdf> Acesso em: 7 maio 2017.

OLIVEIRA, Cecília. L; FISBERG, Mouro. **Obesidade na infância e na adolescência: uma verdadeira epidemia**. Arq Bras Endocrinol Metab. V. 47 n.2, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abem/v47n2/a01v47n2.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

VITOLO, Márcia Regina. **Nutrição: da gestação ao envelhecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro:Rubi, 2015. p. 568.

ANEXO A: Rotulagem nutricional do biscoito CRUSH.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
Porção de 150g (3 biscoitos)		
	Quantidade por porção	%VD (*)
Valor energético	349 kcal=1466 kj	17%
Carboidratos	59,1g	20%
Proteínas	9,7g	13%
Gorduras Totais	8,2 g	15%
Gorduras saturadas	11,9 g	54%
Gorduras trans	0	0%
Fibra alimentar	6,6 g	26%
Sódio	57,6 mg	2%
Cálcio	50,8 mg	4%
Ferro	4 mg	51%
Vitamina C	22,6 mg	50%

Fonte: Autoria própria, 2017.

(%) Valores diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8400 KJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Ingredientes: Aveia em flocos, coco ralado, açúcar mascavo, azeite extra virgem, ovo de galinha, batata doce, leite integral, óleo de coco, chocolate em pó 50% cacau.

Alérgicos: CONTÉM LEITE, OVO E GLÚTEN.

INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS SÉRICOS DE VITAMINA D NO DIABETE MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL

AUTORES:

Ana Elizabeth Alves da Silva

Jéssica Thays da Silva Oliveira

Márcia Andreia Pereira da Silva

RESUMO: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis são doenças multifatoriais que se desenvolvem de acordo com a predisposição aos fatores de risco de cada indivíduo. A alimentação adequada contribui para prevenção e controle de diversas patologias, sendo necessário o consumo de todos os nutrientes essenciais. Dentre os nutrientes necessários para organismo, a vitamina D possui efeitos benéficos para a saúde humana. Aqui, o objetivo é identificar possíveis influências dos níveis de vitamina D no Diabetes Mellitus e na Hipertensão Arterial. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, a partir da pesquisa de artigos científicos na biblioteca virtual de saúde (BVS), contemplando as bases de dados LILACS, MEDLINE e PUBMED. Foram encontrados 234 artigos, dos quais 219 foram excluídos, por fugirem da temática da pesquisa, restando 15 artigos. Foi possível perceber que existe uma influência positiva entre as concentrações de vitamina D e o Diabetes Mellitus, o mesmo ocorreu com a Hipertensão Arterial.

Palavras - chave: Vitamina D. Diabetes. Hipertensão.

INTRODUÇÃO: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) representam um sério problema de saúde pública, dados estáticos mostram que no período de uma década houve aumento de 60% nos casos de obesidade, chama-se atenção também para uma maior prevalência de Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial (HA) (BRASIL, 2017). Dados epidemiológicos mostram que em 2030 a prevalência de Diabetes Mellitus irá aumentar de 26,4 milhões para 40 milhões, nos países da América Central e do Sul. No que diz respeito aos países europeus e Estados Unidos (EUA), essa prevalência irá afetar os indivíduos de idade avançadas devido à elevada expectativa de vida da população (BRASIL, 2013). Em detrimento as estatísticas sobre a Hipertensão Arterial mostram que no Brasil aproximadamente 17 milhões de indivíduos são portadores de hipertensão arterial, sendo 35% desses indivíduos com faixa etária entre 40 anos, como também 4% dos adolescentes e crianças são portadores dessa patologia (BRASIL, 2006). Atualmente existem diversos fatores que colaboram para o aparecimento dessas doenças entre os quais se incluem o alto consumo de alimentos ultraprocessados, associado ao estilo de vida e ao sedentarismo, ou seja, as DCNT são doenças multifatoriais que se desenvolvem de acordo com a exposição cada indivíduo aos riscos (BRASIL, 2014). A alimentação adequada e hábitos de vida saudáveis, contribuem para a prevenção e controle de diversas patologias crônicas, com isso se faz necessário o consumo de alimentos in natura e minimamente processados que contenha todos os nutrientes essenciais para a saúde (BRASIL, 2014). Dentre os nutrientes essenciais para organismo está a vitamina D, é considerada um hormônio esteroide presente em diversos genes, sendo fundamental para o metabolismo do cálcio, bem como participa na manutenção da homeostase de outros nutrientes, favorecendo efeitos benéficos para a saúde humana e auxiliando na prevenção e controle das DCNT

(CASTRO, 2011). A vitamina D pode ser obtida através da alimentação ou pela exposição à luz solar, porém é possível evidenciar grande carência desse nutriente na população. A deficiência dessa vitamina não é interessante para a manutenção e equilíbrio da saúde, pois a hipovitaminose D dificulta a homeostase do organismo e estimula o agravamento e aparecimento de patologias crônicas (OLIVEIRA et al., 2014). Com isso, o objetivo desse trabalho é observar o que diz a literatura sobre a influência dos níveis de vitamina D no Diabetes Mellitus e na Hipertensão Arterial.

METODOLOGIA: Esse estudo foi elaborado a partir de uma revisão integrativa da literatura, utilizando busca na biblioteca virtual de saúde (BVS), contemplando as bases de dados LILACS, MEDLINE e PUBMED. Para realizar o levantamento bibliográfico foram usadas as palavras-chaves: Vitamina D, hipertensão e diabetes e suas combinações: “vitamina D” and “diabetes”. e “vitamina D” and “hipertensão”. Como também “vitamina D” and “hipertensão sistólica”. Na pesquisa inicial foram obtidos 234 artigos escritos em português, inglês e espanhol que no título ou resumo mencionasse a atuação ou influencia da vitamina D no DM e HA. Após análise dos artigos obtidos foram excluídos os que não mostravam resultados decisivos sobre a influência da vitamina D nas patologias já citadas. Foram incluídos os artigos que continham informações claras e conclusivas sobre o objetivo da pesquisa. Ao final da pesquisa foram selecionados 15 artigos que contemplam os resultados sobre o tema abordado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diabetes Mellitus (DM) é uma DCNT caracterizada pela elevação dos níveis de glicose na corrente sanguínea, ocasionando hiperglicemia, devido a secreção inadequada ou deficiência na ação do hormônio insulina, acarretando diversas desordens no organismo (SILVA et al., 2011). Baixo nível de vitamina D, influencia no aumento da resistência à insulina e no desenvolvimento de Diabetes tipo 2 (RAFAELLI et al., 2015). Em outra evidência científica mostra que as concentrações mais altas de 25-hidroxivitamina D estão associadas com menor risco para o aparecimento de diabetes tipo 2, no qual pode-se verificar que níveis elevados de vitamina D contribui positivamente para auxiliar na diminuição do risco de desenvolver DM (MCDONNELL et al., 2016). Da mesma forma Rosas e colaboradores (2016) relatam que a otimização dos níveis de vitamina D em indivíduos apresentam efeitos benéficos para melhorar a saúde óssea e diminuir o risco de DCNT, no qual se inclui a DM. Estudo realizado por Wu e colaboradores (2017) observaram através de uma revisão em diversos estudos que a suplementação de vitamina D pode contribuir positivamente para a melhora dos níveis de glicose sanguínea em pacientes com Diabetes tipo 2 que possuem baixas concentrações de vitamina D. Qurrat et al. (2016) constataram relação significativa da deficiência de vitamina D com indevidos pré-diabetes em comparação com os participantes do estudo saudáveis. Os baixos níveis de vitamina D estão relacionados com a diminuição da secreção do hormônio insulina e com a resistência à insulina favorecendo o aparecimento de diabetes mellitus, como também possui forte relação com a ativação do sistema renina-angiotensina (MIÑAMBRES, LEIVA, PÉREZ, 2014). Em contrapartida aos estudos inicialmente apresentados, Fondjo e colaboradores (2017) realizaram pesquisa com 118 pessoas, sendo portadores de DM e em indivíduos saudáveis. O objetivo foi analisar os níveis de vitamina D e níveis de glicemia em ambos os grupos de participantes. Foi evidenciado maior percentual de deficiência de vitamina D no grupo de indivíduos com DM, porém foi constatado que os indivíduos não diabéticos também possuem deficiência desse micronutriente. Além disso, observou-se que não houve efeito considerável na homeostase da glicose. Em outro estudo realizado por Al e colaboradores (2017) verificou-se que não existe forte relação entre a concentração

de vitamina D e a resistência à insulina em indivíduos com obesidade moderada. Em relação a hipertensão arterial é possível observar que a deficiência de vitamina D tem sido associada ao aumento do risco de novos casos de hipertensão arterial, como isso se faz necessário manter os níveis adequados desse nutriente para promover melhor qualidade de vida para os indivíduos, uma vez que este nutriente. Além disso, baixas concentrações de vitamina D também possui forte relação com o aparecimento e agravamento de outras patologias (HOLICK; CHEN, 2008). De acordo com Majumdar e colaboradores (2015) a hipertensão arterial associada com baixos níveis séricos de 25 (OH) D, contribui para o agravamento da saúde podendo ter uma relação direta com o aparecimento de acidente vascular cerebral (AVC), mas através do controle dos níveis adequados da vitamina D em indivíduos portadores de hipertensão arterial pode contribuir consideravelmente para a prevenção efetiva do AVC. No estudo realizado por Ulu et al. (2014) com 84 indivíduos hipertensos e 68 indivíduos saudáveis, observou-se que os níveis médios de pressão arterial sistólica e diastólica dos pacientes que possuíam deficiência de vitamina D foram consideravelmente maiores do que o grupo controle, e também constataram que existe uma forte associação com a presença de hipertensão arterial e os níveis baixos de vitamina D. Segundo Catena e colaboradores (2013) as baixa concentração de 25 (OH) D pode carregar no desenvolvimento de hipertensão arterial independente das alterações da homeostase da glicose. Em outro estudo mostra que a hipertensão arterial diminui consideravelmente em maiores níveis de vitamina D (Vishnu , Ahuja, 2017). Também no estudo realizado por Afzal e Nordestgaard (2017) foi visto que as baixas concentrações de 25-hidroxivitamina D plasmática estão associadas à pressão arterial alta. Apenas um estudo, realizado por Fallo e colaboradores (2012), demonstrou que a prevalência de deficiência de 25 (OH) D foi semelhante em pacientes com hipertensão arterial e no grupo controles, bem como não foi encontrado associação entre os níveis baixos de vitamina D e alterações na função e estrutura do ventrículo esquerdo. Os resultados encontrados nos artigos citados neste trabalho, confirmam uma possível influência dos níveis de vitamina D no Diabetes Mellitus e na Hipertensão Arterial, sendo necessário mais estudos direcionados ao tema abordado. **CONCLUSÃO:** Com base nas evidências científicas, é possível perceber uma influência positiva dos níveis adequados de vitamina D e a associação com o Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial. Os estudos obtidos ao longo do trabalho confirmaram que existe uma alta prevalência de deficiência de vitamina D entre os participantes, e tal deficiência pode agravar a saúde desses indivíduos. Vale ressaltar que são necessárias novas pesquisas para confirmar cada vez mais o potente mecanismo de ação da vitamina D e suas devidas contribuições para a saúde humana.

REFERÊNCIAS

AFZAL S; NORDESTGAARD BG. Vitamin D, Hypertension, and Ischemic Stroke in 116 655 Individuals From the General Population: a Genetic Study. 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28760944>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

Al, Masri et al. Vitamin D status is not related to insulin resistance in different phenotypes of moderate obesity. 2017. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-28177726>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 58 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica15.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 160 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il. Disponível: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2_ed.pdf> Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Portal. Em dez anos, obesidade cresce 60% no Brasil e colabora para maior prevalência de hipertensão e diabetes. 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/28108->

em-dez-anos-obesidade-cresce-60-no-brasil-e-colabora-para-maior-prevalencia-de-hipertensao-e-diabetes> Acesso em: 30 set. 2017.

_____. Portal. Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis 2014. Disponível em: < <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/671-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/14125-vigilancia-das-doencas-cronicas-nao-transmissiveis>>. Acesso em: 05 out. 2017.

CASTRO, Luiz Cláudio Gonçalves . Sistema endocrinológico vitamina D. Arq Bras Endocrinol Metab, v. 55, n. 8, p. 566-75, 2011. Disponível em: <http://www.aem-sbem.com/media/uploads/566_575_ABEM_558.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

CATENA, Cristiana et al. Non-Alcoholic Fatty Liver Disease is Not Associated with Vitamin D Deficiency in Essential Hypertension. High Blood Pressure & Cardiovascular Prevention, [s.l.], v. 20, n. 1, p.33-37, mar. 2013. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s40292-013-0010-7>. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23584921>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

FALLO, F et al. Low serum 25-hydroxyvitamin D levels are associated with left ventricular hypertrophy in essential hypertension. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-21937207>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

FONDJO, Linda Ahenkorah et al. Vitamin D status and its association with insulin resistance among type 2 diabetics: A case -control study in Ghana. Plos One, [s.l.], v. 12, n. 4, 19 abr. 2017. Public Library of Science (PLoS). <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0175388>. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28423063>>.

HOLICK, MF; CHEN TC. Vitamin D deficiency: a worldwide problem with health consequences. Am J Clin Nutr. 2008. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed?cmd=Search&doptcmdl=Citation&defaultField=Title%20Word&term=Holick%5Bauthor%5D%20AND%20Vitamin%20D%20deficiency%3A%20a%20worldwide%20problem%20with%20health%20consequences>>. Acesso em: 02 out. 2017.

MAJUMDAR, V et al. Vitamin D status, hypertension and ischemic stroke: a clinical perspective. 2015. Disponível em: <<http://www.nature.com/jhh/journal/v29/n11/full/jhh201510a.html?foxtrotcallback=true>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

MCDONNELL, SL et al. Incidence rate of type 2 diabetes is >50% lower in GrassrootsHealth cohort with median serum 25-hydroxyvitamin D of 41 ng/ml than in NHANES cohort with median of 22 ng/ml. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-26151742>>. Acesso em: 21 set. 2017.

MIÑAMBRES, I; LEIVA, A; PÉREZ, A. [Hypovitaminosis D and metabolic syndrome]. Med Clin (Barc). 2014. Disponível em: <<http://www.elsevier.es/es-revista-medicina-clinica-2-articulo-hipovitaminosis-d-sindrome-metabolico-S0025775314000232>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

OLIVEIRA, Vanessa et al. Influência da vitamina D na saúde humana. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/abcl/v48n3/v48n3a07.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

QURRAT, ul Ain et al. Decreased Serum 25-Hydroxycalciferol Levels in Pre-diabetic Adults. 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2687639>>. Acesso em: 16 set. 2017.

RAFAELLI, Rafael Augusto et al. Influência da vitamina D nas doenças endocrinometabólicas. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde, v. 36, n. 1Supl, p. 333-348, 2015. . Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/viewFile/19130/16934>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ROSAS, Peralta Martin et al. Efectos inmunometabólicos disfuncionales de la deficiencia de vitamina D y aumento de riesgo cardiometabólico. ¿Potencial alerta epidemiológica en América? Endocrinología, Diabetes y Nutrición, [s.l.], v. 64, n. 3, p.162-173, mar. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.endinu.2016.11.009>. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2530016417300253?via=ihub>>. Acesso em: 18 set. 2017.

SILVA, Daniele Braz et al. Associação entre hipertensão arterial e

diabetes em centro de saúde da família. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/html/408/40819112004/>>. Acesso em: 10 out 2017.

ULU, Sena Memnune et al. The relationship between vitamin D and PTH levels and cardiovascular risk in the elderly hypertensives. 2014. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/10641963.2013.783054?journalCode=i-ceh20>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

VISHNU A;AHUJA V. Vitamin D and Blood Pressure Among U.S. Adults: A Cross-sectional Examination by Race/Ethnicity and Gender. 2017. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28928036>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

WU, Chunhua et al. Vitamin D supplementation and glycemic control in type 2 diabetes patients: A systematic review and meta-analysis. Metabolism, [s.l.], v. 73, p.67-76, ago. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.metabol.2017.05.006>. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/28732572>>. Acesso em: 14 out. 2017.

PSICOLOGIA

O PLANTÃO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO HOSPITALAR: MINIMIZANDO OS IMPACTOS NEGATIVOS DA INTERNAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA NA FAMÍLIA ATRAVÉS DO ACOLHIMENTO EMERGENCIAL

AUTORES:

Bruna Nunes de Moraes
Matheus Alexandre do Nascimento
Rodrigo da Silva Maia
Ronald Luis Franca Alves
Virna Myrelli Rodrigues Albuquerque
Wandeclebson Ferreira Júnior

RESUMO: O presente trabalho relata a experiência de uma atividade efetivada no Centro de Recuperação Pós-Operatório (CRO) do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG), localizado na cidade de Natal/RN. A atividade referente à disciplina de Orientação e Aconselhamento Psicológico foi desenvolvida por alunos do 8º período do curso de Psicologia e objetivou a realização de atendimentos na modalidade de Plantão Psicológico (PP) a fim de garantir acolhimento e apoio aos visitantes dos pacientes internados nesse setor do hospital, buscando minimizar os impactos negativos envolvidos nos processos de adoecimento e hospitalização. É possível, a partir da experiência, refletir sobre aspectos relacionados à atuação do psicólogo diante das demandas de sofrimento, ansiedade e estresse características de internações hospitalares, em especial as pós-operatórias. É possível concluir também que a escuta psicológica e as ações de orientação associadas a ela podem facilitar a compreensão de quadros clínicos e a elaboração do sofrimento de amigos e familiares inseridos na rotina hospitalar do paciente, que precisam ser incorporados no cuidado oferecido pela equipe de saúde.

Palavras - chave: Plantão psicológico. Hospital. Acolhimento.

INTRODUÇÃO: O Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG) foi inaugurado em 14 de março de 1971 e possui 284 leitos ao todo, sendo eles compartilhados com o Pronto Socorro Clóvis Sarinho (PSCS) (ASCOM/HMWG, 2016). Dentre os setores do complexo hospitalar, encontra-se o Centro de Recuperação Pós-operatório (CRO), que acolhe os pacientes saídos das cirurgias e também absorve demandas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), local utilizado para a execução da atividade fruto da disciplina de Orientação e Aconselhamento Psicológico no semestre letivo de 2016.2. A escolha pelo setor se deu através do interesse proveniente de experiências anteriores de estágio e extensão dos membros do grupo no hospital, em especial no CRO, através das quais foi possível observar a carência de profissionais em um ambiente de vasta demanda psicológica. Dessa forma, o centro de recuperação do Walfredo Gurgel foi avaliado pelos autores como sendo um contexto propício e favorável para a realização do Plantão Psicológico (PP), uma modalidade de atendimento que, de acordo com Oliveira (2005 apud REBOUÇAS; DUTRA, 2010), acontece na forma de um espaço capaz de favorecer além da experiência do cliente, a experiência do próprio plantonista, que se apresenta como presente, disposto e disponível. Constituído-se como a principal prática da atividade aqui descrita, o Plantão Psicológico surgiu como uma modalidade de atendimento proposta pelo Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), em 1969, e baseia-se

no modelo de aconselhamento psicológico proposto por Carl Rogers. Este autor, mudou a perspectiva das psicoterapias uma vez que passou a dar ênfase ao cliente e não ao problema, bem como à relação e não ao instrumental de avaliação, priorizando o processo ao invés do resultado (REBOUÇAS; DUTRA, 2010).

METODOLOGIA: Participaram da experiência quatro estudantes do oitavo período do curso de Psicologia do Centro Universitário Facex - Unifacex, que foram divididos em duplas a fim de uma melhor organização das atividades no momento reservado para as visitas no CRO do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel. Na época da atividade, as visitas aos pacientes internados no setor aconteciam diariamente, com início às 16:30h e término às 17:00h. Cada dupla realizou dois encontros, que aconteceram nos dias de quarta-feira e sexta-feira, por um período de duas semanas. No momento das visitas, os estudantes integravam a equipe da psicóloga responsável pelo setor, composta por ela e outras duas estagiárias, auxiliando no momento de acolhimento dos acompanhantes dos pacientes. O grupo também contou com supervisões acadêmicas, que proporcionaram mais segurança com relação às atividades de Plantão Psicológico desenvolvidas no contexto, bem como reflexões acerca de outras práticas e demandas do psicólogo no contexto hospitalar e suas implicações. Sei e Paiva (2011) enfatizam a importância da supervisão ao apontarem que a passagem do lugar de aluno para o de estagiário que exerce atividades práticas não se dá de forma tranquila, uma vez que a preparação teórica nem sempre é suficiente para dar o suporte necessário a esse momento da formação profissional.

RESULTADOS: Foi possível acompanhar todos os diferentes momentos das visitas, desde a preparação dos familiares para a entrada no setor até a devolutiva médica. Assim, os estudantes, estando no papel de plantonistas, foram incorporados a equipe oferecendo suporte nos momentos de repasse de informações, na entrega e orientação a respeito da lista de produtos de higiene necessários, no cuidado especial com os pacientes em estado de isolamento e no controle referente à quantidade de pessoas permitidas durante o tempo da visita. Além disso, houve também o acompanhamento de alguns dos visitantes junto aos leitos dos seus pacientes, a maioria sob os cuidados de UTI, e o apoio no momento de feedback dado pelo médico intensivista a essas famílias. Pelo caráter breve da atividade e o pouco tempo disponível no hospital, o apoio foi direcionado aos familiares, pois na perspectiva de Lustosa (2007) a família precisa de ajuda em momentos como esse, haja vista que se sente insegura e anseia por apoio e um ambiente que lhe possa devolver equilíbrio, força, segurança, e estabilidade. Mesmo em um contexto diferente e distante do esperado em um atendimento clínico, por exemplo, a partir da experiência vivenciada pelo grupo e do embasamento teórico proveniente da disciplina foi possível definir as atividades realizadas no contexto como plantões psicológicos, uma forma de atendimento que segundo Chaves e Henriques (2008) acolhe a pessoa em sua urgência, compreendendo seu sofrimento e garantindo alívio ou um viver baseado na experiência de prazer imediato, oferecidos pelo acompanhamento na busca do sentido de existência. Para isso, o plantonista precisa estar disposto a se “abandonar”, dedicando-se ao outro que vai à procura de socorro, deixando-se afetar por ele para só então poder ajudá-lo (DOESCHER; HENRIQUES, 2012). Mahfoud (2004 apud GOMES, 2012) aponta uma ideia semelhante quando diz que o Plantão Psicológico tem como objetivo acolher o sofrimento das pessoas no momento em que elas precisam, podendo tanto atender demandas em momentos de crise como também aumentar a tolerância do paciente na espera de um atendimento psicológico nos moldes convencionais. Foi possível observar e vivenciar essa experiência no contexto do

hospital, uma vez que, geralmente, os acompanhantes saíam das visitas desorganizados emocionalmente e acabavam recebendo um acolhimento emergencial na porta de saída do centro de recuperação. A desorganização se dava por diferentes motivos, como pela desinformação a respeito do estado de saúde dos entes queridos, a não compreensão da funcionalidade dos aparelhos presentes no local e/ou a não familiarização com as normas e regras apresentadas para a organização do setor, que não permite a permanência de acompanhantes em tempo integral. Como dito anteriormente, o CRO também acolhe leitos de Unidade de Terapia Intensiva e, de acordo com Oliveira (2002), nesse lugar o doente torna-se uma pessoa resignada aos cuidados médicos, perdendo sua identidade e se transformando em um mero número. Ou seja, o paciente ocupa um lugar de submisso e dependente, deixando de ser responsável por si mesmo e devendo esperar tranquilamente a sua melhora. Além disso, o tempo é incerto e os ruídos dos aparelhos são intensos e diferem dos barulhos comuns no dia a dia. Há também o odor de remédio ou desinfetante e a luz utilizada é a luz artificial (OLIVEIRA, 2002). Tantas características peculiares acabam provocando estranheza nas pessoas que não estão habituadas com o local, sejam pacientes internados ou acompanhantes, gerando muitos dos sentimentos de medo, angústia e ansiedade com os quais foi possível ter contato no período da realização da atividade. Durante os atendimentos, foi possível perceber que os temas mais recorrentes giravam em torno das dúvidas dos familiares sobre os prognósticos dos pacientes e o funcionamento do CRO. Levando em consideração que muitos visitantes estavam lá pela primeira vez e que a conversa com o médico intensivista era exclusiva para os visitantes das internações de UTI, acontecendo ao final da tarde, os familiares ficavam ansiosos e interpretavam à sua maneira determinadas características identificadas por eles no setor e nos próprios pacientes, como movimentações da equipe e inchaços e marcas percebidas por eles nos enfermos. Outro ponto comumente abordado nos plantões era o receio acerca das possibilidades de vida após a alta, visto que a maioria dos pacientes estava internada em estado grave e já apresentava indícios de sequelas significativas. Por isso, na perspectiva de Lustosa (2007), a presença do psicólogo no contexto hospitalar se torna fundamental, podendo funcionar como o diferencial em um momento existencial familiar, trazendo a possibilidade de auxílio na reorganização frente ao sofrimento atual e facilitando a elaboração de fantasias e medos próprios de um momento como esse. Também foi possível perceber que um dos problemas mais comuns na UTI era referente à dificuldade de entendimento da linguagem médica na devolutiva dada aos visitantes, que não compreendiam com clareza as informações. Além das palavras rebuscadas e de caráter científico, a própria condição fragilizada e de estresse enfrentada pelos familiares contribuía para a não retenção da fala dos médicos. Após o acolhimento oferecido pelo grupo, era notável a mudança nos acompanhantes, que passavam a absorver e compreender algumas informações dadas anteriormente e que ainda não tinham sido assimiladas. Dessa forma, é possível fazer relação com o que é dito por Morato (1999 apud REBOUÇAS; DUTRA, 2010), quando sinaliza que no Plantão Psicológico o espaço de escuta tenta propiciar a elaboração e ressignificação do sofrimento, fazendo uso dos próprios recursos, assim como os recursos que a instituição em que a pessoa procura ajuda pode oferecer. **CONCLUSÃO:** A partir da prática do Plantão Psicológico no CRO do Walfredo Gurgel, conclui-se que a psicologia no hospital pode contribuir fortemente para o enfrentamento de situações de sofrimento, garantindo espaços de acolhimento e apoio que proporcionam condições favoráveis para uma elaboração da hospitalização por parte do paciente e da família, bem

como da equipe de saúde, que também se envolve no processo e constitui-se como um ponto chave na recuperação dos quadros admitidos no hospital, não só pelos cuidados por meio de procedimentos e medicações, mas também pela relação que se estabelece durante a internação. Através das falas das famílias foi possível perceber a contribuição dos plantonistas para a diminuição e a ressignificação da angústia enfrentada por elas, que tiveram ansiedades e medos acolhidos em um espaço de suporte emocional e reorganização psicológica. Assim, a experiência também provocou no grupo a descoberta do sentido prático e do alcance da atuação do psicólogo. Ao exercitar a escuta sensível, ouvindo verdadeiramente o outro, os autores puderam se tornar mais disponíveis para a vivência plena nesse contexto de sofrimento, que embora contraste com as experiências diárias da maioria, apresenta demandas singulares com as quais é possível se relacionar facilmente. Dessa forma, o trabalho serviu como meio de ampliação de saberes e vivências que serão de grande valia para as jornadas pessoais, acadêmicas e profissionais de todos os integrantes da atividade.

REFERÊNCIAS

- ASCOM/HMWG. **O hospital**. 2016. Disponível em: <<http://www.walfredogurgel.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=33384&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Institui%E7%E3o>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- CHAVES, Priscila Barros; HENRIQUES, Wilma Magaldi. **Plantão psicológico: de frente com o inesperado**. **Psicol. Argum.**, v. 53, n. 26, p.151-157, jun. 2008. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=527281&indexSearch=ID>>. Acesso em: 07 out. 2017.
- DOESCHER, Andréa Marques Leão; HENRIQUES, Wilma Magaldi. **Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência**. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p.717-723, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n4/a18v17n4.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.
- GOMES, Fernanda Maria Donato. **Plantão psicológico: atendimentos em situações de crise**. **Vínculo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 18-26, julho 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902012000200004>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- LUSTOSA, Maria Alice. **A família do paciente internado**. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 3-8, junho 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100002>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- OLIVEIRA, Eliane Caldas do Nascimento. **O psicólogo na UTI: reflexões sobre a saúde, vida e morte nossa de cada dia**. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 30-41, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200005&script=sci_arttext&tling=es>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza. **Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade**. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 19-

28, jun. 2010. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100004>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SEI, Máira Bonafé; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Grupo de supervisão em Psicologia e a função de holding do supervisor. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 9-20, 2011. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612011000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2016.

TRANSEXUALIDADE E PSICANÁLISE: UM RECORTE DE UMA REVISÃO INTEGRATIVA

AUTORES:

Antonia Nathália Duarte de Moraes

Luan Mendonça Oliveira

Marcos Luciano Antonio Freire

RESUMO: Este estudo tem como finalidade rever as considerações psicanalíticas a respeito da experiência transexual. A transexualidade, também compreendida como travestilidade ou transgênero são expressões de identidade que manifestam as discordâncias com as normas de gênero, visto que estas estão instituídas na heteronormatividade e idealizações sociais. Esta experiência realça os sinais que dão equilíbrio aos gêneros e define negociações entendidas sobre o masculino e feminino, ao mesmo tempo em que despedaça a causalidade entre sexo, gênero e desejo, e despe o alcance de um sistema abancado em um corpo binário sexuado. Ao interpretar a transexualidade enquanto uma experiência identitária, confrontamos com a definição defendida e aceita pela medicina e pelas ciências psicológicas, que a classificam enquanto uma patologia. A psicanálise enquanto ciência psicológica vem trazer importantes contribuições para a incrementação do estudo e discussão do fenômeno transexual, mesmo apontado divergências teóricas enquanto sua qualificação e proposição, o objetivo aqui, portanto, é trazer os aportes sobre o tema exposto comparando os discursos e teorias de viés psicanalítico.

Palavras - chave: Transexualidade. Psicanálise. Psicologia.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é fruto das atividades de pesquisa realizadas no Unifacex, através do Programa de Iniciação Científica (PROIC) sobre a Transexualidade e o papel do psicólogo no processo transexualizador. Durante as reuniões, o grupo realizou pesquisas bibliográficas em bases de dados sobre a transexualidade, travestilidade e Psicologia. Durante a leitura sistematizada dos textos foi verificado que as referências obtidas possuíam em grande parte um embasamento teórico de cunho psicanalítico e isso despertou o interesse de estudar sobre o lugar da transexualidade para a Psicanálise, transexualidade, aqui entendida como indivíduos transexuais, travestis e transgêneros. O referencial teórico utilizado durante a pesquisa coaduna com a teorizada por Bento (2012) que caracteriza a transexualidade enquanto uma vivência identitária, discernida como a inconformidade com as normas de gênero impostas pela sociedade. Portanto, o presente estudo tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos através das pesquisas e discussões sobre a psicanálise e a identidade transexual.

METODOLOGIA: Este estudo é um recorte de um artigo de revisão integrativa de literatura, metodologia específica, que conforme explicitado por Botelho, Cunha e Macedo (2011) é empregada para o incremento da revisão bibliográfica, este procedimento foi escolhido por viabilizar a síntese e posterior análise dos dados a respeito das produções científicas já elaboradas acerca do tema averiguado. Esta metodologia tem como objetivo resumir o passado da produção teórica para proporcionar um entendimento maior sobre um fenômeno em questão (BROOME, 2006 apud BOTELHO, CUNHA E MACEDO, 2011). Para a realização desta pesquisa foi necessário ser feito uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados sistematizadas BVS, PEPSIC, SCIELO E LILACS, com os descritores “psicologia”,

“transexualidade or transexualismo or travesti”, os critérios de inclusão utilizados para o levantamento da bibliografia, considerava apenas artigos, produzidos no Brasil e que estivessem disponíveis em língua portuguesa e o corte temporal utilizado foi de produções entre 2012 e 2017, após a realização deste levantamento foram encontrados 20 artigos que atendiam aos critérios propostos, sendo 10 de orientação psicanalítica e os demais correspondentes a outras abordagens da psicologia. Durante a leitura sistematizada dos textos com referencial psicanalítico, observou-se que apenas 1 não possuía constructos necessários para a realização deste estudo, sendo então excluído do presente trabalho. A seguir a tabela 1 ilustra a disposição a respeito dos artigos pesquisados:

Tabela 1: Produções levantadas nas bases de dados.

Nome do Artigo	Autores	Revista	Ano	Base de dados
Diante do muro	ALBERTI, Sonia; ZENICOLA, Barbara	Stylus	2016	SciELO
Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose	COSSI, Rafael Kalaf	Psicologia e Saúde	2014	SciELO
Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer	CUNHA, Eduardo Leal	Revista Epos	2013	SciELO
Lacan e o transexual de Stoller	KOSOVSKI, Giselle Falbo	Trivium: Estudos Interdisciplinares	2016	SciELO
Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista	LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho	Psicologia USP	2017	Pepsic
Transexualidade e Sexuação: o que pode a psicanálise	MIRANDA, Elisabeth da Rocha	Stylus	2015	SciELO
Transexualidade e transgêneros: o gozo sexual da falante	POLLO, Vera	Stylus	2016	SciELO

O corpo: entre o sofrimento e a criatividade	PORCHAT, Patrícia	Revista Epos	2014	Scielo
O transexualismo como suplência na psicose	WESTPHAL, Laure	Ágora	2015	Lilacs
Atualidades do "rochedo" freudiano: o "primeiro homem grávido" (Artigo excluído da revisão)	BOURSEUL, Vincent; LAUFER, Laurie	Ágora	2016	Lilacs

Fonte: Autoria própria, 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A literatura psicanalítica traz importantes questões acerca da experiência transexual e do diagnóstico de pessoas transexuais e travestis, neste estudo teremos como objetivo fazer retomada das teorizações a respeito desta temática, deixando aberto o caminho para indagações e problematizações a respeito do que foi levantado. A concepção da psicanálise no início do século passado ocasionou uma compreensão inédita da sexualidade do ser humano, ao implantar o conceito de pulsão, mecanismo que cujas características se diferenciam do instinto animal, assim rompe decisivamente com a fantasia romantizada acerca do ato sexual, enquanto um encontro completo que daria como resultado para cada um dos dois sujeitos envolvidos, a confirmação de única identidade sexual, a de homem ou mulher (POLLO, 2016). Alberti e Zenicola (2016) em seu estudo sobre questões de gênero sob a ótica psicanalítica retomam as afirmações de Freud sobre o conceito de pulsão ao afirmar que o homem, ser humano, não é um contínuo na natureza, como os demais animais, e não partilha com eles de um “saber pré-programado” conhecido como instinto, mas sim, é um ser pulsional. As autoras reiteram que pelo ser humano ser pulsional e por estar inserido na lógica da linguagem, não é possível afirmar aquilo que advém de características humanas, pela ótica natural biologizante. Ao discorrer sobre diferenças sexuais, referenciando Lacan, as autoras ratificam que a “diferença sexual se deve ao fato que os adultos atribuem a ela uma diferença natural e por causa disso a chamam diferença sexual. Portanto, na realidade, ela é devida à linguagem” (LACAN, 1971-1972/2012 apud ALBERTI E ZENICOLA, 2016). Lacan confirma que “há, sim, uma pequena diferença inata entre o menino e a menina, mas há outra diferença, ou melhor, uma diferenciação, que esta, de natural, não tem nada. A distinção entre meninos e meninas não é feita por eles e sim pelo Outro da linguagem” (ALBERTI E ZENICOLA, 2016, p. 166). Nesta passagem ao mencionar Lacan, as autoras reconhecem haver uma diferenciação inata, natural e anatômica entre meninos e meninas, porém afirmam que existe outra que nada tem de natural e não é feita por eles, mas pelo “Outro”, através da linguagem. “Nós os distinguimos, não são eles que se distinguem” (LACAN, 1971-71/2012, p. 16 apud ALBERTI E ZENICOLA, 2016, p. 166). Dessa forma ele insere o “Outro” como significante dessa diferença visto que ele irá nomear “comportamento de menino” e “comportamento de menina”. É a linguagem que prediz a diferenciação sexual, visto que não se nasce psiquicamente homem ou mulher. Com isso, não se demorou a concluir que os

conceitos de masculino e feminino, são apenas construtos ocultos, construções hipotéticas, afastadas da realidade palpável (POLLO, 2016). Neste sentido afirma-se que o que “verdadeiramente constitui a feminilidade e a masculinidade é algo que está para além da anatomia, já que o corpo do ser falante é capturado pelo significante e não pela natureza” (FREUD, 1933/2010, p. 265-266 apud ALBERTI E ZENICOLA, 2016, p. 166). Nessa afirmação Freud, alega que o que irá constituir o gênero ou sexualidade do indivíduo é o significante ou significado que ele atribui a si e a sua sexualidade, não necessariamente algo capturado pela natureza. Freud, criador da Psicanálise e maior referência da teoria, trouxe à tona, uma sexualidade eminentemente infantil e não naturalizada, assim a natureza para o ser humano é nula desde sempre e é no campo da linguagem e do dialético que este humano é inserido na partilha dos sexos, seja como mulher ou como homem, e não pela anatomia. A sexualidade, determinada inconscientemente, advém da incorporação da estrutura da linguagem no corpo humano, deixando em aberto o questionamento sobre a forma com que cada indivíduo lida com o desejo, sexo, amor e satisfação (MIRANDA, 2015). Partindo deste questionamento a autora considera que:

“há uma falha central que é de estrutura e para a qual existem respostas coletivas que variam no decorrer da história da humanidade, e há respostas sintomáticas que são singulares a cada sujeito. O fenômeno da transexualidade é bem antigo e paradoxalmente bem atual, pois está na base das concepções atuais de gênero e sexo” (MIRANDA, 2015, p. 53).

A autora aqui define o fenômeno da transexualidade, como o “desejo de mudar de sexo”, e que escapa ao simbólico, o significante, e se expressa e faz-se presente no corpo como real (MIRANDA, 2015). Cossi (2014) em seu estudo a respeito da desvinculação do diagnóstico psicanalítico de psicose da transexualidade conceitua-a como problemática manifestada no campo da identidade sexual, em que o sujeito transexual padece de um desconforto e uma discordância com seu sexo anatômico, pois enquanto seu corpo sinaliza equivaler a um determinado sexo, seja feminino ou masculino, o sujeito identifica-se enquanto pertencente a outro. A tentativa do autor aqui parte, com base no postulado pelo psicanalista Robert J. Stoller, estudioso na área da sexualidade e gênero, em seu estudo da transexualidade, onde expõe uma equiparação da experiência transexual com o diagnóstico de psicose. Para o autor, a falta de coerência entre o sexo anatômico e o gênero, é patológica, partindo disso postula a teoria de feminilidade primária, em que o estado inicial de todos os seres humanos seria pertencente ao feminino, fruto de uma relação simbiótica mãe-filho, esse laço ou ligação da mãe com o bebê, deve ser superado pelo menino, para tornar-se masculino e adentrar no conflito edípico, já a menina não precisaria superar, já que deve ser feminina (STOLLER, 1982 apud COSSI, 2014). A identidade de gênero ou sexual difere-se do sexo biológico, pois está ligado a questões de masculinidade e feminilidade. Tomando Freud como ponto de partida Stoller entende que o desenvolvimento sexual necessita abundantemente das relações entre pai, mãe e filho, ou melhor, do conflito edípico (STOLLER, 2015 apud KOSOVSKI, 2016). O conflito edípico ou complexo de Édipo, comumente referenciado na literatura psicanalítica, é uma passagem a ser atravessada pelo sujeito, que o leva a dispor-se sexualmente ou na posição masculina ou feminina, tomando o sujeito do seu sexo igual como sujeito de identificação e o do sexo oposto como intento sexual (COSSI, 2014). Partindo disso Stoller, expõe que a vista da possibilidade ameaçadora do conflito edípico normal, o menino escolhe por conservar o símbolo de sua masculinidade e virilidade, o pênis, e também sua identidade enquanto sujeito masculino, contudo, isso não é identificado no indivíduo

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

transexual, pois partindo da teoria da feminilidade primária, o elo da mãe com filho não foi rompido, e, portanto a masculinidade não foi elaborada e a conflagração edipiana está inexistente (STOLLER, 1982 apud COSSI, 2014). Stoller é criticado por Lacan por não acrescentar em sua teoria o mecanismo da foracclusão do nome-do-pai, teorizado por ele para definir a marca da estrutura psicótica, entendida como decisiva para a transexualidade. A respeito do operador clínico “foracclusão do nome-do-pai” (LATTANZIO e RIBEIRO, 2017, p. 74) comentam que:

“o nome-do-pai foracluído resulta na não submissão do sujeito à castração simbólica: a significação fálica fica ausente, fazendo que o psicótico se encontre desalojado da partilha sexual, ou seja, “fora-do-sexo”. O que é foracluído do simbólico, pois, retorna no real: no caso dos transexuais, a significação fálica foracluída faria retorno no real sob a forma da passagem ao ato da cirurgia.

Sendo assim os autores lacanianos, sustentam que a transexualidade é definida pela psicose, destinada ao campo da patologia. Divergente de Lacan, Stoller não prende a transexualidade à psicose ou perversão, embora se refira a ela enquanto psicopatologia, seu diagnóstico seria questões a respeito do imaginário do corpo, sendo assim uma instância do ego (COSSI, 2014). Em seguida, Stoller foi influenciado pela teoria de Melanie Klein e pela “Psicologia do self” de Heinz Kohut e propôs o “transexualismo” como uma problemática identitária e não de sexualidade. Stoller passou a enxergar o sujeito transexual como uma pessoa anatomicamente natural, contudo que possui o desejo de pertencer ao “sexo oposto” e almeja trocar de sexo, no entanto, consciente sexo anatômico natural, sem a presença de delírios psicóticos (MIRANDA, 2015). Ao falar sobre transexualidade e psicose Miranda (2015, p. 53) faz referência ao caso de Schreber, relatado por Freud em 1911:

“[...] no qual este afirmava ser a mulher de Deus e que seria fecundado por Ele para dar à luz uma nova raça. [...] confirmando o postulado por Freud, que a psicose induz a feminização, ao empuxo à mulher; mas o transexualismo é algo específico, é um fenômeno que apresenta o sentimento de estar em um corpo errado, trocado, sentimento que não comparecia no delírio do presidente Schreber. Se o presidente Schreber em seu delírio acomodava pouco a pouco sua imagem a uma forma de mulher era para aceder aos desígnios divinos. Em seu delírio, ele era a mulher de Deus” Miranda.

Kosovski (2016) ao se referir ao direcionamento do método psicanalítico nesses casos, adverte que um fenômeno em nenhum momento é o agente decisivo e suficiente para a elaboração de uma compreensão diagnóstica, exemplo disso, seriam os delírios e alucinações presentes em casos de histerias, e a falta dos mesmos em condições de psicose, dessa forma somente a escuta do indivíduo na transferência, permite atribuir um diagnóstico que direcione a cura na psicanálise. Cunha (2013) em seu artigo sobre as aproximações entre a psicanálise e a teoria queer, movimento pós-moderno sobre questões de gênero e sexualidade, argumenta que a diferença entre os dois está no enfoque político trazido por esta teoria, no qual se posiciona contra a heteronormatividade e o binarismo sexual, reivindicando através do caráter político uma não hierarquização a respeito das experiências e identidades sexuais, enquanto que a perversão, uma teoria de cunho psicanalítico, não é considerada. Para os autores de orientação psicanalítica, o movimento queer é entendido como um sintoma da crise de identidade do mundo contemporâneo, para eles, a teoria representa um gozo sem restrições. Ainda se faz

a ela, a crítica de reduzir o real à linguagem, sendo considerada como um desdobramento do sadomasoquismo, uma forma de recusa da morte e castração (CUNHA, 2013). Ao citar Butler e Wittig, como referências maiores da teoria queer, o autor aponta que ao permanecer e insistir no caráter discursivo das questões sexuais, eles sustentam a sexualidade e os corpos exclusivamente no registro do simbólico e imaginário, ignorando assim a dimensão da realidade, visto que este se liga à materialidade e anatomia dos corpos (FLORES, 2010 apud CUNHA, 2013). De acordo com o suscitado por Porchat (2014) existe uma possível aproximação entre a psicanálise e a teoria queer, quando expressam a forma como o corpo é visto pela sociedade, idealizando-o como algo sagrado. Embora nesta relação entre a psicanálise e os estudos sobre as normas de gênero haja diferenças, principalmente em relação à autonomia da pulsão em relação às diferentes épocas, há momentos em que a teoria queer e a psicanálise se aproximam como nos mostra Butler, quando diz que “o corpo tem seus próprios sinais, seus próprios significantes, de um modo que permanecem em boa parte inconsciente” (BUTLER, 2004 apud PORCHAT, 2014, p. 124). Segundo Porchat (2014), a identidade de gênero pode ser libertadora e ao mesmo tempo promover “segurança”, ao passo que há uma pressão social a todo o momento em enquadrar as pessoas, pressão essa vivenciada pelos médicos, no qual devem solucionar os “problemas” vivenciados pelas pessoas trans. Há uma crítica em relação aos padrões do corpo, como eles se constituíram, e não em relação às tecnologias de gênero em si, como por exemplo, as cirurgias estéticas. Ao explicar sobre a associação feita entre a transexualidade e a psicose por alguns psicanalistas, Kosovski (2016) afirma que esta associação continua criando barreiras para inclusão da psicanálise neste território, visto que muitas vezes acaba por ser “rechaçada” dos debates sobre a temática por apontar uma abordagem que sustenta a transexualidade como uma patologia. Westphal (2015) ao fundamentar o “transexualismo” como suplência na psicose, indica que o indivíduo psicótico ao ser persuadido a demudar-se em mulher, pode fazer dele uma suplência, a partir da medida em que isso pode solucionar sua dissociação corpórea e psíquica, ao fazer-se mulher socialmente. **CONCLUSÃO:** A partir do suscitado pelas referências citadas anteriormente, mostra-se aqui uma divergência entre as teorias psicanalítica enquanto a compreensão do fenômeno transexual, muitos autores ainda atribuem o sufixo “ismo” ao relacionar-se ao sujeito trans, e outros teóricos ainda entendem a pessoa travesti ou transexual enquanto um ser psicótico. Dentre as produções lidas e analisadas, constatou-se que nenhuma delas fazia referência a um estudo completo sobre transexualidade, Freud, criador da teoria psicanalítica, dedicou grande parte de suas produções a falar sobre sexualidade humana e seus desdobramentos, contudo não deixou princípios e fundamentos que orientasse a psicanálise enquanto o manejo do fenômeno transexual, o que se dispõe de elaboração é o que escreveu em 1911, sobre o caso do presidente Schreber, acometido de paranoias e delírios, onde acreditava ser “a mulher de Deus”, que viria ao mundo dar luz aos filhos da divindade, perante isso muitos psicanalistas seguidores de Freud e de sua teoria, tomaram o fenômeno transexual enquanto um diagnóstico eminentemente psicótico, comprometendo assim a inserção da abordagem em discursos sobre a identidade transexual, pois coloca os indivíduos trans enquanto portadores de um adoecimento psíquico. Bento (2012) ao falar sobre a definição e o diagnóstico de pessoas transexuais e transgêneros enquanto “doentes mentais”, reitera que isto enclausura e prendem-nas em uma “posição existencial” que encontra no sujeito a lugar de explicação para seus conflitos, divergente das abordagens que enxergam enquanto uma experiência de

identidade. Levanta-se aqui também, o questionamento sobre a quantidade de produções feitas pela psicologia e psicanálise sobre o fenômeno aqui discutido. Diante do que foi analisado, percebeu-se que as elaborações de cunho psicanalítico não possuíam uma metodologia de pesquisa exploratória sobre o fenômeno, pois todas correspondiam a revisão teórica. Sente-se a necessidade de uma elaboração mais qualitativa que dê ouvidos à vivência e existência destas pessoas, saindo um pouco das teorizações e indo à realidade empírica sobre o sujeito de pesquisa, e consequentemente uma participação maior da Psicologia nas produções científicas sobre a causa transexual e um maior domínio do profissional psicólogo sobre o processo transexualizador, visto que a maior parte ainda se concentra na área das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Sônia; ZENICOLA, Bárbara. Diante do muro. **Revista Stylus**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 165-175, nov. 2016.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. Brasiliense: São Paulo, 2012.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011.

COSSI, Rafael Kalaf. Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, jan. /jun. 2014.

CUNHA, Eduardo Leal. Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2013.

KOSOVSKI, Giselle Falbo. Lacan e o transexual de Stoller. **Trivium: Estudos interdisciplinares**. Rio de Janeiro, v. 8, 2. ed., dez. 2016, p. 133.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-82, abr. 2017.

MIRANDA, Elisabeth da Rocha. Transexualidade e Sexuação: o que pode a psicanálise. **Stylus**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 91-99, jun. 2015.

POLLO, Vera. Transexualidade e transgêneros: o gozo sexual da falante. **Stylus**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 177-189, nov. 2016.

PORCHAT, Patrícia. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 1, jan. /jun. 2014.

WESTPHAL, Laure. O transexualismo como suplência na psicose. **Agora**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 11-24, jun. 2015.

GRUPO FOCAL NA TERCEIRA IDADE: ABRAÇANDO O NOVO E GARANTINDO A LONGEVIDADE DA TRADIÇÃO

AUTORES:

Bruna Nunes de Moraes
Jaidê de Barros Dias
Matheus Alexandre do Nascimento
Rosangela Paula de Souza
Virna Myrelli Rodrigues Albuquerque
Wandeclebson Ferreira Junior

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar as ações realizadas no Grupo Melhor Idade Esperança (GMIE), qualificado como um grupo comunitário composto por idosos com sede no prédio do Conselho Comunitário do conjunto habitacional Pirangi, na cidade de Natal/RN. Na época da experiência o grupo contava com um baixo índice de participantes ativos, apesar de possuir mais de cem cadastros. A intervenção realizada nos semestres de 2015.2 e 2016.1 a partir da técnica de Grupo Focal objetivou facilitar a convivência e o fortalecimento de vínculos no grupo, bem como facilitar a relação deste com as redes de apoio da comunidade, além de desenvolver a autonomia, a noção de cuidados permanentes e de manutenção da coesão grupal. Percebe-se que com a atividade pode-se discutir aspectos relativos a educação para a saúde e políticas de direitos e deveres voltados para o público idoso. Conclui-se que ações grupais podem promover um espaço propício para o reconhecimento da importância do processo contínuo de mudança e aquisição de saberes na melhor idade, contrapondo o senso inutilidade de atividades com esse público por parte daqueles que colocam o declínio como característica principal e determinante dessa fase do desenvolvimento.

Palavras - chave: Idosos. Vínculo. Grupo.

INTRODUÇÃO: De acordo com Lane (2001) a função do grupo é definir os papéis e a identidade social dos indivíduos, garantindo sua produtividade social e exercendo uma função histórica de manter ou transformar as relações desenvolvidas, tanto na sua forma de organização como nas suas ações. Ademais, o grupo reproduz ideologia. O Grupo Melhor Idade Esperança (GMIE) é um grupo destinado à socialização de idosos do conjunto habitacional Pirangi, em Natal/RN. A escolha dele para a realização da intervenção aqui relatada se deu em decorrência do interesse dos autores pelo público idoso. O processo de envelhecer adotado aqui é o de Dias (2007), para quem envelhecer é um processo multifatorial e subjetivo, perpassado por um conjunto de fatores que compreende aspectos biológicos, culturais, econômicos e sociais. Assim, essa faixa etária se apresenta como um vasto campo de estudo com diversas possibilidades para a compreensão teórica e atuação prática da psicologia. No momento da realização da intervenção, o GMIE contava com reuniões semanais no turno vespertino, nas quais doze idosos discutiam o funcionamento precário do grupo e pontuavam dificuldades estruturais concretas e simbólicas, como as más condições na estrutura física do prédio do conselho comunitário, que segundo eles impediam a frequência dos demais membros; a ociosidade e, conseqüentemente, ausência de perspectivas relacionadas a um processo grupal acolhedor. Os idosos também evidenciavam sentimentos de descontentamento e de isolamento. Em função da impossibilidade

do grupo de atender as necessidades dos membros — idosos que necessitavam de maior atenção e cuidados — pensou-se, através da técnica de Grupo Focal, uma proposta de revitalização do GMIE através da otimização do tempo dos encontros, com a promoção de atividades recreativas que pudessem se sobrepôr às dificuldades enfaticamente elencadas por eles. Então, imbuídos do objetivo principal de mobilizar o grupo para a tomada de consciência a respeito da importância da comunidade para superar as necessidades presentes, foram pensadas ações que pudessem facilitar o vínculo com as redes de apoio, tornando possível a percepção do trabalho em conjunto como uma possibilidade palpável para a resolução de algumas das dificuldades trazidas por eles. **METODOLOGIA:** Inicialmente foi realizado um levantamento de necessidades com os doze membros ativos do grupo GMIE a partir da utilização do Grupo Focal, uma modalidade de grupo que considera em seu planejamento elementos que possam garantir um desenvolvimento pleno do coletivo trabalhado, como perfil e número dos participantes e os processos de seleção e duração (TRAD, 2009). A intervenção se constituiu em duas etapas e foi efetivada em um total de nove encontros, sendo os quatro primeiros reservados para o levantamento de necessidades e análise dos dados no semestre letivo de 2015.2, como atividade prática da disciplina Psicologia Comunitária, e os cinco últimos voltados para a realização das ações pensadas pelos autores, como atividade prática integrada das disciplinas Métodos de Trabalho Grupal e Educação para a Saúde no semestre de 2016.1. Na época em que essa experiência aconteceu, as idades dos membros do grupo em questão variavam entre 65 e 99 anos. No primeiro encontro, ocorreu a apresentação da proposta da atividade aos participantes e, em seguida, foi realizado o contrato psicológico, momento importante para o bom andamento da intervenção, pois, segundo Castilho (1995), é nele que são apresentadas as definições, regras e esclarecimentos quanto da dinâmica grupal, tais como assiduidade, compreensão, respeito e escuta, que devem ser estabelecidos pelo facilitador juntamente com demais membros. Os três outros encontros da primeira etapa se consistiram na realização das rodas de conversa do Grupo Focal, com o intuito de levantar as necessidades do grupo. Na segunda etapa do trabalho, o levantamento de necessidades foi retomado e, após isso, foi apresentada uma nova proposta, que demandou um novo contrato psicológico construído pelos próprios membros. No segundo encontro, houve a busca pelo apoio das instituições próximas, como a Unidade Básica de Saúde e a Igreja Católica Cristo Rei, lugares que se constituíram como possibilidades. O terceiro encontro contou com uma reflexão musical acerca da música “Se Avexe Não” de Flavio José, o quarto com a realização de um bingo organizado pelo próprio grupo e, o quinto e último, com uma atividade de corte e colagem relacionada à temática “Direitos do Idoso”. No quinto encontro também houve o momento de feedback do grupo a respeito da intervenção como um todo, com o envolvimento de todos os que dela participaram. Para a realização das atividades foram necessários além de recursos humanos, materiais como papel, revistas, tesoura, cartolina, caneta, cola, jogos, violão e parcerias obtidas. **RESULTADOS:** Durante os encontros de ambas as etapas, a condução dos momentos de discussão e reflexão caracterizou-se como uma tarefa complexa, tornando necessária a preparação dos diferentes facilitadores atribuídos para ela. Em diversas situações as ideias planejadas anteriormente a cada reunião precisaram ser adaptadas em decorrência de fatores como ritmo e nível de disponibilidade do grupo, que nem sempre concordava com a maneira como as ações eram pensadas. Dessa forma, tais aspectos se aproximam do que é dito por Rogers em entrevista a Revista VEJA em 1977, quando sinaliza que o facilitador

precisa saber que cada grupo é único e deve evitar fazer comparações ou criar rótulos, precisando estar aberto a opiniões divergentes. Além disso, nessa função é imprescindível ser paciente com os silêncios, risos, ansiedade e crítica, também demandando flexibilidade e respeito do tempo dos participantes para a aquisição de confiança. Na apresentação da proposta de modificação na estrutura do grupo, que já existia há 16 anos e possuía um jeito próprio de funcionar, foi possível sentir o receio dos membros mediante as sugestões que requeriam comprometimento e mobilização para as mudanças, em especial nas atitudes referentes à reformulação dos encontros e à valorização dos membros. A principal preocupação dos idosos dizia respeito às condições precárias do prédio, que segundo eles impedia a realização de qualquer atividade. Desse modo, toda a intervenção foi pensada com o intuito de trabalhar ações que promovessem a coesão grupal e a transformação na maneira como eles percebiam os recursos disponíveis. Uma das ferramentas utilizadas para alcançar tais objetivos foi a relação existente entre os membros, haja vista que na perspectiva de Papalia (2006, p. 731), na medida em que as pessoas envelhecem, “[...] amizades íntimas dão [a esses], o sentimento de serem valorizadas e desejadas e os ajudam a lidar com as mudanças e com as crises da velhice”. Como parte da reorganização, a Unidade Básica de Saúde — localizada na frente da sede do grupo — passou a ser parte da sua rede de apoio, possibilitando, dentre outros serviços, a prática da Educação Para a Saúde, “definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como todas e quaisquer combinações de experiências de aprendizagem concebidas para ajudar os indivíduos e as comunidades a melhorar a sua saúde [...]” (WHO, 2003 apud RIBEIRO, 2015, p. 2). Além disso, a diretora da unidade também se disponibilizou para auxílio na convocação para exames e no acompanhamento dos idosos do grupo. Outra parceria firmada foi com a Igreja Católica Cristo Rei, que também passou a ser parte da rede de apoio, oferecendo, inclusive, um novo espaço para os encontros. Como observado na prática, as poucas opções relacionadas à qualidade de vida da faixa etária idosa limitam-se às atividades acessíveis de baixo custo e que giram em torno da família e amigos, como: conversar, realizar atividades recreativas, trabalhos manuais e exercícios físicos. Steinbach (1992 apud Papalia, 2006, p.721) afirma que “atividades sociais, como frequentar [...] centro para idosos, [...] podem ajudar uma pessoa mais velha a permanecer ligada à comunidade”. Nessa perspectiva, as ações foram pensadas como situações dinâmicas associadas à historicidade do grupo e dos membros, provocando além das reflexões acerca das temáticas propostas, o fortalecimento do vínculo dos participantes, uma vez que as atividades de criação e transformação não dependem da simples aplicação de conhecimentos científicos, mas também das habilidades outrora desenvolvidas e das relações sociais existentes entre os membros e dos mais diferentes tipos de interferências nelas (MOROSINI; FONSECA; PEREIRA, 2007). Outro ponto trabalhado durante a experiência foi a temática referente aos direitos do idoso, pois os membros do grupo também compartilhavam nos encontros dúvidas referentes a situações simples do cotidiano nas quais sentiam que haviam sido lesados e violados. Assim, a partir das discussões realizadas, os idosos puderam conhecer mais dos seus direitos e deveres, obtendo informações que poderiam auxiliá-los diante da apresentação de outros desafios dessa natureza em suas rotinas. De acordo com Silva e Yazbek (2014), o movimento social dos trabalhadores aposentados na luta pela garantia de direitos contribuiu para posicionar o idoso como um novo sujeito que reivindica uma velhice digna, revelando um novo sentido de resignificação dessa faixa etária no Brasil. Ao fim da intervenção, no encontro de socialização e devolutiva, foi possível

identificar diversas mudanças que aconteceram no grupo, como a realização de encontros mais dinâmicos que estimularam a participação e promoveram momentos descontraídos, com diversão, alegria e entusiasmo. Além disso, as atividades também provocaram interações novas entre os membros, que compartilharam sonhos, medos, angústias e desejos uns com os outros, através de histórias, músicas, jogos e brincadeiras. Outro ponto enfatizado foi a importância de manter as atividades desenvolvidas a fim de possibilitar a autonomia e a longevidade do grupo, renovando o interesse daqueles participantes e atraindo novos membros para as atividades lá desenvolvidas. **CONCLUSÃO:** No decorrer da experiência aqui referida, constatou-se mobilização do grupo para a tomada de consciência a respeito da importância dos recursos da comunidade para superar as necessidades presentes. Tudo isso foi possível através de encontros mais dinâmicos e sugestivos. Também foi possível perceber que a paixão e a doação dos participantes de um grupo associadas à disponibilidade para o desenvolvimento de um trabalho sério e persistente são capazes de transformar um ambiente aparentemente desfavorável em um espaço acolhedor e produtivo. Além disso, a partir da experiência é possível refletir sobre a faixa etária idosa e suas condições humanas de mudança e adaptação, muitas vezes negadas dentro e fora da literatura. Dessa forma, o trabalho realizado representou para os autores o avanço de mais um degrau na caminhada acadêmica e profissional, uma vez que foi possível vivenciar a psicologia em mais uma de suas incontáveis possibilidades de contextos a serem trabalhados. Também foi possível aprender que por mais que as condições de um grupo sejam precárias, esse campo de atuação continuará sendo rico e passível de transformação. Ainda, a partir dessa experiência, a discussão a respeito das especificidades da faixa etária idosa pode ser ampliada com reflexões acerca das possibilidades de desenvolvimento na melhor idade, mesmo que para o senso comum e até mesmo para outras áreas de conhecimento essa fase da vida seja caracterizada exclusivamente pelo declínio das funções físicas e cognitivas.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Aúrea. **A dinâmica do trabalho de grupo**. Petrópolis: Qualitymark, 1995.

DIAS, Alexsandra Marinho. **O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus Itajaí: um estudo de caso**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/AlexsandraMarinhoDias.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LANE, Sílvia T. Maurer. O processo grupal. In: LANE, Sílvia T. Maurer; CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOROSINI, Márcia V. G. C; FONSECA, Angélica F; PEREIRA, Isabel B. Educação e saúde na prática do agente comunitário. In: MARTINS, C. M. (Ed.). **Educação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.p. 13-14.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

REVISTA VEJA. n. 441, 16 de fevereiro de 1977, p. 3, 4 e 6. Disponível em: <<https://encontroacp.com.br/material/entrevistas/entrevistacarlrorgers/>>. Acesso em: 08 out. 2017.

RIBEIRO, José Luís Pais. Educação para a saúde. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 3-9, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p.102-110, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a11v17n1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

TRAD, Leny A. Bonfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisa de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000300013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07 out. 2017.

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES

AUTORES:

Ana Luiza Santos da Silva

Andressa Christina Santos da Silva

Izabel Christina do Nascimento Feitosa

Roberta Gomes de Lima

RESUMO: Dados do Censo Escolar no ano de 2014 indicam um crescimento expressivo de matrículas dos alunos com necessidades educativas especiais em classes comuns na educação básica regular. Sendo assim, o objetivo deste estudo é verificar o processo de inclusão escolar desses alunos na rede regular de educação infantil a partir das falas dos professores. A investigação foi realizada com base na abordagem qualitativa. Foram entrevistados seis professores da educação infantil de uma escola particular da zona sul da cidade de Natal/RN. Os dados obtidos foram tratados utilizando-se o método de análise de conteúdo, o qual tem sido muito usado para análise das produções de linguagem. Os resultados apontam uma urgente ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação inclusiva por parte dos professores. Além disso, percebe-se que há uma necessidade dos participantes de desenvolver ações que promovam um maior envolvimento parental nesse processo de inclusão. Salientamos, portanto, que a inclusão do aluno com deficiência ainda demanda muitos desafios para a equipe escolar.

Palavras - chave: Educação infantil. Educação inclusiva. Professor.

INTRODUÇÃO: A inclusão escolar é fruto de um movimento mundial que vem sendo discutido desde a década de 1990. Esse movimento tem como marco dois eventos internacionais importantes: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia em 1990 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco, em 1994. Desses eventos resultaram os seguintes documentos: a *Declaração de Jomtiem* e a *Declaração de Salamanca*, os quais constituem as bases que norteiam a adoção de um novo paradigma apoiado no princípio do acesso de todos à escola. (OLIVEIRA; LEITE, 2000, apud WILLIAM e PADOVANI, 2009). O Brasil, em concordância com tais documentos, inicia um processo de transformações no sistema educacional brasileiro, em direção à construção de uma educação inclusiva, dando visibilidade à educação especial. As mudanças na legislação e na elaboração de diretrizes nacionais para a educação refletem essas transformações. São exemplos dessas mudanças: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001, entre outros (SEKKEL e MATOS, 2014). Segundo Victor (2015), na atualidade, a educação infantil tem buscado estabelecer diálogos com os princípios da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. E percebemos que, no período de 2007 a 2010, houve um aumento no número de matrículas de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil, de acordo com pesquisa realizada por Bueno e Meletti (2011). Nessa perspectiva de incluir o aluno com necessidades educativas especiais na escola, a literatura sobre o tema tem apontado muitos desafios para todos que estão envolvidos no processo: a

escola, a família e o sujeito a ser incluído. Um desafio, especialmente, para a escola e para os professores, profissionais tão cobrados na execução dessa tarefa. Algumas questões, portanto, se fazem presentes para a operacionalização da inclusão escolar: os docentes e técnicos estão preparados, habilitados, capacitados para atender a esses educandos? As escolas estão em condições físicas adequadas? Os currículos estão reformulados e adequados? Diante dessas questões e do que foi mostrado na literatura acerca do aumento do número de crianças com deficiência na educação infantil, tem-se como objetivo realizar uma investigação acerca do processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais, matriculadas na educação infantil e na primeira série do ensino fundamental I, na faixa etária de 02 a 06 anos, a partir das falas dos professores. A presente investigação torna-se relevante no sentido de ampliar a discussão acadêmica sobre a inclusão escolar do referido aluno, de modo que possa favorecer aos profissionais de educação infantil um trabalho mais efetivo. Nesse sentido, pretende-se despertar esses profissionais para a importância de se conhecer melhor esse aluno a fim de planejar atividades que estimulem o convívio com as diferenças e novas aprendizagens. **REVISÃO DE LITERATURA:** A educação inclusiva, em virtude das lutas dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, tem conquistado cada vez mais espaço no meio acadêmico e tem sido alvo de discussões no cenário atual. O Brasil, em concordância com esses movimentos mundiais, deu início a um processo de transformações no sistema educacional brasileiro, em direção à construção de uma educação inclusiva, tendo como princípio o acesso da educação para todos. Neste sentido, surgem várias leis e documentos legitimando a educação infantil e a educação inclusiva, dando visibilidade à educação especial. A partir da Constituição Federal do Brasil (1998) temos a garantia de que todos têm direito à educação e esta deve ser iniciada na educação infantil. Após a LDBEN, lei nº 9.394/96 a inclusão da criança com deficiência e/ou transtornos globais na educação infantil ganha visibilidade. Em seu art. 58, §3º, declara o seguinte: "... a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil" (BRASIL, 1996). A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 consiste em outro documento importante destacando o seguinte:

"... o atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado" (BRASIL, 2001, p. 1).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) também reafirma a necessidade em iniciar na educação infantil, o atendimento escolar, incentivando o desenvolvimento global da criança, prescrevendo, o atendimento educacional especializado, do nascimento aos três anos, por meios dos serviços de intervenção precoce, objetivando otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem numa interface com os serviços de saúde e assistência social. Afirma, ainda, que:

"... a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos,

emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança” (BRASIL, 2008).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146 de 06 de julho de 2015, que no tocante a educação assegura à pessoa com deficiência, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a sua vida. O art. 27 afirma o seguinte:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.(BRASIL, 2015).

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola impõe importantes desafios para todos que estão envolvidos no processo: a escola, a família e o sujeito a ser incluído. Diríamos que é um desafio, especialmente, para os professores, profissionais tão cobrados na execução dessa tarefa. Concordando com a afirmação de Bastos e Kupfer (2010), o trabalho de inclusão não pode ser realizado sem a inclusão destes profissionais, uma vez que eles são uma das ferramentas mais importantes no processo de inclusão escolar, pois sem eles como sustentar o lugar dessa criança na escola, na sala de aula? Ciente desse trabalho fundamental torna-se necessário dar lugar e importância às suas falas para que estes também possam se sustentar em seu ofício. Diante do que foi mostrado faz-se, portanto, necessário uma investigação sobre a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais, a partir das falas dos professores desses alunos. **METODOLOGIA:** O estudo foi realizado com base na pesquisa qualitativa, integrando aspectos de caráter exploratório, descritivo e analítico. Nossa amostra consistiu em seis professores de alunos com necessidades educativas especiais, matriculados na educação infantil e no ensino fundamental I de uma escola particular da cidade de Natal/RN. Para obtenção dos dados da pesquisa utilizamos dois procedimentos básicos: pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica será realizada através de um levantamento da literatura existente capaz de fornecer dados atuais e relevantes sobre a temática investigada. A investigação de campo foi desenvolvida em uma escola privada da cidade de Natal. Para a coleta de dados, utilizamos como instrumento uma entrevista estruturada, a partir de um roteiro preestabelecido, contendo perguntas abertas e fechadas, buscando conhecer a percepção dos participantes da pesquisa sobre o processo de inclusão na escola. Para análise dos dados coletados fizemos uso do método de análise de conteúdo, denominado Análise Proposicional do Discurso, que tem sido bastante utilizado para análise das produções da linguagem, oral e escrita (MARTINS, 2008). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir dos dados levantados com os métodos de investigação, conseguimos obter uma maior compreensão sobre o processo de inclusão do aluno com necessidades educativas especiais nos níveis da educação infantil e ensino fundamental I, no contexto escolar. É notório através das falas dos professores que estão no dia a dia com esses alunos a necessidade de uma maior capacitação na área, no sentido de ampliar os conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação inclusiva. Ainda que a escola ofereça pequenas oficinas de preparação com os profissionais do apoio pedagógico, tais recursos se mostram insuficientes para atender as demandas destes profissionais. No entanto, embora a

escola ainda disponibilize para os professores uma pós-graduação em educação especial, nota-se que a maioria não demonstra interesse nessa área. Tais professores possuem ensino superior completo e formação em pedagogia. No geral, os professores reconhecem a importância da inclusão para que os alunos aprendam desde cedo a conviver com as diferenças. Contudo, durante a observação foi possível perceber a dificuldade para se incluir esses alunos no convívio social, uma vez que era perceptível a rejeição por parte de alguns colegas de classe. Outro ponto importante diz respeito à sala de recursos multifuncionais. Os professores entrevistados a consideram um complemento da sala de aula. No entanto, acaba funcionando como uma aula de reforço, que acontece no turno contrário ao da sala de aula. Também pontuaram que muitos alunos não precisam da sala de recursos multifuncionais por conseguirem desenvolver suas atividades. Estes alunos, apesar de algumas limitações, têm conseguido avançar e acompanhar a turma. Mas há outras situações nas quais os alunos precisam de um maior acompanhamento. Nestes casos, seria necessário o complemento de atividades na sala multifuncional no contraturno. No entanto, essas atividades não têm acontecido devido à resistência dos pais em trazerem seus filhos para essas atividades na escola. Além disso, percebe-se que há uma necessidade por parte dos professores em desenvolver ações que promovam um maior envolvimento parental, para que haja uma maior parceria entre a escola e os pais nesse processo de inclusão. Em relação às atividades realizadas em sala de aula, nota-se que há um esforço por parte dos professores em adaptá-las, sendo preciso uma formação para que de fato essas atividades ocorram levando em consideração as necessidades de cada aluno. E, devido ao nível de escolaridade em que se encontram, as avaliações ocorrem através dos seus comportamentos, expressões e todas as suas conquistas diárias desde as mais simples as mais complexas. A partir da análise dos dados é notório que há um esforço para inserir os alunos com necessidades educativas especiais no convívio da sala de aula e nas aprendizagens. Contudo, ainda é preciso percorrer um caminho de muito trabalho e reflexão para que essa inclusão possibilite ao aluno não apenas o convívio social com seus pares, mas sobretudo a aquisição de aprendizagens globais. **CONCLUSÃO:** A presente investigação possibilitou uma compreensão mais clara acerca do processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na educação infantil. Foi perceptível o cuidado das professoras para incluir o aluno socialmente, e a tentativa em fazer as devidas adaptações em relação às atividades. No entanto, se faz necessária uma capacitação, formação por parte dos professores para assegurar uma inclusão quanto aos aspectos sociais e pedagógicos. Além disso, notou-se a dificuldade em relação a um maior envolvimento dos pais no processo de inclusão escolar do aluno. Consideramos, portanto, que o processo de inclusão do aluno com necessidades educativas especiais ainda é permeado por muitos desafios apontados na literatura. Dias et al. (2015), quanto à implementação da inclusão escolar elenca alguns desses desafios, destacando a formação dos professores como campo de investigação e reflexão. Concluímos que é indispensável o diálogo e o debate sobre a educação inclusiva na perspectiva da educação especial, levando em consideração as necessidades de uma ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos dos professores que lidam com o aluno público-alvo da educação especial. Buscou-se através deste estudo propiciar um melhor entendimento acerca da inclusão escolar dos referidos alunos. E, diante dos resultados espera-se poder nortear direcionar e propor novas formas de intervenções e estratégias para

viabilizar melhores condições no processo de socialização e ensino-aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. B.; KUPFER, M. C. M. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. **Estilos da Clínica**, 2010, v. 15, n. 1, 116-125.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: [S.n.], 2015.

CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14 set. 2009.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. Educação infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Contrapontos**, v. 11, n.3, p. 278-287, dez. 2011.

DIAS, M. A. L.; ROSA, S. C.; ANDRADE, P. F. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicologia USP**. v. 26, n. 3, p. 453-463, 2015.

MARTINS, L. A. R. **A inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down: o que pensam os professores?** Natal, RN: EDUFRN. 2008.

SEKKEL, M. C.; L. D. MATOS. Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 1, *Janeiro/Abril de 2014*: 87-96.

VICTOR, S. L. Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial na educação infantil: narrativas de professores. In: **Educação inclusiva: pesquisa, formação e práticas**. MARTINS, L. A. R.; SILVA, L. G. S. (Orgs.). João Pessoa: Ideia, 2015

WILLIAMS, L. C. A.; PADOVANI, R. C. Sobre a necessidade de inclusão de crianças e jovens com problemas de comportamento em nosso sistema de ensino: práticas inovadoras e possíveis soluções In: **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia/ Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

A TRANSEXUALIDADE A LUZ DA FENOMENOLOGIA E SÓCIO HISTÓRICA

AUTORES:

Antonia Nathalia Duarte de Moraes
Bianka Andressa de Oliveira Medeiros
Patrícia Peixoto Flor
Priscila Xavier Pinheiro

RESUMO: A transexualidade é um fenômeno que vem sendo discutido cada vez mais na atualidade, muitas vezes, em uma perspectiva ainda patologizante conforme descrita pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Este artigo buscou explicar a visão de duas abordagens psicológicas, a fenomenológica e a sócio histórica, com o intuito de perceber como estas concebem a transexualidade. O trabalho se caracteriza por um recorte de uma revisão integrativa sobre psicologia e transexualidade. Diante dos achados, discorrer-se-á sobre a transexualidade e a despatologização da mesma.

Palavras - chave: Psicologia. Transexualidade. Despatologização.

INTRODUÇÃO: O presente estudo é resultado de uma pesquisa de revisão integrativa realizada pelo programa de Iniciação Científica (PROIC) do UNIFACEX sobre a visão da psicologia no que concerne a transexualidade. Diante dos dados obtidos, resolveu-se fazer um recorte a fim de aprofundar e explorar os artigos que retratavam a transexualidade diante da visão da fenomenologia e da psicologia sócio histórica. A respeito da transexualidade Bento (2008) diz que a experiência transexual intriga as normativas de gênero, lança olhares inquietos em decifrar o corpo, cujo sexo, não corresponde a ideia binária que compreende o gênero homem/mulher a partir de parâmetros reducionista do corpo submetido a genitália. Os elementos que se apresentam para dar conta do fenômeno transexual se apoiam hegemonicamente no discurso biomédico, para tanto, Fausto-Sterling (2001) em seu artigo “dualismo em duelo”, comenta o lugar do discurso cientificista na tentativa de definir o que é feminino/masculino a partir do corpo, mais precisamente cromossomos/genitálias. A autora afirma que o sexo de um corpo é algo complexo e que existem nuances de diferenças, mas o ato de simbolizar as diferenças entre os gêneros é parte da dimensão social, logo o discurso biomédico ao produzir seu diagnóstico com base na normativa de gênero, reforça a ideia de uma experiência marcada pela patologização, provocando o esvaziamento de sentidos/significados acerca das identidades e suas expressões. Diante disso, o presente trabalho buscou investigar os estudos acerca da transexualidade a partir das contribuições teórico-metodológicas das correntes fenomenológica e sócio histórica, bem como suas aproximações epistemológicas na problematização das identidades trans.

METODOLOGIA: Como citado anteriormente o método utilizado foi o da pesquisa integrativa que tem como função fazer uma revisão literária de estudos passados com o intuito de proporcionar um maior entendimento do fenômeno a ser estudado (BROOME, 2006 apud BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Alguns passos tiveram que ser adotados, dentre eles a escolha do problema de pesquisa, ao qual se pretendia investigar o que a psicologia produziu a respeito da transexualidade nos últimos cinco anos. Como critérios de inclusão e exclusão optou-se por selecionar artigos completos que fossem publicados no Brasil, entre os anos de 2012 e 2017 em língua portuguesa. As buscas dos artigos nas bases de dados

ocorreram na BVS, LILACS, SCIELO e PEPSIC no dia 27 de setembro de 2017 por meio dos termos: “Psicologia” e “transexualidade or transexualismo or travesti”. Após a pesquisa concretizada, e com um total de 21 artigos sucedeu-se as leituras, análises e o corte, obtendo-se 7 artigos das duas perspectivas abordadas neste trabalho, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 01: Produções levantadas nas bases de dados, 2017.

ARTIGOS	REVISTA	DATA DE PUBLICAÇÃO	AUTORES
Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil.	Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana	2013	ALMEIDA; MURTA
"Tem que nascer já com aquele dom": vivências de uma jovem travesti.	Revista da Abordagem Gestáltica	2015	AZEVEDO; SCORSOLINI-COMIN; SPIZZIRRI.
Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem"	Psico-USF	2012	BARCINSKI.
Corpos em trânsito: espaços, emoções e representações que (des) constroem realidades.	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2017	CARAVACA-MORERA; PADILHA.
Corpos mutantes, mulheres intrigantes: Transexualidade e cirurgia de redesignação sexual.	Psicologia: teoria e pesquisa	2014	GALLI.
Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia.	Psicologia ciência e profissão.	2012	GIONGO; MENEGOTTO; PETERS.
Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros.	Rev. SPAGESP	2014	SILVA; SANTOS.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A primeira discussão, com base na pesquisa de Barcinski (2012), diz respeito a um estudo realizado com mulheres encarceradas, mais especificamente com homens trans, sendo entendidos aqui como pessoas que nascem com o sexo biológico feminino, mas que sua identidade de gênero é o masculino. Diante disso entendeu-se que a performance de gênero ali reproduzida pelas pessoas que se reconheceram enquanto do gênero masculino, sabiam dos privilégios ao ter se assumido, pois ganharam status. Elas tinham uma visão do masculino como pessoas rudes, agressivas e que exerciam poder sobre outras pessoas, ou seja, homens enquanto pessoas violentas. E por isso, passaram a

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

identificar-se com o gênero masculino e a preferir se relacionar com mulheres, por estas serem mais carinhosas e submissas (BARCINSKI, 2012). Outro ponto que cabe ser destacado é a de que os homens trans do estudo apesar de fugirem de um padrão imposto socialmente em sua relação homossexual não conseguiam se desvincular da heteronormatividade, pois reproduziam junto a suas esposas o que passaram com seus antigos companheiros, ou seja, elas quando ainda se identificavam com o sexo biológico e seguiam um padrão heteronormativo, sofriam com agressões e submissões que passaram a exercer com suas parceiras agora que estavam na prisão (BARCINSKI, 2012). A pesquisa de Azevedo, Comin, Spizzirri (2015) é com base em um instrumento de entrevista semiestruturada, e seu método foi o fenomenológico, esse estudo refere-se sobre a construção da identidade de gênero de uma travesti, como também de suas vivências pessoais. Os resultados da pesquisa identificaram grande sofrimento subjetivo nos âmbitos familiar, escolar e social quanto à construção de sua identidade de gênero. E no que concernem as categorias de gênero esse estudo faz uma reflexão de que nem sempre essas “classes” conseguirão abranger a todos (AZEVEDO; COMIN; SPIZZIRRI, 2015). O tema central da discussão que Silva e Santos (2014) propõem, diz respeito ao apoio social, identidade social e inserção de travestis e transexuais em grupos sociais. De início os autores caracterizam os conceitos apresentados acima a partir do embasamento teórico do construtivismo social, psicologia social, positiva e dos estudos feministas, ao qual entendem que a transexualidade e travestilidade inserem-se no contexto das relações de gênero e de sexualidade humana enquanto uma experiência que vai de encontro ao binarismo masculino/feminino. Devido ao forte preconceito e estigmatização esses indivíduos precisam de uma rede de apoio que garantam e favoreçam o desenvolvimento de sua experiência identitária. É necessário compreender que os conceitos de masculinidade e feminilidade, tão disseminados na sociedade atual, definem modos de existência e organizam as diversas formas de práticas sociais (SILVA; SANTOS, 2014). O texto define pessoas trans, como os grupos de indivíduos que colocam em questão a disparidade entre o sexo biológico e o gênero, e que assim promovem modificações em seus corpos a fim de deixá-los o mais semelhante possível ao corpo do gênero ao qual se consideram pertencer (BENEDETTI, 2005 APUD SILVA; SANTOS, 2014). A respeito da identidade social trans, o artigo cita que dentre as pessoas que se denominam “trans” estão incluídas os travestis, transexuais e transgêneros, e por isso trazem consigo diversos grupos de pertença, como os das pessoas taxadas de anormais, desviantes e transgressoras da sociedade, que normalmente fazem parte de famílias em vulnerabilidade social e econômica, além do mais, para terem acesso às transformações corporais fazem uso de tratamentos hormocorporais, que são medicamentos à base de hormônios e passam também por cirurgias de redesignação sexual ou readequação genital (SILVA; SANTOS, 2014). A abordagem sócio histórica compreende o sujeito como produtor e produto cultural, no qual suas experiências se constroem a partir da relação que estabelece com os outros/mundo produzindo significados que mediam suas representações acerca da realidade. Sendo assim, a sócio histórica lança mão de categorias de análises das representações sociais, os significados acerca do processo transexualizador, bem como as conjugalidades como formas de construção dos esquemas sociais sobre o corpo, portanto, a problemática levantada conduz a discussão sobre a transexualidade e a polifonia discursiva em torno da temática (LOMANDO; NARDI, 2013; CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2017). Através do corpo experimentamos o mundo, rompendo as (de) limitações biológicas

na construção contínua da “natureza” humana. Além disso, o corpo como categoria bio/cultural retrata o momento histórico cultural, normas sociais, conflitos de classes/gêneros/etnias, produzindo marcas simbólicas em um exercício de fazer e (des) fazer os moldes impostos pelos discursos racionalistas sobre os corpos, transformando a matéria em arena de conflito/transformação entre sujeito/sociedade (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2017). Os corpos trans (in) conformados com a linearidade entre sexo, desejo e identidade de gênero, ameaçam a lógica do dispositivo do biopoder em redesignar não somente seus corpos, mas as estruturas binárias que aprisionam pluralidades de expressões. Levantando questões que vão além das necessidades do processo cirúrgico de resignação sexual que não se caracteriza como parte central ou como desejo inerente entre todos os sujeitos trans. Mas reafirma a pluralidade em que esses corpos se transformam, não sendo possível enquadrar toda a pluralidade nas categorias nosológicas médicas (GALLI, et.al. 2013). As análises revelaram produções variadas de vidas refletidas no corpo considerado volátil/fluido, assim como ressaltaram as diferenças e semelhanças do processo de construção dos corpos experimentados tanto por sujeitos trans como cisgêneros a partir da visão do sujeito histórico, em pleno processo dialético (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2017). A pesquisa realizada por Giongo, Menegotto e Pettrs (2012) elencam questões sobre os preconceitos existentes na sociedade e no que isso repercute na vida dos transexuais, tais como o sentimento de abandono, o empobrecimento das relações sociais e afetivas, ao qual é uma realidade vigente para pessoas trans, em que a fragilidade de vínculos e a indiferença para esse público é notória. Os transexuais costumam se distanciar dos familiares para poderem de fato vivenciar sua identidade de gênero, tendo em vista que o afastamento muitas vezes é em decorrência de um alto índice de não aceitação pela família, que ocasiona a expulsão de casa. O fato de saírem de casa, facilita a entrada desse público na prostituição, visto que, conseguir trabalho é algo raro para essas pessoas, que acabam tendo como única alternativa se prostituir, para que possam se manter e não morrer na rua (GIONGO; MENEGOTTO; PETTERS, 2012). Pode-se entender que a falta de inserção em um mercado de trabalho ocorra ainda pela marginalização e patologização que a transexualidade ocupa socialmente. A respeito da possibilidade da despatologização da transexualidade, Almeida e Murta (2013) elencam a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais, partindo da formulação teórica de estudos de gênero, especificamente a respeito da distinção entre sexo e gênero, caracterizando-os, um por dado biológico e o outro pelas influências culturais, respectivamente para que assim ocorram mudanças de fato. Segundo Foucault (1988 apud ALMEIDA; MURTA, 2013) o sexo é construído historicamente e culturalmente, o fato de se vincular gênero aos órgãos genitais biológicos, é algo construído socialmente para a manutenção de uma determinada ordem econômica, política e cultural. Apesar de estudos acerca da experiência trans, ainda prevalece à interpretação patologizante, compreendendo que, se existe discordância entre sexo e gênero, há uma anormalidade, constituindo como um transtorno patológico (ALMEIDA, MURTA; 2013). Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM) após movimentos ativistas trans, caracterizaram a transexualidade não mais como portadores de uma doença mental, passando a denominar assim de “disforia de gênero” (ALMEIDA, MURTA; 2013). Considerar a transexualidade como uma experiência identitária e não mais uma doença, não elimina o sofrimento sobre efeito da subjetividade de pessoas que vivenciam esta realidade (BENTO, 2008 apud ALMEIDA; MURTA, 2013). O diagnóstico como única

forma de garantir a cirurgia de resignação, debilita o exercício de cidadania e autonomia da pessoa trans, tornando-os refém do binarismo de gênero, excludente e estigmatizante (ALMEIDA, MURTA; 2013). A discussão acerca da despatologização defendem que todos possam modificar seus corpos livremente, diante do que lhes são convenientes. E que o sistema de saúde integre pessoas trans, para que não sejam procurados para gerar laudos e diagnósticos, mas que atuem de forma assistencialistas, em uma perspectiva de compreender as formas de ser e existir (ALMEIDA, MURTA; 2013). **CONCLUSÃO:** Diante dos resultados obtidos percebeu-se que as discussões nos 7 artigos revisados giram em torno de uma despatologização, ou seja, em momento algum apoia-se diagnósticos, e sim a liberdade de expressão diante da identidade trans e uma crítica a heteronormatividade, que serve como um regulador social, ao qual quem foge a esta regra é classificado como alguém anormal. A aproximação das abordagens fenomenológica e sócio histórica, a respeito do fenômeno da transexualidade é compreendido, pois ambas entendem que todas as pessoas podem modificar seus corpos livremente, diante do que lhe é conveniente, sem rótulos, ou seja, não possuem uma visão reducionista em relação ao biológico. Discutir as semelhanças das abordagens é compartilhar a ideia de sujeito relacional com o mundo no que concerne a fenomenologia e a uma construção identitária em relação a sócio histórica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 14, 2013.

AZEVEDO, Roberta Noronha; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SPIZZIRRI, Giancarlo. "Tem que nascer já com aquele dom": vivências de uma jovem travesti. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 21, n. 2, p. 202-212, 2015.

BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico-USF**, v. 17, n. 3, p. 437-446, 2012.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Corpos em trânsito: espaços, emoções e representações que (des) constroem realidades. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 51, p. 03203, 2017.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em duelo. **caderno pagu**, p. 9-79, 2001.

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: Transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, 2014.

GIONGO, Carmem Regina; MENEGOTTO, Lisiane Machado De Oliveira; PETTERS, Simone. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. **Psicol. cienc. prof**, v. 32, n. 4, p. 1000-1013, 2012.

LOMANDO, Eduardo; NARDI, Henrique Caetano. Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social. **Saúde em debate**, v. 37, n. 98, p. 493-503, 2013.

SILVA, Bruno de Brito; SANTOS, Elder Cerqueira. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP**. Ribeirão Preto, v. 15, n. 02, p. 27-44, dez. 2014.

ASPECTOS PSICOSSOMÁTICOS E EMOCIONAIS ASSOCIADOS AO PACIENTE CARDIOPATA: DO DIAGNÓSTICO AO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO

AUTORES:

Adelaide Alais Alves Targino da Silva
Júlia Carmo Bezerra

RESUMO: Aspectos emocionais e psicológicos tais como estresse, depressão, ansiedade e medo da morte, acabam sendo em muitos casos fatores que circundam pacientes diagnosticados com cardiopatias. Visando um melhor entendimento frente a esses temas e suas correlações. O referido estudo consiste em uma revisão de literatura com a finalidade de investigar a relação de doenças coronarianas com os aspectos psicoemocionais, além de verificar quais as principais manifestações que envolvem o paciente submetido a cirurgias cardiovasculares, tanto no momento pré quanto no pós-operatório e quais condutas mais adotadas pela equipe multidisciplinar, principalmente o profissional de psicologia.

Palavras - chave: Psicologia Hospitalar. Psicossomática. Cardiologia.

INTRODUÇÃO: Este trabalho configura-se como uma revisão narrativa de literatura e o interesse por esse tema surgiu a partir das experiências vivenciadas no estágio curricular em um hospital referência em cuidados à pacientes cardiopatas de Natal-RN. Esta atividade teve orientação em base na perspectiva da psicoterapia breve psicodinâmica, que vê o indivíduo em consonância com o seu contexto e as suas relações interpessoais, além de considerar os aspectos biopsicossociais e espirituais como fundamentais para a compreensão do seu processo de saúde-doença. De acordo com a nova definição de saúde pela Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde não é apenas a ausência de doença, mas sim um estado de completo bem estar físico, psicológico e social (SEGRE e FERRAZ, 1997). A partir desta perspectiva é possível considerar que saúde e doença configuram-se como um *continuum*, ou seja, uma sequência interrupta, não sendo universos estáticos e sim um processo dinâmico. Esta perspectiva de saúde põe a prova o reducionismo cartesiano corpo-mente desenvolvido durante anos no qual a doença tem origem unicamente biológica. O enfraquecimento deste conceito abre a possibilidade da compreensão acerca dos aspectos subjetivos em torno do adoecimento e põe em destaque a necessidade de um cuidado integral ao paciente, possível unicamente através da união de saberes de uma equipe multidisciplinar, tendo o profissional psicólogo papel fundamental dentro desta equipe. Assim, partindo dessa concepção do dinamismo entre saúde e doença, dos fatores psicossociais como fundamentais para a compreensão do processo de adoecimento e da importância do cuidado ao paciente compreendendo-o como um ser biopsicossocial, faz-se necessário investigar qual a relação entre os aspectos emocionais e a psicossomática em pacientes cardiopatas do diagnóstico ao pós-operatório? Ressaltando a importância do psicólogo como componente da equipe multidisciplinar que oferece cuidados a este paciente. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura. A revisão de literatura caracteriza-se por avaliações críticas de materiais já publicados, verificando o progresso da pesquisa na temática abordada, ou seja, textos nos quais os autores definem e esclarecem um determinado problema, resumem estudos anteriores e informam aos leitores o estado em que se encontra

determinada área de investigação (HONHENDORFF, 2014). Já as revisões narrativas são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Este tipo de revisão é baseada em fontes não especificadas e não necessitam informar os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. É composto pela análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e ou eletrônicas e a síntese das obras consultadas são baseadas na análise qualitativa do pesquisador, ou seja, em sua interpretação e análise crítica pessoal. Essa categoria de artigos permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo (ROTHER, 2007). As perguntas de pesquisa foram: Qual a relação entre os aspectos emocionais e a psicossomática em pacientes cardiopatas do diagnóstico ao pós-operatório? A busca de artigos incluiu pesquisa em bases eletrônicas e busca manual de citações nas publicações inicialmente identificadas. As bases eletrônicas pesquisadas foram SCIELO (ScientificElectronic Library Online) e Google Scholar (ACADÊMICO). Além destas, foram realizadas buscas bibliográficas em bibliotecas físicas e virtuais de livros que tratam do tema em questão, os artigos selecionados foram também incluídos na pesquisa. Nas bases de dados foram utilizadas as palavras-chaves “psicologia hospitalar”, “psicossomática” e “cardiologia”. Ao final, 10 obras entre artigos e capítulos de livros foram utilizados para a construção do presente trabalho. Os títulos e os resumos de todos os artigos identificados na busca eletrônica foram revisados, bem como os títulos dos livros e sumários para a seleção dos respectivos capítulos. Quando possível, os textos que pareceram preencher os critérios de inclusão foram obtidos integralmente. Com base nesta ação, foi criada uma lista de artigos e capítulos para serem incluídos no estudo. Os resumos foram compilados e direcionados segundo os objetivos para a construção do trabalho. Os critérios de inclusão foram: serem capítulos de livros, artigos de pesquisa, estudos de caso e artigos de revisão de literatura que abordassem o tema psicossomática e cardiologia. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram selecionadas dez obras entre artigos e livros para compor o presente trabalho, como exposto na tabela 1. As obras foram lidas integralmente e sintetizadas. Os resultados compilados nestas sínteses são os expostos abaixo.

Tabela 1 - Dados bibliométricos dos textos revisados.

ARTIGOS			
Autoria	Ano	Periódico	Título
ALVES, Tânia de Correia Toledo Ferraz et al.	2009	Ver. Psiq. Clín.	Depressão e infarto agudo do miocárdio.
JUAN, Kelly de.	2007	Psicologia Hospitalar	O impacto da cirurgia e os aspectos psicológicos do paciente: uma revisão.
LEMOS, Conceição et al.	2008	Psicologia: teoria e pesquisa	Associação entre depressão, ansiedade e qualidade de vida após o infarto agudo do miocárdio.
TONETTO, Maria Aline; GOMES, Willian B.	2005	Psic.	Prática Psicológica em hospitais: demandas e intervenções.
PADILHA, Renata	2006	Psic.	Estudo exploratório sobre e

Vellozo; KRISTENSEN, Christian Haag.			ansiedade em pacientes submetidos ao cateterismo cardíaco.
QUINTANA, Jacqueline Feltrin; KALIL, Renato A. Karan	2012	Psicologia Hospitalar	Cirurgia cardíaca: manifestações psicológicas no paciente pré e pós-operatório.
SANTOS, Samantha Nunes et al.	2011	Sbph	Intervenção psicológica numa Unidade de Terapia Intensiva de Cardiologia
LIVROS			
Autoria	Ano	Editora	Título
MELLO FILHO, Julio. et al.	2010	Artmed	Psicossomática Hoje.
OLIVEIRA, Maria de Fátima P. de; ISMAEL, Silvia, M. Cury (Orgs.)	2001	Papirus	Rumos da psicologia hospitalar em cardiologia.
STRAUB, Richard O.	2005	Artmed	Psicologia da Saúde.

Fonte: Autoria própria, 2017.

De acordo com Mello Filho et al. (2010), embora o comando da nossa vida física e nossa forma de se comportar estejam ligadas e centralizadas no cérebro, é o coração que simboliza nossos sentimentos. Pensando desta forma, não é surpreendente que afecções cardíacas exerçam forte impacto sobre os sentimentos e comportamentos humanos. Amor e ódio, alegria e tristeza, coragem e medo são sentimentos que são tradicionalmente associados ao coração. Straub (2005) ressalta que as doenças cardiovasculares são transtornos do coração e do sistema de vasos sanguíneos, incluindo o acidente vascular cerebral (AVC) acidente que resulta em lesão no cérebro, devido à falta de oxigênio: normalmente causado por aterosclerose ou arteriosclerose. O tipo mais comum é o AVC isquêmico, este ocorre quando placas e coágulos obstruem uma artéria que serve a uma parte do cérebro e bloqueiam o fluxo de sangue para aquela área. Além desse há a doença cardíaca coronariana, uma doença crônica na qual as artérias que suprem o coração são restringidas ou entupidas. Os tratamentos para essas patologias vão desde tratamentos medicamentosos até intervenções cirúrgicas. Existem diversos fatores de risco desde hábitos alimentares, tabagismo, sedentarismo, idade, hereditariedade e ainda fatores psicossociais como o estresse (STRAUB, 2005). Oliveira e Ismael (2001) ressaltam que antigamente a maior incidência de doença coronariana era nos homens, porém, atualmente têm ocorrido modificações neste público. A insuficiência coronariana é uma doença complexa que apresenta índices elevados de morbidade mortalidade que podem vir a aparecer de forma súbita ou evoluir lentamente. A partir daí, o paciente irá conviver com a doença por toda a vida. Neste sentido, a morte surge como um evento que poderá vir a ocorrer de forma inesperada seja como manifestação inicial da doença ou ao longo da evolução natural. Com base no exposto, cabe ressaltar a importância do psicólogo no contexto hospitalar a fim de minimizar o sofrimento provocado pela hospitalização e as decorrências emocionais desse processo de hospitalização e adoecimento, atuando junto ao paciente desde o diagnóstico, no pré e pós-cirúrgico e até mesmo, quando se é necessário, frente ao luto antecipado dos próprios pacientes e familiares diante da possibilidade real de

morte. O psicólogo neste contexto deve sempre atuar em conjunto com a equipe multidisciplinar a fim de promover um cuidado integral a esta tríade relacional composta por equipe, família e paciente (ANGERAMI-CAMON, 2010; SIMONETTI, 2011). O termo Psicologia Hospitalar tem sido usado no Brasil para designar o trabalho de psicólogos em hospitais, ao que se sabe, sem precedentes em outros países. O movimento para demarcar a área como uma especialidade surgiu a partir da década de 80. Tal fato se concretizou em dezembro de 2000, quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promulgou a Resolução de nº 014, regularizando a concessão de título de especialistas, incluindo a Psicologia Hospitalar (TONETTO e GOMES, 2005). O hospital tem realizado mudanças na abordagem preventiva, e embora a inserção do psicólogo na instituição hospitalar seja um fenômeno recente, a presença de serviço de psicologia vem se proliferando. O trabalho do psicólogo no contexto das instituições médicas e hospitalares vem delineando uma nova especialidade em psicologia, sendo abordada de forma mais sistemática, no âmbito da investigação científica (PADILHA, 2006). Dentre os diversos fatores de risco citado anteriormente, serão abordados neste trabalho alguns fatores psicossomáticos que possuem uma associação frente ao infarto agudo do miocárdio e doenças cardiovasculares, partindo de influenciadores psicossociais, depressivos e geradores de estresse. De acordo com Straub (2005) a associação tanto em fatores emocionais e psicológicos nas doenças cardíacas começou com pesquisas relacionadas ao envolvimento de traços psicológicos, no final da década de 1950 com os cardiologistas Meyer Friedman e Ray Rosenman quando encontram dois tipos de personalidade, sendo denominadas de tipo A e tipo B. Nas pessoas com personalidade do tipo A, encontra-se um padrão de comportamento propenso a problemas coronarianos que envolvem competitividade, forte senso de urgência, hostilidade, perfeccionistas, gostam de realizar várias coisas no menor tempo possível. Costumam ser pessoas explosivas e com certa agressividade. Já as pessoas com personalidade do tipo B é o oposto, estas são mais relaxadas e que não se sentem pressionadas por considerações relacionadas com o tempo tendem a ser resistente a doença coronariana, entretanto isso não exclui o grupo B da doença. Emoções negativas, como a raiva, podem vir a ser tão perigosa para o coração quanto hábitos tais como fumar, dietas com alto teor de gorduras, obesidade, sedentarismo. Com isto, a raiva reprimida ou inibida pode ser perigosa para a saúde, tanto quanto aquela demonstrada. Sendo a raiva reprimida um prognóstico ainda mais forte da mortalidade do que o nível elevado de colesterol ou tabagismo (STRAUB, 2005). Estas interações emoções-corção têm correspondentes bioquímicos bem definidos e são medidas principalmente pelos sistemas simpático e parassimpático, além de hormônios que integram funções cerebrais cardíacas e suprarrenais. O coração é innervado por ramificações do sistema simpático e parassimpático. Estimulações do simpático, de modo geral, excitam o coração, aumentando a frequência cardíaca, a força da contração e a pressão arterial. Estimulações do parassimpático modulam estas respostas e tem direcionalmente um sentido oposto (MELLO FILHO et al., 2010). Holmes e Rahe (1967 *apud* OLIVEIRA e ISMAEL, 2001) observaram que o acúmulo de vida estressante, alterações emocionais por eventos de ordem positiva, tais como promoção no trabalho, emoções fortes, e stress de ordem negativa, como perda de um ente querido, amigo da família, também são fatores emocionais associados com o desenvolvimento da doença. Com base nisto, pode-se observar o quanto uma dualidade entre acontecimentos externas estão interligadas com as internas no que diz respeito ao paciente e sua morbidade mostrando assim um elo entre as mesmas, sabendo que

estas questões estão relacionadas com o surgimento de crescentes estudos a respeito da personalidade destes pacientes, foi possível também perceber a influência da depressão como causadora de doenças coronarianas, assim, como seu aparecimento após o infarto agudo do miocárdio. A organização mundial de saúde (OMS) cita a depressão e a doença cardiovascular como duas das condições mais debilitantes e dispendiosas no contexto da saúde. Essas doenças crônicas são as enfermidades de maior impacto sobre a qualidade de vida do indivíduo. Ressalta-se, ainda, que quando o indivíduo se vê frente a essa perda de controle, provoca-se nele reações emocionais devido a mobilização pelo medo da morte, medo este que representa para ele uma ameaça. O medo da morte faz com que ele reavalie aspectos de sua vida e isso o leva com frequência a um processo depressivo (LEMONS et al., 2008 *apud* OLIVEIRA JR, 2005). Alves et al. (2009) aponta que na população geral, a prevalência de transtornos depressivo maior para um período de seis meses é em torno de 6%. Estima-se, entretanto, que em torno de 18% a 20% dos pacientes após Infartos Agudos do Miocárdio (IAM), ou pacientes com doença arterial coronariana possuam transtorno depressivo maior. Em doenças cardíacas mais graves, a taxa eleva-se para cerca de 50% quando se inclui o aspecto da síndrome depressiva. Contudo, foi possível observar através dos textos compilados neste trabalho que os aspectos emocionais não estão relacionados apenas ao diagnóstico e após o infarto, eles também estão presentes quando o paciente é submetido a uma cirurgia cardíaca. Assinalando, assim, a importância de um cuidado continuado ao paciente cardiopata. De acordo com Santana et al. (2010, *apud* QUINTANA e KALIL, 2012), a cirurgia cardíaca é uma modalidade de tratamento para diferentes cardiopatias que gera sofrimento para o indivíduo em muitos aspectos. No âmbito biológico, o paciente está suscetível a sensação de dor, infecções e intervenções invasivas e risco da morte. No campo social, o paciente se afasta temporariamente do convívio com os amigos e parentes pelo tempo de internação hospitalar, limita sua autonomia e diminui ou extingue atividades laborais, trazendo para o indivíduo sentimentos de dúvidas em relação a como será sua vida depois da cirurgia e até mesmo se irá sair vivo do procedimento. A cirurgia cardíaca é um evento marcante na vida tanto das pessoas que se submetem quanto nas das pessoas que acompanha o paciente. O fato de ser um procedimento complexo e não fisiológico, tendo em vista que ela pode tanto preservar a vida, melhorar ou até extingui-la. Do ponto de vista geral, mesmo que existam pessoas em que a cirurgia foi um sucesso, para a outra que se submete, será para ela, uma dualidade entre tudo ou nada. Em segundo lugar, essa cirurgia simbolicamente vai mexer com o “centro da vida”, o templo dos sentimentos. Ele voltará a ser o mesmo depois? Por fim, a partir da operação o paciente conviverá com sinais físicos da cirurgia, sendo a cicatriz no peito o mais evidente. O medo que acomete este paciente advém de diferentes coisas que possam acontecer tanto no pré quanto no pós-operatório: sendo medo da morte, o simbolismo sob o órgão em questão, a anestesia, permanência na UTI, uso crônico de medicamentos. (MELLO FILHO et al., 2010). A maneira como o indivíduo percebe a cirurgia e o significado que atribui a ela é mais importante que a própria cirurgia. A partir destas percepções, irão surgir comportamentos de ajustes que tem como objetivo enfrentar o estresse e ansiedade desencadeados por este momento (JUAN, 2007). Sendo assim, devemos observar como a ansiedade causada por este medo se manifesta, pois um alto grau de ansiedade pode levar o paciente a se mostrar apático, o que ocasionaria dificuldades para aprender as orientações verbais recebidas da equipe e um baixo grau de ansiedade pode denotar uma ausência de introversão, tendo como

consequência resistência em compreender e se reafirmar diante da situação vivida (VARGAS et al., 2006 *apud* QUINTANA e KALIL, 2012). O período pré-operatório gera grandes medos e estes podem vir a interferir de forma negativa na recuperação pós-operatória, pois a ansiedade gerada nesta fase, muitas vezes leva o paciente a pensar em assumir o papel de doente e até antecipar questões ao ato cirúrgico. Com isso, a orientação pré-operatória eficaz reduz a ansiedade e as respostas psicológicas ao estresse antes e depois da cirurgia, mostrando assim a importância das orientações prestadas neste período (BRANDÃO et al., 2005 *apud* QUINTANA e KALIL, 2012). Com isso, para que o estresse seja reduzido o método mais comum e mais utilizado é a preparação psicológica, onde são fornecidos dados sobre o procedimento e o comportamento a ser adotado. Assim, verifica-se que as intervenções psicológicas e educacionais mostram-se cada vez mais importantes. Elas são denominadas de psicoprofilaxia cirúrgica e surgem para amenizar o impacto provocado pela cirurgia no psiquismo do paciente. É um tipo de intervenção que prepara o paciente para lidar com evento cirúrgico através de técnicas de enfrentamento (JUAN, 2007). De acordo com Mello Filho et al. (2010) a eficiência do trabalho depende de algumas condições básicas como: o psicólogo precisa ter conhecimento adequado da cirurgia, dos métodos diagnósticos e dos procedimentos a serem realizados. Esse profissional pode ter acesso a tais informações com a equipe médica. Devido ao curto espaço de tempo da internação o profissional deve procurar manter o paciente no “aqui e agora” da cirurgia, não sendo possível, portanto, trabalhar os problemas crônicos do pacientes. Vale ressaltar que nada disso será suficiente se não houver um bom relacionamento do psicólogo com a equipe multidisciplinar responsável pelo paciente. O acompanhamento psicológico a longo prazo poderá ser necessário em alguns casos, mas dependerá da avaliação conjunta do clínico e do psicólogo. Porém, as respostas positivas frente a estas condutas sugerem que tais procedimentos são válidos e devem ser mantidos. Diante do exposto, foi possível perceber com base nos artigos pesquisados a relevância da relação entre os aspectos psicológicos como o estresse, ansiedade, depressão, medo e mesmo a influência da própria personalidade do paciente como fatores de risco para as doenças cardíacas. Ressaltando-se a relação dos aspectos subjetivos dos pacientes na origem, desencadeamento, manutenção, e até mesmo nas consequências do seu processo de adoecimento. Outro ponto que pôde ser analisado na presente pesquisa foi quanto aos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca. Estes relacionam o medo em relação à morte e ao desconhecido, mostrando também uma simbologia frente ao órgão: o coração, apresentando fantasias sob o procedimento e a importância do acompanhamento do paciente por equipes multidisciplinares que ofereçam a este um cuidado integral. **CONCLUSÃO:** Concluímos que, conseguimos alcançar o objetivo da pesquisa que é fornecer um olhar multidisciplinar para os pacientes cardiopatas e ainda explanar sobre esta ligação entre os fatores psicoemocionais e as doenças cardiovasculares, explanando sobre particularidades da personalidade do indivíduo cardiopata. Como foi visto no decorrer da revisão, há uma clara ligação entre fatores de risco biopsicossociais e as doenças cardiovasculares e ainda grande influência dos mesmos aspectos em relação ao pré e pós-cirúrgico, podendo, até mesmo ser contemplado o medo da morte como fator mais recorrente. Verificaram-se ainda as principais medidas adotadas pela equipe multidisciplinar, em particular a atuação do profissional de psicologia, frente a esta demanda como sendo de suma importância quando adotada de forma correta. Com isso, foi possível observar a importância do acompanhamento continuado ao paciente cardiopata. Com isso, sugerimos como

propostas de estudos futuros, a continuação de estudos referentes à personalidade dos pacientes cardiopatas, tendo a importância do tema e a relevância do estudo dos aspectos subjetivos em torno do adoecimento, para melhora do cuidado prestado à tríade relacional e o fortalecimento das práticas da equipe multidisciplinar no hospital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tânia Correa de Toledo Ferraz et al. Depressão e infarto agudo do miocárdio. **Rev Psiq Clín.** São Paulo, v. 36, n. 3, p.88-92, 2009.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.). **Psicologia hospitalar: teoria e prática.** 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). **Manual de produção científica.** Porto Alegre: Penso, 2014. 192p.

JUAN, Kelly de. O impacto da cirurgia e os aspectos psicológicos do paciente: uma revisão. **Psicologia Hospitalar**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.48-59, 2007.

LEMO, Conceição et al. Associação entre Depressão, Ansiedade e Qualidade de vida após Infarto do Miocárdio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p.471-476, out-dez. 2008.

MELLO FILHO, Julio. et al. **Psicossomática Hoje.** 2.ed. Higienópolis São Paulo: Artmed, 2010.15 – 601 p.

OLIVEIRA, Maria de Fátima P. de; ISMAEL, Silvia, M. Cury (Orgs.). **Rumos da Psicologia Hospitalar em Cardiologia.** 2. ed. São Paulo: Papyrus, 2001. 245 p.

PADILHA, Renata Vellozo; KRISTENSEN, Christian Haag. Estudo exploratório sobre medo e ansiedade em pacientes submetidos ao cateterismo cardíaco. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p.233-240, set - dez. 2006.

QUINTANA, Jacqueline Feltrin; KALIL, Renato A. Karan. Cirurgia Cardíaca: manifestações psicológicas do paciente no pré e pós - operatório. **Psicologia Hospitalar**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.16-32, 2012.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, São Paulo, v.20, n.2, abr./jun. 2007.

SANTOS, Samantha Nunes et al. Intervenção psicológica numa Unidade de Terapia Intensiva de Cardiologia. **Sbph**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.50-66, jul./dez. 2011.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública.** São Paulo, v.31, n.5, p.538-542,Out. 1997.

SIMONETTI, Afredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença.** 6.ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011.

STRAUB, Richard O. **Psicologia da Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 676 p.

TONETTO, Maria Aline; GOMES, William B. Prática Psicológica em hospitais: demandas e intervenções. **Psico**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, 2005, p.283.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR UM TERAPEUTA INICIANTE A PARTIR DA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL

AUTORES:

Ana Andréa Barbosa Maux

Jozileide Silva de Lima

RESUMO: O presente trabalho descreve a experiência de um estagiário de psicologia e o seu encontro com a fenomenologia-existencial. Tomado pela certeza de que a prática psicológica clínica se estabelece a partir da postura de abertura, por parte do terapeuta, o que lhe permite ir ao encontro da pessoa que se apresenta para atendimento psicológico, o estagiário optou pela oportunidade de lapidar suas habilidades no Serviço-Escola de Psicologia Unifacex. A prática clínica está sendo vivenciada pelo terapeuta iniciante no presente semestre letivo e, como resultado parcial dessa experiência, já se verifica que a mesma é descrita como um desafio. Estar frente a frente com o outro, diante de seu sofrimento, inquietudes e medos desperta muitos sentimentos no terapeuta iniciante, que podem ser descritos como sentimentos de esperança, medo, insegurança e superação. O tripé formado pela supervisão acadêmica e campo, embasamento teórico e terapia individual se mostram fundamentais para que a experiência seja vivenciada como bem-sucedida.

Palavras - chave: Experiência Clínica. Fenomenologia. Psicoterapia.

INTRODUÇÃO: O desejo em adquirir experiência na prática clínica em psicologia conduziu o estudante a realizar o segundo estágio profissional no Serviço-Escola de Psicologia do Unifacex. Tal desejo surgiu da necessidade sentida pelo jovem terapeuta em seu primeiro estágio profissional, realizado no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Necessidade essa que foi percebida através do reconhecimento de que, além da capacidade de desenvolver uma escuta precisa e segura, se faz necessário saber intervir e, assim, conduzir o cliente à reflexão. A abordagem fenomenológica-existencial foi escolhida pelo estudante por uma identificação do mesmo com a visão de homem e de mundo apresentada por tal aporte teórico. A fenomenologia-existencial influenciou o pensar e fazer psicológico a partir do rompimento com a dualidade homem-mundo. O homem passa a ser visto como um ser em construção constante de si mesmo, sem pré-determinações existenciais em co-pertencimento ao mundo. (REBOUÇAS, 2014). O que exige do psicólogo uma postura antinatural frente a este ser humano (FEIJOO, 2011), ou seja, assumindo uma atitude fenomenológica de suspensão de pré-julgamentos e naturalização da existência e dos valores e se colocando à disposição daquele lhe chega para atendimento psicológico. O estágio em um serviço-escola carrega consigo a imagem de ser um local acadêmico que possibilita ao estudante o aprendizado de habilidades necessárias ao exercício profissional. No caso, a possibilidade de estagiar no serviço-escola já foi sentida pelo terapeuta iniciante como um local de segurança, por estar cercado daquele ambiente que lhe é familiar, qual seja, a faculdade. O terapeuta iniciante chegou ao local, então, com a expectativa de que, ali, desenvolveria as habilidades de escuta, intervenção e compreensão dos fenômenos que serão apresentados pelos clientes atendidos. Especificamente em relação ao referencial teórico escolhido, havia a curiosidade

para adquirir a tal atitude fenomenológica. Questões como: seria algo a ser aprendido? Como usar essa técnica? Mobilizavam e impulsionavam o estudante. Desde o início do estágio já ficou claro o caráter desafiador da experiência. A cada novo encontro um novo desafio passou a ser lançado e, com ele, uma nova inquietude surgia em relação ao desempenho e a postura do terapeuta iniciante. A fenomenologia, tal como proposta por Husserl, expõe que, ao se deparar com o fenômeno, possa-se agir de forma analítica e reflexiva e, assim, poder chegar à consciência das coisas (FEIJOO, 2011). O fenômeno apresentado pelo cliente precisa ser compreendido, acolhido e entendido como algo singular a ele, cabendo ao terapeuta à promoção de reflexão sobre a demanda que lhe é apresentada e, assim, possibilitar ao cliente enxergar possibilidades para realizar suas escolhas de maneira própria. Nesse momento de construção profissional, o terapeuta se depara com um mundo de informação no qual ele busca analisar teoria e prática e, diante da magnitude e complexidade que é o humano, o terapeuta em formação se percebe frustrado e com a forte impressão de todo o aprendizado que o curso possibilitou até aquele momento parecem não ter sido suficientes para que realize tal prática. Diante de todos os seus questionamentos, ele recorre ao conhecimento de si mesmo e ao suporte dado pelas supervisões, que o conduzirão para o encontro de suas respostas e o aperfeiçoamento de sua prática. Tendo isso em vista, o objetivo deste trabalho é apresentar as experiências iniciais de um jovem psicoterapeuta, enfatizando seus sentimentos, dúvidas e frustrações nesta caminhada, apresentando-se em acordo com a proposta do aporte teórico escolhido para embasar as reflexões, uma vez que tal referencial questiona a técnica já dada (pronta), valorizando o caminho percorrido, ou seja, a experiência singular daquele que a expõe. Como objetivos específicos têm-se: refletir sobre os desafios e os aprendizados que a experiência clínica possibilita, visto que ela permite aperfeiçoar o cuidado com o outro, premissa basilar ao profissional de saúde; dividir com terapeutas iniciantes as inseguranças vivenciadas a partir da inserção na clínica psicológica e; discorrer sobre a experiência da redução fenomenológica. De acordo com Santos e Maux (2017) a contemporaneidade tem requerido do profissional de psicologia que trabalha com a psicologia clínica um reenquadramento na maneira como conduz esse fazer, sendo necessário contextualizar cada pessoa que se apresenta em suas relações, com o mundo que a circunda, com os outros e consigo mesma. Desta feita, oportunidades de discutir o fazer clínico se fazem necessárias. Ademais, apresentar relatos de experiência de alguém que inicia a caminhada neste campo da psicologia pode servir não somente para os terapeutas iniciantes, mas para profissionais com mais tempo de experiência, possibilitando reflexões sobre como estão conduzindo sua práxis. **METODOLOGIA:** O Relato de experiência aqui apresentado foi produzido tomando por base as experiências vividas no Serviço-Escola de Psicologia do Unifacex durante os meses de março a outubro do corrente ano. O estágio clínico tem o intuito de assistir a população de baixa-renda que busca o atendimento de psicologia, promovendo o direito ao acesso e ao cuidado da saúde psíquica daqueles que buscam o serviço. Utilizou-se o referencial da fenomenologia, tendo como recurso metodológico os relatos da vivência do estagiário, descritos em um diário de bordo. O diário constitui uma narrativa escrita a respeito da experiência dos atendimentos realizados. Conforme Rebouças (2015), tal ferramenta de pesquisa qualitativa tem por objetivo registrar a experiência acontecida no campo, sejam as práticas diárias, sejam as percepções e sentimentos do pesquisador. **RESULTADOS:** Ao se deparar com o cliente em um atendimento clínico, já ficava claro que a psicoterapia existencial não se reduz a concepções teóricas ou técnicas,

mas aquilo que de mais existencial o cliente tem a oferecer: a sua existência (LESSA & SÁ, 2006). Buscou-se, assim, não encaixar o cliente em uma teoria ou em uma patologia, mas o reconhecer como ser vivente, com a característica basilar de ser um ser de possibilidades, em constante interação com o mundo ao seu redor. Na prática de um terapeuta a postura de abertura permite acolher os clientes de forma única, reconhecendo suas singularidades. Na experiência descrita, logo após finalizar seu atendimento, o jovem terapeuta sempre se questionava em relação a sua postura e atitudes frente ao fenômeno que lhe foi apresentado. A insegurança foi uma companheira frequente na prática do terapeuta iniciante. Ele muitas vezes se viu envolvido por uma angústia e uma insegurança que o levava ao questionamento do seu fazer. Refletir sobre sua postura, se estava, ou não, fazendo o correto, dizia respeito a fato de estar diante de uma prática cujo aporte teórico não dispõe de técnica, tendo como recurso a postura de construir junto ao cliente possibilidades de, ele mesmo realizar escolhas e se reconhecer como responsável por elas. Lidar com o silêncio apresentado na sessão é desafiador para um terapeuta iniciante. Diante da escolha de assumir uma postura fenomenológica, que conduz ao acolhimento do fenômeno que ali se apresenta, muitas vezes, ao vivenciar essa experiência de silêncio, tornava-se angustiante, posto que ele sentia a necessidade de falar algo, de apresentar reflexões psicológicas ou teorizar sobre o que estava se passando na sessão. Ao se permitir aprender o que é ser terapeuta existencial e poder refletir sobre suas inquietudes e angústia vem proporcionando a esse jovem terapeuta valorizar cada experiência e vivenciar cada novo encontro com seus clientes como momentos únicos, sendo possível que haja muito a ser dito, mesmo no silêncio. Despir-se da segurança das técnicas já dadas, abrindo-se ao encontro com o outro, significou lançar-se no desconhecido. A cada atendimento não sabia como o cliente iria se apresentar nem o que ele escolheria apresentar como fenômeno a ser trabalhado naquela sessão. A prática proporcionava vivenciar experiências singulares e, a cada atendimento, o terapeuta iniciante se via surpreendido com as possibilidades surgidas a partir do encontro genuíno, como no caso de perguntas desafiadoras feitas pelos pacientes, tais como “posso colocar todas as cartas na mesa?”. Ao ouvi perguntas como esta, o terapeuta iniciante se sentia provocado a refletir sobre sua postura e como estava sendo interpretada por seu cliente. Diante disso, ele afirmava a sua disponibilidade de acolhimento e compressão, deixando claro ao cliente que a ele estava facultada a liberdade de ser quem desejava ser e expor o que desejasse. Sobre esta questão, enxergamos em Feijoo (2011), reflexões relevantes. Aquela autora afirma que a indeterminação e a liberdade da existência permitem ao homem arcar com as consequências de suas escolhas e isso causa medo de escolher. Sendo assim, ele se encontra perdido diante da possibilidade de escolha e o grande desafio para o terapeuta é conduzir o seu cliente para a realização de seu empoderamento a respeito de sua existência, reconhecendo suas responsabilidades diante de suas escolhas. É muito gratificante para um terapeuta iniciante poder chegar à compreensão do fenômeno que está sendo apresentado para ele. Dentre as experiências vivenciadas, o terapeuta iniciante teve a oportunidade de atender clientes de faixas etárias diversas, o que se mostrou significativo para essa etapa da formação profissional. Permitiu ao terapeuta identificar sua identidade profissional. O atendimento com as crianças possibilitou o desenvolvimento de habilidades como abertura, aceitação e compreensão do outro com tudo o que ele é. Tal qual o adulto, a criança necessita adquirir confiança naquela relação terapêutica para, só então, permitir ao terapeuta ter acesso ao seu mundo.

Atender as crianças foi para este jovem terapeuta, literalmente, pular alto e avançar para além da técnica. Situações inusitadas marcaram os atendimentos com esse público, como a sessão em que uma criança perguntou se poderia, naquele espaço que ela já entendia ser seu, tirar o short com o qual tinha vindo, pois o mesmo estava apertado e ela não conseguia se sentir à vontade dentro dele. E, o que fazer diante desse tipo de questionamento? Seria permitido deixar uma criança de blusa e cueca durante a sessão? Dizer não estaria em desacordo com a compreensão fenomenológica de que ali é o espaço de aceitação e empatia? O atendimento com um cliente diagnosticado como autista foi uma das experiências mais significativas. Inicialmente, o terapeuta se sentiu inseguro frente às fantasias sobre como se comportaria na condução do caso. No decorrer das sessões, o terapeuta foi se despoando das ideias pré-concebidas a respeito de uma pessoa autista e, com isso, o adolescente foi respondendo positivamente. Conforme Feijoo (2011), na clínica infantil a atenção fenomenológica deve se voltar para o conhecimento do ser que se apresenta, permitindo que ele se expresse de forma singular. A clínica existencial permite ao cliente ser um vivente de possibilidades, ultrapassando rótulos, diagnósticos e categorização (FEIJOO, 2011). O jovem terapeuta, ao se dispor a uma postura fenomenológica, colocou-se em uma condição de compreensão e resolveu, no decorrer dessa vivência clínica, se desprender da postura inicial de insegurança na realização de sua prática. O estar aberto a aprender, estar disponível para a escuta e acolher o fenômeno apresentado tornou-se a habilidade mais significativa que foi aprendida pelo jovem terapeuta. Faz-se necessário, ainda, citar o quão é importante à ética e o respeito com os fenômenos apresentados, reconhecendo o quanto é significativo, para a pessoa que ali se apresenta expor seu sofrimento e se apresentar em sua singularidade. Diante de todas as experiências vivenciadas por esse jovem terapeuta, a ele cabe refletir sobre a escuta que ofereceu aos seus clientes, certo do compromisso que escolheu – ser terapeuta – e que está entrelaçado a essa escolha o compromisso com o aperfeiçoamento dessa habilidade para, assim, realizar aquilo que é apresentado pela abordagem fenomenológica-existencial: a leitura daquele que vem ao seu encontro como um ser único, indeterminado e que, portanto, é um ser de possibilidades e responsável por suas escolhas. Enxergar naquele que se apresenta mais que um paciente (doente que precisa de cura) ou cliente (que possui uma essência e está em busca de autorrealização), mas como um vivente (SANTOS e MAUX, 2017). Ou seja, como alguém que vive e, assim, está lançado no mundo como toda a sua indeterminação existencial. Para esse vivente deve ser ofertada uma escuta qualificada, empática, ética e acolhedora. Assim é que se dá a realização da prática desse jovem terapeuta no encontro com o outro. **CONCLUSÃO:** A escolha pela abordagem fenomenológica-existencial surgiu da identificação do jovem terapeuta com a visão de homem apresentada: um homem livre e responsável por suas escolhas, a ele não cabendo determinação ou estigmas previamente dados socialmente. Mas desprender-se de uma postura natural para assumir o compromisso fenomenológico de estar-no-mundo numa postura antinatural não é tarefa fácil. Assumir uma postura empática no atendimento com o vivente, se desprendendo de rótulos, diagnóstico e categorização apresentado por referenciais teóricos que apresentam técnicas prontas e, por vezes, engessadas, foi, inicialmente, desesperador e fez esse jovem terapeuta se perguntar se estava conduzindo bem sua ação. Aprender que ser terapeuta nada mais é do que estar disponível ao outro, sem certezas absolutas, saindo da posição de ‘sujeito do suposto saber’ tornou essa práxis cada vez mais significativa. Sendo assim, essa práxis está se concretizando em um aprendizado

singular e necessário para a realização do tornar-se terapeuta. E, a partir disso, poder se reconhecer enquanto um agente de transformação. Uma das maiores lições aprendidas foi que, colocar-se à disposição do outro é descobrir que a abertura é essencial na arte do cuidado, característica básica para aqueles que se dispõem a ser terapeuta (ANDRADE, 2010). Não resta dúvida de que o encontro realizado por esse jovem terapeuta com a fenomenologia mostra que este é apenas o início de um aprendizado em que estão envolvidos o vivente, o terapeuta e a leitura do fenômeno apresentado, que se dá através do aporte teórico que norteia esse encontro. A técnica se dá não como algo pronto, mas aparece como uma postura diante do outro. Postura que implica que, diante do vivente, o terapeuta ofereça a ele aquilo que mais tem de mais singular: sua escuta e seu acolhimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. Cardoso. Carta a uma Jovem psicoterapeuta. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.16, n.2, p. 222-225, dez. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2017.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo. **A existência para além do sujeito**. Rio de Janeiro: Viaverita, 2011.

LESSA, Adir Machado; NOVAES DE SA, Roberto. A relação psicoterapêutica na abordagem fenomenológico-existencial. **Anáís. Psicológica**, Lisboa, v. 24, n. 3, p. 393-397, jul. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312006000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2017.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza. **Aborto: um fenômeno sem lugar – uma experiência de plantão psicológico a mulheres em situação de abortamento**. Tese (Doutorado em Psicologia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências, Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2015.

SANTOS, Alisson Oliveira; MAUX, Ana Andréa Barbosa. Relato de Experiência: A vivência do encontro terapêutico em um serviço escola de psicologia. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA, 3; ENCONTRO NACIONAL DO GT DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA - ANPEPP, 2; E CONGRESSO INTERNACIONAL DE FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL, 1. O DESASSOSSEGO HUMANO NA CONTEMPORANEIDADE. 2017. Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: UFRN/CCHLA. 2017. P. 139. Disponível em: < www.gesdhufrn.com.br > Acesso em: 01 out. 2017.

A RECONSTRUÇÃO DA PRÁXIS DO PSICÓLOGO EM UM SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR

AUTORES:

Alisson de Oliveira Santos,
Ana Andréa Barbosa Maux
Joelma Gomes Aguiar da Silva

RESUMO: O presente trabalho tem como base a experiência de estágio curricular desenvolvida no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), vinculado a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, e objetiva expor reflexões sobre o fazer da Psicologia, como parte integrante de equipe multiprofissional inserida em um serviço de atenção em saúde pública voltado à substituição e/ou complementaridade dos serviços hospitalares. Apresenta a importância e significação da reconstrução da *práxis* da psicologia dentro dos diversos campos em que se insere como ciência e profissão, ampliando seu fazer para além da clínica tradicional, estabelecendo-se como massa multimodal de constante transformação.

Palavras - chave: Psicologia. Formação. Atenção Domiciliar.

INTRODUÇÃO: Este trabalho é resultado da experiência de estágio curricular do curso de psicologia que ocorreu em um Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), vinculado a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte; instalado no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG). Visa apresentar construções e reflexões sobre a experiência de atuação dentro de uma equipe multiprofissional em um serviço de saúde pública, que tem dentre suas principais funções a oferta de serviços substitutivos e/ou complementares ao hospital. O foco das ações ultrapassou o caráter técnico do fazer psicológico, pautando-se no estabelecimento de uma experiência voltada para o encontro com as pessoas – ou, como preferimos chamar, *Viventes* – que se utilizam deste serviço, e, por subsequência dos serviços prestados pela psicologia. Parte da reflexão da reconstrução do fazer psicológico, como forma de poder favorecer o encontro entre os *viventes* e a psicologia. O SAD é um serviço que busca desospitalizar pessoas em condições de receberem os cuidados em sua casa, como principal interesse de desafogar os hospitais e devolver à família o cuidado pelos seus entes queridos (BRASIL, 2012). Os cuidados em atenção domiciliar têm seus registros desde a Grécia antiga, como também no Egito antigo. Na Europa, antes mesmo do desenvolvimento dos hospitais e ambulatorios, a atenção domiciliar era utilizada como forma de oferta de cuidados; que entra em crise a partir do séc. XX com o superdesenvolvimento e hipervalorização dos hospitais como forma de solução para os males externos que assolam a população. Desta forma, toda e qualquer perturbação que (apenas) o médico detectava direcionava esta pessoa doente para o hospital, como forma de isolar o sofrimento e tratá-lo, configurando o hospital como forma de segregação e exclusão (BRANT; MINAYO, 2004 apud BRASIL, 2012). Podemos entender que o este modelo centrado no hospital retirou da família (instituição primeira) o direito de cuidado sobre seu familiar; pois, passa a ser considerado inapto para os cuidados em decorrência da necessidade técnica de cuidado superespecializado. O descredito e crise do modelo hospitalocêntrico desencadeia o movimento na

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

instituição cuidado, que busca uma nova forma de promoção de cuidados que possam resgatar o trato relacional humano, como forma de estabelecimento de novas alternativas de atenção em saúde. Desta forma, os cuidados em atenção domiciliar ganham força e passam a ser entendidos como uma melhor forma de promover saúde, resgatando o convívio familiar e a integralidade da atenção em saúde; sendo força motriz para o desenvolvimento de novas formas de cuidado (BRASIL, 2012). A atenção domiciliar emerge como uma modalidade de cuidado que melhor acompanhar as transições epidemiológicas e demográficas das populações, podendo ser ofertada com uma das partes que compõem os cuidados em saúde. O interesse em ampliar os processos de desinstitucionalização e de produzir o desenvolvimento de tecnologias leves e leves-duras em saúde foi (e é) um dos principais interesses da instalação e desenvolvimento dos cuidados em atenção domiciliar. Deste modo, faz-se necessário ampliar a visão sobre as interações entre a equipe e os profissionais que a compõem, levando, em especial a psicologia, a repensar sua *práxis* em como compor um contexto multi e interdisciplinar na Atenção Domiciliar. A promoção de uma reorganização do *modus operandi* da psicologia é uma necessidade que se apresenta não somente neste contexto, mas em todos os campos de atuação susceptíveis à psicologia, como forma de poder acompanhar o movimento mercadológico de campos de atuação, principalmente nas políticas públicas, possibilitando contribuições da ciência psicológica. Dutra (2004) reflete que o momento contemporâneo requer um novo enquadre da psicologia clínica, considerando o contexto de inserção de cada vivente, evitando o estabelecimento de recortes subjetivos e limitantes apenas ao que se apresenta no *setting* terapêutico. O psicólogo deve buscar a utilização do entendimento de que, somente a partir do encontro com uma análise crítica sobre as formas de executar a psicologia, poder-se-á alcançar uma postura de acolhimento às demandas subjetivas, em conformidade com a sua realidade de aparição. Esta postura é uma habilidade fundamental dentro do processo de formação profissional e ultrapassa o mero conhecimento de técnicas. A desconstrução do *setting* terapêutico clássico ganha destaque como possibilidade de distanciamento de uma psicologia estática e aproximação de uma psicologia que se aplica em diversas áreas de atuação, de modo dinâmico e inter-relacional. **METODOLOGIA:** O estágio profissional possibilita aos alunos do curso de psicologia o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis ao fazer profissional, como o desenvolvimento crítico e analítico sobre a *práxis* da atuação profissional no seu contexto de estágio, possibilitando uma ampliação perceptual sobre as forma de executar a psicologia. Favorece também o aprimoramento da escuta atenta e qualificada, em uma perspectiva da clínica ampliada, não se limitando ao ambiente clínico tradicional. A experiência de estágio que embasou o presente trabalho ocorreu no Serviço de Atenção Domiciliar, vinculado a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte; instalado no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel na cidade de Natal, durante o segundo semestre de 2017, no qual foram atendidos oito viventes na modalidade de atendimento clínico a partir da perspectiva da clínica ampliada (DUTRA, 2004). Os atendimentos foram embasados por referencial psicológico de base Fenomenológica-Existencial, constituindo-se por uma perspectiva reflexiva voltada para os aspectos da existência humana, em conjunto da perspectiva do entendimento em clínica ampliada e rede de atenção em saúde. Utilizou-se como recursos metodológicos a observação e os relatos da vivência do estagiário, descritos em um diário de bordo. O diário, escrito em forma de narrativa, “é considerado uma ‘ferramenta’ em pesquisa qualitativa cujo objetivo é o registro

escrito de tudo o que acontece no campo, tanto as práticas cotidianas quanto o que o pesquisador sente e percebe.” (REBOUÇAS, 2015, p. 105). Por meio do diário de bordo, o estagiário descreveu suas afetações e sentidos experienciados durante os encontros terapêuticos com os viventes. **RESULTADOS:** O contato com o campo de atuação no contexto da Atenção Domiciliar foi o elemento fundante desta reflexão sobre o fazer da psicologia neste contexto de atuação. Pôde-se refletir, a partir da vivência do estágio, como a atuação do psicólogo é demandada a ser mais ampla e menos limitada ao contexto da clínica tradicional. O fazer da psicologia, neste contexto, se embasa nas diretrizes que orientam o serviço em uma nova direção que prioriza o resgate do atendimento integral, distanciando-se do modelo tradicional hospitalocêntrico. Notou-se que o trabalho em equipe multiprofissional é a principal forma que os profissionais, com base nas normas organizadoras do serviço, utilizam para alcançar o molde de integralidade desejado. Entretanto, foi possível perceber a existência do modelo de atenção fragmentado e superespecializado de cada especialidade profissional, deste modo limitando as possibilidades de melhorias dos estados de vida e bem-estar do viventes atendidos. Sendo assim, de acordo com Almeida e Mishima (2001), se esta integração não ocorrer, corremos o risco de repetir o modelo de atenção desumanizado, fragmentado, centrado na recuperação biológica, individual e com rígida divisão do trabalho e desigual valorização social [...], sem a devida preocupação em lidar com os conhecimentos necessários ao atendimento na saúde pública de forma integral e multidisciplinar ao vivente. Japiassu (2017) propõe que o conhecimento superespecializado faz com que os profissionais percam a visão do todo, ao analisarem um fenômeno, tendo assim, dificuldade de fazer as relações necessárias. Com isso compreende-se que o modelo mecanicista continua sendo utilizado, confrontando com a realidade apresentada pela teoria expondo o baixo desenvolvimento do modelo biopsicossocial, gerando a compreensão fragmentada da equipe profissional, limitadora de sua atuação. Foi experimentado que fazer psicologia no SAD, vai além das capacidades técnicas e metodológicas que são apresentadas na academia. A condição do SAD ir a casa do vivente modifica as estruturas do fazer psicológico, no qual, a forma de executar e oferecer um serviço psicológico de qualidade é perpasso pela desconstrução do ambiente com condições perfeitas de acústica, perturbações e espaço físico adequado. Pôde-se perceber que ter disposição para atender as pessoas que estão sendo acompanhadas pelo SAD, é parte fundamental para que haja início o processo terapêutico, uma vez que esta abertura se coloca como condição *sine qua non* para o estabelecimento do fazer psicológico. Foi (e continuará a ser) parte do cenário de vida dos viventes que acessam os serviços do SAD, a baixa condição financeira e altos níveis de vulnerabilidade social; é um movimento que convoca a psicologia a repensar suas práticas e reconstrução de seu fazer. Neste processo de reconstrução, que ocorreu em diversos aspectos da experiência de estágio, principalmente no modo de como intituladas as pessoas que são atendidas pelos SAD, com também pela psicologia. Nós entendemos que os termos atualmente utilizados, tais como usuário ou paciente, não conseguem contemplar a existência de cada um e acaba por reduzir a capacidade de expressão existencial presente no ato de buscar atendimento psicológico (SANTOS e MAUX, 2017). Propomos, portanto, o termo vivente. “Vivente de sua existência, que deseja partilhar e desvelar-se ao encontro. Estar disponível implica em acolher esta partilha e ser a clareira necessária para que o vivente se reconheça como tal” (SANTOS e MAUX, 2017, p. 139). Foi possível notar que o movimento de estar disponível ao fluxo de velamentos e desvelamentos da existência, que acontece por ambos –

psicólogo e vivente – produz um aparato de disposição que nada mais é do que uma forma de estar com-o-outro antes mesmo de sua presença física. Notou-se que estar disponível é reconstruir o modo de fazer psicologia. A disponibilidade de atender em locais e lugares diversos, como na calçada da residência do vivente, no quarto, no jardim, na cozinha, são momentos de (re) estabelecimento da *práxis* da psicologia. Deste modo, notou-se que a constante relação com os demais profissionais, visando uma sistemática de cuidados em saúde, destacou-se como uma das características que tencionam o profissional da psicologia a estar aberto, disponível e implicado em uma postura crítico-analítica. Lessa e Sá (2012) trazem que esta disponibilidade ao encontro possibilitará que haja uma expressão do Ser, será a coadunação entre duas pessoas no momento terapêutico, que, em sua totalidade, permitirá que haja uma manifestação da verdadeira existência. “Essa preocupação que, em sua essência, diz respeito ao cuidado propriamente dito, ou seja, à existência do outro e não a uma coisa de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, em seu cuidado, transparente a si mesmo e livre para ele”. (LESSA e SÁ, 2012, p. 396). Preparar-se para esse encontro já diz deste. Esta postura ocasionou impactos positivos nos acompanhamentos psicológicos realizados, tendo em vista a preocupação em uma constante modelação do fazer, com o interesse em poder ofertar o cerne da ciência e profissão psicológica de modo integral e próximo da realidade. As vivências destas atividades levaram à criação de uma abertura em que foi possível estabelecer “um relacionamento total entre duas pessoas” (MAY, 1976, p. 19 apud LESSA e SÁ, 2012, p. 394), proporcionando mudanças positivamente significativas nas pessoas atendidas. As intervenções buscaram não se limitar na modalidade clássica tradicional de atendimento individual, em suas normas ou padrões, mas poder pensar de forma diferente, com base numa postura antinatural, que vai de encontro ao que estar posto e determinado, realizando constantemente o movimento de refazer (FEIJOO, 2011). Reflete-se que tal postura levou ao desenvolvimento de melhoras nos estados de vida das pessoas, aumentado à ocorrência de processos de saúde e bem-estar. Pensar a partir de uma visão antinatural fez favorecer que os fenômenos fossem apreciados em seus surgimentos originários e sentidos profundos. Lançar mão de uma postura como esta é possibilitar a saída da tendência de objetivação, instalada pelas ciências naturais; é ampliar as condições para a expressão de Ser existente, auxiliando o desvelar de sua própria existência, que se encontra sob um horizonte histórico que, de início e na maior parte das vezes, esconde sua expressão subjetiva (FEIJOO, 2012). Todo esse engendramento que foi vivenciado é motor para novas formas de entendimento da clínica psicológica na contemporaneidade. Estabelecer um entendimento que consiga abarcar o máximo possível das diversas formas de expressão dos viventes e, conseqüentemente, sua existência, é de fundamental importância para acompanhar o momento histórico atual e poder oferecer prestações de serviços que não estejam limitadas ao tradicional, ou, ainda, que não favoreçam o desenvolvimento existencial dos viventes (DUTRA, 2004). Feuerwerker e Merhy (2008) apresentam, em seu trabalho, os processos e construção da atuação da Atenção Domiciliar em diversas localidades do Brasil, constatando as similaridades e as configurações de organização de cada núcleo de SAD. Os mesmos autores destacam o investimento proximal entre as equipes e os viventes que utilizam os serviços do SAD, os quais, na oferta de serviços e prestação de cuidados, “se dedicavam de maneira muito intensa, comprometendo-se muito além do que a responsabilidade técnica [...]” (FEUERWERKER e MERHY, 2008, p. 185). O que amplia e estabelece um novo horizonte de cuidado, dentro da Atenção Domiciliar.

CONCLUSÃO: Ao término da experiência de estágio, foi possível agregar à formação profissional a reflexão da necessidade de reconstrução e reorganização do fazer do psicólogo em seus diversos contextos. Como forma de favorecer que a psicologia esteja presente e acessível às várias camadas sociais, e que haja o distanciamento da clínica tradicional no que diz respeito à incompatibilidade com o momento contemporâneo atual. Os novos campos de atuação do psicólogo demandam uma dinâmica que conclama o profissional a sair do enquadre construído historicamente e em sua formação. É um exercício difícil, mas não impossível, que requer investimento e implicação profissional para, sobretudo, estabelecer o espaço para a psicologia em seus locais de desempenho profissional. Destaca-se, neste trabalho, o impacto relevante para o processo de formação em psicologia, por possibilitar contato com facetas de desenvolvimento da profissão. Apresente-se como campo de vasto investimento para o desenvolvimento de pesquisas e estudos voltados para a temática, com o interesse em melhorar o fazer da psicologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Caderno de atenção domiciliar. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

FEIJOO, A. M. L. C. A clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica-hermenêutica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 973-986, 2012.

_____. A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais. In: _____. **Da consciência intencional de Husserl à desconstrução da subjetividade moderna de Heidegger**. Edições IFEN, 2011.

FEUERWERKER, L.; MERHY, E. E. A contribuição da atenção domiciliar para a configuração de redes substitutivas de saúde: desinstitucionalização e transformação de práticas. **Rev. Panam Salud Publica**, 2008.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade:** por uma pedagogia não fragmentada. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial>. Acesso em: 07 out. 2017.

LESSA, J. M.; DE SÁ, R. N. A relação psicoterapêutica na abordagem fenomenológico-existencial. **Análise Psicológica**, v. 24, n. 3, p. 393-397, 2012.

MISHIMA, S.M. et al. Acolhimento à clientela: estudo em unidades básicas de saúde no município de Ribeirão Preto. **Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]**. 2000, v. 8, n.4, p. 30-37. ISSN 1518-8345.

REBOUÇAS, M. S. S. **Aborto:** um fenômeno sem lugar – uma experiência de plantão psicológico a mulheres em situação de abortamento. Tese (Doutorado em

Psicologia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências, Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2015.

SANTOS, A. O.; MAUX, A. A. B. Relato de Experiência: A vivência do encontro terapêutico em um serviço escola de psicologia. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA, 3; ENCONTRO NACIONAL DO GT DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA - ANPEPP, 2; E CONGRESSO INTERNACIONAL DE FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL, 1. O DESASSOSSEGO HUMANO NA CONTEMPORANEIDADE. 2017. Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: UFRN/CCHLA. 2017. P. 139. Disponível em: < www.gesdhufrn.com.br > Acesso em: 01 out. 2017.

O SUPORTE PSICOLÓGICO NOS CUIDADOS COM O PACIENTE E NA ATENÇÃO À FAMÍLIA DENTRO E FORA DO HOSPITAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Francisca Nicaelly de Queiroz Camilo

Rodrigo da Silva Maia

Tassiana Alice Figueiredo Rocha

Wandeclebson Ferreira Júnior

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estágio de alunos do 9º período do Curso de Psicologia no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG), hospital de trauma referência no atendimento de urgência pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio Grande do Norte (RN). As atuações enquanto estagiários se deram de maneiras distintas, com visitas e intervenções em diferentes setores e serviços do complexo hospitalar, a saber: Centro de Recuperação Pós-Operatório (CRO) e enfermarias, e o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD). Percebe-se que com a exposição da experiência nesse contexto pode-se discutir aspectos relacionados ao fazer do psicólogo hospitalar, bem como seu sentido prático frente às demandas variadas nos diferentes seguimentos de um hospital. É possível concluir que a psicologia ocupa um lugar importante na atuação junto à tríade, trabalhando em conjunto com a equipe de saúde na promoção de cuidados humanizados, facilitando o enfrentamento dos envolvidos na rotina de adoecimento a partir de um trabalho continuado.

Palavras - chave: Suporte psicológico. Cuidado humanizado. Experiência.

INTRODUÇÃO: De acordo com Simonetti (2004), a Psicologia Hospitalar funciona de modo a definir como objeto de trabalho além da dor do paciente, aspectos próprios da família, que experiência angústias declaradas e veladas, bem como da equipe de saúde, que tem seus sentimentos negados. Desse modo, mesmo que o psicólogo no contexto hospitalar leve em consideração a individualidade das pessoas, em especial a dos pacientes que atende, também é seu papel se ocupar das relações existentes entre elas, facilitando, entre outras coisas, a ligação da tríade paciente-família-equipe. Campo da experiência relatada, o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HMWG) foi inaugurado em 14 de março de 1971 e é referência no atendimento urgência pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 31 de março de 1973, quando teve suas atividades iniciadas. Sendo o maior hospital público da região metropolitana de Natal, também oferece atendimento especializado nas áreas de ortopedia, neurocirurgia, neurologia, atendimento as vítimas de queimaduras e outras especialidades, dispondo, no geral, de 284 leitos, divididos entre o Walfredo Gurgel e o Pronto Socorro Clóvis Sarinho (PSCS) (ASCOM/HMWG, 2016). Assim, o Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel apresenta uma grande variedade de quadros e pacientes, com demandas diversas que podem ser acolhidas e trabalhadas pelo profissional psicólogo. A fim de uma melhor contextualização da experiência, faz-se necessário destacar que no período em que ela ocorreu a equipe de psicologia do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel contava com oito psicólogas, sendo cada uma delas responsável por setores

específicos. Caso houvesse a solicitação para atendimento em um setor no qual a profissional de referência não pudesse atender, a equipe acolhia a demanda e repassava as informações posteriormente para o prosseguimento do acompanhamento do caso com a psicóloga em questão. Dentre a variedade de contextos no referido complexo hospitalar estão o Centro de Recuperação Pós-operatório (CRO), as enfermarias dos andares e o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), que serão abordados mais à frente por tratarem-se dos principais espaços de atuação enquanto estagiários. **METODOLOGIA:** estágios aconteceram no semestre de 2017.1, ambos iniciados nos meses de março, nos dias 17 e 24, e com término em 30 de junho, com carga horária de quatro horas/dia, três vezes por semana. As atividades foram realizadas nos dias de segunda-feira, quinta-feira e sexta-feira, das 14h00min às 18h00min, geralmente. No Estágio Profissional II, disciplina referente ao 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Facex – Unifacex é esperado que os alunos pudessem desenvolver habilidades e competências como observação e entrevista, descrição, diagnóstico e intervenção em processos psicológicos. Como atividades, são exemplos: Articular elementos diagnósticos de diferentes níveis nos diversos contextos de trabalho em Psicologia; Planejar e propor intervenções pertinentes à atuação do psicólogo; Participar das intervenções no processo de trabalho da instituição; e Realizar encaminhamentos. Dessa forma, durante o período em que os estágios foram realizados atendimentos individuais, com a família e com a equipe, visitas domiciliares, solicitações e respostas de interconsultas, participação em eventos e cursos do hospital, supervisões de campo e acadêmica, entre outros. **RESULTADOS:** Por se tratarem de vivências em setores específicos do complexo hospitalar, compete que seja realizada uma breve descrição dos mesmos, ilustrada a partir de fragmentos da literatura e de relatos das práticas realizadas, caracterizando ações e resultados. **Centro de Recuperação Pós-Operatório (CRO):** O Centro de Recuperação Pós-Operatório (CRO) do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel é o local destinado à recuperação de cirurgias, acolhendo também pacientes que necessitam de cuidados de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) devido à oferta pequena de leitos com essa finalidade nos demais setores do complexo. Esse arranjo interfere diretamente no modo com o local é visto pelos familiares dos pacientes internados, que tendem a atribuir características negativas ao espaço em decorrência da gravidade de alguns casos. Durante o período do estágio, as visitas aconteceram todos os dias, no horário das 16:30h às 17:00h, momento em a psicologia se fazia presente para auxiliar os pacientes, seus familiares e a equipe de saúde. Pregnolato e Agostinho (2003) destacam que a função do psicólogo na UTI é acompanhar e adaptar as visitas à rotina da unidade, de modo a trabalhar na preparação dos familiares para a entrada e torná-los cientes das regras existentes para o bom funcionamento do local. Além disso, o psicólogo também deve estimular o contato com o paciente, verificando as expectativas do quadro clínico e estando atento ao processo de devolutiva médica. A experiência nesse setor se tornou marcante pelo contato direto com as famílias dos pacientes internados, que geralmente se encontravam sensibilizadas, desorganizadas e muitas vezes desinformadas. Lazzaretti et al. (2007) assinala que no hospital é comum e provável que a demanda maior para o psicólogo venha da família, uma vez que o adoecimento de uma pessoa causa efeitos sobre os demais familiares, que parecem demandar intervenções para além dos pedidos aparentemente simples que fazem durante o período de internação do ente. Tal fenômeno se dá porque, assim como o paciente, a família também passa a lidar com dificuldades no enfrentamento do adoecimento, imersa numa situação de estresse, sofrimento, elevação de

ansiedade, medos e apreensão, tanto no que diz respeito às decisões necessárias, como às situações que precisam ser encaradas (LUSTOSA, 2007). O contato com as famílias, principalmente dos pacientes de UTI, normalmente acontecia nas formas de apoio e orientação, de modo a facilitar o processo de expressão de emoções e sentimentos, bem como no esclarecimento de dúvidas, buscando promover, também, o entendimento de dados de realidade. Na perspectiva de Ferreira e Mendes (2013), o familiar precisa ser tido como paciente secundário, uma vez que chega inseguro e desconfiado, precisando de uma oportunidade para expressar seus sentimentos e falar sobre a doença, seus medos e até mesmo das fantasias existentes sobre a morte. Os visitantes dos pacientes CRO também compartilhavam da ansiedade e do temor a respeito do quadro de seus entes, mesmo que esses estivessem em uma condição mais favorável e, na maioria das vezes, apenas aguardando uma vaga para que houvesse a transferência para um dos leitos das enfermarias. Além da preocupação característica em um momento de internação pós-operatória de alguém próximo, havia também a preocupação decorrente da vista de um ambiente com muitas máquinas e sem a permissão para a permanência de acompanhantes, fatores que tornavam mais difícil o entendimento a respeito da baixa gravidade de alguns quadros, que eram muitas vezes associados pelos visitantes aos dos pacientes que estavam sedados e entubados. Tal como acontecia com os familiares, os pacientes conscientes se mostravam ansiosos pela transferência para os andares, demandando intervenções pontuais relacionadas à desmistificação do setor e de alguns procedimentos. **Enfermarias:** A ida da psicologia às enfermarias do Walfredo Gurgel ocorre, geralmente, através da solicitação por parte da equipe de saúde, que utiliza a requisição de parecer. Ao ser encaminhado para a equipe de psicologia, o parecer é respondido pelo profissional de referência do setor, que se dirige até o caso e investiga a demanda, avaliando se há ou não necessidade de continuidade do atendimento. Nesse setor, os primeiros momentos do atendimento caracterizavam-se, principalmente, pelo acolhimento proporcionado ao sujeito hospitalizado, com uma atenção voltada a ele como um todo e indo além das condições clínicas abordadas na solicitação de parecer, haja vista que segundo Fighera e Viero (2005), a hospitalização pode provocar diversos sentimentos de desconforto decorrentes da ruptura com a rotina da vida diária e da perda de autonomia, sendo a despersonalização do paciente um processo comum no hospital, que substitui a singularidade do indivíduo pelo quadro de sintomas que o acompanha. Ao longo da experiência no contexto, também foi possível perceber uma prática comum no ambiente hospitalar: a substituição dos nomes dos pacientes pelos números dos seus prontuários. Mesmo que muitas vezes as equipes de saúde usem a intenção de preservar a privacidade das pessoas internadas como justificativa, é notória a impessoalidade e a padronização que essa prática provoca, servindo como mais um dos fatores contribuintes para o distanciamento entre o paciente e os profissionais envolvidos no seu cuidado. Por isso, Campos (1995) adverte os profissionais para a importância de um diagnóstico global, no qual os aspectos psicológicos e sociais do doente sejam incluídos, uma vez que os pacientes diferem uns dos outros e tem seus comportamentos influenciados também por fatores das ciências sociais, não sendo determinados apenas por leis biológicas. Uma das principais estranhezas no início do estágio se deu pelo modo como o atendimento no contexto hospitalar acontece, geralmente, marcado pela constante interferência externa, seja por algum familiar que deseja acrescentar algo à fala do paciente, ou até mesmo por outras pessoas internadas que dividem a experiência da hospitalização e acabam querendo fazer parte de mais esse

momento. Contudo, através da prática e das constantes discussões na equipe de psicologia, as experiências tornaram-se mais tranquilas e fluidas. As longas internações de alguns pacientes, em especial aqueles vítimas de Traumatismo Raquimedular (TRM), possibilitaram certa organização dos atendimentos, que se aproximaram dos moldes da Psicoterapia Breve e da Psicoterapia de Apoio. Além disso, o acompanhamento desses casos geralmente permitia a realização de um atendimento de fechamento, visto que a alta hospitalar costumava ser programada e conversada com certa antecedência. De modo geral, os últimos atendimentos giravam em torno da euforia e da ansiedade dos pacientes, assim como das falas de agradecimentos relacionadas ao acompanhamento psicológico.

Serviço de Atenção Domiciliar (SAD): As atividades de estágio aqui relatadas foram realizadas junto à equipe multiprofissional no Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) do Walfredo Gurgel, onde o objetivo principal é a substituição ou a continuidade do cuidado, seja de pacientes que estão na porta de entrada ou na saída do hospital. Para tanto, é realizada a busca ativa nos leitos, assim como a visita compartilhada no pronto socorro, com o intuito de desospitalizar e admitir os pacientes que se enquadram nos critérios do SAD. Nessa perspectiva, a assistência continuada possibilita ao paciente o cuidado e o tratamento em seu domicílio, com uma equipe multidisciplinar de referência (EMAD) formada por médico, enfermeiro, assistente social e técnico de enfermagem, e outra equipe de apoio (EMAP), composta por fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, odontólogo, psicólogo, farmacêutico e terapeuta ocupacional. As maiores demandas do SAD são de pacientes doentes crônicos e de cuidados paliativos. O Serviço de Atenção Domiciliar surgiu a partir da criação do Programa Melhor em Casa, que estabelece diretrizes para o arranjo da atenção domiciliar e a determina como um formato de atenção à saúde que substitui ou complementa às já existentes. Desse modo, a atenção domiciliar caracteriza ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças, bem como reabilitação oferecida em domicílio. Além disso, têm garantia de seguimento dos cuidados, sendo integrada às Redes de Atenção à Saúde (RAS) do Sistema Único de Saúde (OLIVEIRA; KRUSE, 2017). Os usuários podem acessar o serviço por meio de demanda espontânea, quando eles procuram o SAD por telefone, indo até a um SAD mais próximo, ou por meio de encaminhamentos das Redes de Atenção à Saúde (BRASIL, 2016). A visita domiciliar é a principal atividade do serviço, sendo ela utilizada há muito tempo na história da saúde, antes mesmo dos hospitais apresentarem a finalidade curativa atual. O atendimento domiciliar é amplo e se refere a atividades profissionais no domicílio das pessoas, envolvendo o enfermo e sua família, podendo ser realizado pela internação no domicílio ou pela visita no domicílio. Essa atividade permite aos profissionais efetivar procedimentos sem que estes se configurem como tratamento intensivo da internação domiciliar ou mesmo objetivos de educação e levantamento de dados da visita, estabelecendo-se, assim, como um atendimento domiciliar propriamente dito (LACERDA et al. 2006). Devido ao grande número de pacientes contemplados pelo serviço e a pequena quantidade de profissionais disponíveis no setor hospitalar (uma psicóloga e uma estagiária), um dos meios pelos quais a psicologia chegava ao paciente na época da experiência era através da solicitação feita pela equipe. Em um dos casos atendidos, no qual um paciente diabético não seguia a dieta recomendada pelo nutricionista, já havia por parte da equipe conversas a respeito de uma alta administrativa — quando é dada alta ao paciente pelo não cumprimento das orientações passadas pela equipe — uma vez que por não aderir à dieta o paciente estava enfrentando dificuldades nos cuidados referentes aos outros procedimentos, como a apresentação de piora nos

curativos. Assim, a psicologia foi acionada pela EMAD e houve, com sucesso, um trabalho com o intuito de evitar seu desligamento do serviço. Em casos como esse, a psicologia do SAD do Walfredo Gurgel trabalha com o paciente o seu comprometimento com a equipe, mas principalmente com ele mesmo, na tentativa de fazê-lo perceber a importância de seguir as recomendações dadas para que haja uma recuperação satisfatória. Dessa forma, as intervenções realizadas durante o período do estágio englobaram questões referentes ao autocuidado, autonomia e autoestima, além do acolhimento e apoio, ações características da psicologia enquanto campo prático e teórico. Ainda, é importante frisar que a visita domiciliar é pano de fundo para entendimento de assuntos psicossociais mais complexos, que se fazem presentes nas mais diversas ações do adoecimento. O fato de o paciente estar em casa, enfermo e acamado, em um processo de adoecimento grave e demandando ajuda externa até mesmo nos cuidados básicos do dia a dia, implica no envolvimento e auxílio das famílias, que por isso também passam a necessitar da atenção da equipe multiprofissional (YAVO; CAMPOS, 2016). Diante disso e do que foi visto ao longo da vivência aqui descrita, faz-se necessário destacar a necessidade de um olhar diferenciado dos profissionais de toda a equipe, uma vez que cada demanda possui especificidades que influenciam diretamente no modo como ela será conduzida, bem como nas possibilidades de sucesso e satisfação de ambas as partes. **CONCLUSÃO:** A vivência do Estágio Profissional II no Complexo Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel constituiu-se como extremamente enriquecedora, uma vez que houve a possibilidade de vivenciar a prática do profissional de psicologia num contexto de demandas tão urgentes, diversas e sensíveis. Trabalhar a psicologia hospitalar em suas mais variadas nuances proporcionou um melhor entendimento do compromisso e da disponibilidade para com o outro, características básicas e essenciais no exercício dessa profissão. Com o exercício de um trabalho voltado à tríade, ficaram claras as contribuições dadas pelos autores para os processos de enfrentamento e ressignificação de pacientes e familiares, assim como para a abertura de um espaço de reflexão na equipe a respeito da qualidade do cuidado oferecido pelos profissionais. Ainda, foi possível desmistificar algumas ideias pré-concebidas a respeito da realidade do hospital, desenvolvendo e descobrindo nas dificuldades recursos habilidades que auxiliaram na minimização do sofrimento presente em tantas histórias e situações. Também foi possível amadurecer e exercitar conceitos trabalhados em sala de aula, como a interdisciplinaridade, posto que a colaboração entre profissionais mostrou-se uma das ferramentas mais eficazes no auxílio do tratamento de pacientes e suas redes de relações, como também na própria condução das demandas por parte da equipe de saúde. Assim, conclui-se que a experiência foi de grande valia não só para os autores enquanto futuros psicólogos, mas também para a luta em prol da humanização na saúde, que foi disseminada durante todo o tempo no contexto em meio a essa rica construção de saberes e cuidados.

REFERÊNCIAS

- ASCOM/HMWG. **O hospital**. 2016. Disponível em:
<<http://www.walfredogurgel.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=33384&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Institui%E7%E3o>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 963, de 27 de maio de 2013**. Redefine A Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, DF, 2016. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0825_25_04_2016.html>. Acesso em: 15 set. 2017.
- CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 1995. 112 p.
- FERREIRA, Priscila Dias; MENDES, Tatiane Nicolau. Família em UTI: importância do suporte Psicológico diante da iminência de morte. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.88-112, jun. 2013. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100006>. Acesso em: 14 maio 2017.
- FIGHERA, Jossiele; VIERO, Eliani Venturini. Vivências do paciente com relação ao procedimento cirúrgico: fantasias e sentimentos mais presentes. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.51-63, dez. 2005. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200005>. Acesso em: 14 maio 2017.
- LACERDA, Maria Ribeiro et al. Atenção à saúde no domicílio: modalidades que fundamentam sua prática. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 88-95, ago. 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000200009>. Acesso em: 15 set. 2017.
- LAZZARETTI, Claire Terezinha et al. **Manual de psicologia hospitalar**. Curitiba: Unificado, 2007. 68p.
- LUSTOSA, Maria Alice. A família do paciente internado. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.3-8, jun. 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100002>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- OLIVEIRA, Stefanie Griebeler; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. Melhor em casa: dispositivo de segurança. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e2660015, maio. 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000100318&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 set. 2017.
- PREGNOLATTO, Ana Paula Ferrari; AGOSTINHO, Valéria Batista Menezes. O psicólogo na unidade de terapia intensiva - adulto. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; DIAS, Rosana Righetto. **Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. p.139-153.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 201p.

YAVO, Ivete de Souza; CAMPOS, Elisa Maria Parahyba. Cuidador e cuidado: o sujeito e suas relações no contexto da assistência domiciliar. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 20-32, abril. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100002>. Acesso em: 17 set. 2017.

PERDAS E LUTO NA VELHICE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVIDO NO JUVINO BARRETO

AUTORES:

Hortencia Gabrielly Fonseca Costa

Nívia de Araújo Lopes

RESUMO: Este trabalho foi idealizado a partir da experiência na disciplina Práticas Integrativas em Psicologia V (PIPSI V), considerando a relevância de se discutir as perdas e os lutos em uma fase do desenvolvimento tão sublime, que é a velhice. Procurou-se, assim, agregar teorizações e reflexões que só dão qualidade à nossa prática enquanto estudantes de Psicologia. A parte teórica do trabalho foi desenvolvida ao longo do semestre de 2017.1 em sala de aula; já a parte prática, foi realizada na Instituição de Longa Permanência para Idosos Juvino Barreto, localizada na cidade do Natal, RN. Foi aplicada a entrevista com seis idosos de 65 a 90 anos, três sexo feminino e três do sexo masculino. Caracterizamos a situação dos idosos, investigando questões que abordam diversos aspectos de suas existências, sendo norteadas pelo tema perdas e luto na velhice. Pudemos observar que, em relação a mudanças significativas em suas vidas, os idosos relatam perdas, tais como: mudanças fisiológicas e físicas, separações conjugais, distância dos filhos, aposentadoria, mudança de cidade, a própria adaptação ao abrigo onde vivem, parentes e amigos.

Palavras - chave: Perdas. Luto. Velhice.

INTRODUÇÃO: Este trabalho corresponde a uma parcela significativa das atividades propostas para a disciplina regular do 5º período do curso de psicologia da UNIFACEX, denominada: Práticas Integrativas em Psicologia V (PIPSI V). A mesma tem o papel de realizar uma atividade de campo, interdisciplinar, em torno de uma temática que envolve a vida adulta e a velhice. O trabalho é desenvolvido por grupos de alunos e foi realizado durante o semestre de 2017.1. Tendo como orientadora a professora da disciplina PIPSI V, enfatizamos que o objetivo primordial do trabalho é exercitar a interdisciplinaridade, proporcionando ao aluno uma compreensão integrada e sistêmica dos assuntos ministrados nas diferentes disciplinas, afastando-se assim de uma visão fragmentada da aprendizagem. As reflexões feitas em sala de aula nos proporcionaram um embasamento sobre essas fases do desenvolvimento humano, a saber, a vida adulta e a velhice, pois estudamos questões como faixa etária que as definem, teorias, características da vida adulta e da velhice, idosos no Brasil, conceito de qualidade de vida, dentre outros; ou seja, aspectos biopsicossociais, desde o adulto jovem até a velhice, que contribuíram como um respaldo teórico para nossa visita a campo. O contexto escolhido foi uma instituição de longa permanência para idosos, o Abrigo Juvino Barreto, localizado na cidade de Natal, RN, cuja data de fundação é 26 de março de 1944. Essa instituição, historicamente, tem prestado grandes serviços aos desabrigados da seca e aos imigrantes que foram recebidos em casa especialmente construídas para eles. Está situado na zona urbana da cidade de Natal e é uma residência preparada para receber hóspedes e moradores das cidades do RN (INSTITUTO JUVINO BARRETO, 2005). Foi uma oportunidade ímpar relacionar as teorias estudadas em sala, compreendendo-as através do contato e da participação na rotina destes idosos. Unimos a proposta da PIPSI V, que é o enfoque na Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

qualidade de vida, à proposta do grupo, que é conhecer as perdas e luto na velhice, o que resultou em um questionário voltado para aspectos que englobasse perdas para vida e perdas para morte. Alguns exemplos de perdas relacionadas à vida são a aposentadoria, saída de casa para morar em abrigo, limitações físicas, rompimento com a família, fechamentos de ciclos e novas trajetórias. Quando nascemos, damos início ao processo de envelhecimento e passamos por várias fases do ciclo de vida, como ser biologicamente enraizado e sócio-historicamente constituído. Com isso, ocorrem várias transições até se chegar ao envelhecimento e ainda assim o ser humano enfrenta mudanças e passa por diversas transições. A velhice é marcada por vários processos, alguns deles por um lado é marcado pela perda da energia física e da capacidade de locomoção, cansaço, fadiga, diminuição da força e falta de condicionamento físico, por outro lado, ganhos como o aumento de conhecimentos, devido à experiência de vida e aprendizagem ao longo da jornada até se chegar a velhice (PAPALIA; FELDMAN, 2013). O luto na velhice pode vir de várias formas: uma viuvez, perda da capacidade de locomoção, das amizades e do emprego, o afastamento de familiares, trazendo assim o isolamento ou uma moradia com desconhecidos em casas de repouso ou abrigos, entre outras perdas (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Os viúvos, principalmente, ingressam em uma faixa de risco acentuadamente maior de morte, por suicídio ou por causas naturais (BEE, 1997). A morte de um dos companheiros vai além da perda de um amigo íntimo e amante, pois a rotina passa por alterações. Se, por exemplo, antes se tinha o(a) parceiro (a) nas horas das refeições e até no preparo dos alimentos em conjunto, não havia o sentimento de solidão, mas companhia e interdependência. Por isso, uma das consequências da viuvez na velhice pode ser até a perda da identidade. A tristeza que perdura pode até precipitar a morte, principalmente por problemas cardíacos, cirrose, e sobretudo para os homens, por suicídio (BERGUER, 2003). Escolheu-se falar de lutos e perdas ligadas à velhice, pois essa é uma etapa de transição como qualquer outra antecedente, em que se perde em aspectos pra vida e pra morte. Alguns autores relatam que deve haver um processo de educação para a morte (KOVÁCS, 2008), como relatado a seguir:

Entendemos como educação para a morte a que se faz no cotidiano, envolvendo comunicação, relacionamentos, perdas, situações limites, nas quais reviravoltas podem ocorrer em qualquer fase do desenvolvimento. Está calcada nos questionamentos, na procura do autoconhecimento, na busca de sentido para a vida, o verdadeiro sentido de aprendizagem significativa (KOVÁCS, 2008, p.466).

Papalia e Feldman (2013) relatam que haverá perdas significativas no que tange à vida social do idoso, no corpo físico, e no aparelho psíquico. Haverá a “perda de si”, relacionando a processos de saúde e doença, e haverá também a “perda do outro”, que podemos chamar de perdas sociais, por não estarem mais em relações e encontros sociais tal como antes faziam. Haverá também “a morte como parte do desenvolvimento humano” (KOVÁCS, 2005, p. 487); em que “desde a sua mais tenra idade, acompanha o ser humano no seu ciclo vital, deixando suas marcas” (KOVÁCS, 2005, p. 493), marcas essas que acompanharam e acompanharão a vida de todo idoso, recheando suas vidas de momentos significativos e existenciais. **METODOLOGIA:** Esse trabalho teve como participantes idosos do abrigo Juvino Barreto. Desse grupo de idosos, selecionamos seis participantes, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino, com idade entre 65 e 90 anos. Foram feitas duas visitas com objetivos distintos, a primeira objetivou conhecer o abrigo; na segunda

visita, buscamos conhecer o ambiente em que eles estão inseridos e suas respectivas rotinas diárias, além da aplicação das entrevistas. Foi realizada a aplicação dos seguintes instrumentos e procedimentos: entrevistas com perguntas abertas do tipo qualitativa, realizadas individualmente, contendo perguntas relacionadas a assuntos envolvendo conceitos nas áreas de Psicopatologia, Psicologia e educação, Teste Psicológico I, Psicologia organizacional e do trabalho, além da Psicologia da vida adulta e velhice. Assim, também inserimos as perguntas relacionadas a perdas e lutos. Esses conceitos correspondem aos assuntos que foram estudados ao longo do semestre de 2017.1. As perguntas realizadas foram as seguintes: como você se descreve (seu jeito, sua personalidade)? ; Fale um pouco sobre você; Quais as mudanças mais significativas na sua vida (família, trabalho) que você lembra?; Você tem dificuldades em realizar alguma tarefa no dia a dia? ; Quais hábitos você acha importante na sua rotina para que nessa fase de vida em que você se encontra, possa viver de maneira plena?; Já sofreu alguma perda na sua vida? Se sim, o que você perdeu?; Como se sentiu no momento?; E hoje, o que você sente ao falar dessa perda? Como você lida com ela?; se você sentiu dor, como ela passou? O que você fez?; com qual idade começou a trabalhar?; Quais as ocupações você teve na vida? Qual delas se sentia mais satisfeito (a)?; Qual a importância que o trabalho teve/tem na sua vida?; você sente falta do trabalho?; Fale sobre seus medos, você tem medo de fazer algo? O quê?; você se considera uma pessoa ansiosa? (foi explicado antes o que era ansiedade); como era sua relação com os estudos, gostava de ir à escola?; Qual sua maior lembrança dos tempos da escola?; Existem dificuldades para conseguir ir à escola?; Hoje na instituição que vive, já alguma atividade de aprendizagem, como cursos, oficinas, pinturas? Se sim, como funciona e como você se sente realizando-as?; Como você avalia sua memória? (Se não souber responder, pode pedir que avalie de 0 a 10, zero para péssima e gradualmente para 10, ótima); Você se considera criativo?; Você consegue usar sua criatividade no seu cotidiano? Além da entrevista, realizamos a observação dos idosos e do ambiente do abrigo onde residem. Cada participante atestou que poderíamos utilizar os dados sigilosamente, pois foi solicitado para assinar um termo de consentimento livre e esclarecido (para uso das informações em fins acadêmicos e de pesquisa) e foi entregue aos mesmos um termo de compromisso por parte do grupo, com o compromisso do sigilo e o contato da instituição. **RESULTADOS:** A partir dessas entrevistas foi possível caracterizar a situação dos idosos investigados com questões que abordam diversos aspectos de sua existência, sendo norteadas pelo tema perdas e luto na velhice. Pelos relatos de profissionais que trabalham no abrigo, e a partir de observações no local e também a partir das respostas do grupo foco da investigação, percebe-se que a maioria dos idosos que ali se encontram já não possuem mais familiares na cidade, ou os que ainda possuem, não tem condições financeiras e/ou emocionais de cuidar daquele idoso de maneira adequada. Alguns perderam os cônjuges e/ou não tiveram filhos, portanto o abrigo foi o único lugar possível, onde esses idosos conseguiram estar inseridos socialmente e ter uma velhice mais digna, convivendo com outros idosos e podendo ser cuidado pela equipe do instituto. Os idosos descrevem a si mesmos como felizes, amáveis, calmos, respeitadores, simpáticos, sinceros, fiéis com os amigos e educados. Quanto a mudanças significativas em suas vidas, relatam fatos como: separações conjugais, distância dos filhos, aposentadoria, mudança de cidade, e a própria adaptação ao abrigo onde vivem. Todos esses aspectos citados caracterizam-se como perdas para a vida, porém ao serem questionados sobre “perdas durante suas vidas”, relatam morte dos filhos, por abortos ou partos mal

sucedidos; morte dos cônjuges, separação dos filhos; nestes momentos de perdas, afirmam terem sentido muita tristeza; também relataram que a separação deles com os filhos foi considerada pior do que a separação conjugal, e tiveram que buscar forças muitas vezes através da espiritualidade, para dessa forma conseguir estabilizar as emoções. Hoje em dia os mesmos expõem que sentem uma grande saudade, sentimento que aos poucos substituiu a dor, e que se apegam a fé para conseguirem seguir em frente. Eles relatam também não terem grandes dificuldades em realizar as atividades cotidianas, e acreditam que alguns hábitos na rotina podem contribuir para a qualidade de vida, como frequentar missas, praticar atividades físicas, pintar, jogar dominó, dançar, bordar, cultivar amizades e ajudar as pessoas, atividades que os mesmos podem realizar dentro do próprio abrigo. Em relação à vida laboral e a esse período vivido por eles, relatam que o significado deste em suas vidas é/foi de grande relevância, pois a maioria começou ainda criança a trabalhar em atividades informais, auxiliando a família com a renda mensal. Quando questionados sobre a vivência da aposentadoria relatam se aposentarem por volta dos 60 a 70 anos de idade. Algumas idosas exerceram durante toda sua vida a função de dona de casa, e não assinaram suas carteiras, fato que contribuiu para que não tivessem seus direitos trabalhistas assegurados. Todos relatam sentir saudade do trabalho, do tempo em que se sentiam mais úteis. De acordo com as respostas dadas à entrevista realizada, podemos identificar claramente que o tempo de aposentadoria também é visto como um luto, já que se apresenta também como uma perda considerável no seu convívio social, de forma afetar o seu estado emocional e psicológico.

O ser humano cresce preparando-se para o trabalho e necessita dele, não só por uma questão de sustentabilidade, como de crescimento pessoal. Para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade capitalista em que o homem sem trabalho é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente. Os estudos comprovam que o trabalho representa um valor muito importante para as pessoas, o que dificulta o afastamento, para o gozo da aposentadoria (BULLA e KAEFER, 2003, p 5).

Observa-se que a vivência do trabalho é um elemento que compõe a identidade do indivíduo, e a aposentadoria pode significar, para alguns, a perda dessa identidade. Alguns, nesse período chegam a apresentar quadros depressivos e passam a se sentir inúteis e sem expectativa de vida, desejando que a morte lhes chegue logo (PAPALIA; FELDMAN, 2013). **CONCLUSÕES:** O trabalho aqui exposto foi o resultado de aprendizados e práticas em campo. Uma experiência valiosa, onde pudemos explorar um pouco mais o conteúdo ministrado em sala de aula, indo além do território acadêmico, desbravando a prática a partir da experiência em campo. Entender melhor esta fase do desenvolvimento nos proporcionou uma maior aproximação aos idosos, entendendo como vivem, sentem e se expressam. Assim percebemos o quanto cada experiência trazida é valiosa, agregadora a nossa prática. Abordando as perdas e luto na velhice, conseguimos perceber o quanto estas se fazem presentes em nossas vidas, e que a partir de perdas, também surgem oportunidades de algo novo, e principalmente de nos reinventarmos. Antes de visitar os idosos, acreditávamos que iríamos nos deparar com a finitude da vida, mas acabamos que, por aprender exemplos de pessoas resilientes, que em meio a tantas adversidades e limitações, conseguem seguir em frente e não deixar de sonhar, com o coração cheio de esperança, sorriso no rosto e com o brilho no olhar.

Acreditamos no início, que poderíamos doar algo de nós a eles, mas quem saiu transbordantes de experiências fomos nós. Muitos deles dizem que o segredo da vida longa é não se estressar, compreender as dificuldades, aprender a se alegrar nas pequenas coisas, começando pelo dia que amanhece. Seus sorrisos genuínos nos ofereceram a oportunidade de repensar sobre a vida, o quanto pode ser bela em qualquer estágio da vida. Discutir também a morte em sua plenitude é demasiadamente importante, pois além de usarmos da palavra como método para se quebrar significados, poderemos a partir disto reconstruir sentidos em relação a ela. Aqui no Ocidente, infelizmente, em decorrência de uma cultura imediatista, consumista e capitalista, que valoriza a “eterna juventude” olha-se o idoso e a morte com olhos não generosos, não se observa e não se atribui valor. Tem-se uma visão comum de que a velhice é uma fase pela qual todos passaremos e tentaremos retardá-la até onde pudermos; ao final, ela se esvai, e leva consigo muita sabedoria. Pensamos que quem não se educa, não reflete a respeito, não cresce, não chega lá, não vive plenamente, porque viver também é morrer. Por isso, é preciso que nós, enquanto estudantes de Psicologia, pensemos e reflitamos sobre maneiras de se trabalhar essas temáticas, seja em escola, em repartições públicas ou privadas, em hospitais, ou em comunidades, o importante é que o conhecimento seja compartilhado, para que cada pessoa dê o seu sentido particular a um momento tão singelo e único na “vida” ou na “morte”. Dessa forma, percebe-se que a educação para a morte é essencial e possível, pois “educação para a morte é um estudo sobre a possibilidade do desenvolvimento pessoal de uma maneira mais integral” (KOVÁCS, 2005, p. 486).

REFERÊNCIAS

- BERGER, K. S. **Desenvolvimento humano: da infância à terceira idade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ltc - Livros Técnicos e Científicos, 2003. 560 p. Tradução de: Dalton Conde de Alencar.
- BULLA, L.C. e KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, p.1- 8, dez. 2003.
- BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- INSTITUTO Juvino Barreto (Natal). Ong. **História do Instituto Juvino Barreto**. 2005. revista instituto juvino barreto 60 anos. Disponível em: <<http://juvinobarreto.com.br/instituicao/historia/>>. Acesso em: 24 maio 2017.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Amgm, 2013. 785 p.
- KOVACS, M. J. Educação para a morte. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 484-497, set. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 out. 2017.

KOVACS, M. J. **Desenvolvimento da Tanatologia:** estudos sobre a morte e o morrer. Paidéia (Ribeirão Preto) [online], v.18, n.41, 2008, p.457.

SERVIÇO-ESCOLA EM PSICOLOGIA COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO, PRÁTICA, PESQUISA E ATENDIMENTO À COMUNIDADE

AUTORES:

Bruna Nunes de Moraes

Clarissa Nesi Venzon

Paloma Tereza Melo Lorenço Dantas

Rosângela Paula de Souza

RESUMO: Os serviços-escolas de Psicologia (SEP) são de suma importância para a formação dos estudantes e a sociedade, por proporcionarem um espaço de aprendizado, pesquisa e atendimento à comunidade. No entanto, apresentam algumas peculiaridades, não encontradas na prática profissional formal. Este trabalho teve como objetivo avaliar a importância do SEP como processo de aprendizado, pesquisa e de benefícios à comunidade, relacionando com dificuldades que perpassam o fazer nessas instituições. Para isto, foram elencados tópicos referentes à prática de estágio profissional no SEP do Centro Universitário FACEX. Esses foram abordados através do relato de observações, vivências clínicas e reflexões teórico-práticas. Percebeu-se que questões formais relacionadas ao tempo de estágio e regras institucionais refletem no processo psicoterápico, assim como a necessidade de serviços não prestados pelo SEP. Conclui-se que o SEP atinge seus objetivos relacionados ao aprendizado, pesquisa e atendimento à comunidade. Sendo importante que alunos e supervisores fiquem atentos às peculiaridades inerentes ao estágio, tornando o SEP um local de reflexão e troca, possibilitando um manejo flexível de suas regras em prol do aprendizado e benefício à comunidade.

Palavras - chave: Serviço-escola. Psicoterapia. Estágio.

INTRODUÇÃO: Os serviços-escolas promovem benefícios para a formação dos estudantes, visto que, através da prática adquirem conhecimento sobre as ferramentas de atuação que respaldarão sua futura carreira profissional. Ademais, esses serviços favorecem a população cuja realidade social e econômica é menos favorecida, sendo considerado um espaço que oferece atendimento qualificado. Deste modo, proporcionam a porta de entrada para os estudantes de psicologia, pois permitem o contato com as práticas e atitudes clínicas, uma vez que os estagiários acolhem as demandas vivenciadas pelos pacientes e facilitam o processo de elaboração (MELO-SILVA; SANTOS; SIMON, 2005 apud PRODÓCIMO; HUEB, 2012). De acordo com diversos estudos, os serviços-escolas possuem três eixos principais, que são: ensino, pois promovem formação prática aos profissionais; atendimento às comunidades carentes, já que levam melhorias na qualidade de vida e bem-estar dos usuários; e a pesquisa, através da ampliação dos estudos com importância para a sociedade e comunidade científica. (ANCONA-LOPEZ, 2005; CAMPEZATTO; NUNES, 2007; MELO-SILVA; SANTOS; SIMON, 2005; ROMARO; CAPITÃO, 2003; SILVARES, 1998; apud CERIONI; HERZBERG, 2016). Corroborando e almejando atingir os objetivos de um serviço-escola, citados anteriormente, o Serviço-Escola de Psicologia (SEP) da UNIFACEX, oferece aos estudantes de psicologia vagas para estágios profissionais (profissional I, II e III) nas ênfases curriculares da saúde e educação, desde 2010. Tais estágios iniciam a partir do oitavo semestre até o fim do curso de psicologia, totalizando três semestres

de atividades em serviço-escola (CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX, 2011). Este trabalho trata da experiência de estagiárias na ênfase da saúde, especificamente atuando na psicologia clínica, executando atividades de plantão psicológico, triagem e psicoterapia, sob supervisão de campo e acadêmica, sendo esta última feita à luz da teoria psicodinâmica e psicanalítica. Para Rebouças e Dutra (2010) o plantão psicológico está relacionado com a disponibilidade do psicólogo de acolher a demanda emergente do paciente, facilitando a exposição de seu sofrimento, visando explorar a queixa e novas possibilidades de mudança. Já a triagem psicológica, segundo Marques (2005), tem como finalidade compreender o sofrimento do indivíduo que busca o atendimento, além de procurar formas de facilitar seu alívio. Também visa maneiras de elaborar hipóteses diagnósticas a fim de investigar possíveis encaminhamentos de acordo com a necessidade do usuário. Desse modo, a triagem perpassa o levantamento de dados, pois propicia espaço de alívio e ressignificação dos sofrimentos. Quanto à psicoterapia, Cordioli (2011) ressalta que se caracteriza como forma de tratamento realizada por profissionais de psicologia capacitados, tendo o objetivo de reduzir ou eliminar o problema vivenciado pelo paciente, fazendo uso de meios psicológicos. Na prática do estágio foi realizada psicoterapia como base na abordagem psicodinâmica, esta se fundamenta na teoria psicanalítica, apresentando como propósitos elaborar e resolver desordens intrapsíquicas com a finalidade de reorganizar, reestruturar e desenvolver a personalidade do indivíduo. Desse modo, busca entender o dinamismo dos processos psíquicos, norteando a atuação na direção do *insight*. (GORGATI; HOLCBERG; OLIVEIRA, 2002). A psicoterapia tem a relação terapêutica como principal foco, propiciando um ambiente adequado para compreender e explorar a vida interior do paciente. Sendo assim, o psicoterapeuta precisa estar emocionalmente receptível e disponível para acolher o paciente (CALIGOR; KERNBERG; CLARKIN, 2008). Desse modo, pode-se afirmar que as psicoterapias mobilizam afetivamente o paciente, produzindo efeitos em suas emoções e expressão dos afetos, nas resistências e mecanismos de defesa; ainda proporciona mudanças (KARASU, 1986 apud CORDIOLI, 2011). Diante do exposto, se perceber a importância do serviço-escola para a ampliação dos saberes enquanto estudantes e futuros psicólogos, visto que é possível exercer uma postura empática, acolhedora e sensível junto ao paciente em sofrimento. Ademais, através da execução do estágio profissional, tornou-se viável compreender aspectos relacionados a mecanismos de defesa, vínculos, transferências, contratransferências, entre outros, que são importantes para o manejo clínico. Bem como, pessoas da comunidade também foram beneficiadas com o serviço e, ainda, os resultados foram utilizados para promover reflexões e quem sabe novos estudos, através deste relato vivencial, entre outras possibilidades. Contudo, Salinas e Santos (2002 apud PRODÓCIMO; HUEB, 2012) ressaltam que apesar dos benefícios trazidos aos estudantes e comunidade, os serviços oferecidos pelos serviços-escolas precisam passar por avaliações, visando uma reflexão acerca dos fazeres, assim, proporcionando uma melhor organização das atividades quando se fizerem necessário. Tais ideias foram corroboradas pela experiência prática no estágio, visto que algumas situações podem ser remanejadas, abrindo exceções às regras do SEP, porém outras são difíceis de resolver, por serem situações inerentes ao estágio. Portanto, este trabalho tem a proposta de relatar a experiência prática de estagiárias do décimo período do curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Facex – UNIFACEX, no Serviço Escola de Psicologia (SEP). Tendo o objetivo de avaliar a experiência do estágio como processo de aprendizado e de melhorias a comunidade

além de relatar algumas dificuldades que perpassam o fazer nessas instituições. Tal temática foi pensada, diante da importância de relatar as melhorias proporcionadas aos usuários do SEP; e os benefícios ofertados aos estagiários, no qual foi possível vivenciar situações da atuação clínica, enfrentadas também na vida profissional; além de mostrar os percalços que dificultam o fazer, visto a necessidade de serem manejadas e repensadas, visando à melhoria dos atendimentos. **METODOLOGIA:** Este relato vivencial se refere a um conjunto de experiências de três estagiárias do curso de graduação em Psicologia da UNIFACEX, na ênfase curricular da Saúde, que exerceram atividades relacionadas à psicologia clínica fundamentada na abordagem Psicodinâmica. O trabalho remete-se ao período compreendido entre março a outubro do ano de 2017. A população atendida e beneficiada neste período foram dezessete usuários, do sexo masculino e feminino, com idade de 05 a 52 anos. Os serviços contemplados no relato referem-se às atividades de Plantão Psicológico, Triagem e Psicoterapia Individual. Foram selecionados aspectos específicos dos atendimentos feitos, relacionados à temática deste relato como: empecilhos inerentes ao período formal de duração do estágio; o impacto da situação de estágio na relação terapêutica; a necessidade de tratamentos combinados e interdisciplinares, que exigem encaminhamentos para serviços externos; a participação dos familiares nos tratamentos infanto-juvenis; e o engajamento dos pacientes no próprio processo. Os métodos utilizados foram observação, análise de entrevistas inerentes aos atendimentos e reflexões teórico-práticas, realizadas em supervisão acadêmica. O relato abrange a experiência do estágio como um todo, não se referindo a estudos de casos específicos, desta forma não se fez necessário o uso de autorização através de Termo de Responsabilidade Livre e Esclarecido para a construção do mesmo. Vale ressaltar que todos os atendimentos feitos com crianças e adolescentes tiveram o conhecimento e aprovação dos responsáveis. **RESULTADO:** Como visto anteriormente, as atividades efetuadas na prática do estágio profissional no SEP foram plantões psicológicos, triagens e psicoterapia com base psicodinâmica. Estas ocorrem a partir das necessidades dos usuários, que vem ao serviço-escola por demanda espontânea, ou seja, buscam o serviço por reconhecer que, no momento, não conseguem lidar com suas dificuldades sozinhos; ou por agendamento prévio, realizado pelos estagiários, a partir da lista de espera. Chegando ao serviço, são acolhidos e escutados, a partir das fragilidades identificadas são encaminhados, de forma interna ou externa, para a modalidade que melhor atenda suas demandas. Vale salientar que a permanência no serviço dependerá da situação financeira, visto que, existe um limite de renda estabelecido para o atendimento, por se tratar de uma instituição voltada a pessoas desfavorecidas economicamente. Diante das necessidades evidenciadas pelos pacientes, Cordioli (2011) explana que no processo terapêutico, mostrar por meio da fala os afetos e pensamentos, possibilita a cura dos sintomas vivenciados, porém para que isto ocorra é necessário se desenvolver, entre paciente e terapeuta, a capacidade de formar uma boa vinculação e relação de trabalho baseada na confiança, empatia e respeito, tal processo se denomina de aliança terapêutica. Para isto, o primeiro contato é fundamental, pois representa um momento sensível e ao mesmo tempo concludente para o paciente, visto que deposita suas principais angústias, na figura do terapeuta, sendo crucial para o tratamento a forma como se sente acolhido por este. Assim, é notório a importância de uma boa relação terapêutica e estabelecimento do vínculo para um melhor aproveitamento do tratamento, porém nesse tipo de serviço, devido à saída dos estagiários ao fim do período de estágio, dificulta-se este processo, o

vínculo ocorre, porém é interrompido. Na vivência, foi possível perceber que muitos pacientes fazem uso dos serviços ofertados por longos períodos de tempo, dependendo da sua demanda de sofrimento, pois não conseguem outro espaço para atendimento devido à circunstância econômica. Deste modo, passam pelo processo de quebra do vínculo várias vezes, carregando a sensação de 'abandono' por parte do terapeuta, tendo a impressão de regressão do tratamento, pois acreditam que novamente terão de iniciá-lo. Isso foi verificado ao recebermos pacientes que já estavam sendo atendidos anteriormente por outros estagiários e precisaram ser encaminhados para dar continuidade, já que o período de estágio do aluno que os atendia havia encerrado, mas a necessidade de tratamento prosseguia. Diante disso, se percebe uma ansiedade, angústia e insegurança por parte do paciente por não conseguir visualizar uma perspectiva futura de atendimento com o mesmo estagiário, com quem construiu um vínculo e vem apresentando possíveis melhoras. Essa quebra, em alguns casos, se torna negativa para a continuação e comprometimento do processo terapêutico. Observou-se que, por vezes, o paciente abandona o processo por não querer vivenciar novamente o sofrimento. Deste modo, é fundamental que os estagiários estejam preparados para lidar com esta questão de restrição temporal e possam transmitir aos pacientes que os avanços ocorrem por mérito próprio, sendo o terapeuta um facilitador desse processo, e que o vínculo terapêutico poderá ser reconstruído com outro profissional. Portanto, considerando a importância do vínculo terapêutico, é imprescindível refletir sobre a questão do tratamento e manejo com os pacientes, tentando ao máximo minimizar os danos causados devido à rotatividade dos estagiários. Percebe-se isto, pois nem todos pacientes atendidos em psicoterapia estarão aptos ao recebimento de alta ao fim do estágio, o que remete a situação da continuação ou encaminhamento. Esta é uma situação própria do estágio que gera angústias e ansiedade nos estagiários, uma vez que, pertence ao funcionamento da instituição de ensino e não tem uma solução viável a ser realizada. Lopes (1983), afirma que na maioria das vezes o sucesso das indicações não é verificado por quem faz. O encaminhamento se torna a saída que o profissional encontra diante da impossibilidade de atender seu paciente. Isto possibilita, de alguma forma, amenizar a angústia, deixando o estagiário com a sensação de ter feito algo pelo paciente. Além do período pré-determinado de meses para a execução do tratamento, indo ao encontro de alguns princípios da técnica psicoterápica e do processo em si, percebe-se outra dificuldade enfrentada pelos pacientes. Por se tratar de uma instituição de ensino, ocorrem os períodos de recesso ao fim do ano, o que acarreta a interrupção do processo, em no mínimo dois meses, o que pode facilitar o aumento dos riscos e fragilidades emocionais do paciente. Importante ressaltar que as situações de férias existem na psicoterapia, e são trabalhadas no decorrer do processo (ZIMERMAN, 2004). No entanto, por vezes o recesso institucional é demasiado longo e pode atrapalhar o processo terapêutico, ocasionando desligamento do paciente, já que somado ao tempo longo há o fato da troca do terapeuta anteriormente citada. Importante salientar, que apesar das dificuldades encontradas, foi possível perceber mudanças significativas nos pacientes a partir da escuta e acolhimento disponibilizados pelos terapeutas. Durante os atendimentos foi notório avanços relacionados aos traumas da infância que impediam os pacientes de realizar atividades importantes para a vida diária, com a adesão ao processo psicoterápico voltaram a efetuar suas atividades, possibilitando uma melhor qualidade de vida. Além disso, também se notou pacientes que apresentavam resistências em relação ao acompanhamento psicoterápico e psiquiátrico, e a partir dos atendimentos e da vinculação

estabelecida, começaram a desenvolver um maior autocuidado. Desse modo, se percebe que a psicoterapia é um processo que proporciona mudanças e mobilizações nos indivíduos, tendo por base uma boa vinculação e a disposição da dupla, o terapeuta para acolher e intervir, o paciente para relatar as angústias, traumas e vivências. Ademais, encontram-se dificuldades associadas ao atendimento psicoterápico em geral, sendo ele institucional ou não. Como o comprometimento dos pacientes com o seu processo, visto as inúmeras faltas aos atendimentos, percebe-se que as dificuldades financeiras para locomoção também afetam, além da resistência em nível inconsciente as mudança. Importante ressaltar, que é feito um contrato terapêutico no início do tratamento. Segundo Cordioli, (2011) o contrato é um acordo entre ambos, paciente/terapeuta, no qual são esclarecidos pontos sobre o processo terapêutico e, ainda, combinadas questões de horários, faltas, sigilo, entre outros. Desse modo, os pacientes estão cientes do funcionamento do serviço, e a forma como ele desempenha ou não os pontos abordados no contrato terapêutico, refletem aspectos da sua personalidade e da relação que será estabelecida no *setting* terapêutico. No SEP, entre outras combinações, é esclarecido que são permitidas apenas três faltas consecutivas, sem justificativa, estando o paciente sujeito a perder o seu horário de atendimento. Importante salientar que os estagiários entram em contato com os pacientes faltosos, a fim de mobilizá-los para o atendimento. Sobre o contato do paciente com o terapeuta, o telefone da instituição é informado, e se for constatada presença de riscos, como em pacientes com ideação suicida, por exemplo, o estagiário é orientado a dar seu próprio número, sendo essa uma situação de flexibilização das regras institucionais em prol do bem-estar do paciente. Para mais, existem dificuldades referentes aos encaminhamentos dos pacientes para acompanhamento psiquiátrico, avaliação neuropsicológica, dentre outros, após o processo de triagem ou até mesmo no decorrer da psicoterapia. Uma vez que, esses serviços não são prestados pelo SEP-UNIFACEX e na maioria das vezes, de difícil acesso para pessoas de baixa renda, pois dependem do serviço público, que não contempla as demandas existentes, ficando os pacientes sem alternativa, a esperar uma longa fila. A partir dessa concepção os autores Esposito e Savoia (2006) ressaltam que a assistência em Saúde Mental ainda permanece deficitária e os recursos são escassos. Em relação à importância dos encaminhamentos psiquiátricos, Cordioli (2011) defende que as psicoterapias caracterizam-se como uma atividade eminentemente colaborativa entre paciente e terapeuta e constituem-se em importante recurso para o tratamento dos transtornos mentais e dos problemas de natureza emocional, porém em algumas situações, se faz necessário o uso de psicofármacos, como coadjuvante no processo de tratamento. Durante a vivência do estágio nos deparamos com situações nas quais a indicação para tratamentos combinados foram essenciais para o bom andamento do processo psicoterápico, pois com a sintomatologia psiquiátrica amenizada, o processo psicoterápico pôde evoluir de forma mais eficaz. Finalizando os tópicos definidos para análise neste relato, e ainda relacionada ao fazer terapêutico que vai além do SEP, abordaremos o engajamento dos familiares no processo terapêutico dos filhos. A falta de envolvimento, colaboração e resistência das famílias se tornam presentes e prejudiciais para o processo. Na maioria das vezes é necessário o encaminhamento de familiares para tratamento psicoterápico por se mostrarem ansiosos, depressivos, não se comprometendo com o cuidado e tratamento dos filhos, tendo dificuldade de entrar em contato com as suas próprias questões, apresentando cargas emocionais fortíssimas do passado, que não foram elaboradas e muitas delas transferidas para

os filhos. A este respeito, é esclarecedora a afirmação de Osti e Sei (2016) de que a família possui extrema importância no desenvolvimento da criança, se tornando fundamental o envolvimento dos pais com a psicoterapia da criança, cabendo ao terapeuta entender e saber manejar a situação para um melhor encaminhamento. Sobre as resistências relacionadas ao tratamento dos filhos, Ferrari (2012 apud OSTI; SEI, 2016) enfatiza ser necessário investir no tratamento incluindo, envolvendo e influenciando os genitores. Desse modo, o terapeuta facilita a mediação entre a criança e os desejos dos pais, visto ser imprescindível uma intervenção com eles. Em muitos dos casos ocorrem abandonos pelo fato dos pais não suportarem entrar em contato com as suas questões e com a melhora dos sintomas dos filhos. O autor Sandler (1990) considera que alguns termos baseiam-se na resistência do paciente ou dos pais, relacionada a um motivo externo válido. Verificamos duas situações que corroboraram o trazido pelos autores, nas quais no momento em que os responsáveis foram comunicados sobre a importância de maior participação e iniciaram processo psicoterápico o tratamento ficou comprometido pelo abandono. **CONCLUSÃO:** A partir desta reflexão sobre a vivência no estágio profissional, percebeu-se que apesar das dificuldades citadas relacionadas às limitações do serviço e também dos pacientes, é notável a importância das clínicas-escolas e dos benefícios ofertados para os estudantes e comunidade. Ao disponibilizar um espaço de acolhimento, gratuito, na qual o indivíduo em sofrimento é visto e ouvido como dono da sua história, sem julgamento ou pré-conceitos, levando sempre em consideração sua subjetividade, singularidade, aspectos emocionais e sociais, e suas principais necessidades, visando qualidade de vida, possibilitando, assim, melhorias significativas na saúde mental do sujeito. Além disso, possibilita ao estudante a construção de degraus na carreira profissional, visto que as experiências clínicas e adesão de conhecimento propicia o estabelecimento do pensamento clínico que tem o seu início na graduação e perpassa toda a vida profissional, (AGUIRRE, 2000 apud MEIRA; NUNES, 2005). Deste modo, pode-se afirmar que as clínicas-escola acolhem as duas clientelas, os estagiários, com suas demandas particulares em termos de objetivos educacionais, desenvolvimento de capacidades, habilidades e condutas, e a comunidade em que está inserida, que também apresenta suas dificuldades e características específicas e precisam de acolhimento, visto que, por muitas vezes, contam apenas com este serviço disponibilizado pelas universidades (AMARAL, et al., 2012). Assim, se percebe que as dificuldades associadas ao fazer do psicólogo na clínica-escola existem e estão relacionadas a aspectos institucionais, como também, à disponibilidade e mecanismos egóicos do paciente. Assim, é notório que tais contratemplos vão além da prática psicológica, possuindo difícil manejo. O que reforça a importância deste trabalho direcionar o olhar para dificuldades percebidas e possibilitar uma reflexão sobre possíveis manejos que são importantes nos serviços-escolas de psicologia. Apesar disso, entende-se que o serviço-escola cumpre sua função nos três níveis: ensino, através da prática; atendimento à comunidade carente; e pesquisa, possibilitando reflexões acerca da temática.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. E. V. et al. Serviços de Psicologia em Clínicas-Escola: Revisão de Literatura; Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Francisco; **Rev. Boletim de Psicologia**, v. LXII, n. 136, p. 37-52; São Paulo, 2012.

CALIGOR, E.; KERNBERG, O.; CLARKIN, J. F.; **Psicoterapia Dinâmica das Patologias Leves da Personalidade**. POA: Artmed, 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX, Serviço Escola de Psicologia (SEP); Natal, 2011. Disponível em: <<http://unifacex.com.br/institucional/extensao/servico-escola-de-psicologia/>> Acesso em: 10 out. 2017.

CERIONI, R. A. N.; HERZBERG, E.; Expectativas de Pacientes acerca do Atendimento Psicológico em um Serviço-Escola: da Escuta à Adesão. **Rev. Psicol. cienc. prof.**, v. 36, n. 3, p. 597-609; Brasília, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300597&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001402014>.

CORDIOLI, A. V.; e colaboradores. **Psicoterapias: Abordagens atuais**. 3. ed. POA: ArtMed, 2011.

ESPOSITO, B. P.; SAVOIA, M. G.; Atendimento especializado a adolescentes portadores de transtornos psiquiátricos: um estudo descritivo. **Rev. Psicol. teor. prat.**, v. 8, n. 1, São Paulo, 2006. p. 31.

GORGATI, S. B.; HOLCBERG, A. S.; OLIVEIRA, M. D.; Abordagem psicodinâmica no tratamento dos transtornos alimentares. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 24, supl. 3, p. 44-48; São Paulo, 2002 .

LOPES, A. M.; Características da clientela de clínicas-escola de psicologia em São Paulo; **Rev. Arq. bras.Psic.**, v. 35, n.1, p.78-92; Rio de Janeiro,1983.

MARQUES, N.; Entrevista de triagem: espaço de acolhimento, escuta e ajuda terapêutica. In: MACEDO, M. M. K.; CARRASCO, L. K.; (Orgs.). **(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 161-180, 2005.

MEIRA, C. H. M. G.; NUNES, M. L. T.; Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; **Rev. Paidéia**, v. 15, n. 32, 2005.

OSTI, N. M. D.; SEI, M. B.; A importância da família na clínica infantil: um ensaio teórico-clínico. **Rev. Temas psicol.**, v. 24, n. 1, p. 145-157, mar. 2016 .

PRODÓCIMO, N, F; HUEB, M. F. D; Acolhimento psicológico na clínica escola: um relato de experiência. **Rev. Perspectivas em Psicologia**, v. 16, n. 1, pp. 46-56; Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2012.

REBOUÇAS, M. S. S.; DUTRA, E; Plantão Psicológico: uma Prática Clínica da Contemporaneidade; **Revista da Abordagem Gestáltica** – XVI, Goiânia, 2010. p. 19.

SANDLER, J.; e colaboradores; **Técnica da Psicanálise Infantil**, 2. ed., [S.l.]: Artes Médicas, 1990.

ZIMERMAN, D. D. **Manual de técnica psicanalítica**. POA: Artmed, 2004.

A VIVÊNCIA DO ENCONTRO TERAPÊUTICO EM UM SERVIÇO ESCOLA DE PSICOLOGIA

AUTORES:

Alisson de Oliveira Santos

Ana Andréa Barbosa Maux

RESUMO: O presente relato de experiência está vinculado à atividade de estágio curricular desenvolvida em um Serviço Escola de Psicologia e objetiva apresentar reflexões de um terapeuta iniciante na experiência do encontro terapêutico. Apresentando a importância da relação terapêutica no processo de formação profissional, enfatizando a relevância da implicação pessoal e profissional em acolher aquele que busca atendimento; considerando o momento histórico contemporâneo em sua dinamicidade de manifestações e os diversos locais de inserção dessas pessoas, que adentram os espaços de atendimento clínico psicológico, deste modo, demandado do profissional a mesma dinâmica em seu atendimento.

Palavras - chave: Formação. Acolhimento. Existência.

INTRODUÇÃO: Este trabalho é resultante da experiência de estágio curricular do curso de psicologia, ocorrido em um serviço escola de psicologia, que visa apresentar construções e reflexões sobre os momentos iniciais da experiência do encontro em terapia. Pautando-se no desenvolvimento de intervenção em nível de atendimento individual, partindo de uma perspectiva Fenomenológica-Existencial. Os focos das ações se voltaram para além do caráter técnico, mas, principalmente, para o estabelecimento de uma experiência voltada para o encontro com as pessoas (que aqui chamaremos Viventes) que buscam o atendimento, proporcionando uma linha conjunta de desenvolvimento pessoal e profissional, buscando ampliar a visão sobre as interações com a existência humana. No momento da busca pelo atendimento psicológico, a disponibilidade ao encontro terapêutico coloca-se como expressão da existência para ambos os envolvidos: o profissional e o vivente, que se encontram implicados naquela relação, apresentando-se como movimento de aparecimento existencial (LESSA e SÁ, 2012). Atuar pautado nessa implicação requer uma postura de desenvolvimento profissional com este escopo, como visto na literatura, é uma demanda que emerge ao profissional psicólogo. Dutra (2004) traz que o momento contemporâneo requer um novo enquadre da psicologia clínica, considerando o contexto de inserção de cada vivente, evitando o estabelecimento de recortes subjetivos e limitantes apenas ao que se apresenta no *setting* terapêutico. O terapeuta deve buscar a utilização do entendimento relacional. Objetiva-se apresentar como a experiência do encontro terapêutico, como seara ímpar a serem experimentadas em vista as necessidades contemporâneas de acolhimento às demandas subjetivas, é fundamental dentro do processo de formação profissional e que ultrapassa o conhecimento de técnicas. **METODOLOGIA:** Utilizou-se como recursos metodológicos a observação e os relatos da vivência do estagiário, descritos em um diário de bordo. O diário, escrito em forma de narrativa, “é considerado uma ‘ferramenta’ em pesquisa qualitativa cujo objetivo é o registro escrito de tudo o que acontece no campo, tanto nas práticas cotidianas quanto o que Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

o pesquisador sente e percebe.” (REBOUÇAS, 2015, p. 105). Por meio do diário de bordo o estagiário pode descrever suas afetações e sentidos experienciados durante os encontros terapêuticos com os viventes. O estágio profissional possibilita aos alunos do curso de psicologia o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis ao fazer profissional, como é o caso da escuta atenta e qualificada. A experiência de estágio ocorreu Serviço Escola de Psicologia do Centro Universitário Facex. A modalidade de estágio se deu no desenvolvimento de atendimentos individuais às pessoas da comunidade que buscavam os serviços de psicologia, entre o período de março a julho de 2017. Os atendimentos foram embasados por referencial psicológico de base Fenomenológica-Existencial, constituindo-se por uma perspectiva reflexiva voltada para os aspectos da existência humana. Foi realizado, neste período, o acompanhamento psicológico de oito pessoas demandantes de atendimento. **RESULTADOS:** A proximidade com a realidade de uma atuação profissional pós-academia foi o principal objetivo do estágio no Serviço Escola de Psicologia. A rotina de funcionamento reproduz, em condições mesmas, as vivências que existirão para o profissional quando já estiver em pleno exercício profissional. O elemento mais interessante foi interagir com toda essa dinâmica podendo perceber e internalizar as propriedades necessárias para entender o que faz um psicólogo no contexto de atendimento psicoterápico individual. O destaque deu-se para o processo de desenvolvimento destas habilidades de atuação dentro do contexto clínico tradicional, voltado para a importância da relação terapêutica como elemento fundamental para a prática clínica. Pôde-se perceber que ter disposição em atender as pessoas que buscam o atendimento é parte fundamental para que haja início o processo terapêutico. Um dos principais resultados obtidos desta experiência de estágio foi areflexão sobre a nomenclatura destinada às pessoas que buscam atendimento. Nós entendemos que os termos atualmente utilizados, tais como usuário, paciente e/ou cliente, não conseguem contemplar toda a complexidade e amplitude da existência de cada um e acaba por reduzir a capacidade de expressão existencial presente no ato de buscar atendimento psicológico (SANTOS e MAUX, 2017). Nesta perspectiva, propomos uma nova reflexão sobre os termos utilizados, considerando que a pessoa que chega para o atendimento não é paciente, posto que isso implicaria carecer da atenção de um terapeuta que dispõe de métodos e procedimentos para a cura. Também não é cliente porque não possui uma essência em busca de autorrealização. Tampouco é usuário, pois o encontro não é assistência técnica para resolução de problemas. Propomos o termo vivente. “Vivente de sua existência, que deseja partilhar e desvelar-se ao encontro. Estar disponível implica em acolher esta partilha e ser a clareira necessária para que o vivente se reconheça como tal” (SANTOS e MAUX, 2017, p. 139). Foi possível notar que, com a inclusão da faceta do acolhimento e disponibilidade ao outro, nesta experiência de estágio, este movimento implicado em estar disponível ao fluxo de velamentos e desvelamentos da existência, que acontece tanto pelo psicoterapeuta como pelo vivente, produz um aparato de disposição que nada mais é do que uma forma de estar com-o-outro antes mesmo de sua presença física. Lessa e Sá (2012) afirmam que este encontro que possibilitará que haja uma expressão do Ser será a coadunação entre duas pessoas no momento terapêutico, que em sua totalidade permitirá que haja uma manifestação da verdadeira existência. “Essa preocupação que, em sua essência, diz respeito ao cuidado propriamente dito, ou seja, à existência do outro e não a uma coisa de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, em seu cuidado, transparente a si mesmo e livre para ele”. (LESSA e SÁ, 2012, p. 396). Preparar-se para esse

encontro já é o próprio encontro. Esta forma de postura ocasionou impactos positivos nos acompanhamentos psicológicos realizados, tendo em vista a preocupação em estar disponível, favorecendo que os viventes pudessem entrar em contato, de modo mais próprio, com sua existência. As intervenções buscaram não enquadrar os viventes em normas ou classificação existente, mas sim, poder pensar de forma diferente, com base numa postura antinatural que vai ao encontro da contemplação do sentido originário da experiência do que é vivido pela pessoa (FEIJOO, 2011). Causando o desenvolvimento de melhoras nos estados de vidas as pessoas, aumentado à ocorrência de processos de saúde e bem-estar. Pensar a partir de uma visão antinatural fez favorecer que os fenômenos fossem apreciados em seus surgimentos originários e sentidos profundos. Lançar mão de uma postura como esta é possibilitar a saída da tendência de objetivação, instalada pelas ciências naturais; é ampliar as condições para a sua expressão de Ser existente, auxiliando desvelar sua própria existência que se encontra sob um horizonte histórico que esconde sua expressão subjetiva (FEIJOO, 2012). Todo esse engendramento que foi vivenciado é motor para novas formas de entendimento da clínica psicológica na contemporaneidade. Estabelecer um entendimento que consiga abarcar o máximo possível das diversas formas de expressão dos viventes e, conseqüentemente, sua existência, é de fundamental importância para acompanhar o momento histórico atual e poder oferecer prestações de serviços que não estejam limitadas ao tradicional, ou ainda, não favorecendo o desenvolvimento existencial dos viventes (DUTRA, 2004). As vivências destas atividades levaram a criação de uma abertura para que seja possível estabelecer “um relacionamento total entre duas pessoas” (MAY, 1976, p. 19 apud LESSA e SÁ, 2012, p. 394), o que proporcionou mudanças positivamente significativas nas pessoas atendidas.

CONCLUSÃO: Ao término da experiência de estágio foi possível agregar à formação profissional uma das melhores experiências de vida: dispor-se ao outro. Ter a oportunidade de poder ser exatamente como se é, e, com isso, ser facilitador do processo de outras pessoas, é o mais importante. A relevância destes processos de intervenções psicológicas, nesta experiência de estágio, possibilitou que o psicoterapeuta pudesse estar implicado e afetado pela relação existente dentro das relações de atendimento psicoterapêutico, atentando-se para esta, como sendo o local de onde emerge o fenômeno psicológico. Dentre os aspectos positivos presente nesse trabalho, destaca-se o espaço dado ao desenvolvimento da relação como forma de apropriação da existência singular de cada um, como um dos facilitadores para o desenvolvimento de processos de saúde e bem-estar. Com base nesta experiência, verifica-se vasto campo para pesquisas em delineamento qualitativo com o interesse de aprofundar como o investimento no aspecto das relações pode amplificar a qualidade das intervenções. Considera-se atualmente, a partir da literatura existente, que o fator relacional, elemento comum em todos os tipos psicoterapias, apresenta-se como elemento diretamente ligado às melhorias apresentadas pelos viventes, ao invés das técnicas e especificidades de cada modalidade de atuação psicológica. Destacamos assim, a importância do desenvolvimento de pesquisas em torno desta temática.

REFERÊNCIAS

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

FEIJOO, A. M. L. C. A clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica-hermenêutica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 3, p. 973-986, 2012.

_____. A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais. In: _____. **Da consciência intencional de Husserl à desconstrução da subjetividade moderna de Heidegger**. Edições IFEN, 2011.

LESSA, J. M.; DE SÁ, R. N. A relação psicoterapêutica na abordagem fenomenológico-existencial. **Análise Psicológica**, v. 24, n. 3, p. 393-397, 2012.

REBOUÇAS, M. S. S. **Aborto**: um fenômeno sem lugar – uma experiência de plantão psicológico a mulheres em situação de abortamento. Tese (Doutorado em Psicologia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências, Letras e Artes – Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2015.

SANTOS, A. O.; MAUX, A. A. B. Relato de Experiência: A vivência do encontro terapêutico em um serviço escola de psicologia. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA, 3; ENCONTRO NACIONAL DO GT DE PSICOLOGIA & FENOMENOLOGIA - ANPEPP, 2; E CONGRESSO INTERNACIONAL DE FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL, 1. O DESASSOSSEGO HUMANO NA CONTEMPORANEIDADE. 2017. Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: UFRN/CCHLA. 2017. P. 139. Disponível em: < www.gesdhufrn.com.br > Acesso em: 01 out. 2017.

ADMINISTRAÇÃO

AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE TREINAMENTO EM PRÁTICA DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

AUTOR:

Fellipe Wesley Bezerra de Melo Pinheiro

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar e comparar as teorias lecionadas na Universidade com a realidade das organizações, de como elas lidam, por exemplo, com as variâncias dos seus recursos humanos na sua estrutura. Neste periódico são apresentados referenciais teóricos acerca da importância da administração adequada dos recursos humanos e do gerenciamento de pessoas para obter o comportamento organizacional almejado. De forma específica, tem-se o objetivo de exibir os principais resultados destacando que: A falta de treinamento e desenvolvimento pessoal aos colaboradores enfraquece a atuação da organização no mercado; A motivação e satisfação dos funcionários influenciam no crescimento das empresas e; Como o clima e cultura organizacional são estruturados nas instituições. A metodologia aplicada trata-se de um estudo de caso com a utilização de técnicas de análise de conteúdo e embasamento em pesquisa bibliográfica. Interpreta-se, portanto que, o treinamento e desenvolvimento dos indivíduos nas organizações são extremamente importantes, pois ao valorizar seus recursos humanos, eles terão aptidão para a realização das suas atividades e irão contribuir positivamente para a organização.

Palavras - chave: Treinamento de Pessoas. Satisfação. Gerenciamento de Recursos Humanos.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas se tem visto, de acordo com novos estudos e teorias que abordam o fundamento da motivação, satisfação e o comportamento dos colaboradores nas empresas, o impacto que se tem sob essas características quando realizado um treinamento eficaz (ou não) sobre o indivíduo para realização de suas atividades nas organizações. Chiavenato (2008) observou que é difícil compreender os fatores intrínsecos que são responsáveis pela intensidade, direção e persistência que motivam e impulsionam as pessoas a agirem de determinada forma. Há também dentro desta perspectiva, o questionamento sobre a diferenciação entre gestão de pessoas e recursos humanos para compreender os comportamentos individuais e grupais nas empresas. De acordo com Gil (2007) gestão de pessoas é a atividade gerencial que visa à participação das pessoas que operam nas organizações para o alcance dos objetivos, tanto organizacionais quanto individuais. Por outro lado, na linha de estudo sobre recursos humanos, Chiavenato (2009) afirma que existem duas vertentes sobre as pessoas, que são em: Tratá-las como pessoas, compostas de sentimentos, emoções, motivações e valores e também como indivíduos que são vistos como recursos, dotadas de habilidades, competências e conhecimentos necessários para atividades organizacionais. E, ao não atentarem-se a essas teorias gerenciais, desenvolverá um desequilíbrio comportamental na organização, pois, segundo ROBBINS (2011, p. 07).

O comportamento organizacional (CO) é um campo de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura organizacional têm

sobre o comportamento das pessoas dentro das organizações, com o propósito de utilizar esse conhecimento para melhorar a eficácia organizacional.

Evidencia-se diante desse estudo que, atualmente muitos gestores ainda não remodelaram os seus regimes na administração para dirigir os seus colaboradores, contribuindo, sem notar, para um comportamento organizacional negativo, dispondo resultados desastrosos com as antigas estratégias e técnicas de que os funcionários são máquinas. Sobre as atuais práticas de recursos humanos nas organizações com processos gerenciais sem reformulação, Chiavenato (2009, p. 01) afirma que:

O tradicional conceito de Recursos Humanos - que ainda é praticado em muitas organizações e empresas - é um produto típico da Era Industrial [...] onde os as pessoas eram consideradas meros recursos inertes, sujeitos estáticos e passivos da administração. Mas hoje, deve-se lembrar que elas são parceiros ativos e proativos do negócio [...] e contribuem com as competências básicas da organização indispensáveis à sua competitividade e sustentabilidade.

Este relato de experiência, por meio de uma intervenção em formato de estágio, tem por objetivo sobreavisar gestores de empresas de pequeno, médio e grande porte para que verifiquem os seus métodos e procedimentos administrativos, ou seja, como lidam com os seus recursos humanos e gerem as suas pessoas e se de fato as lideram corretamente para que consigam atingir a eficácia organizacional, e assim, obter os resultados desejados pela empresa. A seguir, será apresentada a metodologia utilizada para o estudo em análise. **METODOLOGIA:** Localizada no Estado do Rio Grande do Norte, no primeiro semestre do ano de 2016, uma Instituição de Ensino Superior admitiu um estagiário, estudante do curso de Administração que atendeu aos pré-requisitos solicitados para a vaga. No cargo onde foi inserido, o estagiário poderia ter a oportunidade de verificar como uma empresa de médio porte no segmento de educação lida com as oportunidades de crescimento, inovação, ameaças e conflitos, como retém os seus clientes e mantém os seus funcionários motivados, e também se ela possuía a política de ter treinamentos e possíveis desenvolvimentos dentro da organização. Estudando, portanto, o comportamento organizacional da mesma. A metodologia utilizada para elaboração deste relato de experiência com classificação exploratória e descritiva foi através da modalidade de estudo de caso. Vergara (1997, p. 45) afirma que:

A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. [...] a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. [...] não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Esta modalidade de investigação serve para estimular a compreensão do leitor e ampliar os conhecimentos sobre uma determinada situação, como a da empresa em estudo. Segundo Yin (2001) esta metodologia representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos em estudo. O método de coleta dos dados necessários para o desenvolvimento deste artigo científico, foi através da observação e pesquisa bibliográfica. Como também, a técnica de análise de dados utilizada foi análise de conteúdo, que, para Bardin (2011), refere-se a:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Bardin (2011) afirma também que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise dos dados, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Dentro dos resultados obtidos que serão descritos a seguir, será abordado o impacto das ações realizadas, relatos do autor da intervenção proveniente das observações feitas no campo o qual atuou.

RESULTADOS: O serviço de intermediação de estágios, realizado pelo Instituto Euvaldo Lodi do Estado do Ceará (IEL/CE), representa a chance dos novos talentos complementarem a formação profissional, estagiando em uma empresa sob supervisão de profissionais experientes. Esse, portanto, é o momento onde a teoria acadêmica entra em sinergia com a análise da empresa, tornando-se real o que é lecionado pelo corpo docente nas instituições de ensino superior. Agregar-se-ia, portanto, valor ao curso em andamento e à carreira profissional do estudante, adquirindo conhecimentos para sua futura gestão em uma organização; ao observar na empresa onde atuou as alternativas para amenizar a assiduidade, rotatividade e manter a pontualidade dos seus colaboradores e; verificar as habilidades humanas que um gestor precisa ter para lidar com os empregados, desenvolvendo a capacidade de trabalhar com outras pessoas, compreendendo-as e motivando-as, seja individualmente como em grupo. Ao iniciar as atividades contratadas, o estudante teve que lidar com uma falha consideravelmente grave da empresa, onde a mesma não ofereceu um treinamento adequado para que o recém-contratado pudesse exercer apropriadamente as suas funções, visto que um treinamento eficaz ao estagiário é extremamente importante, pois se trata de uma atividade de extensão à instituição para o aprendizado e também, segundo Milkovich e Bourdreau (2010) conceituam o treinamento como sendo um processo sistematizado com o intuito de promover a aquisição de habilidades, regras e atitudes resultando numa melhor adequação entre as características dos colaboradores e as exigências diante de sua função na instituição. Assim, sem respaldo algum, no momento em que fosse lidar com os clientes que surgiriam com questionamentos a respeito dos serviços fornecidos pela instituição, o estagiário teria que aprender de forma aleatória e confusa as rotinas administrativas, o que lhe gerou desconforto, frustração e constrangimento durante o seu período de adaptação na empresa, permitindo-o estabelecer a primeira impressão negativa sobre aquela instituição. Chiavenato (2009) afirma que quando há frustração no ciclo motivacional, o organismo do indivíduo busca um meio indireto de saída e, geralmente é por via psicológica (agressividade, apatia, indiferença) e também fisiologicamente (tensão nervosa), como aconteceu com o estudante no início de suas atividades na organização. Durante um curto prazo, apesar das dificuldades de trabalhar de forma eficiente, o estagiário conseguiu destacar-se por sua proatividade e vontade de continuar a aprender e auxiliar a empresa em obter melhores resultados, sendo elogiado pela coordenação geral da empresa, que o motivou a buscar maiores reconhecimentos, pois, conforme a teoria de Alderfer chamada ERG (2006) *apud* Robbins (2011), afirma que há três grupos de necessidades que precisam ser saciadas. São elas:

I.Essenciais. Que são as necessidades existenciais, onde se refere aos requisitos materiais e tidos como necessidades básicas dos indivíduos;

- II. Necessidade de relacionamento. Que se tem o desejo de manter importantes relações interpessoais na vida pessoal e profissional e;
- III. Necessidades de crescimento. Onde há um desejo intrínseco de desenvolvimento pessoal, relacionando-se com a situação em estudo.

Diante dessa perspectiva, existem diversas organizações que não estão atentas a esse grupo de necessidades dos seus recursos humanos, eliminando a oportunidade de fazê-los crescer juntamente a organização, em gerar para o colaborador o sentimento de que eles fazem parte dela, através de programas de treinamento e desenvolvimento pessoal. Quando havia admissão de novos estagiários, por exemplo, com a mesma falta de treinamento do estudante que fora contratado antes, os posteriores a ele não permaneciam acima de 90 dias ativos na organização, pois da formas que viam os processos gerenciais da mesma, pediam desligamento e buscavam outra oportunidade para desenvolver seus talentos, habilidades e pontos fortes de personalidade para que essas características se tornassem perceptíveis e fossem exploradas pela gestão da empresa. ROBBINS (2011) relata que a saída do colaborador da organização é um dos sinais de insatisfação com o âmbito de trabalho, logo, gerava-se rotatividade no quadro de estagiários da organização, por tornar-se notório que as necessidades essenciais, de relacionamento e crescimento dos estudantes não estavam sendo valorizadas pela empresa. Semanas depois ficou evidente para o estagiário que os demais colaboradores estavam estagnados, desmotivados e faziam um atendimento irregular aos seus clientes. A confirmar então, a insatisfação de estar atuando naquela instituição, contribuindo para um fluxo de estresse contínuo com os clientes e entre os próprios colaboradores, por haver muito conflito de informações, pois, assim como não houve treinamento adequado ao estagiário, os demais também não o tiveram. Nesse entendimento, de acordo com Chiavenato (2009, p. 391):

O treinamento é o ato intencional de fornecer os meios para possibilitar a aprendizagem. [...] Deve tentar orientar essas experiências de aprendizagem num sentido positivo e benéfico [...] que beneficiarão a eles mesmos e à empresa.

Dentro dessa realidade e falta de atenção por parte da alta administração diante as situações, os colaboradores tinham um índice de alto de absenteísmo e pouca pontualidade e comprometimento com o trabalho, pois quando o funcionário se sente mal no ambiente que trabalha, demonstra diversos tipos de comportamentos para evitar estar naquele lugar, como afirma Robbins (2011) são quatro sinais de insatisfação que o funcionário evidencia, são:

- I. A saída e/ou desligamento da empresa, que o indivíduo desliga-se da empresa onde está insatisfeito e busca, portanto uma nova oportunidade de emprego;
- II. Voz. Onde o colaborador dirige-se ao gestor e relata as situações que estão a lhe causar insatisfação, e apresentar as possíveis soluções de melhoria;
- III. Lealdade. Onde o funcionário mesmo vendo os pontos negativos, irá manter-se na organização com pensamento positivo de que irá haver correção e; por ultimo,
- IV. A negligência, atitude passiva que possibilita que as coisas piores, onde o empregado terá atrasos crônicos, redução de empenho e aumento no índice de erros.

Tornava-se mais impertinente no ambiente empresarial observado, quando o coordenador geral da instituição lidava com seus funcionários, onde de forma

imprópria relacionava-se com eles, que em vez de demonstrar um posicionamento de gestor eficiente e equilibrado, era rude e indelicado, externando o clima e a cultura organizacional que prevalecia naquela organização, onde o fator principal do desequilíbrio da organização partia dele. Esta forma de gestão não era eficaz, pois provocava peso no ambiente e permitia que os resultados positivos fossem ainda menores, reafirmando o que escreveu SCHEIN (1989) que “a cultura organizacional é o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna. Funciona bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas” como também Chiavenato (2009) informa que “a cultura organizacional representa normas informais que orientam o comportamento dos membros de uma organização diariamente e direcionam as suas ações para a realização dos objetivos organizacionais”. Sobre o clima organizacional, Fleury e Sampaio (2002, p. 291) afirmam que:

[...] O clima organizacional refere-se à percepção que as pessoas têm da organização em que trabalham, percepção que pode ser influenciada pelos fatores conjunturais externos e internos à organização. A idéia do clima organizacional remete à noção de clima meteorológico e retrata um estado momentâneo da organização.

Esses fatos contribuíram para o estudante formular uma imagem extremamente desfavorável sobre a instituição de ensino onde trabalhara pela forma que era administrada que, por acomodação dos setores responsáveis, eram auto-sabotadas as oportunidades de crescimento, por motivo de que a gestão teria em vigor processos ineficientes e destrutivos, vistos pelos alunos e demais colaboradores que, mesmo desejosos por mudanças nos processos ativos na mesma, o gestor não se atentava devidamente a isso, encarando-os como ameaças e não como parceiros. De acordo com ROBBINS (2011) muitos gestores ainda não se preocupam com a satisfação dos seus empregados e, por isso, não acreditam que haja problemas, quando, na verdade, eles existem. Podendo utilizar pesquisas de opinião juntamente aos colaboradores, quais as melhorias cabíveis para a organização e, desta forma, em simplesmente ouvi-los e considerar que eles também fazem parte do processo de decisão, os satisfarão e se sentirão importantes na empresa. No item subsequente, os autores avaliaram o processo da intervenção quanto a sua utilidade, fragilidades e pontos fortes da intervenção. Apresentando também reflexões sobre ações corretivas que podem ser realizadas futuramente na área em estudo. **CONCLUSÃO:** De forma coesa, profissional, ética e com embasamento teórico estudado na academia, o objetivo deste artigo foi atingido em fazer a descrição das situações presenciadas pelo estudante, onde se fez a correlação da realidade empresarial com as teorias estudadas em sala de aula, possibilitando o desenvolvendo do pensamento e da observação crítica sobre o comportamento das organizações.

Todavia, faltou a apresentação da situação/problema relatada para a administração geral da organização para ser realizada a auditoria sobre todos os pólos da empresa e que fizessem a conscientização aos coordenadores das unidades, visto que se mantém até os dias atuais, infelizmente, a teoria da era industrial onde as pessoas são meros recursos financeiros que trazem lucros para a organização, tratadas como indivíduos sem sentimentos, valores e necessidades, sejam elas básicas, de relacionamento e/ou crescimento. Como também, careceu um questionário

avaliativo com os colaboradores e alunos para que fossem levantadas mais sugestões de melhorias para a instituição. Por fim, este artigo auxiliará docentes e discentes da escola de Gestão e Negócios de nível superior para que possa abranger os conhecimentos lecionados em salas de aula nas Universidades e correlacioná-los com o ambiente empresarial. Recomenda-se primordialmente aos gestores que possuem moldados nos processos de administração de suas empresas que adaptem nelas as novas teorias sobre a forma que se deve tratar os colaboradores, visto que em razão de muitas organizações ainda seguirem teorias que não devem mais ser utilizadas para lidar com os seus recursos humanos e gerenciamento de pessoas, visto que eles acarretam em resultados negativos, prejudiciais e desastrosos. E diante a falta programas de treinamento e desenvolvimento, tenham maior enfoque, tomando ações corretivas o mais breve possível, para que a instituição desenvolva as habilidades e competências dos seus colaboradores para que se torne um modelo referencial de gestão eficaz, onde há funcionários motivados, incentivados e privilegiados por atuarem nela.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo: 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Recursos Humanos: O capital humano das organizações**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

FLEURY, M. T. L; Sampaio, J. D. R. **Uma discussão sobre cultura organizacional**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2002.

GIL, A.C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO EUVALDO LODI DO ESTADO DO CEARÁ. **Estágio é a oportunidade de se tornar um novo talento no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.iel-ce.org.br/para-voce/86876/estagio/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. Ed. São Paulo: Pearson, 2011.

SCHEIN, Edgar. **Organizational Culture and Leadership: A dynamic view**. 2. ed. San Francisco: Jossey Bass Publications. 1989.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DESAFIOS DO MERCADO: PROMOVER INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO VANTAGEM COMPETITIVA

AUTORA:

Jéssica Bevenuto Dantas de Oliveira

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade apresentar a importância da inovação organizacional por meio da criação de uma cultura inovadora. Caracterizado pelo caráter descritivo e bibliográfico, o artigo tem como construção teórica a pesquisa em livros, artigos e teses acadêmicas que tratam sobre inovação, empreendedorismo e criatividade, por meio de uma análise qualitativa de conteúdo. Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de criar um âmbito corporativo inovador através de métodos que visem o desempenho eficaz das práticas organizacionais e no local de trabalho objetivando alcançar vantagem competitiva no mercado.

Palavras - chave: Inovação organizacional. Vantagem competitiva. Cultura inovadora.

INTRODUÇÃO: No mundo dinâmico e imprevisível da atualidade, as mudanças ocorrem constantemente no âmbito corporativo, seja qual for o porte, segmento ou tempo de existência da empresa. Os profissionais precisam se adequar aos novos desafios, por meio da articulação de seus esforços que os levem a se diferenciar dos seus concorrentes. Nesse contexto percebe-se a necessidade de inovação, que segundo Drucker (1989) trata-se de um instrumento específico dos empreendedores, pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Numa visão mais ampla, Dornelas (2000, p. 24) afirma que inovar é “fazer as coisas de forma diferente, de criar algo novo, de transformar o ambiente onde se está inserido”. A inovação está inteiramente ligada às oportunidades, já que explora novas ideias e se compromete de escolher a melhor delas para ser aplicada a um produto, serviço, processo ou práticas organizacionais. Nesse contexto, quando uma empresa se detém as mudanças do ambiente, se caracteriza como inovadora, conforme Drucker (1989) bem conceituou:

A organização inovadora compreende que a inovação começa com uma ideia e estimula e orienta os esforços para transformar essa ideia em um produto, processo ou tecnologia. A organização mede as inovações não por sua importância científica ou tecnológica, mas por aquilo que contribuem para o mercado e conseqüentemente para o cliente. Considera a inovação social tão importante quanto a inovação tecnológica. A empresa inovadora não começa com “um orçamento de pesquisa”; começa determinando quanta inovação será necessária para permanecer no mesmo nível. (DRUCKER, 1989, p. 256).

Devido a associação de que inovação diz respeito apenas à criação de novos produtos e serviços, acredita-se que a relevância deste estudo está pautada na contribuição para apresentar como a criação de um âmbito corporativo propício a inovação, agrega valor aos produtos e serviços ofertados, melhora o desempenho e satisfação dos colaboradores e, conseqüentemente, permite vantagem competitiva à

organização. Partindo desse pressuposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a importância da inovação organizacional com base no desenvolvimento de um ambiente propício a essa cultura inovadora. **METODOLOGIA:** A linha geral que norteia a pesquisa é descritiva, assumindo um caráter bibliográfico, já que objetiva observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, sem que o pesquisador interfira sobre eles, além de coloca-lo em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa, conforme Pronadov e Freitas (2013) afirmaram. No artigo em questão, observou-se todos os aspectos da inovação no âmbito organizacional, suas vantagens e o desenvolvimento de uma cultura inovadora. Para Vergara (1997), o universo, diz respeito ao conjunto de elementos que possuem as características do objeto de estudo, enquanto a amostra é uma parte do universo escolhido selecionada a partir de um critério de representatividade. Sendo assim, o universo estudado trata sobre a temática de inovação, tomando como base de estudo uma amostra que consiste na tipologia de inovação da gestão. Para realização da coleta de dados, utilizou-se os livros que abordam os temas de inovação, empreendedorismo e criatividade, além de artigos e teses acadêmicas recentes que fundamentam o tema abordado. Por se tratar de uma pesquisa puramente teórica, os dados foram analisados de forma qualitativa, que conforme Bardin (2011) corresponde a várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou textos. Logo, os dados são interpretados de forma subjetiva por meio do conteúdo abordado, a fim de compreender a importância da inovação para o crescimento sustentável do negócio. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A CHAMADA “INOVAÇÃO DO NEGÓCIO”: O Manual de Oslo é uma publicação conjunta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Gabinete de Estatística da União Europeia (Eurostat) que objetiva estabelecer diretrizes internacionais para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Sua primeira edição foi lançada em 1992 e abordava apenas a inovação tecnológica, quando em 2005 os organizadores resolveram ampliar o conceito de inovação, já que, principalmente no setor de serviços, ocorrem diversas inovações que não são de ordem tecnológica. Diante disso, surge o conceito de inovação organizacional, também chamada de inovação do negócio, que diz respeito:

“(...) a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócio da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas. Inovações organizacionais visam à melhoria do desempenho da empresa por meio da redução de custos administrativos ou de transação, do aumento da satisfação no local de trabalho (e assim da produtividade), do acesso a ativos não transacionáveis (como o conhecimento externo não codificado) ou da redução dos custos de suprimento.” (OCDE, FINEP, 2005).

Para Hamel (2006), a inovação em gestão trata-se da novidade dos princípios e processos gerenciais que de fato transformam as práticas das tarefas dos executivos e as maneiras como elas são realizadas. Em complemento ao conceito, Evangelista e Vezzani (2010) afirmam que a inovação organizacional diz respeito não apenas a forma mais importante de inovação não tecnológica, mas também a mais difícil de ser compreendida tanto em termos conceituais quanto empíricos.

De uma maneira mais detalhista, Chandler (1997) afirma que a inovação organizacional está relacionada ao desenvolvimento de novos métodos e meios de coordenar, avaliar e planejar a efetiva utilização de uma ampla variedade de recursos humanos, financeiros e materiais. Existem três itens principais que

sinalizam a inovação organizacional em determinada empresa, conforme apresentado pela OECD (2005, p.37):

- As práticas de negócio que compreendem novos métodos para a organizar rotinas e procedimentos para a condução do trabalho, que permita o desenvolvimento de novas práticas, troca de informações entre os colaboradores e o aprendizado mútuo.
- O desenvolvimento de novos métodos de trabalho por meio da distribuição de responsabilidades e melhor tomada de decisão, através do estabelecimento de equipes e a descentralização das atividades.
- As relações externas da empresa, através da criação de novos meios que possibilitem um relacionamento eficaz com outras empresas e instituições públicas.

Para classificar a inovação organizacional, Armbruster et al. (2008), divide em dois tipos: estrutural e processual. A primeira ocorre quando se muda e melhora as responsabilidades da equipe, a responsabilidade de comando, linhas e fluxos de informação, assim como o número de níveis hierárquicos e a estrutura divisional de funções. Já a segunda afeta as rotinas, processos e operações de uma empresa. Um ponto de vista trazido por Camisón e Villar-López (2011), aponta que, embora existam diferentes capacidades organizacionais que produzem distintos tipos de inovações não tecnológicas, a memória organizacional e a capacidade de aprendizagem são os principais elementos que favorecem o desenvolvimento da inovação organizacional. É notório observar que, a capacidade que um indivíduo tem para aprender pode influenciar significativamente para a mudança de determinada organização. No que se refere a esse aprendizado, Smith (2009) alega que as pessoas detectam um erro e pensam em estratégias de ação para corrigi-los sem questionar as variáveis vigentes como valores, crenças e regras preestabelecidas, o que conceitua de ciclo de aprendizado simples. No entanto, para que o aprendizado seja mais intenso e profundo, a pessoa deve questionar os paradigmas vigentes, considerado a aprendizagem de ciclo duplo. **CULTURA DA INOVAÇÃO:** A Academia Pearson (2010, p. 88) bem define cultura de inovação como “um conjunto de práticas e valores compartilhados que favorecem atitudes inovadoras por parte de pessoas e organizações”, dividindo-a em cultura interna, que diz respeito à própria organização, e cultura externa que se refere ao setor e à sociedade como um todo. Autor referência na definição do conceito de cultura organizacional, Chiavenato (2010), define como sendo um conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhadas por todos os membros da organização. Em concordância a esse pensamento, Bessant e Tidd (2009) afirma que a cultura é um conceito bem complexo, mas equivale basicamente a padrões de valores, crenças e normas aceitas, compartilhados por uma comunidade, e orienta os comportamentos. No que diz respeito aos elementos básicos que constituem a cultura, Schein (2004) afirma que são os padrões de linguagem, de tratamento e de formação de grupos, as normas, os valores, a filosofia que embasa as políticas organizacionais, as regras de comportamento dos colaboradores e o clima organizacional. Entretanto, Rijnbach (2008) nota que para se instituir uma cultura de inovação, é necessário definir os tipos de iniciativas, as ideias e os projetos a serem implantados e reconhecidos na organização, bem como o departamento de RH e de comunicação interna, sob o suporte da alta direção. **Criação de uma cultura organizacional propícia à inovação:** Segundo Rocha Neto (2003), atualmente torna-se necessário adotar determinadas medidas para criar e reter os conhecimentos técnicos e científicos,

como por exemplo, criar ambientes que favoreçam o crescimento dos processos que dão origem às inovações. Além disso, também destaca que é preciso desenvolver competências humanas nas organizações, como:

- a) Racionalizar a educação, formação e qualificação de pessoal que o mercado oferece;
- b) Sistematizar as novas contratações de pessoal com a intenção de internalizar novos conhecimentos;
- c) Organizar programas internos de formação e qualificação;
- d) Criar um sistema próprio de gestão do conhecimento;
- e) Desenvolver um ambiente propício à criatividade, que aumente o comprometimento de todos os envolvidos, incluindo clientes e fornecedores. (ROCHA NETO, 2003, p.55).

Sobre esse último tópico, a Academia Person (2010) apresenta a técnica de *braistorm* criada por Alex Osborn em 1930 com a intenção de estimular o livre fluxo de pensamento nas reuniões, obedecendo quatro regras básicas elencados no quadro abaixo:

Quadro 1: Regras do Braistorm

	REGRA	MOTIVO
a	Críticas são proibidas	Para que não iniba a criatividade dos integrantes
a	Disparates são bem vindos	É mais fácil lapidar uma ideia bruta do que criar uma nova
a	Quanto mais ideias, melhor	Quanto maiores alternativas, mais fácil será selecionar as melhores depois.
a	Procure combinações e melhorias	Sugerir aperfeiçoamento nas ideias dos outros

Fonte: Autoria própria, 2017.

Schlicksupp (1999, p. 26) ainda complementa que trata-se de uma técnica que também pode servir como um primeiro impulso para se usarem ferramentas mais avançadas, trazendo à tona, primeiramente, as ideias mais óbvias e acessíveis. Para Dornelas (2000, p.38), “um dos primeiros aspectos que devem ser trabalhados é a desmistificação da inovação em todo ambiente corporativo, ou seja, fazer com que todos os colaboradores entendam o propósito da inovação e como ela ocorre”. Para isso, a organização deve atentar para alguns aspectos:

- 1) Deve ter um forte comprometimento com a busca e o desenvolvimento de novos produtos/serviços e processos;
- 2) A inovação deve ser vista como algo abrangente dentro da organização, não restrito apenas ao setor de pesquisa e desenvolvimento;

- 3) Deve-se estabelecer estratégias para a criação e desenvolvimento de novos produtos e serviços, que podem ser melhoradas e aperfeiçoadas;
- 4) É importante o planejamento da inovação na organização para que se entenda o quão agressiva ou defensiva será em termos de resultados;
- 5) A organização deve possuir uma sistemática com critérios para a busca de novas ideias. (DORNELAS, 2000, p. 38).

Já Santos (2004), acredita que as atitudes voltadas à empresa não devem estar orientadas somente para os resultados, mas sim para o desenvolvimento das competências individuais de cada colaborador, promovendo a difusão do conhecimento como um todo. Nesse sentido, Ferronato (2004) destaca que um diferencial competitivo perante a concorrência diz respeito a valorização do ativo intangível da empresa através de treinamentos, aprendizagem contínua e uso das tecnologias. Além disso, Stoeckicht (2005) acredita que o ambiente inovador deve estar em constante avaliação nas empresas, visando a manutenção de uma cultura que promova a iniciativa, a não aversão aos riscos e a criatividade na solução de problemas com estímulo a gestão participativa. **CONCLUSÃO:** O discurso corrente entre os autores da temática inovadora demonstra a importância do desenvolvimento e manutenção de um ambiente empresarial, propício à inovação como vantagem competitiva para o mercado atual, ainda ressaltando que o grau em que uma organização é receptiva a novas ideias, influencia diretamente a sua propensão para adoção de novos produtos e processos. Observa ainda que, a relação da inovação organizacional com o contexto e aspectos contidos no ambiente empresarial implica diretamente a cultura organizacional, que é integrada de valores e crenças que serão compartilhados pelos colaboradores. Logo, surge a relevância de se adotar medidas que favoreçam esse ambiente inovador. Entre os desafios percorridos, o presente artigo limitou-se em referências bibliográficas de autores que dominam sobre os assuntos de inovação, empreendedorismo e criatividade, fazendo com que a temática seja abordada pelo olhar crítico de terceiros, sem que haja a possibilidade de um estudo em campo para coleta de dados originais. Para tanto, fez-se uma análise teórica para propor sugestões que permitam a construção de uma cultura inovadora nas organizações. Diante desse referencial teórico, pode-se auferir que, para se criar e manter um ambiente favorável ao “novo”, a empresa deve priorizar a inovação organizacional em todos os seus âmbitos: rotinas e procedimentos, distribuição de responsabilidades e relações externas, sem esquecer de zelar pelo desenvolvimento, capacitação e aprendizado dos colaboradores que integram a equipe. Isso porque, a organização precisa reeducar seus indivíduos ao convívio das mudanças no ambiente corporativo, para que estejam motivados a assumir riscos, explorar novas ideias e exercer a criatividade para a solução de problemas. Torna-se cada vez mais importante que as organizações tenham um diferencial que desperte no cliente o desejo de fidelização e, como o mercado atual é incerto e repleto de novidades, cabe à empresa priorizar por um escopo inovador e flexível em sua matriz.

REFERÊNCIAS

- ARMBRUSTER, H.; BIKFALVI, A.; KINKEL, S.; LAY, G. Organizational innovation: The challenge of measuring non-technical innovation in large-scale surveys. **Technovation**, n. 28, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Ed. revisada e ampliada. São Paulo: edições 70, 2011.
- BESSANT, J.; TIDD, J. **Innovation and entrepreneurship**. Bookman, 2009. 512p.
- CAMISÓN, C.; VILLAR-LÓPEZ, A. Non-technical innovation: Organizational memory and learning capabilities as antecedent factors with effects on sustained competitive advantage. *Industrial Marketing Management*, v. 40, 2011.
- CHANDLER, A. D. Strategy and Structure. In: FOSS, Nicolai J. (org.) **Resources Firms and Strategies** - A Reader in the Resource-Based Perspective. Oxford: Oxford University Press. 1997.
- CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Campus/ Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.
- DRUCKER, Peter. **As fronteiras da administração**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- EVANGELISTA, R.; VEZZANI, A. **The economic impact of technological and organizational innovations**: a firm-level analysis. *Research Policy*, n. 39, 2010.
- FERRONATTO, S. P.; MONARI, J. D. C.; MADRUGA, L. R. R. G. **Redes de supermercados de Santa Maria**: um enfoque na gestão do desenvolvimento dos talentos humanos. In: XI SIMPEP, Bauru, 2004.
- HAMEL, G. O **laboratório de inovação em gestão**. *HSM Management*, v. 58, set.-out. 2006.
- OECD. **Proposed Guidelines for Collecting and Interpreting Technological Innovation Data**. Oslo Manual, OECD, Paris, 2005.
- PEARSON, Academia. **Criatividade e inovação**. São Paulo: Pearson, 2010
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.
- RIJNBACH, Van Caspar. **Como transformar idéias em inovações que geram resultados**. Disponível em:
<[http://www.terraforum.com.br/sites/terraforum/in3/Artigos/Como%20Transformar%](http://www.terraforum.com.br/sites/terraforum/in3/Artigos/Como%20Transformar%20Ideias%20em%20Inovacoes%20que%20Geram%20Resultados)

20Id%C3%A9ias%20em%20Inova%C3%A7%C3%B5es%20que%20Geram%20Resultados.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ROCHA NETO, I. **Gestão de organizações:** pensamento científico, inovação, ciência e tecnologia, auto-organização, complexidade e caos, ética e dimensão humana. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, M. J. N. **Gestão de recursos humanos:** teorias e práticas. Sociologias, Porto Alegre, v. 6, n.12, jul-dez, 2004.

SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership:** a dynamic view. San Francisco, C.A: Jossey-Bass. 2004.

SCHLICKSUPP, Helmut; KING, Bob. **Criatividade:** uma vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

SMITH, Mark K. Donald Schon: learning, reflection and change. The encyclopaedia of informal education. 2009. Disponível em: <WWW.infred.org/thinkers/et-schon.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

STOECKICHT, I. P. **Strategic Human Capital Management** - assessing the innovation potential of a firm: a case study. Federal Fluminense University, 2005. 201p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

ADMINISTRAÇÃO E O TERCEIRO SETOR: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

AUTORA:

Raquel Barbosa da Silva

RESUMO: O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, tais como ONGs, entidades filantrópicas, associações comunitárias etc. Na qual possui o objetivo de amenizar as falhas deixadas pelo estado. Mas para que isso ocorra é preciso ter uma boa administração, ou seja, um administrador competente que possa utilizar as ferramentas da administração (planejamento, organização, direção e controle) para alcançar as metas estabelecidas e também evidenciar que uma boa gestão poderá fazer uma grande diferença neste setor, e isso só é possível através do diálogo entre eles, que por meio dos processos burocráticos visa dividir as tarefas, onde cada indivíduo possui sua especialidade, responsabilidade inerentes ao seu cargo.

Palavras- chaves: Terceiro Setor. Administração. Diálogo.

INTRODUÇÃO: O terceiro setor é composto por organizações, movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias de vizinhança, fundações, entidades filantrópicas, “empresas cidadãs”. Segundo Gohn (2010) bem afirma, esse setor foi criado, para promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e atuar em áreas onde o estado é incipiente. Estas organizações, assim como àquelas com fins lucrativos, necessitam alcançar seus objetivos ainda que sejam diferenciados, para tanto, necessitam de indivíduos que administre bem os recursos cedidos por terceiros de forma eficiente. Isso torna-se possível através da administração na qual constitui ações e práticas importantes às instituições. Conforme Chiavenato (1997, p.12) pontua:

A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos de maneira mais adequada à situação.

Visto que a meta dessas entidades é possuir uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social que possa beneficiar muitas pessoas das quais não chegam recursos do Estado, sendo esta missão de saber gerenciá-la um grande desafio, Fischer (2002) destaca que o maior deles é o fato das organizações do Terceiro Setor conseguirem executar com eficácia o aumento de serviços demandados mesmo com a crise econômica e a diminuição da ajuda externa. Apesar disso, precisam desempenhar adequadamente seus papéis para a concretização dos objetivos. Diante dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar as ferramentas da administração, de planejamento, organização, direção e controle no diálogo da administração e terceiro setor. **METODOLOGIA:** Este artigo enquadra-se como pesquisa descritiva, a qual “tem como objetivo observar, registrar, ordenar, analisar, interpretar os dados ou fatos colhidos da própria realidade, sem manipulá-los, isto é, sem a interferência do pesquisador.” (ALMEIDA, 1996, p. 104). Os dados foram ainda coletados por meio de pesquisa bibliográfica, que abordam o tema da administração e o terceiro, no entanto utilizou-se da Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

literatura disponível, tais como livros, artigos acadêmicos, revistas especializadas, jornais, revistas, teses e dissertações, da qual visa identificar de que maneira os administradores evidenciam as ferramentas da administração e tratam as oportunidades que o terceiro setor busca para suprir a sociedade através delas. Conforme Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada através de estudos já realizados sobre o tema que é objeto de estudo, sobretudo, livros e artigos científicos; Tais dados foram tratados de forma qualitativa. Para Martins e Theóphilo (2007) a pesquisa qualitativa é o estudo aprofundado de determinado fenômeno que visa compreender, interpretar e analisar dados que não são passíveis de serem expressos por dados numéricos. Segundo Vergara (1997), o universo, diz respeito ao conjunto de elementos que possuem as características que será objeto do estudo, enquanto a amostra é uma parte do universo escolhido selecionada a partir de um critério de representatividade. Sendo assim, o universo do presente artigo é voltado para temática do Terceiro Setor, com uma amostra que consiste nas ferramentas de administração desse setor. **RESULTADOS E DISCUSSÕES.** A definição do Terceiro Setor: O terceiro setor surgiu em resposta as demandas sociais que os movimentos sociais denunciavam, que segundo Gonh (2010) esses movimentos sociais referem-se à ação dos homens na História, e esta ação envolve um fazer por meio de um conjunto de práticas sociais, um pensar, e um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Para Weber (2010), os movimentos sociais são conceituados como sendo movimentos liderados por cidadãos com o objetivo de sensibilizar o governo ou o mundo sobre alguma ideologia que tais cidadãos julgam corretas. Acima de tudo, esses movimentos moldam e consolidam a democracia de um país, pois a partir deles, dependendo de sua repercussão e reconhecimento no mundo, um governo pode adotar outros moldes de democracia e, assim, evitar maiores revoluções e revoltas sociais.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum (GOHN, 2000, p.11).

A compreensão da sociedade, para a finalidade deste artigo pode ser dividida, não de uma forma hierárquica, mas sim de uma forma setorial. Fernandes (1994) destaca que o primeiro setor é o Estado cujo papel é garantir a estrutura social necessária á dignidade humana (supridor de demandas sociais) caracterizado pelas organizações públicas de interesse/finalidade pública. Já o segundo setor é formado pelas empresas cuja finalidade é dinamizar o mercado a partir da maximização do lucro a qual caracteriza as organizações privadas de interesse/finalidade privada. E o terceiro setor emergiu da interseção Estado/Mercado destacando-se a ausência do Estado enquanto garantidor de políticas públicas e sociais que suprissem as demandas sociais, composto das organizações privadas de interesse/finalidade pública. Como objeto de estudo, o terceiro setor é definido como:

[...] organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandem o seu sentido para os domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1997, p. 27).

Para Salamon e Anheier (1992) o Terceiro Setor tende a crescer a fim de resolver os problemas sociais gerados pelo mercado e não resolvidos pelo Estado, principalmente àqueles relacionados com a geração de emprego, uma vez que, no Terceiro Setor, o trabalho humano é insubstituível e indispensável, pois além de empregar consegue tirar muitas pessoas de situações vulneráveis nos mais diversos segmentos. Tenório (2005) diz que essas organizações se caracterizam por serem sem fins lucrativos e sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de base popular, e com suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, além de contar com o trabalho voluntário. Com relação as atividades, o Conselho Federal de Contabilidade (2003) afirma que:

[...] são tipicamente públicas, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado. Ocorre que o Estado não consegue desempenhar seu papel social de maneira satisfatória. Daí, a sociedade se organiza em associações e fundações, buscando, ao menos, amenizar a inoperância do Estado. Muito ainda precisa ser feito, mas a sociedade organizada tem desempenhado um papel da mais alta importância social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003, p.37).

A importância da Administração: Entende-se a importância da administração quando se compreende o porquê os homens se associam para atingir objetivos comuns. A história da vida humana é marcada pelo esforço de conquistar a natureza e criar condições de sobrevivência e conforto, já que um só indivíduo não podia atingir os objetivos (TENÓRIO, 2005). Segundo Silva (2013), a administração é um conjunto de atividades dirigidas a utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais metas da organização, e quando no trabalho em equipe são somados os talentos, a qual se dar o nome de sinergia e esses talentos são habilidosamente utilizados, tudo fluir melhor e consister usar as competências do que cada um tem de melhor na organização. Além disso, Tenório (2005) destaca que:

As organizações existem para produzir bens e prestar serviços, sua sobrevivência depender de atenderem às expectativas de seus clientes e proprietários, de encontrarem a melhor forma de realizar o trabalho necessário à produção desses bens e à prestação de serviços, bem como de aproveitarem da melhor forma possível os recursos que dispõem.

No entanto, a gestão de boa parte das empresas do Terceiro Setor possui caráter amador, o que revela a necessidade de profissionalização dos agentes, que, geralmente, são movidos apenas por boas intenções (ARAÚJO, 2005). Silva (2013) bem afirma que, as organizações bem administradas desenvolvem consistência, crescimento e prosperidade; já as mal administradas declinam e, muitas vezes, morrem. Teixeira (2004, p.7) também complementa:

As deficiências na gestão organizacional destas entidades, a pressão para buscarem sua auto sustentação financeira, a escassez de apoio técnico e a grande diversidade de membros que compõe suas estruturas são restrições a um maior desenvolvimento do terceiro setor.

Um diálogo possível: No terceiro setor, é possível identificar que há um diálogo

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

com a administração devido aos processos de burocratização. Com relação à burocracia, Weber (1974) define como uma organização baseada em regras e procedimentos regulares, onde cada indivíduo possui sua especialidade, responsabilidade e divisão de tarefas, só sendo possível quando utilizam as funções do administrador, as quais são planejamento, a organização, a direção e o controle das ações. Para Tenório (2002), “essas funções devem ser entendidas com um ciclo que se repete dentro da organização e que está relacionada com a previsão, a divisão do trabalho, a execução e o acompanhamento.” O Planejamento

tem a finalidade de preparar a organização para enfrentar o futuro... É a ação de determinar a finalidade e os objetivos da organização e prever as atividades, os recursos e os meios que permitirão atingi-los ao longo de um período de tempo determinado (TENÓRIO, 2002).

Robbins (1999), afirma que o planejamento pode “Definir as metas da organização, estabelecendo uma estratégia global para atingir metas e desenvolver uma ampla hierarquia de planos para integrar e coordenar atividades.” Determinado o que fazer, procede-se à decisão do como fazer para atingir aos objetivos traçados no planejamento, quais as pessoas incumbidas pela execução, as responsabilidades e atribuições, os recursos a serem utilizados bem como as normas de procedimento. Esta função corresponde a Organização, de acordo com Koontz e O’Donnel (1989). A condução das atividades está relacionada com a Direção; “É a ação de conduzir e motivar pessoas a exercerem suas tarefas a fim de alcançar os objetivos organizacionais” (TENÓRIO, 2002). Robbins (1999) condensa direção/comando em liderança, afirmando que com toda organização contém pessoas, a gerência deve dirigir e coordenar as mesmas. E por último, a função Controle em que se realiza uma avaliação dos resultados através da comparação do realizado com o planejado, incluindo a utilização de recursos “(...) a fim de tomar medidas que possam corrigir ou mudar os rumos fixados” (TENÓRIO, 2002). Robbins (1999) conclui a definição de controle dizendo, “Depois que os objetivos são determinados, os planos formulados, as pessoas contratadas, treinadas e motivadas, a gerência deve assegurar que as coisas estejam indo conforme o desejado, monitorando o desempenho da organização. Diante disso Motta e Perreira (1991) afirmam, que a burocracia tem sido, desde o início do século, uma estratégia de gestão das organizações de modo geral, na busca deliberada de economizar meios para atingir seus objetivos em que a hierarquia parecia ser um sistema norteador de suas atividades. Salamon (1997) indica que as mudanças históricas de longo alcance abriram caminho para as instituições alternativas possam atender melhor às necessidades humanas, e as organizações privadas sem fins lucrativos estão melhor capacitadas para preencher esse espaço. Mas todas elas dependem de administradores competentes que precisam ter objetivos, controlar recursos, trabalhar em equipe, ter desenvolvimento profissional (HUDSON, 1999). Edvinsson e Malone (1998, p.2) destacam que:

A inteligência humana e os recursos intelectuais constituem presentemente os ativos mais valiosos de qualquer empresa e o economista que propuser uma melhor forma de calcular o valor da empresa terá de considerar os novos ativos intangíveis que assumem tanta relevância atualmente.

Foster e Jeffrey (2005), afirma que as entidades do terceiro setor estão sendo levadas a buscar alternativas para garantir a sustentabilidade financeira, iniciando

uma tendência de geração de suas fontes próprias de recursos, principalmente através de atividades de produção ou comercialização de produtos e serviços. Salamon (1997) diz que para essas alternativas tenha êxito, os gestores dessas organizações terão de dar mais atenção ao treinamento e a assistência técnica, e aqueles que contribuem com essas entidades terão de ir além da filantropia apenas para sentir –se bem consigo mesmo e do financiamento de projetos a curto prazo para suporte institucional ao longo prazo . Entretanto, Tenório (2002) afirma que para a solução desses problemas que podem ameaçar a existência e sua eficiência administrativa, o setor precisa pensar em acrescentar as suas particularidades, novos instrumentos de gestão, dotando seus quadros de habilidades, conhecimentos e atitudes que assegurem, a fim, o cumprimento das metas institucionais, tais como trabalhar por meio de redes, compartilhar ou dividir mercados; criar mecanismos mais eficazes de controle que possibilitem avaliar o impacto das ações executadas, mas não basta agrupar pessoas e recursos para garantir que os recursos existentes sejam alocados da melhor forma e que o trabalho seja realizado no momento certo. O fator determinante da estrutura administrativa sempre será o grupo de administradores atuais. Suas habilidades e necessidades de desenvolvimento não podem ser separadas da questão estrutural. Manter pessoas talentosas, dando-lhe oportunidades de crescimento e ampliando-lhes a experiência são questões importantes. Estruturas perfeitas na teoria não servem para nada se não capitalizarem as pessoas disponíveis (HUNDSON,1999 p.171). Como Fischer (2002) alega, as organizações do Terceiro Setor necessitam aperfeiçoar características indispensáveis como capacidade de negociar, planejar em conjunto, trabalhar em parceria; fazer uma gestão transparente, realizar serviços com excelente qualidade, que forneçam para sociedade resultados efetivos e que possam ser avaliados. **CONCLUSÃO:** O propósito deste artigo foi evidenciar as ferramentas da administração, de planejamento, organização, direção e controle no Terceiro setor, e mostrar como este diálogo é possível, visto que, nessas organizações uma boa administração é essencial para o alcance dos seus objetivos. Drucker (1997), comenta que as próprias instituições sem fins lucrativos sabem que necessitam ser gerenciadas exatamente porque não tem lucro convencional. Sabem que precisam aprender a utilizar a gerência como ferramenta para que esta não a domine. Eles sabem que necessitam de gerência para que possam se concentrar em sua missão. E ainda Koontz e O'Donnel (1989), afirmam que, seja na empresa, no governo, na Igreja, em instituições de caridade, em universidades ou qualquer outra organização, não importa: os ingredientes mais importantes do sucesso são a qualidade e a vitalidade dos administradores. Pois o que leva a uma organização rumo a excelência e ao sucesso não são apenas produtos, serviços, competências e recursos. É o modo como ela arranja tudo isso e é administrada (CHIAVENATO, 2007). Koontz e O'Donnel (1989), diz que o trabalho geral do administrador é criar dentro da empresa um ambiente propício à consumação de seu objetivo. Diante disso, o terceiro setor precisa de administradores competentes que utilizem as ferramentas da administração (planejamento, organização, direção e controle) da melhor maneira, para que os recursos existentes alcance a meta proposta.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TERCEIRO SETOR NO BRASIL.

Disponível em:

<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/87_15.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017

ARAÚJO, Adriana M. Procópio de; ASSAF NETO, R. Alexandre; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Gestão baseada em valor aplicada ao terceiro setor**. 2004. 21 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Instituto Assaf, São Paulo, 2004. Cap. 21. Disponível em:

<[http://www.institutoassaf.com.br/downloads/Gestao baseada em Valor aplicada ao Terceiro Setor.pdf](http://www.institutoassaf.com.br/downloads/Gestao%20baseada%20em%20Valor%20aplicada%20ao%20Terceiro%20Setor.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2017

ARAÚJO, Daniela Aparecida de; ALVES, Ricardo César de; SUNDERMANN, Jorge. **Organizações sem fins lucrativos e a gestão estratégica**: um estudo da eficiência operacional pelo modelo de análise da competitividade do Instituto Alemão de Desenvolvimento – IAD. In: ANPAD. 33., Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em :<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2805.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2017

BUROCRACIA. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/burocracia/>>. Acesso em: 20 ago.2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

COSTA, Selma Frossard de. **O serviço social e o terceiro setor**. Londrina, 2005. Disponível em:<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm>. Acesso em: 23 ago.2017.

GOHN, Maria da Glória. Quinhentos anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações: Revista de ciências sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>>. Acesso em: 23 set. 2017.

GUEDES, Ronaldo. **Administração**: uma introdução. 2006. 06 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, UfG, Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/administracao-uma-introducao/13034/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

MENEGUZZO, Adelino. **Poder, burocracia e formalismo na aplicação de recursos públicos**: um estudo de caso. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Ufrj, Porto Alegre, 2000. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37331/000295603.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

MOURA, Laysce Rocha de; FERNADES, Antonio Sérgio Araujo. Terceiro Setor: uma tentativa de delimitação e caracterização. In: ENCONTRO DA ANPAD. 33., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS1427.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2017

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. **Ação social e o terceiro setor**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9192/1/DISSERTACAO_SIDNEY_BENEDITO_DE_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

OLIVEIRA, Synara Lia Bezerra de. **A relevância do controle interno na percepção dos gestores**: um estudo nas fundações de apoio às instituições federais de ensino superior. 2013. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Cap. 12. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/1918/1/Monografia.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PEREIRA, Rodrigo Mendes. **Terceiro setor**: identificando suas organizações e propondo um novo um conceito. 2005. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/artigos/terceiro-setor-identificando-suas-organizacoes-e-propondo-um-novo-um-conceito-dr.-rodrigo-mendes-pereira>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PINTO, Anna Florência de Carvalho Martins. **Projeto de monografia**: estrutura, elaboração e apresentação. 2011. 95 f. Monografia (Especialização) - Curso de Metodologia do Trabalho Científico, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.iceg.pucminas.br/Ap.Projeto_monografia_ago.2011.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo, v.33,n.1, p.5-11, jan./mar. 1998. Disponível em: < http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=158>. Acesso em: 14 set. 2017.

SILVA, Arcênio Rodrigues da. A origem do terceiro setor no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v.11, n. 53, maio 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2888>. Acesso em: 15 set. 2017.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs principais funções gerenciais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VIEIRA, Vanauey Ferreira. **Administrador em organizações do terceiro setor.** Disponível em:<[http://www.anaceu.org.br/download/artigos/27-publicacoes-vanauey-ferreira-vieira-administrador\(2\).pdf](http://www.anaceu.org.br/download/artigos/27-publicacoes-vanauey-ferreira-vieira-administrador(2).pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EM QUE O NEPOTISMO FERE

AUTORES:

Daniyel Ferreira de Medeiros
Karla Beatriz de Lima Azevedo

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a análise da prática do nepotismo sob a ótica dos princípios administrativos que regem a Administração Pública. Nepotismo é o termo utilizado quando há favorecimento de parentes até o terceiro grau para cargos públicos, mostrando que tal prática fere princípios que devem ser respeitados por aqueles que compõem a estrutura pública administrativa, segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, sendo eles os princípios da Impessoalidade e o da Moralidade. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, descritiva, o universo estudado o da Administração Pública, como amostra o nepotismo. Apoiado na bibliografia de Carvalho Filho (2010 e 2014) e Di Pietro (2004). Com a aprovação da Súmula nº 13 fica proibido a prática do nepotismo nas instituições públicas, algo que já era proibido segundo os princípios administrativos que inspiram a Administração Pública.

Palavras - chave: Nepotismo. Impessoalidade. Moralidade

INTRODUÇÃO: A palavra Nepotismo significa: NEPOS (netos, sobrinhos ou descendentes) ou também visto como NEPOTE (Favorito), termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou até mesmo amigos próximos para nomeação ou elevação de cargos públicos. O surgimento no Brasil do Nepotismo se deu desde o descobrimento do Brasil, onde a Coroa Portuguesa distribuía as Capitanias Hereditárias para familiares, pessoas próximas como forma de pagamentos de dívidas e de favores. O presente trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre como a prática do nepotismo fere os princípios administrativos. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento do trabalho acadêmico foi utilizado a metodologia de pesquisa Bibliográfica e Descritiva. O universo sendo a Administração Pública e a amostra a prática do Nepotismo nas instituições públicas. Coleta de dados feita por livros, artigos e sites. Foram realizadas análises e tratamento dos dados por análise de conteúdo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A prática do nepotismo constitui segundo Carvalho Filho (2014, p 24), “Nomeação para cargos em comissões ou funções gratificadas de cônjuge (ou companheiro) ou parente em linha direta ou por afinidade, até o terceiro grau (...)”, tal prática se dá pelo favorecimento de pessoais em especiais para autoridades administrativas, esquecendo-se do direito de igualdade para todos. A Administração Pública é norteadada pelos Princípios Administrativos de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988 onde afirma:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...). (BRASIL, 1988).

O princípio da Impessoalidade conforme Di Pietro (2004, p 71):

Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse

público que tem que nortear o seu comportamento.

Baseado no conceito anterior o objetivo do tal princípio é a igualdade, onde o administrador não pode fazer distinções com base em critérios pessoais, deve a Administração Pública voltar-se exclusivamente para o interesse público.

Por sua vez, Moralidade conforme Carvalho Filho (2010, p 23):

O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto.

De acordo com Carvalho Filho (2010) o princípio da Moralidade está ligado à conduta do administrador diante das leis estabelecidas e os princípios que regem a Administração Pública. Está ligada a escolha do honesto e do que desonesto em suas atitudes. Ferindo tais princípios administrativos ainda assim foi preciso a aprovação da Súmula nº 13 pelo STF (Supremo Tribunal Federal), para proibição da prática do nepotismo. Com a aprovação da Súmula nº 13 fica vedado em todas as esferas de governo (executivo, legislativo e judiciário) e também a prática do nepotismo cruzado, onde autoridades trocam entre si favores, cada um nomeia um parente do outro para um cargo público. **CONCLUSÃO:** Do trabalho conclui-se que a súmula vinculante nº 13, possibilitou a vedação de uma prática que já era proibida pelos princípios administrativos que norteiam a administração pública e eram feridos, não sendo respeitados da forma que é estabelecido na Constituição Federal. A violação desses princípios pode-se se justificar pelo não conhecimento desses princípios administrativos, amadorismo e até mesmo a má-fé dos agentes públicos que colocavam o seu interesse privado a cima do interesse público, a fim do seu próprio benéfico.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo: 2011.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual do Direito Administrativo**: 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **Manual do Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo, Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito Administrativo**: 17. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2004.

FLEURY, M. T. L; Sampaio, J. D. R. **Uma discussão sobre cultura organizacional**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2002.

GARCIA, Emerson. **O nepotismo**. Acesso em: 27 set. 2017. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalho910/o-nepotismo/o-nepotismo.shtml>>.

_____. **Recursos Humanos: O capital humano das organizações**. 9. ed. São
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

Paulo: Elsevier, 2009.

GIL, A.C. **Gestão de Pessoas**: Enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO Euvaldo Lodi do Estado do Ceará. **Estágio é a oportunidade de se tornar um novo talento no mercado de trabalho**. Disponível em <<http://www.iel-ce.org.br/para-voce/86876/estagio/>>. Acesso em 11 Out. 2017.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**: Teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

SCHEIN, Edgar. **Organizational Culture and Leadership**: A dynamic view. 2. ed. San Francisco: Jossey Bass Publications. 1989.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (CST'S)

UMA ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ATACADÃO S/A E CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO NO ANO DE 2016

AUTORES:

Ellen Mayara Duarte Costa

Erilania Raianny Lobato Silva de Lima

Saulo Medeiros Diniz

RESUMO: A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das organizações, sejam físicas ou jurídicas, com a finalidade de fornecer informações econômicas, financeiras e patrimoniais para que seus usuários possam tomar suas decisões com maior segurança. Dentro desse contexto, tem-se no Balanço Patrimonial, como um dos principais demonstrativos, gerados pela contabilidade e utilizado no processo decisório em grandes organizacionais, especificamente nas sociedades anônimas que são obrigadas a manterem a escrituração contábil. Assim, sendo o objetivo desse artigo é fazer uma análise do balanço patrimonial de empresas do setor atacadista de alimentos que possui ações negociáveis na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Como procedimento metodológico utilizou-se o balanço patrimonial dessas empresas do ano de 2016 e foi analisado a situação patrimonial, financeira, estrutura de capitais, liquidez e endividamento dessas organizações. Os resultados obtidos revelaram que as disponibilidades em ambas não suprem as necessidades imediatamente e nem em curto prazo e encontram-se em situação patrimonial e financeira favoráveis. Desta forma, a pesquisa evidenciou que ao estudar os balanços patrimoniais das empresas Atacadão S.A e Cia Brasileira de Distribuição, conclui-se que ambas as empresas estão bem tanto financeiramente como patrimonialmente.

Palavras - chave: Balanço Patrimonial. Tomada de Decisão. Indicadores.

INTRODUÇÃO: À análise de indicadores financeiros tem a finalidade de contribuir no papel de tomada de decisões dentro e fora de uma organização. Cerqueira Neto e Chiavenato (2003) afirmam que toda organização deve ser transparente e clara com seus usuários. Sendo assim, a interpretação dos resultados por meio dos indicadores financeiros também deve ser clara e objetiva, deve ter foco nos dados passados tentando fazer projeções futuras fidedignas que auxiliem as decisões mais coerentes para a realidade da empresa. Com o objetivo de entender e compreender a análise de balanços para o processo decisório, foi analisado o balanço patrimonial das companhias do setor de alimentação do ano de 2016, retirados do site da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). **METODOLOGIA:** Com o objetivo de analisar as características dos balanços patrimoniais do ano de 2016 de duas empresas do ramo alimentício obtidos por meio do site da Bovespa, foi realizada uma pesquisa descritiva e explicativa que visa abordar alguns pontos como: disponibilidade, patrimônio líquido, o uso de capital de terceiros, capital de giro, entre outras variáveis que constam no balanço, exibindo a situação patrimonial e financeira, e também cruzar os dados das empresas em questão expondo qual apresentou melhores resultados de forma geral. **REVISÃO DA LITERATURA:** As finanças das empresas são motivadas a evoluir de maneira a atender à crescente complexidade assumida pelos negócios e operações de mercado” (ASSAF NETO, 2008, p. 34). Com isso, vê-se vemos uma crescente na concorrência, aumentando também o

nível dos produtos e serviços disponíveis no mercado. Segundo Hoji (2004, p. 21), para a Administração Financeira o objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará sendo aumentada a riqueza de seus proprietários. Sendo assim, para mensurar o retorno de uma empresa é que existe os inúmeros demonstrativos financeiros, com isso, cria-se uma perspectiva de entradas e saídas futuras, gerando um maior conforto para o gestor que irá planejar os próximos passos para alcançar os objetivos e metas empresariais estipuladas para o período. Hoji (2004) também dá destaque há três funções básicas que um administrador financeiro deve ter para auxiliar o crescimento da empresa: análise, planejamento e controle financeiro, tomadas de decisões de investimentos, e tomadas de decisões de financiamentos. Com esses parâmetros e os demonstrativos financeiros bem elaborados deve-se fazer uma análise cuidadosa de suas rubricas de ativos e passivos para que possam ser idealizadas algumas metas empresariais. Mas afinal, quais são os principais demonstrativos financeiros? Para Damodaran (2004, p. 80), existem três demonstrativos básicos que resumem as informações sobre uma empresa, a saber: o demonstrativo de fluxo de caixa que especifica as fontes de receita de ambas as operações e novos financiamentos, e o uso desse dinheiro durante certo período; o demonstrativo de resultado do exercício, que fornece informações sobre as receitas e as despesas da empresa, e o lucro resultante obtido por ela durante um período determinado; e finalmente o balanço patrimonial, que resume os ativos de propriedade de uma empresa, o valor desses ativos e o mix de financiamento, dívida e patrimônio líquido usado para financiar esses ativos em um ponto no tempo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O presente trabalho visou analisar os balanços patrimoniais do ano de 2016 das empresas Atacadão S.A e Cia brasileira de distribuição, ambas do ramo alimentício. A partir das pesquisas descritiva e explicativa observou-se que as disponibilidades em ambas não suprem as necessidades imediatamente e nem em curto prazo, também que o capital de terceiros corresponde a 70,17% do passivo total da empresa Atacadão S.A e 72,14% na Cia de Brasileira de Distribuição, sendo assim, há um maior montante que depende de capital de agentes externos na segunda empresa citada. Enquanto isso, o capital próprio do Atacadão corresponde a 29,82% do capital total e a Cia Brasileira tem apenas 27,81% do total. O seu capital circulante líquido (CCL) é 89,19% maior que o CCL da Atacadão, mostrando que a primeira tem mais dinheiro disponível para giro. Sendo CCL a diferença entre ativo circulante e passivo circulante que são ambos, de curto prazo. Ambas as empresas encontram-se em situação patrimonial e financeira favoráveis, pois, o ativo circulante é maior que o passivo circulante ($AC > PC$), porém o Atacadão tem apenas 10,81% do CCL correspondente à empresa Cia de distribuição. **CONCLUSÃO:** A pesquisa evidenciou que ao estudar os balanços patrimoniais das empresas Atacadão S.A e Cia brasileira de distribuição conclui-se que ambas as empresas estão bem financeiramente e patrimonialmente falando, pois contam com mais de 70% do total de capital advindo de terceiros mostrando que tem um volume financeiro bem consolidado e seguem firmes no mercado. O balanço apresentado mostra concordância entre os ativos e passivos, não tendo nenhum dado contraditório em sua composição.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, I.; CERQUEIRA NETO, E. P. de. **Administração estratégica em busca do desempenho superior**: uma abordagem além do balanced scorecard. São Paulo: Saraiva, 2003. p.63-93.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas**: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE CALÇADOS LISTADAS NA BOVESPA NO ANO DE 2016

AUTORES:

Saulo Medeiros Diniz

Talita Manara Gomes de Carvalho

RESUMO: As demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados. Dentre estas, pode-se se citar o Balanço Patrimonial, como sendo o demonstrativo contábil mais importante, por exatamente retratar o objeto de estudo da contabilidade: o patrimônio, seja de pessoas físicas jurídicas. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise do balanço patrimonial das empresas do ramo de calçados que possuem ações na bolsa de valores de São Paulo. Foram estudadas quatro entidades do segmento. No presente estudo utilizou-se o balanço patrimonial das empresas do ano de 2016 e foi utilizado uma tabela para extrair os principais valores do demonstrativo financeiro das empresas estudadas. Os resultados obtidos revelaram que a Alpargatas no período de crise destacou-se entre as demais empresas do segmento. Conclui-se que as empresas em estudo, embora sejam do mesmo segmento, existe uma grande diferenciação quanto ao porte e a política integrada no mercado, mas cada uma delas buscam o diferencial e o crescimento mesmo nos tempos difíceis que o mercado tem enfrentado, utiliza-se de estratégias diferentes e ainda assim, conseguem obter destaque dividindo o mesmo mercado em atuação.

Palavras - chave: Balanço Patrimonial. Decisão. Indicadores

INTRODUÇÃO: No cenário macroeconômico, o Brasil enfrenta grandes desafios com pouca flexibilidade para retomar o ritmo de crescimento da economia. Atualmente as às pequenas empresas exercem relevante papel na economia nacional, gerando mais empregos e oferecendo novos produtos e serviços. Este é um dos fatores principais para a sobrevivência, lucratividade e posicionamento dessas empresas no mercado. E um dos pontos principais para se posicionar bem no mercado, é a correta definição na formação do preço de venda, pois influi direta e indiretamente no rumo da empresa (SPERLING, 2008). Passada a fase mais turbulenta da crise econômica, que resultou na substituição do governo federal, o afastamento de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer, o cenário brasileiro continua difícil de ser definido. Com consumo retraído, desemprego elevado e queda da renda real, o varejo calçadista parece aguardar dias mais prósperos para voltar a investir. Mesmo assim, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) aponta saldo positivo de 12 mil postos no setor calçadista desde o início do ano de 2016 até o fim de agosto. Contudo, o segmento tinha em 31 de agosto passado, quase que sete mil trabalhadores menos do que na mesma data de 2015. Como consequências, lojistas mostram cautela na hora de comprar produtos para o verão, embora o frio intenso e prolongado dos últimos meses tenha contribuído para baixar estoques retidos. Por sua vez, a Associação Brasileira de Lojista de Artefatos e Calçados (ABLAC), acredita que a cautela deve continuar caracterizando o comportamento do consumidor por um bom tempo ainda, refletindo em vendas estáveis ou crescimento pequeno. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é

fazer uma análise do balanço patrimonial das empresas do ramo de calçados que possuem ações na bolsa de valores de São Paulo. **METODOLOGIA:** O estudo de caso refere-se a análise de dados que foram retirados do site da bovespa do ramo de calçados, o quantitativo foi de quatro entidades. No presente estudo utilizou-se o balanço patrimonial das empresas do ano de 2016 e foi utilizada uma tabela para extrair os principais valores do demonstrativo financeiro das empresas estudadas. **REVISÃO DA LITERATURA:** As demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos acionistas, credores, governo e outros interessados. Essas demonstrações também são chamadas de relatórios contábeis e são a fonte de informações para análise, inclusive para avaliação quanto à possibilidade de investimento. Assaf Neto (2001) menciona que: “A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras.” Citação longa Segundo Ludícibus (1998, p. 145-146) “A contabilidade, com os dois relatórios, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício [...] tem condições de obter informações, fazer análise, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira e traçar novos rumos para futuras transações”. Os índices de endividamento irão visualizar de forma mais abrangente qual a situação financeira da empresa. Para Téles (2003) “a análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios ou de Terceiros e em que proporção”. O endividamento Geral (EG) mede o quanto à empresa está endividada junto aos seus credores, ou seja, quanto maior este índice maior será o grau de utilização de capital de terceiros. Segundo Téles (2003) traz que “este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Neste estudo foram analisados os índices de recursos e endividamento das quatro empresas do segmento de calçados, que são: Grendene, Alpargatas, Cambuci S/A e Vulcabrás/Azaléia – A Grendene é uma empresa Brasileira que em 2003 foi maior portadora de calçados, representando um design de qualidade e custo acessível a marca e produtos, conforme análise possui um representativo de 89,80% do seu ativo total, consegue honrar com todas as obrigações e ainda consegue ficar de R\$ 20.663,00 para suprir algumas necessidades que venha surgir no decorrer do tempo. Levando em consideração que o investimento no capital de terceiro representa 89,65% do patrimônio líquido, assim o investimento no capital de terceiro é mais a longo prazo, dando folga ao capital circulante para giro com mais frequência no caixa. A Alpargatas no período de crise destacou-se entre as demais empresas do segmento, ela continuou a inovar, crescer no varejo e investir nas operações internacionais e em projetos estruturantes e encerrou negócio que não trazia o retorno esperado. Todo esse trabalho resultou no crescimento de 36,2% no lucro líquido consolidado, e em maior valor ao acionista que se beneficiam da valorização de 45,1% das ações preferenciais. A Companhia Industrial Brasileira de Calçados Vulcanizados S.A. é uma empresa gestora de marcas líderes no ramo de calçados como Olympikus, OLK , Azaleia, Dijean e Opanka , com mais de 60 anos no mercado, preocupa-se em fornecer o que tem de melhor a seus clientes. Sua linha de investimento é consideravelmente alta, possui um Centro de Tecnologia e Desenvolvimento de

Produtos próprio, o maior da América Latina, desenvolvendo mais de 1000 modelos por ano, sempre buscando inovação. São inquietos, não querem apenas vender calçados ou artigos esportivos, querem realizar o desejo dos consumidores seja na venda de um modelo ícone da marca, seja um modelo exclusivo na melhor relação custo benefício para atender a demanda e oferecer produtos de qualidade. Para isso utiliza-se de capital de terceiros pela conta de empréstimos e financiamento de grandes valores para poder manter-se ativa e inovadora no mercado. O balanço patrimonial consultado fez análise dos últimos três anos e constatou que a empresa apesar de ter apresentado aperto no ano de 2015, conseguiu manter suas contas e garantir o retorno dos investimentos realizados pela grande companhia. O histórico de contas observado, para o mais recente ano de 2016, indica situação estável, a empresa consegue honrar seus compromissos de curto prazo, pois o ativo circulante que representa 617.005 é maior que o passivo circulante que apresenta 441.456. Evidenciando capital circulante líquido equilibrado, porém para os compromissos de longo prazo apresentados pelo passivo não circulante que totalizam 585.349 não serem quitados de imediato por sua disponibilidade, total em caixa que pode ser retirado de imediato, ser relativamente inferior, apenas 17.094. A situação patrimonial se mantém positiva, pois o ativo é maior que o passivo como já mencionado, seus bens e direitos se mostram maiores que suas obrigações. Obteve no ano de 2015 um descontrole em sua situação financeira que se mostrou desfavorável, apresentado o contrário dos indicadores citados, ativo menor que passivo, em virtude da grande crise econômica iniciada no ano passado, mas vem conseguindo realizar aumento em seus números, apresentando evolução no seu quadro de contas, dando prioridade ao aumento do patrimônio líquido que de R\$ 35.754 passou a ser R\$ 51.863, evolução de 45% em seu capital próprio o que garante estabilidade para tomada de decisão. Já a Cambuci S/A, pela análise sua situação financeira apresentou-se desfavorável, o ativo da empresa é, portanto maior que o passivo circulante em 12,95%, a situação financeira do patrimônio líquido apresenta-se negativo, CCL negativo em 66,7% e a disponibilidade da empresa de pagamento é baixa, representa 4,8% do passivo circulante.

CONCLUSÃO: Conclui-se que as empresas em estudo, embora sejam do mesmo segmento, existe uma grande diferenciação quanto ao porte e a política integrada no mercado, mas cada uma delas buscam o diferencial e o crescimento mesmo nos tempos difíceis que o mercado tem enfrentado, utiliza-se de estratégias diferentes e ainda assim, conseguem obter destaque dividindo o mesmo mercado em atuação

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos Demonstrativos Contábeis: Índices de Endividamento**. 2003. Disponível em: <http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_ndices_de_Endividamento.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico - financeiro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico - financeiro. São Paulo. Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DIREITO

O CASO MARBURY VS. MADISON E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO

AUTORES:

Laryssa Nayara Gonçalves da Silva

Luiz Henrique de Lisboa Júnior

RESUMO: O presente trabalho busca expor de maneira breve o caso de maior repercussão no âmbito jurídico, dando origem ao controle difuso de constitucionalidade. Vejamos que quando o juiz John Marshall conduziu o julgamento do caso Marbury vs. Madison, no ano de 1803, certamente tinha a intenção de dar um passo importante no processo de redefinição das relações entre todos os poderes, mas dificilmente poderia premeditar sobre a amplitude das consequências que surgiram de sua decisão. Contudo, o que presenciamos nos dias atuais, é que as suas palavras continuam vivas e fortes, estando presentes em todo e qualquer debate sobre jurisdição constitucional ou qualquer outro tema relevante ao tema. Mais notável ainda, é a carga de sentidos que, ao longo do tempo, foi sendo agregada a este precedente, ultrapassando largamente o espectro de debate presente em sua origem.

Palavras - chave: Direito Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Constituição. Controle Difuso.

INTRODUÇÃO: Será abordado no presente artigo o controle de constitucionalidade difuso, em especial o caso Marbury vs. Madison, utilizando-se dos métodos dedutivo e indutivo para melhor entendimento. O caso exposto decidido no ano de 1803 pela Suprema Corte Norte-americana, é apresentado como fato inaugural do sistema de controle jurisdicional de constitucionalidade, estando nele identificados como fundamentos conceituais e lógicos para o meio jurídico, tendo como finalidade assegurar à integridade constitucional, com o intuito de preservá-lo contra interferências indevidas que venham dos demais poderes estatais. **METODOLOGIA:** Destarte, esta decisão tem ligação com uma cadeia que vem a ter origem na tradição da metrópole inglesa não se esgotando em si mesma, vemos que vem a ser mantida viva ao longo dos tempos. De fato, este precedente jurisprudencial americano influenciou diversos ordenamentos jurídicos, e dentre estes o nosso próprio ordenamento. Esta demanda judicial foi exatamente responsável por dar origem ao controle difuso de constitucionalidade. Abordaremos a seguir quais foram os eventos históricos que antecederam e deram ensejo a este caso ao ponto de criar este modelo de controle de constitucionalidade. **REVISÃO DA LITERATURA:** O surgimento do constitucionalismo norte-americano reside na sua tradição inglesa, porém mais do que mera reprodução de modelos e consequentemente as práticas advindas da metrópole, a ideia do sistema no novo mundo é, em sua maioria, fruto de uma crítica e só inconformismo que geraram a guerra da independência. Desse modo, a tradição inglesa foi marcada principalmente no processo de construção do Poder Judiciário norte-americano. Contudo, aqui não vem ao caso tratar sobre uma influência no plano estruturante, assim como a Grã-Bretanha do século XVIII, do qual não se tinha qualquer autonomia ou institucionalidade a sua magistratura. A ligação de continuidade aqui advém da forma como os habitantes da América do Norte compreendiam na época o papel dos juízes diante das leis.

A ideia de controle dos atos estatais, inclusive do parlamento, era conhecida pelo juiz da tradição do common law. Há aí, já no início do século XVII, precedente dotado de fundamentação muito parecida com aquela que veio a ser utilizada, mais de um século depois, no célebre caso *Marbury v. Madison*, que serviu de base para o fulgurante desenvolvimento do judicial review of legislation estadunidense.¹³ (SARLET, 2017).

Desde em que os primeiros magistrados da época começaram a atuar nas cidades/colônias do novo mundo, até mesmo em décadas passadas já se entendia o papel construtivo, advindo das decisões baseadas no sentido concreto da lei, ou seja, sendo embasado estritamente por elas. Diante da mudança de sistema dos norte-americanos que antes advinha do common law, passando a adotar a constituição, vivenciando a positivação do direito natural, a atividade judicial da época parte daqueles referenciais, a fim de promover uma ruptura visando desenvolver bases conceituais passíveis de sustentar seu poder e autoridade. Assim explica o autor Ingo Wolfgang:

Em 1803, quando a suprema corte, presidida pelo Juiz John Marshall, deparou-se com o famoso caso *Marbury v. Madison*, no qual se apreciou questão em que determinada lei foi contraposta à constituição. Neste contexto, foi desenvolvido raciocínio que deu origem à tese – que passou a ser conhecida como Doutrina Marshall – de que todo juiz tem o poder e dever de negar validade a lei que, mostrando-se indispensável para a solução do litígio, afrontar a constituição. (SARLET, 2017).

Em suma, o que diz o caso exposto é que se firma a superioridade da constituição, deixando que esta não sejam subordinadas as demais leis em espécie. A decisão proferida no caso *Marbury vs. Madison*, é mais uma etapa neste processo de transição para um sistema jurídico estruturado em torno de uma Constituição em sentido formal. Esta, no entanto, não tem sido a leitura adotada por boa parte da teoria constitucional e nem pela Suprema Corte norte-americana a respeito deste precedente. De fato, o sentido atribuído a *Marbury* parece ultrapassar em muito o seu real significado, no que reside o cerne desta análise. Seja pela leitura de sucessivos julgados da Suprema Corte, seja pela compreensão correntemente atribuída a este caso, é fácil perceber que *Marbury* vem sendo invocado para legitimar um largo espectro de decisões, ultrapassando largamente seu sentido originário e embasando momentos de maior ativismo judicial. A decisão de John Marshall no caso *Marbury vs. Madison* resultou no surgimento do controle difuso de constitucionalidade das leis, que veio para evidenciar a ideia de supremacia de uma lei maior e no qual o Juiz John Marshall afirmou a supremacia das normas constitucionais no ordenamento jurídico, fixando-se pioneiramente a tese fundamental de que os atos normativos em geral não podem ser editados em desconformidade com o disposto na lei magna. O controle difuso de constitucionalidade é uma das espécies de controle de constitucionalidade realizadas pelo poder judiciário. Define-se como um poder-dever de todo e qualquer órgão do poder judiciário, a ser exercido no caso concreto em qualquer grau de jurisdição ou instância.

¹³Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional** / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. 6. ed. São Paulo : Saraiva, 2017. 1. Direito Constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Mitidiero, Daniel. III. Título. Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

Ele também pode ser chamado de controle concreto ou incidental de constitucionalidade, o qual permite que o magistrado analise a compatibilidade de uma lei perante a própria Constituição. Desta forma, podemos afirmar que essa espécie de controle de constitucionalidade pode ser considerada como repressivo, visto que ele zela pela Constituição.

Sobre os controles de constitucionalidade, Luis Roberto Barroso ¹⁴ nos ensina que:

Um dos fundamentos do controle de constitucionalidade é a proteção dos direitos fundamentais, inclusive e sobretudo os das minorias, em face das maiorias parlamentares eventuais. Seu pressuposto é a existência de valores materiais compartilhados pela sociedade que devem ser preservados das injunções estritamente políticas. A questão da legitimidade democrática do controle judicial é um dos temas que têm atraído mais intensamente a atenção dos juristas, cientistas políticos e filósofos da Constituição, e a ele se dedicará um tópico desta exposição. (BARROSO, 2006).

Desta forma, pode-se afirmar que ao proferir a sua decisão, Marshall, trouxe uma nova interpretação à Constituição americana, num legítimo exercício de construção constitucional e o controle de constitucionalidade norte-americano transmitiu para o mundo a reverência à força da constituição e sua hegemonia frente aos atos do legislativo eivados de vício, segundo esse modelo, atos viciados, que não encontrem sua validade frente ao texto constitucional, são reputados nulos desde a sua origem. O modelo americano de controle de constitucionalidade assegurou a qualquer órgão judicial incumbido de aplicar a lei a um caso concreto o poder dever de afastar a sua aplicação caso tal normativo seja incompatível com a ordem constitucional. No entanto, o controle de constitucionalidade exercido por meio de um órgão jurisdicional levantou um grave problema teórico, que é o fato de um juiz ou tribunal investido das faculdades desse controle assumir uma posição eminentemente política. Com efeito, o órgão jurisdicional, ao adquirir a supremacia decisória, no tocante à verificação da constitucionalidade dos atos do poder executivo e legislativo, tutelaria o próprio Estado. Os que se manifestam de forma contrária a esse tipo de controle jurisdicional de constitucionalidade sustentam que esse controle prejudicaria a separação e o livre exercício dos poderes. Bonavides nos explica ainda que:

[...] não há dúvidas de que o controle jurisdicional se compadece melhor com as constituições rígidas e, sobretudo, como centro de sua inspiração primordial, qual seja, a garantia das liberdades públicas, a guarda e a proteção de alguns valores liberais que as sociedades livres reputam irrenunciáveis. Pode-se assim dizer que o controle jurisdicional é a base de sustentação do Estado de Direito, onde ele se alicerça sobre o malfadado formalismo hierárquico das leis.”¹⁵ (BONAVIDES, 2013).

Não devemos esquecer também que essa espécie de controle de constitucionalidade é considerada repressiva, sendo conhecido como controle pela via de exceção ou defesa, ou controle avertido, sendo realizado por qualquer juízo ou tribunal do Poder Judiciário. O controle difuso também verifica-se em um caso concreto, e a declaração de inconstitucionalidade dá-se de forma incidental,

¹⁴ BARROSO, Luis Roberto. **Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2006

¹⁵ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: ed. Malheiros, 28. ed., Malheiros Editores, 2013

prejudicialmente ao exame do mérito, conforme afirma Pedro Lenza.¹⁶

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Vale lembrar que esse modelo de controle de constitucionalidade difuso teve grande influência no modelo brasileiro que, tal como o modelo norte-americano, permitia que qualquer juiz ou tribunal declarasse a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, ou seja, há um amplo poder conferido aos juízes para o exercício do controle da constitucionalidade dos atos do poder público. Contudo, apesar de toda essa influência, o sistema de controle brasileiro não é considerado apenas difuso, mas sim misto, visto que utilizamos o controle difuso mediante a discussão da inconstitucionalidade como questão incidental em qualquer ação, e no caso de omissão legislativa, por intermédio de mandado de injunção, e utilizamos o controle concentrado que diferentemente do controle difuso que é deferido a qualquer juiz ou tribunal, no concentrado ele é deferido a órgão único, por vezes distinto até mesmo do próprio Judiciário. É importante ressaltar também que no controle difuso, a iniciativa cabe a qualquer interessado, e a competência a qualquer juízo. Portanto, podemos dizer que embora o novo texto constitucional tenha preservado o modelo tradicional de controle de constitucionalidade “incidental” ou “difuso”, é certo que a adoção de outros instrumentos, como o mandado de injunção, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, o mandado de segurança coletivo e, sobretudo, a ação direta de inconstitucionalidade, conferiu um novo perfil ao nosso sistema de controle de constitucionalidade, conforme afirma o ministro Gilmar Mendes¹⁷.

CONCLUSÃO: O presente artigo teve como objetivo principal explicar o surgimento do controle de constitucionalidade difuso a luz do caso *Marbury vs. Madison*, que é o responsável pela criação dessa espécie de controle constitucional que é considerado um modelo de controle repressivo devido à reverência a própria Constituição norte-americana. O caso exposto em 1803 revolucionou todas as decisões proferidas na época. Diante disto, podemos observar que através de uma retrospectiva histórica, a evolução do controle constitucional, se dá devido à grande influência exercida pelos modelos: norte-americano, Francês e Austríaco. O modelo de controle difuso ganhou grande respaldo da doutrina e o Brasil acabou se apropriando desta ideia de declarar a inconstitucionalidade nos casos concretos. Destarte o controle difuso, via de exceção ou de defesa é aquele que é praticado por qualquer juízo ou tribunal, portanto, opera-se em regra, inter partes. O modelo surgiu nos Estados Unidos da América do Norte e ganhou no Brasil que acabou se apropriando desta ideia ao declarar a inconstitucionalidade nos casos concretos. Vale destacar, que serve como um mecanismo de defesa para as pessoas comuns. Portanto, o controle de constitucionalidade em vigência no país, visa que a análise seja pelo Supremo Tribunal Federal e seja por demais juízos e tribunais de todos os regramentos, sendo analisados os aspectos formais, de elaboração ou materiais, do conteúdo. Os dispositivos incompatíveis com a “Magna Carta”, que devem ser, de uma forma ou de outra, retirados do ordenamento jurídico brasileiro, garantindo-se assim, a eficácia da Constituição e a segurança jurídica.

¹⁶ LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18. ed. São Paulo: SARAIVA, 2014.

¹⁷ MENDES, Gilmar. **O Controle da Constitucionalidade no Brasil**, disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/1381_Texto_-_Gilmar_Mendes.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 5. ed. Rev. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 28. ed., 2013.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MARSHALL, John. Decisões constitucionais de Marshall. Tradução de Américo Lobo Leite Pereira, Brasília: Ministério da Justiça, 1997.
- MENDES, Gilmar. **O Controle da Constitucionalidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/1381_Texto_-_Gilmar_Mendes.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo : Saraiva, 2017.

GUERRA AO TERROR - UM ESTUDO DAS INFLUÊNCIAS DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NA LEI DE COMBATE AO TERRORISMO (Nº 13.260/2016)

AUTOR:

Pedro Augusto Filgueira Albuquerque

RESUMO: Em 2016 o Brasil aprovou sua primeira legislação específica acerca do terrorismo. Até este momento outras legislações eram usadas, inclusive tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário. Para alguns autores, devido a fortes influências internacionais, bem como o fato do Brasil sediar eventos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíadas apressou a aprovação da Lei 13.260. Muitas foram as críticas, desde a velocidade na aprovação, bem como a inconstitucionalidade de alguns artigos, conforme observado pelo trabalho. Este trabalho buscou, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, apresentar os pontos que a doutrina vem questionando em tal legislação, bem como a influência dos 16 tratados internacionais que desde a década de 1970 trabalham o tema e que o Brasil é, também signatário. Fato é o que o terrorismo se transformou num problema global, envolvendo inúmeras nações, e atualmente as soluções buscadas não vem trazendo resultados satisfatórios, fato é que o Direito, *per se* não garante o fim do problema, mas é capaz de apontar novas diretrizes.

Palavras - chave: Terrorismo. Lei de Combate. Tratados Internacionais.

INTRODUÇÃO: Conflitos acompanham a história das civilizações, segundo Pompéo (2015, p.22) “o período de 3600 a.C e 2000 d.C estima-se que tenha ocorrido por volta de 14.500 conflitos entre nações [...] mais de 4 bilhões de mortos”. As causas são das mais variadas, desde processos históricos, étnicos, raciais (culturais), econômicos, até delimitação de fronteiras reais e simbólicas. Com aumento da conectividade e interdependência entre nações (globalização) as guerras ganharam graus de sofisticação, como uso intensivo de tecnologia, armamentos mais poderosos, técnicas de infiltração e destruição mais contundentes. Dentre os tipos de conflitos internacionais que ganham cada vez mais relevância, tanto pelo número de mortos como pela expansão global do impacto, é o terrorismo jihadista, vinculado em primeiro plano às questões religiosas, mas que podem encobrir outros motivos (GERCHMANN, 2015). Baseado em métodos de grupos armados e localizados especialmente no oriente médio: Iraque, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e Síria, países com forte presença de grupos radicais islâmicos passaram a ganhar mais visibilidade pelos ataques que se sucederam ao ocidente: EUA (2001), Canadá (2014), Bélgica (2014), Austrália (2014), Dinamarca (2015), Alemanha (2015), Suécia (2015), França (2015), Paraguai (2015) além dos países dos continentes africanos e oriente médio que compõe massivamente a lista (*Global Terrorism Index*, 2016). Entre 2000 e 2015 saltou de 2 mil mortes para 12.500 mortes em ataques terroristas, aumento de 550%, dentre os principais grupos terroristas estão: ISIS, Mukhtar Army, Taliban, Boko Haram, Tehrik-i-Taliban, Houthi Extremist e Al-Shabaab (*Global Terrorism Index*, 2016). O terrorismo, ainda que não fosse tipificado nos códigos nacionais, já se tinha indiretamente formas de punir práticas análogas através do código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que traz em seus artigos penas para práticas contra a vida, lesões corporais, liberdade pessoal, dano ao patrimônio, incolumidade pública e paz pública. Essas que são consequência da maioria dos atentados e práticas terroristas. Mais a frente,

em 1988, por meio da Constituição Federal, ficou evidente o posicionamento do Brasil sobre o tema, dispondo no seu Art. 4º, inciso VIII “repúdio ao Terrorismo” e Art. 5º, inciso XLII “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”. E só em 2016 foi aprovada a Lei Nº 13.260, de 16 de março, Lei de Combate ao Terrorismo, regulamenta o disposto no inciso XLIII¹⁸ do Art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis Nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Prisão Temporária), e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Define Organização Criminosa). Para além das leis supracitas, desde 1970 o Brasil tem sido signatário de tratados internacionais ratificados posteriormente em decretos nacionais, totalizando, segundo o Observatório de Relações Internacionais, pelo menos 16, sendo 7 decretos após o 11 de setembro, período de intensificação do combate ao terrorismo. Contudo, observa-se que, além de todas as normas, o problema vem se agravando no oriente médio e expandindo-se para o ocidente, com ataques e atentados quase mensais nos países mais afastados e esporádicos atentados em países europeus. O desafio, todavia, reside em conseguir responder com ações de prevenção a altura do aperfeiçoamento dos grupos extremistas, que passa por uma legislação eficiente e condizente com a complexidade do fenômeno que se manifesta não só no “momento que a bomba explode”, mas num ciclo de: preparação (recrutamento, difusão da ideologia, reunião de material, planejamento de chegada e fuga da localidade, viagens, compras) e conclusão (evasão do local, e do país, publicidade da ação, apagamento de rastros). É fato, pelo aumento exponencial de mortes e atentados, bem como o espraiamento do fenômeno dão sinais que a “Guerra ao Terror” tem obtido resultados ineficientes, chegando agora tal preocupação ao Brasil. **METODOLOGIA:** Num sentido de observar um fato social sob o viés da ciência jurídica, parte-se de uma relação, não de causalidade (como nas ciências sociais), mas uma relação de “dever ser”, onde toda norma jurídica expressa em seu sentido lógico um fato hipotético (atribuindo a este um juízo de valor) bem como uma consequência (BOBBIO, 2001; REALE, 2001; DINIZ, 2009). Contudo a norma traz também, além de um fato típico e uma consequência (sanção), valores, como explica Reale (2001) em sua natureza tridimensional do direito e da norma. Com base nisso, o trabalho busca observar como as normas que envolvem o fato do combate ao terrorismo carregam em si valores, juízos hipotéticos e sanções e que dialogam com todo o sistema jurídico, uma vez que se considera uma visão sistêmica das regras, tendo no topo a Constituição como critério de validade. Nesta seara, faz-se de fundamental importância o uso do método cartográfico discutido por Prado Filho e Teti (2013) o qual ilumina categorias como: Escala, projeção e simbolização que podem ser utilizados no estudo do direito aplicado. Ao tratar da escala, buscará analisar a norma em seus limites, alcances e até onde se propõe chegar a partir de seus direcionamentos normativos, cabe aqui a ressalva que o fato tratado neste trabalho tem raiz fortemente internacional, um problema que ultrapassa fronteiras, cabendo aqui uma observação das normas internacionais que de alguma forma direcionaram as normas nacionais em seus fundamentos axiológicos. Cabe se perguntar, até onde a norma nacional reflete uma

¹⁸ A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

dinâmica local, ou reproduz valores e princípios externos? A projeção busca observar como a norma se lança no mundo real, quais as relações que cria com outras normas e institutos que cria, modifica ou inova, logo há uma relação entre aquilo que se buscou e aquilo que se projeta. Por último, a simbolização observa como a sociedade e o legislador captura aquilo que foi proposto pela lei, passa por um processo interpretativo que tomam como base paradigmas sociais. Apesar de tratar-se separadamente de cada categoria, fica claro que a mesma cria uma unidade de análise, não há que se falar de um, sem involuntariamente buscar seu seguinte, envolve, portanto, um estudo concomitante do que Reale (2001) chamou de Validade social, formal e ética. Toda norma precisa possuir esses três requisitos para produzir bem seus efeitos propostos. O método cartográfico se constitui de ferramenta inovadora no mapeamento de tais conceitos. Cabe ressaltar que para fins de procedimento metodológicos serão utilizadas pesquisas documentais: Leis, tratados, decretos e súmulas que tratem diretamente e indiretamente do tema. Considerando a Constituição Federal o topo da hierarquia normativa nacional e mapeando como cada outra norma se posiciona no sistema criado para trabalhar o combate ao terrorismo. Será realizada pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos que conceituem as normas jurídicas, procedimentos de análise e mesmo o tema trabalhado – terrorismo: seus avanços, mudanças de táticas, leis internacionais e estratégias atuais de combate pela via jurídica. **REVISÃO DA LITERATURA:** A Lei 13.260 de 2016 é organizada em 20 artigos, dos quais obteve 3 artigos vetados, 2 incisos vetados e 3 parágrafos vetados. Trata de artigos de cunho penal, que trazem a descrição de condutas típicas, inclusive definindo o que seria Atos Terroristas e suas respectivas penas, majorantes e formas de diminuição de pena. Bem como encerram com artigos de cunho processual, disciplinando responsabilidades de investigação e jurisdição. É nítida a relação com outras leis (em especial com o Código Penal, Processo Penal e Organização Criminosa). Pode-se sistematizar características básicas das ações terroristas em: Premeditação das condutas (grande planejamento), motivação política (desestabilizar o sistema vigente e, inclusive, tomar o poder), ataque à pessoas indefesas (pessoas são pegas desprevenidas) e ações por meio de grupos organizados (REIS, 2016; GERCHMANN, 2017). De forma geral é possível observar que a lei trouxe em sua estrutura uma atenção especial aos pontos anteriormente debatidos pela teoria acerca dos aspectos fundamentais do terrorismo contemporâneo, isso é, sua divisão em 3 complexos estágios: Momentos preparatórios, execução e conclusão (LASMAR, 2015). Os artigos 2º, 3º, 5º e 6º trazem uma lista de ações que podem ser enquadradas perfeitamente nas três etapas de configuração das ações do terror. Segundo Reis (2016) é interessante nesta lei observar que logo em seu início, fica claro pelo art. 2º que para utilizar a lei 13.260 deve atentar para as **Razões da prática do crime:** Xenofobia, discriminação e preconceito (raça, cor, etnia e religião) e **Finalidade (dolo específico):** Terror social ou generalizado. Logo, devem estar presentes sem as razões e as finalidades para que o terrorismo seja materializado. Caso contrário, outras leis devem ser utilizadas (crimes contra a vida, lesões corporais, paz pública do código Penal). Ainda no mesmo artigo, o bem jurídico que a lei busca proteger é o perigo contra a pessoa (própria vida ou integridade corporal), paz pública e incolumidade pública, em que para todos esses a mera ameaça já é suficiente para caracterização do terrorismo, logo, trata-se de crime de perigo abstrato (ANDERSON, 2016). Um ponto importante de se ressaltar ainda acerca da lei 13.260 e sua formatação é a capacidade da mesma punir expressamente (art. 5º) os atos preparatórios, “Realizar atos preparatórios de

terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito” (LEI 13.260), sendo assim, basta a investigação apontar os propósitos inequívocos para se efetuar a prisão (uma vez que todas as ações são punidas com reclusão). Para Reis (2016) via de regra o Código Penal, no estudo do *inter Criminis* (Cogitação, preparação e execução) não permite a punição antes do início da execução. A Lei Antiterror retoma um debate acerca da teoria de Jakobs denominada “Direito Penal do Inimigo” que segundo Matos (2009, p.1):

“Os três pilares que fundamentam a Teoria de Jakobs, que são: antecipação da punição do inimigo; a desproporcionalidade das penas e relativização ou supressão de certas garantias processuais e a criação de leis severas direcionadas à indivíduos dessa específica engenharia de controle social (terroristas, supostos líderes de facções criminosas, traficantes, homens-bomba, etc.), poderiam funcionar perfeitamente em uma sociedade que tivesse condições e capacidades especiais para distinguir entre os que mereceriam ser chamados de cidadãos e os que deveria ser considerados os inimigos”.

Logo, os terroristas, desde que comprovada a intenção inequívoca da finalidade e razão, já respondem pelo crime, com diminuição de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ da pena base de 12 a 30 anos de reclusão. Ainda acerca das penas impostas é interessante observar que a mais alta (15 a 30 anos de reclusão) está no art.6º onde o foco maior trata do financiamento (respondem igualmente o que contribuir regularmente ou esporadicamente). A ideia é focar especialmente nos circuitos financeiros que alimentam as redes terroristas. Por fim, é importante ressaltar alguns pontos controvertidos pelos quais passou a Lei 13.260, segundo Sanchez (2016; 2017) e Reis (2016). O primeiro trata da sua tentativa de criminalização das manifestações políticas, em especial aquelas com participação de grupos que quebram e atentam contra a propriedade privada (prédios, obras, ônibus). Isso é importante, uma vez que anteriormente se discutia que o Brasil possuía a Lei 7.170 de 1983 (período da ditadura militar) chamada “Lei de Segurança Nacional” que trazia a menção ao terrorismo:

Art. 20 - Devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou **atos de terrorismo**, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas.

Pena: reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo. (BRASIL, 1983).

É, segundo Reis (2016), fato indiscutível que essa lei não foi recepcionada pela constituição de 1988, não só porque conflitava com princípios básicos da Constituição Federal de 1988 (Direito de Manifestação e Pensamento), mas também porque tratava terrorismo de forma abrangente e genérica, ressalte-se que isso não justifica o ataque à bens públicos e privados, estando descrito punições para tanto no código penal. Contudo, é interessante observar que, em pleno 2016, houve a tentativa de resgate de tal alinhamento entre terrorismo e manifestação política, pelo inciso II, do art. 2º da Lei antiterrorismo, mas que foi vetado: “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado;” Logo, não há que se confundir manifestação e protestos políticos com atos terroristas. Um dos problemas que vem sendo debatido pela doutrina é o fato da relação entre crimes hediondos e equiparados, com a Lei antiterror. A Constituição

Federal de 1988, em seu art. 5º diz: “

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem; (BRASIL, 1988).

Diante disso, sabe-se que há na Lei 13.260 inúmeros atos e ações que correspondem ao terrorismo (art. 2º, 3º, 5º e 6º) surgindo a pergunta: Todos eles se equiparam a hediondos? Inclusive os que punem os atos preparatórios? Para Sanchez (2016) há uma corrente, que defende apenas o art. 2º é equiparado aos hediondos. Há outra corrente que considera hediondo, todas as suas dimensões: terrorismo estampado em atos, financiamento, atos preparatórios ou participação moral. O art. 7º prevê casos de aumento de pena, descrevendo “Salvo quando for elementar da prática de qualquer crime previsto nesta Lei, se de algum deles resultar lesão corporal grave, aumenta-se a pena de um terço, se resultar morte, aumenta-se a pena da metade”. (Lei nº 13.260 de 2016). Isso significa que, com exceção das ações descritas pelo art. 2º, §1º, Inciso V, em que lesão ou morte são elementares, todos os demais sofrerão os efeitos do art. 7º. O problema surge que o agravo caso decorra morte é de mais ½ da pena, mas não faz diferença se morrem muitas pessoas ou apenas uma, o aumento é o mesmo. Reis (2016) exemplifica com o caso de alguém se apoderar de um torre de comando (art. 2º, IV) e disso decorrer mortes. Independente se foram muitos ou poucas, o aumento será de ½ restando ao juiz, trabalhar com a pena base. Para Sanchez (2016) o art. 10º da lei 13.260 traz o instituto da desistência voluntária ou arrependimento eficaz, art. 15 do código penal: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados” (Decreto Lei 2.848 de 1940 – Código Penal), porém este parte de um pressuposto: Já há o início da fase de execução, logo, como aplicá-lo ao art. 5º da lei 13.260, se este pune atos preparatórios? Diante disto, a doutrina tem anunciado que este é um caso de antecipação da desistência voluntária “ponte de ouro antecipada”. Segundo Gomes (2015, p.1):

são institutos penais que, após o início da execução de um crime visam a eliminar a responsabilidade penal do agente, estimulando-o a evitar a consumação. São dessa natureza tanto a desistência voluntária (o agente inicia a execução do crime, pode prosseguir, mas resolve desistir) como o arrependimento eficaz (o agente esgota os atos executivos, se arrepende e pratica uma conduta voluntária de salvamento do bem jurídico). Ambos estão previstos no art. 15 do CP.

Assim, há que se ressaltar a inovação da Lei Antiterrorismo neste aspecto da antecipação, uma vez que não exige o início da execução do crime, mas bastante atos preparatórios que tenham tanto a razão e a finalidade do Art. 1º. Como exemplo disso, Sanchez (2016) exemplifica que caso um indivíduo compre artefatos explosivos e armas de uso proibido pensando em realizar atentado terrorista (já se enquadra no art. 5º da lei antiterror). Todavia, se desiste, responderá apenas pelos crimes praticados (posse ilegal de arma e artefatos explosivos). Um último ponto levantado como controvertido na lei em tela é em relação à competência, trazida no art. 11 que diz ser sempre da Justiça Federal, pois para todos os efeitos, entendem presente o interesse da União, contudo há um conjunto de doutrinadores, como

afirma Sanchez (2017) que vê nisso um aspecto inconstitucional, justificando que: Não cabe a lei presumir o que é interesse da união, a regra geral dirá que cabe aos estados, pois há um rol taxativo do que é interesse da união, trazendo como exemplo o caso de Um indivíduo se dirige a um terreiro de candomblé para explodir bombas (não há aí interesses da União – Não há bem jurídico da união, e em relação aos tratados internacionais, só se fazem presente quando houver natureza transnacional). Cabe compreender os principais pontos que os tratados internacionais trouxeram para a Lei Nacional, uma vez que desde 1970 o Brasil vem reconhecendo convenções internacionais sobre os mais diversos pontos. Inicialmente havia a pretensão de se estudar todos os tratados após 2001 (vide a importância do 11 de setembro para o início do que se convencionou chamar “Guerra ao Terror”), contudo, segundo Reis (2016) três foram as convenções consideradas as principais influências para o Brasil: Convenção para prevenir e punir atos de terrorismo (Decreto nº 3.018/1999). Convenção interamericana contra o terrorismo (Decreto nº 5.639/2005) e a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (Decreto nº 5.640/2005) (Anexo 4). Ao analisar os três fica evidente que há, desde seu início no séc. XXI, um grande esforço para que as nações trabalhem em cooperação, pois há menção nos três tratados da necessidade da troca eficiente de informação, da contribuição em tecnologia e treinamento. Salienta-se que, também, todos esses tratados funcionam em ações transnacionais, ou seja, se aplicam quando o fato envolve pelo menos duas nações. Não aplicando para questões domésticas. Tanto é que, em várias passagens, há menção de:

Cada Estado Parte, na medida em que não o tiver feito, deverá estabelecer um regime jurídico e administrativo para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo e lograr uma cooperação internacional eficaz a respeito, a qual deverá incluir... (Art. 4º, parágrafo 1, do Decreto nº 5.639/2005).

Ou, por exemplo, como expõe o Art. 4º do decreto nº 5.640/2005:

Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para: a) Tratar como crimes, em conformidade com sua legislação interna, os delitos previstos no parágrafo 2; b) Tornar esses delitos passíveis de punição, com penas apropriadas que levem em conta a gravidade dos delitos.

Por fim, já havia sido exposto essa necessidade, de alinhar legislações nacionais aquilo que se tinha como proposta pelos tratados internacionais em 1970, mas que foi reconhecido pelo Brasil apenas em 1999, sob forma do Decreto nº 3.018 de 1999, que em seu Art. 1º coloca:

Os Estados Contratantes obrigam-se a cooperar entre si, tomando todas as medidas que considerem eficazes de acordo com suas respectivas legislações e, especialmente, as que são estabelecidas nesta Convenção, para prevenir e punir os atos de terrorismo e, em especial, o sequestro, o homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade das pessoas.

Contudo, apesar da assinatura de tais tratados, o Brasil nunca havia reconhecido em legislação própria e específica o fato Terrorismo, uma vez apontado, apenas pela abstrata referência na Lei de Segurança Nacional, não recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Dentre os fatos de destaque dos tratados

internacionais, há uma fundamental ideia que perpassa pelos artigos que a melhor forma de combater o terrorismo é pela rastreio das formas de financiamento, isso porque, os tratados mais recentes destacam de sobremaneira a necessidade de observação dos sistemas financeiros e as transações internacionais, bem como os crimes de lavagem de dinheiro. Neste aspecto é importante observar que esses tratados incidem diretamente sobre nossas leis financeiras e de organização criminosa, haja vista que a metodologia de financiamento são semelhantes. Ressalta-se que observa uma forte correlação entre tais tratados e a Lei 13.260/16 que tem como maior pena aquela relativa ao financiamento (vide art. 6º). Outro ponto importante é o controle de fronteiras, tido como um ponto fundamental no combate ao terrorismo internacional. Aqui a legislação de 2016 nada traz acerca de tal ponto, não inova no sistema de fiscalização, nem menciona a criação de novas instâncias ou programas específicos. Isso é de relevância quando pensarmos o Brasil tendo uma das maiores fronteiras secas e real defasagem do patrulhamento, apenas 4% das fronteiras são monitoradas (MARIZ, 2017). O artigo que faz menção direta ao que seja atos terroristas expõe:

Ato que constitua delito no âmbito de e conforme definido em um dos tratados relacionados no anexo; Qualquer outro ato com intenção de causar a morte de ou lesões corporais graves a um civil, ou a qualquer outra pessoa que não participe ativamente das hostilidades em situação de conflito armado, quando o propósito do referido ato, por sua natureza e contexto, for intimidar uma população, ou compelir um governo ou uma organização internacional a agir ou abster-se de agir; Participar, como cúmplice; Organizar ou orientar terceiros no cometimento de um dos delitos previstos; Contribuir para o cometimento, por um grupo de pessoas agindo com um fim comum, de um ou mais dos delitos previstos (Art. 2º, parágrafos 1, 2, 3, 4 e 5 do Decreto nº 5.640/05).

Há de certa forma familiaridade com o que traz os art. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei 13.260 de 2016, pois é abrangente e genérico, contudo, a lei nacional ainda expõe razão e finalidade para enquadrar como terrorismo: Xenofobia, discriminação e preconceito (raça, cor, etnia e religião) mais a finalidade de promover terror social. Neste ponto cabe uma última ressalva acerca da lei Antiterrorismo brasileira; tal conceito “Terror Social” é de certa forma genérico cabendo múltiplas interpretações, deixando ao juiz um espaço para interpretação. Segundo Reis (2016) a doutrina vem associando o conceito de terror social ao medo, mas ainda assim permanece genérico. Essa generalidade na finalidade também pode ser observada no Art. 2º supracitado, onde faz referência à “quando o propósito do referido ato, por sua natureza e contexto, for intimidar uma população”. Por fim, observa-se que o Brasil de fato vinha assinando tais tratados, mas por outro lado não havia posto em debate uma legislação específica, só apenas em 2016. Acabou que tais legislações trazem uma grande importância ao financiamento e a cooperação eficiente, mas pouco sobre formas de investigação. A legislação brasileira toca neste ponto, mas acabou sendo tema de divergência doutrinária e deixado sob manto da Lei de Organizações Criminosas (12.850/13). Por outro lado, os artigos estão alinhados aos tratados internacionais quando preocupam-se de observar os ciclos das ações terroristas: Preparação, execução e conclusão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O fato social observado no trabalho – combate ao terrorismo apresenta-se como um fenômeno que se inicia em escala global e impõe às nações mudanças em seus pontos de vistas e formas de agir. Consequentemente, a legislação é um reflexo disso. Num mundo globalizado, os problemas se reproduzem além das fronteiras exigindo uma ação preventiva e

reativa de cada país. A questão é como se desdobra na seara legal a norma que sofre influência de símbolos e valores externos. O terrorismo, ainda que não fosse tipificado nos códigos nacionais, já se tinha indiretamente formas de punir práticas análogas através do código Penal - Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que traz em seus artigos penas para práticas contra a vida, lesões corporais, liberdade pessoal, dano ao patrimônio, incolumidade pública e paz pública. Essas que são consequência da maioria dos atentados e práticas terroristas. Mais a frente, em 1988, por meio da Constituição Federal, ficou evidente o posicionamento do Brasil sobre o tema, dispondo no seu Art. 4º, inciso VIII “repúdio ao Terrorismo” e Art. 5º, inciso XLII “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”. E só em 2016 foi aprovada a Lei Nº 13.260, de 16 de março, Lei de Combate ao Terrorismo, regulamenta o disposto no inciso XLIII¹⁹ do Art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis Nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Prisão Temporária), e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Define Organização Criminosa). Para além das leis supracitas, desde 1970 o Brasil tem sido signatário de tratados internacionais ratificados posteriormente em decretos nacionais, totalizando, segundo o Observatório de Relações Internacionais, pelo menos 16, sendo 7 decretos após o 11 de setembro, período de intensificação do combate ao terrorismo. Contudo, observa-se que, além de todas as normas, o problema vem se agravando no oriente médio e expandindo-se para o ocidente, com ataques e atentados quase mensais nos países mais afastados e esporádicos atentados em países europeus. O desafio, todavia, reside em conseguir responder com ações de prevenção a altura do aperfeiçoamento dos grupos extremistas, que passa por uma legislação eficiente e condizente com a complexidade do fenômeno que se manifesta não só no “momento que a bomba explode”, mas num ciclo de: preparação (recrutamento, difusão da ideologia, reunião de material, planejamento de chegada e fuga da localidade, viagens, compras) e conclusão (evasão do local, e do país, publicidade da ação, apagamento de rastros). É fato, pelo aumento exponencial de mortes e atentados, bem como o espraiamento do fenômeno dão sinais que a “Guerra ao Terror” tem obtido resultados ineficientes, chegando agora tal preocupação ao Brasil. **CONCLUSÃO:** É de fundamental importância avançar acerca da discussão acerca do terrorismo. Não só por sua gradual complexidade (haja vista a globalização, avanços tecnológicos e seu espraiamento para o ocidente), mas também porque é um terreno jurídico incerto e ainda obscuro pela vagueza de conceitos. Como afirma Lopes et. al (2016, p.1): “Com efeito, a dificuldade de tipificar a conduta terrorista é reconhecida internacionalmente, sendo concreto o risco de se recair na criminalização do protesto, aumentar indiscriminadamente as penas e relativizar as garantias do processo pena”. Assim como observado na lei brasileira uma das finalidades é o “terror social”, mas o que vem a ser isso? Como vimos, parte da doutrina avança no intuito de associar ao conceito medo. Porém “O medo é um fenômeno subjetivo e não há como determinar objetivamente um umbral crítico único para o terror, que dependerá de fatores tão variáveis como os pessoais, os funcionais e os culturais” (REINARES, 1998, p.16

¹⁹ A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem;

apud. LOPES et. al. 2016). Significa que, pensar uma política antiterrorismo exige um esforço de estudo e aprofundamento acerca dos conceitos, métodos e demais fenômenos que os cercam. Pois é fato notável, inclusive pelos dados estatísticos, que o terrorismo tem se atualizado: nos formatos de ação (“lone Wolfs”), na nacionalidade dos que cometem os ataques e o circuito de financiamento, e em contrapartida, o combate tem seguido as mesmas ferramentas do passado: contra ataque, tentativa de recolher informações (inteligência) e guerra em campo. Tendo isso em vista, outra crítica que cabe ao processo pelo qual a lei passou no Brasil foi a velocidade em sua tramitação, de apenas 6 meses e em regime de urgência. Justificado, especialmente pela iminência dos jogos olímpicos de 2016, importante lembrar o valor simbólico deste evento que, não só permite a reunião de inúmeras nações num mesmo local, mas remonta a Tragédia de Munique (atentado terrorista ocorrido nos jogos olímpicos em 1972), somado a notória falta de qualidade da segurança pública no Brasil, estava armado o palco para um possível desastre. Considerando que não existia legislação específica no Brasil acerca do tema, mas um complexo de legislações que de uma forma ou de outra tratavam do tema. Assim, considerando a complexidade do tema, bem como o tempo e formato pela qual a Lei passou, é de se esperar algumas falhas, ou mesmo lacunas que foram, inclusive, levantadas nos resultados alcançados (item 3 deste relatório). A falta de descrições objetivas, categóricas e sem espaço para subjetividade acabam por prejudicar a aplicação da Lei, haja vista, por exemplo, os excludentes de ilicitude trazidos no § 2º do Art. 2º que dispõe:

O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos [...] direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais.

Sendo assim, observemos o fato ocorrido recentemente (23 de maio de 2017) na Inglaterra, mais especificamente no atentado à bomba, de responsabilidade do ISIS, ocorrido em Manchester, responsável pela morte de 22 pessoas e ferir outras 59 (na maioria crianças e adolescentes). Soube-se previamente que o responsável pela ação havia sido constantemente observado pela Scotland Yard (polícia Metropolitana de Londres) pelas redes sociais com a bandeira do ISIS fazendo apologia ao grupo (EL PAÍS, 2017; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2017; ISTOÉ, 2017). Isso, porém, não é crime lá, nem no Brasil haja vista o trecho do parágrafo 2º supracitado. Surgiu, contudo, o debate em Londres, se o indivíduo deveria ou não ter sido preso pelo ato anteriormente praticado nas redes sociais? Percebe-se que este é um tema que a todo o momento é discutido em clima de muita emoção, pois constantemente pensa-se após os atentados, se as regras fossem mais rígidas poderiam ter evitado o fato (é comum observar que responsáveis por atentados são previamente parados em aeroportos, vistos em redes sociais fazendo apologia, dão sinais prévios que se tornam óbvios pós-ataque). Está aí o perigo deste tema: Uma espécie de caça às bruxas. Qual seria então um denominador comum? Para isso não há resposta clara, mas é fácil prever que uma lei elaborada em formato de urgência, sobre tema tão complexo e, coberta de interesses políticos não conseguirá muito avançar numa solução. Além destes fatores até agora discutidos, que fazem referência especialmente à projeção e simbolização que a norma ganhou no Brasil, conforme discutidos pelo método cartográfico. Cabe pensar sua escala, ou, até onde ela vai e as influências que sofre de outras normas, e em especial dos tratados

internacionais. No âmbito internacional há uma extensa produção jurídica sobre o fenômeno do terrorismo, pois além dos tratados internacionais protocolados no Brasil (16) há legislações de outros países que podem influenciar a produção nacional, sendo necessário um profundo processo de estudo e pesquisa para descobrir o que se tem discutido, aquilo que deu certo e o que não deve permanecer. É fato que em seis meses é impossível tal estudo, ainda mais sua aprofundada discussão, sendo assim, ficou visível que a legislação brasileira 13.260 incorporou apenas as questões mais superficiais dos tratados assinados: O foco no combate ao financiamento, descrição das condutas de maneira ampla e abrangente e a ressalva acerca dos movimentos políticos e sociais para não serem confundidos com ações terroristas. É interessante observar que na parte processual pouco foi falado, e o que consta é foco de debate de inconstitucionalidade atualmente por parte da doutrina. Já a parte de cooperação internacional, que deve ser pilar central do combate ao terrorismo não é aprofundado. Isso é ainda mais preocupante considerando as afirmações do tenente-coronel André Soares, ex-analista de contrainteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) sobre a incapacidade técnica, despreparo e uso político da instituição. Por fim, pode-se afirmar que a lei nacional, mesmo na sua simplicidade consegue captar aquilo que normas internacionais já previam: o terrorismo se reproduzindo em estágios de planejamento, execução e finalização, exigindo para cada um uma estrutura de investigação específica, mas harmônica entre si e entre nações. Um atentado pode ter seu planejamento em um país, a execução em outro e a transmissão das imagens e publicidade do atentado outro, sendo assim, impossível o enfrentamento isolado do fenômeno. Saliento, por fim, que em nenhuma legislação estudada foi observado proposta de entendimento das razões e busca de acordos de paz, todos focam no combate direto. Talvez a perspectiva utilizada para compreender o fenômeno tem dado mais força para seu alastramento que para seu controle.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Vanessa. “ **Crime de perigo abstrato e crime de perigo concreto**”.

Site Jusbrasil, outubro de 2016. Disponível em:

<<https://vanessinhateinha.jusbrasil.com.br/artigos/402323200/crime-de-perigo-abstrato-e-crime-de-perigo-concreto> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: EDIPRO, 2001.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**.

Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm >. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**.

Presidência da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define Organização Criminos.

Presidência da República. Disponível em:

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei de Combate ao Terrorismo - Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.** Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm >. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Prisão Temporária – Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.** Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7960.htm >. Acesso em: 18 abr. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito.** 20. ed. Ed. Saraiva, São Paulo: saraiva, 2009.

GERCHMANN, Léo. **Guerras, Terrorismo e Conflitos Internos borram Fronteiras em 2014.** Jornal Eletrônico Zero Hora, 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/guerrasterrorismoconflitosinternosborramfronteirasem20144674444> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

GOMES, Luiz Flávio. **“Delação premiada: ponte de ouro e ponte de prata”.** Site Jusbrasil, junho de 2015. Disponível em: <<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/182676003/delacao-premiada-ponte-de-ouro-e-ponte-de-prata> >. Acesso em: 18 jul. 2017.

INSITUTE for Economics & Peace . **Global terrorism index:** Measuring and understanding the impacto of terrorismo. 2016. Disponível em: <<http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/11/Global-Terrorism-Index-2016.2.pdf> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

ISTOÉ. **“O que se sabe sobre o atentado em um show em Manchester”.** Maio de 2017. Disponível em: <<http://istoe.com.br/o-que-se-sabe-sobre-o-atentado-de-manchester/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 53, p. 47-70, mar. 2015.

LOPES Antônio Fernando ; LOGUERCIO, José Eymardo; GIORGI, Fernanda Caldas; **“Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 ‘Lei antiterrorismo’”.** Blog online Migalhas, 2016. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI239952,11049ei+n+13260+de+16+de+m arco+de+2016+Lei+antiterrorismo> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

MARIZ, Renata. **“Apenas 4% das fronteiras do Brasil são monitoradas”.** O Globo, janeiro de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apenas-4-das-fronteiras-do-brasil-sao-monitoradas-20839665> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

MATOS, Bruno Florentino. **“Direito Penal do inimigo”.** Site DireitoNet, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5138/Direito-Penal-do-inimigo> >. Acesso em: 18 abr. 2017.

POMPÉO, Wagner Augusto H. **Guerra ao terror e terror à guerra: Políticas e práticas antiterror, liberdade e o futuro das TIC's**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Santa Maria, RS: 2015.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun, 2013.

REALE, Miguel. **Noções preliminares de Direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REIS, Vinicius. **Lei nº13.260/16 – Lei Antiterrorismo**. Vídeo Youtube, abril de 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Qoalv4ivo90>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SANCHEZ, Rogério. “**Art. 11 do CP - Lei Antiterrorismo: (in)constitucionalidade**”. Vídeo Youtube, março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DekkhNr9mpE&t=1s>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SANCHEZ, Rogério. “**Lei nº13.260 (terrorismo) e sua repercussão na Lei de Execução Penal**” Vídeo Youtube, abril de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h0TgmXf4eho&t=1s>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SANCHEZ, Rogério. **Lei de terrorismo (13.260/16): três principais pontos controversos**” Vídeo Youtube, abril de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvYmIS7XfXU>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SOARES, André. “**Ex-Agente abre a Caixa Preta da ABIN**”. São Paulo: escrituras, 2015.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO

AUTORES:

Ana Carolina Justino de França

Milena de Araujo Costa

Thuanny Talyne Gomes da Silva

RESUMO: Neste artigo objetiva-se a análise acerca da Proposta de Emenda Constitucional 287, concomitantemente, ao princípio da vedação ao retrocesso. Para tanto, delinea-se a análise do recorte de três dispositivos que sofrerão mudanças na proposta, – aposentadoria por idade (RGPS), aposentadoria por invalidez e aposentadoria rural –, bem como, fundado na conceituação do princípio constitucional e sua relação com a mudança do sistema previdenciário. Destarte, o estudo utiliza-se da metodologia qualitativa com abordagem no método cartográfico aplicado ao Direito, em que concerne na distorção da realidade por meio de três mecanismos: escala, projeção e simbolização. Nesse aspecto, o estudo apontou um aumento da idade mínima para aposentadoria da população, especialmente à mulher, trabalhadora urbana ou rural, considerando sua dupla jornada, como também a limitação à aposentadoria por invalidez tão somente por acidentes laborais, e, a individualização da aposentadoria do trabalhador rural. Assim, pode-se concluir que a redução ao acesso dos direitos sociais aos trabalhadores configura-se um retrocesso desproporcional à realidade sem nenhuma compensação prévia.

Palavras - chave: Reforma da Previdência. Aposentadoria. Vedação ao Retrocesso.

INTRODUÇÃO: O debate acerca da Reforma da Previdência se encontra em pauta na sociedade brasileira desde a Proposta a Emenda Constitucional de nº 287 de 2016, pelo chefe do Poder Executivo. Nesse sentido, há um antagonismo de opiniões e pareceres de especialistas, em que se confrontam posições positivas e negativas. Alguns setores da sociedade apontam a reforma como um retrocesso de direitos, enquanto outros a tratam como uma necessidade urgente baseados em fatos estatísticos prospectivos. No entanto, esta não é a primeira reforma na área previdenciária. Em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da EC nº 20, a qual previa uma alteração de conceito do tempo de serviço por tempo de contribuição, trinta e cinco anos para homem e trinta para mulher. A idade mínima inserida na proposta original, por sua vez, não foi aprovada. Em 1999, foi sancionada a Lei de nº 9.876, que acrescentou o chamado fator previdenciário – consiste na mudança dos cálculos dos benefícios, tornando-o proporcional ao tempo de contribuição, idade do segurado e expectativa de duração do benefício. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), houve uma redução de despesa de R\$ 75 bilhões de reais entre 2000 e 2014 devido ao fator previdenciário. Outra mudança na legislação foi a Lei 13.135/15, que incluiu alterações nos benefícios de pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. Em seguida, veio a Medida Provisória de nº 676 de 2015, que estatuiu o sistema 85/95. Esta regra traz o somatório de pontos que levam em conta a idade do segurado e o tempo de contribuição, o que visa afastar o fator previdenciário. Assim, percebe-se que as reformas, em diversos âmbitos, são eventualmente necessárias, entretanto, o que se deve analisar é a proporcionalidade das mudanças, bem como sua adequação jurídica, especialmente em matéria constitucional. Nessa perspectiva, quando se

trata da PEC 287, há de se averiguar se suas alterações atingem direitos sociais, os quais são constitucionalmente protegidos. Por se tratarem de direitos de segunda dimensão, e se enquadrarem no rol dos direitos fundamentais, a Constituição Federal prevê mecanismos de defesa que embasam o princípio da vedação ao retrocesso, como o princípio da segurança jurídica, da dignidade da pessoa humana e outros expressos endossam esses mesmos valores – ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada (art. 5º, XXXVI, CF). Dentro do panorama do Estado Democrático de Direito, este, enquanto prestador positivo de direitos deve assegurar o mínimo existencial em decorrência do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), pois lhe cabe à entrega de prestações estatais aos que dela necessitam, seguindo os valores postos na CF. Nessa conjectura, outro princípio que respalda o objeto do presente estudo é o da segurança jurídica, o qual preceitua o amparo dos direitos dos cidadãos frente ao Poder Maior do Estado, evitando, destarte, a arbitrariedade e o abuso de poder. Em síntese, o vigente projeto intenciona, à luz do direito constitucional e seus princípios abarcados, analisar três itens do projeto de Emenda Constitucional nº 287 (aposentadoria por idade no Regime Geral da Previdência Social (RGPS); aposentadoria por invalidez; aposentadoria rural) e seus desdobramentos, bem como verificar se ele é destoante no que tange a realidade social e, especialmente, quanto ao princípio da vedação ao retrocesso. A metodologia utilizada se pautou na pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e no método cartográfico. **METODOLOGIA:** O método utilizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica conjunta com a pesquisa qualitativa, assim como se serviu do método cartográfico aplicado ao Direito. Tal método consiste na distorção da realidade do objeto de estudo mediante três mecanismos: Escala, Projeção e Simbolização. A Escala representa o fenômeno na realidade e sua correspondente distância no mapa. Seu tamanho dependerá do uso que será feito do mapa, ou seja, da realidade que ele pretende abarcar. No caso da presente pesquisa, a Escala corresponde à legislação nacional – lei nº 8.213/91 - acerca da previdência, tendo por base as disposições gerais da Constituição Federal de 88. É, pois, uma Escala média. Possui, por sua vez, três patamares – patamar de detecção, de discriminação e de avaliação. O primeiro refere-se aos três itens em análise (aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e aposentadoria rural). O segundo descreve os aspectos da previdência que serão diferenciados para alguns setores sociais. O último, por fim, abarca a ilegalidade da reforma da previdência quando vista sob o aspecto constitucional e do princípio da vedação ao retrocesso. Em segundo plano, a Projeção é a relação entre o espaço e a norma jurídica, o que, no presente caso, refere-se a um regime de natureza nacional – o RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Tal Projeção é chamada de Geocêntrica, pois se fixa na norma, nas instituições e na economia de mercado. Por fim, a Simbolização representa o Estilo Homérico, no sentido de que reflete uma descrição formal e abstrata, apresentando-se enquanto juridicidade instrumental, em outras palavras, a proposta de reforma se caracteriza como uma norma a ser incorporada ao ordenamento jurídico como instrumento normativo. **REVISÃO DA LITERATURA:** Segundo dados do IBGE (2011), a população brasileira vem envelhecendo a passos largos. Em uma projeção feita, em 2017 a população idosa (65 ou mais) brasileira é estimada em 8,46% e a prospectiva para 2027 – dez anos depois – é que esse grupo atinja a marca de 12,14%. Ao passo que, em contraponto a essa estatística, tem-se a estimativa da população jovem (10-14 anos) vem decaindo e no ano de 2017 alcançou 22,22% para uma projeção no período supracitado será de 18,43%. Ou seja, é notória a transição demográfica em que o

Brasil se encontra. Levando esse fato em consideração, pode-se dizer que a reforma no âmbito previdenciário se faz necessária para abarcar essa futura realidade. No entanto, ao analisar a proposta da EC 287, alguns pontos, explicitamente, se configuram como uma violação aos direitos fundamentais sociais, havendo uma discrepância e desproporcionalidade, principalmente porque o Estado, enquanto garantidor de direitos, deveria atentar para as deficiências e necessidades da sociedade ao reformar seus institutos, sobretudo, quando se refere a direitos fundamentais basilares e altamente protegidos pela Constituição de 88. Nessa perspectiva, o que se critica não é diretamente a reforma em si, e sim seu conteúdo. Sob esse prisma, outro argumento dado pelo proponente da alteração da referida legislação baseia-se no déficit da Previdência Social. Consoante Lemes (2016), assentado nos artigos 194 e 195 da Lei Maior, a Previdência Social compõe o “tripé da proteção social”, do qual também fazem parte a Saúde e Assistência Social. A chamada Seguridade Social, que é esse tripé, possui diversas fontes de custeio, quais sejam: a) Contribuições Previdenciárias ao INSS; b) Contribuição para o financiamento da segurança social (COFINS); c) Contribuição social sobre Lucro Líquido PIS/PASEP; d) Receita de concurso de prognósticos. Segundo a autora, os cálculos do governo que comprovam o déficit apenas levam em conta a primeira fonte de custeio supramencionada, desconsiderando o restante das fontes de custeio. Em outras palavras, haveria, na verdade, um superávit, o qual em 2015 atingiu o valor de 20 bilhões de reais. Levando em conta esses fatos, discute-se a seguir a relação entre o princípio da vedação ao retrocesso, de cunho essencialmente constitucional, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 287.

Princípio da Vedação ao Retrocesso: O fenômeno neoconstitucionalista no presente século trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro a valorização dos princípios, concedendo-lhes a alcunha de norma jurídica. Com isso, a CF/88 expressa diversos princípios, sendo eles inerentes ao Estado Democrático de Direito – dentre eles, tem-se o da Segurança Jurídica, o qual se constitui como um instrumento de proteção à estabilidade das relações jurídicas, garantindo a permanência dos direitos fundamentais já assentados no seio da sociedade. Nessa vertente, como um desdobramento do princípio anteriormente citado, identifica-se o princípio da vedação ao retrocesso como uma ampliação gradativa do rol dos direitos fundamentais, sobretudo, dos direitos sociais, no qual se insere o objeto do presente trabalho. Nesse sentido, o referido princípio atua obstando qualquer medida estatal que tenha por intuito destruir ou reduzir esses direitos. Segundo Barroso e Barcellos (2012, p. 35), é permitido haver alterações na norma, no entanto, essa substituição deve ser acompanhada de uma política equivalente ou mais adequada, senão incorrerá na invalidade, por não atingir o fim constitucional. Ou seja, o que o princípio em tela veda não é qualquer alteração extraconstitucional, mas sim aquela que sobrepuja os limites do mínimo existencial. Nessa perspectiva, pode-se relacionar tal princípio a PEC 287 no sentido de que ela traz reduções consideráveis de alguns direitos sociais, como observado em seguida. Assim, é notória a intenção do constituinte derivado de reforma alterar materialmente conteúdo protegido pela CF/88, divergindo da concepção do Estado de Direito.

Análise comparativa entre a PEC 287 e a atual legislação: Na sequência, apresenta-se a escolha dos três pontos a serem analisados –aposentadoria por idade no Regime Geral da Previdência Social (RGPS); pensão por invalidez; aposentadoria rural. A seguir, mostra-se uma tabela comparativa entre a legislação atual e a PEC 287. Após analisar a Tabela 1 abaixo, verifica-se que o substitutivo – alteração do projeto inicial da PEC – aumentou em dois anos a idade do sexo

feminino para se aposentar, como também o tempo mínimo de contribuição em dez anos. Apesar do aumento da idade, houve um maior percentual na progressão do benefício. Em contrapartida, em relação à aposentadoria integral observa-se o aumento de trinta para quarenta anos, ou seja, aposenta-se o contribuinte somente terá seu benefício integralizado se atingir o tempo mínimo de contribuição somado à idade mínima.

Tabela 1 - COMPARATIVA ENTRE A LEGISLAÇÃO ATUAL E A PEC Nº 287

ITEM	LEGISLAÇÃO ATUAL	PEC 287	SUBSTITUTIVO
APOSENTADORIA POR IDADE – RGPS	60 anos mulher; 65 anos homem de idade mínima. 15 anos de contribuição (mínimo). Benefício: 70% + 0,1% a.a contribuição. 30 anos para 100% da média.	65 anos Mulher; Homem de idade mínima. 25 anos de contribuição (mínimo). Benefício: 51% + 1% a.a. Máximo 100% da média. 49 anos para 100% da média.	62 anos Mulher; 65 anos Homem. 25 anos de contribuição (mínimo). Benefício: 70% + 1,5% a.a até 30. 2% até 35. 2,5% até 40. Máximo 100% da média. 40 anos para 100% da média.
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - RGPS	100% do benefício em qualquer caso.	100% do benefício em caso de acidente em serviço. Proporcional ao TC nos demais casos (51%+1% a.a.).	100% do benefício em caso de acidente em serviço, doença profissional ou doença do trabalho. Proporcional ao TC nos demais casos (70% + 1,5% a.a até 30. 2% até 35. 2,5% até 40).
APOSENTADORIA RURAL	55 M ou 60 H de idade. 15 anos de atividade rural. Contribuição sobre produção comercializada - sem valor mínimo. Benefício: SM ou média do salário de contribuição.	65 anos de idade M/H. 25 anos de contribuição. Regime de contribuição individualizada (% sobre SM). Benefício: SM ou média do salário de contribuição.	Aos 57 M e 60 H anos de idade e 15 anos de contribuição (só economia familiar). Contribuição individualizada sobre o salário mínimo “com alíquota favorecida”. Regulamentação em 24 meses. Benefício: economia familiar: SM. Empregado rural: SM (mínimo) ou Proporcional ao TC:(70% + 1,5% a.a até 30. 2% até 35. 2,5%até 40)

Fonte: Autoria própria, 2017.

A título de comparação da desproporcionalidade desse tempo, tem-se o exemplo da Alemanha, onde o tempo de aposentadoria integral é de 40 anos de contribuição, no entanto a expectativa de vida eleva-se em sete anos. Outro ponto relevante, que demonstra a quebra de um direito conquistado, confere o acréscimo de dois anos na idade mínima da mulher, desconsiderando o fundamento da sua dupla jornada de trabalho. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as mulheres trabalham 5,4 anos a mais do que os homens²⁰. No segundo item, com relação à aposentadoria por invalidez, passou-se do benefício integral em qualquer caso para uma restrição em casos específicos, relacionados exclusivamente ao trabalho. Dessa forma, afora estes casos, o cálculo será feito proporcionalmente ao tempo de contribuição. Em outras palavras, se o trabalhador sofrer acidente em período inferior ao tempo mínimo de contribuição, ele receberá uma proporção bem menor do que o previsto na legislação atual, o que configura um evidente retrocesso ao direito de proteção ao trabalhador, indo de encontro à dignidade da pessoa humana. Quando se trata do trabalhador rural, as mudanças tendem a igualar as regras entre o trabalhador urbano e o do campo, tendo este último status constitucional (art. 195, § 8º) como segurado especial. O substitutivo da PEC prevê um aumento de dois anos para a mulher, da mesma forma que a trabalhadora urbana; a contribuição não incidirá mais sobre a produção comercializada, mas sim sobre o salário mínimo com alíquota favorecida (vale salientar que essa contribuição será individualizada, isto é, cada membro familiar terá de contribuir). Diante o exposto, conclui-se que os institutos analisados, em específico, demonstram uma breve exposição do que pretende a Reforma, em uma visão geral. Destarte, eles vão de encontro ao princípio elucidado, gerando insegurança jurídica no campo social. A título de reflexão acerca do tema, pode-se corroborar com o pensamento de Baptista (2007), segundo o qual o Direito não deve ser um instrumento à parte da sociedade, devendo dialogar com os anseios dos sujeitos sociais. Por este ângulo, no âmbito social brasileiro, a Reforma apontou para uma rejeição popular “intuitiva” do princípio da vedação ao retrocesso por meio do bordão “nenhum direito a menos”, evidenciado nos meios de comunicação de informação. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A pesquisa alcançou resultados pertinentes. O primeiro deles se refere a aposentadoria integral, a qual sofrerá um aumento de dez anos no tempo mínimo de contribuição, além do mais, o acréscimo em dois anos do tempo para se aposentar das mulheres, sem considerar a dupla jornada que, estatisticamente, ainda existe no seio da sociedade brasileira. Outra discussão apontada no trabalho é a mudança referente à aposentadoria por invalidez, uma vez que expõe o trabalhador a uma maior vulnerabilidade e bem menos protegido em seu direito a aposentadoria por acidentes, inclusive antes de atingir o tempo mínimo de contribuição. Tal fato configura-se como uma violação a dignidade humana, pois retira do trabalhador a proteção a qualquer acidente, não relacionado ao trabalho, sendo isso uma evidente redução de direito fundamental que outrora subsistia. O último resultado desta pesquisa, abarca a alteração na aposentadoria do trabalhador rural, (seja o familiar, seja empregado) o qual já enfrenta dificuldades naturais relacionadas a seu campo de atuação, visto que seu trabalho demanda um conjunto de condições que tornam a sua profissão mais dificultosa, ora por fatores climáticos, falta de insumos, concorrência desleal com os grandes produtores, baixos salários, dentre outros. Portanto, nota-se a grande regressão de direitos no que tange ao

²⁰ BRANCO, Mariana. **Mulher trabalha 5,4 anos a mais do que o homem**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/mulher-trabalha-54-anos-mais-que-homem-diz-estudo-do-ipea>>. Acesso em: 18 set. 2017.

aumento em dois anos para se aposentar para o sexo feminino - a qual também atravessa a dupla jornada – e no que se refere a alíquota incidente sobre o salário mínimo em vez da produção comercializada. Ademais, tal contribuição será individualizada a cada membro da família, sobrecarregando ainda mais escassos recursos. **CONCLUSÃO:** Com base no Princípio da Vedação ao Retrocesso, o qual atua impedindo qualquer mecanismo que tenha por objetivo destruir ou reduzir os direitos fundamentais, principalmente, os direitos sociais, conclui-se que as alterações se configuram com uma enorme redução de direitos nos quesitos citados: a aposentadoria integral aumentará em dez anos no tempo mínimo de contribuição, na aposentadoria por invalidez ocorrerá a retirada da proteção do trabalhador sobre algum acidente não relacionado ao seu trabalho, e, no caso do trabalhador rural, a contribuição será individualizada a cada membro da família. Diante disso, percebe-se a desproporcionalidade do projeto de Reforma da Previdência, no sentido de que ela não apresenta mecanismos compensatórios ou que sejam proporcionais à realidade social e econômica por qual passa a grande massa trabalhadora. Tais direitos, em uma sociedade Democrática de Direito, devem ser protegidos em sua máxima amplitude, com o fito de efetivar as normas programáticas constitucionais, as quais dirigem os governantes ao desenvolvimento social e à dignidade da pessoa humana. Por fim, o trabalho propõe que seja feito um referendo, como aparato constitucional de participação popular, acerca da Reforma da Previdência. Nesse aspecto, tendo como ponto referencial a aposentadoria enquanto direito fundamental e social, é válido e necessário que haja uma reforma, levando em conta, porém, a importância do Estado democrático de Direito e dos direitos fundamentais a fim de evitar a insegurança jurídica.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A importância da interdisciplinariedade na pesquisa jurídica:** olhando o direito sob outro viés. 2007. 21 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pós-graduação em Direito. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula de; BARROSO, Luís Roberto. O Começo da História: A Nova Interpretação Constitucional e o Papel dos Princípios no Direito Brasileiro. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/3127434849-1-PB.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Emenda Constitucional nº 287, de 05 de dezembro de 2016. **PEC 287/2016**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/2017-01-12-APRESENTAÇÃO-REFORMA-DA-PREVIDÊNCIA.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. **Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991**. Lei de Benefícios da Previdência Social. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

LEMES, Emerson Costa. **Reforma da Previdência**: explicação descomplicada. 2016. Disponível em: <<https://alestrazzi.jusbrasil.com.br/artigos/413444226/reforma-da-previdencia-explicacao-descomplicada>>. Acesso em: 17 set. 2017.

PETARDO-ANUÁRIO/PETARDO - ANUÁRIO, 1, 2006, Florianópolis.PET. Florianópolis: Boiteux, 2006. 384 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica**: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. Disponível em: <<https://www.olibat.com.br/documentos/SARLET.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ABUSO DE AUTORIDADE - PODER DE POLÍCIA

AUTORAS:

Camila Maria Arruda Suassuna

Natália Fernandes Barbosa Costa

RESUMO: O presente artigo apresenta os aspectos de definição dos direitos e deveres que a Administração Pública transfere ao Poder de Polícia para que este possa atuar de forma a preservar o interesse coletivo sobre o particular. Bem como demonstra, através da lei nº 4898/65, as possibilidades de reivindicar os direitos que forem lesados por parte dos agentes público que utilizam de forma anormal o poder atribuído a ele pelo Estado e as sanções previstas para os atos abusivos. Baseando-se, principalmente, nos autores: Álvaro Lazzarini, Ivone Freire Costa e Valdeonne Dias da Silva que deram fundamentação para elaboração do presente artigo, além da própria legislação. Sendo assim, expomos, como resultados alcançados, que os policiais em sua formação, são na maioria, mal instruídos sobre suas limitações e o quão distante é a relação sociedade-polícia. Além de levantar discussões acerca da defasagem da lei de Abuso de Autoridade quanto a sua aplicação. Neste artigo, a metodologia adotada consiste no método cartográfico associado a uma análise qualitativo-quantitativa. Concluindo-se, portanto, que a cultura policial deve ser revisada de forma que atenda as bases do Estado Democrático do Direito.

Palavras - chave: Abuso de Autoridade. Poder de Polícia. Formação Policial.

INTRODUÇÃO: Na história da humanidade os conflitos sempre existiram entre os povos, e como forma de organizar e limitar determinou-se regras não só para o bem estar particular, mas para o interesse geral da sociedade, objetivando a estabilidade social. Partindo dessa premissa, o sistema administrativo público ficou encarregado de fiscalizar se o interesse particular não estaria atingindo, direta ou indiretamente, o bem estar da coletividade. Dessa forma, essa missão foi designada para o que a Administração Pública denomina de: Poder de Polícia, definido no art. 78 do Código Tributário Nacional. O poder de polícia no sistema administrativo brasileiro, assim como mencionado anteriormente, visa impedir que o interesse particular sobreponha-se ao coletivo. Sendo as suas principais atribuições a auto executoriedade, coercibilidade e discricionariedade, as quais serão explicadas, ainda, neste artigo. Mas, cabe ao Estado controlar as atividades dos indivíduos através da aplicação de sanções. Entretanto, a separação da ideia de polícia e Estado torna-se confuso por estarem muito próximos já que a autoridade e a legalidade estão separadas por uma linha tênue. O Estado age através da polícia com objetivo da ordem pública e utiliza-se de meios como a abordagem policial para evitar que a segurança pública seja violada e, apenas, em caso de suspeita, como está definido no art. 244 do CPP, os agentes públicos têm a permissão de investigar o corpo, as vestes, etc. Esta medida é caracterizada pela discricionariedade do policial, onde o agente não necessita de um mandato judicial para tomar essas providências. Contudo, o poder de polícia não é ilimitado, não cabe ao agente agir conforme seu arbítrio. Mesmo legalizado como uma autoridade pública, não significa dizer que é um privilégio pessoal. Na Constituição Federal no Art. 37 está previsto o princípio da impessoalidade em que todo ato e provimento administrativo é imputável ao órgão e não ao funcionário, ou seja, o funcionário é um mero agente da administração pública pelo qual o órgão manifesta sua vontade estatal. O uso do

poder é inerente ao agente público, porém é condicionado a respeitar a liberdade pública e os direitos individuais previstos na Constituição Federal. Todo ato exercido por um agente que não esteja conforme a lei, por exemplo, invasão domiciliar sem autorização, será considerada abuso de autoridade. Na tentativa de impedir a arbitrariedade da polícia, foi criada a lei de nº 4898/65, paradoxalmente na Ditadura Militar do Brasil, que pune esses atos abusivos. Os tipos de abuso de poder são caracterizados nos Art. 4º e 3º da lei nº 4898/65, tais como: tentado à liberdade de locomoção, à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo de correspondência, à liberdade de consciência e de crença, ao livre exercício do culto religioso, submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei; deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa; prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. Dessa forma, como consequência do ato ilícito, acarretará ao praticante do abuso sanções de responsabilidade administrativa, criminal e civil. A sanção administrativa será aplicada de acordo com o abuso praticado e consistirá em advertência; repreensão; suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens; destituição de função, demissão e demissão a bem do serviço público. A sanção civil deverá ser buscada pela vítima do crime de abuso, a qual deverá intentar demanda judicial que vise recompor os eventuais danos morais, já que os direitos personalíssimos teriam sido ultrajados. O Ministério Público, titular da Ação Penal (Art. 129 CF/88), de posse da representação formulada pela vítima, intentará a denúncia, pugnando ao Estado-juiz a sanção penal cabível. Dado o exposto, percebe-se a importância do estudo e compreensão sobre o abuso de autoridade, pois este fere o estado democrático do Direito, principalmente, a dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição Federal. Por isso, a lei nº 4898/65 faz-se necessário para combater as injustiças, arbitrariedade e os caprichos de autoridades, punindo-os conforme a lei, mesmo sabendo que, infelizmente, na prática existe uma grande ineficiência desse dispositivo, uma vez que não existe uma fiscalização competente para coibir todos os abusos cometidos pelos policiais que ocorrem com grande frequência por todo o país. **METODOLOGIA:** Essa pesquisa baseia-se no método cartográfico que consiste na distorção da realidade do objeto de estudo através de três mecanismos: Escala, projeção e simbolização. Na sua escala corresponde à intervenção do Estado através da polícia em prol da ordem pública, utilizando da abordagem policial em casos de suspeita à violação da estabilidade social. É projetada através da discricionariedade policial onde o agente público não necessita de mandato judicial para adotar as medidas necessárias, porém só em casos de suspeita, assim como está previsto no Art. 244 do CPP. Contudo, com a falta de definição técnica ou jurídica do fato suspeito, o policial acaba por tomar medidas que ultrapassam o limite do indivíduo criando condições para que ocorram juízos de subjetividade, provocando fragilidade no procedimento policial e caracterizando o abuso de autoridade. Ato, este, considerado ilícito e sanções de responsabilidade criminal, administrativa e civil previstas na lei nº 4898/65. Verifica-se a sua simbolização pela falta de uma normatização sistemática e clara da abordagem policial adicionada a má formação dos agentes policiais que acabam excedendo sua função caracterizando, dessa forma, o abuso de autoridade. **REVISÃO DA LITERATURA:** Segundo Álvaro Lazzarini (1996), todo agente público - agente político ou administrativo - exerce poder administrativo, de que resulta a sua autoridade pública, conforme a sua investidura legal e, assim, esfera de

competência. Portanto, o cargo ocupado pelo agente público não pode ser considerado um privilégio pessoal, pois este é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal. Por isso, que o administrado não deve confrontar qualquer agente que expediu o ato, mas com a entidade cuja vontade foi manifestada por ele. Sendo o uso e abuso de poder um tema bastante polêmico para um agente público, pois cabe a este o dever de decidir e impor sua decisão a um particular sem que ultrapasse o limite imposto pela Constituição Federal. Contudo, essa percepção que se espera do agente não ocorre em sua maioria, uma vez que autoridade e legalidade, apesar de autônomos, são complementados um pelo outro. E, conseqüentemente, ocorre juízo de subjetividade por parte do policial. Assim como referendada por Álvaro Lazzarini (1996), o Brasil conta com a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, a denominada "Lei do Abuso de Autoridade", que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. Como observa Valdeonne Dias da Silva (2014), no senso comum, abordagem policial pode ser conceituada como o ato de aproximar-se de uma pessoa que esteja em circunstância suspeita ou não, com a intenção de averiguar, informar, investigar, orientar, advertir, interagir, prender, assistir etc. Ato, este, totalmente legitimado pelo exercício do Poder de Polícia conforme previsão normativa do Art. 244 do CPP. Se não houver a fundada suspeita fica caracterizado abuso de poder estatal e, por este motivo, ameaça aos direitos fundamentais ligados à personalidade do indivíduo como o direito à imagem, à privacidade, à honra, à dignidade etc. Sendo assim, a efetivação da abordagem policial é um percurso que requer do agente um domínio amplo das técnicas policiais, de acordo com a situação, pois exige-se do policial uma postura específica para cada momento. Não obstante, algumas críticas surgem a respeito da função Estatal em fiscalizar a atuação policial. Na visão de Ivone Freire Costa (2005), a omissão do Estado é, em si mesma, uma das expressões da violência e, ao mesmo tempo, a internalização no aparato da Segurança Pública, de práticas transgressoras e criminosas. O Estado não é omissor apenas em suas atribuições necessárias dentro da sociedade, mas é, também, aos atos ilícitos dos seus próprios agentes. Transferindo à população mais um problema, haja vista a falta de resolução do conflito ao recorrer até as últimas instâncias refletindo, de tal forma, uma ideia de insegurança e insatisfação na sociedade. Esse distanciamento progressivo entre a população e a polícia só favorece ao aumento da própria criminalidade, criando mais um obstáculo nessa relação sociedade x polícia. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Durante a pesquisa chegou-se a três resultados significativos. O primeiro que a administração pública utiliza-se de meios para auxiliar no controle social, através da polícia, que podem ter, facilmente, seu limite excedido, tais como: a auto executoriedade, na qual a administração pública utiliza-se de medidas ou sanções necessárias para coibir a desordem social como apreensões e interdições; a discricionariedade onde o agente decide qual o melhor meio e sanção aplicável para a ocasião sem necessitar de um mandato judicial; e a coercibilidade onde atuação do poder de polícia é muitas vezes classificada como atividade negativa. O segundo, notamos a ausência de fiscalização e alta frequência dos casos de abuso de autoridade policial, em larga escala no território brasileiro. As vítimas apresentam uma característica em comum: a falta de escolaridade. Está presente em mais de 50% das denúncias à Ouvidoria Policial do Rio Grande do Norte. A falta de conhecimento dos seus direitos tornam as pessoas mais vulneráveis aos delitos constatados. Por fim, o terceiro resultado encontrado foi de que os policiais em sua formação são, na maioria, mal instruídos sobre as limitações de seu poder. O

conhecimento deste faz com que os agentes não desobedeçam aos direitos do cidadão, as prerrogativas individuais e as liberdades públicas que são previstas na Constituição Federal e, dessa forma, qualquer desvio de um dos requisitos mencionados caracterizará o abuso de autoridade ao agente infrator que sofrerá sanções de responsabilidade administrativa, civil e criminal conforme a lei nº 4898/65. **CONCLUSÃO:** O Estado em sua função de controlar e manter a estabilidade social faz o uso do poder de polícia para obter a eficácia desse objetivo. Entretanto, o poder atribuído aos agentes públicos, no caso policial, não é claro e torna a abordagem do policial perigosa quanto ao discernimento dos seus limites. Muitas vezes, o indivíduo abordado sente-se coagido por não saber quais são os seus Direitos e age conforme é exigido. Essa falta de clareza tanto pelo policial quanto ao cidadão faz com que o processo torne-se favorável, apenas, a um lado, e nesse caso, ao agente por considerar-se autoridade máxima. Mesmo o Art. 5º da Constituição Federal, onde está previsto que: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, esses direitos são pouco disseminados na sociedade e, conseqüentemente, acarreta uma cultura de ignorância favorecendo aos donos do poder e autores da frase: "Você sabe com quem está falando?". O sistema atual necessita de um estudo para que ocorra uma profunda reestruturação, onde o distanciamento entre o policial e a população não exista criando um ambiente de respeito recíproco. A cultura policial deve ser revisada de forma que atenda as bases do Estado Democrático do Direito, tendo como principal personagem o cidadão. Caso contrário, as polícias sempre serão temidas e não admiradas. E, esse sucesso complementa-se com a sociedade civil, política e a própria polícia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.898 de 1965.** Abuso de Autoridade Lúcio Valente". Disponível em: <luciovalente@pontodosconcursos.com.br> . Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Polícia e Sociedade. **Gestão de segurança Pública, Violência e controle social.** Disponível em:

http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/pub/PROGESP/ItemAcervo521/Livro_Pol%EDcia_e_sociedade_-_Costa,_I.F.pdf . Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. A criminalização da conduta dos agentes policiais em face dos crimes de tortura e abuso de autoridade. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6814>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. A criminalização da conduta dos agentes policiais em face dos crimes de tortura e abuso de autoridade. Disponível em:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6814. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. Abordagem e Abuso de Autoridade. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/28050/abordagem-policial-e-abuso-de-autoridade>. Acesso

em: 05 maio 2016.

_____. **Abuso de Poder x Poder de Policia.** Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46688>> Acesso em: 18 maio 2016.

BRASIL. **Análise da Lei.** Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11734> Acesso em: 05 maio 2016.

_____. **Anistia.** Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140508_anistia_internacional_prot_estos_copa_rb> Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Anistia.** Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140323_ditadura_anistia_mdb_jf> Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Cartilhas de defesa dos Direitos Humanos contra a violência policial.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/br/rj/cart_violpol.htm> acesso em 23 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Medo dos brasileiros quanto ao abuso dos Policiais.** Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140512_brasil_tortura_vale_rb> Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Os crimes de abuso de autoridade na atuação dos agentes de segurança pública.** Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/media/tcc/2015/12/OS-CRIMES-DE-ABUSO-DE-AUTORIDADE.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Padrões de policiamento.** Disponível em:
<https://aderivaldo23.wordpress.com/2008/06/23/padroles-de-policiamento/>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Relatos de Abusos.** Disponível em:
<http://www.obore.com.br/ouvidorias/natal_relatorio.html> Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Violência e Formação Militar.** Disponível em:
<<https://aderivaldo23.wordpress.com/2008/08/31/a-violencia-policial-e-a-formacao-militar/>> Acesso em: 31 maio 2016.

ERRO DO JUDICIÁRIO: PROJETO INOCÊNCIA E MUTIRÕES CARCERÁRIOS

AUTORES:

Jacieli Costa Damasceno

Sthefany Gabriella dos Santos Costa

RESUMO: O presente artigo objetiva demonstrar à população brasileira sobre a existência do início do Projeto Inocência Brasil, traçando um paralelo ao já existente Innocence Project, com origem nos Estados Unidos e buscando, além disso, demonstrar a aplicabilidade e viabilidade da inserção de tal projeto em solo brasileiro. Ademais, é necessário se ter sempre em mente a conscientização, pela população, sobre os casos que envolvem indivíduos presos indevidamente. Se faz importante destacar também a importância que tem os projetos com cunho humanitário, como o Innocence Project, que tem como objetivo a prevenção a erros judiciários.

Palavras - chave: Erros do Judiciário. Projeto Inocência. Mutirões Carcerários.

INTRODUÇÃO: Há, na realidade brasileira judiciária, casos em que a Justiça desempenha um papel inverso do pretendido ou, em outras palavras, é literalmente cega ou negligente aos casos que tutela. O poder jurisdicional brasileiro é exercido muitas vezes com inércia e descuido para com os casos concretos que têm em mãos, fazendo com que o objetivo principal da ciência jurídica – a Justiça – não se concretize ou se concretize de forma errada. As injustiças cometidas ao longo das resoluções dos processos não são fatores isolados e difíceis de acontecerem. Com uma notória displicência com a busca pela verdade real dos fatos - como deve ser sempre a Ciência Criminal norteada - casos de indivíduos inocentes têm resoluções nas quais vislumbra-se que o ramo criminal caminha em sentido contrário ao que deveria, não sendo encontrada a supracitada verdade real dos fatos, mas sim a verdade que seja mais conveniente e fácil às autoridades responsáveis encontrarem. No entanto, não se deve nem pode culpar apenas os agentes públicos que compõem o poder jurisdicional, mas também o próprio Estado, já que as atitudes daqueles reflete-se diretamente na falta de compromisso deste. Nesse sentido, casos que têm como protagonistas indivíduos com um perfil social já traçado – na maior parte das vezes negros e aqueles com baixa renda - tem uma maior desatenção do poder jurisdicional, que mais parece preocupado em tirar de sua responsabilidade mais um caso em que figure alguém “sem importância” do que fazer valer os princípios básicos do devido processo legal. Dessa forma, inúmeros são os casos em que pessoas são presas injustamente por crimes que não cometeram. O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin afirmou que o sistema penal brasileiro é seletivo e desigual, continuando: “em regra, temos um sistema injusto, seletivo e desigual entre o segmento social mais abastado e aquele dos cidadãos desprovidos de privilégios.” Assim, nota-se, na fala do próprio ministro, um sistema penal injusto para com aqueles pertencentes a camadas menos favorecidas da população, que são exatamente as partes mais vulneráveis e os alvos mais atingidos quando ocorre um erro do judiciário no tocante às prisões injustas. Referidos erros têm seu primeiro sinal de surgimento nas prisões em flagrante que predominam na realidade atual carcerária do Brasil, acontecendo em 72% dos casos. Nesse sentido, os flagrantes relaxados abrem uma grande margem,

na prática, para a ocorrência de erros desse cunho, não se efetivando direitos fundamentais e básicos inerentes a todo indivíduo: o devido processo legal e o contraditório. Como forma de diminuir a permanência de presos em flagrante (a não ser que seja estritamente necessário), surgem os Mutirões Carcerários de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tais Mutirões são mecanismo que o ordenamento jurídico brasileiro possui e que, se usado corretamente, evitariam prisões sem o lastro probatório mínimo e garantiria a todos o devido processo legal, já que possuem a missão de verificar as condições de encarceramento, o andamento dos processos criminais entre outras finalidades. Um Mutirão realizado descobriu quase 50 mil presos indevidamente. No entanto, tal mecanismo ainda carece de melhorias. Os objetivos dos mutirões carcerários e sua finalidade são genuínos e dignos de aplausos, mas sua efetivação é desprovida de qualquer concretização que a Lei que o instituiu possa ter trazido consigo em sua redação. Os Mutirões Carcerários, assim como qualquer outro programa ou projeto brasileiro, tem defeitos e carece de melhoria. Detentos que são mantidos em prisões mesmo após a extinção de suas penas representam 10% dos processos analisados, o que mostra uma clara ineficiência dos que participam dos mutirões e que deveriam garantir a concretização real de seus objetivos. Nota-se, portanto, um baixo grau de comprometimento dos agentes responsáveis por sua efetivação. Assim, levando-se em conta a relativa ineficiência dos Mutirões Carcerários, temos uma realidade prisional de 665 mil presos, sendo 221 mil (34%) à espera de julgamento, devendo agora o Brasil se preparar para que casos de prisões injustas ocorram com menos frequência. Nesse contexto, surge o Projeto Inocência, uma organização sem fins lucrativos e que objetiva exatamente evitar prisões e condenações injustas. É um programa com um viés humanitário que tenta consertar os caminhos tortuosos que o judiciário percorre, dando àqueles presos injustamente a possibilidade de provar sua inocência através de exames de DNA e evitando, assim, que tenham restritos anos de sua liberdade pagando por algo que não fizeram. Assim, o Projeto Inocência preenche as lacunas de um Judiciário negligente. O Brasil, por possuir uma política criminal sem muitos critérios no tocante às prisões, já mostra os primeiros sinais da implementação do Projeto Inocência em solo pátrio, tendo sido fundado o Projeto em 8 de dezembro de 2016 em uma parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Entre os membros do Projeto Inocência Brasil há a presença de advogados, estudantes e voluntários. “Era um plano antigo de vários colegas. Outros países da América Latina já possuem sedes do Innocent Project e pensamos que o Brasil precisa urgentemente agir sobre isso”, comentou Dora Cavalcanti Cordani, uma das advogadas envolvidas. O Projeto Inocência, que já libertou 349 pessoas condenadas injustamente, atua exclusivamente nos Estados Unidos, no entanto, cada país pode ter um projeto, caso do Brasil, formando assim a Innocence Project Network. **METODOLOGIA:** O presente artigo foi produzido com base em pesquisas científicas em sites eletrônicos. Os raciocínios aqui desenvolvidos tiveram como ponto de partida gráficos contendo dados estatísticos dos números de presos no Brasil, bem como uma estatística da quantidade de prisões injustas, além de se utilizar de códigos nacionais, como a Carta Magna de 1988. **REVISÃO DA LITERATURA:** A saber, organizações com finalidades semelhantes ao Projeto Inocência oferecem serviços legais gratuitos aos indivíduos condenados injustamente e trabalham para melhorar os sistemas de justiça. Fábio Tofic Simantob, um dos envolvidos no Projeto Inocência Brasil, diz que não há um conceito legal de erro judiciário no Brasil, sendo conhecido como “a condenação de um inocente.” Prossegue:

E ainda é muito precária a tabulação de dados nesta área para se saber o motivo da condenação injusta e as causas que levaram a ela. Pela nossa experiência, contudo, empiricamente, podemos intuir que as maiores causas de erro Judiciário são os reconhecimentos pessoais ou fotográficos positivos [o falso positivo] e o falso testemunho, incluído aí o perjúrio policial

Dessa forma, se ver que os motivos que levam a tais erros são aqueles que deveriam servir de forma oposta, ou seja, de forma a esclarecer os fatos e evitar prisões injustas. No entanto, os agentes do estado brasileiro refletem em suas próprias ações a morosidade e negligência estatal. No artigo 5º da Constituição Federal, incisos LIV e LV, é assegurado que todos, igualmente, tem o direito ao devido processo legal, o que dá margem para defesa, apresentação de provas e um processo sem nenhum tipo de pré julgamento, onde todas as partes merecem e devem ter o mesmo tratamento oferecido pela figura do juiz. Tal princípio, no ordenamento jurídico brasileiro, é privilégio apenas de alguns, enquanto que para outros é largado ao esquecimento. O inciso LXXV do mesmo artigo da Constituição Federal, diz: “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário.” Assim, sempre que o Estado cercear a liberdade de outrem de forma equivocada pagará a este indenização, respondendo objetivamente pelo erro cometido. A prisão injusta causa dano ao patrimônio moral do indivíduo, devendo este ser compensado por ter sido privado não só de sua liberdade, mas também de sua honra. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A saber, os casos de homicídio, estupro e abuso sexual de crianças foram os que mais tiveram condenações injustas no ano de 2014, segundo pesquisa realizada, sendo o primeiro 597, o segundo 224 e o terceiro 154. Os fatores externos que interferiram são, entre outros: Nos casos de homicídio: falso testemunho ou falsa acusação, em 65% dos casos; má conduta de autoridade, em 58% dos casos; identificação errada por testemunha, em 26% dos casos; prova forense falsa ou enganosa, em 23% dos casos e confissão falsa, em 20% dos casos de homicídio. Nos casos de estupro: identificação errada por testemunha, em 75% dos casos; prova forense falsa ou enganosa, em 34% dos casos; falso testemunho ou falsa acusação, em 32% dos casos; má conduta de autoridade, em 19% dos casos e confissão falsa em 7% dos casos de estupro. Nos casos de abuso sexual de crianças: falso testemunho ou falsa acusação, em 81% dos casos; má conduta de autoridade, em 47% dos casos; prova forense falsa ou enganosa, em 24% dos casos; identificação errada por testemunha, em 18% dos casos e confissão falsa, em 7% dos casos de abuso sexual. Infere-se disso que as justificativas para a ocorrência de tais erros encontram-se nos mais variados motivos, formando uma rede complexa de falha não só do Estado em si, como também de seus agentes. É necessário agora fazer uma análise dos obstáculos encontrados no Brasil para a aplicabilidade do Projeto Inocência, a começar pelo modelo de trabalho que seguirá a lógica do americano, ou seja, possuirá equipes pequenas e contará com vários voluntários. A parte do financiamento de pesquisa do Projeto é de responsabilidade dos próprios fundadores. Ponto peculiar acerca do Projeto, seja em sua versão original seja o brasileiro, é a parceria com universidades, o que proporciona aos estudantes um contato mais direto com a realidade, além de influenciar na sua formação humana. O Projeto tem 20% de sua constituição jurídica com estudantes concluintes de Universidades. No tocante a área de atuação, o Projeto Inocência Brasil começará pelo estado de São Paulo, onde já tem três casos a serem analisados. Assim, ainda que de forma tímida, percebe-se o início de atuação do Projeto no Brasil. Rafael Tucherman, um dos advogados envolvidos, diz que a proposta primeira é estudar casos que já tiveram

seu trânsito em julgado e com condenações que não estejam no fim, já que é preciso fazer um trabalho de revisão penal. A forma de estudo desses casos será através de um questionário onde “será feita uma análise detalhada para verificar fundamentos nos argumentos e a leitura dos autos. Essa é uma dificuldade que talvez seja menor para nós em relação aos EUA, porque lá muitos casos são resolvidos no modelo *plea bargain* [um acordo entre um réu e um procurador], então muitas vezes não existem autos, é só acordo e alguns detalhes de investigação”, afirma uma das advogadas envolvidas. O Projeto Inocência dos Estados Unidos, apesar de todas as técnicas já mencionadas, é conhecido pela realização de exames de DNA. No entanto, para a realidade brasileira, tal técnica se mostra dificultosa pois falta uma melhor organização na forma das autoridades conduzirem uma investigação criminal, preservando as provas. Como motivo para erros em julgamentos criminais, têm-se o fato de policiais muitas vezes serem as únicas testemunhas de um crime, somando-se a isso o uso ultrapassado de tecnologia nas investigações, alguns policiais mau disciplinados que forjam provas, casos de réus que são coagidos a confessar e, por fim, a qualidade da defesa feita por advogados que é falha em algumas das vezes. Uma das envolvidas no Projeto diz:

É um projeto de estudos de erros do Judiciário, do diagnóstico da condenação do inocente, ele não parte do princípio que alguém cometeu um erro de propósito. Então pretendemos contar com o apoio do Ministério Público, da polícia, da magistratura, da Defensoria, com todos pensando em aperfeiçoamentos. Errar é humano. A própria defesa pode ser muitas vezes ser ineficiente. Um descuido pode resultar numa condenação sem volta.(CHAVES, 2017, online).

Outro obstáculo para a defesa é a grande quantidade de prisões provisórias no país. Em 2017 a população carcerária era de 654.372 presos e destes 221.054 eram presos provisórios. Existe uma pesquisa sobre o tema que analisou o ano de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Feito pelo Instituto Sou da Paz em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes, o estudo mostrou que naquele ano foram presas 7.734 pessoas, que ficaram encarceradas por volta 101 dias antes do julgamento. O que demonstra uma notória displicência das autoridades judiciárias brasileiras. Se as audiências de custódia - criadas pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo – fossem de fato levadas a efeito, pessoas presas em flagrante seriam levadas a um juiz em até 24 horas após a prisão, demonstrando celeridade do judiciário e atendimento ao devido processo legal. **CONCLUSÃO:** Após a análise do que aqui foi exposto, percebe-se que a aplicabilidade de um Projeto Inocência no Brasil, apesar de ter dificuldades no tocante a alguns pontos em específico – como é o caso da realização dos exames de DNA – se faz muito necessária, uma vez que a realidade penal brasileira carece de maior atenção. Segundo a ministra e atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmén Lúcia, um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês, mais que um estudante, que custa R\$ 2,2 mil por mês. Analisando esse fato, percebe-se que se houvesse um maior compromisso por parte do Judiciário no tratamento das prisões em flagrante supracitadas - além de se evitar cercear a liberdade individual de forma arbitrária, de se ter a efetividade do devido processo legal e de garantir a celeridade – seria evitado não só prisões injustas, mas também evitaria que o próprio sistema carcerário brasileiro sofresse de um mal a ele infligido há muito tempo: a superlotação. Assim, a questão de manter presos indevidamente, sem o devido apuramento mínimo e sumário dos fatos, gera

consequências diversas das mais variadas natureza, passando pela superlotação nas prisões até o quantum que o Estado desembolsa para custear tais presos. Dessa forma, a questão da prisão em flagrante e a permanência de indivíduos nas celas, vai além dos erros que isso podem acarretar, perpassando outras matérias de ordem pública. É nesse sentido que o Projeto Inocência Brasil intervém e faz efetivar, entre outros direitos e garantias fundamentais, o devido processo legal, dando a oportunidade daqueles relegados ao esquecimento de mostrar sua possível inocência, evitando não apenas que o Judiciário cometa erros, como também que esses indivíduos não percam momentos únicos das suas vidas. É importante, nesse sentido, que o Projeto Inocência Brasil tenha um grau de visibilidade considerável, sendo possível que suas informações alcancem a maior parcela da população possível, ofertando a estes o conhecimento de que existe na realidade brasileira uma iniciativa com a finalidade de apurar de melhor forma os casos para que indivíduos não sejam presos de forma errônea.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Saulo José Casali. **Responsabilidade civil do Estado**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp 220982/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/361241/recurso-especial-resp-220982-rs-1999-0057692-6>>. Acesso em 08 out. 2017.

_____. **Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

MUTIRÕES CARCERÁRIO. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-mutirao-carcerario>>. Acesso em: 8 out. 2017.

CHAVES, Reinaldo. **Projeto Internacional Vai Investigar Casos de Inocentes de Inocentes Condenados no Brasil**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-08/projeto-investigar-casos-inocentes-condenados-brasil>>. Acesso em 10 out. 2017.

CONJUR. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-08/projeto-investigar-casos-inocentes-condenados-brasil>>. Acesso em: 08 out. 2017.

IG, último segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-12-18/mutirao-carcerario-do-cnj-descobre-quase-50-mil-presos-indevidamente.html>. Acesso em: 08 out. 2017.

JUS, CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-mutirao-carcerario>>. Acesso em: 07 out. 2017.

RN, Defensoria. Disponível em:
<<http://www.defensoria.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=7483&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=Materia>>. Acesso em: 07 out. 2017.

MORTES NO TRÂNSITO: EFETIVIDADE DA LEI SECA NA SUA REDUÇÃO

AUTORES:

Isaac Gabriel Paiva

Maria Gracilene Carvalho de Oliveira

RESUMO: O presente artigo visa analisar os dados estatísticos referentes aos índices de mortalidade no trânsito e associar os resultados e variações sentidos ao longo dos anos com a aplicação prática das normas que ficaram conhecidas popularmente como “lei seca”, para com isso concluir seus graus de eficácia. A lei nº 11.705 surgiu em 2008 com o propósito de reduzir as taxas de óbitos ocasionados por acidentes ocorridos em virtude da combinação entre a álcool e direção, que colocam o Brasil como um dos países no mundo onde há mais vítimas desse tipo de delito. Entretanto, sofreu muitas críticas por apresentar problemas de aplicabilidade que acarretaram numa norma ineficaz, que serviu apenas para aumentar os índices de violência viária durante o período de sua vigência. Todavia, em 2012 o Código de Trânsito Brasileiro foi novamente alterado pela lei nº 12.760 e passou a apresentar um formato aplicável, proveniente da correção das pontas que haviam sido deixadas soltas na lei anterior, o que proporcionou uma real mudança no status de eficácia da norma.

Palavras - chave: Lei Seca. Mortalidade. Eficácia.

INTRODUÇÃO: As mortes no trânsito estão entre as principais causas de mortes no mundo, no Brasil então, esses índices superam o número de vítimas de alguns tipos de Câncer, de acordo com o levantamento do Observatório Nacional de Segurança Viária. Em 2004, o Departamento de Informática do SUS registrou 35.105 mortos em acidentes nas estradas do país e o gráfico de desenvolvimento anual demonstrou uma tendência de alta, com apenas um intervalo de queda em 2009, até o ano de 2012, onde se registrou o pico recorde de 44.812 óbitos. Estudos científicos sobre as principais causas desses acidentes fatais ainda são escassos, por incrível que pareça, mas um estudo específico sobre a mortalidade viária no Estado do Rio Grande do Norte, feito em uma dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas pela UFRN, no ano de 2007, apontou que existia alguma quantidade de álcool em 66,43% dos corpos das 277 vítimas fatais de acidentes de trânsito daquele ano, detectado através de exame de sangue, sendo que desse percentual, em 96% dos casos a concentração alcoólica foi igual ou superior a 0,2 g/l (SANTIAGO, 2008). Para efeitos de comparação, 0,6 g/l é a quantidade necessária para caracterizar o crime de dirigir sob influência de álcool, de acordo com a lei nº 12.760/2012, isso demonstra a nocividade do álcool e sua capacidade de causar acidentes fatais, mesmo em concentrações pequenas. Com base nessa realidade alarmante, o Estado se viu obrigado a tomar uma série de medidas para combater o alcoolismo associado à direção de veículos e o marco inicial foi a medida provisória nº 415, de 2008, que vedava a venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais. A medida foi cercada de muita polêmica, pois apesar de ter sido fundada na justa premissa de reduzir acidentes, existia desconfiança quanto a própria constitucionalidade da medida, bem como quanto à eficácia, uma vez que nada impedia que as bebidas fossem compradas em locais diversos. Ainda naquele ano, essa medida provisória se converteu na lei nº 11.705/2008, sendo alterada posteriormente pela lei nº 12.760/2012 e mais

recentemente pela Lei nº 13.281/2016, que não será analisada em virtude de não termos dados estatísticos relacionados aos acidentes fatais após o período em que começou a vigorar essa norma. A primeira lei ficou conhecida então como “Lei Seca” e foi criada com o intuito de reduzir o número de vítimas fatais nos acidentes de trânsito, atacando a sua principal causa que é a embriaguez, inaugurando a política de tolerância zero com relação ao consumo de bebida alcoólica e prevendo sanções severas na tentativa de mudar esse comportamento cultural do cidadão brasileiro. Analisando o contexto nacional, desde o ano de 2004 até o ano de 2008 os números de vítimas fatais registraram um aumento médio de 792 vítimas por ano e de 2008 para 2009, período em que passou a vigorar a lei nº 11.705, percebeu-se uma redução de 679 mortes. Entretanto, após essa queda os índices voltaram a subir até o ano de 2012, onde novamente se verificou uma queda, ainda mais considerável, que coincide mais uma vez com o momento em que passam a vigorar as novas regras para a verificação da alcoolemia, aplicadas pela Lei 12.760. Em se tratando do contexto estadual, o setor de estatísticas do Detran/RN apresenta os dados apenas a partir de 2012, onde foram registrados 794 óbitos e diferente do contexto nacional, o ano de 2013 não apresentou queda significativa, pois os números permaneceram estáveis num total de 783 vítimas. Entretanto, os anos seguintes apresentaram quedas consecutivas e consideráveis, até o ano de 2015. O objetivo deste trabalho é exatamente determinar a influência da Lei nessa aparente redução de mortalidade, analisar se a Lei Seca vem cumprindo sua proposta de forma satisfatória, por meio da comparação de números estatísticos relacionados aos acidentes fatais e o início da vigência das normas, bem como analisar a influência da fiscalização e da efetiva aplicabilidade da lei aos casos concretos. O entendimento desses fatores é essencial para que possamos primeiramente avaliar sobre quais aspectos uma norma falhou e em quais ela se aprimorou e se as mudanças foram positivas e contribuíram diretamente para a eficácia da norma. Com isso poderemos saber se o Estado vai na direção certa na luta pela preservação da vida nas estradas de todo o país. **METODOLOGIA:** O trabalho foi realizado tendo como base o método cartográfico social, que tem como objetivo o mapeamento da efetividade jurídica. O fato social estudado foram as mortes ocorridas em acidentes de trânsito, então definimos o recorte geográfico como sendo todo o território nacional e a aplicação das Leis nº 11.705/08 e 12.760/12 nesse território como escala do estudo. Posteriormente analisamos a efetividade dessas normas durante o período de suas vigências, de forma quantitativa por meio de estatísticas, para constatar o grau de projeção alcançado pelas mesmas, afim de que pudéssemos verificar a simbolização sentida pela sociedade após a edição de cada uma das leis. Dessa forma, utilizamos a internet como ferramenta para buscar dados estatísticos confiáveis sobre a mortalidade viária e comparamos esses dados com o período de vigência das leis 11.705/08 e 12.760/12, buscando o padrão de eficácia de cada norma com base na quantidade de mortes que foram reduzidas em cada período e no momento histórico e circunstancial em que cada uma se encaixou. Com o resultado se mostrando positivo para a lei mais recente e negativo para a lei mais antiga, foi a vez de buscarmos identificar quais os problemas que levaram uma norma a não ser eficaz e encontramos as brechas contidas na lei nº 11.705 que impediam a sua devida aplicabilidade, uma vez que proporcionava aos condutores infratores a impunidade que serviu para estimular o comportamento delituoso ao invés de combatê-lo. Com a correção dessas brechas a lei nº 12.760 passou a apresentar uma eficiência bastante considerável, medida através da inédita redução das taxas de mortalidade que desde o ano 2000 demonstrava altas seguidas, só

tendo ocorrido queda no ano de 2009, também em virtude do impacto inicial da lei nº 11.705 e isso nos levou as conclusões sobre as eficácias relativas das leis, bem como seus erros e acertos. **REVISÃO DA LITERATURA:** A lei seca objetiva primariamente reduzir os índices de óbitos que ano após ano mantinham uma tendência de alta que preocupava as autoridades públicas e motivou o enrijecimento da lei com relação ao consumo de bebida alcoólica e a direção de veículos automotores. Entretanto a primeira tentativa de frear essa escalada se mostrou ineficaz, tendo em vista os erros presentes na própria estrutura da norma, que deixaram falhas cruciais e impediam a correta aplicabilidade da lei, bem como que ela cumprisse a vontade do legislador. Nesse sentido, (ASSIS, 2012) conclui que a redação dada ao art. 306 do CTB, pela Lei 11.705/08 não tem sua eficácia completa em virtude de ter deixado várias brechas para que o motorista embriagado fosse autuado no crime de embriaguez ao volante. O autor ainda cita que provavelmente a “lei seca” de 2008 tenha sido feita às pressas, somente para acalmar o clamor social que pedia uma lei mais severa para quem dirigisse sob influência alcoólica e por isso tenham ficado essas brechas cruciais. Em contrapartida, a Lei nº 12.760 se mostra um importante marco para o controle dos acidentes de trânsito, pois a sua promulgação coincidiu com uma acentuada queda no gráfico que demonstra o quantitativo de mortes provenientes de acidentes viários. Essa redução é tão significativa que fez com que o Brasil atingisse em 2015 os índices similares aos que apresentava ainda no ano de 2006, num cenário inversamente proporcional aos constantes aumentos que eram registrados e mais importante ainda se levarmos em conta o grande aumento da frota de veículos registrado no mesmo período. Corroborando com essa ideia, RIBEIRO e SILVA (2014), em seu artigo intitulado Lei Seca: Eficácia amparada na legística, afirmam:

A Lei Seca foi alterada em tempo oportuno, corrigindo-se, exatamente, o que impedia a sua operacionalidade. A verificação da alcoolemia foi facilitada, e assim, a caracterização dos delitos de trânsito em comento adquiriu maior expressividade. E, via de consequência, o número de acidentes provocados pela ingestão de bebida alcoólica antes de dirigir foi reduzido. A sociedade, enfim, adotou novos hábitos, ciente da existência da lei e das sanções aplicáveis àqueles que a infringissem.

Contudo, é evidente que apenas a lei e sua fiscalização não são instrumentos suficientes para mudar de maneira sólida um comportamento cultural que remonta a décadas de prática reiterada, sendo necessária uma educação voltada para base, para os indivíduos que ainda não atingiram a idade de possuir habilitação e que ainda não começaram a materializar o comportamento infrator, bem como também a implementação de políticas públicas no sentido de desestimular o consumo de álcool em locais e eventos determinados e incentivar a divulgação e a publicidade dos efeitos nocivos do da bebida alcoólica, mesmo em pequenas concentrações. Nesse mesmo sentido, autores se posicionam favoráveis a complementação da fiscalização com a educação, destarte FARIA (2011, p. 56), que afirma:

Somente a lei não será eficaz para combater tão grave quadro de violência no trânsito. Além de uma fiscalização rigorosa e contínua, o Estado deve buscar diminuir a oferta de álcool em locais estratégicos e, ao mesmo tempo, trabalhar para conscientizar o condutor de que dirigir embriagado é crime. As intervenções e políticas públicas devem ser eficientes e capazes de evitar (ou reduzir) o consumo indevido do álcool. A prevenção é melhor do que a repressão, buscando-se, portanto, combater os danos antes que

estes ocorram. Esta prevenção resulta em preservar vidas e amenizar diversos problemas de saúde.

O reforço da publicidade institucional, a promoção de eventos públicos de incentivo à saúde, o trabalho de organizações não-governamentais e a discussão e debate no meio acadêmico e em toda a sociedade surgem como algumas ideias de ações preventivas que, somadas aos esforços de fiscalização, contribuem para um trânsito mais seguro. A caminhada nesse sentido é longa, e demanda tempo até que se sinta uma profunda mudança social, mas é necessária, por parte do poder público e de todos os cidadãos: **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A reunião dos dados estatísticos referentes às mortes no trânsito no território nacional apontaram que em 2008, ano em que foi promulgada a lei nº 11.705, o Brasil apresentava uma taxa média de 20,18 mortes para cada 100 mil habitantes, segundo dados do Observatório Nacional de Segurança Viária, o que equivalem a 38.273 vítimas fatais. Ainda de acordo com o ONSV, esses números vinham em uma evolução crescente desde o ano 2000, quando os números absolutos apontavam para 35.105 óbitos. Com o início da vigência da primeira lei denominada “lei seca”, esperava-se a diminuição do número de vítimas fatais, já que a embriaguez ao volante é uma das principais causas de acidentes e realmente, no ano seguinte, percebemos uma leve diminuição, pois se registraram 37.594 mortes, totalizando 679 vidas poupadas. Entretanto, algo ocorreu posteriormente que ocasionou uma nova elevação da taxa de mortalidade, na verdade a maior alta relativa visualizada em todo o histórico estatístico, atingindo 42.844 óbitos. Para efeitos comparativos, a média de crescimento da taxa de mortalidade entre os anos de 2004 e 2008 era de 792 vítimas por ano, mas em 2010, o aumento foi de exatamente 5.250 vítimas fatais e esses números continuaram subindo nos anos posteriores, até o ano de 2012, onde registrou-se o pico de 44.812 mortes. As únicas coisas que podemos inferir que geraram esse efeito inverso ao pretendido foram as brechas contidas naquela lei. Essas brechas permitiam efetivamente que o condutor que fosse fiscalizado se recusasse a realizar o exame de alcoolemia e não sofresse nenhuma punição administrativa ou criminal e isso provavelmente gerava no cidadão que costumeiramente dirigia sob influência de álcool a certeza da impunidade e estimulou o comportamento, gerando o aumento recorde registrado no ano de 2010. Podemos deduzir que esse aumento só não se iniciou já no ano de 2009 em virtude do impacto inicial provocado pela divulgação da lei, pois ela até então era tratada como a “lei seca” e prometia sancionar de maneira bastante pesada os condutores embriagados, mas como no decorrer do primeiro ano de aplicação os condutores perceberam que ela poderia ser evitada apenas negando-se a realizar os procedimentos para constatação de alcoolemia, rapidamente perdeu a capacidade coercitiva, vindo a gerar danos no ano seguinte. Em contrapartida, a lei nº 12.760 de 20 de dezembro de 2012 apresentou resultados extremamente positivos já no primeiro ano de sua vigência. Naquele ano, como já foi mencionado, os óbitos no trânsito haviam chegado na maior marca da história, sendo 44.812. A nova lei passou a vigorar já no final daquele ano e por isso não houve tempo para que pudesse surtir efeito, mas no ano de 2013 registrou-se a maior queda, até então, do número de vítimas fatais desde o início da contabilidade, atingindo o número de 42.266 mortes, 2.546 a menos que o ano anterior. Devemos lembrar que a tendência até então era de alta média de 792 óbitos por ano e essa tendência se explica facilmente pelo aumento contínuo da frota de veículos e do crescimento populacional natural, mas mesmo contra esses fatores os números apresentaram

reduções maciças, o que torna esse resultado ainda mais significativo. No ano de 2014, todavia, houve um atípico aumento de 1.514 óbitos em relação a 2013. Podemos atribuir esse aumento ao fato daquele ano ter sido o ano da realização da Copa do Mundo de futebol e o Brasil era o país sede. Sendo o futebol uma paixão nacional e a Copa do Mundo o maior evento esportivo do ramo, a realização deste evento em solo nacional, que não ocorria há mais de sessenta anos, obviamente contribuiu para o aumento expressivo da taxa de mortalidade viária em todo o país, não só em virtude de proporcionar uma atmosfera mais convidativa ao consumo de álcool, como também pelo aumento populacional proveniente do fluxo turístico internacional. O ano de 2015, por sua vez, registrou o novo recorde histórico de redução de taxa de mortalidade, alcançando expressivas 6.474 mortes a menos em comparação com o ano anterior. Em números absolutos foram 37.306 vítimas, o número mais baixo registrado desde o ano de 2006, quase 10 anos antes. Com relação ao ano de 2012, que havia sido o maior nível histórico, houve uma redução de 16,74% nos óbitos, sendo que no mesmo período a frota nacional de veículos saltou de 74.444.319 para 88.509.127, um aumento de 15,89%, segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito. Dessa forma se evidencia a influência da norma nos resultados alcançados, bem como sua eficácia positiva. Analisando os dados referentes aos óbitos ocorridos apenas no Estado do Rio Grande do Norte, o setor de estatísticas do Detran/RN apresenta os números a partir do ano de 2012. Naquele ano, foram um total de 794 vítimas fatais registradas nas estradas de todo o território estadual, no ano seguinte houve uma pequena redução que deixou a taxa praticamente estável, totalizando 783 vítimas para o ano de 2013. Entretanto, até este período, não existia no Estado do Rio Grande do Norte uma política pública de fiscalização do cumprimento da lei, pois até então não se havia criado um núcleo de operações com essa finalidade, sendo realizadas apenas fiscalizações ocasionais em determinados casos específicos. A partir do ano de 2014, com a criação do núcleo, os dados se revelaram positivos, pois foram registrados 691 óbitos, uma redução de aproximadamente 12%. Essa redução continuou no ano de 2015, atingindo um número total de 641 óbitos e a partir de então não se tem mais dados disponíveis. **CONCLUSÃO:** A tendência de elevação do número de óbitos existente desde o ano 2000 não foi contida pela Lei nº 11.705/08, pelo contrário, passou a apresentar aumento superior ao médio registrado até então e isso ocorreu em virtude de a lei ter sido ineficaz quanto a sua aplicabilidade, pois brechas em seu texto legal impediam que ela levasse de fato o peso de suas sanções aos infratores. Após a validação da Lei nº 12.760/12 a taxa de óbitos caiu 16,74% nos três primeiros anos, onde se registrou também um aumento de 15,89% da frota veicular nacional, fato que demonstra uma eficácia muito considerável, uma vez que o aumento da frota deveria ocasionar um aumento natural proporcional no número de acidentes fatais. Essa eficácia surpreendente foi fruto das correções das brechas legais contidas na legislação anterior, que teve sua ineficácia comprovada pelo fato de não se fazer cumprir a essência a que se propunha, gerando uma sensação de impunidade aos condutores infratores que só estimulou o comportamento reprovável e conseqüentemente o aumento das mortes. Portanto, a análise dos dados estatísticos nos faz concluir que a lei nº 11.705 se mostrou ineficaz em virtude de problemas de aplicabilidade, mas a lei nº 12.760 se mostrou perfeitamente aplicável e com isso alcançou a eficácia pretendida, mas foi necessária a adoção de uma política rígida, sem permissividade ou tolerância para qualquer concentração alcoólica e a aplicação de sanções administrativas pesadas, com multa altíssima para os padrões do homem médio brasileiro e possibilidade de suspensão ou até

cassação do direito de dirigir, o que nos leva a pensar que somente por meio de forte repressão o cidadão brasileiro tende a se policiar e respeitar as normas vigentes.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Guilherme Pinheiro Costa de. **A embriaguez ao volante frente a lei seca.** 2012. 53 f. Monografia apresentada ao núcleo de pesquisa e monografia do Centro Universitário de Brasília (bacharelado em Direito) – UniCEUB. Brasília, 2012.

ESTATÍSTICAS DO IRIS. Disponível em: <<http://iris.onsv.org.br/iris-beta/#/stats/profiles/0/fleet>>. Acesso em: 07 out. 2017.

ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO. Disponível em: <http://www.vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais>. Acesso em: 07 de out. 2017.

FARIA, Rogério Silvério de. **Álcool e direção:** análise da constitucionalidade da lei seca. 2011. 61 f. Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Direito) – UFTO. Palmas, 2011.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS. Disponível em: <<http://www.detran.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=143054&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Estat%EDstica>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

RIBEIRO, Fernanda Prata Moreira; SILVA, Marcelo Sarsur Lucas da. **Lei seca:** eficácia amparada na legística. Belo Horizonte: Letras Jurídicas, 2014. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=629>>. Acesso em: 08 out. 2017.

SANTIAGO, Edna de Farias. **Alcoolemia em vítimas fatais de acidentes de trânsito no Rio Grande do Norte empregando cromatografia em fase gasosa.** 2008. 93 f. Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação (mestrado em Ciências Farmacêuticas) - UFRN. Natal, 2008.

INSUFICIÊNCIA DA LEI 10.826 DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO)

AUTOR:

Jose Ítalo da Silva

RESUMO: Este trabalho tem a finalidade de mostrar a ineficácia da Lei nº 10.826 de 2003, para isso será utilizado o conhecimento de Direito Constitucional e Direito Penal e o mais subjetivo o direito de portar arma de fogo e o grande número de reações, podendo ser praticadas por esse Direito. Tentando esclarecer eventuais dúvidas para as pessoas que não utilizam arma de fogo em sua rotina e para as que usam, conquistar direitos em decorrência da utilização, seja pela exigência da profissão ou por terem a autorização a ter o porte de arma de fogo.

Palavras - chave: Ineficácia. Porte de arma. Direito.

INTRODUÇÃO: A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º diz que é inviolável o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Portanto o “cidadão de bem” tem o direito ao porte de arma para sua defesa e de terceiros, o Estado não irá sempre deixar todos seguros, por isso há uma necessidade de ter uma arma de fogo, pois esse direito à segurança é quase inexistente. O compromisso desse trabalho acadêmico é demonstrar a ineficácia do Estatuto do desarmamento e conquistar o direito ao porte de arma para defesa. Atualmente esse tema vem sido discutido com bastante relevância, para uns seria um desastre a liberação e para outros seria a preservação de sua vida ou de terceiros. É inadmissível privar o cidadão dentro de sua casa por conta de que a violência está reinando na sociedade. O Estado brasileiro deve conscientizar a população sobre o que não pode fazer e punir rigorosamente quem utiliza ou comercializa arma de fogo de maneira ilícita e para os que usam ou comercializam de maneira lícita o Estado deve proteger e dar suporte a todos. Este trabalho de pesquisa tem uma grande relevância, pois é demonstrado incansavelmente a ineficácia do Estatuto do Desarmamento, como defender o direito de liberdade, segurança e a vida. **METODOLOGIA:** Essa pesquisa descreve fatos de extrema relevância para que sejam aplicados futuramente e concretize as idéias escrita. Os índices apresentados, não tem nada de ficção, esses números é a realidade do Brasil, a taxa de crimes de homicídio cresce anualmente e para frear essa taxa, basta dar direito ao cidadão de se defender. Os dados para a construção desse trabalho foi através internet, de jornais televisivos e livros. **REVISÃO DA LITERATURA:** Sabemos que a arma de fogo em mãos erradas é extremamente perigoso, e sua má utilização para atos ilícitos, gera a uma parte da sociedade uma falta de credibilidade ao exercício subjetivo de portar uma arma de fogo. O primeiro homicídio da história da humanidade registrado em livros e segundo pesquisadores foi quando Caim matou Abel, por motivos de ciúmes, armou-lhe uma emboscada e ceifou a vida de seu irmão com uma pedra. Pode-se destacar que a vontade de praticar algo perverso ou reprovável nem sempre é com arma de fogo, a finalidade desse trabalho acadêmico é defender o direito ao cidadão de preservar a sua vida, integridade, segurança e liberdade. Em países que é liberado o uso de armas para os cidadãos, sem dúvidas eles são bastante desenvolvidos e o número de criminalidade é reduzido. Para comprovar isso uma das universidades mais conceituadas do mundo a “Universidade Harvard”, divulgou um estudo que comprova que, quanto mais armas os indivíduos de uma nação tem, menor é a

criminalidade. Em outras palavras, há uma robusta correlação positiva entre mais armas e menos crimes. Isso é exatamente o oposto do que a mídia quer nos fazer acreditar. Segundo Flávio Quintela e Bene Barbosa autores do livro “Mentiram para mim sobre o desarmamento”, eles afirmam em sua obra “Se o governo de um país aprova um estatuto do desarmamento, o que ele realmente está fazendo é diminuindo o medo de criminosos levarem um tiro de cidadãos honestos e trabalhadores, e aumentando a confiança desses criminosos em saber que suas eventuais vítimas, que obedecem a lei, estão desarmadas”. Ora, sem dúvidas, isso está ocorrendo no Brasil, onde criminosos estão cada vez mais fortemente armados, e até enfrentam a polícia armada, e que dirá o cidadão desarmado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Essa legislação não atende ao seu objetivo, que é a redução da criminalidade. De acordo com “Levantamento do Mapa da Violência 2015 mostra que 42.416 pessoas morreram em 2012 vítimas de armas de fogo no Brasil, o que equivale a 116 mortos por dia. Deste total, 94,5% foram mortes por homicídio”, sem dúvidas esses números crescem demasiadamente e chega a ser irônico, onde o próprio Estado brasileiro dificulta o acesso a armas e mesmo assim tem essas estatísticas, comparando esses números com “A Guerra do Iraque já contabiliza a morte de pelo menos 174 mil pessoas ao longo dos últimos dez anos, desde a invasão do país pelas forças internacionais lideradas pelos Estados Unidos. Desse total, entre 112 mil e 122 mil eram civis”, essa breve comparação mostra que o Brasil morre mais gente por arma de fogo do que um país que esta em guerra a mais de uma década. Há um fato de extrema relevância que aconteceu na Noruega em 2011 um atirador Norueguês disparou por 90 minutos na ilha de Utoya, matando um grande número de jovens em sua maioria com idades entre 15 e 17 anos, segundo a Polícia, uma equipe da *Special Weapons And Tactics* (Armas e Táticas Especiais) demorou cerca de 40 minutos para chegar no local. O atirador foi preso. Pode-se refletir que se alguém estivesse com uma arma de fogo o número de vítimas seria reduzido. **CONCLUSÃO:** Portanto, sem dúvida alguma, o estatuto do desarmamento ele não tem nenhuma eficácia, apenas restringe um direito ao cidadão de bem ter acesso a armas, onde vivemos em um país da insegurança e o cidadão está cada vez mais vulnerável a sofrer qualquer tipo de ameaça a sua integridade, vida e segurança. Diferente do Brasil, o país Norte Americano prevê “Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser infringido”. 2ª EMENDA À CONSTITUIÇÃO DOS EUA. Para que isso aconteça no Brasil a população deverá ser mais instruídas de seus direitos e deveres. Vivemos em um país onde o “cidadão de bem” está cercado de pessoas mal intencionadas, a utilização desse objeto pode ter uma boa finalidade ou não, e para crimes cometidos com arma de fogo deveria ser combatido/punido com mais rigor, a forma de aquisição ser mais rígida, visando sempre o melhor preparo possível do adquirente, tanto técnico e psicológico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Brasil. **Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos.**

Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-17/guerra-do-iraque-contabiliza-174-mil-mortes-em-dez-anos>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Epoch Times. **Direito da posse de arma reduz criminalidade, afirma Harvard.**

Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/direito-posse-de-arma-reduz-criminalidade-afirma-harvard/#.V9w0HFsrLIV>>. Acesso em: 10 out. 2017.

INSTITUTO de Defesa. **PL 3722/2012.** Disponível em: <<http://www.defesa.org/pl-37222012/>>. Acesso em: 10 out. 2017

PORTAL G1. **Arma de fogo mata 116 por dia no país, segundo Mapa da**

Violência. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/arma-de-fogo-mata-116-por-dia-no-pais-segundo-mapa-da-violencia.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PORTAL IG. Último Segundo. **Atirador da Noruega disparou por 90 minutos na**

Ilha de Utoya. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/atirador-da-noruega-disparou-por-90-minutos-na-ilha-de-utoya/n1597096744968.html>> Acesso em: 10 out. 2017.

QUINTELA, Flávio; BARBOSA, Bene. **Mentiram para mim sobre o desarmamento.**

São Paulo: Vide Editorial, 2015.

A ARBITRAGEM NO BRASIL

AUTORES:

Ednaldo Januário de Farias

Irthyane Wanderley Vale

RESUMO: O presente artigo trata do instituto da Arbitragem como um método privado de solução de controvérsias. Ela surge por meio do ato, realizado por duas partes capazes, de submeter a solução de seu litígio, atual ou futuro, a um terceiro de sua confiança. A autonomia da vontade das partes – princípio que rege a arbitragem em todos os seus aspectos – é capaz de literalmente criar e conferir jurisdição aos árbitros. Essa tendência se tornou mundial e o Brasil, aos poucos, vem se despertando nesse sentido com a finalidade de acompanhar esse processo tão logo vá se desenrolando e, lógico, como sinal de amadurecimento daquelas posições ideológicas bastante ultrapassadas de que o Estado deve ter exclusividade no que tange à apreciação dos conflitos nascidos das relações humanas. Como visto anteriormente, o instituto da arbitragem só veio trazer benefícios aos litigantes que se enquadram no objeto de juízo arbitral e que pretendem ver suas questões rapidamente resolvidas, não desejando sentir os reflexos da morosidade e da inviabilidade do acesso à justiça. Podemos ainda indagar que a arbitragem pode ser utilizada em diversas áreas do Direito, facilitando a resolução de diversos tipos de conflitos. Por meio deste artigo serão aduzidos os principais pontos da Arbitragem, e suas vantagens e desvantagens.

Palavras - chave: Arbitragem. Árbitro. Litígio

INTRODUÇÃO: O Instituto da Arbitragem entrou em vigor no Brasil graças ao advento da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, decretada pelo Congresso Nacional e de autoria do senador Marco Maciel. No entanto, seus primeiros vestígios datam da época do Brasil Colônia, onde o sistema jurídico brasileiro que vigorava era baseado nas Ordenações Reais, e a ideia de arbitragem já era observada nas Ordenações Filipinas. A arbitragem vem delineando caminhos inovadores para a solução de conflitos. O seu uso tornou-se uma constante, principalmente nos contratos internacionais, abrindo espaço para o seu aperfeiçoamento, evolução e estudo. O Brasil seguindo esta tendência jurídica desenvolveu legislação específica, adequando esta forma alternativa para a solução de litígios. A nova lei de arbitragem, como instituto alternativo, desperta para novas perspectivas, dando força para os tribunais arbitrais brasileiros, restituindo a credibilidade dos contratos brasileiros com cláusula e compromisso arbitral. A arbitragem é a forma mais rápida e ágil de resolver controvérsias, pois sabe-se que a “justiça tradicional”, é morosa e, devido ao acúmulo de serviço, está fazendo com que as decisões tornem-se ineficazes. O homem, neste final de século, descrê da eficiência do sistema jurídico, principalmente no tocante a sua agilidade. A arbitragem é um método privado de solução de controvérsias. Ela surge por meio do ato, realizado por duas partes capazes, de submeter a solução de seu litígio, atual ou futuro, a um terceiro de sua confiança. A autonomia da vontade das partes – princípio que rege a arbitragem em todos os seus aspectos – é capaz de literalmente criar e conferir jurisdição aos árbitros. Com o advento do avanço generalizado da tecnologia, a complexidade das novas relações jurídicas e a constante necessidade de atualização de regras com o fito de regulamentá-

las, desencadeou, naturalmente, uma nova corrente de pensamento voltada para soluções mais práticas, rápidas e com um menor grau de formalidades e procedimentos técnicos: os métodos extrajudiciais de solução de conflitos. Essa tendência se tornou mundial e o Brasil, aos poucos, vem se despertando nesse sentido com a finalidade de acompanhar esse processo tão logo vá se desenrolando e, lógico, como sinal de amadurecimento daquelas posições ideológicas bastante ultrapassadas de que o Estado deve ter exclusividade no que tange à apreciação dos conflitos nascidos das relações humanas. Ainda há enormes entraves em se desenvolver esse tipo de método no país devido ao nosso enorme apego pelo formalismo jurídico e pelos preconceitos que alguns operadores do Direito mantêm, devidos talvez à ignorância do que realmente seja a arbitragem ou por medo do Judiciário perder seu espaço e hegemonia perante a sociedade. Todavia, é sabido que ambos os argumentos são desprovidos de veracidade, haja vista sua crescente expansão e utilização em todo o mundo, restando provado que, ao contrário do que muitos pensam, a arbitragem é um enorme aliado do Poder Judiciário pois, o instituto arbitral além de ser regido pelos princípios constitucionais vigentes e fiscalizado para que não incorra em nenhuma ilegalidade, sob pena de nulidade da sentença, ele desafoga os serviços dos juízes de Direito, nas questões onde cabe a apreciação da arbitragem, que já estão abarrotados de causas e processos a analisar. Porém há índices em estatísticas recentemente publicadas que indicam que no período de Janeiro a Dezembro de 2016, existe um montante bastante considerável a cerca das arbitragens realizadas, juntamente com isso o aumento gradativo dos procedimentos arbitrais e neles os litígios mais recorrentes são os de matéria societária (litígios entre sócios decorrentes de Acordo de Acionistas, questões societárias, bem como as recorrentes também de deliberações assembleares, contratos de *joint ventures* etc.), construção civil e energia, contratos empresariais em geral e os contratos de fornecimentos de bens e serviços. Pode-se dizer que as empresas entenderam as vantagens em utilizar a arbitragem. Podem resolver com mais brevidade (em comparação com o Judiciário) demandas contratuais e, seja qual for o resultado (não obstante esperam sair vitoriosos em seus pleitos), retirar de suas demonstrações financeiras (balanço contábil) esse contingenciamento. Na linguagem econômica, reduzem-se os custos de transação. A decisão em optar pela arbitragem é tanto econômica como jurídica. Estamos vivendo um grande acréscimo no número de arbitragens pelas instituições mais conhecidas do país e, agora, com a reforma da lei de arbitragem que prevê expressamente a possibilidade da sua utilização nos contratos com a administração pública (grande contratante dos projetos de infraestrutura), a tendência é que aumente ainda mais esta prática no Brasil. **METODOLOGIA:** Utilizamos a ferramenta da internet para realizar buscas de legislações e artigos científicos e trabalhos acadêmicos, com a pretensão de adquirir o conhecimento necessário sobre o tema abordado no presente projeto e posteriormente transmitir ao público de forma clara e objetiva, além de verificar a efetividade das normas jurídicas no tocante a Arbitragem no Brasil. O presente artigo teve como base o método da cartografia social, que consiste na busca em registrar relatos e representações sócio espaciais no processo de auto mapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades. No direito, a cartografia tem por principal objetivo mapear a efetividade jurídica. Na pesquisa fez-se necessário definimos os três elementos básicos da cartografia social,

quais sejam: a escala, que nada mais é do que a intensidade ou tamanho da abordagem, que em nosso projeto apontamos a o Brasil, como sendo a escala do estudo; a projeção, que consiste na constatação da efetividade das normas jurídicas pertinentes ao assunto proposto; e por fim a simbolização, que são os dados e estatísticas apresentados, ou seja, os resultados que pretendemos alcançar ao fim da pesquisa. Utilizamos também o método descritivo, que tem a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos sem entrar no mérito do conteúdo, visando com isso expor os fatos envolvidos na Arbitragem no Brasil e estimular a sociedade a aceitar como forma de acelerar os processos com eficiência e eficácia, a metodologia escolhida será a utilização do método hipotético dedutivo, pois esse método nos permitirá propor uma hipótese com base nas experiências vividas e informações colhidas, por meio da dedução, para sua comprovação, com isso chegando a convencer o público a melhor aplicabilidade dessa lei a sociedade. Nesse artigo pretendemos demonstrar a praticidade da questão do mundo jurídico. O presente trabalho registra o conceito da arbitragem, oportunizando ao leitor o melhor entendimento sobre a matéria e objeto desse estudo. Procura-se nesse artigo apresentar a evolução do instituto da arbitragem, situando o homem ao longo dos diferentes costumes e legislação aplicadas, nesse meio alternativo de jurisdição. Por fim, utilizamos a ferramenta da internet para realizar buscas de legislações e artigos científicos e trabalhos acadêmicos, com a pretensão de adquirir o conhecimento necessário sobre o tema abordado no presente projeto e posteriormente transmitir ao público de forma clara e objetiva, além de verificar a efetividade das normas jurídicas no tocante a Arbitragem no Brasil. Ao longo desse estudo, buscamos demonstrar que não é por falta de alternativas que o poder judiciário está passando por uma crise. A arbitragem corroborará a justiça, atuando com o sistema pacífico de solução de litígios. Tem a arbitragem o mesmo objetivo do processo judicial: dirimir conflitos e choques de ideias, tem, contudo, muitos pontos de diferença em seus métodos e na sua dogmática. É antes de mais nada um sistema pacífico de solução de controvérsias, destituído da alta litigiosidade que vem caracterizando cada vez mais a jurisdição oficial. Contudo, as controvérsias de direito privado são dirimidas com procedimentos próprios, sem intervenção estatal. No Brasil a participação popular na administração da justiça poderia ser considerada quase nula. Evidencia-se, no entanto, na área criminal a participação do cidadão comum quando convocado para o conselho de jurados.

REVISÃO DA LITERATURA: Imbuídos no firme propósito de fornecer meios de ajuda, já existente, mas não proclamados, nos empenhamos deste estudo e o dotamos de critérios, nos quais expomos os regramentos, de maneira simples, com respostas a perguntas do tipo: O que é uma cláusula compromissória? – De forma elucidatória a respondemos que: - A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato (art. 4º da Lei n.º 9.307/96). Visando alcançar todos os níveis intelectuais de entendimentos, explicamos em palavras mais simples, que significa uma cláusula prevista no contrato na qual as partes dizem que qualquer conflito futuro referente àquele pacto será resolvido por meio de arbitragem (e não pela via jurisdicional estatal). Qual é a razão para o legislador ter proibido a cláusula compromissória no contrato de consumo? A Min. Nancy Andrighi explica que: “O legislador, inspirado na proteção do hipossuficiente, reputou prejudicial à prévia imposição de convenção de arbitragem, por entender que, usualmente, no

ato da contratação, o consumidor carece de informações suficientes para que possa optar, de maneira livre e consciente, pela adoção dessa forma de resolução de conflitos. Via de regra, o consumidor não detém conhecimento técnico para, no ato de conclusão do negócio, avaliar as vantagens e desvantagens inerentes à futura e ocasional sujeição ao procedimento arbitral. Ainda que o contrato chame a atenção para o fato de que se está optando pela arbitragem, o consumidor, naquele momento, não possui os elementos necessários à realização de uma escolha informada.” (Resp 1.169.841RJ). O tema relativo a natureza jurídica da arbitragem tem, nos dias de hoje gerado duas polemicas. Há entre os doutrinadores diferenças substanciais: alguns entendem que a natureza jurídica possua duas correntes, - nas quais pode-se enquadrar o instituto, - enquanto outros acreditam em uma terceira corrente, que engloba as correntes mencionadas. Primeiramente, disse que a arbitragem é um jurisdição de forma a ser uma justiça privada, porque não é mantida pelo ente estado e sim por pessoas privadas, executadas por elas e destinam-se controvérsias ou litígios entre as mesmas. Com isso, a manutenção da arbitragem conta com verbas de pessoas privadas e não publicas. Em geral os civilistas que aderem a esta corrente, entende que a arbitragem tem fundamentos marcadamente contratuais, vindo na homologação dos juízes estatal apenas um instrumento para emprestar ao laudo a qualidade do título executivo. Diz-se que a arbitragem é convencional por sua origem mas no entanto, jurisdicional por sua função. A arbitragem com solução extrajudicial de conflitos é uma evolução da própria liberdade contratual. Se o ser humano é capaz de contratar também o é de resolver os contratos, fundamentando no princípio da autonomia da vontade, o consenso, o acordo de vontades. Assim, tem se: “A arbitragem é a natureza convencional. Deve ser estabelecida pela convenção de arbitragem, um acordo entre as partes, de feições contratuais. Outra corrente faz considerações da verdadeira jurisdição do juiz arbitral, atividade sucedania e complementar do poder judiciário, essa corrente publicista é geralmente adotada pelos processualistas e tem sido mais bem reconhecida, argumentando que os árbitros são designados pelas partes, mais é da lei que deriva o poder de julgar. Os árbitros, assim seriam, verdadeiros juízes no exercício privado de funções públicas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Buscamos esgotar o assunto a cerca da efetividade dessa lei, para que possamos ter relevância no que discutimos a cerca da Arbitragem. Por tratar-se da ampliação e extensão do poder judiciário criou-se novo petróleo para a solução de controvérsias. É outra jurisdição, mas jurisdição privada, paralela, porém separada da jurisdição oficial. É como se fosse um tribunal privado, montado pelas próprias partes envolvidas no julgamento. Atualmente em nosso país, a arbitragem esta sendo regulada por esse novo estatuto legal, que tornou o instituto mais moderno e ágil, prescindindo de homologação judicial e de recursos aos tribunais, como ocorria anteriormente e tornava extremamente morosa a decisão final. As pessoas acabam buscando o judiciário, em muitos casos por pequenos desentendimentos, decorrente do convívio, sendo que poderia ser resolvido com um encontro entre as partes e uma conversa amigável através de um Tribunal Arbitral. O processo arbitral é informal e rápido, devendo está concluído no prazo máximo de seis meses, podendo, a critério das partes, ser acompanhado por advogado. A finalidade, rapidez, sigilo e o baixo custo das características do instituto, certo de que o árbitro deve proceder sempre com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. A Lei Marco

Maciel, introduziu importantes modificações no âmbito arbitral, dentre elas, a possibilidade de execução específica da cláusula compromissória e a equiparação do laudo arbitral a uma sentença judicial, dispensando, portanto, a homologação pela autoridade judiciária. Não se pode aceitar que a justiça seja feita através de um monopólio estatal, pois a sociedade em constante conhecimento cultural pode colaborar com o judiciário, usando a arbitragem, de forma a ser complemento das discórdias entre as partes. A arbitragem representa uma opção para além do judiciário, ou seja, às partes decidem submeter suas lides decorrentes de relações jurídicas de direito disponível à apreciação de um ou mais árbitros, designados pelos próprios litigantes, o que exclui a competência da justiça estatal em julgar a questão (NETO, 2008). É, pois, um meio alternativo de resolução de conflito que deve ser valorizado pela sociedade, pois reúne as condições para superar a ampla possibilidade de recursos, resultando em morosidade da máquina judiciária estatal, a começar pelo fato de que os árbitros não se encontram sobrecarregados com uma grande quantidade de processos como ocorre com os juízes togados (NETO, 2008). Posto como uma opção para as partes a arbitragem é um meio diferenciado na resolução de conflitos que não tem vínculo com o formalismo do sistema processual tradicional que acontece no Judiciário. Outro aspecto relevante é o sigilo, ao contrário da justiça convencional em que qualquer cidadão pode ter acesso aos detalhes do litígio (CAHALI, 2012). Diante de tamanha vantagem a arbitragem passou a ser cobiçada por diversos ramos do direito como, por exemplo, no direito do trabalho sendo que este adaptou a arbitragem como uma opção de resolução de conflitos trabalhistas, destacando-se a princípio nas ações coletivas, contudo muito se discute a aplicabilidade desse instituto nos dissídios individuais. As pessoas acabam buscando o judiciário, em muitos casos por pequenos desentendimentos, decorrente do convívio, sendo que poderia ser resolvido com um encontro entre as partes e uma conversa amigável através de um Tribunal Arbitral. Referente ao conceito dos institutos referidos pode-se definir como dissídio coletivo o interesse de uma determinada classe empresarial ou categoria em demandar uma ação e o dissídio individual é quando o interesse é previamente conhecido por parte de um ou de vários trabalhadores (TURA, 2007). A arbitragem no direito trabalhista divide-se em duas formas, sendo a primeira nos dissídios coletivos que é amplamente aceita pela doutrina e jurisprudência, tendo previsão constitucional, e a segunda, nos dissídios individuais, os quais hoje, para a jurisprudência não podem ser solucionados por arbitragem, por serem de interesse social, como entendimentos, de que ofenderia a ordem pública a utilização deste método de solução de conflito (GRECO, 2014). **CONCLUSÃO:** O tema apresentado é de grande relevância, tendo em vista sua atualidade e sua utilidade para a crise que vivemos hoje no Judiciário. Foi apresentado neste trabalho desde a natureza histórica da arbitragem até suas reais vantagens em relação ao processo estatal. O seu procedimento foi mostrado de maneira bastante simplificada, para que possamos ver inclusive sua praticidade e agilidade. Como apresentado à arbitragem é uma forma alternativa de solução de conflitos, mediante a qual as partes estabelecem por acordo ou contrato que irão utilizar o juízo arbitral para resolver controvérsias ao invés de recorrer ao judiciário. A sentença arbitral possui efeito idêntico à sentença dada ao pelo judiciário, sendo obrigatório pelas partes cumprir o estabelecido pelo árbitro. A arbitragem é uma alternativa célere, porém mais custosa, contrapondo-se ao judiciário que possui sua morosidade, porém é de

baixo custo se comparado à arbitragem. Deve-se ter profunda atenção ao escolher a arbitragem, visto que não é à todos os casos que esta aplica-se. A arbitragem, portanto, enquanto mecanismo extrajudicial de resolução de conflitos situa-se dentro de um movimento amplo em defesa do acesso à justiça, que objetiva, em última análise, ajudar o Estado na difícil tarefa de pacificar os conflitos sociais. A Arbitragem, que desde 1996 se encontra na Lei 9.307, tem ganhado muita força desde então, e por isso se aprimorou e conquistou seu espaço frente à justiça comum. E que devido a todas as suas vantagens, cada vez mais pessoas acreditam nesse “novo” modelo de resolução de controvérsias. O momento que vive hoje no Judiciário é de uma demanda a qual ele não é capaz de solucionar da forma que a sociedade deseja; a demanda é muito grande, e a capacidade em resolver os conflitos é limitada, por isso, devemos superar o formalismo e investir em uma alternativa à jurisdição eficaz como é arbitragem, e que traz reais benefícios a quem a utiliza. Embora a Lei de Arbitragem já exista há certo tempo, atualmente tem-se aumentado, de forma considerável, a procura da sociedade brasileira por esse instituto para a solução de seus conflitos, motivo pelo qual vem ampliando gradativamente o número de Câmaras Arbitrais no nosso país. Se comparássemos o nível de aceitação pelo instituto com outros países, poderíamos afirmar que ainda assim, mesmo com a ampliação que vem sentindo, o Brasil ainda possui um número inexpressivo de processos arbitrais. Já nos Estados Unidos esse tipo de procedimento representa a maioria das ações interpostas. Diante de todo o exposto, podemos defender a viabilidade da busca pela solução dos conflitos de interesses por meio da arbitragem, que representa uma excelente alternativa para desafogar o Poder Judiciário, pois tem se mostrado bastante eficaz, célere e econômica para as partes. Por fim, percebe-se que os efeitos do uso do método da arbitragem no nosso sistema de resolução de conflitos, de fato, trazem efeitos positivos, demonstrando ser essencial, uma vez que se observa que há uma preocupação em sempre fornecer as partes de uma lide as melhores formas de resolver o problema, para assim, garantir o acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

A ARBITRAGEM COMO MEIO EXTRAJUDICIAL DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS. Disponível em:

<<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/arbitragem-como-meio-extrajudicial-resolucao-conflitos.htm>>. Acesso em: 06 out. 2017.

A DETURPAÇÃO NA APLICAÇÃO DA LEI DE ARBITRAGEM NO BRASIL.

Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI9692,11049+deturpacao+na+aplicacao+da+Lei+de+Arbitragem+no+Brasil>>. Acesso em: 07 out. 2017

ASDUBAL JÚNIOR. **Momento Arbitragem.** Disponível em:

<http://www.momentoarbitragem.com.br/lei_arbitragem> Acesso em: 08/2017

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CALLUF FILHO, Emir. **Arbitragem internacional: o local da arbitragem**. Curitiba: Juruá, 2006.

CENTRO de arbitragem e mediação. Disponível em:
<<http://www.ccbc.org.br/Materia/1095/estat%C3%ADstica>> Acesso em: 17 set. 2017.

CRETELLA NETO, José. **Curso de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DIREITO.COM. **Lei de Arbitragem Comentada**. Disponível em:
<<http://www.direitocom.com/lei-de-arbitragem-comentada>

GRECO, Priscila dos Santos Nascimento. **A arbitragem como solução frente aos conflitos trabalhistas e os direitos individuais**. Disponível em:
<http://jus.com.br/artigos/24657/aarbitragem-como-solucao-frente-aos-conflitos-trabalhistas-e-os-direitos-individuais>. Acesso em: 14 fev. 2014.

MAIA NETO, Francisco. **Arbitragem: a solução extrajudicial de conflitos**. 2 ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

TURA, Adevanir. **Direito arbitral: curso prático de arbitragem nacional e internacional**. São Paulo: Leme JH Mizuno, 2007.

O CONTEXTO HISTÓRICO E A ESTRUTURA QUE FUNDAMENTA A LEI MARIA DA PENHA

AUTORES:

Jeane Goreth Silva

Yuli Batista Pereira

RESUMO: O principal enfoque deste trabalho é tentar expor as relevantes contribuições que o contexto histórico e a estrutura que fundamentaram a Lei Maria Da Penha podem fornecer à pesquisas jurídicas. Para fazê-lo parto a partir de pesquisas através da internet, livros e também através de experiência vivenciadas através do interdisciplinar (03) três. Durante a elaboração de outros trabalhos me foi permitido olhar o Direito sob, outro viés e, enxergar aspectos e mecanismos do nosso sistema jurídico ao qual não havia percebido se não tivesse tido a experiência de ter a interdisciplinaridade. A partir deste momento a pesquisa foi sendo cada vez mais aprofundada e surgindo varias indagações entender que não é só a Lei Maria Da Penha. Para que houvesse o surgimento da Lei teríamos que entender o seu contexto histórico suas lutas as fundamentações, quais os caminhos adotados pelo Brasil para que a Lei Maria Da Penha fosse respeitada juridicamente o surgimento de delegacias especializadas para as mulheres. Haja vista em que se pesa a repercussão da Lei em nível nacional muitos são os problemas detectados acerca de sua aplicabilidade, gerando assim desafios a serem vencidos. Assim, as conclusões apontam para a falta de treinamento dos operadores do Direito e para a deficiência na rede de atendimento.

Palavras - chave: Direito. Historicidade. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO: O presente artigo traz á evidencia os objetivos que foram traçados e projetado para se ter um maior conhecimento acerca do recorte social em análise. Com isso passaremos a evidenciar de maneira clara e objetiva as peculiaridades que envolvem este tema que é de tamanha discussão. Para isso, faz-se necessário expor o objeto de investigação pelo viés histórico e sociocultural, assim como mencionar a importância de se conhecer o tema em questão por um olhar contemporâneo evidenciando assim, sua eficácia social fazendo uma relação profunda com a eficácia jurídica pelo qual se assenta a violência contra a mulher embasada desta maneira na Lei Maria Da Penha (Lei 11.340/2006). Através de um estudo histórico da figura da mulher na sociedade, extrai-se que ela vem, por um longo período sofrendo calada a discriminação e a violência inclusive dentro do próprio lar. Abarcando o contexto histórico no Brasil inclusive em seu período de colônia, a violência contra a mulher sempre esteve presente. Naquele momento a legislação emanava de Portugal, destacando-se as ordenações Filipinas legislação vigente de 1603 a 1916. Segundo o referido diploma normativo a mulher era considerada alguém que precisava de “permanente tutela” evidenciando assim claramente que a mulher desta época não tinha seus direitos sendo assim o marido ainda podia castigar sua companheira ou até mesmo matar a mulher acusada de adultério, mas a reciproca não era verdadeira; tal punição a mulher não necessitava ser comprovada com “prova austera” sendo suficiente apenas a fama pública. Durante o século XIX, atenuou essa violência legal, permitindo apenas a acusação ao juízo criminal. Dentro do contexto histórico naquela época a criação e educação de uma mulher eram direcionadas apenas para às tarefas domésticas, para o casamento e filhos então logo o estudo, trabalho e poder de decisão não as

alcançavam. Contudo, é importante ressaltar que, no movimento de 10 de junho de 1917, das operarias têxteis de São Paulo, pequeno avanço foi obtido: fim do trabalho noturno da mulher e do menor, por meio de Lei. Também havia movimentos que defendiam acesso a cargos públicos, sem distinção de gênero e pelo direito ao voto feminino. Em 1930 no Brasil a mulher era plenamente capaz e sequer tinha o direito de votar. Visto que a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, trouxe os direitos políticos das mulheres ao voto, sem restrição, suprimindo o dispositivo constante do art.109: “o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar” (Brasil, 1934). Da Constituição de 1937. Diante do exposto seguindo essa linha de evolução. É promulgada no Brasil a CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Nesse momento em que é inaugurada um novo ordenamento político, jurídico e legislativo no país. Pois nascia uma constituição forte, depois de 25 anos de ditadura militar, em que vários direitos sociais foram relegados. Embora representando movimento do povo e dos políticos de não sucumbência ao poder autoritário, muitos problemas foram detectados, em razão de excessos cometidos no interior do texto constitucional. A Constituição de 1988 favoreceu a mulher de modo incisivo, logo nas primeiras normas, em que constam os cinco direitos invioláveis. Bem como sinalizava na defesa de direitos igualitário entre homens e mulheres no Brasil ao consignar em seu art.5º, inciso I “homens e mulheres são iguais em obrigações nos termos desta constituição” e ainda em seu art.226,§ 5º, que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Ao analisar historicamente a evolução da questão dos direitos das mulheres e da legislação no Brasil partimos do princípio de que para se chegar até a Lei nº11.340/2006 o caminho foi longo. O estabelecimento da igualdade entre os sexos e o reconhecimento das diferenças foi essencial para a elevação da mulher na sociedade, contudo não apenas as Leis enfrentam a discriminação, mas sim a educação que vem a ser de grande importância diante de toda uma sociedade. **METODOLOGIA:** No trabalho investigativo do ponto de vista metodológico foi optada pelo uso do método de pesquisa bibliográfico e das abordagens das leis em vigor e em especial foi baseado também no método cartográfico como principal ferramenta de suporte. A pretensão diante dos métodos apresentados é mostrar a sociedade esse conhecimento específico torná-las pessoas mais crítica e reflexivas e mostrando um real conhecimento sobre o fato social no qual está sendo abordado quer seja por questões atuais, quer seja por questões históricas e jurídicas. O processo de pesquisa andou lado a lado com método cartográfico desbravando o fato social através da norma jurídica (escala) da Lei 11.340/2006 que proporcionou a entender a efetividade /eficácia jurídica (projeção) da Lei Maria Da Penha, possibilitando assim, entender que a projeção representa simbolicamente (simbolização) para a sociedade e algo ainda muito limitado sendo evidente que ainda existe certa distância entre eficácia jurídica e eficácia social. **REVISÃO DA LITERATURA:** Após pesquisa realizada em fontes bibliográficas e informações subsidiárias constatou-se que falar da violência contra a mulher no cenário atual e, sobretudo pelo contexto jurídico não é suficiente para se ter dimensão do porquê de tamanha violência sofrida. Historicamente desde as civilizações antigas em se tratando de relacionamento de homem para com mulher o “pater” era o detentor de todo poder e dono de toda e qualquer propriedade, sendo a mulher e filho parte dessa propriedade evidenciando assim, desde esse período a mulher como um ser redutível no espaço familiar. Para Wolkmer. (2007, p.105) “o pater famílias era ao

mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz, constituindo-se assim, a família como unidade da sociedade antiga...” segundo exposto, percebe-se da grande relação que existe do passado com o presente, em que o contexto histórico-cultural em meios a grandes conquistas por parte da sociedade aqui em especial a da mulher, ainda é capaz de sobreviver ao tempo e permanecer com grandes influencias no contexto atual de uma sociedade. Para corroborar com o pensamento de Carlos Antônio Wolker, expõe-se: para Dias (2007, p.16):

Apesar de todos os avanços, da equiparação entre o homem e a mulher (...) a ideologia patriarcal ainda subsiste. (...) A sociedade protege a agressividade masculina (...) os homens precisam ser super-homens, não lhes é permitidos ser apenas humanos.

Mediante este pensamento, há de se perceber que embora exista uma Lei que estabelece o proceder mediante punição legal, este problema jamais deixará de existir haja vista, necessidade que já é intrínseca ao comportamento, que seja do próprio homem, ou até mesmo da própria sociedade como um todo. Para dimensionar como o contexto histórico ainda esta vivo e vem prosseguindo lado a lado com a sociedade, e mais especificamente não mais a séculos de distância, mas em um passado recente. Antes de 2006, ano que o governo sancionou a lei. Para Matias “os homens, historicamente e culturalmente tinham liberdade para agredir indiscriminadamente suas companheiras (...)”. “Antes de 2006 a violência doméstica era julgada como qualquer outro crime pela justiça comum”. Segundo exposto fica notório que as notícias já mencionadas na introdução deste resumo, evidenciam o contraste do que ocorria antes e após da Lei. Maria Da Penha, deixando claro assim, ainda que antes da mesma, havia uma precariedade de preocupação com a figura feminina que não teve a devida atenção nem da sociedade nem dos que legislam e muito menos do judiciário. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após apresentado o projeto na inicial, projetou-se alcançar resultados satisfatório partindo sempre do fato social em análise dentro do contexto jurídico. Percebeu-se neste sentido que, a Lei 11.340/2006 tem conseguido de certa forma amenizar a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, mas há de se considerar, que o fato de amenização não incide em um resultado eficaz diante de um problema de tamanha demanda, ou seja, a eficácia ainda e limitada. Uma das explicações para este não resultado alcançado está no fato segundo investigado, que historicamente desde as civilizações antigas em se tratando de relacionamento de homem para com a mulher no ambiente domestico o “pater” ser o detentor de todo poder e dono de toda e qualquer propriedade sendo a mulher e filhos parte dessa propriedade, evidenciando assim, a mulher como um ser redutível no espaço familiar sendo alimentada esta perspectiva pela própria sociedade que revela ser convergente com esta maneira errada de tratar a mulher. Olhando por outro ângulo, a efetividade da Lei 11.340/2006 pelo viés não mais histórico, mas sim pela resposta á aplicabilidade da própria letra da Lei percebe-se algumas falhas, senão vejamos: Embora sendo um princípio fundamental da constituição Brasileira (CF/88, art. 1º, III) a dignidade da pessoa humana e o Estado assegurando a assistência á âmbito de suas relações nos termos do §8 do art.226 da Constituição Federal, a lei Maria Da Penha que tem fundamento nestes dois artigos, não tem sido executado de maneira retilínea pela própria sociedade e esse contexto acaba deixando claro que a Lei e a realidade não interagem de modo harmônico e natural. Exemplos desses contrastes de eficácia social versus eficácia jurídica percebe-se na letra da Lei nas medidas protetivas de urgência que obrigam o Agressor. Aqui será exposto um dos incisos do art.22 que

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

mais entra em evidência da pouca interação entre a Lei em questão e a realidade. Vejamos: Il afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida este inciso é corriqueiramente entendido como determinação pouco respeitado embora devendo ser cumprido sobre ciência que o não cumprimento gera uma sanção legal para aqueles que tentar infringi-lo. **CONCLUSÃO:** A Lei nº 11340/2006- Lei Maria da Penha- é resultado de demasiado empenho do movimento de mulheres, que lutou para incluir, na Constituição de 1988, dispositivo que introduzisse o combate á violência doméstica e familiar como dever do Estado, em razão das graves consequências produzidas, devido á convivência, principalmente dos filhos, em ambientes violentos. Além disso, o Brasil foi signatário de tratados internacionais em defesa dos direitos humanos femininos o que amparou também a luta pessoal de cerca de vinte anos, da homenageada Maria da Penha, vitima de duas tentativas de assassinato pelo, á época, marido, que a deixou paraplégica. A Lei Maria da Penha trouxe maior conscientização a população a respeito da gravidade da questão da violência doméstica e seus respectivos resultados, além de evidenciar a importância da intervenção do setor público nessas contendas. Graças á exposição pública da situação dramática de impunidade que vivia Maria da Penha Maia Fernandes, sucedeu esse avanço para as mulheres vitimadas por seus companheiros/maridos e familiares. A partir dessa pesquisa muitos estudos podem ser implementados, como a acerca da conceituação oriunda de agressões e filhos oriundos de lares violentos. A origem histórica foi de fundamental importância para a evolução de toda uma estrutura de todo um embasamento para que a norma venha a cada dia mais torna-se efetiva e eficaz com políticas públicas relacionadas ao cumprimento da Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). 45. ed. São Paulo: Saraiva 2011.441p.

_____. Congresso Nacional. Câmara. **Lei nº 11.340/2006- Lei Maria da Penha.** Disponível em: <www.planalto.com.br/legislacao>. Acesso em 14 out. 2017.

Dias, Maria Berenice. **A Lei Maria Da Penha Na Justiça:** A efetividade da Lei nº 11.340/2006 de combate á violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 7p.

MATIAS Isabela P Magno **Violência Domésticas Contra a Mulher Antes e Depois de 2006.** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/57033/violencia-domestica-contra-a-mulher-antes-e-depois-de-2006>>. Acesso em: 14 out. 2017.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do direito.** [s.L.]: Del Rey, 2007.

O ESTATUTO DO IDOSO E A INVESTIGAÇÃO ACERCA DE SUA INEFICÁCIA NO BRASIL

AUTORAS:

Ana Aline Freitas

Carolina Barreto Martins da Costa Lima

RESUMO: A presente pesquisa expõe que o Estatuto do Idoso, norma infraconstitucional, quando feito uma análise dos pilares por ele elencado, como também na Constituição Federal, não foram observado à realidade social. Uma vez que na sua estruturação para que ocorra aplicabilidade dos direitos resguardados ocorre uma incompatibilização com a sociedade atual, causando sua eficácia. Além disso, o seu destinatário não conhece os seus direitos, ficando difícil a exigência de mudanças no cotidiano. Assim, torna-se fundamental uma exploração de cada pilar, Estado, sociedade e família verificando a relação de responsabilidade, competência e sua aplicação prática, indicando as divergências entre tais aspectos. Então, para a sua elaboração foram analisados livros, artigos, legislação e por meio do método cartográfico tendo o Estatuto do Idoso como escala, os pilares dessa norma na projeção e a simbolização a realidade social brasileira. Portanto, após examinar essas estruturas, conclui-se que a ineficácia do Estatuto do Idoso ocorre por apresentar problemas em todas as suas estruturas fundamentais.

Palavras - chave: Estatuto do Idoso. Pilares. Ineficácia.

INTRODUÇÃO: O que significa envelhecer e por que essa necessidade de atenção com essa fase do desenvolvimento por parte de instituições e grupos, expostos anteriormente? Há alguns entendimentos do que é velhice: a velhice cronológica, a funcional e a vital. Na primeira, abrange pessoas com idade igual ou maior que 60 anos de idade, no qual foi positivada pelo Estatuto do Idoso; a funcional pressupõe incapacidade e limitações. Assim, a terceira reconhece que o passar do tempo produz mudanças na pessoa, tornando-se um processo inerente ao ser humano, natural como o processo nascer e crescer. Destaca-se que cada sociedade visualiza o idoso de forma diferente, sendo possível uma concepção que irá além do biológico e abrangendo o social. Filósofos e intelectuais como William Shakespeare e Sêneca se referiram à velhice como segunda infância e uma doença, respectivamente. A ideia atual dessa fase por parte de estudiosos perpassa por características como dependência e mudanças profundas no físico, no psicológico e social; para Vargas (1983), a velhice tem como pontos principais a grande perda de adaptação, decaimento da vitalidade e aumento da sua vulnerabilidade em vários aspectos. O Estado é dividido em três poderes idealizados por Montesquieu, no qual são harmônicos e independentes entre si. Assim, o Legislativo, composto pelo congresso nacional, no âmbito federal, tem o dever de criar leis no qual irão inovar no ordenamento jurídico. Desse modo deverão analisar as necessidades sociais e os direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988; o Executivo tem o dever de colocar em prática por meio de atos administrativos os interesses sociais, ou seja, ele colocará em prática por meio de medidas públicas tal interesse, além de prestar serviços e executar políticas públicas; e o Judiciário aplicará no caso concreto as leis publicadas pelo legislativo e assim, solucionará o litígio pendente. Portanto, é de fundamental importância que o Estado, lato sensu, esteja engajado com a melhoria e a efetividade dos direitos dos idosos. A família é fundamental para

o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial do ser humano, que precisa de apoio, cuidado e atenção em duas principais fases da vida: enquanto criança e quando envelhece, dada suas condições maiores de fragilidade. Além disso, o ambiente doméstico influencia nas características e o comportamento do idoso, assim, a família representa, para esses idosos, um fator que influencia significativamente a sua segurança emocional. Além disso, a sociedade tem a função de fiscalizar as outras famílias e denunciar se presenciar algum caso de abuso sofrido por idosos para que possa ser aplicada a força coercitiva do Estado, por meio de sanções, garantindo maior efetividade das leis. Tendo em vista que os agentes públicos não podem estar em todos os locais ao mesmo tempo para garantir a execução da proteção ao idoso. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2012, aponta que o número de idosos no Brasil aumentou mais que o dobro em 20 anos. Assim, torna necessário que os três grupos expostos anteriormente atuem de forma incisiva na preservação e aplicação do direito do idoso que foi concretizado com a criação do Estatuto do Idoso, uma norma infraconstitucional que atendeu os anseios desse grupo social, causados por essa expansão social. Consequentemente, acarretou a inevitabilidade da geração de um sistema que assegurasse todos os direitos aos quais os idosos requerem, e maior atenção da sociedade também. A sociedade moderna e capitalista do país oprime e esquece o idoso: ser idoso equivale a viver sem um projeto; como só vale o que se produz, o mesmo é visto como pouco ou nada produtivo, e é logo substituído pelo mais jovem. Sendo o Brasil um país não tão mais jovial assim e ao mesmo tempo a sociedade – aqui num sentido amplo que abrange também a família - carente de empatia para com o idoso, é de extrema importância destacar e explorar as ferramentas de proteção jurídico-social a este último, junto com o seu inegável fracasso, pois há um plano de fundo carregado de individualidades, injustiças e vícios culturais e sociais na sociedade brasileira que dificulta a atuação dos pilares de forma efetiva. O presente artigo busca ilustrar aspectos do Estatuto do Idoso, demonstrar a ineficácia de seus pilares formadores, sua dificuldade de aplicabilidade, bem como propor soluções para a questão apresentada. **REVISÃO DA LITERATURA:** O Estatuto do Idoso, criado pela Lei número 10.741 de 1º de Outubro de 2003, vem para assegurar direitos e deveres para tal classe de cidadãos com mais de 60 anos. Essa lei assenta o fato de que o idoso usufrui de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, com todos os meios disponíveis para o correto desenvolvimento de sua saúde, intelecto, aptidão espiritual e social, respeitando a liberdade e a dignidade. O artigo 3º da norma impõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com total prioridade, efetivar os direitos fundamentais, como à saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e à convivência familiar e comunitária. Assim, o Estatuto delega a essa tríade o poder de efetivação da norma. Além dessa norma, por ser uma norma infraconstitucional e necessitar de validade perante a Constituição Federal de 1988, é de suma importância relacionar o artigo 230 desse dispositivo, uma vez que ele preconiza a importância do Estado, Sociedade e Família trabalharem juntos para amparar e garantir a dignidade, bem estar, participação na comunidade e o direito a vida das pessoas que estejam na terceira idade. Também, faz-se mister a pesquisa de Neri (2007), exposta no livro “Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade”. Essa obra mostra a realidade desse nicho de população e a sua relação com o resto da sociedade, com a família, com questões como cidadania, lazer, cultura, políticas

públicas, escolaridade, gênero e, principalmente, a busca pelos seus direitos através do Estatuto do Idoso, tendo como base os dados da pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo e a reunião de diversos autores na área. **METODOLOGIA:** O Método usado nesta pesquisa é o cartográfico, no qual é subdividido em escala, projeção e a simbolização. O primeiro refere-se ao Estatuto do Idoso no qual é o conjunto de normas que norteiam os direitos dos beneficiários dessas leis infraconstitucionais, no segundo aborda o foco da análise que é os pilares usados para a proteção do idoso no Brasil; e o terceiro alude a nossa realidade social no qual não condiz com o dever-ser do Estatuto do Idoso, uma vez que seus pilares apresentam defeitos. Portanto, torna-se necessário que a escala tenha impactos na projeção para apresentar uma simbolização adequada para a população, ou seja, um Estatuto do Idoso com os seus pilares atuante e não apenas teórico causando a proteção das pessoas de terceira idade, tendo assim, uma sociedade que defende os direitos dessa parte da população. Também, como fontes de pesquisa foram usadas livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações jurídicas sobre o assunto discutido. Além das fontes elencadas anteriormente, foi analisado o desconhecimento perante o Estatuto do Idoso com base nos aspectos qualitativos e quantitativos. Também, os efeitos provocados pela ineficácia dos pilares, Estado, Sociedade e Família. Assim, primeiramente foram analisado o Estatuto do Idoso e sua conexão com a Constituição e depois, seus pilares, um a um, percebendo que apresentam incompatibilidades entre eles, ou seja, os problemas presente em cada pilar causam uma ineficácia do Estatuto do Idoso a lato sensu. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O envelhecimento da população denota melhoria da qualidade de vida, e requer maior atenção por parte de nós e do Estado para essa parcela da sociedade. Em janeiro de 1994, o governo, com a lei nº 8.842, criou o Conselho Nacional do Idoso que como disposto no artigo 1º, tem como objetivo assegurar os direitos sociais da parcela da população, proporcionando a classe autonomia e integração na sociedade. Em 1996, essa lei foi regulamentada através do decreto nº 1.948, ao dispor sobre a Política Nacional do Idoso. Essa política estabeleceu o papel de entidades e órgãos públicos na proteção desses direitos e os papéis da Secretaria dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça são estabelecidos: ao primeiro compete articular e apoiar a estruturação dessa rede; além de receber e encaminhar denúncias de violação de direitos aos órgãos competentes, e ao segundo; encaminhar essas queixas aos órgãos do Poder Executivo ou do Ministério Público para defesa da pessoa idosa junto ao Poder Judiciário. Finalmente, em 2003, a lei nº 10.741 cria o Estatuto do Idoso, que vem para regular seus direitos, e estabelece que idoso refere-se a qualquer pessoa com idade igual ou maior que 60 anos. Seus direitos fundamentais, são advindas da constituição federal no eu artigo 230 e inerentes à pessoa humana, como à vida, liberdade, saúde, educação e habitação. O Estatuto afirma, no artigo 3º, que é obrigação da família, da comunidade e do Estado zelar com absoluta prioridade por tais prerrogativas, obedecendo aos preceitos constitucionais. Existe um tripé que sustenta o Estatuto e garante o seu efetivo, no qual é composto por: família na qual terá a responsabilidade de cumprir todas as normas e cuidar do seu idoso; sociedade onde tem a função de fiscalizar e denunciar caso alguma infração ocorra; e Estado que garantirá por meio dos meios públicos a vigência desses direitos pela pratica da coerção se necessário. Porém, hoje, percebe-se que o primeiro pilar está sofrendo um distanciamento social por parte das novas gerações no qual a informática e a tecnologia são os principais fatores segundo o livro de Melo (2007), pois os jovens estão realizando cada vez mais cedo os aspectos referentes aos idosos. Tendo em

vista essa perspectiva, os mais velhos perdem um pouco da importância de passar seus conhecimentos vividos já que a tecnologia supre esses conhecimentos e também, passam a ser vistos pelo que foram e não pelo que são. Além disso, o próprio o idoso, não conhece os seus direitos de verdade, pois 61% só ouviram falar do Estatuto do Idoso, segundo a pesquisa SESC/FPA. A parte do abandono dos idosos em casas de repouso, hospitais ou ONGs assistenciais é algo muito presente na sociedade, tendo a vítima nenhum subsídio perante a família. Quando são abandonados, eles perdem o convívio familiar no qual têm afeto e carinho, o que gera tristeza, solidão e desamparo. Também, o segundo pilar apresenta uma deficiência no qual, segundo a Fundação Perseu Abramo (FPA) em uma pesquisa feita para o livro organizado por NERI (2007), mostra que 68% dos entrevistados não idosos apenas ouviram falar do Estatuto do idoso. Mostrando assim, o fracasso ligado à esse pilar. Além disso, eles não têm a consciência e o entendimento que precisam monitorar e denunciar caso ocorra infrações com idosos, seja grandes atos ou pequenos, pois não apenas relacionado a violência deve ser relatado, já que vários direitos o norteiam como: assistência material e física, saúde, vida, participação social, educação e dignidade são uma delas. Além disso, a afirmação de Kant de Lima apud Baptista (1995) e Amorim et al (2005) sobre a sociedade brasileira é importante ser citada, uma vez que reforça a problemática apresentada e mostra que essa falha não é só com o Estatuto do Idoso, mas com todas as leis:

É assente que em sociedades igualitárias, nas quais, de fato, a democracia se estabeleça - o que não é o caso do Brasil, onde sequer vigora, efetivamente, um Estado Democrático de Direito - as regras são internalizadas pelos sujeitos, tendo em vista que, na verdade, eles são ativos no processo de normalização. Em sociedades desiguais como a nossa, tradicionalmente elitistas e hierarquizadas (KANT DE LIMA, 1995), as regras são fruto de imposição e de arbitrariedade; sendo, portanto, exteriores aos sujeitos às quais se aplicam. Leis são - em sociedades desiguais - motivo de ameaça, pois a sua aplicação pressupõe, necessariamente, uma interpretação particularizada, cujos resultados são imprevisíveis. A lei, portanto, não é um instrumento de proteção de todos porque é desigualmente aplicada (AMORIM, KANT DE LIMA, MENDES; 2005).

Por fim, o terceiro pilar também apresenta deficiências: é o Poder Público que tem o dever no qual afirma o artigo 9º “é obrigação de o Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde”, mas infelizmente o Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue atender a demanda de idosos, mesmo eles tendo preferência no atendimento. No tocante as estruturas que atendem os anseios do idoso presente na sociedade; as mais citadas são: Conselho do Idoso, Secretarias da saúde, Ministério Público, Disque 100, etc. Apesar de as conhecerem, os próprios agentes públicos, segundo pesquisa de Garces et al (2014), não as veem como integradoras de uma rede, em razão da desorganização dos serviços, causando sua ineficiência aos olhos da população. A Promotoria de Justiça da pessoa idosa e o disque 100 sofrem de um excedente de demandas nos casos a serem analisados e encaminhados, tornando- os pouco eficientes. Portanto percebe-se o dever de fazer as leis desse Estatuto entrar em vigor na sociedade, mas com os pilares com deficiência na sua efetividade, os direitos de forma geral são vistos meramente na teoria. Uma vez que sua efetividade depende da colaboração dessas bases trabalhando harmonicamente em prol de um bem comum, os direitos do idoso. Além disso, o beneficiário não conhecer sobre seus direitos é algo alarmante, pois como poderá contestá-lo ou

reclamar caso seja infringido se não o conhece? Destarte, pesquisa feita por estudantes de Gerontologia na faculdade Maurício de Nassau em 2015, na cidade de Natal, revelou que, em Natal, 84% dos idosos desconhecem seu próprio estatuto, apesar de terem oportunidade de acesso. Assim, pode ser observado que há uma forte deficiência em todos os pilares que sustentam a rede de proteção ao idoso. **CONCLUSÃO:** O Estatuto criado em 2003, feito para dar segurança jurídica aos idosos e garantir seus direitos, aparece, hoje, abalado em seus pilares fundamentais. A família e a sociedade em geral “esquecem” o idoso, pois aos olhos daqueles, este ao envelhecer, perde sua função no âmbito social e profissional. A excessiva valorização da juventude numa sociedade capitalista e esfomeada pela busca de produção e de lucro fecha os olhos para as necessidades do idoso, na prática. O Estado, apesar de positivar estas necessidades, sofre com a falta de estrutura da rede e de seus principais instrumentos (promotorias, delegacias, centros, etc). A carência de um adequado investimento, planejamento e de articulação de órgãos do poder judiciário com órgãos de outras áreas e até delas entre outros locais do país reflete na falta de força para suprir as demandas em relação às denúncias de violação de direitos dessa parcela da população. O próprio idoso não procura conhecer seus direitos; há um desinteresse pelo conhecimento jurídico, o que parece ser um problema cultural, já que, pelo menos para a grande maioria, a oportunidade de acessar a legislação existe. A sociedade em geral não procura conhecer seus direitos, muito menos os direitos de terceiros – no caso, os idosos – pois carece de educação e real interesse pelos assuntos legais. Assim, só procuram descobrir por tais prerrogativas quando surge situação que acarrete pretensão judicial e necessidade de constituir advogado para resolver. Portanto, um pilar de grande importância que é a sociedade está prejudicado, provocando uma diminuição da eficácia que tal estatuto poderia ter se todos o conhecessem e consequentemente defendessem, uma vez que o Estado não é onipresente, ficando a responsabilidade para a sociedade e seus familiares de fiscalizarem, tanto externa como internamente a população de idosos. Além disso, uma consequência do desinteresse da sociedade perante o conhecimento das leis é que quando atingida a terceira idade, as pessoas não procuram pelos seus direitos, dificultando ainda mais a aplicação do Estatuto do Idoso. Como solução em potencial para este problema lançado no presente artigo, pode-se vislumbrar o incentivo e a democratização do conhecimento jurídico durante toda a vida, especialmente no período vital em destaque pela população idosa, para que se enraíze culturalmente na sociedade o pleno acesso e o maior interesse por conhecer e buscar o direito. Ainda, é fundamental a reestruturação da rede de proteção ao idoso, com um maior investimento e manutenção dos órgãos do poder judiciário que são responsáveis pela fiscalização e pelo recebimento de demandas por parte desse nicho populacional em todo o país.

REFERÊNCIAS

A ONU E AS PESSOAS IDOSAS. **OnuBR:** Nações Unidas no Brasil, Rio de Janeiro, [entre 2006 e 2016]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>>. Acesso em: 01 maio 2016.

BARRETTO, S. de F. Direito de Família na Constituição. **Revista Pensar Direito**. Minas Gerais, v. 4, n.1, p.38-46, julho 2010. Disponível em: <<http://promovebh.com.br/revistadedireito/art/a38.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAPTISTA, Barbara Gomes Lupetti. **A importância da interdisciplinaridade na pesquisa jurídica: olhando o direito sob outro viés**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/barbara_gomes_lupetti_baptista.pdf> Acesso em: 20 ago 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 8 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CENSO 2010: população brasileira está mais velha e chega a 190.755.799. **Blog do Planalto**, Distrito Federal, 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/censo-2010-populacao-brasileira-esta-mais-velha-e-chega-a-190-755-799/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

COLUCCI, Maria da Glória. **Vulnerabilidade na velhice e o Estatuto do Idoso**. RubicandarasColucci, Paraná, 23 abr, 2011. Disponível em: <<http://rubicandarascolucci.blogspot.com.br/2011/04/vulnerabilidade-na-velhice-e-o-estatuto.html>> Acesso em 20 maio de 2016.

DIAS, Patrícia da Silva Ribas., ZIKAN, Maria Cecília. **Violação de direitos a pessoa idosa: limites e desafios dos serviços socioassistenciais**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015, Maranhão. **Anais...** São Luís: MA, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/violacao-de-direitos-a-pessoa-idosa-limites-e-desafios-dos-servicos-socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

EM NATAL 84% dos idosos desconhecem maioria dos direitos. **Tribuna do Norte**. Natal, RN: 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-natal-84-dos-idosos-desconhecem-maioria-dos-direitos/325850>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FERNANDES, M. das G. M., SANTOS, S. R. dos. Políticas Públicas e Direitos do Idoso: Desafios da Agenda Social do Brasil Contemporâneo. **Revista Achegas.Net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 34, abr 2007. Não paginado. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GARCES, Solange Beatriz Billig. et al. **Renadi – Rede de proteção e defesa da pessoa idosa**: desafio imposto pelo envelhecimento humano e as transformações na sociedade. Salão do Conhecimento. Rio Grande do Sul: [s.n.], 2014.

KARAM, Adriane Leitão. **O abandono afetivo de idosos por seus filhos e a indenização por danos morais.** [S.l.], [s.n.], [entre 2000 e 2015]. Disponível em: <<http://www.redadultosmayores.com.ar/Material%202015/Derechos%20Prot%20Social/4%20O%20abandono%20%20afetivo%20de%20idosos%20por%20seus%20filhos%20e%20a%20indenizacao%20por%20danos%20morais.pdf>>. Acesso em 20 maio de 2016.

MACHADO, Ana Karina da Cruz. **Direito do idoso, marco legal e mecanismos de efetivação: um enfoque na realidade do município de Natal/RN.** Editora JC, Rio de Janeiro, 02 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.editorajc.com.br/2013/01/direito-do-idoso-marco-legal-e-mecanismos-de-efetivacao-um-enfoque-na-realidade-do-municipio-de-natalrn/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Ed. Fundação PesserAbramo, 2007.

PAULA, Rouseane da Silva. **Representações sociais do “ser idoso” e suas implicações na assistência e nas práticas educativas voltadas à população idosa residente em Natal/RN.** Tese de doutorado em Educação. Natal, UFRN, 2012.

PEREIRA, Marco Tulio Pettinato. **O idoso e o papel da família. Monografia de conclusão de curso.** Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/geriatric/o-idoso-e-o-papel-da-familia-15726861>>. Acesso em: 20 maio 2016.

VARGAS, H.S., **Psicologia do envelhecimento.** São Paulo: Fundo Editorial BYK-PROCIENX, 1983.

A DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO E OS DANOS CAUSADOS AO ADOTADO

AUTORES:

Dayse Maria Cordeiro

Elvis Miranda da Silva Junior

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a desistência da adoção e os possíveis danos causados ao adotado durante esse processo. A problemática desse estudo é: que danos específicos são causados ao adotado após ser devolvido para a Justiça? Essa pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre os danos causados à criança ou adolescente por causa da desistência de sua adoção. Para o desenvolvimento desse trabalho, a metodologia utilizada foi estudo de caso, por se tratar de uma análise pertinente aos danos causados a uma criança/adolescente, que após o processo de adoção foi devolvida para sua unidade de acolhimento institucional. Para isso, foi realizada uma entrevista com um técnico da vara da infância da comarca de Natal, órgão responsável pelas ações de adoção nacional na capital do RN, que relatou os fatos que aconteceram com a criança/adolescente que foi devolvida no processo de adoção. E os resultados mostraram que houve danos materiais e imateriais ainda não reparados.

Palavras - chave: Desistência da adoção. Danos ao adotado. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho apresenta o tema da desistência da adoção e os possíveis danos causados ao adotado durante esse processo. Para compreender melhor acerca dessa temática, é necessário conceituar brevemente o que seria o processo de adoção. Este é um ato jurídico em que um pretendente, por uma série de motivos, como incapacidade de ter filhos, aliado ao desejo de ser pai/mãe, por solidão ou por morte do filho, entre outros, se dispõe se tornar pai ou mãe de uma pessoa com quem possua ou não vínculo biológico. Logo, o assumindo como filho, lhe garantindo assim os mesmos direitos de um filho biológico e a integração dele nesse novo ambiente familiar. Em contrapartida, há casos em que o pretendente desiste dessa adoção e devolve o adotado para a instituição de origem. Mesmo a lei proibindo e tornando essa desistência como irrevogável, esse fato ainda acontece, tanto na guarda provisória como na definitiva. E essa desistência acontece por diversas razões como, por exemplo, a falta de adaptação familiar; e é caracterizada para os pais adotivos como uma frustração e, para o adotando, como o segundo abandono, podendo ocasionar diversos danos para ele. Mediante a essas ponderações iniciais, surge a seguinte problemática: que danos específicos são causados ao adotando após ser devolvido à justiça? Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre os danos causados à criança ou adolescente por causa da sua desistência. Dessa forma, esse estudo se justifica pela importância de analisar os danos ao direito de crianças e adolescentes de serem criados adequadamente no seio de uma família que lhe assegure os direitos preconizados na Constituição Federal. Pois, esse indivíduo já sofreu com o primeiro abandono sendo rejeitado pelos seus pais biológicos e passar novamente por essa situação, o que pode ocasionar traumas irreversíveis. Diante disso, é importante refletir como as leis relacionadas à adoção se apresentam na proteção a dignidade dessas crianças/adolescentes, tendo em vista que a desistência da adoção dessas

crianças/adolescentes, cuja condição de sujeitos de direito lhes garantiu a segurança de ser protegida de forma adequada no seio de uma família.

METODOLOGIA: No que diz respeito à metodologia, essa pesquisa foi qualificada como estudo de caso, por se tratar da utilização de uma estratégia de análise de uma situação real para refletir sobre os danos causados a uma criança/adolescente, cujos adotantes desistem do processo realizado ou em processo de legalização. O caso que serviu como estudo de caso diz respeito a uma situação em que, após o processo de adoção concluída, o adotado foi devolvido à Justiça. Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista com um técnico da vara da infância da comarca de Natal, órgão responsável pelas ações de adoção nacional na capital do RN, que relatou os fatos que aconteceram com a criança/adolescente que foi devolvida no processo de adoção. Cabe informar ainda que, o nome da criança/adolescente, bem como dados do funcionário ou outros dados de identificação não serão divulgadas a fim de preservar o sigilo que uma pesquisa com seres humanos requer. **REVISÃO**

DA LITERATURA: A adoção é um ato processual que merece determinada atenção, pois o que está sendo discutido é o futuro de uma criança ou um adolescente que, por algum motivo, foi retirada do poder familiar dos pais biológicos e, com isso, posta à disposição de uma nova família. Contudo, por ser irrevogável, não existe a possibilidade da devolução do adotado. O que poderá acontecer é uma nova destituição do poder familiar, com base na violação ao direito da criança/adolescente. Como, por exemplo: violência física e psicológica. Constatado a violação desse direito, a justiça determinará a destituição, e a criança/ou adolescente voltará ao poder judiciário e assim, depois da destituição, onde já foram cessadas todas as possibilidades de reintegração dessa criança/adolescente a essa família, caberá a vara da criança/adolescente reintegrá-la ao cadastro de adoção para que ela possa vir ser adotada por uma nova família. Com isso, os efeitos jurídicos em favor da criança e/ou do adolescente estarão resguardados pela lei. A lei por sua vez, aponta a responsabilidade do adotante que se aventurou a adotar uma criança e assim desistiu, sem ao menos pensar na consequência que essa desistência causaria a essa criança ou adolescente. Com isso, nada mais justo que esse ato de desistir da adoção venha a ser reparado judicialmente e, com isso, mostrar às pessoas que pensam em se aventurar em um processo de adoção sofram sanções em relação aos direitos violados a essas crianças que, por sua vez, já vem de um passado de perdas e, talvez, traumas. Esses efeitos veem pôr em prática a validade das normas para que esses danos sejam reparados de forma plena dentro da lei. A convivência familiar é direito fundamental da criança e do adolescente, sendo tarefa dos pais o pleno desenvolvimento da criança, o cuidado amplo e eficaz destes para com aqueles e é medida excepcional a perda do poder família, ou seja, a criança tem o direito de permanecer em sua família de origem, exceto, nos casos que gerem riscos à saúde global. É crucial que estas crianças e/ou adolescentes mereçam proteção e o Estado se incube nesse dever de proteção como, por exemplo, a manutenção destes em família substituta, como é o caso da adoção (MESSIAS, 2015). Com o postulado da dignidade da pessoa humana, ocupando o cerne de todo o ordenamento jurídico, passaram ser admitidas novas espécies de família, cujo critério é o afeto e não apenas a origem biológica. Consoante a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ficou vedada qualquer forma de tratamento discriminatório entre os filhos, biológicos ou não (MESSIAS, 2015). O direito à convivência familiar e comunitária é tão essencial quanto o direito à vida, à educação, à saúde, à alimentação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade, ao lazer e ao respeito. A nossa Constituição (BRASIL, 1988)

diz em seu art. 226 que “a família é a base da sociedade” e que compete a ela, ao Estado, à sociedade em geral e às comunidades, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2016). O objetivo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), no ano de 1990, era garantir além da proteção integral à criança e ao adolescente, o direito de ser educado e criado em uma família. A citada Lei também dá ao filho adotado mesmos direitos de filho biológico, bem como total desligamento da família natural, estabelecendo o procedimento necessário para efetuar a adoção (MESSIAS, 2015). Em seu art. 24 o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) aponta a destituição da tutela de forma clara: art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na Legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres de e obrigações a que ela alude o art. 22, que diz: aos pais incube o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais (BRASIL, 1990). A cada seis meses a criança ou o adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, sendo com base em relatórios elaborado por equipe multidisciplinar. À autoridade judiciária compete o dever de decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28²¹ do Estatuto da Criança e do Adolescente (SANTOS, 2011, p. 38-30). Quando a família, ao invés de proteger a criança e o adolescente, viola seus direitos, o artigo 101²² do Estatuto da Criança e do Adolescente, para impedir a violência e a negligência contra eles, estabelece como uma das medidas o acolhimento em instituição. Esta decisão é ampliada pelo Conselho Tutelar por determinação judicial e implica na suspensão temporária do poder familiar sobre crianças e adolescentes em situação de risco e no afastamento deles de casa.²³ É possível a revogabilidade da adoção quando há a necessidade de se resolver questões que se mostrem intoleráveis, expondo a criança ou adolescente a riscos emocionais e psicológicos. Contudo, deve ser solucionada de acordo com a técnica de ponderação de interesses, como por exemplo: os princípios do melhor interesse da criança; da proteção integral; respeito; liberdade; da dignidade da pessoa humana; e direitos indisponíveis, segundo artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente.²⁴ Portanto, mesmo não havendo a possibilidade da desistência da adoção, esta será melhor para a criança e/ou adolescente do que ficar em um ambiente onde é maltratada fisicamente e psicologicamente, onde os seus direitos são violados de forma cruel e desumana; pois esses indivíduos não poderão correr risco algum em se tratando de quem estará com a sua guarda, já que o seu guardião tem a obrigação de resguardar os seus direitos de forma plena e ser responsável por qualquer ato cometido em desfavor da criança ou do adolescente. O Código Civil

²¹ Artigo 28. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. [...]. (Redação dada pela Lei n. 12.010, de 2009).

²² Artigo 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas: [...] – acolhimento institucional.

²³ Artigo 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas: [...] - acolhimento institucional. Código Civil. **Vade mecum Saraiva**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

²⁴ Artigo 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. Código Civil. **Vade mecum Saraiva**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

(BRASIL, 2002) destaca doze artigos para a adoção, do artigo 1.618 ao 1.629, os quais instruem sobre os aspectos jurídicos e procedimentais da adoção. O artigo 1.628 do Código Civil versa sobre os efeitos da adoção: art. 1.628: os efeitos da adoção começam a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto, se o adotante vier a falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do óbito. As relações de parentesco se estabelecem não só entre o adotante e o adotado, como também entre aquele e os descendentes destes e entre o adotado e todos os parentes do adotante (CAMERINO, 2010). A adoção, como qualquer outro ato ou negócio jurídico, fica sujeita a nulidades ou anulabilidades, dentro das regras gerais estabelecidas. Nessas ações, geralmente serão interessados o adotante e o adotado, embora possa existir interesse de terceiros para essas ações: parentes, sucessores e legatários. O prazo prescricional para a ação decorrente de anulabilidade é de 10 anos (art. 205). O negócio nulo não prescreve (CAMERINO, 2010). O Código Civil, em seu art. 1.596, especifica que não haja qualquer tipo de discriminação quando se falar de filhos: Diz o referido artigo: os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (BRASIL, 2002). Outro efeito que a norma estatutária determina, está no fato de tratar-se de ato irrevogável. Assim sendo, a irrevogabilidade da adoção impede, à evidência, o restabelecimento do poder familiar dos genitores do adotando, impedindo, desse modo, em qualquer hipótese, seja por morte dos adotantes ou até mesmo arrependimento, o retorno da criança ou adolescente ao lar original, o adotando pode, obedecendo aos requisitos legais, ser adotado novamente (MESSIAS, 2015). O Código Civil de 2002 em seu artigo 1.635, IV (BRASIL, 2002), expõe que se extingue, através da adoção, o poder familiar dos pais biológicos, passando esse poder a ser exercido pela família substituta. Destarte, a irrevogabilidade da adoção tem intuito de proteger os interesses do adotando, visto que o objetivo da adoção é proporcionar ao adotando a família protetora que ele não teve (MESSIAS, 2015). Algum tempo após o processo da adoção e, com isso, ter se formado um vínculo entre o adotante e o adotado, essa convivência familiar faz com que a criança ou o adolescente tenha nos pais adotivos referências psíquicas significativas e, com a ruptura, pode-se causar, no filho, um trauma de tamanha consideração psicológica. Inadmissível. Com isso, não será permitido a anulação do registro de nascimento referente à adoção. Os princípios da responsabilidade civil buscam restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado. Um prejuízo ou dano não reparado é um fator de inquietação social. Os ordenamentos contemporâneos buscam alargar cada vez mais o dever de indenizar, alcançando novos horizontes, a fim de que cada vez menos reste danos sejam irressarcidos (VENOSA, 2010). A proposta inicial é justamente provocar uma reflexão acerca da seriedade do ato de adoção, notadamente porque se está a tratar de seres humanos, e mais, pessoas em peculiar desenvolvimento que, naturalmente, por esta circunstância, são incapazes de compreender os traços da natureza humana (REZENDE, 2016). A atitude desumana de abandonar uma criança deve ser vista de forma rigorosa e com esse abandono é que se faz necessário as medidas cabíveis, como a indenização, para que sirva de exemplo e venha a desestimular as pessoas que, porventura, venha, com irresponsabilidade, ser parte no processo de adoção. A lei deve ser severa, pois o que está em um processo de adoção como parte mais frágil é o adotando, pessoa com direito a dignidade e, acima de tudo, com sentimentos. Essa pessoa não deve ser posta em um processo para ser devolvida a qualquer tempo e, muito menos, por qualquer motivo e até mesmo por motivo injusto. Com isso, que se

desista da adoção, pois uma criança ou adolescente não poderá permanecer em um ambiente insalubre e muito menos correndo risco de ser maltratada pelo resto da vida. Portanto, que essa desistência ou devolução seja vista com olhos de rigor perante o judiciário e que sejam aplicadas as medidas cabíveis em relação a indenização, para que a reparação de um dano cruel venha a ser posta em prática. Com isso, que venha a diminuir esse ato tão desumano que é a devolução de uma criança ou um adolescente em um processo de adoção. Com a Nova Lei de Adoção (12.010/09), algumas modificações foram postas para que à adoção e o ECA tivessem mais segurança e eficácia dentro do direito brasileiro. Essa mudança também foi vista no código civil, com modificações em 54 artigos e, com isso, buscar a melhor forma possível para que a criança e o adolescente tenham o direito à convivência familiar, e outros direitos relacionados a mesma, assistidos de forma plena e sem prejuízos ou danos. A nova Legislação realçou os princípios norteadores das medidas aplicadas ao adotando, assim como: os deveres dos órgãos e autoridades públicas aos quais compete assegurar o efetivo direito a convivência familiar; o dever de oferecer acompanhamento psicológico à gestante no período pré e pós-natal; e, ainda, nas hipóteses em que a gestante manifesta o desejo de entregar o bebê à adoção. Devem ser encaminhadas à justiça da infância e da juventude para entregar a criança, que será incluída no Cadastro Nacional de Adoção (MESSIAS, 2015). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foi realizada uma entrevista com um técnico da vara da infância da comarca de Natal, órgão responsável pelas ações de adoção nacional na capital do RN, que relatou os fatos que aconteceram com a criança/adolescente que foi devolvida no processo de adoção. O fato da desistência da adoção aconteceu com uma criança que foi destituída da sua família biológica quando tinha oito anos de idade. Os motivos dessa destituição estiveram relacionados a maus tratos que a criança sofreu por parte de seus familiares. Foi neste momento que ela sofreu o primeiro abandono. Em seguida, quando estava em acolhimento institucional, uma família demonstrou interesse em adotá-la. Porém, durante o estágio de convivência, houve a desistência da adoção o que, de fato, a lei permite. Logo, como consequência, essa criança sofre com o segundo abandono. Um ano depois outra família apresenta interesse em sua adoção, alegando que ela tinha uma desenvoltura muito boa, além de ser uma criança muito inteligente. Então, se cumpriu com êxito todas as etapas e estágios do processo de adoção e a criança foi adotada por um casal. Posteriormente, após quatro anos de convivência com sua família adotiva, que lhe proporcionou escola particular, alimentação, vestimentas, cursos etc., os pais adotivos, justificando que detectaram que ela era homossexual, essa criança retornou para a instituição de acolhimento, porém, ela não foi destituída por essa família. Então, nesse momento, ele sofre o terceiro abandono. Cabe enfatizar que, que o processo de destituição é do poder jurídico. Como consequências, as evidências constatadas pelos profissionais dessa unidade de acolhimento foi o quanto ele ficou revoltado e cheio de traumas. Com isso, ele não aceitou mais viver na instituição e com isso perdendo a possibilidade de uma nova adoção. Mediante as informações registradas na entrevista, a primeira observação a ser averbada, e como já foi supracitada nos capítulos anteriores, é que a adoção é um ato jurídico irrevogável, ou seja, a lei não permite a destituição da criança/adolescente após a guarda ser considerada definitiva. O segundo fato a ser diagnosticado está relacionado aos danos materiais e imateriais que foram causados nesse indivíduo. Pois o mesmo sofreu três vezes o abandono. Logo, ele apresenta revolta, indignação, mas, ao mesmo tempo, uma ânsia em um dia formar uma família. Além

disso, após esse terceiro abandono, ele se recusou a morar na instituição de acolhimento. Então, ele ora mora nas ruas, ora ele mora com um parceiro. Sendo relatado que ele já sofreu violência, tanto nas ruas como dos parceiros. Atualmente esse indivíduo se encontra com 17 anos e quer sua emancipação para casar com seu atual parceiro, com o intuito de, enfim, formar uma família. O terceiro fato que foi diagnosticado diz respeito ao descaso do Ministério Público e da Defensoria Pública, pois, quando o adolescente procurou esses órgãos para exigir o cumprimento da lei e fazer valer seus direitos, como a reparação dos danos morais e materiais, esses órgãos se demonstraram omissos e negligentes e não fizeram absolutamente nada em prol desse adolescente, o que o deixou mais indignado, fazendo aumentar ainda mais o seu sofrimento, de acordo com a pessoa entrevistada. Cabe enfatizar que está previsto na lei 12.010, que, mesmo acontecendo a destituição do adotado, os pais adotivos têm o dever de indenizar a criança/adolescente para custear tratamentos psicológicos, reparar os danos morais, materiais, entre outros. Infelizmente isso não aconteceu neste caso. Além disso, foi relatado, na entrevista, que nunca aconteceu no estado do Rio Grande do Norte a punição necessária aos pais adotivos em casos de desistência da adoção, ou seja, nunca houve punição a esses pais e, muito menos, o pagamento de indenização. O último aspecto que foi diagnosticado refere-se ao motivo da desistência da adoção está relacionado ao fato do adolescente ser homossexual, constituindo, assim, um ato de preconceito, o que se configura em crime previsto no código penal, descumprindo, assim, a lei da dignidade humana. **CONCLUSÃO:** Diante de tudo que foi exposto, o presente trabalho dissertou sobre a desistência da adoção e os danos causados ao adotando, com a finalidade de responder a problemática exposta no início dessa pesquisa, que foi: que danos específicos são causados ao adotado após serem devolvidos para a justiça? Para responder ao questionamento supracitado, primeiramente, foram apresentados conceitos de doutrinadores que abordam sobre o tema em estudo. E, num segundo momento, foi realizada uma entrevista com um técnico de equipe da vara da infância da comarca de Natal, órgão responsável pelas ações de adoção nacional na capital do RN, na qual relatou um fato emblemático de uma criança/adolescente que foi devolvida para a justiça. Mediante a análise da entrevista, constatou-se que houve danos morais, materiais e, principalmente, imateriais, além preconceito devido a sua opção sexual. E, mesmo com acompanhamento psicológico, os traumas parecem ser irreversíveis, pois, ser destituído por duas vezes, requer um acompanhamento por diversos anos. Além disso, o fato mais estarrecedor remete ao descaso promovido pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, sendo estes órgãos voltados a proteger e acolher o hipossuficiente. Não promoveram nenhuma ação contra os pais adotivos, os fazendo indenizar o adolescente para, pelo menos, amenizar os danos causados a ele nesse processo de desistência da adoção. Em suma, o processo de desistência da adoção é um ato que causa muito sofrimento ao adotado, gerando traumas que podem ser considerados como quase irreversíveis. Dessa forma, os órgãos responsáveis em cumprir a lei deveriam agir com mais rigor, ou para impedir a desistência da adoção, ou para punir os pais adotivos pelo tal ato que agride a integridade humana da criança/adolescente. Então, sugere-se, para futuras pesquisas, um estudo sobre o porquê é frequente o adotado que é devolvido à justiça resistir a voltar para a instituição de acolhimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Vade Mecum Saraiva. 23 ed. São Paulo: Saraiva. 2017.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Vade Mecum Saraiva**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Código Civil. **Vade mecum Saraiva**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Ministério Público Federal**. A Lei garante o direito à convivência familiar e comunitária. Disponível em: <<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criacas/convivencia-familiar-e-comunitaria>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

CAMERINO, Ana Carolina. **Procedimentos a serem adotados para adotar crianças observando as disposições legais constantes da legislação brasileira**. Disponível em: <http://www.direitonet.br/artigos/exibir/5808/a-adocao-na-legislacao-brasileira>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

MESSIAS, Werlisa de Sousa. **A responsabilidade civil do adotante decorrente do arrependimento da adoção**. Site âmbito jurídico. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8387/120964130.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

REZENDE, Guilherme Carneiro de. **A responsabilidade civil em caso de desistência da adoção**. MPPR. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10588&revista_caderno+12>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SANTOS, Ozéias J. **Adoção**: Novas regras da adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Syslopk, 2011.

TÉCNICO DA VARA DE INFÂNCIA DA COMARCA DE NATAL/RN: relatos [24 abr. 2017]. Entrevistadora: Dayse Maria Cordeiro. Natal: Fórum Miguel Seabra Fagundes – 2ª Vara da Infância e da Juventude do TJRN, 2017. Áudio MP3 sonoro. Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade FACEX.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**: Responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2010.

O ENSINO SUPERIOR E JURÍDICO NO MERCOSUL: ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS

AUTORAS:

Ana Carolina Justino de França

Milena de Araújo Costa

RESUMO: A presente pesquisa expõe alguns aspectos do processo de formação da educação superior e, especificamente, do ensino jurídico, no âmbito do Mercosul. Nesse contexto, a discussão na Revisão da Literatura se pauta na expansão da educação superior nos últimos anos na América Latina e seus desdobramentos, bem como analisa a influência da Declaração de Bolonha (UE) nos planos e programas educacionais do Mercosul. Em seguida, o trabalho apresenta os aspectos gerais da educação superior intrabloco e descreve, na sequência, quais os planos e programas desenvolvidos no ensino jurídico. A metodologia baseia-se no método qualitativo e pesquisa bibliográfica, assim como o método cartográfico aplicado ao direito. Como resultado, a pesquisa indicou que os órgãos educacionais do Mercosul seguem os parâmetros da Declaração de Bolonha, não havendo, no entanto, compatibilidade entre os países membros, principalmente no ensino jurídico. Como conclusão, a pesquisa constata que há diversos fatores impeditivos da completa integração do ensino superior e jurídico no Mercosul.

Palavras - chave: Mercosul. Ensino Superior. Ensino Jurídico.

INTRODUÇÃO: Segundo estudo do Banco Mundial (2017), nos últimos anos, houve um grande crescimento nas IES (instituições de ensino superior) latino-americanas públicas e privadas, gerando, assim, maiores oportunidades de acesso. Dentre os três elementos essenciais – citados no referido estudo - de uma educação superior de qualidade, encontram-se, além do acesso, a qualidade e a variedade. Nessa perspectiva, faz-se essencial falar sobre a Declaração de Bolonha (1999), assinada por membros da União Europeia (UE), a qual sugere o enquadramento de uma política pública de educação supranacional e exerce incisiva influência no campo de atuação dos órgãos educacionais do Mercosul. No que tange a educação superior no Mercosul, tem-se o Conselho do Mercado Comum (CMC) como órgão máximo da organização, o qual, por meio da decisão nº 7/91 (I), criou o Setor Educacional ou Mercosul Educativo, cuja função é coordenar as políticas educacionais no campo do bloco. Mediante isso, foram criados alguns programas e institutos destinados a ofertar atividades acadêmicas para os países membros, tais quais: o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), o MEXA (Mecanismo Experimental de Acreditação para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário nos Países membros do MERCOSUL) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) que foi instituída pela SESu/MEC. Partindo da análise de projetos e ações desenvolvidas, notadamente na seara do ensino jurídico, foi criado, em 2004, o Projeto Tuning América Latina, tendo como base o conceito do Projeto Tuning da União Europeia. Em decorrência disso, no ano de 2006 criou-se o Grupo de Estudo do Projeto Tuning voltado especialmente à área do Direito, que pleiteia conciliar os programas educativos entre os países membros. O trabalho exposto tem por objetivo precípuo averiguar o processo de formação da educação superior no espaço do Mercosul, com recorte no ensino jurídico e, de forma específica, apreender quais os mecanismos normativos que cercam tal

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

perspectiva, bem como investigar a efetivação dos programas e instituições propostos pelo Mercosul Educativo no âmbito do ensino jurídico. **REVISÃO DA LITERATURA:** Segundo estudo do Banco Mundial (2017), há três elementos essenciais ao ensino superior ideal, que são a equidade, a qualidade e a variedade. O primeiro desses fatores - a equidade - está intimamente ligada à questão do acesso igualitário às universidades. Nesse quesito, pode-se dizer que na última década houve uma grande expansão tanto no setor privado quanto no público - com ênfase maior no primeiro - das IES e de novas vagas e cursos (devido, especialmente, aos programas de incentivo financeiro aos estudantes de baixa renda). Esse fato gerou uma redução da desigualdade no acesso às IES, especialmente no que se refere aos alunos de baixa renda. No entanto, isso não significou que o acesso garantiu a qualidade esperada, segundo o estudo supracitado. Para ilustrar, o QS World University Rankings²⁵ mostra apenas 20 IES na região latina dentre 500 melhores do mundo, sendo Brasil e Argentina os mais destacados do Mercosul. Em relação ao último fator (variedade), que se relaciona ao desenvolvimento de diversas áreas de atuação, desde as ciências humanas às exatas, no Mercosul, bem como em outros países latinos, é perceptível o grande atraso no que tange o desenvolvimento das áreas de ciência e tecnologia. De acordo com o exposto, os novos cursos por sua maioria são de Administração de Empresas, Direito e Ciências Sociais. Sendo assim, a proporção de pessoas que é graduado em um desses cursos é alta, como no Brasil 41,0, Argentina 35,7, Uruguai 40,9, Venezuela 42,9 e a República Dominicana com a maior proporção de 46,8. Assim sendo, existe um déficit de cientistas e engenheiros na América Latina e Caribe que é justificável com o baixo índice de inovação da região (BANCO MUNDIAL, 2017). Nesse contexto, faz-se mister citar a Declaração de Bolonha, assinada em 1999, por vários países europeus, membros da União Europeia (UE). Esse documento propõe a criação de uma política pública de educação superior supranacional e, apesar das diferenças estruturais e normativas em relação ao Mercosul, gerou uma grande influência externa sob o Mercosul Educativo, no sentido de que este último vem seguindo as mesmas políticas educacionais, seja no incentivo à mobilidade de discentes e docentes por entre os países membros, seja na busca pela competitividade de mercado. Não obstante, algumas críticas surgem a esse modelo padrão liderado pela UE. Na visão de Martins e da Silva (2014), o Mercosul Educacional não parece levar em consideração o conceito de integração solidária, como preveem seus Planos Estratégicos, mas sim aderir a movimentos mundiais de educação superior com fins para o mercado e para a competitividade, na esteira da Declaração de Bolonha. O ponto de disfunção reside, pois, no contraste cultural, econômico e político entre os dois blocos, o que torna impossível a correção da aplicação de tal modelo no contexto da América Latina. Faz-se críticas, dessa forma, ao modelo vigente de investimento privado, inclusive em comparação a países como Reino Unido e Estados Unidos, onde o acesso a universidades se dá unicamente mediante mensalidades (as chamadas *tuitions*). **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL: ASPECTOS GERAIS:** Em relação à estrutura organizacional da educação no Mercosul, tem-se o Conselho do Mercado Comum (CMC) como órgão político e decisório supremo da organização, o qual se pronuncia mediante decisões. Tal órgão propôs, na decisão nº 7/91 (I), a criação de reuniões dos Ministros de Educação dos Estados Partes. Lê-se a seguir a letra de seu artigo

²⁵ Disponível em: < <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2018> > Acesso em: 19 set. 2017.

1º: “criar Reunião de Ministros de Educação que terá como função propor ao referido Conselho através da o Grupo Mercado Comum medidas visando a coordenar políticas educacionais nos Estados Partes”. Nasceu, assim, o Setor Educacional ou Mercosul Educativo, que é responsável pela coordenação das políticas educacionais no âmbito do Mercosul. Em 1997, pela decisão nº 03, foi aprovado o Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul. Esta decisão abarca o reconhecimento dos títulos para efeitos de exercício de atividades acadêmicas, considerando a graduação, pós-graduação e especialização, bem como mestrado e doutorado. Tem-se, nesta esteira, a decisão n. 7/92, por meio da qual o CMC aprova o Plano Trienal para o setor de educação no contexto do Mercosul, que objetiva a busca por mecanismos de compatibilização dos sistemas educativos e a capacitação de recursos humanos. A decisão nº 17 de 2008, por sua vez, criou o Sistema de Credenciamento de Carreiras Universitárias para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e Estados associados (ARCU-SUL), que tem por finalidade dar garantia pública da qualidade dos cursos. A partir disso, estes dispositivos serão trazidos ao ordenamento jurídico de cada país de acordo com seus procedimentos constitucionais próprios, ou seja, não há uma unificação procedimental de integração das normas do Mercosul.

ENSINO JURÍDICO NO MERCOSUL: O curso de Direito é um dos mais antigos na América Latina, e já possui certa consolidação na organização do seu currículo, formação de docentes, metodologia de ensino etc. Nesse contexto, foi criado em 2004 - baseado no Projeto Tuning da União Europeia²⁶- o Projeto Tuning América Latina, contando com 19 países. Tal projeto se baseia no conceito de competências e destrezas na área de conhecimento, capacidades e habilidades. Especificamente voltado à área do Direito, foi criado em 2006 o Grupo de Estudo do Projeto Tuning, com o objetivo de harmonizar as estruturas e programas educativos. É constituído pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Partindo para um mapeamento da área jurídica na região mercosulina, o curso de graduação em Direito tem uma duração média de cinco anos, obtendo o concluinte o título de advogado, exceto no Brasil, onde há de se prestar um exame na Ordem dos Advogados do Brasil para adquirir a titulação de advogado. Em relação aos currículos, ainda há uma discrepância e uma diversidade nos quesitos ensino, processo de aprendizagem, carga horária etc. Além disso, de acordo com o Relatório Final do Projeto Tuning América Latina, há uma crise do modelo da formação jurídica baseada na memorização acrítica das normas jurídicas, e esse fenômeno parece ser recorrente em todos os países membros e outros da América Latina. Contudo, o objeto dessa crítica vem sendo remodelado com relação aos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, já que há uma abertura maior para flexibilização curricular, formação jurídica mais crítica, ênfase na formação prática e interdisciplinaridade do direito com outras áreas. Nessa perspectiva, o CMC aprovou, por meio da decisão nº. 8/96, o Protocolo de Integração Educativa sobre o Reconhecimento de Títulos Universitários para o Prosseguimento dos Estudos de Pós-graduação nas Universidades dos Países do Mercosul. Tal norma dispõe de 12 artigos, e consiste no reconhecimento dos títulos de graduação para efeitos de pós nos Países Partes, como também define algumas regras limitadoras, como por

²⁶ “ (...) O Projeto Tuning vêm trabalhando desde o ano de 2000 com propostas amplas de harmonização, busca de qualidade, comparabilidade, mobilidade, flexibilização curricular e reconhecimento recíproco de titulações por parte do sistema de ensino superior de países da União Européia.”
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

exemplo, o tempo mínimo de 4 anos ou 2.700 horas cursadas no curso de graduação. Ademais, foi criado o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca) pelo Setor Educacional do Mercosul, em 2006. Visa fomentar a cooperação interinstitucional e cumprir com o objetivo central de integração regional, abrindo campo para mobilidade de docentes, estudantes e pesquisadores dos cursos que participam do MEXA (Mecanismo Experimental de Acreditação para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário nos Países membros do MERCOSUL). No entanto, o curso de Direito não faz parte dos cursos cadastrados. É importante citar a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Sua Comissão de Implantação foi instituída pela SESu/MEC, por meio da Portaria nº 43 de 17 de janeiro de 2008. No dia 12 de dezembro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ao Congresso Nacional, o projeto de lei e finalmente, no dia 12 de janeiro de 2010, foi sancionada pelo presidente Lula. O curso de Direito não se encontra no rol dos cursos ofertados na UNILA. Além disso, há também o Instituto de Educação Superior Latino Americano (IESLA), que oferece cursos de pós-graduação à pós-doutorado no âmbito jurídico, sem dispor, no entanto, de graduação na área. Segundo informações do Portal Brasil²⁷, três mil bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e intercâmbio de docentes e pesquisadores estavam previstas custeadas pelo Focem (Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul). As bolsas serão para cursos de: agronomia, arquitetura, engenharia, enfermagem, medicina e odontologia. Novamente, o curso de Direito não estava na lista dos cursos oferecidos. De acordo com Jaeger Junior (2007) “Se parte da ideia de que o Direito é um produto estritamente nacional que responde às necessidades nacionais exclusivamente e por isso nada há para se uniformizar com os países vizinhos”. Ou seja, os países não parecem se interessar pela uniformização dos programas de ensino em direito. **METODOLOGIA:** O método utilizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e qualitativa, bem como o método cartográfico aplicado ao Direito. Tal método consiste na distorção da realidade do objeto de estudo mediante três mecanismos: Escala, Projeção e Simbolização. A Escala representa o fenômeno na realidade e sua correspondente distância no mapa. Seu tamanho dependerá do uso que será feito do mapa, ou seja, da realidade que ele pretende abarcar. No caso da presente pesquisa, a Escala corresponde aos documentos do Mercosul Educativo, ou seja, os acordos e decisões do CMC. É, pois, uma pequena Escala. Possui, por sua vez, três patamares – patamar de detecção, de discriminação e de avaliação. O primeiro refere-se ao que é relevante à pesquisa, no caso, o ensino superior e especificamente, o jurídico. O segundo descreve a diferença de regulação da ação social, o que representa no trabalho a Declaração de Bolonha e sua dissonância com o Mercosul. O último, por fim, abarca a qualidade ética da ação social, a qual é representada pela busca da democratização do ensino superior no interior do bloco. Em segundo plano, a Projeção é a relação entre o espaço e a norma jurídica, o que, no presente caso, refere-se às normas de Direito Internacional, que regem as relações entre os países do Mercosul. Tal Projeção é chamada de Geocêntrica, pois se fixa na norma, nas instituições e na economia de mercado. Por fim, a Simbolização representa o Estilo Homérico, no sentido de que reflete uma descrição formal e abstrata do objeto, apresentando-se enquanto juridicidade instrumental. Assim, as decisões, acordos, instituições estão no terreno

²⁷ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/12/paises-do-mercosul-terao-programas-de-bolsas-de-estudo..> Acesso em: 24 set. 2017.

de convenções arbitradas aptas a comunicar uma ideia universalmente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Durante a pesquisa, chegou-se a três resultados significativos. O primeiro proveio dos textos de referência do Banco Mundial (2017) e da UNESCO (2012), dos quais se conclui que, nos últimos anos, o ingresso no ensino superior no Mercosul vem crescendo em números razoavelmente relevantes, especialmente no campo privado. Não obstante, esse crescimento no acesso possui ainda limitações, principalmente devido à maior expansão de vagas no setor privado, o qual exclui, de forma geral, uma parcela dos estudantes de baixa renda, bem como a seletividade das melhores instituições públicas os relega às de baixa seletividade qualidade. Esse maior acesso também não pareceu ser seguido no outro elemento ideal do ensino superior: variedade. Os países do Mercosul tendem a abrir novos cursos específicos, centrados nos estudos da área de humanas e negócios, enquanto preterem as outras ciências. Por seu turno, o segundo resultado se refere à Declaração de Bolonha. Constatou-se que esse documento se configura como um modelo-guia que o Mercosul segue atualmente, apesar dos seus planos estratégicos, acordos e protocolos direcionarem por outro caminho. O padrão do modelo de Bolonha prevê o desenvolvimento de uma “Europa do Conhecimento”, tendo como um de seus objetivos a competitividade no cenário mundial, levando em consideração um movimento de homogeneização social, cultural, econômica e tecnológica, além de aspectos como a ética e a democracia no contexto da educação. Nessa perspectiva, há uma tendência desse movimento de mercantilização da educação superior, visto que ela se pauta em uma visão preparatória e adequada ao mercado. Por fim, o terceiro resultado encontrado foi a deficiência do ensino jurídico no bloco, uma vez que cada país-membro tem a liberdade de organizar seus currículos do curso de Direito, sem, necessariamente, ter de seguir nenhum padrão rígido, não havendo, assim, uma homogeneidade no ensino, na carga horária e no currículo. Isso dificulta uma integração educacional entre os países do bloco. Em relação aos cursos de pós-graduação no campo jurídico, notou-se que há uma extensa oferta de pós-graduações, mestrados e doutorados, garantidos pelo reconhecimento de titulações e graus acadêmicos. Portanto, esse setor foi o que mais se desenvolveu na área jurídica. Ainda nesse quesito, é importante frisar a ausência dos cursos de graduação em algumas instituições e programas educacionais do Mercosul, tais quais UNILA (oferta variados cursos desde Administração à Geografia), MARCA (oferta cursos como Agronomia, Engenharia etc), IESLA (apenas medicina). Em suma, o curso de direito não se encontra firmado no centro das pautas do Mercosul Educativo, devido à grande heterogeneidade normativo-jurídica de cada país membro do bloco.

CONCLUSÃO: Constata-se que, apesar dos protocolos, órgãos, documentos e acordos em relação à educação superior no Mercosul, ainda há uma insuficiência de integração e homogeneização do setor educativo mercosulino. As divergências presentes em cada país – duração dos cursos, carga horária, heterogeneidade dos currículos, exigência ou não de exames de ordem - acaba por minar e inviabilizar o reconhecimento dos títulos de graduação em direito no Mercosul, dificultando também a mobilidade e, conseqüentemente, a formação acadêmica e o exercício da profissão. Nesse tocante, constatou-se a inexistência de cursos de graduação em direito disponibilizados pelo bloco, destacando-se apenas nos cursos de pós-graduação, em sentido amplo. Dessarte, o processo de internacionalização da educação superior, e especialmente a jurídica, está distante daquilo que foi estruturado pelo Mercosul por meio de seus documentos, relatórios e programas. Além disso, considerando que as políticas internacionais são influenciadoras dos

processos integracionistas no Mercosul Educativo, pode-se perceber que a Declaração de Bolonha possui proposições incompatíveis ou inconciliáveis quanto ao contexto socioeconômico e cultural da América Latina, isto é, as próprias necessidades de cada sociedade apresentam-se diferentes. É, no entanto, o modelo seguido pelos órgãos e instituições do bloco latino, sem considerar a discrepância entre um sistema de bloco econômico intergovernamental e outro supranacional, um continente de países desenvolvidos e outro de países em desenvolvimento. Ademais, há também influências internas de cada país (políticas, culturais, regionais e sociais), que se somam às externas, e parecem distanciar, assim, cada vez mais, a ideia de um bloco coerente, integrado e pautado na educação superior como um projeto democrático e ético de construção do conhecimento. Outro ponto importante verificado durante o trabalho é o processo da chamada mercantilização do ensino superior, por partir de pressupostos de homogeneidade e integração, à luz de um modelo europeu, foge às propostas de órgãos como a UNESCO e dos próprios protocolos, relatórios e planos provindos do Mercosul, propostas estas que põem em pauta a democratização, a qualidade, a variedade e a eticidade como pontos centrais de uma educação ideal. Nesse sentido, seguindo esse viés privado, é que se percebe o aumento das ofertas dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado pelas IES dos países mercosulinos. Nessa mesma linha de pensamento, conclui-se também que a questão da efetiva integração socioeconômica é pressuposto para uma integração educativa e não o contrário, pois esta somente poderá se concretizar se os países membros tiverem mecanismos reais de assimilação no campo econômico e social, como ocorre na União Europeia.

REFERÊNCIAS

EDUCATIVO, Mercosul. Disponível em: [http://www.edu.mercosur.int/es-ES/..](http://www.edu.mercosur.int/es-ES/)
Acesso em: 12 set. 2017.

FERREYRA, María Marta et al. **Em uma Encruzilhada:** ensino superior na América Latina e Caribe. Grupo Banco Mundial, 2017.

IESLA. Disponível em: <<http://iesla.com.br/>> Acesso em: 21 set. 2017.

JAEGER JUNIOR, Augusto. **Ensino Jurídico na América Latina.** In: BALDUS, Christian; FINKENAUER, Thomas; RÜFNER, Thomas (Hrsg.) *Junstenausbildung in Europa zwischen Tradition und Reform.* Tübingen: Mohr Siebeck, 2008. P. 279-305.

MARCA. Disponível em: <<http://programamarca.siu.edu.ar/>> Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, Tatiana Carence; DA SILVA, Aurélio Ferreira. **Processo de Bolonha e Mercosul Educacional:** reflexões acerca das políticas de integração e suas ressonâncias na Educação Superior. [s.L]:USP, 2014.

SPELLER, Paulo (Organizador); ROBL, Fabiane (Organizador); MENEGHEL, Stela Maria (Organizador). **Desafios e perspectivas da Educação Superior Brasileira para a próxima década 2011-2020.** Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.

Tuning América Latina. **Relatório final Projeto ALFA Tuning América Latina:** Reflexões e perspectivas do Ensino Superior na América Latina (2007) Disponível em: <<http://www.unideusto.org/tuningeu/>> Acesso em: 12 set. 2017.

UNILA. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/graduacao.>> Acesso em: 20 set. 2017.

TRANSEXUALIDADE - DIREITOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS NO BRASIL

AUTORA:

Riane de Melo Carvalho

RESUMO: Os gêneros feminino e masculino, não abarcam inequivocamente os indivíduos conforme suas singularidades. A falta de visibilidade ocasiona aos indivíduos transexuais dificuldades para usufruir de direitos básicos, comuns a todas as pessoas, como o direito à vida, a liberdade para utilização de espaços públicos, a saúde, ao emprego e etc. Neste sentido, o presente artigo se propõe a compreender quais são as dificuldades enfrentadas pela população transexual no que concerne a efetivação de seus direitos, evidenciando quais as implicações da falta de previsão legal referente aos direitos da transexualidade na atual legislação brasileira e como se dá a atuação do poder judiciário sobre o tema. A metodologia utilizada foi a do método qualitativo, através do qual se buscou embasamento e respaldo teóricos em artigos da área jurídica e das ciências sociais, além dos dispositivos jurídicos pertinentes, como decisões de tribunais e a legislação aplicável. Concluiu-se que a jurisprudencialização não é suficiente para a proteção dos direitos da transexualidade e que a inclusão desses em dispositivo jurídico seria benéfica sob o ponto de vista de dar mais visibilidade a esta parcela da população e conferir maior celeridade na efetivação dos seus direitos.

Palavras - chave: Transexualidade. Direitos de personalidade. Jurisprudencialização.

INTRODUÇÃO Tradicionalmente, em todo o mundo, distinguem-se os indivíduos desde o seu nascimento, entre homem e mulher. Essa classificação binária é justificada com base no fenótipo apresentado, ou seja, o sexo aparente. A partir dessa identificação, o indivíduo passa a assumir ao longo de sua vida, uma série de obrigações e papéis sociais decorrentes do seu gênero. Entretanto, essa classificação binária, aparentemente tão óbvia, esconde a pluralidade e diversidade humanas, uma vez que cada indivíduo é um ser único, tanto em seus aspectos biológicos, quanto aqueles decorrentes de sua formação e construção social, visto que é praticamente impossível um ser humano viver isoladamente, é preciso considerá-lo sempre como parte de um meio, que o modifica e que é modificado por ele. Em outras palavras, os gêneros feminino e masculino, ou, ainda, “homem” e “mulher”, não abarcam inequivocamente os indivíduos conforme suas singularidades. Dessa constatação, surgiram e surgem termos para tentar identificar aqueles que “desviam” do preceito binário homem-mulher, como “transgênero” e “transexual”. “Transgênero” é uma classificação genérica, que abarca aqueles indivíduos que não se identificam, em maior ou menor grau, com o gênero determinado ao seu nascimento em razão do fenótipo sexual. “Transexual” refere-se ao indivíduo que se identifica e se apresenta socialmente com um gênero diferente daquele apresentado ao seu nascimento. Embora não constituam requisitos, pode-se atingir esse objetivo através do uso de medicamentos com base hormonal, ou, através de intervenção cirúrgica. Apesar de essas expressões terem se difundido nos meios de comunicação, aproximadamente, na última década, ainda trata-se de um grupo de pessoas mistificado. A falta de visibilidade gera a estigmatização desse grupo, que acaba por enfrentar dificuldades para usufruir de direitos básicos,

comuns a todas as pessoas, como o direito à vida, a liberdade para utilização de espaços públicos, a saúde, ao emprego e etc. Esse grupo sofre principalmente com a violência. De 1º de janeiro de 2008 a 30 de setembro de 2016, 2264 pessoas transgênero foram assassinadas, em 68 países, sendo o Brasil o líder do ranking com o maior número de mortes em número absoluto: 900 assassinatos (“Transgender Europe”). Além da violência, pesquisas demonstram que essa parcela da sociedade tem as maiores taxas de suicídio e automutilação. Em pesquisa realizada, em 2016, pela ONG internacional “National Gay and Lesbian Task Force”, revelou-se que, nos EUA, 41% das pessoas transexuais já tentaram suicídio, enquanto a taxa de suicídio entre pessoas cisgênero (não transexuais) é de apenas 1,2% (LUCON, 2017). No Brasil, as pesquisas são escassas e os dados são subestimados em decorrência da tendência que esses indivíduos têm de se preservar, evitando expor suas particularidades. Em projeto feito pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, da Universidade Federal de Minas Gerais, apenas 28 indivíduos autodeclarados transexuais responderam a pesquisa, que era feita de forma anônima. Desses, 24 (85,7%) já pensaram em suicídio e/ou tentaram cometê-lo (SOUZA, 2015). O sistema de saúde público (SUS) realiza, desde 2008, a cirurgia de “transgenitalização” ou “redesignação sexual”, que permite alteração do órgão sexual. Esse processo, no entanto, é criticado pelos interessados principalmente pela sua morosidade e pela ineficiência do próprio SUS. Apesar de ser permitido o uso do nome social nos atendimentos da rede, os usuários transexuais relatam terem medo de constrangimentos ou já os terem sofrido, evitando o atendimento médico e em decorrência disso, passam a realizar a automedicação. Enquanto o tema é discutido amplamente em outros países, e até considerado uma questão de saúde pública, no Brasil, o tema tem pouca atenção, especialmente no que tange a alternativas para o combate a violência e prevenção ao suicídio. No Brasil, além da cirurgia de transgenitalização, também é possível a alteração do prenome e da identificação sexual no registro civil, tanto para aquelas pessoas que realizaram a cirurgia, quanto para aquelas que não a realizaram, mas que se identificam como transexuais. No entanto, essa adequação só é possível se demandada na justiça. Apesar da adequação do nome social e da possibilidade de cirurgia custeada pelo sistema público de saúde, serem importantes instrumentos de apoio aos transexuais, essas medidas ainda são pequenas se comparadas às dificuldades enfrentadas por esta parcela da população, que permanece “invisível” sob muitos aspectos. Neste sentido, o presente artigo se propõe a compreender quais são as dificuldades enfrentadas pela população transexual no que concerne a efetivação de seus direitos, evidenciando quais as implicações da falta de previsão legal referente aos direitos da transexualidade na atual legislação brasileira e como se dá a atuação do poder judiciário sobre o tema. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada é do método qualitativo, através do qual se busca o embasamento e respaldo teóricos, a partir de dados previamente publicados e que são analisados de maneira subjetiva pelo pesquisador. Tal método constitui um dos mais utilizados na esfera acadêmica e jurídica, pois os dados advêm principalmente da análise de fatos e interações sociais, se encaixando perfeitamente no escopo da pesquisa jurídica, que deve estar consubstanciada com o fato social (SPADOTTO, 2013). Assim, a coleta de dados e informações foi realizada através de pesquisa bibliográfica, cujas fontes constituem-se principalmente de em artigos da área jurídica e das ciências sociais, além dos dispositivos jurídicos pertinentes, como decisões de tribunais e a legislação aplicável, além de relatórios e artigos publicados na Internet. **REVISÃO DA LITERATURA** Fernandes (2010), ao analisar casos paradigmáticos, destaca o

Projeto de Lei nº. 1909-A de 1979, que, através da alteração do art. 129 do Código Penal, descriminalizaria a cirurgia da redesignação sexual, até então pouco conhecida no país e que veio a discussão no Congresso Nacional em virtude da prisão do primeiro médico a realizar a cirurgia no Brasil. De acordo com o projeto, seria acrescentado o parágrafo 9º ao artigo 129 do Código Penal, que contaria com a seguinte redação: “Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de Junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz” (FERNANDES, 2010). O projeto foi vetado pelo então presidente, e, somente em 2002, através de resolução do Conselho Federal de Medicina, a cirurgia passou a ser regularizada, autorizando hospitais públicos e privados a realizá-la (RESOLUÇÃO CFM Nº 1.652/2002). De acordo com Rainer Roweder (2015), a natureza jurídica dos direitos de gênero se enquadra nos direitos de personalidade, que por sua vez, são reflexo dos direitos fundamentais, estes de natureza constitucional. Na esfera cível, a adequação do prenome e designação sexual no registro civil, não tem previsão legal, entretanto, apesar dessa lacuna, já existe jurisprudência consolidada permitindo a adequação da situação jurídica com a situação de fato do indivíduo transexual (FERNANDES, 2010). A modificação da identidade nos casos de transexualismo está amparada pelos princípios da igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, cidadania e personalidade. Nesse sentido: “[...] O apego às regras estanques da imutabilidade e indisponibilidade do nome, imperativos de segurança jurídica quanto à identificação da pessoa natural, não podem servir de justificativa para limitar direito fundamental do indivíduo transexual à fruição plena de sua cidadania, sob pena de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. [...] Não apenas tem a pessoa natural direito ao nome que lhe é dado no momento do nascimento para identificá-la, como também tem direito ao nome com o qual se identifique, e do qual não advenham toda sorte de constrangimentos.”²⁸ Muitas questões ainda são suscitadas no que diz respeito ao caráter “público” do registro civil. Alguns magistrados têm considerado que a alteração da identidade é direito do indivíduo, mas entendem que é necessária a averbação de que houve alteração em virtude mudança de gênero (QUEIROZ & INTERDONATO, 2016). A justificativa para a averbação seria proteger a boa-fé de terceiros, que porventura viessem a se relacionar com o indivíduo acreditando que

²⁸ "APELAÇÃO CÍVEL. Ação de retificação de registro civil. Autor transexual almeja que seu nome social feminino substitua o nome masculino oficialmente registrado. Sentença de extinção do feito, por falta de interesse processual, a exigir submissão a procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, como condição para alteração do registro civil. Apelo do autor. Conjunto probatório apto a demonstrar tratar-se de pessoa transexual, não identificada com o sexo masculino, que aguarda fila para realização de cirurgia de mudança de sexo. Não apenas tem a pessoa natural direito ao nome que lhe é dado no momento do nascimento para identificá-la, como também tem direito ao nome com o qual se identifique, e do qual não advenham constrangimentos. Apego às regras estanques da imutabilidade e indisponibilidade do nome não podem servir de justificativa para limitar direito fundamental do indivíduo transexual à fruição plena de sua cidadania, sob pena de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Se, por prevalência de princípio constitucional, admite-se a relativização das normas registrais, não se pode condicionar esta relativização à realização de procedimento cirúrgico de transgenitalização, o que significaria a instituição de requisito discriminatório, a forçar indivíduos a realizar interferências cirúrgicas no próprio corpo, nem sempre desejadas. Precedentes desta Câmara e Tribunal. Sentença reformada, para permitir a alteração do registro civil e substituição do prenome masculino. Recurso provido." (v.20362). (TJ-SP - APL: 00013606920148260457 SP 0001360-69.2014.8.26.0457, Relator: Viviani Nicolau, Data de Julgamento: 11/08/2015, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/08/2015).

este seria do sexo oposto desde o seu nascimento. Nesse sentido: “[...] deve ser resguardada sempre a boa-fé de terceiros, e mesmo quando ocorre a alteração do nome ou do sexo, deve ser procedida a averbação à margem do termo, nos moldes análogos ao que dispõe o art. 19, § 3º da Lei de Registros Públicos. Ou seja, deve constar na certidão apenas que existe averbação decorrente de determinação judicial alterando o registro, mas sem dar publicidade à razão determinante da alteração do registro civil, nem acerca de quais alterações foram procedidas, salvo para fins matrimoniais, resguardando-se tanto a publicidade dos registros, como também do direito de intimidade da pessoa e de terceiros.”²⁹ Outros entendem que essa averbação violaria o princípio da intimidade e que traria mais constrangimentos para o indivíduo transexual, cujo intuito, ao solicitar a adequação do registro civil é justamente adequar sua situação social a sua situação jurídica, até então em desacordo. A averbação teria o mesmo efeito que manter o registro civil em desacordo com a situação de fato (QUEIROZ & INTERDONATO, 2016). Uma corrente minoritária, defende ainda que a alteração do registro civil só seria possível após a realização da cirurgia de redesignação, pois, do contrário, violaria o princípio da boa-fé, da veracidade dos fatos e da publicidade.³⁰ Recentemente, o STF decidiu que a alteração do prenome e da identificação sexual no registro civil, não depende de cirurgia de redesignação sexual ou qualquer outro procedimento, desde que atestado que o solicitante, de fato, viva como pessoa do sexo oposto.³¹ O entendimento é que ao impor a necessidade de procedimento cirúrgico como requisito essencial para a adequação da identidade civil, estaria se obrigando a pessoa transexual a realizar um procedimento cirúrgico que pode levar anos para ser realizado, que geraria elevados custos se realizado em hospital particular e que pode simplesmente não ser desejado pela mesma, ferindo o princípio da liberdade individual (STJ, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES Conforme exposto, ainda restam algumas discordâncias especialmente no que tange aos direitos de personalidade dos indivíduos transexuais. De acordo com a jurisprudência, a alteração do registro civil constitui um direito de fundamental, comum a toda pessoa natural, constituindo um direito de personalidade. Nesse ponto, o entendimento

²⁹ “REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE PRENOME E DE SEXO. ALTERAÇÃO DO NOME. POSSIBILIDADE. AVERBAÇÃO À MARGEM. A ALTERAÇÃO DO SEXO SOMENTE SERÁ POSSÍVEL APÓS A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. 1. O fato da pessoa ser transexual e exteriorizar tal orientação no plano social, vivendo publicamente como mulher, sendo conhecido por apelido, que constitui prenome feminino, justifica a mudança do nome, já que o nome registral é compatível com o sexo masculino. 2. Diante das condições peculiares da pessoa, o seu nome de registro está em descompasso com a identidade social, sendo capaz de levar seu usuário a situação vexatória ou de ridículo, o que justifica plenamente a alteração. 3. Deve ser averbado que houve determinação judicial modificando o registro, sem menção à razão ou ao conteúdo das alterações procedidas, resguardando-se, assim, a publicidade dos registros e a intimidade do requerente. 4. No entanto, é descabida a alteração do registro civil para fazer constar dado não verdadeiro, isto é, que o autor seja do sexo feminino, quando inequivocamente ele é do sexo masculino, pois ostenta órgão genitais tipicamente masculinos. 5. A definição do sexo é ato médico e o registro civil de nascimento deve espelhar a verdade biológica, somente podendo ser corrigido quando se verifica erro. Recurso desprovido, por maioria.” (Apelação Cível Nº 70064503675, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em... 24/06/2015). (TJ-RS - AC: 70064503675 RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Data de Julgamento: 24/06/2015, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/07/2015).

³⁰ Idem.

³¹ STJ: Notícias. **Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia.** (09 de 05 de 2017). “O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial.”.

parece estar consolidado, entretanto, conforme exposto no item anterior, ainda há divergências quanto às condições para a aplicação do direito de alteração ao registro civil. A averbação da modificação faz-se necessária? Alguns magistrados consideram que não, enquanto outros se utilizam do argumento da boa-fé de terceiros para justificar a averbação. E, ainda, enquanto uma corrente considera pressuposto para a modificação de tal registro a cirurgia de redesignação sexual, outra corrente considera-a desnecessária, tendo em vista que a transexualidade é uma condição psicológica. Tal desconformidade leva invariavelmente a insegurança jurídica e esta, por sua vez, pode repercutir diretamente no contexto social, ou seja, na realidade de fato vivenciada por esta parcela da população. Em busca de “conformidade”, o Supremo Tribunal Federal vem atuando na questão, mas, como todo o sistema judiciário brasileiro, de forma morosa. Sobre esse aspecto, a ausência de previsão legal sobre os direitos da transexualidade pode estar dificultando o avanço dessa questão. Não se pretende dizer que a inclusão da matéria na legislação é a solução para todos os problemas enfrentados pela população transexual, mas nem por isso deve-se relativizar o papel que a lei desempenha na situação fática, a exemplo do que aconteceu com a lei Maria da Penha, que, em virtude de sua repercussão, possibilitou a muitas mulheres, principalmente aquelas de esfera social e situação econômica vulnerável, o conhecimento de seus direitos e a possibilidade de uso da esfera jurídica. Da mesma forma, inúmeros indivíduos transexuais e transgênero não conhecem ou tem informações erradas sobre seus direitos (direitos fundamentais, direitos de pessoa natural) ou ainda, têm uma impressão equivocada da esfera pública, tanto do Poder Judiciário, quanto do Poder Legislativo. Atualmente, para que ocorra a proteção aos seus direitos o indivíduo transexual precisa acionar o judiciário através do processo (e por consequência precisa constituir advogado, o que requer dinheiro, ou solicitar um defensor público). Só então, quando se discute o mérito da questão levantada é que esse indivíduo passa a ter conhecimento da proteção que o estado lhe proporciona como sujeito de direitos e pessoa humana digna. **CONCLUSÃO** A temática da transexualidade vem sendo negligenciada durante muito tempo na sociedade e por consequência no âmbito do direito. As pesquisas publicadas sobre a transexualidade datam, em sua maioria, da última década, o que evidencia o caráter mistificado dessa parcela da população e dificulta o debate e o acesso a informações sobre o tema. Quanto ao papel que o direito desempenha na realidade fática, tem-se, que, sob a perspectiva do papel social que a previsão legal desempenha na nossa sociedade, falta uma atuação mais incisiva do Poder Legislativo sobre a temática. Quanto à atuação do Poder Judiciário, a jurisprudencialização não é suficiente para a proteção dos direitos da transexualidade, porque não se faz conhecer pelos interessados, a menos que acionem a justiça, o que ocorre depois de terem o seu direito desrespeitado. Assim, considera-se que a inclusão dos direitos da transexualidade em dispositivo jurídico já existente, ou mesmo a criação de nova lei para abarcá-los, seria benéfica sob o ponto de vista de dar mais visibilidade a esta parcela da população e conferir maior celeridade na efetivação desses direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE TRANS. (2017). Disponível em Conselho Nacional de Saúde: Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/01jan30_VisibilidadeTrans.htm>. Acesso em: 26 ago. 2017.

FERNANDES, E. B. D. **O transexual e a omissão da lei:** um estudo de casos paradigmáticos. Caderno Virtual, n. 21, v. 1, jan.-jun. de 2010. Artigo disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/index.php/cadernovirtual/article/view/357/266>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: [s.n.], 2012.

LUCON, N. (2016). **Novo relatório da TGEU reafirma que Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo.** NLucon. Disponível em:<<http://www.nlucon.com/2016/11/novo-relatorio-da-tgeu-reafirma-que.html>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **“Suicídio entre a população trans” é tema de Seminário em São Paulo.** Disponível em NLucon: <<http://www.nlucon.com/2016/04/suicidio-entre-populacao-trans-e-tema.html>>. Acesso em: 26 ago. 2017

MARTINS, T. (2017). **Dia da Visibilidade Trans:** Transexuais e travestis querem cotas para a população T em empresas, universidades e concursos públicos. Disponível em Agência de notícias da AIDS: <http://agenciaaids.com.br/home/noticias/volta_item/25883>. Acesso em: 02 set. 2017.

PAULO, T. D. (2015). Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - **Apelação : APL 00013606920148260457 SP 0001360-69.2014.8.26.0457 - Inteiro Teor.** Disponível em Jusbrasil: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/219962232/apelacao-apl-13606920148260457-sp-0001360-6920148260457/inteiro-teor-219962258?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

QUEIROZ, M. C., & INTERDONATO, G. L. (2016). **Trocando de documentos:** transexualidade e acesso à justiça. IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas.

RAINNER, J. R. **O terceiro gênero: políticas públicas e mecanismos jurídicos de valorização da dignidade humana pelo viés do gênero.** UFMG, 23 de Outubro, 2015.

SOUZA, E. (2015). **Projeto Transexualidades e Saúde Pública No Brasil:** Entre A Invisibilidade e A Demanda Por Políticas Públicas Para Homens Trans . Universidade Federal de Minas Gerais: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA-UFMG).

SUL, T. d. (2017).Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - **Apelação Cível:** AC 70064503675 RS - Inteiro Teor. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/205741203/apelacao-civel-ac-70064503675-rs/inteiro-teor-205741219#>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SPADOTTO, Anselmo Jose. Fundamentos da metodologia científica na área jurídica. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3824, 20 dez. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26198>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: Notícias. Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia. (2017). Disponível em STJ.JUS: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 02 set. 2017.

VIEGAS, C. M. **Os Direitos Humanos e de personalidade do transexual:** prenome, gênero e a autodeterminação. Disponível em Âmbito Jurídico: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12914>. Acesso em: 09 set. 2017.

RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AUTOR:

José Victor de Oliveira Teixeira

RESUMO: O sistema prisional brasileiro carece de eficiência em seus princípios elementares e fundamentais na tentativa de devolver um criminoso para uma convivência harmônica na sociedade, visto que as estatísticas de reincidências são altas e aumentam a cada ano. O presente trabalho busca estabelecer a relação entre o fato social com o fato jurídico da ressocialização, analisando a Lei de Execução Penal, que regulamenta o fato, além da Constituição Federal Brasileira de 1988. Além disso, analisar a atual conjuntura do fato social, como as leis são aplicadas, tal como as assistências, se são aplicadas de forma eficaz, na realidade. O trabalho analisa autores para embasamento teórico sobre o tema e nortear o pensamento, afim de edificar uma possível intervenção para mudar essa realidade.

Palavras - chave: Ressocialização dos Apenados. Sistema Prisional Brasileiro. Lei de Execução Penal.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho destina-se a apresentação, reflexão e compreensão da atual situação do sistema prisional brasileiro. Focado nas medidas de ressocialização. O trabalho pretende analisar o motivo da falha de seus princípios elementares e fundamentais na tentativa de devolver um criminoso para uma convivência harmônica na sociedade. Diante de um ordenamento jurídico com tantas proteções e garantias para uma ressocialização, e por outro lado, o que se pode notar nos indivíduos que saem das penas (cumprindo-as inteiramente ou não), é facilmente perceptível a falha na execução dessas normas e medidas. Para se compreender a relação do fato social com o fato jurídico, é imperativa a análise da norma jurídica, sua aplicabilidade e reflexos no seu objeto na realidade social. Para isso, será feita uma análise sobre o ordenamento jurídico que norteia o fato social aqui exposto, como a Lei de Execução Penal e a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Bem como elas são aplicadas aos indivíduos reclusos, tal como seus reflexos e impactos na sociedade. Tem como objetivo geral analisar formas e aplicações das leis e medidas socioeducativas no sistema prisional brasileiro, visando uma ressocialização mais eficiente e significativa dos indivíduos reclusos.

Além dos específicos: investigar na Constituição Federal e em Leis Ordinárias, os princípios e normas que regulamentam e executam as formas de ressocialização dos encarcerados; analisar a efetividade e a limitação das normas frente ao fato social; e, identificar as soluções prováveis para reintroduzir o indivíduo na sociedade e proporcionar uma vida digna. O trabalho faz uma análise de autores como Dráuzio Varella, Paulo Freire, Michael Foucault, Cesare Beccaria e Manoel Barros da Motta. Autores que norteiam o pensamento sobre essa realidade. Além disso, busca analisar dados estatísticos, para demonstrar a atual realidade desse fato social. Também são abordadas, neste trabalho, medidas socioeducativas a serem usadas ou que são usadas, mas que precisam ser melhoradas ou aprimoradas, visando formas de ressocialização mais eficazes aos apenados, para que possam voltar a conviver harmonicamente na sociedade. **METODOLOGIA:** O método aplicado neste trabalho foi o Cartográfico, que permite um meio estratégico de análise crítica e ação política, tratando de movimentos, relações, jogos de poder, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade,

etc. Liga-se, portanto, ao campo de conhecimento das ciências humanas e sociais. A cartografia, tradicionalmente, é utilizada como a “ciência dos mapas”. Essa visão tradicional está ligada ao conhecimento de geografia, e remete a busca por conhecimento preciso da matemática, estatística, instrumentos e técnicas sofisticadas, para representar mapas aludindo territórios, regiões, fronteiras, etc. A cartografia social, diferente da tradicional, remete a topologia dinâmica, principalmente, a movimentos de poder. Segundo Prazo Filho e TETI, portanto, “a cartografia [...] não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações”. Esse método possui três mecanismos de distorção de realidade: escala; projeção; simbolização. Os quais serão abordados em seguida. A escala propõe a relação entre distância no mapa e sua distância real. Além do sentido cartográfico de “redução métrica”, o termo pode ter um sentido mais simbólico, “como uma estratégia de aproximação do real que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente” (CASTRO, 1995). Se num mapa não pode ser mostrado às localizações de todas as escolas do mundo, por exemplo, a escala pode determinar se um fenômeno aparece ou não. Numa pesquisa, a escala também é escolhida para definir a qualidade e o conteúdo dos resultados. Quando o pesquisador trabalha com escala pequena, as informações são representadas de forma mais generalizada. Enquanto que quando trabalha em escala grande, tem-se dados com mais riqueza de detalhes. Neste primeiro mecanismo, no trabalho, é tratada uma análise, através de uma escala Grande (detalhada), a aplicação e a efetividade da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da Lei de Execução Penal, primordialmente, frente à ressocialização dos apenados no Brasil. Ainda analisando por meio de uma ótica humanizada, pontos a serem melhorados diante da responsabilidade do Estado perante os seus cidadãos, independentemente das condutas praticadas por estes. Além disso, foi verificado o posicionamento jurisprudencial em relação aos fatores determinantes para uma eficaz ressocialização. Determinada a dimensão, é importante definir a forma de abordagem do fato social. A projeção consiste, portanto, na forma de representar o fato social a partir da escala, ou seja, é apresentada a aplicação do que foi exporto no mecanismo anterior e explanado qual efeito se tem sob o fato. Em uma averiguação nas normas e sua aplicabilidade na ressocialização dos apenados, é possível encontrar uma das leis mais modernas do mundo: a Lei de Execução Penal. Todavia, a superlotação, a falta de estrutura e de higiene, expõe toda a falência desse sistema. Entretanto, o que se explana na teoria é diferente do que acontece na prática. Autores como Manoel Barros Motta e Drauzio Varella, em seu livro Estação Carandiru, criticam a atual situação precária no sistema prisional brasileiro. Ao ler mapas, é necessário o conhecimento de uma linguagem específica, ou seja, símbolos. Juntando-se a escala e a projeção, ao utilizar a linguagem específica, são transmitidos os conteúdos que variam entre as manifestações tanto mais concretas, quanto mais abstratas possíveis. No caso do fato social, o simbolismo vai abordar o produto que a escala será projetada nele, ou seja, o que gera, o que resulta, o que ocasiona ou pode ocasionar. Porquanto, as consequências dessas falhas na ressocialização do indivíduo recluso, são as constantes violências tanto em âmbito externo aos presídios como internamente. Como também, a superlotação é produto de uma má reformulação do indivíduo que acaba reincidindo nas práticas infratoras. Além do mais, o aumento nos índices de violência e consequências da falha da aplicação das normas de ressocialização e sua ausência de humanização. Esse fato negativo gera insegurança social e a falta

de uma saúde mental devido às preocupações constantes com essa violência. **REVISÃO DA LITERATURA:** Como uma das principais ferramentas para ressocialização, hodiernamente, temos as assistências sociais, religiosas, educacionais, à saúde, jurídica e material, previstas na Lei de Execução Penal:

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Art. 11. A assistência será:

I – Material;

II – À saúde;

III – jurídica;

IV – Educacional;

V – Social;

VI – Religiosa. (BRASIL, 1984).

Indubitavelmente, uma das melhores formas que se tem da ressocialização é preocupar-se, principalmente, com a educação nos presídios, uma vez que dessa forma é que se pode ter uma mudança de consciência do indivíduo privado de liberdade. Não é tratando-o apenas com o encarceramento e preterição que se chega a esse fim, mas o fazendo entender quem ele foi, quem é e quem pode ser, como ensina Paulo Freire (1983). Sobre essa questão, é prevista na Lei de Execução Penal a assistência educacional compreendida pela escolaridade e a formação profissional do indivíduo recluso.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984).

Paulo Freire (2007), autor brasileiro na área da educação, em seu livro *Educação Como Prática da Liberdade*, trata da educação de adultos e como esse mecanismo pode transformar a sociedade. Freire (2007) tenta, ao educar adultos em uma sociedade, a transformação da consciência mágica do indivíduo em consciência crítica. Além das garantias da LEP, uma das bases da ressocialização do indivíduo recluso está prevista no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, em que defende o respeito à integridade física e moral do apenado. Conforme o inciso III do artigo 5º da Constituição Federativa da República do Brasil, "Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Mas não é isso que se nota quando, em noticiários, observa-se a falta de elementos fundamentais para ressocializar o indivíduo, como a Assistência Médica. Ou ainda da Assistência Educacional, ou seja, usufruir da educação como ferramenta para redução da pena, visando à reformulação moral e ética do apenado. Conforme o médico e escritor Drauzio Varella (1999, p. 94), "a cadeia infantiliza o homem e [...] tratar de presos

requer sabedoria pediátrica". Drauzio Varella atuou voluntariamente na Casa de Detenção de São Paulo. Neste local, o médico presenciou e relatou em seu livro "Estação Carandiru" a realidade do funcionamento daquela prisão, da estrutura, das condições de saúde, entre outras precariedades. O autor fala o que ouviu dos presos e do ele mesmo presenciou enquanto atendia os enfermos em tais condições. O Filósofo Michel Foucault (1975), em seu livro Vigiar e punir, tem como ideias principais, um processo histórico da reclusão: tortura, punição, disciplina e prisão. Tortura foi tornada pública a fim de criar medo nas pessoas e forçá-los a participar no método de controle, concordando com seus vereditos. O teatro de tortura pública deu lugar a gangues de cadeias públicas. Punição se tornou "suave", embora por razões não humanitárias, Foucault sugere. Ele argumenta que reformistas estavam descontentes com a natureza imprevisível, desigualmente distribuída da violência que o soberano poderia infligir no condenado. A disciplina cria "corpos dóceis", ideal para a nova economia, política e guerra da idade industrial moderna – órgãos que funcionam em fábricas, ordenou regimentos militares em salas de aula escolares. A prisão é uma parte de uma vasta rede, incluindo escolas, instituições militares, hospitais e fábricas, que constrói uma sociedade panóptica para seus membros. Este sistema cria "carreiras disciplinares" para aqueles trancados em seus corredores. É operado sob a autoridade científica administradora, psicologia e criminologia. Para Foucault, a disciplina é o meio mais eficaz para transformar o comportamento dos criminosos, sendo a prisão o ambiente ideal para exercer a disciplina, uma vez que "[...] a prisão além do local da execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos" (Foucault, 2012 p.235). Cesare Beccaria (1997) acredita em meios mais humanitários, devendo ser justos e proporcionais aos delitos e as penas. Para Beccaria (1997), a pena nunca pode ser uma vingança da sociedade. Em seu livro "Dos Delitos e das Penas", o autor procura proteger a dignidade da pessoa humana, preferindo prevenir o delito a puni-lo. Aborda várias formas de prevenção, como as ciências, o incentivo do interesse dos magistrados em compreender as leis que aplicam, a premiação pelas virtudes e da educação. Considerando a última como o meio mais seguro de se prevenir.

[...] O meio mais seguro, porém mais difícil, para prevenir os delitos é aperfeiçoar a educação [...] ousou também dizer que ele está muito intimamente ligado à natureza do governo, razão para que seja sempre um campo estéril, só cultivando aqui e acolá por alguns poucos sábios, até nos mais remotos séculos da felicidade pública. (BECCARIA, 1997, p. 136)

Sobre a precariedade das penitenciárias, Motta (2011) ressalta que mesmo as prisões sendo extremamente protegidas, elas não são universos isolados nem desconectados da sociedade. Assim, atrocidades cometidas neste local acabam tendo consequências além dos muros.

A prisão não é um espaço isolado. É um sistema onde, a toda hora, presos conseguem cavar buracos, advogados e parentes circulam. Ele é furado. Quando a delinquência toma um caráter muito maciço, e o funcionamento da polícia e da justiça está associado à corrupção, o controle disso se torna algo altamente problemático. A prisão, na verdade, faz parte desse contexto social que está em crise. Claro que, se não há recursos para melhoria das condições do sistema judiciário e prisional, a situação piora, como estamos vendo agora. (MOTTA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Embora as discussões, debates e trabalhos acadêmicos venham tratando dessa questão com mais frequência contemporaneamente, o problema da ressocialização não é atual. Analisando o contexto histórico e social, as penas passaram por transformações em suas finalidades. As primeiras civilizações, sem escrita, não tinham o equilíbrio da relação entre a infração e a pena. Por exemplo, nessas civilizações eram comuns as penas de morte ao infrator, muitas vezes, por atos incabíveis cometidos por ele. Em civilizações posteriores as penas passam a variar de acordo com a infração cometida, entretanto as penas eram voltadas para a agressão física e/ou recompensação financeira e adotando o critério da proporcionalidade da infração cometida. Diante de vários processos e transformações, atualmente é que as sociedades buscam adotar medidas socioeducativas ao detento, a fim de assegurar uma ressocialização do indivíduo, utilizando normas mais humanizadas. A execução penal brasileira atual vai se preocupar em proteger, reeducar, reintegrar e reabilitar o detento para o convívio harmônico em sociedade. Isso faz parte da ressocialização do apenado. A reformulação desses indivíduos na conjuntura social brasileira é regulamentada pela lei de execução penal, garantindo direitos do apenado, assistências, educação e estabelece do trabalho do preso.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.(BRASIL, 1984).

No entanto, esse sistema parece não estar cumprindo o seu papel na atual conjuntura político-jurídica, visto que o número de reincidências cresce anualmente em um percentual cada vez maior. Um a cada quatro ex-condenado recebe uma nova condenação dentro de cinco anos após o cumprimento da pena anterior³². Essa reincidência deriva de a incapacidade do estado intervir notoriamente na mudança de consciência do indivíduo infrator e na falta de individualização da pena. Além disso, a maior parte da população carcerária do Brasil é negra e a maioria dos delitos são³³: Crimes contra o patrimônio; lei das drogas; e, Crimes contra a pessoa. No Brasil, ao cometer um crime contra a sociedade, o infrator passa pelo julgamento para ser dada uma sentença e a pena. Se condenado, ele é levado a reclusão para a penitenciária. É neste ambiente que o problema se agrava. Embora o ordenamento jurídico brasileiro proteja, em sua redação, o preso com assistências e amparos, isso não se apresenta no fato jurídico-social. Na maioria dos presídios os presos são tratados com preterição e desprezo. Consequentemente, passa a agir com revolta. Ao contrário da proposta de ressocializar, na realidade, a cadeia está piorando o indivíduo. Desde a decisão transitada em julgado e sua integração ao sistema carcerário, o indivíduo recluso não possui uma estrutura adequada nos presídios nem uma assistência integral e eficiente. A falta desse acompanhamento e estrutura gera uma maior vulnerabilidade do apenado, ou seja, uma maior possibilidade de reincidência, como também um menor índice de reintegração social e no mercado de trabalho. A população prisional do Brasil ultrapassa os 620.000

³² IPEA. **Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa**. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf> Acesso em: 15 maio 2017.

³³ INFOPEN. **Base de dados Infopen: população carcerária brasileira de 2014 a 2015**. Disponível em:

<<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/base-de-dados-infopen-csv.csv>> Acesso em: 27 jun. 2017.

presos, com déficit de vagas superando os 250.000 presos³⁴. A superlotação, portanto, é um problema sério nos presídios, contra a dignidade da pessoa humana, princípio constitucional. Como forma de direcionar a atenção do Estado a essa precariedade no sistema e do sistema prisional brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, através do Recurso Extraordinário 580252, decidiu pela indenização do apenado em casos de degradação e superlotação, como forma de respeitar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Princípio este que é o fundamento para uma possível reformulação das concepções do indivíduo em situação de reclusão. De acordo com Motta (2011), a cadeia não é um universo isolado. Assim, os efeitos da degradação do indivíduo em conviver harmonicamente em sociedade não ficarão apenas por dentro dos muros do presídio. Devido à falta de estrutura, por exemplo, muitos dos presos fogem. Eles começam a agir ainda pior fora da cadeia, com pensamentos de vingança. Além dos mandados de crime que são feitas de dentro da cadeia por telefone, mesmo que não se possa ter acesso a esse tipo de comunicação. Portanto, problemas na estrutura intensificará a violência dentro e fora do presídio. A inércia na busca por uma solução para este problema é intensificada pela consciência coletiva de uma boa parcela da população, que acredita que o criminoso é apenas um parasita da sociedade. Assim, repetem discursos como “bandido tem que sofrer mesmo”, ou ainda, “bandido bom é bandido morto”. É verdade que uma pessoa que praticou algo contra o bem da comunidade precisa ser punido pelo que fez, mas não se pode esquecer que o criminoso continua sendo uma pessoa humana. Tendo, por garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, o direito à vida. E o direito à vida abrange o direito a integridade física e moral, a alimentação, a saúde e a educação. **CONCLUSÃO:** Nota-se que as atuais medidas de ressocialização dos presos que são usadas, se usadas, não condizem coerentemente com a proposta da constituição, nem da Lei de Execução Penal. Portanto, há a necessidade de mais estudos afim de reverter essa precariedade. Uma das possíveis soluções é a aplicação de trabalho aos apenados como forma de ressocialização. Essa ideia já é aplicada em alguns presídios brasileiros, mas precisa de muitas melhorias. O preso precisa saber o que está fazendo e o porquê. Não apenas o obrigar e fazê-lo entender apenas como uma obrigação. É preciso que o preso entenda o valor que aquele trabalho terá para ele, se reconheça com seu trabalho e se orgulhe pelo que fez. A solução mais eficaz, partindo da ideia de prevenção, é pensar na implementação de mais educação nos presídios. Sendo ela de importância indubitável. A solução desse e de muitos problemas não é tratando das consequências, mas sim prevenindo as causas. Uma educação de maior qualidade no Brasil, possivelmente, diminuiria a alarmante população carcerária brasileira. No entanto, como há falha na aplicação para prevenção, usar a educação como tratamento da consequência que foi gerada, poderia ser uma alternativa relevante. A tentativa de resolver o problema apenas com medidas punitivas, que não visam ressocializar nem buscam a conscientização do infrator, vem se mostrando ineficaz. O apenado precisa saber quem ele foi no passado, quem ele é no presente e quem ele pode ser no futuro. Assim, virá a consciência, como ensina Paulo Freire (1983). O indivíduo recluso precisa adquirir a capacidade de perceber a relação entre si e o ambiente, a sociedade.

³⁴ Ibid. 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas.** Trad. Lucia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. **O problema da escala.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 117-139, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhe. 40ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e Mudança.** Col. Educação e comunicação/Vol. 1/12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIXO, Marcelo. **Desintegração do sistema prisional, segurança pública e exclusão social.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702171&lang=pt Acesso em: 09 maio 2017.

INFOPEN. **Base de dados Infopen:** população carcerária brasileira de 2014 a 2015. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/base-de-dados-infopen-csv.csv> Acesso em: 27 de jun. de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Reincidência Criminal no Brasil:** Relatório de Pesquisa. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.

LIMA, Jhêssica Luara Alves de. **Reabilitação criminal, ressocialização e direitos humanos.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10246. Acesso em: 10 maio 2017.

MACIEL, José Fabio Rodrigues; Aguiar, Renan. **História do Direito.** Col. Direito Vivo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da Razão Punitiva**: Nascimento da Prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PRAZO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./Jun. 2013.

QUEIROZ JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de. **A realidade carcerária**: um retrocesso à ressocialização. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29379/a-realidade-carceraria-um-retrocesso-a-ressocializacao> . Acesso em: 10 maio 2017.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ESTATUTO DO IDOSO - AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE, A SOCIEDADE COMO PARTE FUNDAMENTAL E O DIREITO TRAZENDO A RESPOSTA DIFERENCIADA DIANTE DO PANORAMA ESTAGNADO

AUTORES:

Camila Cordeiro Araujo
Francisca Juliana Soares Mendes
Isabelly Hadassa Silva de Oliveira
Rayane Carolayne da Silveira
Thiago Maciel Pinto Nobrega

RESUMO: O presente artigo científico tem o objetivo de analisar o Estatuto do Idoso com uma abordagem de natureza qualitativa, em que foi embasado não apenas para expor dados teóricos, mas, acima de tudo, propor uma reflexão sobre as novas possibilidades de construção de uma vida ampla e plena nas esferas da vida de um idoso. Buscando a melhoria aos serviços prestados e as políticas públicas articuladas e integradas de modo conjunto com o propósito de estimular os idosos a ocupar os espaços de participação democrática e controle social, com o intuito da promoção de autonomia pela luta dos seus direitos enquanto cidadão. Nesse sentido, fizemos uso do método da cartografia social, que consiste na busca em registrar os fatos cotidianos, relacionando-se com os fatos jurídicos. Consequentemente identificamos que o Brasil está longe de ser um paraíso para a terceira idade, pois embora exista uma lei específica sobre o tema, está não é cumprida pela população, tampouco sua aplicação é efetiva por parte do Estado.

Palavras - chave: Envelhecimento da População. Estatuto do Idoso. Ineficácia.

INTRODUÇÃO: O Estatuto do Idoso entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004, sancionado em outubro de 2003, a fim de garantir “condições dignas de existência”, responsabilizar o governo e familiares pela proteção completa dos direitos das pessoas maiores de 60 anos de idade. E foi a partir desse fato jurídico que houve o despertar de um entendimento maior sobre esse assunto, onde a partir das análises do Projeto de Intervenção Externa sobre o Estatuto do Idoso – Maus tratos e abandono. Fez-se uma análise interdisciplinar a respeito do Envelhecimento da população na perspectiva do direito do idoso. Assim sendo, tornou-se evidente que o Estatuto exclusivamente não irá transformar a realidade da população idosa, mas sim o seu reconhecimento por parte da sociedade e a efetiva participação de todos seus segmentos em consonância do controle social e a fiscalização. Desse modo, pretendeu-se analisar o Estatuto do Idoso sob o ponto de vista do Direito, tomando como apoio o serviço social, possibilitando maiores perspectivas e particularidades. Tendo como base o fator social de que o Brasil está longe de ser um paraíso para a terceira idade. A falta de segurança, a má qualidade do transporte urbano e a baixa escolaridade são os principais desafios do país para garantir o bem-estar da sua população, e esses são um dos fatores que levam a existência da ineficácia do Estatuto, em que estão inseridos o abandono legal e afetivo, maus tratos por parte dos familiares, apropriação do benefício previdenciário, entre outros. Bem como o reconhecimento dos idosos como pessoas dotadas de direitos garantidos por lei, que devem ser respeitados, reconhecidos e cumpridos. Além do que, a apreciação do Serviço Social em relação ao direito do idoso, é visto como uma expressão da

questão social, em que vem crescendo e se evidenciando nos últimos anos, tanto nos países em que estão se desenvolvendo quanto nos desenvolvidos. Todavia, os índices de violência, abandono e maus tratos a esta população é preocupante, fazendo com que possua uma grande contradição e investigação na precarização em que estão inseridas certas políticas públicas e sociais. Uma pesquisa feita pela Global AgeWatch Index em 2015, realizado pela organização HelpAge International em parceria com a Universidade de Southampton, do Reino Unido trouxe como resultado o Brasil sendo um dos piores países para os idosos viverem, pois apenas 45% dos idosos estão satisfeitos com o transporte público e 28% sentem-se seguros ao andar sozinhos. Dessa maneira, o que encontra-se sobre o envelhecimento da população é que entre as medidas da efetivação dos direitos e o marco legal encontra-se uma vasta distância a ser explorada e concretizada, sendo assim, a perspectiva do direito do idoso é identificada como de suma importância, uma vez que precisasse atender também a essa parte da sociedade, em que, principalmente no Brasil, na prática a realidade vivida é bastante preocupante. Além de um Estatuto do Idoso em que foi criado com o intuito de uma melhor qualidade de vida, em diferentes segmentos para uma numerosa parcela da sociedade. A consequência desse tratamento preocupante sob determinado assunto, é que os dados alertam para um problema que as projeções populacionais vêm apontando: em poucas décadas, o Brasil será um país de idosos. Em 2030, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a nação terá quase o dobro de população com mais de 60 anos – chegando a perto de 14%. Resumindo. Trata-se de ponto crucial na elaboração de qualquer política pública que sejam criadas desde o primórdio da vigência da Lei. É dessa forma que a Lei necessita ainda mais da evidencia de sua importância, e não apenas escrito no papel, já que a mesma esta prevista no artigo 5º da Constituição de 1988, na lei da assistência social e no próprio Estatuto do Idoso, pois encontrou-se nesses meios um sentido de melhor punir, de dar uma resposta à sociedade, e isso não se traduz apenas em dar uma solução diferenciada, também envolve conferir mais visibilidade à questão do idoso, além de demandar outras respostas do Estado, como políticas públicas e de respeito a vida deles. **METODOLOGIA:** Tendo como base a pesquisa metodológica do Método Cartográfico Aplicado às Ciências Sociais, é necessário traçar três vertentes aplicáveis a esse modo de pesquisa, quais sejam: escala, projeção e simbolização. Tomando como base a lei 10.741/2003, como também a Constituição Federal, no seu artigo 230, a pesquisa jurídica daí pauta-se. No entanto, a pesquisa jurídica divide-se também na sua vertente social, haja vista que o Direito tem como objeto e objetivo finalístico a sociedade. Sendo assim, define-se escala como as leis já supracitadas, dentro do recorte social do país (Brasil). Além disso, é de suma importância citar a metodologia empírica, que se reflete no aprofundamento dos fatos do cotidiano, observação das situações em que se aplicam os direitos assegurados pelo Estado enquanto instrumento regulador e garantidor da cidadania da terceira idade. O Estatuto do Idoso foi criado com objetivo de assegurar uma vida digna aos cidadãos da terceira idade, dando-lhes a oportunidade de exercer seus direitos e deveres de acordo com o Ordenamento Jurídico vigente e serem resguardados por ele. Qualquer idoso deve ter sua liberdade, dignidade e gozo de uma vida íntegra protegidos pelo Estado, seja no auxílio do governo, políticas públicas, como também no amparo familiar. Entretanto, boa parte da sociedade não se adequa às essas normas, sejam jurídicas ou meramente morais. Dessa forma, há a necessidade do reconhecimento neste trabalho da problemática da violação dos direitos dos idosos no Brasil, reconhecendo que falta projeção da norma na

sociedade, de modo a produzir eficácia e aplicabilidade. A resolução desta problemática dá-se na execução das normas que regem o Estatuto e uma punição “adequada”. Nesse sentido, o encaminhamento metodológico aludido por este projeto trata de reconhecer os fatos vivenciados pelos idosos, mensurar a eficácia jurídica x social, como também trazer a identificação dos principais motivos e possíveis soluções que violam e infringem a atual legislação. Por fim, a simbolização diz respeito justamente em definir como o estudo aqui ora apresentado está deliberado perante a sociedade e mais uma vez, alude-se a interdisciplinaridade, afinal o Direito não é especialista no assunto, ele apenas absorve fatos sociais que passam a ter efeitos jurídicos, sendo assim, ressalta-se que um forte fator de cultura precisa ser mudado, levando-se até mesmo gerações para se chegar a um nível que países desenvolvidos já alcançaram. **REVISÃO DE LITERATURA:** Mediante as análises de dados é possível constatar uma significativa crescente da população idosa no Brasil, com estatísticas do Ministério da Saúde, atualmente, o Brasil possui aproximadamente 21 milhões de idosos e a estimativa é de que esse número chegará a 32 milhões até 2025, quando então o país será o sexto com a maior população idosa do mundo. O “Envelhecimento” da população brasileira é evidente de tal forma que fez com que o poder legislativo criasse uma lei para atender especificamente as necessidades da terceira idade. O Promotor de Justiça Oswaldo Peregrina Rodrigues membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) explicou que o Estatuto do Idoso cuida dos direitos e interesses fundamentais da pessoa idosa, assegurando a observância, por parte de sua família, da sociedade e do próprio Poder Estatal dos seus direitos à vida. Assim sendo, observa-se que o Estatuto do Idoso foi criado, aprovado e sancionado exatamente para atender a numerosa parcela da sociedade a que foi destinado, visando dar melhor qualidade de vida e inibir abusos, maus tratos, abandono, preconceito, entre outros fatores. Contudo, tanto no âmbito social quanto no familiar, o idoso ainda é submetido aos mais variados tipos de violência e quebra dos seus direitos, mesmo tendo o estatuto ao seu favor, a falta de efetividade do mesmo faz com que o idoso sofra. A cada hora, dois idosos sofrem algum tipo de violência no Brasil e em apenas um ano, o número de casos cresceu 16% segundo dados do disque 100 (SOS Idoso). A lei também assegura a responsabilidade dos filhos para com os pais idosos, no entanto são comuns os casos de abandono tanto legal quanto afetivo, maus tratos, apropriação do benefício previdenciário, etc. O abandono legal consiste nas situações em que os filhos ou os responsáveis pelos idosos os abandonam a própria sorte, sem dar-lhes as devidas condições de sobrevivência, como alimentos, moradia digna, cuidados com a saúde e alguém para acompanhar e verificar se o idoso está de fato bem ou se necessita de alguma ajuda ou cuidado especial. Já nos casos de abandono afetivo é dado aos idosos por parte de seus responsáveis todo o aparato necessário para uma vida digna no sentido financeiro, no entanto afetivamente os idosos não recebem a devida atenção, amor e carinho, um exemplo prático disso é a situação que muitos idosos que vivem em ILPI (Instituição de Longa Permanência do idoso) enfrentam, nas instituições eles recebem todos os cuidados e apoio necessários, contudo sofrem pela ausência da família, pela saudade de casa, pela falta de amor e carinho por parte de sua prole, e isso pode acarretar os mais diversos tipos de transtornos psicológicos ou até mesmo doenças psicossomáticas.

No Brasil, a existência de um instrumento legal que confirma esses direitos já é um grande avanço para uma sociedade que se desenvolveu sem atentar para a importância de um princípio básico de civilidade, que é

valorizar a sabedoria dos mais velhos e proteger as suas necessidades. No entanto, entre o marco legal e as medidas de sua efetivação existe uma grande distância a ser percorrida e ações a ser concretizadas. (SILVA, p. 223).

Os maus tratos podem ser físicos ou psicológicos, incluindo agressões, torturas, entre outros tipos de violência, e uma das maiores causas é a falta de paciência na convivência com a pessoa idosa, mas muitas vezes por depender da aposentadoria do idoso para complementar a renda da casa ou até mesmo por depender integralmente, não abrem mão desse convívio, para assim poder continuar usufruindo do benefício previdenciário do idoso. Nesse caso já é enquadrado mais um crime, a apropriação do benefício previdenciário do idoso, esse crime ocorre quando a aposentadoria é desviada para outros fins e as necessidades do idoso não são supridas da maneira que deveriam ser. Portanto, esses são alguns dos pontos que provam a falta de efetividade do Estatuto do Idoso, embora na teoria tenha sido entendida a importância de criar uma lei para atender aos idosos, na prática a realidade deles no Brasil ainda é preocupante. Deste modo, precisa existir uma mudança na mentalidade da sociedade na perspectiva da lei, pois observamos que a problemática da situação não está na lei em si, mas na dificuldade das pessoas de obedecê-la e na falta de interesse de conhecê-la. É de suma importância a aplicabilidade da Lei, a implementação de políticas públicas que façam a sociedade reconhecer como dever de todos fazer com que os direitos dos idosos sejam respeitados e em caso de desrespeito se sintam na obrigação de denunciar, isto é, zelando pelo bem-estar da pessoa idosa. Mediante a constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se a instauração das medidas protetivas garantidas ao acesso e a oferta de serviços aos idosos, em que ainda nos dias atuais precisam ser reforçadas na prática, assim sendo, constatamos que o aumento da expectativa de vida reafirma a indispensabilidade do Estado em investir em políticas públicas que venham garantir o atendimento desta população, estabelecendo-se como uma questão primordial, na qual o progresso do envelhecimento requisita um maior aprofundamento da questão por parte da sociedade afim de estabelecer os devidos cuidados e amparos que esse segmento necessita na sua vivência. Cabe destacar que o Estatuto do idoso é um documento escrito, estruturado na linguagem do Direito como um conjunto de dispositivos jurídicos derivados da Constituição Nacional e publicados, na forma de lei, como decreto do Senado Federal. Sua extensão, adentrando vários aspectos da vida do idoso, junto ao seu poder de lei estatutária, baseadas na Constituição Federal, o torna um dispositivo crucial, na atualidade, de configuração da velhice. Assim sendo, a promoção de capacidade desenvolvidas por este segmento deve assegurar a não materialização da violência, ou sua diminuição, em que muitas vezes estão ligadas aos conflitos gerados pela convivência e as alterações familiares, associadas a Questão Social. Pela observação dos aspectos analisados pode-se concluir que é substancial que todos se conscientizem da necessidade de conhecer e pôr em prática o Estatuto do Idoso. Sendo necessário trazer sensibilização, para que a sociedade conheça e considere a importância do Direito dessa população em relação ao seu bem-estar. Isto é, pretende-se alcançar a compreensão, provocando discursão e despertando maior preocupação e mais humanização com as causas da terceira idade, afim que se potencializem e se tornem possíveis as mudanças que são necessárias nesta problemática. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os resultados trazem como reflexo que o respeito e a questão da cidadania são bem mais amplas do que podemos imaginar. As pessoas idosas, como princípio mínimo

de educação, devem ser dignas de uma vida saudável. Onde alguns preferem a internação para não enxergar às condutas de quem transgrede às normas, pois se foi verificado que uma mãe pode cuidar de 10 filhos, mas às vezes um filho não pode cuidar de uma mãe. Tendo essa discussão como consequência da importância das relações sócio familiares na promoção da qualidade de vida dos idosos. A visita do grupo ao LAE (Lar do Ancião Evangélico – RN) é um exemplo do quanto esse ambiente foi importante para a existência teórica dessas discussões. Aprofundando fatos cotidianos, relacionando-se com as jurídicas, além disso, observaram-se situações em que há uma ausência de aplicação dos direitos assegurados pelo Estatuto enquanto funcionamento da cidadania na terceira idade. Uma das principais preocupações da pesquisa foi compreender como se fundamentara uma população idosa que apresenta uma grande representação da população atual, tendo como princípios a aplicabilidade do Estatuto do Idoso, visto que a sociedade e Estado deixa a desejar. Por essas discussões, o resultado aludido por este projeto trata-se de reconhecer os fatos vivenciados pelos idosos, mensurar a eficácia e ineficácia do Estatuto, também apresentando os principais motivos que violam e infringem tudo aquilo que por muitas vezes ficam escondidas por trás de uma Lei. **CONCLUSÃO:** Diante do cenário apresentado, após o desenvolver de todas as atividades de extensões, percebemos que nossas pesquisas desde o início do projeto só se tornaram mais verdadeiras e firmes dentro da realidade social. Muitos idosos espalhados pelo Brasil são vítimas não apenas de suas famílias, mas de uma sociedade que culturalmente que não foi ensinada a valorizar o ser humano mesmo quando seu rendimento diminui em alguns aspectos com o passar do tempo, desprezando toda a contribuição já feita e experiência que lhe pertence. Em nossa experiência vivenciamos que apesar dos abrigos direcionados a terceira idade terem uma estrutura agradável, com apoio psicológico e de enfermeiros, o idoso ainda anseia pela sua família e seu verdadeiro lar. Pois é onde ele sempre foi inserido, criou sua estrutura desde o início e hoje percebe uma nova geração da família compostas por filhos e netos, invalidando todo seu esforço e autonomia, abandonando afetivamente e em alguns casos sendo oportunistas em situações de fragilidade que rebaixam o idoso, dando início por vezes a série de maus tratos, como é o caso de alguns idosos que são acolhidos e avaliados com marcas psicológicas e físicas de violência. Deste modo, precisa existir uma mudança na mentalidade da sociedade na perspectiva da lei, pois observamos que a problemática da situação não está na lei em si mas na dificuldade das pessoas de obedecê-la e desinteresse de conhecê-la. Semelhante a intervenção que fomos responsáveis no ambiente escolar, precisa existir uma nova construção na sociedade para que haja uma valorização e uma sensibilidade com as causas dos idosos. Pois mudando a mentalidade social, consequentemente haverá mais ações em prol deles, atingindo assim diversos futuros idosos e postura humanística presente nas novas gerações.

REFERÊNCIAS

- BIEGER, J.; SILVA, L. S.; CRISTINA, C.; FRITZKE, W.; CARON, M. R. O **Envelhecimento (como) expressão da Questão Social e algumas considerações pertinentes ao Exercício Profissional**. Florianópolis/SC. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional do Idoso**. / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Brasília, 2010.
- _____. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- _____. Presidência da República – Casa Civil. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CASTRO, E. S.; CUNHA, F.T.F.; NASCIMENTO, J.D.; SILVA, M. L. Serviço Social e Idoso - Um Olhar Acerca do Abandono. In: **Trabalho apresentado à disciplina de Sociologia I do Curso de Serviço Social da UFRN**. Acesso em: 04 de junho 2017
- CUSTÓDIO, A. P. O.; ARAUJO; C. C. MENDES; F. J. S.; OLIVEIRA, I. H. S. **Projeto de Intervenção Externa: Estatuto do Idoso – Maus tratos e abandono**. IN: Projeto de Intervenção Externa apresentado ao Curso de Graduação em Direito do UniFacex, na disciplina “Atividade Interdisciplinar III”. Acesso em 20 de junho 2017
- GAZETA DO POVO. **Denúncias de Violência Contra Idosos são as que mais crescem**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/denuncias-de-violencia-contra-idosos-sao-as-que-mais-crescem-2636azfxwao3o67cnexuxhfta>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- GOMES, Sandra. **Políticas públicas para a pessoa idosa: Marcos legais e regulatórios** / Sandra Gomes, Maria Elisa Munhol, Eduardo Dias [coordenação geral Áurea eleotério Soares Barroso]. -- São Paulo: Secretaria estadual de assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre anchieta, 2009.
- HAGEN, Suleica Iara. **Políticas públicas para o envelhecimento [dissertação] : atuação dos conselhos de direito da pessoa idosa** / Suleica Iara Hagen ; orientadora, Maria Del Carmen Cortizo. – Florianópolis, SC, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. **Estatuto do Idoso completa 10 anos e sua aplicação ainda é um desafio**. Disponível em: <<<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5155/Estatuto+do+Idoso+completa+10+anos+e+su+a+aplica%C3%A7%C3%A3o+ainda+%C3%A9+um+desafio+>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em 30 de julho 2017

LEX MAGISTER. **Responsabilidade Civil dos Filhos com Relação aos Pais Idosos: Abandono Material e Afetivo.** Disponível em:

<<http://www.lex.com.br/doutrina_24230664_responsabilidade_civil_dos_filhoscom_relacao_aos_pais_idosos_abandono_material_e_afetivo.aspx>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PEREIRA, R. M. **Envelhecimento e políticas públicas: Conquistas e Desafios.**

IN: OAB SP- Direito do terceiro setor. Disponível em:

<<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/artigos/envelhecimento-e-politicas-publicas-conquistas-e-desafios-dr.-rodrigo-mendes-pereira>>. Acesso em: 11 de mar. 2017.

PESSÔA, Elisângela Maia **Assistência social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul.** / Elisângela Maia Pessôa. – Porto Alegre, 2010.

RECANTO DAS LETRAS. **Asilo ganha na Justiça Contra Filho de Idoso.**

Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/4744230>> Acesso em: 11 mar. 2017.

SILVA, M. R. F. **Envelhecimento e proteção social:** aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016. Acesso em: 26 jul. 2017.

O PRECONCEITO E A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA COM OS DEFICIENTES FÍSICOS

AUTORAS:

Deysiane Araújo Damasceno

Thaine Arcanjo de Souza

RESUMO: O presente trabalho trata das dificuldades existentes para as pessoas com deficiência, as quais abordam áreas relacionadas à educação, acessibilidade, saúde, mercado de trabalho, entre outros. A população brasileira formada pelas pessoas com deficiência vive um processo ainda de exclusão, de forma acentuada, no que diz respeito ao acesso aos seus direitos básicos. O preconceito e a falta de acessibilidade para com os portadores de deficiências são problemas que ainda precisam ser enfrentados, pois dificultam o dia-a-dia dessa parcela da população. As pessoas com dificuldades de locomoção enfrentam barreiras para utilizar os transportes públicos e para ter acesso a prédios públicos, inclusive escolas e hospitais. Essa parte da população precisa de um cuidado mais especializado seja para terapia, fisioterapia, estimulação motora e o mais importante lidar com sua deficiência e desenvolver suas potencialidades. Tendo como base a legislação existente com base nos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e amparados Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4 “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Palavras - chave: Pessoas com deficiência. Acessibilidade. Inclusão.

INTRODUÇÃO: O objetivo do artigo assumiu caráter demonstrativo e preventivo, pois envolve a importância de conscientização sobre a vida dos portadores de deficiência física dentro do contexto social, fazendo isso com base nos princípios fundamentais de nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e segundo o CPC, Lei 13.146, de 6 de julho de 2015; tomando por base também, sua aplicabilidade nas das fontes históricas e a incidência atualmente. O principal foco deste trabalho é tentar expor as relevantes contribuições para a sociedade através de pesquisas jurídicas. Fazendo parte de uma experiência pessoal, vivenciada por nos durante a elaboração dos trabalhos em semestres passados. Que nos permitiu enxergar o direito por outro lado, e mecanismos que não estão descritos em livros e doutrinas, que sem a interdisciplinaridade não teríamos percebido se não tivéssemos saído do campos. Utilizando outras ferramentas com a proposta de atrair as pessoas para um melhor entendimento sobre o nosso tema e como o direito se manifesta através destas ações, sendo fundamental entender sua estrutura. O preconceito e a falta de acessibilidade para com os portadores de deficiências são problemas que ainda precisam ser enfrentados, pois dificultam o dia-a-dia dessa parcela da população. Pessoas com dificuldades de locomoção enfrentam barreiras para utilizar os transportes públicos e para ter acesso a prédios públicos, inclusive escolas e hospitais. O Brasil possui hoje quase 25% de sua população com algum tipo de deficiência, essa parcela da população geralmente precisa ter um cuidado mais especializado. Tendo em vista os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade, que muitas vezes são esquecidos ou simplesmente

não compreendidos pela sociedade com relação aos portadores de deficiência, se fez necessário expor o conhecimento adquirido através de pesquisas, afim de proporcionar mais conhecimento e esclarecimento sobre o assunto, dando-se prioridade a violação de seus direitos, sua inclusão na sociedade e os benefícios por ela trazidos. Os portadores de deficiência física tem um direito mínimo de vida e respeito, com base nos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e amparados Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4 “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. No entanto, de forma específica, pretende-se sensibilizar no sentido de se verificar a inclusão do portador de deficiência à sociedade por intermédio da educação, e quais os benefícios que essa inclusão traz não apenas aos portadores de deficiência, mas, notadamente, para a sociedade como um todo. Para tanto, apresenta-se: o conceito da pessoa portadora de deficiência; a discriminação por eles sofrida; a análise do princípio da igualdade e do princípio da dignidade da pessoa humana; a violação dos direitos da pessoa portadora de deficiência; e a inclusão social no aspecto educacional do portador de deficiência. A falta de conhecimento e informações, que muitas vezes ocorre, faz com que a deficiência seja vista como um problema, havendo preconceitos e, assim, estigmatizando esse público, pois é tratado como incapaz, indefeso e sem direitos na vida social. Dessa maneira, ainda há muito o que se refletir para superar tal estigma da sociedade. O presente projeto terá como principal anseio, viabilizar o entendimento a cerca do preconceito e a acessibilidade dos deficientes físicos, mostrando o fato social e a discursão relacionada, assim como evidenciar o entendimento sociocultural, que permeia tal assunto. Diante disso, faz-se necessário uma critica-reflexiva do recorte social, utilizando-se para isto, meios indicativos para o conhecimento estatístico de maneira a contextualizar pelo viés jurídico. **METODOLOGIA:** Nesse contexto, com base na escala do Método Cartográfico, em todo o território brasileiro, aplicado as Ciências Sociais, que serve como método e instrumento ligado à problematização na medida em que possibilita uma crítica do nosso tempo, permitindo também enfrentar enunciações, definiu-se a escala, nos artigos normativos: 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. E na Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4 “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. E ainda, usando o método (hipotético-) dedutivo, mostrando a realidade existente em nosso contexto, tendo como objetivo alcançar a possível solução para este problema, criando a sensibilização e mostrando que além de tudo, que é um dever, conforme acima mencionado, são leis a serem cumpridas, embora não exista a fiscalização devida. A metodologia utilizada como base para o artigo foi o Método Cartográfico, aplicado as Ciências Sociais, que serve como método e instrumento ligado à problematização de uma história presente, na medida em que possibilita uma crítica do nosso tempo. Os portadores de deficiência física tem um direito mínimo de vida e respeito, com base nos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e amparados Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4 “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Utilizado também de pesquisas exploratórias, classificada em

bibliográfica e documental, que trata de leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, artigos científicos e, também, de documentos de órgãos públicos. Constatou-se, que existem diversas leis e decretos que visam dar às pessoas com deficiência os mesmos direitos que todas as demais possuem. No entanto, colocar essas políticas em prática ainda é uma questão relativamente distante da realidade, assim como a inclusão ocorrer de forma efetiva nos diversos espaços sociais.

REVISÃO DA LITERATURA: De acordo com o pensamento de Perez Luño para conceituar direitos humanos é preciso um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, liberdade e igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional. Também citado, Belisário dos Santos Júnior, defende: os direitos humanos “serão aqueles essenciais, sem os quais não se reconhece o conceito estabelecido de vida [...], seu caráter é progressivo, correspondendo a cada momento ao estágio cultural da civilização [...]”. A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º, caput, que “todos são iguais perante a lei” e, desse modo, esse princípio, é utilizado, tanto pelo legislador como pelo aplicador da lei. A igualdade prevista em nossa Constituição determina a redução das desigualdades. Então o Estado tem o dever de agir positivamente no sentido de reduzir as desigualdades sociais. Sendo esta o principal instrumento jurídico de defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, além de garantir a todos o direito à igualdade, à dignidade, à não discriminação e à educação. A Constituição trata de medidas como o direito à inserção no mercado de trabalho, as reservas de vagas em concursos públicos e a previsão de eliminação de barreiras arquitetônicas. Os portadores de deficiência física tem um direito mínimo de vida e respeito, com base nos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e amparados Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4 “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Embora haja leis e condutas preestabelecidas em nosso ordenamento jurídico, a inclusão das pessoas com incapacidades continua não sendo presente em diversas ocasiões como em empregos e vagas de estudo. Tais obstáculos inclusivos são gerados, muitas vezes, pelo preconceito de empregadores detentores de uma filosofia atrasada de que a pessoa deficiente pode vir a ser menos produtiva, logo, não sendo uma opção contratá-las. Os obstáculos surgem também no mercado de trabalho. A Lei de Inclusão Social, aprovada em 2004, obriga as empresas com mais de 100 funcionários a ocupar de 2% a 5% das vagas com deficientes. Mas esse tipo de inclusão, de acordo com o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência Física), esbarra em algumas dificuldades para o deficiente. Outro fator, além do preconceito, que reforça o problema da acessibilidade, é a falta de infraestrutura pública e virtual, onde muitas vezes a pessoa com incapacidades se encontra sem soluções ao cruzar com situações cotidianas que a impedem de se locomover, se comunicar ou se orientar. Calçadas sem rampas, locais públicos com ausência da escrita braile e a falta de gestos em libras em programas televisivos podem ser alguns dos empecilhos que deficiente pode encontrar. Fica claro, desse modo, a falta de inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência na sociedade que, em diversos casos, é vítima do preconceito e da falta de infraestrutura. Portanto, cabe ao Governo Federal não só a estimulação da inclusão por meio de campanhas publicitárias, mas também políticas públicas. Somente assim, deficientes terão a acessibilidade e a inclusão merecida. A acessibilidade é um direito de ter acesso a todos os locais,

principalmente públicos, as pessoas portadoras de alguma deficiência se sentem muito ignorada, se sente menor e principalmente sentem que seus direitos não estão sendo efetivados pelo Estado, os direitos que estão previsto na própria Constituição Federal, a maior norma jurídica do país. O próprio Estado é falho em seus órgãos públicos, e falha em não fiscalizar, além disso, não sensibiliza os cidadãos. Existem obstáculos no espaço urbano, nos edifícios, nos transportes, nos mobiliários e equipamentos impedem e dificultam a livre circulação de pessoas, sobretudo as pessoas que sofrem alguma incapacidade transitória ou permanente. Apesar de toda a legislação existente, ainda tem locais que não estão preparados para receber pessoas com qualquer tipo de deficiência, totalmente inacessível. Essas pessoas enfrentam varias dificuldades com falta de rampas e corrimão, estacionamento sem vagas, falta de acesso a hospitais, escolas, bancos, supermercados, cinemas, igrejas, clubes etc. meios-fios altos, falta de sinalização para motorista, dentre outros que dificulta a vida dessas pessoas. Ainda, algumas pessoas dependem mais desse direito do que outras. Esse segmento da população para o qual a acessibilidade é mais necessária é muito expressivo. Muitas empresas e estabelecimentos do País ainda não se adaptaram aos parâmetros e critérios de acessibilidade estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em 2004. Frequentemente, alegam dificuldades financeiras ou mesmo falta de demanda do público com deficiência. E o fato é que, nos últimos anos, a legislação brasileira evoluiu muito quanto à questão – quase todos os pontos cruciais para a garantia da acessibilidade foram contemplados pelos poderes Executivo e Legislativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A Constituição Federal enaltece todos os seres humanos, sem distinção de sexo. Homens e mulheres, possuindo ou não algum tipo de deficiência, são iguais perante a lei. A inclusão social de portadores de deficiência deve ser direito de todos, devendo ter cuidados específicos para deficientes que usam cadeiras para se locomover, dando as pessoas que tiveram algum tipo de problema, por terem sofrido acidente que impossibilite o movimento das pernas ou doenças que afetaram sua locomoção, oportunidade de viverem dignamente. As dificuldades de acessibilidade a vários lugares ainda são um grande entrave aos cadeirantes no exercício da cidadania. Se, por um lado, eles têm garantido pela Constituição o direito do voto, como todo cidadão, por outro, são muitas vezes obrigados a abrir mão, com grande tristeza, da participação na vida democrática do país. Isso porque outro direito tão importante quanto o primeiro encontra-se ofuscado: o de ir e vir.

CONCLUSÃO: Uma solução é mostra para as pessoas a realidade dessa parcela da população e como é a rotina deles, os perigos diários e luta pelo reconhecimento com os acessos nas ruas. O compromisso é fazer com que o público tome atitudes diferentes com próximo, não só com os portadores de deficiência física, e principalmente buscando melhoria ao acesso deles nos locais, ruas, entre outros. Mostrando a quem tem preconceito o outro lado, o lado dos portadores de deficiência física, que para eles não é fácil lidar com a realidade que ainda existe. A sociedade precisa entender que os portadores de deficiência física tem um direito mínimo de vida e respeito, com base nos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e amparados Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, do CPC, no seu Art.º 4. Possibilitar cada vez mais a inclusão do portador de deficiência à sociedade por intermédio da educação, e quais os benefícios que essa inclusão traz não apenas aos portadores de deficiência, mas, notadamente, para a sociedade como um todo. Outro passo para a inclusão social de portadores de deficiência é a instituição de mecanismos fortalecedores desses direitos, tais como destinação de maiores verbas públicas para os projetos que atendam esse

segmento e participação de entidades de defesa de deficientes e para deficientes nos processos decisórios de todas as áreas diretamente envolvidas no atendimento dessa população. É papel das organizações de defesa de direitos e do Estado atuarem de maneira vigilante para que a legislação seja cumprida e continuamente aperfeiçoada. Possibilitar igualdade de oportunidades para todo cidadão é dever do estado e cada um de nós deve fazer a sua parte para que isto seja cumprido e assim, possamos ter um Brasil para mais brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. **Vade Mecum do Direito Rideel**. 22. ed. São Paulo/SP: Rideel, 2016.

ARANHA, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. *Temas em Psicologia*, nº 2, pp. 63-70. (1995).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Norma Brasileira **(NBR) 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Capítulo II – Dos Direitos Sociais (Artigo 6º), 1988.

NEGRÃO, Theotonio et al. **Novo Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 47. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PRAZO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

WAGNER, Luciane Carniel et al.. **Acessibilidade de pessoas com deficiência**. Porto Alegre/RS, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/RS/article/viewFile/94/58>>. Acesso em: 11 set. 2017.

GUARDA COMPARTILHADA VANTAGENS E DESVANTAGENS

AUTORAS:

Alana Brito da Silva

Taís Ciriaco de Carvalho

RESUMO: O presente artigo científico, tem por finalidade discorrer a importância da aplicabilidade da guarda compartilhada em suas vantagens e desvantagens, presentes nas famílias que optam pelo compartilhamento da guarda após o rompimento do vínculo conjugal., tendo o objetivo de demonstrar através do ordenamento jurídico, com ênfase na Lei 13.058/2.014, e também as obrigações em relação as funções de ambos os pais no exercício da autoridade parental, sendo priorizado a proteção do menor, de forma a suprir suas necessidades. Nesse sentido, fizemos o estudo utilizando o método da cartografia social, que consiste em análises territoriais, sendo feito o mapeamento a fim de detectar situações conflituosas existentes no território escolhido. Sendo realizado a pesquisa, foi identificado que apesar da guarda compartilhada ser a opção da grande parcela dos conjugues, tendo repercutido em muitas famílias de forma negativa, o principal a ser sempre priorizado é o menor, a fim de priorizar sua formação em sociedade.

Palavras - chave: Guarda Compartilhada. Vantagens e desvantagens. Impacto na vida do menor.

INTRODUÇÃO: Fazendo uma retrospectiva histórica sobre o assunto, a família desde a promulgação da primeira carta magna, tem suma importância no ordenamento jurídico, sendo ela um fator determinante do conceito social da família. Com a promulgação da Constituição de 1988, o que antes já tinha um valor gradativo passou a então a ser positivado, fazendo com que a entidade familiar fosse o centro de relações, sendo ela a responsável pela formação do indivíduo na mesma, evidenciado o reconhecimento e a importância da família para construção e evolução da sociedade. Dessa maneira, o Direito da Família, trouxe uma significativa evolução no ordenamento jurídico brasileiro, sendo essa instituição norteada de princípios que visam a melhor integração e bem-estar do indivíduo na inclusão no ambiente familiar e social. A família no ordenamento jurídico advém de princípios constitucionais, tais como a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF); isonomia, ao reafirmar a igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher e o tratamento jurídico igualitário dos filhos (artigo 5º, I da CF); a solidariedade social (artigo 3º, I da CF); e a afetividade que, nesse contexto, ganha dimensão jurídica. Diante do tema abordado, vale ressaltar as mudanças nas relações de laços familiares, sobre influência de várias mudanças nas relações sociais. Surgindo dessa maneira a guarda compartilhada presente na Lei 13.058 do Código Civil Brasileiro, a guarda compartilhada, atribuindo aos pais o poder familiar independente de sua situação conjugal, de forma equilibrada, promovendo o bem-estar que lhe é assegurado nos Arts. 227 e 229 da Constituição Federal, sendo ambos os genitores responsáveis pela assistência material, educacional e moral, para assim lhe oferecer um convívio em sociedade digno, preservando as relações entre pais e filhos. Na redação do artigo 5º, inciso I, respectivamente da nossa constituição federal e o código civil brasileiro, onde iguala as funções de ambos os pais no exercício da autoridade parental, Lei 13.058/2.014, Art.1.566 nos incisos III e IV, os quais dispõem, “São deveres de ambos os cônjuges: III – mútua assistência; IV –

sustento, guarda e educação dos filhos”. Dessa forma, os artigos citados trazem a igualdade de deveres, direitos e obrigações entre ambos genitores, sempre priorizando o bem-estar e o interesse do menor. No entanto, quando ocorre o rompimento do laço afetivo dos pais, toda a estrutura familiar é abalada, quando em muitos os casos os genitores deixam de exercer em conjunto as funções parentais. A Justiça brasileira em suas decisões ainda prioriza a mãe pela criação dos filhos. Como registro disso em 2011, 87,6% das guarda das crianças e adolescentes foram concedidas as mães, sendo para os pais um percentual de 5,3% um número relativamente muito inferior as guardas delegadas para as mães. (IBGE). Desse modo, fica evidente que apesar de um percentual elevado de guarda compartilhada, o principal interesse do ordenamento jurídico é considerar os interesses da criança e do adolescente, havendo uma relação pacífica entre os pais para que o menor não venha sofrer de modo que vá influenciar no seu desenvolvimento social, escolar e moral, priorizando sua proteção e seu desenvolvimento. Compreende-se que a guarda bilateral dos filhos visa uma relação entre os pais, onde os dois devem desempenhar o papel de proteger o menor, de forma a suprir sua necessidade, conforme as obrigações que lhes foram concedidas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, afirmado por Teixeira (2008):

Um plano de guarda onde ambos os genitores dividem a responsabilidade legal pela tomada de decisões importantes relativas aos filhos menores, conjunta e igualmente. Significa que ambos os pais possuem exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações em relação aos filhos menores. Por outro lado, é um tipo de guarda no qual os filhos do divórcio recebem dos tribunais o direito de terem ambos os pais, dividindo de forma mais equitativa possível, as responsabilidades de criarem e cuidarem dos filhos. (TEIXEIRA, 2008, p.45).

Desse modo, este artigo tem o objetivo de analisar o grau de sincronização das normas jurídicas que tratam da guarda compartilhada, destacando dessa maneira as vantagens e desvantagens ao adotar essa medida, e as consequências decorrentes do conflito entre os conjugues para com o menor. Tendo como objetivos específicos, os seguintes itens: 1) identificar a relação entre casos concretos de guarda compartilhada e o direito aplicado a realidade da sociedade brasileira; 2) identificar os benefícios trazidos pela aplicabilidade da Lei 13.058/2.014; 3) apontar quais os riscos existentes no âmbito familiar e social quando não se prioriza o menor. **METODOLOGIA:** O presente projeto tem como foco o fato social que é caracterizado pela guarda compartilhada no território brasileiro. Trata-se de uma pesquisa dedutiva, ou seja, pesquisa caracterizada pelo estudo, análise, registro e a interpretação dos fatos da coletividade sem a interferência metódica de um pesquisador. Esse processo de análise tem como objetivo a identificação, registro e análise das características, fatores que se relacionam com o fenômeno ou processo exposto. Sendo dessa forma compreendido que esse estudo é realizado após análises das relações entre a causa e o resultado e como é o seu reflexo na sociedade. Dessa forma, tendo como base esse método, também será utilizado a ferramenta da internet para realizar buscas de artigos científicos, legislação e reportagens, a fim de obter informações sobre o tema em destaque. O método dedutivo também pode ser conceituado como:

O método dedutivo parte das teorias e leis consideradas gerais e universais buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O

exercício metódico da educação parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusão. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e regras de conclusão que se denominam demonstração. (DINIZ,R.C.2008,p.6)

Tendo desse modo também como base o método de cartografia social. No Direito, a cartografia é identificada por mapear a efetividade jurídica, sendo dividida em três elementos, que são: a escala que é definida pelo tamanho da abordagem do estudo ,ou seja, no nosso projeto a escala foi identificada como o Brasil; a projeção que é caracterizada pela efetividade das normas jurídicas ,que em nosso projeto é a Lei 13.058/2.014;e por último a simbolização, que envolve os dados e estatísticas obtidos ao longo do projeto. A partir dos conceitos exposto, adquirimos o conhecimento para que possa ser feito um artigo científico a fim dos leitores obter mais informações a respeito do tema abordado. Desse modo, será realizado uma apresentação oral no evento promovido pelo IES, a fim de explicar de forma objetiva e clara o tema abordado. O objetivo da apresentação, consiste em apresentar a importância de adotar a guarda compartilhada sem conflitos, trazendo dessa forma também a consequência negativa quando os genitores não entram em consenso, vivendo um conflito não sendo priorizado dessa maneira a formação do menor em sociedade e sendo evidenciado os impactos causados decorrentes dessa repercussão negativa. **REVISÃO DA LITERATURA:** O presente estudo é justificado, a fim de evidenciar e constatar a efetividade das normas jurídicas que são refletidos no fato social apresentado, tendo sido evidenciado sua importância para a sociedade a fim de contribuir para os pais que desejam adotar a medida, sendo apresentado a melhor maneira de sua aplicação e os benefícios quando se é aplicada corretamente. Dessa maneira é válido destacar que a guarda compartilhada, é acompanhada de suas vantagens sendo priorizada a permanência do convívio com os pais, sendo evitado que após o termino do convívio conjugal o menor não fique sem a presença do qual não obteve a sua guarda para a criação em caso de guarda unilateral. Tendo dessa forma, um auxílio de ambos os pais, como afirma Grisard Filho(2009):

Maior cooperação entre os pais leva a um decréscimo significativo dos conflitos, tendo por consequência o benefício dos filhos. É indubitável, revela o cotidiano social, que os filhos de pais separados têm mais problemas que os de família intacta. Como é indubitável que os filhos mais desajustados são os de pais que os envolvem em seus conflitos permanentes. (GRISARD FILHO, 2009, p. 217).

Dessa forma pode-se destacar, como o autor citou que apesar do rompimento do laço patrimonial entre os conjugues deve-se haver uma relação harmoniosa para que não seja influenciado diretamente na vida menor em questão, podendo prejudicar de forma negativa em sua formação. É válido ressaltar que ao adotar a medida evitará o desgaste do menor, onde o mesmo não optará por quem deseja ficar sendo possível conviver com ambos genitores em residências diferentes, evitando dessa forma, dar o poder de decisão para o menor de quem ele deseja ficar, podendo o menor sofrer indecisão ao qual não está preparado no momento. Como é afirmado por Akel(2009):

A escolha por um dos genitores como guardião, o que é causa, normalmente, de muita angústia e desgaste emocional em virtude do medo de magoar o genitor preterido. [...] Não há dúvida de que, através desse

sistema, os sentimentos de culpa e frustração do genitor não-guardião, pela ausência de cuidados em relação aos filhos são diminuídos de forma significativa. (AKEL, 2009, p. 107)

No entanto, além de apresentar suas vantagens a guarda compartilhada também vem acompanhada de desvantagens tendo em vista que manter uma relação harmoniosa e um consenso após a separação acaba virando um conflito. Desse modo afirma Grisard Filho (2009):

Pais em conflito constantes, não cooperativos, sem diálogo, insatisfeitos, que agem em paralelo e sabotam um ao outro contaminam o tipo de educação que proporcionam a seus filhos e, nesses casos, os arranjos de guarda compartilhada podem ser muitos lesivos aos filhos. Para essas famílias, destroçadas, deve optar-se pela guarda única e deferi-la ao genitor menos contestador e mais disposto a dar ao outro o direito amplo de visitas. (GRISARD FILHO, 2009, p.174).

Sendo assim, é notório que a guarda compartilhada não é aceita por toda família, sendo causado a falta de estabilidade, perdendo de certa forma alguma referência que pode refletir na sua vida social, sendo o menor também submetido a rotinas diferentes, pelo fato de, em alguns dias estarem na casa do pai, e em outros, na casa da mãe. Dessa forma, a família tem que se habituar para a guarda compartilhada, pois envolve uma série de fatores que vão mudar tanto na vida dos pais quanto na vida dos filhos, não podendo haver atrito de forma que vá prejudicar na educação do filho e seu desenvolvimento em sociedade.

Há que se distinguir, definitivamente, o exercício alternado da guarda do exercício compartilhado, no qual é estabelecida, desde logo, pelos genitores, a residência habitual da prole, que será o ponto de referência para os menores cumprirem suas obrigações e receberem que lhes é de direito(...)a modelo de guarda compartilhada tem um lado legal e outro físico. Quanto ao plano legal associa-se as decisões relativas ao bem-estar do menor e, para a autora, as desvantagens surgem quando não existe acordo entre os genitores. (AKEL, 2009, p. 111)

Outro fator negativo da guarda compartilhada, é adoção de tempos iguais, sendo os filhos prejudicados, pois são submetidos a mudanças e rotinas diferentes, trazendo para os filhos uma série de mudanças que não são capazes de receber, ficando muita das vezes confuso, pelo fato de receber educação e estarem sobre cotidianos diferentes. Por fim, vale salientar que mesmo com todos os benefícios trazidos pelo instituto da guarda compartilhada, haverá casos em que essa não será a medida mais adequada, casos em que um dos genitores descumprirá o acordado em juízo, podendo o guardião que se sentir prejudicado ou perceber que o interesse do menor não está sendo priorizado pedir a revisão do regime. No entanto, deverá ser comprovado as alegações, provado tal conduta, ocorrerá a mudança de guarda compartilhada para guarda unilateral ou a redução de prerrogativas atribuída ao genitor que descumpriu o acordado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** É necessário a ênfase em que, mesmo com a dotação da guarda compartilhada alguns genitores não conseguem entrar em consenso, vivendo ainda em conflito. Entretanto, o STJ entende que a guarda compartilhada prevalece mesmo com os pais não estando em harmonia, orientando sempre que o principal fator importante é o bem-estar das crianças, não sendo perdida a ligação efetiva. Sendo perceptível a eficácia em sua aplicação, quando é mantida a vida normal dos filhos após o divórcio, não sofrendo

o menor a falta de acompanhamento dos pais e recebendo da mesma forma o sentimento amoroso de ambos (GRISARD FILHO,2009). Levando em consideração essa perspectiva, é importante ressaltar que a guarda compartilhada é um fato social que vem sendo cada vez mais comum em decisões judiciais e sua aplicabilidade e consequências interfere de fato em toda sociedade, pois a base familiar é o alicerce de todo cidadão. Tendo sido um tema que já repercutiu de maneira negativa em muitos familiares, causando transtornos muitas das vezes até nos menores, sendo ele o principal a ser priorizado nas relações familiares, onde os genitores têm por obrigação realizar seus interesses como cidadão de direito, priorizando sempre sua dignidade. Com isso, compreende-se que a guarda compartilhada dos filhos visa um poder efetivo das relações entre os genitores, no qual ambos têm o papel de proteger o menor, de forma a suprir suas necessidades, tendo como princípio norteador a inviolabilidade dos seus direitos. Com isso vale ressaltar, o número crescente de divórcios no Brasil, com isso a guarda compartilhada vem se destacando nas varas de família. o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) constatou que entre 2001 e 2011, o percentual de decisões judiciais com compartilhamento da guarda de filhos menores dobrou. Em 2001, apenas 2,7% das separações optavam pela guarda compartilhada. Esse número saltou para 5,4% em 2011. Espera-se dessa forma que cada genitor que optar por uma guarda compartilhada legalmente, analise de forma consciente diante do exposto qual a melhor maneira para não refletir de maneira negativa de cada menos, concluindo que apesar da separação entre os conjugues a relação familiar permanecer é de suma importância, tendo em vista a contribuição que a família tem na formação do menor.**CONCLUSÃO:** Diante do objeto de estudo apresentado, concluímos que apesar da guarda compartilhada já ter sido refletida de forma negativa, é possível se comprovar também que, vem se tornando objeto de solução para muitas famílias que necessitam e visam o menor como cidadão em construção e que precisa sem interferência interna e externa o recebimento de cuidados, onde só os seus genitores são capazes de realizar, sendo construído assim sua evolução e formação em sociedade onde é o principal objetivo do nosso ordenamento jurídico. Sendo analisada a luz de sua efetividade, que há possibilidades de ser encaixado na família, onde é necessário manter um convívio harmonioso para o bom desenvolvimento do menor, visando sua formação social, educacional e moral. Sendo ela um objeto de muitas discussões em tribunais, tendo em vista que sua referência é a criança e/ou adolescente, onde é um ser que ainda estar em desenvolvimento sendo submetido a mudanças que podem ou não ser prejudiciais a sua formação. Diante disso, o modelo de guarda compartilhada após o divórcio é o mais adequada, tendo em vista que nela está demonstrada a igualdade entre os deveres dos genitores em relação aos seus filhos, sendo possibilitado a participação em sua formação não havendo disputa e a possibilidade de ocorrer alienação parental quando um dos pais detém a guarda e tenta reproduzir imagens negativas do outro genitor. Tendo como fator importante que, ambos os genitores devem compreender que apesar do laço patrimonial ter sido rompido, suas obrigações e deveres continuam tendo em vista que sua responsabilidade na formação do menor não se rompe com o divórcio, e sim deverá se adaptar a essa mudança que não pode interferir e atrapalhar a vida do menor, sendo ele priorizado no ordenamento. Por fim, o trabalho destacou dois pontos importantes e que são alvo de estudo, que são: vantagens e desvantagens da guarda compartilhada. Sendo destacado muitos aspectos positivos e negativos. Em suas vantagens pode-se destacar a permanência do convívio familiar junto com o menor de forma

igualitária, não tendo o menor a obrigação de escolher com qual deseja ficar. Apesar de haver vantagens, também há desvantagens, podendo desencadear na vida do menor de maneira negativa, como ser o centro das discussões, fazendo com que o menor fique confuso podendo acarretar uma alienação parental diante do conflito. Outra desvantagem evidente é a sua falta de estabilidade, pelo fato de ser submetido a rotinas e hábitos diferentes, gerando um conflito interno. Portanto o objetivo da Lei 13.058/2.014 é proteger o interesse do menor, e manter os laços familiares entre os pais e os filhos mesmo o rompimento do laço patrimonial, possibilitando assim uma vida em conjunto com os filhos, e tendo como o intuito combater a alienação parental, pois com a aceitação da medida os genitores deverão manter sempre o respeito mútuo entre ambos e de forma conjunta decidir o melhor para vida dos filhos.

REFERÊNCIAS

BRESSAN, Vinícius Costa. **A guarda compartilhada e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6819>. Acesso em: 04 set. 2017.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, de 2016. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 set. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4. ed. Revista dos Tribunais, 2007;

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - v. 5. Direito de Família. 31. ed. São Paulo: Saraiva 2017.

DINIZ, Regina Célia. **Tipos de Métodos e suas aplicações**. Paraíba: Biblioteca Central – UEPB, 2008,(01-24).

GRISARD FILHO, Waldyr. Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental. **Revista dos Tribunais**, 2000.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família. Guarda Compartilhada à Luz da Lei nº 11.698/08**. Família, Criança, Adolescente e Idoso. [s.L.]: Atlas, 2008.

LEVY, Laura Affonso da Costa. **O estudo sobre a guarda compartilhada**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 66, jul 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6416>. Acesso em: 04 set. 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **A (Des)Necessidade Da Guarda Compartilhada Ante O Conteúdo Da Autoridade Parental.** In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda compartilhada:** um novo modelo de responsabilidade parental. 4. ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2009.

AKEL, Ana Carolina Silveira. **Guarda compartilhada:** um avanço para família. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEIRIA, Maria Lúcia Luz. **Guarda compartilhada:** a difícil passagem da teoria à prática. Disponível em: . Acesso em: 11 out. 2017.

GUARDA COMPARTILHADA VANTAGENS E DESVANTAGENS EM SUA APLICABILIDADE. Disponível em:<<http://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/mais-a-fundo/monografias/742-guarda-compartilhada-vantagens-e-desvantagens-de-sua-aplicabilidade>>. Acesso em : 09 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Guarda Compartilhada de Filhos Dobra em 2011, Mas Ainda Representa Só 5,4% Do Total... Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/cotidiabo/noticias/1704munic.shtm>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ESTUDO SOBRE O FATO SOCIAL DAS NOVAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

AUTORES:

Manoel Erik Pereira Maia

Matheus Andersson Silva Santos

Vinícius Barbosa do Amaral

RESUMO: Este resumo tem como intuito o estudo dos vários tipos de família que se formaram com a evolução da sociedade brasileira. Tal tema trata-se de um assunto polêmico e atual, que vem rendendo grandes discussões tanto na doutrina quanto na jurisprudência. No Brasil, o conceito de família teve diferentes abordagens. Na CF de 1967, anterior ao regime democrático, o art.167 descrevia que: “A família é constituída pelo casamento”. Com a promulgação da CF de 1988, o conceito de família foi ampliado e passou a ser entendido como: “A comunidade formada, por qualquer dos pais e seus descendentes”. O novo código civil abrange as unidades familiares formadas pelo casamento civil ou religioso, união estável ou comunidade formada por qualquer dos pais ou descendentes, mãe solteira, pai solteiro, casais casados que moram em casas distintas, pais divorciados, casais sem filhos, pais adotivos, netos criados por avós ou por tios, homoafetivos e dentre outros que surgem a cada dia. Dessa forma o conceito de família passou a ser baseado mais no afeto do que apenas em relação de sangue, parentesco ou casamento. Com o passar das décadas, tabus e preconceitos estão aos poucos se rompendo e, com isso, o direito viu a necessidade de acompanhar as mudanças sociais para incluir na sociedade essa nova realidade social e jurídica

Palavras - chave: Novas famílias. Direito de Família e Evolução da Sociedade.

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa tem como escopo analisar a visão doutrinária e jurisprudencial acerca deste tema, tão atual e polêmico. Tendo como suporte legal a evolução das famílias no direito contemporâneo, sua transformação, ampliação e a exigência de reconhecimento frente às mudanças sociais. Tem como escopo o estudo dos vários tipos de famílias que se formaram com a evolução da sociedade brasileira. Tal tema trata de um assunto polêmico e atual, que vem rendendo grandes discussões tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Em tempos passados, a definição de família era restrita ao casamento entre homem e mulher com o objetivo de formar família, no qual existia apenas a figura do Pátrio Poder, ou seja, o poder do pai, em que o homem comandava o lar e prevalecia a sua vontade diante dos demais membros, e a mulher não tinha autonomia para tomar decisões, sendo a sua principal função cuidar do lar e dos filhos. Entretanto, com as diversas transformações sociais esta realidade vem mudando e o seu conceito sendo ampliado. A família deixou de ser apenas constituído pelo casamento entre homem e mulher, tendo atualmente o reconhecimento de outros tipos de união que tem como alicerces básicos o afeto, respeito e cuidado mútuos. Não se fala mais em um único tipo de família, outrora formado por um pai, uma mãe e sua prole. A família alcançou distintos modelos, podendo ser formada por casais homoafetivos, casais heteroafetivos, união de três pessoas, mulher solteira, homem solteiro, pais divorciados, casais casados que moram em casas distintas, casais sem filhos, pais adotivos, netos criados por avós ou por tios, casais casados ou em união estável, dentre outros tipos de relacionamentos afetivos que surgem a cada dia. Logo com o

passar das décadas, tabus e preconceitos estão aos poucos se rompendo e, com isso, o Direito viu a necessidade de acompanhar as mudanças sociais, acolhendo e reconhecendo os direitos das novas minorias que surgem. Em virtude dos fatos mencionados, o legislador reconheceu a necessidade de reformar e ampliar o ordenamento jurídico brasileiro, dando destaque a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 para resguardar e proteger esses direitos, que em décadas passadas eram inconcebíveis no contexto social brasileiro atual. Os dados, extraídos do site do *Isto é*, mostram como a sociedade brasileira está se organizando de forma muito parecida com a europeia e a americana. Basta ver como aumentou o número de pessoas que vivem sozinhas, os registros civis de casamentos homoafetivos, os divórcios, as mulheres chefes de família, além da queda intensa na fecundidade, fenômeno observado em todas as regiões brasileiras, independentemente de raça ou nível econômico. É o novo retrato do país. Diante de tudo que foi exposto fica evidenciado que o cenário brasileiro vem se modificando de forma rápida, em relação às novas famílias. “Estudos comprovam que 16,3% são resultados de recasamentos, 2,5 milhões da população nacional são formados por enteados que moram com padrastos e madrastas, 36,4% dos casais não oficializaram a união nem no civil nem no religioso, 3,1% da população brasileira é divorciada, 881 mil tem homens vivendo com filhos, sem cônjuge. Esses dados comprovam que a cada dia a sociedade vem modificando-se diante a família tradicional”. O conteúdo desta pesquisa é de fundamental importância por ser a família considerada a base da sociedade, assim, merecendo uma especial proteção do Estado, como se refere o Art. 226 da Constituição Federal de 1988. Em virtude das significativas modificações de padrões sociais pré-estabelecidas socialmente como “modelo padrão” teve-se a necessidade de efetivas mudanças que contemplasse o novo quadro da família brasileira. Diante disso, os §§ 3º a 8º do artigo 226 da Carta Magna dispõem o seguinte:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...]

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

No cenário brasileiro atual, existem diversos tipos de família, dentre elas a família matrimonial (decorrente do casamento), informal (decorrente da união estável), homoafetiva (formada por pessoas do mesmo sexo), monoparental (constituída por um dos genitores com seus filhos), paralelas ou simultâneas, poliafetiva, parental ou anaparental (constituída somente pelos filhos), composta, pluriparental ou mosaico, natural, extensa ou ampliada, substituta e eudemonista (caracterizada pelo vínculo efetivo). Recentemente a justiça começou a reconhecer o poliamor ou a união

poliafetiva, que é a união entre três pessoas, sendo elas um homem e duas mulheres, ou dois homens e uma mulher sob o mesmo teto, na qual o contrato de união estável pode ser averbado por escritura pública declaratória de união poliafetiva. Observa-se também, que embora estes tipos de famílias já sejam reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro, pouco se mensura sobre elas. Atualmente são raras as doutrinas que tratam efetivamente do assunto, ficando a cargo do Poder Judiciário interpretar e reconhecer tais direitos. Segundo Maria Berenice Dias (2005) o título Direito de Família já foi superado, sendo criado agora o conceito de Direito das Famílias, em virtude das diversificadas estruturas familiares que se formaram. Para ela, o afeto é o principal atributo da família, que traduz o desejo de se formar e perpetuar as bases de um convívio familiar, com responsabilidades e reconhecimento correspondentes. O Código Civil de 2002 reservou o Livro IV para tratar do Direito de Família, tratando de assuntos como casamento, adoção e outros tão essenciais quanto para o contato e admissão pela sociedade. Porém o mesmo ainda não contempla todos os aspectos, sendo assim necessária a complementação por meio da jurisprudência. Diante de todos esses desdobramentos que a família apresenta, a Carta Magna procurou garantir como um dos princípios fundamentais o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, previsto no artigo 1º, III, da Constituição Federal de 1988, conforme se expõe abaixo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...].

III - a dignidade da pessoa humana; [...].(BRASIL, 1988).

Defender este princípio é reconhecer e acolher no ordenamento jurídico pátrio a dignidade que essas novas formações familiares possuem, pois diante de uma sociedade plural já não se pode imaginar que preconceitos e discriminações venham a atingir direitos assegurados a todos. Diante de tudo que foi abordado, ainda há a necessidade de um maior aprofundamento acerca desse tema para o direito brasileiro, uma vez que, se faz necessário entender, questionar e até mesmo tentar igualar as diferenças sociais e diminuir os conflitos existentes. A ADI 4277 foi um avanço enorme para o nosso Direito das famílias. Foi entendido pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro que a união homoafetiva é entidade familiar, e que dela decorrem todos os direitos e deveres que emanam da união estável entre homem e mulher. Onde no voto do ministro relator foram abordados alguns princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade, da vedação da discriminação em razão de sexo ou qualquer outra natureza, do pluralismo, evidenciando seu posicionamento contrário ao preconceito e sua sensibilidade em relação a situações fáticas ainda não expressamente tuteladas normativamente, mas que não poderiam continuar sofrendo sonegações de direitos válidos, como as uniões homoafetivas. **REVISÃO DA LITERATURA:** Segundo Maria Berenice Dias “o título Direito de Família já foi superado, sendo criado agora o conceito de Direito das Famílias, em virtude das diversificadas estruturas familiares que se formaram”. Para ela, o afeto é o principal atributo da família, que traduz o desejo de se formar e perpetuar as bases de um convívio familiar, com responsabilidades e reconhecimento correspondentes. Ao falar da noção moderna de família Autora: Flávia Biroli Comenta que: “A ideia de família corresponde ao casamento, heterossexualidade e procriação. Determinou por muito tempo a fronteira da legitimidade das famílias. Segundo ela, a ruptura, ainda que parcial dessa idealização do conceito de família é resultado da ação de movimentos sociais,

feministas e LGBT, de juristas e políticos, que entenderam que os direitos individuais incluem o direito de casar-se e serem beneficiados com as vantagens relacionadas ao casamento nas nossas sociedades”. **METODOLOGIA:** O procedimento foi através do método qualitativo, conjuntamente com pesquisas bibliográficas, utilizando ferramentas estratégicas para coletar dados de conhecimento acerca do tema, tais como: apresentação de mini palestra, aplicação de questionário; finalizando com a socialização do compartilhamento das ideias em torno do tema desenvolvido e o ambiente escolar escolhido para a realização dessas atividades foi o Centro educacional Teresa de Lisieux mais precisamente uma turma concluinte de nível médio. Tendo em vista o propósito deste projeto, o tipo de pesquisa a ser realizada é o método cartográfico que tem como objeto proporcionar maior entendimento sobre o tema. A técnica de pesquisa abordada será a escala, projeção e simbolização, abrangendo as normas, o conflito doutrinário e o contexto social. Na escala piramidal tem como principal característica a serem apresentadas as leis, em que no topo encontra-se a nossa lei maior, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A respeito da família o capítulo VII da CF/88 em seu artigo 226, parágrafo 3º, faz referência ao reconhecimento apenas da união estável entre o homem e a mulher. Assim, mostrando-se um estado patriarcal e conservador em relação ao contexto social atual. A projeção apresenta um conflito entre as normas gerando uma insegurança jurídica. Com relação ao capítulo I do artigo 5º da Constituição Federal, faz a menção que todos são iguais perante a lei, de modo a garantir direitos fundamentais a todos os indivíduos. No que diz respeito ao capítulo VII da CF/88, em seu artigo 226, há uma divergência em relação ao dispositivo do artigo 5º, pois um estabelece a igualdade entre todos, e o outro faz uma referência ao reconhecimento da união estável ocorrida apenas entre homem e mulher. Deste modo a excluir o reconhecimento da união estável entre os indivíduos do mesmo sexo, de forma a ocasionar um conflito de valores entre as normas mencionadas. Na simbolização apresenta-se a realidade do fato social e o que é estabelecido no ordenamento jurídico, ou seja, o que ocorre no contexto vigente. Na atualidade há uma dificuldade no contexto da aplicabilidade da norma, já que a mesma gera diferentes interpretações no que diz respeito aos valores da sociedade. Ademais é necessária uma maior participação da jurisprudência relacionando a norma (fato jurídico) e a evolução da sociedade (fato social). Nesta pesquisa utilizamos o método qualitativo, pois nosso objetivo principal foi demonstrar o impacto a cerca do assunto na sociedade, mas também medir o grau de conhecimento da própria. De tal modo analisamos o assunto de forma ampla (doutrinariamente) e chegamos à conclusão que o direito e a população estão caminhando juntos, ou seja, é perceptível o grau de evolução desse fato social. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diante da evolução da sociedade, e da abertura da Constituição Federal de 1988, e a recente inovação do STF, a ADI 4277 foi um avanço enorme para o nosso Direito das famílias. Foi entendido pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro que a união homoafetiva é entidade familiar, e que dela decorrem todos os direitos e deveres que emanam da união estável entre homem e mulher. Onde no voto do ministro relator foram abordados alguns princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade, da vedação da discriminação em razão de sexo ou qualquer outra natureza, do pluralismo, evidenciando seu posicionamento contrário ao preconceito e sua sensibilidade em relação a situações fáticas ainda não expressamente tuteladas normativamente, mas que não poderiam continuar sofrendo sonegações de direitos válidos, como as uniões homoafetivas. Mesmo com todas essas evoluções da sociedade, do direito e das entidades familiares, há um

contra ponto no que diz respeito ao conceito de novas famílias que está evidenciado no projeto de lei 6583/13 mais especificamente o estatuto da família escrita por Anderson Freire (PR-PE) que no seu Art. 2º “Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (É importante ressaltar que esse projeto ainda não foi aprovado pela câmara dos deputados). A partir deste núcleo, o projeto lista uma série de proteções na área da saúde, educação, cultura e segurança, que o Estado deve conceder a esse tipo específico de família, como, por exemplo, atenção integral dos membros da família por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de Saúde da Família; vivência em um ambiente seguro, sem violência, com igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social; políticas de segurança pública voltadas para proteção da família. Os críticos do projeto afirmam que os casais homoafetivos, por exemplo, poderiam não ter mais esse tipo de assistência especificada no Estatuto da Família. **CONCLUSÃO:** Como vimos, a família é o primeiro grupo de mediação do indivíduo com o mundo social e é responsável pela sua sobrevivência. O grupo familiar oferece condições para a inserção na vida social, onde os pais são primeiros modelos de comportamento para seus filhos. Vale ressaltar que, essas mudanças sociais e culturais que caracteriza a sociedade moderna nas relações familiares, está ligada as diversas necessidades da concepção de orientar de forma saudável o desenvolvimento do indivíduo. A não admissão de novos vínculos familiares repousa em ideias conservadoras e preconceituosas, as quais não admitem como entidade familiar nenhuma outra forma familiar que destoe do relacionamento tradicional entre homem e mulher. O Estatuto da família que só abrange o homem, mulher e filhos como significado de família, deveria ser mais amplo, abrangendo todos os tipos de família que existem atualmente. Dessa forma se abraça de forma geral um preconceito, não fazendo jus à constituição federal onde todos são iguais. A partir disso a sociedade tem que se inteirar no assunto para poder criar um pensamento crítico mais abrangente e continuar a quebrar os tabus que ainda são muito fortes e presentes, quando o assunto é novas famílias. Por fim, percebe-se com base no que foi dito no decorrer do texto que o direito deve andar conjuntamente à realidade, lutando para combater a desigualdade e o preconceito proveniente de uma sociedade com raízes extremamente tradicionais. O principal objetivo deste projeto pesquisa é evidenciar as novas famílias existentes no cenário brasileiro, as inovações do judiciário brasileiro e principalmente romper o tabu e preconceitos da sociedade brasileira, informando e expondo a problemática para que esse grupo tenha reconhecimento não somente da lei, mas também da sociedade em geral. O primacial compromisso assumido com este trabalho é analisar a visão doutrinária e jurisprudencial acerca deste tema, tão atual e polêmico. Tendo como suporte legal a evolução das famílias no direito contemporâneo, sua transformação, ampliação e a exigência de reconhecimento frente às mudanças sociais. Conceituando os tipos de famílias existentes no direito brasileiro; Descrevendo por intermédio de uma revisão bibliográfica o fato social da família e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro; Identificar os princípios constitucionais aplicáveis ao direito de família com as questões que causam divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos, ao falar da noção moderna de família. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Código Civil**, 2002. Código civil. 53. ed. São Paulo: Saraiva; 2002

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 28 ago. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev. atual. Ampl. São Paulo: Revista dos tribunais, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. v. 6: direito de família. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ISTO É. **O Retrato da Nova Família**. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>. Acesso em: 22 set. 2017.

JUS BRASIL. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37521/os-novos-arranjos-de-familia-no-direito-brasileiro>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2014.

ENSINO SUPERIOR JURÍDICO NA UNIÃO EUROPEIA

AUTORES:

Joana D'arc Costa da Silva Oliveira
Luccas Gabriel Firmo Moreira

RESUMO: O sistema integracionista da União Europeia, fruto dos acordos realizados desde da década de 60, busca cada vez mais harmonia política, social, jurídica e financeira. O presente artigo tem enfoque no ensino superior jurídico, em específico, na União Europeia, realizado através de reflexões e análises dos institutos instaurados para consecução do progresso no ensino superior jurídico. Para isso, aborda os tratados, acordos, institutos e entendimentos que foram precursores da regularização das relações entre as nações. Assim, nele compreende os fatores que garantem e os que impedem a harmonia jurídica do bloco bem como a importância de um ensino superior jurídico bem planejado, para formação de profissionais jurídicos que influenciem de forma positiva o desenvolvimento da UE.

Palavras - chave: União Européia. Ensino superior jurídico. Profissional do direito.

INTRODUÇÃO: Analisando historicamente os sistemas integracionistas ocorridos pós-segunda guerra mundial, destacam-se para o presente ensaio a criação de comunidades que reestabeleceram a paz e a economia dos países europeus, diga-se, a Comunidade Carvão e Aço; o Tratado de Maastricht, o Tratado de Amsterdã e o Tratado de Lisboa. Destinaram-se na eliminação dos entraves alfandegários, criação de uma moeda única (EURO), formação de instituições autônomas e permanentes, cooperação jurídica em assuntos internacionais entre os membros, busca da segurança comum e por fim, mas não menos importante, a escolha do processo de inclusão Supranacional. Mais recentemente, em 1999, criou-se a Declaração de Bolonha a qual foi subscrita por trinta países para o estabelecimento do Espaço Europeu de Ensino Superior. Seu intuito é promover a transparência e legibilidade dos sistemas de ensino superior e a implementação dos instrumentos que promovam a mobilidade dos estudantes, bem como a sua empregabilidade. Diante dos tratados, mostra-se que os países possuíam um único intuito, o de impulsionar a economia dos Estados-Membros e efetivar a criação do direito comunitário buscando a harmonia supranacional. O método do *Relatório Delors* idealizado pelo francês, Jacques Delors, foi utilizado pela UE na tentativa de desenvolver mais o ensino através da narrativa - Tesouro a ser lapidado³⁵, "a partir de quatro tipos de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto". Segundo a UNESCO, a posição da UE em face do conceito de aprendizagem ao longo da vida insere-se no contexto desse relatório, pois é por meio dele que se procurará alcançar uma sociedade educativa. Nesse sentido, o presente artigo terá um enfoque na formação jurídica Européia, assim fará reflexões e análises dos institutos instaurados para

35

consecução do progresso no ensino superior jurídico, objetivando analisar se há integração dos institutos jurídicos e como ocorre a formação desse ensino superior. **REVISÃO DA LITERATURA:** Observam-se as Comunidades Europeias nestes quase 60 anos e apura-se que elas conseguiram produzir um sistema altamente complexo, para controlar o mercado e a circulação de pessoas entre suas nações. Este sistema abrange os Tratados e as instituições comunitárias como o: Parlamento Europeu que representa o povo; o Conselho da União Europeia que atua como Poder Legislativo e a Comissão Europeia que atua como “guardiã do Direito Comunitário”. A ficha técnica do Parlamento Europeu apresenta os objetivos das políticas educacionais superiores, quais sejam- tornar a aprendizagem e a mobilidade uma realidade; melhorar a qualidade e eficácia da formação promovendo a igualdade. Quando se fala em questões educacionais jurídicas é importante mencionar o Ordenamento jurídico Comunitário composto pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias cuja intenção é garantir unidade e eficácia para que o Tratado da Comunidade Europeia seja admitido pelos Estados e que seja utilizado por seus nacionais.

Embora os sistemas judiciais dos Estados-Membros sejam substancialmente diferentes, há um conjunto de princípios comuns aplicável a todos eles, bem como à UE enquanto organização autónoma. Segundo um destes princípios comuns, os tribunais devem ser imparciais e independentes do Governo e do legislador (ou seja, das instituições que aprovam as leis). Este princípio da independência dos tribunais é um dos valores em que assenta a UE: o Estado de direito e o respeito pela liberdade, pela igualdade e pelos direitos fundamentais. O artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem preveem-no expressamente³⁶.

Em 2013 criou-se uma associação denominada Instituto de Direito Europeu com finalidade de aprimorar a produção legislativa na Europa, gerando o crescimento do Direito e das políticas integracionistas de modo globalizado com projetos que abrangem todos os ramos do Direito, assim, envolve todos os profissionais jurídicos construindo direito Europeu. Vale salientar instauração da *Academy of European Law* (ERA), que serve como o órgão que organiza conferências, seminários, cursos de formação profissional e debates de estratégia política em diversas ramificações do direito europeu, sendo destinados a todos os profissionais da justiça, bem como o Conselho das Ordens e Sociedades de Advogados da União Europeia (CCBE), União Internacional de Oficiais de Justiça (UIHJ). Para aprimorar a integração jurídica em 2002 começou o funcionamento da Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial (RJE) a qual reforça a cooperação entre os membros Europeus. No mesmo ano criou-se o EuroJust, organismo composto por juízes, procuradores e funcionários judiciais.

A Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial (RJE-civil) é uma rede flexível e não burocrática que congrega autoridades nacionais neste domínio e visa simplificar e reforçar a cooperação judiciária entre

³⁶ EUROPEAN JUSTICE, site oficial. **Sistemas Judiciais**. Disponível em: < https://e-justice.europa.eu/content_judicial_systems-14-pt.do>. Acesso em: 20 jun. 2017.

os Estados-Membros. Em funcionamento desde 2002, a RJE-civil melhora a aplicação prática dos instrumentos de justiça civil da UE. Desta forma contribui para estabelecer ligações entre os sistemas judiciais diferentes dos Estados-Membros, promovendo assim a confiança mútua.

A rede ocupa-se sobretudo dos contactos diretos e do tratamento de processos entre os pontos de contacto nacionais da rede, de facilitar o acesso transnacional à justiça através de informações ao público e aos profissionais do setor através de fichas informativas e outras publicações disponíveis no Portal Europeu da Justiça em todas as línguas da União, da avaliação e partilha de experiências de aplicação de determinados instrumentos legislativos europeus em matéria civil e comercial.³⁷

A fim de diminuir as dificuldades linguísticas a Rede Europeia de Formação Judiciária criou uma série de orientações de formação linguística esperando melhorar o domínio dos sistemas jurídicos e suas instituições. Nesse mesmo sentido, a UE apoia o Centro Europeu de Línguas Modernas (CELM) e Centro de Investigação Europeu Mercator. O primeiro idealiza políticas mais eficazes de aprendizagem das línguas e o segundo línguas regionais e minoritárias no bloco. Muito além do problema linguístico, há o que alguns pesquisadores chamam de “crise da democracia”. Esta crise é formada pelo questionamento dos cidadãos às normas e instituições da União considerando-as deficitárias. Assim, tornam-se mais inconsistentes e insatisfeitos com seus representantes e suas leis. Portanto, verifica-se que mesmo com os empasses mencionados existem institutos que buscam a harmonia política/jurídica e social, na tentativa de sanar as divergências entre os países. **METODOLOGIA:** Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (TARTUCE, 2006). Nessa pesquisa foram utilizados, o Método histórico-jurídico e o comparativo, ao analisar livros, artigos e sites; almejando agregar uma perspectiva geral da parte histórica, procedimental e analítica do objeto estudado, dando enfoque ao ensino superior jurídico na União Europeia. Em busca de reflexões mais organizadas e interligadas, o trabalho estruturou-se no Método Cartográfico do Direito, o qual se subdivide em três partes: a escala, projeção e simbolização. Na escala temos os textos normativos, exemplificados pelo próprio Direito internacional, juntamente com seus investigadores e colaboradores, Organização das Nações Unidas (OMC), a *Academy of European Law* (ERA), Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE), Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial (RJE), e entre outros³⁸. Dessa forma, a norma e os institutos, relacionam-se, afim de, propiciarem e dimensionarem a área de abrangência que irá ser regulamentada no bloco, como também, a sua forma e meios para tratar do ensino superior jurídico. Por sua vez, na projeção, ao invés de dimensionar o espaço jurídico, essa etapa se trata da definição das fronteiras que organizarão a ordem jurídica. Visto isso, a temática em questão já possui a norma e o espaço de limitação, no entanto ainda está no

³⁷ EUROPEAN JUSTICE, site oficial. **RJE em matéria Civil e Comercial**. Disponível em: < https://e-justice.europa.eu/content_ejn_in_civil_and_commercial_matters-21-pt.do>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

³⁸ Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho das Ordens e Sociedades de Advogados da União Europeia (CCBE), o Conselho dos Notariados da União Europeia (CNUE), a União Internacional de Oficiais de Justiça (UIHJ), Instituto de Direito Europeu (IDE), Rede Europeia de Formação Judiciária e o Centro Europeu de Línguas Modernas (CELM).

progresso do desenvolvimento prático da norma na sociedade, por causa dos entraves entre fronteiras. Portanto, a problemática será mais facilmente sanada através da simbolização, na qual se trata, *a priori*, da análise de como essa norma está sendo aplicada na realidade, e *a posteriori* descrição de todo esse contexto. Na simbolização, está presente uma divergência entre norma e a realidade, pois esse tipo de carreira deve ser bem definido e regulamentado a fim de ordenar a livre circulação, o comércio e as outras relações presentes nos blocos e, conseqüentemente, o objeto estudado o Ensino Superior Jurídico. Então, há aspectos em desacordo quando se tem uma norma resguardando a facilidade do intercâmbio do trabalhador e, na realidade, há diversos entraves para o profissional do direito atuar em países distintos da sua formação, desestimulando assim muitos estudantes da área a quererem sair dos seus países. Além disso, o bloco vem se articulando para quebrar esse entrave em relação ao conflito normativo, com a chamada Constituição Plural, bem como, com os institutos supracitados, nos quais tentam integralizar ao máximo o entendimento normativo, bem como, suas formas de entendimento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Percebe-se que para materializar o “sonho europeu” da equidade no ensino, em especial jurídico, os países financiaram e criaram políticas de desenvolvimento e práticas jurídicas como o EUROJUST e a Rede Judiciária Europeia, assim alcançaram um grau de harmonia jurídica seja nas similaridades de suas leis ou até mesmo na formação de seus profissionais. Os Tratados e Programas são os principais responsáveis por este feito. Os Pactos Internacionais estão na mesma perspectiva da harmonização legislativa, chamados de “Constituição Plural”. Os órgãos que proporcionam uma possível padronização, ou melhor, uma harmonia na legislação dos países membros são os supracitados - ERA, UIHJ, CCBE e alguns outros. Tendo uma proximidade através de fiscalização, capacitação e normas feitas em conferências e tratados, ou seja, conjuntas. Esse tipo normativo deve se adaptar, para que haja uma forma mais dinâmica de intercâmbio em relação aos diversos fatores citados, de influência social, mas principalmente, as questões vinculadas ao modo de ensino *lato sensu*. Haja vista, isso será bem mais impactante no meio jurídico, porquanto, com a norma interligada de fato esse tipo de ensino poderá ser similar em todo o bloco econômico. Na UE a formação dos magistrados ocorre, inicialmente, em escolas que prestam o ensino ou é organizada pelo Ministério da Justiça ou Conselho Superior de Magistratura. Os magistrados podem participar de intercâmbio e utilizar das ferramentas contidas no E-Justice - vídeo conferências e manuais, obtendo informações tanto específicas quanto mais abrangentes, facilitando o acesso ao conhecimento jurídico. Do mesmo modo ocorre com os advogados, pelo Conselho de Bares e Sociedades de Advogados, havendo a possibilidade da mobilidade de um país para outro, podendo exercer a profissão com o título do país de origem - Bilhete de Identidade Profissional de Advogado Europeu, constatando-se o efeito direto que possuem as diretivas e tratados. O Programa de Estocolmo estabelece que além das cooperações entre as autoridades jurídicas, os países deverão utilizar o E-Justice para adotar regras mínimas, aproximando as normas e procedimentos do direito penal e civil dos Estados. Entretanto, há empasses nesta tentativa de igualar as normas e procedimentos jurídicos, podendo citar os fatores linguísticos e os sistemas tradicionais - Common Law e o Romano-germânico que pertencem a diferentes países da União. Isto implica na diferença do estilo da legislação, estilo dos julgamentos e pode-se dizer no próprio conteúdo das normas. Linguagem é realmente um elemento importante nesse processo de formação dos profissionais, pois ela é carregada de costumes e conceitos, variando a cada língua. Assim, se os

costumes são diferentes, gerarão direitos e deveres diferentes para cada nação. Falando em costumes, a “crise da democracia” dos europeus, citada anteriormente, atrapalha o desenvolvimento equilibrado dos institutos políticos e jurídicos. A que se comentar que a evolução normativa por si só não se materializou totalmente devido suas diferenças democráticas. Outro problema é a questão da imigração. Seja para estudar ou trabalhar em qualquer profissão cada país da união possuem suas regras. Apesar de ter-se uma regra comum a todos da comunidade da UE cada país poderá decidir – “o número total de migrantes que admite para efeitos de trabalho; todas as decisões finais sobre pedidos de migrantes; regulamentação em matéria de vistos de longa duração – estadas superiores a três meses”. Dito isto, não é com facilidade que um estudante jurídico europeu poderá migrar-se de país para estagiar, estudar, dificultando o processo de aprendizagem. **CONCLUSÃO:** Após essa análise, torna-se evidente que no mundo globalizado há uma interdependência entre países, na qual se fortalece cada vez mais com os blocos econômicos. Sendo assim é inviável que um país, hodiernamente, se desenvolva sem a relação econômica com outros, tendo em vista a principal característica que é a livre circulação de mercadorias e pessoas. Atualmente, percebe-se que a economia não é a única que interfere os diversos âmbitos da sociedade como a saúde, trabalho, educação e política. Mostra-se, entretanto que na nova ordem organizacional da União Europeia, sobressai-se o Direito Comunitário. Esse novo modelo tem como característica principal a supranacionalidade, a qual possibilita a criação de tratados e diretivas que validem e tenham eficácia no bloco. Então, se a partir de qualquer relação social há a interferência da jurisdição, em vínculos internacionais o poder regulamentador não estará excluído, proporcionando a harmonia social. É a força normativa desse Direito Europeu que assegura a compatibilidade entre os Estados e ao mesmo tempo enfraquece as leis nacionais, entretanto, essa força não conseguiu extinguir tradições para que fosse criada a prática jurídica europeia. Esses costumes que ainda permeiam o sistema de cada país, acredita-se ser problema se o objetivo for a harmonia legislativa perfeita, por exemplo: a Alemanha é detentora de um conjunto de códigos mais “robustos” enquanto a Inglaterra adota códigos mais simples “enxutos”, isto interfere nas condições da decisão judicial sejam elas: os motivos, a existência ou falta de lei sobre o assunto, os procedimentos e assim, contribui para a insegurança jurídica dos diferentes países europeus. Referenciando a pesquisa já exposta, o bloco possui um avanço maior por facilitar a migração de estrangeiros, com intuito de trabalhar e unificar a moeda, para descomplicar seu giro no mercado, mas não conseguiu corresponder totalmente aos anseios sociais. Observou-se que o sistema jurídico da Europa compreendido pelos Tribunais, Instituições Comunitárias e organismos de cooperação entre os Estados, buscam sanar as diferenças legislativas e cumprir com os objetivos da União Europeia de obter segurança jurídica e a maior igualdade possível de normas, processos judiciais e linguagens. Mesmo com as orientações sobre a formação linguística dos juízes e magistrados para estudar e o bloco possuir um avanço maior por facilitar a migração de estrangeiros, com intuito de trabalhar, ainda há muitos destes profissionais que não possuem esta formação, portanto, existe este entrave que não foi sanado. Com programa de financiamento da formação judiciária até 2020, conclui-se que a Comissão Europeia encontra-se empenhada a ajustar e diminuir as diferenças bem como formar profissionais em direito da UE, apoiando parcerias público-privadas e intercâmbio, através do Portal Europeu de Justiça Eletrônica que proporciona orientações sobre metodologias de formação, jurisprudência, atlas judiciário e as demais necessidades do jurista. Aspira-se que os investimentos para

a formação jurídica do Europeu sejam refletidos no surgimento de juristas transnacionais, onde possam trabalhar e residir em todos os países-membros da UE efetivando assim as liberdades do novo tipo de cidadão, do cidadão Europeu. No entanto, isso seria um progresso da norma, concomitantemente, com a sociedade. Porquanto, a mudança da norma por si só não teria eficácia, mas a alteração do entendimento dos profissionais do direito ocasionaria uma aproximação e adaptação dele à sociedade que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

PACHECO, José Augusto. **Políticas educativas para o ensino superior na União Europeia: um olhar do lado português**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso: 02 set. 2017.

Comitê Paulista para a década da cultura de paz. **Educação: um tesouro a descobrir**. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/dellors.htm>>. Acesso em: 02 set. 2017.

PARLAMENTO EUROPEU, site oficial. **Fichas Técnicas sobre a União Europeia, Política Linguística**. Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuid=FTU_5.13.3.html > . Acesso em: 20 ago. 2017.

EUROPEAN JUSTICE, site oficial. **Instituto de Direito Europeu**. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_european_law_institute-178-pt.do>. Acesso em: 18 jun. 2017

EUROPEAN JUSTICE, site oficial. **RJE em matéria Civil e Comercial**. Disponível em:<https://e-justice.europa.eu/content_ejn_in_civil_and_commercial_matters-21-pt.do>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PARLAMENTO EUROPEU, site oficial. **Fichas Técnicas sobre a União Europeia**. Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuid=FTU_5.13.3.html >. Acesso em: 20 ago. 2017.

EUROPEAN JUSTICE, site oficial. **Sistemas Judiciais**. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_judicial_systems-14-pt.do>. Acesso em: 20 jun. 2017

O QUADRO GERAL DE COMO SE ORGANIZA O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL: RELAÇÕES JURÍDICAS E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE

AUTOR:

Pedro Augusto Filgueira Albuquerque

RESUMO: Diante da escalada da violência, todas as atenções se voltam ao tema de como combatê-la, como compreendê-la e, o que tem gerado a ineficácia dos métodos atuais. Isso é um fato consolidado pelas pesquisas publicadas pelo IPEA, pelo IBGE e outros órgãos estatísticos que apontam claramente que o problema se agrava no Brasil, e o sentimento individual atesta isso. Este trabalho parte da premissa que a moderna conformação do Crime Organizado é uma resposta, porém, através da lente jurídica positivista da análise estrita da lei e incompleta, há assim uma abordagem sociojurídica, multidisciplinar que possibilite jogar luz a novo aspecto do problema. Os primeiros resultados apontam correlação de dados e variáveis, e que de fato o Crime Organizado se constitui de nova complexidade e sistematicidade que a Lei não acompanhou, sendo imprescindível um novo debate acerca do tema.

Palavras - chave: Crime organizado. Violência. Sociologia jurídica.

INTRODUÇÃO: A escalada da violência é algo patente no Brasil, tanto pela veiculação midiática, em especial no Rio de Janeiro onde impera a guerra ao tráfico de drogas que toma conta dos diversos morros, ou pelas crises prisionais em todo o Brasil. Soma-se a isso a sensação particular de insegurança pela escalada no número de assaltos e roubos. Tudo isso, antes observado de forma individual como problemas específicos deixa cada vez mais claro que se trata de um grande sistema, harmônico e interdependente, não há apenas uma relação causal simples e unidirecional, mas sim ações e consequências correlacionadas e, até mesmo, orquestradas para ocorrerem como estão. Diante de todo este *framework*, um fenômeno ganha especial destaque: O Crime Organizado. Sob o viés jurídico positivo, uma simples análise do problema se encerraria com o passar das leis específicas, ou códigos específicos, definindo crime organizado basicamente como:

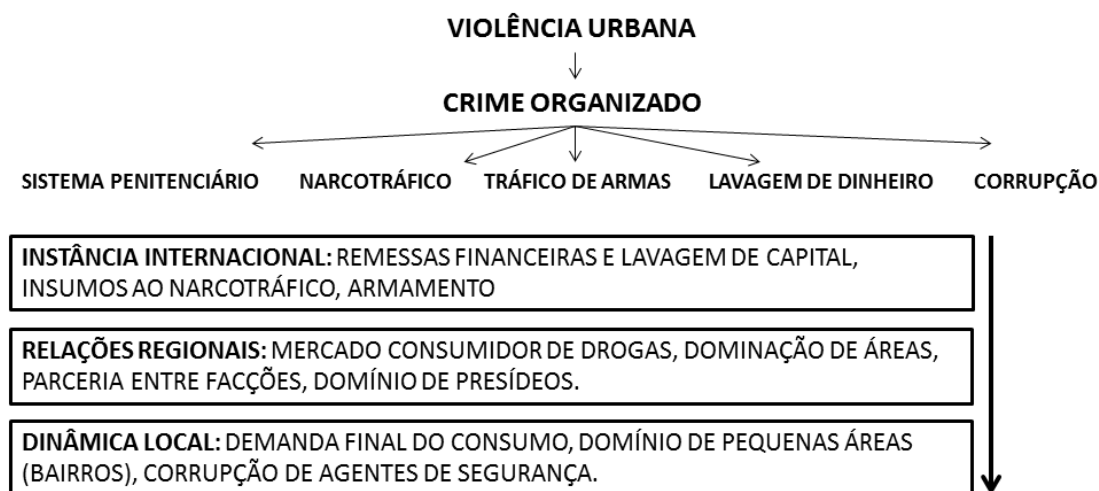
um grupo criminoso formado por **4 ou mais pessoas**, com divisão de tarefas, voltado à obtenção de vantagens de qualquer natureza, mediante a prática de **crimes graves** (aqueles cuja pena máxima seja superior a 4 anos) ou o cometimento de **delitos transnacionais**” (BRASIL, Lei 12.850/2013).

Porém, apenas isso não demonstra a grande sistematicidade que este fenômeno atingiu nos dias atuais. Ele é transversal ao narcotráfico, lavagem de dinheiro, corrupção etc. Imbricados uns aos outros, em níveis tais que a lei, *per si* é ainda insuficiente em acompanhar. De toda forma, é interessante observar que cada delito tem sua própria lei, há exemplo do que ocorre com o tráfico de drogas (Lei 11.343 de 2006), ou no caso do tráfico ilegal de armas a exemplo da Lei 10.826 de 2003, também no bojo o sistema prisional que possui a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210 de 1984) repleta de princípios e diretrizes até hoje consideradas modernas e importantes. Uma análise jurídica dos textos legais traria como conclusão que o problema está bem observado do campo normativo e que deste ponto não há muita coisa que inovar, inclusive, novas leis, ou “mais leis” é até mesmo considerado um

problema, dado o ritmo que o Brasil tem em seu legislativo. Ocorre, todavia, que através da concepção da sociologia jurídica, apenas a análise dos textos normativos é por demais incompleta, e exatamente por ser feita desta forma, o direito não tem conseguido dar respostas satisfatórias aos problemas que se acumulam em nossa sociedade, neste caso em especial: A violência. Avalie-se que desde os “contratualistas” como Hobbes e Locke, e até mesmo na sociologia moderna como Durkheim, o direito nasce sob o viés de garantir segurança e harmonia a sociedade. Isso considerado, pressupõe-se que é fundamental uma análise não só jurídica positiva do problema social (fato), mas também uma análise sociológica que complemente e corrobore para uma eficiente concepção do problema, uma vez que, de nada adianta um diagnóstico errado ou incompleto, por mais difícil que seja buscar a verdade por trás dos fenômenos sociais que interessam ao direito. Este trabalho, não tem a pretensão de responder a realidade por trás da violência urbana vivida no Brasil, mas busca, por meio de um método cartográfico e de visão sociojurídica lançar luz sobre um tema que vem sendo pouco abordado, ao menos por uma concepção multidisciplinar, a formatação do crime organizado na modernidade, e a escalada da violência urbana. Assim, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, este artigo busca apresentar dados que comprovam a covariação dos indicadores de violência e criminalidade de tal forma que tudo está conectado, bem como a existência de todo um espectro normativo atualmente existente, mas que tem sido insuficiente em mudar o *status quo*. Como objetivo central, busca-se mostrar a necessidade de uma abordagem que não se resume aos textos normativos, mas também, desçam ao aspecto sociológico da questão. Iniciando por uma revisão da literatura que aponta a necessidade da visão sistêmica sobre o Crime Organizado, consistindo nisso uma nova abordagem jurídica (multidisciplinar), apresentando em seguida indicadores que comprovam o atual problema. Em seguida mostra-se que não há problema de falta de legislação, pois o tema está plenamente abarcado no campo jurídico, de tal forma que o desafio reside em uma nova abordagem da questão, conclui-se, por fim, que este trabalho é apenas um primeiro passo na constatação de um problema sócio-jurídico e que, como todo o processo científico, necessita de passos futuros e aprofundamentos específicos, mas se encerra em seu primeiro objetivo em lançar luz sobre a questão.

REVISÃO DA LITERATURA: A violência é um fenômeno preocupante no Brasil que vem atingindo níveis cada vez mais preocupantes, a que chama maior atenção pela dimensão que ganha é a conectada ao crime organizado. Para o ex-secretário Nacional de Segurança Pública Ricardo Balestreri (2017, p.11) “temos um enorme crescimento do crime organizado no país [...] este confronto entre facções está no país inteiro, nos presídios e nas ruas, e significa um aumento extraordinário do crime e da violência”. Corrobora com esta opinião Mierovitch (2014) que associa a atual escalada da violência urbana a um fenômeno global que passa especificamente no novo tipo de crime organizado, anteriormente ligado ao narcotráfico, mas que contemporaneamente envolve inúmeros outros fatores, a saber: Controle do sistema prisional, tráfico e controle das rotas de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro, corrupção e envolvimento nas instâncias políticas, agravado pela característica internacional, que impossibilita uma ação única em escala e esforços. Poderia resumir atualmente que o crime organizado estaria no centro de uma teia dinâmica envolvendo fatores diretos e indiretos que tem no final a escalada da violência urbana como efeito mais invisível (Imagem 1.).

Imagem 1 - Sistemática do tema



Fonte: Autoria própria, 2017.

Salienta-se que há constituído um sistema complexo, não há que separar tais fatores uma vez que na realidade são todos conectados. Há uma cadeia organizada levada a cabo, de tal forma que os efeitos sentidos no cotidiano do cidadão advêm das mais diversas relações entre os fatores supracitados. Em contrapartida, a solução para o enfrentamento da situação urge de uma nova visão, de um novo paradigma de inteligência policial e políticas públicas de segurança. De toda forma é importante, a seguir, observar como os indicadores têm buscado acompanhar alguns sinais desse sistema. Segundo o Mapa da Violência do IPEA (2017) entre os anos de 2005 e 2015 houve aumento maior que 20% nos homicídios, concentrado especialmente na região norte e nordeste. O Brasil salta de 48 mil homicídios (2005) para 59 mil (2015). Neste, o Rio Grande do Norte aparece com destaque pelo maior aumento no período, equivalente a 232%. Outros estados tiveram aumento de mais de 100% como Amazonas, Ceará, Sergipe e Tocantins. Interessante observar que à medida que Estados do eixo Sul-Sudeste cai ou mantêm-se equilibrado, as demais regiões crescem, tal fenômeno para alguns especialistas advêm da expansão do crime organizado para áreas onde a segurança pública é mais precária (gestão pública, orçamento e planejamento). Nestes homicídios, ressalta-se que em 2015 “41.817 pessoas sofreram homicídio em decorrência do uso das armas de fogo, o que correspondeu a 71,9% do total de casos” (IPEA, 2017, p. 43). Dados do Ministério da Justiça, conforme pesquisa “Mapa do Tráfico Ilícito de Armas no Brasil”, apontam que não há um bom sistema de monitoramento e combate “no geral, o que prevalece é a compartimentalização dos dados, a proliferação de depósitos (nem sempre seguros), e a falta de tecnologia adequada, sobretudo nos Estados mais pobres. Em pleno século XXI, a segurança pública opera em muitos estados como funcionava a burocracia cartorial do século XVIII” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010, p. 55). Foram encontrados mais de 140 pontos de entrada de armas de curto e longo calibre, dentre pistolas, fuzis, revólveres e espingardas utilizadas em sua maioria pelo narcotráfico nacional. Das “288 mil armas apreendidas nos últimos dez anos, constatou-se que 70% era irregular” (CPI, 2006). Ainda segundo o IPEA (2017) Roubos e furtos saltaram de 302 mil casos (2007) para 841 mil casos (2012). Roubos à Instituições Financeiras saiu de 620 (2007)

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

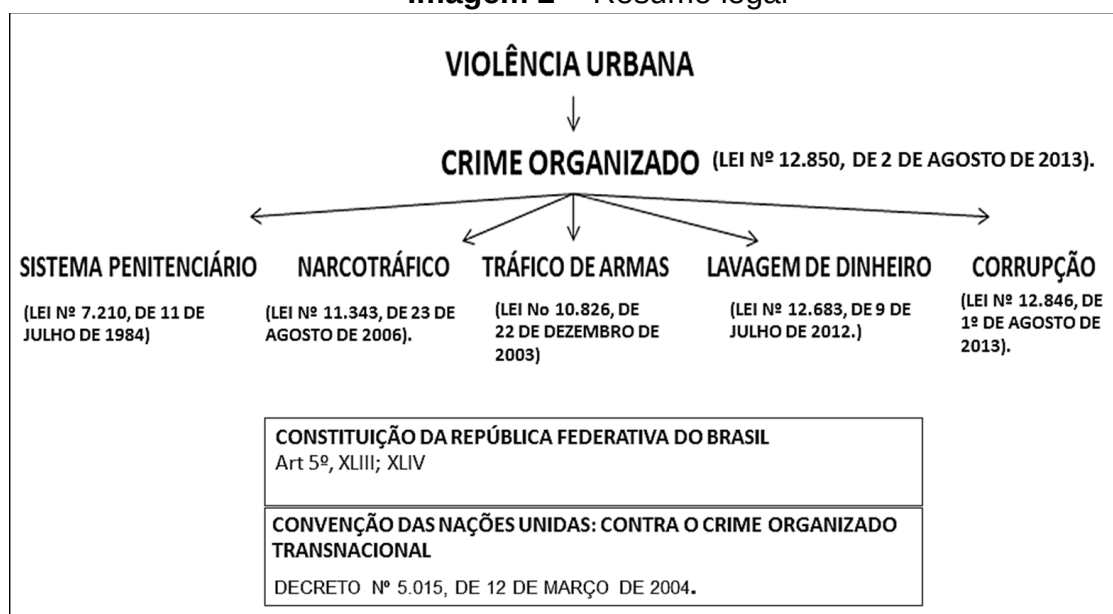
para 1.750 (2015). O sistema penitenciário, o domínio das instalações e conflito de facções é outro capítulo desse sistema do Crime Organizado: “Os presídios têm grande participação nisso [aumento do crime organizado] porque atualmente são grandes caixas de captação” (BALESTRERI, 2017, p. 11). Interessante observar as taxas prisionais do Ministério da Justiça, que apresentam uma tendência crescente, como também, de déficit, uma vez que em 2014 existiam 376 mil vagas e a população passava dos 600 mil. De toda sorte, as grandes facções criminosas criaram uma engenharia perversa que, ao dominar a gestão do crime de dentro dos presídios, cria-se uma relação em que, quanto maior o número de presos, maior a chance de recrutamento, quanto maior o número de soltos, maior a probabilidade do comércio e das atividades ilícitas ocorrerem conforme. Atualmente são contabilizadas aproximadamente 30 facções criminosas atuando dentro e fora dos presídios, com especial atenção para o Primeiro Comando da Capital (PCC) com atuação nos 27 Estados da Federação e faturando, aproximadamente R\$ 16 milhões/mês (DELGADO, 2017). Ainda na esteira do fenômeno da insegurança constata-se a consolidação do tráfico de drogas como atividade ilícita altamente rentável, para Gomes (2012, p. 1) “No ano de 2004 foram denunciados 11.123 casos de tráfico de entorpecentes. Já em 2009, 20.976 denúncias foram registradas, representando um crescimento de 88,6% em seis anos”. O Brasil ainda se posiciona, de acordo com o anuário das Drogas das Nações Unidas (UN, 2017), “À frente da Colômbia, do Equador, da República Dominicana e da Argentina, sendo o país mais frequentemente utilizado como base para envio de cocaína para a Europa, entre 2009 e 2014. No mesmo período, 51% do fornecimento de cocaína que chegou à África partiu também do Brasil”. Este mercado gira em torno R\$ 15 bilhões por ano e o Brasil está no centro das principais rotas de distribuição. Para completar o quadro, há o crime de lavagem de dinheiro, que invariavelmente está relacionado com outros crimes e alimenta um circuito que permite a retroalimentação do capital lavado, reinvestido e perpetuando outras atividades criminosas. Como de difícil rastreamento o *Global Financial Integrity* publicou o trabalho *Transnacional Crime and the developing world* em que dentre os estudos apontou para o aumento de remessas financeiras ilícitas provenientes do Brasil entre 1960 e 2011. Não se pode afirmar categoricamente que tal fluxo é referente ao narcotráfico, nem especificar a origem da atividade ilícita, contudo serve como ponto referencial para constatar que ao longo dos anos vem se intensificando as formas de remessa de capital para fora, donde os quais estão às diversas formas ilícitas de negócios. Diante de todo esse quadro, pode-se ainda incluir as considerações de Balestreri (2017, p.11) “De todos os homicídios que acontecem no Brasil, apenas 3% é de fato solucionado e apenas, 0,5% dos roubos e furtos são sequer apurados”. Somando ainda que segundo IPEA (2017, p. 1) “A violência custou US\$ 75,894 bilhões ao Brasil em 2014, o equivalente a 3,14% do Produto Interno Bruto, O gasto com a violência no país ficou acima da média registrada para países do Cone Sul, de 2,47% do PIB”, de tal forma que se infere que o problema não está apenas nos recursos destinados a tal política pública. Não há dúvidas que atualmente o Crime Organizado é uma das maiores ameaças ao Estado e a sociedade, haja vista a própria fala do ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen:

O crime organizado é a maior ameaça que a sociedade brasileira enfrenta neste momento. É esta questão que precisamos entender com muita clareza. O fato se refere não apenas ao tráfico de drogas, mas também ao comércio ilegal de armas, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de pessoas e bens naturais.” (LISBOA, 2017, p.1).

Não adianta falar em combate ao crime organizado, uma vez que tal fenômeno se mostra altamente poderoso no contexto nacional, as políticas públicas, os institutos jurídicos e todos aqueles envolvidos no processo de combate, diante dos resultados, mostra-se que aquém do necessário. Está diante da sociedade um problema complexo, de múltiplas escalas e acima de tudo, violento no que tange o Estado de Direito. Percebe-se pela que ainda não compreendemos esse fenômeno em sua totalidade, isso é, quais as teias locais, regionais e internacionais que o crime deste tipo implementa e opera, para então buscar soluções. **METODOLOGIA:** Este trabalho parte do paradigma interdisciplinar, considerando não só as relações jurídicas que o sistema legal de normas positivas cria para dar conta de um fato social, mas também de suas variáveis sociológicas, logo é considerado uma pesquisa “quali-quantitativa”, pois se dirige a observar a configuração de um fenômeno em sua complexidade sociojurídica, bem como, utiliza-se dos indicadores estatísticos e das múltiplas fontes de dados capazes de apresentar a realidade de fato. O objeto central de análise é o crime organizado conectado ao aumento expressivo da violência, onde a hipótese norteadora é que, apesar do sistema jurídico construído para combater o crime, a realidade coloca condições não alcançadas, ou precariamente alcançadas pela norma, de tal forma que a prática ilícita evoluiu em dinamicidade impondo às forças públicas de combate uma situação de inferioridade logística. Como afirma manchete recente de periódico de notícias “PCC agora é empresa”, representando que há uma nova dinamicidade no crime organizado que não foi capitado pela essência das normas. Há, portanto um problema central, uma hipótese e uma relação de causalidade que será aprofundada por meio de procedimentos metodológicos: Pesquisa documental, essencialmente no corpo normativo apresentado na justificativa. Pesquisa bibliográfica em artigos acerca do crime organizado, lavagem de dinheiro, narcotráfico e corrupção buscando observar se há na teoria um apontamento para essa nova realidade, bem como sua conexão com o corpo de normas. Nessas mesmas fontes será buscado dados quantitativos que apontem para a escalada do problema, como alguns que já foram previamente apresentados mas pouco aprofundados. Por fim, será observado todo o acervo de informações sob a ótica do método cartográfico discutido por Prado Filho e Teti (2013) o qual ilumina categorias como: Escala, projeção e simbolização que podem ser utilizados no estudo do direito aplicado. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As ciências humanas buscam lançar luz sobre fenômenos sociais que estão: ou mal explicados, ou tomam, pelas circunstâncias contingentes, espaço na agenda de problemas emergentes num determinado momento histórico. O fato de buscar novas ou melhores explicações nos remete para a discussão acerca da necessidade fundamental de reconhecer que, atualmente, há uma necessidade da dogmática jurídica associar-se às ciências sociais na configuração de novos objetos de análise, sendo a interdisciplinaridade na concepção de uma realidade objetiva condição *sine qua non* de sua melhor interpretação. Como afirma Falbo (2011, p. 5) “nenhum objeto existe em si mesmo e para si mesmo”, logo, todo trabalho que envolve direito e legitimação de uma realidade deve considerar sua relação intrínseca com a realidade social, há uma relação dialética entre proposição (jurídica) e ação (fato), ou melhor, uma relação entre ontologia e deontologia que o jurista deve considerar em qualquer análise teórica. A norma considerada em sua tridimensionalidade avança neste aspecto, mas a ciência aplicada deve também criar ferramentas que possibilitem este diálogo interdisciplinar, a norma deve ter vigência e eficácia, esta última de natureza puramente social, o que mais uma vez

denota a importância da interdisciplinaridade no pensamento jurídico e do jurista. No caso do estudo do crime organizado, relacionado anteriormente fica claro sua natureza dinâmica e interdisciplinar. No aspecto normativo têm-se que toda essa realidade se mostra mapeada e devidamente acautelada pelo sistema jurídico (IMAGEM 2). A imagem demonstra que do âmbito jurídico há um sistema de normas capaz de reprimir e enfrentar o problema, uma vez que todas elas se encontram válidas e em pleno acordo com os ditames procedimentais. Contudo, os dados apresentados na introdução demonstram que os índices e problemas na realidade cotidiana apenas crescem, com pequenas exceções regionais, logo, o pensamento que surgiu é: Apenas a lei não é capaz de resolver, pois se fosse, os indicadores estariam mostrando melhoras, mas ao invés, estão cada vez mais críticos.

Imagem 2 - Resumo legal



Fonte: Autoria própria, 2017.

Desta forma, é importante interpretar o problema do crime organizado por uma nova ótica, sistemática, capaz de integrar os valores trazidos nas diversas normas, mas também, as dinâmicas sociais que dão materialidade a norma, assim, quais os valores sociais que se manifestam na sociedade em contraponto aqueles que as normas buscam coibir, o tráfico de drogas, as facções e a lavagem de dinheiro andam de tal forma integrada, que as normas não conseguem agir em sua globalidade, mas tratando de efeitos superficiais que emergem no dia a dia. Prender o pipoqueiro que vende maconha na porta da escola não é em essência o combate mais eficiente à cadeia que transporta, prepara e distribui (MIEROVITCH, 2014). O combate que ocorre em Pernambuco, dissociado do combate que ocorre na Paraíba e no Rio Grande do Norte não é verdadeiramente eficiente pela dinâmica regional que o crime organizado cria. Uma política nacional de combate que não esteja integrada com outros países que servem tanto de mercado fornecedor de matéria prima, como mercado consumidor também é ineficiente, ou seja, há que se discutir num foro internacional. Exatamente por todos esses fatores, e outros mais, a compreensão do combate ao Crime Organizado do ponto de vista puramente jurídico, das análises dogmáticas e da aplicação da lei se mostram incompletas e ineficientes no primeiro passo do problema: Compreender em sua sistematicidade. Desta forma, é de fundamental importância que se realize um estudo com nova

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

abordagem acerca do problema, na tentativa científica de interdisciplinaridade sobre a construção do objeto, que permita em última análise jogar luz numa nova perspectiva de estudo, possibilitando a construção, num segundo momento, de “resumo simples” consolidando o produto final da disciplina. **CONCLUSÃO:** Não era pretensão deste trabalho aprofundar-se, neste momento inicial, nos textos normativos existentes, mas apresentar um fato social complexo que se apresenta numa tendência crescente. Os indicadores foram capazes de mostrar isso, ainda assim, é possível observar que não há problema em sua respectiva lei, pois há um, no Brasil, também há Leis específicas para cada fato, porém, apenas a existência da lei não se mostrou suficiente. É fundamental que as pesquisas na área jurídica se apropriem de novos métodos e dialoguem com outras ciências a fim de compreender cada vez mais os fenômenos em sua total complexidade, assim como proposto no presente trabalho, conceber o Crime Organizado não como apenas mais um fenômeno resguardado pela Lei específica, mas na verdade um sistema de relações e resultados, dos quais tem na violência urbana sua especial materialidade. Não há que se esperar do código a resposta para os problemas, uma vez que os passos futuros para este problema exigirão: instituições como Polícias militares e civis de cada Estado, Polícia Federal e Rodoviária, bem como o Ministério público (Estadual e Federal). Para o jurista Mierovitch, inclui-se, também na solução outras nações, uma vez que nada adianta o Brasil iniciar um combate ao sistema, se o circuito de fluxo global (oferta e demanda) não se resume a um só país. De tudo isso exposto, conclui-se que uma abordagem sociojurídica, bem como cartográfica é fundamental para dar um primeiro passo na interpretação da questão: O crime Organizado é sistemático, complexo e plural, não conseguirá ser combatido com Leis espaçadas e sem diálogo intertemático, ficou claro pela primeira análise do tema. Salienta-se que este trabalho não se encerra aqui, há de se buscar agora aprofundar cada desafio e suas interconexões, barreiras práticas das agências de combate e, em especial, a variável político e axiológica do problema, já que é básico no estudo da Norma Jurídica não só saber de sua vigência, mas também se sua eficácia (jurídica e social) e de sua validade (legitimidade e consonância sistêmica).

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo. Segurança no Brasil é o maior impedimento ao desenvolvimento. **Caderno Especial Tribuna do Norte: Segurança Pública e Cidadania**, jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 12.846 de agosto de 2013.** “Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Lei nº 10.826 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Lei de Execuções Penais. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____. **Decreto nº 5.015 de março de 2004.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017

_____. Ministério da Justiça. **Mapeamento do comércio e tráfico ilegal de armas no Brasil**”. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/mapa_das_armas_brasil.pdf> Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Lei nº 12.683 de julho de 2012.** Tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm>. Acesso em: 02 ago. 2017.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI). **Relatório da Comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas**” novembro, 2006. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/dl/cpiarmas.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2017.

FALBO, Ricardo Nery. “Sociologia e Direito: condições de possibilidade do projeto interdisciplinar”. RFD- **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v.1, n. 19, jun./dez. 2011.

GLOBAL FINANCIAL INTEGRITY. “**Transnational Crime and the Developing World**” março de 2017. published under a Creative Commons Attribution. Disponível em: <file:///C:/Users/EnoqueJr/AppData/Local/Temp/Transnational_Crime-final.pdf> Acesso em: 03 ago. 2017.

GOMES, Luis Flávio. “**Denúncias por tráfico aumentaram 88% em São Paulo**”. Blog Online Consultor Jurídico, 2011. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2011-mai-26/coluna-lfg-cinco-anos-denuncias-trafico-sp-aumentaram-88> > Acesso em agosto de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). “**Atlas da Violência 2017**”. Forum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> >. Acesso em: 03 ago. 2017.

LISBOA, Vinícios. “**Crime organizado é maior ameaça contra sociedade brasileira**”. Agência Brasil, agosto de 2017. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/crime-organizado-e-maior-ameaca-contra-sociedade-brasileira-diz-ministro> > Acesso em setembro de 2017.

MIEROVITCH, Wálter. “**A política de Combate ao Crime Organizado**”. Vídeo no youtube, 2014. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=o_AtIO5LXB0 > Acesso em: 05 ago. 2017.

NAÇÕES UNIDAS – **UN World Drug Report 2017**. United Nations Office on Drugs and Crime, 2017. Disponível em: < <http://www.unodc.org/wdr2017/> > Acesso em: 05 ago. 2017.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

ORNITORRINCO: ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS SOCIAIS EM RELAÇÃO AO DIREITO PENITENCIÁRIO

AUTORES:

Joyce Thais de Alcantara Silva
Manoel Cipriano de Oliveira Bisneto

RESUMO: Objetivamos com este artigo apresentar os motivos que conduzem a falha do sistema prisional brasileiro, e através do método cartográfico analisaremos as percepções e expectativas sociais em relação ao sistema penitenciário. Sobretudo, evidenciando o contexto histórico, o modelo adotado e as mudanças que ocorreram desde a criação da primeira prisão brasileira. Tomando sempre como base a Constituição da República Federativa do Brasil, no qual é uma ferramenta de representação, onde, todos os indivíduos sejam eles apenados, ou não, ao selarem um contrato social, buscam nessa ferramenta, seus direitos e deveres. Dessa forma, faz-se mister, refletirmos sobre o distanciamento existente entre os diplomas legais e a realidade social, e o efeito dominó gerado por tal discrepância, tendo em vista que somos uma sociedade de solidariedade orgânica, onde tudo se encontra ligado e inter-relacionado de forma sistemática e precisa.

Palavras - chave: Sistema prisional. Direitos fundamentais. Solidariedade orgânica.

INTRODUÇÃO: O ornitorrinco é um animal que, em primeiro momento, parece ser um desastre, uma verdadeira confusão da natureza, possui rabo de réptil, tem uma estrutura semelhante a um bico e patas que se assemelham a de patos, e apesar de colocar ovos é de fato um mamífero. É mediante tantas dissemelhanças e excentricidade, todavia, que ele pode ser comparado ao sistema penal vigente no Brasil; pois este, embora pareça desenvolvido, aglutina teorias modernas com bases legais arcaicas. Contribuindo para o distanciamento entre a lei e a sociedade. Apesar de haver uma jurisprudência atualizada, percebemos que ainda há um distanciamento entre a realidade social e a lei. O Estado, com seu sistema descentralizado de atuação, em teoria é mais eficiente e eficaz. Porém, no Brasil é cediço que há uma morosidade no legislativo em inovar a ordem jurídica de modo que possa ter um caminhar equânime entre a lei e a realidade social. Cabendo ao judiciário por meio de derivações do sistema *common law*, onde, no Brasil, a mais expressiva e enleada forma são as sumulas vinculantes dos tribunais superiores, que tentam aproximar a realidade da lei. É bem verdade que a mudança continua não é salutar, haja vista que geraria a famigerada insegurança jurídica. Porém, percebemos que há uma desproporcionalidade o que gera um desequilíbrio não só no sistema jurídico, como também em todos os outros paralelos. A sociedade, como já defendia o sociólogo Emille Durkein³⁹, é um sistema orgânico, que se integra e inter-relaciona de forma sistêmica e precisa, mesmo que aos nossos olhos não pareça ser. A sociedade de solidariedade orgânica, é uma expressão utilizada, pelo citado sociólogo, que define o nível de interdependência de cada esfera social, que apesar de parecerem separadas, dependem da existência das outras e do equilíbrio dessas.

³⁹ DURKHEIM, Émile (1893), De la division du travail social, Paris, publ. orig. : 1893 ; novo prefácio : 1902 (trad. port.: A divisão do trabalho social, Lisboa, Editorial Presença, 1977).
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

O direito, como ferramenta de ajuste e controle das necessidades sociais, pauta-se nos anseios da coletividade. Existe, porém, uma deficiência que impede o implemento, e até mesmo que a sociedade sinta a necessidade de suprir esses direitos. Como exemplo podemos observar, através da pirâmide de Maslow⁴⁰, que mostra que as necessidades humanas são divididas em cinco fases, a qual cada uma das fases deve ser suprida, para que seja a imediatamente superior, motivante. Há, dessa forma, na sociedade, a carência de direitos básicos, que devem ser garantidos, de forma integral para que todos possam se desenvolver, em busca de uma sociedade ordenada e progressista, como estampado em nossa bandeira nacional. A participação social é de suma importância, mas para que ela seja eficiente e efetiva, é necessário que haja uma mínima capacidade crítica - conhecimento e a capacidade de interpretar e agir positivamente - apesar de sabermos que no Brasil existem várias pessoas que detêm essa capacidade, todavia esse número é pífio ao compararmos o número total de brasileiros. O legislador, ao exercer suas atribuições, o faz com base em uma sociedade “organizada” primitivamente, isso posto deve atender as necessidades de forma equânime, sob pena de pensamentos como “por que investir nas penitenciárias, ao invés de escolas ou hospitais?”, pois há uma disfunção socioeducativa que não permite que a sociedade enxergue a realidade, e as necessidades que devem ser tratadas por iguais, gerando uma *cegueira social*.⁴¹ O sistema penal, em decorrência das disfunções supracitadas, sofre preconceitos, sendo considerada como uma área de somenos importância. É equivocado, sem embargo, tal pensamento, pois o sistema penal é responsável por tutelar bem de altíssimo valor, que é liberdade. Este sistema, ao longo dos séculos, vem passando por diversas mudanças e evoluções. Nos séculos XVII e XVIII, não se tinha uma ideia formada de como seriam de fato as prisões e as aplicações das penas. O apogeu desse mecanismo se dar aproximadamente no século XIX, onde a prisão privativa de liberdade é implantada para substituir a pena de morte, foi apenas no século XX que surgiram as primeiras modernas concepções da necessidade de ressocialização do preso. O melhor, teoricamente, modelo de ressocialização em que se encontra o sistema carcerário é o que se tem empregado atualmente, no século XXI. O Brasil, atualmente adota um sistema penitenciário progressivo ou irlandês, no qual passa por alguns estágios, a citar: o de isolamento, o de trabalho em conjunto e o de livramento condicional. Foi a Carta Régia redigida no país em 1769, que é determinada a construção da primeira prisão brasileira, a casa de Correção do Rio de Janeiro. A constituição de 1824, estabeleceu a separação dos réus por tipos de crimes e penas, e também que as cadeias fossem adaptadas para que com isso os detentos pudessem trabalhar. É em meados do século XIX que o problema da superlotação, que perdura até os dias atuais, começou a dar seus primeiros passos, pois na casa de Correção do Rio de Janeiro, já tinha um número muito maior de presos do que de vagas. O sistema carcerário brasileiro, finca suas bases em leis e princípios constitucionais, como também em anos de evolução doutrinária, ao reconhecer o caráter triplice da pena, ou poli funcional, vislumbrando que o ato de resposta estatal ao delito, não enseja apenas uma resposta social favorável e eficaz pelo castigo, sendo necessário também prevenir novos delitos e reeducar o apenado. Todavia, é de fácil percepção que essas regras atinentes ao sistema penitenciário são violadas diariamente e, ignoradas pelos gestores estatais, ao modo que, esses problemas tornam-se

⁴⁰ Maslow, A. H. **Motivation and personality**. 2. ed. New York, Harper & Row, 1970.

⁴¹ Expressão advinda dos estudos do sociólogo Emile Durkheim.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

aparentemente inexistentes para tal gestores, evidenciando, que um dos principais motivos para o atual quadro do sistema prisional é a omissão estatal e a ingestão política, no modo de distribuir e organizar recursos e incentivos. Mediante o contrato social idealizado e aperfeiçoado pelos três grandes pensadores modernos e contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau, compete ao Estado solucionar essa permanente crise carcerária, visto que, ao perder sua autotutela, cabe ao poder público garantir os direitos dos apenados. Entretanto, cada vez mais a população carcerária cresce, e poucos presídios são construídos para atender as demandas das condenações. A superlotação prisional, representa claramente uma afronta aos direitos fundamentais. Basta citar o art. 5º, XLIX da Magna Carta- onde assegura aos presos o respeito e a integridade física e moral, também é valido lembrar que a dignidade da pessoa humana é um dos princípios base da Constituição Federal de 1988. O sistema penitenciário brasileiro é regulamentado pela Lei de Execução Penal (LEP), logo em seu art. 1º se encontra proposto o seu objetivo: “Efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica, integração social do condenado e do internado”. No art.10º fica explícita a função que cabe ao poder público, diz que: a assistência do preso e ao internado, como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo esta ao egresso”. O art. 88º da LEP, estabelece que o cumprimento da pena ocorra em cela individual, com área mínima de seis metros quadrados. Ademais, no art. 85º prevê que necessita existir uma compatibilidade entre a estrutura física do presídio e a sua capacidade de lotação. Além de violar todos e quaisquer princípios e leis, a superlotação impedi que possa existir mínimas chances de ressocialização. Na obra literária “Vigiar e punir: O nascimento da prisão” o filósofo Michael Foucault já demonstrava ceticismo em relação às prisões, criadas na virada do século XVIII para o XIX a partir de um novo modelo de punição, não mais constituído por sessões públicas de tortura, mas por mecanismos de dominação dos criminosos em espaços fechados, regulados pela disciplina e pelo olhar “panóptico”, que tudo vê. E fazia um diagnóstico que deitava por terra a propalada missão de regeneração dos estabelecimentos penais, segundo Michel Foucault (2008, p. 221). Percebemos ao pesquisarmos e interagirmos com o tema que, a lei, como marco de conduta, é de observância de todos, e quando as expectativas sociais, pautadas nas leis não são cumpridas, há uma frustração social que gera o desequilíbrio interno, e até mesmo externo, pois as bases das relações externas são uma boa harmonia interna. Dessa forma, é necessário que haja ferramentas de controle social, ou seja, meios para com que haja uma qualidade continua e um equilíbrio permanente, precisando, pois, de planejamento, em todos os níveis, estratégico, estabelecendo planos de longa data, tático, de médio prazo, e operacionais, voltados para atividades práticas e mais frequentes. E uma alocação eficiente e eficaz de recursos e despesas, para assim poder agir. Porém, é necessárias ferramentas para controlar toda essa ação, que é o que mais carece, sendo uma boa e salutar opção as pesquisas jurídicas de campo, que apesar de serem pouco difundidas no direito, seria o meio mais eficaz de aproximar a informação atualizada e filtrada a sociedade, tendo essa meios e razões para cobrar o efetivo equilíbrio e prestação adequada dos seus direitos. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a cartografia simbólica do Direito, no qual, sofre uma tricotomia que consiste em escala, projeção e simbolização. O primeiro grande mecanismo de representação é a Constituição Federal, no qual, várias outras leis infraconstitucionais, buscam o seu plano de validade na norma hipotética superior, como por exemplo, a LEP – Lei de Execução Penal. O segundo grande

mecanismo é até onde às leis se projetam e têm efetividade, buscando a proteção da pessoa do apenado, nas dimensões dos presídios, no qual, as normas são imprescindíveis para a harmonia do sistema prisional. O terceiro grande mecanismo abrange como seria a realidade se tais normas e leis fossem criteriosamente aplicadas. É de fácil percepção, a disparidade entre realidade e norma, o que nos faz pensar e querer expor para mais pessoas a verdadeira situação do sistema normativo brasileiro. À luz do grande jurista brasileiro Paulo Nader, que partilha dessa ideia, percebemos que: “o Direito sem efetividade é letra morta; existirá apenas formalmente”. Caracterizando-se pela preocupação em interagir as descontinuidades da interação social e jurídicas. **REVISÃO DA LITERATURA:** Um dos conceitos basilares do conhecimento, foi, sem dúvidas, o demonstrado por Platão em sua obra *A República* (2002), no qual, me delonguei apenas sobre o mito da caverna, em que mostra a manipulação do mundo sensível e inteligível, demonstrando que o conhecimento é relativo àquilo que nos apresentam, e tudo que tomamos como verdade. Dessa forma, se não nos questionarmos, e efetivamente nos libertarmos das amarras que nos predem, e seguirmos em busca da luz, estaremos fadados a viver em um mundo manipulado, onde a verdade será sempre sombras. Utilizamos também, a pirâmide desenvolvida pelo psicólogo americano Maslow (1970), que escalona os fatores motivacionais, aduzindo que cada fator é necessário para que possamos pensar em outro, imediatamente superior, ou seja, para se chegar aos fatores no topo da pirâmide, é necessário satisfazer as necessidades básicas. Para tentar explicar os sistemas sociais, fez-se mister os conceitos do sociólogo Emile Durkheim (1977), que pregoava que a sociedade era uma sociedade dividida em dois tipos de solidariedade mecânica e orgânica. Para este trabalho, utilizamos apenas o viés orgânico que é a sociedade ser interligada como um organismo vivo, um a visão holística da sociedade. Embasamos no estudo do filósofo Michael Foucault, em seu livro *Vigiar e punir*, onde ele fez um diagnóstico do sistema prisional, demonstrando que deitava por terra a vulgarizada missão de regeneração dos estabelecimentos penais. (2008, p. 221). Bem como no do marques de Beccaria, em seu livro *dos delitos e das penas*, que mostra a evolução do sistema penal. (2002). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Atualmente percebemos que, ao se tratar de apenados e direitos inerentes a estes, a sociedade coloca um véu, que é construído pelos fortes apelos midiáticos e pelas manipulações sociais sucintas, mas que resultam em uma série de reprodução de pensamentos retrógrados e fechados, verdadeiros pensamentos medievais. Buscamos a desconstrução deste pensamento que assola a sociedade, que está em verdadeiro ofuscamento, pois, é engraçado ver que hoje, na era da informação, a desinformação é tanta, ao utilizarmos um argumento *a simili*, vemos que Platão⁴² descreve esse momento em que vivemos em sua obra, o mito da caverna, no qual, ao utilizar o sol como metáfora para a informação – o saber – alude que ao sair da caverna seria ofuscado pelo brilho do sol, não sabendo ao certo o que é real ou não. O paradoxo se dar quando, ao sair da caverna nos questionarmos se aquilo que estamos vendo, é verdadeiramente o mundo real, ou uma caverna com novas dimensões. É isso que a mídia faz atualmente, aumenta as dimensões da caverna, e esconde o verdadeiro caminho de saída. Após várias experiências negativas, aprendemos, ou ao menos esperamos que sim, que não se pode ver o direito isolado - técnica da aplicação do direito puro, ou seja, não podemos ver o direito

⁴² PLATÃO. **A república**. Rio de Janeiro: editora Best Seller, 2002. tradução de Enrico Corvencieri.

como uma ciência para a manipulação da conduta social, sem sabermos o que é um fato social, sem sabermos o que causa e qual é o problema a ser corrigido. O caso mais relevante no qual o direito foi aplicado efetivamente, porém desprovido de princípios e humanização, foi na segunda guerra mundial, onde vários atos atentatórios a dignidade da pessoa humana, e a vida foram legitimados e constitucionalizados. No holocausto promovido pelo temido ditador, e que ficou na memória de todos, foi onde primeiramente se viu o perigo real da aplicação da norma pura. É inegável que a aplicação do direito tem que ser rígida, ou seja, tem que haver um sistema escrito, rígido para termos segurança jurídica em nossos atos da vida em sociedade, porém não se pode ter uma aplicação estática, é cediço a ideia de que os costumes e culturas são os dimensionadores do direito, então é desproporcional a ideia de não evolução social dos direitos e de não interação do direito com outras áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade surge justamente para unificar o pensamento, e mostrar que para uma aplicação verdadeiramente efetiva, devemos olhar o todo, social, cultural, jurídico e econômico, que mobiliza toda a sociedade em um movimento circular de compensação, ou seja, são inteiramente dependentes um do outro, já que vivemos em uma sociedade de solidariedade orgânica, onde sistemas e órgãos movimentam um todo social. Em toda nossa história de reprimendas, observamos uma linearidade evolutiva que começa tendo as penas como apenas uma retribuição, primeiramente privada, por meio do instituto jurídico da autotutela, que historicamente foi um dos primeiros meios de repressão e punição, em seguida passamos pelo momento contratualista, onde todos nós, membros de uma sociedade, sede parte de seus direitos, para ter alguns, que julgamos mais importantes, protegidos por um ser maior com mais força e autoridade, o que Thomas Hobbes chamou de leviatã, chegamos ao surgimento do embrião da ideia de soberania popular como conhecemos hoje. Na segunda parte histórica, onde o Estado exerce a atividade de punir *jus puniendi*, primeiramente notamos uma grande desproporcionalidade na aplicação da reprimenda, ligada a aspectos econômicos e culturais daquela época, que não visava outra coisa a não ser punir severamente, com resquícios da lei draconiana. Após várias discussões de doutrinadores contemporâneos à época, a ideia de humanização foi ganhando força, mas, estamos falando de décadas para chegarmos a esse pensamento, o Marques de Beccaria, em seu livro dos delitos e das penas, mostra a importância de não só punir como uma retribuição e sim, como reeducação, através da disciplina e trabalho. Esse pensamento foi medular para a compreensão atual da aplicação da pena no Brasil, onde tem um caráter educativo socializador. Hodiernamente, majoritariamente adota-se o sistema progressivo educador, ou irlandês, no qual visa a educação do preso e a reinserção dele na sociedade, através do trabalho e estudo – meios mais utilizados. Porém como é sabido por todos nós, invariavelmente esse preso não consegue se reinserir na sociedade, que lhe fecha todos os caminhos, e se deixa, são caminhos mais complexo, onde na realidade deveria ser ao inverso, para o estímulo a não prática de novas transgressões. À vista disso, insta salientar a importância de um olhar metodológico e interdisciplinar, pois o problema não está só no transgressor, está em todo o sistema, e conseqüentemente, uma parcela recai em nós. Dando azo à teoria da co-culpabilidade às avessas, uma nova interpretação da teoria da co-culpabilidade do mestre E. Raúl Zaffaroni. As evoluções ideológicas trazidas pelas grandes revoluções são de grande importância e relevância para enxergarmos o novo sistema de valores constitucionais e a nova era interdisciplinar, que também é chamada de pospositivismo, neocostitucionalismo ou formalismo-valorativo. Para

uma verdadeira e efetiva interpretação normativa devemos utilizar, o que Paulo Nader chamou de tripé, do fato, valor e norma, devemos ver como uma lupa, e cada aspecto uma lente que nos permite ir mais a fundo do problema. Como citado alhures, o Direito puro não é o mais recomendado. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que são várias as causas que levam o sistema carcerário brasileiro a estar em um processo de defasagem incontrolável, aspectos que, perpassam o direito, e devem ser discutidos diariamente. As normas que permeiam a pessoa do apenado, são desrespeitadas em detrimento de interesses de grandes, fazendo-se necessário que quebreemos a “gôndola de vidro” em que os nossos “representantes” nos colocam. Tal desrespeito atinge negativamente o meio social de maneira geral, desencadeando problemas e consequências que tendo em vista sua complexidade, são irremediáveis. Nesse interim, uma medida salutar e importante é a pesquisa jurídica, sobretudo pesquisas de campo, demonstrando a realidade mais fielmente, desapegando-se do universo perfeito do direito onde todos são respeitados, onde ninguém passa fome, onde todos têm uma educação de qualidade, onde a saúde é de qualidade, e que todos tenham acesso a ela; Enfim discussões teóricas do direito, e também discussões sobre as proposições jurídicas fundantes do nosso sistema, isso se torna mais fácil, sem sombra de dúvidas, com uma sociedade integrada. É cediço que inúmeras pesquisas já apontaram isso, porém é certo que quem detém o saber, por conseguinte detém o poder, ideias essa já pregada pelo filósofo Francis Bacon. Destarte, os operadores do direito, devem interligar saberes, instruir pessoas, servindo a sociedade, exercitando sua função social, pois a sociedade é muito complexa e sistêmica para querermos evoluirmos *de per si*.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BRASIL. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislação>>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

_____. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=403920>. Acesso em: 04 maio 2016.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 abr. 2016.

CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo. Fontana, Patricio. 2009. Lisandro Alonso. La aventura de salir de Chapter Eighteen 292.

DURKHEIM, Émile (1893). **De la division du travail social**. Paris, publ. orig. 1893. novo prefácio : 1902 (trad. port.: A divisão do trabalho social, Lisboa, Editorial Presença, 1977).

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23a Rio de Janeiro: vozes, 2000.

NASCIMENTO DE ARRUDA, Sande. **Sistema carcerário brasileiro**. Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/59/sistema-carcerario-brasileiro-a-ineficiencia-as-mazelas-e-o-213019-1.asp>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**. v. 1. Ed. Rev., atual. Ampli. 10.ed. São Paulo: método, 2016.

MASLOW, A. H. **A theory of human motivation**. Psychological Review, 50: 390-6,1943.

_____. Motivation and personality. 2. ed. New York, Harper &. Row, 1970.

MCGREGOR, D. The Human side of enterprise. New York, McGraw-Hill, 1960.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 15. ed. Rev., Atual. e Ampli. Rio de Janeiro: forense, 2015.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: best seller, 2002. tradução de Enrico Corvencieri. Disponível em: < <http://revistaliteraria.com.br/PlataoRP.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2016.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELA OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

AUTORES:

Heriberto Medeiros Filho

Matheus da Costa Vale Lima

RESUMO: O presente artigo científico tem o objetivo de analisar o grau de sincronização das normas jurídicas que tratam de ações que visam a regularização fundiária no município de Natal com a realidade social, bem como sensibilizar a sociedade da existência dessa legislação, com ênfase na lei nº 11.977/09, e dos impactos ambientais causados pela ocupação desordenada do solo no município de Natal, destacando a falta de conhecimento e conscientização da população, bem como a postura omissa do Estado no tocante às ações de fiscalização e aplicação do dispositivo normativo. Nesse sentido, fizemos uso do método da cartografia social, que consiste na busca em registrar relatos e representações sócio espaciais no processo de auto mapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades. Após realizada a pesquisa identificamos que embora exista uma lei específica sobre o tema, esta não é cumprida pela população, tampouco sua aplicação é efetiva por parte do Estado, gerando inúmeros impactos negativos à coletividade, principalmente ligados às questões ambientais.

Palavras - chave: Regularização fundiária. Ineficácia normativa. Impactos ambientais.

INTRODUÇÃO: Em um país com uma vasta quantidade de terra disponível e muitas delas sem sua devida regularização, além de uma forte influencia cultural e histórica que permite que essa falha ocorra, podemos observar de forma alarmante a falta de conhecimento da população em relação aos seus direitos de regularização, além da falta de efetividade do Estado (*Latu Sensu e Strictu Sensu*) em garantir esse direito a sociedade. Ao longo dos anos ficou evidente a despreocupação do Estado em realizar ações de regularização fundiária, garantindo o direito social à moradia, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mesmo com normas objetivando realizar esse procedimento, não havia interesse por parte da população em investir na regularização do imóvel adquirido, pois acreditavam que o simples fato de conseguir o espaço físico para moradia era suficiente. Para ratificar o cenário apresentado, podemos tomar como base os dados apresentados por Batista (2015), titular da SEHARPE (Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes), entrevistado pelo Portal G1 RN, onde na capital potiguar, no ano de 2015 havia uma estimativa de que cerca de 80% dos imóveis da cidade não possuíam escrituras públicas lavradas em cartório, trazendo prejuízos ao proprietário, mediante a insegurança jurídica a que estava exposto, bem como ao Estado, que deixa de arrecadar tributos inerentes aos imóveis. Na mesma linha de pensamento foi averiguado através de novas pesquisas que 98 municípios dos 167, cerca de 59%, não possuem regularização, desconhecendo assim grande parte da malha fundiária do Estado, segundo Raimundo Sobrinho (Secretário da SEARA-RN). O problema apresentado nesse estudo não se limita apenas às condições de

titularidade do imóvel em questão, nem paira somente sobre a figura do indivíduo que detém a posse do referido imóvel, é algo que transcende e atinge outros aspectos que ferem inclusive a coletividade. Como por exemplo uma recente discussão sobre a desocupação de uma área verde localizada no Loteamento Patrícia Juna, no bairro Felipe Camarão, na cidade de Natal/RN, onde em 2015 foi feito um levantamento e identificou-se que pelo menos 82 imóveis invadiram uma área que teoricamente deveria ser utilizada para a construção de alguma praça, jardim ou algo similar para uso da comunidade local. Diante disto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB apresentou a denúncia ao Ministério Público para a desocupação da área, o inquérito civil foi instaurado em 2014 e teve uma última reunião ocorrida em 27/03/2017, ainda sem definição, exatamente devido a ocupação irregular e o que fazer com os moradores da área invadida. (SEMURB, 2017). Nesse sentido, fica claro que a ocupação desordenada do solo acarreta também uma série de problemas ambientais, que por consequência, atinge toda a população da área afetada, tendo em vista o alto índice de contaminação do solo e lençóis freáticos nos bairros de Natal onde a ocupação do solo não obedeceu as normas existentes, causando problemas de ordem natural, como desmatamento e extinção de dunas, além de outros ligados a saúde, decorrente da distribuição de água fora das especificações indicadas para consumo humano. Com o intuito de minimizar os riscos decorrentes da má ocupação do solo, especificamente na Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9) da capital potiguar, localizada na comunidade Gramorezinho, a SEMURB vem realizando estudos para regularizar a condição dos posseiros existentes no local, bem como traçar ações do uso consciente do solo, a fim de preservar o leito do Rio Doce e lagoas existentes na ZPA 9 (MIRANDA, 2015). Diante do tema abordado, não podemos deixar de considerar os dados do maior órgão de pesquisas e estatísticas brasileiro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), que em 2001 apontava que apenas 506 dos 5.507 municípios existentes no Brasil desenvolveram ações ou programas de regularização fundiária em seus territórios. No decorrer do tempo, ao perceber a gravidade do problema e aliado à criação de uma norma específica que trata do assunto, 1.743 municípios desenvolveram programas de regularização, segundo dados do IBGE do ano de 2011 (IBGE, 2011). Assim, fica evidente que embora tenha havido uma maior conscientização, bem como ações concretas para a solução do problema apresentado, os dados mostram um déficit enorme de imóveis em situações de irregularidade. Desse modo, este artigo tem como objetivo geral analisar o grau de sincronização das normas jurídicas que tratam de ações que visam a regularização fundiária no município de Natal com a realidade social. Já como objetivos específicos, podemos listar os seguintes: a) identificar a relação entre a realidade da regularização fundiária e o direito aplicado no município de Natal; b) identificar os benefícios trazidos pela aplicação da lei nº 11.977/09; c) apontar quais os riscos existentes pelo não cumprimento do que está previsto na lei nº 11.977/09; e, d) sensibilizar o público em relação à existência da lei nº 11.977/09 dando ênfase aos impactos ambientais ocasionados. **METODOLOGIA:** A presente pesquisa teve como base o método da cartografia social, que consiste na busca em registrar relatos e representações sócio espaciais no processo de auto mapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território pelas comunidades. No direito, a cartografia tem por principal objetivo mapear a efetividade jurídica (PRADO FILHO; TETI, 2013). A partir daí, definimos os três elementos básicos da cartografia social, quais sejam: a escala, que nada mais é do que a intensidade ou tamanho da abordagem, que em nosso projeto apontamos o

município de Natal/RN como sendo a escala do estudo; a projeção, que consiste na constatação da efetividade das normas jurídicas pertinentes ao assunto proposto; e por fim a simbolização, que são os dados e estatísticas apresentados. Utilizamos também a pesquisa de caráter descritivo, que tem a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos sem entrar no mérito do conteúdo. Segundo Barros e Lehfeld (2007), a pesquisa descritiva caracteriza-se pelo estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes (PEROVANO, 2014). Com base nas conceituações apresentadas, utilizamos a ferramenta da internet para realizar buscas de legislações e artigos científicos e trabalhos acadêmicos, com a pretensão de adquirir o conhecimento necessário sobre o tema abordado e posteriormente transmitir ao público de forma clara e objetiva, além de verificar a efetividade das normas jurídicas no tocante a regularização fundiária no município natalense e os impactos ambientais ocasionados pelo não cumprimento das normas pertinentes. Por fim, será feita uma apresentação oral em evento realizado pela IES no intuito de explicar o tema abordado. Esse processo será conduzido de modo a apresentar a importância da regularização do imóvel, a apresentação dos benefícios que a obtenção do título de propriedade proporciona ao indivíduo e os riscos existentes pela situação de irregularidade e os impactos ambientais resultantes da ocupação desordenada do solo.

REVISÃO DA LITERATURA: O presente estudo desenvolve-se, de uma forma geral, com base na importância de constatar a efetividade das normas que incidem sobre o fato social apresentado anteriormente e apresentar ações que visem contribuir para o avanço da sociedade, buscando sensibilizá-la sobre a importância do conhecimento do sistema jurídico em seu cotidiano, com vistas a aplicá-lo em prol do benefício próprio. Tendo em vista os inúmeros problemas que podem ser gerados pela ausência de títulos públicos de registros de imóveis, é imprescindível que haja a atuação governamental na implantação e regulamentação de diretrizes dos projetos urbanísticos que visem benefícios e promovam a aquisição documental do bem imóvel, bem como a rigidez no processo de fiscalização, e por último e não menos importante, o interesse do cidadão em garantir o título de propriedade do seu bem imóvel. Historicamente, vemos que o problema apresentado se consolidou devido a existência da lei nº 6.766/79, que tratava primordialmente das questões do uso e ocupação do solo e com pouco conteúdo sobre o registro de propriedade, porém, esse assunto era abordado de forma generalista, ou seja, sem dar uma atenção específica ao fato social. Junte-se a isso a questão do crescimento populacional desordenado, principalmente em regiões de periferias urbanas, fazendo com que o Estado se deparasse com um problema de grandes proporções, nunca antes imaginado. Diante disto, foi criada uma lei específica sobre o tema, trata-se da lei nº 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização de assentamentos localizados em áreas urbanas. Mediante a necessidade de tornar mais efetiva a aplicação da legislação existente, os entes públicos vêm promovendo ações que visam regularizar a situação imobiliária dos seus espaços, como por exemplo a Prefeitura de Natal que em 2015 instituiu uma meta de entregar à população 10.000 títulos de propriedade de imóveis já ocupados de maneira “irregular”. Neste mesmo compasso, o Governo do RN lançou neste ano de 2016 um programa de

regularização fundiária, visando atender a diversos municípios do interior (GOVERNO DO RN, 2016). Diante deste cenário, fica evidente que se cumpridos todos os procedimentos dispostos na legislação, haverá inúmeros benefícios, tanto para população como para o poder público, uma vez que ao conseguir o registro do imóvel, o cidadão poderá ter, de forma mais abrangente, acesso ao mercado de crédito financeiro, garantirá a segurança jurídica do bem imóvel, permitindo assim a comercialização do imóvel ou a transferência aos seus herdeiros. Para o ente público, cada imóvel regularizado gera receitas referentes aos impostos inerentes à ocupação e possíveis transações imobiliárias. Em contrapartida, os aspectos negativos quanto ao não cumprimento da legislação podem acarretar problemas de ordem social, econômica e ambiental, afetando diretamente a vida das pessoas e o desenvolvimento estatal. Nesse sentido, dando ênfase aos impactos ambientais gerados pela ocupação desordenada do solo no município de Natal/RN, observamos que este é um ponto de suma importância, pois, além de trazer à tona as questões jurídicas inerentes ao problema, temos ainda desdobramentos ainda mais severos que atingem toda a coletividade. Ratificando o parágrafo anterior, observa-se que a aglomeração urbana natalense se expandiu por áreas totalmente impróprias para habitação, tendo em vista a grande quantidade de fontes de captação de água que as rodeiam, trazendo consigo sérios riscos de contaminação, principalmente por nitrato. Isto se deve principalmente ao descompasso existente entre o progresso do empreendedorismo e a infraestrutura necessária para o estabelecimento de um grupo num determinado local (MESQUITA, 2007). Dessa forma, as autoridades competentes, nesse caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, vem adotando medidas para conter o avanço de tais ocupações, como por exemplo o conjunto San Vale, localizado no bairro Pitimbu, onde estão proibidas qualquer tipo de construção, seja de cunho residencial ou comercial, no intuito de preservar o lençol freático existente no local, pois a ocupação desordenada gera um alto índice de contaminação por nitrato. Nesse contexto, ainda segundo Mesquita (2007), no ano de 2006 foram realizados vários testes em poços de abastecimento de água, localizados em diferentes bairros no município natalense. Os resultados de análises realizadas pelos alunos e professores da UFRN constatou que existiam 47 (quarenta e sete) poços com níveis de nitrato acima do permitido pela Resolução 518/04 e que se encontram em pleno funcionamento em Neópolis, Jiqui, Pirangi, Ponta Negra, Capim Macio, Parque das Dunas, Candelária, Morro Branco, Lagoa Nova, Nova Cidade, Felipe Camarão, Pajuçara, Gramoré, Parque das Dunas, Alvorada, Amarante, Lagoa Azul). Os dados trazidos anteriormente comprovam que há uma ineficiência da aplicação da norma por parte dos órgãos públicos, tendo em vista que ao passo que foram adotadas medidas de prevenção no Conjunto San Vale, já existia uma “rede de contaminação” espalhada por praticamente todo o município, colocando em risco a saúde da coletividade. Seguindo a mesma linha de raciocínio, segundo Silva (2015):

[...] observou-se que boa parte das áreas de dunas que constituem a área urbana da zona administrativa Oeste, especificamente, o bairro de Felipe Camarão vem sendo ocupada e usada de forma irregular, principalmente se tratando da sustentabilidade ambiental, por uma parcela da população menos abastada. As áreas de dunas estão praticamente sendo invadidas pela população, muitos lotearam algumas partes para comercializar, foram abertas vias de acesso para o outro lado da duna; além da retira excessiva da areia para algum tipo de construção e reparos nas casas, ou servem como um local para depósito de lixo. (SILVA, 2015, p. 95).

Diante do exposto, constatou-se que não existe de um modo geral divergências ou polêmicas em relação ao assunto abordado por parte dos doutrinadores, o que existe é um posicionamento consensual que ratifica a importância da atuação dos entes públicos no que concerne a ocupação do solo no município de Natal. Dar uma ênfase maior à responsabilidade do Estado não implica dizer que a população está isenta das suas, mas, fica claro que a sociedade não possui um nível de conhecimento e compreensão sobre o tema, visando apenas garantir sua moradia, sem se preocupar com os impactos causados pela ocupação desordenada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Merece destaque o fato de que diversas legislações que tratam do assunto foram criadas ao longo da história, dentre as quais devemos apontar a leis federais nº 6.766/1979, que trata do parcelamento de solo urbano, a lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a lei nº 11.977/09, a mais recente e específica sobre o tema. Contudo, mesmo com essa vasta quantidade de normas e programas do governo no intuito de minimizar o problema, onde 1.743 municípios desenvolveram programas de regularização, segundo dados do IBGE do ano de 2011 (IBGE, 2011) foi perceptível a ineficácia de sua aplicação e fiscalização por parte dos órgãos competentes ao averiguar que na capital do estado, 80% dos imóveis da cidade não possuíam escrituras públicas lavradas em cartório, trazendo prejuízos ao proprietário e Estado (BATISTA, 2015). Levando em consideração essa perspectiva da problemática do tema e seus impactos causados, especificamente os ambientais, (Mesquita) 2007 relata em seu artigo a ocupação desordenada em alguns bairros da capital, que após verificação técnica de órgão competente foi constatado a contaminação dos poços de abastecimento de água por nitrato. Tal fato gerou repercussão social e resultou como medida preventiva a proibição de realizar obras de qualquer tipo nessas localidades até que seja feita as devidas adequações. Ainda se tratando dos impactos ambientais, (Silva) 2015 expõe os malefícios causados na zona Oeste, em região de dunas, onde houve a mesma distribuição irregular do solo, trazendo riscos aos indivíduos que ali se encontram e suas famílias, bem como a sociedade num todo por se tratar de uma área de preservação. Dessa forma, no objetivo de abarcar tanto os impactos ambientais pela ocupação desordenada, bem como uma solução viável para esse problema, (Miranda) 2014 expressa sua preocupação em relação a não proteção do Estado no que se refere às pessoas que residem na comunidade de Gramorezinho. Assim, ele remete a função social da propriedade descrita na CF/88 no art. 5º e a atribuição da propriedade como direito social, trazendo uma responsabilidade ao Estado de garantir uma infraestrutura não apenas as pessoas abastadas, e sim a população no geral evitando uma exclusão social desses indivíduos que resulta na maioria das vezes em ocupações desordenada de regiões irregulares. **CONCLUSÃO:** Diante do cenário apresentado, verificamos que a efetividade da lei de regularização fundiária (lei nº 11.977/09) no município de Natal/RN está aquém da realidade almejada. Mediante as pesquisas constatamos que embora alguns esforços tenham sido realizados nos últimos anos, o problema ainda persiste de forma significativa em grande parte do território natalense. Após o estudo realizado, ficou evidente que se cumpridos todos procedimentos em relação ao tema, haverá inúmeros benefícios, tanto para população como para o poder público, uma vez que ao conseguir o registro do imóvel, o cidadão poderá ter, de forma mais abrangente, acesso ao mercado de crédito financeiro, garantirá a segurança jurídica do bem imóvel, permitindo assim a comercialização do imóvel ou a transferência aos seus herdeiros. Para o ente público, cada imóvel regularizado gera receitas referentes aos impostos inerentes à ocupação e possíveis transações imobiliárias. Em contrapartida, os

aspectos negativos quanto ao não cumprimento da legislação podem acarretar problemas de ordem social, econômica e ambiental, afetando diretamente a vida das pessoas e o desenvolvimento estatal. Quanto aos impactos ambientais causados, estes têm alta relevância, pois além de prejudicarem diretamente a população devido às contaminações de lençóis freáticos (água potável), desmatamento de áreas verdes e ocupação de áreas de dunas, ainda geram prejuízos financeiros ao erário, que necessitam gastar muito mais para estruturar as regiões afetadas. Portanto, depreende-se que a criação de dispositivos normativos que regulamentem os procedimentos de regularização de imóveis de nada tem serventia se a forma de aplicar e a efetivação dessas ferramentas jurídicas não estão de acordo com o fato social existente. Desta forma, fica clara a necessidade do Estado em atuar na raiz do problema, de forma preventiva (ações de conscientização da população) e também coercitiva, utilizando-se dos poderes-deveres a ele atribuídos, garantindo a efetividade da norma.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.

BATISTA, Getúlio. **Prefeitura planeja grande programa de regularização fundiária em Natal**. Rio Grande do Norte, Portal G1 RN, 14 set. 2015. Entrevista ao Portal G1 RN. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/especial-publicitario/prefeitura-do-natal/natal-a-nossa-cidade/noticia/2015/09/prefeitura-planeja-grande-programa-de-regularizacao-fundiaria-em-natal.html>>. Acesso em: 06 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Lei n. 6766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

_____. **Lei n. 11977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

GOVERNO DO RN. **RN ganha primeiro programa de Regularização Fundiária em áreas urbanas**. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=123063&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=NOT%C3%8DCIA>>. Acesso em: 05 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios brasileiros 2011**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip_xls.shtm>. Acesso em: 06 set. 2017.

MESQUITA, T. P. N. O crescimento urbano desordenado do município de Natal-RN e suas consequências para a contaminação da água, principalmente por nitrato: Avaliação legal e de saúde pública. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL. 2007, Caxambu. **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**. Caxambu, 2007. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1721.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

MIRANDA, Rafael Pires. **Meio ambiente e moradia na zona de proteção ambiental 9**: uma análise da aplicação do instrumento da regularização fundiária à comunidade do Gramorezinho. Natal, RN, 2014. 68f. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/905/1/RafaelPM_Monografia.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PRADO FILHO, Kléber. TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

SEMURB. **Proposta de regularização fundiária será levada a discussão**. Disponível em: <<http://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-25779.html>>. Acesso em: 06 set. 2017.

SILVA, P. J. Uso e ocupação do solo urbano: uma análise dos impactos ambientais nas áreas de dunas no bairro de Felipe Camarão/Natal-RN. **HOLOS**. Rio Grande do Norte, v. 5, ano 31. p. 91-103, jun. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/2350/1146>>. Acesso em: 07 out. 2017.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PRODUTO DE UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

AUTORES:

Joab Chacon Ferreira

Maria Lucicléia Lins Bezerra

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise a cerca da violência contra a mulher em âmbito familiar e doméstico, numa perspectiva histórica e cultural levando à evidência a relação que existe entre as normas jurídicas, sobretudo aquelas que protegem a mulher, e o contexto histórico. Ressalta-se a importância de entender o contexto histórico-cultural como um dos principais norteadores no desfecho da eficácia da lei, assim como a influência de “costumes” está contida na recepção que a sociedade tem dado a lei, neste caso, em especial a lei 11.340/2006. Apresentam-se possíveis meios para que a problemática detectada seja no mínimo amenizada diante de um problema social que está enraizado na sociedade, capaz de sobreviver ao tempo, mesmo com normas disciplinadoras. Pretende-se, com este trabalho, que se faça uma leitura do fato social em análise de modo a utilizar-se de uma interpretação interdisciplinar, sobretudo observando a relação com o tempo e através deste possa de maneira crítica e analítica entender que possíveis problemáticas não devem apenas ser compreendidas de forma superficial, mas de forma a extrair sua raiz.

Palavras - chave: Histórico. Mulher. Violência.

INTRODUÇÃO: O presente artigo tem como principal anseio, viabilizar o entendimento acerca da violência contra a mulher, mostrando a peculiaridade histórica e atual deste fato social de grande debate na sociedade. Diante disso, passaremos a entender a importância de se analisar com cautela este recorte social, utilizando-se para isto, antes de qualquer resultado, alguns dados estatísticos pertinentes ao tema aludido, assim como, já neste momento, explanar este problema social pelo contexto jurídico, utilizando para isso uma lei que nos dê amparo à análise do tema em discussão mostrando assim, qual a efetividade da lei 11.340/2006 que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências⁴³.

Dessa forma, é importante neste artigo tornar claro alguns dados estatísticos sobre a violência contra a mulher numa perspectiva anterior e posterior à Lei nº 11.340/2006, além de evidenciar os períodos remotos que retratam o tratamento dado à mulher e

⁴³ BRASIL. Lei Maria da Penha: **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em:

assim poder fazer uma análise crítica da influência que este passado tem nas ações sobre a mulher do presente. Embora seja um crime e grave violação aos direitos humanos, a violência contra a mulher segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente, mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha. Em 74% dos relatos de violência registrados pelos serviços 180, a violência contra a mulher é diária ou semanal. Em 72% dos casos, as agressões foram cometidas por homens com quem as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação afetiva. Esses dados foram divulgados no balanço dos atendimentos realizados em 2015 pela central de atendimento a mulher – ligue 180, (SPM-PR)⁴⁴. Diante do evidenciado através das estatísticas, torna-se claro que há uma manifestação de violência nacional contra as mulheres, no mínimo semanal, por homens que residem com suas companheiras. Diante desses dados importantes, faz-se necessário perceber quais são também, segundo a SPM-PR, os tipos de violências em percentual efetivadas contra as mulheres. Do total de relatos de violência registrado pelo serviço, 50,16% foram de violência física; 30,33% de violência psicológica; 7,25% de violência moral; 2,10% de violência patrimonial; 4,54% de violência sexual; [...].⁴⁵ Após verificar e tomar ciência em percentuais da violência contra a mulher, sobretudo no âmbito doméstico e familiar tendo como ordem temporal dados pós-lei, é necessário ainda evidenciar que: antes de 2006, ano em que o governo sancionou a lei, “Os homens, histórica e culturalmente, tinham liberdade para agredir indiscriminadamente suas companheiras [...] antes de 2006 a violência doméstica era julgada como qualquer outro crime pela justiça comum.” Diante desses dados, pode-se concluir que o tipo de violência que prevalece ainda é a física, no entanto esses tipos de violências contra as mulheres não surgem do acaso, há uma grande relação com o contexto histórico-cultural da sociedade, sobretudo na perspectiva do âmbito familiar e doméstico. Assim, diante destas evidências, o presente artigo tem como principal objetivo contribuir para o entendimento da proporção da efetividade da Lei Maria da Penha sobre a violência contra a mulher, numa perspectiva familiar e doméstica, além de poder contribuir também para o entendimento histórico e sociocultural sobre o qual se assenta tal violência. O artigo está ainda pautado na disponibilização que se dará para o reconhecimento do sistema jurídico no cotidiano em conexão com o texto constitucional e demais searas do direito. **METODOLOGIA:** O trabalho científico foi realizado com uso de métodos de pesquisa, com ênfase nas técnicas dos assuntos analisados, dos conceitos pesquisados e das abordagens das leis em vigor e em especial na pesquisa bibliográfica como ferramenta de suporte. Acrescido a isto é importante ressaltar que um dos métodos que foi aplicado para obtenção do resultado desejável foi também o cartográfico⁴⁶, uma vez que o processo de pesquisa andou lado a lado com o referido método desbravando o fato social através da norma jurídica (escala) da lei 11.340/2006 que proporcionou a partir de dados estatísticos se entender a efetividade/eficácia jurídica (projeção) da lei Maria da Penha, possibilitando assim, entender a projeção simbólica (simbolização) para sociedade, aclarando de fato a relação harmônica e natural entre o jurídico e o social. Resta ainda mencionar que a conclusão sobre o fato social em análise a luz

⁴⁴ SPM- Secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república.

⁴⁵ Compromisso e atitude, Google. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

⁴⁶ CARTOGRAFIA: é a atividade que se apresenta como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação.

da norma jurídica mantendo relação com o fator histórico-cultural, só foi possível a partir de leituras realizadas em diversos livros de autores renomados e através de pesquisas estatísticas obtidas por meio de sites especializados em informações sobre violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. **REVISÃO DA LITERATURA:** O artigo tem como principal objetivo contribuir para o entendimento da efetividade da Lei Maria da Penha sobre a violência contra a mulher, numa perspectiva familiar e doméstica, além de poder contribuir também para o entendimento histórico e sociocultural sobre o qual se assenta tal violência. O artigo está ainda pautado na disponibilização que se dará para o reconhecimento do sistema jurídico no cotidiano em conexão com o texto constitucional e demais searas do direito. Diante disso, em primeiro lugar, observemos o recorte social pelo véis histórico, tendo este elemento participação decisiva e fundamental no desenrolar da construção da violência contra a mulher, uma vez que tal violência não surgiu do acaso, mas de uma construção histórica e sociocultural, sobretudo no âmbito doméstico e familiar. Vejamos:

Apesar de todos os avanços, da equiparação entre o homem e a mulher levado a efeito de modo tão enfático pela constituição, a ideologia patriarcal ainda subsiste. (...) O homem se tem como proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos. A sociedade protege a agressividade masculina, constrói a imagem da superioridade do sexo que é respeitado por sua virilidade. A afetividade e sensibilidade não são expressões da masculinidade. (...) Os homens precisam ser super-homens, não lhes é permitido ser apenas humanos.⁴⁷

Diante deste pensamento, há de se perceber que, embora exista uma lei que estabeleça o proceder mediante punição legal, este problema será de difícil solução, haja vista necessidade que já é intrínseca ao comportamento, quer seja do próprio homem, ou até mesmo da própria sociedade como um todo que tem alimentado esta ideia de virilidade. Tal comportamento humano, inclusive da própria sociedade feminina, advindo de um agir cultural histórico tem sido uma das limitações da eficiência da Lei 11.340/2006. Dessa maneira fica claro, que existe a necessidade de se analisar criticamente a violência contra a mulher, não apenas em razão da lei, mas também pelo contexto histórico tendo por base autores que entendem determinadas ações ilícitas advindas de um contexto histórico social. Ainda para Wolkmer (2007, p.105) “o pater famílias era ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz, constituindo-se assim, a família como unidade da sociedade antiga [...]. Percebe-se assim, que há uma relação do passado com o presente corroborando assim, com o pensamento de Maria Berenice, ambos deixam claro que historicamente desde as civilizações antigas em se tratando de relacionamento de homem para com a mulher no ambiente doméstico o “*pater*” ser o detentor de todo o poder e dono de toda e qualquer propriedade, sendo a mulher e filhos parte dessa propriedade, evidenciando assim, desde aquele período a mulher como um ser redutível no espaço familiar. Dessa forma a situação nos faz entender que estamos diante de um problema de eficácia jurídica por problemas históricos e culturais de uma sociedade que tem enraizada determinadas condutas e maneiras de pensar a respeito do tratamento à mulher, principalmente em âmbito familiar, capaz de

⁴⁷DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 46, 2007.

sobreviver ao tempo a despeito do surgimento de normas que disciplinem determinadas condutas. Assim, resta claro que um dos principais problemas da eficácia jurídica da lei 11.340/2006 frente à sociedade, no que tange à violência contra a mulher, pode sim estar associado ao contexto histórico, impregnado culturalmente na sociedade. Olhando a efetividade da Lei nº 11.340/2006 por outro ângulo, não mais pelo viés histórico, mas sim pela resposta à aplicabilidade da própria letra da lei, percebem-se algumas falhas, senão vejamos: embora sendo um princípio fundamental da Constituição Brasileira (CF/88, art. 1º, III) a dignidade da pessoa humana e o Estado assegurando a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, a Lei Maria da Penha, que tem fundamento nestes dois artigos, não tem sido executada de maneira retilínea pela própria sociedade e esse contexto acaba deixando claro que a lei e a realidade não interagem de modo harmônico e natural, quer pelo contexto histórico-social, quer pelas ações da própria sociedade já advindas deste cenário histórico. Exemplos desses contrastes de eficácia social *versus* eficácia jurídica, percebe-se na letra da lei nas Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor. Aqui serão expostos alguns dos incisos do art. 22 que mais entra em evidência da pouca interação entre a lei em questão e a realidade. Vejamos:

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida⁴⁸

Estes incisos e alíneas, são corriqueiramente entendidos como determinações pouco respeitadas, muito embora tais medidas sejam aplicada com a advertência expressa de que o seu não cumprimento gerará uma sanção legal para aqueles que as infringir. Desta forma, percebe-se que o governo tem à sua frente problemas de efetivação desejável da lei na proteção à mulher pelas respostas que a sociedade tem dado na recepção de dadas normas, uma vez que a norma não tem como fundamento ou objetivo central a mudança cultural de uma sociedade, mas sim de coibir e prevenir determinada ação. Esta cultura, modo de agir e de se comportar é que tem sido produto da construção histórica. Diante do evidenciado, torna-se claro que a limitação da lei infraconstitucional nos faz entender que, por consequência, a Constituição Federal e até mesmo a Declaração dos Direitos Humanos⁴⁹ são afetadas. Vejamos:

A liberdade é reconhecida como a primeira geração dos direitos humanos, direito que é violado quando o homem submete a mulher ao seu domínio. Também não há como deixar de reconhecer nesta postura afronta aos direitos humanos de segunda geração, que consagra o direito à igualdade. De outro lado, quando se fala nas questões de gênero, ainda marcado pela

⁴⁸ SARAIVA, VADE MECUM. Atual. e Ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

⁴⁹ A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH), que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Foi esboçada principalmente pelo canadense John Peters Humphrey, contando, também, com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo.

verticalização, é flagrante a afronta à terceira geração dos direitos humanos, que tem por tônica a solidariedade. (RITT, 2008, p.4).

Deste modo, a submissão que há da mulher para com o homem, tem percorrido uma grande trajetória histórica, de modo que além de atingir a Lei Maria da Penha, revela uma influência direta na aplicação e efetividade da Constituição nos direitos fundamentais, revelando que os direitos individuais, de igualdade e de até mesmo de fraternidade tem sido colocados a certa distância da figura feminina, sobretudo dentro de seus lares, numa relação de íntimo afeto. Acrescido a isso, a dignidade da pessoa humana, como um dos princípios fundamentais da constituição e principal fator de defesa nos direitos humanos, também têm sido maculada, trazendo uma sensação de ineficácia até mesmo das leis superiores na proteção da mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Após apresentado o projeto na inicial, projetou-se uma investigação realizada através de atividades cotidianas, com o objetivo de alcançar resultados satisfatórios partindo sempre do fato social em análise dentro do contexto jurídico. Desta forma, percebeu-se que a lei 11.340/2006 como primeiro objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, tem conseguido de certa forma amenizar a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, mas há de se considerar que o fato da amenização não incide em um resultado eficaz diante de um problema de tamanha demanda, ou seja, a eficácia ainda é limitada. Aqui mais uma vez é necessário mencionar o que já fora abordado como uma das principais explicações desta pouca eficiência da lei, pois historicamente desde as civilizações em se tratando de relacionamento entre homens e mulheres no ambiente doméstico o “*pater*”⁵⁰ era o detentor de todo o poder. Assim pudemos perceber que há uma grande relação do passado com o presente, em que o contexto histórico-cultural em meio a grandes conquistas por parte da sociedade, aqui em especial a da mulher, ainda é capaz de sobreviver ao tempo e permanecer com grandes influências no contexto atual de uma sociedade. Exemplo disso é a postura masculina mesmo em meio aos novos paradigmas, ainda que esses sejam impostos na forma de norma jurídica. Diante desta afirmativa, embora exista uma lei uma lei que estabeleça os procedimentos mediante punições legais, este problema pode ter solução, porém de muito longo prazo, uma vez que se trata de um problema que tem como principal tronco a cultura de uma sociedade que envolve até mesmo a aceitação da própria mulher.

CONCLUSÃO: Como mencionado ainda na introdução deste relatório, a pretensão seria tentar entender o fato investigado, desta forma, segundo mencionado nos resultados alcançados, percebeu-se diante de pesquisas que, a realidade segue em muitas vezes o sentido contrário do Direito, a partir deste novo horizonte a respeito do objeto em análise, foi possível tirar algumas conclusões, assim como possibilita entendermos quais caminhos a seguir para uma eventual intervenção na busca de pelo menos tentar amenizar os problemas que foram encontrados e evidenciados no decorrer deste artigo. Assim, passaremos de modo objetivo, mas a cima de tudo organizado, evidenciar nossas reflexões, já mencionando proposições justificadas, evidenciando possíveis meios que é, no nosso entendimento, essencial para o progresso e melhor execução da Lei 11.340/2006. Como já dito, na sociedade existem paradigmas que são muito fortes, é o caso da posição da figura do homem que abre caminhos para outras ações infringentes, automatizando assim, sua ação errônea alimentada até mesmo pela

⁵⁰ PATER: era o mais elevado estatuto familiar (*status familiae*) na Roma Antiga, sempre uma posição masculina. O termo é latino e significa, literalmente, "pai de família".
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

própria sociedade o que gera um mal comportamento, inclusive influenciando as ações de nossos filhos que serão o futuro retrato dessa sociedade atual. Partindo desta afirmativa, pensamos a educação como um dos principais meios para tentar solucionar ou, ao menos, amenizar os problemas em foco. A justificativa para essa linha de raciocínio está assentada na própria Lei Maria da Penha, quando menciona no seu art. 8º, sobre as medidas de prevenção a violência doméstica e familiar contra a mulher, deixando claro que é necessário por parte dos gestores utilizarem-se de políticas públicas voltadas para o combate à violência contra a mulher, utilizando o espaço escolar como um dos principais meios para tentar a solução deste problema, ensinando aos futuros parceiros de lar, como agir, levando ao conhecimento destes as obrigações quanto ao respeito à mulher, assim como, ensinando-lhes também que a desobediência às normas protetivas pode incidir graves sanções. Desta forma como meio de uma melhor efetivação da Lei Maria da Penha, poderia o governo inserir na grade curricular das instituições de ensino privada e pública, desde o ensino infantil, uma maneira mais específica de ensinar acerca das normas de combate à violência contra as mulheres, assim como as consequências de uma possível desobediência a essas normas. Tendo em vista que este tipo de violência é um problema cultural, um ensino dessa natureza, proposto desde cedo, certamente contribuiria para banir ou, pelo menos, reduzir significativamente tais práticas. Este procedimento de maneira perseverante dentro da sociedade escolar pode ser, talvez, não uma resposta imediata aos nossos anseios, mas quem sabe um primeiro passo para num futuro próximo conseguirmos ver uma sociedade menos estereotipa, o que levará automaticamente uma maior preocupação com a Lei Maria da Penha, possibilitando assim uma melhor efetivação da mesma, até porque já sabemos que violência contra a mulher é, antes de tudo, um problema cultural. Por fim, entendemos que a educação ainda é a meio mais seguro para todas as soluções referente a muitos problemas que ocorrem em uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

COMPROMISSO E ATITUDE. Google. Disponível em:

<<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contr-a-mulher/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 46, 2007.

MARTINS, Isabela P. Magno. **Violência Doméstica contra a Mulher antes e depois de 2006.** Disponível em:

<<http://www.portaleducação.com.br/psicologia/artigos/57033/violencia-domestica-contr-a-mulher-antes-e-depois-de-2006>>. Acesso em: 07 out. 2017.

RITT, Caroline Fockink. **A violência doméstica contra a mulher:** uma afronta aos direitos humanos, direitos fundamentais e a dignidade humana. Florianópolis: Artigo, 2008.

VADE MECUM. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do direito.** [s.L]: Del Rey, 2007.

A INEFICÁCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: DESARMAR A SOCIEDADE É A SOLUÇÃO?

AUTORES:

Arthur Bernardo Lessa
Luann Vitor Medeiros da Silva
Matheus Emanuel da Silva Moreira

RESUMO: O presente estudo visa abordar alguns aspectos referentes ao Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, tendo como objetivo principal analisar a ineficácia do referido Estatuto na redução da criminalidade. Na medida em que o Estado desarma a sociedade, retira do cidadão o seu direito de legítima defesa, uma vez que sem uma arma de fogo, dificilmente uma pessoa conseguirá se proteger contra atos criminosos de terceiros que a usam. Deste modo, o criminoso possui a certeza de que quando for cometer seus delitos não enfrentará resistência alguma, uma vez que o Estado desarmou a população, gerando assim um confronto desleal entre cidadão desarmado e delinquente armado, já que o Estatuto do Desarmamento não tem eficácia alguma em coibir a aquisição ilegal de arma. Além do mais, o Estado que tem o dever de garantir a segurança pública, também não o faz com eficácia, garantindo ainda mais para o infrator que ele não enfrentará resistência alguma. Portanto, pretende-se mostrar neste trabalho que, retirando o direito do cidadão de se armar, o Estado usurpa deste o direito de legítima defesa, dentre outros direitos também garantidos constitucionalmente, como o direito à liberdade, direito à propriedade e direito à vida.

Palavras - chave: Desarmamento. Arma de fogo. Ineficácia.

INTRODUÇÃO: Atualmente o Brasil vive uma séria crise de segurança pública. O Estado perdeu completamente a capacidade de proteger a sociedade, ao passo em que, ao mesmo tempo, também impede o cidadão de tentar se proteger, uma vez que a Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) foi criada para restringir o uso de arma de fogo por civis, definindo requisitos bastante rigorosos para a sua obtenção. Além de restringir o uso de arma de fogo, o Estatuto do Desarmamento também trouxe restrições quanto ao registro, posse e comercialização, uma vez que a suposta finalidade da lei é reduzir a criminalidade praticada com o uso de arma de fogo. Buscar-se-á, no presente trabalho, analisar a ineficácia do Estatuto do Desarmamento no combate à criminalidade, visando comprovar que desarmar a sociedade não é a solução para redução da violência. Ou seja, pretende-se mostrar que o Estatuto do Desarmamento não contribuiu em nada para a redução da criminalidade, pelo contrário, os rigorosos critérios para adquirir uma arma estabelecidos pela lei só contribuíram para deixar a população indefesa e a mercê dos bandidos, criando assim um confronto desleal entre cidadão e delinquente, além de retirar da sociedade os direitos de liberdade, propriedade e autodefesa. Para isso, analisaremos a ineficácia do Estatuto do Desarmamento no combate à criminalidade através de dados que comprovam que mesmo após a entrada em vigor do referido Estatuto o número de homicídios no Brasil apenas aumentou, comprovando assim que a criminalidade não está diretamente relacionada ao uso de armas de fogo, até porque, o delinquente que age a margem da lei, não se preocupa em comprar uma arma legal para cometer um delito. Além de uma análise dos

dados sobre violência no Brasil, será feita ainda uma breve análise acerca da inconstitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, uma vez que a sua rigorosa restrição ao uso de arma de fogo viola direitos fundamentais expressos na Constituição Federal. Discutiremos ainda acerca da situação atual na qual o cidadão brasileiro é obrigado a viver, o confronto desleal contra o delinquente que tenta lhe ofender, enquanto o cidadão brasileiro cumpre a legislação e não faz uso de arma de fogo, o bandido não se preocupa com o Estatuto do Desarmamento e consegue facilmente ter acesso a armas de fogo, fazendo com que o cidadão se torne refém da “bandidagem”, não podendo fazer nada para defender seus sua vida, sua família e seus bens. Deste modo, justifica-se o presente estudo devido a condição na qual o brasileiro está sendo obrigado a viver, ou seja, é de extrema relevância social que esse assunto seja estudado e debatido amplamente, uma vez que o Estatuto do Desarmamento usurpa do cidadão direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. Pois, como veremos adiante, a arma de fogo é o instrumento necessário para autodefesa do cidadão, garantindo assim os direitos constitucionais de legítima defesa, o direito à liberdade, o direito à propriedade e o direito à vida.

METODOLOGIA: A metodologia desta pesquisa consiste na utilização do método de pesquisa bibliográfica, utilizando para isso o método cartográfico aplicado ao Direito, sendo fragmentado em três mecanismos: a) Escala (Visando o tamanho da abordagem), b) Projeção (A verificação se os embasamentos jurídicos utilizados estão sendo efetivados), c) Simbolização (Dados e estatísticas que foram apresentados). Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e na internet, buscando posicionamentos, notícias e informações relacionadas ao tema, fazendo uma relação da situação atual da segurança pública no Brasil com os objetivos definidos no projeto. Além disso, foram utilizadas doutrinas que abordem acerca da juridicidade do Estatuto, bem como autores que realizem análises sobre a sua eficácia.

REVISÃO DA LITERATURA: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, prevê que são direitos fundamentais do cidadão:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. (BRASIL, 1988).

Logo, percebe-se que a Constituição Federal prevê como direitos e garantias fundamentais à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade, contudo, esses direitos foram usurpados pelo Estatuto do Desarmamento. Primeiro, foi retirado a liberdade de escolha, o cidadão não pode mais escolher ter ou não uma arma, ou seja, fere-se o direito à liberdade de escolha e o direito à propriedade, uma vez que restringe o direito de propriedade do cidadão, ao tempo que, uma vez desprotegido, o cidadão perde seu direito de propriedade não apenas por não possuir a arma, mas também por não poder se defender quando se confrontar com um ato de ofensa a sua propriedade. Do mesmo modo foram usurpados os direitos à segurança e à vida, como que estes direitos são invioláveis se o cidadão não pode defende-los? Não tem lógica a defesa dos direitos fundamentais do cidadão não poder ser executada pelo mesmo, mas apenas pelo Estado, que se revela completamente incapaz de fazê-lo. Ainda em análise da Constituição Federal de 1988, é visto que o direito à propriedade do indivíduo é reforçado como direito e garantia fundamental, pois ainda no artigo 5º, nos incisos XI e XXII verifica-se:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
XXII - é garantido o direito de propriedade;

Portanto, a casa é asilo inviolável e é garantido o direito à propriedade, porém, como pode o cidadão garantir a propriedade de sua casa e de seus bens se está desprotegido frente às ameaças? Podendo outrem, fazendo uso de arma, logo, com maior potencial ofensivo, ameaçar o seu direito à vida e retirar a sua propriedade, o cidadão, desprotegido, nada poderá fazer. Analisando esse confronto entre o Estatuto do Desarmamento e o direito à legítima defesa, Liliana Buff e Luiz Felipe Buff discorrem⁵¹:

Desarmar totalmente a população, acreditando ser a solução única para o problema da violência é também tirar do cidadão comum o direito de se defender. De defender a vida, a família, a propriedade, direitos assegurados pela Carta Magna. O direito de defender a vida é um desdobramento do próprio direito à vida. Como se sabe, nem sempre as pessoas podem recorrer ao Estado para a proteção de seus direitos. Por não ser onipresente, o Estado confere aos indivíduos o direito à legítima defesa. A autotutela conferida pelo Estado autoriza a vítima a se utilizar moderadamente dos meios necessários, para rebater injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (artigo 25, CP).

Ou seja, se a lei admite a mesma por parte do cidadão, é preciso garantir também o acesso ao principal instrumento de defesa disponível, uma vez que a situação atual da violência do país é assombrosa. A única ferramenta capaz de proporcionar ao cidadão o bom exercício do seu direito de legítima defesa é a arma de fogo.⁵²

Deste modo, é absolutamente contraditório que o Estado garanta o direito à legítima defesa e ao mesmo tempo retire do cidadão o instrumento que melhor viabiliza a autodefesa, uma vez que a arma de fogo é o instrumento mais efetivo para obstar uma agressão.⁵³ Além de ferir direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, o Estatuto do desarmamento teve eficácia alguma na sua finalidade de reduzir os índices de criminalidade no Brasil, o Atlas da Violência⁵⁴, estudo divulgado em junho de 2017, pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), analisou dados sobre homicídios no Brasil entre 2005 e 2015, trazendo dados assustadores. Por exemplo, comparando os dados da violência no Brasil e no mundo, conclui-se que todos os atentados terroristas do mundo nos cinco primeiros meses de 2017 não superam a quantidade de homicídios registrada no país em três semanas de 2015. No mundo, em 498 ataques, 3.314 pessoas morreram no mundo, no Brasil cerca de 3,4 mil pessoas foram assassinadas no Brasil a cada três semanas em 2015. Sobre a análise de

⁵¹ SILVA, Liliana Buff de Souza e SILVA, Luiz Felipe Buff de Souza e. **Breve histórico sobre legislação de armas de fogo no Brasil, o Estatuto d o Desarmamento e a ordem constitucional**. In: QUARTIER Latin. Estatuto do desarmamento: Comentários e reflexões – lei 10.826/03. São Paulo: Quartier Latin. 2004.

⁵² TEIXEIRA, João Luiz Vieira apud Celso Ribeiro Bastos. **Armas de fogo: são elas as culpadas?** São Paulo, LTr, 2001. p. 45.

⁵³ DAOUN, Alexandre Jean et al. **Estatuto do Desarmamento: comentários e reflexões**. São Paulo: quartier Latin, 2004. p. 29/30.

⁵⁴ IPEA, FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro. 2017. Acesso em: 06 out. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

dados dos homicídios no Brasil entre 2005 e 2015, o Atlas da Violência só comprova mais ainda que a violência no Brasil só aumenta, mesmo com o Estatuto do Desarmamento em vigor. Em 2015 houveram 59.080 homicídios, o que equivale a uma taxa de 28,9 por 100 mil habitantes, enquanto em 2005 houve 48.136 homicídios. Importante destacar que o estado Rio Grande do Norte teve um crescimento de 232%, em 2005, a taxa de homicídios. Ou seja, mesmo após o Estatuto do Desarmamento entrar em vigor, os números de homicídios só fizeram aumentar, comprovando o uso de arma de fogo pelos civis em nada altera os índices de homicídios e criminalidade. Portanto, o Estatuto do Desarmamento é uma norma ineficaz, uma vez que não consegue atingir a sua finalidade, a redução da criminalidade. De fato, o Estatuto do Desarmamento consegue desarmar a população, todavia, apenas a população que deseja ter uma arma legal para fins de autodefesa, ou seja, os rigorosos requisitos exigidos para aquisição do direito à posse e porte de arma fazem com que seja praticamente impossível comprar uma arma legalmente. O marginal, por sua vez, que deseja ter uma arma para cometer ilícitos, tem acesso com muita facilidade, logo, percebe-se a ineficácia do Estatuto do Desarmamento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nesse contexto, restaram evidenciados a ineficácia do Estatuto do Desarmamento no combate à criminalidade, percebendo-se que a sociedade desarmada não é a solução para reduzir os altos índices de violência existentes em nosso país. Ao ponto que, ficou constatado que na verdade, a única maneira de uma pessoa exercer o seu direito de legítima defesa em uma situação em que alguém tenta lhe agredir, ofender ou ameaçar, é utilizando uma arma de fogo, ainda mais quanto maior for a diferença de força entre o pretense agressor e a pretensa vítima, maior será o benefício do uso de uma arma. Além do mais, o Estatuto do Desarmamento é ineficaz também por não conseguir desarmar o delinquente, o bandido que vai atrás de uma arma para cometer delitos e não para exercer o seu direito de autodefesa, até porque, criminosos não entram em lojas para comprar armas, não preenchem fichas para registrá-las, mas sim as compram no mercado ilegal, que é muito mais poderoso com o Estatuto do Desarmamento em vigor. Deste modo, conclui-se que, na verdade, o Estatuto do Desarmamento contribuiu para o aumento da criminalidade, uma vez que ao dificultar o acesso das pessoas comuns às armas, facilitou a ação dos criminosos. Porém, um cidadão armado protege a si mesmo, sua família, as pessoas em sua volta e seus bens. Ainda mais que sabemos que é impossível haver presença policial em todos os lugares, a todos os momentos, a única barreira que pode deter um criminoso é o cidadão armado. Essa é a verdadeira prevenção ao crime. Restou evidenciado ainda, que o Estatuto do Desarmamento não funciona, pois desde sua aprovação e colocação em prática os índices de violência brasileiros jamais deixaram de aumentar. Por fim, constatou-se ainda que o Estatuto do Desarmamento fere direitos fundamentais garantidos ao cidadão, retirando do cidadão os direitos constitucionais à legítima defesa, a liberdade, a propriedade e o direito à vida. **CONCLUSÃO:** Ao longo de todo trabalho foi observado que o Estatuto do Desarmamento não é de forma alguma eficiente para redução da criminalidade do Brasil. Ficou perceptível que desde a entrada em vigor desta lei, os índices de criminalidade só continuaram a crescer o que deixa explícito que uma sociedade desarmada não reduz os índices de criminalidade. Além disso, ficou constatado também que a restrição ao uso de armas por parte do cidadão fere direitos constitucionais, uma vez que, não deixar o cidadão escolher ter ou não uma arma fere o direito à liberdade, restringir o direito à legítima defesa do cidadão fere os direitos à propriedade e à vida, quando estes forem ofendidos por outrem e o cidadão não puder defendê-los por não possuir o

instrumento necessário para garantir sua legítima defesa. Diante do exposto, conclui-se que o Estatuto do Desarmamento é prejudicial a segurança pública, pois impede que as armas cheguem nas mãos dos cidadãos que pretendem se defender, defender sua família e seus bens, porém, não é nada eficaz em impedir que armas cheguem nas mãos daqueles que vivem à margem da lei e pretendem utilizar uma arma justamente para ofender o patrimônio ou a vida daqueles que estão inofensivos por não possuir um instrumento adequado de defesa. Por fim, embora a pesquisa realizada não seja ampla o suficiente a ponto de abordar todos os aspectos relacionados ao tema, de modo que não seja possível esgotar o assunto, é importante destacar que ficou devidamente constatado que o Estatuto do Desarmamento é ineficaz em sua finalidade, portanto, o mais adequado a se fazer é continuar os debates e discussões a esse respeito, buscando trazer alterações no que se refere a legislação de armas de fogo, principalmente de forma que facilite o acesso do cidadão as armas de fogo, tornado possível que o mesmo exerça o seu direito de legítima defesa e esteja resguardado de forma legal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 06 de outubro de 2017.

_____. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 06 out. 2017.

DAOUN, Alexandre Jean. Et al. **Estatuto do Desarmamento: comentários e Reflexões**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

FUENTES, André. **Índice aponta Brasil como 11º país mais inseguro do mundo**. VEJA. 14/05/2014. Acesso em: 07 out. 2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/indice-aponta-brasil-como-11-pais-mais-inseguro-do-mundo/>>. Acesso em: dia, mês, ano.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro. 2017. Acesso em: 06 out. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2017.

QUINTELA, Flavio; BARBOSA, Bene. **Mentiram para mim sobre o desarmamento**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

SILVA, Liliana Buff de Souza e SILVA, Luiz Felipe Buff de Souza e. **Breve histórico sobre legislação de armas de fogo no Brasil, o Estatuto d o Desarmamento e a ordem constitucional**. In: QUARTIER Latin. Estatuto do desarmamento: Comentários e reflexões – lei nº 10.826/03. São Paulo: Quartier Latin. 2004.

TEIXEIRA, João Luiz Vieira apud Celso Ribeiro Bastos. **Armas de fogo:** são elas as culpadas? São Paulo, LTr, 2001.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2016:** Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2016.

OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE HISTÓRICO JURÍDICA

AUTORES:

Maria Thayna Fernanda Cavalcanti Cortez
Nerivaldo Fernandes Barbosa

RESUMO: Apresenta a importância de estudar e compreender o contexto histórico-social em que os adolescentes em conflito com a lei estão inseridos, trazendo à tona, por meio dos grandes pesquisadores sociais, os elementos institucionais que marcaram e produziram a vida desses jovens. Como estratégia metodológica, considerando a natureza desta pesquisa, utiliza-se abordagem qualitativa na aproximação e produção do fenômeno investigado, percorrendo o seguinte delineamento metodológico cartográfico: a) Projeção, b) escala, c) símbolo. O trabalho circunda a ideia de que estejamos sempre atentos para os processos micropolíticos que produzem as instituições de internamento, de modo a ponderar até que ponto nossas práticas, de fato, estão considerando e promovendo esses adolescentes como sujeitos de direito, materialmente.

Palavras – chave: Internamento juvenil. Institucionalização. Estigmatização.

INTRODUÇÃO: O descaso social para com crianças e adolescentes no Brasil tem gerado no decorrer do século XX, até o tempo presente, uma série de internamentos juvenis, principalmente depois da criação do Juizado de Menores – órgão responsável em solucionar os problemas relativos a esses jovens abandonados e desviados das regras sociais vigentes. Segundo COIMBRA (2004), o modo institucional de tratar crianças e adolescentes no Brasil evidencia, historicamente, práticas de violência física e moral. Fato que, indubitavelmente, acontece com frequência semelhante no contexto atual, mesmo depois da implantação dos serviços de ressocialização sob a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Os fatores que têm reafirmado historicamente esse tipo de cenário institucional, como repressivo-agressivo e promotor de maus tratos para os adolescentes infratores do nosso país, estão relacionados às situações de superlotação desses espaços de internamento, falta de ações educativas e/ou profissionalizantes no processo de ressocialização, falta de treinamento dos técnicos e funcionários, descaso das autoridades para esse setor e dificuldades na operacionalização de políticas públicas para esse tipo de problemática. Seguindo essa premissa podemos evidenciar como juristas em formação que percebemos o Direito como um processo histórico-evolutivo, fruto, consoante dos eminentes contratualistas – a exemplo de Rousseau –, de convenções sociais, em que os particulares abrem mão de parte de sua individualidade em prol do coletivo, ou melhor, em prol de uma convivência social harmônica. Ocorre que nem todos os atores sociais enxergam dessa maneira, e seja por estar arraigado ao meio em que vivem e se desenvolvem, seja como ferramenta única para escapar da morte, embora que filiando-se a um sistema paraestatal, ou por atitude volitiva, ou por qualquer outra forma, onde há o homem há também a diversidade, e onde esta está presente também os padrões e os desvios deles estarão. Para tanto, sem pretensão alguma de esgotar o assunto, até porque estamos evidenciando e problematizando

de maneira breve o objeto de nossa pesquisa. Diante disso optamos em primeiro lugar por apresentar o desenvolvimento sócio histórico das normas garantidoras de direitos, como também problematizar os entraves sócio-jurídicos que esses jovens sofrem desde o ventre materno, onde são desde já segregados a um futuro cheio de desventuras. Através dos referenciais teóricos e do discurso⁵⁵ obtido através desses jovens, podemos explicar mesmo que superficialmente e entender a dimensão do objeto da nossa pesquisa. **METODOLOGIA:** Seguindo a proposta cartográfica, elaboramos o nossa pesquisa seguindo o viés qualitativo, usando como escala a necessidade em dialogar sobre o contexto histórico, social e os entraves jurídicos que os adolescentes em conflito com a lei convivem de maneira perpetua. Para conseguirmos atingir a efetividade almejada é primordial conhecer o verdadeiro caminho construído por essas instituições totais (KOLKER 2005), que segregam, estigmatizam e institucionalizam precariamente cada um desses jovens. A partir daí, projetamos nossa discursão acerca das violações de direitos que essas crianças e adolescentes vêm sofrendo desde os primórdios, fundamentamos essa análise com os discursos desses jovens imberbes. O esquecimento desses jovens e, mais ainda, desses adolescentes que rompem criminalmente o lícito, tornando-se algozes da segurança pública e de toda uma sociedade que já os deixava na penumbra social e agora os observam temerosamente, estigmatizando ferozmente todos aqueles que rompem com o padrão socialmente aceito. A simbolização desse projeto é esclarecer para o âmbito jurídico que, mesmo mergulhados no descaso social, usufruindo da marginalidade, esses jovens adultos conseguem ser resilientes, embora dentro dessa carcaça moral a que são submetidos desde nascituros. **REVISÃO DA LITERATURA:** Durante séculos, as crianças não ocuparam lugar próprio na sociedade ocidental. À infância não eram reconhecidos direitos específicos e não havia distinção entre crianças e adultos. Deste modo, o ato de cuidar de jovens abandonados socialmente era função tão somente da Igreja Católica, tendo como principal instituição promotora desta tarefa, a Santa Casa, fundada em meados do século XVI. Segundo Morato (1999), no início do século XX, o estado brasileiro passou a se responsabilizar pela elaboração de programas de defesa da infância, retirando a responsabilidade da Igreja Católica sobre esse assunto. Essa nova visão se deu devido a uma preocupação para a construção de uma sociedade melhor, em que, por força das pressões internacionais através de suas agências de proteção aos direitos humanos e aos direitos da infância, os países deveriam se responsabilizar pela promoção do bem-estar dos seus cidadãos e de suas crianças, através de políticas sociais voltadas para o desenvolvimento humano. Portanto, é sobre essa diretriz de se organizar ações e espaços mais humanizados para a formação das nossas crianças e adolescentes, que indicaremos nesta etapa como e com que função tais instituições voltadas para o “cuidado” das crianças e jovens abandonados ou autores de atos infracionais foram criadas em nosso país. Em 1899, foi criado o primeiro Tribunal de Menores⁵⁶ do mundo, que acabou sendo adotado rapidamente por toda a Europa. Esse instrumento jurídico voltado para jovens autores de algum tipo de delito ou ato ilícito foi incorporado na legislação brasileira através do modelo francês, em 1905. Marcilio (2001) revela que no Brasil essa questão frente a crimes praticados por “menores” começou a ser

⁵⁵ Durante o percurso do Artigo iremos trazer os discursos dos jovens adolescentes que estavam em reclusão no CIAD-RN (Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente) durante a nossa intervenção na Disciplina de Interdisciplinar III ministrada na UNIFACEX, que aconteceu em 2017.1.

⁵⁶ Denominação feita nesse período à crianças e adolescentes abandonados ou infratores.
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

tratada bem antes dos países europeus e de alguns países da América Latina, pois, ainda em 1884, o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho propôs a criação de uma associação protetora da infância desamparada, que incluía “menores” sem pais ou com pais incapazes de educá-los. Neste local – de ação protetora à infância desamparada – deveria ser aplicado o ensino escolar e profissional. E, no caso, dos “menores” infratores, estes deveriam ser direcionados para escolas correccionais em que as medidas disciplinares deveriam ser aplicadas com severidade. Nesse período, foram elaborados experimentos em medidas sócio pedagógicas de caráter filantrópico. Essas intervenções se direcionavam a crianças abandonadas, na tentativa de se prevenir futuros vícios ou a entrada desses jovens numa vida de prostituição e do crime. Foi então que surgiram as Colônias Orfanológicas e as Colônias Agrícolas para Ingênuos, Órfãos e Abandonados. Segundo Marcilio (2001 p. 175) um dos maiores Juristas da época propunha a recuperação de menores infratores em locais que se apresentasse um ambiente sadio. Franco Vaz achava que ‘vadios, vagabundos e capoeiristas’ deveriam ser presos antes de cometerem crimes, isso deveria servir como medida profilática. O primeiro Juizado Privativo de Menores e de Maioridade Penal, foi estabelecido em 1891, elevando a idade penal de 09 anos para 14 anos. Em 1927, foi anunciado o primeiro Código de Menores, onde foi definido um novo projeto jurídico e institucional para a assistência à menoridade considerada “pobre, desvalida ou infratora”, culminando com a elevação da idade penal para os 18 anos. O interessante é que esse código, aprovado em 1927, aponta de forma explícita para qual público ele foi endereçado, ou seja, somente para o extrato considerado “inferior” socialmente. Nesse sentido, sob novas fachadas, os internatos continuavam funcionando e transformaram-se na Rede Nacional de Fundações de Bem Estar Social (FEBEM). Em funcionamento até bem pouco tempo, as FEBEMs resistiram em muitos estados ao reordenamento institucional e continuaram, de certa forma, com a secular política da violência e da repressão, intensificado no período da Ditadura Militar no Brasil. O que impera aqui é um discurso assistencialista baseado na ausência de uma proposta pedagógica sólida no interesse socializador e transformador de uma realidade social profundamente desigual e violenta. Além disso, registra-se ainda, nesses espaços, o desprezo dos técnicos junto aos jovens internados, a arbitrariedade dos monitores e diretores na conveniência de uma violência visível. O resultado disso não poderia ter sido diferente: a realização de constantes motins, fugas e revoltas por parte dos internos (MEDEIROS, 2006, p.2). Mas, vale lembrar que, mesmo com o quadro violento dessas instituições voltadas para o cuidado de adolescentes infratores no país, já em meados dos anos 1970, tais questões passaram a ter uma atenção significativa por parte de agências internacionais e movimentos sociais brasileiro. Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país e o momento de efervescência do retorno aos direitos políticos e sociais, o Estado brasileiro se preocupou em saber como viviam as crianças e adolescentes provenientes das camadas pobres. Com a Constituição de 1988, temos de volta a afirmação do princípio de restauração do sistema brasileiro de políticas sociais, dentre eles, uma ampliação e extensão dos direitos humanos nos mais variados setores da sociedade. O dispositivo constitucional supra trouxe para o nosso ordenamento a visão clara da importância que deve ser dada ao menor, inclusive com o estabelecimento de normas programáticas – a exemplo do seu parágrafo primeiro,⁵⁷ que foi inserido por Emenda Constitucional nos idos de 2010, com o objetivo de

⁵⁷ ART. 227/ CF § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

cuidar dos interesses da juventude (trecho da própria Emenda, de nº 65). Observamos que, topograficamente, está inserido esse excerto constitucional no título que trata da ordem social, ou seja, que preza por direitos transindividuais, de terceira dimensão, ligados à fraternidade, o que nos faz refletir sobre o quão negados foram esses jovens enquanto sujeitos de direito na ordem civil. No ano de 1990, seguindo as diretrizes e princípios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a declaração dos Direitos da Criança (1959), das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (1988), das Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (1990) e das Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990), foi elaborado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que modificou o comportamento e conceito sobre a criança, considerando-as como sujeitos de direito, tendo prioridade e proteção integral. Nesse sentido, o ECA considera criança aqueles que possuem até 12 anos de idade incompletos, correspondendo, caso necessário, às medidas de proteção no art.101 do Estatuto, que versa sobre a proteção de crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos. No caso dos adolescentes, o ECA define aqueles que se encontram em idade entre 12 e 18 anos, aplicando, se necessário, as medidas socioeducativas previstas no art.112 do Estatuto. Debatendo sobre o início da história da sociedade punitiva, Foucault (1997 apud NASCIMENTO, 2005) fala que nos séculos XVII e XVIII o crime, ou a infração penal, é visto como uma ruptura com a lei civil estabelecida no interior da sociedade. O criminoso passa a assumir o lugar do “inimigo social”, aquele que quebra a harmonia da convivência civilizada. “O irregular, o agitado, o perigoso e o infame são objetos da reclusão. Enquanto a penalidade pune a infração, a reclusão, por sua vez, sanciona a desordem.” Diante disso, acreditamos que os espaços destinados para aprisionamento interferem na “repartição espacial dos sujeitos”, sancionando as maneiras de viver e tornando-se um instrumento de controle social. Foucault (1996 apud NASCIMENTO, 2005) chama isso de instituição de sequestro⁵⁸, onde o objetivo desses locais é de apenas “fixar esses indivíduos em aparelhos normalizadores.” Para Kolker (2005), tais estratégias tratam de uma forma de controle e disciplina que não requer o uso da força, pois está organizada a partir da racionalidade das técnicas repressivas, que objetivam a produção de subjetividades dóceis e sociáveis. Zaffaroni (1984 apud KOLKER, 2005), é a partir da cultura do medo instaurada nesse aparato institucional que se desenvolve com mais efetividade tanto as técnicas repressivas de controle e disciplina, quanto às técnicas pedagógicas pautadas na culpa e no reconhecimento do erro como forma de reintegradora. Nesse sentido fica claro o quanto o jogo disciplinar e vigilante constitui um regime simbólico que é compartilhado por todos, produzindo efeitos que legitimam a crença no aparelho de controle e repressivo no objetivo de minimizar possíveis conflitos institucionais. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ao nos depararmos com tal história, ou melhor, com a estratégia “perversa” com que o Estado tratou historicamente nossas crianças, vimos que tais ações tinham como premissa a ideia de que tudo que não tem funcionalidade adequada, que não tem função social e apenas se transforma em um peso ou em lixo urbano, deve ser imediatamente tratado, recuperado e reintegrado a sociedade. O que nos remete a

preceitos: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

⁵⁸ Relato do Adolescente: “eu desenhei a frente do ciad, pantera, já morreu (agente socioeducativos) e desenhei a rosa da senhora (menção a tatuagem da integrante do grupo)

seguinte indagação: como podemos exigir que esses adolescentes tenham suas subjetividades fabricadas pela grande máquina “rê” (reintegrado, reabilitado, recuperado, ressocializado), se, estruturalmente, são tratados com violência nas suas mais variadas instâncias de sobrevivência (saúde, escolarização, lazer, cultura, esporte, consumo, etc.)? Por sinal, conforme preleciona Bitencourt (2014, pág. 598) o sistema penal não consegue conter a delinquência, nem, tampouco, consegue reabilitar ninguém, servindo, na realidade como fonte de estímulos para o cometimento de toda espécie de atrocidades, potencializando os vícios e degradações morais, tornando praticamente impossível que alguém saia melhor do que entrou. Portanto, é nítido que historicamente em nosso país esses adolescentes foram tratados apenas como um lixo social, onde a sociedade ordena o seu “encarceramento” para que ela própria, na sua mais bela noite de sono, possa permanecer calma e acalentada. Por isso que as instâncias governamentais rapidamente criaram instituições, que aplicava a fórmula de sequestro social, confinando e isolando crianças e adolescentes pobres, órfãos e infratores do convívio comunitário. De acordo com os seus idealizadores, tais instituições tinham o objetivo de oferecer a esses jovens um tratamento pedagógico e terapêutico, no entanto, com o uso da força física e de técnicas de violência moral geradora de culpa, tais crianças e adolescentes recebiam tratamento da mais extrema repressão. Desde 1990 com o firmamento do ECA a aplicação de medidas é comandada pelo Juiz da Infância e da Juventude, que analisa o delito cometido pelo infrator, respeitando, principalmente as relações os vínculos sócio comunitários e familiares do adolescente autor do ato, dando preferência a medidas socioeducativas aplicáveis em meio aberto ou semiaberto. É de suma importância que os nossos operadores do direito, principalmente aqueles que atuam na área da infância e da adolescência, nas três esferas dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além dos setores da sociedade civil organizada e movimentos sociais, propiciem instrumentos e dispositivos para que esse sistema de instituições e medidas sócio educacionais, voltados para a promoção de direitos e da socialização desses jovens em conflito com a lei, se tornem efetivos. Além disso, faz-se mais do que necessário que, de um modo geral, tenhamos condições econômicas e sociais para que o Estado e suas instituições possam responder prontamente ao suporte daqueles que precisam dos recursos mais básicos para a sua sobrevivência, evitando assim situações de subalimentação e desnutrição, precarização das condições de saúde, educação e moradia. Fora as situações de desemprego e falta de renda que, agravadas pela falta de qualificação profissional, inviabilizam qualquer possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. A ausência desses fatores-chave que possibilitam as condições mínimas de vida acaba por promover a busca de sobrevivência pela mendicância, pela moradia em lugares inadequados e insalubres, gerando assim o risco a doenças.⁵⁹ Ou seja, o resultado disso é o agravamento do quadro de segregação da vida e de desigualdade social, o que alimenta ainda mais os níveis de violência⁶⁰ já existentes nos centros urbanos, que são indubitavelmente alarmados com o tráfico e o consumo de drogas. No direito penal, há dois pilares que alicerçam a formação de culpabilidade – um dos substratos formadores do crime -, ou melhor, do grau de reprovação social de uma conduta contrária ao direito: um é o livre arbítrio e o outro é o determinismo. O livre arbítrio apregoa que o homem deve ser responsabilizado por suas escolhas, já que tem o tirocínio para fazê-las;

⁵⁹ Relato do Adolescente sobre seu colega de cela: *“Esse boy (sobre M.V) vem pra porta do CIAD pedindo para entrar (risos), o boy não tem família e vem pra cá com fome e frio (risos)” (Nesse momento podemos perceber M.V constrangido);*

⁶⁰ Relato do Adolescente: *“A segurança somos nós”*

deve o homem pagar por escolhas mal feitas, portanto. O determinismo tem como premissa básica a existência de fatores extrínsecos ao homem, mas que são carregados de tamanha carga valorativa que seria quase impossível não sucumbir a eles e não ser influenciado para o cometimento de alguma conduta delituosa. É o que está arraigado ao meio social. Ao nosso ver esses jovens delituosos são frutos do determinismo. Entendemos ainda que o Estado não somente deve punir com proporcionalidade, como também deve ser responsável por uma prestação social eficiente e igualmente proporcional, não se limitando a coletar o expurgo, mas trabalhando para que não se torne como tal, de modo que o respeito às garantias individuais das crianças e adolescentes, que foram construídas ao longo de anos de evolução, seja materialmente concretizado, pois na esfera da formalidade, da ludicidade é tudo muito perfeito, mas na prática a teoria é outra. **CONCLUSÃO:** Entendemos que muito do que esses adolescentes, que têm suas vidas marcadas pelo conflito com as normas sócio jurídicas, passam, está diretamente relacionado com “suplícios que revoltam a humanidade”. Como assim? O que se espera, aqui citando premissas básicas da química moderna, ou seja, em condições normais de temperatura e pressão, é que a criança, para desenvolver-se, antes de tudo, tenha uma estrutura que lhe dê suporte pecuniário, emocional e também normativo, pois é nos primeiros anos de existência que a nossa gênese verdadeiramente passa a tomar forma e exteriorizar-se, mas se o arcabouço emocional estiver vazio, vazia, com muita probabilidade, também será a vida desses futuros cidadãos. Mas o que haveria de ser mais revoltante senão a desproporcionalidade, o fato de por toda uma vida ser cobrado por algo que nunca recebera como esperar amenidades de alguém que só recebeu desgraça? Pouquíssimo provável. Por fim, e sem pretensão alguma de esgotar o tema, concluímos ser o delituoso juvenil fruto de uma confluência de fatores, seja por meio da quebra da estrutura básica, como a família; seja pela ausência do Estado com uma prestação insuficiente, ou até inexistente; seja pelo livre arbítrio viciado pelo determinismo socioambiental; seja pela junção de todos os fatores mesclados, o fato é que mais precisa ser feito pelo Estado, pela sociedade, pela família e até pelos adolescentes.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito penal:** parte geral 1 – 20. ed. ver., ampl. e atual. São Paulo : Saraiva, 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 92, Julho de 2016, Brasília.

COIMBRA, Cecília. **Ser Jovem, ser pobre é perigoso?** [s. L.]: [s.n.], 2004.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente 1990.** Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

KOLKER, Tânia. **Instituições Totais no Século XXI?** Prisões, Manicomios, etc. In: MENEGAT, Marildo; NERI, Regina. Criminologia e subjetividade. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. p.149.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **O jovem infrator e a FEBEM de São Paulo: história e atualidade.** In: LEVISKY, David Léo. Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 175-186.

MEDEIROS.E.M. Histórico CIAD. [S.l.: s. GRANZOTTO, Ana Paula; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. **Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade.** Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 27, n. 4, 2007. p. 622.

MORATO, H.T.P. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

NASCIMENTO. Maria Lívia. Internação de jovens pobres: prática que atravessa a história. In: MENEGAT, Marildo; NERI, Regina. **Criminologia e subjetividade.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. p.149-156.

PEDOFILIA: CRIME OU DOENÇA?

AUTORAS:

Francisca Daiany de Souza Pereira
Nathalia Karoline Maia Silveira

RESUMO: O presente artigo visa abordar de forma clara este tema bastante polêmico no meio social - a Pedofilia. Buscamos explicar as duas visões que hoje se tem sobre o tema, que é o de tratar-se a Pedofilia de uma doença e o de apenas de um crime. No Código Penal e na Constituição Federal não existe um tipo penal específico sobre a pedofilia mais sim, outros dispositivos que acabam por compreender os atos pedófilos. E no contraponto, temos a Organização Mundial da Saúde e a opinião de alguns psicólogos como Adenauer Novaes, afirmando que a pedofilia trata-se de um transtorno de preferência sexual que não tem cura, mas sim tratamento por toda a vida.

Palavras - chave: Pedofilia. Doença. Crime.

INTRODUÇÃO: A pedofilia é um assunto que causa repúdio na sociedade, mesmo não se sabendo se ela é, na realidade, um crime ou uma doença. Segundo James Cantor, da Universidade de Toronto, no cérebro de quem é portador desse “transtorno” existem uma menor quantidade do conjunto de células gliais, que são células do sistema nervoso, as quais são suporte para o funcionamento do sistema nervoso central, e axônios mielínicos que juntos são responsáveis por conexões diversas entre o sistema nervoso e várias partes do cérebro, que podem transformar o instinto protetor de um adulto por uma criança em desejo sexual. Croce (1995) diz que a pedofilia é o desvio sexual “caracterizado pela atração por crianças, com os quais os portadores dão vazão ao erotismo pela prática de obscenidades ou de atos libidinosos”. Algumas outras definições sobre o tema abordado requerem uma diferença de idade de no mínimo cinco anos do agressor para o ofendido. Alguns sexólogos, porém, como o especialista americano John Money, acreditam que não somente adultos, mas também adolescentes, podem ser qualificados como pedófilos. Segundo Faleiros (1998, p.49), a violência exercida contra crianças e adolescentes possui raízes históricas, econômicas e culturais.

[...] violência, aqui, não é entendida como ato isolado, psicologilizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo.

Na Grécia antiga, essa prática era considerada normal e era usada para que houvesse a iniciação dos jovens à vida adulta. Geralmente ocorria entre pessoas do mesmo sexo, em sua maioria homens. Já na Idade Média esse ato foi fortemente criticado e reprimido por parte da sociedade européia. Entre os anos 1974 a 1984, na Inglaterra, os ativistas do movimento pedófilo, chamado de *Pedophile Information Exchange*, eram apoiados financeiramente pelo governo inglês e tinha como um de seus principais objetivos a diminuição da idade para quatro anos do consentimento de relações sexuais. Esse movimento foi deposto após vários escândalos e reprovação da sociedade (Couto 2016).

Quanto a ser considerada e tratada como crime, no âmbito penal não há uma lei específica que tipifique, mas segundo dados do artigo ***The Neurobiology and***

Psychology of Pedophilia: Recent Advances and Challenges (A Neurobiologia e Psicologia da Pedofilia: Avanços Recentes e Desafios) de 24 de junho de 2015, divulgados pela revista digital Galileu, apenas 50% das pessoas presas por abuso sexual infantil são realmente pedófilos. Segundo Gorgonha, Klaus e Souza (2014), no Brasil o Sistema Judiciário tem agido para proporcionar a sociedade uma resposta aos atos de pedofilia, tendo em vista a criação de leis como: a Lei 12.015/09, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, bem como ações da Polícia Federal, dentre outras. Contudo, observa-se que para se obter uma punibilidade expressa há necessidade da Justiça Brasileira tipificar o crime de pedofilia, para que os culpados possam ser punidos, considerando que o juiz se fundamenta nos artigos relativos ao Título VI da Lei Penal, que não apresenta um artigo específico sobre pedofilia, criando com isso receio em conceder a prisão a um pedófilo. **REVISÃO DA LITERATURA:** Muito se fala sobre a pedofilia como patologia e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela é um transtorno de preferência sexual apresentado por maiores de 16 anos, por crianças menores de 13 anos. Nesse sentido, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 227, quando fala do compromisso que a sociedade, a família e o Estado têm de assegurar a criança, o adolescente e ao jovem a proteção de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Assim como, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990) que estabelece: “É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. O Estatuto se estende a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer discriminação, considerando os menores, sujeitos de direitos, pessoas que carecem de proteção. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil (1989), reza:

Art. 19 – 1. Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

Art 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º – A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 1989).

Na visão de Adenauer Novaes (2012), que é psicólogo, para esse transtorno o tratamento deve ser mantido por toda a vida do sujeito, por meio de medicação para reduzir o seu desejo sexual. O pedófilo pode agir diretamente com a vítima, consumando a agressão ou não, através de abusos, violência, exploração sexual de crianças e adolescentes, previsto nos artigos 218 e 241, onde se apresentam a corrupção de menores e o atentado violento ao pudor. Como também pode agir através de rede de computadores e celulares, para divulgar material pornográfico ou manter posse de material pornográficos, crimes esses previstos também pelo ECA no artigo 241-A e 241-B.

Segundo pesquisas realizadas pelo setor de investigação da Polícia Federal, a indústria da pornografia infantil brasileira fatura aproximadamente quatro milhões por ano. Enquanto a indústria mundial fatura cinco bilhões de dólares. Atualmente, estamos vivendo a terceira geração cibernética e a lei brasileira alcança somente os atos que se revelam na primeira geração. Outro ponto relevante é falar sobre a pedofilia como transtorno, e uma das variantes das parafilias, que são distúrbios psíquicos que se caracteriza pela obsessão por práticas sexuais não aceitas pela sociedade, como também a maneira incorreta com que o Estado a trata. Adenauer Novaes (2012) corrobora com a citação:

As parafilias são classificadas como distorções da preferência sexual, estão inseridas no CID 10 (Código Internacional de Doenças), elencadas dentro dos transtornos específicos de personalidade. O CID 10 define pedofilia como a preferência, no ponto de vista sexual, em crianças de até 13, 14 anos de idade, quando se tornam púberes o pedófilo perde o interesse nesses indivíduos.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (1995), a pedofilia se baseia como as fantasias e impulsos sexuais do sujeito dominando seu comportamento, conduzindo-o ao ato criminoso que, ao contrário do que muitos pensam, não se perfaz apenas na violação sexual da criança, mas também na sedução, carícias impróprias, contatos genitais incompletos, envolvimento emocional da criança visando o prazer sexual, além do conjunto de técnicas desenvolvidas pelo próprio sujeito para se excitar sexualmente. Neste contexto, a pedofilia possui quatro (4) categorias: a) o pedófilo não criminoso, que manifesta o desejo, mas não pratica o ato criminoso; b) o pedófilo criminoso, de mente perturbada, que não liga para as consequências e pratica o ato; c) o pedófilo inimputável, aquele considerado por especialistas como sendo um indivíduo que não possui consciência de seus atos; d) e o não pedófilo, que não pratica o ato, mas que obtém lucros advindos de imagens e divulgação de material de pedofilia, ou seja, o explorador. Dessa forma, no âmbito criminal, a punição para a pedofilia acaba ocorrendo por meio de outras leis, na falta de uma legislação específica que de fato a tipifique, mas que leve em consideração o aspecto de que, além de um crime, é também é uma doença, e que por isso precisa não apenas de punição, mas de punição e tratamento. **METODOLOGIA:** O procedimento adotado para a realização da pesquisa foi um levantamento bibliográfico de caráter exploratório, foram realizadas buscas a artigos científicos, livros e dissertações na literatura nacional e bases de dados eletrônicas. De acordo com a leitura obtida, foi possível realizar uma discussão teórica do tema exposto, visando à reflexão sobre os aspectos penais e sociais decorrentes da pedofilia por meio dos aspectos penais a ela atribuídos como o caso do abuso sexual a vítima. Infere-se que a pedofilia é um tema bastante polêmico e que ainda suscitará amplas discussões, sempre voltadas, ao seu ponto crítico, quer seja uma doença ou um crime e enquanto não se obter definições e distinções será complexo estabelecer uma punibilidade mais contundente e um tratamento mais específico, no tocante ao âmbito jurídico e psicológico. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Croce, (1995) diz que: a pedofilia é o desvio sexual "caracterizado pela atração por crianças, com os quais os portadores dão vazão ao erotismo pela prática de obscenidades ou de atos libidinosos". A revista digital Galileu, ao divulgar dados do artigo ***The Neurobiology and Psychology of Pedophilia: Recent Advances and Challenges*** (A Neurobiologia e Psicologia da Pedofilia: Avanços Recentes e Desafios) de 24 de junho de 2015, mostrou que apenas 50% das pessoas presas por abuso sexual são

pedófilos. Diante disso, podemos visualizar uma certa quebra de expectativa da sociedade, que precipitadamente, vê todos os atos ligados a abusos sexuais entre crianças e adultos como pedofilia. A temática em si, abrange sim, abusos sexuais, mas também o uso de materiais pornográficos, a atração do adulto pela criança mesmo não havendo o contato. Sem contar que como diz a Organização Mundial da Saúde a pedofilia é um transtorno de preferência sexual apresentado por maiores de 16 anos, por crianças menores de 13 anos, o pedófilo não é qualquer pessoa que chega a ter uma relação sexual com uma criança, mas sim uma pessoa que possui um transtorno, que não tem cura e que precisa ser tratado por toda a vida. **CONCLUSÃO:** Diante dos resultados obtidos pode-se concluir que é de extrema importância que não só haja um tipo penal específico para a pedofilia, porque igualar ela ao abuso sexual acaba por criar nela um estereótipo distinto do seu, não que seja algo correto mas, que é feito por advir de uma doença. Dessa maneira, necessário se faz encontrar uma forma de punir o pedófilo e, ao mesmo tempo, tratá-lo. Porque para esse caso, só a prisão não irá mudar o desejo do pedófilo pela vítima, mas sim retardar o próximo ataque. Entretanto, com a punição e o tratamento teremos uma sanção e uma solução para que outra pessoa não seja vitimada.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS, WEB. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/pedofilia-fator-historico/33331/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 99.710, de 21 de novembro 1990.** Promulga a Convenção sobre Direitos da criança. Diário Oficial, Brasília, 22 de novembro de 1990.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente.** Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. **Constituição Federal (1998).** Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Lex, 2008.

_____. **Jus.** Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/69835137/trf-3-judicial-i-06-05-2014-pg-295>> Acesso em: 05 set. 2017.

CABETE, Eduardo. Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937989/pedofilia-crime-ou-doenca>> . Acesso em: 23 set. 2017.

CAMARGO, Denis. Disponível em: <<https://deniscaramigo.jusbrasil.com.br/artigos/406255800/vamos-falar-corretamente-sobre-pedofilia>>. Acesso em: 05 set. 2017.

COUTO, CLEBER. **Professor.** Disponível em: <<http://professorclebercouth.jusbrasil.com.br/artigos/211483569/pedofilia-no-estatuto-da-crianca-e-adolescente-art-241-e-e-sua-interpretacao-constitucional>>. Acesso em: 05 set. 2017.

COSTA. A. C. G. **O novo direito da infância e da juventude do Brasil**: quinze anos de luta e trabalho. Fundação Bank Boston, 2005. Direitos da Criança. Diário Oficial, Brasília, 22 nov. 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Abuso Sexual e Redes de Proteção**. Brasília: Thesaurus, 1998.

_____. **Crianças e adolescentes**: Pensar e fazer. Brasília: Curso de Ensino a Distância. CEAD-1995. v.1.

JURÍDICO, Âmbito. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/revista_artigos_leitura&artigo_id=14364>. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

JUS NAVEGANDI. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28814/pedofilia-aspectos-penais-e-seus-reflexos-sociais-no-brasil>> Acesso em: 23 set. 2017.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa Pedophile, who are you?** A study of pedophilia in the press. Cad. Saúde Pública, v. 19, n. Sup 2, p. S273-S282, 2003.

MANUAL Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR). 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

NUCCI, Guilherme de Souza. Crimes contra a dignidade sexual. 2 ed. São Paulo; **Revista dos Tribunais**, 2010.

REVISTA GALILEU. Disponível em:
<<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2016/07/5-coisas-que-voce-nao-sabia-sobre-pedofilia.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.

TURMINHA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Disponível em:
<http://www.turminha.mpf.mp.br/direitos-das-criancas/18-de-maio/copy_of_a-lei-garante-a-protecao-contra-o-abuso-e-a-exploracao-sexual>. Acesso em: 05 set. 2017.

VIOLÊNCIA INFANTIL - Psicopedagogia On Line: Portal da Educação . Disponível em: <www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=> 8 de out de 2012 - A psiquiatra Ana Beatriz Barbosa em seu **livro** "Bullying-Mentes . Adenauer M. F. de Novaes: .. "Pedofilia".

PROJETO DE ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DO NEPOTISMO - DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS

AUTOR:

Sergivaldo Soares Antas de Gouveia

RESUMO: O Nepotismo, conceito oriundo do período renascentista do poder eclesiástico papal, caminha com a história brasileira desde ao período de descobrimento em 1500. Fruto de uma política administrativa portuguesa baseada na confusão entre os patrimônios públicos e privados; veremos com o Weber e Faoro o termo “patrimonialismo” se firmar. A partir da Constituição de 1988; observaremos os princípios norteadores da administração pública presentes no caput do art.37, na finalidade de propor uma solução. Uma vez compreendido e contemplado a ausência de uma norma que vele pela fiel observância destes princípios, surge a Súmula Vinculante de Nº13 na pretensão de prevenir o aparecimento do nepotismo. Adotando o método cartográfico, o grupo julga a projeção falha das normas em decorrência dos altos números presentes de nepotismo.

Palavras - chave: Nepotismo. Patrimonialismo. Princípios norteadores da administração pública. Súmula Vinculante Nº13.

INTRODUÇÃO: O nepotismo, conceito advindo etimologicamente do grego “*nepos*” (neto, descendentes), refere-se ao mau uso que uma autoridade pública faz do poder, em benefício próprio, com a distribuição de cargos públicos entre familiares, consanguíneos afins, e a, neste mesmo sentido, na troca de favores entre autoridades, favorecendo uns aos outros, como se observa no chamado nepotismo cruzado. Ato característico durante os papados da época medieval, o nepotismo, terá na figura de Napoleão Bonaparte o seu primeiro grande proponente mundial. Compreendido quando aquele realizou a divisão do seu reino em três partes, pondo-as sob a liderança dos seus três irmãos, sem atender a critérios técnicos justificáveis para escolha, e nem ao menos explicar os motivos. Aqui seria correspondente ao precursor dos “cargos comissionados”; pelos quais debateremos mais tarde. Observa-se na história cultural política brasileira uma relação familiar forte ligada às esferas políticas, em especial na região do nordeste brasileiro onde, neste caso, houve a imagem do coronel e do seu modelo de governança denominado “coronelista” que, com todo o seu poder regional, ao exemplo do voto do cabresto, exercia a formação de oligarquias. Esta formação oligárquica na região nordeste terá como origem a política das capitanias hereditárias, em vista de que o poder dos senhores, pelos quais viriam a ser denominados coronéis no futuro, foi atribuído livremente e de maneira subjetiva por parte o governo português e, deste mesmo estilo de governar, igualmente seria espelhada na administração subjetiva e familiar dentro dos territórios das capitanias. Porém, perceberá adiante, nesta análise sócio-jurídica, que não apenas na região do nordeste brasileiro serão encontrados atos administrativos correspondentes ao nepotismo. Nas regiões sul e sudeste, em especial o Estado do Paraná e Rio de Janeiro também serão encontrados; conforme veremos em reportagens atuais, casos característicos. Não obstante; o grupo faz uso da metodologia cartográfica para situar o leitor quanto à área abrangente estudada; levando em consideração a projeção nacional das normas apresentadas, de preferencia o caput do art. 37 da Constituição Federal brasileira de 1988 quanto

ao seu centro e a responsabilidade vigilante por parte da “Controladoria Geral da União” para atender ao quadro periférico normativo. Adianta em demonstrar e, contextualizar, a acepção negativa social, em grau de simbolismo, a relação ao nepotismo; direcionando em apresentar, de antemão, a relação fraterna entre o nepotismo e patrimonialismo público. A confusão do patrimônio público e privado, fruto do absolutismo que vigorava Portugal à época, provém no aparecimento de outro problema intrinsecamente ligado ao nepotismo: o patrimonialismo público. Sobre esse mal, o sociólogo brasileiro Sergio Buarque analisará, em sua obra “Raízes do Brasil”, como algo relativizado na sociedade política brasileira, fazendo ligação ao retrato do “homem cordial”. Socialmente, a corrupção na política apresenta-se de forma negativa, porém, até a poucos anos atrás, a população permanecia resiliente e inerte ao seu combate. O nepotismo, quando analisado sob o viés de normalidade de corrupção, e atenuado pelo aspecto “familiar”, possibilita a uma proliferação trocas de favores e ao enriquecimento indevido das proles sem objeto de conflito. Provocando, conseqüentemente, um agente conflitante, seja pela omissão causada pela indevida adoção do executivo no poder administrativo, seja pela omissão da Constituição quanto uma norma de cunho integral ao combate do nepotismo, seja também pela inercia da população ao enfrentamento. No agir jurídico atual ao combate do nepotismo, aparece o surgimento da súmula vinculante nº 13, editada pelo STF em que, segundo o pesquisador jurídico Neander Couto, em seu TCC denominado: **“Nepotismo: Súmula Vinculante 13 e os Conflitos Jurisprudenciais”**; advém como marco na vedação do nepotismo, visto que promoveu o aparecimento de novos nuances de seriedade com a coisa pública; porém, devido ao fator de ainda permanecer enraizada na administração pública; assim o nepotismo se moderniza conforme a sociedade se reinventa. É ainda com a súmula vinculante em questão, que traz consigo no seu encaixe, a ambígua interpretação a respeito dos cargos políticos e administrativos. Nesta atmosfera; adotam-se o Recurso Extraordinário (RE 579.951/RN), o Inquérito Civil do Rio Grande do Norte (IC Nº001/2016) e, também, o art.68 A- da lei orgânica do município de Natal na elucidação da problemática quanto à observação normativa. Posterior às discussões alavancadas, salienta o grupo, quanto à objetivação do projeto, a partir do tema com sua origem etimológica e proporcionar ao leitor uma viagem histórica luso-brasileira do problema do nepotismo, preferenciando à época do Brasil Colônia aos dias atuais. Assim, antes de mencionar a figura histórica mundial de Napoleão como caricatura do tema averiguado, aproveita também para introduzir a relação intrínseca da política do patrimonialismo público português com a brasileira e, de maneira específica, adentrar nas normas que, atualmente, observam o nepotismo; partindo com o devido enfrentamento, compreensão e comprometimento com a noção de eficácia social e eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA: O termo Nepotismo, conforme o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, atenta-se ao “Favoritismo de certos governantes aos seus parentes, independentemente de suas aptidões”. Antes da concepção limitadamente linguística, atende a compreensão etimológica e analógica do termo em observar. Aqui, originalmente, atribuíam-se a relação entre o detentor do poder papal e o provimento de cargos subsequentes, de confiança, aos seus familiares; em especial aos sobrinhos. A uma passagem mais moderna do conceito, e de preferência de teor histórico, de assimilação do atual entendimento, verificam-se, devido às condutas, as imagens de Napoleão Bonaparte e o Monarca Louis XI.

Essa vertente pode ser visualizada na conduta de Napoleão, que nomeou seu irmão, Napoleão III, para governar a Áustria, que abrangia a França, a Espanha e a Itália. Com isto, em muito diminuía as chances de uma possível traição, permitindo a subsistência do império napoleônico. {...} Como ilustração, pode ser mencionada a conduta de Luiz XI, que presenteou sua amante Ana Passeleu com terras e até com um marido (João de Brosse), o que permitiu que fosse elevada à nobreza. (GARCIA, 2006, p.1-9).

Na visão social brasileira, o nepotismo é verificado como algo negativo e inaceitável, atribuindo-o com conceitos como pródigo e devasso; uma relação de lealdade entre o “benemérito” e seu “benfeitor”. Porém os anseios populares decaem quando postos em confronto com o sentimento de familiaridade; sendo assemelhado quando compreendida o início da história política do território brasileiro. Logo após o feito do descobrimento; o então Rei de Portugal, Dom Manuel I decretou, através da Carta Régia de 1504, a adoção de um sistema de capitanias com cunho hereditário. O território, dentre os seus limites, era divididas em capitanias e distribuídas, pelo monarca, às suas pessoas de confiança. Neste conceito de confiança, aqui escrito, direciona-se ao que hoje temos como definição de “Cargos Comissionados”. Acontece que o conceito atual de Cargos Comissionados denota-se a liberdade do administrador estatal em escolher pessoas de confiança sem necessariamente a presença de prestação de concurso público para o seu ingresso. Dentro da ótica jurídica, e subjugado no inciso II do art.37 da Constituição Brasileira de 1988, verás:

Art. 37. II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Carvalho Filho (2006, p.516) irá ajudar ao compreender:

Os cargos em comissão, ao contrário dos tipos anteriores, são de ocupação transitória. Seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade nomeante. Por isso é que na prática alguns os denominam de cargos de confiança.

A primeira Constituição brasileira, a de 1824, irá misturar o conceito de cargos comissionados (cargos de confiança) a elementos pertencentes ao conceito familiar, sem emitir, desde já, motivos justificáveis para escolha além dos já ditos. Trazemos, para título de análise, os Art. 46: “*Os Príncipes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem á idade de vinte e cinco anos.*”; Art.122: “*Durante a sua menoridade, o Império será governado por uma Regência, a qual pertencerá na Parente mais chegado do Imperador, segundo a ordem da Successão, e que seja maior de vinte e cinco anos.*”; e o Art.125: “*No caso de fallecer a Imperatriz Imperante, será esta Regencia presidida por seu Marido.*”. Não diferente é o art.13, em seu §1, pertencente a Constituição de 1934, quando observado ainda a faculdade do administrador político executivo em nomear cargos sem limitações definidas: “*Art.13 § 1º - O Prefeito poderá ser de nomeação do Governo do Estado no Município da Capital e nas estâncias hidrominerais.*”. Ao observar a permanência dos elementos de nomeação; Faoro (2008, p.836-837) vai chegar a uma conclusão que nem mesmo a pressão dos ideais liberais democráticos

conseguiu acarretar na transformação do patronato político brasileiro, conforme consta: “A pressão ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno”. Weber (2004), antes desse, comentará que, ao ir mais a fundo na origem do fenômeno “patrimonialismo”, a sua origem vem bem antes da época renascentista do papado. Acontece que desde o início da existência do homem, este como sujeito social, formavam tribos, aldeias e agrupamentos sob o elemento de uma liderança pelo qual não distinguia claramente o que vem a ser privado ou público. Fernandes (2008, p.99), ao retornar a análise à respeito da nação brasileira, dirá que possuímos uma herança colonial quanto ao aspecto do Estado. É que, segundo ele, continua a dupla vértice do: “Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento”. Desse jeito, a organização política brasileira, por um lado, via-se de cunho jurídico e, por outro, de vista prático. Em “Raízes do Brasil”, Holanda (1995, p.145-146) vai, por fim, caracterizar o brasileiro como “homem cordial”. E irá relacionar esse atributo com a sociedade política:

(...) para o ‘funcionário’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufer, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede o verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização de funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos”.

Retornando aos dias atuais, iremos problematizar os Cargos Comissionados, conforme supramencionamos em parágrafos anteriores, quanto ao endosso do aparecimento do nepotismo. A matéria jornalística da Gazeta do Povo, intitulada “Elevado número de cargos em comissão facilita o nepotismo”; verifica o alto número de cargos comissionados na organização política brasileira (20,5 mil) quando comparada com a norte-americana (9 mil). Igualmente Cláudio Abramo, diretor da organização não-governamental Transparência Brasil, defende que nepotismo é um falso problema quando se compara com o alto número de cargos comissionados. No que remete aos fatos jurídicos em relação ao tema objeto, nepotismo, deve-se, de antemão, à clareza quanto aos princípios norteadores da administração pública observados no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também [...]”. Observados que, os princípios norteadores da administração pública, estes presentes no caput do art.37, possuirão: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência; nota-se que o nepotismo compromete, primeiramente, aos princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade visto que, respectivamente, contraria os valores impessoais à favor do lado pessoal, agindo antiteticamente e, conseqüentemente, na ineficiência da máquina pública. O que, juridicamente, provoca o Conselho Nacional de Justiça (de acordo com o art. 103-B, §4º II) a função de fiscalizar e defendê-los.

Dessa forma, a Constituição Federal veda a prática do nepotismo, devendo o Conselho Nacional de Justiça cumprir sua função constitucional de zelar pela fiel observância dos princípios da Administração Pública no Poder Judiciário, e, conseqüentemente, determinar a vedação, salvo se servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário, de nomeação para cargo em comissão ou designação para função de

confiança, de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, de qualquer magistrado, em qualquer juízo ou Tribunal do País, inclusive superior. (OURINHO, Krisllen da Silva, p. 8, 2016).

Ainda no âmbito nacional, adentra a súmula vinculante nº 13, do STF, como orientadora matriz à vedação da prática do nepotismo que resume:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

Porém não somente isso solucionará o problema investigado, o que vem a ser defendido propriamente pelo constitucionalista Leonardo Sarmento em seu artigo jurídico intitulado **“Nepotismo e a ingloria pisada de bola do STF: Nomeações moralmente espúrias continuam”**. Para ele, o problema advém da não especificação dos cargos políticos na súmula, o que é contrariado no julgamento do STF no RE 579.951/RN; onde faz uma distinção clara entre cargos administrativos e políticos, sendo este não viável classificá-lo como caso de nepotismo. Dentro dessa questão, mais uma vez recorreremos ao doutrinador Carvalho Filho (2006, p.448) ao explicar sobre os cargos políticos:

[...] não se sujeitam às regras comuns aplicáveis aos servidores públicos em geral; a eles são aplicáveis normalmente as regras constantes da Constituição, sobretudo as que dizem respeito às prerrogativas e à responsabilidade política. São eles os Chefes do Executivo (Presidente, Governador e Prefeito), seus auxiliares (Ministros e Secretários Estaduais e Municipais) e os membros do Poder Legislativo (Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores).

Na Assembleia Legislativa do Estado potiguar, foi noticiado, no ano de 2016, o caso de suspeita de nepotismo envolvendo Ezequiel Galvão Ferreira Souza e a indicação do seu tio Augusto Carlos Garcia Viveiros; conforme apresenta o IC Nº 001/2016. Não obstante, a promotora Juliana Limeira, em uma entrevista concedida a um jornal local⁶¹, no ano de 2008, revelou a existência de 166 casos de nepotismos na região potiguar, de acordo com os dados recebidos pelas 67 promotorias de Defesa do Patrimônio Público. A cidade de Natal, através do caput do art. 68 A- da sua Lei Orgânica Municipal também veleará a vedação da prática do nepotismo: “Art 68 A – É vedada a prática de nepotismo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo no Município de Natal”. Porém não será inteiramente acatado que é o que mostra a

⁶¹LOPES, Delma. **Rio Grande do Norte 166 casos de Nepotismo**: A maioria está registrada nas cidades do interior do Estado, diz a promotora de Justiça Juliana Limeira.. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/politica/rio-grande-do-norte-tem-166-casos-de-nepotismo/20701/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

recente matéria do site eletrônico “esquerda online”⁶² ; onde apresenta a nomeação da mulher do atual prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, por meio direto deste ao cargo de Secretária de Políticas para as Mulheres (SEMUL). Nas regiões sul e sudeste também são visto casos de nepotismo, como o mencionado pelo jurista Luiz Flávio Gomes⁶³ quando este apresenta casos referentes à governadora do Paraná, Suely Campos em sua nomeação de dezenove parentes e ao do tipo cruzado envolvendo o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão e o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Nesse meio, responsabilizado na observância da norma e nas respectivas problemáticas de vigência e interpretação, o grupo salienta em ainda lembrar que o nepotismo não é um uma esfera correlaciona somente a região nordeste, sendo a sua abrangência a nível mundial e nacional. Na esfera mundial, em dias modernos, apesar de existir casos de nepotismo, o seu aparecimento é escasso, em especial devido à redução dos cargos comissionados e o poder de escolha destinado aos políticos. No Brasil, observou-se que as regiões do sul e sudeste como forma de exemplificar o seu modo atuante, que segue a mesma risca de qualquer que seja a região. Apesar de existir normas que vedam e fiscalizam casos de nepotismo, em especial a edição da Súmula Vinculante; o nepotismo ainda não possui data de validade. Altos índices de cargos comissionados, e diversas interpretações do STF em seus decretos extraordinários (ao exemplo do RE 579.951/RN) dificulta a completa solução. Parte, por fim, observar que o nosso passado ainda permeia em linhas presentes, como verificado em reportagens midiáticas, sendo influente ativo no aparecimento do nepotismo; compreendido quando visto a herança portuguesa. Mesmo com a responsabilidade da fiscalização jurídica da CGU, de leis municipais, vide a de Natal, não conseguimos encontrar uma luz no fim do túnel para a devida solução sem antes partir de uma devida, e precisa, explicação por parte dos atuais membros do STF quanto ao enquadro de cargos políticos na túnica protetora da súmula vinculante. **OBJETIVOS:** GERAL: Analisar o nepotismo, quanto ao seu fato atuante e enfrentamento, da origem até os dias atuais no solo brasileiro. ESPECÍFICOS: a) Mostrar a origem do nepotismo brasileiro em congruência com a política absolutista portuguesa; b) Compreender a relação do nepotismo com o Patrimonialismo Público; c) Analisar as normas jurídicas vinculantes ao tema problematizado; d) Problematizar o tema através de notícias e análises recentes sobre a norma e a sua ação. **METODOLOGIA:** Assegura este tema na observância da realidade, estudos em sala de aula, rede de internet, artigos científicos e jornalísticos, livros de autores especializados, a jurisprudência e jurisdição; com a devida utilização da metodologia cartográfica como norteador deste projeto de investigação. Toma como preocupação a análise do tema investigado em relação à escala nacional, proporcionando um olhar mais aprofundado na região do nordeste brasileiro (em especial ao Estado do Rio Grande do Norte e a sua capital Natal), passando também pelas regiões sul e sudeste. Lembra, de antemão, o seu surgimento em terras tupiniquins e a sua relação intrínseca com a nação europeia portuguesa, conhecido Estado de patrimonialismo público e a imagem de Napoleão Bonaparte como um grande exemplo global de nepotista. Também ressalta em promover a não limitação, quanto

⁶² COSTA, Micaela; SOARES, Luana. **Em Natal, prefeito Carlos Eduardo nomeia esposa para Secretaria de Mulheres**. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/02/02/em-natal-prefeito-carlos-eduardo-nomeia-esposa-para-secretaria-de-mulheres/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

⁶³ GOMES, Luiz Flávio. **Patrimonialismo e aparelhamento do poder público (mais de 600 mil cargos comissionados)**. Disponível em: <<http://luizflaviogomes.com/patrimonialismo-e-aparelhamento-do-poder-publico-mais-de-600-mil-cargos-comissionados/>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

comparado o nepotismo com a norma brasileira, uma única fonte de Direito (Estatal). Há por obsequio, a verificação de um pluralismo jurídico, principalmente devida as áreas de projeção que veremos logo adiante. Levando em consideração a sua projeção em nível nacional, em proteção aos princípios administrativos apresentados no caput do art.37 da Constituição Federal brasileira de 1988 como demonstrativo do centro; e a presença do CGU (Controladoria Geral da União) na responsabilidade em defendê-los e efetuar a devida fiscalização, cumprindo com o Decreto nº 7.203/2010; para asseverar o poder da norma nas áreas periféricas e limitar a questão da “judicialização” (atuação exagerada do poder judiciário no andamento político, em depreciação dos poderes executivo e legislativo). Nesta linha, ainda há também a provisão normativa referente ao Estatuto dos Servidores da União, na Lei nº. 8.112/90; continuando na premissa de proibir a nomeação de parentes, até o segundo grau, em cargo ou função de confiança. Acrescenta-se também a Súmula Vinculante 13, elaborada pelo STF com o objetivo de excluir as dúvidas persistentes ao tema. Em sua simbologia restrita como malefício público, o nepotismo virá como um ato familiar imprudente arraigado à história brasileira; indo de encontro direto com o patrimonialismo público. Por este modo, o grupo autor da análise sócio-jurídica, se orienta em ausentar de interpretações subjetivas que possam culminar no prejuízo da acepção crítica do leitor. Visa, por fim, apenas em vocacionar o cidadão brasileiro no conhecimento e, conseqüentemente, ao combate do nepotismo. E, além disso, atenuar uma solução que apareça com a implementação de uma disciplina no ensino fundamental e/ou médio ao visar estudar a constituição, de preferências seus princípios e ao encontro da disciplina de história mais voltada na contextualização; alcançaria de início tênue, e por fim, a contemplação de uma cidadania ativamente crítica não só por parte da temática dessa análise sócio-jurídica. Para todo problema causado pelo nepotismo; mais fácil seria se, ao invés de apenas nos anos de eleição, exercemos a nossa avaliação qualificativa e crítica do andamento dos representantes, sem precisar colocar toda a responsabilidade nas mãos do judiciário e acarretando, negativamente, na ampla judicialização na política.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Alice Barroso de. **O nepotismo sob a ótica da Súmula Vinculante nº 13 do STF: críticas e proposições**. Revista Brasileira de Direito Municipal – RBDM, Belo Horizonte, ano 10, n. 31, p. -, jan./mar. 2009.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Constituição (1988). **Decreto nº 7203, de 4 de junho de 2010**. Lex. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7203.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Sumula Vinculante nº 13. Brasília, DF, 29 de agosto de 2008. **Sumula Vinculante 13**. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1227>>. Acesso em: 12 set. 2017.

CAPITANIAS Hereditárias - **Resumo: As Capitanias Hereditárias, resumo, criação, objetivos, donatários, administração colonial**. Disponível em: <<http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006

COSTA, Micaela; SOARES, Luana. **Em Natal, prefeito Carlos Eduardo nomeia esposa para Secretaria de Mulheres**. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/02/02/em-natal-prefeito-carlos-eduardo-nomeia-esposa-para-secretaria-de-mulheres/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COUTO, Neander Alves do. **NEPOTISMO: SÚMULA VINCULANTE 13 E OS CONFLITOS JURISPRUDENCIAIS**. 2016. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento Acadêmico de Direito, Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2016. cap. 1.

DEDA, Rhodrigo. **Elevado número de cargos em comissão facilita o nepotismo**: Excessos são registrados nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Governo federal tem 20,5 mil comissionados contra 9 mil nos EUA. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/elevado-numero-de-cargos-em-comissao-facilita-o-nepotismo-b6e2yaib0y6ggk5lykri4cy1a>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Existe uma crise da democracia no Brasil? In: Fernandes, Florestan. Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

GARCIA, Emerson. **O nepotismo**. JAM Jurídica, Salvador, ano 11, n. 4, p. 1-9, abr. 2006.

GOMES, Luiz Flávio. **Patrimonialismo e aparelhamento do poder público (mais de 600 mil cargos comissionados)**. Disponível em: <<http://luizflaviogomes.com/patrimonialismo-e-aparelhamento-do-poder-publico-mais-de-600-mil-cargos-comissionados/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1995, 26. ed..

LAFAYETTE, João Paulo Hora. **A problemática do nepotismo na administração dos cargos de livre indicação à luz dos costumes normativos constitucionais**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, no 216. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1739>> Acesso em: 01 out. 2017.

LOPES, Delma. **Rio Grande do Norte te 166 casos de Nepotismo**: A maioria está registrada nas cidades do interior do Estado, diz a promotora de Justiça Juliana Limeira.. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/politica/rio-grande-do-norte-tem-166-casos-de-nepotismo/20701/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

NATAL (Município). Constituição (1990). Lei Orgânica nº 68, Art, de 03 de abril de 1990. **Lei Organica do Municipio de Natal**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-natal-rn>>. Acesso em: 17 set. 2017.

NEPOTISMO: ne-po-tis-mo. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=nepotismo>>. Acesso em: 01 out. 2017.

OURINHO, Krisllen da Silva. **O Nepotismo na Administração Pública**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 27 maio 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55962&seo=1>>. Acesso em: 17 set. 2017.

PEREIRA, Ângela. **O Pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e a sua interpretação da revolução**. Disponível em: <<http://descasulando.blogspot.com.br/2011/08/o-pensamento-de-sergio-buarque-de.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PEREIRA, Ângela. **O Pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e a sua Interpretação da Revolução**. Disponível em: <<http://descasulando.blogspot.com.br/2011/08/o-pensamento-de-sergio-buarque-de.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.
http://www.mprn.mp.br/portal/files/IC_nepotismo_ALRN.pdf

PLURAL. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.19, n.2, 2012, p.9-27.

POLÍTICA: Inquérito do MP apura nepotismo na Assembleia Legislativa do RN. **Novo Noticias**. Natal, 13 maio 2016. Disponível em: <<http://www.novonoticias.com/politica/inquerito-do-mp-apura-nepotismo-na-assembly-legislativa-do-rn>>. Acesso em: 15 set. 2017.

SARMENTO, Leonardo. **Nepotismo e a ingloria pisada de bola do STF: Nomeações moralmente espúrias continuam.** Disponível em: <<https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/162444268/nepotismo-e-a-ingloria-pisada-de-bola-do-stf-nomeacoes-moralmente-espurias-continuum>>. Acesso em: 15 set. 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** v. 2. Brasília: UnB, 2004.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL - PROTEÇÃO E INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

AUTORAS:

Maria Jhulia da Silva Lima

Vitória Beatriz Barreto Isidio

RESUMO: A trajetória da pessoa com deficiência (PcD) apresenta, a partir de estudos socioculturais, um caminho marcado por um processo de segregação social, que embora tenha diminuído expressivamente, apresenta efeitos que motiva problemas acerca da temática “PcD X Mercado de Trabalho”. As raízes evolucionistas que acompanham a PcD ao longo da história brasileira, motivaram comportamentos perenes de eliminação, que mantém a PcD a margem do convívio social, e consequentemente dificulta a inclusão no ambiente laboral. Fontes históricas relatam que na cultura indígena Brasileira, o bebê que nascia com algum tipo de deficiência era eliminado e os que adquiriam ao longo da vida eram isolados do convívio social, esta prática foi utilizada também em outras civilizações, como na Roma antiga, que nobres e plebeus tinham permissão para sacrificarem os que nasciam deficientes. A Inclusão da PcD no mercado de trabalho, além de colaborar para o desenvolvimento econômico, contribui para trazer dignidade a essas pessoas. Para que a pessoa com deficiência possa ser amparada o Brasil dispõe de leis – como a Constituição Federal, Lei de cotas e o Estatuto da Pessoa com deficiência – que objetivam assegurar igualdade de oportunidade e corrigir desequilíbrios através de benefícios sociais.

Palavras - chave: Pessoa com deficiência. Inclusão. Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO: A exclusão histórica da pessoa com deficiência (PcD), é uma problemática sociocultural enraizada na sociedade, é a razão pela qual existe um alto índice de desqualificação profissional, gerando o desemprego destes indivíduos. A discriminação que acompanhou estes sujeitos ao longo da história surte efeitos atualmente, desrespeitando normas inclusivas e protetivas que contribuem para o bem-estar dos deficientes nas empresas e no convívio geral. “De acordo com censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2015, 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência”⁶⁴, considerando os quatro tipos de deficiências: física, auditiva, mental e visual”, a deficiência afeta um percentual significativo na sociedade, que torna ainda mais relevante o estudo sociocultural desta problemática que envolve o indivíduo com deficiência e o mercado de trabalho. Embora pareça uma realidade distante, o número de PcD apresenta uma parcela expressiva, que torna proeminente o estudo dos aspectos históricos, sociais e jurídicos, para compreender fatores que influenciaram, o comportamento de segregação, a desqualificação profissional da PcD e a ineficácia da norma jurídica. Analisando a evolução histórica da PcD - um dos objetivos do projeto deste artigo - é perceptível práticas de eliminação do convívio social. O primeiro marco começa na cultura indígena, com a eliminação sumária dos que nasciam com algum tipo de deficiência e a exclusão dos que adquiriam alguma limitação ao longo da vida. O segundo marco histórico relevante foi a escravidão, neste período muitas limitações eram decorrentes de castigos físicos e de condições

⁶⁴ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>
Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

desumanas a que eram submetidos no tráfico negreiro. No século XIX, período imperial, surgiram as deficiências decorrentes de conflitos militares, como Canudos e a guerra contra o Paraguai, que apesar do governo apresentar uma sensibilização com a criação de asilos, as condições eram de extrema precariedade tanto na estrutura física, quanto no atendimento. A PcD passou a ter mais notoriedade em 1981, declarado pela ONU, como Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD), a partir desta conquista, passou a se organizar politicamente, formando manifestações para alertar sobre a existência de direitos da PcD. De acordo com o Ministério do Trabalho 2016, nos últimos 5 anos houve um aumento da 20% na participação da PcD no mercado de trabalho, apontando um avanço significativo de inclusão em ambientes laborais, entretanto, o número de vagas inclusivas ainda é baixo, não estabelecendo a inserção com igualdade de oportunidade. Um dos objetivos propõe expor as normas que defendem e baseia os direitos das pessoas com deficiência como a lei 8.213/91, conhecida como lei de cotas para deficientes, assegura a PcD um percentual mínimo a ser preenchido pelas empresas que pode variar de 2% a 5% de acordo com número de empregados. A FORD do Brasil recebeu multa de R\$ 4 milhões,⁶⁵ em razão de contratação irregular de 280 funcionários supostamente com deficiência, na unidade de Tatuí, interior de São Paulo. Em fevereiro a empresa já havia sido multada em 400 milhões pelo TRT da 15ª Região (Campinas). Algumas empresas não cumprem o seu papel social, para não gerar custos com acessibilidade da PcD, dessa forma, acabam preterindo a valorização do capital humano. A lei 13.146/15, nomeada Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 34º onde afirma que: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. A lei visa a garantia da inclusão da pessoa com deficiência no convívio geral e apresentou um avanço no princípio da dignidade da pessoa humana e na proteção dos direitos e das liberdades da PcD. O estudo objetiva analisar as reais dificuldades passadas pelas pessoas com deficiências ao longo da história, buscando entender as causas que influenciaram no desfavorecimento da inclusão social, com a proposta de viabilizar o entendimento dos aspectos que dificultam a contratação do profissional com limitação, seja ela física, auditiva, mental, visual ou deficiência múltipla. Como também, esclarecendo possíveis questionamentos sobre o tema, para que a sociedade possa entender a importância da inclusão da PcD no convívio social e dentro do mercado de trabalho. **METODOLOGIA:** O modelo metodológico apresentado é o cartográfico, escala – projeção – simbolização, e tem como pilares a história que retrata a evolução da pessoa com deficiência na sociedade e estas ferramentas de análises alternativas que permitem um melhor entendimento do assunto abordado. A escala se baseia no território nacional e regula a inserção da pessoa com necessidade especial no mercado de trabalho através de leis e estatutos para que haja o acolhimento dessas pessoas nos grupos sociais. Já a projeção é fixada na relação entre o fato social – que é a inclusão dos deficientes no mercado do trabalho – e o fato jurídico que vai configurar crime o não cumprimento da constituição, leis, decretos que protegem os interesses das pessoas portadoras de necessidades especiais. E a simbolização visa apresentar os problemas enfrentados por eles para que possam ser inclusos no mercado de trabalho, explicando os direitos a favor dessa classe e argumentado sobre a importância

⁶⁵ http://www.deficienteonline.com.br/multas-por-descumprimento-da-lei-de-cotas-na-ford-sp_news_292.html

desses componentes na sociedade. Utilizamos para fundamentação do trabalho a pesquisa bibliográfica baseada no Estatuto da Pessoa com deficiência, Tomazini, Fonseca e a própria Constituição da República Federativa do Brasil, analisando os aspectos que permeiam a trajetória da pessoa com deficiência a partir da técnica exploratória, fazendo o levantamento de dados, para facilitar a familiarização com o estudo da temática e consequentemente favorecer a compreensão acerca da pessoa com deficiência e as dificuldades. **REVISÃO DA LITERATURA:** Os Direitos da pessoa com deficiência, são baseados na Constituição Federal e são descritos a partir do artigo 5º determinando que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (...)”. A Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 7º inciso XXXI deixa claro que: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (...)”. Então é direito da pessoa portadora de necessidades especiais trabalharem sem distinção entre os demais. Art. 35 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.” Isso só seria possível com investimentos em cursos e treinamentos para capacitar e preparar as pessoas com deficiência. O art. 36 defende a habilitação e a reabilitação profissional nos seus parágrafos pontuando o que o poder público deve fazer como: implementar serviços e programas para a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, assim restaurando ou adquirindo novas capacidades profissionais, dispondo de equipe multidisciplinar para guiar a pessoa com deficiência em todo o processo, podendo ser da rede pública ou privada com o patrocínio do empregador. No artigo 37 “Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.”. A lei nº 8.213 ou mais conhecida como “Lei de cotas” determina que toda empresa que tenha no seu quadro acima de cem funcionários, é obrigada a disponibilizar, no mínimo, 2% do total de vagas para PcD e essa porcentagem pode aumentar até 5% conforme a quantidade de empregados daquela empresa. Embora esta lei vigore desde 1991, foi regulamentada depois de nove anos, quando trouxe em seu texto a questão da fiscalização do cumprimento, e somente em 2004 foram especificadas as deficiências que seriam inseridas. Ao longo dos anos a lei passou a ser aplicada com mais eficácia, porém a discriminação reflete significativamente. As empresas preferem deficiências que gerem menos impacto, por exigirem menos preparo de acessibilidade e inclusão da empresa. Muitas empresas ainda ignoram a legislação e não possuem em sua política de recursos humanos a prática de contratação de pessoas com deficiência, deixando de oportunizar o desenvolvimento social e econômico, desfavorecendo o capital humano no meio organizacional. De acordo com uma pesquisa realizada em 2015, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) Nacional, Isocial e Catho, feita com 2.949 funcionários do setor, apontou de 81% dos recrutadores contratam pessoas com deficiência para cumprir a lei, apenas 4% declarou fazer por acreditar no potencial e 12% fazem independente de cota. Este sem dúvidas é um dos principais se não o maior problema, pois a maioria contrata PcD por obrigação e não por

acreditarem no potencial e capacidade produtiva. Além dos vários artigos da Constituição Federal, que se refere aos direitos da pessoa com deficiência, foi sancionada no dia 6 de julho de 2015 a lei nº 13.146 que instituiu o Estatuto da pessoa com deficiência que declara já no seu primeiro artigo que o objetivo desse documento é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando a sua inserção na sociedade. No artigo 34º do Estatuto da Pessoa com Deficiência é abordado com mais afinco o direito ao trabalho: “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. O primeiro parágrafo expõe que: “As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.” O 2º parágrafo aborda a igualdade de oportunidades, a justa e favorável condição de trabalho e a igual remuneração pelo trabalho feito. Já o 3º parágrafo proíbe a restrição ao trabalho ou qualquer tipo de discriminação em razão da sua condição até nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, permanência e ascensão profissional. As leis objetivam assegurar igualdade de oportunidade e corrigir desequilíbrios através de benefícios sociais, como por exemplo, a lei de cotas, mas se a sociedade não é conscientizada a respeitar e auxiliar no processo de inclusão, torna-se desfavorável a eficácia da legislação. A orientação para a execução das práticas integrativas é fundamental para o cumprimento das medidas inclusivas e protetivas da pessoa com deficiência. Este é um processo a ser construído paulatinamente, visto a necessidade de compreender para se ter o respeito e desconstruir barreiras socioculturais, que acarretaram o preconceito, a discriminação e a desqualificação profissional. De acordo com Tomazini (1996) o trabalho constitui a atividade vital do ser humano, pois é a fonte de objetivo e através dele que o mundo e o homem se transformam enquanto sujeitos da sociedade. Sendo assim o trabalho tem suma importância na vida da pessoa com deficiência, já que ele define a posição do homem nas relações sociais. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (2000) descreve que “Erroneamente é o portador de deficiência entre nós tratados de forma assistencialista, ou seja, fica assistido por instituições não governamentais ou então recebendo pensão assistencial da Previdência, o que caracteriza um cunho excessivamente paternalista que acaba por tolher ou retirar mesmo, o inarredável direito de cidadania plena, como constituir família, exercer suas vocações ou inibindo seu desejo – e mesmo necessidade – de entrar no mercado de trabalho”, afetando na sua vida em sociedade, pois desmerece o valor real da pessoa com deficiência. Mas “Muitos estudos mostram que promover a diversidade no mercado de trabalho traz muitos benefícios para as empresas. Pessoas com formação diferente, com visões diferentes sobre os mesmos problemas, com origens, idades, orientações políticas e religiosas diferentes, reunidas em um mesmo ambiente, proporcionam uma visão mais holística e promovem a criatividade e a inovação. Em um grupo heterogêneo, a troca de experiência e opiniões enriquece todos os indivíduos. Por este motivo, as empresas devem cultivar a diversidade como uma estratégia para ampliar a sua visão global e integrada da sociedade em que atuam (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2010)”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** É notório que, além do baixo número de qualificação das pessoas com deficiências motivado por dificuldades sociais históricas, outro fator que dificulta é o preconceito por parte dos empregadores, que os julgam como incapazes de desempenharem tarefas além das manuais, repetitivas e mecânicas. A pessoa com deficiência enfrenta também outras

barreiras: arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, etc. Foram criados vários termos ao longo das décadas para referir-se ao indivíduo que possui algum tipo de limitação como excepcional, portador de deficiência, até ser denominado por pessoa com deficiência, que hodiernamente é considerado o mais adequado e sem preconceito. Mesmo tendo havido várias mudanças tanto na forma de denominar quanto na de incluir essas pessoas no contexto social, ainda não foram suficientes para a interação significativa da PcD, tendo em vista a discriminação e o desrespeito das normas inclusivas e protetivas que persistem atualmente. Há na sociedade a falta de humanização para conviver harmonicamente com a diversidade, contribuir com este processo de sensibilização social é um ponto mal visto pelo empregador que não quer ter custos com a acessibilidade do ambiente laboral. Com a cominação legal da contratação de pessoas com deficiências, as empresas passaram a ter mais interesse em admissão e em como gerir seu trabalho, mas ainda com discriminação em relação a capacidade e a qualificação a pessoa com deficiência. O Art. 35 do estatuto do deficiente, objetiva garantir a inserção no mercado de trabalho com igualdade de oportunidades, seja em serviços públicos, concursos públicos ou em contratações administrativas. No Brasil, é usado o sistema de cotas ou reserva legal para incluir os deficientes no mercado de trabalho, nas cotas é realizado formalmente, através do contrato entre empregado e empregador ou por meio reserva legal em concurso público, que no Art. 37, inciso VIII, da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil), exige que a lei estabeleça um percentual de vagas em cargos e empregos públicos para a pessoa com deficiência, favorecendo a sua inclusão no mercado de trabalho. **CONCLUSÃO:** Em uma sociedade diversificada, a troca de aprendizados e opiniões contribui para a pluralidade de conhecimento das empresas, dessa forma, facilitando a integração das pessoas com necessidades especiais no contexto social. A Inserção da pessoa com deficiência na vida profissional gera a diminuição de dependência, auxiliando na participação ativa como sujeitos de direitos integrantes da sociedade, levando em conta que o trabalho coopera para o processo de estruturação e formação do mundo psíquico contribuindo para a autoestima e fortalecendo o respeito na sociedade com o portador de necessidades especiais que é visto e se sente como cidadão. Os deficientes estiveram segregados da nossa realidade por tanto tempo, que reforçaram as barreiras de preconceito mantendo-os separados da coletividade, receber os deficientes no ambiente organizacional torna a empresa mais humana e comprometida em desempenhar o papel social ajudando os menos favorecidos, por outro lado, empregadores analisam esta questão com maus olhos por gerar custos com acessibilidade, a lei de cotas tenta solucionar este problema destinando um número de vagas para esses indivíduos, garantindo assim a integração e a igualdade de oportunidades, facilitando a interação no meio profissional e no convívio geral. Hodiernamente no Brasil, ainda existem exemplos de discriminação e maus tratos, porém é perceptível o avanço social, elevando a cidadania e os direitos humanos, que provoca um olhar mais humano em relação a PcD. A Inclusão da PcD no mercado de trabalho, além de colaborar para o desenvolvimento econômico contribui para trazer dignidade a essas pessoas. O ordenamento jurídico é bastante amplo no que concerne legislação de proteção e inclusão da PcD, porém o preconceito decorrente da trajetória histórica, reflete expressivamente na sociedade, permitindo enxergar o comportamento discriminatório no ambiente laboral.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A importância da interdisciplinaridade na pesquisa jurídica: olhando o direito sob outro viés.** Disponível em: <http://ava.unifacex.com.br/grad/pluginfile.php/38114/mod_resource/content/0/04BAPTISTA,B.G.L.Interdisciplinaridadenapesquisajurídica.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.
- BRASIL, Portal (Ed.). **Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- _____. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Estatuto da pessoa com deficiência (2015). Brasília: segraf, 2015.
- CAOPIPD Área da pessoa com deficiência. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=253>>. Acesso em: 23 set. 2017.
- COMUNICAÇÃO. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho.** 2016. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/noticias/pessoas-com-deficiencia-e-o-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. A inserção do deficiente no mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, I, n. 0, fev. 2000. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4976&revista_caderno=25>. Acesso em: 15 set. 2017.
- GOLDSCHMIDT, Andrea. Os desafios da inclusão de deficientes no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/artigo/os-desafios-da-inclusao-de-deficientes-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- RESENDE, Marlene das Graças. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/wp-content/uploads/A_inclus_de_pessoas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.
- SANTOS, Boaventura. **Uma cartografia simbólica das representações sociais (RESUMO).** Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/19080416/santos-boaventura-uma-cartografia-simbolica-das-representacoes-sociais-resumo/4>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BREVE ANÁLISE DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS SÓCIO-JURÍDICAS NO PARADIGMA DA FAMÍLIA BRASILEIRA - OS DIVERSOS TIPOS DE FAMÍLIAS NO BRASIL

AUTORAS:

Joana D'arc Costa da Silva Oliveira

Michele Melo de Oliveira

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo fazer uma breve análise do contexto histórico da família brasileira, abordando suas principais mudanças, a partir das quais se aponta o conceito de família que se modifica desde seu enredo patriarcal/hierarquizada até a família democratizada atual. Enfoca-se nas transformações que ocorreram na legislação familiar buscando um referencial para o aprofundamento de reflexões acerca do tema desenvolvido. Apresenta a partir da história do Direito de Família o papel do Estado em relação às famílias e sua interferência no direito privado familiar, o que possibilitou no decorrer de vários anos as mudanças na norma, objetivando-se, de forma crítica e reflexiva, identificar os novos modelos familiares. Tal abordagem permite a compreensão dos Princípios Constitucionais em matéria de Família, sobretudo abordará os vários tipos de famílias que fazem parte da corpo-nação brasileira, como enfoque central da presente pesquisa.

Palavras - chave: Direito de família. Transformações. Modelos.

INTRODUÇÃO: O surgimento da família brasileira, enquanto fenômeno histórico, sociológico e antropológico, teve por modelo de família o “patriarcal”, o qual foi determinante para a constituição do Brasil Colônia. Este modelo formou-se no primeiro século da colonização, através dos portugueses e sua herança cultural vinculadas com o passado medieval europeu e com o modelo de patriarcado muçulmano. O direito brasileiro sofreu forte influência da igreja católica, principalmente no que diz respeito ao direito familiar. O conceito de família estava vinculado ao casamento, que somente era realizado pela igreja católica até o ano de 1863, depois foi aberto o casamento realizado por outras religiões. Em 1891 surge o casamento civil; no Código Civil de 1916 o casamento é sacralizado, patriarcal, indissolúvel; na Constituição Federal de 1969, somente era reconhecida como entidade familiar formada pelo casamento, deixando de fora as famílias informais, que já era um fato social. Note-se que a religião e o direito andavam sempre unidos no que tange o direito familiar, pois somente poderia ser considerada entidade familiar àquela formada através do vínculo decorrente do casamento. Este era requisito crucial para exercer direitos legalmente previstos, como o de sucessão e herança. Vale salientar que o Código Civil de 1916 utilizado até a última década foi promulgado com previsões específicas atinentes à chefia familiar exercida pelo pai onde a mulher dependia de autorização do marido para atos da vida civil, a questão da virgindade e a valorização da fidelidade. E a partir daí, nasceu a errônea concepção de filhos legítimos - aqueles nascidos do matrimônio - e de filhos ilegítimos, os nascidos fora do casamento. O casamento era indissolúvel, pois a possibilidade do desquite era na realidade um rompimento e não dissolução. O Estatuto da Mulher casada, Lei 4121/62 devolveu a capacidade plena à mulher casada, assegurou sua própria propriedade, trouxe direito à guarda do filho. Em

seguida a EC/77 e Lei 6515/77 (Lei do Divórcio) possibilitaram a dissolução do casamento. Estas mudanças se tornaram possíveis com a evolução sexual e a emancipação feminina por meio dos métodos contraceptivos e engenharia genética. Desde então, as transformações vêm ocorrendo no campo do casamento, no meio profissional, bem como na sexualidade. O advento da Constituição Federal de 1988 trouxe a constitucionalização do direito civil; propagação dos princípios norteadores da Magna Carta bem como a igualdade formal entre homem e mulher e os princípios preconizados pela CF/88 possibilitaram o novo e atual Código Civil de 2002 com o arcabouço constitucionalizado, porém com muitos resquícios da legislação anterior. Faz-se necessário, portanto, através da análise histórica supracitada, apresentar as transformações que ocorreram na legislação familiar. Identificar o papel do Estado em relação às famílias e sua interferência no direito privado familiar. Também, fazer compreender o novo conceito de família. Por fim, promover a pluralidade de famílias que fazem parte da sociedade brasileira, conscientizando o significado e importância dessas garantias. **REVISÃO DA LITERATURA:** No contexto da história brasileira, Gilberto Freyre constitui um dos autores aptos a permitir uma compreensão da cultura e da família brasileira, a qual se formou desde sua origem com o modelo patriarcal, como afirma o autor: “O Brasil formou-se, (...) notou que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI principal exigência era professar a religião cristã: (...)” (p.91). Dessa forma, a família estava vinculada ao que preconizava a igreja, sobretudo em relação ao casamento, como forma de controle social. No entanto, apesar da centralização da religião católica é sabido que havia uma diversidade no que diz respeito à cultura, à etnia e a posição econômica, a que alude Freyre:

“Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.” (Freyre, p.116).

Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que desde a formação da nação brasileira pluralista e diversificada em sua cultura e crenças adequou-se aos ditames dos regimes da época. O que resultou, notoriamente, no conflito e restrição de direitos que foram sendo incorporados à norma de forma gradativa. A Carta Magna de 1988 foi um marco decisivo, pois inaugurou o contexto democrático de direito e ampliou os direitos fundamentais. Dessa forma, buscou-se atender de forma satisfatória a diversidade e pluralidade desta sociedade. Em seu Artigo 226 § 3º, a CF/1988 reconhece a união constituída pelo casamento, a constituída pela união estável e a família monoparental. Com a decisão aferida pelo STF em 2011 e a resolução do CNJ em 2013 tornou-se possível à realização não apenas da união estável, mas também o casamento. Nesse sentido, o elemento afeto atualmente tem sido o principal fundamento das relações familiares, como exemplo tem-se a família homoafetiva, a família pluriparental, a família reconstituída, anaparental, entre outras. Segundo o Princípio da afetividade, ponto muito bem apregoadado por João Batista Villela, na desbiologização da paternidade:

“A paternidade em si mesma não é um fato da natureza, mas um fato cultural. Embora a coabitação sexual, da qual pode resultar a gravidez, seja

fonte de responsabilidade civil, a paternidade, enquanto tal, só nasce de uma decisão espontânea. Tanto no registro histórico como no tendencial, a paternidade reside antes no serviço e no amor que na procriação. As transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso, para se firmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável esforço ao esvaziamento biológico da paternidade. Na adoção, pelo seu caráter afetivo, tem-se a prefigura da paternidade do futuro, que radica essencialmente a ideia de liberdade”.

Por conta disso, muito mais tem sido possível a evolução da família moderna, o que o autor Orlando Gomes, citando o jurista francês Carbonnier, identifica de forma consistente, as seguintes alterações: a *estatização*, uma atuação crescente por parte do Estado nas relações familiares; a *retração*, a nítida redução do grupo familiar; a *proletarização*, o grupo doméstico perde sua característica dominada pelo dinheiro; a *democratização*, onde se substitui a hierarquia pelo companheirismo, igualdade entre todos os membros da família; a *desencarnação*, substituição do elemento carnal e religioso pelo elemento psicológico e afetivo; e a *dessacralização*, desaparecimento da influência religiosa. Quanto ao conceito de família, é importante trazer os conceitos e ideias cristão e bíblico em uma sociedade que ainda é eminentemente Católica/protestante. Aqui, a família é uma instituição sagrada e criada por Deus. Quando o homem foi criado, Deus viu que não era bom que ele estivesse sozinho, e por isso criou a mulher para ser sua companheira. Juntos, eles receberam a ordem de se multiplicar e povoar a Terra (Gênesis 1:28). Mais tarde, foi dito que o homem quando casasse deveria sair da sua casa, deixando pai e mãe para se tornar um com a sua esposa (Gênesis 2:24). Dessa forma, a família bíblica tem por características a heterossexualidade, a indissolubilidade, a procriação e a cumplicidade de seus membros. Juridicamente, no entanto, este conceito é outro e vigora atualmente a pluralidade de famílias, que surgiram após a matrimonial na sociedade brasileira. Conforme Maria Berenice Dias:

Essa visão hierarquizada da família, no entanto, vem sofrendo com o tempo uma profunda transformação. Além de ter havido uma significativa diminuição do número de seus componentes, também começou a haver um embaralhamento de papéis, e seus novos contornos estão a desafiar a possibilidade de encontrar-se um conceito único para sua identificação. Novos modelos familiares surgiram, muitos formados com pessoas que saíram de outras relações, constituindo novas estruturas de convívio sem que seus componentes tenham lugares definidos ou disponham de terminologia adequada. (DIAS, 2009).

Para Berenice e a atual doutrina de direito de família: “Emerge agora novo conceito de família, que tem como elemento identificador a afetividade. O alargamento do conceito de família para além do casamento acabou permitindo o reconhecimento de outras entidades familiares”. **METODOLOGIA:** Foi realizada pesquisa bibliográfica de autores do direito de família, bem como autores que trataram da formação da cultura e família brasileira. Buscou-se o resgate das principais mudanças ocorridas no direito de família desde sua origem patriarcal até sua atual democratização. Utilizou-se do método comparativo, contrapondo a posição de autores e avaliando as modificações na norma. Analisou-se artigos e monografias referentes ao conteúdo deste trabalho, as quais estavam disponíveis em sites. Com intuito de realizar a pesquisa conforme o Método Cartográfico do Direito baseou-se na Escala, através da abordagem dos princípios constitucionais e alterações normativas para criação das famílias jurídicas atuais; na Projeção, que busca definir o espaço

jurídico-social apresentando as dificuldades de efetivar as normas e adaptar as novas famílias ao corpo social; e por fim, a Simbolização, que neste trabalho se apresenta na possibilidade normativa da formação das novas famílias e o estabelecimento destas na sociedade. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nas últimas décadas houve uma redescoberta da família como objeto de estudo no campo das Ciências Humanas. Essa especial atenção é resultado dos debates e polêmicas inseridos no contexto social atual, desde a evolução dos costumes, da ciência, dos meios de comunicação, dos meios de produção, a doutrinação feminista, a liberação sexual, que atingiram de forma definitiva a estrutura familiar. Assim, o modelo de família que outrora era patriarcal, hierarquizado, patrimonialista, baseado no vínculo biológico e matrimonial, tornou-se agora um novo modelo, democrático, plural, isonômico, baseado no vínculo afetivo e na felicidade - família edeumonista. Com a CF/88 surgiram novos princípios no âmbito do direito familiar, a saber: o Princípio da igualdade jurídica entre os filhos; Igualdade jurídica entre os cônjuges e companheiros; Igualdade na chefia familiar; Princípio da solidariedade familiar; Princípio da não intervenção ou da Liberdade; Princípio da afetividade; Princípio da função social da família; Princípio da boa-fé objetiva; Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; e o basilar Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A igualdade formal entre homem e mulher e os demais princípios preconizados pela CF/88 possibilitou o novo e atual Código Civil de 2002 com o arcabouço constitucionalizado, porém com muitos resquícios da legislação anterior. Devendo, no decorrer das transformações sociais, adequar-se de forma satisfatória, para que direitos sejam resguardados, como no caso do reconhecimento das famílias informais e seus devidos direitos, e da mais recente legalização da família homoafetiva. Hodiernamente, o art. 226 *caput* da Constituição Federal de 1988 dispõe que a família é a base da sociedade, tendo especial proteção do Estado. Apesar de ter por natureza jurídica o direito privado, em forma codificada, o direito familiar tem normas de interesse e de ordem pública, como meio tanto de garantir direitos indisponíveis, como meio de preservação desta entidade na sociedade. Dessa forma, é compreensível a atuação do Estado frente à instituição tida como a mais importante no corpo social, a qual legislador sempre teve por objetivo primordial, organizar, zelar e garantir direitos conforme a cultura, crença e exegese vigente à época. O que não é aceitável é a imposição de filosofias/credos de vida, o que torna a família vulnerável. Se em contexto patriarcal, na falha de garantias de direitos, se em um contexto atual democrático, na distorção de todas as coisas, por uma exacerbada liberalidade, que fere o Princípio da função social da família. Nesta feita, torna o papel do Estado de suma importância em relação às famílias. Nesse sentido, é importante revelar no que resultou a evolução da sociedade e das normas em relação à variedade de modalidades familiares reconhecidas na pós modernidade. Das presentes na Constituição - Família Matrimonial é aquela mais antiga das modalidades da família, no qual deu margem aos novos arranjos dos tipos de famílias, desde tempos antigos existe a união entre homens e mulheres, sendo o casamento o instrumento de formaliza-la; Família Informal é tão antiga quanto à primeira, que anteriormente não era protegida pelo Estado, por não haver as formalidades pertinentes exigidas na família matrimonial, mas a Constituição Federal reconheceu esse tipo familiar garantindo direito a alimentos, partilha de bens, guarda de filhos, direitos sucessórios. Também presente na CF/88 está a Família Monoparental que é uma das espécies de família constitucional prevista na nossa Constituição Federal em seu art. 226, sendo considerada entidade familiar aquela formada por quaisquer dos pais e seus descendentes. Há tipos de famílias

que buscaram na CF/88 aparatos para existir juridicamente, podendo citar - Família Homoafetiva como aquela entre pessoas do mesmo sexo, que através do julgamento da ADI 4277 e ADPF 132 no STF e a Resolução 175/2013, reconheceu-se esta união como entidade familiar. Igualmente a Família Anaparental, modelo familiar ainda não contemplado pela Constituição Federal, que tem por principal elemento a afetividade, formadas entre parentes ou entre pessoas que não são parentes. Do mesmo modo, a Família Multiparental, aquela onde uma pessoa tem mais de um pai, mais de uma mãe no registro civil. A multiparentalidade foi tema de um julgamento recente onde STF reconheceu o vínculo socioafetivo e biológico em um mesmo grau de hierarquia jurídica. Igualmente, a Família Reconstituída é aquela em que um ou ambos de seus membros tem filho ou filhos de vínculos anteriores e agora formam uma nova família pluriparental ou modelo mosaico. Quanto ao conceito de família, pode-se notar que esta sofre influência direta das transformações econômicas, sociais e culturais de determinado momento histórico, e desta forma, não se há que falar em um conceito fechado, mas um conceito transcendental. Apesar das transformações sociais e jurídicas, os novos modelos familiares encontram problemas em sua adaptação ao corpo social brasileiro, visto que fogem do modelo tradicional patriarcal. Outro obstáculo refere-se aos resquícios da legislação anterior a de 2002, a qual traz termos polêmicos como, por exemplo, o de “mulher honesta”; e a falta de inovação da norma vigente quanto a guarda dos avós, a posse do filho pelo Estado. **CONCLUSÃO:** Verificou-se a formação do Estado Brasileiro baseado em preceitos judaico-cristãos que já não comportavam as aspirações de alguns modelos familiares das últimas décadas. As primeiras legislações de família segregavam seus entes garantindo direitos basicamente aos patriarcas. Posteriormente houve uma ascensão da mulher, tornando-se figura possuidora de direitos iguais em matéria e forma perante o cônjuge bem como a igualdade entre os filhos. Nota-se que os princípios abarcados pela CF/88, tais como- Função Social da Família, Não Intervenção Estatal e Proteção da Dignidade Humana iniciaram os entendimentos ligados a democratização de direitos, interligando as necessidades do povo com as normas do Estado, então, conjuntamente com o Código Civil de 2002, concretizaram as evoluções normativas. Ao priorizar as escolhas afetivas e a liberdade de escolha do indivíduo, o Estado reconheceu que a constituição da família dá-se antes pela formação do vínculo afetivo que do biológico, assim, desde que respeitado os impedimentos legais, é possibilitado ao cidadão brasileiro a liberdade de constituir família com quem lhe seja afetivamente interessado. Além de regulamentar os pedidos sociais este reconhecimento Estatal dirimiu conflitos patrimoniais, previdenciários e cartoriais, facilitando a resolução dos litígios. Atualmente, avalia-se que essas mudanças normativas configuraram a instituição dos direitos das mulheres, dos casais homoafetivos, das famílias anaparentais, os quais existiam no mundo dos fatos, mas não no mundo do direito. Assim, pode-se olhar positivamente estas alterações, visto que se buscou igualdade formal e material á estes diferentes grupos. Apesar das grandes transformações normativas e sociais, acredita-se ser necessário mais tempo para que haja maior adaptação desses novos modelos na sociedade; aprimorar os termos trazidos das legislações anteriores e resolver a problemática da insegurança jurídica trazida pelos julgados que contrariam as normas. Com isso, pode-se concluir que foi benéfica e útil às modificações ocorridas no conceito, no modelo e normas das famílias, operando as liberdades individuais, a proteção da dignidade da pessoa humana e a função social da família. Aspira-se que estes

princípios sejam empregados nos ideais democráticos externados na Constituição e sejam eficazes na formação das famílias brasileiras.

REFERÊNCIAS

A Diversidade da família no Brasil Contemporâneo. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-diversidade-da-familia-no-brasil-contemporaneo>>. Acesso em: 08 out. 2017.

Almeida, João Ferreira. **Bíblia Tradução João Ferreira de Almeida.** Versão para eBook. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm.

GOMES, Orlando. **Direito de Família.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição:** contribuição para a interpretação pluralista e 'procedimental' da Constituição. Sergio Antonio Fabris Editor: Porto Alegre, 2002.

FIUZA, César. **Direito civil: curso completo.** 17. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 49. ed. SP: Global, 2004.

TARTUCE, Flávio, José Fernando Simão. **Direito Civil: volume 5 : direito de família.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense São Paulo: Método, 2016.

VILLELA, João Batista. **Desbiologização da Paternidade.** Separada da Revista da Faculdade de Direito UFMG. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156/1089>> Acesso em: 08 out. 2017

AS HIPÓTESES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DO NEPOTISMO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SÚMULA VINCULANTE Nº 13

AUTOR:

Leonardo Jackson dos Santos Batista

RESUMO: Pretende-se nesse trabalho abordar características e conceituações de corrupção no Poder Público no que concerne a contratação de servidores por livre nomeação para a Administração Pública, atentando para esta espécie de provimento de cargo público e a conduta ilegítima na consecução deste ato e analisando, especificamente, a Súmula Vinculante nº13 e suas decorrências para a Administração Pública e os cidadãos. Para tanto, será usada como orientação a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) elucidando a conduta do agente ímprobo. Munido de um raciocínio voltado a premissas dogmáticas do conhecimento de improbidade e, somado a isto, haverá referências práticas na forma de engajamento dos servidores para exercer função Pública. Descortinando ainda o quebraimento dos princípios norteadores para todos que exercem, ainda que transitoriamente, função pública. Ademais, a temática é de extrema relevância, dado o seu viés social, ou seja, o escopo político será minudenciado em momentos oportunos. Tendo como caráter basilar do trabalho a insistente prática do Nepotismo, bem como sua aplicabilidade de forma absoluta.

Palavras - chave: Improbidade Administrativa. Nepotismo. Súmula Vinculante nº 13.

INTRODUÇÃO: A Súmula Vinculante nº 13 de 2008, se desenrolou em decorrência da omissão legislativa que culminasse na expressa proibição à prática do Nepotismo. É certo que tal lacuna, segundo entendimento do STF, não torna a prática lícita, contudo, fez-se necessário haver legislação voltada para o tema. Incorre que a prática do Nepotismo, segundo historiadores, também não é jovial, tendo seu início no Renascimento. Nessa época, os líderes da Igreja Católica, liam-se Papas e autoridades eclesiais, tinha o hábito de nomear familiares para altos cargos dentro da igreja, frente à impossibilidade de ter filhos. A SV nº 13 traz um novo formato para essa prática de favoritismo dentro da seara da Administração pública, embasando-se nos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, trazidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988. Para construir um raciocínio lógico e conciso frente à temática, o trabalho pretende abordar os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, no que concerne a prática do Nepotismo, e explicitar quem são os sujeitos alcançados pelo grau estabelecido na Súmula, no que tange a vedação para a nomeação. Serão também minudenciados os princípios constitucionais que norteiam a consecução dos atos exercidos por agente que movimentam a máquina pública e quais os princípios específicos que são mitigados pela prática do Nepotismo, bem como as maneiras de ingresso no serviço público. Neste trabalho também será atentado para a contraposição entre o instituto do Nepotismo, suas vedações e aplicabilidades, seguindo o paradigma da SV nº 13 e, no segundo plano, será estudada a característica da Administração Pública no que tange a autonomia para provimentos em cargos de livre nomeação e exoneração, quais sejam, os cargos em comissão e de confiança, estabelecidos no art. 37, II da CF/88. Por fim, de sobremodo, o trabalho objetiva uma discursão conceitual sobre a aplicabilidade e caráter punitivo da Lei de Improbidade Administrativa tendo como enfoque a prática do Nepotismo, esmiuçando seu alcance e quem está sujeito a ela.

METODOLOGIA: Este trabalho tem sua sustentação em uma metodologia teórico-investigativa e, também, qualitativa, onde foram usados livros, sites e artigos científicos para ratificação da tese. Resta de bom tom elucidar que tal metodologia se caracteriza por apresentar uma problemática e, de forma empírica, trazer soluções. Sempre pautado em definições de terminologias essenciais para a compreensão do assunto. **REVISÃO DA LITERATURA:** É sabido que o Nepotismo corrompe a bom andamento da Administração Pública, ferindo, também, seu viés principiológico obrigatório. Em ênfase, têm-se os princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade. Nesse ínterim, cabe compreender conceituações que servem como base para a construção do raciocínio. No entendimento de José dos Santos Carvalho Filho, o princípio da moralidade, em seu sentido *lato senso*, consiste em:

O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto. (2014, p. 21).

Trazendo a baila o mesmo princípio, agora dentro da Improbidade Administrativa, há divergência quanto sua erudição. Alguns entendem a Improbidade como um conceito geral, onde a moralidade é uma espécie, ou seja, a partir dessa concepção, nem todo ato ímprobo é imoral. Ricardo Duarte Júnior defende uma corrente contrária à afirmação ora citada, senão vejamos:

[...] a improbidade administrativa é a “ imoralidade qualificada pelo dano ao erário e correspondente vantagem ao ímprobo ou a outrem ”. [...] todo ato de improbidade administrativa tem em seu seio um ato imoral, mas a recíproca não é verdadeira. (DUARTE JÚNIOR, 2017, p. 22).

É límpida a afirmação feita pelo preceptor no trecho citado, quando constrói a ideia que todo ato ímprobo é, necessariamente imoral, mas, a recíproca não existe nesse contexto. Como respaldo de bom funcionamento do ente público, há ainda o princípio da impessoalidade, também trazido na carta suprema no art. 37. De início vale lembrar que impessoal é “o que não pertence a uma pessoa em especial”⁶⁶, assim, o constituinte quando da elaboração desse princípio, pensou em descentralizar os anseios pessoais dos agentes públicos quando no exercício das finalidades públicas, com a tentativa de evitar o favorecimento de uns em detrimento de outros. José dos Santos Carvalho Filho aduz que:

[...] para que haja verdadeira impessoalidade, deve a Administração voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicando alguns para favorecimento de outros. (CARVALHO FILHO, 2014, p. 20)

Entendido o escopo principiológico necessário, cabe compreender nesse ínterim o dito na Súmula Vinculante nº 13:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo e direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, função gratificada na administração pública direta e indireta em

⁶⁶ AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. V. III, p. 2667. Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

No geral, o provimento de cargos ou empregos públicos se dá mediante concurso público, sendo de provas ou provas e títulos, no qual será averiguada a capacidade do indivíduo, salvaguardando a isonomia entre os participantes. Contudo, há possibilidade de provimentos nos grupos já mencionados que são destinados para cargos ou empregos de confiança, sendo indicados pelos superiores hierárquicos, para que este desenvolva melhor suas atribuições.

Podemos afirmar que aí está o cerne do Nepotismo, a livre nomeação pelo superior hierárquico para cargos ou empregos tido como de confiança, pautando-se no favorecimento pessoal.

O Ministro Dias Toffoli elucida que o texto contido na Súmula Vinculante nº 13 não é exaustiva, visto a impossibilidade de conhecimento de todos os tipos de ilícito que se concretizam nos entes da federação e nas três esferas de Poder.

[...] A redação do enunciado da Súmula Vinculante nº 13 não pretendeu esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo da Administração pública, uma vez que a tese constitucional nele consagrada consiste na proposição de que essa irregularidade decorre diretamente do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, independentemente da edição de lei formal sobre o tema [...]. (Rcl 15451, julgamento em 27.2.2014, DJe de 03.04.2014).

Nessa esteira, a Súmula restringe a nomeação até o terceiro grau, ou seja, parentes em linha reta ou colateral, sendo os filhos, netos, bisnetos, sobrinhos, tios, irmãos, sogros, genros, cunhados, noras, cônjuges e companheiros. Tendo atenção que não são abarcados pela SV ° 13 os primos, ao passo que esses são parentes em quarto grau.

Não há, sobretudo, engessamento da norma, isto é, existem casos em que tem elementos que, via de regra, geraria a incompatibilidade, mas, devido alguma particularidade, tal restrição não acontece. Nessa acepção, como exemplo, tem-se entendimento do STJ:

Não há nepotismo quando a designação ou nomeação do servidor tido como parente para a ocupação do cargo comissionado ou de função gratificada for anterior ao ato de posse do agente ou servidor público gerador da incompatibilidade. (RMS 26.085/RO, julgado em 19.8.2009, DJe 28.9.2009)

Segundo o entendimento do STF e STJ a Súmula sob análise também alcança os cargos de natureza política quando tais agentes não tiverem preparo para o exercício do cargo para o qual fora nomeado. A Súmula também alcançaria os agentes políticos quando estes praticam o chamado Nepotismo cruzado com algum agente que está sob o aparado dessa norma. O doutrinador José Sérgio Monte Alegre (2008, p. 64) aponta divergência no que tange a matéria. Essa inteligência ante a natureza política ou administrativa do agente público, leva a crer, frente a visão do Promotor de Justiça João Gaspar Rodrigues, tem-se a incidência de dois tipos de nepotismo, sendo o ilícito, que é o convencional e, num segundo prisma, o lícito, qual seja o que compreende os agentes públicos de natureza política e que se encontram compatíveis com os princípios. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Como

pode ser visto no embasamento teórico ora exposto, fora percebido que a prática do Nepotismo é fator preponderante para o aumento do cancro social, deliberando uma mitigação no funcionamento honroso da Administração Pública. O referente trabalho explicita os princípios administrativos que visam o alcance do interesse público que é uma finalidade inerente à administração e que, por sua vez, alcança os direitos e garantias fundamentais à pessoa humana que implica na concretização substancial democrática, contudo, quando o agente usa da sua atribuição e do seu cargo para favorecer familiar, até mesmo por afinidade, em detrimento de outro, além de incorrer na prática do Nepotismo, fere ainda os princípios da Constituição Federal. Consubstanciado no entendimento do professor Ricardo Duarte Junior, quando o agente público fere o princípio da moralidade administrativa, não incide, via de regra, em Improbidade Administrativa, visto que, para ele, todo agente que comete atos que implicam na Lei 8.429/92, no exercício da função pública, tem uma parcela de imoralidade. Sintetizando a asseveração do professor, toda conduta ímproba é imoral, mas não o contrário. Mas, há que ser atentado para amplitude da norma. O viés absoluto da SV nº 13 em vedar, até o terceiro grau parente colateral ou por afinidade, nem sequer põe em cheque a capacidade profissional do indivíduo que poderia ser nomeado. Por exemplo, se a irmã do prefeito de um determinado Município for Pós Doutora em Medicina Social e tiver anos de experiência na área, não poderá ser nomeada para ser diretora do hospital, em virtude da vedação trazida na Súmula. Similarmente, um desembargador que tenha um filho pós-doutor em direito, estará impedido de nomeá-lo como seu assessor ou de outro desembargador, dado o grau de parentesco. Note-se que tal absolutismo da norma acaba por ter alguns reflexos negativos, degradando o tão rebuscado “bom funcionamento” da Administração Pública. Posto que, mesmo com a qualificação necessária para tanto, o agente que se encaixa no texto da SV nº 13, fica impedido de assumir o cargo ou emprego de confiança, abrindo, em alguns casos, espaço para indivíduos não qualificados. Atente ainda para a lesão ao princípio da isonomia, pondo em cheque até mesmo o princípio da eficiência. Partindo para outro ponto e sendo direto na afirmativa, quem pratica o Nepotismo incorre no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa:

Art. 11: Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...].

Quem comete o Nepotismo, recai na Lei nº 8.429/92 por haver violação aos princípios já enumerados, sendo impessoalidade e moralidade. Não há que se falar de pronto em dano ao erário, cabendo essa possibilidade apenas de forma indireta, se a nomeação irregular se deu como método para desviar dinheiro público, seja como funcionário fantasma ou por receber comissão sobre o salário pretendido pelo agente. Portanto, como método para refrear o Nepotismo, o MP tem como ferramenta a ação civil pública, reclamações e recomendações ante o STF para que seja garantido o cumprimento da SV nº 13. **CONCLUSÃO:** Diante de todo o exposto, conclui-se que a prática do Nepotismo degrada, em tese, a funcionalismo público, estendendo a probabilidade de corrupção e desconstruindo à ideia de probidade da Administração. Em face do viés de vedação absoluta da Súmula não pôr em pauta a discussão acerca da possibilidade de nomear para cargos ou empregos de confiança um indivíduo plenamente capaz de exercer as atribuições requisitadas para tanto devido ao grau de parentesco, faz-se possível compreender

que, a Administração acaba por ter um déficit em seu funcionamento. Assim, seria imperioso e de bom tom relativizar a norma, para que indivíduos com capacidade para exercer a função restrita ao cargo não sejam impossibilitados de ser provido devido à vedação trazida na Súmula Vinculante nº 13. Porquanto, as habilidades e competência do agente deve ser premissa que possibilite sua normal nomeação para cargo ou emprego de confiança, qual seja aqueles de livre nomeação e exoneração. Sendo sempre atentado para a premissa de moralidade e honradez na consecução do funcionalismo público, com cautela de não incorrer em Improbidade Administrativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BULLOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed.rev.e atual.de acordo com a Emenda Constitucional n.56/2007. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARVALHO FILHO, **José dos Santos**. **Manuela de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23. ed.São Paulo: Atlas, 2010.

DUARTE JR, Ricardo. **Improbidade Administrativa: aspectos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: SUAS VIRTUDES E SEUS DILEMAS

AUTORES:

Elvis Miranda da Silva Júnior

Wedna Maria Tavares Mendonça de Araújo

RESUMO: O trabalho tem como tema o estudo da democracia participativa, pois este é um instrumento que permite aos cidadãos participarem do exercício do poder, possibilitando assim a tomada de decisão política para atender as necessidades da sociedade. Além disso, com a crise política vivenciada pelo povo brasileiro, a democracia participativa torna-se uma alternativa para mudar esse cenário crítico. Diante disso, surge a seguinte problemática: como reivindicar as melhorias necessárias nos serviços públicos através dos instrumentos de participação popular? Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as virtudes e os dilemas da democracia participativa do Estado democrático brasileiro.

Palavras - chave: Constituição. Democracia participativa. Participação popular.

INTRODUÇÃO: O tema em foco, democracia participativa, é vasto e não se pretende, obviamente, com o presente trabalho, esgotar a matéria, mas apenas contribuir para o entendimento quanto aos elementos jurídicos e políticos intrínsecos à democracia participativa, o que será feito à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Atualmente no Brasil a forma democrática segundo a Constituição Brasileira se apresenta como uma democracia representativa, na qual o povo é quem elege seus representantes para governar o país. Porém, devido aos inúmeros casos de corrupção, desvios e lavagem do dinheiro público, o atual cenário político brasileiro retrata uma crise, que exige uma reforma política urgente. Com essa situação crítica da política vivenciada pelo povo brasileiro, a democracia participativa torna-se uma alternativa para mudar esse quadro de crise na política, pois a democracia representativa tende a se fortalecer por ser um instrumento que proporciona aos cidadãos as interferências necessárias nas decisões referentes à administração pública, no que diz respeito as melhorias dos serviços básicos prestados a sociedade. Logo, essa é uma maneira dos cidadãos participarem do exercício do poder, possibilitando assim a tomada de decisão política. Diante dessas breves explicações surge a seguinte problemática: como reivindicar as melhorias necessárias nos serviços públicos através dos instrumentos de participação popular? Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar as virtudes e os dilemas da democracia participativa do Estado democrático brasileiro. E para atingir o objetivo geral, foram projetados os seguintes objetivos específicos: descrever sobre a democracia de acordo com a constituição brasileira; explicar acerca dos instrumentos da democracia participativa inserida no contexto constitucional brasileiro e discorrer a respeito de outros instrumentos de participação popular utilizados no atual cenário brasileiro. Assim, essa pesquisa se justifica por ser uma temática pertinente, tendo em vista que a participação popular dos cidadãos mais exigentes dos seus direitos possibilita um posicionamento crítico sobre os aspectos sociais, culturais e políticos do Brasil. Dessa forma, esse estudo se torna relevante para a disseminação do conhecimento sobre esse conteúdo para o meio acadêmico, bem como para a sociedade. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada

para esboçar essa pesquisa está direcionada quanto ao tipo, ao método e a coleta dos dados. É importante destacar que, em relação ao tipo de pesquisa, esta se refere quanto ao procedimento teórico e ao objetivo. No que diz respeito ao tipo de pesquisa quanto ao procedimento teórico adotado, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois a temática em estudo já havia sido publicada anteriormente em livros, artigos e leis. Portanto, esses materiais foram consultados para fundamentar e desenvolver essa pesquisa que está sendo elaborada sob outro ponto de vista. Já quanto aos objetivos, essa pesquisa é exploratória, pois abrange o levantamento bibliográfico para responder a problemática em estudo. Em relação ao método, essa pesquisa é qualitativa, porque descreve os dados coletados para compreender o problema em questão. Além disso, não há utilização de instrumentos estatísticos para analisar a problemática da pesquisa. No que concerne à coleta de dados, esta foi realizada a partir dos conteúdos encontrados nas leis, na jurisprudência e em livros de doutrinadores jurídicos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A primeira virtude acerca da democracia participativa diz respeito à participação direta do cidadão na gestão pública, que é princípio consolidado há quase cinquenta anos, inscrito na própria Declaração dos Direitos do Homem, na qual se lê que “todo homem tem o direito a tomar parte do governo de seu país diretamente, ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (Art. XXI, inciso I). Mas poucas Constituições reproduziram o conteúdo desse dispositivo, sendo que a brasileira o fez apenas em 1998: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Art. 1º, par. único) (LYRA, 2006, p. 278). O princípio da democracia participativa caracteriza-se, ainda, por ser uma evolução no conceito de democracia quanto à participação da sociedade na gestão da *res publica*. O cidadão sai da função de mero eleitor e passa a participar da gestão da administração pública, inclusive quando da tomada de decisão administrativa, o que, em última análise, caracteriza-se por ser a própria essência do princípio republicano, isto é, governo (ou coisa) do povo e para o povo (BONAVIDES, 2001, p. 34). Outra virtude a ser mencionada sobre a democracia participativa está relacionada ao combate a conspiração desagregadora do neoliberalismo, formando uma nova corrente de ideias que se empenham em organizar o povo para apor um dique à penetração da ideologia colonialista; ideologia de submissão e fatalismo de autores que professam a tese derrotista da impossibilidade de manter de pé o conceito de soberania. A obsolescência deste é proclamada a cada passo como verdade inconcussa (BONAVIDES, 2001, p. 34). Dessa forma, a democracia participativa tem como primícias o combate ao neoliberalismo, porque, no campo político, o capitalismo transformado em sentido neoliberal minou as bases da democracia liberal representativa ocorrendo ampla submissão da sociedade civil e do Estado à economia. Além disso, o processo de globalização é na essência um ataque às conquistas democráticas do século 19 e, sobretudo, do século 20. Logo, o objetivo exitoso da grande contraofensiva neoliberal era criar um sistema político-econômico livre de interferências democráticas. Estabeleceu-se um sistema mundial de Constitucionalismo neoliberal que, na prática, retirou de cada Estado a possibilidade da influência política democrática. Com isso, o neoliberalismo é um produto da “derrota da luta social” (FAGNANI, 2013, *online*). Por isso, a democracia participativa surge como uma oportunidade de reconquistar seu papel na sociedade, pois o neoliberalismo com seus artifícios a “derrotou” há alguns anos atrás. Assim, combater esse neoliberalismo se torna uma grande virtude para a democracia participativa. Uma das principais virtudes da democracia participativa é que esta auxilia na

representação política, atingindo, pois, a realização plena da democracia: em que os detentores do poder, no gozo de sua cidadania, têm a faculdade de escolher não apenas “quem os governará, mas como querem ser governados” (DUARTE JÚNIOR, 2014, p. 237). Cabe mencionar também que essa participação se configura como uma prática de aprofundamento da democracia e, como tal, poderá concorrer ou não para abalar o capitalismo. Dependendo da correlação de forças existentes, a luta pela democracia participativa aprimorará um regime de capitalismo democrático ou favorecerá a sua superação (LYRA, 2006, p. 242). A república pressupõe ainda uma democracia participativa cuja sociedade tem a incumbência de gerir a coisa pública, controlar os gastos estatais e participar dos processos de decisão. Além disso, é preciso ressaltar que a democracia representativa só deve prevalecer sobre a participativa quando esta não puder ser implementada, pois a democracia representativa é insuficiente para acompanhar a sociedade do novo século. A democracia participativa pugna pela reintrodução do cidadão no jogo político, no jogo de poder do Estado, sendo fundamental para a reconstrução do tecido democrático rasgado, defasado, perdido em face das insuficiências daquele modelo democrático (DUARTE JÚNIOR, 2014, p. 239). Logo, a administração pública se torna o local, o espaço público, para essa nova democracia participativa, ao outorgar à sociedade e ao cidadão espaço – cada vez maior – não só para participar da (e controlar a) gestão da coisa pública e para o auxílio da tomada de decisão de interesse público, mas também na prestação de serviços públicos e de interesse público. E assim preenche-se a lacuna deixada pela democracia representativa (DUARTE JÚNIOR, 2014, p. 198). Portanto, as principais virtudes apresentadas acerca da democracia participativa demonstram que essa é uma oportunidade direcionada para uma participação mais ativa por parte dos cidadãos, com o objetivo de administrar os gastos públicos a seu favor. Isto é, em prol de destinar os recursos arrecadados para a sua devida finalidade, com o intuito de opinar sobre as possíveis melhoras dos serviços públicos que são prestados para a sociedade. Dessa forma, a democracia participativa passar ser um instrumento de gestão na qual quem irá administrar será a própria população. No que se refere as contradições da democracia participativa, segundo EVELINA (2007 *online*), doutora da Universidade de Stanford, na Califórnia, o principal dilema da democracia participativa é o que ela chama de confluência perversa. “É a ideia de que o projeto democrático participativo que, no Brasil, se desenvolveu a partir da década de 80, com a resistência democrática, com o debate sobre que tipo de democracia a gente queria, e que tingiu seu marco legal na Constituição de 1988, passou a conviver, se encontrou com o projeto neoliberal”. E, como parte dessa disputa entre os dois, o que acontece? Há uma confluência de referências, de vocabulário. “Todo mundo fala em democracia, em participação, em cidadania, em sociedade civil, mas, os significados que se atribuem a essas referências pelos distintos projetos são muito diferentes” (EVELINA, 2007, *online*). Ainda de acordo com Evelina, como se utilizam as mesmas expressões, a impressão que dá é de uma homogeneização do discurso, o que obscurece as diferenças e os conflitos entre esses dois projetos. “Ela considera que isso é um desafio e um dilema muito grande, não só para os analistas como ela, mas também para os ativistas da sociedade civil, para os militantes e membros das instâncias de democracia participativa”. (EVELINA, 2007, *online*). Já Luigi Bobbio (2006, *online*), apresenta a seguinte indagação sobre a democracia participativa: é uma nova forma de democracia ou é uma aspiração de caráter geral que pode assumir por vezes faces diversas e muitas vezes contrastantes? A impressão desse autor é de que não há frente a uma nova forma de democracia, mas frente a um

conjunto heterogêneo, contraditório e informe de aspirações, linhas de tendência e orientações políticas que buscam frequentemente abrir uma brecha na cidadela do governo representativo. A democracia participativa é particularmente exposta à contradição entre concepções procedurais (ou melhor, processuais) e concepções substantivas. É bem fácil que a democracia participativa não seja vista como um bem em si mesma, mas como um meio para alcançar resultados políticos específicos. A participação é o veículo para abrir uma brecha no pensamento único das elites no poder (BOBBIO, 2006, *online*). Há outro dilema a ser ressaltado: os neoliberalistas não concordam com os pressupostos da democracia participativa, pois para eles e para os globalizadores a bandeira da democracia social e participativa é considerada como arcaísmo político, que ainda faz arder a imaginação dos países do terceiro mundo (BONAVIDES, 2001, p. 30). Cabe enfatizar que, para os neoliberalistas, o sistema fordista de “partidos populares”, que aglutinavam amplos interesses sociais e procuravam influenciar os processos políticos decisórios, passou a ser coisa do passado. Esse modelo foi substituído pela ideia da individualização, impulsionada pelos próprios partidos, pela qual o comportamento de mercado penetra em todas as áreas da vida, desde a família até as escolas e as universidades. O indivíduo como empresário de si mesmo torna-se a figura central das relações sociais (FAGNANI, 2013, *online*). Por isso, Paulo Bonavides (2001, p. 30) afirma que a doutrina do neoliberalismo figura como a lâmina mais corrosiva e cortante que já se empregou para decepar a liberdade, a economia e as finanças dos povos da periferia. Além disso, ele considera que o inimigo mortal dessa democracia é o neoliberalismo, afivelando a máscara da hipocrisia, pois diz que sua presença no poder fez o peso do Estado diminuir e as cores de seu perfil coercivo na esfera da cidadania esmaecerem. Além dos dilemas supracitados, Paulo Bonavides acrescenta ainda que existe o que ele chama de “bloqueios da classe dominante”, sendo este um dos aspectos que ele enfatizou em sua obra, na qual está relacionada a maneira em que a mídia expõe assuntos direcionados a democracia e a política. Para Paulo Bonavides (2001, p. 47), todas essas considerações acerca da democracia participativa e da necessidade de fazer do Direito Constitucional uma espécie de muralha defensiva contra a recolonização ficariam, decerto, incompletos se não fizessemos menção ao triste papel que os meios de comunicação têm exercido, como órgãos responsáveis, em grande parte, pela passividade do povo diante dos assaltos da globalização e do neoliberalismo à soberania nacional. Com efeito, a mídia nas mãos da classe dominante é a mais irresistível força de sustentação do *status quo* e de seus governos conservadores, impopulares, injustos e reacionários. Afastá-la daquelas mãos, democratizá-la, protegê-la, mediante dispositivos constitucionais que lhe assegurem a legitimidade no exercício de suas funções e deveres sociais, é o primeiro dos pressupostos da democracia participativa. Isso ocorre porque, do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas, mesmo quando, como é o caso do Brasil, rádio e televisão sejam concessões estatais, pois estas são feitas a empresas privadas. Ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. Tanto é assim que, sob a ação da forma econômica neoliberal ou da chamada globalização, a indústria da comunicação passou por profundas mudanças estruturais, pois num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia (CHAUÍ, 2015, *online*). Paulo Bonavides (2001, p. 25-26) menciona ainda que os vícios eleitorais, a propaganda dirigida, a manipulação da consciência pública e opinativa do cidadão pelos poderes e veículos de informação, a serviço da classe

dominante, que os subornou, até as manifestações executivas e legisladoras exercitadas contra o povo e a nação e a sociedade nas ocasiões governativas mais delicadas, ferem o interesse nacional, desvirtuam os fins do Estado, corrompem a moral pública e apodrecem aquilo que, até agora, o *status quo* fez passar por democracia e representação. No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos contrários à democracia, qual seja, pode-se chamar de coronelismo eletrônico, isto é, a forma privatizada das concessões públicas de canais de rádio e televisão, concedido a parlamentares e lobbies privados, de tal maneira que aqueles que deveriam fiscalizar as concessões públicas se tornam concessionários privados, que se apropriam de um bem público para manter privilégios, monopolizando a comunicação e a informação. Esse privilégio é um poder político que se ergue contra dois direitos democráticos essenciais: a isonomia (a igualdade perante a lei) e a isegoria (o igual direito de expressar-se em público e ter suas opiniões publicamente discutidas e avaliadas). Numa palavra, a cidadania democrática exige que os cidadãos estejam informados para que possam opinar e intervir politicamente e isso lhes é roubado pela mídia (CHAUÍ, 2015, *online*). A construção de uma opinião pública autônoma, não induzida pelos interesses econômicos e políticos da mídia, adquire suma relevância na sociedade contemporânea, pelo menos enquanto os meios de comunicação de massa não forem democratizados. A participação política possibilita uma consciência crítica quando a mídia exerce pressões em favor de interesses elitizados e minoritários. Na medida que as pessoas participam das decisões que o Estado toma, fica mais fácil identificar e isolar pressões de grupos econômicos minoritários, apesar do poder de fogo que eles usufruem por conta das relações comerciais que estabelecem com os meios de comunicação ou quando os controlam diretamente (VARGAS, 2007, *online*). Com efeito, trata-se aqui da *mídia* – esta, sim, a caixa preta da democracia, que precisa ser aberta e examinada para percebermos quantos instrumentos ocultos, sob o pálio legitimante e intangível da liberdade de expressão, lá se colocam e utilizam para degradar a vontade popular, subtrair-lhe a eficácia de seu título de soberania, coagir a sociedade e o povo, inocular venenos sutis na consciência do cidadão, construir falsas lideranças com propaganda enganosa e ambígua, reprimir e sabotar com a indiferença e o silêncio dos meios de divulgação, tornados inacessíveis, a voz dos dissidentes e seu diálogo com a sociedade, manipular, sem limites e sem escrúpulos, a informação, numa aliança com o poder que transcende as raias da ética e tolher, enfim, a criação de uma opinião pública, livre e legítima, consciente e oxigenada pelos valores da justiça e da liberdade (BONAVIDES, 2001, p. 64). Embora neste tópico do capítulo três tenha sido abordado em torno dos dilemas da democracia participativa, é importante frisar que suas virtudes vão muito além de seus dilemas, tendo em vista que a democracia participativa vem sendo colocada em prática paulatinamente.

CONCLUSÃO: O presente trabalho abordou acerca da democracia participada, explicando suas virtudes e seus dilemas, bem como discorreu sobre seus instrumentos no contexto constitucional brasileiro, com o intuito de responder a problemática apresentada no início desse trabalho que foi: como reivindicar as melhoras necessárias nos serviços públicos através dos instrumentos de participação popular? Para responder a indagação supracitada, foi necessário explicar sobre diversos conteúdos, como, o conceito e os tipos de democracia, baseado na constituição federal brasileira de 1988. Logo, pode-se inferir que a democracia remete ao fato da efetivação da vontade do povo através da soberania popular, seja ela de forma direta, indireta ou participativa. Além disso, o principal

aspecto elucidado neste trabalho diz respeito as virtudes e os dilemas da democracia participativa. Foram comentadas as três principais virtudes da democracia participativa, na qual elas se apresentam como uma chance para a participação mais ativa por parte da população, pois seu objetivo é o de administrar os gastos públicos a seu favor e devido a participação direta do cidadão, bem como o combate ao neoliberalismo. Com certeza a democracia participativa auxiliará na representação política. Já no que se refere aos dilemas da democracia participativa, foram relatadas as três predominantes que são direcionadas as contradições da democracia participativa, a doutrina do neoliberalismo e a mídia como bloqueio para a democracia participativa. Outro assunto que foi destacado nesse trabalho está relacionado aos instrumentos de participação popular, como plebiscito, referendo, iniciativa popular, ação popular, audiência pública, orçamento participativo e os movimentos sociais. Mediante o estudo sobre os conceitos de cada instrumento de participação popular mencionado, ficou evidente que eles são ferramentas que ajudam os cidadãos na reivindicação de seus direitos, sendo que para cada instrumento citado tem-se suas particularidades que servem para determinado fim, porém todos são em prol do aprimoramento do bem-estar do coletivo. Em suma, a democracia participativa é uma ferramenta que proporciona a população a busca dos direitos essenciais estabelecidos na Constituição Federal Brasileira. Para isso, os cidadãos precisam ser mais ativos nesse processo, tendo em vista que na atual situação política do Brasil verifica-se que a democracia representativa não está cumprindo com o seu dever de garantir os direitos básicos para a sociedade. Logo, a democracia participativa se apresenta como uma alternativa para mudar esse quadro crítico social e político que está sendo vivenciado pela população brasileira. Dessa forma, retomar a participação da população pode ser considerada uma nova maneira de fazer a democracia funcionar, porém, será preciso primeiramente capacitar a população para que ela tenha conhecimento e a consciência para exercer o seu papel como cidadão, a fim de saber opinar acerca da aplicabilidade dos recursos público nos serviços essenciais para a população. Então, para futuras pesquisas, sugere-se um estudo sobre os instrumentos de democracia participativa que foram ou estão sendo utilizadas na administração pública do estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Luigi. **Dilemmi della democrazia partecipativa**. Democrazia e Diritto, v. 4. Milano: Ed. Franco Angeli, 2006. Disponível em: < <http://www.2i2p.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/BOBBIO-Luigi-2006-Dilemas-da-democracia.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Mídia e democracia**. 2015. Disponível em: < <http://www.bancariosdf.com.br/~banca827/site/index.php/outros-assuntos-2015/midia-e-democracia-por-marilena-chauai>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DUARTE JÚNIOR, Ricardo César Ferreira. **Agência reguladora, poder normativo e democracia participativa**: uma questão de legitimidade. Curitiba: Juruá, 2014.

EVELINA. **O significado do OP e os dilemas da democracia participativa**. 2007. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nph/ong/?p=867>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FAGNANI, Eduardo. **Neoliberalismo e manifestações**: o que uma coisa tem a ver com a outra? 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/neoliberalismo-e-manifestacoes-o-que-uma-coisa-tem-a-ver-com-a-outra-6156.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

LYRA, Rubens Pinto. **Estado e cidadania**: de Maquiavel à democracia participativa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

VARGAS, Pepe. **Construindo a democracia participativa**. 2007. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi9ofzy78zTAhWHD5AKHd6mDhYQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.camara.gov.br%2Fsileg%2Fintegras%2F532980.doc&usg=AFQjCNEtFn2hOYOrX2uasheEmVVlwwQ6lg>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CRIMES CIBERNÉTICOS - A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET

AUTORES:

Cristina Aparecida de Lima Campos

Jefferson Farias Felipe

Julianne Hemetério Cordeiro de França

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo realizar uma breve análise da Lei n. 12.737/2012, sobre os Crimes Cibernéticos, comparando com o contexto social atual. Ademais, expor que há direitos fundamentais na internet, mesmo que eles não estejam em âmbito físico e sim nas nuvens, conceito utilizado. No entanto, ainda há violação dos direitos fundamentais e das normas aplicadas para organização dessas relações.

Palavras - chave: Cibernéticos. Direitos. Fundamentais.

INTRODUÇÃO: Com a instauração da revolução industrial, que foi caracterizada pelo desenvolvimento de técnicas de produção em grande escala, crescimento econômico e o aumento de riqueza de uma minoria, resultou-se na incorporação dos direitos de segunda dimensão que visam consagrar a dignidade da pessoa humana através de prestações positivas obrigatórias impostas ao Estado, juntamente com os direitos fundamentais que são aqueles que asseguram um mínimo existencial para os cidadãos, como por exemplo, liberdade de expressão, direito à privacidade, intimidade, a honra, a inviolabilidade do domicílio. Essa inclusão de novos direitos teve como objetivo diminuir a desigualdade social causada pelo crescimento econômico da minoria da população. Essa inserção se deu na Constituição da República Federativa do Brasil com intuito de possibilitar uma segurança jurídica e uma nova maneira de se relacionar, como também o avanço na área tecnológica, como foi o caso da internet que iniciou no Brasil no ano de 1991 com a Rede Nacional de Pesquisa (a RNP). Todavia, o acesso privado apenas foi concedido no ano de 1995 sendo primeiramente acessado pelos grandes polos econômicos e posteriormente em outras localidades. Esse novo modelo de comunicação passou a ser aprimorado a cada ano e no ano de 1990 a Internet começou a alcançar a população em geral causando a era de expansão da Internet. Em 2006 foram introduzidas as redes sociais. Primeiramente o Orkut ganhou a preferência dos brasileiros. Nos anos seguintes surgiram outras redes sociais como, por exemplo, Facebook, Twitter, Google Plus e Instagram. Os direitos fundamentais também estão presentes nas relações estabelecidas na internet, mesmo que elas não estejam em âmbito físico e sim nas nuvens, conforme conceito utilizado. No entanto, essa liberdade assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil não pode violar o direito do outrem, de acordo com a principal regra de convivência dos indivíduos conforme afirma o ex-ministro Ministro da Suprema Corte dos EEUU, Oliver Wendel Holmes Jr., para quem o direito de cada um termina onde começa o do outro, ou seja, a liberdade de expressar livremente não pode violar o direito da privacidade do outrem. Contudo, esse é um dos grandes problemas que a sociedade vem enfrentando nas relações estabelecidas na internet, pois a falsa segurança de estar protegido pela tela do computador faz com que se encoraje a desrespeitar o direito do outrem como, por exemplo, com o compartilhamento de fotos íntimas em

que o usuário utilizando da sua liberdade não respeita o direito à privacidade do outro. Ocorreu no Brasil o “furto” e a divulgação de mais de trinta fotos íntimas da atriz Carolina Dieckmann. Hackers do interior de Minas Gerais e de São Paulo invadiram o e-mail da atriz e a chantagearam, por meio de mensagens anônimas, solicitando o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para apagar as imagens. O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.737/2012 dos Crimes Cibernéticos, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que tipifica justamente delitos cometidos em meios eletrônicos e na internet. A Lei supracitada frisa que sejam punidas pessoas que cometam delitos de violação de senhas e invasão de computadores e outros dispositivos de informática. A obtenção ilícita de dados privados e comerciais, sem consentimento do proprietário, gera multas e penas de três meses a dois anos de prisão. As infrações cometidas na Internet poderão ser de vários tipos, entre elas estão: falsificação de dados, estelionatos eletrônicos, pornografia infantil (produção, oferta, procura, transmissão e posse de fotografias ou imagens realistas de menores ou de pessoas que aparecem como menores, em comportamento sexual explícito), racismo e xenofobia (difusão de imagens, ideias ou teorias que preconizem ou incentivem o ódio, a discriminação ou a violência contra uma pessoa ou contra um grupo de pessoas, em razão da raça, religião, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, injúria e ameaças qualificadas pela motivação racista ou xenófoba; negação, minimização grosseira, aprovação ou justificação do genocídio ou outros crimes contra a humanidade). O infrator pode cometer mais de uma conduta lesiva ao mesmo tempo, estando em diversos lugares simultaneamente. Contudo, a vigência da lei de crimes cibernéticos não cessou as práticas ilícitas. De acordo com a pesquisa realizada pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da organização não governamental (ONG) SaferNet Brasil, as denúncias relacionadas a conteúdos ilícitos na internet aumentaram 8,29% em 2014. Conforme registro, foram recebidas 189.211 reclamações, envolvendo 58.717 páginas distintas da web. A maior parte das vítimas deste delito é constituída de cidadãos comuns que em geral não compreendem corretamente o meio em que estão. Ademais, o cidadão leigo não conseguiu constatar que esses atos poderão lhe acarretar prejuízos irreparáveis, como a exposição de fotos íntimas por meio eletrônico, por outro usuário. Não há valor de indenização que repare o dano psicológico sofrido pela vítima. **REVISÃO DA LITERATURA:** O direito à privacidade está abrangido nos direitos à intimidade, o direito à honra, à imagem, à inviolabilidade do domicílio, o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados das comunicações telefônicas. Ademais, o ponderamento desses direitos deve ocorrer sempre que houver conflito, visto que conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal os direitos fundamentais não são absolutos e não há uma hierarquia entre eles. Assim se deveria então utilizar o critério proposto por Robert Alexy, que é o seguinte: quanto maior for a intervenção num determinado direito, maiores terão que ser os motivos que justifiquem o afastamento desse direito. E lembrando que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem sempre pautar a ponderação. O direito à privacidade tem por objetivo assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, visto que o valor de resguardar a privacidade individual e social está na proteção à honra e a dignidade, resguardado pelo Pacto de San José da Costa Rica, recepcionado no Brasil no artigo 11.

Isso significa que a tutela do direito à privacidade visa proteger não somente um indivíduo em específico, mas sim, toda uma sociedade, por meio de delimitações de

onde começa e onde termina o direito de cada indivíduo em relação a sua intimidade, como leciona LEONARDI (2012, p. 122).

Isso significa que não se deve entender a tutela da privacidade como a proteção exclusiva de um indivíduo, mas sim como uma proteção necessária para a manutenção da estrutura social. A privacidade não é valiosa apenas para a vida privada de cada indivíduo, mas também para a vida pública e comunitária. Como destaca GUSTAVO TEPEDINO, o direito à privacidade consiste em tutela indispensável ao exercício da cidadania. (LEONARDI, 2012, p. 122).

Essa proteção à privacidade do indivíduo se torna falha na internet, pois ela é um instrumento de fácil manuseio e de difícil fiscalização, Assim facilita que o usuário se sinta à vontade para realizar todas as atividades que deseje mesmo que uma delas seja agredir virtualmente outrem.

Esse quadro é particularmente preocupante em relação à privacidade, cuja violação é exponencialmente facilitada pelas mesmas características e peculiaridades que tornam a internet tão atraente, a tremenda facilidade de disseminação, de busca e de reprodução de informações em tempo real, sem limitações geográficas aparente. (LEONARDI, 2012, p. 42).

A internet passou a ser conhecida como a terra sem lei, visto que alguns dos usuários da internet, que acreditavam que determinadas atitudes como comentários e compartilhamentos ofensivos, não tinham implicação jurídica. Porém, esta defesa das liberdades não encontra absoluta proteção, porque toda liberdade por mais ampla que seja encontra limites positivamente para garantir o desenvolvimento ordenado e harmônico da sociedade e dos direitos fundamentais de qualquer sujeito. Cabe apresentar, também, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:

A liberdade de informação e os chamados direitos da personalidade, como a honra e a imagem, são garantias que têm o mesmo status na Constituição. São cláusulas pétreas previstas na Lei Maior e prerrogativas fundamentais dos cidadãos. (LEITE, 2009).

A livre circulação de informações é tida como imprescindível para a saúde das democracias. O Conselho Constitucional da França acaba de decidir, por exemplo, que o acesso à internet é um direito humano fundamental e que a publicação de opiniões na rede mundial representa uma forma de liberdade de expressão.

A liberdade de informação e de manifestação do pensamento não constitui direitos absolutos, sendo relativizados quando colidirem com o direito à proteção da honra e da imagem dos indivíduos, bem como ofenderem o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, escreveu o ministro Massami Uyeda, relator do recurso em questão (Resp. 783.139).

Com o objetivo de resguardar os direitos fundamentais dos usuários foi elaborada a Lei n. 12.737, de 30/11/2012, publicada no DOU de 03/12/2012, com *vacatio legis* de cento e vinte dias, apelidada de “Lei Carolina Dieckmann”, que dispôs sobre a tipificação criminal dos delitos informáticos, introduzindo os artigos. 154-A, 154-B, e alterando os artigos 266 e 298, todos do Código Penal.

É importante destacar o art. 154-A do Código Penal que inseriu no ordenamento jurídico uma nova tipificação, a do crime de “Invasão de Dispositivo Informático”, consistente na conduta de “invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à

rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita”. A pena prevista para o crime simples é de detenção de três meses a um ano e multa, havendo, entretanto, a previsão das formas qualificada e causas de aumento de pena. Os artigos 154-B, 266, e 298 também tipificam condutas na internet:

Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos.

Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Aplicam-se as penas em dobro, se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

§ 1º Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento.

§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito. Falsidade ideológica. (BRASIL, 2012).

É visível que há diversas normas que com o intuito de resguardar os direitos fundamentais dos usuários que mesmo em ambiente abstrato não deixam de serem cidadãos. Todavia, os índices de crimes cibernéticos continuam crescendo no Brasil, como apresentado anteriormente. Ademais, isso acarreta uma preocupação na sociedade com a segurança e proteção do direito ao sigilo dos dados e informações no âmbito digital, visto que, na internet, há muitas informações importantes, como dados de empresas, contas bancárias, como também galeria de fotos pessoais dos usuários, justamente por haver grande capacidade de armazenamento e os usuários terem acesso em qualquer lugar. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi realizada pelo método cartográfico. A escolha do tema proposto com relevância social, numa dimensão de pesquisa sendo a extensão territorial limitado ao Brasil. Iniciando com a exposição da escala, ou seja, a dimensão da lei de crime cibernética, sua aplicabilidade, classificação e sanções, aplicando a projeção, relacionando o conflito, o aumento dos índices de violação de direitos fundamentais e práticas desses crimes, no âmbito nacional. Logo, a dimensão das consequências relacionadas ao que a lei prever que é devidamente comprovada pela simbolização, isto é, análise dos artigos presentes nas normas jurídicas regulamentadoras das relações na internet, relatando desde os primeiros artigos e princípios. Assim, mostrando que o aumento nos índices apresentados durante a pesquisa elaborada pela organização não governamental (ONG) SaferNet Brasil está interligado quanto à falta de eficácia da norma jurídica. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Analisando a Lei nº 12.737/2012 dos Crimes Cibernéticos verifica-se que para que haja prática da conduta ilícita no fato praticado deve o agente “invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de

mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita”. A norma também assegura que o bem jurídico tutelado é a liberdade individual e a privacidade que engloba o sigilo, a intimidade e a vida privada, residente na proteção de dados e informações armazenadas em dispositivo informático. Ademais, é importante ressaltar que o tipo subjetivo é o dolo e a não há previsão de culpa. Portanto, a simples invasão não é suficiente para praticar o delito, mas sim aquela que possui uma finalidade de agir com a obtenção, adulteração ou destruição de dados ou informações sem a autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo. A lei também estabelece sanções para tentar diminuir as execuções das infrações penais. Essas sanções são ponderadas de acordo com a gravidade do ato e se há algum concurso de crime nas condutas exercidas pelo agente. Cabe apontar, também, que a classificação do crime cibernético como a aplicação da sanção ter como objetivo proteger o usuário cidadão, para que o mesmo possa exercer seus direitos no ambiente virtual. Ademais, não há restrições dos direitos fundamentais em relação ao seu alcance, isto é, o direito fundamental deve ser respeitado em qualquer ambiente seja ele físico ou virtual. **CONCLUSÃO:** A evolução tecnológica da rede no Brasil torna difícil o acompanhamento pelas normas, por haver característica infundável que a rede possui e possibilitando as violações ao direito. Com o desenvolvimento deste trabalho conclui-se que a referida Lei de Crimes Cibernéticos, mesmo com sua classificação e sanções expressas, não foi suficiente para diminuir a prática dos delitos relacionados, conforme os dados apresentados pela organização não governamental (ONG) SaferNet Brasil, citados anteriormente na introdução desse trabalho. As denúncias relacionadas a crimes cometidos na internet aumentaram. Se a norma não alcança seu objetivo ocorre uma insegurança jurídica, os direitos fundamentais como direito à privacidade, direitos à intimidade, o direito à honra, à imagem, à inviolabilidade do domicílio, o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados das comunicações telefônicas, não conseguem ficar assegurados nas relações estabelecidas na internet. Contudo, para que a norma tenha sua eficácia é necessário que os cidadãos usuários conheçam os direitos que os protegem, ou seja, a lei com suas classificações e sanções devem ser apresentados aos usuários de uma forma que eles possam compreender e exigir o cumprimento delas e, conseqüentemente, ocorre segurança jurídica na aplicabilidade da norma. Outro ponto importante para diminuir a ocorrência dos delitos além da conscientização dos usuários é a elaboração de um meio que controle o compartilhamento de dados ou fotos, sem autorização do possuinte destes. Ou seja, uma vez vinculado os dados ou fotos ao usuário e sendo compartilhados haveria uma solicitação de autorização de quem os dados ou fotos estão vinculados. Assim, os usuários teriam um controle maior dos seus conteúdos que estão na internet. As condutas citadas poderão ser um instrumento para proteger o usuário na internet, além de dedicar-se a assegurar a dignidade humana dos usuários, ou seja, os direitos fundamentais poderão ser respeitados. Assim a liberdade de expressão será ponderada de uma forma que os intuítos da internet não violarão os direitos de outrem, de ter sua privacidade protegida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Priscila Coelho de Barros. **Liberdade de expressão e liberdade de informação: uma análise sobre suas distinções**. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8283&revista_caderno=9> . Acesso em: 24 set. 2017.
- ANDRADE, Geraldo. **Direito à Privacidade: intimidade, vida privada e imagem**. Disponível em: <<https://quentasol.jusbrasil.com.br/artigos/214374415/direito-a-privacidade-intimidade-vida-privada-e-imagem>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 143.
- ASSIS, José Francisco. Direito à privacidade no uso da internet: omissão da legislação vigente e violação ao princípio fundamental da privacidade. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12848> Acesso em: 24 set. 2017.
- BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A Importância da Interdisciplinaridade na Pesquisa**. Disponível em: <http://ava.unifacex.com.br/grad/pluginfile.php/38114/mod_resource/content/0/04%20BAPTISTA%2CB.G.L.Interdisciplinaridadenapesquisajur%C3%ADica.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.
- CRIMES VIRTUAIS AFETAM 42 MILHÕES DE BRASILEIROS. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/releases-ae,crimes-virtuais-afetam-42-milhoes-de-brasileiros,70001644185>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- DIWAN, Alberto. **O crime de invasão de dispositivo de informática**. Disponível em <https://albertodiwan.jusbrasil.com.br/artigos/199631200/o-crime-de-invasao-de-dispositivo-de-informatica-art-154-a-do-codigo-penal?ref=topic_feed> Acesso em: 08 out. 2017.
- GUERREIRO, Mario. **Indivíduo e Comunidade**. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/principio-supremo/>>. Acesso em: 22 set. 2017.
- LEITE, Gisele. **Conflitos de direitos fundamentais na internet**. Disponível em: <<https://giseleleite2.jusbrasil.com.br/artigos/121943910/conflitos-de-direitos-fundamentais-na-internet>>. Acesso em: 24 set. 2017.
- MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. **Hermenêutica e unidade axiológica da Constituição**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001, p. 248.
- MACIEL, Camila. **Cresce número de denúncias de crimes na internet em 2014**. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/02/cresce-numero-de-denuncias-de-crimes-na-internet-em-2014>>. Acesso em: 26 set. 2017.

PONDERAÇÃO DE PRINCÍPIOS. A visão do STJ sobre direito à informação. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2009-jul-19/leia-casos-stj-conflitos-entre-privacidade-direito-informacao>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SILVEIRA, Arthur Barbosa. **Os crimes cibernéticos e a Lei nº 12.737/2012.**

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwIj0ObdvMbWAhWLDJAKHa44BvQQFgg6MAI&url=http%3A%2F%2Fwww.conteudojuridico.com.br%2Fartigo%2Cos-crimes-ciberneticos-e-a-lei-no-127372012%2C52253.html&usg=AFQjCNGOX6z45L-dCIdE1oG05B53ayvzsA>>.
Acesso em: 26 set. 2017.

EDUCAÇÃO: UMA FORMAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL PARA CIDADÃOS POLITIZADOS

AUTORES:

Arthur Nobre Emidio de Sousa

Luccas Gabriel Firmo Moreira

RESUMO: O desenvolvimento educacional vem sendo organizado e padronizado mundialmente, de forma mais efetiva, desde 1945, ano no qual houve a oficialização dos direitos humanos, através da Organização das Nações Unidas. Posteriormente a isso, tal entendimento veio refletindo de maneira direta nos países que aderiram tal oficialização. Um exemplo disso é o Brasil, que os inseriu em sua norma maior. Tais dispositivos normativos resguardam tanto o direito da educação regular, como o da educação cidadã, visando formar cidadãos conscientes de suas obrigações e deveres. Haja vista isso, e que todo Estado encontra sua formação a partir de uma constituição, que busca organizar materialmente a sociedade, o presente artigo traz uma proposta visando esclarecer e conscientizar a população do quanto à educação jurídica influencia a vida social. Ao inserir o ensino jurídico e constitucional básico no setor regular da educação, viabilizaria uma funcionalidade maior da sua efetividade, sendo aplicado ao cidadão em sua construção inicial.

Palavras - chave: Educação jurídica. Cidadania. Organização social.

INTRODUÇÃO: Ao se falar em educação jurídica, faz-se necessário recordar ao berço da Civilização Ocidental, que foi a Grécia antiga. Nessa extraordinária civilização formadora de conhecimento e cidadãos, tinha-se uma educação jurídica que estava presente pela imposição cultural, porquanto as leis eram disseminadas por canções populares, escrituras em paredes e em conversas realizadas pelos cidadãos nas ágoras, através do chamado atavismo oral. Deixando assim a população informada de seus direitos e deveres. Não obstante, é crucial a conceituação sobre o que é educação, a qual não se resume apenas a transmissão de conhecimento por gerações, mas ao desenvolvimento de um pensamento crítico sobre aquele entendimento. Dessa maneira, o indivíduo poderá compreender em que contexto todo aquele ideal está inserido. Analisando perfunctoriamente a educação, sempre foi e sempre será um direito humano. Esses direitos foram oficializados pela Organização das Nações Unidas no ano de 1945 para que todos tivessem o direito à vida, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e a educação, entre outros, assegurados. Dentro desses direitos humanos relacionados a educação, o ensino jurídico encontra-se presente na nossa Norma Maior, a Constituição da República Federativa do Brasil. Porém, na realidade brasileira, tal instrução não é feita. Pelo fato de que em toda a formação escolar não se encontra disciplinas voltadas ao ensino da Constituição, refletindo assim, na própria sociedade, que possui uma boa parte de eleitores e eleitos sem nem mesmo saber quais são seus direitos e deveres, enquanto cidadãos natos ou naturalizados de um País democrático. Portanto, tal solução proporcionará aos indivíduos noções de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Para assim gerar uma nova oportunidade de conscientização do cidadão e o seu pleno gozo dos direitos políticos e, conseqüentemente, de uma sociedade mais politizada, detentora de

direitos. O compromisso deste artigo é conscientizar que a Educação Jurídica é de extrema importância para a sociedade, pois leva o cidadão a entender e exercer os seus direitos de forma correta, através do aprendizado jurídico, pois irá ter uma noção básica da Constituição como também explicitar a existência desse elemento social no ordenamento jurídico. Ao desenvolver e trabalhar o tema escolhido entende-se que sem a conscientização cidadã não será posto em prática os direitos e deveres esperados para construir uma sociedade mais harmônica, pois a falta da Educação Jurídica se torna um atraso para a sociedade, sendo necessária a inserção do ensino jurídico na grade escolar dos alunos do ensino médio. **REVISÃO DA LITERATURA:** Ao recordar do entendimento deixado pelo filósofo, Jean-Jacques Rousseau, em sua obra de maior expressão "O Contrato Social", observa-se o quanto o contrato foi uma forma de assegurar a propriedade. No entanto, foi também uma brecha para a desigualdade. Mas esse aspecto só será sanado se o indivíduo quiser se desvencilhar das grades que o aprisionam, ou seja, tendo a oportunidade de aprender sobre o seu próprio contrato ele terá a possibilidade de competir com os chamados, por Rousseau, de mais fortes, belos, astutos e ricos. Pois o cidadão conscientizado terá convicção de seus deveres e direitos. Segundo Paulo Freire, o que caracteriza uma escola cidadã é uma formação para a cidadania, não apenas visando uma transferência de conhecimento sistemático. Então, essa transmissão na maneira ideal, relacionada à educação cidadã, fará com que o indivíduo lute pela sua cidadania e pelos seus direitos, instaurados no seu contrato social. Com isso o ensino jurídico proporcionará a base de direitos cruciais para um melhor convívio social. Juridicamente, o trabalho foi sustentado por normas jurídicas e projetos de lei. Na Carta Magna encontra-se explicitado nos artigos 205 a 210 a importância de tal necessidade, para que serve e como o Estado deverá garantir e prestar o atendimento educacional, como também o papel que a família deve exercer.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) também traz tal compreensão na Lei nº 9.394/96:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

O amparo para a realização da Intervenção partiu da PLS 70/2015, de autoria do Senador Romário (PSB – RJ), que busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases no que tange ao currículo escolar obrigatório, com o propósito de oferecer uma pequena noção do funcionamento da sociedade a qual os estudantes vivem. Tendo por base dados teóricos expostos pelo Ministério da Educação (MEC) em sua publicação

sobre a reforma do ensino médio, podemos inferir a quantidade de alunos matriculados atualmente no ensino médio. Dessa forma, o ensino jurídico ao ser implantado, se no momento da pesquisa, apenas no segundo grau das escolas públicas, beneficiaria aproximadamente 7.720.000 alunos. Com isso, é evidente o quanto é crucial o conhecimento desse contrato para a organização social. Porém, no Brasil, essas noções não são valorizadas e nem disseminadas desde a infância. Sendo apenas os conhecedores dessa Constituição os profissionais que dela se utilizam diariamente, ou seja, teoricamente, por exemplo, os 1.068.657 advogados existentes de uma população de aproximadamente 206.548.286 pessoas no Brasil, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente. Formando uma relação de saber e poder, pois os detentores do saber serão os privilegiados de terem poder sobre os outros. Vale ressaltar que o Ministério da Educação (MEC) vem idealizando e implantando vários programas para o progresso do aprendizado dos alunos. Um deles é o Programa Mais Educação, o que aduz a Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016. Esse programa tem por intuito melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática através de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer, sem prejuízo educacional por ser no contra turno dos alunos. Mas porque isso é importante para uma pesquisa que fala sobre educação jurídica? A elevância está na atenção que se dá ao ensino jurídico, pois esse projeto está ganhando espaço e visibilidade nas escolas, estaduais e municipais. Dessa forma, porque não agregar a esse horário de contra turno escolar um pouco de conscientização cidadã, dando enfoco nos Direitos Fundamentais postos na CF? **METODOLOGIA:** Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (TARTUCE, 2006). Nessa pesquisa foram utilizados o método histórico-jurídico e o comparativo, ao analisar livros, artigos e sites; almejando agregar a perspectiva geral da parte histórica, procedimental e analítica do objeto estudado, dando enfoque ao ensino jurídico no ensino médio. Outra fonte de produção para a pesquisa foi uma intervenção que será explanada nos resultados e discussões, na qual proporcionou aspectos cruciais para entender qual é a percepção de alguns alunos quanto ao ensino jurídico. O artigo se utilizou do chamado Método Cartográfico do Direito, o qual se subdivide em três partes: a escala, projeção e simbolização. Na escala temos os textos normativos, partindo da CF, depois com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) = Lei nº 9.394/96 e por fim nos projetos de lei exemplificando a partir da (PLS70/2015), e os agentes de desenvolvimento como o Ministério da Educação (MEC). Por sua vez, na projeção temos um conflito aparente de normas, sendo de grande importância a adequação delas para que se possa garantir uma segurança jurídica, bem como uma clareza na interpretação. Na simbolização, está presente uma divergência entre norma e realidade, pois esse tipo de educação não foi instaurado no nosso ensino básico, sendo excluído e considerado sem importância, não obstante a sua relevância é crucial pois será o gerador e o modalizador dos cidadãos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Diante dos entendimentos supracitados, torna-se um pouco mais claro a estruturação de um Estado, no qual encontra sua formação a partir de uma Constituição que busca formalizar, materializar e por fim organizar a sociedade. Então, no Estado Democrático de Direito instaurado no contrato social do Brasil, ou seja, na normatização maior a Constituição da República Federativa do Brasil, encontra-se presente uma ordem, sistematicamente organizada, de direitos e deveres a serem resguardados pela União, e um desses é a educação. Com isso houve uma

reformulação do conceito de educação, porquanto o que era, a priori, uma transmissão de conhecimentos, a posteriori, se torna um meio de formação do indivíduo sociável e consciente que colocará em prática no seu convívio tal aprendizado. Partindo disso o poder estatal explicita, em norma federal, que a educação será um dever da família em estimular e apoiar o aluno para lhes mostrar o caminho a se seguir, concomitantemente com o Estado que será o proporcionador e o conector do ensino transmitido pelas escolas sob sua administração, ou seja, as escolas públicas, para com os alunos que devem ser tratados e ensinados de maneira igualitária. No entanto, o foco principal está no ensino pelo fato dessa instrução ser voltada para o exercício da cidadania e para uma qualificação trabalhista. Em relação ao aspecto da qualificação trabalhista é evidente que se encontrasse presente na realidade atual, pois a maioria das escolas ensinam a língua natural, geografia, história entre outras matérias. Não obstante, no tocante ao ensino do exercício da cidadania, este não se encontra na realidade, por quanto no primeiro ato executório desse direito, que é o voto democrático para a eleição dos representantes, legalizados para os que possuem 16 anos completos ou mais, ainda encontra-se na maioria dos indivíduos um déficit de conhecimento sobre o assunto. Isso é evidente no Brasil devido ao despreparo de muitos para votar que é grande, basicamente pela falta de instrução. Se não se sabe qual é a função dos candidatos à eleição, como saber até onde vai e quais são as atribuições de um presidente, governador, senador e entre outros? Dificultando assim uma interligação da sociedade e do estado, por ter uma população em sua maioria que não sabe como e onde cobrar os seus direitos. A discussão do tema tornou-se pouco abrangente devido a não aprovação da PLS70/2015, por isso não se tem um aspecto material de efetivação dela. A partir dessa limitação normativa, como defendia José Afonso da Silva, trata-se de uma norma limitada pelo princípio programático. Ao entender esses aspectos, apenas o entendimento teórico do Direito não foi suficiente para compreender o déficit. Com isso realizamos uma intervenção, mediante a autorização do professor orientador, que valeria como avaliação da disciplina de interdisciplinar. A intervenção foi realizada em uma escola estadual da região metropolitana de Parnamirim/RN, com alunos do 1º e 2º ano do ensino médio. Em tal intervenção foi explicada a perspectiva da importância da norma e como ela é na realidade brasileira, como também, a relevância do estudo da norma para exercer a cidadania através do voto e de outros direitos. Após essa experiência, pode-se entender o quanto ainda é precária essa conscientização.

CONCLUSÃO: No início da investigação, tínhamos um conhecimento restrito em relação à temática, pelo fato de existir poucas fontes tratando. No entanto, ao tentar aprofundar-se no assunto, houve uma interligação entre a educação jurídica e aspectos históricos, filosóficos, normativos e sociais, no âmbito nacional e internacional. Percebendo que o que no início era “stricto sensu”, tornou-se “lacto sensu”. Com isso, o objetivo em estudo teve que ser bem definido para que não fosse desviado a outro enfoque. Assim, foco foi mantido, sendo ele a necessidade de uma educação jurídica no ensino regular a fim de conscientizar futuros cidadãos e torna-los mais politizados. Dessa forma, igualando o Estado a um corpo humano que necessita de um conjunto de moléculas, células e sistemas para o seu funcionamento, pode-se entender a educação como um sistema com alguma doença, ou seja, deficitário, necessitando assim de algumas vitaminas para que não prejudique o funcionamento de todo o corpo. Como mostrado no artigo, a vitamina da norma já está instaurada, no entanto, não foi digerida pelo organismo, por isso ainda se tem um entrave. Ao entender o déficit supracitado, na falha da norma, a

problemática apresentada no artigo reforça a ideia de que, mesmo sendo garantida na CF, a educação apresenta diversos pontos vagos, como é o caso do ensino jurídico que se entende que seja essencial para a formação cidadã. Portanto, infere-se que os jovens devem estar preparados para praticarem a cidadania desde cedo, iniciando na participação política aos 16 anos, com o direito ao voto, e a educação como ponto de partida para a formação intelectual e política, englobadas no ensino jurídico e social nas escolas, fazendo com que tomem decisões justas e corretas. “Deve-se expandir o conhecimento cívico dos estudantes, ensinando-lhes seus direitos constitucionais”, analisa o Senador Romário, responsável pelo projeto de lei que pretende inserir o ensino da constituição nas escolas. Dessa forma, terá uma melhoria na formação de cada cidadão para que as gerações futuras adquiram o poder, da relação de saber e poder. Para cobrar por uma organização social mais harmônica. Conglobando todas essas informações no sentido teórico e prático, sobre a temática, é possível entender que o desenvolvimento educacional, com a efetivação desse tipo de ensino, irá interferir de médio e em longo prazo toda sociedade, pois uma conscientização de qualidade de como o contexto social funciona proporcionará um melhor desempenho do mesmo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A importância da interdisciplinaridade na pesquisa jurídica**: olhando o direito sob outro viés

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/barbara_gomes_lupetti_baptista.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

DIAS, Diogenes Belotti. **Da Academia de Direito para as escolas de educação**.

<http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15330>
Disponível em: 11 out. 2016.

DIAS, Luciano Souto e OLIVEIRA, Leonil Bicalho de. **Acesso à educação jurídica**:

pela inclusão do ensino jurídico na grade curricular do ensino regular. Disponível em:<<https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/viewFile/8159/5897>>. Acesso em: 06 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Você sabe

que o número de pessoas que sabem ler ou escrever está diminuindo no Brasil?

Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao.html>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

_____. **Projeção da População do Brasil das Unidades Federativas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. (MEC). Programa Novo Mais Educação. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 06 set. 2017.

_____. **Ministério da Educação e Cultura**. (MEC). Novo Ensino Médio - DÚVIDAS. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 06 set. 2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). Conselho Federal. Institucional/Quadro de Advogados. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA: LIMITES E REALIDADES

AUTORES:

Emanuel Oliveira Dantas

Jeferson de Araujo Medeiros

Marcel Buenno Almeida de Lima

RESUMO: A previdência Social, instrumento garantidor de direitos fundamentais à sociedade e importantíssimo para a nossa economia, encontra-se no centro das grandes discussões no cenário nacional atual. Os direitos sociais adquiridos, nessa perspectiva, vivem um momento de fragilidade, devido a atual instabilidade político-econômica. Historicamente, a Previdência Social no Brasil constituiu-se um instrumento garantidor de direitos à população, por meio das prestações positivas do Estado, buscando atingir a justiça social. Porém, ultimamente, estamos passando por uma ampla discussão sobre os modelos de concessão dos benefícios aos cidadãos. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa justificada pelo amplo debate acerca das reais necessidades de tal procedimento que, através do conhecimento acadêmico, desenvolveu-se uma posição crítica. Esse debate engloba os equívocos e realidades que a reforma da previdência desencadeou na sociedade, sendo considerada pelo Executivo como única saída para amansar o crescente endividamento do sistema e sua verdadeira salvação. Entretanto, majoritariamente, os estudiosos do ramo previdenciário criticam fortemente o modo como o Governo vem tratando a reforma, alegando-lhe urgência inexistente e truculência com a falta de diálogo com a população.

Palavras - chave: Previdência social. Direitos sociais. Reforma da previdência.

INTRODUÇÃO: A previdência Social, instrumento garantidor de direitos fundamentais à sociedade e importantíssimo para a nossa economia, encontra-se no centro das grandes discussões no cenário nacional atual. Os direitos sociais adquiridos, nessa perspectiva, vivem um momento de fragilidade, devido a atual instabilidade política e econômica. Historicamente, a Previdência Social no Brasil constituiu-se como instrumento garantidor de direitos à população, por meio das prestações positivas do Estado, na tentativa de se atingir uma justiça social. Em nosso país, o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) é a autarquia federal responsável pela implantação e fiscalização destes benefícios. E por seu intermédio, todos os contribuintes passam a fazer jus ao recebimento de benefícios, quando estes lhes forem devidos. Nesse projeto de pesquisa, nutrido das particularidades dos sistemas previdenciários ao longo do tempo no Brasil, vislumbra-se compreender as implicações e novas determinações que surgem com a atual proposta de Reforma da Previdência, a PEC 287/2016, que tramita no Congresso Nacional. Essa proposta tem a pretensão de modificar, consideravelmente, as regras de acesso a alguns benefícios previdenciários, tendo como fundamento garantir a sustentabilidade presente e futura da Previdência Social, preparando-a para a transição demográfica da população brasileira. Em dezembro de 2016 o Governo Federal apresentou a Proposta de Emenda Constitucional nº. 287/2016, que trata da famosa reforma da previdência. Inicialmente é importante destacar que, atualmente, a PEC apresenta 164 emendas propostas, e ocorreram retificações no seu texto

original para excluir da reforma os militares, policiais militares e bombeiros (apesar da manutenção de artigos que remetem ao art. 42 da CF/88, que trata dos militares). Tal proposta busca a redução de gastos públicos com a previdência social, em detrimento da diminuição de vários direitos já adquiridos. Podemos falar aqui principalmente do brusco aumento no tempo de contribuição mínimo necessário para aposentadoria por idade; os 49 anos de contribuição necessários para a aposentadoria integral; a necessidade de contribuição previdenciária para os trabalhadores rurais; a proibição do acúmulo de pensão por morte com aposentadoria; entre outros. Este artigo tem, portanto, o objetivo de identificar as particularidades dos sistemas previdenciários ao longo do tempo no Brasil e compreender, de uma melhor forma, quais as implicações e novas determinações que surgem com a nova proposta de reforma da previdência em curso. Além disso, pretende-se construir uma análise crítica no sentido de compreender a necessidade real de tal proposição. **METODOLOGIA:** Nosso projeto teve, inicialmente, a metodologia cartográfica social como referência de estudo, onde retiramos 03 elementos principais: A escala, identificada como sendo todo nosso território nacional, já que este elemento refere-se à dimensão dada à abordagem do nosso problema, e que as normas que regem sobre a previdência devem ser aplicadas a todos os brasileiros; a projeção, identificada como a efetividade das normas jurídicas, neste caso sendo a nova proposta de reforma da previdência em curso, com base na escala definida anteriormente; e a simbolização, que nada mais é do que a representação dos resultados alcançados, ao final dessa pesquisa, sobre as discussões diversificadas em torno da reforma previdenciária. Em segundo plano, fizemos uso, também, do método de pesquisa explicativo, já que foi necessária uma reflexão a partir do objeto de estudo, visando identificar os fatores que contribuíram para a ocorrência dos fenômenos que afetam as mudanças de sistemas previdenciários no Brasil. Segundo Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa explicativa registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas. Essa prática visa ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses em uma visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica. Além disso, com o auxílio da internet, buscou-se um maior aprofundamento no assunto, baseando-se em pesquisas acadêmicas, reportagens e notícias, que possibilitaram identificar e analisar as normas vigentes e as novas proposições pertinentes a sistemática do tema abordado. **A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS MUDANÇAS:** Inicialmente é importante destacar que os direitos relativos à Previdência Social fazem parte do rol de direitos fundamentais sociais, os quais, de acordo com o Art. 6º da nossa Constituição, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Neste sentido, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 delibera sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, visando regulamentar a aplicação de tal direito fundamental. Em seu art. 1º dispõe:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. (BRASIL, 1991).

Para melhor compreensão do tema aqui trabalhado, vamos retomar a origem do sistema previdenciário no país. No Brasil, quando falávamos de reforma previdenciária, historicamente, isso representava um grande anseio social, que se traduzia numa grande conquista de cidadania por uma questão de se almejar cada vez mais justiça social. Na década 70, por exemplo, quando se falava em reforma social, desejava-se que os trabalhadores rurais fossem vistos iguais aos trabalhadores urbanos, que tivessem acesso aos mesmos mecanismos de proteção que os trabalhadores urbanos e não permanecerem num regime de proteção que era um remendo de previdência social rural, quando na época era destinado aos trabalhadores rurais um benefício de meio salário mínimo por grupo familiar. Quando se falava em reforma previdenciária se tinha em consideração que era almejado cada vez mais uma igualdade material. Vamos lembrar aqui a Constituição Federal de 88 que, esta sim, anuncia um caminho para uma autêntica reforma previdenciária, uma reforma da seguridade social de fato. O poder constituinte aprovou a seguridade social como nosso modelo de proteção social, pois essa é ambição universal na busca de redução de desigualdade. Foi nessa época que começamos a vislumbrar, de verdade, um Estado de Bem-Estar Social, em busca de uma sociedade justa, livre e igualitária. Há inúmeras discussões acerca de uma reforma considerada, de um lado, brusca e que destitui direitos sociais conquistados para o benefício da coletividade, e de outro lado, a mensagem otimista do Governo Federal, que a sustenta como essencial para o reequilíbrio fiscal e para evitar um colapso nas contas públicas. O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no 8º Congresso Internacional de Mercados Financeiro e de Capitais, realizado no mês de agosto/2017, em Campos do Jordão/SP, chegou a afirmar que “A trajetória do gasto com a Previdência é insustentável”. E ainda comentou que é do interesse do país, dos parlamentares e dos eleitores que a reforma seja aprovada, ressaltando a ideia de que as novas regras são necessárias, caso contrário o orçamento ficará muito mais comprometido. O relator da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) apresenta como justificativa medidas de austeridade como sendo a salvação das finanças públicas no Brasil, proporcionando um ambiente de maior confiabilidade para os investidores, a fim de promover o crescimento econômico e o emprego. Segundo o lema governamental, é preciso sair do vermelho! Rebatendo o discurso reformista do Governo, que tenta passar para a sociedade a urgente necessidade de uma reforma em meio a um cenário de fortes crises econômica e política, majoritariamente, os estudiosos do ramo previdenciário criticam fortemente o modo como o Governo vem tratando essa reforma. Segundo SAVARIS (2016), em trecho de uma entrevista: “Tal como já era esperado e anunciado, sempre sem diálogo, sempre com urgência e sempre sem cerimônias, a identificação de desequilíbrio orçamentário coloca a previdência social na linha de frente das medidas governamentais de austeridade.”. Nos vemos hoje à frente de uma Reforma altamente radical. A sensação que temos é que na perspectiva política de hoje, em meio a uma crise, temos um cenário político colonizado por um pensamento exclusivamente econômico, que na busca de se obter resultados econômicos em curto prazo, imagina-se que tudo na previdência pode ser objeto de reforma, de modificação e de supressão de direitos. Como é possível, no Brasil, um país com dimensões continentais, que seja proposta uma medida tão repressora de direitos? Por que não propor uma reforma mais flexível e mais gradativa, apenas nos pontos que são realmente discutíveis? A nossa pesquisa, então, se justifica na necessidade de esclarecer aos leitores e contribuintes sobre quais consequências essa reforma previdenciária pode trazer na vida dos brasileiros. Abordaremos qual a

verdade por trás do termo “déficit da previdência” e por que se vem tentando tanto impor à sociedade que essa medida é tão urgente e necessária. Precisamos atentá-los para ter um olhar crítico acerca dos motivos que levam o Governo Federal a propor tamanha mudança na Previdência. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Nosso projeto obteve os resultados esperados inicialmente haja vista que conseguimos entender o histórico das mudanças que ocorreram ao longo do tempo no sistema previdenciário e, principalmente, compreender as alterações e mudanças que ocorrerão com a possível aprovação da PEC 287/2016. Além disso, foi possível desvendar o real significado e abrangência do termo “déficit da previdência”. O termo “Déficit da previdência” é uma figura utilizada pelo governo para demonstrar a incapacidade financeira que o mesmo possui para garantir o equilíbrio das contas com a demanda de contribuintes que precisam da assistência da previdência social em contrapartida de suas receitas. No entanto, as contribuições previdenciárias ao INSS, utilizada por diversas vezes pelo governo como insuficiente, é apenas uma das fontes de receita do sistema de seguridade social dentro do qual estão todos os benefícios previdenciários, benefícios sociais e o amparo à saúde. Isso posto, identificamos um cenário de muita desconfiança e instabilidade com uma enorme falta de esclarecimento por parte do governo acerca dos recursos e despesas da seguridade social, o que torna a sociedade, de certa forma, ignorante quanto ao tema. Tal situação nos leva a diversos questionamentos, mas o principal deles seria: existe realmente o custeio específico da previdência? Vamos a leitura do artigo 195 da nossa constituição, que diz: “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:”. As contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL, folha de salários, Prognósticos e etc.) deverão custear todo o sistema da seguridade social. Falamos aqui em Assistência, previdência e saúde. Analisemos a seguinte tabela, que diz respeito as receitas, despesas e resultados do orçamento da seguridade social ao longo dos últimos anos:

Tabela 1: Receitas, despesas e resultado do orçamento da Seguridade Social 2005, 2010 e de 2012 a 2015.

RECEITAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015	Diferença 2015 / 2014	
1. Receita de contribuições sociais	277.045	441.266	573.814	634.239	666.637	671.471	4.833	0,7
Receita Previdenciária (1)	108.434	211.968	283.441	317.164	350.978	352.553	1.575	0,4
Arrecadação Previdenciária	108.434	211.968	278.160	307.147	337.503	350.272	12.769	3,8
Urbana	105.086	207.154	272.397	300.991	330.833	343.191	12.358	3,7
Rural	3.348	4.814	5.763	6.156	6.670	7.081	411	6,2
Compensações não repassadas (2)	0	0	5.281	10.017	13.474	2.281	-11.194	-83,1
Cofins	89.597	140.023	181.555	199.410	195.914	200.926	5.012	2,6
CSLL	26.232	45.754	57.316	62.545	63.197	59.665	-3.531	-5,6
PIS/Pasep	22.083	40.372	47.738	51.065	51.774	52.904	1.131	2,2
Outras contribuições (3)	30.699	3.148	3.765	4.055	4.775	5.423	647	13,6
2. Receitas de entidades da Seguridade	11.704	14.742	20.199	15.078	19.356	20.534	1.178	6,1
Recursos Próprios do MDS	87	305	66	239	183	137	-46	-25,3
Recursos Próprios do MPS	798	267	708	819	608	1.078	470	77,3
Recursos Próprios do MS	947	2.700	3.433	3.858	4.312	4.257	-56	-1,3
Recursos Próprios do FAT	9.507	10.978	15.450	9.550	13.584	14.160	576	4,2
Recursos Próprios dos HU (4)	102	50	52	103	117	238	121	103,9
Taxas, multas e juros da Fiscalização	264	443	491	509	552	664	112	20,3
3. Contrapartida do Orç. Fis. para EPU (5)	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226	391	21,3
Receitas da Seguridade Social	289.801	458.144	595.788	651.099	687.829	694.231	6.402	0,9

Valores correntes, em R\$ milhões %

(Continuação)

DESPESAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015	Diferença 2015 / 2014	
1. Benefícios Previdenciários (1)	146.010	256.184	316.589	357.003	394.201	436.090	41.889	10,6
Previdenciários urbanos	118.626	198.061	243.954	274.652	303.541	336.296	32.756	10,8
Previdenciários rurais	27.384	56.798	71.135	80.355	88.703	98.041	9.338	10,5
Compensação previdenciária (6)	0	1.325	1.500	1.996	1.958	1.753	-205	-10,5
2. Benefícios assistenciais (7)	9.335	22.234	30.324	33.869	37.598	41.798	4.200	11,2
Assistenciais Idosos - LOAS e RMV	4.067	10.365	14.318	15.916	17.715	18.460	744	4,2
Assistenciais Deficientes - LOAS e RMV	5.268	11.869	16.006	17.953	19.882	23.338	3.456	17,4
3. Bolsa família e outras transferências	6.769	13.493	20.543	24.004	26.162	26.921	759	2,9
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226	391	21,3
5. Saúde: despesas do MS (8)	34.517	62.329	80.085	85.429	94.235	102.206	7.971	8,5
6. Assistência social: despesas do MDS (8)	1.716	3.994	5.659	6.227	7.020	5.389	-1.631	-23,2
7. Previdência social: despesas do MPS (8)	3.404	6.482	7.171	7.401	7.828	8.197	370	4,7
8. Outras ações da seguridade social	2.384	7.584	10.316	11.871	10.859	11.547	688	6,3
9. Benefícios FAT	11.375	29.195	39.950	46.561	51.833	48.180	-3.652	-7,0
10. Outras ações do FAT	547	560	541	505	522	506	-16	-3,0
Despesas da Seguridade Social	217.110	404.191	512.952	574.653	632.092	683.061	50.968	8,1
Resultado da Seguridade Social	72.670	53.953	82.836	76.446	55.737	11.170	-44.566	-80,0

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - extração Siga Brasil – Senado Federal; para os dados do RGPS, o fluxo de caixa do Ministério da Previdência Social - MPS; e para as compensações não repassadas, ANFIP, ago./2016.

Da análise das tabelas de receitas e despesas da seguridade social, depreende-se que a relação de econômica dos resultados vem oscilando ao longo dos últimos anos, de modo que o ano de 2015 mostrou-se o mais crítico, uma vez que o superávit foi notavelmente inferior ao obtido no ano anterior. Ainda assim, é preciso notar que em todos os anos houve um superávit nos resultados da seguridade social, o que vai de encontro ao maior argumento do governo que sempre apresenta a conta do Orçamento da Seguridade Social como deficitário. Ainda na mesma linha, vamos analisar as despesas e receitas do orçamento da seguridade social em % do PIB ao longo dos últimos anos.

Tabela 2: Receitas e despesas do orçamento da seguridade social, em % do PIB 2005, 2010 e de 2012 a 2015.

RECEITAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1. Receita de contribuições sociais	12,76	11,36	11,94	11,93	11,72	11,38
Receita Previdenciária	5,00	5,45	5,90	5,97	6,17	5,97
Cofins	4,13	3,60	3,78	3,75	3,44	3,40
CSLL	1,21	1,18	1,19	1,18	1,11	1,01
PIS/Pasep	1,02	1,04	0,99	0,96	0,91	0,90
Outras contribuições	1,41	0,08	0,08	0,08	0,08	0,09
2. Receitas de entidades da Seguridade	0,54	0,38	0,42	0,28	0,34	0,35
3. Contrapartida do Orç. Fiscal para EPU	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03	0,04
Receitas da Seguridade Social	13,35	11,79	12,40	12,25	12,09	11,76

DESPESAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1. Benefícios Previdenciários	6,72	6,59	6,59	6,72	6,93	7,39
2. Benefícios assistenciais	0,43	0,57	0,63	0,64	0,66	0,71
3. Bolsa-Família e outras Transferências	0,31	0,35	0,43	0,45	0,46	0,46
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03	0,04
5. Saúde: despesas do MS	1,59	1,60	1,67	1,61	1,66	1,73
6. Assistência social: despesas do MDS	0,08	0,10	0,12	0,12	0,12	0,09
7. Previdência Social: despesas do MPS	0,16	0,17	0,15	0,14	0,14	0,14
8. Outras ações da seguridade social	0,11	0,20	0,21	0,22	0,19	0,20
9. Benefícios FAT	0,52	0,75	0,83	0,88	0,91	0,82
10. Outras ações do FAT	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Despesas da Seguridade Social	9,99	10,40	10,67	10,81	11,11	11,57

Resultado da Seguridade Social	3,36	1,39	1,72	1,44	0,98	0,19

% do PIB.

Fonte: SIAFI – extração Siga Brasil; para os dados do RGPS, o fluxo de caixa do MPS. PIB: IBGE - SCT. Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

Analisando a tabela acima, podemos tirar importantes reflexões no que diz respeito ao cenário da seguridade social, frente situação econômica do país. Em relação ao PIB, em 2015, as receitas da Seguridade representaram 11,8%, um valor um pouco inferior 2014 e 2013. De 2012 a 2015, é de conhecimento público que houve uma queda em relação ao PIB. Em 2015, nota-se que tal queda também aconteceu nas receitas da previdência. Já as despesas da Seguridade Social aumentaram em relação ao PIB. Em 2015, representaram 11,57%, um pouco superiores aos valores de 2014 que foi de 11,11%, e 2013, 10,81%. As despesas que mais cresceram foram as relativas aos benefícios previdenciários, que foram de 6,93% para 7,4%, e

com serviços de Saúde, que passaram de 1,66%, para 1,73%. Diante disso, percebemos que para o governo construir o suposto déficit, fogem dos conceitos contidos na Constituição Federal de 88, uma vez que a Seguridade Social é um grande fruto dos avanços sociais obtidos por esta carta magna. A Seguridade Social representa grande conjunto de ações destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social, e de acordo com nossa constituição, o principal instrumento para garantia desses direitos é exatamente o Orçamento da Seguridade Social. **CONCLUSÃO:** Com a análise das particularidades e do contexto histórico do nosso sistema previdenciário, entendemos que as novas proposições da referida reforma, em muitos pontos, confrontam vários direitos fundamentais obtidos pela sociedade brasileira ao longo do tempo, uma vez que o discurso reformista parece representar uma supressão desses direitos. Dessa forma, não entendemos que tal proposta seria uma solução realmente viável para superar a atual crise financeira do Estado, mas sim uma forma de obter resultados econômicos a curto prazo, mas com precedentes duvidosos na sociedade. Entendemos que é necessária uma reforma no sistema, mas não nos moldes que o governo apresenta a atual proposição, atingindo, principalmente, a população mais vulnerável com uma série de mudanças cruéis nas regras atuais sobre os benefícios previdenciários. A PEC 287 fere, portanto, grande parte dos direitos fundamentais que estão garantidos na Constituição Federal de 1988 e nos permite refletir sobre a real necessidade das alterações sugeridas. O governo e a sociedade precisam realmente compreender que a previdência social deve ser de fato uma ferramenta de justiça social.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL 2015. Disponível em:
<https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/20161013104353_Analise-da-Seguridade-Social-2015_13-10-2016_Analise-Seguridade-2015.pdf>.

BRASIL ESCOLA. Disponível em:
<<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Legislação.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 20 ago. 2017.

_____. **Legislação.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

COLABORADORES. **As diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa.** Disponível em: <<http://posgraduando.com/diferencas-pesquisa-descritiva-exploratoria-explicativa/>>. Acesso em: 21 set. 2017.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais.** Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SAVARIS, Jose Antonio. **MP 739 e os benefícios por incapacidade.** Disponível em: <<https://www.alteridade.com.br/noticias/mp7392016-entrevista-savaris-beneficios-incapacidade/>>. Acesso em: 23 abr. 2017. Entrevista concedida ao site Alteridade.

VEJA. Reforma da Previdência: Saiba o que muda na proposta. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/reforma-da-previdencia-saiba-o-que-mudou-no-texto/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

VEJA.COM. Reforma da Previdência: Saiba o que muda na proposta. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/economia/reforma-da-previdencia-saiba-o-que-mudou-no-texto/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA EXECUÇÃO PENAL – POSSIBILIDADES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

AUTORES:

Aline Lindomara Braz

Carlos Henrique Bezerra da Silva

RESUMO: O presente trabalho foi elaborado com o intuito de demonstrar, por meio de resultados obtidos em pesquisas anteriores, a eficiência do modelo de parceria-público-privada (PPP) existente nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), em virtude de modo adequado de execução de penas. Através dos dados obtidos em pesquisa realizada na unidade APAC de Macau – RN, e tendo sido esses dados submetidos ao método cartográfico jurídico, foi possível observar com clareza e profundidade a sistemática e eficiência deste de reeducação apaqueano. Dessa forma, será exposta, ao longo desta abordagem, a evidência dos problemas existentes nos vícios de procedimentos enxergados no ambiente carcerário convencional em todo o território nacional brasileiro. Tudo isso, da forma estabelecida no projeto anterior a este, o qual contém informações sobre a sua metodologia e objetivos elencados. Pretende-se, portanto, aqui, formar uma discussão de cunhos acadêmico, doutrinário e jusfilosófico, voltando os olhos à doutrina clássica e a algumas jurisprudências, no desiderato de alcançar uma conclusão sobre a temática da administração carcerária, os problemas que a afligem e as possíveis e adequadas soluções ao enfrentamento.

Palavras - chave: Administração pública. APAC. Parcerias-público-privadas.

INTRODUÇÃO: Não é novidade que as falhas no sistema prisional brasileiro vêm ocasionando aflição à população, que sofre com as consequências direta e indiretamente. Nesse cenário, o Estado vem demonstrado sua ineficiência em governar. Foi projetada uma pesquisa voltada ao exame da administração do sistema prisional, para que se tenha a possibilidade de ampliação da participação direta do terceiro setor. Assim, chama-se a atenção para a administração desses presídios, nos quais se tem ciência da perceptível existência de corrupção, negligência, precariedade de estruturação, contingente insuficiente, dentre outros problemas. Em consequência, o que se vê hoje é que os presídios convencionais são verdadeiras “escolas de formação para crime” donde o apenado já sai com formação superior e, a depender da região ou presidio, com mestrado e doutorado. Observando a extrema necessidade de mudança no sistema, a pesquisa foi realizada com enfoque para o panorama legal da problemática, e, além disso, vislumbrar a possibilidade do desenvolvimento e aplicabilidade efetiva do que diz a Constituição Federal, em seu Art.5º, especificamente em 37 dos incisos elencados ali, e da Lei de Execuções Penais. Isso porque é no âmbito prisional – campo da pesquisa - que os direitos e garantias fundamentais são violados diariamente. Contudo, em meio a esse mencionado sistema falido de correção, já existe com efetivo funcionamento em grande parte do País um sistema alternativo de aplicação de penas, chamado de APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - fruto de um árduo trabalho desenvolvido por juristas e clérigos voluntários, que agora precisa ser difundido pelo Brasil, como foi evidenciado pela pesquisa feita outrora. A pesquisa não teve a pretensão de tão somente criticar, mas sim analisar, para que fosse possível visualizar a aplicação de viáveis soluções.

Sobretudo, não se perdeu o foco da legalidade da Administração Pública, primeiro de seus princípios, expresso na Constituição Federal de 1988. Afinal, é dessa forma que se projetará uma solução viável e legalmente possível, uma vez que ao administrador só é permitido agir de acordo com o que prescreve a lei. O objetivo geral do artigo é o de descrever a normatividade que abarca a temática da administração carcerária no Brasil, com recorte para o estado do Rio Grande do Norte. Com o fito de criticar, especialmente, a precariedade desde a superestrutura, até a infraestrutura, trazendo à tona as principais falhas decorrentes dessa má administração. Serão apresentadas proposituras de soluções ou mesmo adequações necessárias, e a viabilidade, ou não, que elas apresentem. Além disso, mais especificamente, identificar os problemas de ordem jurídica, no âmbito da execução penal norte-rio-grandense, com vistas ao administrativo, político e econômico. Analisar a questão da efetividade da aplicação das penas, por meio de um comparativo entre o sistema prisional convencional e a dificuldade da difusão do sistema APAC, no estado. Criticar a não concretização dos compromissos constitucionais inerentes ao Estado, emergindo os ferimentos aos princípios que regem seu devido funcionamento, através de algumas reflexões para, com isso, apresentar possíveis soluções ao enfrentamento da problemática da qual se versa, indicando a viabilidade das PPP's como alternativa ao defasado sistema prisional. Nesse viés, o direito administrativo trata de definir as normas da Administração Pública, restringindo ao Estado o Poder de Polícia em sentido amplo. O conceito dessa atuação encontra-se no Código Tributário Nacional, em seu artigo 78, definindo-a como função disciplinar ou limitadora de direitos. Entretanto, existe a possibilidade de parcerias entre a Administração Pública e o setor privado, as chamadas “parcerias público-privadas”, doravante tratadas por “PPP”, viabilizando a administração das APAC's por terceiros. Tal proposta se deu graças à Lei Federal 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais à PPP, no âmbito administrativo. A redação do art. 2º, §2º, da mencionada Lei, trata de definir como contrato administrativo de concessão, na modalidade administrativa. A partir daí, foi sancionada, aqui no estado, a Lei 9.661/2012, que reconheceu como sendo de utilidade pública a unidade da APAC de Macau, regulada pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FEBAC, já mencionada em trabalhos anteriores desta autoria. No intercurso da elaboração deste artigo, teve-se ciência da aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº513 de 2013, de autoria do senador Renan Calheiros, e relatoria do senador Antônio Anastasia. Tal Projeto objetiva a ampliação do sistema APAC, geração de empregos com incentivos fiscais ofertados às empresas conveniadas. Por fim, ressalte-se que o desvio de finalidade comentado anteriormente não ocorre nas APAC's. É o que se ratifica com a filosofia empregada pelo fundador do projeto APAC, no Brasil, o advogado Mário Ottoni, utilizada na entrada das unidades apaqueanas, diz: “aqui morre um criminoso e nasce um homem”. **METODOLOGIA:** O trabalho se utiliza do Método Bibliográfico, para a elaboração da pesquisa, no intuito de obter dados e informações relativas à temática. A busca desses dados foi realizada em sites especializados (governamentais ou não), artigos acadêmicos e científicos, revistas, periódicos, entrevistas e congêneres. Em seguida, tendo esses dados já sedimentados, o produto da pesquisa foi submetido à ótica do Método Cartográfico Jurídico⁶⁷,

⁶⁷ Método de análise de fatos jurídicos, que aponta os operadores ontológicos, deontológicos e teleológicos, gerando uma dimensão mais apurada da colisão entre a norma reguladora do fato e a realidade constatada sobre ele.

apresentado logo adiante, o qual possibilitou um panorama dos problemas existentes nos mundos da execução penal e da Administração Pública, seus desdobramentos e possíveis soluções. **O MÉTODO CARTOGRÁFICO ESMIUÇADO:** ESCALA: Resultante da aplicação do Método Cartográfico se identificou, como elemento da escala, o fato jurídico social da ineficiência da administração direta no sistema carcerário, na modalidade convencional, e a inviabilidade de uma unidade prisional privatizada, que funciona em Minas Gerais. Ademais, a falta de interesse da Administração pela ampliação do sistema APAC, visando à reeducação para a reinserção dos apenados na sociedade. **PROJEÇÃO:** O materialismo jurídico regente do processo penal, da execução das penas e do funcionamento das instituições de encarceramento, com toda a sua normativa positivada, jurisprudências e costumes, iluminados pelo neoconstitucionalismo, equivale, neste plano, à projeção do Método, dando uma dimensão deontológica da coisa. **SIMBOLISMO:** Com isso, se chegou à constatação da realidade equivalente ao simbolismo do método. Neste momento, discorrendo sobre o que se vê – teleologicamente - nos presídios convencionais, restando claro que a realidade chega a ser avessa ao que preconiza o ordenamento penal, o que fere os preceitos constitucionais expressos no título dos Direitos Fundamentais do Diploma Maior. Na contramão, se mostra mais adequado às determinações legais o que se percebe nas APAC's, já que se aproximam da adequação esperada, comprovável pelo comparativo dos dados apanhados. De modo quantitativo, foram utilizados os dados obtidos com a pesquisa, para corroborar com a identificação da problemática analisada. Isso porque são os números, cada vez mais ascendentes, que evidenciam a superpopulação carcerária – principal exemplo de ausência da efetiva atuação político administrativa do Estado. Já o caráter essencialmente qualitativo, foi repassado através da análise dos textos do material obtido na pesquisa. Buscou-se, desse modo, examinar profundamente o real motivo da não destinação de verbas públicas ao projeto de difusão das APAC's via PPP's. Uma vez que se presume a hipótese da inviabilidade política para o gestor oportunista – usando do eufemismo -, que, com a expansão do sistema apaqueano, deixaria de obter vantagens pessoais através de licitações fraudulentas e desvio direto de verbas públicas. **REVISÃO DA LITERATURA:** Os primórdios da doutrina e jusfilosofia contemporânea já indicavam a grande necessidade de o Estado promover a aplicação de penalidades com o caráter educacional, a fim de não somente retribuir a conduta tida como criminosa, mas também perseguir uma execução penal ressocializadora. É o que se vê já na obra “Dos delitos e das penas”, (BECCARIA, Itália, 1764) que, em suma, trata de pontuar a humanização e proporcionalidade das penas como sendo o propósito primordial de todo e qualquer sistema prisional que proponha a pena, não como forma de castigo, mas como forma de reinserir o criminoso na sociedade. O Estado brasileiro observa a cinco fundamentos constitucionais. Desses, o que possui supremo valor é a Dignidade da Pessoa Humana, que, segundo Novellino (2011, p. 371) é o núcleo axiológico do constitucionalismo contemporâneo, que direciona a criação, a interpretação, e a aplicação de todo o ordenamento jurídico brasileiro, elevando o sistema de direitos fundamentais. A Dignidade da Pessoa Humana, na forma de premissa constitucional e fim último de toda ordem política, é o pano de fundo da tríade de normas penais brasileiras, positivado no artigo 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil. Sendo ratificado ainda em seu rol, no Diploma Constitucional em mais, pelo menos, trinta e quatro outros dispositivos, pelo menos, alguns mais especificamente voltados à aplicação e execução das penas. Não se pode deixar de mencionar aqui o instituto jurídico reconhecidamente

declarado na Colômbia, para o combate às violações extremas de direitos fundamentais. No Brasil, é do autor Carlos Alexandre de Azevedo Campos o pioneirismo da tratativa da possibilidade de declaração aqui no País, em sua obra: “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL”, (2016), da qual o autor versa sobre isso citando uma ação proposta pelo PSOL, objetivando a otimização legal do amparo aos direitos humanos dos custodiados. Outro importante aspecto revelado na pesquisa é o de que trata o professor Ricardo Duarte Júnior quando, em seu trabalho de doutoramento - tese defendida em Lisboa – enfatiza a robusta legalidade contida nas parcerias-público-privadas, estabelecidas entre o Estado e o terceiro setor da Administração Pública. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Através de noticiários e pesquisas bibliográficas, constatou-se que uma crise ainda maior havia se instalado em todo o País, com rebeliões e motins em diversos estados, de norte a sul do Brasil, tendo essa problemática sido claramente percebida e repercutida entre toda a sociedade civil. Isso causou um choque de realidade na população, compatível com a ideia do projeto proposto, sensibilizando-nos a realizar a pesquisa bibliográfica e de fonte de dados, que logo foram submetidos à lente do método cartográfico. Em seu voto, na Medida Cautelar na ADPF nº 347/2015, o Ministro do Supremo Gilmar Mendes mencionou o seguinte:

“Como já mencionei antes, não podemos mais continuar a falar da existência desse sistema prisional como se estivéssemos a reclamar do frio ou do calor, como se não tivéssemos nenhuma influência na lamentável situação a que chegamos – isso anotei na Execução Penal, Agravo Regimental. Nós temos, sim, algo a ver com isso.” (MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 347 DISTRITO FEDERAL / AG. REG. NO TRABALHO EXTERNO NA EXECUÇÃO PENAL 2 DISTRITO FEDERAL / Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 6514114).

Essa fala do eminente Ministro corrobora com a alegação de que há sim um grave problema no nosso sistema e que, ao que parece, há uma parcela de culpa dos atores do Poder Judiciário. Essa identificação se faz necessária para que não se centralize o problema em um culpado específico. Até porque, a real motivação dos Poderes do Estado é a de sanar problemas e realizar a gestão da máquina pública, evitando-se eventuais conflitos sociais, que resvalariam na administração. É na mencionada Ação que se ventila a possibilidade de declaração do chamado “estado de coisas inconstitucional”⁶⁸, que, mesmo não sendo alvo desta pesquisa, é brevemente relatado aqui, para que se tenha uma dimensão da realidade em que está inserida a nossa sociedade. Deve-se estar pronto a desvendar toda a sujeira que vem sendo depositada debaixo do tapete pelos atores da gestão pública, o que não é um fato exclusivo da sociedade contemporânea. A dupla de autores deste artigo obteve grandes e valiosas informações sobre o recorte apresentado quando da ocasião de uma palestra, ocorrida em 2016 – na sede do TJRN -, importantes figuras públicas expuseram dados sobre o fato, além de conceituar o instituto jurídico do “estado de coisas inconstitucional”, interessante meio de preservação da

⁶⁸ Instituto jurídico reconhecidamente declarado na Colômbia, para o combate às violações extremas de direitos fundamentais. No Brasil, é do autor Carlos Alexandre de Azevedo Campos o pioneirismo da tratativa da possibilidade de declaração aqui no País, em sua obra: “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL”, (2016). Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ordem pública, pouco conhecido até mesmo no meio jurídico local. No mesmo sentido, outra discussão polêmica no STF sobre a responsabilização cível do Estado pela superpopulação carcerária, por meio de ação indenizatória por danos morais. Da ocasião (2014), surgiu uma acalorada discussão, através do julgamento de um Recurso Extraordinário (RE) 580252⁶⁹, que durou até 16 de fevereiro de 2017. Na marcha processual, foi feito pedido de vistas, gerando a suspensão, para que se pudesse aventar ampliação das hipóteses de substituição do cunho pecuniário da indenização por remissão da pena, pela polêmica do assunto quando, em 2015, o Ministro Barroso mencionou tal proposta de se ter a remissão de três a sete dias, a depender de cada caso concreto. Contudo, geraram-se embates entre os Ministros, já que o Estado deve ser civilmente responsável pelos danos causados, incluindo danos morais segundo o art. 37, §6º, CRFB, em decorrência ainda da violação da dignidade da pessoa humana. Tem-se aqui, portanto, uma polêmica em torno da adequação das normas penais, em caráter de execução das penas, com o Estado, de um lado, alegando se reservar ao cumprimento do que lhe seja possível, enquanto o clamor social é por uma efetiva aplicação do Poder Público, com a difusão de medidas que realmente surtam efeitos no sentido de atender à proposta das penas, que nada mais é que a reintegração do indivíduo que comete um ato delituoso ao meio de convívio social, sempre podendo ter a sensação de que faz parte, de forma ativa, de um contrato social estabelecido entre constituintes e o Estado democrático de direito. Outrossim, os autores do trabalho elaboraram um quadro comparativo, composto por dados obtidos na pesquisa de campo realizada na APAC de Macau. Na ocasião da pesquisa de campo, pôde-se ter acesso aos dados reais pertinentes ao exposto neste trabalho, possibilitando a análise posterior mais aprofundada sobre os ditames legais que regem a execução penal no Brasil. Tudo isso, para que se pudesse ver de perto a situação daquela instituição, e a efetividade da execução penal naquele âmbito. Eis o quadro:

Quadro 01: Comparação entre os Sistemas Prisionais da APAC/Macau e Convencional = Dados de Pesquisa de Campo na APAC de Macau/RN feita em 2017.

SISTEMAS PRISIONAIS	
APAC	CONVENCIONAL
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	GOVERNO DO ESTADO
MORTES	
3*	***
REINCIDENCIA NOS ULTIMOS 7 ANOS	
5%	70%
FUGAS EM 2016	

⁶⁹ O julgamento do RE nº 580252, pelo STF, correu por quase 3 anos, com muita repercussão midiática, o que geralmente coloca os Ministros em posição de desconforto. A sociedade, em sua maioria, foi contrária à decisão, já acredita que os presos não devam ser tratados de forma humanitária, opinando aqueles, até mesmo pelo extermínio da população carcerária.

3	367
CUSTO POR APENADO EM REAIS (**)	
700,00 A 800,00	2.400,00
REBELIÕES / MOTINS	
0	***

Fonte: Dados de pesquisa de campo na APAC de Macau/RN, 2017.

*Número de morte em todas as unidades APAC.

(**) Valor obtido de uma média das unidades prisionais do estado

*** A pesquisa revelou dados divergentes nas mais diversas fontes.

CONCLUSÃO: Pode-se afirmar, diante do exposto, que existe uma enorme possibilidade de melhoria do sistema carcerário por meio da implementação de políticas públicas que possibilitem a ampliação das APAC's, uma vez que elas se mostram bem mais eficientes que os presídios convencionais, tendo ainda a expurgação de quaisquer eventuais atos atentatórios à probidade administrativa. Isso se deve ao fato de que as PPP's são instituídas e reguladas por lei, revestindo-se, pois, dos aspectos formais necessários à composição dum ordenamento jurídico positivado eficiente e eficaz. Para tanto, há uma enorme expectativa em torno do já mencionado Projeto de Lei nº 513/2013, que, uma vez que seja efetivado de modo pragmático, surtirá efeitos na teleologia, como já se percebe nas unidades APAC em funcionamento. O baixo custo tanto da criação como da manutenção desse sistema prisional mais adequado, deve ser observado com a devida importância, já que é do interesse de toda a sociedade essa melhoria na destinação das verbas públicas. Aprofundando-se nesse aspecto econômico do benefício trazido pela efetivação desse PLS, pode-se assegurar que há uma relação de interdependência dos demais aspectos necessários à boa Administração Pública. Sim, pois, a verba que é poupada pode ser empregada noutros setores também deficitários ocorrentes na atual conjuntura social, como: saúde, educação, lazer e segurança, claro. Não obstante, tal feito trará, certamente, a efetivação do bem estar social, em virtude da educação e do incentivo à geração de emprego e renda – principais elementos do método apaqueano – aos apenados, interferindo diretamente na formação cidadã dos tutelados que tenham acesso ao programa de reinserção, principal objetivo do método disciplinar empregado. Ou seja, possivelmente, se terá um grupo de pessoas que deixarão o sistema prisional com exponencial capacitação para o mercado de trabalho, conscientizadas da distância que devem guardar do mundo do crime. Por fim, cabem aqui as seguintes provocações, a título de reflexão: por que será que os administradores públicos (figuras políticas tão conhecidas dentre o povo brasileiro, pelos malgrados que cometem na gestão de verbas públicas) não já fizeram um plano nacional de ampliação do método apaqueano? Qual o real motivo da continuidade desse meio de execução de penas de modo tão ineficiente? Será que a população em geral deve abrigar a esperança de um dia ter um sistema prisional com o mínimo de efetividade? A parte autora deste trabalho se posiciona no sentido de indicar total insatisfação e repúdio aos moldes que se observam nessa desenfreada e sistemática máquina corrupta que opera o cumprimento de sentenças

criminais no nosso País. Isso porque não se consegue perceber algum outro motivo pra esse péssimo estado em que se encontra a administração prisional brasileira.

REFERÊNCIAS

BERCLAZ, Marcio. **O caos no sistema carcerário brasileiro**: em busca de alternativas-2017- Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/09/o-caos-no-sistema-carcerario-brasileiro-em-busca-de-alternativas/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004**. Legislação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Lei nº 9.661, de 07 de dezembro de 2012**. Legislação. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/porta/_ups/legislacao//arq511e2c0d9746b.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

DIREITO NET. Disponível em:<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

DUARTE JÚNIOR, Ricardo C F, **A Parceria Público-Privada (PPP) no Sistema Prisional**, 2015, 48 fls. Relatório para Doutorado em Direito. Especialidade em Ciências Jurídico-políticas – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

FARIA, Ana Paula. **APAC**: um Modelo de Humanização do Sistema penitenciário Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296>. Acesso em: 18 ago. 2017.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Reflexões a Apresentação de Serviços Públicos Por Entidade do terceiro Setor. **Revista Eletrônica a Reforma do Estado**, Salvador, 6,1-19, jun./ago. 2006.

LUZ, Elias Antônio da. **APAC**: Um modelo de humanização do Sistema Penitenciário brasileiro. Disponível em: <<https://toninhodaluz.jusbrasil.com.br/noticias/204177598/apac-um-modelo-de-humanizacao-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MARTINO, Natália. **Um dia na prisão:** Matéria jornalística sobre as APAC's, distribuída numa palestra no evento "Terça Criminológica", da OAB-RN (01/11/2016).

MONTENEGRO, Manoel Carlos. **Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84606-apac-onde-ressocializar-preso-custa-menos-que-nos-presidios>>. Acesso em: 18 ago. de 2017.

MORAIS, Marcia. **Aplicando em Minas, Método APAC é uma das Soluções para sistema penitenciário.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-fev-26/marcia-morais-metodo-apac-solucao-sistema-penitenciario>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional:** São Paulo. Método, 5. ed. 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PRADOFILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A Cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais (Artigo).** UFSC/UFRJ: Santa Catarina / Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Alex. **Primeira penitenciária privada do país começa a funcionar em Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/01/primeira-penitenciaria-privada-do-pais-comeca-a-funcionar-em-minas-gerais>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SACCHETTA, Paula. **Na primeira penitenciária privada do Brasil, quantos mais presos, maior o lucro.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/01/na-primeira-penitenciaria-privada-do-brasil-quanto-mais-presos-maior-o-lucro-4542.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

ENFERMAGEM

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM ÁSCARIS LUMBRICOIDES

AUTORES:

Andressa Monica Gomes Fernandes
Eder Bruno da Costa Vieira
Jackeline Oliveira de Melo Costa
Joseana da Costa Silva
Robéria Heloiza da Fonseca Oliveira
Sergiana Nayalia Nunes da Silva

RESUMO: O *Ascaris lumbricoides* conhecida comumente como lombriga ou bicha, é um parasita causador de graves problemas de saúde pública mundialmente, em especial em países em desenvolvimento. Tais infestações relacionam-se com a junção do déficit nas condições de saneamento básico, baixas condições socioeconômicas e ausência de higiene pessoal, muitas vezes por falta de conhecimento próprio, tendo sua maior prevalência principalmente na infância. Tem-se como objetivo do trabalho o intuito de esclarecer forma de contaminação e assistência de enfermagem em parasitados com *Ascaris lumbricoides*, proporcionando maiores conhecimentos sobre tal. Trata-se de uma revisão de literatura. É uma doença causada pelos agentes etiológicos helmintos ou protozoários intestinais representantes de um problema de saúde pública grave. Conclui-se que o parasita pode ocasionar diversos problemas de saúde e que o enfermeiro deve ser decisivo quanto ao tratar-se na identificação das necessidades e cuidados com a saúde da população, proporcionando proteção para que não possam ser parasitados.

Palavras - chave: *Áscaris Lumbricoides*. Helmintos intestinais. Assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO: *Áscaris Lumbricoides* é um dos helmintos intestinais com sua maior fonte de infecção nos seres humanos, uma má condição sanitária está relacionada quanto ao número de parasitas intestinais. Após ter ingerido água ou alimentos contaminados com os ovos do verme (MORAES et al., 2007). Entende-se parasita como o ser que vive sobre ou no interior do hospedeiro dele se nutrindo e sempre ocasionando danos e o parasitismo como sendo uma associação desarmônica, entre dois seres vivos onde somente o parasita leva vantagem (NEVES 2004). As enfermidades parasitárias são apontadas, principalmente, como indicadores de desenvolvimento socioeconômico de um país é um frequente problema de saúde pública desencadeando, além de problemas gastrointestinais, baixo rendimento corporal e consequente atraso no rendimento escolar (PINHEIRO et al., 2007). As crianças são as mais atingidas, por brincarem no solo. Tendo os países em desenvolvimento os mais atingidos devidos sua falta de saneamento básico. Em nosso país, o número de indivíduos com algum tipo de enteroparasitose é sabidamente elevado principalmente em populações pediátricas (0-5 anos) e crianças em idade escolar (SANTOS et al., 2006). Segundo, Silva, (2005), existe um alto índice de ascaridíase. E que isso é indicativo de saneamento básico inadequado, mais frequentemente em zonas rurais, porém são constantes as

incidências de ascaridíase em áreas urbanas, ocorrendo à infecção através da ingestão de ovos embrionados do parasita. O parasita é responsável por diferentes graus de desnutrição, déficit cognitivo, e ocasionalmente morte em crianças, o verme ainda ocasiona necrose e obstrução das alças intestinais por comprimir o abdome. Tendo como alguns sinais e sintomas a dor abdominal, eosinofilia (15 a 40%), irritabilidade, alternância entre diarreia e constipação, reações alérgicas (asma), síndrome de Loeffler, febre, tosse (estertores), anemia e emagrecimento (MELO et al., 2004). Seu diagnóstico clínico é realizado através da história clínica e o exame parasitológico laboratorial com as fezes onde serão encontrados os ovos do parasita, sendo os melhores métodos laboratoriais os de sedimentação espontânea ou por centrifugação (DOHMS, 2008). Ainda cita que nas infestações mais intensas os parasitas podem ocupar todo o Intestino delgado do homem, mais especificamente o jejuno e íleo ou migrarem até mesmo pela luz intestinal, podem ficar presos à mucosa, com a utilização dos lábios do parasita (DOHMS, 2008). Diante do que foi exposto deu-se a seguinte questão de pesquisa qual a assistência de enfermagem ao paciente com áscaris lumbricoides? Tendo como resposta a questão norteadora adotada, a busca de conhecimento sobre a assistência de enfermagem para obter o conhecimento da área de maior prevalência e forma de contaminação pelo parasita. Com isso proporcionar uma educação sanitária ao paciente, informando suas formas de prevenção, tratamento evitando as reinfecções, dessa forma prestando uma melhor assistência de enfermagem. O processo de educação pelo enfermeiro, exercida em grupos da educação em saúde, busca a participação do usuário e familiares em seu processo terapêutico para melhoria da qualidade de vida (FELIPE, 2011). A equipe deve identificar os problemas de saúde, elaborando um programa de atividades para enfrentar os determinantes do processo saúde/doença (ESCOREL et al., 2007). Orientar quanto à importância da higiene corporal, higienizar os alimentos antes de comer, principalmente as frutas e verduras, beber água filtrada ou fervida, orientar as família em relação às crianças quando brincarem ao solo não levarem as mãos sujas a boca (BARBOSA et al., 2009). O objetivo desse estudo é descrever a assistência de enfermagem ao paciente com Áscaris Lumbricoides com informações ao paciente sobre forma de tratamento e de se evitar uma nova contaminação pelo parasita.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão de literatura que é uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema (ROTHER, 2007). Segundo Mendes (2008), “Este método tem a finalidade de reunir e sistematizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”. Foram pesquisados na BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, Bireme, nas respectivas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para a busca do conteúdo foram empregados os descritores: Helmintos intestinais, Áscaris Lumbricoides, assistência de enfermagem. Foram selecionados como critérios de inclusão artigos e sites que, de forma didática, abordassem o assunto em português, disponíveis gratuitamente no formato completo, no período de 2000 a 2016. E os de exclusão foram artigos e sites sem referências claras, os que não estavam na íntegra e em língua estrangeira. Foram selecionados no total de 08 artigos com publicações entre 2000 a 2016 e cinco sites para construção deste material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Segundo Rey (2001), o Áscaris Lumbricoides é mais conhecido

como lombriga ou bicha, causadora da ascaridíase. Tem-se no Brasil uma vasta distribuição geográfica das parasitoses, com prevalência variável de acordo com o ambiente e as espécies encontradas nas zonas rurais e urbanas. E que os efeitos das intervenções de saneamento são geralmente positivos, por se constituírem em um serviço que assegura melhoria e bem-estar da população. Segundo Oro et al. (2010), é uma doença causada pelos agentes etológicos helmintos ou protozoários intestinais representantes de um problema de saúde pública grave. Sendo mais acometidas as crianças, principalmente em locais com baixo índice de saneamento básico ou sem saneamento básico adequado para a população existente numa determinada região. Bencke et al. (2006), também afirma que a maior prevalência da parasitose e da forma mais grave são as crianças com idade escolar. Visto que, devido às crianças não terem conhecimento sobre tal situação bem como déficit de orientação com a higiene proporcionam uma nova contaminação com os parasitas intestinais. Basso et al. (2008) ainda afirma que as investigações parasitológicas são negligenciadas nos países. E que segundo Oro et al. (2010), os parasitas intestinais são doenças ocasionadas pelos helmintos e os protozoários que parasitam o intestino do hospedeiro e que a alta prevalência de infecção advém do precário acesso ao saneamento básico e o déficit de orientação de educação sanitária para a população mais desprovidas de conhecimento sobre tal. Segundo Toscani et al. (2007), as águas e os alimentos contaminados são as principais formas de contaminação do parasita, com infecção mais comum nas crianças que muitas vezes não são instruídas de forma adequada para lavarem as mãos proporcionando aos ovos do parasita que estão disseminados ao solo. E também fazendo a lavagem dos alimentos corretamente sempre que forem se alimentar, tendo essas precauções com a higiene uma das formas de se evita uma contaminação pela forma feco-oral (TOSCANI et al., 2007). Sua profilaxia se dá através da educação sanitária, saneamento básico, tratamento da água usada para consumo, higiênicos ao preparar os alimentos (principalmente de verduras), higiene pessoal, combate aos insetos domésticos, pois moscas e baratas podem veicular os ovos, e o tratamento das pessoas parasitadas com remédios indicados pelos médicos (MELO, 2004). Ainda há o embasamento por parte de Andrade et al. (2010) que existe um alto índice de parasitas intestinais onde o saneamento básico e as condições de vida são precárias ou até mesmo não existente, isso acontece devido a falta de interesse dos órgãos responsáveis que deveriam proporcionar um saneamento adequado para a população de nível sócio econômico baixo. Vasconcelos et al. (2011), também afirmam que a contaminação é a reação como resposta da precariedade de alguns fatores primordiais para a disseminação do *Ascaris Lumbricoides*, como o déficit na educação sanitária, baixo investimentos em infraestrutura, saneamento básico ineficaz incluindo um nível socioeconômico e cultural da população baixo e por muitas vezes a falta de conhecimento da forma correta de higienizar os alimentos e a higiene pessoal. Neves (2005); Rey (2001), afirma que o termo “parasito” é uma forma generalizada dos parasitas que vivem no intestino e os que se beneficiam de qualquer outra parte do organismo, que tira vantagem absorvendo os nutrientes dos alimentos antes do hospedeiro, ocasionando danos ao parasitado. Barreto (2006), afirma que as crianças ao brincar no solo contaminado levam as mãos contaminadas com os ovos do parasita já embrionados à boca se infectando devido a falta de conhecimento e orientação dos responsáveis. Segundo Neves (2005), a fêmea adulta do verme produzirá mais ou menos de 200 mil ovos diariamente, esse verme expele seus ovos juntamente com as fezes na forma não embrionada, não infectante, podendo sobreviver no solo por mais de um ano, em

condições adequadas. E ainda afirma que os ovos férteis em presença de ambiente favorável se tornarão embrionados em 15 dias, seus ovos medem de 50µm e com espessamentos em suas extremidades (NEVES, 2005). Silva (2005), tendo como ação espoliadora dos vermes o consumo de grande parte das proteínas, carboidratos, lipídeos e vitaminas A e C, levando o paciente a subnutrição. Tendo como ação tóxica a reação entre antígenos parasitários e anticorpos alergizantes do hospedeiro, ocasionando o edema, urticária, convulsões etc., e como ação mecânica a irritação na parede intestinal que podem ocasionar sua obstrução. Diante do que foi exposto, torna-se preciso a realização do planejamento das ações de enfermagem à saúde com a coleta de dados, Promoção das práticas educativas de enfermagem com uma assistência humanizada individualizada e da família evitando maiores complicações (BARBOSA et al., 2009). O estudo de sinais e sintomas, orientação do tratamento medicamentoso prescrito, orientar quanto a higiene do corpo e dos alimentos antes da refeição, tratamento da água para o consumo (BARBOSA et al., 2009). Seu tratamento se dá através de Tetramisole: dose única com Eficácia de 90-94%, podendo ocasionar os efeitos colaterais, náuseas, cólicas, mal-estar e vômitos. Sendo Contraindicado às gestantes e pacientes transplantados (NEVES, 2005). Segundo Rey (2001), Piperazina com alta eficiência e raros efeitos colaterais. Contraindicado na insuficiência renal e gravidez; Mebendazol com sua eficácia em 98% e com raros efeitos colaterais de dores abdominais e diarreia, contraindicado na gestação; Pamoato de pirantel com eficácia de 80- 100% de cura com os efeitos colaterais de náuseas, vômitos, sonolência, cefaléia; contraindicado na gravidez e disfunção hepática; Albendazol que apresenta 97% de eficiência e ausência de efeitos colaterais (NEVES, 2005). Neves (2005), ainda afirma o uso de, Ivermectina com alguns efeitos colaterais como a tontura, sonolência, vertigem, tremor, prurido, erupções e urticária; E o levamisole que seu uso prolongado pode ocasionar em alterações no sangue, cólica, diarreia, dor de cabeça, inflamação na boca, náusea, palpitação, vertigem e vômito. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto com relação ao *Áscaris Lumbricoides* causador de diversos danos à saúde do ser humano como dor abdominal, febre, tosse, anemia, perda de peso dentre outros. Com tudo exposto entende-se que o *Áscaris Lumbricoides* é um parasita de nível mundial que atinge uma grande quantidade da população, confirmado pelos relatos de (Gasparini; Portella, 2004), que ainda afirma que o *Áscaris Lumbricoides* é um símbolo das doenças que parasita o intestino em nível mundial. Com isso torna-se perceptível o alto índice de contaminação das pessoas pelo helminto *Áscaris Lumbricoides*, devido principalmente ao saneamento básico ineficaz para a população, com um maior comprometimento da saúde das pessoas, nos países em desenvolvimento e também na falta de conhecimento da população que ingerem seus alimentos sem higienizarem corretamente. Conclui-se que o parasita pode ocasionar diversos problemas de saúde, podendo resultar no óbito do parasitado e que se devem tomar todas as medidas profiláticas. O enfermeiro deve ser decisivo quanto ao tratar-se na identificação das necessidades e cuidados com a saúde da população, proporcionando proteção para que não possam ser parasitados. E buscar métodos e soluções para se evitar a contaminação e disseminação de seus ovos e ainda mais se faz necessário um alto conhecimento sobre o que o parasita poderá causar no parasitado, a fim de proporcionar um tratamento de forma que venha a ser eliminado o parasitismo. Devendo proporcionar a sistematização da assistência de enfermagem e a troca de saberes na enfermagem evitando assim o parasitismo aos pacientes que poderão ser diagnosticados com *Ascaris Lumbricoides* e com o intuito de proporcionar um tratamento e aplicar intervenções

com a finalidade de melhoria na qualidade de vida do paciente parasitado, evitando assim possíveis complicações. E com isso o enfermeiro deve também orientar quanto aos hábitos e costumes alimentares das pessoas, incentivando a higiene ao manusear os alimentos, ingerir água limpa, higienizar as mãos ao sair do banheiro dentre outras medidas a serem tomadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. C. et al. Parasitoses intestinais: uma revisão sobre seus aspectos sociais, epidemiológicos, clínicos e terapêuticos. **Revista de APS**, v.13, n. 2, 2010. Disponível em: <http://acervosaud.dominiotemporario.com/doc/artigo_053.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BARRETO, Juliano Gomes. Detecção da incidência de enteroparasitos nas crianças carentes da cidade de Guaçuí - ES. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Espírito Santo, v.38, n.4, 2006. Disponível em: <http://acervosaud.dominiotemporario.com/doc/artigo_053.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BARBOSA, L. A. et al. A educação em saúde como instrumento na prevenção de parasitoses. **Rev. RBPS**, Fortaleza, v.22, n.4, p. 272-278, out./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4033.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BASSO, R.M.C. et al. Evolução da prevalência de parasitoses intestinais em escolares em Caxias do Sul, RS. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop**, v.41, n.3, 2008, p.263-268. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000300008>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BENCKE, A. et al. 2006. Enteroparasitoses em Escolares Residentes na Periferia de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista de Patologia Tropical**; v.35, n.1, 2006, p.31-36. Disponível em: <www.passeidireto.com/arquivo/11212233/acoes-de-enfermagem--ou-do-enfermeiro-a/16> Acesso em: 20 set. 2017.
- DOHMS, Marcela. **Ascaris Lumbricoides**. Paraná. Enfermagem Virtual, 2008. Disponível em <www.enfermagemvirtual.com.br/enfermagem/principal/conteudo.asp?id=821>. Acesso em: 20 set. 2017.
- SCOREL, S. et al. O programa de saúde da família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil. **Rev. Panamericana de Salud**, Washington, v.21, n.2-3, fev./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4033.pdf>> Acesso em: 20 set. 2017.
- FELIPE, G.F. **Educação em saúde em grupo: olhar da enfermeira e do usuário hipertenso**. Dissertação (Mestrado Acadêmico Cuidados clínicos em Saúde) – Pró-reitoria de Pós-graduação em pesquisa. Universidade Estadual do Ceará. 2011. P.173. Disponível em:<<http://>

www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4033.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

GASPARINI, E. A.; PORTELLA, R. B. **Manual de parasitoses intestinais**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rúbio, 2004. Disponível em: www.editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV055_MD1_SA3_ID62_02052016002306.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

MELO, M.C.B; et al. Parasitoses Intestinais. **Revista Medica Minas Gerais**, v.14, n.1, 2004. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/ascaris-lumbricoides/69678> Acesso em: 20 set. 2017.

MORAES, I.V.P. et al. Endoparasitoses em Crianças de uma Comunidade Escolar na cidade de Guarapuava, PR. **Revista Salus- Guarapuava- PR. Paraná**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <www.conhecer.org.br/download/.../CURSO%20DE%20ASCARIDIASE.doc>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEVES, David P. **Parasitologia humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2004. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enem/definicoes-em-parasitologia/9827> Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Parasitologia humana**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. Disponível em:<www.webartigos.com/artigos/ascaris-lumbricoides/69678>. Acesso em: 20 set. 2017.

ORO, D. et al. Prevalência de parasitas intestinais em crianças de Descanso – Santa Catarina – Brasil. **Unoesc & Ciência - ACBS, Joaçaba**, v.1, n.2, 2010, p.151-156. Disponível em: www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/download/.../77>. Acesso em: 20 set. 2017.

PINHEIRO, R. O. et al. Ocorrência de parasitas intestinais entre crianças do pré-escolar de duas escolas em Vassouras, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Farmácia**, Rio de Janeiro, v.82, n.2, 2007. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/ascaris-lumbricoides/69678>>. Acesso em: 20 set. 2017.

REY, L. **Parasitologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. Disponível em:<www.webartigos.com/artigos/ascaris-lumbricoides/69678>. Acesso em: 20 set. 2017.

SANTOS, M. E. S. et al. Ocorrência de enteroparasitos em crianças atendidas no programa de saúde da família de área de abrangência do município de Vespasiano, Minas Gerais, Brasil. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v.8, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/ascaris-lumbricoides/69678>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, C. G.; SANTOS, H. A. Ocorrência de parasitoses intestinais da área de abrangência do Centro de Saúde Cícero Idelfonso da Regional Oeste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v.1, n.1, 2001, p. 32-43. Disponível em: <www.conhecer.org.br/.../ASCARIDIASE/CURSO%20DE%20ASCARIDIASE.doc>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, A. V. M.; MASSARA, C. L. **Parasitologia humana**. 11^a. ed., São Paulo: Atheneu, 2005, cap. 29, pag. 259. Disponível em: <www.szb.org.br/blog/conteudos/bibliografias/06-veterinaria/parasitologia-humana.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

TOSCANI, N. V. et al. Desenvolvimento e análise de jogo educativo para crianças visando à prevenção de doenças parasitológicas. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.11, n.22, 2007, p. 281-294. Disponível em: <www.passeidireto.com/arquivo/11212233/acoes-de-enfermagem--ou-do-enfermeiro-a/16>. Acesso em: 20 set. 2017.

VASCONCELOS, I. A. B. et al. Prevalência de parasitoses intestinais entre crianças de 4-12 anos no Crato, estado do Ceará: um problema recorrente de saúde pública. Fortaleza (CE, Brasil). **Acta Scientiarum. Health sciences**, Maringá, v. 33, n. 1, 2011, p. 35 – 41. Disponível em: <www.passeidireto.com/arquivo/11212233/acoes-de-enfermagem--ou-do-enfermeiro-a/16>. Acesso em: 20 set. 2017.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM A FAMÍLIA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO

AUTORES:

Andressa Monica Gomes Fernandes
Heloizy Valessa Nascimento Santos
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento

RESUMO: INTRODUÇÃO: A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um local destinado a internação de pacientes graves. Nesse contexto a enfermagem tem um papel relevante nos cuidados aos familiares. Objetivou-se discutir os cuidados de enfermagem com os familiares na Unidade de Terapia intensiva adulto. **METODOLOGIA:** Revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Os critérios de inclusão foram: artigos completos e em língua portuguesa, no período de 2013 a 2017. **RESULTADOS:** Estratégias para minimizar o sofrimento da família no ambiente de UTI, onde o ente querido está hospitalizado são fundamentais. A comunicação e acolhimento aos familiares são as principais medidas para o alívio da preocupação e aflição causadas pela hospitalização. A enfermagem tem um papel para transformar o ambiente inseguro e assustador de uma UTI em um ambiente acolhedor e informativo, atuando assim com humanização **CONCLUSÃO:** Os enfermeiros devem apoiar atender as demandas de comunicação e informações os familiares durante a vivência de internação em uma UTI, tendo em vistas que a mesma contribui sobremaneira para o bom seguimento do tratamento entes queridos internados.

Palavra - chave: Unidade de Terapia Intensiva. Relações profissional-familiar. Enfermagem familiar.

INTRODUÇÃO: A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) conforme a Resolução nº 170, de 6 de novembro de 2007, do Conselho Regional de medicina do estado de São Paulo (CRM-SP), é um local destinado a internação de pacientes graves, que necessitam de cuidados e atenção dos profissionais especializados de uma forma contínua, com materiais específicos e tecnologia essencial ao diagnóstico, terapia e monitoramento. Tendo como tratamento aspectos agressivos e invasivos, considerado de alta intensidade e complexidade. (CHEREGATTI et al. 2010). O impacto da notícia do internamento na unidade de terapia intensiva (UTI) ao paciente, é imprevisível causando angustia e aflição tanto no momento, como durante a sua vivência. As expressões de incerteza quanto a recuperação e resultados negativos crescem após a informação. (REIS; GABARRA; MORÉ, 2016). Em consequência, os familiares dos pacientes internados na UTI apresentam sintomas, incluindo depressão, tensão, ansiedade e estresse pós-traumático. A proximidade ao paciente, o recebimento adequado de informações, orientações e oportunidade de exprimir seus sentimentos e de receber respostas às suas dúvidas aumentam a satisfação da família. Estratégias para minimizar o sofrimento da família nesse ambiente onde o ente querido está hospitalizado é fundamental. (PASSOS, 2015) Segundo Costa, Figueiredo e Schaurich (2009) a UTI tornou-se um local onde a tecnologia se sobrepõe referente aos cuidados aos pacientes e parentes, considerando-se que os profissionais que atuam na unidade convivem e manuseiam máquinas e aparelhos deixando despercebido a atenção e cuidados nas intervenções

para os ambos. A expressão dos sentimentos desses familiares são notáveis e variáveis, apresentando-se com medo, angústia, solidão, estado de choque e que muitas vezes nem recebe a devida atenção dos profissionais de saúde. Assim, os enfermeiros que exercem nessas unidades corroboram, no fato de dispensar a assistência de enfermagem aos familiares dos pacientes, alegando-se a causa de sobrecarga de trabalho, cuidado focados apenas para paciente e a capacitação para o cuidado dos familiares. (PELAZZA, et al, 2015). Por compreender que esta pesquisa pode contribuir para novos questionamentos e análise sobre os cuidados da enfermagem com os familiares na UTI e percebendo a relevância da relação do cuidado humanizado entre enfermeiro e família em uma unidade de terapia intensiva, surgiu a seguinte questão norteadora: Quais são as evidências científicas na literatura sobre os cuidados com a família dos pacientes na UTI adulto? Nesse contexto, por entender que a família do paciente hospitalizado na unidade de terapia intensiva necessita também de cuidados da enfermagem e o enfermeiro precisa criar relação profissional-familiar justifica-se a realização do presente estudo. Assim, o objetivo é discutir os cuidados de enfermagem com os familiares na Unidade de Terapia intensiva adulto. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que é um método que possibilita a síntese dos achados dos estudos primários desenvolvida por pesquisas diversas que requer análise dos dados de uma forma rígida e de uma determinada temática. (SOARES, et al, 2014). Para consolidar o estudo, seguiram-se as seguintes etapas: identificação do tema e questão de pesquisa, determinação dos critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos pré-selecionados, classificação dos estudos selecionados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão. Para a seleção dos artigos utilizaram-se as bases de dados eletrônicas LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e BDENF (Base de Dados de Enfermagem). Para o levantamento das publicações foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DECS): Unidade de terapia intensiva, relações profissional-familiar e enfermagem familiar. Para o cruzamento foi utilizado a opção do termo booleano AND e as combinações dos descritores foram: “Unidade de terapia intensiva AND relações profissional-familiar” e “Unidade de terapia intensiva AND enfermagem familiar”. Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos completos e em língua portuguesa, no período compreendido entre 2013 a 2017 e relacionados com a temática. Os critérios de exclusão foram textos em língua estrangeira e em formato de resumo, que não envolvesse o tema, publicações anteriores ao ano de 2013, bem como dissertações e teses resultando na seleção de oito artigos para a elaboração dessa revisão. Os estudos que se enquadraram nos critérios de inclusão foram organizados em um quadro com as informações de: título, ano da publicação dos periódicos, autor, bases de dados, objetivo do artigo e principais resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Quadro 1: Síntese das principais informações dos artigos, quanto ao título, base de dados, ano de publicação, objetivo do estudo e principais resultados. Natal, 2017.

Autores	Objetivo	Principais resultados Título
PELAZZA, B. B.; SIMONIR, C. M.; FREITAS, E. G. B.; SILVA, B. R.; SILVA, M. J. P.	Conhecer as dúvidas dos familiares de pacientes internados na unidade de terapia intensiva há mais de 24 horas e manifestadas durante as visitas de enfermagem.	O estudo apontou que as visitas de enfermagem são importante devido a possibilidade de esclarecer as principais dúvidas e identificação de angústia e depressão dos familiares.
SPOHR, V. M.; FREITAS, H. M. B.; ILHA, S.; NICOLA, G. D. O.; ZAMBERLAN, C.; GEHLEN, M. H.	Conhecer os sentimentos despertados em familiares de pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva em relação ao ambiente e aos profissionais atuantes.	O cuidado com os familiares não é realizado da maneira correta, mas que o enfermeiro pode mudar essa postura, atuando com um olhar holístico e humanizado
PUGGINA, A.C.; IEMME A.; CARBONARI, K. F. B. S. F.; PAREJO, L. S.; SAPATINI, T. F.; SILVA, M. J. P.	Identificar e comparar a percepção da comunicação não verbal expressa durante a visita hospitalar com o grau de satisfação e de importância dos familiares em relação às suas necessidades na UTI.	O estudo evidenciou que o cuidado com a família na UTI ainda tem suas fragilidades, faltando conhecimentos e habilidades dos profissionais para uma relação interpessoal com os familiares.
PASSOS, S. S. S.; SILVA, J2015. O. ; SANTANA, V. S.; SANTOS, V. M. N.; PEREIRA, A. ; SANTOS, L. M.	Descrever como a enfermeira se apropria do acolhimento no cuidado à família na UTI de um hospital público, no interior da Bahia.	Com o trabalho burocrático e acúmulo de atividades o acolhimento a família fica um pouco prejudicado
CORREIO, R. A. P. P. V.; VAGAS, M. A. O.; CARMAGNANI, M. I. S.;	Desvelar as competências necessárias ao enfermeiro para atuar em UTI, segundo os próprios profissionais.	Liderança, conhecimento técnico/científico, tomada de decisão e equilíbrio emocional são as principais competências que o enfermeiro que atua na UTI precisa desempenhar.

FERREIRA, M. L.;		
LUZ, K. R.		
OLIVEIRA, C. N.;	Compreender o processo interpessoal de acolhimento entre enfermeiros e família na UTI; conhecer o significado que os enfermeiros atribuem ao acolhimento e analisar o processo relacional entre enfermeiros e família à luz da Teoria de Peplau.	O estudo foi pautado na teoria de Peplau, obtendo-se a relevância das teorias de enfermagem para a inserção da família no ambiente hospitalar
NUNES, E. D. C. A.		
GIBAUT, M. A. M.;	Identificar o nível de conforto de familiares de pessoas em estado crítico de saúde decorrente das práticas de acolhimento da equipe de atendimento hospitalar.	O estudo apresentou que a maioria das famílias sentiram muito confortáveis com o acolhimento dos profissionais na UTI.
HORI, L. M. R.;		
FREITAS, K. S.;		
MUSSI, F. C.		
REIS, L. C. C.;	Compreender as repercussões do processo de internação em UTI Adulto na perspectiva de familiares.	O estudo traz uma reflexão sobre os cuidados da família na UTI, apontando que os cuidados não é apenas para os pacientes internados, e sim também, para os familiares.
GABARRA, L. M.;		
MORÉ, C. L. O. O.		

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A internação do paciente na UTI é um momento muito delicado e tenso, onde os familiares do paciente ficam apreensivos com a notícia, assim demonstrando o quanto é necessário a disponibilidade dos cuidados da enfermagem para atender as demandas de comunicação e informações para os familiares. (GIBAUT et al. 2013) Neste contexto, é de suma importância que os enfermeiros desempenhem e incentivem o acolhimento e orientação para os familiares dos pacientes internados na UTI, assumindo um papel intermediário entre paciente e familiar, que geralmente neste ambiente é bastante estressante para os ambos. Assim, os enfermeiros tem que organizar-se para que o acolhimento seja realizado desde do momento da internação. (SPOHR et al. 2013) Em um estudo realizado por Passos et al. (2015) foi identificado que o acolhimento com família não estava sendo executado da maneira correta, os enfermeiros não sabiam ao certo o que era acolhimento e faziam do jeito que pensavam que fosse, assim, prejudicando o cuidado da assistência de enfermagem prestada aos pacientes e familiares. Correio et al. (2015) enfatizam que a comunicação verbal e não verbal é um instrumento facilitador que auxilia o enfermeiro no manejo do cuidados com a família para o alívio da tensão e ansiedade causadas durante a permanência do ente na UTI. Segundo Gibaut et al. (2013) as visitas na Unidade de Terapia Intensiva são fundamentais para certificar a proximidade entre o paciente e família. No entanto, não é suficiente permitir apenas a entrada da família na UTI, é oportuno prepará-la e acompanhá-la durante toda a visita, identificando e explicando as dúvidas, observando as condutas e compreendendo seus sentimentos. Os profissionais precisam considerar que, nesse momento, a família também está com medo da morte, com receio de defrontar com o estado do ente querido e com o ambiente da UTI, sofrendo e até mesmo sem saber como conduzir durante a visita. Oliveira e Nunes (2014) pontuam que a informação é uma forma essencial para ocorrer um relacionamento interpessoal

profissional-família na qual o cuidado e atenção da enfermagem possibilita o enfrentamento positivo da situação para os familiares. O cuidado com a familiar requer perceber expressões e falas, portanto a informação e conversa no momento certo são essenciais. A informação deve ser clara e objetiva que explique sobre o prognóstico, diagnóstico e tratamento do paciente. (PUGGINA et al. 2014) Neste sentido Gibaut et al (2013) reforçam que o cuidado do requisito acolher, aconteça, os familiares precisam de esclarecimentos sobre rotina da unidade e normas, ocasionando a importância da enfermagem e equipe de saúde estar atenta para demanda de informações para a família. Assim destacando que para a família, não basta apenas receber a informação, é necessário que seja de um modo gentil e que transmita tranquilidade. O cenário da UTI geralmente impressiona a família, pelo fato, do ambiente possuir muitos aparelhos e instrumentos, por tanto o enfermeiro precisa desenvolver a sensibilidade para detectar os sentimentos das famílias, assim tendo que lidar com situações onde as pessoas vão ter medo da morte, medo de perder a pessoa amada, onde tudo pode mudar muito rápido, um lugar de desequilíbrio emocional, insegurança e tristeza para a família. Desse modo, os cuidados da enfermagem, com a família são essenciais, pois os pacientes que estão nessas unidade necessitam de todo o apoio e força familiar para conseguirem a recuperação e sair de alta desses ambientes. **CONCLUSÃO:** Por meio deste estudo, tornou-se possível afirmar que a enfermagem tem um papel para transformar um ambiente inseguro e assustador em um ambiente acolhedor e informativo, atuando assim com ética profissional e humanização. Os cuidados de enfermagem são fundamentais tanto para o paciente como principalmente a família, que em geral muitas vezes não tem a assistência necessária, na qual, no momento passam por grandes dificuldades em todas as áreas de suas vidas durante o desenvolvimento da internação do parente na UTI. Verificou-se que o acolhimento e a informação continua a família são uns dos critérios mais relevantes no qual a enfermagem pode cuidar da família. Portanto o profissional deve estar sempre à procura de capacitação de novos saberes para lidar com essas situações.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R.; BIANCHI, E. R. F. Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2016. (Série de enfermagem).

CHEREGATTI, A, L, et al. **Técnicas de UTI**. São Paulo: Rideal, 2010.

COSTA, S. C.; FIGUEIREDO, M. R. B.; SCHAURICH, D. Humanização em Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI): compreensões da equipe de enfermagem.

Interface Comunic., Saude, Educ., v.13, supl.1, p.571-80, 2009.

CORREIO, R. A. P. P. V. et al. Desvelando competências do enfermeiro de terapia intensiva. **Enferm. Foco**. v. 6 (1/4): 46-50, 2015.

GIBAUT, M. A. M, et al. Conforto de familiares de pessoas em Unidade de Terapia Intensiva frente ao acolhimento. **Rev Esc Enferm USP**. 47(5):1117-24, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KNOBEL, E.; LASELVA, C. R.; M. JÚNIOR, D. F. **Terapia intensiva: enfermagem**. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

OLIVEIRA, C. N. O.; NUNES, E. D. C. A. Cuidando da família na UTI: desafio de enfermeiros na praxis interpessoal do acolhimento. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, Out-Dez; 23(4): 954-63, 2014.

PASSOS, S. da S. S. et al. O acolhimento no cuidado à família numa Unidade de Terapia Intensiva. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, mai/jun; 23(3):368-74 2015.

PELAZZA, B. B. Visita de Enfermagem e dúvidas manifestadas pela família em unidade de terapia intensiva. **Acta Paul Enferm**. 28(1):60-5. 2015.

PUGGINA, A. C. et al. Percepção da comunicação, satisfação e necessidades dos familiares em Unidade de Terapia Intensiva. **Esc Anna Nery**. v. 18(2):277-283, 2014.

REIS, L. C. C.; GABARRA, L. M. G.; MOREÍ, C. L. O. O. As repercussões do processo de internação em UTI adulto na perspectiva de familiares. **Temas em Psicologia**. v. 24, n. 3, p. 815-828, 2016.

SOARES, C. B. et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**. São Paulo. 48(2):335-45, 2014.

SPOHR, V. M. et al. Sentimentos despertados em familiares de pessoas internadas na Unidade de Terapia Intensiva. **Cogitare Enferm**. Out/Dez; 18(4):736-42, 2013.

SILVA, F. D. et al. Discursos de enfermeiros sobre humanização na Unidade de Terapia Intensiva. **Esc Anna Nery** (impr.). out - dez; 16 (4):719- 727, 2012.

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM CANCER DE COLO DO UTERO

AUTORES:

Francisca Luciene de Siqueira
Kaline Kelly Avelino Fernandes
Maria Cristiana da Silva Souto
Maria De Fatima Fonseca Souza
Rafaela Costa de Medeiros
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo descrever os cuidados de enfermagem ao paciente com câncer de colo de útero. Metodologia: trata-se de uma revisão integrativa da literatura onde a busca ocorreu, de abril a outubro de 2017, na Biblioteca Virtual em saúde (BVS) por meio das bases de dados eletrônicas centro Latino-americano e do caribe de informação em ciências da saúde (Bireme), Literatura Latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão: estudos publicados na língua portuguesa, de 2011 a 2017, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. Critérios de exclusão: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Análise e discussão dos resultados: o enfermeiro pode promover uma melhora na percepção da doença por meio de implementação das ações de enfermagem permitindo ao paciente maior liberdade para o enfrentamento da doença e compreensão de sua patologia. Conclusão: A enfermagem tem um papel muito importante na vida dessas mulheres, principalmente o enfermeiro frente a um diagnóstico que vai comprometer a qualidade de vida de um paciente, considerasse que o papel do enfermeiro está muito além só da realização de procedimentos de enfermagem.

Palavras - chave: Assistência de enfermagem. Colo do útero. Câncer.

INTRODUÇÃO: O câncer do colo do útero é um importante problema de saúde pública por se tratar do terceiro tumor mais frequente na população feminina, atrás do câncer de mama e colorretal, e a quarta causa de morte em mulheres por câncer no Brasil. Dessa forma o principal fator de risco para o desenvolvimento dessa patologia é infecção pelo papiloma vírus humano (HPV) micro-organismo associado à maior parte dos casos de lesão precursora do câncer do colo do útero (SOUZA, COSTA, 2015). Essa lesão pode ser identificada precocemente, a partir da realização do exame Papanicolau. Existem outros fatores para o desenvolvimento de câncer de colo do útero, como início precoce da atividade Sexual, tabagismo e baixa condição socioeconômica. Portanto quando diagnosticado na fase inicial, as chances de cura são de 100% e existem evidências científicas que comprovam formas simples, eficientes e eficazes para o rastreamento desse tipo de câncer, bem como para a detecção das lesões precursoras (SOARES et al., 2017; SOUZA, COSTA, 2015). Tanto a incidência, como a mortalidade por câncer do colo do útero, pode ser reduzida com programas organizados de rastreamento. Nos países desenvolvidos, a partir da implantação de programas de rastreamento de base populacional, uma expressiva redução na morbimortalidade pela doença foi alcançada (SOARES et al., 2011). Com relação a incidência desta doença, para o

ano de 2014, no país, as estimativas foram de 15.590 casos novos da doença e um risco de 15 casos a cada 100 mil mulheres. Esse carcinoma foi responsável pelo óbito de 265 mil mulheres em 2012, sendo que 87% desses óbitos ocorreram em países em desenvolvimento (SOUZA, COSTA, 2015). No que diz respeito ao diagnóstico e o tratamento do câncer de colo do útero, estes produzem graves traumas emocionais à pessoa, que podem ser manifestadas sob a forma de variados sintomas como a depressão, melancolia, solidão, retraimento, desesperança e revolta (OLIVEIRA, 2014). Diante destes traumas, a enfermagem tem um papel importante na vida das mulheres portadora de câncer de colo do útero, onde o enfermeiro tem que explicar a paciente em relação ao tratamento que a mesma irá se submeter que na maioria dos casos é bem prolongado. Além disso, este profissional deve orientar quanto à ação dos quimioterápicos e os efeitos colaterais da radiação nas células e suas consequências e mudança em relação ao seu corpo, bem como identificar sobre medidas preventivas precocemente e os efeitos colaterais da doença, e realizar uma ação terapêutica para as mulheres portadora do câncer de colo e seus respectivos familiares e dependendo do estadiamento da doença ajudar os familiares a enfrentar a morte (PIMENTEL et al., 2011). Assim, diante de toda esta temática e por meio de experiência vivenciada em Hospital Oncológico com mulheres portadoras de câncer de colo do útero, percebe-se a necessidade de abordar sobre a assistência de enfermagem ao paciente oncológico. Sendo assim, traz-se à tona o seguinte questionamento: quais os cuidados de enfermagem ao paciente com câncer de colo do útero? Diante do tema proposto a enfermagem pode contribuir de uma forma importante ao paciente oncológico. Cabe ao profissional enfermeiro que lida com o paciente oncológico fornecer informações importantes relacionadas ao tratamento e orientar medidas preventivas e identificar precocemente os efeitos colaterais do tratamento a fim de minimizar os sintomas da doença. O presente estudo tem como objetivo descrever os cuidados de enfermagem ao paciente com câncer de colo de útero. **METODOLOGIA:** Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura a qual é um importante método de pesquisa que tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. Desde 1980 a revisão integrativa é relatada na literatura como método de pesquisa (GUIMARÃES et al., 2012). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônico, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesse a serem extraídos dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu, de abril a outubro de 2017, mais especificamente bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em saúde (BVS), centro Latino-americano e do caribe de informação em ciências da saúde (Bireme), Literatura Latino-americana e do caribe em ciências da saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores em ciências da saúde (DECS) utilizados para pesquisa foram: assistência de enfermagem, colo do útero, câncer. Para refinamento do material. Utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: enfermagem and câncer de colo, assistência and Câncer de colo. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, de 2011 a 2017, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e

carta ao editor. Para análise crítica dos artigos, realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que desrespeito ao uso de conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Com relação aos achados encontrados na literatura pesquisada, foi possível identificar que mulheres em tratamento quimioterápico de câncer de colo do útero, o apoio e a atenção advindos da família, seja por meio de uma conversa, de uma orientação, uma ajuda nos afazeres domésticos no acompanhamento para realizar o tratamento, representam para elas segurança e força para enfrentar o tratamento. Além disso, é possível afirmar que, a busca da espiritualidade é a melhor forma de enfrentamento da doença e adesão, sendo possível inferir que a crença religiosa representa um importante papel no apoio e suporte emocional, ao se verem acometida por essa patologia (MELO et al., 2015). No que diz respeito a assistência de enfermagem, o enfermeiro pode promover uma melhora na percepção da doença por meio de implementação das ações de enfermagem permitindo ao paciente maior liberdade para o enfrentamento da doença e compreensão de sua patologia, como os seus efeitos colaterais e chance de cura. Dentro desta perspectiva, o enfermeiro faz com que o paciente esteja ciente da sua patologia no intuito de ajudar durante o enfrentamento do câncer. Assim, nota-se uma melhora do enfrentamento do paciente por meio de avaliações de enfermagem, quando a paciente começa a aderir melhor ao tratamento (PANOBIANO et al., 2012). Correio et al., (2015) retratam em sua pesquisa que, no que se refere a assistência de enfermagem a mulheres acometidas por esta patologia, que no momento em que a paciente tem uma boa assistência de enfermagem, a mesma tem confiança de expor suas dúvidas e limitações. Percebe-se também a valorização das orientações prestadas durante a consulta de enfermagem e suas repercussões durante o processo de tratamento na vida dessas clientes principalmente por meio da comunicação. Dessa forma a comunicação é uma ferramenta importante utilizada pela enfermeira para desenvolver melhor o saber profissional e um elemento fundamental para com o cuidado com a paciente, A qualidade da assistência de Enfermagem prestada ao cliente pode ser diretamente afetada pela habilidade do profissional em se comunicar com ele e estabelecer uma relação onde reconheça o cliente como sujeito ativo do processo saúde-doença que ela vivencia, e não passiva a ele (SOUZA et al., 2017). Por sua vez, junto a essa comunicação, é de valia que existam o respeito e a escuta ativa do enfermeiro lembrando que, uma boa relação também com familiares facilita no processo de vivência da patologia, além da utilização da comunicação não verbal como gestos e expressões corporais os quais podem minimizar na paciente e família, sentimentos como o medo da morte (SOUZA, 2015). Então uma boa conversa o saber ouvir compreensão e carinho com o paciente como também com seu familiar, fazer com que o mesmo se sinta à vontade para ouvir o paciente e responder suas dúvidas e mudanças diárias que irão ocorrer durante o tratamento, ouvir suas queixas e encorajar o mesmo a aceitação do tratamento, por outro lado é importante o planejamento no processo do cuidar tanto a colhida com essas mulheres, considerando a duração do tratamento o desgaste e causados pelo mesmo (SOARES et al, 2011). Portanto é importante uma assistência de enfermagem bem prestada, na perspectiva da integralidade e a valorização da consulta de enfermagem ao paciente oncológico, com espaço de escuta acolhida e

encorajamento e diversas necessidades e irão surgir no decorrer do tratamento (SOUZA et al., 2017). Conforme o estudo de Salimena et al. (2014) a percepção da mulher sobre o papel da enfermagem no decorrer de seu tratamento. Assistência de Enfermagem: reconhecimento e a importância O cuidado prestado pela enfermagem é de suma importância para o bom funcionamento das unidades de saúde, seja ele um cuidado que envolva equipamentos, monitores, procedimentos, orientações, esclarecimento de dúvidas ou simplesmente ouvir o paciente e seu familiar. A assistência de enfermagem pode ser construída na consulta de enfermagem, o enfermeiro pode compreender melhor o que acontece com o paciente por meio do exame físico do ouvir e levantamento de dados, e do diagnóstico de enfermagem, por isso vem a necessidade das intervenções de enfermagem com o paciente oncológico, auxiliando no enfrentamento da doença como também das consequências da mesma, visando na melhoria e qualidade de vida do paciente com câncer de colo. É importante também o profissional de enfermagem respeita e valorizar utilizando as crenças individuais de cada paciente, com isso vai proporcionar um cuidado de enfermagem de qualidade e respeito com o paciente (SALIMENA et al., 2014). Segundo estudos o HPV, é um dos principais fatores de risco para desenvolvimento do câncer de colo uterino, transmitido principalmente por via sexual, contato direto com a mucosa infectada, a consulta de enfermagem juntamente com a assistência de enfermagem, é um espaço para as mulheres receberem um acolhimento e apoio a essas mulheres que procuram um atendimento, é importante esclarecer as mulheres a importância de se tocarem e conhecer o seu corpo, e usar preservativo com seus parceiros para evitar infecção pelo papiloma vírus humano HPV (SOUZA, 2015). De acordo com a literatura as mulheres entrevistadas neste estudo, aponta que os serviços de saúde (SUS) deixa muito a desejar não consegue atender a demanda da população que os exames demoram bastante a ser realizado, com isso acaba atrasando o tratamento a maioria delas tem que pagar esses exames para poder iniciar o tratamento mais rápido. A mesma relata também a maneira como os profissionais do sistema único de saúde atende na marcação de exames, com desinteresse com má vontade e a falta de paciência com as usuárias (SOUZA et al., 2017). Dessa forma essa prática dos trabalhadores compromete a integralidade, quando pensamos em diferentes saberes e práticas envolvidas na assistência com as mulheres nos serviços de saúde. Assim as práticas de saúde devem ser exercidas pelo enfermeiro e trabalhadores de saúde, por meio de conhecimento científico, não podendo dispensar a atenção, escuta o cuidado de enfermagem a assistência de enfermagem no acolhimento com essas usuárias que é muito importante para favorecer uma formação de vínculo, entre profissional e usuárias de saúde (SOARES et al., 2011). Conforme estudo de Correio et al., (2015) as atividades educativas em saúde constituem um instrumento para a promoção da saúde, indivíduos famílias e comunidade por meio de conhecimento técnicos passados para usuários de saúde. Embora o câncer do colo do útero não seja diretamente previsível pelo uso de preservativo diante do enfrentamento das neoplasias a educação em saúde se insere no contexto da avaliação da enfermagem como meio para estabelecer uma relação entre o profissional de enfermagem e paciente com câncer de colo do útero. No que desrespeita a consulta de enfermagem é de suma importância na vida das mulheres portadora dessa patologia, o enfermeiro que recebe a paciente na unidade de saúde orientar quanto a sua saúde e tirar suas dúvidas. Por outro lado, o exame Papanicolau é atribuído ao enfermeiro de acordo com a lei do exercício profissional 7.498/86. Neste sentido compreende a importância de o enfermeiro desenvolver um

papel de protagonista na assistência ao paciente (CORREIO et al., 2015). De acordo com estudos foi compreendido que as mulheres vivenciam o processo da assistência preventiva para o câncer cervical, com medo, ansiedade, dúvidas. Embora que isso pode ser melhorado pelas enfermeiras das unidades de saúde, com a realização de palestras oficinas de acolhimento permitindo a mulher compreender melhor o tratamento de câncer de colo do útero (MELO et al., 2015). Dessa forma, segundo Melo et al., (2015) em entrevista com mulheres acometidas pelo câncer, existe um déficit de conhecimento sobre a doença o qual pode ser caracterizado quando o profissional não informa corretamente sobre aspectos indispensáveis para manter seu bem-estar ou até mesmo melhorá-lo. Outro ponto que podemos destacar sobre esta temática é que a partir do momento que as mulheres recebem o diagnóstico de câncer de colo do útero, seus parceiros apresentam modificação no relacionamento, chegando até mesmo a separação conjugal. Isso acaba afetando o seu tratamento por motivo de mexer bastante no psicológico da mulher. Tiveram pacientes que revelam buscar força em sua fé religiosa e sua fé em Deus permite a mesma conviver com esse diagnóstico, acreditam que mesmo com a incerteza de sua cura, há possibilidade de cura de sua patologia (MELO et al., 2015). Mulheres com diagnóstico de câncer apresentam desconforto devido ao câncer ser uma doença temida pela sociedade a partir do momento que as mulheres recebem o diagnóstico de câncer, para elas é uma situação ameaçadora. Existem diversas reações entre elas como o medo do desconhecido, choro, tristeza e desconhecimento da patologia em si. No que se refere ao relacionamento com a mulher e o profissional de saúde, tem que ter uma linguagem acessível, devido a procedimentos que parecem simples para os profissionais, mas para as mulheres tornam-se difíceis, sendo necessária sensibilidade carinho, atenção e percepção feminina durante o atendimento (MELO et al., 2015). **CONCLUSÃO:** Por meio dos artigos pesquisados nesse estudo, pode concluir que existem muitos artigos focado mais na prevenção do câncer de colo do útero, do que as mulheres já acometida por essa patologia, no que desrespeita a assistência de enfermagem com essas pacientes. Tiveram alguns artigos que focavam mais assistência de enfermagem no exame Papanicolau e prevenção com contraceptivos, do que as mulheres já diagnosticadas. De acordo com leituras dos artigos as pacientes acometidas por essa patologia encontrassem fragilizados, medo do desconhecido, cheias de dúvidas e até mesmo com psicológicos abalados algumas preferem se isolar da sociedade e conseqüentemente com medo da morte, pôr o câncer ser uma doença temida pela sociedade. No que se refere a crença religiosa, percebem também que são mulheres que se apegam a sua fé religiosa, por ser uma forma de fortalecimento espiritual para encorajamento da doença, muitas relatam que se não fosse sua fé em Deus já teriam desistido do tratamento. No que diz respeito a assistência de enfermagem a paciente com essa neoplasia, o profissional de enfermagem precisa ofertar um tratamento diferenciado no que se refere a assistência. Um exemplo é o acolhimento mostrar interesse por sua doença por meio da escuta por ser uma ferramenta importante nesse processo de assistência, deixar a mesma se expressar para o enfermeiro, e falar uma linguagem clara para que a mesma possa entender o profissional, o toque e a palavra de conforto é muito importante nesse momento de dor e sofrimento no que se refere a mulher acometida pelo câncer. Um outro ponto é o encorajamento para que não desista de enfrentar o tratamento, no que se refere aos efeitos colaterais do tratamento é que o profissional enfermeiro tem que está habilitado e conhecer todos os possíveis efeitos colaterais que irão surgir no decorrer do tratamento, para que o

mesmo possa explicar a paciente as possíveis mudanças que poderão surgir com o seu corpo durante a fase de tratamento, seja por meio da quimioterapia radioterapia ou cirurgia, contando que a paciente tem que estar ciente das mudanças que irão surgir no decorrer dessa fase. A enfermagem tem um papel muito importante na vida dessas mulheres, principalmente o enfermeiro frente a um diagnóstico que vai comprometer a qualidade de vida de um paciente, considerasse que o papel do enfermeiro está muito além só da realização de procedimentos de enfermagem. O enfermeiro pode contribuir ajudando a mulher a enfrentar o tratamento ajudando a essa mulher a passar por essa fase difícil que compromete seu estado de forma geral, diminuindo o estigma que o câncer é uma doença sem cura.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES J.A.F. et al. Pesquisa Brasileira Sobre Prevenção do Câncer de Colo Uterino: Uma Revisão Integrativa. **Revista Rene**. v.13, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/34/29>> Acesso em: 20 abr. 2017.

MELO, M.S.C. et al. O Enfermeiro na Prevenção do Câncer do Colo do Útero: O Cotidiano da Atenção Primária. **Revista texto & contexto-enfermagem**. v. 20, n.2, p.1-9, 2012. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/rbc/n_58/v03/pdf/08_artigo_enfermeiro_prevencao_cancer_colo_uterio_cotidiano_atencao_primaria.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

PIMENTEL, A.V. et al. Percepção da vulnerabilidade entre mulheres com diagnósticos avançado do câncer do colo do útero. **Revista texto & contexto-enfermagem**. V.20, n.2, p.1-9, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0104-07072011000200006>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SALIMENA, A.M.O. et al. Mulheres portadoras de câncer de colo de útero: Percepção da assistência de enfermagem. **Revista de enfermagem do centro oeste mineiro**. V.4, n.1, p.909-920, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/401/566>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SOARES, M.C. et al. Câncer de colo uterino: Atenção integral á mulheres nos serviços de saúde. **Revista gaúcha de enfermagem**. v. 32.n.3, p.1-7, 2011. Disponível em: <The requested URL /revista_enf/20101/artigo 12. Pdf was not found on this Server>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SOUZA, A. F.; COSTA; L. H. R. Conhecimento de mulheres sobre hpv e câncer de colo do útero após consulta de enfermagem. **Revista brasileira de cancerologia**. V.61, n.4, p.343-350, 2015. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/rbc/n_61/v04/pdf/05-artigo-conhecimento-de-mulheres-sobre-hpv-e-cancer-do-colo-do-uterio-apos-consulta-de-enfermagem.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

CORREIO, K.D.L. et al. Controle do câncer do colo do útero: ações desenvolvidas pelo enfermeiro à luz do discurso do sujeito coletivo. **Revista de pesquisa cuidado é fundamental online**. V,7, n.2. p.2425-2439, 2015. Disponível em:<
http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3780/pdf_1557>. Acesso em: 22 set. 2017.

PANOBIANCO, M.S.et al. Mulheres com diagnósticos avançado do câncer do colo do útero enfrentando a doença e o tratamento. **Revista brasileira de cancerologia** V.58, n.3, p.517-523, 2012. Disponível em:<
<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/sus-23998>>. Acesso em: 23 set. 2017.

SOUZA, C.Q.S. et al. mulheres com câncer do colo do útero submetidas à radioterapia impressões da consulta de enfermagem. **Revista de enfermagem**. V11, n.4, p.1603-1608, 2017. Disponível em: <
<http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/bde-31205>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MELO, R.O. et al. Leões precursoras de câncer cervical: significado para mulheres em centro de referência no brasil. **Revista de pesquisa cuidado e fundamento online** 7, n. 4, p. 3327-3338, 2015. Disponível em:
http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3993/pdf_1716. Acesso em: 08 out. 2017.

SHANTALA MEDIDA NÃO FARMACOLÓGICA COMO INTERVENÇÃO NA DOR RECÉM- NASCIDO (RN) NO PROCESSO TERAPÊUTICO DA ENFERMAGEM

AUTORAS:

Aniuska Vanessa Coutinho Germano

Bárbara Medeiros De Souza

Mariana Bento

RESUMO: A dor corresponde à sintomatologia referente a patologias, no Recém-Nascido (RN) e possível identificar através das escalas da dor ou pelos gestos apresentados durante avaliação, assim é possível tomar intervenções farmacológicas e não farmacológica as quais são destacadas a pratica da Shantala considerada uma Pratica Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) mediante a regulamentação pela portaria de nº 849, de 27 de março de 2017 nos serviços de saúde. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com o objetivo trazer as contribuições da shantala como medida não farmacológica na dor do Recém-Nascido (RN). Entretanto o profissional de enfermagem pode colocar no seu plano assistencial como intervenção a shantala no alívio da dor RN, levando em consideração conhecimentos e curso que habilite para habilitar outros profissionais e os genitores. Portanto a Shantala não desempenha apenas função no alívio da dor estudos corroboram que, ajuda no processo de deambulação, imunidade e no alívio de estresse.

Palavras - chave: Dor. Recém-nascido. Terapias Complementares.

INTRODUÇÃO: Os seres humanos podem ser acometidos pela dor que compromete seu estado físico, psicológico e sua interação com meio social. Mediante evidência da sintomatologia da dor, os profissionais da área da saúde desempenham papel fundamental na assistência direcionada as crianças e adultos, no alívio da dor respaldado pelo seu código de ética e deontológico (BATALHA, MOTA, 2013). Entretanto a dor é definida como o 5º sinal vital segundo a Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, necessitando dos serviços de saúde organização para melhor compreensão dos profissionais de saúde sobre atenção diferenciada a subjetividade dos usuários (SUNDARIO, DIAS, SANGLARD, 2011). A propósito os recém-nascidos apresentam em sua fisiologia imaturidade do sistema nervoso central onde se tinha concepção que eles não sentiam dor, mas com a evolução dos estudos foi possível comprova no meio científico que os recém-nascidos e as crianças pré-termo podem apresentar gestos ao sentir a dor (FILISBINO et al., 2012). Atualmente no meio assistencial existem as escalas da dor, ferramenta que possibilitam avaliação precisa sobre os aspectos fisiológicos, comportamentais quem podem ser associados as causas internas e externas, tendo em vista que mediante esta avaliação e os conhecimentos dos profissionais de enfermagem é possível toma medidas específicas para o alívio da dor no RN (RAMOS et al., 2014). Batalha, Mota (2013), trazem no seu estudo sobre a importância da massagem como medida de alívio da dor no RN, porque esta técnica restabelece os sistemas neurológicos, intestinal e cardiológico nesse aspecto com os movimentos da massagem estimular a circulação sanguínea promovendo aumento do tônus muscular. Nessa perspectiva surgiu a Shantala que tem como benefício no organismo dos RN além do alívio da dor, contribui para o vínculo emocional entre mãe e filho

(BARBOSA et al., 2011). Morreira, Duarte, Carvalho (2011) corroboram que, a prática da Shantala começou ser descrita através do obstetra francês Frédérick Leboyer que durante sua viagem a ocidente tomou conhecimento sobre a técnica e benefícios no RN, durante seu retorno ao ocidente começou a divulgar a importância da massagem. Historicamente a Shantala e de origem da Índia desenvolveu na região de Kerala, com o contexto de tradição de mãe para filha sendo orientada pelos monges (FILISBINO et al., 2012). Recentemente no Brasil a Shantala passou ser incorporada nos serviços de saúde por meio da nova portaria de nº 849, de 27 de março de 2017 que regula as Práticas Integrativas Complementares na Saúde (PICS) (BRASIL, 2017). De acordo com a pesquisa realizada na base de dados sobre as Práticas Integrativas Complementares na Saúde (PICS) sobre a importância da Shantala no alívio da dor no RN, formulou-se a seguinte questão de pesquisa Qual a importância da prática da Shantala no alívio da dor do RN? Objetivo do presente estudo e descrever importância da prática da Shantala no alívio da dor do RN. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, pesquisada na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), nas revistas LILACS e BDENF no período de julho a agosto de 2017, como norteadores para busca de artigos científicos foram utilizados os seguintes descritores Massagem, Dor, Recém- Nascido e Terapias Complementares. Durante a pesquisa foram utilizados critérios de inclusão os quais seguiu; texto completo, língua portuguesa, artigos científicos com publicação entre os anos 2011-2017. Para o critérios de exclusão foram empregados texto incompleto, idiomas espanhol e inglês, artigos publicados com inferioridade a 5 anos que não correspondiam os objetivos proposto pela pesquisa. Foram encontrados 13 artigos científicos após a leitura apenas 8 artigos foram selecionados, 1 Manual do Ministério da Saúde e Portaria estabelecida pelo Ministério da Saúde das Novas Práticas Integrativas e Complementares na saúde (PICS). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao longo do contexto histórico da cultura oriental o cuidado embasado com terapias convencionais atualmente tem evidência científica que comprovam o alívio da dor promovendo melhoria no estado físico e psicológico do usuário (BATALHA, MOTA, 2013). A dor é considerada subjetiva, detalhe e possível relacionar que quando não adotadas medidas para aliviar esta dor, surgir às alterações dos sistemas que compõem a fisiologia do corpo humano (FILISBINO et al., 2012). Elias et al., (2016) corroboram sobre as dificuldades dos profissionais de saúde para intervir no processo da dor principalmente no RN que não consegue relatar. Para avaliação da dor no RN o profissional enfermeiro pode levar alguns critérios importantes com as expressões faciais, movimentos da sobrancelha, aprofundamento do sulco naso labial, atividade motora e os olhos fechados de forma apertada (SUNDARIO, DIAS, SANGLARD, 2011). Entretanto o recém nascido exigir da família cuidados especiais, quando se refere ao processo de dor, os responsáveis tomam como medidas de intervenções os fármacos que na maioria dos casos não são prescritos pelo profissional médico, decorrendo a automedicação que causa efeitos adversos ao organismo do RN (RAMOS et al., 2014). Como medida de terapias convencionais a Shantala envolve a sistematização do toque direcionado a epiderme do usuário, nessa camada da pele contêm as sínteses protéicas. O processo de estimulação do toque promove ativação dos linfócitos T que desempenham no organismo a função da imunidade a shantala também contribui dentro do sistema fisiológico a redução dos níveis de catecolaminas aumentando os níveis de endorfina que promovem a sensação de calma e alegria (SOUSA, LAU, CARMO, 2011). Dentre outros benefícios da shantala no organismo do recém- nascido ela exerce ação nos

fortalecimento no vínculo mãe e filho, melhoria nos sistemas cardíaco, imunológico, linfático, digestivo e circulatório. Ajuda na formação e fortalecimento da musculatura esquelética resultando no desenvolvimento da criança como engatamento, deambulação (BRASIL, 2017). Para Filisbino et al., (2012) trazem a importância da aplicação da prática Shantala nos bebês pré-termo que estão submetidos no sistema de terapia intensiva, resultando ganho de peso ponderal, diminuição do estresse e desenvolvimento do sistema neurológico e melhoramento da troca gasosa. Por outro lado é importante salientar para realização da massagem como medida de intervenção no plano terapêutico e necessárias orientações direcionadas para profissionais e familiares, sobre os movimentos, pressão, a duração e a quantidade de repetições (BATALHA, MOTA, 2013). Acrescenta-se que o profissional enfermeiro pode inserir no seu planejamento assistencial a Shantala, mais utilizando orientações para com as genitoras sobre a importância e a técnica como desenvolver no RN (RAMOS et al., 2014). **CONCLUSÃO:** As Práticas Integrativas e Complementares na Saúde (PICS) introduzida no Sistema Único de Saúde (SUS) trouxeram inúmeras contribuições para o processo assistencial nos serviços de saúde. A Shantala nomeada PIC não se trata apenas de uma massagem, envolve o toque na pele, movimentos rítmicos que desempenha vários benefícios no organismo do recém-nascido, principalmente quando se refere à dor. Identificar a dor no RN exige conhecimentos científicos, as escalas que são utilizadas como instrumentos para tomar intervenções e o semblante, gestos e choros, nessa perspectiva exigem dos profissionais de saúde o olhar holístico principalmente nas orientações direcionadas aos pais. A equipe de enfermagem em especial o enfermeiro que passa maior tempo possível com o RN, pode utilizar o mecanismo da shantala como medida não farmacológica na sua sistematização da assistência, levando em consideração sobre os conhecimentos e a técnica da massagem devem ser preconizado desde das orientações do pré-natal na atenção primária a saúde vincule alta complexidade. Os estudos demonstram sobre o alto acometimento de intoxicação medicamentosa relacionada o processo de automedicação ou meios que os profissionais da área da saúde tomam como única intervenção fármacos, sabendo que Shantala e dentre outras PICS são tecnologias leves intervenções que promovem eficácia no plano do cuidado.

REFERÊNCIAS

BATALHA, L. M. da. C; MOTA, A.A.S.C. A massagem na criança com câncer: eficácia de um protocolo. **J Pediatra**, Rio Janeiro, n. 6, v. 89, p. 595-600, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/jped/v89n6/v89n6a13.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2017.

BARBOSA, K. C. et al. Efeitos da shantala na interação entre mãe e criança com síndrome de down. **Rev. Bras Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 21, p. 356-361, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/20023>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA No- 849, DE 27 DE MARÇO DE 2017**, Ministério da Saúde, Brasília, 2017.

ELIAS, L. S. D.T et al. Avaliação da dor na unidade neonatal sob a perspectiva da equipe de Enfermagem em um hospital no noroeste paulista. **Guia Arte Enfermagem**, n. 10, v. 2, p. 156- 161, jul.-dez, 2016. Disponível em:< <http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2016v2/156-161.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FELISBINO, I et al. Contribuições da massagem Shantala aplicada a bebês de uma unidade de terapia intensiva pediátrica. **Ter Man**. n. 10, v. 47, p. 75-80, 2012, Disponível em:< <http://docplayer.com.br/21075437-Contribuicoes-da-massagem-shantala-aplicada-a-bebes-de-uma-unidade-de-terapia-intensiva-pediatrica.html>> Acesso em: 20 jun. 2017.

MOREIRA, N. R. T. L; DUARTE, M. D. B; CARVALHO, S. M. C. R. de. A Percepção da Mãe após Aprendizado e Prática do Método de Massagem Shantala No Bebê. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 15, n.1, p. 25-30, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/9996>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

RAMOS, E. M et al. O uso da massagem para alívio de cólicas e gases em recém-nascidos. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 2, p. 245-50, mar/abr, 2014. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13666>> Acesso em: 20 jun. 2017.

SUDÁRIO, A. A; DIAS, I. M. A.V; SANGLARD,L.R. O enfermeiro no manejo da dor neonatal. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 3, p. 301-309, set./dez. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5180/4907>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SOUZA, N. R. de; LAU, N. da C; CARMO, T. M. D. Shantala Massagem para Bebês: experiência materna e familiar. **Ciência et Praxis**, v. 4, n. 7, p.55-60, 2011. Disponível em:<<http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2208>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO AO PRÉ NATAL DA GESTANTE COM HIV

AUTORES:

Érica Juliana Da Silva
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Maria Cristiana da Silva Souto
Kaline Kelly Avelino Fernandes
Pollyana Cynthia Costa Barros

RESUMO: O número de casos nos últimos dez anos, de gestante vivendo com o Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) vem aumentando consideravelmente. Diante desta problemática, levanta-se a questão norteadora de pesquisa: como se dá o processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal de gestantes vivendo com HIV/AIDS? E objetiva-se a partir da literatura científica pesquisada, descrever o processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal de gestantes vivendo com HIV/AIDS. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa de literatura. A busca de dados ocorreu através da BVS, nas bases de dados SCIELO, LILACS, BDENF, e Manuais do Ministério da Saúde. Os resultados mostram que no pré-natal, o enfermeiro tem que desenvolver ações de promoção a saúde e prevenção aos agravos de mãe/bebê, facilitando assim a prevenção da transmissão vertical. Concluindo que o enfermeiro deve adotar medidas embasadas na educação em saúde, para promover melhores condições para mãe e bom desenvolvimento para o feto.

Palavras - chave: Gestante. HIV. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: Durante a gestação, a mulher passa por momentos de transformação que têm um significado importante na vida dela, caracterizando-se também como um período de mudanças físicas e psicológicas. Nessa fase também ocorrem muitas dúvidas anseios e curiosidades (SOUZA, 2011). A equipe de enfermagem e demais profissionais da saúde têm um papel importante nessa fase, dispondo dos conhecimentos para prestar assistência pré-natal (MARCON, 2011). Portanto para a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos materno infantil, o pré-natal é uma ferramenta melhor utilizada, planejada para assistência ao cuidado da grávida, aonde o enfermeiro poderá acompanhar durante todo período gravídico da mulher, orientando e intervindo para evitar complicações no parto e pós parto (FEITOSA, 2010). Para que o enfermeiro preste assistência adequada no acolhimento à usuária é necessário que tenha conhecimento das condições emocionais, enfrentadas pela gestante, pois a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) é um fator de apreensão e receio para quem vive com o vírus, tornando assim um enfrentamento difícil, se a abordagem inicial não for cuidadosa e cautelosa (BRASIL, 2013). Dessa forma é necessário que o enfermeiro conheça e busque aos dados epidemiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, para atribuir a sistematização do cuidado, acompanhando o tratamento no pré-natal. (BRASIL, 2013). Segundo o boletim epidemiológico publicado de 2000 até junho de 2016, foram notificadas 99.804 gestantes infectadas pelo HIV. No Sudeste 39,8%, na região Sul 30,8%, Nordeste 16,2%, Norte 7,4%, Centro oeste 5,7%. Em 2015, foram identificadas 7.901 gestantes no Brasil, na região Sudeste 31,9%, Sul 29,6%, Nordeste 20,9% Norte 11,8% e Centro Oeste 5,8% (BRASIL, 2016). Sendo

observado um aumento nos últimos dez anos, a taxa foi de 2,1 casos/1.000 nascidos vivos, a qual passou para 2,7 em 2015, indicando um aumento de 28,6% (BRASIL, 2016). O vírus do HIV está presente em 127 países, dentre eles no Brasil o número de casos permanece em crescimento acelerado apresentando como faixa etária mais atingida nos homens a que compreende dos 25 aos 39 anos e nas mulheres dos 25 aos 32 anos, com primeiro grau completo e destas 18,57% são adolescentes (ARAÚJO et al. 2015). Uma das principais orientações que o enfermeiro tem que abordar como a cliente infectada é sobre o modo de transmissão, discutir e analisar os seus conhecimentos a respeito do HIV e AIDS. Sabendo que existe um medo e insegurança das mesmas em relação a mito, relacionado ao assunto, e a melhor forma de capacitá-la ao enfrentamento, é conhecendo sobre a infecção adequadamente (BRASIL, 2013). É recomendado que as secretarias de redes municipais e estaduais atribuam medidas para diagnosticar o HIV por meio de testes rápidos, para gestantes e parceiros, essas medidas são de fundamental importância, com o objetivo de prevenir a transmissão vertical, e reduzir a taxa de mortalidade materno e infantil, para um acesso a melhoria e qualidade de vida. (BRASIL, 2013). Nos últimos anos vem apresentando uma mudança no perfil epidemiológico de Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), os casos nas mulheres, em especificamente na idade fértil, e que 90% estão vivendo com aids e não sabem, e que 46% são mulheres. Estende-se que mediante o aumento, considera-se importante a prevenção da transmissão vertical do HIV, que é uma grande preocupação em saúde pública (FONSECA, 2012). Uma das maiores preocupações das mulheres gestantes vivendo do vírus HIV é a transmissão para o seu filho, com isso elas passam a viver limitadas com o cuidado de si, e no meio social, em relação ao preconceito. Aos enfrentamentos e desafios com a própria família. (MACHADO, 2010). Através dessa temática levanta-se a questão norteadora de pesquisa: como a atuação o processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal de gestantes vivendo com HIV/Aids? Diante deste contexto, o objetivo do estudo baseia-se a partir da literatura científica pesquisada, descrever o processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal de gestantes vivendo com HIV/Aids. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo revisão integrativa de literatura, é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a inserção da aplicação de resultados de estudos significativos na prática, pode ser experimental ou não experimental. Um instrumento de práticas baseados em evidências (SILVA, 2013). A busca dos artigos ocorreu no período de fevereiro a outubro de 2017 publicados no ano de 2010 a 2017. Teve como critérios de inclusão, artigos publicados no período dos últimos 7 anos, na íntegra, na língua portuguesa, e os critérios de exclusão, artigos em forma de resumo, repetidos, que não abordasse a temática da pesquisa. Para construção desta revisão integrativa, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção de coleta dos artigos na base de dados eletrônicas, Biblioteca virtual em saúde (BVS), nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), (BDENF), e Manuais do Ministério da Saúde utilizando os seguintes descritores: Gestante, HIV, Enfermagem. Realizando o cruzamento para refinar as buscas com o operador booleano and da seguinte forma: " enfermagem" and " gestante" and " hiv" and " assistência". Resultando em 11 artigos, sendo selecionados no total, 7 artigos que abordaram a temática. A seleção inicial dos artigos foi feita por título e leitura do resumo, seguindo com uma análise dos textos completos para destacar dados sobre a temática, assistência de enfermagem a gestante com HIV. **RESULTADOS E DISCUSSÕES: O processo do trabalho do enfermeiro na atenção básica no que concerne ao pré-natal. O**

processo de trabalho do enfermeiro na atenção básica, consiste na assistência do cuidado qualificado, facilitando o desenvolvimento das políticas públicas, trabalhando a promoção e prevenção, reabilitação, fortalecendo assim a educação em saúde (DUTRA, 2016). Considerando a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS), a educação em saúde é uma tarefa que deveria ser adotada no processo de todos os profissionais, como forma de produção do conhecimento (BRASIL, 2009). Reconhecendo que educação em saúde é um campo de produção de conhecimento, e saberes de práticas sociais é relevado a importância da construção de mudanças necessárias na promoção da saúde, e prevenção dos agravos (BRASIL, 2009). Neste sentido faz parte do princípio da educação as intervenções e ações organizacionais, para aumentar a adesão fortalecendo as políticas públicas, com programas educativos, e enfoque no declínio de agravos. (AZEVEDO, 2014). Neste sentido, é de responsabilidade do enfermeiro ser facilitador de desenvolver essas ações, para preservar e melhorar a qualidade de vida, minimizando riscos (CAMILLO, 2016). Vale ressaltar que nesta luta coletiva, engloba as práticas de humanizar as ações, visando a melhoria de saúde do usuário, família e toda população em geral, é importante também, que o enfermeiro tenha olhar holístico, saiba os problemas da comunidade, para poder planejar, organizar as ações que precisam intervir, muitos são os desafios para ofertar uma assistência qualificada (AZEVEDO, 2014). Nesse contexto, salienta que para melhorar a estratégia da atenção ao cuidado da mulher no período gravídico e puerperal, o MS, instituiu pela portaria nº 1.459, a implantação da Rede de Atenção à Saúde: Rede Cegonha, com o objetivo de fortalecer o princípios básicos do SUS, na integralidade, universalidade e equidade, garantindo uma assistência, estabelecendo protocolo de pré-natal, de risco habitual e de alto risco (BRASIL, 2015). Com relação ao que diz respeito a saúde materno/infantil, especificamente ao período gravídico da mulher, o profissional da enfermagem na atenção básica de saúde, tem o papel de garantir uma assistência voltada a saúde com segurança de que tudo ocorra bem com a mãe e o bebê (CAMILLO, 2016). Referindo-se ao período da gestação do pré-natal, parto, pós parto e puerpério, o profissional da enfermagem na atenção básica de saúde, tem o papel de garantir uma assistência voltada para educar em saúde, capacitando a mulher para um bom enfrentamento as adversidades relacionadas a gestação, assegurando-a de que tudo ocorreria bem. (CAMILLO, 2016). Diante disto o planejando de ações, deve abordar temas importantes para trabalhar no pré-natal, realizando grupo de gestantes, ou visitas domiciliares (se necessário), como: (estimular o aleitamento materno, trabalho de parto, cuidados com o recém-nascido, entre outros) fazendo com que veja a gravidez de forma positiva (CAMILLO, 2016). Com relação ao pré-natal, é caracterizado por uma organização assistencial, com finalidade em zelar e manter a integridade da mulher gestante, do conceito, ao parto, pós parto e puerpério, estabelecendo confiança, para promover melhores condições de saúde para mãe e um bom desenvolvimento do bebê (RODRIGUES, 2011). Para o ministério da saúde o pré-natal significa o período que antecede o nascimento de um novo ser, portanto faz-se necessário que o conjunto de ações sejam empregadas no sentido de promoção a saúde e prevenção, de eventos adversos oferecendo tratamento a possíveis problemas com objetivo de reduzir da mortalidade infantil. Essas ações incluem a responsabilidade e dever, ético e legal do enfermeiro em acolher, e tomar as medidas necessárias para assistência (BARRETO, 2015). Nesta categoria é importante seguir os protocolos fornecidos, no sentido de melhor desempenhar o papel e função do comprometimento do enfermeiro. O protocolo é uma ferramenta

que estabelece, ampara e respalda as normas a serem seguidas, direcionando o enfermeiro para melhor assistência com convicção de suas atribuições (DUARTE, 2014). É competência do enfermeiro na estratégia saúde da família dar assistência e inscrever essa mulher nos programas incluídos pelas secretarias municipais, preconizado pelo Ministério da saúde para reforçar a humanização, norteador pela Política Nacional de Humanização (PHN), para consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) pois geralmente nota-se falhas quando o assunto é humanizar o atendimento, visto que o enfoque é no parto, esquecendo assim o período gravídico, relacionado as consultas de pré-natal na atenção primária ao pós parto (BARRETO, 2015). O enfermeiro deve responsabilizar-se como líder de equipe, produzir uma sistematização ao cuidado de maneira eficiente e eficaz, junto com os demais profissionais. (BRASIL, 2013). Entre as categorias dos profissionais da saúde, o enfermeiro tem papel importante de destaque na atenção e cuidado no pré-natal, por ser preparado para tratar da saúde da mulher, e poder realizar o pré-natal de baixo risco. Como consta no decreto da Lei do exercício profissional nº 94.406/87, o pré-natal de baixo risco pode ser realizado pelo enfermeiro (BRASIL, 2000). Para que o processo gravídico evolua bem, livre o máximo de problemas, existe um complexo de atenção/cuidado, pela própria gestante, familiares e profissionais da saúde. Com visão no atendimento com assistência de qualidade, para que a equipe possa impedir complicações decorrentes da gravidez para mãe/feto (BRASIL, 2007). Faz-se necessário condutas corretas, ampliando os saberes de forma geral nas consultas do pré-natal que devem incluir o apoio de uma equipe multidisciplinar, que possa abordar essa paciente e assim criar vínculos entre usuária e os profissionais. Vale ressaltar que é essencial seguir criteriosamente os manuais do Ministério da saúde, para poder garantir uma assistência de qualidade, com atendimento adequado, humanizado, sendo esse o princípio da força para mudança e melhoria, priorizando o bem estar (BRASIL, 2000). Sendo o pré-natal um período especial, histórico na vida de qualquer mulher, a tomada de decisões do enfermeiro para que corra a assistência bem prestada, é acompanhando e orientando a essa gestante do período inicial da gravidez, até o puerpério (FEITOSA et al., 2010). É aconselhável que seja realizado o teste rápido anti-HIV, com interesse em prevenir a transmissão vertical, do vírus da mãe para bebê no 1º trimestre da gestação, logo na primeira consulta. Preconizado pelo Ministério da saúde (MS), a prática do exame nos primeiros três meses de gestação, porém faz-se necessário a capacitação dos profissionais enfermeiros, para o aconselhamento do pré-teste, e pós-teste (SOARES; et al. 2013). **A atuação do enfermeiro no pré-natal de gestantes vivendo com hiv/aids: potencialidades e dificuldades.** Uma das fragilidades e dificuldades encontradas dos profissionais com as mulheres, é a abordagem inicial, pois falta treinamento em relação ao aconselhamento e autorização do teste rápido. Para poder realizar o exame é importantíssimo que a gestante conheça sua finalidade, qual relevância é quais benefícios trará. Só é necessário que o enfermeiro estabeleça um diálogo a fim de que conheça a vivência, costumes da usuária, grau de escolaridade, utilizando da clareza no diálogo, facilitando o entendimento da mesma. Ela precisa ter confiança, saber que o resultado é confidencial. (BRASIL, 2013). Mediante as ações que precisam ser trabalhadas, são medidas que merecem atenção da equipe, quanto ao acolhimento com a usuária. Ela precisa ter conhecimento de que sendo HIV positiva a importância do tratamento é fundamental, viabilizando a prevenção da transmissão vertical, para assegurar que a infecção não transmitirá para o conceito. (CARVALHO; SILVA. 2014). Nesta perspectiva a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece que a prática do

aconselhamento para testagem anti-HIV é ação imprescindível, para controlar a infecção da mãe e evitar que transmita para o feto. Porém é desenvolvida com muita dificuldade, pelo enfermeiro, tendo em vista que os próprios profissionais não conseguem informar o resultado positivo para gestante (FONSECA, 2012). Com relação ao grande aumento de casos de mulheres/gestantes vivendo com HIV/AIDS torna-se um problema de saúde pública, necessitando de implementações e medidas assistências para diagnosticar a infecção pelo vírus do HIV e aids, para isso é necessário a realização do teste rápido, e teste anti-HIV, seguido do aconselhamento pré e pós teste. (FEITOSA, 2010). Sendo assim, o aconselhamento é uma forma de preparar a mulher antes da realização do exame, No 1º trimestre da gestação pois é uma conduta que compete ao profissional, garantir estabilidade emocional, ajudando a enfrentar o resultado positivo e encoraja-la a realização do tratamento de prevenção a transmissão vertical mãe/feto (FEITOSA, 2010). Neste contexto o aconselhamento é um dos pontos que podem potencializar a atenção ao cuidado, estabelecendo confiança para paciente, propondo questões que facilitem o entendimento, estabelecendo segurança, lugar apropriado para dialogo, preservando a integridade da usuária no que diz respeito a confidência com a paciente, e responsabilizar-se sobre total sigilo profissional (BRASIL, 2007). A adesão da prevenção da transmissão vertical deve ser uma das principais preocupações e cuidado do enfermeiro. A mulher precisa desmistificar os medos para conseguir ter uma gravidez tranquila, conhecendo as intervenções possíveis de prevenir a transmissão ao feto, recebendo apoio emocional, e troca de informações necessárias para encoraja-la, dando apoio de forma holística. Que o aconselhamento seja de fato uma forma de consentir a usuária a realizar o teste, para prevenir a transmissão, e não seja apenas para cumprir demanda de pré-natal (FEITOSA, 2010). Diante do resultado positivo, terá que ser encaminhada para realizar o pré-natal na referência para tratamento, a Atenção Especializada a em DST/aids. Caso o resultado seja negativo, é aconselhado repetir a testagem no 3º trimestre da gestação (BRASIL, 2016). Dessa forma, a melhor maneira de promover uma assistência voltada para promoção a saúde genitora/feto, é fortalecendo as práticas educativas, para sensibilizar, fortalecer e orientar as gestantes, quanto ao papel de cuidar de si e do ser que está gerando. Também constitui em compreender e respeitar a privacidade, às subjetividades de cada uma. (FEITOSA, 2010). Todavia o que facilita, ou dificulta a interação do profissional de enfermagem na atenção a gestante, seja no risco habitual, ou alto risco, é a forma de dedicar-se ao processo de cuidar. O planejamento das ações organizacionais embasa o trabalhar educação em saúde, como foco principal de orientar e informar a usuária, garantindo uma assistência continua, voltada para melhoria na qualidade de vida. A eficácia nos resultados, vem quando tem empenhado com eficiência o que lhe compete, para que tudo transcorra sem complicações (BRASIL, 2015). **CONCLUSÃO:** O processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal à gestante vivendo com HIV, deve ser voltado para promoções de ações de prevenção a transmissão do vírus materno/infantil. Nesta perspectiva entende-se que para garantir um bom desenvolvimento e assistência qualificada, voltada para o bem estar da mãe e bom desenvolvimento do feto, prevenindo a transmissão vertical, exige-se que o enfermeiro desenvolva as relevantes ações de intervenções, seguindo os protocolos e o que é padronizado pelo Ministério da Saúde. As Redes de Atenção à Saúde, como a Rede Cegonha, estabelecendo como base os princípios do SUS, favorece ao acolhimento e busca vencer os desafios, melhorando a qualidade de vida, da gestante e do concepto.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E.D.C et al. Avaliação da abordagem médica em gestantes HIV positivas. **Revista Paranaense de medicina**. v.4, n.2, abr-jun 2015.
- AZEVEDO, I.C.D. et al. Compartilhando Saberes através da educação em saúde: interface do estágio. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. 2014 jan./abr.; v. 4, n.1. 1048-1056.
- BARRETO, C.N. et al. O Sistema único de Saúde que dá certo: ações de humanização no pré-natal. **Revista gaúcha de enfermagem**. v.36, p. 168-176. 2015.
- BRASIL. Ministério da saúde. Saúde da mulher. **Assistência Pré-natal: manual técnico**. Brasília/DF, 2000 Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.
- _____. Ministério da saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. **Departamento de DST, AIDS e HEPATITES VIRAIS**. Manual técnico para diagnóstico de infecção pelo hiv. Brasília, dez/2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_diagnostico_infeccao_hiv.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.
- _____. Ministério da saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de hiv, sífilis e hepatites virais**. Brasília/DF, 2015 Disponível em: <file:///C:/Users/T%C3%82NIA%20E%20ROBSON/Downloads/pcdt_transmissao_vertical_miolo_pdf_67895.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.
- CAMILLO, B.S.et al. Ações de educação em saúde na atenção primária a gestantes e puérperas: revisão integrativa. **Revista de enfermagem UFPE**. Recife v.10, n.6, p.4894-4891. dez, 2016.
- DUARTE, S. J.H; ALMEIDA, E.P.D. O papel do enfermeiro do programa saúde da família no atendimento pré-natal. **Revista de enfermagem do centro oeste mineiro**. v.4, n.1, p. 1029 - 1035. Jan./abr., 2014.
- FEITOSA, J.A. et al. Aconselhamento ao pré-teste anti-HIV no pré-natal: percepções da gestante. **Revista de enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, 2010 out./dez. v.18, n.4, p. 559-564.
- FONSECA, P. L.; IRIART, J.A.B Aconselhamento em DST/Aids às gestantes que realizaram o teste anti-HIV na admissão para o parto: os sentidos de uma prática. **Interfase-Comunicação, Saúde, Educação**. Bahia. v.16, n.41, p.395-407, abr./jun. 2012.

LIMA, C.T.D.D. et al. Manejo Clínico da gestante com hiv positivo nas maternidades de referência da região Cariri. **Escola Anna Ney**. v.14, n.3, Rio de Janeiro, jul/set. 2010.

MACHADO, A.G. et al. Análise compreensiva dos significados de estar gestante e ter AIDS. **Revista Rene**. Fortaleza. Ceará. Abr/jun 2010. v.11, n.2, p. 79-85.

RODRIGUES, E.M; NASCIMENTO, R.G.D; ARAÚJO, A. Protocolo na assistência pré-natal: ações facilitadas dos enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família. **Revista Escola de Enfermagem USP**. v.45, n.5, p.1041-1047. São Paulo, 2011

SOARES, M.D.L. et al. Preditores do desconhecimento do status sorológico de HIV entre puérperas submetidas ao teste rápido anti-HIV na internação para o parto. **Ciência saúde coletiva**. v.18, n.5, Rio de Janeiro, maio.2013

VIANA, R.B. et al. Vivências de gestantes soropositivas em relação à assistência de enfermagem: estudo descritivo. **Ciência cuidado saúde**. v.12, n3, jul/set. 2013
Disponível: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publiccoes/61testes_rapidos.pdf>
Acesso em: 20 fev. 2017. Disponível em:
<<http://www.multiresidencia.com.br/site/assets/uploads/kcfinder/files/REDE%20CEGONHA.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

AS PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS QUE ACOMETEM A POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL: O CUIDADO DO ENFEMEIRO

AUTORES:

Ana Luziene Tarquino da Silva
Ana Paula Leite Franca
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Ligian Batista de Lima
Maria Helena Medeiros da Silva
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: Objetiva-se é identificar quais os cuidados de enfermagem são realizados em pacientes idosos acometidos por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor, sendo utilizados apenas 09 artigos. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** as principais doenças crônicas não transmissíveis que mais acometem a população idosa no Brasil são doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes mellitus e neoplasias a insuficiência renal crônica. É notória a necessidade de se investir em programas na atenção primária voltados para atenção à saúde do idoso já que é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). **CONCLUSÃO:** Nota-se a necessidade dos profissionais de enfermagem se qualificar para assim prestar um cuidado de qualidade para a população idosa prevenindo possíveis agravos à saúde.

Palavras – chave: Doença crônica. Idoso. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: Nos últimos anos, o Brasil tem passado por transformações devido ao seu processo de industrialização e urbanização o que refletiu diretamente na história social, econômica e cultural do país, produzindo assim um cenário de desigualdade social. Essas mudanças teve um impacto na saúde da população com o aumento das doenças crônicas (OLIVEIRA-CAMPOS, 2013). O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem ganhado maior importância nos países que estão em desenvolvimento. No Brasil o crescimento da população idosa é cada vez mais relevante tanto em termos proporcionais quanto em termos absolutos. As consequências do aumento desta população já estão sendo percebidos nas demandas sociais, na saúde e na previdência (BRASIL, 2013). As doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são de origem multifatoriais que se desenvolvem ao longo da vida e são de longa duração. Sendo assim, consideradas como um grave problema de saúde pública já que são responsáveis por 63% das mortes no mundo em 2008 segundo OMS. No Brasil as DCNTs foram a causa de morte de 72,6 % no ano de 2013 (BRASIL, 2013). Devido ao aumento da longevidade há uma preocupação com as condições de saúde do idoso o que tem motivado o desenvolvimento de muitas pesquisas na área. Essas pesquisas são de

extrema relevância, pois direcionam políticas públicas que tem como objetivo atender as necessidades da população idosa em nosso país (PIMENTE, 2015). A população idosa apresenta demandas em relação aos demais grupos prioritários, pois necessitam dos serviços de saúde com maior frequência. Sendo assim os profissionais de enfermagem devem estar preparados para prestar um cuidado de qualidade que supra as necessidades desse público, como por exemplo, planejar e programar ações, estimular a sua autonomia, e que desenvolva suas atividades de vida diárias e está apto a lidar com questões do processo de envelhecimento (DIAS, 2014). O cuidado em enfermagem a pessoa idosa deve ir além das suas habilidades técnicas e científicas. É necessário que as ações de enfermagem sejam voltadas para suprir as necessidades do processo do envelhecimento fisiológico e patológico (TRENTINI, 2008). A enfermagem é responsável por elaborar um plano de cuidados de forma individualizada ou coletiva que ajude as pessoas idosas a envelhecer de forma saudável. É essencial que enquanto enfermeiro desenvolva sua conduta levando em consideração os fatores sociopsicocultural, para assim transformar a realidade desse público a partir de um olhar holístico (FRANZEN, 2007). O profissional de enfermagem deve utilizar-se da comunicação de forma terapêutica para aprender a lidar com os medos, dúvidas e insegurança, pois é muito importante saber ouvir o idoso já que há uma limitação na sua capacidade física, auditiva e verbal, nesse sentido a enfermagem deve expressar interesse para ouvir e compreender o idoso e assim pode lhes transmitir informações de maneira adequada que contribua para seu processo de envelhecimento (DIAS, 2014). Observou-se que a falta de conhecimento sobre as principais doenças crônicas não transmissíveis que afeta a população do Brasil, por parte dos profissionais de enfermagem podem acarretar vários problemas, pois os profissionais apresentam certa fragilidade para acompanhamento da população idosa. Assim sendo, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os cuidados de enfermagem são realizados em pacientes idosos acometidos por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil? Observou-se que devido à transição demográfica da população idosa faz-se necessário identificar as principais doenças crônicas não transmissíveis que acometem a população idosa do Brasil. Para que os profissionais de enfermagem possam intervir no processo de saúde-doença melhorando a qualidade de vida dessas pessoas já que somos disseminadores de informações para que assim consigamos transformar realidades. Portanto, o objetivo do estudo é identificar os cuidados de enfermagem realizados em pacientes idosos acometidos por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil? **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa o qual tem como função reunir e sintetizar o conhecimento sobre uma determinada temática proposta a partir de critérios e etapas bem definidas (SOUZA, SILVA, CAVARLHO, 2010). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos e análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Doenças crônicas, idoso, enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and

combinados da seguinte forma: Doenças crônicas and idoso, doenças crônicas and enfermagem. Durante a busca foram encontrados 2.346 artigos após o refinamento 11 artigos sendo utilizados apenas 09. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após leitura dos artigos, foi elaborado o quadro abaixo, com informações quanto ao periódico, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese das principais informações dos artigos, quanto ao periódico, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões. Natal, 2017.

Periódico	Ano de publicação	Título	Tipo/abordagem do estudo	Principais conclusões
Rev. Enferm UFSM	2015	Tecnologias na promoção da saúde de idosos com doenças crônicas na atenção primária à saúde.	Pesquisa exploratória com abordagem quantitativa de caráter descritivo.	As tecnologias utilizadas pelo enfermeiro para a promoção de saúde dos idosos em condição de doença crônica na unidade de saúde.
Rev. Bras Enferm	2015	Produção científica da Enfermagem sobre promoção de saúde, condição crônica e envelhecimento.	Pesquisa integrativa.	Promoção da saúde com pessoas idosas com doença crônica visando as seguintes categorias: o convívio com a doença, as tecnologias do cuidado, e as potencialidades no autocuidado.
Rev Min Enferm	2015	Percepção de idosos acerca das atividades desenvolvidas no hiperdia.	Pesquisa exploratória com abordagem quantitativa de caráter descritivo.	Como o idoso compreender o programa do hiperdia e as atividades desenvolvidas por esse programa.
Rev Cuid	2014	Atividade física em idosos no contexto amazônico.	Relato de experiência de natureza descritiva.	Controle de doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco para implementação de medidas mais efetivas baseadas em evidências científicas.
R. Enferm. Cent. O.	2014	Avaliação da qualidade de vida	Pesquisa exploratória com	Avalia a qualidade de vida de mulheres idosas que

Min.		de mulheres idosas na comunidade.	abordagem quantitativa e descritiva.	dependem do SUS para realiza o tratamento da doença crônica.
R. Enferm. Cent. O. Min.	2013	Assistência de enfermagem prestada à pessoa idosa com hipertensão arterial.	Pesquisa qualitativa com abordagem descritiva.	O estudo visa identificar os cuidados da equipe de enfermagem prestados ao idoso com hipertensão.
Rev Rene.	2012	Diagnósticos de enfermagem do domínio atividade/repous o evidenciados por idosos em tratamento hemodialítico.	Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa.	Orientar o processo de enfermagem no tratamento hemodialítico de forma individual.
Rev Rene.	2014	Qualidade de vida relacionada à saúde de idosos com câncer em tratamento adjuvante.	Pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo descritiva.	O estudo compreender as principais alterações na qualidade de vida da população idosa com câncer.
Cienc Cuid Saude	2010	O fenômeno do câncer na vida de idosos.	Estudo qualitativa, com abordagem fenomenológica.	A pesquisa Identificar o significado atribuído pelos idosos que convivem com o câncer e o sofrimento que carregam ao conviver com essa patologia.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Por meio da leitura e análise dos artigos pesquisados, observou-se que as doenças crônicas não transmissíveis que mais acometem a população idosa no Brasil são as doenças cardiovasculares, diabetes mellitus, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e a insuficiência renal crônica. Além disso, Penha (2015) detectou em sua pesquisa que esses grupos de doenças apresentam alguns fatores de risco em comum como o tabagismo, a falta de atividade física regular, uma alimentação não saudável e o consumo excessivo de bebidas etílicas. Dentro desta perspectiva, pode se inferir que é importante que o enfermeiro saiba detectar estes fatores condicionantes e determinantes para o adoecimento, para que assim o enfermeiro possa planejar cuidados direcionados as necessidades de saúde do idoso acometido por DCNT, já que suas atividades têm como fundamentos a efetivação da integralidade, o estímulo à participação popular, ao controle social, a criação de vínculo, responsabilização e equidade (PENHA, 2015). Com relação à importância da adaptação do idoso e família para o convívio com a doença, Valcarenghi (2015) detectou em seu estudo com idosos que o enfermeiro deve ter o familiar do portador de doença crônica como um aliado para o tratamento do idoso e assim prevenir possíveis complicações da doença. O autor supracitado ainda afirma ser necessária uma atenção especial ao familiar nas ações educativas para que o mesmo saiba como conviver com a doença dando apoio e orientações em especial na consulta de enfermagem. Para que estas orientações educativas sejam dadas, a enfermagem

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

pode utilizar-se de tecnologias do cuidado voltadas aos idosos e familiares, como a elaboração de material com informações escritas e ilustrativas, no intuito de melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. Outro aspecto relevante é o estímulo à participação ativa do idoso no seu autocuidado. O familiar é quem acompanha e compartilha toda a evolução, os conflitos e angústia relacionada às doenças, sendo desta forma, peça fundamental nesse processo de enfrentamento da doença (VALCARENGHI, 2015). Assim, os profissionais da equipe de enfermagem devem atuar não somente nas orientações educativas como também em outras práticas não medicamentosas como ouvindo as histórias de vida de cada idoso, os limites e as possibilidades de mudanças de hábitos de vida. Todas estas terapêuticas demandam tempo, competência e a escuta ativa, para aplicação de uma estratégia efetiva que contribua para o controle e a prevenção de agravos da doença e, portanto, para a adesão ao tratamento. A criação de grupos com os idosos para o incentivo à prática de exercícios físicos regularmente é muito importante e resulta em vários benefícios como, o controle do peso corporal, integração social, fazer novas amizades, e ao realizar atividades físicas e educativas com pessoas da mesma idade podem conviver com pessoas que tem os mesmos problemas de saúde e trocar experiências (SOUSA, SILVA, ANDRADE, 2014). Ainda com relação à atividade física, esta deve ser praticada regularmente, o que pode diminuir o risco ou a evolução de doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais, problemas hipertensivos, diabetes, osteoporose, câncer, ansiedade e depressão, melhorando assim a qualidade de vida. Segundo estudos sobre esta temática, o controle metabólico rigoroso quando associado a medidas preventivas e curativas são capazes de prevenir ou retardar as complicações crônicas do diabetes mellitus, o que resulta em uma melhor qualidade de vida por meio de mudanças no estilo de vida do idoso para controlar essa patologia (SANTOS, CUNHA, 2014; SOUSA, SILVA, ANDRADE, 2014). Pedroni (2013) detectou em sua pesquisa com idosos acometidos por DCNT que um fato de dificuldade o cuidar de enfermagem a estes idosos foi a falta de orientações em relação à medicação por parte da equipe de enfermagem sobre a hora certa de tomar a medicação. Essa informação é importante, pois ao controlar a pressão arterial eles tendem a seguir corretamente o tratamento medicamentoso. No que diz respeito a insuficiência renal crônica, esta condiciona a pessoa idosa a limitações físicas ou incapacitantes. As alterações físicas e psicológicas secundárias à uremia induzem os pacientes com doença renal crônica ao sedentarismo, o que, conseqüentemente, influenciará negativamente as doenças cardiovasculares, a capacidade funcional e a qualidade de vida. Assim, assistência de enfermagem a pessoa idosa em tratamento hemodialítico é de fundamental importância já que essa doença interfere nas suas atividades e repouso (FERNANDES, 2012). Ressalta-se ainda que, para que o cuidar de enfermagem seja executado, é de valia a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) onde são implementadas intervenções específicas à população idosa em tratamento nos diferentes cenários de prática de atenção à saúde promovendo, especialmente, melhora em sua qualidade de vida. Porém, a implementação da SAE consiste em um desafio, pois requer um planejamento resolutivo somado a capacitação de enfermeiros para atender a população idosa, utilizando-se para isso de ações contínuas que minimizem os fatores determinantes envolvidos na sua ocorrência (FERNANDES, 2012). Ainda com relação à implementação de intervenções específicas na população idosa, Penha (2015) detectou em sua pesquisa que, dentre as principais estratégias utilizadas pelos enfermeiros para a promoção e prevenção da saúde, é possível listar as visitas

domiciliares, busca ativa, reuniões de grupos de idosos hipertensos e diabético. Além destas estratégias, o enfermeiro deve realizar o rastreamento dos pacientes acometidos por DCNT com utilização de verificação de glicemia capilar com glicosímetro, utilização de tensiômetro para verificação da pressão arterial, palestras educativas e dinâmicas, bem como as rodas de conversa. De acordo com SANTOS (2013), as doenças pulmonares atingem principalmente a população do sexo masculino sendo esse fato justificado pela maior prevalência do consumo do tabagismo entre os homens. Com relação à incidência das doenças pulmonares, estas são responsáveis por cerca de 18% das internações, e a insuficiência cardíaca por aproximadamente 12,28% das internações. Com relação ao câncer na população idosa, este vem apresentando maior incidência, principalmente devido ao próprio processo de envelhecimento biológico e a exposição por longos períodos a agentes patogênicos. Além destes agentes, outros fatores contribuem para o aparecimento do câncer no idoso como, por exemplo, químicos, físicos, biológicos, fatores genéticos e determinados pelo estilo de vida. Estes podem agir em conjunto ou em sequência desencadeando o processo de carcinogênese (SOARES, SANTANA, MUNIZ, 2010). Ainda com relação ao paciente oncológico o mesmo busca na religiosidade uma forma de enfrentar a doença na tentativa de minimizar a dor física e espiritual causada pelo tratamento. O tratamento interfere significativamente na sua qualidade de vida já que quando são submetidos ao tratamento terapêutico sentem uma maior necessidade de repouso o que interfere no desempenho das suas atividades de vida diárias (TONETI, 2014). Sendo assim, a falta de exercícios associada a uma alimentação pouco saudável são responsáveis pelo desenvolvimento de algumas patologias como, por exemplo, o câncer o que contribui para o aumento da morbidade, mortalidade e incapacidade. Combater o sedentarismo é fundamental, pois retarda o processo fisiológico e biológico do envelhecimento sendo uma importante forma de prevenção de DCNT (SOUSA, SILVA, ANDRADE, 2014). **CONCLUSÃO:** Com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, nota-se a necessidade da preparação e adequação dos serviços de saúde, com o objetivo de melhorar a formação profissional para prestar uma assistência de enfermagem de qualidade e conseqüentemente atender a essa nova demanda. Já que as DCNT são responsáveis pelas principais causas de óbitos e incapacidade, é notória a necessidade de se investir em programas na atenção primária voltados para atenção à saúde do idoso já que é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Nos artigos pesquisados nota-se a necessidade dos profissionais de enfermagem se qualificar para obter conhecimentos sobre o processo de envelhecimento. Deve ser uma prioridade a criação de políticas públicas que tenha como alvo a população idosa com intuito prevenir o aparecimento das doenças crônicas e assim promover a educação em saúde o que resultará na redução dos gastos com as hospitalizações e assim combater possíveis agravos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. Ministério da Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013,70p.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas área técnica de Saúde do idoso. **Cartilha do Idoso**, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis**. Agosto 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/671-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/14125-vigilancia-das-doencas-cronicas-nao-transmissiveis>>. Acesso em: 07 set. 2017.

DIAS, Kalina Coeli Costa de Oliveira et al. O cuidado de enfermagem direcionado para a pessoa idosa: revisão integrativa. **Rev. enferm. UFPE. on line**, v.8, n.5, p.1337-1346.2014.

FERNANDES, Maria das Graças Melo et al. Diagnosticos de enfermagem do domínio atividade/ repouso evidenciados por idosos em tratamento hemodialítico. **REV. Rene**. v.13, n.4, p.929-937, 2012.

FRANZEN, Elenara et al. Adultos e idosos com doenças crônicas : implicações para o cuidado de enfermagem. **Rev. HCPA**. v.27, n.2, p.28-31.2007.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Secretaria de Educação a distancia. Ed. UFRGS, [201-?].

OLIVEIRA-CAMPOS, Maryane et al. Impacto dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis na qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.1, n.3, p.873-882, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2489.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PEDRONI, Gheisiane Anício Moraes et al. Assistencia de enfermagem prestada à pessoa idosa com hipertensão arterial. **K. enferm. cent. O. Min**. v.3, n. 2, p.662-669. 2013.

PENHA, Ana Alinne Gomes da et al. Tecnologias na promoção da saúde de idosos com doenças crônicas na atenção primária à saúde. **Rev. Enferm UFSM**. v.5, n,3 p.406-414. 2015.

PIMENTA, Fernanda Batista et al. Fatores associados a doenças crônicas em idosos atendidos pela Estratégia de Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n.8, p.2489-2498, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2489.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

REIS, Karine Marques Costa dos; JESUS, Cristine Alves Costa de. Coorte de idosos institucionalizados: fatores de risco para queda a parti do diagnósticos de enfermagem. **REV. Latino-Am. Enfermagem**. v.23, n.5, p.1130-1138.2015.

SANTOS, Gerson Souza; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Avaliação da qualidade de vida de mulheres idosas na comunidade. **R. enferm.** Cent. O. Min. v.4,n2, p.1135-1145. 2014.

SANTOS, Vilma Constancia Fiorante dos et al. Perfil das internações por doenças crônicas não transmissíveis à atenção primária em idosos da metade sul do RS. **Rev. Gaúcha enferm.**v.34,n.3, p.124-131.2013.

SOARES, Lenícia Cruz; SANTANA, Maria da Glória; MUNIZ, Rosiani Manfrin. O fenômeno do câncer na vida de idosos. **Cienc Cuid Saude.**v.9,n.4,p.660-667.2010.

SOUSA, Falianne de Jesus Dias de; SILVA, Maria do Perpetuo Socorro Carvalho da; ANDRADE, Fabiana do Socorro Dias de. Atividade física em adulto no contexto amazônico. **REV. CUID.** V.5, n.2, p.792-798.2014.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é? E como fazer?. **Einstein**, 2010; 8 (1Pt1):102-6 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102>. Acesso em: 31 set. 2017.

TRENTINI, Mercedes et al. Cuidado de enfermagem as pessoas em condições crônicas: concepção de profissionais de enfermagem recém formados. **Texto contexto enferm**, v.1, n.4, p.665-671, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/06.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2017.

VALCARENGHI, Rafaela Vivian et al. Produção científica da enfermagem sobre promoção da saúde, condição crônica e envelhecimento. **Rev. Bras Enferm.**v.68, n.4, p.705-712, 2015.

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA REALIZAÇÃO DO PRÉ- NATAL

AUTORES:

Erilene Cassia da Silva

Rafaela Costa de Medeiros Moura

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da assistência de enfermagem na realização do pré-natal. **METODOLOGIA:** O estudo realizado foi do tipo revisão integrativa, a pesquisa ocorreu do período de abril a outubro de 2017, com a busca de artigos publicados no período de 2003 a 2017, por meio das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumo e carta ao editor. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** No decorrer deste trabalho foi possível perceber nos artigos encontrados a importância das ações de enfermagem na educação em saúde, destacando pontos importantes como: o acolhimento na consulta de enfermagem, esclarecendo os direitos que a gestante exerce durante e após seu período gestacional, assim como o aleitamento materno exclusivo e o direito ao acompanhante. Destacando também a influência que o enfermeiro especialista exerce nas consultas de pré-natal. **CONCLUSÃO:** Os artigos desta pesquisa mostram que foi possível analisar que os mesmos falam mais do cuidado assistencial nas ações de educação em saúde, sendo pouco discutido sobre as técnicas assistências de enfermagem como forma do cuidar. Desse modo espera-se que por meio desta pesquisa, o profissional enfermeiro venha desenvolver sua capacidade de exercer sua função profissional.

Palavras - chave: Assistência de enfermagem. Pré-natal e Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A Unidade Básica de Saúde (UBS) deve ser a porta de entrada preferencial da gestante no sistema de saúde. Trata-se do ponto de atenção estratégico para melhor acolher suas necessidades, inclusive proporcionando um acompanhamento longitudinal e contínuo principalmente durante a gravidez (BRASIL, 2000). Segundo Brasil (2012), a atenção no planejamento familiar contribui para a redução da morbimortalidade materna e infantil na medida em que diminui o número de gestações não desejadas e de abortamentos provocados; diminui o número de cesárias realizadas para fazer ligadura tubária; diminui número de ligadura tubária por falta de opções de acesso a outros métodos anticoncepcionais. Este planejamento familiar também contribui em aumentar o intervalo entre as gestações o que colabora para diminuir a frequência de bebês de baixo peso e para que eles sejam adequadamente amamentados; possibilita planejar a gravidez em mulheres adolescentes ou com patologias crônicas tais como: diabetes, cardiopatias, hipertensão e portadoras de HIV (BRASIL, 2012). Com relação ao acompanhamento pré-natal, este deve assegurar o desenvolvimento da gestante, permitindo o parto de um recém-nascido saudável, sem impacto para a saúde materna, inclusive abordando aspectos psicossociais e as atividades educativas e preventivas (RIOS, VIEIRA, 2007). Para Nagahana e Santiago (2008) e Tornquist (2003) o enfermeiro é um dos profissionais que atuam no

acompanhamento pré-natal responsável por promover uma escuta acolhedora das mulheres parturientes frente as inseguranças, a dor e o respeito às diferentes formas de vivências e de expressões. Assim, a assistência de enfermagem no acompanhamento pré-natal deve ocorrer de forma humanizada e de qualidade. No entanto, para Brasil (2012), a consulta de enfermagem é uma atividade independente, realizada privativamente pelo enfermeiro e tem como objetivo proporcionar condições para a promoção da saúde da gestante e a melhoria na sua qualidade de vida, mediante uma abordagem contextualizada e participativa. As ações de saúde devem estar voltadas para a abertura de toda população-alvo da área de abrangências das unidades de saúde, assegurando continuidade no atendimento, acompanhamento e avaliação dessas ações sobre a saúde materna e perinatal (BRASIL, 2000). Rios e Vieira (2007), diz que aparentemente está vendo uma falha nas ações educativas durante o pré-natal, pois parece paradoxal que a mulher ao passar por uma gestação sem complicação e enfrentando o pré-natal, chegue ao último mês demonstrando falta de conhecimento sobre alterações advindas da gravidez e despreparo para vivenciar o parto. Pensando nesse contexto, este estudo foi realizado no intuito de aprofundar os conhecimentos acerca do cuidado primordial da gestante em seu pré-natal, enfatizando as ações que a favoreçam seu cuidado e bem-estar em geral. Assim, a partir de vivência enquanto gestante durante o acompanhamento pré-natal e, durante estágios da graduação em enfermagem, foi possível perceber como as orientações dadas pelo enfermeiro as gestantes ainda são insipientes. Com isso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da assistência de enfermagem na realização do pré-natal? Para isso se faz necessário que às ações educativas desenvolvidas pela enfermagem sejam claras, amplas e sistemáticas, de forma a aproximar essa relação de cuidado entre a enfermagem e a gestante na unidade de saúde, identificando os riscos maternos e fetais no decorrer da gravidez e favorecendo a humanização no período do pré-natal. Diante do exposto, este estudo tem como objetivo discutir a importância da assistência de enfermagem na realização do pré-natal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa o qual é uma das mais amplas abordagens metodológicas referentes às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado (TAVARES, DIAS et al., 2010). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleções das questões temáticas, coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A pesquisa ocorreu do período de abril a outubro de 2017, com a busca de artigos publicados no período de 2003 a 2017, por meio das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores em ciências da saúde (DeCS) utilizados na pesquisa foram: Assistência de enfermagem, Pré-natal e Enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem and pré-natal, enfermagem and pré-natal, pré-natal or assistência de enfermagem, pré-natal or enfermagem. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumo e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste

estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quando à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Após leitura dos artigos, foi elaborado o quadro abaixo, com informações quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese das principais informações dos artigos, quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões. Natal, 2017.

Base de dados	Ano de publicação	Título	Tipo/abordagem do estudo	Principais conclusões
Scielo	2007	Ações educativas no pré-natal: Reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para a educação em saúde.	Avaliação Qualitativa	É preciso que os profissionais de saúde busquem realizar atividades que melhore à saúde física, mental e emocional da mesma durante seu pré-natal.
Scielo	2016	Expectativas de gestantes sobre o parto e suas percepções acerca da preparação para o parto.	Qualitativo, Descritivo e Explicativo.	Existe um despreparo físico, emocional e psicológico das gestantes diante o parto, pois existe a falta de esclarecimento e informação sobre momento do parto.
Scielo	2013	Atendimento pré-natal na ótica de puérperas: da medicalização à fragmentação do cuidado.	Qualitativa, do tipo descritivo.	O estudo revela a importância do cuidado assistencial do pré-natal, abrangendo assim a sistematização do cuidado gestacional-puerperal.
Scielo	2014	Conhecimento de puérperas sobre amamentação exclusiva.	Estudo descritivo e abordagem qualitativa.	É preciso perceber a falta de interesse por parte das puérperas na amamentação exclusiva. O profissional enfermeiro precisa de estratégias que assegure amamentação.

Scielo	2014	Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas.	Estudos descritivos de abordagem qualitativa.	A importância da educação em saúde no período pré-natal, tais ações, ajuda no processo informativo havendo uma interação na comunicação entre o profissional de saúde e a gestante.
scielo	2014	Representações da enfermeira obstetra na perspectiva da mulher grávida.	Qualitativo Descritivo	A enfermeira especialista em obstetrícia desempenha um papel fundamental de relação afetiva com a gestante, Dando-lhe segurança e autonomia em seu autocuidado
Scielo	2003	Paradoxos da humanização em uma maternidade no Brasil.	Estudo de observação	Há uma diferença no modelo assistencial entre as gestantes, onde elas retêm seus direitos de expressões no qual parece estar desatento a diferença sociocultural entre elas.
Scielo	2008	Práticas de atenção ao parto e os desafios para a humanização de cuidado em dois hospitais vinculado ao Sistema de Saúde município da região.	Exploratório descritivo	É primordial para a gestante uma assistência humanizada tendo como princípio básico a atenção, o cuidado e qualificação por parte dos profissionais nos serviços de saúde.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A assistência de enfermagem realizada no pré-natal oferta todo apoio necessário para a gestante e o feto que está sendo gerado em seu ventre. Assim, Rios e Vieira (2007) ressaltam que é durante o pré-natal que a gestante deverá ser ouvida, e que esta consulta de enfermagem não deve ser apenas preventiva e informativa, mas acolhedora, deixando a mesma expressar seus sentimentos, seus medos, suas alegrias e suas dúvidas. Desse modo à enfermeira irá conhecê-la melhor identificando seus pontos positivo e negativo, prestando a gestante um cuidado adequado, saudável e positivo de forma a prepara-la para a chegada de mais um integrante da família. Cabral et al. (2013) e Marculino et al. (2014) inferem que, o enfermeiro deve expressar seu papel de cuidador e educador quando transmite seus conhecimentos e saberes nas ações educativas em saúde transmitindo um novo

olhar transformador atentado as necessidades e expectativas das usuárias durante o pré-natal e assim agindo na promoção de saúde, prevenção de intercorrência, diminuindo a insegurança que possam estar presente durante o período gravídico-puerperal e no processo contínuo do cuidado no acompanhamento de profissionais qualificado. Para Guerreiro (2014) o enfermeiro deve aproveitar todos os momentos ao decorrer das consultas de enfermagem no pré-natal, estimulando as gestantes a interagir entre si para que haja troca de experiências relacionadas às gestações, de forma a deixa-las mais seguras a vivenciar a maternidade. Assim o profissional enfermeiro deve oferecer uma assistência adequada ao cuidado da gestante impedindo barreiras que dificultem a implantação de um cuidado humanizado e a atenção ao parto e o puerpério na atribuição de seus direitos (TORNQUIST 2003; NAGAHAMA, SANTIAGO, 2008). Martins e Remoaldo (2014) inferem em seus estudos que, apesar do enfermeiro generalista estar habilitado para a realização do acompanhamento pré-natal, o enfermeiro obstétrico é o profissional mais preparado a desenvolver os cuidados durante a assistência ao pré-natal devido ao seu preparo e qualificação, pois além de potenciar a saúde da gestante, ele detecta e trata possíveis complicações promovendo bem-estar materno-fetal. Nesse contexto o enfermeiro obstétrico realiza uma atenção individualizada e humanizada a cada cuidado específico desenvolvendo seu conhecimento e sua capacidade de exercer. Dentro desta perspectiva é possível inferir que, para a enfermeira especialista em obstetrícia, por ter um conhecimento específico, faz uma relação afetiva de aproximação com a gestante de forma a ajudar, atribuindo sua competência e saber, trazendo uma importância na sistematização da assistência de enfermagem, onde a implementação e intervenções de cuidado assegure o nascimento da criança (MARTINS, REMOALDO, 2014). Dentre as intervenções de cuidados de enfermagem realizadas no pré-natal, o incentivo ao aleitamento materno exclusivo deve ser a intervenção principal, pois ele está entre os cuidados primordiais de prevenção as infecções e a mortalidade infantil. Diante disso, Martins e Remoaldo (2014) ressaltam que o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade traz múltiplo benefícios para a saúde da mulher, do bebê e para a sociedade e esta orientação deve ser ofertada a gestante desde o pré natal. Ainda sobre esta temática, em uma pesquisa realizada por Torquist (2003) foi detectada a satisfação de algumas parturientes no desejo de amamentar, as quais foram incentivadas pelos profissionais enfermeiros que se dedicam em um só objetivo o aleitamento materno exclusivo. Porém há uma grande resistência em parte das mulheres nessa concordância, pois nem sempre esse desejo resulta num momento prazeroso ou bem-sucedido, assim o autor traz também relatos de mulheres com experiência de outras gestações no qual relembra o drama, cheios de dores e fissuras, mostrando sua insatisfação de amamentar. Diante disso, ver-se que há uma real necessidade de alerta, onde existe o direito dos dois lados, trazendo uma atenção diferenciada, em que o bebê tem o direito de receber o leite materno no qual é rico em nutrientes, como também o direito da mãe como dona de seu corpo decidir amamentar, tais situações de dificuldade e conflitos na amamentação remete a uma reflexão importante para o profissional de enfermagem trazendo nesse momento um olhar humanizado para tal ocasião (TORQUIST, 2003). Silva e Waterkemper et al. (2014), destacam uma falha vivenciada em um estudo realizado o qual revelou que gestantes não tinham conhecimento sobre a importância do aleitamento materno exclusivo, e a falta de esclarecimento preciso sobre os direitos para as mães que precisam entrar no mercado de trabalho resultando assim o desmame precoce. Ainda com relação aos direitos das gestantes e, segundo Nagahama e Santiago

(2008), o direito dos esposos em acompanhar a gestante no momento do parto ainda é negligenciado pelas instituições de saúde e muitas vezes desconhecido por parte da gestante. Como justificativa para tal ato, as instituições afirmam que a presença do esposo impedirá a privacidade das outras parturientes, alegando que não há necessidade da mesma ser acompanhada. Dentro desta perspectiva e, conforme Tostes e Seidl (2016), o enfermeiro é responsável por informar a gestante sobre o direito que a mesma possui em ter o esposo como acompanhante no momento do parto. Além disso, este profissional deve ser responsável também por preparar a mulher para o parto tanto em seu aspecto social como psicológico e emocional, dando-lhe segurança frente à dor e a escolha de um parto natural e seguro. Com relação ao momento do parto, este é um assunto que deverá ser discutido, esclarecido e orientado na assistência do pré-natal, pois o medo de experiências anteriores e/ou a ansiedade são fatores que podem influenciar na preferência do parto cesariana. Assim, esse tema deve ser abordado para a gestante de um modo diferenciado, para que ela possa entender esse processo natural e fisiológico que acontece no organismo da mulher (TOSTES, SEIDL, 2016). Além disso, mulheres e companheiros e todos os envolvidos apresentam necessidades que podem ser trabalhadas na educação em saúde. Desta forma, todos precisam compartilhar saberes e refletir sobre as mudanças físicas, emocionais e no estilo de vida que ocorrem com a chegada de um filho. Essa parceria e o apoio de familiares junto a gestante ajudarão na conscientização e responsabilidade de todos os envolvidos na chegada do novo membro da família (GUERREIRO et al., 2014). **CONCLUSÃO:** Diante do estudo realizado foi possível observar a importância da assistência de enfermagem na realização durante o pré-natal, onde as ações de enfermagem apresentam o cuidado preciso que a gestante necessita. Apesar do enfermeiro estar presente nessa atribuição, é possível ver lacunas que deixam a desejar no processo informativo e de orientação. Nos artigos encontrados, pouco se viu sobre os direitos gestacionais e o parto, assim a grande maioria das gestantes chegam ao último mês despreparadas e sem expectativa. Segundo esta pesquisa, os artigos falam mais sobre a assistência humanizada e a importância na realização das ações educativas em saúde, sendo pouco abordado sobre as técnicas assistências de enfermagem como forma de cuidado. No final da pesquisa foi possível observar que o profissional enfermeiro responsável pelo pré-natal, precisa ser especializado como enfermeiro obstetra para que assim, um maior cuidado gestacional-puerperal seja desenvolvido, dando acompanhamento e continuidade nesta fase única da vida que a mulher vivencia. Espera-se que, por meio desta pesquisa, seja possível fazer com que os profissionais que atuam no pré-natal reflitam sobre a importância que o mesmo tem no período gestacional-puerperal como também no cuidado sobre o aleitamento exclusivo e nesse processo de cuidado contínuo. Assim esta pesquisa pode contribuir para o fortalecimento de desempenho e desenvolvimento que o profissional enfermeiro pode ter em suas consultas de pré-natal, fazendo com que ele seja cada vez mais capacitado em suas atribuições para seu crescimento em sua carreira profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo peso**. Brasília: Ministério da Saúde, n.32, p 24 a 51.2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_32_prenatal.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Assistência pré-natal**. Brasília, Ministério da Saúde. 2000. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CABRAL, F. B.; HIRT, L. M. SAND, I. C. P. V. Atendimento pré-natal na ótica de puérperas: da medicalização à fragmentação do cuidado. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v.47, n.2, Abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342013000200002>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GUERREIRO, E. M.; RODRIGUES, D. P.; QUEIROZ, A. B. A.; FERREIRA, M. A. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Fortaleza. v. 67, n.1, Jan./fev. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140001>>. Acesso em: 18 set. 2017.

MARTINS, M. F. S. V.; ROMOALDO, P. C. A. C. Representações da enfermeira obstetra na perspectiva da mulher grávida. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Braga, Portugal. v.67, n.3, maio/Jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140047>>. Acesso em: 18 set. 2017.

NAGAHAMA, E. E. I.; SANTIAGO, S. M. Práticas de atenção ao parto e os desafios para humanização do cuidado em dois hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde em município da Região Sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v.24, n.8, Ago. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000800014>>. Acesso em: 30 maio 2017.

RIOS, C. T. F.; VIEIRA, N. F. C. Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação e saúde. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, MAR./Abri. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413.812332007000200024>>. Acesso em: 30 de Mar. 2017.

SILVA, N. M.; WATERKEMPER, R.; SILVA, E. F. et al. Conhecimento de puérperas sobre a amamentação exclusiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília. v.64, n.2, mar/abr. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140039>>. Acesso em: 18 set. 2017.

SOUSA, M.T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa**: o que é e o que fazer. Einstein, v.8, n.1, 2010. p.102 – 6. Disponível em: <[pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](http://dx.doi.org/10.1590/s1679-4508-eins-8-1-0102.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2017.

TORNQUIST, C. S. Paradoxos da humanização em uma maternidade no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v.19, n.2, Dez. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800023>>. Acesso em: 30 maio 2007.

TOSTES, N. A.; SEIDL, E. A. F. Expectativas de gestantes sobre o parto e suas percepções a cerca da preparação para o parto. **Temas Psicologias**. Ribeirão Preto, v.24, n.2, Jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-15>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE APLICAÇÃO DA AURICULOTERAPIA EM PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

AUTORAS:

Aniuska Vanessa Coutinho Germano

Bárbara Medeiros de Souza

Mariana Bento

Taciana Jacinto de Almeida

RESUMO: A equipe de enfermagem é uma categoria condicionada a fatores estressantes que podem atingir diversas fases de seu processo laboral. Dessa forma, existem inúmeras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, como a Auriculoterapia que é um tratamento proveniente da Medicina Tradicional Chinesa, com o intuito de prevenir e tratar desequilíbrios corporais. O objetivo desse trabalho é apresentar um relato de experiência dessa prática em um hospital de Natal/RN com profissionais de enfermagem. Trata-se de um estudo do tipo pesquisa-ação. Durante a ação percebemos que os trabalhadores se encontravam bem sobrecarregados, com queixas sintomatológicas, tais como: lombalgias, dores articulares, estresse, ansiedade e cefaleia. Percebemos a satisfação imediata daqueles que receberam a prática, assim como se constatou que como a população em geral, os profissionais também precisam de um maior conhecimento acerca da auriculoterapia, já que esta poderá promover uma melhor qualidade de vida e consequentemente, um profissional mais atuante e participativo em relação ao seu processo trabalho-saúde-doença.

Palavras - chave: Enfermagem. Terapias complementares. Auriculoterapia.

INTRODUÇÃO: A equipe de enfermagem é uma categoria condicionada a fatores estressantes que podem atingir diversas fases de seu processo laboral, dessa forma, o profissional poderá enfrentar em seu trabalho condições desagradáveis que possam comprometer o seu desempenho. Dessa forma, existe uma diversidade de agravos na vida do profissional da enfermagem como: alta demanda assistencial, controle nas ações do trabalho e excesso de responsabilidades para o bem-estar do usuário, sendo esses alguns dos agentes propulsores para o estresse (MARTINEZ, LATORRE, FISCHER; 2017). Concomitantemente a esses problemas, há a atuação social da equipe de enfermagem, os quais estão inseridos na sociedade e prestam seus deveres como cidadãos críticos e atuantes nos serviços de saúde, atendendo as demandas populacionais e o seu trabalho com as mais variadas situações de saúde e doença (OLIVEIRA et al; 2016). Tomando como exemplo o estudo realizado em um hospital da Bahia, o qual mostra que 66,4% das reclamações mais corriqueiras dos profissionais da saúde são sintomas ligados ao sistema ósseo e muscular. Cerca de 61% dos entrevistados relataram queixas algícas nas pernas, 47% apresentam lombalgias e 33,7% cansaço mental e nervosismo. Comprovando assim que os trabalhos nos serviços de saúde oferecem riscos à saúde dos profissionais da enfermagem (MACHADO et al; 2014). Diante de tal contexto, a fim de viabilizar a qualidade de vida dos profissionais, existem inúmeras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como a Auriculoterapia que é um tratamento proveniente da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), na qual faz uso de determinados pontos no pavilhão auricular do usuário, com o intuito de prevenir e tratar desequilíbrios corporais. A Auriculoterapia é apontada como uma

ação capaz de auxiliar na melhoria de patologias ou consequências sintomatológicas. No decorrer de sua realização, têm se mostrado bastante resolutiva em sintomas dolorosos e psicológicos. Vale ressaltar que a prática além de ser acessível, não dispõe de grandes recursos financeiros para ser realizada, no entanto necessita que a sociedade e os mais variados profissionais da saúde sejam conhecedores da sua utilização, eficácia e importância para auxílio de tratamentos preventivos e recuperativos (KUREBAYASHI, SILVA; 2015). Mediante a jornada de trabalho e os fatores que possam comprometer a saúde da equipe de enfermagem, sentimos a necessidade de promover uma ação que ajudasse os profissionais a terem uma melhor qualidade de vida já que esses não possuem muito tempo para cuidar bem de sua saúde. Objetivamos no presente relato de experiência esclarecer a importância da auriculoterapia como intervenção nos agravos que comprometem a saúde do profissional da área da enfermagem, além de relatar a vivência dessa prática em um hospital de Natal/RN. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência acerca da aplicação de auriculoterapia em profissionais da enfermagem, realizada em um Hospital do Município de Natal, desenvolvida por integrantes do grupo de pesquisa “Enfermagem nas ações promocionais à saúde: uma abordagem interdisciplinar” do Curso de Enfermagem do Centro Universitário FACEX. O estudo é do tipo pesquisa-ação, a qual é enfatizada por Figueiredo (2009) como uma ação de intervenção coletiva, inspirando-se nas técnicas de tomada de decisão, associando atores e pesquisadores em atividades conjuntas com a intenção de melhoria de uma situação precisa. A vivência teve como alvo principal trabalhadores de enfermagem. A ação ocorreu em um espaço do hospital durante a comemoração da Semana da Enfermagem com cerca de 13 profissionais na faixa etária em torno de 35 a 50 anos, todas mulheres e que possuíam mais de 2 anos de trabalho, na sua maioria composta por técnicas de enfermagem. Sendo assim, o mês de maio é um mês em que se comemoram duas datas importantes para a enfermagem, no dia 12 de maio é considerado o dia do enfermeiro e no dia 20 de maio celebra-se o dia do técnico de enfermagem, entre esse período fomos convidados pela direção de enfermagem do hospital para que numa manhã atendêssemos alguns membros de sua equipe de profissionais, os quais foram acolhidos em uma roda de conversa, sendo entregue-lhes uma receita de escalda pés e posteriormente realizada a anamnese direcionada as suas queixas principais para as aplicações da auriculoterapia. Em relação aos demais profissionais que não fizeram a auriculoterapia, explicamos como era realizada essa terapêutica, além de entregarmos a receita de escalda pés e os incentivamos a fazer uso de tal prática. Aos 13 profissionais que fizeram auriculoterapia, com base em suas queixas principais, houve a colocação de pontos específicos para cada queixa, no pavilhão auricular com sementes de mostarda. Dessa maneira, tal relato tem como propósito passar a experiência que tivemos neste hospital, além de focar no uso da auriculoterapia, incentivando e tornando os profissionais da enfermagem conhecedores dessa terapêutica, a qual poderá integrar e complementar a prevenção e/ou tratamento para uma melhor qualidade de vida desses profissionais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A MEDICINA TRADICIONAL CHINESA E AURICULOTERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO. Em dias atuais, o que se conhece por PICS, é que as mesmas, sempre estiveram presentes no meio social através dos conhecimentos populares passados de geração para geração. Com o advento de novas tecnologias, os métodos que utilizam recursos naturais ficaram adormecidos e, o modelo biomédico e alopático ficou mais centralizado na doença e seus tratamentos farmacológicos (CABRAL, VENICIO, PAES; 2012). No entanto, as PICS continuaram sendo utilizadas, porém de forma ainda incipiente por meio do SUS. A fim de fomentar o uso de uma Medicina Alternativa, em 2006 criou-se a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) aprovada pela Portaria GM nº 971, de 03 de maio, atingindo assim as camadas mais populares e de menor acesso aos recursos alopáticos (BRASIL, 2006). Ademais, as PICS inseridas na PNPIC representam no campo da saúde uma forma capaz de melhorar a qualidade

de vida dos profissionais e usuários do SUS, já que se trata de uma tecnologia leve de fácil utilização e o uso de produtos naturais. Para tanto, torna-se imperativo entender que a MTC tem sua origem na China há milhares de anos e vem sendo difundida no Ocidente, sendo esta utilizada para complementar e integrar a medicina alopática. Portanto, a MTC faz uso dos elementos da natureza através dos seus climas, emoções e dieta, na perspectiva de que algum desequilíbrio nesses sistemas poderão acarretar doenças no indivíduo, além da consideração entre mente e corpo como um todo integrado (MACIOCIA, 1996). Dessa forma, é recomendado pela PNPIC a também utilização da MTC por meio da acupuntura, fitoterapia, homeopatia, medicina antroposófica, termalismo social e crenoterapia (BRASIL, 2006). Tratando-se de uma prática milenar, a auriculoterapia era utilizada como forma anticonceptiva e como recurso terapêutico da cialgalgia. Por volta do século XVIII, Zacutus Lusitanus já abordava essa prática em seus livros e artigos. Logo após foi descrita de forma mais didática e apresentado os pontos correspondentes às áreas do pavilhão auricular pelo médico Antonio Maria Valsava (DOMINGO, 2011). Séculos após, em 1950 outros médicos ficaram interessados pela maneira que alguns usuários tinham seus sintomas aliviados com esse tipo de terapia. O francês Paul Nogier que hoje é considerado o “pai” da auriculoterapia é o responsável por ter consolidado a técnica que é utilizada em dias atuais (DOMINGO, 2011). Dessa forma, esse tipo de terapêutica usa os princípios da precaução além da restauração do indivíduo que é tratado holisticamente (DAL MAS) e não faz uso de métodos invasivos quando utilizada com esferas de ouro, prata, cristais e sementes de mostarda. O próprio usuário faz pressão nas esferas fixadas em seu pavilhão auricular, sendo este um microsistema do corpo representando o “todo” e promovendo um equilíbrio do organismo. Mesmo assim, a prática realizada com o usuário é bem simples, porém complexa já que aborda a complexidade orgânica humana e requer estudos envolvendo as queixas de cada pessoa (DOMINGO, 2011), bem como sua interação com os 5 elementos da natureza: fogo, terra, metal, água e madeira, assim como dinamiza a MTC. Na prática, a auriculoterapia possui um tempo de realização/aplicação bem rápidos em cada sessão, após anamnese. Os pontos de queixas e necessidades de acordo com o desequilíbrio energético e fisiológico são identificados e em seguida faz-se uma antisepsia da região auricular com algodão e álcool etílico a 70% para posterior aplicação. Kurebayashi et al (2012), em seus estudos apontam que 90% da população está estressada, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a pessoa exposta a estímulos nocivos no trabalho afeta tanto a parte corporal quanto mental dos servidores o que prejudica em sua produtividade. Propensos ao desgaste físico, mental e profissional a equipe de enfermagem, que desempenha diversas funções em diferentes empregos, está susceptível a uma carga elevada de função o que decorre em um acometimento de patologias e um número elevado de ausência dos profissionais no serviço de saúde (MACHADO, et al.2014).]AURICULOTERAPIA E SUA APLICAÇÃO NOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM. Para tanto, no dia da realização da prática com os profissionais do hospital, utilizou-se sementes de mostarda fixadas com esparadrapo em seus pontos de necessidades, além de cinco pontos protocolares como: Shemmen, SNV, Rim, Coração e Ansiedade. Além disso, os participantes foram orientados a pressionarem as sementes no mínimo três vezes ao dia, assim como, se houvesse dor ou desconforto, as mesmas fossem retiradas. Individualmente foi feita uma anamnese focada nos problemas de saúde relacionados à atuação profissional em seus respectivos setores, além disso, na mesma ocasião foi feito o uso da aromaterapia e musicoterapia como ações

coadjuvantes, com o objetivo de propiciar um ambiente mais acolhedor. Como complemento à auriculoterapia, orientou-se a realização de forma correta de escalda pés para o relaxamento dos membros inferiores os quais recebem uma maior sobrecarga física, além de favorecer o bem-estar físico e mental ao final de cada dia de trabalho. Dessa forma, foram entregues folders com a receita de como realiza-lo, indicações e contraindicações. Para tanto, antes da aplicação das sementes de mostardas. Os profissionais atendidos receberam orientações acerca da auriculoterapia, como: sua origem; materiais utilizados, tipos de esferas; condutas após aplicação dos pontos da orelha; quando retirar as sementes; e a continuidade de tal prática. Durante a ação percebemos que os trabalhadores se encontravam bem sobrecarregados, com queixas sintomatológicas, tais como: lombalgias, dores articulares, estresse, ansiedade e cefaleia, assim como a literatura apresenta através de pesquisas realizadas com trabalhadores da área da saúde e suas principais queixas. Nesse primeiro contato com os profissionais de enfermagem, já foi possível perceber a importância de alternativas para minimizar os problemas relacionados ao adoecimento desse grupo específico e a necessidade de avaliar os benefícios da terapêutica empregada. Dessa forma, acreditamos que se torna necessário mais intervenções com os grupos específicos da enfermagem, bem como analisar a eficácia da auriculoterapia em relação ao bem-estar e melhoria de qualidade, tanto no trabalho quanto na vida desses profissionais. **CONCLUSÃO:** Diante da experiência vivenciada percebemos que assim como os usuários que são atendidos pelos profissionais da enfermagem, esses por sua vez, necessitam também de acolhimento, medidas e práticas que atendam a complexidade de seu corpo e o seu reequilíbrio para que possa prestar assistência adequada aos seus usuários. Também constatou-se que se faz necessário à realização de um monitoramento mais aprofundado e a continuidade dessa prática dos que fizeram a auriculoterapia no hospital, para que possamos avaliar a eficácia de tal prática e se ocorrerá a diminuição das queixas relacionadas ao trabalho e a melhoria na saúde desses profissionais, bem como poder-lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida. Entendemos também que, se faz imprescindível uma frequência maior dessa prática nos serviços de saúde para que possamos atender uma parcela maior de pessoas já que as atribuições trabalhistas são diversas. Dessa maneira, o modo de vida mudou, e hoje os profissionais que vivem uma vida agitada, estressante e variável, possuem um modo de viver bem diferente dos seus pais e avós, com isso o homem moderno está propenso ao adoecimento e doenças psicossomáticas resultantes de energias externas, tais como estresse, ansiedade, exposição à má postura e microrganismos presentes no local de trabalho (DAL MAS). Percebemos a satisfação imediata daqueles que receberam a prática, assim como se constatou que como a população em geral, os profissionais também precisam de um maior conhecimento acerca da auriculoterapia, já que está poderá promover uma melhor qualidade de vida e consequentemente, um profissional mais atuante e participativo em relação ao seu processo trabalho-saúde-doença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CABRAL, MC; VENICIO, ME; PAES, MJS. Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: Em busca da humanização do cuidado. **O Mundo da Saúde**.2012; 36(3): 442-451. Acesso em: 29/09/2017. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/praticas_integrativas_complementares_atencao_primaria.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

DAL MAS, Walter Douglas. **Auriculoterapia**: Auriculomedicina na doutrina Brasileira. ROCA. 128 P.

DOMINGO, S. J. J. **Auriculoterapia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Martinhos. 2011.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e Metodologia na pesquisa científica**. Campo Grande/MS. Ed. Yendis. 2009.

KUREBAYASHI,LSF, et al.Aplicabilidade da auriculoterapia com agulhas ou sementes para diminuição de estresse em profissionais de enfermagem. **Rev Esc Enferm**. USP; v. 46, n.1.2012. Acesso em: 29 set. 2017. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp/. Acesso em: 29 set. 2017.

KUREBAYASHI,LFS;SILVA, MJP. Auriculoterapia chinesa para melhoria de qualidade de vida de equipe de Enfermagem. **Rev Bras Enferm**. 2015 jan. 68(1): 117-23.Acesso em: 29/09/2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680116p>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MACIOCIA. Giovanni. **Os fundamentos da medicina chinesa**: um texto abrangente para acupunturistas e fitoterapeutas. São Paulo, Ed. Roca, 1996.

MACHADO, LSF, et al. Agravos à saúde referidos pelos trabalhadores de enfermagem em um hospital público da Bahia. **Rev Bras Enferm**. v.5, n.67, 2014. Acesso em: 01/09/2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2014670503>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARTINEZ, MC; LATORRE, MR; FISCHER, FM. Estressores afetando a capacidade para o trabalho em diferentes grupos etários na enfermagem: seguimento de 2 anos. **Ciência &Saúde Coletiva**, São Paulo; n.22, v.5. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.09682015>. Acesso em: 27 ago. 2017

OLIVEIRA DM et al. Saberes e práticas de enfermeiros sobre a participação social na saúde. **Rev Bras Enferm**.; v. 3, n.69, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690302i>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO

AUTORAS:

Isabel Cristina Geroncio Bezerra,
Karolina de Moura Manso da Rocha
Kenia Laise Mauricio de Oliveira
Maria da Conceicao Felix Torquato Cordeiro
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: OBJETIVO: descrever a atuação do enfermeiro na assistência ao pré-natal de baixo risco, possibilitando ampliar os conhecimentos durante a assistência e o cuidado. **MÉTODO:** o presente estudo é do tipo revisão integrativa, com abordagem qualitativa e quantitativa. **RESULTADOS:** os artigos selecionados enfatizam a importância do cuidado humanizado durante a gravidez na adolescência e a captação precoce das adolescentes por profissionais capacitados. **DISCUSSÕES:** o enfermeiro como membro da equipe tem o papel fundamental na saúde sexual e reprodutiva do adolescente. **CONCLUSÃO:** tendo em vista os aspectos observados durante a gestação o enfermeiro diante dos cuidados no pré-natal, objetiva mudar o hábito dos adolescentes através de ações educativas e preventivas para a melhoria da qualidade de vida e as vulnerabilidades existentes.

Palavras - chave: Gravidez na adolescência. Pré-natal. Assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO: A adolescência é uma transição entre a infância e a fase adulta, acometida por diversas mudanças corporais, comportamentais e hormonais. Nesta fase os jovens passam por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento atingindo a maturidade física e a capacidade reprodutiva, sem atingir a maturidade psicológica e social (CAMINHA et al., 2012). O adolescente passa por diversas transformações durante a vida, a vulnerabilidade e os agravos determinados pelo processo do crescimento e desenvolvimento expõem os jovens às mais diferentes situações de risco, como a gravidez e a evasão escolar, representando um grande problema de saúde pública. A falta de estabilidade com enfoque na relação sexual e na prevenção da gravidez está cada vez mais escassa nas unidades de saúde e nas escolas, favorecendo o aumento das estatísticas de morbimortalidade por causas obstétricas, devido ao maior risco gestacional e neonatal (SILVEIRA et al., 2012). A atenção ao pré-natal de qualidade pode contribuir com a redução dos coeficientes de mortalidade materna e infantil, os quais estão entre os principais indicadores de condições de vida e saúde de uma população. O Ministério da Saúde em 2000, implantou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), com o intuito de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e perinatal, ampliando o acesso ao pré-natal, estabelecendo critérios para qualificar as consultas e promover o vínculo entre a assistência e o parto (PARADA, 2008). O número de adolescentes grávidas caiu de 17% entre 2004 e 2015 de acordo com os dados do Ministério da Saúde. As informações levantadas pelo sistema de informações sobre Nascidos Vivos (Sinav), apontam para uma redução no número de mães adolescentes entre 10 e 19 anos em 2004 com 661,2 mil nascidos vivos e 546,5 mil em 2015. Segundo Rios Vieira (2007), o pré-natal é uma época de reparação física e psicossocial para o parto e o puerpério. Portanto é no início da gestação que as ações educativas devem ser

realizadas, para evitar complicações e ter mais aceitação pela gestante durante a amamentação e os cuidados no pós-parto. A atenção às gestantes deve se dar no sentido de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e infantil, impondo medidas que assegurem a melhoria do acesso, cobertura e a qualidade do acompanhamento pré-natal na assistência ao parto e o puerpério por profissionais capacitados. O enfermeiro na atenção à saúde do adolescente, precisa realizar ações para atender as necessidades dos jovens e elaborar um plano de assistência de enfermagem na consulta do pré-natal de acordo com suas necessidades, orientando e encaminhando a outros serviços especializados (DUARTE, 2006). Diante desta situação, surge a necessidade de assistir a gestante adolescente o mais precocemente possível, para que se possa avaliar a condição materna e fetal, prevenindo e amenizando possíveis complicações. A importância do enfermeiro na assistência ao pré-natal, tem por finalidade ajudar as gestantes adolescentes durante a gestação através do acolhimento humanizado. Objetivando descrever a atuação do enfermeiro na assistência ao pré-natal de baixo risco. Desde então surgiu a seguinte pergunta: como os enfermeiros executam a assistência à gravidez na adolescência durante o pré-natal? Portanto este estudo é de grande importância, possibilitando ampliar os conhecimentos acerca da atuação do enfermeiro no cuidado às gestantes adolescentes durante o pré-natal, enfatizando na assistência e no cuidado humanizado. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa que é um método de revisão mais amplo, pois permite incluir literatura teórica e empírica bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas (quantitativa e qualitativa) (POMPEO; ROSSI; GALVÃO, 2009). A busca ocorreu através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Gravidez na Adolescência; Pré-Natal; Assistência de Enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano AND e OR. Foram selecionados 20 artigos, dos quais 05 foram utilizados para construção do trabalho no período de 2006 a 2012. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. Enquanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS:**

Quadro 1 - Quadro síntese das produções cinéticas, 2017.

ANO	REVISTA	TIPO DE ESTUDO	ASSISTENCIA DE ENF. AO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO	RECOMENDAÇÕES
2006	Revista de enfermagem Anna Nery	Revisão de literatura	Captar precocemente a gestante, assistindo e acolhendo. E	Formar grupos entre gestantes, de modo que haja troca de experiências entre elas, e que o

			durante o pré-natal esclarecer dúvidas e queixas relacionada à gestação.	enfermeiro venha a esclarecer suas dúvidas durante o pré-natal.
2012	Monografia	Qualitativo descritivo exploratório	Acolher as gestantes nos serviços de saúde, realizando ações educativas e preventivas que visem na promoção da saúde do adolescente.	Realizar o planejamento familiar e inserir os adolescentes nos serviços de saúde para participar das ações educativas nas escolas e comunidades.
2012	Revista Gaúcha de Enfermagem	Descritivo transversal qualitativo	Assistência a gestante durante a consulta do pré-natal, orientando e esclarecendo dúvidas quanto ao uso das medicações e exames solicitados.	Recomenda a fazer o uso dos suplementos de ferro durante a gestação, orientar os exames e as consultas perinatais.

Fonte: Autoria própria, 2017.

Os artigos selecionados acima enfatizam a importância do cuidado humanizado durante a gravidez na adolescência. No ano de 2006 a 2007 a assistência de enfermagem estava focada na captação precoce das gestantes para iniciar o pré-natal nas unidades de saúde, visando só no cuidado durante as consultas agendadas. Em 2012 a assistência passou a focar no acolhimento humanizado, com o intuito de melhorar as consultas e o vínculo entre o profissional e o usuário, intervindo na gravidez indesejada através de ações educativas. A captação precoce das adolescentes e as ações educativas implantadas por profissionais capacitados, resulta no pré-natal e na assistência com qualidade, visando no bem-estar no binômio durante a gravidez. O acolhimento e o apoio biopsicossocial minimizam os riscos durante a gestação, resultando na redução da taxa de mortalidade materna e fetal. **DISCUSSÃO:** O enfermeiro como membro da equipe, tem o papel significativo na saúde sexual e reprodutiva do adolescente. O planejamento familiar e a execução de atividades educativas reduzem o índice de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Através dessas medidas preventivas o enfermeiro pode acompanhar o pré-natal, a fim de prevenir e minimizar as intercorrências maternas (SILVEIRA, 2012). O profissional da saúde junto com a sua

equipe da Estratégia da família (ESF), desenvolve ações de atenção primária e organiza a rede estabelecendo parcerias para elaboração, condução e avaliação de ações destinadas à prevenção e assistência à saúde dos adolescentes (Ministério da Saúde, 2013). As atividades educativas utilizadas na ESF, tem o intuito de estimular a inserção das gestantes no pré-natal. Este espaço de diálogo permite a continuidade da consulta de enfermagem com a finalidade de se trabalhar a importância da sexualidade, orientação da higiene e dieta, desenvolvimento da gestação, alterações corporais e emocionais, sinais e planejamento familiar (DUARTE et al., 2016). Ao desenvolver ações educativas relacionada a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, criando ambientes participativos de discussões e grupos que fortaleça as relações efetivas e o cuidado com o outro para tomadas de decisões esclarecidas e responsáveis, o enfermeiro tem o papel fundamental no desenvolvimento de ações de promoção nas comunidades e nas escolas, facilitando o reconhecimento dos jovens e suas potencialidades na comunidade (Ministério da Saúde, 2013). Ao analisar a assistência do pré-natal nos serviços de saúde, o número de consultas realizadas durante o pré-natal tem deixado a desejar. O ideal é que sejam realizadas no mínimo seis consultas de pré-natal durante toda a gestação. Diante disso, evidencia a necessidade de maior atenção dos serviços de saúde, à continuidade de uma assistência com qualidade, sem expor as gestantes em risco adicionais que necessitam de uma atenção mais regular (CAMINHA et al., 2012). O enfermeiro ao solicitar o exame que diagnostica a gravidez (beta HCG) de acordo com as normas estabelecidas pelo serviço. Acolhe a gestante após confirmação do resultado para realizar o cadastramento, preenche a caderneta com as informações necessárias que servirão de referencial para detecção de riscos maternos e fetais, elabora o plano de assistência de enfermagem durante a consulta, prescreve exames sorológicos e hemograma, avalia situação vacinal da gestante, tendo por finalidade proteger o binômio durante o parto. De acordo com as necessidades identificadas, estabelece as intervenções e orientações, além de outros parâmetros desejáveis para o pré-natal adequado (DUARTE et al., 2006). Durante a consulta do pré-natal avalia a idade gestacional (IG) a data provável do parto (DPP), avaliação ponderal (que é a avaliação de risco nutricional e o ganho de peso materno), afere a PA para detectar precocemente possíveis formas clínicas de síndromes Hipertensivas Gestacional, faz a medição da altura uterina (AU), palpação obstétricas, avaliação de edema, ausculta dos batimentos cardíacos (BCF). Ao observar a consulta do pré-natal e orientações a respeito dos cuidados com a gestante, reforça a importância de práticas educativas que discutam a relevância da puericultura para avaliar o crescimento e o desenvolvimento da criança, através de campanhas ou atividades educativas (CAMINHA et al., 2012). **CONCLUSÃO:** Tendo em vista os aspectos observados durante a gravidez na adolescência, o enfermeiro diante da assistência de enfermagem no pré-natal de baixo risco, tem o papel fundamental no cuidar, amenizando possíveis complicações. A gravidez na adolescência ainda é um grande problema de saúde pública e as ações educativas é uma grande ferramenta de prevenção, objetivando a mudança do hábito dos adolescentes com o intuito de melhorar a qualidade de vida e as vulnerabilidades existentes em seu meio. O apoio da comunidade é fundamental para a equipe da ESF, tendo em vista no fortalecimento das relações efetivas, e assistindo as adolescentes o mais precocemente possível, para que se possam avaliar as condições materna e fetais, prevenindo e amenizando possíveis complicações durante a gestação. Assim o

enfermeiro tem como promover uma assistência com qualidade visando no bem-estar do binômio durante o pré-natal.

Portanto o profissional da saúde como mediador do cuidado, incentiva as ações educativas por parte das instancias superiores que estão cada vez mais precárias, dificultando o trabalho dos profissionais da saúde e privando informações necessárias para saúde dos adolescentes. Ressalta-se que o enfermeiro e os demais profissionais que atuam na ESF, através de intervenção e do programa de educação em saúde do adolescente, conduzam o indivíduo a um complexo processo de mudança comportamental que influenciará diretamente em seu projeto de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e Estratégicas. **Orientações básicas de atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde**. Brasília. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacao_basica_saude_adolescente.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2017/numero-de-adolescente-gravidas-cai-17-no-brasil>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CAMINHA et al. Gestação na Adolescência: Descrição e Análise da Assistência Recebida. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. v. 3, n. 33, p. 81-88, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/revistagauchaenfermagem/article/viewfile/21949>>. Acesso em: 09 set. 2017.

DUARTE et al. Assistência pré-natal no programa saúde da família. **Revista de enfermagem da Escola Anna Nery**. v. 1, n. 10, p. 121-125, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1277/1277153016.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lúcia Aparecida; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de avaliação de diagnóstico de enfermagem. **Acta Paul. Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n4/a14v22n4.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

RIOS et al. Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação em saúde. **Revista de ciências e saúde coletiva**. v. 12, n. 2. Rio de Janeiro, mar/abr. 20017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63012221/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVEIRA, Renata Rodrigues. **Atuação do enfermeiro do programa saúde da família na prevenção e controle da gravidez precoce**. Monografia. Universidade Salgado de oliveira, São Gonçalo (RJ), 2012. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancias/5311.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

CONHECIMENTO E PRÁTICA DO ENFERMEIRO NA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DE FERIDAS

AUTORES:

Ana Luziene Tarquino da Silva
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Ligian Batista de Lima
Maria Helena Medeiros da Silva
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: O objetivo deste estudo é discutir o conhecimento e prática do enfermeiro na avaliação e tratamento de feridas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão Integrativa, no período de abril a outubro de 2017, com a busca de artigos de 2013 a 2017 através das bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão foram: estudos na língua portuguesa, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão: artigos duplicados em forma de resumos e carta ao editor. Foram encontrados nove artigos. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** A partir da análise temática foi evidenciado um déficit no conhecimento dos enfermeiros a cerca dos cuidados com as lesões, fazendo-se necessário que esse problema seja sanado ainda na graduação, momento em que se torna fundamental a junção vivenciada da teoria e prática, os tornando capazes de proporcionar a melhor assistência aos indivíduos portadores de algum tipo de lesão. O uso de protocolos mostrou-se ser desconhecido por muitos profissionais. É visto com clareza que sua implantação tornará a assistência ao paciente mais eficaz e resolutive. **CONCLUSÃO:** É necessário que o enfermeiro busque alcançar novos conhecimentos que contribuam para ofertar uma assistência cada vez mais qualificada e eficaz nos cuidados com as lesões.

Palavras - chave: Assistência de enfermagem. Cuidado. Feridas.

INTRODUÇÃO: Lesões podem ser definidas como a interrupção da estrutura e continuidade normal da pele, na qual envolve uma sequência de eventos em um processo de alta complexidade e dinamismo. Assim, fenômenos bioquímicos e fisiológicos agirão de maneira equilibrada assegurando a restauração tissular (DIAS, FONSECA, 2015). As feridas possuem vários tipos de classificação: etiológica, morfológica, grau de contaminação, evolução cicatricial, características do leito e do exsudato. Assim como também são diversos e específicos os tipos de curativo para cada lesão. Quando não tratada de forma adequada pode afetar diretamente a vida do indivíduo portador, assim como de seus familiares acarretando mudanças na qualidade de vida, surgindo dificuldades das quais muitas vezes a equipe não consegue lidar (DIAS, 2015; BUSANELLO, 2015). O profissional de enfermagem desempenha um papel fundamental de grande relevância nos cuidados ao paciente com lesão. Essa prática tem como finalidade avaliar o indivíduo, prescrever um cuidado eficaz, orientar e supervisionar a equipe de enfermagem na realização do curativo. A prevenção e tratamento de feridas ganham notoriedade nas publicações de enfermagem apontando sua importância e o compromisso do enfermeiro (FERREIRA, RIGOTTI, 2013). No decorrer dos avanços científicos a aplicação do

cuidado ao paciente portador de lesão tornou-se uma especialidade para enfermagem reconhecida pela Associação Brasileira de Enfermagem em Dermatologia (SOBEND), Associação Brasileira de Estomaterapia (SOBEST) e Sociedade Brasileira de Enfermagem em Feridas e Estética (SOBENFeF) (FERREIRA, 2013). A responsabilidade do tratamento e prevenção de feridas é atribuída ao enfermeiro que por sua vez tem o dever de avaliar a lesão, o tratamento apropriado, além de orientar e supervisionar toda equipe de enfermagem na execução do curativo (SOARES, 2015). Tendo em vista todo esse progresso na área, torna-se cada vez mais necessário que o enfermeiro tenha conhecimento para realizar suas competências, obter autonomia juntamente com uma postura ética e assim ter liberdade na tomada de decisões (FERREIRA, 2013; BUSANELLO, 2015). É fundamental ofertar um cuidado de enfermagem integral, contextualizado que promova o bem estar do indivíduo, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais (BUSANELLO, 2015; FERREIRA, 2013). Dessa forma, o estudo foi realizado mediante a importância do enfermeiro na avaliação e tratamento de lesões onde a responsabilidade da enfermagem esta ligada diretamente ao paciente e sua evolução, cabendo ao enfermeiro ter conhecimento necessário para aplicação do cuidado e melhoramento da qualidade de vida do paciente. Diante disso, surgiu o seguinte questionamento: Qual o conhecimento e prática do enfermeiro na avaliação e tratamento de feridas? Portanto, o objetivo do estudo é discutir o conhecimento e prática do enfermeiro na avaliação e tratamento de feridas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa na qual se conceitua como a avaliação ampla da literatura auxiliando para melhoria do conhecimento de um tema ou questão delimitado (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise críticas da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu no período de abril a outubro de 2017, com a busca de artigos publicados no período de 2013 a 2017 através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Assistência de enfermagem, autonomia profissional, cuidado, feridas e tratamento. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano *and* combinados da seguinte forma: Assistência de enfermagem *and* feridas, feridas *and* cuidados. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Foram encontrados nove artigos. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Após leitura dos artigos percebe-se que muitas são as atribuições que competem ao enfermeiro e em decorrência disso há grande necessidade de que esse profissional tenha um conhecimento amplo, atualizado e eficaz, fazendo com que os indivíduos portadores de lesão possam ter acesso a uma assistência integral, que compreenda todos os aspectos envolvidos na promoção de saúde do paciente (SEHNEM et al., 2015). Porém, alguns pontos negativos se destacam apontando dificuldades existentes entre os enfermeiros no qual o conhecimento insuficiente, a falta de materiais específicos e a falta da

elaboração de protocolos se evidenciam de forma clara, podendo intervir de maneira negativa na evolução do paciente. Dentro desta perspectiva, é fundamental que o profissional busque atualizações constantes, tendo em vista o surgimento de novas técnicas e tecnologias para o cuidado que ocorre cotidianamente (SEHNEM et al., 2015). Ainda sobre a atualização do conhecimento, Costa et al. (2015), detectaram em sua pesquisa que o conhecimento necessário para que o enfermeiro desenvolva suas funções no cuidado com as lesões deve ser adquirido desde a graduação, momento esse considerado como ponto crucial na qualidade da assistência que será ofertada aos usuários posteriormente, tendo em vista seu papel relevante no atendimento que vai desde a avaliação e diagnóstico do problema ao planejamento, elaboração de intervenções e execução do tratamento. O graduando de enfermagem necessita de uma avaliação ampla de ensino que tenha como objetivo homogeneizar teoria e prática aproximando os estudantes da realidade vivenciada na vida profissional. Porém é visto que há um déficit no processo ensino-aprendizagem, causando um desequilíbrio na aptidão dos alunos e desfavorecendo a aquisição do conhecimento sendo fundamental a utilização de procedimentos que estimulem a participação dos graduandos de forma contextualizada os tornando capazes de solucionar casos, conduzir e desenvolver suas competências (COSTA et al., 2015). A necessidade dessa preparação do graduando de enfermagem também é citado por Ferreira et al (2015), que reconhece de maneira fundamentada a responsabilidade do enfermeiro na aplicação de condutas preventivas e no tratamento do paciente, sendo essa prática iniciada na sua formação e visto como fator primordial. Para Santos et al (2015), é fundamental o conhecimento e aptidão do enfermeiro como profissional responsável pelo paciente com lesão, uma vez que a equipe de enfermagem tem maior contato com o cliente, podendo assim ofertar os melhores cuidados e orientações a sua equipe, tendo em vista que predominantemente o técnico de enfermagem é responsável pela troca de curativo. Assim, torna-se necessária a capacitação desses profissionais e o desenvolvimento de ações que tragam melhorias e eficácia para o trabalho realizado como supervisão continua por parte do enfermeiro e elaboração de planos de ação através de protocolos. Os protocolos conforme Brum et al. (2015) possuem uma extensa lista de benefícios que favorece o profissional de enfermagem e o paciente, ajudando na padronização do atendimento e organizando as varias etapas do processo de cicatrização. O enfermeiro juntamente com a equipe esta apto para elaborar esse protocolo baseado em evidencias científicas, buscando observar as condições dos serviços e dos usuários, sendo considerado como ferramenta importante que irá assegurar as condutas do profissional atribuindo respaldo em sua atuação no serviço, diminuindo a subjetividade e cessando a improvisação. Mesmo sendo evidente essa importância, Faria et al. (2016), identificou em sua pesquisa que parte dos profissionais desconhece a existência de normas, manuais ou protocolos sobre os cuidados com as lesões no serviço. A insuficiência de protocolos contribui para a realização de práticas divergentes no cuidado com feridas, tornando difícil a padronização de condutas validas e seguras por parte dos profissionais, pois o enfermeiro precisa de domínio na qualidade da atenção para que ele possa ofertar uma assistência capaz de sanar o ônus existente nesse cuidado prestado, tendo em vista que novas tecnologias e instrumentos veem sendo criados, legitimados e utilizados no campo do tratamento de lesões (COSTA et al., 2015). É necessário que o enfermeiro melhore seu conhecimento científico e amplifique as ações de enfermagem, tornando-os integralizados e assim buscando exercer a autonomia para que através dela seja conquistado respeito e confiança dos profissionais da

equipe (BRUM et al., 2015). Assim é visto que para essa autonomia ser exercida, os profissionais devem utilizar-se da sistematização da assistência de enfermagem (SAE), que aplicada nos cuidados com as lesões atribui ao enfermeiro o reconhecimento da qualidade do cuidado e tem contribuído para o melhoramento dos registros de enfermagem e respaldo legal do processo de trabalho onde a tomada de decisões é realizada de maneira sistemática promovendo valorização e autonomia para o enfermeiro (SEMNEM, 2015; BRUM, 2015). Cabe ao enfermeiro exercer uma prática assistencial que vise sua autonomia e traga evoluções positivas aos pacientes, isso pode ser assegurado quando suas ações são bem elaboradas realizando os devidos registros de enfermagem e intervenções adequadas (OLIVEIRA et al., 2016). Para isso é preciso que haja compreensão a cerca de toda complexidade existente no cuidado com as lesões, sendo necessário que o enfermeiro observe características fundamentais, tais como tecidos existentes no leito e nas bordas da ferida, presença ou ausência de granulação, esfacelo, maceração, descamação ou crosta nas bordas, hidratação da pele, presença de odor, assim como localização, profundidade e mensuração do tamanho da lesão. A junção desses aspectos permite a identificação do tipo de ferida, a fase que ela se encontra e o tratamento mais indicado (OLIVEIRA et al., 2016). Conforme Ferreira et al. (2014), pesquisas apontam a carência na quantidade de materiais de estudos disponíveis nos livros de enfermagem, tendo em vista a necessidade de conhecimento uma vez que o tratamento de lesões se tornou reconhecidamente uma especialidade de enfermagem e conforme a SOBEST o enfermeiro também deve ter competência para realizar procedimentos como o desbridamento instrumental a nível subcutâneo, obviamente desde que tenha conhecimento e habilidade para isso e assim podendo exercer sua autonomia para praticar tal ato. Segundo Eberhardt et al (2015), pesquisas vêm sendo realizadas a cerca de novos tratamentos e tecnologias no cuidado com feridas e é considerado um processo complexo e dinâmico que esta ligada a uma avaliação sistematizada para que se obtenham prescrições devidas de acordo com o produto necessário, compreendendo cada fase do processo cicatricial, e através disso o enfermeiro faça uma avaliação satisfatória da ferida, observando características e evolução seguida das intervenções ao processo de cicatrização. Conforme Ferreira (2014) e Oliveira (2016), o enfermeiro necessita saber observar o paciente de maneira integral, identificando aspectos que possam contribuir para o bem estar físico e mental, uma vez que o processo enfrentado pelo individuo muitas vezes traz problemas que vão além da ferida, provocando mudanças sociais consequentes de hospitalizações, problemas com autoestima, autoimagem, incapacidade assim causando afastamento do convívio social. Esse cuidado atribuído ao enfermeiro vem tomando proporções cada vez mais amplas, sendo possível identificar limitações que podem refletir e influenciar os demais profissionais de enfermagem. Com isso torna-se essencial a comunicação da equipe, onde o enfermeiro irá fazer as orientações aos profissionais chegando também ao paciente no qual deverá ter esclarecimentos sobre sua patologia e toda assistência prestada (FERREIRA, 2014; OLIVEIRA 2016). Busanello et al. (2013), diz que os pacientes portadores de lesão precisam ter comunicação e vínculo por parte dos profissionais, assim tornará viável a investigação de enfermagem, e a partir da história de saúde e da lesão será traçado o plano de cuidado, no qual a responsabilidade do enfermeiro não esta restrita apenas ao tratamento escolhido, mas também a toda equipe que estará envolvida na prática dessas ações. Salienta-se que a participação da equipe multiprofissional é uma estratégia eficaz para complementar a assistência, sendo responsabilidade de

o enfermeiro identificar a necessidade de outros profissionais. O tratamento de lesões necessita de uma avaliação interdisciplinar do paciente juntamente ao plano terapêutico, o que torna evidente que o tratamento não se restringe apenas a aplicação de agentes tópicos e coberturas. Entretanto, é necessário que haja disponibilidade dessas coberturas e o conhecimento por parte do enfermeiro. De maneira relevante e sendo vista de modo geral os profissionais de enfermagem necessitam de meios que promovam e atualizações a cerca do tema, trazendo reflexões que beneficie o enfermeiro no desenvolvimento do trabalho, possibilitando o reconhecimento e que cada profissional tem nesse processo (Busanello et al., 2013). O cuidado de feridas sendo uma especialidade da enfermagem vem mostrando a necessidade do uso de evidencia científica em sua execução, pois continuamente é visto o uso de experiências particulares, mitos, e tradições que podem comprometer a segurança do paciente. O enfermeiro deve buscar conhecimento atualizado sobre as ações de tratamentos de feridas obtendo confiança em si próprio e fazendo recomendações seguras a sua equipe sobre os cuidados com lesões, bem como a prevenção que ela aconteça (FARIA et al, 2016).

CONCLUSÃO: Na busca de compreender a extensão do conhecimento do enfermeiro a cerca da temática, entende-se que a responsabilidade inerente a atuação do enfermeiro necessita alcançar de forma mais ampla meios que possam contribuir para oferta de uma assistência cada vez mais qualificada no cuidado com as lesões. Percebe-se que é necessário aprofundar o conhecimento sobre esse assunto desde a formação do enfermeiro na graduação, tendo em vista a insuficiência de ensino apontada nesse estudo. Assim, o enfermeiro precisa sanar a carência de atualizações, buscar sua autonomia, ter domínio em sua prática uma vez que o cuidado com as lesões esta ligado diretamente com a enfermagem. O uso de protocolos mostrou-se desconhecido por parte dos profissionais,, porém assim pode ser visto com clareza que sua implantação trará benefícios significativos ao desempenho do trabalho. Com isso, pode se inferir que é fundamental que o enfermeiro busque acesso a todo conhecimento que estiver ao seu alcance em sua atuação profissional e consiga ofertar ao paciente um cuidado eficaz, com a consciência de que buscar desempenhar a melhor assistência é uma missão do enfermeiro.

REFERÊNCIAS

- BRUM, M. L. B. et al. Protocolo de assistência de enfermagem a pessoas com feridas como instrumento para autonomia profissional. **Revista de enfermagem da UFSM**, v. 5, n. 1, p. 50-57, 2015. Disponível em: <
<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-27600>>. Acesso em 12 jul. 2017.
- BUSANELLO, J. et al. **Assistência de enfermagem a portadores de feridas: tecnologias de cuidado desenvolvidas na atenção primária.** **Revista de enfermagem da UFSM**, v. 3, n. 1, p. 175-184, 2013. Disponível em: <
<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-25100>>. Acesso em 11 jul. 2017.
- COSTA, R. K. S. et al. Instrumento para avaliar o cuidado de graduandos de enfermagem à pessoa com ferida. **Revista da escola de enfermagem da USP**, v. 49, n. 2, p. 317-325, 2015. Disponível em:

<<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-25992832>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

EBERHARDT, T. D. et al. Cicatrização de Feridas: Análise das tendências em teses e dissertações. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 5, n. 2, p. 378-395, 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-27635>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FARIA, G. B. G. et al. Conhecimento e prática dos enfermeiros sobre o cuidado com feridas. **Revista de enfermagem UFPE on line**, v. 10, n. 12, p. 4532-4537, 2016. Disponível em: < <http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/bde-30181>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FERREIRA, M. A. et al. Conhecimento e prática de enfermeiros sobre cuidados aos pacientes com feridas. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, v. 6, n 3, p. 1178-1190, 2013. Disponível em <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-719760>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GALVAO, Cristina Maria; MENDES, Karina Dal Sasso and SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem, v. 17, n. 4, p.758-764, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018>. Acesso em: 24 maio 2017.

OLIVEIRA, F. P. et al. **Classificações de intervenções e resultados de enfermagem em pacientes com feridas**: mapeamento cruzado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n 2, 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-782956>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SANTOS, I. C. R. V. et al. Caracterização do atendimento de pacientes com feridas na atenção primária. **Revista da rede de enfermagem do nordeste**, v. 15, n. 4, p. 613-620, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-749354>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SEHNEM, G. D. et al. Dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no cuidado de enfermagem a indivíduos portadores de feridas. **Revista Ciência e Cuidado da Saúde**, v. 14, n.1, p. 839-846, jan.- mar. 2015. Disponível em <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-29583>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PLANO DE CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA FOTOTERAPIA NEONATAL

AUTORAS:

Aline Fernanda Barbosa
Aniuska Vanessa Coutinho Germano
Claryssa Freire Pontes
Jullyanne Kareninne De Azevedo Andrade Araújo
Raissa Sampaio Nunes Dantas Pedroso

RESUMO: A icterícia é a patologia mais encontrada em recém-nascidos. A fototerapia é a modalidade terapêutica mais indicada. Este tratamento pode causar alguns efeitos colaterais em neonatos, que devem ser prevenidas e detectadas precocemente pela equipe de enfermagem. Objetivo: Este estudo tem por objetivo identificar como é realizado o plano de cuidados de enfermagem ao recém-nascido submetido à fototerapia. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa, com busca na temática de Fototerapia em neonatos ictericos. Resultados e Discussões: Assistência de enfermagem apresenta um papel essencial no processo do cuidado de neonatos que apresentam icterícia. Percebe-se a necessidade do aperfeiçoamento e preparação do profissional de enfermagem para tornar mais completo o plano de cuidados, garantindo qualidade, eficiência e segurança ao recém-nascido. Conclusão: É essencial que o enfermeiro esteja preparado para desenvolver competências e habilidades no cuidado na fototerapia, reduzindo os efeitos colaterais e promovendo o fortalecimento do vínculo mãe-filho.

Palavras - chave: Icterícia. Fototerapia. Cuidados de Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A icterícia é uma das alterações metabólicas mais frequentes tanto nos recém-nascidos a termo quanto em prematuros, ocorrendo na primeira semana de vida em 60% dos recém-nascidos. A manifestação clínica mais evidente é a hiperbilirrubinemia que pode ser compreendida quando os níveis séricos encontram-se superior a 7mg/dl, em virtude da baixa capacidade do fígado em conjugar a bilirrubina (GOMES; TEIXEIRA; BARICHELLO, 2010). Quando presente em grande quantidade, juntamente com outras alterações, pode ultrapassar a barreira hematoencefálica e tornar-se tóxica, ocasionando diversos transtornos patológicos ao recém-nascido (RN) (FONSECA, 2014). A redução da mortalidade infantil no Brasil ainda é um grande desafio para os serviços de saúde. Na década de 2000, a icterícia ou kernicterus foram a causa básica em torno de 200 a 280 casos de óbitos de recém-nascidos, sendo prevalentes com grande maioria na região Norte e Nordeste do país (ALMEIDA, 2012). A icterícia pode ser classificada como fisiológica ou patológica, sendo a fisiológica aquela que surge entre 48 e 72 horas após o nascimento, e a patológica surge nas primeiras 24 horas, se não tratada de forma correta pode evoluir para a forma mais grave, a encefalopatia bilirrubínica (Kernicterus), podendo levar a cronificação com sequelas neurológicas permanentes ou até mesmo a morte (IVO et al., 2017). O diagnóstico e tratamento precoce são essenciais para a prevenção da principal complicação da doença, o Kernicterus. As formas de tratamento da icterícia são a fototerapia, a exsanguíneotransfusão e a utilização de drogas capazes de acelerar o metabolismo e excreção da bilirrubina. A escolha do tratamento dependerá do nível sérico da bilirrubina, no entanto a fototerapia é a modalidade terapêutica mais utilizada, isso se deve ao fato de ser um método não invasivo e de alta eficiência (GOMES; TEIXEIRA; BARICHELLO, 2010).

O tratamento em fototerapia consiste em expor a pele da criança à luz branca para que, por fotoisomerização, a bilirrubina deixe de ser tóxica, exigindo assim um cuidado especial ao RN, necessitando assim de uma equipe multidisciplinar (CHIRIBOGA, 2008). O trabalho do enfermeiro neonatologista é um desafio constante em um caso de icterícia, requer além do conhecimento técnico-científico, a vigilância, respeito, sensibilidade e habilidade para dar assistência do neonato e sua família, intervindo sempre nas intercorrências com rapidez e eficácia (ROSÁRIO, 2013). O cuidado do RN, deve ser realizado de forma integralizada e humanizada tendo como responsabilidade evitar danos decorrentes do procedimento fototerápico, atuando com perícia no uso da proteção oftálmica, controlar a termorregulação, orientando a mãe ou responsável quanto à importância do tratamento e da colaboração de todos os envolvidos (ARAÚJO et. al., 2014). Diante disso, formulou-se a seguinte questão norteadora: Como o enfermeiro realiza o plano de cuidados ao recém-nascido com icterícia utilizando a fototerapia? O interesse em abordar essa temática surgiu ao observar o alto índice prevalente de neonatos acometidos por icterícia. Portanto, o presente estudo tem o objetivo de identificar como é realizado o plano de cuidados de enfermagem ao recém-nascido submetido à fototerapia. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo na modalidade de revisão integrativa que visa apurar resultados de pesquisas, chegando a conclusões sobre o tema de interesse. Desta forma, pesquisas que já publicadas tem grande valia para tomada de decisões afim de melhoria nas práticas clínicas, auxiliando assim na disseminação de novos estudos utilizando os existentes (TEIXEIRA, 2009 apud ARAÚJO et al. 2014). Foi realizada busca de artigos sobre a temática de Fototerapia em neonatos icterícos disponíveis no portal da biblioteca virtual em saúde Bireme/BVS e base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), realizada no período durante o mês de Outubro de 2017, publicados nos últimos sete anos. Foram encontrados 25 artigos, com a utilização do refinamento usando descritores específicos como: Icterícia; Fototerapia; Cuidados de Enfermagem, com cruzamentos “icterícia and fototerapia”; “enfermagem and icterícia”, “fototerapia and enfermagem”. Os critérios de inclusão foram os artigos publicados em português e no período de 2010 a 2017 e que contemplam a questão da pesquisa. Os critérios de exclusão foram os artigos que não estavam disponíveis na íntegra. Para realização desse estudo foram utilizados 07 dos artigos dos 25 encontrados. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Para facilitar a compreensão, os resultados deste estudo serão apresentados através da análise dos estudos incluídos no Quadro 1. Na realização da pesquisa e discussão dos dados encontrados, foram realizadas análises das 07 publicações, a fim de buscar informações pertinentes para o desenvolvimento deste.

Quadro 1 – Análise dos estudos incluídos.

Autor\ Ano	Título	Objetivo do estudo	Resultado
PAIVA, Edila Isabel de; LIEBERENZ, Larissa Viana Almeida, 2017.	O cuidado ao recém nascido em uso de fototerapia e o conhecimento da equipe de enfermagem para manuseio do equipamento.	Avaliar o conhecimento da equipe de enfermagem quanto aos cuidados do recém nascido na fototerapia.	Percebeu-se que a equipe de Enfermagem presta cuidados recomendados pela literatura, mas de forma segmentado e não padronizada, com presença de lacunas sobre <i>Kernicterus</i> .
IVO et al., 2017.	Percepção materna e construção de um material educativo sobre fototerapia.	Analisar o conhecimento materno diante do tratamento por fototerapia.	São necessárias ações de enfermagem frente à família e o recém-nascido frente ao tratamento por fototerapia, utilizando a comunicação efetiva, utilizando meios simples e explicativos, como manuais e folders.
Anne Laura Costa Ferreira, Renata Medeiros do Nascimento, Regina Célia Sales Santos Veríssimo, 2009.	Irradiância dos aparelhos de fototerapia nas maternidades de Maceió	Determinar a irradiância do aparelho de fototerapia de determinada maternidade na cidade de Maceió.	A manutenção dos parâmetros de irradiância resulta no tratamento do neonato dependendo diretamente de uma equipe de enfermagem capacitada e atenta, diminuindo o tempo de internação hospitalar e exposição desnecessária a fototerapia.
ALMEIDA, Maria Fernanda Branco; DRAQUE, Cecília Maria, 2012.	Icterícia no recém-nascido com idade gestacional $\geq$ 35 semanas.	Definir a Icterícia no recém-nascido com idade gestacional $\geq$ 35 semanas, suas classificações e características.	A encefalopatia bilirrubínica é uma doença prevenível e sua prevenção engloba desde o pré-natal até o acompanhamento após a alta hospitalar. Em nível de vigilância promover políticas públicas para prevenir sequelas.
ARAÚJO, Ingrid Rafaela Barboza et al. 2014.	Assistência de enfermagem ao recém-nascido com icterícia neonatal: uma revisão integrativa.	Descrever a abordagem das produções científicas sobre a assistência de enfermagem ao recém-nascido com Icterícia Neonatal.	Icterícia Neonatal e seu tratamento através da fototerapia, deve-se ter cuidados com a pele do recém-nascido e promover a irradiância adequada, quanto ao Conhecimento e percepção de mães observou-se o desconhecimento das mães sobre o tratamento, logo durante a assistência de enfermagem enfatizaram a comunicação com a mãe é um instrumento básico para o tratamento. É importante a monitorização do aparelho da fototerapia, sempre realizando os registros no prontuário.

GOMES, Nathália Silva; TEIXEIRA, Jesislei Bonolo do Amaral; BARICHELL O, Elizabeth, 2010.	Cuidados ao recém-nascido em fototerapia: o conhecimento da equipe de enfermagem.	Analisar o conhecimento da equipe de enfermagem nos cuidados ao recém-nascido e complicações da fototerapia.	A fototerapia só deve ser iniciada após uma anamnese cuidadosa. A equipe deve estar atenta para prevenir possíveis complicações, sendo necessário que os enfermeiros sejam qualificados para proporcionar adequada assistência durante o tratamento.
ROSÁRIO, S.S. D.; FERNANDES A.P.N.L.; LIMA, L.K.S. et al. 2013.	Assistência de Enfermagem ao Recém Nascido com Icterícia em uma Maternidade.	Descrever como é realizada a assistência do enfermeiro ao recém-nascido com icterícia, identificando a concepção e dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros.	Percebem-se algumas lacunas ao conhecimento sobre a icterícia, onde o enfermeiro precisa estar preparado cientificamente quanto fisiopatologia e as intervenções sistemáticas de enfermagem.

Fonte: Autoria própria, 2017.

Grande parte dos estudos teve por objetivo descrever a assistência do enfermeiro ao recém-nascido com icterícia, recomendando a fototerapia de escolha para o tratamento e as evidências com o objetivo de minimizar os riscos para o RN. O tratamento preliminar para a hiperbilirrubinemia é a fototerapia sendo considerado um método não invasivo e de grande impacto na diminuição das bilirrubinas plasmáticas. Seu êxito depende principalmente da superfície do neonato exposta à luz e a irradiância, ou seja, quanto maior sua intensidade aumenta sua eficácia. (FERREIRA, NASCIMENTO, VERÍSSIMO, 2009). O Ministério da Saúde (2011) refere que quanto maior a área do corpo exposta à luz, maior será a eficácia do tratamento. Portanto, a fototerapia é mais eficiente quando a irradiância é adequada. Diante das evidências dos benefícios, é necessário relatar também os alguns efeitos colaterais que podem ser esperados no RN tratamento da fototerapia. Os principais são: eritema, bronzeamento, queimadura, letargia, desidratação, aumento do número de evacuações com fezes amolecidas, hipertermia, hipocalcemia e possível lesão da retina. Portanto se faz necessário uma atenção para os cuidados durante o procedimento com o objetivo de preservar a saúde do neonato (MOURA et al., 2014 apud PAIVA; LIEBERENZ, 2017). Assim, os cuidados ao RN em fototerapia são relacionados aos efeitos colaterais e as prováveis complicações (PAIVA, 2017). Logo, buscamos identificar quais os planos de cuidados ideais de enfermagem.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM DURANTE O USO DE FOTOTERAPIA
Despir o RN
Proteger os olhos com cobertura radiopaca
Observar hidratação da pele
Aumentar a oferta hídrica (amamentação)
Realizar balanço hídrico

Monitorar consistência e o número das eliminações
Cobrir a solução parenteral e o equipo com papel alumínio
A proximidade excessiva da fonte pode causar queimaduras. Por isso é importante respeitar orientações do fabricante.
Orientar aos responsáveis pelo RN quanto a importância do tratamento
Registrar os cuidados no prontuário

A comunicação entre o enfermeiro e a família é uma ferramenta essencial garantindo assim segurança no enfrentamento e adesão no tratamento quando o RN for submetido a algum procedimento com intuito de preservar a vida, pois os pais ou responsáveis tem direito a orientação e informação sobre a conduta a ser abordada (ARAUJO et. al. 2014). Durante o tratamento há uma fragilidade em relação a familiares e responsáveis, logo se faz necessária a orientação por parte do profissional de enfermagem de forma nítida e objetiva, esclarecendo o tratamento que o RN está sendo submetido, seus benefícios e consequências com a finalidade de ofertar apoio emocional e tranquiliza-los. (IVO et al., 2017). Diante do exposto viu-se a necessidade do aperfeiçoamento e preparação do profissional de enfermagem a fim de tornar mais completo o plano de cuidados na prestação da assistência relacionada a fototerapia para que haja a padronização e heterogeneidade na forma de cuidar (PAIVA; LIEBERENZ, 2017). O enfermeiro deve gerenciar sua equipe e o cuidado prestado ao RN icterício através da avaliação da situação clínica visando qualidade, eficiência e segurança no tratamento do paciente (PAIVA; LIEBERENZ, 2017). **CONCLUSÃO:** A icterícia nos recém-nascidos é uma patologia que necessita de muitos cuidados, desde o diagnóstico, como no tratamento até a cura. A fototerapia é o tratamento mais indicado, gerando o mínimo de desconforto ao RN e fundamental para prevenir complicações mais graves. É essencial que o enfermeiro esteja preparado para desenvolver competências e habilidades a fim de aperfeiçoar a eficiência e eficácia do tratamento, restabelecendo a saúde dos neonatos, reduzindo os efeitos colaterais e promoção do vínculo mãe-filho. Embora o tratamento seja simples, para a família é algo muito difícil. Quando a família é inserida no cuidado ao neonato, torna-se mais seguro e confiante o processo de hospitalização. Portanto, a enfermagem promove a assistência ao RN em sua integralidade, sendo fundamental a utilização da sistematização de enfermagem como instrumento norteador para o plano de cuidados do neonato em fototerapia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Fernanda Branco; DRAQUE, Cecília Maria. Icterícia no recém-nascido com idade gestacional > 35 semanas. Sociedade Brasileira de Pediatria Departamento de Neonatologia. **Documento Científico** de nov. 2012.

ARAUJO, Ingrid Rafaela Barboza et al. Assistência de enfermagem ao recém-nascido com icterícia neonatal: uma revisão integrativa. **Rev. de Enfermagem Ufpi**, Teresina, v. 1, n. 3, p.120-124, jan., 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

CHIRIBOGA, Martha Altamiro et al. **MANUAL de Enfermagem**: enfermagem materno-infantil. Baruerí, SP: Vergara, Brasil, 2008. 423p.

FONSECA, Ariadne da Silva; JANICAS, Rita de Cássia Silva Vieira. **Saúde Materna e Neonatal** – São Paulo (SP): Martinari, 2014. 252p.

GOMES, Nathália Silva; TEIXEIRA, Jesislei Bonolo do Amaral; BARICHELO, Elizabeth. Cuidados ao recém nascido em fototerapia: o conhecimento da equipe de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 342-7, jul. 2010. ISSN 1518-1944. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/6507>>. Acesso em: 14 out. 2017.

IVO, Rafaela Seixas et al. Percepção materna e construção de um material educativo sobre fototerapia. **Revista de enfermagem UFPE on line - ISSN: 1981-8963**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 1207-1215, fev. 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13496>>. Acesso em: 14 out. 2017.

PAIVA, Edila Isabel de; LIEBERENZ, Larissa Viana Almeida. O CUIDADO AO RECÉM-NASCIDO EM USO DE FOTOTERAPIA E O CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM PARA MANUSEIO DO EQUIPAMENTO. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, [S.l.], v. 5, n. 2, ago. 2017. ISSN 2525-359X. Disponível em: <<http://jornal.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/533>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ROSÁRIO, S.S. D.; FERNANDES P.N.L.; LIMA, L.K.S. et al. Assistência de Enfermagem ao Recém Nascido com Icterícia em uma Maternidade. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Pernambuco on line**, Recife, 7 (esp): 7017-23, dez., 2013.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO DURANTE A CONSULTA DE PUERICULTURA

AUTORAS:

Alenuska Katiely Mota de Farias
Karolina de Moura Manso da Rocha
Maria da Conceicao Felix Torquato Cordeir
Maria de Lourdes de Lima Silva
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: O objetivo do estudo é descrever a assistência de Enfermagem ao recém-nascido durante a consulta de Puericultura. **METODOLOGIA:** pesquisa do tipo revisão integrativa na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre abril a outubro de 2017, através das bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Critérios de inclusão: estudos de 2012 a 2017, na língua portuguesa, gratuitos e online. Critérios de exclusão: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** A assistência à criança começa na vida intrauterina durante o pré-natal, sendo acompanhada nos serviços de saúde, pelo médico e enfermeiro, com continuidade após o nascimento, por meio de consultas sistematizadas, mediante problemas futuros e agravos comuns no desenvolvimento infantil de acordo com a fase de vida da criança. **CONCLUSÃO:** A execução das técnicas nas praticas de cuidados durante as consultas de puericultura são desenvolvidas com excelência, porém a assistência ao recém-nascido não se limita apenas em desenvolver as técnicas, mas sim assistir de maneira integral.

Palavras - chave: Assistência de enfermagem. Puericultura. Recém-nascido.

INTRODUÇÃO: O período neonatal compreende de 0 a 28 dias de vida do recém-nascido (RN), sendo este um período onde o RN precisa adaptar-se a uma nova vida extrauterina. Trata-se de um momento de transição fisiológica onde o RN encontra-se vulnerável a riscos ambientais, biológicos, socioeconômicos e culturais, necessitando assim de atenção minuciosa nos cuidados de saúde ofertados ao RN, no intuito de proteção e garantia de uma saúde integral na atenção primária (MULLER, ZAMPIERI, 2014). Para ofertar estes cuidados de saúde na atenção primária, a consulta de puericultura deve ser realizada ainda no período neonatal, tendo como objetivo a prevenção de doenças e promoção da saúde do RN, no intuito de manter a criança saudável, e que na vida adulta não venha apresentar problemas relacionados à infância. Além disso, consiste em acompanhar o RN de forma sistematizada, por meio de consultas periodicamente, para avaliar o crescimento e desenvolvimento, amamentação, estado nutricional, vacinação, como também identificação precoce de agravos, orientação a mães e famílias, estabelecendo um cuidado humanizado pelo enfermeiro (COSTA et al., 2014). Desse modo, o papel do enfermeiro na consulta de puericultura é de grande responsabilidade e fundamental importância na vigilância da saúde da criança, o qual viabiliza o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, contribuindo para diminuição no índice de morbimortalidade infantil e nas melhorias de qualidade de vida ao público infantil (REICHERT, 2012). Ainda na consulta de puericultura,

este é o momento oportuno do enfermeiro prestar apoio psicológico, estimular o aleitamento materno exclusivo, orientar sobre a importância da imunização, verificar a triagem neonatal, auxiliar diante as dificuldades e esclarecer dúvidas a mãe e família. Além destes cuidados, é de valia que sejam avaliadas as condições do nascimento, intercorrências clínicas na gestação, parto e período neonatal, bem como antecedentes familiares durante a anamnese (BRASIL, 2012). A consulta de Enfermagem na puericultura tem por finalidade prestar uma assistência de qualidade, sistematizada através de planejamentos de cuidados, com base na prevenção, promoção, e reabilitação da saúde da criança (COSTA et al., 2014). Dentro desta perspectiva e, a partir de vivência profissional na Estratégia de Saúde da Família (ESF) pode-se perceber fragilidades entre o que está preconizado no Ministério da Saúde na consulta da puericultura e o que ocorre na prática. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: como ocorre, na literatura científica nacional, a Assistência de Enfermagem ao recém-nascido durante a consulta de Puericultura? Este estudo contribuirá para uma reflexão sobre a sistematização e realização de cuidados, práticas e condutas desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem na consulta de puericultura, com relevância numa assistência humanescente, bem como irá contribuir nas pesquisas sobre esse tema. Portanto, o objetivo deste estudo é descrever como ocorre a Assistência de Enfermagem ao recém-nascido durante a consulta de Puericultura.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa, pois é um método de revisão que engloba vários tipos de estudos, sejam eles, teóricos, empíricos, ou abordagens metodológicas, que possam contribuir as pesquisas (POMPEO, ROSSI, GALVAO, 2009). Para a construção desta, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos, análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu entre abril a outubro de 2017, através das bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Acervo de Recursos Educacionais em Saúde, (UNA-SUS) Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Ministério da saúde (MS). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: assistência de enfermagem, puericultura, recém-nascido. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem and puericultura, assistência de enfermagem and recém-nascido, puericultura and recém-nascido. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados de 2012 a 2017, na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Ao final, foram detectados 10 artigos. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Por meio da leitura e análise dos artigos pesquisados, detectou-se que consulta de puericultura para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, é uma oportunidade de criar o vínculo entre usuário e profissional contribuindo na qualidade

de oferta no serviço prestado diante das necessidades da população. Assim, a assistência de enfermagem durante a consulta de puericultura contempla a realização da anamnese, seguido do exame físico céfalo-podálico e mensuração das medidas antropométricas (peso, perímetro cefálico, perímetro torácico e estatura) (FERREIRA, COSTA, ANDRADE, 2015). Além disso, o enfermeiro durante a consulta de puericultura deve realizar a avaliação de dentição, ausculta cardíaca e pulmonar, avaliação do estado nutricional, imunização, estado geral da criança e marcos do desenvolvimento de acordo com a idade. Juntamente ao exame físico, é significativo que exista a orientar aos pais/responsáveis sobre a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, introdução de alimentos complementares na idade adequada, higiene oral, íntima e do ambiente de convívio, banho de sol, suplementação de ferro e vitamina A, em caso de cólicas ensinar práticas e exercícios de conforto e cuidados para prevenção de acidentes domésticos (SOARES et al., 2016). Neste contexto, a busca de informações e coleta de dados, realizada na entrevista com a genitora no momento da consulta é fundamental para uma anamnese excelente. Para isto, o profissional deve considerar a escuta de perguntas e dúvidas trazidas pela mãe e esclarecidas de acordo com a conduta, bem como a realização de medidas antropométricas, avaliação do estado nutricional, desenvolvimento neuropsicomotor e vacinação (GAUTEIRO, 2012). Esta busca de informações com a genitora e o filho devem fazer parte da consulta de puericultura realizada pelo enfermeiro, e deve ocorrer perante as necessidades de saúde da família do RN, e dos condicionantes e determinantes, a política nacional de promoção à saúde propõe a ampliação de intervenções com um olhar holístico para a melhoria da qualidade de vida desse público, e que seja articulado diretamente nos determinantes do processo saúde-doença, refletindo assim na perspectiva de saúde ampliada e produção de cuidados baseados no diálogo, acolhimento e interação com os profissionais de saúde envolvidos (SOARES et al., 2016). Dentro deste contexto, pode-se inferir que a prática de educação em saúde propicia momentos para uma autorreflexão dos profissionais de saúde e enfermeiros sobre os desenvolvimentos de suas atribuições, exteriorização das dificuldades, medos e inseguranças de forma positiva e eficaz, melhorando a qualidade nos atendimentos. Diversos são os obstáculos encontrados pelos profissionais de saúde no exercício de sua profissão, desde problemas estruturais, falta de insumos e equipamentos necessários, transporte e materiais socioeducativos que impossibilitam o desempenho de suas atividades, além de enfrentar em sua rotina profissional desmotivada, divergências de condutas, carência de cursos de capacitação das equipes de saúde, limitações de apoio referente à gestão municipal. Acredita-se que o trabalho humanescente é uma maneira de proporcionar saúde e bem-estar dos indivíduos com condições vulneráveis de forma positiva (SOARES et al., 2016). Adequar à agenda de atendimentos do enfermeiro e profissionais de saúde no horário da consulta de puericultura e funcionamento da sala de vacina facilita o acesso e atendimento a puérpera e RN, garantindo o cuidado integral a qual lhe é de direito. A família precisa adaptar-se a novas mudanças para receber a criança que acaba de chegar a seu novo lar (fora do útero), a qual necessitará de cuidados especiais sendo valoroso que o profissional de saúde oriente e contribua com o apoio e atendimento humanizado (LIMA et al., 2016). Para que esse atendimento humanizado ocorra pelo enfermeiro, é de valia que após o nascimento e a alta hospitalar, a equipe de ESF realize a visita domiciliar a puérpera/RN no momento oportuno para prestar os cuidados necessários bem como orientar sobre a importância da imunização,

acolher e incentivar o aleitamento materno exclusivo e higiene adequada do bebê e ambiente. Após este primeiro contato, deve começar o acompanhamento das consultas de puericultura na própria unidade de saúde (SANTOS et al., 2016). Dentre as características do RN que devem ser avaliadas pelo enfermeiro, destaca-se o desenvolvimento neuropsicomotor da criança o qual deve ser avaliado para detectar precocemente possíveis alterações no processamento sensorial, evitando assim problemas futuros no desenvolvimento neuropsicomotor, o qual é associado a fatores ambientais e biológicos. Existem fatores no RN que influenciam diretamente no desenvolvimento neuropsicomotor como a prematuridade, na qual interfere o desenvolvimento cognitivo, motor e comportamental (BUFFONE, EICKMAN, LIMA, 2016). Ainda neste contexto, o enfermeiro deve observar no RN a presença de alguns sintomas que apresentam ter relação na alteração do processamento sensorial como: choro excessivo, irritabilidade, insônia e dificuldade na alimentação, no entanto, faz-se necessário um alerta a observação criteriosa na assistência à criança prematura, na qual repercute negativamente no processamento das informações sensoriais interferindo no desenvolvimento e comportamento da criança (BUFFONE, EICKMAN, LIMA, 2016). Além da avaliação do processamento sensorial, durante a consulta de puericultura, algumas patologias genéticas prevalentes nos neonatos devem ser investigadas e assim promover a detecção e tratamento precoce por meio da triagem neonatal com o teste do pezinho. Este é um exame laboratorial ofertado pelo SUS que deve ser colhido a partir do 3º ao 7º dia de nascimento, sendo preferencialmente no 5º dia, onde ocorre o rastreamento da fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, anemia falciforme, fibrose cística, hiperplasia adreno congênita e deficiência biotinase (MARQUI, 2016). Diante de todos estes cuidados que são ofertados pelo enfermeiro durante as consultas de puericultura, percebe-se a importância de orientar as futuras mães sobre a realização desta consulta desde o pré-natal e pós-natal, sobre a efetivação e finalidade do exame para a saúde e futuro de seus filhos para que as genitoras se sintam estimuladas a levar seus filhos ao acompanhamento de saúde (MARQUI, 2016). Assim, pode-se inferir que a consulta de puericultura busca diminuir a morbimortalidade infantil, prezar por uma assistência integral com qualidade, considerando fatores socioeconômicos, biológicos. Assim, nesta consulta faz-se necessário o planejamento de intervenções com ênfase na prevenção de fatores de risco, os quais alguns podem ser evitados (TEIXEIRA et al., 2016). Destaca-se uma atenção maior voltada à prematuridade, baixo peso ao nascer, gemelaridade e crianças pós-termo. Diante o exposto, faz-se necessário através da assistência qualificada durante a gestação, parto e puerpério, todavia esta preconizada a realização mínima de seis consultas de pré-natal em que durante as consultas é obrigatório aferição da pressão arterial, medição de altura uterina, peso da gestante e batimentos cardiosfetais, bem como o registro das informações e condutas prescritas no prontuário e cartão da gestante, tendo em vista a inclusão da gestante no programa rede cegonha (TEIXEIRA et al., 2016). No estudo de SANTOS et al. (2016) se evidencia a importância na qualidade da assistência ofertada pelo profissional de saúde ao público materno-infantil, sendo que estes devem estar capacitados a desenvolver um trabalho eficaz, começando pelo período gestacional, evitando, portanto, possíveis danos ou agravos à saúde da mãe e bebê, contribuindo a redução de complicações gestacionais, riscos para a prematuridade, baixo peso ao nascer, sendo estas causas evitáveis durante a gestação. Ainda no estudo de Santos et al. (2016), os óbitos maternos-infantis no Brasil, podem ser evitados, se houver uma assistência de qualidade no acompanhamento gestacional, contudo,

haja vista a necessidade de avaliar como está sendo desempenhado o serviço e desenvolver educação em saúde capacitando os profissionais para melhoria na qualidade da assistência, consequentemente prevenindo os óbitos materno-infantis e diminuindo o índice morbimortalidade infantil. **CONCLUSÃO:** Por meio desta pesquisa, percebeu-se a preocupação de vários autores sobre como estão sendo realizadas as ações de promoção, prevenção e reabilitação no serviço de saúde na consulta de puericultura, desempenhada pela enfermagem junto a equipe multiprofissional. Assim, é possível concluir que a execução de técnicas na prática de cuidados durante as consultas de puericultura são desenvolvidas com excelência, porém a assistência ao recém-nascido não se limita apenas em desenvolver as técnicas, ou meramente observar as características físicas e clínicas das crianças. Assim, é de valia que essa assistência ocorra de forma integral de forma a contemplar a saúde da família, propiciar uma ambiência humanescente, considerando a cultura e fatores psicossocioeconômico. Dentro desta perspectiva, é relevante a realização de educação permanente e continuada, no intuito de dispor profissionais preparados e capacitados a desempenhar um trabalho humanescente e de qualidade. Por fim, este estudo desperta para uma reflexão de como esta sendo desenvolvida a assistência de enfermagem ao RN, com a finalidade de percepção para a evolução de cada fase de vida da criança, bem como as fragilidades encontradas desde o acompanhamento do pré-natal, parto e puerpério até o desenvolvimento e crescimento, na qual possa conduzir intervenções específicas individuais ou coletivas, em momento oportuno, garantindo de forma integral e qualificada a saúde e bem estar do público infantil, consequentemente dos familiares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento. **Cadern.s de Atenção Básica**, n. 33. Brasília: MS, 2012. 272 p. Disponível em: <www.saude.gov.br/editora>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BUFFONE, Flávia Regina Ribeiro Cavalcanti; EICKMAN, Sophie Helena; LIMA, Marília de Carvalho. Processamento sensorial e desenvolvimento cognitivo de lactentes nascidos pré-termo e a termo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional: Brazilian Journal of Occupational Therapy**, Universidade Federal de São Carlos, v. 24, n. 4, p.695-703, ago. 2016. Disponível em: <bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-831758>. Acesso em: 03 out. 2017.

COSTA, D. D.O. et al. (Org.) **A saúde da criança e a saúde da família: crescimento e desenvolvimento e a assistência de enfermagem**. Universidade Federal do Maranhão – UNA-SUS/UFMA. São Luís/MA: 2014. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2079>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FERREIRA, Tainara Lôrena dos Santos; COSTA, Iris do Céu Clara; ANDRADE, Fábila Barbosa de. Avaliação do atributo integralidade em serviços de puericultura na atenção primária à saúde: Evaluation attribute integrality in childcare services in primary health care. **Revista Ciência Plural**, Santa Cruz/rn, v. 1, n. 1, p. 22-29, 09 abr. 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/bbo-43708>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GAUTERIO, D. P. et al. Puericultura em Enfermagem: perfil e principais problemas encontrados em crianças menores de um ano. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol.65, n.3, p.508-513, Brasília, mai-jun. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-650645>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

LIMA, Poliana Remundini de et al. Acesso e cuidado do recém-nascido em um programa de atenção à saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 18, n. 1156, p.1-9, mar. 2016. Disponível em: <bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-832799>. Acesso em: 05 set. 2017.

MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó de. TESTE DO PEZINHO E O PAPEL DA ENFERMAGEM: UMA REFLEXÃO. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, Uberaba/MG, v. 5, n. 2, p.96-103, ago./dez. 2016. Disponível em: <bvsalud.org/brasil/resource/pt/bde-29889>. Acesso em: 04 ago. 2017.

MULLER, E. B.; ZAMPIERI, M.F.M. Divergências em relação aos cuidados com o recém-nascido no centro obstétrico. **Escola Anna Nery**, v.18, n.2, p. 247-256, Rio de Janeiro, abr-jun. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-709670>>. Acesso em: 20 maio 2017.

POMPEO, Daniele Alcalá; ROSSI, Lídia Aparecida; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 22, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n4/a14v22n4.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

REICHERT, A. P. S. et al. Vigilância do crescimento infantil: conhecimentos e práticas de enfermeiros da atenção à saúde. **Revista Rene**, vol.13, n.1, p.114-26, Jan-fev. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-683619>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SANTOS, Elieni Paula dos et al. Mortalidade entre menores de um ano: análise dos casos após alta das maternidades. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 50, n. 3, p.1-10, 2016. Disponível em: <bvsalud.org/brasil/resource/pt/mdl-27556708>. Acesso em: 10 set. 2017.

SANTOS, Keite Helen dos et al. O TRABALHO DE PROFISSIONAIS NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: Work of professionals in health multiprofessional residency. **Revista Aps**, Universidade Estadual de Campinas, v. 19, n. 3, p.495-499, 2016. Disponível em: <bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-831938>. Acesso em: 08 set. 2017.

SOARES, Delane Giffoni et al. Implantação da puericultura e desafios do cuidado na estratégia saúde da família em um município do estado do Ceará. **Revista Brasileira em Promoção A Saúde**, Fortaleza(ce), v. 29, n. 1, p.132-138, 19 mar. 2016. Disponível em: <bvssalud.org/brasil/Resource/pt/biblio-827425>. Acesso em: 10 set. 2017.

A SÍNDROME DE BURNOUT E OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO

AUTORAS:

Rafaela Costa de Medeiros

Thayna Fonseca Pereira

RESUMO: O estudo pretende identificar a importância da síndrome de burnout para os profissionais de enfermagem. Trata-se de uma revisão da literatura, na Biblioteca virtual em saúde referente à síndrome de burnout e sua correlação com os profissionais de enfermagem que atuam nos centros hospitalares. Os resultados mostram que a síndrome de burnout é frequente em profissionais que lidam com seres humanos, destacando a enfermagem e evidenciando o quadro clínico, o que causa a síndrome e as intervenções de prevenção. Conclui-se que a síndrome de burnout é um problema de saúde que atinge muitos profissionais da enfermagem e que sua causa está ligada, principalmente as questões laborais, como melhorias no ambiente de trabalho com uma estrutura de qualidade, aumento salarial.

Palavras - chave: Profissionais de enfermagem. Burnout. Centro hospitalar.

INTRODUÇÃO: Uma das peculiaridades da profissão de enfermagem é a relação paciente-enfermeiro onde este profissional interage com o paciente, seja por meio de um cuidado clínico ou assistencial, buscando e proporcionando conforto e bem-estar físico e mental para os pacientes que estão sendo assistidos pela equipe de enfermagem (TAVARES et al., 2015). No entanto, a sobrecarga de trabalho, baixos salários, o ambiente insalubre, o estresse relacionado a gestão do cuidado, falta de recursos materiais, convivência com o sofrimento dos pacientes e o processo de morte, são situações cotidianas que desestabilizam o profissional de enfermagem desencadeando uma problemática na qualidade da assistência prestada ao paciente. Além disso, estas situações cotidianas também prejudicam a autoestima do profissional, além de serem importantes fatores de risco para desenvolvimento da Síndrome de Burnout nos profissionais de enfermagem que trabalham nas unidades hospitalares. A síndrome de burnout ou conhecida como estresse ou exaustão profissional, é caracterizada como um problema psicológico que se desenvolve nas pessoas, principalmente os profissionais da área da enfermagem, que estão diretamente ligadas as fontes crônicas de estresse presentes no ambiente de trabalho. Logo, a síndrome de burnout possuiu três componentes que se relacionam, mas independem um do outro, são eles: esgotamento emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal (GASPARINO, GUIARDELLO, 2015). Por conseguinte, a síndrome de burnout é mais próxima da enfermagem do que imaginamos, e muitos profissionais enfermeiros e até mesmo estudantes da área sofrem com esse problema, mas desconhecem os transtornos que a síndrome de burnout pode acarretar, por isso faz-se relevante o desenvolvimento de pesquisas sobre esta doença psíquica que atinge os profissionais da área (FUNCHAL, SILVA, SÁ, 2014). Diante de todo este cenário e, a partir das práticas vivenciais do cuidar em instituições hospitalares, foi possível perceber que as atividades desempenhadas pela equipe de enfermagem, podem estimular o desenvolvimento da síndrome de burnout. Através disso, o estudo levantou a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da síndrome de burnout para os profissionais de enfermagem? Nessa perspectiva, o estudo tem como objetivo identificar a

importância da síndrome de burnout para os profissionais de enfermagem.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo revisão da literatura a qual se baseia na reunião de vários materiais de diferentes atores e tenha relação com o tema proposto, contribuindo para ampliar o conhecimento do pesquisador, pois disponibiliza uma bagagem de conteúdo, sendo assim um dos primeiros passos para realização da pesquisa científica (LAKATOS, 2003). Assim, primeiramente foi realizada uma busca, de setembro a outubro de 2017, por meio da Biblioteca virtual em saúde (BVS) sobre a produção do conhecimento referente a síndrome de burnout e sua correlação com os profissionais de enfermagem que atuam nos centros hospitalares, por meio das bases de dados online Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os seguintes descritores em ciências da saúde (DeCs): “profissionais de enfermagem” “burnout” e “centro hospitalares”. Como critérios de inclusão foram utilizados artigos disponibilizados em texto completo, na língua portuguesa, publicados nos últimos cinco anos (2013 a 2017) e relacionados com o tema. Já os critérios usados para exclusão foram artigos em língua estrangeira, disponíveis apenas em resumo, com publicações anteriores ao ano de 2013 e que não condiziam com o objeto de pesquisa, bem como teses, monografias e dissertações. Os dados utilizados para a produção deste trabalho foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisas, observando o rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos pesquisados, o que concerne ao uso do conteúdo e de citação das fontes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os estudos sobre a Síndrome de Burnout começaram no ano de 1974 pelo psiquiatra Herbert J. Freudenberg, a discussão a respeito da síndrome deu início a partir das discussões em relação ao estresse, ambos são diferentes pois a burnout é considerado um processo crônico de estresse (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2016). Segundo Tavares et al.(2014) Burnout significa “queimar-se ou consumir-se”, que se apresenta quando o profissional passa por situações estressantes no local de trabalho, principalmente aqueles profissionais que trabalham diretamente com pessoas, no caso a enfermagem, que lida com o sofrimento e a perda no seu dia-a-dia, o que acaba desencadeando problemas psicossomáticos, cuja a maioria das reclamações são esgotamento físico e emocional, estresse, perda da vontade de trabalhar, sentimento de desvalorização. Nesse sentido, Rissardo e Gasparino (2013) ressaltam que a enfermagem está entre as profissões que mais sofrem de estresse no setor público, devido o contato com inúmeras doenças e com o processo de morte, principalmente fases terminais, a complexidade dos procedimentos realizados pelos enfermeiros, a sobrecarga de trabalho, desvalorização do profissional, acidentes de trabalho, baixa remuneração, as dobras de plantão noturno, entre outras situações que fragilizam o aspecto psicológico dos profissionais de enfermagem. Vale ressaltar que esta síndrome possui várias causas, as quais podem estar relacionadas com o próprio ambiente de trabalho da enfermagem como insalubridade, problemas pessoais que acabam influenciando no comportamento do profissional enfermeiro e problemas interpessoais, como por exemplo, o envolvimento com o paciente em enfermo que exige um grande controle emocional do profissional, e também o mau relacionamento com a equipe ou com a função que desempenha na equipe de enfermagem. Isso muitas vezes ocorre pois, às vezes, o profissional desempenha por meses a mesma função, o que lhe confere a sensação de monotonia e desânimo (GASPARINO, GUIARDELLO, 2015). Os sinais e sintomas apresentados pelos profissionais de enfermagem que adquirem a

síndrome de burnout são variados, podendo apresentar desde ações comportamentais anormais à transtornos psicológicos. Nessa perspectiva, os sinais que podem ser percebidos no profissional de enfermagem são exaustão, apatia, cansaço físico e mental, bem como a falta de energia. Já os sintomas são fadiga, cefaleia, enxaqueca persistente, dificuldade de concentrar nas suas atividades laborais, desânimo, tristeza e impaciência. Com isso, o profissional de enfermagem tende a se isolar da equipe e começa a apresentar desinteresse pelo trabalho e consequentemente pouca produtividade (MULATO, BUENO, 2014). Partindo desse pressuposto, de acordo com o nível de burnout que o profissional apresentar, é interessante realizar algumas intervenções de prevenção como sensibilizar o profissional para que ele desenvolva a resiliência com as dificuldades, bem como alertar o profissional de enfermagem sobre os sinais e sintomas para que o mesmo possa identificar e procurar ajuda (MULATO, BUENO, 2014). **CONCLUSÃO:** Em síntese, é necessário compreender que a síndrome de burnout é um problema de saúde que atinge muitos profissionais da enfermagem e que sua causa está ligada, principalmente as questões laborais, como melhorias no ambiente de trabalho com uma estrutura de qualidade, aumento salarial. Mas, o caminho é longo para mudar a realidade do trabalhador brasileiro. Além disso, é indubitável a importância do autocuidado que o profissional deve ter, ou seja, cuidar de si para poder cuidar do outro, para isso é válido buscar alternativas terapêuticas com psicólogos que irão auxiliar para ajudar o profissional com as dificuldades laborais, pessoais e interpessoais. Vale ressaltar, que existe uma fragilidade no estudo sobre a síndrome de burnout, o que é um problema porque quanto menos se pesquisa sobre um assunto menos conhecimento se tem sobre ele. Por esse motivo que muitos profissionais por não conhecerem os efeitos dessa doença, os confundem com estresse, mas burnout vai muito além.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G.F.; OLIVEIRA, L.P.S. Características da síndrome de burnout em enfermeiros da emergência de um hospital público. **Revista enfermagem contemporânea**. jan./jun.; n.5, v.1. p. 34-42, 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/834>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- FUNCHAL, B.; SILVA, P.O.M.; SÁ, A.M.S. Burnout: o impacto da satisfação no trabalho em profissionais de enfermagem. **Psicologia & Sociedade**. n.26 v.3. p.664-674, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a15v26n3.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- GASPARINO, R.S.; GUIRARDELLOS, E.B. Ambiente da prática profissional e burnout em enfermeiros. **Rev Rene**. jan-fev; n.16. v.1.p.90-6, 2015. Disponível em<<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/1862/pdf>> Acesso em: 04 out. 2017.
- MULATO, S.C.; BUENO, S.M.V. (Des)conhecimento da síndrome de burnout entre acadêmicos de enfermagem. **Revenferm UERJ**. Rio de Janeiro. mar/abr; n.22. v.2. p.206-11, 2014. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/bde-28009>. Acesso em: 04 out. 2017.

RISSARDO, M.P.; GASPARINO, R.C. Exaustão emocional em enfermeiros de um hospital público. **Esc Anna Nery (impr.)**. jan./mar; n.17. v.1.p.128 – 132, 2013. Disponível em <<http://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/bde-24000>> Acesso em: 04 out. 2017.

TAVARES, K.F.A. et al. Ocorrência da síndrome de Burnout em enfermeiros residentes. **Acta Paul Enferm.** n.27, v.3. p.260-5. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002014000300260&script=sci_abstract&lng=es> Acesso em: 04 out. 2017.

FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

AUTORAS:

Dalila Mayara Sales da Silva

Joseana da Costa Silva

Sergiana Nayalia Nunes da Silva

RESUMO: INTRODUÇÃO: A violência obstétrica consiste em um problema de saúde pública nos dias de hoje podendo causar sérios danos à saúde da mulher. O objetivo desse trabalho foi descrever os fatores que contribuem para o desencadeamento de violência obstétrica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura realizada na Biblioteca Virtual de Saúde na base de dados The Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores: “violência obstétrica contra a mulher”, “saúde da mulher” e “parto humanizado”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A violência obstétrica é qualquer ato que possa causar morte, sofrimento físico, moral, sexual ou psicológico a mulher. Fatores relacionados a más condições de trabalho estão diretamente relacionados ao desencadeamento da violência obstétrica, além da falta de conhecimento e de humanização. **CONCLUSÃO:** O enfrentamento para superação dessa forma de violência deve ser abraçada por todos que estão envolvidos na assistência a saúde através de boas práticas e atitudes humanescentes no cumprimento dos direitos da gestante.

Palavras - chave: Violência obstétrica contra a mulher. Saúde da mulher. Parto humanizado.

INTRODUÇÃO: A violência obstétrica caracteriza-se por um grande problema social que ao longo da história vem em grande expansão. Na atualidade há vários relatos de casos ocorridos no cotidiano das gestantes/mulheres, em maternidades de todo mundo onde sofrem com discriminação de cor, raça ou religião e até mesmo por causa de suas condições sociais (ANDRADE; AGGIO, 2014). A violência obstétrica é qualquer ato que possa causar morte, sofrimento físico, moral, sexual ou psicológico a mulher. Hoje tem sido presente nos serviços de saúde e no convívio familiar e muitas vezes não é identificada a violência pelas mesmas por não saberem o que significa (ANDRADE; AGGIO, 2014). A violência obstétrica é caracterizada por qualquer ato exercido por profissionais de saúde, tratando de forma desumanizada, abusando de medicalização, realização de manobras de forma inadequada, como a manobra de Kristeller, restrição ao leito para que a mulher não se movimente, indução ao parto, isolar a mulher e não permitir acompanhante, não deixar que a mulher grite ou converse, realização de episiotomia sem necessidade etc. (ANDRADE; AGGIO, 2014). O parto é para acontecer como um processo natural e não patológico. Esse tipo de violência acontece também pelo despreparo de alguns profissionais de saúde ou pela falta de aquisição de novos conhecimentos (CASTRO; CLAPIS, 2005). Em 2010, uma pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que 25% das mulheres que tiveram partos normais (nas redes pública e privada) relataram terem sofrido maus-tratos e desrespeito durante o trabalho de parto, parto e/ou pós-parto imediato. Mostraram que a violência institucional está frequentemente presente na atenção ao parto e representa um grave problema de saúde pública no Brasil (SENA; TESSER, 2017).

Segundo Diniz (2001), muitas mulheres atendidas nas maternidades brasileiras são desrespeitadas, submetidas a situações humilhantes, e isso é especialmente verdadeiro para mulheres em situações adicionais de vulnerabilidade e discriminação, como é o caso das mulheres negras, usuárias de drogas ou portadoras do vírus do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). A assistência desrespeitosa e insegura ao nascimento vai além de ser uma má prática, representa uma forma de violência de gênero e de desrespeito aos direitos humanos. No Reino Unido, houve um movimento em 1958, quando foi criada uma Sociedade para Prevenção da Crueldade contra as Grávidas. A carta que convoca a fundação dessa sociedade, publicada originalmente no jornal *Guardian*, afirma que nos hospitais, as mulheres têm que enfrentar a solidão, a falta de simpatia, a falta de privacidade, a falta de consideração, a comida ruim, o reduzido horário da visita, a insensibilidade, a ignorância, a privação de sono, a impossibilidade de descansar, a falta de acesso ao bebê e rotinas estupidamente rígidas. As maternidades são muitas vezes lugares infelizes, com as memórias de experiências infelizes. (SENA; TESSER, 2017). No Brasil, o tema já vinha sendo abordado em trabalhos feministas, na academia e fora dela. O pioneiro *Espelho de Vênus*, do Grupo Ceres na década de 1980, fazia uma etnografia da experiência feminina, descrevendo explicitamente o parto institucionalizado como uma vivência violenta. Esse grupo de pesquisadoras ativistas publicou depoimentos demonstrando que não é apenas na relação sexual que a violência aparece marcando a trajetória existencial da mulher. Também na relação médico-paciente, onde os sentimentos de desamparo e desalento surgem quando a mulher assiste seu corpo ser manipulado quando recorre à medicina nos momentos mais significativos da sua vida, na contracepção, o parto, o aborto (DINIZ; et. al., 2015). O parto é um momento único para a mulher e deve ser realizado da maneira mais humanizada possível, a mulher deve ser tratada como singularidade, ter apoio emocional e vínculo mãe e filho, assim garantindo os direitos da mulher. Portanto deve-se respeitar a individualidade de cada mulher e oferecer um acolhimento humanizado, fazendo com que ela não peregrine de maternidade em maternidade. Neste contexto surgiu o interesse em estudar sobre a temática e formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as principais causas de violência obstétrica? Para responder a questão traçou-se o objetivo de investigar na literatura as principais causas de violência obstétrica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura que é uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema (ROTHER, 2007). A Busca de dados foi realizada na Biblioteca Virtual de Saúde na base de dados The Scientific Electronic Library Online (SciELO) no período de abril a junho de 2017. Foram utilizados os descritores: “violência obstétrica contra a mulher”, “saúde da mulher” e “parto humanizado”. Os critérios de inclusão foram: artigos em português do ano de 2001 à 2017 artigos completos e artigos gratuitos; e os critérios de exclusão: artigos do ano de 2005 e artigos em inglês e espanhol. Para a amostra dessa revisão foram selecionados 06 artigos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A violência é uma questão social e, portanto, não é objeto próprio de nenhum setor específico. Ela se torna um tema mais ligado a saúde por está associada a qualidade de vida pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção de cuidados dos serviços médico-hospitalares. (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Os tipos de violência obstétricas são: verbal, física, sexual e negligência. Violência verbal refere-se a tratamento rude, ameaças, gritos, compreensão, humilhação e abuso verbal.

Violência física é identificada como agressões, procedimentos violentos e, até mesmo não utilização da analgesia quando indicada. Violência sexual é a menos praticada no serviço de saúde, sendo caracterizada por estupro ou abuso sexual. A negligência trata-se da omissão dos profissionais para com as parturientes. (SANTOS; SOUZA, 2015). A violência obstétrica também pode ser melhor identificada pela peregrinação da mulher gestante por diversos serviços até receber o atendimento; falta de escuta e de tempo para a clientela; frieza, rispidez, falta de atenção, a negligência e maus-tratos dos profissionais com os usuários, motivados até por discriminação ocorrendo assim violação dos direitos reprodutivos. (SANTOS; SOUZA, 2015). Os fatores que levam a violência obstétrica, muitas vezes estão relacionados a problemas do sistema como por exemplo: os profissionais não tem alimentação adequada, água para fazer a lavagem das mãos, materiais necessários para realização de procedimentos, sobrecarga de trabalho pois muitos trabalham em três empregos diferentes chegam esgotados nos serviços encontrando-se portanto essas situações de descaso. Pode-se neste contexto questionar-se: como esses profissionais terão humanescência se eles estão nessas situações de vulnerabilidade tão quanto a gestante? VENDRUSCOLO; et. al., 2014). Em 2011, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Saúde criam o Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê, que apresenta as políticas públicas de saúde voltadas para a efetivação dos direitos da gestante e do bebê. Assim, a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher desenvolve ações que promovem atendimento clínico-ginecológico, planejamento reprodutivo, acompanhamento do pré-natal e atendimento às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual (UNICEF, 2011). (PASCHOAL et al., 2017). Por intermédio dessa política, é garantido a gestante o direito à saúde na gravidez com a realização de pré-natal, parto e pós-parto de qualidade. Ainda, são reservados a ela os direitos trabalhistas e sociais, os quais regulamentam o vínculo de trabalho da gestante com o empregador - garantindo a manutenção do emprego; preferência de atendimento, acesso à porta da frente de lotações e assento preferencial. Além disso, as grávidas têm direito ao Cartão da Gestante, onde são registradas todas as informações sobre o estado de saúde da mãe durante o pré-natal, o desenvolvimento da gestação e os resultados dos exames (UNICEF, 2011). (PASCHOAL; Et. al., 2017). Dentro desse contexto, no ano de 2011, o Ministério da Saúde cria a Rede Cegonha, uma estratégia operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e fundamentada nos princípios de humanização da assistência às mulheres e às crianças, que tem por objetivos propor um novo modelo de atenção ao parto, nascimento e à saúde da criança, num formato de atenção que garanta o acesso, acolhimento, resolutividade e reduzir a mortalidade materna e neonatal (Brasil, 2011). (PASCHOAL et al., 2017). Outra importante conquista para os direitos das mulheres foi a Licença Maternidade às servidoras públicas por seis meses, Lei nº 11.770 de 9 de setembro de 2008, decretada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que altera a Lei anterior nº 8.212 de 24 de julho de 1991 (Brasil, 1991; Brasil, 2008). Essa lei permite prorrogar o prazo de licença maternidade, tanto para puérperas quanto para adoção ou guarda judicial para fins de adoção, por sessenta dias partindo do prazo estipulado pela Constituição Federal, inciso XVIII do caput do art. 7º (Brasil, 1988). (PASCHOAL et al., 2017). Orientar a mulher sobre seus direitos, para registrar a denuncia se a instituição descumpridora for o hospital publico ou convencionado ao SUS a denuncia pode ser feita pelo telefone 136 ou encaminhada a secretaria estadual de saúde do seu estado ou município. E para denunciar se a instituição descumpridora for hospital

particular procure a ouvidoria do hospital e formalize a denúncia (DINIZ; 2001). Além disso, denuncie na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) pelo telefone 0800 701 9656 (ligação gratuita) ou pelo formulário no site ou pessoalmente nos núcleos da ANS. É possível denunciar também no PROCON da sua cidade. Em ambas as situações (particular ou pública) é possível também denunciar a conduta junto ao ministério público da sua cidade pedindo averiguação da instituição. E se a mulher quiser entrar com uma ação de reparo de danos, a mesma deve solicitar ao hospital o seu prontuário e do bebê ou pedir ao médico ou unidade de saúde o prontuário do seu pré-natal. A cópia do prontuário é um direito do paciente (Portaria do Ministério da Saúde nº 1.820/2009). Ações no juizado de pequenas causas pode ser proposta sem advogado. Porém, um profissional habilitado conhece melhor a linguagem jurídica e terá melhores ferramentas para trabalhar em prol da obtenção dos seus direitos. E se você não possui comprovadamente condições de pagar um advogado, procure a defensoria pública da sua cidade. O direito de cesso a justiça é garantido a todos constitucionalmente. (DINIZ; 2001). O papel da enfermagem é fornecer as informações sobre a assistência ao parto para as usuárias como rotina de pré-natal, oferecer cursos de gestantes no serviço de saúde, atividades educativas, pois é essencial a promoção em saúde fazer campanhas de promoção de saúde. Informar a essas usuárias o direito do acompanhante que esta prevista em lei (LEI nº 11.108, de 7 de abril de 2005).(DINIZ; 2001). O parto e o nascimento, que eram vistos como um evento fisiológico e feminino, começam a ser encarados como um evento médico e masculino, Neste modelo tecnocrático, mulher deixou de ser protagonista, cabendo ao médico a condução do processo (Pasche et al., 2010; Sanfelice et al., 2014; Wolff &Waldow, 2008). A partir do século XX, acelerou-se o processo de hospitalização dos partos (Pasche et al., 2010), chegando ao final do século a quase 90% deles sendo realizados em hospitais (Rattner, 2009). Concomitante a esse fato, ocorreu um aumento do uso de tecnologias com o objetivo de “iniciar, intensificar, regular e monitorar o parto, tudo para torná-lo ‘mais normal’ e obter ganhos para a saúde da mãe e do bebê” (Diniz & Chacham, 2006, p. 80). (ZANARDO et al., 2017). Com o intuito de aumentar a qualidade da assistência, tem-se medicalizado o parto, utilizando em larga escala procedimentos considerados inadequados e desnecessários, que muitas vezes podem colocar em risco a saúde e a vida da mãe e do bebê, sem avaliação adequada da sua segurança e sem base em evidências (Diniz &Chacham, 2006). (ZANARDO et al.,2017). Essas ações intervencionistas e, muitas vezes, desnecessárias, têm ocasionado a insatisfação das mulheres, que são relegadas a coadjuvantes nos processos de parto e nascimento. O parto passa a integrar um modelo centralizado na figura do médico e que exclui outros profissionais da saúde, como enfermeiras, que por formação estariam habilitadas para atender o parto normal (Sanfelice et al., 2014; Wolff &Waldow, 2008). (ZANARDO; Et. al.,2017). Trata-se de modelo médico de atenção hegemônico que exerce controle dos conhecimentos do corpo humano e da sexualidade, nesse caso da mulher (Aguilar, 2010; García, Diaz, & Acosta, 2013). (ZANARDO; Et. al.,2017). A atuação do enfermeiro durante o trabalho de parto auxiliando nas massagens durante o pré-parto, com o uso da bola suíça e do " cavalinho " ,com banhos mornos para ajudar na dilatação do colo. Favorecendo assim um parto natural sem uso de medicação para acelerar aquilo que deve ser um processo natural que é o parto. realidade brasileira é caracterizada por um atendimento com abuso de intervenções cirúrgicas, muitas vezes humilhante, em que há falta de informação às mulheres e até a negação ao direito ao acompanhante, o que é considerado um desrespeito aos

direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, além de uma violação dos direitos humanos (Diniz & Chacham, 2006; Leal et al., 2014; Pasche et al., 2010; Tornquist, 2002). (ZANARDO; Et. al., 2017). Apesar de ser um direito garantido em lei (Lei do Acompanhante: Lei nº 11.108/2005), a mulher não é esclarecida quanto à possibilidade de escolher seu acompanhante durante o trabalho de parto até o pós-parto imediato, por vezes havendo restrições quanto ao gênero, impossibilitando a escolha do marido, ou ainda é negada a companhia (Rede Parto do Princípio, 2012). No final do século XX, também cresce o movimento da Medicina Baseada em Evidências, que busca basear os cuidados médicos em evidências científicas de eficácia e segurança dos procedimentos (Diniz & Chacham, 2006; Rattner, 2009). (ZANARDO et al., 2017). Segundo as avaliações científicas e conforme já declarado pela OMS (World Health Organization, 1996a), o parto é entendido como um evento natural e o nascimento por via vaginal é considerado o melhor modelo quando levado em conta os desfechos de saúde materna e do bebê, sendo a intervenção mínima considerada o paradigma a ser seguido na assistência (Andrade & Lima, 2014; Diniz & Chacham, 2006). (ZANARDO; et. al., 2017). Situações que possam levar a complicações de saúde para mãe ou a criança são exceções a essa regra, e nesse momento deve ser avaliada a indicação de intervenções compatíveis com a segurança e os melhores desfechos de saúde (Diniz & Chacham, 2006). (ZANARDO et al., 2017). No Brasil, procedimentos como a episiotomia, corte que envolve vários tecidos importantes do aparelho reprodutor feminino responsáveis pela contenção urinária e fecal, são realizados sem o consentimento da paciente, que não é informada dos riscos nem da necessidade ou efeitos adversos. Essas práticas médicas apresentam uma incongruência com os preceitos que propõe a Medicina Baseada em Evidências (Rede Parto do Princípio, 2012). (ZANARDO et al., 2017). **CONCLUSÃO:** De acordo com o que foi exposto, verificou-se que a violência obstétrica constitui um grave problema de saúde pública. Vários fatores, dentre eles o esgotamento dos profissionais, as precariedades do serviço, carga horária extensa e também o despreparo contribuem para o aumento da violência obstétrica. A mulher é vista como algo crítico pela população, quando ela acaba engravidando cedo demais, sem ter ao menos idade suficiente para gerar um filho, solteira e a gravidez não ter sido planejada, e acaba sendo alvo de várias críticas diante de todos que vê essa situação de forma preconceituosa. A prevenção e a superação dessa forma de violência devem ser abraçadas por todos que estão envolvidos na assistência com medidas inovadoras que melhorem a segurança dessas pacientes e também para garantir seus direitos. A enfermagem abrange métodos técnicos para a prevenção da violência obstétrica em ambientes de média de alta complexidade, levando em si um conjunto de precauções para identificação desse tipo de acontecimento. Algumas formas de prevenção diante da violência é ser retirada a forma como se aborda uma gestante ou parturiente, de forma crítica e preconceituosa, excluindo esse método, e levar junto de si com a equipe de enfermagem métodos que lhe apoiem diante daquele momento delicado da paciente. As formas, mas acolhedoras que estimulam são: Indicação de massagem e técnicas de relaxamento que auxiliam no alívio das dores provocadas pelas contrações, dialogar com a paciente sobre os métodos, de forma clara e sucinta.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Priscyla de O. Nascimento et al. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 16, n. 1, p.29-37, 2016. jan./mar., 2016.
- DINIZ, Carmen Simone Grilo. **Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades limites da humanização da assistência ao parto**. 2001. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.
- MCCALLUM, Cecilia; MENEZES, Greice; REIS, Ana Paula dos. O dilema de uma prática: experiências de aborto em uma maternidade pública de Salvador, Bahia. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.37-56, jan.-mar. 2016.
- OLIVEIRA, Tayse Ribeiro de et al. Percepção das mulheres sobre violência obstétrica. **Rev. Enferm.**, Porto Alegre., v. 1, n. 11, p.40-46, 2017. Jan. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/10539/pdf_2097>. Acesso em: 10 out. 2017.
- PASCHOAL, Aline et al. Direitos no período gravídico-puerperal: conhecimento das gestantes. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 113, p.1-6, 2013. Jun.. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13325&revista_caderno=14>. Acesso em: 16 out. 2017.
- SENA, Ligia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface: Comunicação Saúde Educação**, Florianópolis, Sc., v. 21, n. 60, p.209-220, jan./mar. 2017.
- SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. Parir é natural. **Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.1-6, 2016. Abr. - Jun. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1145/pdf_1145>. Acesso em: 16 out. 2017.
- ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho et al. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 29, p.1-11, 2017.

ERROS MEDICAMENTOSOS NA PERSPECTIVA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Aislanny Ingridy da Silva Soares
Alenuska Katiely Mota de Farias
Elaine de Freitas Morais Pinto
Isabel Cristina Geroncio Bezerra
Juliana Pereira de Lima da Rocha
Karolina de Moura Manso da Rocha

RESUMO: OBJETIVO: discutir os erros de administração de medicamentos pela equipe de enfermagem e as formas preventivas para minimizar tais ocorrências. **Metodologia:** revisão integrativa, para a construção foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas e coleta de dados através da base de dados eletrônica. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** as ocorrências dos erros se modificaram ou permaneceram sejam por uma ordem de fatores que não foram alterados ou por pouco investimento e cuidado na educação permanente de profissionais. Poucos profissionais têm a exata consciência da seriedade de que seus atos, por mais simples que sejam, por mais rotineiros que possam parecer. **CONCLUSÃO:** o proposto estudo identificou os principais motivos da equipe de enfermagem cometer tantos erros de medicação e estes acontecem desde a prescrição. É de suma importância ter acessibilidade a esses eventos e suas formas de prevenção uma vez que, o assunto é de incidência mundial e as estratégias devem buscar uma qualidade de assistência eficiente.

Palavras - chave: Erros. Medicamentos. Equipe de enfermagem.

INTRODUÇÃO: A equipe de enfermagem, formada por enfermeiro, técnico e auxiliares de enfermagem, tem como papel fundamental o cuidado e a proteção e segurança do paciente. Dentre esses cuidados, está a administração de medicamentos, procedimento que exige conhecimento, habilidades e responsabilidades por parte desta equipe (MAGALHÃES et al., 2015). O sistema de medicação nos hospitais envolve algumas etapas antes de chegar ao paciente: prescrição médica, distribuição, dispensação, transcrição de prescrição e administração do medicamento que inclui seguir passos como checagem do paciente certo, hora certa, via de acesso, entre outros aspectos (FRANCO et al., 2010). Mas, para isso, torna-se necessário o envolvimento de outros profissionais não somente o enfermeiro, constituindo, assim, uma equipe multiprofissional (TEIXEIRA; CASSIANI, 2010). Já que existe um sistema com várias etapas a serem seguidas dependentes uma das outras e executadas por uma equipe multiprofissional eleva o risco da ocorrência do erro de medicações que ocorrem mais frequentemente em hospitais, sendo classificados como eventos adversos preveníveis, podendo resultar ou não danos ao paciente (LISBOA, SILVA; MATOS, 2013). Muitos são os tipos de erros que envolvem medicações, e segundo Silva, Passos e Carvalho (2012), os mais comumente percebidos são encontrados na fase de preparo e na administração dos medicamentos. Oliveira e Melo (2011), afirmam que é o enfermeiro que determina horário, preparo e administração adequada das medicações e, para isso, torna-se necessário um conhecimento técnico-científico

para que haja monitoração dos efeitos colaterais e possíveis interações medicamentosas. Apesar de o enfermeiro ser responsável principalmente por todos os procedimentos foi identificado que este profissional, na maioria das vezes, não tem uma participação ativa por inúmeros motivos. (SILVA, PASSOS; CARVALHO; 2012). Pensando nessa perspectiva a presente revisão é de profunda importância para a equipe de enfermagem como um todo, a fim de discutir e identificar como ocorrem os erros medicamentosos e os métodos possíveis à serem postos em prática para minimizar tais erros. Devido a isso, questiona-se: quais os principais erros de medicação praticados pela equipe de enfermagem, de acordo com a literatura científica? Como prevenir esse evento? A relevância do estudo está em apresentar os motivos que levam os profissionais de enfermagem a cometerem tais erros, pois, sabe-se que os mesmos são ocorrências do cotidiano, a qualquer momento estamos vulneráveis a eles em qualquer circunstância, porém, erros graves levam a complicações severas e até mesmo a um óbito, quando o assunto é saúde e segurança do paciente a atenção deve ser minuciosa. Adiciona-se ainda, que o conhecimento sobre essas causas possibilite aos enfermeiros uma maior atenção e comprometimento, juntamente com a equipe devem ser avaliadas e prestadas com domínio e clareza de tal ato, o cuidado para com o paciente deve ter vigilância redobrada, podendo assim evitar erros e danos aos mesmos. Portanto, o objetivo do presente estudo é discutir os erros de administração de medicamentos pela equipe de enfermagem e as formas preventivas para minimizar tais ocorrências.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa, que se caracteriza por determinar o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente. (SOUZA, SILVA; CARVALHO, 2009). Para a construção desta, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise críticas da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através das bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Erros, Medicamentos, Equipe de enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: Erros and Medicamentos, erros and equipe de enfermagem, medicamentos and equipe de enfermagem. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa e inglesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor, ao qual somaram 20 artigos selecionados. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS:**

Quadro 1 - síntese para análise dos erros e quais as recomendações possíveis a seguir:

ANO	REVISTA/ ANO	PRINCIPAIS CAUSAS DOS ERROS MEDICAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
2017	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Erros no preparo e administração dos medicamentos (não conferir os 9 certos)	Conferir prescrição, via certa, hora, dose, data de validade, diluir bem.
2016	Revista de Enfermagem UFPE.	Dúvidas ou falta de conhecimento acerca do fármaco	Ter ética e dizer que não tem conhecimento ou tem dúvidas, para as mesmas serem esclarecidas. Não administrar nada sem segurança de si.
2015	Revista da escola de enfermagem da USP	Muitos pacientes e excesso de trabalho	Não sobrecarregar a jornada de trabalho para evitar acidentes com os pacientes e consigo mesma.
2015	Revista espaço para a saúde	Não monitoramento do paciente após administração	Sempre ficar observando o paciente durante e após da administração para atuar em qualquer efeito adverso.
2011	Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery	Não avaliar o mecanismo de ação e interação com outros fármacos	É dever do profissional sempre se atualizar e revisar fármacos para saber sua interação com outros medicamentos e evitar ocorrência dos erros.
2010	Escola de Enfermagem UERJ.	Não higienização das mãos antes e após administração	A assepsia é fundamental para evitar infecções e deve ser usada como procedimento de rotina em todos os processos de cuidado.
2010	Revista Brasileira de Enfermagem	Troca de paciente	Ver prescrição com nome do paciente e reforçar ao pedir para o mesmo dizer o nome antes de administrar.

Fonte: Autoria própria, 2017.

De acordo com os artigos e os anos de publicações nas revistas, pode-se observar como as ocorrências dos erros se modificaram ou permaneceram sejam por uma ordem de fatores que não foram alterados ou por pouco investimento e cuidado na educação permanente de profissionais. (FRANCO et al., 2010). Os resgates destes anos nos revelam que a todo tempo os erros se relacionam, desde a hora em que o medicamento é prescrito até sua reação adversa. Os profissionais sejam eles, enfermeiros, técnicos e auxiliares, devem ter total discernimento e domínio ao administrar no paciente (MAGALHÃES et al., 2015). Erros no preparo e administração, dúvidas ou falta de conhecimento acerca do fármaco, carga

exaustiva de trabalho e excesso de pacientes, falta de monitoramento do paciente durante e após a administração, não avaliar a interação do medicamento com outros fármacos e a não higienização das mãos, são os erros mais destacados pelos autores (MIRANDA, et al., 2011). Embora o assunto seja tratado como algo repetitivo e de rotina não devemos deixar tais comprometimentos se inserirem no nosso processo de trabalho, a segurança do paciente é responsabilidade nossa e como profissionais éticos e gerenciadores do cuidado temos que estar sempre alertas a esses eventos (MANGILLI, et al., 2017). A pesquisa de Silva, Passos e Carvalho (2012), identifica os sentimentos dos profissionais de enfermagem que cometeram algum tipo de erro e suas formas de enfrentá-los. Dentre eles, os mais comuns foram: pânico, desespero, medo, culpa e vergonha. E suas estratégias de enfrentamento foram relacionadas a compartilhar o problema, comunicar o erro e buscar informações. **DISCUSSÕES:** Poucos profissionais têm a exata consciência da seriedade de que seus atos, por mais simples que sejam, por mais rotineiros que possam parecer, podem significar a exata diferença entre a vida e a morte, entre a causa de um dano e sua prevenção. (MAGALHÃES et al., 2015). Forte, Machado e Pires (2016) acreditam que os erros podem estar presentes em todas as etapas e estão relacionados diretamente com a equipe de enfermagem, pois sua origem está justamente no final do processo de administração de medicamentos, são eles os erros de horário, troca de paciente, via certa, lavagem das mãos e velocidade de infusão do fármaco. Já Miranda et al (2011), evidenciaram que os erros na prescrição, dispensação, omissão, horário, dose, via, administração não autorizada de medicamento, apresentação do paciente, preparo, administração, medicamentos deteriorados/vencidos/ mal armazenados, não monitoração, entre outros, devem ser vistos pelos enfermeiros ao acompanhar e gerenciar sua equipe, uma vez que ele responde pelos atos dos mesmos. Fora os erros citados acima os quais foram descritos de forma macro, existem vários outros que não deixam de ser importante como, a ilegibilidade da letra dos médicos ao prescreverem as receitas, más condições de trabalho, falta de um manejo adequado para trituração dos medicamentos. Além do fato de terem ênfase nos estudos, esses erros chamam a atenção pelo desfecho que se inicia na falha da terapêutica até o óbito do paciente (SILVA, PASSOS; CARVALHO, 2012). Já Miasso et al. (2006), diz que embora seja um fato a ilegibilidade da letra, este não pode ser fator tão relevante, uma vez que prescrições incorretas são corriqueiras em nosso serviço, mas em alguma dúvida deve-se recorrer a outros profissionais para ajuda e a enfermagem tem, nesse caso, um aspecto importante atuando, muitas vezes, como barreira para erros. E a prescrição médica eletrônica constitui uma dessas estratégias criadas para prevenir ou reduzir erros na medicação, uma vez que resolve a dificuldade relativa às letras ilegíveis. Um dos fatores mais comuns entre os profissionais é a omissão, seja ela de domínio do procedimento até mesmo a não administração de um medicamento prescrito para o paciente, bem como a ausência de registro da execução da medicação, por medo, receio de punições ou advertências. É relevante que o erro seja compartilhado com outro profissional, na tentativa de amenizar sentimentos de estresse e insegurança, consistindo em uma estratégia promotora de reflexão e ajuda nas decisões a serem tomadas. (SANTI et al, 2016). Belela et al. (2010), trazem em seus estudos que as práticas de comunicar os eventos não são comuns por todos os profissionais da área, evidenciadas pelas taxas consideradas baixas de comunicação do evento, a relação se dá quanto a incerteza sobre quando e como manifestar uma falha, justificadas pela tendência de quando os erros acarretam consequências, ou se as mesmas são insignificantes. Algumas formas de prevenir

tais erros se dão desde a percepção até a identificação dos erros e a conscientização do profissional frente aos seus erros, podendo assumi-los sem ferir a integridade do próximo. Instituir também planejamentos para terapias medicamentosas a serem realizados pelos profissionais da equipe de enfermagem, com o objetivo de determinar quais funções serão exercidas por esses profissionais e quais podem ser delegadas. Sempre checar o estoque de medicamentos e remover aqueles classificados como potencialmente perigosos ou de alto risco, já abertos e sem uso, sem validade em dia, e armazenamento inadequado, evitando assim, possíveis sequências de erros (OLIVEIRA; MELO, 2011). É possível desenvolver sistemas de notificação e análise de erros de medicação, com identificação de causas e elaboração de estratégias de prevenção, para profissionais que não se comprometem a resolver problemas constantes, sensibilizando-os e notificando-os, como forma de punição. Tentar ver a possibilidade com os gestores para possível implementação de ferramentas tecnológicas (sistema de código de barras, monitoramento automático) e sempre promover cultura de segurança (TEIXEIRA; CASSIANE, 2010). Vestena, et al. (2014) destaca que os estudos relacionados aos erros humanos ainda são bem recentes, e fora da realidade do nosso sistema de saúde, o qual está atrasado na aplicação desse saber, uma vez que a formação dos profissionais que lidam com vidas é estrategicamente formada e marcada pela busca da infalibilidade durante o processo de cuidado. Essa perspectiva explica a origem da dificuldade destes, lidarem com o erro humano nas organizações e a tradicional abordagem em relação aos erros relacionados à assistência à saúde, baseada na acusação e na punição do profissional que estava atuando diretamente na assistência. **CONCLUSÃO:** Conclui-se então, que o proposto estudo identificou os principais motivos da equipe de enfermagem cometer tantos erros de medicação e estes acontecem desde a prescrição, dispensação do medicamento e administração em si (dose, hora, validade, paciente, via), pelo excesso de trabalho e carga exaustiva. Suas respectivas precauções estão diretamente relacionadas com a ética e responsabilidade desses profissionais. Tendo assim a necessidade de evidenciar a educação permanente e atualização acerca das práticas corretas e precisão de domínio das técnicas, bem como, a elaboração de protocolos os quais sejam mais eficazes para mostrar o que deve ser feito nessas situações. A boa conduta, como a notificação do erro, pois, muitos profissionais que cometem o erro durante a medicação omitem o ocorrido por vergonha, medo de punição ou opressão perante os colegas de trabalho e carregam grande peso psicológico dependendo da gravidade que o erro pode proporcionar ao paciente. É de suma importância ter acessibilidade a esses eventos e suas formas de prevenção uma vez que, o assunto é de incidência mundial e as estratégias devem buscar uma qualidade de assistência eficiente, educando a equipe para que a causa raiz desses erros sejam percebidas e a extinção delas possam acontecer.

REFERÊNCIAS

BELELA, Aline Santa Cruz; PARTELINI, Maria Angélica; PEDREIRA, Mavilde da Luz Gonçalves. Revelação da ocorrência de erro de medicação em unidade de cuidados intensivos pediátricos. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v.22, n.3, p.257-263, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbti/v22n3/07.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

FORTE, Elaine Cristina Novatzki; MACHADO, Francele Luz; PIRES, Denise Elvira Pires de. A relação da enfermagem com os erros de medicação: uma revisão integrativa. **Revista Cogitare Enfermagem**, v.21, n.1, p.10, 2016. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/43324/pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2017.

FRANCO, Juliana Nogueira et al. Percepção da equipe de enfermagem sobre fatores causais de erros na administração de medicamentos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.63, n.6, p.927-932, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000600009&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 22 maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, 2008.

LISBOA, Carolina de Deus; SILVA, Lolita Doplicoda; MATOS,Guacira Corrêa. Investigação da técnica de preparo de medicamentos para administração por cateteres pela enfermagem na terapia intensiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.47, n. 1, p. 53-60, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342013000100007&script=sci_abstract&tlng=es >. Acesso em: 22 jun. 2017.

MAGALHÃES, Ana Maria Muller de et al. Processos de medicação, carga de trabalho e a segurança do paciente em unidades de internação. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.49.p.43-50, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342015000700043&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jun. 2017.

MANGILLI, Daniele Cavanholi et al. Atuação ética do enfermeiro frente aos erros de medicação. **Revista Enfermagem em foco**, v.8, n.1, p. 62-66, 2017. Disponível em: < <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/878>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MIASSO, Adriana Inocenti et al. O processo de preparo e administração de medicamentos: identificação de problemas para propor melhorias e prevenir erros de medicação. **Revista Latino- Americana de Enfermagem**, v.14, n.3, p. 356-363, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000300008 > Acesso em: 15 set. 2017.

MIRANDA, Denismar Borges et al. Erros no preparo e administração de medicamentos: representações sociais da equipe de enfermagem. **Revista de enfermagem UFPE**, v.5, n.3, p. 679-691, 2011. Disponível em: < http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/1495/pdf_478 >. Acesso em: 22 jun. 2017.

OLIVEIRA, Rejane Burlandi de; MELO, Enirtes Caetano Prates. O Sistema de medicação em um hospital especializado no município do Rio de Janeiro. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.15, n.3, p.450-489, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000300006>. Acesso em: 22 jun. 2017.

RENOVATO, Rogério Dias; CARVALHO, Priscilla Daiane de; ROCHA, Ruth dos Santos Araújo. Investigação da técnica de administração de medicamentos por sondas enterais em hospital geral. **Revista de Enfermagem**, v.18, n.2, p. 173-178, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n2/v18n2a02.pdf> > Acesso em: 15 set. 2017.

SANTI, Tiago et al. Sentimentos e condutas de trabalhadores de enfermagem diante do erro de medicação. **Revista de Enfermagem UFPE**, v.10, n.11, p.4058-4064, 2016. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/viewFile/9996/pdf_11346 > Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, Lolita Dopico da; PASSOS, Renata dos Santos; CARVALHO, Márglory Fraga de. Características e evidências da produção científica de enfermeiros sobre erros de medicação no ambiente hospitalar. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v.13, n. 2, p. 480-91, 2012. Disponível em: <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/232/pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer Integrative review: what is it? How to do it? **Revista Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082010000100102&script=sci_arttext&tling=pt >. Acesso em: 24 maio 2017.

TEIXEIRA, Thalyta Cardoso Alux; CASSIANI, Silvia Helena de Bortoli. Análise de causa raiz: avaliação de erros de medicação em um Hospital Universitário. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.44, n.1, p.139-146, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100020>. Acesso em: 22 abr. 2017.

TERNOPOLSKI, Chayane Andrade; BARATIERI, Tatiane; LENSTCK, Maicon Henrique. Eventos adversos pós-vacinação: educação permanente para a equipe de enfermagem. **Revista Espaço para a Saúde**, v. 16, n.4, p. 109-119, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/21998/13> >. Acesso em: 22 abr. 2017.

VESTENA, Cristina de Fátima Lobler et al. Erros in the administration of medications: study with a nursing team. **Revista de Enfermagem UFPI**, v.3, n.4, p.42-49, 2014. Disponível em:< <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/2293/pdf> >Acesso em: 24 maio 2017.

ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADA AO SISTEMA RESPIRATÓRIO

AUTORES:

Alyne Fernandes Bezerra
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele
Renan Alves
Thayse Emanoelly Trajano do Nascimento

RESUMO: De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), Influenza, conhecida comumente como a gripe é uma das doenças de mais fácil transmissão entre as pessoas. Essa doença é causada por vírus (Tipo A, B ou C) que acomete o sistema respiratório e é mais suscetíveis ao grupo dos idosos, crianças e gestantes. Segundo dados da Vigilância em Saúde (Brasil, 2017) foram confirmados 16,1% para Influenza A e 16,6% notificações de óbitos com predomínio do tipo A no Brasil. Diante desses dados, o presente trabalho, caracteriza-se por um relato de experiência de discentes do curso de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Facex (UNIFACEX). O objetivo do trabalho foi compartilhar uma experiência educativa lúdica na área de saúde, realizada em âmbito acadêmico, com a temática de doenças virais no sistema respiratório. A experiência relatada foi vivenciada e apresentada ao público acadêmico do Centro Universitário Facex (UNIFACEX), Campus Capim Macio, a partir de uma exposição lúdica sobre doenças virais. Realizou-se um levantamento inicial a partir dessa temática relacionando as principais dúvidas e questões, a fim de descrever de forma clara e objetiva os principais sintomas, resposta imune, formas de tratamento e prevenção dessas doenças. Foram utilizadas estratégias de maquetes, banners e panfletos. O público atendido foi constituído por graduandos e docentes dos diversos cursos do UNIFACEX, bem como, outros servidores e comunidade geral, onde foram coletadas 60 assinaturas. Durante a ação foi percebido o interesse e interação dos ouvintes com o tema a partir do esclarecimento de dúvidas que surgiram. Como resultado complementar dessa vivência, os integrantes do grupo sentiram entusiasmo e satisfação com a troca e interação dos saberes. Evidenciando a contribuição que a ação proporcionou ao trazer essas informações, as quais permitiram a troca de conhecimento entre todos os envolvidos no processo, bem como, a reflexão a respeito da necessidade de um maior empenho na criação de atividades lúdicas para melhorar a compreensão dos conteúdos ministrados na área de saúde. Podemos concluir que através de atividades educativas como essa é possível ensinar e aprender temáticas importantes na área de saúde, que embora façam parte do dia a dia das pessoas, são desconhecidas do ponto de vista de prevenção, transmissão e tratamento, como das doenças virais gripe e resfriado.

Palavras - chave: Educação em Saúde. Sistema Respiratório. Doenças virais.

INTRODUÇÃO: As estratégias de educação em saúde vem abordando um enfoque na informação e esclarecimento da população, bem como, atualização e/ou reciclagem dos profissionais, tanto no individual quanto no coletivo, a fim de melhorar as condições de vida sob o modelo de saúde vigente (MELO et al., 2009). Ela implica medidas que possam contribuir nas ações preventivas e promoção de saúde, seja no âmbito hospitalar entre as equipes multidisciplinar quanto em comunidades, como por exemplo, uma ação ESF (Estratégia Saúde da Família). A

educação em saúde é de suma importância para uma (re) orientação a um determinado tema a ser discutido, para levar a profilaxia de determinadas doenças e suas transmissibilidade afim de evitar contaminação em grande escala. Essa estratégia tem como seu mecanismo facilitador o processo de ensino - aprendizagem para desenvolver da forma crítica à reflexiva sobre o processo saúde - doença (PEREIRA, 2003). Contudo, para que esse projeto "saia do papel" será necessário a elaboração de um planejamento com as necessidades da população, tendo em vista, os seus determinantes de saúde. Nesse contexto, atividades que proporcionem ao público geral e acadêmico informações sobre doenças respiratórias virais, como gripe e resfriado, tem suscitado interesse devido ao grande número de conflito de informações e dúvidas referente à forma de tratamento e diagnóstico. Esses conflitos podem resultar em consequências à saúde dos indivíduos, levando até a morte, além das questões econômicas e de políticas sociais (RODRIGUES et al., 2007). Diante disso, objetivamos compartilhar uma experiência acadêmica e educativa em saúde, realizada a partir de exposição lúdica, ativa e pública, trazendo importantes informações e questões sobre doenças virais no sistema respiratório, tanto para aqueles que não tem conhecimento, como aqueles que conhecem a temática, entretanto necessitem de mais informações para melhor compreender, prevenir essas enfermidades. A atividade também objetivou apresentar a temática de uma forma mais próxima e palpável à realidade do público e de uma forma descontraída. **METODOLOGIA:** O relato de experiência é um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para a área de atuação de modo contextualizado, com objetividade e aporte teórico (GONÇALVES, 2016). Neste sentido o presente trabalho foi desenvolvido nas dependências do Centro Universitário Facex (UNIFACEX), Campus Capim Macio, a partir de uma exposição lúdica sobre doenças virais, com o tema específico "Doenças virais do sistema respiratório e resposta imune: gripe e resfriado". Realizou-se um levantamento inicial a partir dessa temática relacionando as principais dúvidas e questões, a fim de descrever de forma clara e objetiva os principais sintomas, resposta imune, formas de tratamento e prevenção dessas doenças. Dessa forma, foi possível identificar várias prioridades para intervenção lúdica-educativa viabilizando a integração e diálogo entre informações formais à linguagem da comunidade (acadêmica ou não). Foram utilizadas estratégias de maquetes, banners e panfletos. A temática foi pensada visando orientar e/ou acrescentar informações para público de interesse. O público atendido foi constituído por graduandos e docentes dos diversos cursos do UNIFACEX, bem como, outros servidores e comunidade geral, somando 60 pessoas de ambos gêneros de faixa etária diversificada. Essa ação de extensão em educação e saúde foi desenvolvida ao final da Unidade Programática de Microbiologia e Imunologia Humana (Junho de 2017), no primeiro eixo temático (período) do Curso de Bacharelado em Enfermagem do UNIFACEX. As atividades foram acompanhadas pela docente responsável pela Unidade Programática e pela equipe de docentes do Curso de Enfermagem UNIFACEX. **RESULTADOS:** No dia da ação educativo-lúdica foi montada a estrutura para a realização da exposição do material didático desenvolvido. Inicialmente, por parte dos integrantes do grupo foi criado uma expectativa de como os ouvintes entenderiam e quais seriam suas dúvidas a respeito do tema exposto. Visto que, uma das doenças abordadas na exposição, a gripe, é bastante comum e amplamente divulgada quanto aos seus aspectos e características. Entretanto, observamos claramente que mesmo se tratando de uma doença onde a maioria da população já foi acometida, principalmente os grupos de

riscos (crianças e idosos), e mesmo com as campanhas anuais de prevenção e vacinação, grande parte da população acaba não sabendo identificar informações relevantes, como por exemplo, diferenciar o que venha a ser gripe ou resfriado, e que a partir de cuidados e práticas simples podem ser evitados o contágio e a proliferação do vírus (RODRIGUES et al., 2007; BRASIL, 2017). Estudos como os de Gonçalves e Tertuliano (2016); Junqueira e Santos (2014); e Pereira (2003) expõem a importância e perspectiva do esclarecimento das informações em saúde a partir de profissionais detentores de estratégias lúdicas-educativas e não somente apropriados dos conteúdos. Dentre os materiais produzidos neste estudo, as maquetes foram usadas para representar os vírus e suas mutações envolvendo também, a construção do sistema respiratório para uma compreensão da resposta imune do organismo humano contra a infecção viral; já o banner mostrou as formas de prevenção e infecção do vírus; e por fim, a atividade foi complementada por panfletos que indicavam os diferentes conceitos e sintomas entre uma gripe e resfriados. Pires e colaboradores (2013), observaram em seu estudo a necessidade de aperfeiçoamento e utilização da ludicidade na tecnologia educativa para o entendimento dos conceitos e diretrizes na área de saúde, em âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O educador e filósofo Luckesi descreve estratégias voltadas para o lúdico, onde o indivíduo é visto em sua totalidade, de forma que essas estratégias auxiliem o aprendizado em todos os aspectos, desde o cognitivo até o emocional (LUCKESI, 2005). Nesse contexto, o presente estudo permitiu aos enfermeiros uma participação ativa no desenvolvimento de estratégias, bem como, na aplicação de materiais e troca de informações com os participantes. Como informado anteriormente, foram coletadas 60 assinaturas do público visitante como forma de registro. Durante a ação foi percebido o interesse e interação dos ouvintes com o tema mediante o esclarecimento de dúvidas que surgiram. A partir dessa vivência os integrantes do grupo sentiram entusiasmo e satisfação com a troca e interação dos saberes, visto que, ficou evidente a contribuição que a mesma proporcionou ao trazer essas informações. Foi possível refletir a respeito da necessidade de melhor empenho na criação de atividades lúdicas para facilitar a compreensão dos conteúdos ministrados na área de saúde, bem como, sua melhor divulgação a população. Adicionalmente, através dessa atividade foi possível desmistificar, aprender e entender a importância de uma explanação dinâmica, visual e com objetos palpáveis que melhoram a fixação e a construção do conhecimento, podendo aprender, aprimorar e compartilhar o conhecimento adquirido. Essas percepções por parte dos agentes da ação corrobora com outros autores que trazem a utilização do lúdico como estratégia de aprendizagem em saúde para os mais diversos públicos (GONÇALVES e TERTULIANO, 2016; MELO et al., 2009; PEREIRA, 2003; PIRES et al., 2013). Apesar da ansiedade inicial por parte dos executores da ação, a experiência vivenciada obteve bastante êxito, isso foi percebido não somente pelos elogios do público participante, em especial dos educadores da área, mas também pelo *feedback* de como as estratégias e informações compartilhadas foram relevantes a uma melhor compreensão de prevenção as doenças discutidas. Segundo Rocha e colaboradores (2010), o discente atuando como executor de uma ação, percebe e incorpora os conhecimentos acerca do tema e conteúdos, bem como, se apropria da vivência com uma percepção cognitiva, filosófica, emocional e espiritual, corroborando também com o pensamento de Luckesi (2005). Reflexões a respeito da formação superior em cursos de Enfermagem necessitam estar vinculadas as constantes mudanças curriculares estruturais, e ainda, discutidas com base na Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional e nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior (CNE/CES 1133/2001). **CONCLUSÃO:** Nesse trabalho abordamos o assunto estratégia para uma educação em saúde com a temática de doenças virais no sistema respiratório e podemos concluir que, através de atividades educativas e com empregos de materiais explicativos e palpáveis, é possível ensinar e aprender ao mesmo tempo sobre a importância da prevenção do vírus da gripe e resfriado e a diferença entre ambos. Este trabalho foi de suma importância porque além do compartilhamento com o público participante, foi possível para os executores do trabalho aumentar e melhorar o conhecimento, compreensão e aprofundamento deste tema porque permitiu aos envolvidos conhecer, compreender melhor, além de permitir o aperfeiçoamento da capacidade de organização e comunicação da informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001.** Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/influenza>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GONÇALVES, B. C.; TERTULIANO, G. C. **Ludicidade e a prática pedagógica na educação em saúde:** um relato de experiência. Anais da X mostra científica do CESUCA. Cachoeirinha-RS, 2016.

JUNQUEIRA, M. A. B.; SANTOS, F. C. S. A educação em saúde na Estratégia Saúde da Família sob a perspectiva do enfermeiro: uma revisão de literatura. **Rev. Ed. Popular**, v.12, n.1, p. 66-80. Uberlândia, 2013.

MELO, M. C.; SOUZA, A. L.; LEANDRO, E. L.; et al. A educação em saúde como agente promotor de qualidade de vida para o idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.1, p.1579-1586, 2009.

PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.5, p.1527-1534, Rio de Janeiro, 2003.

PIRES, M. R. G. M.; GUILHEM, D.; GÖTTEMS, L. B. D. Jogo (In)Dica-SUS: Estratégia lúdica na aprendizagem sobre o Sistema Único de Saúde. **Texto Contexto Enferm**, v.22, n.2, p.379-88. Florianópolis, 2013.

ROCHA, M. C. P.; ROSSATO, L. M.; MISKO, M. D.; et al. Preparando o aluno de pós-graduação para o exercício de docência em enfermagem no cuidado da criança e da família na experiência de doença. Relato de experiência. São Paulo: **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped**, v.10, n.1, p. 31-35. São Paulo, 2010.

RODRIGUES, B. F.; FARIAS, F.; TAKARA, G.; PAVIN, L.; et al. Vírus Influenza e o organismo humano. **Revista APS**, v.10, n.2, p. 210-216, 2007.

SANTOS, L. S.; MACÊDO, A. M. ÂNJOS, D. S.; et al. **A ludicidade como estratégia para educação em saúde na escola: relato de uma experiência exitosa**. 17º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem-SENPE. Natal, 2013.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ONCOLÓGICA NOS CUIDADOS PALIATIVOS

AUTORES:

Érica Juliana da Silva
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Francisca Luciene de Siqueira
Kaline Kelly Avelino Fernandes
Maria Cristiana da Silva Souto
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: O estudo descreve como ocorre a assistência de enfermagem oncológica nos cuidados paliativos. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na qual está indexada a: Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Resultados e discussões: A equipe multiprofissional perante o paciente em cuidados paliativos, foca continuamente em melhorar a qualidade de vida do paciente e seu familiar. Conclusão: Apesar dessas dificuldades encontradas na assistência prestada aos cuidados paliativos, o enfermeiro deve saber a importância de suas ações para que ele e sua equipe estejam sempre buscando a sua capacitação, pois o enfermeiro é responsável pelo cuidado e assistência prestada ao paciente e sua família. Comprovou-se também que a comunicação interpessoal bem efetivada é essencial, uma vez que representa os cuidados e o conforto de ter alguém ao seu lado nesse momento difícil.

Palavras – chave: Assistência de enfermagem. Enfermagem oncológica. Cuidados paliativos.

INTRODUÇÃO: Câncer ainda é caracterizado como uma doença cercada por descréditos, estando quase sempre associada a uma sentença de morte, sendo considerado, na atualidade, a segunda causa de óbito nos países desenvolvidos e a quinta no Brasil (LIMA et al., 2014). O câncer é um problema de saúde pública muito relevante devido à sua crescente incidência, prevalência e morbi-mortalidade. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, a população ainda enfrenta dificuldades para obter acesso a serviços e informações de saúde, resultando em um grande número de pacientes com câncer enfrentando o estágio avançado da doença. As pessoas acometidas pela doença, algumas delas, só descobrem que estão com câncer, depois de sentir algum sintoma, e geralmente já estão em fase avançada (SILVA; LIMA, 2014). O Ministério da Saúde, por meio da portaria 2439/2005 GM/MS estabelece que a Política Nacional de Atenção à Saúde Oncológica, deve incluir ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, que deverão ser inseridos em todas as unidades, respeitando as competências das três esferas da gestão. Mediante isso, o serviço de oncologia garante atenção integral aos clientes fora da possibilidade de cura. Diante da doença progressiva e irreversível, que ameaça a vida, são necessárias medidas que promovam o conforto, a manutenção da qualidade da vida e a dignidade do paciente

e sua família, frente ao processo de morrer, para isso é aplicado os cuidados paliativos, que é uma atenção que irá abarcar o modo de cuidar, compreendido por uma filosofia que preza o cuidado da pessoa, em detrimento dos atos que apontam necessariamente para a cura da doença (SILVA et al., 2012). Segundo Silva et al. (2012) os cuidados paliativos devem ser orientados a partir da observância dos princípios éticos, para que possa ser preservada a liberdade da pessoa escolher sobre a vida e a morte. Para isto se faz necessário que os vínculos entre os profissionais, clientes e familiares sejam estabelecidos. Percebe-se que o profissional de enfermagem é quem permanece ao lado do paciente durante 24 horas, atendendo assim, as necessidades do paciente e de seu familiar mais rapidamente para melhorar a qualidade de vida dos mesmos (CAIRES et al., 2014). Um dos recursos que o enfermeiro pode utilizar são as terapias complementares para melhorar a qualidade de vida do indivíduo, uma vez que, apontam a aperfeiçoar a assistência integral e individual para contemplar os aspectos físicos, sociais, emocionais e principalmente espirituais, trazendo assim benefícios para o bem estar do paciente (CAIRES et al., 2014). Portanto, sendo de grande valia a assistência de enfermagem para pacientes sem possibilidade de cura, bem como o investimento em cuidados paliativos para o tratamento do câncer (SILVA; LIMA, 2014). As demais terapias auriculatura, cromoterapia, do-in, fitoterapia, loga, meditação, reflexologia, shiatsu, terapia da doença e toque terapêutico o número de instituição que utilizam são de um e são aproveitadas 17%. A terapia como o reiki seu número de instituição é de três, e sua utilização é de 50%. E por fim, a visualização, seu número de instituição é de duas e seu aproveitamento é de 33% (CAIRES et al., 2014). Nesse sentido percebe-se que o profissional de enfermagem é imprescindível a estar próximo do paciente nesses momentos, pois geram assim vínculos, sendo quem o paciente e a família procura quando necessitam de explicação ou de cuidados imediatos. Contudo, o enfermeiro precisa entender e saber lidar com os sentimentos que suscita a doença oncológica, como o sofrimento, dor, aspectos psicossociais, emocionais, espirituais, angústias e temores que podem surgir em situações que envolvem esse cuidar e que afloram nessa fase da doença (LIMA et al., 2014). Para isto, Fuly et al. (2016) afirmam que a assistência de enfermagem para pacientes com câncer submetidos aos cuidados paliativos, requer preparação emocional por parte das equipes, tendo em vista as experiências de sofrimento dos pacientes com câncer avançado e de seus familiares. A convivência com os pacientes em cuidados paliativos gera exaustão emocional nos profissionais, principalmente, em vista a possibilidade da terminalidade da vida. A temática desta pesquisa foi abordada pelo fato de haver casos de câncer terminal em meus familiares. Todos os esforços foram voltados para deixá-los confortáveis e fazê-los entender a importância deles para a família. O único meio de melhorar a qualidade de vida dos mesmos eram os cuidados paliativos, uma vez que ofertava conforto, aliviava sua dor e seu sofrimento. Diante disto, o estudo foi focado para responder a seguinte pergunta: Como ocorre a assistência de enfermagem oncológica nos cuidados paliativos? A importância deste estudo foi explicar a contribuição da equipe multiprofissional, em especial, a equipe de enfermagem, aos pacientes em cuidados paliativos, levando em consideração a importância do cuidar com qualidade a esse paciente. Portanto, este estudo objetivou descrever como ocorre a assistência de enfermagem oncológica nos cuidados paliativos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa. O estudo descritivo tem a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, ou seja, descrever as características de determinados

fenômenos. A abordagem qualitativa busca compreender e interpretar determinados fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2009). O estudo é uma revisão integrativa da literatura, pois ocorreu por meio da coleta de dados, o qual consiste em um método de pesquisa científica e resultados por estudos na prática. É utilizado com frequência na prática baseada em evidência, cujo objetivo é reunir e sintetizar resultados anteriores. Assim, as conclusões são estabelecidas mediante a avaliação crítica de diferentes abordagens metodológicas (ANDRADE et al., 2017). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na qual está indexada a seguinte base de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Assistência de Enfermagem, cuidados paliativos, enfermagem oncológica. Foram selecionados primeiramente 186 artigos científicos. Para o refinamento do material, utilizou-se o operador booleano *and* combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem *and* enfermagem oncológica, assistência de enfermagem *and* cuidados paliativos, cuidados paliativos *and* enfermagem oncológica. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa e disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. Selecionando assim, 20 artigos científicos, porém a amostra final consistiu em 8 artigos para a construção do estudo, pois os demais não eram de acordo com a temática abordada no tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Quadro 1 - O quadro abaixo mostra a identificação dos artigos incluídos na revisão integrativa com abordagem qualitativa, de acordo com bases de dados, ano dos artigos, título, tipo de estudo e principais conclusões.

BASE DE DADOS	ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
Scielo	2012	Análise do cuidado de enfermagem e da participação dos familiares na atenção paliativa oncológica.	Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa.	A participação do cuidado e contribuição dos familiares para o conforto emocional e psicológico do seu ente querido durante o período da hospitalização.
Scielo	2014	Participação da família no cuidado hospitalar do câncer paliativo: perspectiva dos enfermeiros.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa.	Os aspectos negativos que aparecem como desafios para o enfermeiro e para a equipe de saúde, em vista da complexidade das relações e

				dos problemas humanos.
Scielo	2014	O ser enfermeiro de uma central de quimioterapia frente à morte do paciente oncológico.	Pesquisa fenomenológica por permitir plena compreensão da experiência vivida.	A experiência dos enfermeiros, diante da vivência da possibilidade da morte do paciente oncológico.
Scielo	2014	A utilização das terapias complementares nos cuidados paliativos: benefícios e finalidades.	Estudo exploratório-descritivo.	Benefícios das terapias complementares no cuidado no final de vida.
Scielo	2016	Carga de trabalho de enfermagem para pacientes com câncer sob cuidados paliativos.	Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e prospectivo.	O NAS provou ser uma ferramenta útil em unidades clínicas oncológicas para pacientes submetidos a cuidados paliativos.
Scielo	2017	Atuação do enfermeiro na atenção domiciliar: uma revisão integrativa da literatura.	Realizou-se uma revisão integrativa da literatura.	A atuação do enfermeiro no espaço domiciliar é fundamental e ampla. As ações relacionais e educacionais se destacam, sendo necessárias inclusive nos cuidados técnicos, predominando a necessidade de formação para a atenção domiciliar.

Fonte: Autoria própria, 2017.

Com o tempo os cuidados paliativos foram se aprimorando e ganhando sua importância, e vem se desenvolvendo até os dias atuais. Diante disso, a equipe multiprofissional perante o paciente em cuidados paliativos, foca continuamente em melhorar a qualidade de vida do paciente (CAIRES et al, 2014). O objetivo da equipe multiprofissional, em especial a equipe de enfermagem, é a prevenção, evitar a aplicação de terapias fúteis, identificação precoce, diminuição do estresse, alívio do sofrimento, tratamento da dor, orientar os familiares quanto à doença e de outros sintomas, como por exemplo: sintomas físicos, psicológicos, e espirituais (CAIRES et al, 2014). Segundo Silva e Lima (2014) para que se possa ofertar um cuidado integral a esses pacientes, se faz necessário a formação de uma equipe multidisciplinar. Segundo Fuly et al. (2016), a equipe de enfermagem rotineiramente implementam intervenções relacionadas as ações não curativistas, como exemplo os cuidados paliativos, eles afirmam que as reações emocionais e físicas do sofrimento dos pacientes e família, gera exaustão para a equipe de enfermagem que atua com pacientes em cuidados paliativos. A equipe deve estar preparada emocionalmente para lidar com esse tipo de tratamento. O cuidar implica em conhecer não somente a patologia em si, mas também esforçar-se para lidar com os sentimentos das pessoas e conseqüentemente com as próprias emoções diante da doença com ou sem possibilidade de cura (LIMA et al., 2014). De acordo com Dias

et al. (2012), é de grande importância no âmbito do gerenciamento do cuidado de enfermagem a complexidade da morte, atentar a necessidade de preparar as pessoas para receber a notícia da morte, do luto e com as perdas. Portanto, a comunicação entre paciente, familiar e profissional de enfermagem é uma grande ferramenta de trabalho para prestar um serviço de qualidade, com isto poderá proporcionar um final de vida mais sereno, tranquilo e com dignidade. Andrade et al. (2017) afirma ainda que é uma estratégia de intervenção em saúde que requer atenção qualificada dos profissionais devido a sua complexidade, pois exige competências específicas, principalmente, porque são ligadas ao relacionamento interpessoal de paciente. No entanto, Silva e Lima (2014) ressalta que existe a necessidade de ampliar os cuidados paliativos, pois deverá ser observada as necessidades de cada paciente, para que assim possa melhorar a qualidade de vida e promover maior conforto nessa fase terminal. **CONCLUSÃO:** O câncer se mostrou um grande problema de saúde pública pelo fato de haver muitas pessoas acometidas pela doença, algumas pessoas só descobrem que estão doentes quando já está em estado avançado ou quando sentem algum sintoma. O câncer não escolhe idade, pessoa, cor, raça ou sexo, ele pode acometer qualquer pessoa que apresente a pré-disposição ou que não se cuida. Com isso, pode-se perceber que o cuidado paliativo é de grande importância para esse paciente sem possibilidade cura. Sendo de grande importância a qualificação da equipe multiprofissional, e principalmente do enfermeiro, que está mais tempo com o paciente podendo proporcionar uma boa qualidade de vida ao paciente neste final de existência. Apesar dessas dificuldades encontradas na assistência prestada aos cuidados paliativos, o enfermeiro deve saber a importância de suas ações para que ele e sua equipe estejam sempre buscando a sua capacitação, pois o enfermeiro é responsável pelo cuidado e assistência prestada ao paciente e sua família. Comprovou-se também que a comunicação interpessoal bem efetivada é essencial, uma vez que representa os cuidados e o conforto de ter alguém ao seu lado nesse momento difícil. Este estudo contribuiu para esclarecer a seriedade dos cuidados paliativos, ressaltando a importância da assistência de enfermagem em pacientes com cuidados paliativos. Podendo cooperar também para elaboração de outros artigos, e ainda incentivar enfermeiros e suas equipes para ofertar um cuidado com mais humanescência, equidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Angélica Mônica e et. al. Atuação do enfermeiro na atenção domiciliar: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 1, p. 21, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000100210&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. ministério da saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Coordenação-geral de Atenção Domiciliar. **Melhor em casa a segurança do hospital no conforto do seu lar**. BRASÍLIA-DF, v. 2, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/geral/CAD_VOL2_CAP7.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

CAIRES, Juliana Souza e et. al. A utilização das terapias complementares nos cuidados paliativos: benefícios e finalidades. **Revista Cogitare Enfermagem**, Salvador-BA-Brasil, v. 19, n. 3, p. 11, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000300022>. Acesso em: 31 mar. 2017.

DIAS, Geyse Aline Rodrigues et. al. A atenção prestada por enfermeiros em cuidados paliativos: revisão integrativa da literatura. **Revista Convibra**, p. 10, 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2013/70/2013_70_7676.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

FULY, Patrícia Dos Santos Claro e et. al. Carga de trabalho de enfermagem para pacientes com câncer sob cuidados paliativos. **Revista da Escola de Enfermagem Da USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 16, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000500792>. Acesso em: 31 mar. 2017.

LIMA, Patrícia Costa e et. al. O ser enfermeiro de uma central de quimioterapia frente à morte do paciente oncológico. **Revista Escola de Anna Nery**, Rio De Janeiro, v. 18, n. 3, p. 12, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000300503>. Acesso em: 31 mar. 2017.

MARCONI, Maria DE Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Ieda Maria Fonseca et al. **Sistematização da Assistência de enfermagem (SAE)**. Um guia para a prática. Salvador: COREN - BA, 2016. Disponível em: <http://ba.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/GUIA_PRATICO_148X210_COREN.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA, Marcelle Miranda & LIMA, Lorhanna Da Silva. Participação da família no cuidado hospitalar do câncer paliativo: perspectiva dos enfermeiros. **Revista Gaúcha De Enfermagem**, Porto Alegre, v. 35, no. 4, p.10, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472014000400014>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. et. al. Análise do cuidado de enfermagem e da participação dos familiares na atenção paliativa oncológica. **Revista Texto e Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 13, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000300022>. Acesso em: 31 mar. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU

AUTORAS:

Alane Ferreira de Souza
Isabel Cristina Geroncio Bezerra
Juliana Pereira de Lima Da Rocha
Karolina de Moura Manso da Rocha
Kenia Laise Mauricio de Oliveira
Maysa Alexandre Januario

RESUMO: **OBJETIVO:** identificar na literatura a importância da educação permanente para os profissionais do SAMU. **MÉTODO:** revisão de literatura, o estudo ocorreu no período de março a novembro de 2017. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** revelam que a educação permanente está voltada a transformação das práticas a partir de uma reflexão crítica, os enfermeiros atuam como líder e gerenciador. A política nacional de Atenção às Urgências, teve como objetivo implantar o núcleo de educação permanente para que os profissionais inseridos no serviço, para atuarem nas viaturas de suporte básico e avançado de vida a todos os níveis de atenção. **CONCLUSÃO:** o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é um serviço o qual os profissionais vivenciam diariamente situações de urgência e emergência diversificadas que precisam de tomadas de decisões rápidas. Assim cabe ao profissional inserido no serviço sempre está em contato com o NEP para identificar suas dificuldades e participar do processo de práticas pedagógicas.

Palavras - chave: Educação Continuada. Serviços Médicos de Emergência. Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO: O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), foi normatizado no Brasil a partir de 2003, caracterizado por prestar atendimento precoce às vítimas em situações de agravos urgentes de naturezas clínicas, psiquiátrica, cirúrgica, traumática, obstétrica e ginecológica, em ambientes pré-hospitalar (CICONET, MARQUES, LIMA, 2008). Segundo Ciconete e outros (2016) o serviço de acionamento por telefone de discagem rápida, é acionado pelo número 192 sem custos, sua regulação ocorre por meio de centrais de atendimento de urgência, esse serviço faz parte da Política Nacional de Atenção às Urgências implantada pelo Ministério da Saúde (MS) sendo uma ferramenta importante de inclusão e garantia de acesso universal. Esse serviço conta com ambulâncias de suporte básico de vida (USB), os profissionais que nelas atuam são responsáveis pelo atendimento a vítimas de menor gravidade e unidades de suporte avançado (USA), o qual, médicos e enfermeiros realizam atendimento de maior complexidade, todos capacitados para realização de uma assistência eficaz (SANTOS et al., 2012). Destacamos o número de encaminhamentos para unidades hospitalares do SAMU Metropolitano/RN, que desde sua implantação em dezembro de 2006, teve um aumento anual no seu atendimento excedendo de 8.000 em 2007 para 9.354 em 2009 (COSTA, 2011). Em 2016 o SAMU Natal 192 realizou mais de 60.00 atendimentos, de acordo com o balanço foram: 32.033 atendimentos clínicos; 405 de neonatal; 1.225 obstétricos; 2.999 pediátricos; 5.073 psiquiátricos; 12.533 de traumas, houve ainda 7.998 o qual não foi informado o tipo de especialidade, totalizando 62.266 de janeiro a dezembro (PREFEITURA DO NATAL, 2016).

Portanto as equipes que compõem o serviço de urgência e emergência o enfermeiro ganha destaque pelo seu conhecimento técnico-científico, atuando como coordenador e na educação continuada dos profissionais, além de fazer parte diretamente do atendimento as vítimas nas ambulâncias de suporte avançado. O conselho Federal de Enfermagem (COFEN) regulamenta através das resoluções nº 375/ 2011, as atividades desenvolvidas pelo enfermeiro no serviço (LUCHTEMBERG; PIRES, 2016). Assim a Educação Permanente busca identificar as necessidades e os problemas encontrados pelos trabalhadores e transformar o trabalho da equipe de enfermagem, através de ações educativas. Com o objetivo de melhorar o serviço de atendimento no país, o Ministério da Saúde em 2003 instituiu a implantação da política de educação permanente (MONTANA; PEDUZZI, 2010; BRASIL, 2007). Para qualificar os trabalhadores em urgências, em março de 2006 no Congresso Nacional da REDE SAMU 192, com orientação da coordenação geral de Urgência e Emergência, foi direcionado a implantação de um Núcleo de Educação Permanente em Urgência (NEP) em cada SAMU, seu objetivo é promover capacitação para todos os profissionais que compõem o pré-hospitalar móvel, adequando o atendimento a todos os níveis atenção (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2015). Neste contexto, durante o convívio como integrante da equipe de enfermagem do SAMU Metropolitano/RN tive a oportunidade de participar de capacitações do Núcleo de Educação Permanente (NEP), sendo este um incentivo para um aprofundamento na literatura científica, identificando sua importância no serviço e qual a função do enfermeiro junto ao NEP. Diante do exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual a importância da Educação Permanente para os profissionais que atuam no SAMU de acordo com a literatura científica? Para responder à questão elaborou-se o objetivo: Identificar na literatura a importância da educação permanente para os profissionais do SAMU. Tendo em vista que o SAMU é um serviço de suma importância no atendimento a pacientes em situações de Urgência e Emergência no pré-hospitalar, ressalta-se a importância da implantação do núcleo de educação permanente para realizar a transformação e qualificar a assistência prestada pelos profissionais inseridos no serviço (HETTI et al., 2013).

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa, que segundo Mendes e outros (2008) é um método de pesquisa utilizado na Prática Baseada em Evidência (PBE) e investigação clínica, que tem a finalidade de reunir os resultados encontrados na coleta de dados sobre o um determinado tema, de forma organizada buscando contribuições e aprofundamento da questão investigada. O período da busca dos artigos ocorreu nos meses de março a novembro de 2017, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizando para seleção do material os seguintes descritores: “ Educação continuada”, “ Serviços Médicos de Emergência “ e “ Educação em Saúde”. No acesso na Base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) foram encontrados 16 artigos, que após análise resultaram em 06 publicações no total. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: textos completos disponíveis em língua portuguesa, publicados entre 2006 a 2017, e os relacionados com o tema proposto. Os de exclusão foram: textos em formato de resumo ou carta ao editor, e que não respondiam a temática abordada. A análise dos artigos foi realizada com base na leitura dos resumos, textos completos e título, buscando a coleta de dados e destacando a importância da Educação Permanente para transformação do atendimento no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Em seguida, nos resultados, será exposto o quadro síntese composto pelos seguintes itens: revista, tipo de estudo, importância da Educação Permanente e

recomendações. **RESULTADOS:**

Quadro 1 - Quadro síntese das produções científicas, 2017.

Revista	Tipo de estudo	Importância da Educação Permanente	Recomendações
Revista Esc. Enferm USP	Pesquisa qualitativa	Constitui um projeto político-pedagógico com vistas à transformação das práticas de saúde e de Enfermagem, da integridade do trabalho em equipe.	Ampliação da reflexão crítica do trabalho, interação profissional /usuário e a articulação teoria/prática na concepção de educação no trabalho.
Rev. Enferm UFPE on line	Descritivo	A EP é fundamental para as equipes de atendimento a urgências, pois proporciona uma releitura crítica das condições de trabalho e necessidades de saúde, levando em conta as particularidades de cada região, dos usuários e dos trabalhadores envolvidos.	A prática em saúde deve ser construída em um processo constante, norteada pelos diversos saberes, relacionando teoria e prática.
Rev. Eletr. Enf.	Estudo qualitativo	O processo educativo tem a importância do oferecimento de um atendimento rápido e eficaz, almejando a redução da morbimortalidade.	A atenção deve ser dada à educação permanente para qualificação das práticas e intensificar suas ações nos serviços de urgência e emergência.
Rev Esc Enferm USP	Qualitativo	A educação permanente prepara o enfermeiro para atuar como líder comunicante, estimulador da sua autoestima e gerenciador da sua equipe.	Desenvolver competências gerenciais do enfermeiro no processo de trabalho através da educação permanente.
Rev. Enferm UFPE on line	Estudo Exploratório descritivo com abordagem qualitativa	Promover um processo de aprendizagem aos profissionais, para um atendimento adequado às urgências e emergências a todos os níveis de atenção.	Possibilitar uma aprendizagem significativa considerando as políticas públicas de saúde nacionais.
J. Health Inform.	Qualitativo	A educação permanente tem o sentido de qualificar toda a equipe multiprofissional para o favorecimento de uma assistência qualificada e resolutive.	O uso das tecnologias na capacitação dos profissionais, podem ajudar em uma aprendizagem dinâmica para reflexão das práticas em situações de urgência e emergência.

Fonte: Autoria própria, 2017.

Dos 06 artigos encontrados 03 eram da revista da Escola de enfermagem da USP, 02 da revista de enfermagem da UFPE e 01 da revista Eletrônica de Enfermagem. Entre o tipo de estudo 04 qualitativos e 02 descritivos. A seguir será discutido a visão dos autores selecionados sobre a importância da educação permanente para os profissionais do SAMU e suas principais recomendações. Os resultados mostram que a educação permanente está voltada a transformação das práticas a partir de uma reflexão crítica, levando em conta os problemas da realidade do dia-a-dia no ambiente de trabalho com ações educativas, o qual o trabalhador é o responsável na transformação das práticas de acordo com as necessidades de saúde da população integrando toda a equipe, a partir das experiências vivenciadas (MONTANHA, Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

PEDUZZE, 2010). Segundo os enfermeiros e os gerentes de enfermagem as ações educativas devem ser contínuas, evitando repetições de erros na assistência, focando a autonomia dos profissionais de enfermagem, tendo como resultados esperados no curto prazo a melhora no desempenho de procedimentos, e em médio e longo prazo a ampliação da reflexão crítica do trabalho (MONTANHA, PEDUZZE, 2010). Através da portaria 198, de fevereiro 2004 foi lançada a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), o qual surgiu a proposta de criação de polos em todo o país, mas suas diretrizes e estratégias para a implantação veio com a portaria GM/ MS n.º 1.996, publicada em 2007, sendo inserida no Pacto Pela Saúde através de comissões em cada região (BRASIL, 2007). Destaca-se o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência por ser um campo com muitas possibilidades, requer a implantação da educação permanente, considerando o aspecto teórico do pensar sobre o agir, para que o profissional tenha autonomia no atendimento e nas tomadas de decisões rápidas, realizando atendimento eficaz, potencializando o salvamento de um maior número de vítimas, através de protocolos estabelecidos (LAPROVITA et al., 2016). Através do estudo identificou-se a percepção dos trabalhadores do SAMU de um município do Estado de São Paulo, que evidenciaram: ausência de uso de protocolos; comunicação ineficaz; falha na supervisão; falta de capacitação para o atendimento a pacientes psiquiátricos; carência de humanização e falta de apoio psicológicos aos profissionais (LAPROVITA et al., 2016). O Sistema único de Saúde (SUS) nas suas três esferas, municipal, estadual e nacional deve levar em conta o conceito de Educação Permanente em Saúde articulando e identificando as necessidades do serviço, como o desenvolvimento dos profissionais dando ênfase as particularidades de cada região, dos usuários e dos trabalhadores envolvidos (LAPROVITA et al., 2016). Desta forma a educação permanente em saúde (EPS), tem o objetivo de transformar e capacitar os profissionais da área da saúde, através de um conjunto de práticas pedagógicas para um bom desenvolvimento profissional, tendo como base a problematização no contexto do seu cotidiano de trabalho. As equipes de urgência e emergência ganham destaque na EPS, sendo fundamental a identificação das condições de trabalho levando em conta a realidade de cada região, para oferecer um atendimento rápido, qualificado e eficaz (HETTI et al., 2013). Através dos problemas identificados no serviço é necessária uma atenção a educação permanente em saúde, para a mudança no atendimento e qualificação das práticas, focando o uso dos protocolos, a comunicação eficaz, humanização, atendimento a pacientes psiquiátricos e apoio psicológico aos profissionais, sendo esses os principais problemas identificados no serviço (HETTI et al., 2013). O enfermeiro atua como líder e gerenciador nas organizações hospitalares, devendo utilizar como processo de aprendizagem a educação permanente, para o desenvolvimento profissional e aperfeiçoamento de sua equipe. Foram identificadas através das falas dos participantes da pesquisa as dificuldades no serviço de educação permanente de competência dos enfermeiros gerenciais, as principais causas: falta de compromisso do profissional enfermeiro; a divisão entre ensino e serviço; a falta de recursos humanos, físicos e financeiros; e a falta de apoio dos superiores; como também as várias atividades desenvolvidas em outros setores, resultando em falta de tempo para se dedicar exclusivamente à educação permanente de sua equipe (SADE, PERES, 2015). A participação do enfermeiro no serviço de educação permanente se torna importante pois são eles que estão em contato direto com a equipe de enfermagem, podendo identificar e avaliar cada profissional e suas necessidades, atuando como coordenador e facilitador de ações educativas (SADE,

PERES, 2015). Em março de 2006, por ocasião do Congresso Nacional da Rede SAMU 192, foi orientado que cada SAMU implantasse seu núcleo de educação permanente (NEP) associados ao Núcleo de educação em Urgências (NAU). De acordo com a portaria 2048 de 2002 da Política Nacional de Atenção às Urgências (PENAU), um dos objetivos da educação permanente é realizar um processo de capacitação dos profissionais inseridos no serviço, para os que atuam nas viaturas de suporte básico e avançado de vida, com o objetivo de adequar o atendimento às urgências e emergências a todos os níveis de atenção (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2015). O atendimento pré-hospitalar móvel tem uma rotina de trabalho diversificada com várias situações vivenciadas pelos profissionais em determinadas regiões, através da educação permanente o processo de aprendizado preenche lacunas deixadas no decorrer do processo de formação, que ajuda a equipe a debaterem os problemas encontrados no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2015). Criado em 2010 o Projeto de Capacitação dos Profissionais do Pré-Hospitalar Móvel (SAMU 192) e Pré-Hospitalar Fixo, em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC), dentro do programa Hospital de excelência a serviço do SUS, é composto por dois programas o de Regulação Médica (PRM), Técnico que inclui Suporte Básico, Suporte Avançado e atendimento pré-hospitalar (APH) fixo (TOBASE et al., 2013). Tendo como alvo Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, condutores de veículos de emergência em atividade no SAMU e toda a equipe multiprofissional que atua diretamente na assistência ao paciente, através de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com encontros presenciais para esclarecimento de dúvidas e atividades práticas, utilizando como avaliação pós-testes disponibilizado na plataforma ao final de cada módulo (TOBASE et al., 2013). O programa de suporte básico de vida (SBV) é composto por 16 módulos, com abordagem em Biossegurança, Emergências Clínicas, Cirúrgicas, Pediátricas, Obstétricas, Neonatológicas e Traumáticas, 164 horas no total, com duração de doze meses, os módulos foram elaborados com prioridades identificadas pelo Ministério da Saúde, tendo como objetivo padronizar os protocolos de atendimento para todas as regiões do território nacional (TOBASE et al., 2013). De acordo com a necessidade do SAMU poderão ser formadas uma ou mais turmas, sendo os gestores de cada região os responsáveis na organização dos espaços, pelo acesso ao AVA e encontros presenciais. O enfermeiro, médico e monitores inseridos no Núcleo de Educação Permanente (NEP), serão capacitados para acompanharem como tutores os alunos no ambiente virtual e presencial, para avaliação do desempenho das atividades (TOBASE et al., 2013). **CONCLUSÃO:** Diante dos aspectos analisados identificou-se que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é um serviço o qual os profissionais vivenciam diariamente situações de urgência e emergência diversificadas que precisam de tomadas de decisões rápidas, para um atendimento eficaz. Foi orientado a implantação do núcleo de educação permanente (NEP) em cada SAMU, visando a capacitação e transformação dos problemas identificados no atendimento as vítimas, sendo o enfermeiro o gerenciador e facilitador do processo de aprendizado. Destacasse a educação Permanente como processo transformador de ações desenvolvidas pelos profissionais, um dos seus objetivos é promover a educação permanente aos trabalhadores da saúde e a comunidade em geral, tendo em vista a universalidade, a integralidade, a descentralização e a participação social. Identificou-se várias dificuldades no gerenciamento do enfermeiro, como falta de insumos, dificuldades financeiras e o compromisso pessoal do gerente da equipe, na percepção dos trabalhadores as dificuldades encontradas foram a falta de comunicação e apoio

psicológico. Assim cabe ao profissional inserido no serviço sempre está em contato com o NEP para identificar suas dificuldades e participar do processo de práticas pedagógicas, o enfermeiro deve se auto avaliar e buscar sempre seu conhecimento técnico científico para um bom gerenciamento. Portando com o resultado deste estudo identificou-se a importância do Núcleo de Educação Permanente (NEP) para os profissionais inseridos no serviço, dando ênfase a capacitação dos servidores dos serviços de urgência e emergência, para o desenvolvimento dos serviços e geração de impacto em saúde dentro de cada nível de atenção, com vistas à melhoria da qualidade da assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/ MS n. 1.996, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da saúde, 2007. Disponível em: < http://www.esp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/66/2015/05/portaria_1996.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2017.

CICONETE, Rosane Mortari; MARQUES; Giselda Quintana; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Educação em serviço para profissionais de saúde do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): relato de experiência de Porto Alegre- RS. **Comunicação Saúde Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 659-666, jul/ set. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-3283008000300016>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

COSTA, Isabel Karolyne Fernandes. **Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho em um serviço de atendimento móvel de urgência do Rio Grande do Norte.** 2011. 218f. Dissertação (Mestrado em Assistência à Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/14732>>. Acesso em: 22 de maio 2017.

HETTI, Livia Barrionuevo et al. Educação permanente/ continuada como estratégias de gestão no serviço de atendimento móvel de urgência. **Rev. Eletr. Enf.**, São Paulo, v. 15, n. 4, out/ dez. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-201669022022i>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

LAPROVITA, Daniel et al. Educação Permanente no atendimento Pré-Hospitalar Móvel: perspectiva de Emerson Mehy. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, n. 12, p. 4680-4686, dez. 2016. Disponível em: < [file:///c:/users/downloads/11538-26789-1-pb%20\(1\).pdf](file:///c:/users/downloads/11538-26789-1-pb%20(1).pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

LUCHTEMBERG, Marilene Nonnemacher; PIRES, Denise Elvira pires de. Enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: perfil e atividades desenvolvidas. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 69, n. 2, p. 194-201, mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690202i>>. Acesso em: 01 abr. 2017. MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out/dez. 2008. Disponível em: <

<<http://producao.usp.br/handle/BDPI/3509>>. Acesso em: 23 maio 2017.

MONTANHA, Dionize; PEDUZZI, Marina. Educação permanentes em enfermagem: levantamento de necessidades e resultados esperados segundo a concepção dos trabalhadores. **Revista Esc. USP**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 597-604, set. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0080-62342010000300007>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

OLIVEIRA, Aline Silva de; RODRIGUES, Maisa Paulino. Educação Permanente sob a ótica de profissionais do serviço de atendimento móvel de urgência. **Rev. Enferm. UFPE on line**, Recife, v. 9, n. 6, p. 8751-8754, jul. 2015. Disponível em: <<http://10.5205/reuol.7061-61015-5-SMO906supl201518>>. Acesso em: 22 maio 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **SAMU**. Natal já realizou mais de 60 mil atendimentos em 2016, 2016. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-25258.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SANTOS, Maria Cláudia dos et al. O comunicativo no serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU-192). **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1983-14472012000100010>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA

AUTORAS:

Karolina de Moura Manso da Rocha
Kenia Laise Mauricio de Oliveira
Maria da Conceicao Felix Torquato Cordeiro
Maria de Lourdes de Lima Silva
Maria Izabelly Cavalcante Targino
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: OBJETIVO: descrever o papel do enfermeiro diante do portador de Diabetes Mellitus (DM) na Unidade Básica. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura onde a busca ocorreu de abril a outubro de 2017 através. Os critérios de inclusão: estudos publicados na língua portuguesa, de 2008 a 2017, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Ao final, foram detectados sete artigos. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Verificou-se que a consulta de enfermagem é essencial para o tratamento do DM, pois contribui de forma significativa para o controle metabólico e minimizam o aparecimento das complicações crônicas ao apoderar os portadores para o autocuidado. **CONCLUSÃO:** Através deste estudo foi possível concluir que a assistência de enfermagem aborda a prevenção com ações educativas, para prevenir o DM, que é um dos mais importantes problemas mundiais de saúde e apresenta-se como um desafio para a saúde pública

Palavras - chave: Enfermagem. Diabetes. Atenção básica.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) é um conjunto de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia decorrente de problemas no mecanismo de produção e/ou ação da insulina em tecidos periféricos (ADA, 2012). Trata-se de uma condição na qual, o organismo perdeu, parcialmente, o poder de queimar os açúcares fornecidos pelos alimentos ingeridos, caracterizada por alterações no metabolismo da glicose podendo reduzir a qualidade, expectativa de vida das pessoas. Como resultado, o açúcar que não é queimado acumula-se no sangue e não se transforma em energia (BENNETT, 1983; LIENHARD et al., 1992). Segundo Miranzi et al. (2008), o DM caracteriza-se, ainda, pela hipoglicemia crônica e alterações no metabolismo dos carboidratos, lipídeos e proteínas. Os sintomas característicos são polidipsia, poliúria e perda de peso. Dentre suas complicações, destacam-se a cegueira adquirida, doenças coronarianas, renais e amputações de membros inferiores. Dada as suas complicações, o DM é uma doença que pode tornar o indivíduo incapaz de realizar suas atividades diárias, afetando sua qualidade de vida. Além disso, configura-se entre as quatro principais causas de morte no Brasil (XAVIER, BITTAR, ATAÍDE, 2009; MARQUEZINI, MANCINI, 2008). Essa doença requer adaptações ao estilo de vida e junção de práticas terapêuticas que envolva alterações de padrões alimentares, realização de controle glicêmico, prática de atividade física, manutenção da Pressão Arterial (PA) e acompanhamento contínuo da equipe multidisciplinar de saúde (TAVARES et al., 2011). Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo Ministério da saúde em parceria com o IBGE, o diabetes atinge nove milhões de brasileiros, o que corresponde a 6,2% da

população adulta (BRASIL, 2015). As mulheres (7%) apresentaram a maior proporção da doença do que os homens (5,4%) – 5,4 milhões de mulheres contra 3,6 milhões de homens. Os percentuais de prevalência da doença por faixa etária são: 0,6% entre 18 a 19 anos; 5% de 30 a 59 anos; 14,5% entre 60 e 64 anos; e 19,9% entre 65 e 74 anos. Para aqueles que tinham 75 anos ou mais de idade, o percentual foi de 19,6% (BRASIL, 2015). Assim, conforme o progressivo aumento dessa doença no Brasil percebe-se a importância em realizar uma revisão das práticas dos serviços de saúde pública, com a implantação de ações de saúde que incluam estratégias para redução de risco e controle dessas doenças, e de suas complicações, evitando mortes prematuras (BARBALHO et al., 2007). Segundo o Ministério da Saúde as ações de assistência prestada a esses pacientes são por meio da rede básica de saúde que tem como estratégia prioritária a saúde da família. Dentre os profissionais que atuam na rede básica de saúde, o enfermeiro é o profissional que deve realizar uma assistência integral as pessoas e famílias na unidade de saúde da família (USF) e, quando indicado ou necessário, no domicílio ou nos demais espaços comunitários. Nesta assistência, o enfermeiro deve realizar consultas de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações, observadas as disposições legais da profissão e conforme os protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo ministério da Saúde (BRASIL, 2006b). Diante da relevância clínica e epidemiológica da DM para saúde pública, por se tratar de uma doença crônica e que requer o desenvolvimento de ações em saúde, a fim de prevenir suas complicações e de prestar uma melhor assistência em enfermagem, houve o interesse em estudar essa temática. Ao considerar o enfermeiro elemento fundamental no controle das ações em saúde relacionadas ao DM, questiona-se: qual o papel do enfermeiro diante do portador de DM na Unidade Básica? O presente estudo tem relevância científica e prática à medida que pode colaborar com o esclarecimento das ações do enfermeiro no controle da DM, enquanto profissional atuante na ESF, favorecendo o aperfeiçoamento da prática clínica de cuidados voltados para esse grupo específico, justificando-se assim seu desenvolvimento. Diante deste cenário, este trabalho tem por objetivo descrever o papel do enfermeiro diante do portador de DM na Unidade Básica. **MÉTODO:** A primeira etapa serve como norte para a construção de uma revisão integrativa. A construção deve subsidiar um raciocínio teórico e incluir definições aprendidas de antemão pelos pesquisadores. Assim, a primeira etapa do processo de elaboração da revisão integrativa se inicia com a definição de um problema e a formulação de uma pergunta de pesquisa (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise críticas da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu de abril a outubro de 2017 através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Enfermagem, Diabetes, Atenção básica. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: Enfermagem and diabetes, enfermagem and atenção básica, diabetes and Atenção Básica. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, de 2008 a 2017, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E

quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Ao final, foram detectados sete artigos. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Após leitura dos artigos, foi elaborado o quadro abaixo, com informações quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese das principais informações dos artigos, quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais conclusões. Natal, 2017.

BASE DE DADOS	ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
LILACS	2012	A educação em saúde no cuidado de usuários do Programa Auto monitoramento Glicêmico	Relato de experiência	As estratégias de saúde em grupos e visitas domiciliares teve grande importância para promover de forma integral o cuidado com a pessoa e a família.
LILACS	2014	Consulta de enfermagem à pessoa com diabetes mellitus na atenção básica.	Pesquisa Descritiva	A importância da educação permanente dos enfermeiros, pois é essencial para prevenção das complicações da doença.
LILACS	2013	Fatores associados à adesão ao tratamento de pacientes com diabetes <i>mellitus</i>	Estudo descritivo	A preocupação com a mudança de comportamento e tratamento medicamentoso tem grande relevância para prevenção das complicações agudas e crônicas para o portador de DM.
LILACS	2012	Indivíduos com diabetes e a busca no atendimento em saúde no Paraná.	Estudo descritivo, exploratório. abordagem qualitativa	Que o enfermeiro é um profissional e tem o dever de assistir o diabético e seus familiares, dando subsídios e estimulando o próprio doente e a família a controlar a doença.
BDENF	2015	Mapa de conversação em diabetes: Estratégia educativa na visão dos profissionais da saúde.	Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva.	Mapa de Conversação em Diabetes é um instrumento importante, pois a partir dele podemos construir estratégias para combater e prevenir a diabetes pelo autocuidado.
BDENF	2013	Percepção profissionais de saúde sobre o trabalho interdisciplinar nas estratégias educativas em saúde.	Estudo de caso qualitativo, do tipo descritivo exploratório.	Demonstra a importância de trabalhos multidisciplinares na atuação interdisciplinar para facilitar o entendimento dos portadores do DM.

LILACS	2013	Qualidade de vida de pacientes com diabetes mellitus antes e após participação em programa educativo	Estudo quase experimental, prospectivo comparativo.	Na pesquisa certificou-se que a maior probabilidade é de existir mulheres portadora de DM e também foi percebido que a grande maioria dos participantes após participar do programa educativa consideram a sua saúde pouco melhor.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Verificou-se que a consulta de enfermagem é essencial para o tratamento do DM, pois contribui de forma significativa para o controle metabólico e minimizam o aparecimento das complicações crônicas ao apoderar os portadores para o autocuidado. Dentre as complicações mais significativas do diabetes, tem-se a cegueira em adultos ainda em idade produtiva, sendo a educação da pessoa com a doença e de sua família importante no encorajamento e rastreamento mais regulares para alterações visuais, como retinopatia diabética e baixa acuidade visual (SILVA, 2012). Quando a consulta de enfermagem permite saberes entre o enfermeiro e a pessoa com DM a partir do diálogo estabelecido entre as partes, o sujeito é visto como portador de um saber que deve ser considerado no processo de cuidado e discutido para aperfeiçoamento das estratégias de enfrentamento às necessidades de saúde de indivíduos, família e comunidade (SILVA, 2012). Observou-se que a garantia do diagnóstico e o atendimento dos portadores de DM por profissionais atualizados, evitam complicações ou, ao menos, retardam a progressão das já existentes. Além disso, o maior contato do usuário com o serviço de saúde promove mais adesão ao tratamento (SILVA, 2012). Dentro desta perspectiva e, por meio dos autores, os discursos revelam que a hiperglicemia e a hipoglicemia são as principais alterações no âmbito domiciliar, contudo, mais importante do que saber reconhecer e agir diante das alterações é saber prevenir que as mesmas apareçam. Assim, o controle diário da doença pelo portador e familiares é fator protetor na convivência com a doença (BAGGIO, 2012). Figueiredo (2015) detectou em sua pesquisa com portadores de DM que existe uma atuação da enfermagem bastante eficaz, que é o mapa de conversação (MC) que é uma estratégia educativa criada pela Federação Internacional de Diabetes, que é considerada pelos profissionais uma ferramenta facilitadora na condução de práticas utilizando material lúdico capaz de gerar reflexões acerca do autocuidado e das incertezas geradas pela doença. Assim, a utilização do mapa da conversação tem assumido um papel importante na atenção aos portadores de DM, pois favorece uma melhoria do conhecimento possibilitando maior conhecimento, da atitude e da habilidade para facilitar uma comunicação criativa e contextualizada, que permite o uso de uma linguagem mais simples por parte dos profissionais para estimular a compreensão dos usuários (FIGUEIREDO, 2015). Por meio do mapa de conversação houve a possibilidade de transmitir as suas abordagens com base nos seguintes passos: adequar às informações à realidade do usuário; acrescentar dinâmicas e figuras ilustrativas que estimulem a participação ativa; organizar a discussão do mapa por temas como: fisiopatologia da doença, alimentação saudável e atividade física. Sendo assim o uso do MC é uma ferramenta facilitadora para a importância do diálogo e da escuta qualificada no processo da superação das barreiras para o autocuidado do usuário (FIGUEIREDO, 2015). Ainda com relação ao autocuidado do usuário, Farias (2013) infere em sua pesquisa que, no segmento do plano alimentar, como o hábitos alimentares têm, geralmente, suas bases fixadas no núcleo familiar, ainda na infância, com isso existe

um desafio ao profissional da saúde em sistematizar sua intervenção para realização dos cuidados, pois a dieta é uma medida necessária para evitar complicações da doença, considerando os aspectos psicológicos, socioculturais, educacionais envolvidos no tratamento em DM. Ainda no intuito de evitar complicações da doença, é inquestionável o papel da atividade física regular como medida necessária para o controle da glicemia, como também a adoção de um plano alimentar equilibrado. Porém, essa meta é difícil de ser alcançada em pacientes idoso e naqueles com comorbidades, tais como angina e artrite. Nesses casos, fortalecer a adesão ao tratamento medicamentoso pode ser a conduta mais indicada (FARIA 2013). Percebe-se, desta forma, que existem entraves que dificultam as ações multiprofissionais e interdisciplinares. As dificuldades em lidar com dinâmicas, seja pela falta de hábito, conhecimento ou até mesmo limitações de saúde, indicam a importância da padronização do processo educativo, e do envolvimento com outros profissionais, de maneira a promover a difusão do conhecimento. A solução dos problemas exige profissionais ativos e responsáveis pelo sucesso das ações, engajados em processos de aprendizagem compartilhada, para que a interdisciplinaridade ocorra é necessário desenvolver o trabalho em conjunto, no qual o objeto de estudo e os métodos devem ser gradativamente estabelecidos pela equipe, existindo reciprocidade e enriquecimento mútuo das relações de poder (FERREIRA, CARVALHO, 2013). Destaca-se a importância da formação desta competência durante a graduação, que busca a autonomia e a responsabilidade do aluno diante do aprendizado, formando profissionais críticos e atualizados. A troca de conhecimento e saberes, em seguida mudança na percepção dos portadores sobre a doença e seus principais fatores de risco, gerando autonomia no autocuidado e, finalmente no controle glicêmico. Isso nos revela a complexidade envolvida nos programas e estratégias educativas, sendo preciso que as propostas educativas contribuam para a saúde e a qualidade de vida dos portadores de DM (CARVALHO, FERREIRA, 2012). A visita domiciliar é um mecanismo de vínculo criando uma aproximação entre o usuário e o profissional, e são entendidas como oportunidade de o enfermeiro conhecer e compreender melhor o modo de vida do portador e seus familiares. Trata-se de um momento de conhecer as condições que envolvem o processo saúde-doença, inclusive determinantes sociais, auxilia a equipe de saúde, na construção de planos de cuidados que sejam adequados e compartilhados com os usuários (MATSUMOTO, 2011). **CONCLUSÃO:** Através deste estudo foi possível concluir que a assistência de enfermagem aborda a prevenção com ações educativas, para prevenir o DM, que é um dos mais importantes problemas mundiais de saúde e apresenta-se como um desafio para a saúde pública, por sua magnitude, gerando grande impacto social com fatores agravantes, mais do que sua alta prevalência, as complicações, especialmente relacionados às alterações no sistema vascular, fato que gera gastos expressivos em saúde, além de envolver uma redução na qualidade de vida pelos riscos e complicações crônicas ou agudas que podem surgir quando não controlada e tratada adequadamente. Neste contexto, o profissional de Enfermagem tem papel fundamental no controle e tratamento do DM, desenvolvendo ações de promoção e prevenção, de educação em saúde, contribuindo dessa forma, na detecção precoce de casos. Também deve ser de competência do enfermeiro, cadastrar, acompanhar, orientar e motivar o portador de DM quanto as mudanças nos hábitos alimentares, prática de atividade física e adesão ao tratamento medicamentoso, alternativas essas que contribuirão para o controle da doença e execução de uma assistência de qualidade, dispensando uma atenção humanizada aos pacientes com DM.

REFERÊNCIAS

- ADA (2012), Diagnosis and classification of diabetes mellitus. **Diabetes Care**, 28 Suppl 1, S64-71. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/nutrire.2014.024>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção básica**. Brasília; 2006b. Acesso em: 09 abr. 2017.
- _____. **Diabetes Atinge 9 milhões de brasileiro**. Portal Brasil. julho de 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/07/diabetes-atinge-9-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 09 abr. 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 09 de abril de 2017.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/viewFile/1220/906>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- MIRANZI et al. Qualidade de vida de indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão acompanhados por uma equipe de saúde da família. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 672-9, out./dez. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/ciencias-biologicas-da-saude%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ciencias-biologicas-da-saude%20(2).pdf) . Acesso em: 09 abr. 2017.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2001. p.11-34 e 51-69. Acesso em: 09 abr. 2017.
- RODRIGUEZ, M. C. P. et al. Comunicação Participativa: Perfil Clínico de Pacientes Diabéticos antes e após Intervenção Educativa. **Revista de Enfermagem**. 21, n. 2, P.733-8, Dez; 2013. Disponível em: <http://pesquisa.bvslud.org/brasil/resource/pt/bde-22797>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- TAVARES, B. C. et al. **Resiliência de pessoas com Diabetes Mellitus**. Texto contexto – enferm., dez 2011, vol.20, no.4, p.751-757. ISSN 0104-0707 Disponível em:<<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- XAVIER, Antônia Tayana da Franca; BITTAR, Daniela Borges; ATAIDE, Márcia Barroso Camilo de. Crenças no autocuidado em diabetes: implicações para a prática. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 124-130, jan./mar. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/ciencias-biologicas-da-saude%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ciencias-biologicas-da-saude%20(2).pdf). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018#back>. Acesso em: 09 abr. 2016.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE PORTADOR DE HIV/AIDS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES:

Aislanny Ingridy da Silva Soares
Alenuska Katiely Mota De Farias
Elaine de Freitas Moraes Pinto
Karolina de Moura Manso da Rocha
Maria de Lourdes de Lima Silva
Maria Deysiara Bernardo de Souza

RESUMO: A assistência de enfermagem frente ao cuidado humanizado, em pacientes soropositivos, a fim de estimular o envolvimento compartilhado entre o profissional e o cliente na promoção da saúde. A abordagem do enfermeiro na integridade do bem-estar do paciente em um atendimento qualificado, resgatando a autoconfiança, enfatizando ações para melhora da qualidade de vida das pessoas com HIV/Aids. Este trabalho objetiva descrever a importância da assistência do profissional de enfermagem na promoção, recuperação e manutenção da qualidade de vida, diante do atendimento prestado, promovendo conhecimento em prol da doença e reabilitação do paciente vivendo com HIV. É fundamental para que o enfermeiro com capacidade ofereça o teste rápido para detecção precoce, para se fazer uma busca imediata, fornecendo assim o tratamento para que essas pessoas tenham mais chances de viver normalmente. Além disso, a eficácia do tratamento está ligada com a melhor adesão dos clientes, questão essencial no combate a doença, acrescenta-se assim, a importância da assistência de enfermagem durante as consultas, criando ações desenvolvidas no controle da patologia assistencial em saúde.

Palavras - chave: HIV. Enfermagem. Assistência humanizada.

INTRODUÇÃO: O vírus da imunodeficiência humana tem como principal alvo o sistema imunológico, ele prejudica o sistema de defesa, tornando-o deficiente, provocando a perda da capacidade do organismo de se defender, devido a destruição dos linfócitos T CD4-glóbulos brancos, começam a aparecer sinais e sintomas com relação a presença de infecções oportunistas, doenças que aparecem por se aproveitar devido a queda de imunidade no organismo, surgindo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. (BRASIL, 2015). O HIV é o vírus da imunodeficiência humana e a AIDS que se caracteriza pela perda das células de defesa em resposta da infecção pelo vírus, porém, o indivíduo pode estar infectado e não estar doente com AIDS (BRASIL, 2015). O Brasil concentra novos casos da infecção em comparação com outros países da América Latina, o país corresponde por 40% de novos casos pelo vírus, o dado mais recente da estimativa de HIV prevalente para o país em relatórios do programa conjunto das nações unidas (UNAIDS) é de 0,4 % a 0,7% em pessoas de 15 a 49 em 2014. (UNAIDS, 2014). Em relação aos dados do último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o aumento de novos casos de AIDS na juventude (15 a 24 anos) continua sendo preocupante e alarmante, e ações nessa continuidade tem de ser interditadas, entre 2006 a 2015 a taxa de detecção entre jovens do sexo masculino tem um aumento significativo e alarmante que quase triplicou (de 2,4 para 6,9 casos por 100 mil habitantes) e a taxa entre os jovens de 20 a 24 anos, a ocorrência de novos casos dobrou (de 15,9 para 33,1 casos por 100

mil habitantes). (UNAIDS, 2014). A enfermagem acompanha todas as fases da epidemia de HIV/AIDS, a profissão presta cuidados a todos os indivíduos, a cerca de uma melhor evolução psicológica, em relação ao estado de saúde em equilíbrio até ao qual a doença encontra-se instalada, envolvendo adesão ao tratamento antirretroviral (TARV). (GLAUCIA, 2010). Melhoria na promoção a saúde, com interação interpessoal agregando valores de aceitação e motivação do paciente, sendo a enfermagem uma das profissões que mais efetivam um aumento na estimativa de aceitação agregando valores primordiais como respeito, interação interpessoal, a compaixão e o afeto, pois o cuidado através da reflexão da prática é fundamental para melhoria da promoção, manutenção e recuperação da saúde. (GLAUCIA, 2010). Ao pesquisar sobre assistência de enfermagem ao paciente portador de HIV/AIDS, nota-se que é uma temática bastante abordada, contudo, a atuação do enfermeiro nesse processo pouco é descrita quando envolve o equilíbrio entre sigilo e privacidade do paciente no âmbito da saúde. Esse fato me motivou a buscar mais informações sobre como ocorre a assistência de enfermagem com interação no bem-estar do paciente, e aceitação, cujo sentido consistem na preservação envolvendo a dignidade humana. Com isso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre a assistência de enfermagem ao portador de HIV/AIDS na melhoria da qualidade de vida? Este trabalho tem o intuito de demonstra a atuação do profissional de enfermagem na interação e melhoria de qualidade de vida e bem-estar dos pacientes soropositivo, promovendo manutenção e recuperação da saúde, com reflexão na importância que se faça um cuidado humanizado, contribuindo para melhorar a assistência aos pacientes portadores do vírus HIV. Portanto, o objetivo do trabalho foi descrever a assistência de enfermagem ao paciente portador do vírus da imunodeficiência humana, a partir da literatura científica. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa que é um dos métodos de pesquisa utilizados na prática baseada em evidência (PBE) que permite a incorporação das evidências na prática clínica. Esse método tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado (KARINA; et al. ,2008). Para a construção desta, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através da base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) e Revista do Hospital de Clínica de Porto Alegre (HCPA). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Enfermagem, Assistência de Enfermagem, cuidados de enfermagem hiv/aids, Tratamento HIV. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem and Tratamento and HIV/AIDS, Cuidados de Enfermagem and pacientes soropositivos, Enfermagem and Assistência Humanizada and HIV. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa e inglesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor, foram utilizados 5 artigos. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e

identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Quadro 1 – Fontes de Pesquisa – Textos científicos

BASE DE DADOS	ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
Cartilha Ministério da Saúde	2015	Cuidados integral às pessoas que vivem com HIV/AIDS pela atenção básica	Trata-se de um manual para a equipe multiprofissional	As equipes da Atenção Básica podem desempenhar papel decisivo no cuidado integral às PVHA, pois possuem mais proximidade, contato e vínculo com pessoas do território
REME • Rev. Min. Enferm.	2015	Tecnologia educativa para promoção da qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV.	Trata-se de relato a experiência de estudantes do curso de Enfermagem na realização de oficinas de educação em saúde com pessoas que vivem com HIV.	As oficinas de educação em saúde em grupos para pessoas que vivem com HIV foram capazes de promover troca de saberes populares e científicos.
Rev. HCPA	2007	Implantação do programa de adesão ao tratamento de HIV/AIDS: Relato de experiência	Trata-se de um relato de experiência	Durante o desenvolvimento do Programa de Adesão ao Tratamento Anti-Retroviral, foi observada melhora no enfrentamento do paciente à doença, muitas vezes tendo um maior reflexo na atitude apontada por eles durante os retornos ambulatoriais
REBEn	2010	Representações sociais do cuidado prestado aos pacientes soropositivos ao HIV	Trata-se de pesquisa qualitativa cujos objetivos foram identificar e comparar as representações sociais do cuidado de enfermagem ao paciente soropositivo ao HIV para profissionais de enfermagem.	Identificar diferenças nas representações sociais de enfermeiros acerca do cuidado de enfermagem prestado ao paciente com HIV/ AID
Reben	2015	Potencialidades e fragilidades da rede de cuidados da pessoa com HIV/Aids	Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória que teve como cenário um serviço referência em doenças infectoparasitárias localizado no Estado de Santa Catarina.	A rede de cuidado à pessoa com HIV/aids disponibiliza cuidados considerados importantes para a vivência de pessoas com HIV/aids.

Fonte: Autoria própria, 2017.

De acordo com a tabela, apenas 01 publicação foi do Ministério da Saúde, as demais foram de revistas de enfermagem, 01 publicadas no ano de 2007, 01 publicada no ano de 2010 e as demais publicadas no ano de 2015. O acolhimento é uma prática atuante em todas as relações do cuidado, acolher as pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA), significa incluí-las na promoção a saúde, considerando suas expectativas e necessidades vinculadas no manejo do cuidado integral, com expectativa atendidas em relação as competências atribuídas a equipe ao qual o vínculo entre o cliente e o profissional seja estimulada, para que o paciente compareça com frequência ao serviço de saúde e assim dá continuidade ao tratamento antirretroviral (BRASIL, 2015). A necessidade em mencionar no que diz respeito a realização de cuidado relacionado entre o profissional de enfermagem e o paciente soropositivo ao HIV, se deu muitas vezes na historicidade da doença, ou seja, o envolvimento do sujeito com o profissional sem a devida preparação e a capacitação do profissional de enfermagem especialmente na década de 80 e início de 90, desta forma, a enfermagem sem que conhecesse e compreendesse suas peculiaridades o que se introduzia primordial para a realização do cuidado singular. (GLAUCIA, 2010). A eficácia do tratamento está ligado com a melhor aderência dos clientes, questão essencial no combate a doença, a melhoria na qualidade de vida social, resgate de vida afetiva e aumento na inclusão no mercado de trabalho, assim, salientando no ponto de vista econômico, acontece a redução significativa de internações, e um aumento na qualidade de vida psicossocial.(GUARAGNA et al., 2007). Porém, a arte do cuidar, a flexibilidade e a criatividade na elaboração da consulta são os diferenciais que contribuem para uma boa prática profissional da enfermagem, uma vez que torna possível a criação de outros mecanismos de intervenção, o vínculo, a escuta e o acolhimento de forma que possibilite a melhoria do relacionamento terapêutico entre o paciente e o profissional, sensibilizando a escuta como principal mecanismo de junção, possibilitando a construção em relação a confiança para que o paciente sinta-se à vontade, com sua própria concepção, dando atenção as suas necessidades com diálogos abertos colocando o enfermeiro em um papel diferenciado. (MACÊDO et al., 2013). A adesão da terapia antirretroviral tem reduzido as taxas de morbimortalidades, a grande contribuição que a enfermagem tem é muito positiva, destaca-se a relação entre a aceitação do tratamento e boa qualidade do cuidado, tendo em vista a competência do profissional, a qualidade do envolvimento na comunicação, a conduta em manter os clientes em decisões em relação ao tratamento, apoiando-os, com boa aceitação entre a percepção do controle da doença em manter uma vida social e digna, de forma em que esses pacientes compreendam do que o tratamento significa e de sua eficácia, isto a atuação da enfermagem incorpora a prevenção e o controle dos fármacos, estabelecendo vínculos com o cliente para a promoção do autocuidado enfrentando desafios futuros.(COLOMBRINI et al., 2005). **CONCLUSÃO:** A inclusão do cuidado humanizado à pacientes com HIV é fundamental para a melhoria do atendimento e garante maior vínculo e qualidade de vida dessas pessoas. Além de favorecer o vínculo terapêutico através de um atendimento qualificado, promove ações para melhora da qualidade de vida das pessoas com HIV/Aids. Logo, o paciente com HIV deve ser acolhido sem discriminação, participando ativamente do autocuidado, assim facilitando a adesão ao tratamento e prevenindo a transmissão ao vírus, para que se evite a evolução para aids. Ao responder ao questionamento aqui abordado viu-se ser fundamental um continuado esforço para a detecção precoce da doença. E, cabe ao enfermeiro, a busca imediata, fornecendo assim o

tratamento para que essas pessoas tenham mais chances de viver normalmente. Nesse sentido, o cuidar da saúde dos usuários é imprescindível a abordagem do enfermeiro na integridade do bem-estar do paciente em um atendimento qualificado, resgatando a autoconfiança, enfatizando ações para melhora da qualidade de vida das pessoas com HIV/Aids. Por fim, a assistência de enfermagem frente a humanização das práticas em saúde, em pacientes soropositivos, deve estimular um resultado efetivo no envolvimento compartilhado entre o profissional e o cliente, para isso que se pese a importância de capacitações e treinamentos ou programas a respeito dessa temática, para que assim, seja o diferencial para uma boa prática profissional da enfermagem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais. **Cuidados Integral às pessoas que vivem com HIV pela Atenção Básica**. Brasília: MS, 2015. 38p. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/o-departamento>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- CABRAL, Juliana da Rocha; et al. Tecnologia educativa para promoção da qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: < <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/bde-28791> >. Acesso em: 25 maio 2017.
- FORMOZO, Gláucia Alexandre; OLIVEIRA, Denize Cristina. Representações sociais do cuidado prestado aos pacientes soropositivos ao HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.2, n. 63, p 230 - 237, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000200010&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 25 maio 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- MACÊDO, Simara Moreira de et al. Consulta de enfermagem ao paciente com HIV: perspectivas e desafios sob a ótica de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 2, p. 196 - 201, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000200007 >. Acesso em: 25 maio 2017.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. >. Acesso em: 25 maio 2017.
- COLOMBRINI, Maria Rosa Ceccato; et al. Adesão a terapia antirretroviral para HIV/AIDS. **Revista Escola de Enfermagem USP**. São Paulo, v. 4, p. 576 – 581, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n4/v40n4a17>> . Acesso em: 25 maio 2017.

PRINCIPAIS AÇÕES DO ENFERMEIRO NA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER INFANTIL

AUTORES:

Ana Luziene Tarquino da Silva
Ana Paula Leite Franca
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Ligian Batista de Lima
Maria Helena Medeiros da Silva
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: Com esta pesquisa objetiva-se descrever as principais ações do enfermeiro na detecção precoce do câncer infantil. Metodologia: estudo do tipo revisão integrativa da literatura, realizada de abril a outubro de 2017, nas bases eletrônicas de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Como critérios de inclusão: estudos publicados na língua portuguesa, de 2005 a 2017, em formato de texto completo, disponíveis de modo gratuito e online, e que tivessem alguma sintonia com a temática tratada e objetivo proposto no estudo. Nos critérios de exclusão artigos duplicados, em forma de resumo e carta ao editor. Análise e discussão dos resultados: O diagnóstico precoce é fundamental para um bom prognóstico da doença, mas é imprescindível considerar o preparo do profissional que atenderá inicialmente essa criança ou adolescente. A produção do cuidado de enfermagem em oncologia pediátrica leva o enfermeiro também a uma abordagem do aspecto psicológico incluindo, nesse contexto, o enfrentamento da situação. Conclusão: A doença, quando identificada em sua fase inicial, aumenta as chances de cura, porém, cabe aos profissionais da saúde saber identificar toda e qualquer alteração fisiológica, bem como os marcos de desenvolvimento da doença.

Palavras - chave: Câncer. Ações de Enfermagem. Pediatria.

INTRODUÇÃO: Segundo Instituto Nacional Câncer (INCA), o câncer possui mais de 100 tipos de doenças onde pode afetar os tecidos e órgão. É um conjunto de células que possui um crescimento anormal onde elas se dividem rapidamente de forma incontrolada e agressiva formando tumores. Trata-se de uma doença existente há milhares de anos onde o primeiro a usar esse termo foi Hipócrates, pai da medicina (INCA, 2011). Dentre os tipos de câncer, tem-se o câncer infantil o qual ainda não tem causas totalmente conhecidas. Sobre o que se tem conhecimento é que esta doença é causada por alterações em células embrionárias primitivas e imaturas, ou seja, ainda em fase de crescimento, fazendo com que a evolução da doença geralmente aconteça de maneira mais rápida nas crianças do que nos adultos (OLIVEIRA, 2015). Conforme Mutti, Paula e Souto (2010), os tipos mais frequentes de câncer nas crianças são: leucemias, tumores do sistema nervoso central e linfomas. A leucemia trata-se do mais comum entre menores de 15 anos, principalmente a Leucemia Linfocítica Aguda (LLA). Com relação aos tumores do sistema nervoso central, estes apresentam como os mais comuns o astrocitoma e o meduloblastoma sendo estes predominantes no sexo masculino, ocorrendo principalmente em crianças menores de 15 anos, com um pico de idade de 10 anos, Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

representando em torno de 20% dos tumores infantis. Já o câncer nos linfomas é considerado o terceiro maior tipo de neoplasia maligna pediátrica, destacando-se o do tipo não Hodgkin (MUTTI, PAULA, SOUTO, 2010). Dentro desse contexto, de acordo com Santos, Pagliuca e Fernandes (2007), a assistência em oncologia desenvolve-se pelo cuidado preventivo, curativo e paliativo, requerendo do profissional de saúde uma prática resolutiva, seja qual for a situação da doença vivenciada pela criança e seus desdobramentos no cotidiano familiar. Sendo assim, torna-se necessário que as dinâmicas assistenciais e práticas no cuidar em pediatria oncológica sejam revistas, a partir de uma visão holística. Nesse sentido, ainda em Santos, Pagliuca e Fernandes (2007), uma vez que o enfermeiro faz parte da equipe multiprofissional, este deve estar presente nas diferentes etapas de cuidado, desde a prevenção, o diagnóstico, os tratamentos prolongados, até o cuidado paliativo. Quando a doença evolui e os tratamentos curativos não são viáveis, a criança precisa de acompanhamento permanente, em sua maioria, em unidades de internação, ambulatorial ou de tratamento intensivo. Assim, o cuidado de enfermagem deve abranger o controle da dor e demais sinais e sintomas, da ansiedade e depressão, além do compartilhamento das decisões do cuidar com a criança e sua família (SANTOS, PAGLIUCA, FERNANDES, 2007). As ações desempenhadas pela equipe de enfermagem diante da complexidade do cuidado com as crianças portadoras de câncer compreende a necessidade de empenho da equipe de saúde, por meio do trabalho interdisciplinar, contemplando o atendimento a unidade familiar em suas possibilidades, incertezas, diversidades e imprevisibilidades, perante a instabilidade do quadro clínico da criança e a proximidade da morte (NASCIMENTO et al., 2005; SILVA, MOREIRA, 2011). Justifica-se a realização deste estudo baseando-se na ideia de que, quanto mais cedo for detectada a doença do câncer, menos sofrimento a criança poderá passar. Descobrendo-se precocemente a doença, acredita-se que o processo do tratamento poderá ser mais bem conduzido, sem tantos danos físicos, emocionais ou psicológicos para a criança e seus familiares. Neste sentido, o interesse em desenvolver esta temática surgiu com o intuito de trazer a discussão sobre a atuação do enfermeiro na detecção precoce do câncer infantil em prol de como melhor tratar uma situação desta natureza. Além disso, este estudo poderá servir de suporte teórico para posteriores pesquisas no âmbito da temática aqui tratada. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem como proposta central responder ao seguinte questionamento: Quais as principais ações do enfermeiro na detecção precoce do câncer infantil? Diante dessa questão, o objetivo deste estudo consistiu em descrever as principais ações do enfermeiro na detecção precoce do câncer infantil. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa da literatura, realizada de abril a outubro de 2017, levando-se em consideração os materiais disponíveis nas bases eletrônicas de dados bibliográficos, tais como: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando-se os seguintes descritores: câncer, ações de enfermagem, pediatria e detecção precoce de câncer. Sobre a revisão integrativa, Mendes, Silveira e Galvão (2008) referem-se tratar da análise de pesquisas importantes que oferecem suporte à tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, permitindo a síntese de múltiplos estudos publicados que possibilita conclusões gerais sobre determinada área de estudo. Trata-se de um método valioso para a enfermagem, pois muitas vezes os profissionais não dispõem de tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível, além da dificuldade para realizar a análise crítica dos estudos.

Para refinamento da pesquisa foi realizado o cruzamento utilizando o operador booleano and da seguinte forma: câncer and ações de enfermagem, pediatria and câncer, ações de enfermagem and pediatria. Como critérios de inclusão selecionou-se estudos publicados na língua portuguesa, de 2005 a 2017, em formato de texto completo, disponíveis de modo gratuito e online, e que tivessem alguma sintonia com a temática tratada e objetivo proposto no estudo. No que diz respeito aos critérios de exclusão artigos duplicados, em forma de resumo e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: Após leitura dos artigos, foi elaborado o quadro abaixo, com informações quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese das principais informações dos artigos, quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo de estudo e principais conclusões. Natal, 2017.

Ano	Título	Tipo de estudo	Principais conclusões
2007	Câncer infantil: o itinerário diagnóstico	Pesquisa de campo	Tendo em vista a importância do diagnóstico precoce, reconhece-se a necessidade de ações efetivas que diminuam o tempo que decorre do início dos sintomas ao diagnóstico da doença.
2011	Concepção dos enfermeiros acerca da capacitação no cuidado à criança com câncer	Pesquisa de campo	Evidenciou-se a necessidade de reformas curriculares que favoreçam o desenvolvimento de um profissional egresso qualificado, reflexivo e pronto para atuar sobre a realidade epidemiológica e social oncológica.
2012	Atuação das equipes da atenção primária na identificação precoce do câncer infanto-juvenil	Pesquisa-Ação	Torna-se fundamental estimular a qualificação dos profissionais da atenção primária o fortalecimento de uma rede de assistência que proporcione a redução no retardo do diagnóstico de câncer infanto-juvenil.
2014	Diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente	Publicação	Para os profissionais de saúde, muitas vezes se torna difícil à identificação de sintomas para que o câncer oncológico seja diagnosticado precocemente, o que atrasa um tratamento e a cura desta enfermidade.
2014	O diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil: o caminho percorrido pelas famílias	Pesquisa de campo	Conclui-se que a criança e o adolescente percorrem um longo caminho diante da situação oncológica. Foram evidenciadas as dificuldades relacionadas ao acesso aos recursos diagnósticos, o que compromete as possibilidades de um diagnóstico precoce.
2016	Dificuldade dos profissionais de saúde	Pesquisa	Observou-se que os profissionais de saúde conhecem os principais sinais e/ou sintomas

	no reconhecimento precoce das doenças oncológicas na infância	de campo	gerais das oncologias pediátricas. E que a enfermagem tem importante papel no reconhecimento dos sinais e sintomas característicos de doenças oncológicas apresentados pelas crianças no atendimento na atenção básica.
2016	A abordagem do câncer infantil na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa da literatura	Revisão Integrativa	Notou-se que o conceito de diagnóstico precoce ou suspeita de câncer como algo inerente em Atenção Primária à Saúde é ainda pouco explorado em todo o mundo. Devido a isso, as estratégias de gestão da saúde devem contemplar o tema do câncer em crianças e adolescentes. Com a criação de estruturação de um planejamento macro, é possível prever os três eixos já citados na literatura e, seguindo esses avanços, pode-se melhorar a saúde global das crianças.
2017	Experiência materna no itinerário diagnóstico do câncer infantil	Investigação Qualitativa	Detectaram-se lacunas no serviço de saúde quanto à identificação precoce do câncer e um mundo de sofrimento e incerteza no trajeto percorrido até o diagnóstico que, por sua vez, revelou sentimentos como medo da morte e insegurança, mas, também, esperança da cura.

Fonte: NANDA, NIC E NOC, 2015.

Conforme Cavicchioli, Menossi, Lima (2007), o diagnóstico precoce do câncer infantil é um desafio pois no adulto, o seu aparecimento muitas vezes está associado a fatores ambientais, porém, nas malignidades infantis, essa associação não é clara. Assim, a demora no diagnóstico na criança é algo comum de acontecer, e isso pode ser atribuído também a fatores relativos à própria criança, a seus pais e ao serviço de saúde ou a doenças peculiares a essa faixa etária. Devido a isso, ainda é comum crianças chegarem ao hospital com a doença já em estágio avançado, pois, na maioria das vezes, o câncer infantil é assintomático e pode até ser confundido com outras doenças mais comuns da infância (VIDOTTO et al., 2017). Entretanto, apesar de assintomático Friestino e Moreira Filho (2016) relatam que os pais podem contribuir positivamente para o diagnóstico precoce do câncer, pois podem detectar sinais e sintomas, ou mesmo modificações da criança através de seu comportamento e atividades diárias. Quando eles percebem algo errado, imediatamente procuram ajuda médica em lugares como: Unidades Básica de Saúde, Unidade Médica de Emergência ou em instituições de saúde privada. O diagnóstico precoce é fundamental para um bom prognóstico da doença, mas é imprescindível considerar o preparo do profissional que atenderá inicialmente essa criança ou adolescente. Como, na maioria das vezes, o primeiro atendimento não é realizado por um especialista, e sim por um pediatra ou médico da família, há maior dificuldade em se relacionar o sintoma apresentado pela criança ao câncer (CAVICCHIOLI; MENOSSI; LIMA, 2007). Assim, o momento de diagnóstico do câncer está estreitamente vinculado a sentimentos de desespero, medo, tristeza e preocupação com o futuro da criança. Nessa fase, as famílias requerem profissionais competentes, tanto no âmbito do conhecimento técnico-científico como também no que se refere ao apoio e à escuta atenta (FERMO et al., 2014). Amorim, Carizzi, Brandão (2016) afirmam que uma equipe de saúde capacitada pode ser determinante na eficácia do processo de identificação precoce das doenças

oncológicas da infância, uma vez que a Atenção Primária é a porta de entrada do serviço de saúde, e assim, há possibilidade de identificar precocemente doenças malignas e encaminhar ao tratamento especializado. O diagnóstico tardio pode decorrer da dificuldade do acesso ao atendimento na Atenção Básica pela equipe de saúde devido à falta de preparo e de conhecimento dessa temática das oncologias da infância, principalmente no reconhecimento de sinais e sintomas. Azevedo et al. (2012) identificaram que temas geradores como a resistência para a mudança, a conscientização para a necessidade de apreensão de saberes, referência e contra referência, estigma da morte e rede de assistência motivaram os profissionais da saúde a detectarem a necessidade de uma melhor capacitação em relação ao câncer infanto-juvenil, para assistir à criança com sinais e sintomas de câncer, bem como sua família, investindo em ações que possibilitem a cura, ao invés da falta de crença nesta. De acordo com Amador et al. (2011), a produção do cuidado de enfermagem em oncologia pediátrica leva o enfermeiro também a uma abordagem do aspecto psicológico incluindo, nesse contexto, o enfrentamento da situação. Dentro desta perspectiva, lidar com os aspectos psicológicos diante do cuidar decorrente da doença tem sido uma dificuldade, devido à falta de capacitação para o manejo desse problema. Assim, os autores evidenciaram que há déficit na formação dos enfermeiros, no processo de ensino do enfrentamento da terminalidade e suas nuances. Assim, considera-se importante a capacitação em saúde do enfermeiro onde o mesmo deve estar apto a realizar uma anamnese e exame físico no intuito de conhecer a trajetória percorrida pela criança, a fim de se obter subsídios para elaborar ações que possam contribuir para o diagnóstico precoce do câncer infantil, uma vez que o sucesso terapêutico com possibilidade de cura total depende fundamentalmente de sua detecção precoce (CAVICCHIOLI, MENOSSI, LIMA, 2007). Para que este contato inicial entre enfermagem e paciente, a acessibilidade é uma estratégia que visa a garantir tal efetividade, iniciando-se na atenção primária, considerada como “porta de entrada” do indivíduo que busca atendimento médico e só será encaminhado ao especialista quando a solução de seu problema de saúde não estiver ao alcance desse nível de atenção (VIDOTTO et al., 2017). Vidotto et al. (2017) afirmam que quando o diagnóstico de câncer não é imediato leva a peregrinação exaustiva das famílias aos serviços de saúde públicos e privados, até encontrarem algum local que lhes dê a esperança do tratamento e cura da doença. Ainda segundo o autor, as mães, principalmente, referem que o uso do serviço privado ocorre por não terem encontrado solução prévia no serviço público. Além disso, a ausência de especialistas para o atendimento da criança é um fator de seleção na escolha do tratamento. O período que antecede a confirmação do diagnóstico de câncer infanto-juvenil muitas vezes é longo e difícil. As famílias percebem que algo está errado por meio dos sinais e sintomas apresentados e também pela mudança de comportamento durante atividades rotineiras de seus filhos. Na maioria das vezes, essas alterações são percebidas de forma leve e corriqueira, agravando-se repentinamente, e em algumas situações a própria criança e/ou adolescente alerta os pais de que algo está diferente (FERMO et al., 2014).

CONCLUSÃO: Conclui-se com este trabalho que o profissional Enfermeiro tem sua contribuição marcante no diagnóstico do câncer infanto-juvenil, desde que esteja bem preparado para tal finalidade. A doença, quando identificada em sua fase inicial, aumenta as chances de cura, porém, cabe aos profissionais da saúde saber identificar toda e qualquer alteração fisiológica, bem como os marcos de desenvolvimento da doença. Neste aspecto, a observação dos pais e familiares da criança e do adolescente é de fundamental importância, pois eles percebem essas

alterações precocemente, chegando a evitar complicações que possam comprometer a saúde do paciente. Apesar da relevância desta temática, tendo em vista a grande incidência de casos de câncer na população brasileira, ainda se observa uma insipiente literatura acerca da detecção precoce do câncer infantil. Portanto, esse estudo busca contribuir para uma reflexão dos profissionais da saúde, mostrando a importância da capacitação profissional para tratar deste tema e também de novos estudos para a formação de novos profissionais. Assim, destaca-se a importância da qualificação do profissional como instrumento para proporcionar qualidade na assistência prestada e assim obter bons resultados.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, M.J.O. **A construção do trabalho científico**: um guia para projetos, pesquisas e relatórios científicos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- AMADOR, D.D. et al. Concepção dos enfermeiros acerca da capacitação no cuidado à criança com câncer. **Texto Cotexto Enferm.**, v. 20, n. 1, p. 94-101, 2011.
- AMORIM, A.A.; CARIZZI, C.Q.O.; BRANDÃO, E.C. Dificuldade dos profissionais de saúde no reconhecimento precoce das doenças oncológicas na infância. **Revista de Enfermagem da FACIPLAC**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2016.
- AZEVEDO, M.C.C.V.; LIMA, K.Y.N.; SANTOS, A.D.B.; MONTEIRO, A.I. Team's performance in primary health care on early identification of children's cancer. **Revista de Pesquisa**: cuidado é fundamental online, v. 4, n. 3, p. 2692 - 2701, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **ABC DO CÂNCER**: abordagem básica para controle do câncer. Rio de Janeiro: Inca, 2011. 2 ed.128p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/abc_do_cancer_2ed.pdf> Acesso em: 09 abr.2017.
- CAVICCHIOLI, A.C.; MENOSSI, M.J.; LIMA, R.A.G. Câncer infantil: o itinerário diagnóstico. **Revista Latino-americano de Enfermagem**, v. 15, n. 5, 2007.
- FERMO, V.C.; LOURENÇATTO, G.N.; MEDEIROS, T.S.; ANDERS, J.C.; SOUZA, A.I.J. O diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil: o caminho percorrido pelas famílias. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 54-59, 2014.
- FRIESTINO, J.K.O.; MOREIRA FILHO, D.C. The approach to childhood cancer in primary health care: an integrative literature review. **Revista APS**, v. 19, n. 3, p. 476-482, 2016.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, Oct./Dec. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MUTTI, C.F.; PAULA, C.C.; SOUTO, M.D. Assistência à saúde da criança com câncer na produção científica brasileira. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.56, n.1, p.71-83, 2010. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/rbc/n_56/v01/pdf/11_revisao_de_literatura_assistencia_saude_crianca_cancer.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

NASCIMENTO, L.C.; ROCHA, S.M.M.; AYES, V.H.; LIMA, R.A.G. Crianças com câncer e suas famílias. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v.39,n.4,p.469-74,2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000400014>. Acesso em: 06 abr. 2017.

OLIVEIRA, L. (Col.). **Câncer infantil**: tipos mais comuns da doença entre os pequenos. Disponível em: <<http://bebe.abril.com.br/saude/cancer-infantil-os-tipos-mais-comuns-da-doenca-entre-os-pequenos/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SANTOS, M.C.L.; PAGLIUCA, L.M.F.; FERNANDES, A.F.C. Cuidados paliativos ao portador de câncer: reflexões sob o olhar de Paterson e Zderad. **Rev. Latino-Am Enfermagem**, v.15 n.2, p. 350-54,2007.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692007000200024&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 abr. 2017.

SILVA, M.M.; MOREIRA, M.C. Sistematização da assistência de enfermagem em cuidados paliativos na oncologia: visão dos enfermeiros. **Acta Paul Enferm**, v. 24, n.2, p. 172-78. 2011 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v24n2/03.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

VIDOTTO, P.C.P.; FERRARI, R.A.P.; TACIA, M.T.G.M.; FACIO, B.C. Experiência materna no itinerário diagnóstico do câncer infantil. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 11, n. 4, p. 1565-1573, 2017.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE ONCOLÓGICO EM CUIDADOS PALIATIVOS: REVISÃO DE LITERATURA

AUTORES:

Andressa Monica Gomes Fernandes
Angela Pereira de Lima
Maria de Lourdes da Silva Santos
Maria Eduarda Souza Leocadio
Maria Marcelino Bispo

RESUMO: O câncer é uma doença crônico-degenerativa, incapacitante, de evolução progressiva, caracterizado pelo aumento anormal e/ou acelerado de células de forma agressiva, formando tumores malignos e com capacidade de invadir outros órgãos, causando metástase, podendo ser fatal. Este estudo foi realizado a partir de análise de artigos e produções científicas que tratassem dessa temática a fim de conhecer e compreender na literatura como é a assistência de enfermagem ao paciente oncológico em cuidados paliativos, num recorte temporal de 2008 a 2016 nas bases de dados LILACS E MEDLINE. Para tanto utilizou-se os seguintes descritores: “cuidados paliativos”, “cuidados de enfermagem”, “oncologia e enfermagem”. Os cuidados paliativos ocorrem geralmente na fase terminal do câncer e neste momento o paciente e familiares apresentam grande fragilidade. Assim, a equipe de enfermagem dentro de um contexto interdisciplinar é imprescindível para o cuidado e conforto do usuário e da família. Nesse contexto torna-se imprescindível que a equipe de enfermagem seja capacitada, tendo conhecimentos científicos e habilidades no tocante ao reconhecimento de sinais e/ou sintomas subjetivos próprios, para prestar adequada assistência, buscando estratégias de enfrentamento.

Palavras - chave: Cuidados paliativos. Cuidados de enfermagem. Oncologia e enfermagem.

INTRODUÇÃO: O câncer é uma doença crônica, degenerativa, incapacitante, de evolução progressiva, caracterizado pelo aumento anormal e/ou acelerado de células de forma agressiva, formando tumores malignos e com capacidade de invadir outros órgãos, causando metástase, atingindo pessoas de todos os sexos, idades, culturas e situações sócio-econômicas, podendo ser fatal (BRASIL, 2008). Está entre as principais causas de morte no Brasil e no mundo, causando um impacto na autonomia individual do ser humano no âmbito físico, psíquicosocial, mental e espiritual. As doenças oncológicas são consideradas problema de saúde pública por apresentarem elevada incidência, prevalência, mortalidade, gastos hospitalares e, acima de tudo, as consequências sobre a qualidade de vida do sujeito, exigindo um cuidado diferenciado dos profissionais de saúde, especialmente da equipe de enfermagem (SILVA et al, 2015). Quando a doença já se apresenta em estágio avançado ou evolui para esta condição mesmo diante do tratamento com intenção curativa, a abordagem paliativa deve entrar em cena no manejo dos sintomas de difícil controle e de alguns aspectos psicossociais associados à doença (BRASIL, 2008). A assistência aos pacientes com cuidados paliativos não é a doença a ser curada/controlada, mas o indivíduo entendido como um ser ativo, com

direito a informação e a autonomia plena para decidir a respeito de seu tratamento, proporcionando uma melhor qualidade de vida a estes pacientes (FERNANDES, 2013). A autonomia é responsável pela dignidade da vida do doente, pelo direito de controlá-la e de decidir sobre si próprio, resolvendo assim, onde e como deseja permanecer até a sua morte. A prática adequada dos cuidados paliativos preconiza atenção individualizada ao paciente e familiares, buscando dignidade no controle de sintomas e alívio do sofrimento (TAVARES; NUNES, 2015; SILVA, et al. 2015). O objetivo deste estudo é descrever a assistência de enfermagem ao paciente oncológico em cuidados paliativos. Diante do exposto, o presente trabalho poderá contribuir para melhor compreensão da vivência do paciente/familiar/equipe durante o processo de finitude. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, que proporciona e incorpora evidências de estudos a partir de um tema central, com base em artigos disponíveis no portal da Biblioteca Virtual em Saúde BVS/Bireme, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na literatura impressa. Os dados foram coletados entre agosto e setembro de 2017. Os critérios de inclusão dos artigos para esta revisão bibliográfica reportam estudos sobre a temática, publicados entre os anos de 2008 a 2016, em língua portuguesa, em forma de texto completo. Os critérios de exclusão adotados foram estudos que não respondessem ao objetivo proposto. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ressalta-se o aumento de diagnósticos de neoplasias/câncer, tornando-se um problema de saúde pública no Brasil e no mundo, isto se dá pelos altos índices de morbimortalidade, no cotidiano da assistência de enfermagem, sendo necessário destacar a importância da assistência de enfermagem nessa perspectiva, de tal maneira que este cuidado valorize e dignifique a vida humana (BRASIL, 2009). A enfermagem deve disponibilizar assistência ao paciente atentando também para sua família, uma vez que este estará junto em todo o processo da doença, proporcionando possibilidades de diálogo, esclarecimento de dúvidas, incentivar a participação no tratamento e nos cuidados, promovendo interação para buscar melhor estratégia que possibilite um cuidado ideal para o paciente (VASCONCELOS; SANTANA; SILVA; 2012). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em conceito definido em 1990 e atualizado em 2002, os cuidados paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma enfermidade que ameaça a continuidade da vida, através do alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais (BRASIL, 2009). Na fase terminal, em que o paciente encontra-se fora do índice de probabilidade terapêutica de cura, o tratamento paliativo é estabelecido para garantir uma melhor qualidade de vida, através de seus procedimentos. É importante ressaltar que os cuidados paliativos não se restringem apenas ao bem estar físico, mas também psicológico uma vez que o paciente estará sentindo-se abandonado, revoltado e até mesmo desesperado, pois não tem controle sobre o surgimento ou desenvolvimento dessa patologia (MACIEL, 2015). Os profissionais que atuam na área de oncologia encontram uma grande dificuldade em lidar com determinada situações, muitas vezes por não estarem preparados para realizar uma assistência adequada, de modo a desenvolver uma prática coerente por meio de uma conduta cuidadosa e calma, precisariam se aprimorar para prestar um atendimento adequado, de acordo com as limitações decorrentes da doença e do tratamento, proporcionando um apoio afetivo-espiritual. Assim, o paciente com câncer precisa de

ajuda profissional e a enfermagem atua como facilitadora do processo educativo e terapêutico podendo auxiliá-lo nesse sentido (SANTOS, 2016). A enfermagem é uma das profissões da área da saúde cuja essência e especificidade é o cuidado ao ser humano. Desta maneira, o cuidar na enfermagem se traduz em uma dinâmica de troca e interação, alicerçada na confiança, respeito, ética e na experiência compartilhada de vida (CUNHA, 2016). Nessa perspectiva, se faz necessário que a equipe de enfermagem compreenda o paciente, buscando comunicar-se efetivamente, ouvindo-o sempre que possível, incentivando a expressar seus sentimentos, medos e ansiedades, estabelecendo vínculos para que haja assistência humanizada capaz de vê-lo como pessoa que sofre, mas que não perdeu sua essência (MACIEL, 2015). A importância do relacionamento paciente/enfermagem/família, no processo de cuidar, inclui a maneira como é dada a notícia, a clareza com que é abordado o assunto, a abertura que é dada ao paciente e a sua família para que assim se possa conversar sobre o seu estado/situação (VASCONCELOS; SANTANA; SILVA, 2012). A pessoa com câncer precisa de ajuda da enfermagem na identificação de seus problemas para que possa enfrentá-los de forma realista, participar ativamente da experiência e, se possível, encontrar soluções para eles. Os cuidados de enfermagem ao paciente em cuidados paliativos devem ser individualizados, pois cada fase da vida apresenta transformações fisiológicas e psíquicas (MACIEL, 2015). O paciente está fragilizado e diante desse diagnóstico, a sua perspectiva se torna bem reduzida e ocorre um grau de sofrimento. A enfermagem deve promover uma maior aproximação com esse paciente, alcançado por meio da comunicação, para identificar suas necessidades e proporcionar, melhor qualidade e dignidade no processo terminal de vida (SILVA, et al. 2015). Os profissionais de enfermagem que trabalham no cuidado paliativo oncológico lidam diariamente com situações complexas e potencialmente estressantes, como a morte, a não cura, a angústia familiar, a desesperança diante da cura, o processo de morrer. Diante disso, a enfermagem necessita driblar os agentes estressores que os atingem, por permanecer a maior parte do tempo ao lado do paciente, lidando constantemente com processo de finitude, agressividade dos tratamentos antineoplásicos e fragilidade (física e emocional) dos pacientes e seus familiares (CUNHA, 2016). Cabe salientar que os fatores psicológicos, organizacionais e sociais, implicados no contexto da assistência ao paciente em cuidados paliativos são elementos que concorrem para o acometimento de estresse ocupacional, tornando-os mais vulneráveis. Deste modo, se faz imprescindível a adaptação ao ambiente de trabalho utilizando estratégias de enfrentamento, a fim de afastar a situação que os ameaça ou estressa (FERNANDES, 2013). O enfrentamento é definido como as mudanças cognitivas e os esforços comportamentais constantes para administrar demandas específicas, que são avaliadas como um fardo ou que excedem os recursos da pessoa, atuando como um conjunto de respostas comportamentais do indivíduo diante de situação estressora como tentativas de adaptar-se ao evento estressor (VASCONCELOS; SANTANA; SILVA, 2012). Uma estratégia é considerada efetiva se conseguir diminuir os sentimentos desconfortáveis, as ameaças ou perdas pela mudança de comportamento, e considera-se inefetiva, se a situação ameaçadora permanece, ocasionando desequilíbrio psicológico e fisiológico, caracterizando a relação de sobrevivência do indivíduo diante as situações desfavoráveis de trabalho. O grande desafio é a dificuldade profissional de singularizar, individualizar a assistência, dentro de normas éticas e técnico-científicas, fazendo algo a mais pela pessoa cuidada (SANTOS et al, 2016). **CONCLUSÃO:** O papel do profissional de

enfermagem no processo de cuidar em cuidados paliativos é de suma importância para a disseminação do conhecimento e o despertar para uma área tão complicada de trabalhar, tanto pela finitude impressa no cuidar quanto pela sensação de incapacidade que o profissional sente. Neste sentido, é possível se perceber a importância do enfermeiro para o controle do medo, da fragilidade, das angústias e das dificuldades encontradas na experiência da internação através da assistência de enfermagem promovendo suporte psicossocial, provendo conforto e cuidados necessários para este contexto. A capacitação profissional e atualização continuada são fundamentais para esse tipo de terapêutica, tendo em vista contribuir para a melhoria da assistência de enfermagem, pois auxilia no direcionamento e adequação do cuidar. O controle do sofrimento físico, emocional, espiritual e social é essencial nesta modalidade de cuidado, desde o diagnóstico até o momento da morte, para o paciente e sua família, que junto à equipe de enfermagem procuram recursos para amenizar o sofrimento. Assim, o propósito da assistência de enfermagem é encontrar no trabalho cotidiano, junto aos que recebem cuidados paliativos, um equilíbrio harmonioso entre a razão e a emoção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Estimativa 2010 – Incidência do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço**. 3. ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: INCA, 2008.

CUNHA, Artur Rodrigues; SARDINHA, Ana Hélia; ARAÚJO, Suely Amorim de. Perfil dos profissionais enfermeiros e suas relações com pacientes oncológicos em cuidados paliativos. **Revista Nursing**. v. 19. n. 222. p. 1376-1380. Minas Gerais: UFMG, 2016.

FERNANDES, M. A et al. Percepção dos enfermeiros sobre o significado dos cuidados paliativos em pacientes com câncer terminal. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, núm. 9, set, 2013, p. 2589 - 2596. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil.

MACIEL, Allyne Fernandes; et al. Paciente com câncer: significado da família no seu tratamento. **Revista enfermagem Brasil**, v.14. n. 4, 2015.

SANTOS, Naira Agostini Rodrigues dos; et al. Estratégias de enfrentamento utilizadas pelos enfermeiros em cuidados paliativos oncológicos: revisão integrativa. **Cogitare Enferm.** jul/set; v. 21, n.3. p. 01-08. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

SILVA, Maria Enóia Dantas da Costa et al. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico no hospital: revisão integrativa. **Revista de enfermagem da UFPI**. v.2. n.5. Piauí, Teresina. 2015.

TAVARES, Aline Gisela Souza; NUNES, Júlia Sousa Santos; Cuidados paliativos e melhoria da qualidade de vida dos pacientes oncológicos. **Revista Enfermagem Contemporânea**. v. 4, n. 1. p. 39-47. Jan./Jun, 2015, Bahia.

VASCONCELOS, E. V.; SANTANA, M. E.; SILVA, Sílvia, E. D. Desafios da enfermagem nos cuidados paliativos: revisão integrativa. **Rev. Oficial do Conselho de Enfermagem**. v. 3, n. 3. p. 127-130. ago., 2012. Brasília, Brasil.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PROCESSO DE TRABALHO DE PARTO FISIOLÓGICO

AUTORES:

Andressa Monica Gomes Fernandes

Angela Pereira de Lima

Luana Teixeira Muniz

Maria de Lourdes Da Silva Santos

Thainá Dantas de Araújo

RESUMO: O objetivo deste estudo é descrever a atuação da enfermagem no processo de trabalho de parto fisiológico. Trata-se de uma revisão de literatura que aborda a atuação da enfermagem no processo de parto fisiológico, resultando em uma assistência qualificada e humanizada. Acolher e apoiar a paciente em todo o trabalho de parto, bem como monitorar os sinais e sintomas da evolução do parto, já oferecendo os métodos não farmacológicos de alívio da dor é de extrema importância para o bom andamento da circunstância. Prestar um atendimento humanizado a paciente e seu acompanhante é de extrema responsabilidade da enfermagem. O conhecimento adquirido através deste contexto visa colaborar para a construção de uma visão mais ampla e humanizada, uma vez que apresenta a percepção do enfermeiro, respeitando condutas e colocando em prática o que sugere a literatura, para adequar com qualidade à assistência.

Palavras - chave: Parto natural. Trabalho de parto. Parto humanizado.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) têm se preocupado e apoiado à atenção a saúde de maneira humanizada, apresentando um olhar holístico para a saúde da mulher, especialmente no cuidado ao parto, priorizando e garantindo uma atenção materno-infantil qualificada, humanizada e segura (BRASIL, 2006). As bases utilizadas para estes cuidados são de acordo com publicações de normas e manuais, como o informe Maternidade Segura, que preconiza o uso de boas práticas na assistência obstétrica, as legislações, que procuram garantir a humanização e qualificação do cuidado obstétrico e neonatal, garantindo as parturientes o direito a acompanhante durante o trabalho de parto, parto e puerpério no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o direito da gestante ao conhecimento da vinculação à maternidade, na qual receberá assistência no âmbito do SUS, entre outras ações (FUJITA, SHIMO, 2014). Todos esses meios devem ser matéria de conhecimento dos profissionais que trabalham nessa perspectiva para que sua aplicabilidade seja eficaz, resultando em uma assistência qualificada e humanizada. Além disso, outras medidas devem ser realizadas durante o processo do parto natural na perspectiva da humanização, tais como presença de acompanhante de escolha da mulher, oferta de líquidos, uso de técnicas não invasivas para alívio da dor e a expressão livre de escolha da posição no parto, entre outras (SOARES, 2016). Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo descrever sobre a atuação da enfermagem no processo de trabalho de parto fisiológico. Como contribuição a autonomia da mulher e apoiando práticas cientificamente benéficas no processo do trabalho de parto natural, tanto para a parturiente quanto para o RN. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, com base em artigos disponíveis no portal da biblioteca virtual em saúde BVS/Bireme, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na Literatura Internacional em Ciências da

Saúde (MEDLINE), na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e na literatura impressa. Os seguintes descritores foram utilizados sozinhos ou em combinação: “parto natural”, “trabalho de parto”, “parto humanizado”. Os critérios de inclusão dos artigos para esta revisão bibliográfica reportam estudos sobre a temática, publicados entre os anos de 2002 a 2016, em língua portuguesa, em forma de texto completo. Os critérios de exclusão adotados foram estudos que não respondessem ao objetivo proposto. Os dados foram coletados entre março setembro de 2017. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A assistência de enfermagem no trabalho de parto e parto refere-se ao período em que a gestante apresenta contrações uterinas em intervalos regulares, que aumentam progressivamente em termos de frequência e intensidade, concomitantes ao apagamento (esvaecimento) e dilatação progressiva do colo uterino, expulsão do feto e dequitação (BRASIL, 2006). Acolher e apoiar a paciente em todo o trabalho de parto, fazer orientações adequadas sobre esse processo, bem como monitorar os sinais e sintomas da evolução do parto, já oferecendo os métodos não farmacológicos de alívio da dor, prestar um atendimento humanizado a paciente e seu acompanhante é de extrema responsabilidade da enfermagem (CECHIN, 2002). A assistência ao parto merece especial atenção por ser um período relativamente curto, comparado a outros não menos importantes do ciclo gravídico-puerperal, o qual determina profundas modificações na fisiologia materna e fetal. A enfermagem por estar mais próximo da parturiente deve garantir uma assistência de qualidade ao binômio, respeitando os limites, a dignidade e a sensibilidade da parturiente, informando cada procedimento realizado e esclarecendo todo o processo vivenciado, cultivando a segurança e a humanização, confirmando sua autonomia no processo (MOTTA, 2016). Além disso, outras medidas devem ser realizadas durante o processo do parto natural na perspectiva da humanização, tais como presença de acompanhante de escolha da mulher, oferta de líquidos, uso de técnicas não invasivas para alívio da dor e a expressão livre de escolha da posição no parto, entre outras (BALDISSEROTT, 2015). A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza os cuidados que a enfermagem deve ter durante o parto humanizado, criando condições em que a grávida em seu processo de trabalho de parto possa sentir-se à vontade, promovendo seu autocuidado e higiene, inserindo-a no seu contexto de saúde, permitindo a presença de um acompanhante durante o todo o trabalho de parto e parto, garantindo o máximo de privacidade individual para cada gestante utilizando biombos/divisórias entre as camas nas salas de pré-parto (BRASIL, 2005). Esse momento causa preocupação e muito stress para a mulher e o bebê, e a presença de um acompanhante/familiar ou uma pessoa de sua confiança, proporciona a ela um bem-estar e reduz as angústias e complicações que possam surgir, conversando com gentileza e frequentemente com a mulher, transmitindo-lhe confiança e segurança, mostrando que você é um profissional com postura humanizada, diminui esse momento de preocupação e estresse (SILVA, BARBIERI, FUSTINONI, 2011). Perguntar para parturiente qual posição gostaria de adaptar durante o parto (deitada de costas, ajoelhada, etc.), prestar-lhe informações claras sobre os sinais e sintomas das fases do trabalho de parto e como aliviá-los, a evolução do trabalho de parto e pré-parto (aumento da intensidade e frequência das contrações, o tempo e intervalos para cada exame/ausculta fetal em cada 30min e 30 min, cuidados imediatos com o recém-nascido) e sempre tentar esclarecer suas possíveis dúvidas ou precauções/medo sobre o trabalho de parto (FUJITA, 2014). Estimular posições mais verticais, ou seja, não deitada de costas durante o parto é importante. Os estudos científicos apontam sobre a vantagem desta posição, principalmente a de

cócoras, em relação à posição tradicional para o parto. Esse estilo de parto além de favorecer o nascimento mais rápido tem a gravidade ao seu favor, ajuda a mãe/casal ter o contato precoce com o recém-nascido tornando assim esse momento único (MAFETONI; SHIMO, 2014). Deve-se aproveitar o momento de diálogo e encorajamento para instruir sobre o aleitamento materno – vantagens e manejo da amamentação (anatomia da mama e fisiologia da lactação; posicionamento e pega correta; duração das mamadas e os tipos de leite; ordenha manual e banco de leite humano), importância das consultas puerperais (SANTOS, OSAKAZI, 2012).

CONCLUSÃO: Diante do exposto, compreender a dinâmica da equipe de enfermagem em suas dificuldades na maioria das vezes, com equipes reduzidas e falta de material adequado, enquanto que a demanda se torna alta, torna-se imperioso sistematizar a assistência de enfermagem, uma vez que esta organiza o trabalho profissional, por meio de protocolos, instrumentos e pessoal, tornando possível a operacionalização do processo de enfermagem. O conhecimento adquirido através deste contexto visa colaborar para a construção de uma visão mais ampla e humanizada, uma vez que apresenta a percepção do enfermeiro, respeitando condutas e colocando em prática o que sugere a literatura, para adequar com qualidade à assistência. Sugere-se aprofundar esse conhecimento no contexto da Sistematização da Assistência de Enfermagem e do Processo de Enfermagem e ações educativas durante o pré-natal. Por outro lado nota-se uma melhora na qualidade do parto, fazendo uso de uma boa assistência prestada à parturiente, tornando-as protagonistas do seu próprio momento, trazendo autonomia e respeitando suas particularidades além de desmistificar todas as crenças trazidas ao longo da gestação. A presença ativa do acompanhante também é de suma importância para esse processo, promovendo confiança, conforto e segurança a mesma.

REFERÊNCIAS

BALDISSEROTT, M. L. **Associação entre as boas práticas de assistência ao trabalho de parto e parto e a avaliação pelas puérperas do cuidado recebido.** 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, na área de Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Rio de Janeiro, fev., 2015.

BRASIL, M.S. **Manual Técnico: Pré-natal e Puerpério.** Brasília. DF, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 2005.

CECHIN, Petronila Libana. Reflexões sobre o resgate do parto natural na era da tecnologia. **Rev. Bras. Enferm.** v. 55, n. 4, p. 444-448. jul./ago. Brasília, DF, 2002.

FRIGO, Jucimar et al. Assistência de enfermagem e a perspectiva da mulher no trabalho de parto e parto. **Cogitare Enferm.** Chapecó-SC. v. 18 n.4. pag. 761-766. Out/Dez 2013.

FUJITA, Júnia Aparecida Laia da Mata. SHIMO, Antonieta Keiko Kakuda. Parto humanizado: experiências no sistema único de saúde. **Rev. Min Enferm.** v. 18 n.4. p. 1006-1010. out./ dez, 2014.

MAFETONI, R. R. SHIMO, A. K. K. Métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto: revisão integrativa. **Rev Min Enferm.** v. 18 n. 2. p. 505-512. abr./jun. 2014.

MOTTA, Sílvia Adrya Martins Franco, et al. Implementação da humanização da assistência ao parto natural. **Rev enferm UFPE on line.** Recife, v.10 n.2: p. 593-9, fev., 2016.

SILVA, A. L. S. **Dignificação, participação e autonomia de mulheres atendidas por enfermeiras em um centro de parto normal.** 113 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem, na área de concentração Gênero, Cuidado e Organização dos Serviços de Saúde, na linha de pesquisa Mulher, Gênero e Saúde) - Escola de Enfermagem/Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

SILVA, L.M. BARBIERI, M.; FUSTINONI, S.M. Vivenciando a experiência da parturição em um modelo assistencial humanizado. **Revista Brasileira de Enfermagem.** v.64, n.1, p. 60-65, jan./fev. Brasília, DF. 2011.

VERSIANI, Clara de Cássia, et al. Significado de parto humanizado para gestantes. **Rev. de Pesquisa Cuidado e Fundamental online.** v.7, n.1. p. 1927-1935. jan./mar., 2015.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PUÉRPERA ADOLESCENTE COM LACTENTE

AUTORES:

Ana Luziene Tarquino da Silva
Ana Paula Leite Franca
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Ligian Batista de Lima
Maria Helena Medeiros da Silva
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: objetivou-se discutir a importância da assistência de enfermagem da puérpera adolescente no convívio com lactente. Trata-se de estudo revisão integrativa de literatura. Os dados foram coletados no período entre abril e outubro de 2017 utilizando as bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Scientific Electronic Library Online, em conformidade com critérios de inclusão estabelecidos e a mostra final ficou constituída por x estudos. A assistência de enfermagem desenvolve papel fundamental na assistência e promoção à saúde de puérpera adolescente no convívio com o lactente. A assistência de enfermagem junto à equipe multiprofissional desenvolve papel fundamental no apoio à puérpera no convívio com lactente contribuindo para uma atenção assistencial educativa e qualificada, capaz de sanar complicações.

Palavras - chave: Assistência de Enfermagem. Puerperal. Adolescente.

INTRODUÇÃO: Adolescência é uma fase marcada por transformações fisiológicas da infância para a vida adulta, composta por mudanças no crescimento e desenvolvimento OLIVEIRA et al, 2009). Segundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera-se adolescente o ciclo vivenciado entre 10 aos 19 anos, já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), justifica a fase dos 12 anos completos até os 18 anos de idade (BRASIL, 2015). Com base no último censo realizado pelo IBGE, no Brasil em 2011 houveram 2.913.160 nascidos vivos, onde 18% foram de adolescentes entre 15 e 19 anos e 0,9% de adolescentes grávidas na faixa etária de 10 a 14 anos. As regiões Norte e Nordeste apresentam maiores índices com ¼ de casos nas jovens menores de 19 e 15 anos (BRASIL, 2015). Correlacionando as transformações na fase da adolescência e também as impostas pela gestação, a gravidez neste período representa um problema de saúde pública, visto que os riscos gestacionais e neonatais aumentam (CAMINHA et al., 2012). Para mulher de qualquer idade, a gravidez torna-se um evento composto por diversas modificações e quando esta realidade toma uma adolescente o processo de transformação causa ainda mais impacto, pois além das mudanças biológicas e sociais próprias da adolescência a jovem mãe necessitaria de uma nova reestruturação familiar, conjugal e social (LUZ, ASSIS, REZENDE, 2015). Neste contexto, a assistência de enfermagem desenvolve papel fundamental na família, escola e comunidade, exprimindo maneiras para o jovem conhecer melhor sobre a sexualidade, possíveis consequências e promover a saúde sexual e reprodutiva, evitando possíveis complicações que não se corroboram apenas nos adolescentes, em especial as mulheres, mas em todos que convivem. (CAMINHA et al., 2012). Com base no

exposto e á própria experiência vivenciada na adolescência, a temática escolhida é fundamental para orientação e a assistência de enfermagem nos cuidados precoces e convívio da puérpera adolescente com lactente, sendo assim foi levantado o seguinte questionamento: Qual a importância da assistência de enfermagem no convívio da puérpera adolescente com o lactente? Diante da importância da assistência de enfermagem no desenvolvimento do adolescente, o enfermeiro contribui nas ações de atenção à saúde, a fim de sanar complicações físicas e psicológicas que a jovem terá de enfrentar com o novo papel, o convívio e cuidados com lactente. Assim, sugere-se uma investigação da assistência de enfermagem a puérpera adolescente com lactente a fim de encontrar e discutir os resultados que forneçam conhecimento produzido acerca da referida temática. Portanto, objetivou-se discutir a importância da assistência de enfermagem a puérpera adolescente no convívio com o lactente. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que constitui-se em um método que reúne estudos desenvolvidos por diferentes metodologias, permitindo sintetizar resultados sem ferir a filiação epistemológica (SOARES et al., 2014). Para a construção desta, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisar foram: Assistência de Enfermagem, puerperal, adolescente, lactente. Para o refinamento do material utilizou-se o operador booleano *and* combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem *and* puerperal; assistência de enfermagem adolescente *and* lactente. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumo e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se a leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus atores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto á propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) a saúde sexual reprodutiva é uma condição que abrange o bem estar físico, mental e social envolvendo o sistema reprodutivo e não apenas a ausência de uma simples enfermidade, para que ambos os sexos possam expressar e desfrutar sua sexualidade sem riscos para doenças sexualmente transmissíveis, gestações não planejadas, violência e discriminações (TAQUETTE, 2013). A perspectiva é que as políticas públicas implemente ações para o desenvolvimento dos recursos humanos voltados a educação e assistência à saúde desses jovens, acolhendo não apenas para resolutividade de uma doença e sim trazendo o adolescente para o modelo de organização da assistência proposto pela Estratégia Saúde da Família (ESF) (TORRES; NASCIMENTO; ANCHIERI, 2013). O puerpério é um período delicado para a mulher, pois além do seu próprio cuidado ela irá assumir um novo papel familiar, a maternidade, que tem como principio cuidar, possibilitando bem estar ao binômio, mãe e filho (NÓBREGA; BEZERRA, 2010). A

enfermagem desenvolve papel importante em práticas educativas, assistenciais desenvolvidas pela equipe que ajudam no esclarecimento das dúvidas e capacitação do indivíduo em um momento oportuno como a espera das consultas de pré-natal que enriquece na superação de limitações das adolescentes gestantes. Existe uma diversidade de temas há serem abordados, tais como, cuidados com lactente, amamentação, mudanças fisiológicas, desenvolvimento do feto e o temido processo de trabalho de parto que ocasiona ainda mais ansiedades nas gestantes (NEVES; MENDES; SILVA, 2015). A implementação do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) tem a humanização da Assistência Obstétrica Neonatal como base para um adequado acompanhamento do parto e puerpério, com finalidade de melhorar os serviços de saúde oferecendo uma melhor assistência pelos profissionais, proporcionando uma maternidade precoce mais segura (BUSANELLO et al., 2011). Assim como na promoção da saúde a enfermagem também atua de forma relevante no círculo cultural, estabelecendo a promoção da saúde bem como fortalecendo o vínculo de confiança, respeito às particularidades, ajuda na construção de caráter não só educativo e preventivo, mas transformador do sujeito social (HEIDEMANN; WOSNY; BOEHS, 2011). Com o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), instituído em 1989, que tem como objetivo aprimorar o atendimento aos adolescentes é necessário que durante um período delicado como a gestação e puerpério a adolescente seja assistida de forma holística, considerando suas fragilidades, necessidades e também as peculiaridades desta fase, proporcionando a jovem segurança e confiança, diminuindo ansiedade e medo. O trabalho com adolescente exige capacidade profissional, que garanta a adolescente orientação adequada para que desenvolvam maturidade, beneficiando o processo conceber a gestação, gerar e maternar (OLIVEIRA et al., 2009). É importante que os protocolos assistências sejam elaborados para favorecer as particularidades de gestantes e puérperas adolescentes, consolidando o enfermeiro diálogos explicativos com os familiares sobre os cuidados com o lactente e perspectiva de vida para o futuro da adolescente mãe, reconhecer as necessidades, pois o enfermeiro deve realizar suas habilidades e conhecimento com segurança e competência, identificar possíveis intercorrências e tomar devidas providências (PARENTI et al., 2012). A educação em saúde desenvolvida por enfermeiros nas redes de atenção primária tem como foco a mulher no ciclo gravídico puerperal e sua família, possibilitando a interação de familiares da adolescente, explicando como lidar com a gravidez, parto e puerpério, possibilitar compreensão, autoconfiança, facilitar o processo de adaptação ao novo momento (GUERREIRO et al., 2014). Considerando a necessidade de atendimento diferenciado, imaturidade física e psíquica, as puérperas adolescentes requerem dos profissionais da enfermagem atenção, carinho, orientação e empatia para melhor adaptação no desenvolvimento do seu auto-cuidado e do conceito, nesse momento o apoio e auxílio à amamentação é fundamental para mãe e filho, contribuindo ao fortalecimento do vínculo e a imunização precoce do lactente (OLIVEIRA; 2009). São fatores diferenciais no atendimento assistencial e educativo da gestante e puérperas: a maneira que o enfermeiro dissemina as informações e ensinamentos, com uma linguagem adequada; a inserção do acompanhante; as mudanças físicas corporais e o diálogo. A interação da família ajuda não apenas nos cuidados com lactente, mas também na percepção de compreender este novo processo de modificação que adolescente se encontra, ajuda na busca do entendimento da gestação na adolescência para proporcionar melhor adaptação ao puerpério (PARENTI et al., 2012). De acordo com Santos et al. (2015), muitas das jovens adolescentes mães

compreendem as necessidade e cuidados que seus filhos precisam e são cientes dos direitos e deveres voltados á saúde e bem estar dos mesmos, algumas vezes questionam fragilidades por parte dos profissionais. O enfermeiro da ESF permite acompanhamento integral longitudinal da adolescente e da criança que ajuda na efetivação das praticas em defesa de promoção á saúde do binômio mãe e filho. O puerpério é a primeira fase pós parto, onde a jovem vai desenvolver os cuidados diretos com o recém-nascido como a amamentação, banho, cuidado com coto umbilical, bem como o seu autocuidado, fatores relacionados emocionais, psicológicos, fisiológicos e sócios culturais que vão além de um espaço de permanência mínima entre 24 á 48 horas com técnicas rotineiras. Trata-se de um ambiente de interação entre puérpera e lactente, é fundamental que o enfermeiro de continuidade no alojamento conjunto as ações iniciadas no pré-natal, com assistência voltada ao acolhimento, aconselhamento e informações para promoção á saúde do binômio-puérpera e recém-nascido, possibilitando maior segurança assistencial (NOBREGA; BEZERRA, 2010). A sistematização da assistência de enfermagem (SAE), designa a organizar á assistência do cuidado, assegurando qualidade do serviço prestado pelo profissional ao usuário que utiliza o sistema de saúde. Levando em consideração o planejamento de enfermagem á puérpera, é importante que a assistência constitua planejamento individualizado baseado na vivencia atual que a puérpera está inserida, a fim de facilitar o processo de identificação de problemas que surgem. O enfermeiro tem papel fundamental, seja educativo, assistencial , atendendo á mulher, o lactente e sua família, utilizando dos conhecimentos e capacidades atribuídas. (ADAMY, et al., 2017). A maternidade advinda das jovens que recebem cuidados adequados na gestação, parto e puerpério, minimiza os riscos, e por isto a atenção qualificada é fundamental para o acompanhamento nesta fase (PARENTI et al., 2012). **CONCLUSÃO:** Observou-se as fragilidades na fase da adolescência que corroboram ainda mais quando a gravidez acomete jovens nesta idade, pois além da imaturidade dos sistemas fisiológicos, o apoio psicossocial torna-se imprescindível ao desenvolvimento neste momento. Mediante ao novo papel como mãe precoce á adolescente necessita de apoio familiar e social para enfrentamento de medos, duvidas, incertezas e aceitação do seu novo papel familiar, contribuindo para o bem estar seu e do seu filho. As adesões das jovens junto aos programas governamentais contribuíram para inclusão da assistência voltada para educação e promoção de sua saúde, minimizando riscos, desenvolvendo a capacidade de tornar-se mãe e fortalecendo o vínculo com os profissionais de saúde. O puerpério é o momento mais delicado desta fase, pois a maternidade colocará em pratica os ensinamentos desenvolvidos no pré-natal, a responsabilidade de oferecer os cuidados necessários para o lactente, além de adaptar-se a nova rotina e entender as diversas peculiaridades do recém-nascido, como identificar os tipos de choros como forma de comunicação dos lactentes. A assistência de enfermagem junto á equipe multiprofissional desenvolve papel fundamental no apoio á puérpera no convívio com lactente contribuindo para uma atenção assistencial educativa e qualificada, capaz de sanar complicações. Portanto, a revisão das diversas literaturas esclareceram fragilidades das adolescentes quanto o inicio precoce da maternidade, bem como a necessidades de aprendizado para enfrentamento do puerpério e desenvolvimento do cuidado com o lactente.

REFERÊNCIAS

- ADAMY, Edlamar, Kátia; et al. Amamentação no puerpério imediato: relato de experiência da implementação do processo de enfermagem. **Revista de enfermagem UFPE on line**. 11(Supl.1):462-9, jan., 2017.
- ANCHIERI, João, Carlos. **Adolescência Saúde**. 10(1): 16 - 26, abr. 2013.
- BOEHS, Astrid, Eggert. **Rev. Rene**. 12(3): 582 - 588, jul./set., 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Rede Nacional da Primeira Infância**. Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013/14.
- BUSANELLO, Josefini et al. **Rev Brasileira Enfermagem**. v.64, n. 5. p. 824-32, set/out., 2011.
- CAMINHA, Naiara de Oliveira et al. O perfil das puérperas adolescentes atendidas em uma maternidade de referencia de Fortaleza-Ceará. **Esc Anna Nery**. v.16, n.3, p. 486-492, jul./set. 2012
- GUERREIRO, Eryjosi, Marculino; et al. Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal: sentidos atribuídos por puérperas. **Revista Brasileira de Enfermagem REBEN**. v.67, n.1, p. 13-21, jan/fev. 2014.
- HEIDEMANN, Ivonete, Terezinha, Shulter, Buss; WOSNY, Antônio, de Miranda;
- LUZ, Nina, Franco; ASSIS, Thais, Rocha; REZENDE, Fabrícia, Ramos. Puérperas adolescentes: percepções relacionadas ao pré-natal e ao parto. **ABCS Health Sc**. V.40(2): 80-84, 2015.
- NEVES, Ariane, Mendonça; MENDES, Lorena, Campos; SILVA, Sueli, Riul da. **Rev Mineira Enfermagem**. v.19, n.1. p. 241-244, jan./mar. 2015.
- NÓBREGA, Líbne, Lidiane, da Rocha; BEZERRA, Fernanda, Patrícia, Fernandes. Percepções de puérperas adolescentes frente á assistência de enfermagem no alojamento conjunto. **Revista Rene**. v. 11, p. 42-52, 2010.
- OLIVEIRA, Elisangela, Motta da, Silva; et al. A percepção da equipe de enfermagem quanto ao cuidado prestado as adolescentes no ciclo gravídico-puerperal. **Adolescência & Saúde**. v. 6, n. 2, ago., 2009.
- PARENTI, Patricia, Wottrich et al. **Rev Baiana de Enfermagem**. v. 26, n.2. p. 498-509, maio/ago. 2012.
- SANTOS, Jaqueline, Silva et al. O cuidado da criança e o direito à saúde perspectivas de mães adolescentes. **Revista Escola de Enfermagem USP**. v.49, n.5. p. 733-740, 2015.

SOARES, Cassia, Baldini; et al. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista Escola Enfermagem USP**. v.48, n.2. p. 335-45, 2014.

TAQUETTE, Stella R. Direitos sexuais reprodutivos na adolescência. **Adolescência Saúde**. v.10, n. 1. p. 72-77, abr. 2013.

TORRES, Tereza et al. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**. v.39, n.3, p. 507-14, 2005.

A COMUNICAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA CONSULTA DE ENFERMAGEM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CUIDAR

AUTORES:

Geilton Breno Bezerra de Brito
Poliana Gomes Cassimiro de Santana
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

RESUMO: A comunicação é algo imprescindível para os profissionais de saúde. É através dela que se pode articular uma melhor interação entre todos em prol de um objetivo maior: o bem-estar do paciente. Assim, o objetivo do trabalho é discutir as potencialidades e desafios do processo de comunicação do enfermeiro no cotidiano dos serviços de saúde na execução da consulta de Enfermagem. Trata-se de uma revisão integrativa realizada na BVS. Na enfermagem, essa comunicação vem para facilitar a relação paciente-enfermeiro. Nesse ínterim, as consultas de enfermagem surgem numa necessidade de troca de experiências para obter as informações e assim auxiliar num processo de promoção e prevenção de saúde com uma melhor eficiência no cuidar. Enfrentar os desafios que esse modelo de atenção exige, visa buscar melhores estratégias nos serviços. Portanto, as responsabilidades de um bom profissional de enfermagem nos consultórios de saúde, inclui a comunicação como uma ferramenta de enorme valor sendo primordial nesse sentido de humanização, pois através dela se pode conhecer o paciente em todas as suas dimensões, interagir e obter uma melhor eficiência no tratamento.

Palavras - chave: Enfermagem. Consulta de enfermagem. Comunicação.

INTRODUÇÃO: Para conseguir conviver em sociedade, o homem precisa atribuir o processo de comunicação para melhor se articular, e isso não é diferente nos serviços e ambientes voltados para as práticas de saúde, levando em consideração que todos os profissionais de saúde, que formam uma equipe multidisciplinar, necessitam do uso dessa ferramenta para a captação de informações que visam auxiliar o processo terapêutico. (SPAGNUOLO; PEREIRA, 2007). Se comunicar é imprescindível, tendo em vista que quanto mais houver uma interação dos profissionais, melhor será o nível da assistência, se obtém melhores resultados, se torna uma habilidade e uma prática fundamental no processo de cuidar. O objetivo não é somente criar esse vínculo entre os profissionais no fortalecimento da equipe, mas também entre o profissional e o paciente. É de extrema importância que o mesmo participe direta e ativamente do tratamento e/ou restabelecimento de sua saúde. (FERREIRA; BROCA, 2012). Essa importância consiste, entre tantas outras, na troca de experiências, pois cada indivíduo é um ser singular. Mesmo com a evolução do SUS (Sistema Único de Saúde) e as práticas sanitárias, muitas vezes o foco está somente na doença e isso é um equívoco, pois há diversos outros fatores inter-relacionados. (HADDAD, 2011). Em meio às formas de se comunicar nos serviços de saúde, destacamos o papel do enfermeiro quanto às consultas de enfermagem e suas devidas contribuições na obtenção de melhorias e resoluções para os pacientes no processo do cuidar, pois, essa aproximação resulta numa forma humanescente de tratar, sendo mais que uma conversa, um instrumento que transforma (LIMA; JUNIOR, 2014). As consultas de enfermagem atualmente vêm se consolidando e tem se tornado grandes estratégias usadas para melhorar as problemáticas e viabilizar melhores cuidados de saúde e que determinam melhores

soluções, e os enfermeiros vêm sendo as principais ferramentas de interação entre as consultas e os próprios pacientes, sendo eles ouvintes e participantes, trazendo melhorias nesse âmbito. (SPAGNUOLO; PEREIRA, 2007). Trabalhar de forma humanizada exige dos profissionais, comprometimento, responsabilidade, atenção, respeito e tudo o que puder fazer, dentro de suas limitações, para contribuir com o bem-estar do paciente em todo o período de hospitalização. (POTT, 2013). O presente trabalho justifica-se nas experiências vivenciadas em unidades de serviços de saúde durante o período acadêmico, que o processo de comunicação entre os profissionais da saúde na assistência necessita ser melhorado a fim de prestar um serviço com maior eficiência e eficácia ao indivíduo. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as potencialidades e desafios do processo de comunicação do enfermeiro no cotidiano dos serviços de saúde na execução da consulta de Enfermagem? Assim sendo, o trabalho tem por objetivo discutir as potencialidades e desafios do processo de comunicação do enfermeiro no cotidiano dos serviços de saúde na execução da consulta de Enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo revisão integrativa de literatura, que realiza um levantamento do tema pesquisado, abrangendo artigos de acordo com os resultados com a pesquisa, pontos de vistas diferentes de autores diversificados. Esse levantamento tem por finalidade cobrir todo o assunto abordado na questão (GASUQUE, 2012). O levantamento bibliográfico ocorreu na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e abrangeu as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Enfermagem. Consulta de Enfermagem. Cuidar. Comunicação. Os critérios de inclusão foram artigos disponíveis online e gratuitos na língua portuguesa e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras com consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Segundo Rangel (2011), a saúde passou e vem passando por diversas modificações no Brasil em seu contexto histórico. Após a Reforma Sanitária e de acordo com a Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser um bem coletivo, ou seja, direito de todos e dever do Estado, de modo universalizado e integral, objetivando modificar o modelo atual de saúde pautado em práticas curativistas. Frente a isso, todo cidadão seja direta ou indiretamente é usuário do atual SUS (Sistema Único de Saúde), por isso a importância de criar novas estratégias para melhoria do serviço público e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população, regidas pelos princípios doutrinários e organizativos do sistema. (RANGEL, 2011). Os profissionais envolvidos devem colher o máximo de dados para obter informações para então realizar algum tipo de planejamento para trabalhar não somente com o indivíduo, mas com sua família. Se esse trabalho for realizado corretamente, com compromisso, responsabilidade e colaboração por parte dos usuários, certamente os resultados serão satisfatórios. (JUNIOR; LIMA, 2014). Com o interesse de manter o vínculo e de aderir a uma conversa humanizada pautada no direcionamento de cuidados entre profissionais e pacientes, surgem as consultas de enfermagem e o papel do enfermeiro nesse contexto importante, e que serve de ouvinte nesse cenário. (SPAGNUOLO; PEREIRA, 2007). De acordo com a Portaria do Cofen

358/2009 que descreve sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem em diversos ambientes, tanto os públicos como os privados abordam ainda sobre a implantação do Processo de Enfermagem que consiste nas seguintes etapas: Histórico, Diagnóstico, Planejamento, Implementação e Avaliação, cabendo o cuidado a esses profissionais (COFEN, 2009). As consultas podem ir de breves conversas até longas entrevistas que viabilizam a aquisição de informações sobre a vida e rotina vivencial do paciente. Para melhor fornecer dados e avaliar melhor os condicionantes, são realizadas em diversos casos, porém com o mesmo objetivo, que é de trazer um maior conforto e proporcionar tomada de medidas que sejam adequadas para melhorar o quadro de saúde. (OLIVEIRA et al., 2012). Nesse cenário o enfermeiro passa a assumir um papel fundamental frente à equipe de saúde, além de educador ele passa a ser o consultor dos problemas vividos pelas famílias e a sua comunidade, permitindo que ponha em prática o novo modelo assistencial preconizado na prevenção e proteção à saúde. (RANGEL, 2011). Para os pacientes o vínculo de respeito mútuo entre os profissionais se dá através de uma boa comunicação que acontecem tanto nas visitas domiciliares como nas próprias consultas de enfermagem, por meio da empatia e da atenção. (OLIVEIRA et al., 2012). Nessas consultas o enfermeiro realiza várias formas de aproximação com o paciente, se preocupa com a implementação de práticas e formas seguras de investigações de problemas e assim almeja vários resultados. (RANGEL, 2011). Algumas perspectivas já são traçadas pelos profissionais, sendo elas pontos positivos para a atuação dos enfermeiros frente às consultas de enfermagem, como a aproximação, o respeito, o reconhecimento dos agravos, a prescrição de medicamentos entre tantos outros benefícios. (TRECOSI; ORTIGARA, 2013). As perspectivas desse modo de interação no cuidar é o que movem os profissionais de enfermagem envolvidos nas rotinas e nos consultórios de saúde, e são desafios diariamente enfrentados pelos enfermeiros dos serviços, uma vez que os serviços de saúde não estão sempre adequados e abertos a receber os usuários e a fornecerem uma melhor qualidade nas consultas (JUNIOR; LIMA, 2014). A enfermagem tem como essência o cuidar, sendo assim, é preciso que esse cuidado seja eficaz e realizado através da humanização. Na prática, a enfermagem, tem uma rotina muito exaustiva, e fatores como cansaço, sono, carga horária, passagem de plantão, evoluções, entre outras, que faz com que haja uma negligência com relação ao contato propriamente dito com o paciente. (RAMOS et al., 2012). O próprio trabalho em equipe, a gestão entre tantos outros são capazes de influenciar diretamente na dinâmica do serviço, e o enfermeiro deve ter sempre essa visão das tecnologias leves para manter por base seus princípios. (SPAGNUOLO; PEREIRA, 2007). Desafios são frequentes, durante esse processo nas unidades de saúde, geralmente na baixa complexidade, sendo assim diversos fatores inerentes são ressaltados e vividos cotidianamente pelos profissionais, e que interferem nesse sentido a realização dessas consultas. (SILVA et al., 2015). Destacam-se alguns fatores relevantes que são intervenientes, que prejudicam a qualidade das consultas são: tempo dos enfermeiros, pouco espaço físico, demanda alta, além da falta de privacidade. (OLIVEIRA et al., 2012). **FATORES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DA CONSULTA DE ENFERMAGEM: UMA SAÍDA A SER PERCORRIDA.** A enfermagem já aperfeiçoou muito nos dias atuais a questão das suas atividades relativas às consultas e de acordo com a SAE, e até mesmo é considerada como uma conquista. Diante disso, é preciso que haja cada vez mais interesse pelo aperfeiçoamento ao invés do comodismo, e a enfrentar os desafios. (SILVA, 2011). A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) foi

criada de modo a auxiliar o trabalho do enfermeiro na obtenção de maiores resultados nas consultas, sendo um dos principais meios para realiza-la. É necessário que o mesmo acredite no potencial desse sistema. Existem dificuldades na execução, até mesmo pela rotina diária desses profissionais, todavia, é válido o esforço com foco nos resultados. (SILVA, 2011). A consulta de enfermagem requer tempo e uma avaliação criteriosa acerca da história clínica do paciente, pois, a partir desses dados podem-se obter informações que vão servir como bases para melhor assistir em termos de qualidade. (OLIVEIRA et al., 2012). Entretanto há diversos fatores que prejudicam o desempenho de atividades realizadas nos consultórios. A organização do setor de trabalho, (estrutura, ambiência, armazenamento de materiais, fluxo de medicações), a rotina (carga horária, sobrecarga de atividades, gerenciamento de serviços, superlotação das unidades), doenças psicossomáticas (estresse, depressão, ansiedade). (SILVA et al., 2015). A organização do serviço de saúde é um dos itens essencial do ambiente e da promoção do cuidado, dando ênfase na humanização, sendo de relevância a ambiência que é um atributo fundamental nessa perspectiva da consulta, sendo que diversas vezes não é preservado sendo interveniente no desenvolvimento desse processo de trabalho dos enfermeiros. (HADDAD, 2011). A sobrecarga de trabalho, jornadas longas e atividades rotineiras fazem com que os profissionais de enfermagem não tenham um bom desempenho em seus consultórios, no quais recebe as informações dos pacientes, sendo ele o principal ouvinte intermediando nesse *feedback*. (SANTOS et al., 2008). Alguns condicionantes fazem com que enfermeiros e sua equipe passem por diversos momentos de estresses em suas jornadas de trabalho e isso tem influenciado diretamente em suas práticas diárias, assim algumas doenças psicológicas têm aparecido com maior frequência, como a depressão e a ansiedade relacionadas com o trabalho difícil, justificando mais um fator que impede que a consulta e a assistência sejam um sucesso. (SILVA et al., 2015). Fatores relevantes que podem influenciar no desempenho do profissional e na qualidade do serviço prestado a comunidade, tais riscos podem não somente trazer malefícios a população, mais para os demais membros da equipe que esto diretamente em contato prestando os cuidados. (OLIVEIRA et al., 2012). O objetivo é que haja sempre o princípio da beneficência e ele que seja mútuo tanto para o atendido, quanto para os enfermeiros que fazem toda a comunicação, consequentemente fazendo com que as consultas de enfermagem sejam cada vez mais ampliadas e satisfatórias para ambas. (FERREIRA; BROCA, 2012). Entretanto enfermeiro deve ter visão crítica e raciocínio lógico na tomada de decisões também deve estar em comunicação direta com sua equipe mantendo sempre a dinâmica do sistema, se atentando para se sobressair de todos os fatores intervenientes que poderão não contribuir na sua assistência. (SILVA, 2011). Diante dos empecilhos que aparecem diariamente, a enfermagem tem sempre que estar equilibrada para lidar com todas as situações, é importante que o profissional saiba equilibrar o emocional junto com o racional, medir seus limites físicos, saber até onde vão suas limitações, se adequando a todos os ajustes e espaços físicos diante das precariedades dos serviços de saúde. (FERREIRA; BROCA, 2012). O processo de se comunicar traz grandes benefícios ao paciente. Todo vínculo, qualquer que seja, estreita os laços e os profissionais conseguem tanto dar uma melhor assistência, como têm embasamento para o planejamento de cuidados. Isso inclui até mesmo a comunicação não verbal, que consiste em interação, expressão de sentimentos, emoções, etc. (RAMOS et al., 2012). A comunicação pode influenciar muito o comportamento, as decisões, as relações interpessoais e muitas vezes, os

profissionais se deixam abalar por situações de urgência, sobrecarga de trabalho, entre outras coisas que prejudicam. O enfermeiro precisa saber lidar em cada tipo de situação (SILVA et al., 2015). A comunicação é uma das principais formas de constituir o quadro em que o paciente/usuário se encontra. Através desta, é estabelecida a consulta de enfermagem, onde se colhe alguns dos dados referentes ao que lhe tenha posto em risco dos agravos, a partir desta consulta é estabelecida uma malha multidisciplinar integrada por todos os profissionais que direta ou indiretamente constitui o serviço de saúde. (RAMOS et al., 2012). **CONCLUSÃO:** Conclui-se que desde o princípio a comunicação faz-se necessária para que se tenha um bom relacionamento, convívio e interação com o próximo. Através dela todos os seres estabelecem seus relacionamentos, se impõem perante os demais, denotam suas vontades e expressam os seus sentimentos, assim como suas expectativas. Desta forma compreende-se que o enfermeiro é um dos principais elos nessa comunicação diante da assistência, pois o mesmo mantém e a interação nas consultas, colhe suas queixas e articula com o restante da equipe multidisciplinar meios de atingir uma melhor qualidade de saúde, permanece o contato com o paciente, busca integrá-lo em programas que o ajudaram a se reintegrar ao cotidiano.

REFERÊNCIAS

COFEN, Resolução Cofen-159/1993. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-1591993_4241.html>. Acesso em: 13 de out. 2017.

FERREIRA, A. M.; BROCA, V. P. Equipe de enfermagem e comunicação: contribuições para o cuidado de enfermagem, **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.65, n.1, p.1-9, jan./fev. 2012.

HADDAD, V. G. S.; et al. A comunicação terapêutica na relação enfermeiro-usuário da atenção básica: um instrumento para a promoção da saúde e cidadania, **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n.2, p.145-155, 2011.

J. JÚNIOR, O. C.; LIMA, F.I. A percepção dos enfermeiros sobre comunicação terapêutica nas consultas de Enfermagem em unidades de Saúde da Família, **Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.10, n.18, p.3392-3409, 2014.

OLIVEIRA, P. K. S. et al. Temas abordados na consulta de enfermagem: Revisão integrativa da literatura, **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.65, n.1, p.1-9, Jan./fev. 2012.

POTT, S. F; et al. Medidas de conforto e comunicação nas ações de cuidado de enfermagem ao paciente crítico, **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.66, n.2, p.174, mar./abr. 2013.

RANGEL, F. R. et al. Avanços e Perspectivas da atuação do enfermeiro em Estratégia Saúde da Família, **Cogitare Enfermagem**, Santa Maria, v.16, n.3, p.498-504, jul./set., 2011.

RAMOS, A.P.; BORTAGARI, F.M. A comunicação não-verbal na área da saúde, **Revista CEFAC**, São Paulo, 2011.

SANTOS, S. M. R.; et al., a consulta de enfermagem no contexto da atenção básica de saúde, **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 124-130, jan.-mar., 2008.

SILVA, C. G. E.; et al., O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática, **Revista Escolar Enfermagem USP**, São Paulo, v.45, n.6, p.1380-6, 2011.

SILVA, J. P. G. et al., Consultas de enfermagem a idosos: instrumentos da comunicação e papéis da enfermagem segundo Peplau, **Escola Ana Nery**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 154-161, 2015.

SILVA, R.C.; BARROS, C.V.L. Comunicação terapêutica relacionada ao cuidado humanizado e a segurança do paciente em unidade hospitalar, **Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**, v.1, n. 1, jul-dez. 2015.

SPAGNUOLO, R. S.; PEREIRA, M. L. T. Práticas de saúde em enfermagem e Comunicação: um estudo de revisão da literatura, **Ciência & Saúde Coletiva**, Botucatu, v. 12, n. 6, p. 1603-1610, 2007.

TRECOSSI, M. O.; ORTIGARA, E. P. F. Importância e eficácia das consultas de enfermagem ao paciente surdo. **Revista de Enfermagem**, v. 9, n. 9, p. 60-69, 2013.

SENTIMENTO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE ONCOLÓGICO

AUTORES:

Ana Paula Leite Franca
Rafaela Costa de Medeiros
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Thaynan Rayana Damasceno de Oliveira
Whennya Bruna Medeiros de Araújo

RESUMO: Objetiva-se identificar os sentimentos da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente oncológico. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a busca ocorreu de abril a outubro de 2017 através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), com a busca de artigos publicados no período de 2011 a 2017. Os critérios de inclusão: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática proposta. Critérios de exclusão: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Análise e discussão dos resultados: Por meio da análise dos artigos foi possível perceber que os profissionais de saúde que atuam na área oncológica, sofrem com as consequências da doença e suas situações extremas, desde o diagnóstico à sua terminalidade, juntamente com o paciente, seus familiares e a própria equipe multidisciplinar. Conclusão: Conforme as poucas literaturas encontradas, os enfermeiros relatam os sentimentos e as dificuldades com o manejo das emoções geradas pela enfermagem oncológica em um cotidiano de trabalho

Palavras - chave: Enfermagem Oncológica. Neoplasias. Emoções.

INTRODUÇÃO: Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de cem doenças, cujo crescimento é irregular (maligno) e invadem os tecidos e órgãos (metástase) podendo acometer outras regiões do corpo. É considerado mundialmente como um problema de saúde pública, tendo um grande significado na epidemiologia no que diz respeito à incidência e consequentemente a morbimortalidade. Dentro desta perspectiva, é possível afirmar que se trata de uma doença crônica e degenerativa, significando ainda, nos dias de hoje impossibilidade de cura e até mesmo a morte para as pessoas (BRASIL, 2008). A etiologia do câncer é bastante variada, podendo ser externa (natureza ambiental) ou interna ao organismo (hereditariedade). Sua incidência no mundo cresceu 20% na última década. Para se ter idéia deste crescimento, segundo estimativa realizada pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), para o biênio 2016/17, haverá 596.070 novos casos de câncer, sendo que entre os homens, são esperados 295.200 novos casos, e entre as mulheres, 300.870. Diante destes números, são esperados para 2030, um número de 27 milhões de casos em todo o mundo (BRASIL, 2011; BRASIL, 2016). Diante da grande incidência desta doença, a assistência às pessoas com câncer tem melhorado gradativamente ao longo dos anos. Novos métodos vêm surgindo para auxiliar na detecção precoce, bem como, no rastreamento de agentes cancerígenos. Porém, vários aspectos desta assistência em saúde precisam ser melhorados em busca de minimizar o alto impacto socioeconômico, físico e psicossocial que o câncer provoca nas pessoas

(OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Dentre os profissionais que prestam esta assistência ao paciente com câncer, os de enfermagem tem um papel importante pois visam prestar uma assistência de qualidade em todos os momentos, partindo do diagnóstico até a reabilitação total do paciente. Assim, a equipe de enfermagem em atuação na área oncológica, lida diariamente com sentimento de tristeza, negação e sofrimento dos pacientes oncológicos e seus familiares (OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Estes profissionais são instruídos e preparados para o cuidar, promoção da cura e o prolongamento da vida, principalmente daqueles pacientes em estado terminal. Infelizmente quando ocorre a perda de uma vida, a enfermagem se sente impotente e muitas vezes culpada, principalmente quando a relação com o paciente vai se estreitando, e o profissional passa a se sensibilizar mais ainda com a sua dor (OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Através de uma vivência familiar, surgiu a necessidade de discutir o envolvimento e os sentimentos dos profissionais que lidam com pacientes oncológicos. E nesse pensamento, fica clara a importância da equipe de enfermagem no cuidar ao paciente oncológico. Dentro desta perspectiva, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais os sentimentos da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente oncológico? Diante deste questionamento, objetiva-se identificar os sentimentos da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente oncológico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que compreende um estudo de várias pesquisas, onde permite uma junção da pesquisa científica e a prática clínica, permitindo uma futura decisão para a melhoria da atuação profissional, deixando lacunas para a perpetuação de novos estudos sobre determinado assunto (MENDES, SILVEIRA, GALVAO, 2008). Para a construção desta revisão, foram utilizadas as seguintes opções: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através das bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Enfermagem Oncológica, Neoplasias, Cuidados de Enfermagem, Emoções. A pesquisa ocorreu do período de abril a outubro de 2017, com a busca de artigos publicados no período de 1996 a 2012. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: Enfermagem oncológica and emoções, Cuidados de Enfermagem and Neoplasias, Cuidados de Enfermagem and emoções. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Após leitura dos artigos, foi elaborado o quadro abaixo, com informações quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese das principais informações dos artigos, quanto à base de dados, ano de publicação, título, tipo e abordagem de estudo e principais conclusões. Natal, 2017.

Base de dados	Ano de publicação	Título	Tipo/abordagem do estudo	Principais conclusões
Lilacs	2012	Sentimentos dos profissionais de enfermagem em relação ao paciente oncológico.	Descritiva, investigativa, com abordagem qualitativa.	Com base na análise dos depoimentos, foi possível perceber a tristeza como sendo um dos sentimentos mais perceptíveis e as estratégias de distanciamento e enfrentamento pelos enfermeiros.
Medline	2008	Compreendendo as emoções dos enfermeiros Frente aos pacientes com câncer	Estudo exploratório Descritivo com delineamento qualitativo	Os enfermeiros se sentem limitados para manejar as emoções que surgem diante do cuidado ao paciente oncológico, bem como a necessidade de apoio psicológico diante ao processo do cuidar.
Lilacs	2008	Vivências de uma equipe de enfermagem no cuidado a pacientes com Câncer	Pesquisa De abordagem qualitativa, descritiva e exploratória.	Para esses profissionais, o cuidar ultrapassa as ações terapêuticas, é necessário sobretudo um atendimento humanizado, criação de vínculos e compreensão do sofrimento do paciente e seus familiares.
Scielo	1996	A difícil convivência com o cancer : um estudo Das emoções na enfermagem oncológica	Pesquisa de abordagem qualitativa	Diversos são os sentimentos vivenciados no dia a dia dos enfermeiros frente a assistência ao paciente oncológico, sendo necessário mecanismos de defesa para enfrentar as situações consideradas difíceis.
Scielo	2003	Assistência humanizada ao	Este estudo teve como eixo	O paciente com câncer não deve ser

		cliente oncológico: reflexões junto à equipe	norteador o processo de diálogo reflexivo junto à equipe dessa unidade de oncologia.	considerado mais um. É necessário um olhar holístico e multidisciplinar, buscando proporcionar uma abordagem profissional humanizada.
Scielo	2012	Prática profissional de enfermeiras que cuidam de Pacientes com câncer em hospitais gerais	O presente estudo e do tipo descritivo, de natureza qualitativa, Com vertente na fenomenologia social.	As enfermeiras reconhecem não terem um conhecimento teórico necessário, bem como a experiência e a prática para fornecerem uma assistência adequada e de qualidade ao paciente.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Por meio da análise dos artigos supracitados, foi possível perceber que os profissionais de saúde que atuam na área oncológica, sofrem com as consequências da doença e suas situações extremas, desde o diagnóstico à sua terminalidade, juntamente com o paciente, seus familiares e a própria equipe multidisciplinar (TEIXEIRA, GORINI, 2008). Diante deste sofrimento, os sentimentos mais mencionados pelos enfermeiros, na literatura científica nacional, são os de pena e o de amor. Assim, o enfermeiro se sente, diante destes sentimentos, impotente por não conseguir vencer a doença e trazer o bem estar físico, psíquico e emocional ao seu paciente, gerando assim sofrimento ao enfermeiro pois o mesmo não acaba não conseguindo atingir seu objetivo do cuidar (OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Diante deste cenário, o sofrimento surge como um dos sentimentos mais despertados nos enfermeiros em atuação oncológica. O cuidar é uma junção de incertezas e vários desafios. Para evitar a angústia, os profissionais dessa área usam mecanismos de defesa na tentativa de não se envolverem com os pacientes. Entre eles, a despersonalização, o distanciamento e a própria negação, são artifícios utilizados pelos mesmos (TEIXEIRA, GORINI, 2008). Ainda em outras pesquisas, foi possível detectar que o ato do profissional de não se envolver, foi citado inúmeras vezes como tentativa de defesa para evitar vínculos afetivos com os pacientes, já que os cuidados a esses clientes geram diversas emoções. Essa atitude surge como um meio de enfrentamento, assim encontrado pelos enfermeiros, para lidar com o sofrimento que sentem (OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Há também, profissionais de enfermagem que preferem uma maior proximidade com seus pacientes para compreender melhor suas necessidades, seus anseios, suas dúvidas, para assim, proporcionar uma assistência eficaz e mais humanizada, viabilizando o conforto necessário por meio do cuidar (TEIXEIRA, GORINI, 2008). Sabe-se que o cuidar é a base de atuação do profissional de enfermagem. O cuidado na área oncológica, se dá através de uma comunicação efetiva, onde ocorre troca de idéias, emoções e sentimentos. É necessária uma relação íntima, de maior proximidade, para auxiliar os pacientes nas diversas etapas da doença. O cuidar deve ultrapassar os limites da

técnica sendo preciso ouvir, muito mais do que falar (STUMM et.al., 2008). Nessa perspectiva, para que o cuidar seja ofertado com qualidade, os enfermeiros visam um olhar holístico, buscando uma profissionalização mais humanizada, participativa, solidária, em que não se predisponham a gerar apenas saúde, mas principalmente, vida mesmo com as intercorrências diárias (COSTA, LEITE, MASCHIO, 2003). Na pesquisa de Oliveira e Firmes (2012) constatou-se que, profissionais que trabalham na área oncológica, lidam diariamente com situações geradoras de conflitos, onde muitas vezes, transferem para relações interpessoais, prejudicando o cuidado dos seus pacientes e a sua própria qualidade de vida. Fatores como salário, que é o alicerce do trabalhador, o medo do enfermeiro em não conseguir ofertar um cuidado de qualidade, sobrecarga de trabalho, são exemplos complicantes de uma assistência falha (OLIVEIRA, FIRMES, 2012). Assim, diante deste cenário de atuação profissional do enfermeiro, a morbidade psicológica é evidente devido aos fatores externos de estresse relacionados com o ambiente de trabalho, a doença, ao tratamento e as relações interpessoais. Com isso, é perceptível a necessidade de um apoio psicológico aos profissionais disponibilizado pelas instituições de saúde (TEIXEIRA, GORINI, 2008). Este apoio psicológico ajuda a criar possibilidades para que os profissionais possam desabafar, falar sobre o que estão vivenciando, para minimizar os sentimentos negativos como a tensão em que lidam diariamente. Encontros em que haja acolhimento de psicólogos, assistentes sociais, para que ajudem no enfrentamento e manejo das emoções. É fundamental se conhecer, se respeitar para que assim possa respeitar o outro. Toda a equipe necessita de cuidados especiais, visando a saúde e bem-estar do profissional, bem como, fortalecer as relações interpessoais de toda a equipe multidisciplinar (COSTA, LEITE, MASCHIO, 2003). **CONCLUSÃO:** Conforme as poucas literaturas encontradas, os enfermeiros relatam os sentimentos e as dificuldades com o manejo das emoções geradas pela enfermagem oncológica em um cotidiano de trabalho. Frente ao diagnóstico do câncer, várias são as reações dos enfermeiros no que diz respeito à assistência de enfermagem. As frequentes situações de morte e luta pela vida, atingem os profissionais responsáveis pelo cuidado, despertando neles, sentimentos que os fazem buscarem um equilíbrio e sobretudo um bem-estar. A dor ensina e o sofrimento acaba propiciando uma autorreflexão. Com o estresse, os enfermeiros criam estratégias de defesa, para não absorverem tanto sofrimento. É necessário que as instituições de saúde participem efetivamente, fornecendo apoio psicológico, criando grupos, reuniões informais para que os envolvidos no cuidado falem das dificuldades enfrentadas diariamente. É necessária uma preparação contínua, rotineira para os profissionais que atuam na área oncológica. Pode ser por meio de atividades educativas, ampliação do conhecimento oncológico por meio dos profissionais, informações que aperfeiçoem os métodos de humanização em todas as instituições de saúde. Ao deixar que as emoções floresçam, o enfermeiro aprenderá a lidar com elas rotineiramente, assim como, crescerá como pessoa e profissionalmente.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância de Câncer. **Câncer da Criança e adolescente no Brasil: dados dos registros de base populacional e de mortalidade**. Rio de Janeiro: INCA, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2011. 128p.

COSTA.C.A; FILHO. W. D. L; SOARES. N. V. Assistência humanizada ao paciente oncológico: reflexão junto à equipe. **Rev Bras Enferm**. V.56, n.3, p.310-314,2003. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672003000300019&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em : 08 out. 2017.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER-ESTIMATIVA 2016. Incidência de Câncer no Brasil. Disponível em: <http://www.oncoguia.org.br/pub/material_apoio/material_apoio_299f_151205_2713.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

FERREIRA. N. M. L. A. A difícil convivência com o câncer: um estudo das emoções na enfermagem oncológica. **Rev. Esc. Enf. USP**. v.30, n.2, p.229 - 253.1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671995000400013. Acesso em: 08 out. 2017.

MENDES, K. S; SILVEIRA, R. C. C.P; GALVAO, C. M. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidencias na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**. v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

OLIVEIRA, M. C. L; FIRMES, M. P. R; Sentimentos dos profissionais de enfermagem em relação ao paciente oncológico. **Revista Mineira de Enfermagem**. v.16, n. 1, p. 91- 97, 2012.

SILVA. J. T et al., Prática profissional de enfermeiras que cuidam de pacientes com câncer em hospitais gerais. **Rev. Bras. Enf**. v.65, n. 3, p.460-465,2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000300010>. Acesso em: 08 out. 2017.

STUMM. E. M. F; LEITE.M.T; MASCHIO. G. Vivências de uma equipe de enfermagem no cuidado a pacientes com câncer. **Cogitare Enferm**. v.13. n.1, p.75-82, 2008. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/11955/8436>>. Acesso em: 08 out. 2017.

TEIXEIRA.F.B; CORINI. M. I. P. C. Compreendendo as emoções dos enfermeiros frente a pacientes com câncer. **Rev. Gaúcha. Enferm**. v.29. n.3, p. 363-373. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/6756/4059>>. Acesso em: 08 out. 2017.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO PROCESSO ASSISTIR EM ENFERMAGEM A LUZ DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO

AUTORES:

José Erinaldo dos Santos
Mariana Cotta Ruas
Sebastiana Rayane Gurgel de Araujo
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Thayna Fonseca Pereira

RESUMO: A Política Nacional de Humanização (PNH) é de grande importância tanto para os serviços de saúde quanto para o trabalho da enfermagem, na medida em que tornará a assistência da enfermagem mais resolutiva, eficaz, humanizada e com qualidade no atendimento as pessoas, mas para isso é necessário ter um ambiente que possibilite a eficácia na assistência de enfermagem. Portanto, o objetivo do estudo é discutir as potencialidades e desafios do processo assistir em enfermagem à luz da PNH. Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) através das palavras-chave: Humanização, Enfermagem e Cuidar. Muitos são os fatores que prejudicam o profissional de enfermagem atuar de forma humanescente nos serviços de saúde. Esses aspectos interferem negativamente na qualidade da assistência, o profissional se vê insatisfeito ao desenvolver sua função de forma precária, sem insumos que viabilizem o processo do cuidar. Nessa perspectiva, é indubitável a importância do desenvolvimento da Política Nacional de Humanização nas unidades de saúde, na medida em que enfatiza a humanização como característica primordial na assistência de enfermagem.

Palavras - chave: Humanização. Enfermagem. Cuidar.

INTRODUÇÃO: A humanização se traduz no bom trato e cuidado ao paciente como cidadão, relacionado não só as ações técnicas, mas preservando também, o aspecto psicossocial do cuidado, sendo então necessária a junção destes, no tratamento e forma de assistir e cuidar dado pelo profissional de saúde para a formação de um cuidado humanizado (ARAÚJO; FERREIRA, 2011). Está política, propõe algumas transformações no modelo assistencial nos serviços de saúde, isto é, a Política Nacional de Humanização (PNH) surge da necessidade de melhorar a relação profissional/paciente, reconhecendo e qualificando o profissional e gestores do processo de cuidar (BRASIL, 2003). Especificamente, no caso da enfermagem, a temática da humanização toma grandes proporções, pois é o profissional que cuida 24h ininterruptamente dos pacientes, fazendo com que a relação enfermeiro-paciente se estreite durante o processo de cuidar (CHERNICARO et al.; 2013). A assistência de enfermagem tem como característica principal o ato de cuidar. O que de certa forma está diretamente relacionada a uma assistência mais humanizada, porém alguns percalços tornam a assistência de enfermagem mecanizada perdendo assim sua essência que é o ato de cuidar humanizado (PASCHE et al.; 2011). A PNH é de grande importância tanto para os serviços de saúde quanto para o trabalho da enfermagem, na medida em que irá tornar a assistência da enfermagem mais resolutiva, eficaz, humanizada e com qualidade no atendimento as pessoas, mas para isso é necessário ter um ambiente que possibilite a eficácia na assistência de enfermagem, este que se constitui como um dos intuitos da PNH (CHERNICARO

et al.; 2013). A relevância desse estudo se dá pela necessidade de encorajar a implementação da PNH mesmo diante das dificuldades e desafios que apontam na realidade assistencial. É importante acrescentar que a política nacional de humanização nasceu como resposta à insatisfação do usuário frente aos problemas encontrados nos serviços de saúde (BRASIL, 2011). Diante disso, o trabalho levantou a seguinte questão de pesquisa: Quais as potencialidades e desafios do processo assistir em enfermagem à luz da PNH? Portanto, o objetivo do estudo é discutir as potencialidades e desafios do processo assistir em enfermagem à luz da PNH. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa que é um método de pesquisa baseada nas evidências durante a atuação clínica através da reunião dos resultados da pesquisa, de maneira organizada sobre o tema a ser abordado ou investigado (MENDES et al., 2008). Uma pesquisa descritiva baseia-se na reunião de vários materiais de diferentes autores e que tenha relação com o tema proposto, contribuindo para ampliar o conhecimento do pesquisador, pois disponibiliza uma bagagem de conteúdo, sendo assim um dos primeiros passos para realização da pesquisa científica (LAKATOS, 2003). Para construção deste estudo, percorreu-se as seguintes etapas: seleção dos textos; busca nas bases de dados através da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; análise e interpretação dos dados para apresentação dos resultados. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Humanização, Enfermagem e Cuidar. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano *and* combinados da seguinte forma: Enfermagem *and* Desafios, Enfermagem *and* Política Nacional de Humanização, Desafios *and* Política Nacional de Humanização, Enfermagem *and* Desafios *and* Política Nacional de Humanização. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Após leitura completa e análise dos artigos foi realizada uma síntese dos dados respeitando e identificando os autores e fontes das pesquisas, observados o rigor ético quanto a propriedade intelectual dos autores nos textos pesquisados no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O Sistema Público de Saúde reconhece os inúmeros desafios na forma de cuidar e assistir, e ao mesmo tempo, aposta também em um “SUS que dá certo”. Começou assim, uma discussão com relação a humanização, criando então possibilidades concretas e reais para superação desses desafios (PASCHES et al., 2011). Nessa perspectiva, houve a necessidade de se constituir uma política, conhecida, como Política Nacional de Humanização (PNH), que fosse efetivar a questão da humanização, grupalidade, co-gestão, acolhimento, tanto nos centros acadêmicos de enfermagem quanto na forma de assistir as pessoas nas unidades de saúde (BARBOSA et al.; 2013). Esta política criada em 2003, propõe algumas transformações no modelo assistencial e no modo em que o profissional enfermeiro trata o paciente (BRASIL, 2003). É importante frisar, que a política nacional de Humanização, como um dispositivo do sistema único de saúde, garanta os princípios doutrinários (universalidade, integralidade e equidade) e organizativos (descentralização, participação social, hierarquização e regionalização) do SUS, atuando como uma política de cunho transversal. (BRASIL, 2003). A partir da implementação do novo modelo assistencial e da nova elaboração

do conceito de saúde, este sistema, o sistema sanitário, explícito na legislação, traz a saúde como um direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sócio-econômicas com o intuito de reduzir os riscos de doenças e de outros agravos. (AGUIAR, 2011). A PNH foi pensada no sentido de se demonstrar a ligação entre a gestão e o cuidado nos serviços de saúde, estimulando para a importância dos profissionais da enfermagem e gestores que trabalham nestes serviços e dos que utilizam deste serviço (paciente/usuário) de serem protagonistas e corresponsáveis pela produção de saúde. (CHERNICARO et al., 2013). A equipe de enfermagem está diretamente ligada ao usuário, e a PNH fomentará o profissional a humanização, através de técnicas como o da ambiência no local de trabalho, e o diálogo, que fará com que o vínculo de confiança entre o enfermeiro e o usuário aumente (BRASIL, 2003). Diante disto, foram criados outros métodos para produzir um cuidado mais humanizado, como o processo de enfermagem. Através dele, poderiam ser obtidos melhores resultados através de uma sistematização composta por cinco etapas inter-relacionadas e adequadamente desenvolvidas para solucionar problemas (CHAVES; SOLAI, 2015). Estas cinco etapas agregadas a PNH, tem por consequência, uma satisfação das necessidades que devem ser alcançadas como benefícios para os usuários. São elas: o Histórico de Enfermagem, Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento dos Cuidados, Implementação e a Evolução/Avaliação (BRUNNER; SUDDARTH, 2005). Por conseguinte, a política de humanização apesar de estar em vigor e o conhecer sobre a importância da sua operacionalidade, ainda encontram-se fragilidades no serviço que prejudicam a consolidação dos princípios e diretrizes da PNH (CHERNICARO et al., 2013). Muitos são os fatores que prejudicam o profissional de enfermagem atuar de forma humanescente nos serviços de saúde. Esses aspectos interferem negativamente na qualidade da assistência, o profissional se vê insatisfeito ao desenvolver sua função de forma precária, sem insumos que viabilizem o processo do cuidar (ARAÚJO; FERREIRA, 2011).

Tabela 1 - Dificuldades e saídas a serem percorridas na consolidação da PNH nos serviços de saúde. Natal/RN, 2017.

DIFICULDADES	SAÍDAS A SEREM PERCORRIDAS
A falta de materiais para realização dos procedimentos.	Levar aos superiores hierárquicos para que seja feita a notificação e providência de materiais necessários.
Ritmo intenso de trabalho/Sobrecarga de trabalho.	Promover momentos durante o expediente de relaxamento através de alongamentos em grupo. Lutar pela redução da carga horária de trabalho para 30h/sem
Desvalorização do profissional.	Busca de novos conhecimentos, através de cursos e especializações.
A mecanicidade do profissional.	Colocar em prática a humanização na assistência.
Falta de organização e infraestrutura inadequada das unidades de saúde.	Organização do setor através da ambiência, além de realizar notificações para outras instâncias.
Ambiente insalubre.	Organizar o ambiente e recorrer a outros setores do hospital o reparo dos locais e materiais danificados.
Falta de conhecimento em relação a PNH.	Buscar conhecer a PNH e implantar.
Falta de diálogo na equipe.	Promover reuniões com maior frequência.
Problema em interagir com o paciente.	Procurar maneiras alternativas para se aproximar do paciente e estabelecer vínculo de confiança.
Hierarquização do trabalho.	Ser líder e não chefe de sua equipe.

Fonte: adaptado de BRASIL. Ministério da saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS. Brasília, 2003.

Vale ressaltar que um dos principais desafios da Política Nacional de Humanização, é desenvolver a humanização de forma individual. Ou seja, humanizar o indivíduo responsável no processo de assistir, o enfermeiro. Estabelecendo um cuidado mais humanizado, florescendo no profissional, desde sua formação, o conceito de humanização (CHERNICHARO et al., 2013). Em contrapartida, ressalta que a política nacional de humanização contribui para melhorar o trabalho do enfermeiro e modificar o serviço de saúde, satisfazendo as pessoas que procuram o serviço de saúde (BRASIL, 2003). Destaca-se como potencialidades, o novo padrão no modelo de gestão e assistência, valorizando o profissional, defendendo os direitos dos usuários e do profissional, melhorando a ambiência, desenvolvendo projetos que ampliam a humanização como: mãe-canguru, doutores da alegria, casa mãe cidadã, além dos meios de divulgação da PNH como a rede humanizaus (BRASIL, 2003). Por isso, há uma necessidade de fomentar e conservar a humanização nos centros de saúde. Mesmo sendo de cunho pessoal, subjetivo, as consequências de um cuidado humanizado refletem no trabalho do profissional e ajuda na recuperação da saúde do indivíduo, contribuindo para o bem-estar físico e psicológico do paciente, este é um dos principais efeitos de um cuidado humanizado (BARBOSA et al., 2013). **CONCLUSÃO:** Nessa perspectiva, é indubitável a importância do desenvolvimento da Política Nacional de Humanização nas unidades de saúde, na medida em que enfatiza a humanização como característica primordial na assistência de enfermagem. É necessário que os centros acadêmicos criem propostas educacionais que sensibilizem os estudantes e enfatizem a importância de um cuidar humanizado, no decorrer das atividades dos universitários. Como por exemplo, realizando ações sociais, pesquisas que reflitam sobre o papel do enfermeiro no processo de cuidar, entre outros. Vale ressaltar, que a humanização é um dispositivo que norteia o papel do enfermeiro, promovendo o bem-estar do paciente de forma a amenizar o sofrimento com seu trabalho humanescente além de colocar em prática a Sistematização da Assistência de Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Pacheco de; FERREIRA, Márcia de Assunção. Representações sociais sobre humanização do cuidado: implicações éticas e morais. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v.64,n.2, p.287-293, abr.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n2/a11v64n2>>. Acesso em: 10 set. 2017.

AGUIAR, Zenaide neto. **SUS**: Sistema Único de Saúde-Antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. São Paulo: Martinari, 2011.

BRASIL. Ministério da saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS**. Brasília, 2003.

BARBOSA, Guilherme Correa et al. Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 66, n.1, p.123-127, Fev2013.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v661a19.pdf>>Acesso em: 10 de setembro.

CHAVES, Lucimara Duarte; SOLAI, Cibele Andres. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**: considerações teóricas e aplicabilidade. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015. 158 p.

CHERNICHARO, Isis de Moraes; FREITAS, Fernanda Duarte da Silva de; FERREIRA, Márcia de Assunção. Humanização no cuidado de enfermagem: contribuição ao debate sobre a Política Nacional de Humanização. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 66,n. 4,p. 564-570, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n4/v66n4a15.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MENDES, K.D.S et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Redalyc**. Florianópolis, p.758-764, 8 out. 2008. Trimestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/714/71411240017/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

PASCHE, D.F; PASSOS, E; HENNINGTON, E.A. Cinco anos da política nacional de humanização: trajetória de uma política pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.16,n.11,p.4541-4548,Nov2011.Disponível em> <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n11/a27v16n11.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SMELTZER, Suzanne C; BARE, Brenda G. **Brunner e Suddarth**: Tratado de enfermagem médico cirúrgica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CONTROLE E PREVENÇÃO DA INFECÇÃO HOSPITALAR EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

AUTORES:

Andressa Monica Gomes Fernandes

Flávia Thais Protásio de Oliveira

Leylla Bhyatriz Lemos Olegário

Maria Amalia Lima da Silva

Nathália Raysa Freitas Duarte

Thaís dos Santos Vale de Araújo

RESUMO: O desígnio desse estudo foi descrever a importância da Assistência de Enfermagem diante das ações voltadas ao controle e prevenção dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva. Trata-se de um estudo desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, onde foram realizadas pesquisas nas bases de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Diante da análise de dados foi percebido o conhecimento dos profissionais da enfermagem acerca da vulnerabilidade de pacientes críticos a adquirirem infecção hospitalar devido a constantes procedimentos invasivos, além do conhecimento relacionado ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) necessário para cada procedimento e paciente. Com isso nota-se a importância de uma equipe que faça uso dos protocolos estabelecidos pela CCIH, para assim minimizar a ocorrência dos níveis alarmantes de casos de infecções hospitalares em UTI e assim diminuir o tempo de permanência desses pacientes hospitalizados, promover movimentação dos leitos e reduzir custos adicionais aos setores administrativos.

Palavras - chave: Infecção Hospitalar. Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A Infecção Hospitalar vem se tornando um problema de saúde pública cada vez mais periódico, devido às principais causas de morbidade relacionadas ao aumento abusivo da incidência e de acordo com a prevalência de doenças ocorridas dentro do âmbito hospitalar, além do índice crescente de mortalidade decorrente da mesma (NOGUEIRA, 2015). No século XIX foi apontado com a existência suscetibilidade individual e a influência direta do ambiente para o desenvolvimento das doenças. Relatava que existem outros fatores de instalação de processos infecciosos, com interação de três hospedeiros: o agente, o hospedeiro e o meio ambiente. Diante disso surgiram importantes contribuições para o estudo das infecções hospitalares, epidemiologia e prevenção. No mesmo século foi instalado isolamento de doenças que na época estava em alta e em alto índice de disseminação, como a varicela, e deu início as estatísticas das infecções hospitalares e óbitos relacionados (FONTANA, 2006). De acordo com a Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998, infecção hospitalar diz respeito às manifestações clínicas adquirida após admissão do paciente, que pode se estender durante a internação ou em seguida da alta e deve estar relacionada a internação ou procedimentos hospitalares (AZAMBUJA, 2004). E esse quadro tende a se agravar ainda mais em pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva, por serem pacientes vulneráveis a diversos tipos de procedimentos invasivos, usos diários de

antibiótico e outros processos que se tornam uma porta de entrada para essas infecções, que por vezes se caracterizam por Infecções Relacionadas à Assistência de Saúde (IRAS)(ALVES, 2007). Nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) tem um índice de 20% de IRAS, diagnosticadas em pacientes hospitalizados, com grande morbimortalidade e elevados custos para o sistema de saúde (NOGUEIRA, 2015). A ocorrência dessas infecções está muitas vezes associadas a conduta da equipe multidisciplinar, incluindo a assistência de enfermagem, que tem um contato de cuidado diário com esses pacientes em estados críticos (AZAMBUJA,2004). O Enfermeiro está inserido neste local como principal gestor de cuidados aos pacientes, além de coordenador e responsável pela equipe de Enfermagem, diretamente envolvida no atendimento do paciente, assim como no treinamento e desenvolvimento desse grupo de trabalhadores (SILVEIRA, 2015). Sabemos os riscos que um processo infeccioso pode representar diante de um ambiente tão crítico e complexo, tornando-se um quadro muito vulnerável não só para o paciente como também para a equipe de profissionais, o setor administrativo que terá gastos maiores decorrente de tal fato, além das movimentações dos leitos ocupados, onde um vezo paciente que adquirir IH dobrará seu tempo de internação (ALVES, 2007). Com isso, é importante lembrar que a IH é um dos principais problemas mais recorrentes dentro de uma UTI, onde estão os pacientes mais críticos, que fazem uso constante de procedimentos invasivos, como sonda vesical de demora, ventiladores mecânicos, uso diário de antibiótico e para obter o controle diante desse quadro, cabe a equipe multiprofissional, incluindo os profissionais de enfermagem idealizar conhecimentos exclusivos e padronizados para assim tentar controlar possíveis riscos e complicações (ALVES, 2007). O estudo tem como objetivo foi descrever a Assistência de Enfermagem diante das ações voltadas ao controle e prevenção dentro da Unidade de Terapia Intensiva. Trazendo os múltiplos fatores que levam a tal fato e os procedimentos corretos a serem seguidos, bem como a forma de controle e prevenção (SILVEIRA, 2015). **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por ser um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções elencados pelo objetivo do estudo, não podendo ser realizada de forma aleatória. Foram realizadas pesquisas nos meios de busca informatizados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Biblioteca Virtual do Caribe em Ciências da saúde (LILACS) no período de Julho a Outubro de 2017. Foram achados 15 artigos, a qual 07 foram escolhidos para estudo, tendo como critério de inclusão: artigos recentes estão em português e abordar sobre Assistência de Enfermagem no Controle e Prevenção de Infecção Hospitalar em UTI. E de exclusão: Artigos antigos, em outros idiomas e que não relatam sobre Enfermagem e Infecção Hospitalar. No qual foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Infecção Hospitalar; Unidade de Terapia Intensiva; Assistência de Enfermagem. Assim, inicialmente foi feita leitura intensiva e reflexiva dos estudos e após análise dos textos foi extraídos dados que tivessem destaque sobre a assistência de enfermagem no controle e prevenção da infecção hospitalar em unidade de terapia intensiva. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O controle de infecção constitui um dos critérios essenciais para que haja uma garantia de qualidade no cuidado prestados dentro da Unidade de Terapia Intensiva. Na preparação de estratégias e atenções centralizadas que proporcione a recuperação do indivíduo com problemas relevantes de saúde, sendo essas regulamentação de equipamentos, recursos humanos especializados, bem como, os aspectos relacionados à infra-estruturas e assistência dos profissionais aderidos (SANTOS,2014). O envolvimento do profissional da enfermagem tem como papel

fundamental coordenar e organizar sua equipe, desenvolvendo suas atividades gerências, assistências e de ensino e pesquisa, promovendo assim uma educação permanente, que garanta uma qualidade assistencial eficaz (SILVEIRA, 2015). Florence Nightingale em 1863, realizou procedimentos que mantinha todo o cuidado aos pacientes e ao ambiente, com o objetivo da diminuição de infecções e seus riscos. Recrutava as enfermeiras para solicitar os registros de óbitos hospitalares associados a infecção para avaliar o que estava sendo implementado e seus resultados, e tinha como interprete das estatísticas seu colaborador William Farr. Deste planejamento instituiu a primeira referência epidemiológica, usada atualmente para programas de controle de infecção hospitalar. Com todo esse trabalho ela conseguiu a redução da taxa de mortalidade por infecção hospitalar que caiu de 42,7% para 2,2%. Após esses resultados todos da equipe começaram a valorizar suas técnicas para higienização e não ver além da estética (FONTANA, 2006). Partindo desse pressuposto nota-se o processo de evolução dos mecanismos relacionados à prática de ações em equipes e individualizadas que reduzam os níveis de infecções dentro do contexto hospitalar. Porém esse processo ainda é falho, falta padronização, falta recursos, falta segurança do paciente, o que deixa lacunas abertas diante do papel do enfermeiro em um ambiente crítico e vulnerável (FONTANA, 2006). Em 1997 o governo brasileiro aprovou a Lei 9.431 que torna obrigatório a implantação da comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) nas instituições hospitalares do país. Levando em consideração que muitas infecções hospitalares são evitáveis e seguindo tendências mundiais que se diz respeito a prevenção de infecções (SANTOS, 2014). Neste sentido a enfermagem, por meio de uma ligação direta e frequente com os usuários, familiares e sua equipe multidisciplinar, deve-se estar atenta para que haja um processo adequado dessas normas e diretrizes exposta para a melhoria de um paciente seguro e livre de infecção (ALVES, 2007). A principal fonte de contaminação no ambiente hospitalar, são as mãos dos profissionais que levam e trazem microrganismos e bactérias tornando o principal causador de infecções devido a falta de higienização rotineira. A antissepsia deveria ser recorrente devido a grande demanda de manuseios nos pacientes, pois pode-se dizer que as "mãos" e a principal instrumento de trabalho que os profissionais enfermeiros utilizam (SILVEIRA, 2015). Pois bem para uma boa conduta e para promover o controle dessas infecções e de grande importância a lavagem das mãos utilizando-se: água e sabão, preparação alcoólica e antisséptico. Antes de iniciar qualquer uma dessas técnicas, é necessário retirar dos adornos, pois sob tais objetos podem acumular-se microrganismos (NOGUEIRA, 2015). O enfermeiro deve observar ainda o processo de precaução de contato, visto que algumas doenças infecciosas são de fácil disseminação e contaminação, o que inclui as formas de isolamento de pacientes enfermos ou com suspeita de infecção, a fim de reduzir riscos para outros pacientes. Esse modo requer além das precauções padrões o uso de EPI's como luvas, máscaras específicas, aventais, o uso exclusivos da precaução de contato, que se define por vez em saber diferenciar o tipo de colonização dos microrganismos para definir o meio de disseminação da doença, que pode ser por gotículas ou ainda por aerossol (ALVES, 2007). As precauções padrão vêm como o método mais eficiente e barato para o controle de infecções a lavagem das mãos que deve ocorrer após contato com fluidos corpóreos, entre um paciente e outro, quando ocorrer outro procedimento no mesmo paciente, quando houver risco de infecção cruzada. As luvas não precisam ser necessariamente estéreis, mas sempre usar elas limpas. Fazer a troca das luvas entre procedimentos atentando sempre em lavar as mãos ao retirá-la. Máscara,

Protetor de Olhos, Protetor de face usar em paciente com elevado risco de contaminação e o avental para proteção de roupas e superfícies sempre que ocorrer a possibilidade de contaminação por fluidos corporais (ALVES, 2007). A transmissão mais comum de infecções hospitalares é o contato, que esta ligado as mãos dos profissionais que não estão devidamente higienizadas durante a troca de paciente e pelas luvas que também não são trocadas após o uso disseminando microrganismos e contaminando instrumentos. Importante esclarecer a importância ao paciente e familiar quanto às precauções, nesse contexto o enfermeiro exerce papel fundamental na assistência, torna-se uma barreira entre o paciente e o ambiente externo desta forma a assistência deve ser planejada e individualizada (ALVES, 2007). A CCIH veio de maneira distinta trazer medidas de controle de infecções que o paciente está sujeito a adquirir devido há uma má conduta asséptica do profissional da saúde, dirigindo severamente regras, estimulando ações de prevenção de infecções de risco à saúde. Mantendo assim a qualidade dos serviços oferecidos à população. Inspeccionando assim as condições de trabalho de todos ambientes do hospital como o centro cirúrgico, emergência, farmácia, nutrição e atendimento ambulatorial, como também as áreas de apoio como o serviço de higiene hospitalar (SILVEIRA, 2015). É um grande desafio para o controle de doenças infectocontagiosas pois tem como objetivo interromper o ciclo da cadeia epidemiológica dos agentes causadores, onde em grande maioria o agente causador já adquiriu resistência a medicamentos prescritos que pode ser relacionado ao uso abusivo e indiscriminado de antibióticos, são consequências que agravam mais o paciente e gera uma dificuldade para equipe enfrentar (ALVES, 2007). **CONCLUSÃO:** Em virtude dos fatos mencionados na Unidade de Terapia Intensiva deve haver um controle criterioso aos manuseios dos equipamentos e procedimentos, com a finalidade de não agravamento do paciente que está em condições críticas com cuidados intensivos e está mais vulnerável a uma infecção podendo levar a SEPSE. Uma assistência de enfermagem adequada e o uso correto dos equipamentos de proteção individual na Unidade de terapia intensiva são de total importância, salientando que pacientes que se encontram em isolamentos requer proteção diferenciadas tanto para o profissional quanto para o paciente, tendo em vista que a maioria dos pacientes são críticos e fazem uso de métodos invasivos. Nesta discussão foi priorizado o esclarecimento dos cuidados que devem ser realizados na Unidade de Terapia Intensiva para a prevenção e o controle, já que como citado acima alguns microrganismos criam resistência e o papel do enfermeiro é de conforto, cuidado para o paciente e evitar disseminação. Dado o exposto nos remete a uma reflexão sobre a importância do controle e prevenção, na busca de minimizar a ocorrência das doenças provenientes das fragilidades e internações de terapia intensiva, uma vez que o que se espera é que o paciente se restabeleça sem danos. Então a CCIH tem um trabalho de vigilância epidemiológica, prevenção e controle de infecções hospitalares, ofertando treinamentos, capacitações e educação permanente em saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandra Nara Faria. Conhecimento da enfermagem na prevenção de infecção hospitalar. **Rev Inst Ciênc Saúde**, Campinas, v. 25, n. 4, p.365 - 372, ago. 2007.

AZAMBUJA, Eliana Pinho de; PIRES, Denise Pires de; VAZ, Marta Regina Cezar. **Prevenção e controle da infecção hospitalar**: as interfaces com o processo de formação do trabalhador. *Texto & Contexto - Enfermagem*, [s.l.], v. 13, n. , p.79-85, 2004.

FONTANA, Rosane Teresinha. As infecções hospitalares e a evolução histórica das infecções. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 59, n. 5, p.703-706, out. 2006.

NOGUEIRA; Lilia de Souza et al. Carga de trabalho de enfermagem: preditor de infecção relacionada à assistência à saúde na terapia intensiva? **Rev Esc Enferm USP** , São Paulo, v. 49, p. 36-42, 2015.

ROCHA, Igor Vasconcelos et al. **Resistência de bactérias isoladas em equipamentos em unidade de terapia intensiva**. *Acta Paulista de Enfermagem*, [s.l.], v. 28, n. 5, p.433-439, ago. 2015.

SANTOS, Reginaldo Passoni dos et al. Prevalência de infecção hospitalar em unidade de terapia intensiva - um estudo retrospectivo. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.410-418, 27 ago. 2014.

SILVEIRA; F; CONTIM; D. **Educação em saúde e prática humanizada da enfermagem em unidades de terapia intensiva**: estudo bibliométrico. *fundam. care*. Online, v. 7, n. 1, p. 2113-2122, jan/mar. 2015.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A INDIVÍDUOS COM ALTERAÇÕES PSICOLÓGICAS DEVIDO O CRACK

AUTORAS:

Flávia Thais Protasio de Oliveira
Louyse de Fatima Nascimento Gregorio
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento
Nathália Raysa Freitas Duarte
Silvania Lourena Paulino Silva
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

RESUMO: Esse estudo teve como objetivo discutir a importância da assistência de enfermagem a indivíduos com alterações psicológicas devido ao uso do crack. Trata-se de um estudo desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, onde foram realizadas pesquisas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Diante da análise de dados foram observados que o uso disseminado do crack se origina através de vários fatores pessoais e sociais e que seu uso prologado pode trazer diversos problemas psicológicos, para tanto, nota-se a introdução dos profissionais de enfermagem como fator contribuinte no processo de cuidado e apoio prestado a essa população.

Palavras - chave: Transtornos Psicológicos. Crack. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: O uso do crack constitui um dos mais relevantes problemas de saúde pública. O crack apareceu no país de forma progressiva, de fácil acesso e preço baixo, causando dependência e danos físicos rapidamente, acometendo todas as classes sociais, destacando-se as pessoas de baixa renda, moradores de ruas e usuários de outras drogas (WANDEKOKEN, 2013). O uso abusivo de crack está associado a muitos problemas físicos, psiquiátricos e sociais. No mundo constata-se que 14 milhões de pessoas façam o uso abusivo de crack. O centro brasileiro de informações sobre drogas psicotrópicas CEBRID, identificou que 7,2 % dos homens com idade de 25 e 34 anos já usaram a droga (CUNHA, 2004). Estudos epidemiológicos atuais mostram que nos últimos anos o consumo vem crescendo entre jovens no período escolar do ensino fundamental e médio, como também vem crescendo a procura por clínicas especializadas. Assim os estudos mostram os prejuízos neurocognitivos dos dependentes quando comparados aos indivíduos normais (BRANCO, 2013). A maior incidência foi entre meninos e meninas de rua e apresentam critérios positivos para dependência, o intervalo entre o início do consumo e a ocorrência de problemas relacionados é curto, a utilização da droga com mais frequência e em grande quantidade tem mais sensibilidade aos efeitos das substâncias (MARQUES, 2011). Os transtornos psiquiátricos possuem mais chances de se desenvolver em dependentes químicos quando comparado a indivíduos que não usam drogas, as mais comuns comorbidades psiquiátricas em dependentes são os transtornos de personalidade, depressão e ansiedade, dados mostram que usuários possuem diagnósticos psiquiátricos adicionais, sendo: 26% Transtornos de Humor, 28% Transtorno de Ansiedade e 18% Transtorno de Personalidade Anti - Social e outras psicopatologias (HESS; ALMEIDA; MORAIS, 2012). As consequências da droga requer uma assistência de saúde diferenciada de acordo com a magnitude dessas decorrências e requer uma equipe multiprofissional de

saúde, enfatizando os profissionais de enfermagem que são habilitados para cuidar de forma humanizada, de forma holística dos usuários, familiares e a coletividade com objetivo de promoção, prevenção e reabilitação, fazendo com que o usuário se reinsira na sociedade com redução de danos causados pelo crack (BRANCO, 2013). Conforme prioriza o Ministério da Saúde, essa atuação deve ser operacionalizada e humanizada a esses usuários, promovendo sua socialização e reduzindo a segregação social (BRASIL, 2004). Assim, diante do exposto o estudo tem como objetivo discutir a importância da assistência de enfermagem a indivíduos com alterações psicológicas devido ao uso do crack. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão narrativa de literatura de publicação ampla, apropriadas para discutir o assunto, sob ponto de vista teórico, constitui-se em análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas com análise crítica do autor (ROTHER, 2007). Além disso, são publicações amplas que visa descrever e discutir o desenvolvimento do estado da arte de um determinado tema sob o ponto de vista teórico ou contextual. Há uma análise da literatura científica através da interpretação e reflexão crítica do autor (ROTHER, 2007). A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em manuais do ministério da saúde e em protocolos institucionais. As palavras-chaves utilizadas para pesquisa foram: Transtornos Psicológicos. Crack. Enfermagem. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Considera-se o crack a forma de maior potencial de dependência, essa substância psicoativa traz consequências devastadoras. Estimula o sistema nervoso central com dependência em alta capacidade, tornou-se o método de fácil acesso e preferível dos usuários por proporcionar efeitos eufóricos após seu uso, à droga se absorve diretamente nos pulmões, o uso ocasiona ação rápida no cérebro, promovendo efeitos mais estimulantes e prazerosos para o usuário, o que leva a dependência e o uso incontrolável (WANDEKOKEN, 2013). O crack traz consequências drásticas que repercutem em diversos aspectos os principais são: econômico e de saúde. O consumo dessa substância não afeta apenas o indivíduo que consome, mas transparece em sua família e na sociedade, de modo geral. Além dos efeitos psíquicos e físicos favorece o aumento da marginalidade, criminalidade e deixa vulnerário o usuário com risco de contrair doenças (BRANCO, 2013). De acordo com Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) em 2001 e 2005 detectou-se um aumento no uso do crack. Considera-se que 0,7% da população brasileira já tenham consumido crack, as regiões que se destacam é a Sul 3,6%, Sudeste 2,6% e Nordeste 1,4% (MARQUES, 2011). Entre os mais vulneráveis estão os cidadãos que estão em situação da rua, aqueles que já entraram em contato com outras substâncias. Fatores que possibilitam o uso do crack são: baixa autoestima, desesperança com relação à vida, ambiente doméstico caótico e conflituoso, consumo ou atitudes favoráveis ao uso de substâncias por parte dos pais ou outros membros, fracasso acadêmico, violência, pobreza, ausência de suporte social, desorganização social e ausência do estado (MARQUES, 2011). Além dos efeitos psicológicos que atingem diretamente o sistema nervoso central, o que leva um alto grau de dependência aos usuários. O crack traz consigo efeitos físicos e orgânicos, que estão diretamente ligados aos processos de criminalidade, adesão de doenças no organismo, perda de apetite e de

peso, como também o nível crescente de ansiedade e depressão (BRANCO, 2013). Segundo Johnson, Brems e Burke (2002, p.172 apud HESS; ALMEIDA; MORAES, 2012) apontam que sinais de depressão, ansiedade e impulsividade são ditos os mais frequentes diante das comorbidades psiquiátricas relacionado ao uso de drogas, sinais que deixam de serem apenas do uso excessivos de drogas e passam a ser sinais recorrentes a um transtorno mental. Principalmente nos períodos de abstinência da droga, onde o indivíduo não tem o autocontrole das suas vontades, causando um quadro elevado de ansiedade e depressão, cujo não são controláveis, o que provoca tanto o sofrimento mental, quanto o físico, trazendo sinais como fadiga, fraqueza, perda do apetite e outros (MARQUES, 2012). Apesar da longa relação do ser humano com o uso das drogas, apenas no ano 2006 foi instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), criado pela Lei 11.343/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 5.912/06 que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes (DIAS, 2012). SISNAD foi criado com o intuito de cumprir metas e estratégias que estão descritas no Art. 3º da sua lei de criação nº 11.343/06, onde diz que o mesmo tem finalidade de “articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas” (DIAS, 2012). Além do SISNAD foram aprovados a Política Nacional sobre Drogas e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, onde temos a Resolução nº 03, de 27 de Outubro de 2005, do CONAD - Conselho Nacional Antidrogas, que aprovou a Política Nacional sobre Drogas, que tem por objetivo reconhecer a diferença entre usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada (DIAS, 2012). O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas foi instituído pelo Decreto nº 7179, de 20 de maio de 2010. Assim traz no Art. 1º- Fica instituído o Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas. Com o objetivo de estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de crack e outras drogas, por meio de articulação das políticas de saúde e assistência social no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) (DIAS, 2012). Diante da complexidade do processo das drogas na vida do indivíduo, o enfermeiro se torna a principal contribuição de apoio ao cuidado desses pacientes, visto que o enfermeiro está envolvido no processo de cuidado holístico e humanizado, estando diretamente ligados ao processo de reabilitação e reinserção social, além da atenção aos familiares e comunidades (BRANCO, 2012). A atribuição do enfermeiro vem de forma educativa, considerando o usuário como forma capaz de resolver o seu problema, trazendo conhecimento sobre o processo de abstinência, problemas biopsicosócio-culturais, processo de autocuidado e outros fatores. (WANDEKOKENL, 2014). A enfermagem vem com o plano de cuidado direcionado ao conforto e bem estar do paciente usuário, levando em consideração sua história e como chegou até a unidade de atendimento, diagnósticos de enfermagem são realizados para direcionar planos de cuidados com resultados positivos (GABATZ, 2013). A enfermagem precisa intervir no controle das ideias delirantes, fazer o manejo das alucinações, controlar os medicamentos, que serão de extrema importância nesse momento e proporcionar um ambiente seguro. Para isso, faz uso do processo de enfermagem através das 5 etapas que são interligadas e

interdependentes, quais sejam: histórico, diagnóstico, planejamento, intervenções e avaliação/resultados esperados (GABATZ, 2013; BRASIL, 2009). Baseado nisso, elaborou-se um tabela com os principais diagnósticos, intervenções e resultados esperados, no cuidado a pessoa com transtorno mental proveniente do uso abusivo do crack.

Tabela 1 - Principais diagnósticos, intervenções e resultados esperados à indivíduos com transtorno mental devido ao uso do crack. Natal/RN, 2017.

DIAGNÓSTICOS	INTERVENÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
Nutrição desequilibrada: menos que as necessidade corporais, relacionada a falta de interesse no alimento pelo uso de droga evidenciado pela desnutrição.	Controle de nutrição; Monitoração nutricional; Controle Hídrico.	Apetite: desejo de comer quando doente ou em tratamento. Restabelecer o estado nutricional.
Confusão aguda caracterizada por agitação aumentada relacionada a abstinência.	Controlar ideias delirantes; Manejar alucinações; Orientar para realidade; Controlar medicamentos.	Autocontrole de desordens na percepção, nos processos de pensamento e no conteúdo do pensamento.
Interação social prejudicada relacionada ao processo de pensamento perturbados evidenciado por isolamento.	Favorecer o aumento da socialização e das habilidades sociais; Escutar ativamente; Encaminhar para terapia em grupo.	Comportamentos sociais que promovem relacionamentos eficazes.
Risco de violência relacionado a outros e a si mesmo evidenciado por abuso de substancias e impulsividade.	Manter contenção física, se necessário; Estimular o dialogo em grupo; Manter observação continua no paciente; Manter ambiente seguro.	Manter o bem-estar do paciente, tornando o ambiente seguro para o próprio e os demais pacientes e também profissionais.
Risco para constipação relacionados aos psicofarmacos e confusão mental.	Controle de nutrição; Controle de medicamentos; Estimular ingesta hídrica; Prevenção de uso de drogas.	Ações pessoais para minimizar mudanças adversas percebidas na função física e emocional.
Padrão do sono prejudicado relacionado a agitação noturna.	Prevenção do uso de drogas; Suporte emocional; Melhora do enfrentamento.	Bem-estar pessoal; Restabelecimento do sono.

Fonte: Adaptado do NANDA, NIC e NOC, 2017.

O trabalho com o usuário de drogas tem a ênfase de inclusão social, exige mobilização de vários profissionais no entanto quem tem o maior contato são os enfermeiros e possuem mais habilidades de conhecer os problemas relacionados ao uso de drogas (WANDEKOKEN, 2014). O enfermeiro tem capacidade de identificar logo no primeiro contato, tendo em vista que torna-se de grande relevância os planos de cuidados da enfermagem, enfatizando a intervenção da enfermagem criando então estratégias baseada na recuperação e na reabilitação do dependente, o profissional terá que facilitar o acesso ao serviço para o usuário nos momentos de fragilidade, acolhendo bem e tratado adequadamente (BRANCO,2013). O papel do enfermeiro também está em favorecer um ambiente em que o usuário se sinta livre para expor seus sentimentos, ganhar sua a confiança do mesmo e ter a escuta ativa e aconselhamento (WANDEKOKEN, 2014). O enfermeiro busca um resultado de autocontrole da impulsividade, com uma intervenção de pensar em grupos de apoio, para que o usuário mantenham a abstinência, um espaço dialogado e de aprendizado. O profissional encoraja o paciente a mencionar problemas frequentes e

o enfermeiro pode propor soluções mais viáveis (BRANCO, 2013). Também é de importância para a equipe que o paciente possa ter sua reinserção social de maneira que a estigmatização que a sociedade impõe não afete o paciente em sua vida social e possibilite o mesmo a se reintegrar (BRANCO, 2013). Sendo isso a enfermagem ela entra no processo de melhora de enfrentamento que esse paciente enfrentará, visto que haverá estressores durante seu processo de adaptação, que muitas vezes o desviará para o estressor maior que é o crack, com isso cabe ao profissional da enfermagem trazer medidas que favoreçam seu estado de adaptação, promovendo orientações, percepções de autocuidado, uma certa melhoria para que o mesmo se sinta encorajado de seguir em frente (WANDEKOKEN, 2014). **CONCLUSÃO:** O uso de crack traz impacto devastador no organismo, consequências destes, físicas, neurológicas e psicológicas, também afetando as relações sociais e familiares do mesmo, deixando inexistente o convívio e afeto com parentes e amigos. A atuação da enfermagem é de muita importância para o paciente usuário de Crack, o oferecendo assistência integral por meio de ações, planejadas e elaboradas. A execução se dá através do recebimento do usuário de Crack na instituição o acolhendo e fornecendo as devidas informações e orientações de seu caso clínico, realizando a sistematização de enfermagem para melhor assistência, diariamente fazendo a monitorização do mesmo, em seu leito e administrando medicações prescritas, para sua recuperação e reabilitação do dependente, para reinserção na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANCO, F. M. F. C; SOBRINHO, L. B. J; SOUZA, L. M; et. al. **Atuação da equipe de enfermagem na atenção ao usuário de crack, álcool e outras drogas.** J Health Sci Inst, São Paulo, v.31, n.2, p. 161-5, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 358, de outubro de 2009. **Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes públicos ou privados.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 out. 2009. n. 203, p.179.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas.** Brasília (DF): [s.n.], 2004.

BULECHEK, G. M; BUTCHER, H. K; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das intervenções de enfermagem – NIC.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 944p

CUNHA, Paulo J et al. Alterações neuropsicológicas em dependentes de cocaína/crack internados: dados preliminares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.103-106, jun., 2004.

DIAS, M. A. B. **Políticas públicas para o combate às drogas no Brasil.** Barbacena: UNIPAC, 2012.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. Percepção dos usuários de crack em relação ao uso e tratamento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.140-146,

mar. 2013.

HESS, R. M. M; ALMEIDA, R. M. M; MORAES, L. A; Comorbidades psiquiátricas em dependentes químicos em abstinência em ambiente protegido. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 1, p. 171-178, 2012.

MARQUES, Ana C. P. R; RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo R. et. al. Abuso e dependência: crack. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 58, n.2, p. 141-153, 2012.

MOORHEAD, S; JOHNSON, M; MAAS, M. **Classificação dos resultados de enfermagem – NOC** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 936p.

NANDA - International. Nursing diagnoses: definitions & classification 2012-2014. Philadelphia: Wiley-Blackwell; 2012. 568 p.

WANDEKOKEN, Kallen Dettmann; SIQUEIRA, Marluce Miguel de. Implementation of the Nursing Process to a crack user based on Betty Neuman model. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 62-70, 2014.

SERVIÇO SOCIAL

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CONTEMPORÂNEA: OS IMPACTOS DO TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO NA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO

AUTORAS:

Deriscléia Rodrigues Ramos Nobrega

Josilene Eugenio da Silva

Mariana de Lelis Bezerra Souza

Resumo Este trabalho de pesquisa objetiva compreender os impactos que a reestruturação produtiva trouxe para a sociedade contemporânea, analisando a precarização do trabalho, ressaltando as consequências para os trabalhadores. O estudo proposto constitui parte do nosso projeto de pesquisa (PROIC-UNIFACEX-2017-2018) intitulado “As múltiplas faces da precarização do trabalho: uma análise do SUAS”. Para atingirmos este objetivo realizamos uma pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências os autores: Antunes e Alves (2004), Meszáros (2002) e Chiavenato (1983). As categorias analíticas construídas foram: Reestruturação produtiva, capital, precarização, trabalho, fordismo, taylorismo, toyotismo. O artigo está constituído de duas partes, na primeira realizamos uma breve análise sócio-histórica do Taylorismo/Fordismo e em seguida, desenvolvemos uma abordagem acerca da reestruturação produtiva do capital na modernidade. Finalizando com as considerações finais, observando as perdas referentes os direitos dos trabalhadores, desregulamentados, flexibilizados, de modo a favorecer o capital.

Palavras - chave: Reestruturação Produtiva. Trabalho. Precarização.

INTRODUÇÃO: Com a entrada do capitalismo na sociedade foram introduzidas mudanças no sistema de produção fabril, que acarretaram novos processos de trabalho no meio trabalhista. Essas mudanças foram trazidas pelos métodos taylorista, fordista e toyotista e são fundamentais para compreendermos as mudanças ocorridas no mundo do trabalho até a atualidade. Este trabalho busca compreender os impactos que esses métodos trouxeram para a sociedade contemporânea, analisando a precarização do trabalho, que segundo Alves (2013), desde o contexto do Estado neoliberal, é um elemento próprio das novas transformações sociais. O artigo está constituído de duas partes, na primeira realizamos uma breve análise sócio-histórica do Taylorismo/Fordismo e em seguida, desenvolveremos uma abordagem acerca da reestruturação produtiva do capital na modernidade. Finalizando com as considerações finais. Esta análise é parte constitutiva do nosso projeto de pesquisa intitulado “As múltiplas faces da precarização do trabalho: uma análise do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)”, que foi realizado entre maio a outubro de 2017. **UMA BREVE ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO TAYLORISMO/FORDISMO:** No início do século XX, com o avanço do capitalismo, houve mudanças no sistema de produção. Essas principais mudanças foram no ambiente fabril e foram desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor e Henry Ford. Frederick Winslow Taylor criou um conjunto de métodos para a produção da indústria, esses novos métodos ficaram conhecidos por taylorismo. Para Taylor, o operário tinha de exercer sua função no menor tempo possível e não precisava ter conhecimento de como se chegava ao resultado do produto final.

Observa-se que o taylorismo aprimorou a divisão técnica do trabalho, onde o gerente era o único que tinha conhecimento sobre o processo produtivo, além disso, fiscalizava e cronometrava cada etapa da produção. Outra característica do taylorismo foi à uniformização dos produtos e a execução de atividades simples e repetitivas. Taylor era contra a organização dos operários, o que ocasionou vários movimentos grevistas dos sindicatos daquela época. De acordo com Ribeiro (2015), observa-se que o desejo de Taylor não era o de investigar a qualidade do trabalho em geral, mas sim a adequação do trabalho para as necessidades do capitalismo. Isso fica explícito, pela ideia de prosperidade protegida pelo autor: “em uma palavra, o máximo de prosperidade somente pode existir como o máximo de produção”. Henry Ford, inspirado no método de Taylor, desenvolveu o sistema de organização do trabalho na indústria, chamado de fordismo. A principal característica trazida por Ford para a indústria foi à implantação da linha de montagem, onde o operário era responsável apenas por uma função específica na linha de montagem, no qual esperavam o produto fabricado se deslocar no interior da fábrica por uma esteira. Dessa forma, o ritmo do trabalho dos operários era imposto pelas máquinas. Os operários se especializavam apenas em uma etapa da linha de montagem, repetindo a mesma função em toda a jornada de trabalho, isso causava uma alienação física e psicológica no trabalhador, os mesmos não tinham nenhuma compreensão do processo de produção do automóvel. Segundo Ribeiro (2015, p. 71), “A principal diferença entre o fordismo e o taylorismo é que o fordismo tinha um projeto de hegemonia. Ele não queria apenas dominar a força de trabalho, ele queria conquistar sua adesão”. Esses métodos desenvolvidos por Taylor e Ford tinham os mesmos objetivos: aumentar a produção com o menor espaço de tempo e a ampliação do lucro dos donos dos meios de produção, sem se importar com as condições de trabalho dos operários. Na década de 1980, houve um grande salto tecnológico, em que a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram as fábricas, introduzindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e produção do capital. O fordismo e o taylorismo foram substituídos por outros processos de trabalho (neofordismo, neotaylorismo, pós- fordismo, toyotismo). Surgiram novas formas de trabalho, onde antes predominava o trabalho repetitivo e a produção em massa, foram substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões que buscavam a produtividade e novidades nas formas de adequação da produção para lógica do mercado. Segundo Murray apud Antunes (1995), adicionada ao incremento tecnológico, a divisão do trabalho, poderá possibilitar ao capital uma maior exploração como um maior domínio sobre a força de trabalho. A reestruturação produtiva sendo uma forma própria do capitalismo, superar as suas próprias crises, conserva características que são essenciais para esse modo de produção: é voltado para o crescimento, este crescimento em valores reais se sustenta com exploração do trabalho vivo no universo da produção e o capitalismo tem uma peculiar dinâmica tecnológica e organizacional. O Toyotismo se organiza a partir de um número mínimo de trabalhadores, aumentando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou terceirizados, dependendo do contexto de mercado. O ponto principal é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. Essas transformações, que atualmente se encontram dominante no setor industrial em maior ou menor escala, dependem de inúmeros fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e etc., afetando diretamente a classe trabalhadora e acarretando transformações no mundo do trabalho, como também consolidando o Neoliberalismo, na atualidade. **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NA MODERNIDADE:** Em uma era avassaladora da mundialização do

capital permeando o século XXI, as formas de subemprego, desemprego e um intenso índice nos níveis de exploração, ocasionam na perda dos direitos trabalhistas e na identidade como tal. Considerando esses aspectos, a classe trabalhadora torna-se heterogênea e fragmentada. Diversos autores defendem o fim desta classe, mas Antunes e Alves (2004) debatem uma classe diferenciada na contemporaneidade, porém, não inexistente. Portanto, é uma classe trabalhadora mais complexa do que a industrial, que para entender a mesma é necessário possuir uma noção ampliada de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004). As mutações que ocorrem no mundo do trabalho são consequências da retração do modelo Fordista/Taylorista, reduzindo o proletariado tradicionalmente fabril e industrial, sendo substituído na reestruturação produtiva do capital, acarretada do modelo Toyotista, em que traz em seu âmago a desregulamentação do trabalho e a redução drástica de trabalhadores estáveis, que se organizavam através de empregos formais, sendo "trocados" por uma era tecnológica que menospreza o homem e enaltece a máquina. Este cenário dá lugar a lojas virtuais e altos índices de desemprego, como o aumento do trabalho feminino, em que ocorre em quantidade e não qualidade; expansão do setor de serviços, exclusão dos jovens por não terem a famosa "experiência" e dos idosos, que por muitas vezes fazem parte de países que englobam uma cultura de menosprezo e desvalorização da idade como experiência; expansão do Terceiro Setor, o que indica trabalho voluntariado e precarizado; expansão do trabalho em domicílio, que cria a ilusão de que irá trabalhar menos por ser em "casa", mas acaba por ter uma maior carga-horária e menos direitos trabalhistas. Por fim, a transnacionalização do capital, que se abre as barreiras para o capital estrangeiro, diminuindo as fronteiras, um dos exemplos são as compras efetuadas pela internet, conhecidas como "telemática", em que empresas distantes fazem contato direto com outras. Portanto, para entendermos melhor a transição desses modelos, iremos exemplificar alguns pontos. O Fordismo possuía uma temática de imposição, uma captura objetiva do operário, em que sua conquista era feita apenas por salários, sem nenhum agrado a mais para o operário, já o Toyotismo de forma astuciosa, "busca o consentimento" do trabalhador para que assim, o mesmo possa sentir-se parte da empresa e cooperar ainda mais para o aumento do lucro, como mesmo é colocado pelos autores Antunes e Alves (2004, p.344) "Não basta o corpo do trabalhador, mas a alma". Dessa forma, o "funcionário" tem que doar-se ao máximo pela empresa, e a forma encontrada é atraí-lo por meio de bônus e elogios, o que seria a captura integral da subjetividade operária, sendo uma subsunção de acordo com o capital, salientando que este termo não diz respeito apenas a uma mera "submissão" ou "subordinação", uma vez que se apropria de um conteúdo dialético, mas é algo que necessita ser reiteradamente reconhecido. Corroborando com Coriat e Gounet (1992), Antunes (1995), enfatiza que a produção no toyotismo é voltada e conduzida pela demanda, ao contrário do fordismo onde a produção era em série e de massa. No toyotismo a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, ou seja, a produção se sustenta na existência do estoque mínimo. Desta feita, com a precarização do trabalho, evidenciada pela terceirização, trabalho autônomo, subcontratos, *part-time*, isso acarreta uma Alienação/Estranhamento, em que cada vez mais o trabalhador é desprendido da elaboração, separação e execução das etapas de operacionalização, e isso leva o trabalhador a não compreender o processo de trabalho de maneira totalitária, voltando a um trabalho "especializado" e alienante (fordismo).

Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.348).

Em relação aos direitos dos trabalhadores, estes são desregulamentados, flexibilizados de modo a favorecer o capital do instrumental que seja essencial para adequar-se à sua nova fase. São eliminados e substituídos do mundo da produção direitos e conquistas que foram conquistados historicamente pelos trabalhadores. Diante do que foi citado, aumenta-se o fetichismo moderno em uma busca frenética de consumo, em que as propagandas apelativas levam as pessoas a pensarem que necessitam de um determinado produto, como mesmo é conceituado por Marx em suas diversas obras, as pessoas coisificam as relações humanas, tornando-as passageiras. É uma forma de colocar o consumo acima da humanidade, de minimizar o ser humano e maximizar os objetos, as coisas, como se as mesmas estivessem em um nível superior ou fossem mais importantes que as relações sociais. Essas mudanças dizem respeito ao propósito do capital, como foi exemplificado por Mészáros, “O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (Mészáros, 2002, p. 800). Ele também evidencia as crises cíclicas do capital, que são criadas e fazem parte do mesmo, para que assim aconteça a sua própria autorregulação e seus desdobramentos para o aumento do consumo e lucro, ocasionando na precarização e redução do trabalho regularizado, formal e dotado de direitos a serem cumpridos e executados. **METODOLOGIA:** Para atingirmos o nosso objetivo de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências os autores: Antunes e Alves (2004), Mészáros (2002) e Chiavenato (1983). As categorias analíticas construídas foram: Reestruturação produtiva, capital, precarização, trabalho, fordismo, taylorismo, toyotismo. Estas categorias foram fundamentais para uma compreensão ampliada da abordagem proposta. A metodologia deste trabalho perpassa por uma pesquisa de tipo básica, de natureza quali/quantitativo, tendo como objetivo um breve levantamento teórico, que demanda descrever as transformações ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo. Possuindo como técnica de coleta de dados a revisão de literatura usando os autores referenciados anteriormente, para que desta forma tenha-se uma ampla compreensão do tema abordado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos elementos elencados anteriormente, o estudo revelou por meio de todo o contexto histórico e político, as influências do Taylorismo-fordismo com o sistema neoliberal e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, ante a conjuntura contemporânea. Por meio deste levantamento, entendem-se os reais motivos do sucateamento das condições de trabalho, e o enxugamento da atuação do Estado, privatizando e colocando nas “costas” da sociedade um fardo que não é dela, como trabalho autônomo, informal, terceirizados e precarizado, ocasionando em um desmonte de direitos trabalhistas, conquistados a duras penas, e destruídos a duras golpes. É tomando consciência e entendimento do que se trata essas mutações ocorridas no mundo do trabalho, que o ser humano adquire um senso crítico, apto a ir em busca de remontar esses direitos que tem sido desmontados, não de forma frágil, mas com uma compreensão de que essas mudanças foram construídas historicamente, e não fazem parte apenas das ditas “crises”, pregadas pelos reformistas neoliberais. Por fim,

compreendemos que o tema abordado possui total relação com o que acontece nos dias atuais no Brasil. A exemplo da reforma trabalhista e da Previdência Social que dizem respeito ao que foi citado no decorrer do texto. Demonstrando uma estratégia neoliberal de destruir uma das mais amplas legislações trabalhistas, substituindo o trabalho formal, estável, regulamentado, assalariado, por relações informais, desvalorizando o trabalhador. Além disso, criam instabilidade, trazendo insegurança para estes, fragilizando ainda mais as relações trabalhistas. Trazendo em seu arcabouço altas jornadas de trabalho, baixa remuneração e desvalorização de mão de obra. É importante citar, que as explanações feitas anteriormente acerca da reestruturação do mundo do trabalho são iniciais e precisam ser aprofundadas e discutidas para a obtenção de uma compreensão maior acerca do tema, considerando os diversos contextos sociais, políticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru-SP: Ed. Práxis, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, maio/ago., 2004.

BRASIL ESCOLA. **Taylorismo e Fordismo**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>>. Acesso em: 16 set. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2002.

RIBEIRO. Andressa de Freitas. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. Lutas Sociais, São Paulo, v.19 n.35, p.65-79, jul./dez., 2015.

CAPS CORDEL: CONTANDO NOSSA HISTÓRIA

AUTORES:

Ana Clecia de Souza Marques
Carla Viviane Silva de Souza
Iza Cristina Leal Bezerra
Mariana de Lelis Bezerra Souza
Renaly Dantas Ribeiro

RESUMO: O presente trabalho intitulado: “CAPS Cordel: Contando a nossa história, tem em foco a deficiência mental”, visa analisar a importância da atuação do Assistente Social junto aos sujeitos com transtornos mentais. Trata-se de um projeto que tem a finalidade de proporcionar uma aproximação acerca da realidade vivenciada pelo deficiente mental e o trabalho executado em prol da conquista da autonomia, da emancipação dos indivíduos, da equidade, da integralidade. Teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e a Literatura de Cordel, como ferramenta. O estudo buscou contribuir na luta pela efetivação dos seus direitos e a inserção dos portadores de deficiência mental e seus familiares na vida em sociedade, podendo assim usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos.

Palavras - chave: Deficiência Mental. Assistente Social. Cidadania.

INTRODUÇÃO: Este trabalho apresenta o relato do trabalho executado durante o estágio voluntário no Centro de Atenção Psicossocial Manoel Amaro Freire, localizado na Rua: Prefeito Inácio Henrique, 131 Bairro: Centro São José de Mipibu, realizado no período de março de 2016 a dezembro de 2016. A instituição citada trabalha através de atendimentos e atividades terapêuticas em tratamento a saúde mental, buscando autonomia do sujeito, ressocialização do indivíduo com transtornos mentais e efetivação de seus direitos de conviver em sociedade.

OBJETIVO: Estimular o exercício da autonomia dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS de São José de Mipibu, apresentando a história da instituição e de seus usuários, através da poesia contida no Cordel. **METODOLOGIA:** utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da Literatura de Cordel como ferramenta; onde foram realizados 35 encontros pautados na criação da literatura/poesia, ensaios e apresentação do cordel aos demais usuários e profissionais não envolvidos no processo. Ao total participaram do projeto: (01) Assistente Social, (01) Estagiária/voluntária (11) usuários da instituição. **RESULTADOS:** Foram satisfatórios uma vez que foi notório o reconhecimento da autonomia dos usuários participantes do projeto, reconhecidos através de depoimentos dos envolvidos na realização do cordel, que alegaram iniciação de atividade que até então não praticavam por não se sentirem aptos em virtude de seu transtorno. **CONCLUSÃO:** o projeto possibilitou uma reflexão crítica aos envolvidos no que se refere à busca da autonomia do indivíduo e uma sociedade livre de preconceitos, onde cada um seja aceito com suas diferenças e tenham a oportunidade de se expressarem, seja através da poesia ou não.

REFERÊNCIA

Chaves, M, Kisil M. Origens, concepção e desenvolvimento. In: Almeida M, Feuerwerker L, Llanos M, organizadores. **A educação dos profissionais de saúde na América Latina**: teoria e prática de um movimento de mudança. São Paulo: Hucitec; 1999. p.1-16.

FEUERWERKER, M. Sena R. A construção de novos modelos acadêmicos, de atenção à saúde e de participação social. In: Almeida M, Feuerwerker L, Llanos, organizadores. **A educação dos profissionais de saúde na América Latina**: teoria e prática de um movimento de mudança. São Paulo: Hucitec; 1999. p.47-82.

MENDES, E. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMO SE SENTE O SURDO EM RELAÇÃO AO IMPLANTE COCLEAR

AUTORES:

Adriana Conceição Silva Costa
Ana Clecia de Souza Marques
Carla Viviane Silva de Souza
Iza Cristina Leal Bezerra
Mariana de Lelis Bezerra Souza
Renaly Dantas Ribeiro

RESUMO: O propósito deste trabalho é observar e compreender como o surdo sente-se em relação ao implante coclear. O trabalho tem como objetivo descrever a caracterização do surdo associado à ASNAT, esclarecendo como o mesmo percebe o Implante Coclear. Desta feita, será possível compreender como e porque ocorre essa “resistência” em relação aos implantados. No primeiro momento ocorreu a realização da visita a ASNAT (Associação de Surdos de Natal), com a aplicação das entrevistas por intermédio das cópias dos questionários. Por meio dos dados colhidos, foi proporcionado compreender um pouco desse universo tão particular e heterogêneo, em que mostra-nos o preconceito enfrentado e proporcionado pelos mesmos, evidenciando o porquê da nomenclatura “surdo”, e a aversão ao implante coclear, diante de tanto avanço tecnológico. Por meio da leitura, será possibilitado um maior entendimento sobre essa categoria e seus rebatimentos, colocando em evidência seus avanços e rebatimentos.

Palavras - chave: Implante coclear. Deficiência auditiva. Preconceito.

INTRODUÇÃO: O ouvido biônico (como é conhecido popularmente), ou Implante Coclear constitui-se em um dispositivo eletrônico com o objetivo de substituir as funções das células do ouvido interno que tem surdez profunda, na qual o grau não permite a utilização do aparelho auditivo, sendo um dispositivo implantado através de cirurgia na coclear e na cabeça, com o papel de estimular o nervo auditivo, recriando sensações sonoras (COSTA, 1994). O objetivo desse estudo é descrever a caracterização do surdo associado à ASNAT, esclarecendo como o mesmo percebe o Implante Coclear. Pretende também observar e compreender como o surdo sente-se no que diz respeito ao implante coclear. O trabalho se justifica pela necessidade de descrever a caracterização do surdo associado à ASNAT, explicando como o mesmo sente-se em relação ao Implante Coclear, já que, muitas vezes, eles proporcionam um preconceito contra as pessoas implantadas, o que vai de embate com o preconceito que eles tanto enfrentam contra a pessoa surda. Desta feita, será possível compreender como e porque ocorre essa “resistência” em relação aos implantados. O surgimento da análise partiu do estágio supervisionado I e II em Serviço Social na Clínica Otomed, que é ligada ao Hospital do Coração (HC), com cunho particular, prestando atendimento a pacientes que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando o atendimento a qualquer problema que se relacione ao sistema auditivo, utilizando como referencial teórico: O Código de Ética (BRASIL, 1993), que traz os direitos e deveres do (a) assistente social, a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (BRASIL, 1993), que elenca as atribuições e competências, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFEES, 2009), que evidencia quanto às atividades desempenhadas pelo

serviço social na saúde e o livro O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional (IAMAMOTO, 2005) que auxilia no entendimento quanto à profissão na contemporaneidade com seus embates e avanços. **BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO BRASIL:** No final da década de 1970, iniciam-se as primeiras manifestações do movimento da pessoa com deficiência, sendo que antes deste período os mesmos eram considerados pessoas invisíveis para a sociedade, “inválidos”, “incapacitados”, boa parte viviam institucionalizados em abrigos ou retraídos ao âmbito familiar, sendo sujeitos merecedores de caridade e não cidadania, tendo como instituições da época o Instituto Benjamim Constant, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos e tantos outros, apesar de possuírem um cunho assistencialista e não inclusivo, retirando da sociedade aquilo que ela não conseguia proporcionar a essas pessoas. Um dos marcos para as pessoas com deficiência e consequentemente o deficiente auditivo foi a abertura política, ocorrida nos meados de 1980, tendo como marco o ano de 1981, considerado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, ocorrendo também o II Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, ocorrido em Recife/PE, dentre outras conquistas políticas e sociais. Mesmo com esses avanços e movimentos sociais, a pessoa com deficiência auditiva, continha dificuldades para integrar-se aos movimentos, em consequência de meios de comunicação escassos, não conseguindo interagir de forma satisfatória, ocorrendo um avanço significativo quanto a isso com o reconhecimento da Libras como língua oficial no Brasil em 2002. Uma das grandes conquistas alcançada na saúde auditiva foi a promoção da lei federal Nº 12.303/ 2010 que torna obrigatório a realização de exames, emissões otoacústicas evocadas, teste da orelhinha, tudo de forma gratuita, em toda rede de atendimento do SUS, hospitais e maternidades, nas crianças nascidas, para que assim possa ser diagnosticado com antecedência algum tipo de problema que venha a evoluir. (CORREIA, et al, 2014). A Perda de Surdez Leve apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis, impedindo que o a pessoa perceba igualmente todos ou voz fraca ou distante não é ouvida. Já à surdez de perda moderada é entre quarenta e setenta decibéis, limitando-se no nível de percepção da palavra, sendo necessária certa intensidade na voz para que seja convenientemente percebida. A Surdez Severa apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Permitindo que seja identificado alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, chegando até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. E por fim a Surdez Profunda apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. Possuindo gravidade tal, que priva a pessoa das informações auditivas necessárias para identificar e perceber a voz humana, o que impede de adquirir de forma natural à linguagem oral. Para isso, além do implante coclear, existe também a Lei 10.436/02 que legitima oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua e o Decreto 5626/05 que regulamenta a referida lei, e garante o ensino da mesma nos cursos de formação de professores cooperando para que as Instituições de Ensino Superior (IES) implantem a disciplina de Libras, obrigatoriamente, na matriz curricular dos cursos de licenciaturas (LEMOS, et al, 2012). Sendo assim, por meio da referida Lei, o deficiente auditivo estabeleceu mais uma conquista com o reconhecimento da Libras como 2º língua oficial no Brasil, como também sua obrigatoriedade em algumas instituições, mas ainda se tem muito o que avançar, pois em alguns casos não ocorre uma real efetivação da mesma. **METODOLOGIA:** Para termos uma maior noção do que se trata esse projeto, é necessário o conhecimento do que é a deficiência auditiva, seus rebatimentos, e como é feito Implante Coclear, para isso, nos baseamos em Costa (1994) que afirma que o implante Coclear ou ouvido

biônico (como é conhecido popularmente), consiste em um dispositivo eletrônico com o objetivo de substituir as funções das células do ouvido interno que tem surdez profunda, na qual o grau não permite a utilização do aparelho auditivo, sendo um dispositivo implantado através de cirurgia na coclear e na cabeça, com o papel de estimular o nervo auditivo, recriando sensações sonoras (COSTA, 1994): Dessa forma, para entender e compreender a pesquisa, foi necessário conhecer o ambiente ao quais os surdos se reúnem e se socializam que foi permitido através de uma visita institucional a Associação de Surdos de Natal (ASNAT), localizada no bairro de Cidade Alta, Avenida Largo Junqueira Aires, Nº 536, Natal - RN, a história dos surdos e seus rebatimentos, e como é feito o implante coclear. Sem deixar de citar que se achou de suma importância entender quais as opiniões e concepções do surdo em relação ao implante coclear, em que identificou-se as propostas e os desafios desse tipo de tratamento na perspectiva dos surdos. Na primeira etapa, ocorreu à realização da visita a ASNAT (Associação de Surdos de Natal), que proporcionou a efetivação das entrevistas com aplicação de questionários quantitativos contendo perguntas fechadas. Para isso, foi significativa a análise documental e bibliográfica para se ter um maior domínio do assunto estudado. Na segunda etapa, os dados colhidos na entrevista por meio das cópias do questionário foram analisados e figurados por meio de amostragem utilizando gráficos, exemplificando as opiniões dos entrevistados quanto ao tema proposto, e confrontando-as ao objetivo da pesquisa ação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Diante do que se evidenciou na proposta de pesquisa, ocorreu entre o dia 20 de Março ao dia 24 de Maio de 2017 a aplicação dos questionários por intermédio de entrevistas com os “surdos” da ASNAT. Dessa forma, das 20 pessoas entrevistadas, 11 se auto declaram mulheres e 9 homens, 8 pessoas se alto declararam brancos, nenhum amarelo ou indígena, 9 são pardos e 3 preto. Já relacionado ao preconceito ocasionado pela sociedade em consequência da surdez, 11 pessoas responderam que sofriam e 9 que não sofriam, evidenciando que por muitas vezes o preconceito vem por parte de familiares. Em relação a como o entrevistado se sente por ser surdo, 13 responderam que sim e que a surdez não era uma deficiência, mas uma dádiva, 3 pessoas se sentem mal e 3 indiferentes. No que diz respeito à descoberta da surdez, 14 sentem-se diferentes, 1 acha ruim (ou “mal” como eles possuem uma maior interpretação com esta palavra) e 5 são indiferentes em relação ao assunto. Com um significativo percentual, de acordo com as 20 entrevistas realizadas e a porcentagem usada, cerca de mais da metade se recusam a possibilidade de um dia fazer o implante coclear ou acham-se indiferentes em relação a esse assunto, assumindo um número de 70% de pessoas que não fariam 10% indiferentes e 20% que desejariam a utilização deste item. Sendo assim se somarmos os indiferentes e os que não desejariam fazer, sairia uma média de 80%, e isso ocorre em virtude deles possuírem uma compreensão de que o surdo deve aceitar a surdez, e com o implante a pessoa aos poucos começaria a ouvir e consequentemente falar, o que ocasionaria a essa categoria não identificá-lo mais como um surdo. Diante dos dados, podemos perceber algumas particularidades, como as pessoas que são associadas à ASNAT, não se autodeclaram como pessoa com deficiência e sim “surdas”, pois afirmam que possuem uma língua própria que é a libras, e conseguem emitir alguns sons. Por essas razões, a maioria dessas pessoas é contra o implante coclear, pois evidenciam que isto “exterminaria” os ditos surdos. E para confrontar ainda mais essa ideia de que o implante seria um “extermínio”, dos 20 questionários 3% acham que isto seria um preconceito com os surdos, 14% evidenciam que o uso seria desnecessário pois, a surdez deve ser aceita, já 1% acha que isto seria uma

maneira de exterminar essa categoria e 2% (que são implantados) explanaram que o implante é excelente pois auxilia na comunicação com a sociedade e proporciona o prazer de ouvir. No que diz respeito ao relacionamento dos surdos com as pessoas implantadas, cerca de 12% declaram possuir uma boa convivência, 1% revelam que preferem não possuir contato por achar que isto a utilização do implante é errado/incorreto, e 7% não possuem nenhum tipo de contato. Diante do exposto, essa categoria nomeada “surda”, falou das suas carências e anseios relacionados à sociedade, reclamando quanto à libras não fazer parte da base curricular brasileira para o ensino fundamental e que sofrem em relação à maioria das escolas não disponibilizarem um intérprete, o que impossibilita a sua plena inserção como cidadãos de direitos na sociedade. Apesar de todos esses rebatimentos, e dessa categoria como foi citado anteriormente, não achar o uso do termo “deficiente auditivo”, coerente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, elenca a deficiência da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Sendo assim, devemos respeitar a opinião, e nos direcionarmos, aos deficientes auditivos que não são adeptos ao Implante Coclear, como surdos, pois essas pessoas associadas a ASNAT, alegam que não são deficientes, pois afirmam que possuem uma língua própria que é libras, e conseguem emitir alguns sons. Por essas razões, a maioria dessas pessoas é contra o implante coclear, pois evidenciam que isto “exterminaria” os ditos surdos. Salientando que a maneira correta é “pessoa com deficiência auditiva”. Nas entrevistas através dos questionários, eles reclamam quanto à libras não fazer parte da base curricular brasileira para o ensino fundamental e que sofrem em relação à maioria das escolas não disponibilizarem um intérprete, o que impossibilita a sua plena inserção como cidadãos de direitos na sociedade. **CONCLUSÃO:** A experiência mostrou que não são os surdos que se excluem da sociedade, mas a sociedade que vem excluindo-os, na medida em que não está preparada para interagir com eles. As escolas e os serviços de saúde, de um modo geral, não estão aptos a recebê-los. Em alguns casos, as próprias famílias têm dificuldades de lidar com seus parentes surdos, e por vezes, reproduzem os preconceitos presentes no senso comum, com comentários como: mudinho, é “doido” (associando a deficiência física à deficiência mental e abordando ambas de forma pejorativa e preconceituosa), “esse menino não para quieto, você deve consultá-lo, pois ele tem hiperatividade”, dentre outros ditos que são considerados excludentes e preconceituosos. Desse modo, considerando que a cidadania, na contemporaneidade, exige não somente contemplar os direitos civis, políticos e sociais, mas também o direito à diferença se faz imprescindível à ação do Estado na garantia de políticas públicas que contribuam para a superação dos preconceitos, atuando na perspectiva da equidade, consolidando uma cultura de cidadania plena.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12303.htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 07 out. 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o debate. In: _____ **Serviço Social e Saúde Formação e trabalho profissional**. Ana Elizabete Mota, et. al. (orgs.). São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

CORREIA, Rafaela Bezerra Façanha et al. **Análise da Produção Científica sobre Saúde Auditiva no Brasil em Quatro Periódicos Seleccionados**. S A N A R E, Sobral, v.13, n.1, p.99, jan./jun. – 2014.

COSTA, M. da P.R da: **O Deficiente auditivo**. São Carlos: EDU FSCar. 1994.

LE MOS, Andréa Michiles ; CHAVES, Ernando Pinheiro. **A Disciplina de Libras no Ensino Superior**: da Proposição à Prática de Ensino como Segunda Língua. Junqueira & Marin Editores, Livro 2, Campinas, 2012, p.2285.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE PONTA DO TUBARÃO/RN: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Adriana Conceição Silva Costa
Ana Clecia de Souza Marques
Carla Viviane Silva de Souza
Mariana de Lelis Bezerra Souza
Renaly Dantas Ribeiro

RESUMO: A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual - RDS foi um processo burocrático, mas os moradores conseguiram por meio de uma reunião com o CONEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), que é um órgão estadual - que se reúne a cada 2 (dois) meses para analisarem projetos de meio ambiente para o Estado. Com isso foi elaborado o projeto de lei, que reuniu mais de 100 pessoas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, no entanto, só uma pode entrar para assistir o momento em que a governadora Vilma de Faria 30 de Abril de 2003 assinou o projeto de lei no encontro ecológico. Assim, foi feita uma visita ao distrito de Diogo Lopes, na RDS, pertencente a Macau/RN, que teve como finalidade analisar o equilíbrio existente na comunidade entre sustentabilidade e a economia solidária. A metodologia desse trabalho perpassa por uma pesquisa-ação que irá amparar a construção desse relato de experiência, onde sabendo-se que este consiste numa modalidade de investigação científica, em que há a demonstração de uma experiência prática para maior compreensão e fundamentação de uma teoria. Foram evidenciados através da palestra os malefícios trazidos pela construção do parque eólico, em que ele privatiza as áreas e a população fica impedida de passar, visualmente polui, visa apenas o seu lucro e a geração de empregos são temporários, pois os contratos ficam em vigor apenas no processo de instalação e poucos continuaram como vigias. A experiência mostrou as formas de preservação que a população dos distritos citados tem utilizado e o seu compromisso em promover um ambiente sustentável, consistindo na busca de atender às necessidades da geração vigente, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem os seus próprios anseios.

Palavras - chave: Sustentabilidade. Meio ambiente. Educação popular.

INTRODUÇÃO: A aula de campo com a realização da visita a Reserva Ponta do Tubarão realizada no dia 20 de Maio de 2017 com saída de Natal/RN às 7 horas, buscou retratar e ter ciência da realidade ambiental, observando como eles preservam buscando a sustentabilidade que evidencia os meios de sobrevivência, cultural e social das pessoas que ali habitam, foi feita uma visita ao distrito de Diogo Lopes, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual- RDS, pertencente a Macau/RN, que teve como finalidade analisar o equilíbrio existente na comunidade entre sustentabilidade e economia solidária. Por intermédio da trilha, apreendemos sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, e a disputa por nutrientes naturais que ocorrem entre os manguezais e as dunas, percebendo também a exploração humana que existe naquele local, através da visita foi possível conhecer e descrever por meio de trilhas, palestras e passeios às práticas sustentáveis que existem neste lugar. Nesse momento, foi evidenciada que boa

parte da economia vem da pesca, o que previne ou diminui os impactos da seca. Na palestra, foi proporcionado conhecer e entender a história sobre o nome e surgimento da reserva, sem deixar de citar o passeio de barco em que foi explicitado como a comunidade utiliza-se de práticas sustentáveis. Com o passar do relato será possível ter uma maior ciência dos embates colocados em questão sobre esse ambiente maravilhoso e cheio de particularidades, percebendo a vinculação que existe e o interesse da comunidade com a utilização da educação popular junto ao meio ambiente, sendo assim, junto com o trabalho será proporcionado entendermos as características desse lugar. Isso posto, este trabalho de pesquisa tem como objetivo retratar a experiência vivenciada pela comunidade Ponta do Tubarão, evidenciando as práticas sustentáveis e o desenvolvimento econômico através da economia solidária. Mostrando as possibilidades e dificuldades enfrentadas pelos habitantes para manter essas práticas diante dos avanços tecnológicos e o advento das empresas. A justificativa desse relato de experiência é compreender como é possível utilizar hábitos sustentáveis, e conseguir um desenvolvimento econômico viável para subsistência da população, dentro de um sistema econômico capitalista. A metodologia desse trabalho de pesquisa perpassa por uma pesquisa-ação que irá amparar a construção desse relato de experiência, sabendo-se que este consiste numa modalidade de investigação científica, em que há a demonstração de uma experiência prática para maior compreensão e fundamentação de uma teoria.

RELATOS DA VIDA NA COMUNIDADE LOCAL: Em relação à economia desses distritos, boa parte vem do pescador artesanal, com predominância das espécies de sardinha, peixe voador em que o atravessador é responsável pela compra dos peixes, fica com uma margem de lucro superior a de quem vive da pesca, pois se o pescador vende a sardinha a R\$0,50, o comprador repassar por em média R\$3,00. Um dos fatos explicados no decorrer da trilha sobre essa profissão é a resistência e consequências desse labor que é tão árduo e necessário. O pescador passa em média 5 (cinco) dias em alto mar (o peixe saltador fica na plataforma continental, o que exige um deslocamento maior) e na maioria dos barcos o local de descanso fica próximo ao motor, o que trás um barulho desconfortável, sem deixar de citar a reflexão do sol que é mais intensa quando bate na água, evidenciando um câncer de pele e problemas de visão, outro fato é que se esses profissionais vêm a óbito no percurso da viagem, a família só terá notícias no 6 (sexto). O que ocasiona, em uma profissão sem continuidade, que os pais não querem passar para os filhos, sendo uma expressão da questão social onde ocorre o desprovimento da maior fonte de sobrevivência e renda das famílias, sendo uma das causas, a desvalorização do pescador e seu produto, pois se eles aumentarem o preço, o atravessador não compra, e as doenças que adquirem em consequência da exposição, sendo proposto a seguir essa “tradição” as pessoas que estão à “margem” (excluídos), da sociedade, muitas vezes sendo uma proposta como um castigo, por exemplo: “você não quer estudar, então vai pescar ou não arranhou emprego, vai me ajudar na pesca”. Apesar dos 6 (seis) anos de seca no Nordeste brasileiro e todo o contexto de pobreza que a comunidade tem passado, as famílias conseguem proverem seu sustento e não passam fome. É exemplificado que o mangue é um ecossistema relativamente frágil, pois qualquer energia degrada-o facilmente, pois o seu solo é composto por “lama” (solo argiloso) e as partículas de areia são muito pequenas, o que faz com que o vento trabalhe constantemente contra ele, ocorrendo uma disputa de nutrientes entre o mangue com as dunas que por possuírem um solo com dimensionamento maior, acabam prevalecendo aterrando os manguezais. Existem alguns tipos de mangue na região, mas o que prevalece é o popularmente chamado

de mangue “preto” em consequência da cor da sua raiz por ter um tom escuro, que cientificamente é conhecido pelo nome *avicennia schaueriana*, levando em consideração que quanto mais preto, mais rico em matéria orgânica. Este é identificado por possuir a raiz com certa circulação (ela cresce para os lados, para depois ir para cima, não é na forma de “U”) e também por causa dos pneumatóforos (raízes respiratórias), que são pontudos e crescem no sentido para o alto como se fosse um pico, e isso acontece em decorrência da troca gasosa tanto pelo caule, folha ou raiz, em razão de o solo ser muito ácido e quando a maré está enchendo, é esse o espaço que a planta encontra para respirar, elevar a raiz para o alto. Sendo um berçário natural, em virtude de comportar diversos organismos e seres vivos por metro quadrado, contando com adaptações dos mesmos, como o caranguejo que tem a cor branca para se camuflar na areia e as plantas que se ajustam à água salgada. Já as dunas possuem pouca matéria orgânica. Esse biossistema apresenta a resiliência, que consiste na capacidade de se regenerar mesmo com um processo que venha trazer deploração, como é o caso do aterramento das dunas sobre o mangue. Um dos fatos evidenciados em relação à depredação da ambiência são as redes de arrastos utilizadas por alguns pescadores e industriais que se alocam nestes distritos. Esse tipo de utensílio usado na pesca acaba retirando do mar tanto os peixes de um maior porte que possuem um equivalente valor econômico, quanto o de menor, em que muitas vezes é descartado, o que acarreta na diminuição de certas espécies e uma possível extinção. Diante de todo o exposto, os moradores resolveram substituir a APA em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois a APA não poderia ser aproveitada (atividades restritas, que a comunidade teria que sair), e as pessoas da comunidade sobreviviam da utilização dos recursos. Sendo assim, a RDS, poderia ser aproveitada de maneira sustentável, não causando uma exuberante exploração do ambiente, as reuniões eram e são feitas de forma dinâmica, com palestras, danças e participação dos cidadãos. **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RDS:** A criação da RDS foi um processo burocrático, mas os moradores conseguiram por meio de uma reunião com o CONEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), que é um órgão estadual - que se reúne a cada 2 (dois) meses para analisarem projetos de meio ambiente para o estado. Com isso foi elaborado o projeto de lei, que reuniu mais de 100 pessoas na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, mas só uma pode entrar para assistir o momento em que a governadora Vilma de Faria 30 de Abril de 2003 assinou o projeto de lei no encontro ecológico. Dia 18 de Julho de 2003, em média 120 moradores foram para a Assembleia para poder ser aprovado ou não. Mas, esses cidadãos eram pescadores (as) e em consequência das vestimentas ficaram impedidos de entrar, mas não se deram por satisfeitos e compraram calças masculinas e femininas para poderem participar e se juntaram para levarem os cartazes (pois era proibido expor dentro da assembleia) e com isso os deputados se enfureceram, mas a imprensa já a postos, em 18 de julho de 2003 foi aprovado por meio da Lei Estadual nº 8.349 a implantação da RDS. Em meio à reserva, existe salinas, a usina petroquímica Clara Camarão, media de 19 plataformas de petróleo, com isso foi feito um recorte do território. **METODOLOGIA:** A aula de campo com a realização da visita a Reserva Ponta do Tubarão foi realizada no dia 20 de Maio de 2017 com saída de Natal/RN, às 7 horas da manhã, localizado no distrito Diogo Lopes e Barreiras pertencentes à cidade de Macau/RN, iniciou com uma Trilha dos Olheiros (que possui essa nomenclatura em consequência de lagunas que tem conexão com corpo de água fora do mar), percorrida próximo aos manguezais da comunidade Oco da Cobra (uma das diversas comunidades pertencentes a

Barreiras), que levou esse nome em consequência do protetor da região ser o Santo Bento, que é o protetor contra as cobras, e segundo moradores (evidenciado pelo guia Felipe) tinha muitas cobras. Já o nome Barreiras, foi colocado em virtude de existirem muitas falésias (Costa com rochas íngremes batidas pelo mar) que anteriormente foram barreiras, que em consequência da erosão do solo formaram desníveis. Essas regiões possuem em média um total de 7000 mil habitantes. No decorrer da trilha, notam-se algumas áreas com lixo, em que o guia elenca que o mesmo não é trazido pelo povoado e sim por pessoas que vem de outras localidades, pois a educação ambiental na área é presente. Sendo assim, foi feito um levantamento teórico e metodológico sobre a história percorrida em busca de um equilíbrio entre sustentabilidade e economia, por intermédio de palestras e visita técnica a RDS de Diogo Lopes. **RESULTADOS:** Foram evidenciados através da palestra os malefícios trazidos pela construção do parque eólico, em que ele privatiza as áreas e a população fica impedida de passar, visualmente polui, visa apenas o seu lucro e a geração de empregos são temporários, pois os contratos ficam em vigor apenas no processo de instalação e poucos continuaram como vigias. O palestrante exemplifica, que no período antes das instalações foi feita uma reunião com o conselho gestor, para que assim de acordo com as 10 condições propostas pudessem ser iniciadas as instalações, mas isso não foi executado e muitos moradores (agricultores) se sentiram atraídos pelo arrendamento das terras, que consistiam no pagamento de uma faixa de R\$5000 durante 20 anos. O propósito da energia era ser transmitida para o centro-oeste, mas essas linhas de transmissão ainda não foram instaladas, o que impossibilita a geração de energia e prejudica a reserva, não trazendo nenhum ganho para os cidadãos. O conselho gestor é formado por 19 instituições, em que 07 são governamentais e 12 não governamentais (10 ONGs que atua na RDS). A reserva recebe o nome ponta do tubarão, por seus traços geográficos assemelhar-se com a barbatana de um tubarão. Após a criação da reserva, foram instalados locais onde ocorreu capacitação /especialização para professores, regata de veleiros e corrida de barco para valorizar a atividade cultural. O turismo é feito através do Centro de Negócios Nosso Barco, que foi construído a partir de um projeto social da Petrobrás de desenvolvimento e cidadania em 2012, com a ideia de gerar renda para comunidade e capacita-los. Esse centro funciona da seguinte forma: é feito o contato com o centro e conseguinte as pessoas são alocadas em casas da região que às vezes são pousadas, chamado também de turismo de base comunitária por distribuir a renda como uma economia solidaria em que tudo é a nível local. O passeio de barco foi vantajoso, pois conhecemos o mar daquela região e que foram dadas algumas explicações de preservação, como o tipo da rede de pesca utilizada, que não poderia ser a rede de “arrasto”, uma vez que prejudica o ecossistema dado que pesca tanto os peixes de interesse econômico, quanto os que seriam descartados. Portanto, os resultados, foram de grande relevância para um apoderamento teórico e prático sobre como preservar e recriar em comunidade buscando uma economia que advenha de um bem comum. **CONCLUSÃO:** A experiência mostrou as formas de preservação que a população dos distritos citados tem utilizado e o seu compromisso em promover um ambiente sustentável, consistindo na busca de atender às necessidades da geração vigente, sem prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem os seus próprios anseios. é isso que acontece nas regiões de Barreiras e Diogo Lopes, eles procuram meios que não venha a denegrir o meio em que vivem, como: protegerem a reserva de ameaças industriais que visem só o econômico, utilizarem redes de pesca que não venha prejudicar o

ecossistema com a extinção de algumas espécies de peixes, diminuição ou descartes deles. Outro fator importante é a utilização da “economia solidária”, que tem como objetivo proporcionar o lucro a todos e não centraliza-lo, como por exemplo, os restaurantes, que quando recebem a visita de turistas, a quantidade de pessoas é dividida entre os restaurantes que fazem parte do local. E todo esse vigor em defender o território ao qual fazem parte “gerou frutos”, como a criação da RDS e os interesses de projetos ambientais na região. Com isso, o trabalho aperfeiçoou ainda mais as noções sobre a educação ambiental junto à educação popular, em que tivemos a oportunidade de vincular a teoria com a prática e perceber que a sustentabilidade é possível ainda que tenha um crescimento econômico “tímido”. Portanto a visita foi de grande relevância para o aperfeiçoamento acadêmico e intelectual.

REFERÊNCIAS

DUPAS, Gilberto (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: UNESP, 2008.

FURTADO, João (org.) **Globalização das cadeias produtivas do Brasil**. São Carlos: Edufscar e FAPESP, 2003.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Christian Luiz (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2009.

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS

AUTORES:

Isadora Rodrigues de Moura

Nagila Weslyene Siqueira Duarte

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender a violência estrutural vivenciada por crianças e adolescentes na cidade do Natal-RN. O estudo é resultado da investigação realizada no programa de iniciação científica PROIC, realizada no Curso de Serviço Social, Centro Universitário FACEX-UNIFACEX. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O artigo está constituído no embasamento teórico de categorias analíticas como: criança, adolescente, violência, direitos e finalizamos com os resultados e discussões da referida pesquisa.

Palavras - chave: Mapeamento social. Bolsistas. Inclusão. Criança e adolescente. Violência.

INTRODUÇÃO: O presente artigo trata do processo estrutural da violência contra a criança e o adolescente e seus reflexos na contemporaneidade. A violência estrutural é uma violação que desencadeia tantas outras, enquanto violência naturalizada devido a sua complexidade que para sua compreensão é necessário o aprofundamento teórico, pois se expressa através de um contexto histórico e cultural. Os sujeitos que sofrem a violência estrutural são vítimas de uma exclusão que os torna ainda mais vulneráveis. A inserção da violência estrutural na temática sobre as agressões contra a criança e o adolescente deve-se ao fato de que traz mais possibilidades de aprofundamento e esclarecimento sobre a violação dos direitos desses sujeitos. Assim como aponta Faleiros (2001) os direitos humanos fundamentais da criança e do adolescente estão bem definidos em declarações universais, acordos internacionais e legislações nacionais, mas o que se encontra na prática é que esses direitos estão longe de ser garantidos, pois grande parte das crianças e dos adolescentes sofre a violência estrutural, institucional, comercial e doméstica sofrendo de uma grave violação de seus direitos sociais e individuais em um processo de desenvolvimento.

METODOLOGIA: Esse trabalho será realizado a partir de um estudo documental e bibliográfico, sobre o processo estrutural da violência contra a criança e o adolescente e seus reflexos na contemporaneidade. Ao realizar esse estudo através desse processo metodológico garantir maior veracidade a pesquisa para melhor compreensão de forma crítica e aprofundada sobre essa expressão da questão social. **FUNDAMENTO TEÓRICO:** Segundo Mynaio [...] a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. Ao nos trazer essas características relacionadas a violência contra a criança e o adolescente

Minayo leva a reflexão sobre a violência que independente de onde vem é uma relação de poder em que existe uma relação de forças com poderes desiguais, de conhecimento, maturidade, força e recursos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Obtendo como resultado e discussão a dimensão histórica da violência contra os jovens no intuito de desmistificar a cultura adultocêntrica; explicitar os tipos de violência, investigando os tipos de agressores e as vítimas, enfatizando a violência estrutural que traz a sociedade o agravamento e a manutenção destas, pela sua complexidade e coerção; identificar as consequências da violência contra as crianças e os adolescentes na contemporaneidade. Observa-se que, a vítima da agressão necessita de atendimento especializado para superar essa violência sofrida, pois as sequelas são, em sua maioria, em nível psíquico e relacional. No atendimento, ela deve encontrar um espaço onde sua palavra, sua voz, seja reconhecida e legitimada. Percebe-se que o profissional deve estar preparado para essa escuta e observação, não deixando que seus fantasmas, preconceitos e juízo de valor sejam projetados em sua avaliação. Uma palavra pode esconder outras ou até mesmo esconder o silêncio e a cumplicidade da vítima com o agressor, dependendo do tipo de relação existente entre os dois e do abuso sofrido. A revisão de literatura mostra que a fala da criança sobre o abuso sexual, ainda carregada de fantasias, fabulações e mitos, indica a necessidade de uma intervenção junto à vítima e traz indícios de violência real sofrida ou de situações que podem propor futuros abusos. Os relatos são importantes porque, muitas vezes, os agressores se utilizam de vários subterfúgios para chantagear as crianças e os adolescentes e se dedicam em conseguir seduzir a vítima. Observa-se um estado de dominação de um sujeito sobre outro. Geralmente materializada contra pessoas que estão em desvantagem física, emocional e social, a violência é tratada como fenômeno antigo, resultado de situações construídas de forma desigual. Historicamente, ela vem sendo denunciada no aspecto doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos de ambos os sexos, sendo que as pesquisas têm mostrado que a incidência é maior entre as meninas e as mulheres – por isso, a questão de gênero ser entendida como uma definição importante nessa investigação. **CONCLUSÃO:** Como acadêmicos e futuros assistentes sociais, diante de todo o estudo que está sendo realizado podemos pensar na construção de políticas públicas voltadas aos jovens que perpassam pelos diversos tipos de violência, ressaltando a necessidade dessa pesquisa, por se tratar de um grupo em desenvolvimento em situação de vulnerabilidade, lembrando que o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2000, p. 13).

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na Contemporaneidade:** processo de trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Coleção educação para todos, 2008.

PORTAL MEC, **Estatuto da Criança e do adolescente**, Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf. Acesso em: 27 jul.
2017.

PARTICIPASUS: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE EM NATAL/RN

AUTORES:

Ana Cristina Bezerra Rodrigues Gomes

Iza Cristina Leal Bezerra

Josymara Faustino

Rosângela de Oliveira Siqueira

RESUMO: Este trabalho apresenta o relato de uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do controle social na política pública de saúde, em Natal/RN. Seu objetivo geral consiste em analisar a participação da população em Natal/RN, de suas entidades representativas, da sociedade civil organizada, no que diz respeito à efetivação do Sistema Único de Saúde. O controle social, aqui entendido enquanto a participação da sociedade civil nas políticas públicas, é um tema caro ao Sistema Único de Saúde, uma vez que este se constituiu a partir do ideário da reforma sanitária brasileira. Somente na Constituição Federal de 1988, a saúde assume o status de política pública de seguridade social. Assegurá-la desse modo tem sido um desafio, em tempos de neoliberalismo e de desconstrução intensa dos direitos sociais. Nesse contexto, a participação popular seria elemento estratégico para qualificar a política de saúde, efetivando as instâncias de controle social – as conferências e os conselhos de saúde, como espaços legítimos de interferência da sociedade nas decisões do Estado, contribuindo para o aprofundamento da democracia.

Palavras - chave: SUS. Controle Social. Participação.

INTRODUÇÃO: A história das políticas de saúde no Brasil remonta às práticas assistenciais filantrópicas, especialmente vinculadas à Igreja Católica, através das Santas Casas de Misericórdia; ou associadas à lógica do seguro social, onde o trabalhador urbano fazia jus ao direito à assistência médica mediante prévia contribuição ao sistema previdenciário. Segundo Bravo (2009), já na década de 1960, em pleno governo militar, há um privilegiamento de um modelo de saúde baseado na iniciativa privada, em detrimento da garantia de assistência à saúde da população em geral. Registre-se que nesse período histórico, o Brasil era considerado um país capitalista de terceiro mundo, o que significava não apenas um baixo grau de desenvolvimento econômico, mas também um relevante atraso social, com altos índices de desigualdade social e pobreza, de modo que a maior parte da população não tinha acesso aos serviços de saúde. Em meados dos anos 70, emergiu o Movimento Popular de Saúde, reunindo diversos atores sociais, desde gestores de serviços de saúde, profissionais da área, professores universitários, especialmente os da área de saúde e população em geral, que passaram a defender a assunção, por parte do Estado, da saúde como direito universal. Mais que isso, esse movimento lutava pela realização de uma reforma sanitária no país, que buscasse rever os modelos assistenciais, a formação dos profissionais de saúde e a democratização da saúde. Um marco histórico dessa luta pela reforma sanitária, sem dúvida, é a VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, onde quase cinco mil pessoas discutiram essas e outras reivindicações, forçando o Estado a colocar na agenda pública a construção de mudanças radicais na saúde brasileira. O

ápice dessas lutas vem com o reconhecimento, na Constituição Federal de 1988, da saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, alcançando então o status de política pública de seguridade social. Em 1990, foram publicadas as leis n.º 8.080 e 8.142, que constituem a Lei Orgânica da Saúde _ LOS _, sendo que a primeira regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e a segunda dispõe sobre a participação da sociedade, ambas dispondo sobre outras providências acerca da saúde. Desse modo, entende-se que o controle social, aqui compreendido como essa possibilidade (direito) da sociedade participar das decisões sobre a saúde nas três esferas de governo, é um conceito caro ao sistema de saúde, e através dele a população de fato pode interferir no direcionamento da política pública, democratizando as práticas de gestão e atenção em saúde no país. As políticas públicas brasileiras historicamente possuíram uma conotação inversa: o Estado controlando a população. Em Mannheim (1971, p. 178), o uso da expressão controle social está relacionado a estabelecer os mecanismos utilizados para assegurar a manutenção da ordem social, produzindo disciplina e submissão por parte dos indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Segundo o referido autor, umas das principais ferramentas para esse controle social é a educação, pois através dela é possível formar e condicionar pensamentos, conceitos e atitudes. De fato, a educação é ferramenta eficaz para formar opinião. Mas, como Freire (1999) chama a atenção, ela tanto pode contribuir para a opressão da classe trabalhadora, quanto pode contribuir para sua emancipação. É exatamente nessa perspectiva que abordamos tanto a educação, quanto o controle social. No âmbito da política de saúde brasileira, os dispositivos para a participação popular são, principalmente, as Conferências (periódicas e de cunho consultivo) e os Conselhos de Saúde (de caráter permanente e deliberativo). É importante frisar que ainda há muitos desafios para consolidar a democracia brasileira. Nossa cultura de participação social e política tem sido historicamente associada à reprodução dos interesses das classes dominantes, e, particularmente no nordeste brasileiro, tem sido marcada pelo clientelismo, assistencialismo e paternalismo. Desse modo, há que se envidar esforços para superar tais características no âmbito das instâncias de gestão participativa das políticas públicas. Entende-se que, se a população possuir as ferramentas para compreender a organização e a gestão do sistema de saúde, estará instrumentalizada para de fato exercer esse papel de controle das ações do gestor, o que contribuirá para ampliar o exercício da cidadania dos sujeitos, tornando as instâncias de controle social espaços legítimos de democratização da política pública de saúde. Diante do exposto, o projeto de pesquisa em andamento se propõe a investigar analisar a participação da população em Natal/RN, de suas entidades representativas, da sociedade civil organizada, no que diz respeito à efetivação do Sistema Único de Saúde. Trata-se de um estudo de caráter quantitativo e qualitativo, que pode contribuir diretamente para a qualificação do SUS, na medida em que seus resultados poderão subsidiar a elaboração de estratégias de educação permanente voltadas aos conselheiros de saúde, especialmente os representantes do segmento usuários, na perspectiva da ampliação da autonomia dos sujeitos, da consolidação dos conselhos e colegiados enquanto espaços democráticos e do fortalecimento da cidadania. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, que utiliza o método crítico-dialético como forma de abordar a realidade, buscando ultrapassar a realidade imediata e alcançar a essência dos fenômenos; nesse caso, o que se deseja é desvendar quem são os atores que constituem o Conselho Municipal de Saúde do município de Natal e como são tecidas as relações entre conselho

municipal de saúde/gestor municipal do SUS. Para tanto, o recorte de tempo considerado neste estudo é o período compreendido entre os anos de 2013 e 2016, caracterizados na Secretaria Municipal de Saúde do Natal como um período em que a gestão elegeu como diretrizes prioritárias o acolhimento e a gestão democrática e participativa, fomentando não apenas o Conselho Municipal de Saúde enquanto instância legítima de controle social, mas também estimulando a retomada de conselhos locais de saúde enquanto instrumentos de participação da população na política pública de saúde. O estudo se encontra em sua fase inicial, compreendendo o momento da pesquisa bibliográfica, onde foram levantados nas plataformas de publicações científicas artigos e trabalhos relacionados ao tema do controle social. Desse modo, foram usados como identificadores os termos “participação no SUS” e “controle social no SUS”. Outros momentos de aproximação com a realidade que estão previstos são a pesquisa documental, buscando acessar os registros sobre as reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Natal no período mencionado; e finalmente, as análises quantitativa e qualitativa das informações coletadas. Será um momento de grande aprendizado, onde o conhecimento produzido poderá contribuir para que se reflita de forma crítica sobre a formação dos atores que compõem os conselhos de saúde, e sobre a importância e as potencialidades do controle social enquanto ferramenta de qualificação e fortalecimento da política pública de saúde.

REVISÃO DA LITERATURA: Muito se tem produzido acerca da política de saúde no Brasil, especialmente com o advento da Constituição Federal de 1988. Isso porque, nela, a saúde pela primeira vez é reconhecida como direito de todos e dever do Estado, e como resultado não apenas de processos fisiológicos/emocionais, mas também das condições de vida e dos aspectos culturais de uma dada população. Outro avanço importante demarcado pela Constituição de 1988 é o controle social, objeto de estudo neste trabalho. Buscando os diversos autores que tem tratado sobre o tema, podemos observar que a questão do controle social está bastante relacionado aos conceitos de democracia participação social. Segundo Paim, entende-se como política de saúde a resposta social de uma organização diante das condições de saúde dos indivíduos e das populações e seus determinantes, bem como em relação à produção, distribuição, gestão e regulação de bens e serviços que afetam a saúde humana e o ambiente. Política de saúde abrange questões relativas ao poder em saúde, bem como as que se referem ao estabelecimento de diretrizes, planos e programas de saúde. Assim, a palavra política na língua portuguesa expressa tanto as dimensões do poder quanto as diretrizes. Apesar disso, enquanto disciplina acadêmica, a política de saúde abrange o estudo das relações de poder na conformação da agenda, na formulação, na condução, na implementação e na avaliação de políticas. Portanto, política de saúde envolve estudos sobre o papel do Estado, a relação Estado-sociedade, as reações às condições de saúde da população e aos seus determinantes, por meio de propostas e prioridades para a ação pública. Inclui ainda estudo de sua relação com políticas econômicas e sociais, controle social, economia da saúde e financiamento. (Paim, pág. 3, 2006). Segundo Paim as Políticas de saúde integram as políticas sociais, do mesmo modo que o sistema de saúde é um dos componentes dos sistemas de proteção social. Apoia-se em estudos sobre políticas públicas. As políticas sociais podem ser analisadas a partir da emergência do capitalismo, quando a questão da pobreza ultrapassa as intervenções resultantes da caridade das famílias e das paróquias e invade as cidades com hordas de famintos, miseráveis, desocupados delinquentes, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, no início do Século XVI. Com o desenvolvimento do capitalismo

industrial e o aparecimento da classe operária, a “questão social” ultrapassa a problemática da pobreza e vai manifestar-se enquanto luta de classes.(Paim, pág. 3, 2013). Segundo Correa (2013) vários autores brasileiros vêm trabalhando este tema no eixo das políticas sociais. Para Carvalho (1995, p.8)¹⁴ “ controle social é a expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de Estado-Sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”. Para este autor a ideia de controle social inspira os conselhos de saúde para que, com a presença de seguimentos sociais tradicionalmente excluídos possam controlar o Estado, assegurando políticas de saúde pautadas pelas necessidades do conjunto social, e não somente pelos desígnios de seus setores mais privilegiados (Carvalho, 1995 p.28). Na mesma direção, Barros (1998) trata o controle social sobre a ação Estatal dentro da perspectiva da democratização dos processos decisórios com vistas a construção da cidadania. Destaca que “ ao longo das décadas, os governos submeteram os objetivos de sua ação aos interesses particulares de alguns grupos dominantes, sem qualquer compromisso com interesse da coletividade” (Barros, 1998, p.31). Segundo Albuquerque e Patriota (2013), o sistema único de saúde tem o controle social como um dos seus pilares de sustentação, pois, pode-se destacar que consta inclusive a previsão constitucional do princípio do controle social no art.198, III onde também é regulado pela lei federal de número 8.142/90 ao estimular a participação da comunidade para que torne-se uma prática de fato cada vez mais efetiva o controle social no SUS. A gestão do SUS no país, visualiza a participação da comunidade como um dos fundamentos básicos para sua consolidação. A lei de nº8.142/90 menciona que o SUS terá instâncias colegiadas, a exemplo da conferência de Saúde e o conselho de saúde, as duas instâncias possuem autonomia de exercer ações fiscalizatórias e de certa forma coercitivas sobre a administração, ao ter capacidade de questionar e cobrar acerca das dimensões de: qualidade, equidade, satisfação do usuário, eficácia e efetividade na oferta de todas as ações executadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Após o momento inicial de busca na internet, é perceptível que há uma imensa diversidade de publicações na área da saúde, incluindo tema do controle social. Ao inserir, por exemplo, os termos “controle social no SUS” no serviço de busca do Google, rapidamente foram identificadas 3.180. Contudo, para fins deste trabalho de pesquisa científica, há uma necessidade de filtrar esses resultados, buscando identificar os trabalhos que tenham o caráter científico como marca, o que nos levou a selecionar somente as publicações encontradas na plataforma Scielo, e nos ambientes de revistas eletrônicas vinculadas às universidades. Alguns motivos a explicar a grande quantidade e diversidade de publicações pode ser o fato de que no âmbito do SUS há um fomento aos estudos que possam contribuir para qualificar a política de saúde; há também um número significativo de eventos científicos onde os estudantes e profissionais da área da saúde costumam publicar: os primeiros, pela necessidade de qualificar seus estudos; os segundos, movidos um pouco pela Educação Permanente em Saúde e muitas vezes, também pela sua educação continuada, que os leva a uma graduação ou pós-graduação. Além disso, não se pode deixar de mencionar a relevância que tem a atuação das instituições de ensino superior que formam os profissionais de saúde, que também incentivam a produção científica. Concretamente, a maioria dos artigos encontrados tratam do controle social na saúde a partir do percurso histórico de construção da política de saúde no Brasil, indicando que 1 - o movimento de luta pela reforma sanitária foi fundamental para configurar a saúde não apenas como política pública de seguridade social, mas principalmente como uma política

essencialmente democrática; 2 - as práticas de controle social ainda são incipientes, com experiências pontuais de êxito, mas com grandes dificuldades na instalação de processos democráticos e, 3 - o controle social no Brasil precisa estar em permanente qualificação, a fim de que possam se efetivar como instâncias de fortalecimento e democratização do SUS. **CONCLUSÃO:** Ainda não é possível apresentar resultados conclusivos, uma vez que o projeto se encontra em andamento. Contudo, considerando o material bibliográfico pesquisado até o momento, já é possível levantar alguns questionamentos sobre como se deu a atuação do controle social na política de saúde no município de Natal/RN, no período considerado: 2013 a 2016. Por exemplo: se o controle social está relacionado com a adoção de práticas de gestão democráticas, como se caracterizou a atuação do Conselho Municipal de Saúde da cidade no período em que o gestor era um antigo militante do movimento pela reforma sanitária, que assumiu o cargo de secretário de saúde tomando como diretriz a gestão democrática e participativa? Embora se compreenda que a democracia e a participação são elementos desejáveis, de acordo com o material estudado, a população brasileira, de um modo geral, ainda não está instrumentalizada para exercer essa função de controle das ações do Estado. Por outro lado, a cultura das instituições também ainda não está voltada para essa abertura democrática, cerceando ou dificultando, muitas vezes, a atuação do controle social. Desse modo, é pertinente afirmar que a democracia neste país ainda é muito incipiente, dada sua “juventude”, sendo fundamental investir no fomento de arranjos organizativos e processos que realmente estimulem a participação e a mobilização da sociedade civil, a fim de que esta possa avançar na construção de uma relação mais próxima do Estado, sendo capaz de interferir nas decisões que afetam o conjunto da vida social, política, econômica e cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Iara Maria Pinheiro de, PATRIOTA Isabela Walderez Dutra, concretização **do direito social à saúde e participação popular** (Revista Eletrônica jurídico- Institucional do ministério Público do Estado do Rio grande do norte), Natal: 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes nacionais para capacitação de conselheiros de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Plenárias nacionais de Conselhos de Saúde – Resgate Histórico do Controle Nacional do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. 2. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. **Cadernos Humaniza SUS**. Formação e intervenção. v.1 Brasília, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. 2. ed. Brasília Editora do Ministério da Saúde, 2009. 44 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 44 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRAVO, Maria Inês de S. et al., (Org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____ **Revista Praia Vermelha** nº 1. Revista do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 1997.

CORREA, Maria Valéria, **Controle social na saúde** (Revista Serviço social e Saúde: Formação e trabalho profissional) 2003.

FERREIRA, I. B. Condição (não) salarial, seguridade social e exclusão. In: _____ **Revista SER Social** nº 3. (Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB), Brasília: 1998.

PAIM Jairnilson Silva, TEIXEIRA Carmen Fontes. **Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado de arte**. Revista saúde Pública. Salvador: 2006.

PAIM Jairnilson Silva. **A constituição Cidadã e os 25 anos do sistema único de saúde (SUS)** Cad. Saúde pública. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.

CONSUMIR PARA EXISTIR: UMA ANÁLISE CRÍTICA PÓS-MODERNA

AUTORES:

Abimax Marcelino da Silva

Carla Dayane Santiago do Nascimento

Lidiane Silva de Oliveira

Silmara Aparecida Tome

RESUMO: Esse artigo discute o poder do consumo na vida das pessoas nos dias atuais. No contexto contemporâneo houve as inversões de valores, onde o importante é poder consumir além do necessário sem pensar aos danos causados na sociedade e no planeta com tamanho consumo acelerado. Serão abordadas as seguintes temáticas para compreensão do consumo e do consumismo: mídia, fetichismo, mercadoria, reificação e consequências no meio ambiente. O capitalismo em seu nível elevado o consumo e sua alienação ganha um caráter de controle social, onde é ditado o que se deve ter.

Palavras - chave: Fetichismo. Reificação. Capitalismo

INTRODUÇÃO: Este artigo discute a necessidade real do indivíduo referente ao consumo e logo ao consumismo. Para darmos início vamos discutir o que se trata cada elemento. O consumo está ligado diretamente no poder de comprar algo para suprir as necessidades humanas. O consumismo é comprar além do necessário, os dois estão ligados diretamente com a economia, e assim fazer parte do processo capitalista. A pós-modernidade foi a transição da modernidade, na qual surgiu na década de 70 nos países capitalistas trazendo grandes transformações no modo de vida, através de mudanças na linha de produção, criando uma indústria cultural cada dia mais atuante para atender aos interesses do capital. Baseando-se na cultura pós-moderna e suas transformações na sociedade, que desenvolvemos nossa pesquisa objetivando o aprofundamento da análise para a demonstração dos fatos gerados pelo consumismo. A partir disso abordamos o que a pós-modernidade nos trouxe, e o que devemos tratar e refletir. O teórico inglês Roger Silverstone (20012) nos lembra que o consumo pode ser entendido como uma forma de mediação entre a esfera pública e privada, trabalho e lazer. Ao consumirmos bens materiais, nós nos constituímos como indivíduos e negociamos nossos próprios significados no jogo comunicativo entre coletivo e o individual, o global e o local. Nas palavras do autor, “o consumo é uma maneira de mediar e moderar os horrores da padronização”. “A economia domina o mundo da vida e nos faz seres econômicos, o que na verdade, não somos, somos seres humanos! E é essa relação de consumo e consumismo que mexe com o capital e com toda sociedade”.

METODOLOGIA: A pesquisa foi realizada no camelô, localizada no bairro do Alecrim na cidade de Natal/RN centro de vendas da cidade. Utilizamos a forma de pesquisa descritiva, qualitativa/quantitativos, onde em campo foi aplicado o questionário em forma de entrevista para coleta dos dados, com o objetivo de compreender que os padrões econômicos e socioculturais impactam diretamente nas relações de consumo. **REVISÃO DA LITERATURA:** O teórico inglês Roger Silverstone (2012) nos lembra que o consumo pode ser entendido como uma forma de mediação entre a esfera pública e privada, trabalho e lazer. Ao consumirmos bens materiais, nós nos constituímos como indivíduos e negociamos nossos próprios significados no jogo

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

comunicativo entre coletivo e o individual, o global e o local. Nas palavras do autor, “o consumo é uma maneira de mediar e moderar os horrores da padronização”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A pesquisa mostrou que mais da metade dos entrevistados 80% deles se dizem felizes ao consumir. Que a sensação de satisfação é incrível, para algumas pessoas é uma forma de desopilar, descarregar um dia ruim, logo se consome mais. A nossa pesquisa resulta que grande parte dos entrevistados tem como fonte de informação e entretenimento os meios de comunicação de massa, e que grande parte dessas mídias é superficial e efêmero.

CONCLUSÃO: Em síntese o trabalho foi idealizado com o intuito de nos aprofundar nessa problemática, com o objetivo de entender a dinâmica do consumismo e o que ele tem causado nos dias atuais nas vidas das pessoas. Com tudo, observamos que dentre todos os aspectos pesquisados, ou seja, as dimensões que atingem as pessoas sejam na vida pessoal ou em sociedade, esse modo de vida traz sim danos muitas vezes irreparáveis. Percebemos então que para vivermos em uma sociedade saudável, se faz necessário uma sensibilização ao que o consumismo pode trazer de não construtivo de fato os seres humanos. Dessa maneira vimos que o meio ambiente é o mais grave problema de todos, pós precisamos criar mecanismos junto a esta temática que sensibilize a todos que diante disso podemos não mais existir para consumir.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DAS COISAS. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>>. Ecesso em: 10 nov. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

EVANGELISTA, J. E. **Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna.** [S.l.]: [s.n.], 2003.

PAULO NETTO, Jose; Braz, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Portal Jus Brasil, Google. Disponível em

<<http://www.espaçovirtual.jusbrasil.com.br/noticia/3019530-conceito-de-consumo>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ROCHA, R.M; Gisela G. S. Castro. **Cultura da mídia, cultura do consumo: Imagens e espetáculo no discurso pós-moderno.** São Paulo: [s.n.], 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Seminário Conexões de Saberes:** Memória e Futuro. Porto Alegre: [s.n.], 2011.

ENVELHECIMENTO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS: POR UMA QUALIDADE DE VIDA EM UM CENÁRIO CAPITALISTA

AUTORES:

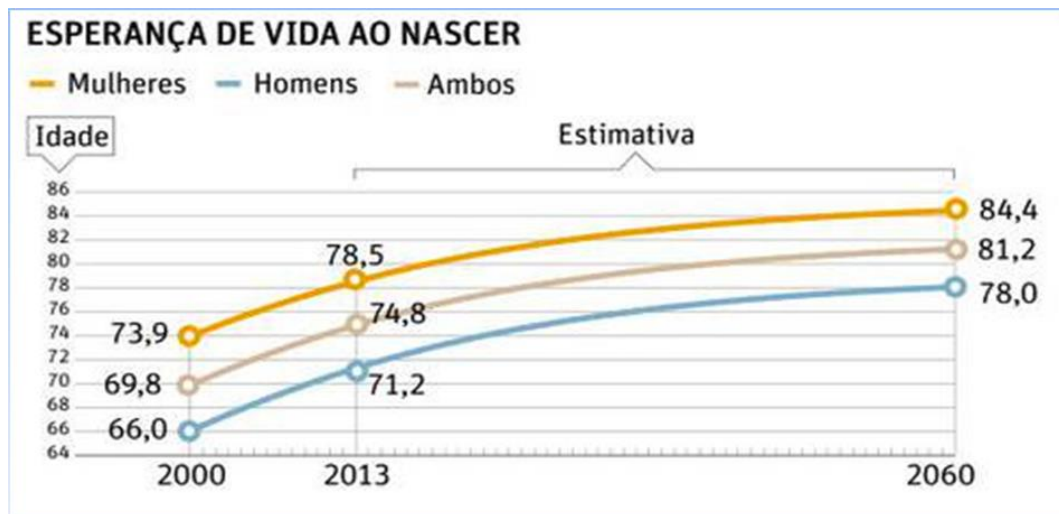
Adriana Conceição Silva Costa
Gilson Jorge da Silva
Larissa Crislayne Inácio da Silva
Liziane Alves Gomes
Maria Odilene de Araújo

RESUMO: O presente artigo traz os resultados de uma pesquisa de campo, produzida com o objetivo de conhecer melhor a realidade dos nossos idosos na atual conjuntura capitalista, seus medos, insatisfações, como está sua qualidade de vida e o que fazem em seu cotidiano, como se sentem e quais suas principais necessidades. O resultado da pesquisa mostrou preocupações com a saúde dos idosos, devido às limitações próprias da idade, que tende a crescer com o passar dos anos. A saúde vai ficando frágil e os medos são constantes em suas vidas. Autores e Lei que foram utilizados BERZINS (2003), SILVA (2016) e Estatuto do Idoso (2003).

Palavras - chave: Envelhecimento. Idoso. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: O recente processo de envelhecimento populacional, no Brasil, e no mundo coloca-se como tema que vem gerando bastante preocupação, em virtude da falta de estrutura de políticas efetivas e da grande discriminação existente em nosso país. Fazendo-se necessária a discussão sobre importantes transformações sociais, econômicas e de comportamento, bem como, trazendo consigo grandes desafios na promoção de políticas para que este idoso tenha um envelhecimento ativo, com qualidade de vida, permitindo que sejam incluídos na sociedade em um contexto livre de preconceitos. No Brasil, a partir dos anos 1980, houve uma diminuição da taxa de mortalidade e natalidade, acentuando o crescimento da população acima de 60 anos, dentro deste contexto surge à preocupação com a pessoa idosa, devido à falta de planejamento pelo poder público. Diante desse cenário essa pesquisa vem mostrar os desafios enfrentados atualmente pela população idosa. Este trabalho tem como objetivo descrever a atual situação e qualidade de vida dos idosos do bairro santo Antônio em São Gonçalo do Amarante que faz parte da grande Natal/RN. A metodologia da pesquisa é de finalidade básica com objetivos exploratória e descritiva de procedimentos bibliográfica e levantamento de dados e de natureza quali/quantitativa, tendo como local da realização, o campo. **ENVELHECIMENTO NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO:** A forma como se trata os idosos, diz muito como a sociedade tem lidado com a questão do envelhecimento. Vive-se atualmente num sistema capitalista perverso que tenta excluir/substituir quem não consegue mais exercer sua função no mercado econômico. As políticas públicas executadas pelo Estado precisam ser ampliadas/melhoradas para conseguir abranger toda uma parcela da população brasileira. Segue um dado interessante sobre expectativa de vida. Segundo o IBGE, a esperança de vida ao nascer deve ter um ganho de 6,8 anos para os homens e 5,9 anos para as mulheres até 2060.

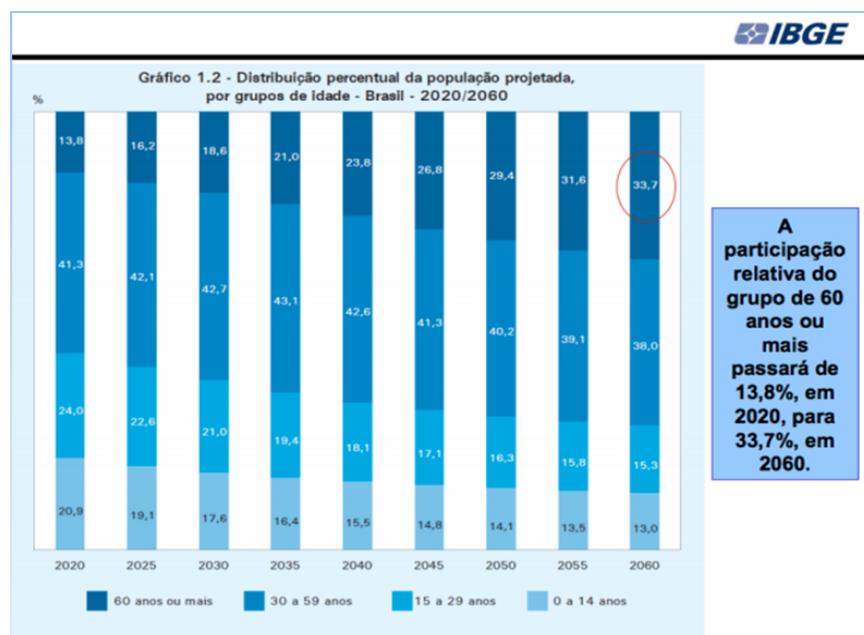
Figura 01 – Expectativa de Vida (2000 – 2060).



Fonte : Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), 2010.

Na figura que se seguem, pesquisada no sítio do Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), percebe-se um claro e nítido movimento da população nacional rumo a um crescente envelhecimento da população. Nesta seara o Brasil não se encontra isolado do resto do mundo visto que essa é uma tendência mundial: o envelhecimento das pessoas, sem observar localização física, cima, cor ou gênero. O ser humano passar a viver mais e melhor devido às inovações tecnológicas que propiciaram os avanços da medicina, a ampliação dos cuidados das redes hospitalares, o aumento do acesso aos tratamentos medicamentosos, bem como a difusão crescente da profilaxia que se materializa em vários campos como o saneamento básico, medicina preventiva, democratização das informações em todos os estratos sociais.

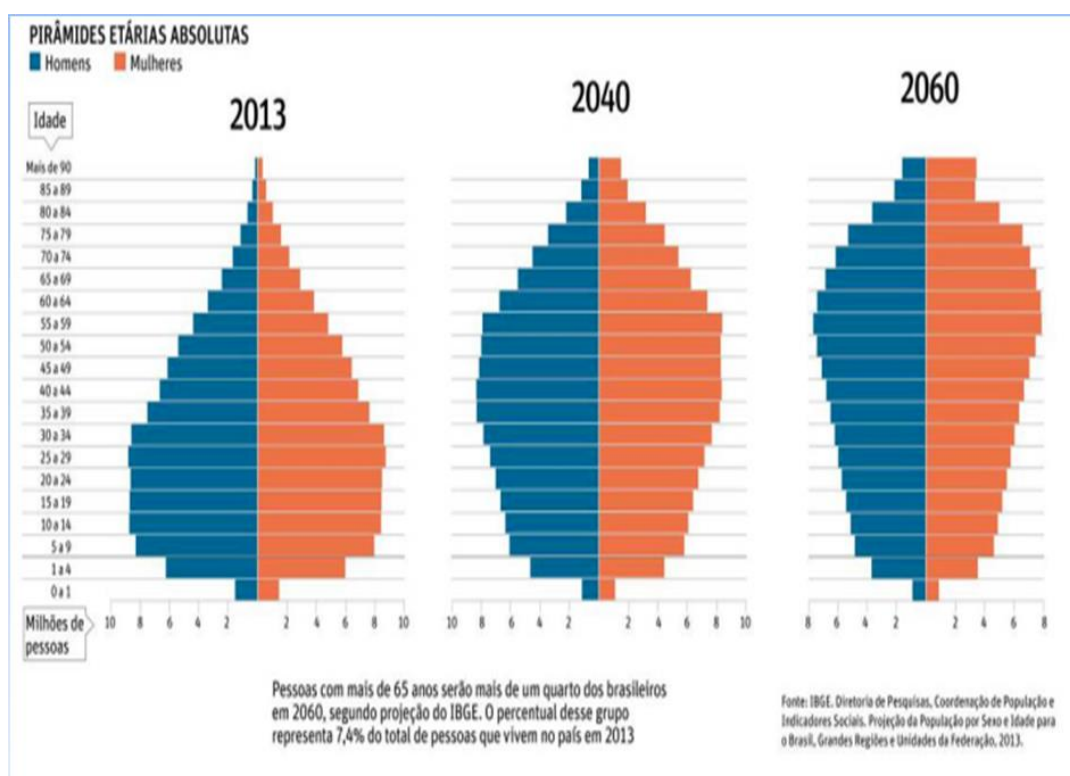
Figura 02 - Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período de 2000/2060



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Durante a revisão da literatura, observou-se que a população idosa no Brasil, encontra-se em crescente expansão. Os dados coletados na pesquisa de campo mostra que em sua maioria os idosos são do sexo feminino. Isso vem informar que a velhice possui formas de agir diferente entre homens e mulheres, tanto na perspectiva social, econômica e condição de vida. Culturalmente nossa sociedade trata às mulheres como pessoas mais frágeis, com vocação para ser do lar, cuidar dos filhos, o que acarreta em desvantagem comparada aos homens. Esse diferencial perpassa todas as etapas da vida, tanto no setor socioeconômico, esferas de saúde e dinâmica familiar. Essa desvantagem em relação ao homem traz fatores como: dupla jornada (dona de casa e no mercado de trabalho), salários diferenciados mesmo sendo exercida função igual, violência de gênero, dependência de terceiros para seu sustento. Dados do IBGE (2016) apontam que em 2030 a população idosa feminina será 50,87%, enquanto o idoso masculino será 49,13% com essa proporção podemos analisar que mesmo com dificuldades em ser mulher na sociedade em que vivemos, lidando com discriminações, julgamentos conservadores, o gênero feminino tem vivido mais e essa propensão tende a aumentar ao longo dos anos.

Figura 03 - Evolução da pirâmide etária brasileira



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Com isso, percebem-se alguns fatores que contribuem para a maior velhice da população feminina conforme apontado por BERZINS (2003, p. 29) “proteção hormonal do estrógeno; inserção diferente no mercado de trabalho; consumo diferente de tabaco e álcool; postura diferente em relação à saúde/doença; relação diferente com os serviços de saúde”. Essa divisão dos gêneros feminino e masculino, imposta na cultura patriarcal reforça uma separação nas formas de tratamento entre homens e mulheres. Ou seja, esse comportamento precisa ser progressivamente superado, e isso só pode acontecer se houver o envolvimento de Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

ISSN: 2525-5835

toda a sociedade numa educação livre de preconceito, discriminação e valores. **ENVELHECIMENTO NO BRASIL E SEUS DESAFIOS NO ATUAL CENÁRIO CAPITALISTA:** A população brasileira está cada dia envelhecendo, a partir de 1960 deu-se o início de mudança de cenário, isso remete ao Estado e entidades refletir sobre a atual conjuntura do idoso, no país e fazer um análise dos avanços e desafios enfrentados por esta geração cujo país não está com infraestrutura para proporcionar uma qualidade de vida. A pesquisa realizada no município de São Gonçalo na grande Natal retrata que, embora o documento possua quase vinte anos, os seus beneficiários não o conhecem e o poder público não tem interesse de fazê-lo conhecido.

De acordo com dados do IBGE, a população idosa no Brasil é atualmente de 22,9 milhões (11,34% da população) e a estimativa é de que nos próximos 20 anos esse número mais que triplique. Para se ter ideia, enquanto o número aumenta ano a ano, existem apenas 1000 geriatras no Brasil, uma média de apenas um geriatra para cada 20 mil idosos, conforme dados recentes do Conselho Federal de Medicina (CFM). (Sociedade Brasileira Geriatria e Gerontologia, 2014-2016).

Viver em uma sociedade onde tudo é descartável e apenas quem tem valor é aquele que está produzindo torna o cenário ainda mais complicado. O idoso é visto como um ser inútil, sem valor desprezado pela família e pelo poder Público. Muitos idosos são quem sustenta suas famílias e muitos também são explorados por elas. A maioria dos casos de violência e negligência contra o idoso, parte da família. O capitalismo só quer quem produz e dá resultados. O Estado não consegue atender as demandas do idoso, muitas vezes resta ao idoso apenas as casas de “caridades” hoje com o nome de ONG’s, onde tudo para o idoso é caro: o plano de saúde e os remédios levam a maior parte da sua aposentadoria. Com esse sistema econômico tudo vira mercadoria principalmente a saúde do idoso. Não tem leitos nos hospitais públicos sucateado por este modelo econômico onde o Estado não destina recursos para saúde o ancião demora muito tempo para conseguir uma vaga quando consegue muitos morrem das doenças adquiridas nos hospitais. Situação de calamidade também na segurança e na educação, muitos idosos da atualidade são analfabetos e outros vivem assustados com a violência seja violência familiar ou urbana. Muitos são vítimas diretamente do capitalismo com a grande propaganda de vantagem em fazer um empréstimo restando ao idoso o compromisso de pagar uma dívida com juros altíssimos, o pior de tudo isso manipulado pelo governo que não tem políticas públicas para minimizar a real situação do idoso. Não só uma falta de estrutura para mais também a população brasileira não tem profissionais qualificados para atender o contingente populacional de idosos que temos hoje, muitas demandas que chegam às unidades básicas de Saúde não são atendidas, encaminham para o hospital, contribuindo assim para as grandes lotações porque faltou capacitação para os profissionais que estão trabalhando de forma precarizada pelo próprio Estado.

Apesar de avanços, como a aprovação do Estatuto do Idoso, a realidade é que os direitos e necessidades dos idosos ainda não são plenamente atendidos. No que diz respeito à saúde do idoso, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não está preparado para amparar adequadamente esta população. (Sociedade Brasileira Geriatria e Gerontologia, 2014-2016).

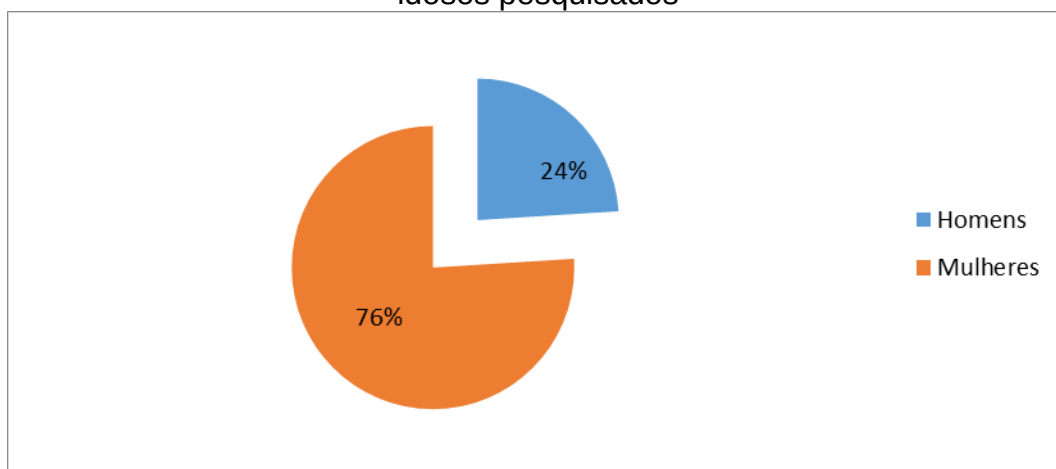
Vivemos numa sociedade que gasta maior tempo cuidando da beleza, as propagandas nos meios de comunicações sempre ostenta a beleza jovial, isso traz consequências negativa para os idosos. As atitudes rotineiras do dia a dia precisam ser retomadas com um olhar humanizado para com o idoso. É preciso perceber que o tratamento deve ser modificado seja na forma como falar, de forma mais calma, chamando pelo nome e não por vovó e vovô. Devemos partir do pressuposto que temos que mudar nossa comunicação usando frases curtas, falar de frente, olhar para ele sempre que estiver dialogando, esperar as respostas, não interromper deixando ele próprio finalizar o seu pensamento. A deficiência auditiva gera um dos mais incapacitantes distúrbios de comunicação, evitar locais barulhentos e procurar falar sempre pausadamente são atitudes que deverão fazer parte do nosso dia a dia. Muitos perdem a linguagem e a escrita é importante ficar atento aos gestos não verbais para procurar proporcionar uma resposta para suas necessidades. A atividade física é outro meio que se deve estimular o idoso a praticar. O Estado colocou várias “academias” da cidade espalhada nas praças, sem proteção do sol ou da chuva, sem instrutor. Mesmo sendo comprovado que pessoas que deixam de ser sedentárias diminuem em 40% o risco por morte não há um verdadeiro cuidado para com essa realidade. Os institutos de longa permanência, muitas delas ONG’s estão superlotadas de idosos que já contribuíram muito para o crescimento do país e hoje vivem abandonados em casas de caridade pelos próprios familiares e o poder público restando ao terceiro setor minimizar de forma precária as demandas que são primazias do Estado. A violência se manifesta de várias formas seja estrutural essa vinculada ao modelo de economia que temos que é gerada pela desigualdade Social ficando naturalizada pela sociedade na expressão da pobreza e discriminação. A interpessoal que é gerada no dia a dia no seio familiar ou extrafamiliar e pôr fim a institucional que reflete como o Estado faz sua gestão em suas políticas de governo ou de gestão das políticas sociais. As famílias estão sempre em transformações em todos os níveis, com isso nem sempre a relação para com o idoso é harmoniosa, a própria estrutura de casa não tem como deixar o idoso com qualidade de vida. A maioria da população brasileira vive na pobreza suas moradias não tem corrimão, banheiros adequados, muitos idosos ficam ilhados por morarem em local de difícil acesso. Tudo isso são fatores que vão acarretar mais ainda as dificuldades de relacionamentos com os membros da casa gerando a violência doméstica, a exploração, extração dos seus bens, os maus tratos e o abandono. Os casos de violências contra o idoso muitas vezes são negligenciados, existem várias maneiras em diferentes graus de violência contra o idoso. Os que dependem fisicamente e os doentes mentais são as vítimas mais frequentes.

De acordo com a Lei nº 10.741/2003, art.19 está previsto que os caso de suspeita ou confirmação de maus tratos são de notificação obrigatória ao Conselho Municipal ou Estadual dos Direitos do Idoso, Delegacia de Polícia Ministério Público. (Estatuto do Idoso, 2003).(BRASIL, 2003).

Há vários tipos de violência física que vai do empurrão, a morte, violência sexual seja na linguagem ao estupro, a violência psicológica as agressões verbais ou gestuais causando danos à autoestima do idoso, a violência econômica ou financeira que vai da apropriação indevida dos seus bens isso acontece principalmente nos âmbitos familiares mais pode acontecer nos asilos e a violência institucional que é aquela exercida pelo o Estado quando não oferece uma velhice digna a população idosa. Lembrando também da violência urbana que é quando os motoristas não param, quando os assentos nos meios de transportes não são

respeitados, quando as vagas de estacionamentos não são respeitadas e o preconceito social enfrentado nas filas. São esses tipo de violência muitas vezes naturalizadas pela sociedade e pelo poder público. Esses são alguns pontos de grande desafio que precisam ser mudados com urgência na sociedade. O processo de mudança vai chegando também para os futuros idosos. Os idosos dessa mudança são mais esclarecidos muitos são conhecedores dos seus direitos, muitos estão agrupados em conselhos de idosos ou em grupos da terceira idade. O Estado precisa viabilizar políticas públicas mais eficazes para lidar com os idosos a sociedade tem que entender que ela vai envelhecer, o desafio é para todos. Buscar uma qualidade de vida para essa camada da sociedade é uma luta de todos. Não basta leis só no papel é preciso uma presença do Estado com recursos bem aplicados com medidas que visam fortalecer os vínculos dos idosos com a sociedade. A luta por garantia de direitos vai ser a bandeira desses idosos e dos próximos é preciso motivar os grupos de idosos, as famílias e sociedade como um todo para essa causa que é viver com dignidade. A pesquisa realizada mostra o quanto se precisa fazer para temos o básico para proporcionar uma vida digna e com qualidade de vida. Mostra também os desafios para o profissional de Serviço Social, que deve buscar o cumprimento da garantia dos direitos dos idosos e contribuir na elaboração de políticas públicas eficientes e cobrar para que o Estado faça sua parte. **RESULTADO DA PESQUISA:** A pesquisa de campo teve enfoque no idoso a partir de 60 anos, entrevistamos 50 idosos, sendo 38 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, os mesmos tinham idade entre 61 a 70 anos, com baixa escolaridade, pois a maioria tinha apenas a educação primária, todos residem com familiares e se sentem satisfeitos com a vida que levam, encaram algumas dificuldades e limitações com naturalidade por ser própria da pessoa idosa, buscam se distrair assistindo TV, indo à igreja, sai para visitar parentes e fazem caminhadas pelo bairro onde residem. Ao mencionarmos o estatuto do idoso, todos relataram que já ouviram falar, entretanto desconheciam o conteúdo do mesmo, apenas tinham conhecimento de alguns direitos dos idosos, com relação à gratuidade nos transportes coletivos, prioridade nas filas de atendimento e meia entrada nos cinemas e eventos culturais.

Figura 04 - Proporção de homens e mulheres pesquisados em uma amostra de 50 idosos pesquisados



Fonte: Autoria própria, 2016.

A maioria dos idosos entrevistados, falaram que uma de suas maiores preocupações seria com a saúde, devido às limitações próprias do idoso, que tende a crescer com

o passar dos anos. A saúde vai ficando frágil e os medos são constantes em suas vidas, tendo que ter cuidados necessários para não sofrer quedas que lhe provoque alguma fratura que o impossibilite de se locomover, daí vem o receio da dependência física e mental, ser obrigado a depender totalmente de outras pessoas e não conseguir cuidar de si próprio. As preocupações com a saúde com a falta de assistência, medo da violência, roubo, assaltos, precariedade da saúde pública que, no entanto não atende as necessidades do usuário, pois é o que acontece nos hospitais públicos onde os pacientes são tratados sem nenhuma dignidade, ficando a mercê nos corredores dos hospitais com atendimentos precários, onde a dor e medo passam a ser constante, devido à incerteza de ter a saúde reestabelecida. Fica cada vez maior o temor e a insegurança de vim a precisar da saúde pública e sofrer com a negligência ocorrida nestes locais. Percebemos que os idosos na atualidade estão buscando uma qualidade de vida, cuidando mais do corpo e da mente para terem um envelhecimento menos danoso. **CONCLUSÃO:** Analisando os resultados da pesquisa percebemos que o envelhecimento é tratado pela maior parte da população e pelo Estado como um fardo ou algo ruim, a sociedade não possui estrutura em todos os âmbitos para comportar o grande número de idosos que teremos no futuro. Ocorre a necessidade imediata que o governo repense e tenha outra visão priorizando o trato com esta questão primordial. Para os Assistentes Sociais, estão evidentes os vários desafios da profissão para inclusão destes idosos na sociedade, fazendo com que não sejam vítimas de nenhum tipo de preconceito, e proporcionando bem-estar independente de gênero, raça ou classe social e para isso é preciso criar projetos, programas, e políticas públicas que sejam executadas de forma eficaz, já que é totalmente possível para terceira idade viver essa fase de forma positiva, com todas as condições para uma velhice ativa, com qualidade de vida, desenvolvendo diversos planos, viajando, muitas vezes até ainda trabalhando, gozando dessa fase da melhor maneira possível, depois de anos dedicados ao, trabalho a formação de filhos, e contribuição para desenvolvimento da sociedade uma velhice digna é merecida e justa, é inevitável levarmos em consideração que como todo desafio não será fácil, porém com esforço e dedicação dos profissionais não será impossível.

REFERÊNCIAS

BERZINS, M. A. V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 75, p. 19-35, 2003.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília. 2003.

FRAGA, Rubens. **Envelhecimento ativo**. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/espaco-cuidador/envelhecimento-ativo/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SINTRA, Paula. **Negligência e Abandono**. Disponível em: <<http://capuchinhovermelhodesintra.blogspot.com.br/2011/02/negligencia-e-abandono.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

PORTA LAVRAS. Disponível em: <<http://www.lavras24horas.com.br/portal/irma-branca-fala-dos-desafios-de-gerenciar-a-mais-antiga-instituicao-voltada-para-idosos-em-lavras-o-lar-augusto-silva/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Revista. **Envelhecimento e Proteção Social:** aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. São Paulo, n. 126, maio, 2016, p. 215.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA REVISÃO DA LITERATURA

AUTORAS:

Adriana Conceição Silva Costa
Erika Santos Barbosa
Fernanda Larissa Chagas Fonseca
Larissa Crislayne Inacio da Silva
Liziane Alves Gomes
Tânia Maria Braz da Silva

RESUMO: A violência contra mulheres esteve presente durante o desenvolvimento das várias sociedades, ao longo da história, porém as agressões variam de acordo com a cultura em que se manifesta. Esse tipo específico de violência tem consequências sociais devastadoras, chamando atenção das organizações internacionais como a ONU, por exemplo, que estabeleceu direitos humanos específicos às mulheres, bem como proteção especial através da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Isso posto, este trabalho de pesquisa mostrará, através de uma revisão da literatura: que avanços foram trazidos a questão da violência contra mulher, a partir das legislações brasileira. Esta pesquisa tem como objetivo descrever que avanços a legislação brasileira trouxe no combate à violência contra mulher; e tendo como objetivos específicos: conhecer o conceito de violência contra mulher, entender a lei nº 11.340 (Lei Maria Da Penha); identificar as punições no Código Penal Brasileiro. Para atingirmos esses objetivos, foi realizada uma revisão da literatura baseada nos estudos de Santos e Izumino (2005), Chauí (1985), Saffioti (1976), Gregori (1993) e nas leis acerca da violência contra mulher, vigentes no Brasil.

Palavras - chave: Violência Contra Mulher. Estudo.

INTRODUÇÃO: A violência contra as mulheres existe desde primórdios da sociedade, uma cultura machista e misógina que passa por gerações, mulheres violentadas dentro de suas casas por pais, irmãos e maridos, as quais sofrem a violação do seu direito à liberdade, saúde, educação e tantos outros que fazem parte do rol dos Direitos Humanos. Contudo, observamos que as mulheres vêm ganhando espaço na sociedade e lutando contra a violência, pela efetivação dos seus direitos, uma grande e importante conquista foi a criação da Lei Maria da penha nº 11.340/2006, a qual iremos relatar no decorrer da pesquisa. Esta pesquisa tem como objetivo descrever que avanços a legislação brasileira trouxe no combate à violência contra mulher; e tendo como objetivos específicos: conhecer o conceito de violência contra mulher, entender a lei nº 11.340 (Lei Maria Da Penha); identificar as punições no Código Penal Brasileiro. Este trabalho se justifica pela divulgação das penalidades existentes – através das legislações -, nos casos de violência contra mulheres, e por trazer a conscientização da população, principalmente, potenciais agressores a respeito das sanções cabíveis, o que é importante para a redução do número de crimes dessa natureza. A metodologia desta pesquisa – quanto aos objetivos, perpassa pelo tipo descritivo, de cunho qualitativo, tendo como sua principal técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, sendo uma revisão da literatura.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DEFINIÇÃO E

CONTEXTUALIZAÇÃO: Violência contra a mulher é compreendida como atos que resultam em danos físicos, psíquicos e morais; praticados no seio familiar, no trabalho ou qualquer outro ambiente onde a mulher esteja inserida (LACERDA [s.d.]). Esse termo foi usado pela primeira vez nos anos 70, por integrantes do movimento feminista que denunciavam a violência sofrida pelas mulheres, sendo homens os principais agressores. Lacerda [s.d.] expõe em seu artigo o conceito de violência, segundo o Direito, que se apresenta com uma definição em sentido amplo e em sentido restrito. Violência no sentido amplo significa atentar contra a integridade física mais a grave ameaça e a vias de fato; em sentido restrito, ela é dividida em *vis corporalis* (violência aplicada sobre o corpo da vítima) e *vis compulsiva* (grave ameaça). Quanto a sua aplicação ela pode ser imediata, ou seja, aplicada diretamente a vítima ou mediata quando a vítima é um terceiro ou pertence vinculado à vítima; e manifesta-se de duas maneiras, como parte constitutiva do crime, o que ocorre nos arts. 146 e 157, por exemplo, e como qualificador do delito. Lacerda [s.d.] ainda diz que foi com a intenção de buscar uma maior intervenção do Estado e mais ações no sentido de dar visibilidade a violência sofrida pelas mulheres, mostrando que essa violência tem sua origem nas condições históricas e sociais que necessitam de uma transformação para que haja harmonia e justiça social, que o movimento feminista vem tentando acabar com a divisão entre público e privado; que apenas justificava a falta de intervenção estatal na vida privada do cidadão, contribuindo assim para a impunidade. A violência contra a mulher, no Brasil, é uma triste realidade que nos acompanha desde tempos remotos. Houve épocas, por exemplo, no período republicano onde o assassinato de mulheres era justificado se ela cometesse adultério. Crimes passionais eram justificados pelo "amor" ou defesa da honra, durando longos anos e tendo sua existência favorecida pelo contexto social em que o patriarcalismo dominava fortemente as relações entre homens e mulheres. A autora ressalta ainda que o direito brasileiro, durante muitos anos, não deu visibilidade à violência sofrida pelas mulheres, pois buscava preservar a organização social baseada no gênero, em que o homem ocupa uma posição social superior a mulher. O direito possuía alternativas que legitimavam os crimes praticados contra mulheres, visto que elas se encontram submetidas ao pátrio poder, possuindo apenas as funções de educar os filhos e satisfazer os desejos sexuais do marido. Devido ao aumento do número de assassinato de mulheres por seus companheiros, o movimento feminista resolveu, na década de 1970, reivindicar punições e mais ações contra esse tipo de violência, então foram às ruas protestar com o slogan "Quem ama não mata". Vários tipos de violência sofrida pelas mulheres foram denunciados a partir de então, entre elas o assédio sexual. Nos anos 1980, foram criadas as Delegacias da Mulher com objetivo de tornar mais profissional o atendimento às mulheres vítima de violência, atualmente, essas delegacias são a principal política pública voltada ao combate à violência contra as mulheres. O principal desafio nesse período era a conscientização das vítimas, visto que elas não tinham a intenção de separar-se dos parceiros, apenas queriam mais proteção caso houvesse novas agressões. Na década de 1980, tiveram início as produções teóricas sobre o tema violência contra mulheres, sendo este um dos principais assuntos estudado pelo movimento feminista no Brasil. Para Santos e Izumino (2005) trazem algumas teorias a respeito da violência contra mulheres. A primeira, chamada de teoria da *dominação masculina* diz que esse tipo de violência como a dominação da mulher pelo homem, o que resulta na anulação da autonomia feminina; vista tanto como vítima quanto como cúmplice dessa dominação. Chauí (1985) diz que diferenças entre homens e mulheres são convertidas em

desigualdades hierárquicas, resultando em uma dominação do homem que acaba sendo produzida e reproduzida por ambos. Segundo essa teoria, o ser violentado é tratado como objeto e não como sujeito possuidor de direitos, tornando-se dependente e passivo. Explica ainda que o discurso masculino de superioridade em relação à mulher é proferido também pelas mulheres, quando naturalizam a diferença entre seus papéis sociais, os convertendo em desigualdade hierárquica, pois a mulher se reconhece como sujeito que vive em função de terceiros (como mãe, esposa e filha), tornando-se cúmplice da violência sofrida, bem como dependente e instrumento utilizado pelo homem. A segunda teoria sobre violência contra mulheres se chama *dominação patriarcal* e foi muito influenciada pela visão feminista e marxista, afirmando que a violência é uma expressão do patriarcado. Chegou ao Brasil através da socióloga Heleieth Saffioti⁷⁰ e expõe que a dominação masculina está diretamente ligada ao sistema capitalista e racista. A violência praticada contra mulheres seria o resultado de uma socialização machista, ou seja, o homem domina a mulher e esta se sujeita ao "poder do macho". Rejeitando totalmente a teoria de Chauí, onde as mulheres são "cúmplices" da violência, Saffioti (1976) afirma que as mulheres são sujeitos vivenciando uma relação desigual de poder com os homens, sendo por isso forçada a ceder por não possuir poder para oferecer resistência. Para Saffioti (1976), o patriarcado não é apenas um modelo de dominação machista, ele vai além se tornando um modelo dominante no aspecto político-ideológico e exploratório no campo econômico. O conceito de violência, utilizado pelos pesquisadores sobre o assunto nos anos 80, era o de Chauí⁷¹, porém concebendo a violência praticada contra as mulheres como consequência do patriarcado, seguindo a linha de pensamento de Saffioti⁷². Santos e Izumino (2005) registram também a falta de diferenciação dos conceitos de violência contra mulheres, violência doméstica e violência familiar presente nas pesquisas realizadas na década de 1980. A terceira teoria sobre violência contra mulheres apresentada por Santos e Izumino (2005) parte do trabalho de Gregori (1993)⁷³, intitulado *Cenas e Queixas*,³ em que se encontra a relativização da perspectiva da dominação-vitimização. Gregori (1993) baseou-se em observações feitas durante seu trabalho no SOS-Mulher de São Paulo, no qual observou o discurso feminista, transformando a mulher em vítima da dominação masculina e apontando como solução para a libertação dessa condição de vítima a sua conscientização, seu reconhecimento enquanto sujeito independente do homem, que seria alcançado através do trabalho realizado pelo movimento feminista. Gregori (1993) entende a violência sofrida pela mulher como uma forma de comunicação entre homens e mulheres onde há significados em suas atitudes, conferindo assim autonomia e participação ativa na relação violenta, sendo "cúmplice" ao reproduzir papéis de gênero que colaboram com a violência. Para a autora, ao assumir o papel de vítima na relação violenta, a mulher torna-se protagonista na situação; e quando denuncia assume a posição de vítima para conseguir proteção, contribuindo para sua própria vitimização. Gregori (1993) não pretende com esse raciocínio culpar a mulher pela sua participação na violência sofrida, apenas pretende entender como essa violência acontece e qual

⁷⁰ Ver Saffioti, Heleieth I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. Ver também Saffioti, Heleieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo, moderna, 1987.

⁷¹ Chauí, Marilena. "participando do Debate sobre Mulher e Violência". In: Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org). **Perspectivas Antropológicas da Mulher** 4, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

⁷² Ver Saffioti, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁷³ Gregori, Maria Filomena, **Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

seu significado. **O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E A LEI MARIA DA PENHA:** Antes de iniciarmos a análise da Lei nº 11.340 - também conhecida como Lei Maria da Penha, que será o foco principal devido ao seu caráter inovador e atual em matéria de punições para os agressores, bem como garantidora de direitos às mulheres vítimas de violência - é necessária uma análise do Código Penal brasileiro para conhecer as punições existentes anteriores a Lei Maria da Penha. O atual Código Penal brasileiro foi criado a partir do decreto-lei nº 2.848 no dia 7 de dezembro de 1940, porém só entrou em vigor em 1º de janeiro de 1942, tendo como contexto social o período histórico conhecido como Estado Novo, sendo o presidente em exercício Getúlio Vargas. A base fundamentadora do Código são os princípios da legalidade, devido processo legal, culpabilidade, lesividade, proporcionalidade, individualização, humanização, fragmentariedade, subsidiariedade e valor social da pena. Todos esses princípios contribuem para a proteção do indivíduo diante do poder que o Estado possui para puni-lo. Partindo agora para uma análise do Código Penal, com o objetivo de identificar as punições que poderiam ser aplicadas nos casos de violência contra mulher, encontramos as penas privativas de liberdade: reclusão e detenção que são aplicadas de acordo com tempo de pena a cumprir, sendo a pena de reclusão aplicada ao condenado há oito anos ou mais de prisão (inicialmente em regime fechado) e a detenção que será aplicada ao réu condenado a pena superior a quatro anos e inferior a oito anos de prisão (em regime semiaberto). As penas restritivas de direitos também podem ser aplicadas aos casos de violência contra mulher, mas especificamente as penas de perda de bens e valores, prestação pecuniária e interdição temporária de direitos. Inspirada na convenção anteriormente citada e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher é que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) foi promulgada em 2006, criando meios e buscando impedir a ocorrência dos casos de violência de gênero; que segundo Saffioti (2004) é uma categoria geral que inclui a violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres. A Lei Maria da Penha ficou conhecida com esse nome, pois é uma homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após sofrer agressões cometidas pelo companheiro. O caso, devido a sua repercussão, chamou a atenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que solicitou ao governo brasileiro providências e depois de 19 anos lutando, ela finalmente conseguiu que o seu ex-companheiro fosse punido. Ele foi sentenciado a 10 anos de prisão, no entanto cumpriu apenas dois anos em regime fechado. A Lei nº 11.340 em seu Art. 5º configura violência doméstica e familiar contra a mulher como ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, psicológico, sexual ou ainda dano moral e patrimonial; ampliando assim o conceito de violência contra mulher. Outra inovação importante contida na lei Maria da Penha diz respeito às relações pessoais consideradas pela lei independentemente da orientação sexual. Em seu art. 22, a Lei Maria da Penha garante algumas medidas protetivas que também são avanços se considerarmos a legislação anterior; são elas: a suspensão ou restrição ao porte de armas, proibição de manter contato com a vítima, familiares dela e testemunhas, ter a visita aos filhos suspensa ou restringida, direito de cancelamento de procurações conferidas ao agressor. A lei também garante medidas de assistência social ao promover inclusão dessas mulheres em situação de risco em programas assistenciais do governo e possibilita a prisão em flagrante ou que a prisão preventiva seja decretada aos agressores; elimina o cumprimento de penas alternativas como previsto anteriormente em lei, representando um avanço em termos de punições para esses crimes. Também aumenta o tempo de detenção de

um para três anos e garante o afastamento do agressor da residência e sua proibição de aproximar-se da mulher e dos filhos. Por serem considerados de menor potencial ofensivo, os crimes de violência familiar e doméstica eram julgados pelos Juizados Especiais Criminais e isso também mudou com a nova lei, pois a partir de agora devem ser julgados pelos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher criados pelos tribunais de justiça de cada estado. Se analisarmos a evolução da legislação existente, verificamos que houve um aumento no rigor das penas aplicadas aos crimes cometidos contra mulheres. A Lei Maria da Penha trouxe inovações importantes no sentido de exigir maior rigor desde a investigação do delito até aplicação da pena.

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL E A LEI DO FEMINICÍDIO: Ao analisar o Mapa da Violência 2015, podemos constatar que entre os anos de 1980 e 2013 o número de mulheres vítimas de homicídio representa um total de 106.093, (de 1.353 mulheres em 1980 para 4.762 em 2013, representando um aumento de 252%) segundo dados coletados pelo SIM-Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância Sanitária. Após a Lei 11.340 ter sido sancionada, registrou-se uma diminuição no número de crimes dessa natureza, pois entre 2006 e 2013 a taxa de homicídios em que as vítimas são mulheres caiu para 2,6% ao ano. Outras informações importantes contidas no Mapa da Violência 2015 dão conta que as mulheres negras são as principais vítimas; mulheres jovens também é maioria nos casos de violência, principalmente entre os 18 e 19 anos de idade, segundo pesquisa. O principal meio utilizado para cometer o crime é a arma de fogo (48% dos casos) e o domicílio é o local onde ocorre o maior número de assassinato de mulheres no Brasil. Considerando todos esses dados e outros de especial relevância acerca do tema e ainda buscando dar resolutividade a esse problema que tanto aflige não só as mulheres, mas toda a população brasileira, repercutindo inclusive na imagem do país internacionalmente; foi sancionada em 09 de março de 2015 a lei nº 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio. O feminicídio pode ser entendido como o assassinato praticado contra mulher em que a justificativa para o crime seria o simples fato de a vítima ser mulher. Geralmente, acontece com requintes de crueldade, em que se observam mutilações no corpo da vítima e que possuem relação com o gênero feminino conferindo ao crime razão discriminatória. O principal agressor nesses casos são os companheiros e o local da ocorrência é o próprio domicílio da vítima. Analisando a lei, verificamos que ela altera o Código Penal ao incluir o feminicídio na lista dos crimes hediondos, o que na prática significa que a violência doméstica, familiar ou qualquer discriminação sofrida em razão de pertencer ao gênero feminino torna-se uma circunstância qualificadora do crime; sujeitando o agressor a penas que podem chegar aos 30 anos de reclusão, visto que essa é apenas aplicada nos casos de homicídios qualificados. Na prática, a lei nº 13.104 propõe que providências rigorosas sejam adotadas para reduzir o índice de violência contra a mulher no país e principalmente tornar mais evidente a questão da violência de gênero. A lei do feminicídio incluiu algumas alterações importantes com relação a pena, mas especificamente ao aumento do tempo de pena em 1/3 se o crime for cometido durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, se a vítima for menor de 14 anos, maior de 60 anos ou portador de deficiência e ainda se cometido na presença de descendente ou ascendente da vítima. Após o levantamento de todas essas informações sobre violência contra a mulher e as penalidades aplicadas nesses casos, fica a indagação acerca do que vem sendo feito com relação à efetivação da legislação em vigor e para responder isso, o Mapa da Violência 2015 nos mostra que o ENASP- Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública; uma elaboração conjunta do Conselho

nacional do ministério Público em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça estabeleceram metas para contribuir com o aumento do índice de resolatividade dos casos. A impunidade nos casos de violência contra a mulher é alarmante, principalmente, devido ao patriarcalismo predominante em nossa cultura, como mencionamos anteriormente. Uma mostra disso está no fato da maioria dos inquéritos policiais sequer chegarem a ser concluídos. Com base nisso, uma das metas do ENASP intitulada "A Impunidade como Alvo" objetivava concluir os inquéritos por homicídio doloso instaurados até o final de dezembro de 2007 que chegavam a 134.944 inquéritos não concluídos. Transcorrido um ano de trabalho, apenas 8.287 (6,1% do total) havia sido denunciado à justiça. Das 607.731 pessoas presas no país (em 2014, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional) apenas 7.912 pessoas estavam presas por violência doméstica. No Estado do Rio Grande do Norte, existe um órgão de execução da Defensoria Pública chamado NUDEM- Núcleo Especializado de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar que tem por objetivo principal possibilitar acolhimento realizado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais do Serviço Social, Psicologia, Defensoria Pública e Direito para atender as demandas, contribuindo para efetivação dos direitos inerentes as vítimas. O NUDEM orienta e promove acompanhamento jurídico, inclusive na DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher. Foi criado com recursos do PRONASCI a partir de convênio realizado com o Ministério da Justiça objetivando garantir a efetivação do princípio da isonomia entre homens e mulheres através da execução de políticas públicas e acesso a assistência jurídica integral e gratuita. Esse é mais um exemplo de iniciativa para combater esse tipo de violência. Finalizando esse trabalho de pesquisa, percebemos como a violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres está presente na sociedade. Observamos através da literatura consultada sobre o tema que o conceito de violência sofreu alterações com o passar do tempo, incorporando conceitos não antes utilizados devido a cultura patriarcalista que naturalizava a violência contra mulheres. Notamos a importância do movimento feminista para estimulação da luta em defesa dos direitos femininos, bem como a importância de expor a prática desse tipo de violência como um fato com origens nas condições históricas e sociais para que a partir de então possa ser melhor analisado e soluções sejam elaboradas contribuindo para coibir essa prática tão devastadora e desumana. **CONCLUSÃO:** Analisando o Código Penal brasileiro, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, encontramos as penalidades aplicáveis aos casos de violência praticada contra mulheres anteriormente mencionada no texto; porém, percebemos através dos dados contidos no Mapa da Violência 2015 que os números de crimes dessa natureza continuam crescendo, o que nos leva a questionar a efetividade das leis existentes. Com base nisso, essa pesquisa buscou não apenas conhecer as penalidades, mas contribuir para sua divulgação e consequentemente a conscientização não só de potenciais agressores, pois as vítimas também precisam saber que as punições existem sim e a partir de então lutar em conjunto para que sejam efetivadas, garantindo que a justiça será feita e esperando com isso que os casos de violência contra a mulher sejam futuramente uma triste lembrança de um passado onde a impunidade falou mais alto.

REFERÊNCIAS

BOLSA DE MULHER. **Lei do Femicídio**: entenda o que é e o que muda para a mulher. Disponível em: <<http://www.bolsademulher.com/comportamento/lei-do-feminicidio-entenda-o-que-e-o-que-muda-para-a-mulher>> Acesso 11 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, 07 de dezembro de 1940**. Câmara Dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-atualizada-pe.pdf>>. Acesso em 10 maio 2016.

_____. **Decreto-lei nº 13.104, 09 de março de 2015**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2015. p. 1

_____. **Decreto-lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006**. Lex: Centro de Documentação e Informação: edições câmara, Brasília, 2010.

EFENSORIA PÚBLICA. **Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=6948&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=N%FACleos>> Acesso em: 11 maio 2016.

LACERDA, Isadora Almeida. **O Conceito de Violência contra a Mulher no Direito Brasileiro**.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015. **Homicídio de Mulheres no Brasil**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 12 maio 2016.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência Contra Mulheres e Violência de Gênero**: Notas Sobre Estudo Feministas no Brasil. E.I.A.L. Estudios Interdisciplinários de América Latina y El Caribe, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

A ATUAÇÃO DOS NASF'S EM NATAL/RN

AUTORAS:

Alexandra Costa da Silva

Andreelly Cristina Bezerra Duarte

Lislaine Beatriz da Silva Marcolino

RESUMO: O presente trabalho é resultado dos estudos realizado a partir das atuações do Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF's em Natal/RN. Teve como objetivo geral a perspectiva de analisar a importância dos NASF's em Natal/RN, a fim de conhecer como ele atua na rede de saúde na qualidade da atenção básica, sem se distanciar do cuidado com os usuários; e como objetivo específico: apresentar como desenvolve o processo de trabalho, com os seus avanços e desafios junto as equipes de Estratégia de Saúde da Família. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi à pesquisa documental, estudo de relatório e outros instrumentos de trabalho das equipes NASF's. Também como pesquisa participante: na observação direta, nos espaços de trabalho dos NASF's, acerca do seu processo de trabalho, e como coleta de dados e questionário com perguntas fechadas. Finalizando este trabalho com resultados bastante satisfatórios, pois atingiu com eficácia o objetivo estabelecido.

Palavras - chave: Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF's). Saúde. Atenção Básica.

INTRODUÇÃO: O Núcleo de Apoio a Saúde da Família- NASF é componente da Atenção Básica que desenvolve trabalho colaborativo e compartilhado, e, intervém nas dimensões: clínico-assistencial e técnico-pedagógica. Conforme a PNAB (BRASIL, 2011), os NASF's, são equipes, composta por profissionais de diferentes profissões ou especialidades, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família e das equipes de Atenção Básica para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes ribeirinhas e fluviais), compartilhando práticas e saberes com as equipes de referência apoiadas, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, agregando práticas, na atenção básica, que ampliem o seu escopo de ofertas. Este trabalho de pesquisa veio na perspectiva de analisar a importância dos NASF's em Natal/RN, a fim de conhecer como ele atua na rede de saúde na qualidade da atenção básica, sem se distanciar do cuidado com os usuários. Desse modo, tem como objetivo específico, apresentar como desenvolve o processo de trabalho, como seus avanços e desafios junto às equipes de Estratégia de Saúde da Família. A metodologia abordada durante o projeto foi: pesquisa documental- estudo de relatório e outros instrumentos de trabalho das equipes NASF's. Também como pesquisa participante: na observação direta, nos espaços de trabalho dos NASF's, acerca do seu processo de trabalho, e como coleta de dados o questionário com perguntas fechadas. **A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA:** A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) representa um conjunto de estratégias, ações e diretrizes que regulamentam as condições necessárias para implementação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo uma política pública desenvolvida com a participação de diversos setores da sociedade e do governo inseridos na formação e na consolidação do SUS. Desta forma, com a publicação da Portaria 2.488 de 21 de Outubro de 2011, é estabelecida uma revisão significativa

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

nas normas e que regem a organização de Atenção Básica, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o programa de Agentes comunitários de Saúde (PACS). (BRASIL, 2011). Assim, essa política reafirmou o desenvolvimento de uma Atenção Básica com princípios descentralizadores e contextualizados, ou seja, uma assistência mais próxima da vida das pessoas, preconizando princípios como o da universalidade, integralidade e equidade. Ademais ratificou portas de entrada e uma comunicação mais eficaz e integrada com toda Rede de Atenção à Saúde. Destaca-se também que a conjuntura possibilitada pelas estratégias da PNAB favoreceu a acessibilidade da promoção, da saúde, valorização da humanização como ação institucional e maior participação da sociedade. A atenção básica inicia-se com o ato de acolhimento, escuta e oferecer proposta resolutiva para grande maioria dos problemas da população (BRASIL, 2011) Para que o trabalho seja realizado em equipe, é necessário que os saberes se somem para que os cuidados dirigidos àquela população se concretizem e a equipe assume a responsabilidade sanitária. A Política Nacional de Atenção Básica possui como prioridade estratégica a Saúde da Família, tendo em vista expandir e consolidar a atenção básica. Além disso, regulamenta e legitima o financiamento de recursos federais para ações e serviços de saúde, bem como sua transferência, monitoramento e controle. Porém, o novo texto da proposta de reformulação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que entrou em vigor em Setembro de 2017, implica diversas mudanças que perpassam transformações de curto e longo prazo. Tal reformulação possui uma somatória de questões críticas que exigem uma reflexão e debate. Os pontos mais sensíveis deste novo cenário dar conta das mudanças em relação ao rompimento com a prioridade de expansão e consolidação da Atenção Básica como ponto central da organização do SUS, estabelecendo financiamento específico indiscriminado de modelos na atenção básica, além do que já são definidos pelo antigo texto da PNAB. Este cenário aparece como preocupante, haja vista que o fim dos blocos de financiamento do SUS, a favor da Saúde da Família e da Atenção Básica, forçando uma situação que não garante prioridade aos governos municipais. Outra questão tão presente na reformulação é a ameaça de diminuição da presença do Agente comunitário de Saúde, colocando em risco o papel desse profissional de acompanhar o território e fazer o elo entre o serviço de saúde e a comunidade. O conjunto de transformações ocasionadas pelo novo texto da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) pode vir a comprometer os avanços da rede básica, desde já vem sendo considerada um retrocesso dentro da política de saúde, como instaurar uma crise institucional que desarticule ações e diretrizes da AB e do SUS.

OS NASF's E SUA ATUAÇÃO JUNTO À REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE NATAL/RN: O NASF tem como objetivo no Brasil, aumentar efetivamente a resolutividade e a qualidade da Atenção Básica, e é constituído por profissionais de diferentes áreas, que devem atuar de maneira integrada, apoiando as práticas em saúde nos territórios, priorizando o atendimento compartilhado e interdisciplinar, tendo como público-alvo: as equipes de Atenção Básica/Saúde da Família e os usuários em seu contexto de vida. De acordo com Ministério da Saúde (2014), foi criado a Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008, republicada em 4 de março de 2008, se viu que era muita equipe a acompanhar e foi criada a Portaria de nº 3.124, de 2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a de nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012 que redefine os parâmetros de vinculação das modalidades 1 e 2 além de criar a modalidade 3.

Quadro 01 - Modalidades de Nasf, conforme a Portaria nº 3.124/2012.

Modalidades	Nº de Equipes Vinculadas	Somatória das Cargas Horárias Profissionais*
Nasf1	5 a 9 eSF***e/ou eAB**** para populações específicas (eCR**, equipe ribeirinha e fluvial)	Mínimo 200 horas semanais. Cada ocupação deve ter, no mínimo, 20h, e. No máximo, 80h de carga horária semanal.
Nasf2	3 a 4 eSF e/ou e AB para população específica (eCR, equipe ribeirinha e fluvial)	Mínimo 120 horas semanais. Cada ocupação deve ter, no mínimo 20h e, no máximo 40h de carga horária semanal.
Nasf3	1 a 2 eSF e/ou eAB para populações específicas (eCR, equipe ribeirinha e fluvial).	Mínimo 80 horas semanais. Cada ocupação deve ter, no mínimo, 20h e, no máximo, 40h de carga horária semanal.

Fonte: DAB/SAS/MS, 2013.

* Nenhum profissional poderá ter carga horária menor que 20 horas.

** Equipe Consultório na Rua.

*** Equipe Saúde da Família.

**** Equipe de Atenção Básica.

Hoje existem três equipes NASF na cidade de Natal. Cada equipe do NASF acompanha sete equipes de ESF por Distrito Sanitário.

Quadro 02 - Território coberto pelo NASF

Distrito Sanitário	Equipe Nasf
Norte I	1-África/ Pompéia/ Parque das Dunas
Norte II	2-Santarém/ Planície
Oeste	3-Nazaré/ Felipe Camarão

Fonte: Autoria própria, 2016.

AVANÇOS E LIMITES DA ATUAÇÃO DOS NASF'S EM NATAL/RN: No campo da saúde, visando à operacionalização do trabalho com o posicionamento do projeto ético-político, o profissional de Serviço Social sempre busca trabalhar a questão da equidade, de modo a poder acolher, produzir, organizar e compreender o contexto

social e econômico. Com capacidade de se articular com outras categorias e diferentes saberes, para potencializar o trabalho.

Os avanços alcançados:

- Capacidade de articular Gestão com Atenção, e poder reconhecer nos profissionais da Atenção Básica a importância do seu fazer profissional;
- Trabalhar de forma vinculada a fortalecer o trabalho em equipe;
- Conseguir fazer um trabalho de maneira cooperativa.

Os desafios enfrentados:

- Não perder a identidade da profissão;
- Ainda não consegue mensurar o impacto de uma UBS com NASF e outra sem NASF;
- Fragilidade na relação NASF/ESF;
- Trabalhar de forma intersetorial.

Dessa forma, o conjunto de atividades desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social, destaca por ser mediador e ter a capacidade de articulação nas políticas. Atuando de maneira a fortalecer as estratégias de encontros, a relação entre profissionais, quanto na implantação de serviços. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** O Núcleo de Apoio à Saúde da Família no município de Natal/RN é composto por profissionais de: Fisioterapia (6); Psicólogos (3); Farmacêuticos (3); Ed. Físico (3); Nutricionista (3) e Assistentes Sociais (3) sendo que 1 está no Nível Central. Cada equipe Nasf tem um ou dois profissionais de referência entre a atenção e gestão. O objetivo é conhecermos um pouco o processo de trabalho dos profissionais dos NASFs, atividades e ações que realizam, com o intuito de fazermos uma pesquisa que abarcasse avanços e dificuldades. Seguiremos com os dados obtidos através de gráficos.

Gráfico 01 - Existe planejamento articulado da ESF junto ao NASF?

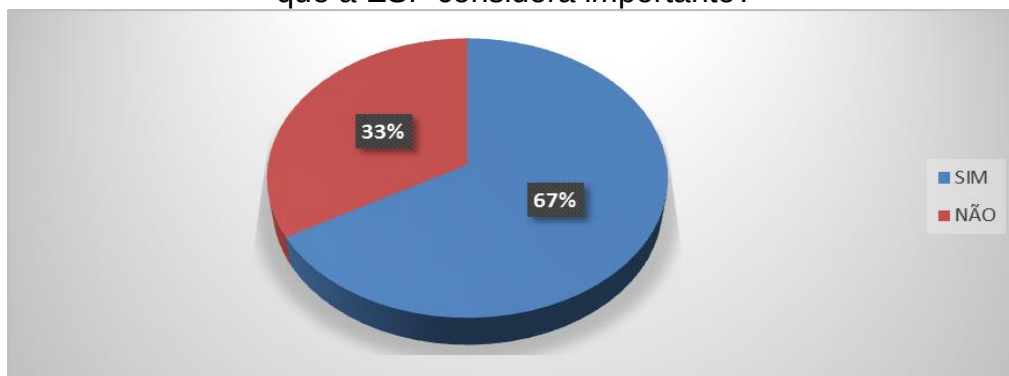


Fonte: Autoria própria, 2017.

Conforme os dados podem ver que 33% dos profissionais dos NASFs diz que existe um planejamento articulado junto com a Estratégia de Saúde da Família, mas 67% diz que esse planejamento acontece muito pouco. De acordo com os dados coletados analisamos que 100% dos profissionais entrevistados se reúnem para discutir processo de trabalho. Considerando a análise do resultado esse dado é um ponto positivo uma vez que provocar a reflexão sobre o seu fazer profissional, amplia o conhecimento, troca de saberes, interdisciplinaridade etc. O trabalho

interdisciplinar é uma ferramenta importante na articulação do processo de trabalho, uma vez que amplia ações e potencializa a integralidade.

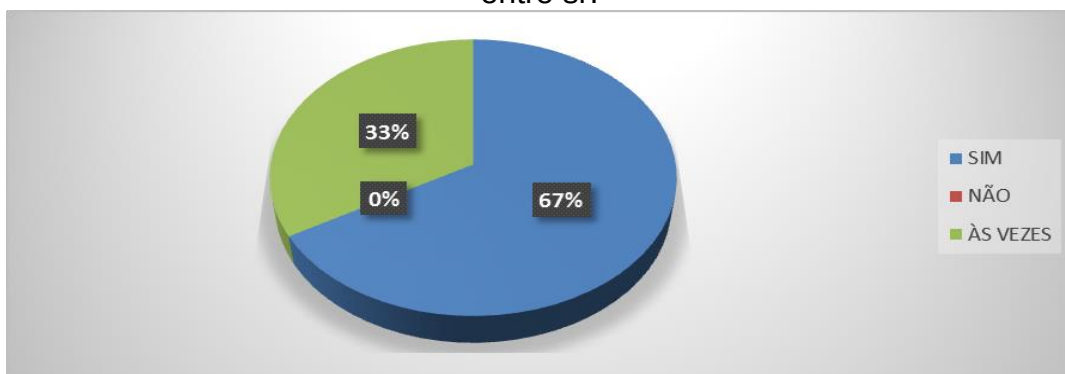
Gráfico 02 - O NASF promove momentos de educação permanente sobre os temas que a ESF considera importante?



Fonte: Autoria própria, 2017.

Em relação há momentos de Educação Permanente em que o NASFs promove a ESF considera importante, 67% dos profissionais do NASFs diz que sim, que a Estratégia de Saúde da Família considera importante, já 33% diz que não. Esse dado identificou-se um ponto importante tendo em vista a apresentação de suas dificuldades e desafios. Esse momento de Educação Permanente oportuniza os demais profissionais conhecer suas atividades e assim compartilhando e adquirindo propostas, é de suma importância para construir estratégia de cuidado e participação, nos permitindo um vínculo, um melhor acolhimento, corresponsabilização e apoio matricial. E uma das dificuldades que podemos observar por parte dos profissionais dos NASFs é a interdisciplinaridade com os demais. Ao abordar sobre se a equipe do NASFs realiza suas atividades de forma integrada com ESF, é notório perceber que 100% diz que sim. Uma vez que algumas ações são importantes para a construção do trabalho integrado, com a perspectiva da corresponsabilidade entre as equipes vinculadas. O diálogo interdisciplinar e as práticas devem ser a base para a integração, vale reforçar que essa atitude precisa ser tomada tanto pelos profissionais que compõem o NASF, quanto pela ESF.

Gráfico 03 - Os profissionais do NASF discutem propostas de ações e se articulam entre si?



Fonte: Autoria própria, 2017.

A figura acima mostra que 67% dos profissionais discutem propostas de ações e se articulam entre si, já 33% às vezes. Essas informações podem contribuir para a construção de ações mais coordenadas e adequadas aos problemas das equipes vinculadas, possibilitando que conheçam seus setores, profissionais, ações desenvolvidas etc. É uma iniciativa que favorece o trabalho articulado, integrado colaborativo. **CONCLUSÃO:** Pela observação dos aspectos analisados, percebemos que ainda não se consegue medir a importância de uma instituição composta por profissionais do NASF e outra sem. Pois mesmo com tantos avanços, ainda existe uma fragilidade em sua relação junto com a Estratégia de Saúde da Família. É importante que esse vínculo se fortaleça, para que atuem de maneira integrada, reconhecendo a importância do trabalho do outro, e que haja articulação com outras políticas para que tenha uma resolutividade positiva com uma escuta e acolhimento, nas ações e serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 1 v.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**: Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FIGUEIREDO, Elisabeth Nigliode. **A Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS**. 2011. Disponível em: <https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AUTORAS:

Alexandra Costa da Silva

Andreelly Cristina Bezerra Duarte

Lislaine Beatriz da Silva Marcolino

RESUMO: O presente trabalho trata da temática violência doméstica contra a mulher nos últimos cinco anos, no Brasil mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha de nº 11.340/2006. Tendo também como objetivo geral demonstrar que esse tipo de violência ocorre diariamente e que se transformou em um problema social, que causa danos irreparáveis nas mulheres vítimas desse tipo de violência. O contexto geral do trabalho aborda a violência doméstica no Brasil, expondo os tipos de violência doméstica que estão inscritos na Lei Maria da Penha. Este trabalho tem como objetivo específico analisar o aumento do índice da violência doméstica sofrida pela mulher, nos últimos cinco anos no Brasil. Justifica-se a partir da curiosidade em pesquisar a violência doméstica contra a mulher, após a Lei Maria da Penha. O mesmo foi realizado através de um levantamento bibliográfico, além de uma análise documental.

Palavras - chave: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Mulher.

INTRODUÇÃO: Segundo a Secretaria de Políticas para Mulheres, a violência contra a mulher pode ser considerada sexual, psicológica, física, financeira, entre outros. Sendo cometidos por familiares, principalmente por parceiros. Tais atos ocorrem em diferentes circunstâncias, fazendo com que as mulheres sintam-se submissas aos seus companheiros, tornando-os donos de sua vida. Muitas mulheres se sentem ameaçadas, por isso não conseguem denunciar. A violência doméstica contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos. Geralmente são responsabilizadas pela violência sofrida, minimizando assim a gravidade da questão devido os mecanismos históricos e culturais que geram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres, alimentando um pacto de silêncio e convivência com estes crimes. Com isso para tentar resolver esse problema foi criada em 7 de agosto de 2006, a lei Maria da Penha com o objetivo de aumentar o rigor das punições sobre os agressores de forma legal. Assim abordando todo tipo de discriminação contra a mulher. No Brasil, segundo dados da Secretaria de Política para Mulheres, uma a cada cinco mulheres é vítima de violência doméstica. Cerca de 80% dos casos são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Este trabalho de pesquisa surge a partir da problemática representada pela violência de gênero sofrida pela mulher, motivando a discriminação, a submissão, o desrespeito, a dependência, e assim tornando-se vulneráveis aos mais variados tipos de maus tratos. Este trabalho tem como objetivo analisar o aumento do índice da violência doméstica sofrida pela mulher, nos últimos cinco anos no Brasil. Este trabalho se justifica a partir da curiosidade em pesquisar a violência doméstica contra a mulher, após a Lei Maria da Penha. Esse trabalho foi realizado através de um levantamento bibliográfico, além de documental.

HISTÓRICO DAS LEIS SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER:

A violência doméstica contra a mulher ocorre no mundo inteiro, e atingem todas as classes sociais, sem distinção de cor, grau de escolaridade e status sociais, essas

agressões geralmente são praticadas por companheiros, familiares, e ex – companheiros, são várias as violências cometidas contra as mulheres, entre elas a psicológica, sexual, física, patrimonial, e emocional (Jornal da Record, 2017). A luta pelo fim da discriminação e violência contra a mulher não é recente. No ano de 1928, foi criada a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), criado na antiga denominação de União Pan-Americana atual organização dos Estados Americanos (OEA). A CIM tinha por objetivo principal a promoção e proteção dos direitos das mulheres. Na década de 1970, alguns movimentos feministas tentavam conscientizar a sociedade quanto a violência contra a mulher, considerando-o como um problema social. Com o aumento contínuo de casos de violência contra a mulher, surgiu a necessidade de medidas protetivas mais específicas, então em 1993 surge a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e a Declaração e Programa de Ação de Viena, que enfatizaram que:” os direitos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. No Brasil, uma tentativa da implantação de tais medidas foi a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, que ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará, realizada em 09 de junho de 1994. Em 2003, no Brasil foi publicada a lei 10.778 que estabeleceu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendidas em estabelecimentos de saúde públicos ou privados, tornando-se um dos instrumentos que possibilitou a análise dos dados sobre como, onde e com quem a violência doméstica mais ocorre. Os olhares começam a mudar referente à violência contra a mulher no Brasil, quando o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino- Americano de Defesa dos Direitos da Mulher em conjunto com uma vítima de violência doméstica de nome Maria da Penha Maia Fernandes formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, no Relatório nº54/01 de 04 de abril 2001 (referente ao ano 2000), quando da análise do mérito da referida denúncia que alegava a tolerância da República Federativa do Brasil para com a violência cometida pelo seu marido durante a convivência matrimonial que culminou na paraplegia irreversível da vítima denunciante. Após uma forte pressão exercida pelo movimento feminista, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a Lei nº 10.886 de 17 de junho de 2004 que “acrescenta parágrafos ao art.129 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica” (ALVES, 2006). Apesar de algumas medidas relevantes a proteção dos direitos da mulher, Maria Berenice Dias acredita que “não houve resposta eficaz ao problema da mulher que sofria, no âmbito das relações de familiares e de afetos, a violência praticada por aqueles que deveriam protegê-la” (DIAS,2007). No ano de 2006, por recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi criado o projeto de lei nº37 da Câmara dos Deputados, tendo como relatora a senadora Lucia Vânia, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art.226 da Constituição Federal de 1988, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher dispõe sobre a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Em 07 de agosto do ano de 2006 foi promulgada pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a Lei nº11,340/2006 que entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano: a Lei Maria da Penha. Este trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de relatar a luta contra a violência doméstica

sofrida por mulheres de todas as classes sociais nos últimos cinco anos. **ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:** Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006), ainda sim, hoje contabilizamos 4,8 assassinatos a cada 100mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. Segundo o Mapa de Violência 2015, dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex parceiros. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios feminino diários em 2013. O número de medidas protetivas cresce, mas não garante a segurança das mulheres. A justiça brasileira, recebeu em 2015, 263.426 novos processos referentes a violência doméstica familiar contra a mulher. O número é 10% maior que o de 2014. Os dados foram divulgados pelo Departamento de Pesquisas Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ), que também apurou o número de medidas protetivas aplicadas pela justiça. Somente em 2015, ao menos 328.634 medidas protetivas foram aplicadas para salvaguarda a vida de mulheres ameaçadas pela violência dos companheiros, ex companheiros, pai, ou irmãos. A violência contra a mulher é recorrente. Cerca de 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente em 2016. Segundo dados do ligue 180, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, há um crescimento de 133% no volume de relatos de violência doméstica e familiar em 2016. Apenas no período do carnaval de 2017, a Central de Atendimento à mulher, ligue 180 registrou 2.132 atendimentos a mulheres vítima de diversos tipos de agressão. A violência física foi o principal motivo das ligações de denúncias, 1.136 contatos, seguido da violência psicológica com 671, violência sexual com 109, violência moral com 95, cárcere privado com 68, violência patrimonial com 49 e tráfico de pessoas com 4 atendimentos. Os atendimentos relativos a relatos de violência sexual tiveram aumento de 87,93%, quando comparamos com o carnaval de 2016. Apesar da Lei Maria da Penha, dar respaldo as mulheres vítima de violência, observa-se que os números atuais ainda são muito altos. São 11 anos da Lei nº11. 340, que tem em seu contexto o mecanismo para coibir a violência doméstica contra a mulher. **CONCLUSÃO:** No entanto, um dos grandes desafios atuais é pensar em propor ações, para punir e tratar os agressores, pois apenas encarcerar não é o bastante. O apoio às vítimas de violência doméstica ainda se faz de maneira precária, seria necessário mudanças na forma desse atendimento, como também uma mudança cultural, inclusive nas instituições de Segurança e Justiça. No sentido de contribuir seria importante a interdisciplinaridade uma vez que novos saberes de diversas áreas de conhecimento possa aprimorar a prática da escuta as mulheres vítimas da violência, no principio da integralidade a assistência e a saúde. É necessário que trabalhem de forma articulada e responsável e que inclua diversos setores como, educação, bem estar social, segurança, educação e jurídico. Isso ajuda na superação nos agravos dessa violência sofrida pelas mulheres e pela família.

REFERÊNCIAS

LEI MARIA DA PENHA: Uma breve abordagem histórico-social que a antecedeu em contrapartida à alegação de inconstitucionalidade por inobservância do princípio da isonomia. Disponível em: < http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima6/TCC-Luciane-Jost_JUL2011.pdf. Acesso em: 16 set. 2017.

PROJETO MARIA DA PENHA. A História da Maria da Penha. Disponível em <<http://www.mariadapenha.org.br/a-lei/a-historia-da-maria-da-penha/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA. Disponível em: Blogueirasfeministas.com/2017/08/11-anos-da-lei-maria-da-penha-11-dados-recentes-da-violencia-contr-a-mulher-no-brasil/. Acesso em: 03 out. 2017.

ALGUNS NÚMEROS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contr-a-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 08 out. 2017.

ATUAÇÃO DO GACC EM NATAL/RN

AUTORAS:

Alexandra Costa da Silva
Andreelly Cristina Bezerra Duarte
Lislaine Beatriz da Silva Marcolino

RESUMO: O presente trabalho é resultado de um estudo sobre o Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC, tendo como objetivo geral realizar ações sócio educativas junto aos usuários do GACC, para que haja o fortalecimento de sua autonomia no exercício da cidadania, com o intuito de esclarecer o papel da política de assistência social. Este estudo teve como objetivos específicos: Promover a interação e a troca de experiências entre os acompanhantes dos usuários do GACC; Contribuir para o esclarecimento da política de assistência e os direitos e deveres dos usuários; e, estimular os(as) acompanhantes a serem transmissores de conhecimento acerca dos direitos e deveres esclarecidos. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, as observações feitas no decorrer dos cadastros feitos por parte da assistente social no GACC com os usuários e acompanhantes, analisamos também como se dá a metodologia do trabalho do profissional desse serviço, e também rodas de conversas com acompanhantes dos usuários e um momento de esclarecimento de dúvidas. Finalizando com os resultados bastante satisfatório, pois conseguiu atingir com eficácia o objetivo.

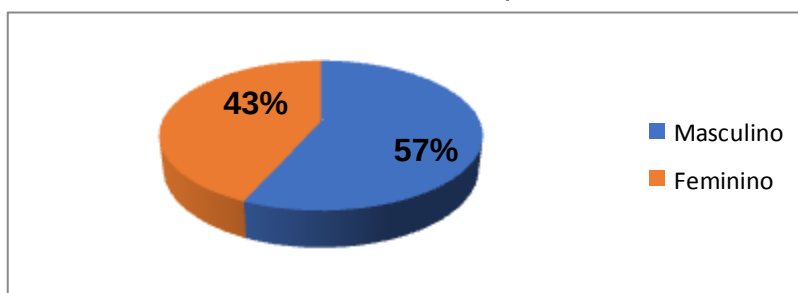
Palavras - chave: Assistência Social. GACC. Direitos.

INTRODUÇÃO: O GACC é o Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Rio Grande do Norte, trata de uma ONG, que tem como finalidade promover e desenvolver sem fins lucrativos, atividades educativas, recreativas, socioculturais e de assistência psicossocial às crianças e adolescentes em tratamento oncológico e hematológico, bem como coordenar programas e projetos de apoio assistencial, aperfeiçoamento de recursos humanos e desenvolvimento técnico-científico. Em meados de 1988 surgiu com um pequeno grupo de voluntários que trabalhava de forma individual e descentralizada, que observava a expansão das dificuldades das crianças do Hospital Infantil Varela Santiago – HIVS e seus acompanhantes de iniciarem e darem continuidade ao tratamento, por não terem condições de financeiras para arcar com despesas. Em 2002 o grupo alugou uma casa vizinha ao HIVS, onde foi reformada com o auxílio da sociedade e funcionou até 2006. Nesse mesmo período, deu-se início a uma mobilização para a construção de sua sede com o apoio da então TV Cabugi e a Tribuna do Norte, reunindo também a sociedade civil e empresários em prol da campanha “Super Amigo GACC”, causa essa, abraçada por voluntários, colaboradores e simpatizantes. Nesse meio tempo, o lar da esperança já havia sido inaugurado e tempo depois se mudou novamente para um lugar maior. Este trabalho de pesquisa veio na concepção de realizar ações sócio educativas junto dos usuários do GACC, para que haja o fortalecimento de sua autonomia no exercício da cidadania, com o intuito de esclarecer o papel da política de assistência social; e como objetivos específicos: Promover a interação e troca de experiências entre os acompanhantes dos usuários do GACC; Contribuir para o esclarecimento da política de assistência e os direitos e deveres dos usuários; e, estimular os(as) acompanhantes a serem transmissores de conhecimento acerca dos direitos e

deveres esclarecidos. A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, as observações feitas no decorrer dos cadastros feitos por parte da assistente social no GACC com os usuários e acompanhantes, onde analisamos como se dá a metodologia do trabalho do profissional desse serviço, utilizamos também as rodas de conversas com acompanhantes dos usuários. **POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** No Brasil, a assistência social tem suas raízes fixadas na honorabilidade e filantropia, onde também é caracterizada pelo assistencialismo e clientelismo. As primeiras iniciativas de assistência social foram dadas pelas damas da caridade, dando assistência aos menos favorecidos, que eram ligadas a igreja católica. No período da revolução industrial na década de 1930 a assistência aos “pobres” se apresentou, quando apareceram as primeiras escolas de serviço social, tendo o surgimento das escolas de serviço social no Brasil em decorrência ao domínio da ação social católica, acontecendo que o estado não atendia a questão social, sendo uma preocupação das sociedades ao longo dos tempos. No Brasil, em meados de 1930 o Estado evidencia a assistência social trazendo a então questão social a agenda política. Em virtude dos movimentos das lutas sociais e trabalhistas foi notória atuação social do Estado. Onde a questão social é reconhecida no cenário político para garantia do bem-estar mínimo, exclusivamente às necessidades do trabalhador. Na era Vargas foram aumentado o número de leis trabalhistas e mecanismos de implementação, como foi criado o ministério do trabalho, industrial e comércio, e se consolidaram as leis do trabalho, CLT. Tendo também os Institutos de aposentadorias e pensões - IAPs, que trabalhava no sentido de seguro. Tendo um uso do benefício apenas para quem pagava a contribuição, ocorrendo um sistema de proteção social. No decorrer dos anos o Estado voltou mais aos excluídos do sistema de previdência social. O Estado então assim, criou a Legião Brasileira de assistência, a LBA e conselho nacional de Serviço Social, sendo ordenado por pessoas recomendadas pelo então presidente Vargas, sem nenhum controle social as verbas eram repassadas para essas instituições. A LBA teve de objetivo ajudar às famílias dos soldados enviados a guerra, depois passou atender os acometidos pela pobreza. A LBA teve uma abrangência de nível nacional de assistência, sendo a primeira. Contendo a primeira-dama, Dercy Vargas á frente, e outras senhoras da sociedade, dando início ao primeiro-damismo junto à assistência social. Com o final da guerra, a instituição passou a ser um mediador de assistência as famílias em necessidades gerais. Com o aumento do custo de vida, aconteceram conflitos nos setores de agrícolas e econômicos. Iniciando assim no governo Vargas uma perda de forças onde o país confrontava um governo descentralizado. Em 1946 foi promulgada uma nova constituição federal Brasileira que foi inovador para época, um grande avanço para democracia dos cidadãos, a carta magna significou um grande retrocesso político e civil. Mesmo assim, na área social pouquíssima coisa teve mudança, pois a LBA veiculou com uma criação são comissões municipais, ficando um disposto ao voluntariado 100% feminino. Com o golpe militar em 1964, assistência ficou mais seletiva e difícil aos pobres, por outro lado amplificado a previdência social com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, dando uma assistência ao trabalhador do campo com seus direitos. Nessa mesma conjuntura foi criado o instituto nacional de seguro social, o INSS. O Brasil na década de 80 vivencia uma intensa movimentação popular, com o início de uma evolução do atual Sistema de Proteção Social são estabelecidas. Afirmando assim assistência social como uma política pública e integrando a seguridade social juntamente com a saúde e previdência, sendo assim o tripé da seguridade social a

partir da constituição de 1988. Uma constituição sendo representadas por lutas populares, grandes conquistas na área social, certificação do Estado sobre assistência como direito de todo cidadão. Em 1993 é autenticado a Lei 8.742, de 07/12/1993 (LOAS) Lei Orgânica da Assistência Social, que tem como princípio defender cidadãos identificados em situação de vulnerabilidade social. A LOAS veio para validar a política de assistência social enquanto política pública isenção dos direitos que considera a emancipação e autonomia do sujeito durante cidadão social. O conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em 2004 aprova a Política de Assistência Social na expectativa de realização do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. A PNAS é regida pelos seguintes princípios: I – Primazia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rendimento econômico; II – Universalidade dos direitos sociais, com a finalidade de tornar o destinatário da ação, atingível pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, sua autonomia e o seu direito aos benefícios e serviços com qualidade, assim como à convivência familiar e comunitária, impedindo qualquer situação humilhante de necessidades; IV – Igualdade de direitos à acesso ao atendimento, sem que haja discriminação, garantindo a equivalência às populações urbanas e rurais; V - Divulgação abrangente dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais, como também dos recursos oferecidos pelo Poder Público e seus critérios para concessão. As diretrizes, I - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e controle único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diversidades e características socioterritoriais locais; II - Atuação da população, por meio de organizações representativas, na elaboração das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - Prioridade da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; IV - Unicidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. A partir da constituição de 1988, o SUAS veio a comprovar a assistência como política pública de direito para todo cidadão e atribuição do Estado. O GACC E SEUS USUÁRIOS NA INSTITUIÇÃO: O público atendido são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com problemas oncológicos e hematológicos, podendo em alguns casos passar esse limite de faixa etária, levando em consideração que o período de tratamento chega aos cinco anos, e os adolescentes podem ser cadastrados no GACC até os seus 17 anos e 11 meses. Os mesmos são advindos de Natal, de cidades vizinhas a capital e do interior do Estado e suas famílias, em sua grande maioria, vivem de um salário mínimo para sustentar todos os membros familiares que convivem no mesmo espaço. Renda essa que, quando não provêm do Programa Bolsa Família, BPC e/ou outros, vem do único provedor da casa, o qual muitas vezes é o homem, pois as mulheres tendem a abandonar tudo, inclusive seus trabalhos para se dedicarem ao tratamento dos filhos, netos e/ou sobrinhos. Podemos fazer uma melhor observação desses dados nas imagens a seguir:

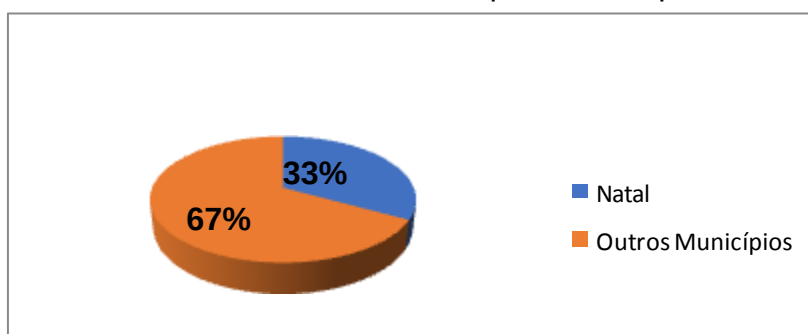
Gráfico 01 - Sexo dos pacientes



Fonte: Autoria própria, 2016.

De acordo com os dados atualizados do serviço social, há um maior número de cadastrados para o sexo masculino, onde são 172 meninos para 132 meninas, totalizando 304 atendidos e a faixa etária predominante é de 05 a 11 anos.

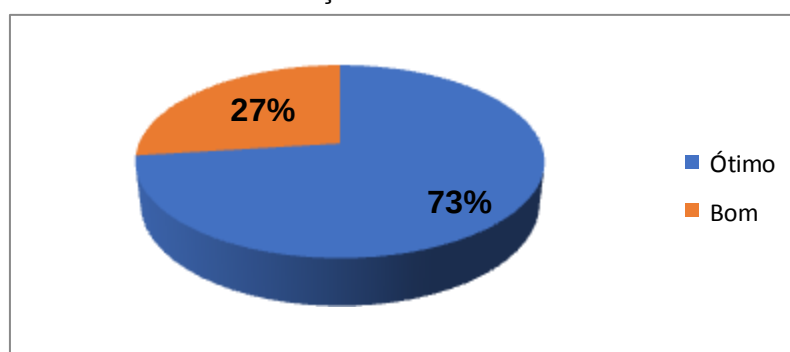
Gráfico 02 - Oriundos de quais Municípios



Fonte: Autoria própria, 2016.

Uma das dificuldades apontadas para a realização do tratamento foi o transporte e como podemos observar nesse gráfico, isso se dá devido à maioria ser de outros municípios, sendo necessário o deslocamento, pois não encontram a devida assistência em seus municípios, tendo muitas vezes seu direito negado.

Gráfico 3 - Avaliação do atendimento do GACC



Fonte: Autoria própria, 2016.

Essa avaliação mostra que os usuários depositam sua confiança, expectativa e esperança no GACC, e que apesar dos desafios impostos, a instituição busca atender as necessidades básicas, mesmo sendo numa perspectiva de ajuda. **CONCLUSÃO:** No entanto, um dos grandes desafios é que essas atuais usuários veem o GACC não como um apoio, mas como uma forma de assistência integral.

Dai a dificuldade enfrentada pelo Serviço Social em efetivar a assistência como política, onde a mesma perpassa o fazer na instituição, e passar a informação aos usuários que eles são sujeitos de direitos fazendo-os entender o seu papel na sociedade em que vive em busca de cidadania. A profissão de forma clara e ética sempre busca orientar socialmente, politicamente e economicamente os usuários. Mesmo o assistencialismo sendo firmado na instituição, procurando direcionar o direito e a cidadania dos usuários, no sentido de contribuir para autonomia dos usuários daquela instituição. É necessário que a instituição trabalhe de forma articulada com os usuários e a equipe multidisciplinar ainda mais e busquem a automação desses direitos e que incluam diversos setores como, educação, bem estar social, segurança, educação e jurídico. Isso ajudará na garantia dos direitos destes usuários, como também da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. In: **Coletânea de Leis**. CRESS, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**, [2011- 2014].

HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. Disponível em:: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.gaccrn.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MAPEAMENTO SOCIAL DOS ALUNOS BOLSISTAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES- CNSN

AUTORAS:

Adriana Conceição Silva Costa

Josilene Eugenio da Silva

Maria Simone Duarte Gomes

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

RESUMO: Este artigo tem como objetivo mapear o perfil dos bolsistas da 1ª série do ensino médio assistidos pelo PAS. O estudo proposto constitui parte do nosso trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social, como exigência para obtenção do título, de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Facex - UNIFACEX. Para atingirmos nossos objetivos realizamos pesquisas documentais e bibliográficas, tendo como principais referências: Documento Privativo do Colégio Nossa Senhora das Neves (2015), Lakatos (2007), Bardin (1977), Freire (2008), Cury (2002), Vasconcelos (2004). O artigo está constituído de três partes, na primeira conceituamos a que se refere mapeamento social, em seguida fizemos uma breve apresentação sobre a instituição onde a pesquisa foi realizada e finalizamos com os resultados e discussões da referida pesquisa.

Palavras - chave: Mapeamento social. Bolsistas. Inclusão.

INTRODUÇÃO: Mapeamento social é utilizado para identificar a posição referente às famílias, como também a classificação de diversos tipos de pessoas, juntamente com o arcabouço social e as instituições de uma determinada área. O sistema de ensino não dar conta da realidade social e econômica vivenciada por boa parte da população infanto- juvenil, em consequência dessa ausência surgem programas de ações socioeducativas, sendo esses facilitadores de acesso aos serviços. O Colégio Nossa Senhora das Neves- CNSN é certificada como entidade de Assistência Social, desse modo o Serviço Social dentro da instituição vem atuando junto ao Programa de Assistência Socioeducacional- PAS que se destina a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para cursos de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Na vivência do estágio supervisionado no CNSN, tivemos como objeto de estudo o perfil socioeconômico dos bolsistas que são atendidos pelo PAS. Deste modo, selecionamos os alunos bolsistas da 1ª série do ensino médio para realizarmos um mapeamento social. Tendo em vista que esses alunos se encontram no início da modalidade de ensino, foi possível através do diagnóstico dos resultados da pesquisa identificar as necessidades econômicas e pedagógicas desse alunado. Dessa forma este trabalho teve como objetivo geral: mapear o perfil dos bolsistas da 1ª série do ensino médio assistidos pelo PAS. Em se tratando dos objetivos específicos pretendeu-se atingir os seguintes: analisar no ambiente escolar a contribuição do Serviço Social da instituição na política de inclusão direcionada aos alunos bolsistas, observar como a instituição vem contribuindo com a garantia de direitos dos bolsistas do referido programa e identificar como se dar o processo de inclusão dos referidos alunos. Diante do pressuposto do objetivo geral e dos objetivos específicos, a metodologia se deu a

partir da pesquisa de tipo analítica, de cunho qualitativa e quantitativa, tendo como técnica de coleta de dados, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. **MAPEAMENTO SOCIAL A QUE SE REFERE?** Mapeamento social é uma forma de apresentar a localização de famílias e a identificação de vários tipos de pessoas, juntamente com sua estrutura social e as instituições de um espaço. Pode-se ser usado para apontar dados da infra-estrutura, da demografia, do modelo de saúde, da riqueza de uma comunidade; como também para identificar grupos sociais diferentes através de informações locais definidas; avaliar instituições sociais e as diversas opiniões dos integrantes da localidade vinculadas a essas instituições. O Mapeamento social se refere a uma análise total da estrutura de uma comunidade, das diferenças entre as famílias com base em situações de ordem social e econômica. **APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:** O Colégio Nossa Senhora das Neves - CNSN está localizado na Praça Pedro Segundo, 1055, Alecrim, Natal- RN, inscrito no CNPJ 07.293.814/0001-00, telefone (084) 3215-7100, e-mail cnsn@colegiodasneves.com.br, tendo como Diretora Irmã Marli Araújo da Silva, Diretora financeira Irmã Maria Beatriz Araújo de Medeiros e Vice-Diretora Pedagógica Adalgiza Maria Alves de Medeiros (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES, 2015). O CNSN tem sua origem ligada com a vinda das Irmãs Filhas do Amor Divino para Natal em 1932. Nessa época o Nordeste passava por uma forte crise financeira causada pela seca que assolava a região. As Irmãs que já faziam um trabalho de evangelização por meio da educação em Caicó – RN, desde 1925 estavam tendo dificuldades para se manterem. Com a autorização da Superiora Geral, Madre Kostka Bauer, vieram até Natal em busca de ajuda e conselhos para um outro campo de atuação. Ao chegarem a capital consultaram o Bispo Dom Marcolino Esmeraldino de Souza Dantas, que antes de 15 dias, no dia 05 de agosto enviou um telegrama à superiora de Caicó Madre Alberta Garimberti convidando-a a vir à Natal (COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES, 2015). O CNSN, entidade de educação e de assistência social, certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, tem em suas certificações o Título de Utilidade Pública, que possibilita, por meio deste programa, a inclusão social de alunos carentes ao universo escolar⁷⁴. **METODOLOGIA:** Nessa construção teórica sobre a problemática estudada, foram utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas, tendo como principais referências os autores: Documento Privativo do Colégio Nossa Senhora das Neves (2015), Lakatos (2007), Bardin (1977), Freire (2008), Cury (2002), Vasconcelos (2004). A referida pesquisa é analítica tendo por base uma investigação qualitativa e quantitativa. De acordo com Lakatos (2007) a pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. No que diz respeito à pesquisa quantitativa, é um método de pesquisa social que utiliza técnicas estatísticas, normalmente implica a construção de inquéritos por questionário. No primeiro momento utilizamos a pesquisa documental no acervo do CNSN, com a finalidade de investigar o perfil dos bolsistas da 1ª série do ensino médio assistidos pela instituição. Dando continuidade realizamos no segundo momento a tabulação dos dados mapeados sobre esses sujeitos pesquisados, e no terceiro momento concretizamos com uma análise das informações coletadas. Para a organização e análise das referidas informações, utilizamos como instrumento metodológico a análise de conteúdo⁷⁵. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No decorrer

⁷⁴ Informação coletada em: Documento Privativo do Colégio Nossa Senhora das Neves.

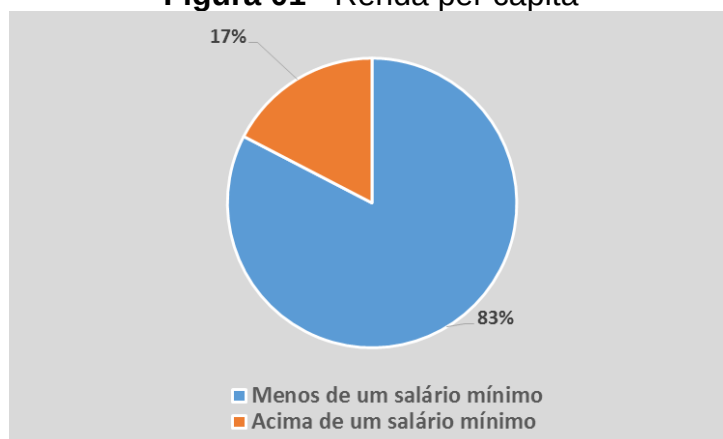
⁷⁵ “Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

da vivência do estágio supervisionado no CNSN, houve a necessidade de buscarmos conhecer o perfil socioeconômico dos bolsistas que são atendidos pelo Programa de Assistência Sócio Educacional e identificar como se dar o processo de inclusão dos referidos alunos. Sendo assim, escolhemos os alunos bolsistas da 1ª série do ensino médio para realizarmos um mapeamento social, tendo em vista que esses alunos se encontram no início da modalidade de ensino, e será possível através do diagnóstico dos resultados da pesquisa identificar as necessidades econômicas e pedagógicas, sugerir ações que garantam melhor qualidade de atendimento na educação básica, ou seja, tendo posse destes dados a escola poderá ter melhor desempenho em suas ações e proporcionar acesso àqueles que não têm condições financeiras às atividades extras curriculares. A inclusão dos alunos bolsistas na instituição é de grande relevância, pois contribui para que os mesmos participem de toda vivência escolar e tenha seu direito a educação contemplado. Segundo FREIRE (2008): Independentemente das suas características e diferenças, a inclusão almeja garantir que todos os alunos atentem a uma educação de qualidade e apreciem momentos significativos. Ainda de acordo com autora citada:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (FREIRE, 2008, p.05).

Sendo o projeto de pesquisa pertinente aos alunos bolsistas da 1ª série do ensino médio, construímos um mapeamento social com base em informações coletadas do SIGA⁷⁶ do CNSN. São 23 estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Sócio Educacional, que oferece bolsas de estudos aos alunos de famílias carentes. Deste modo, avaliamos as características relacionadas a este público em particular.

Figura 01 - Renda per capita



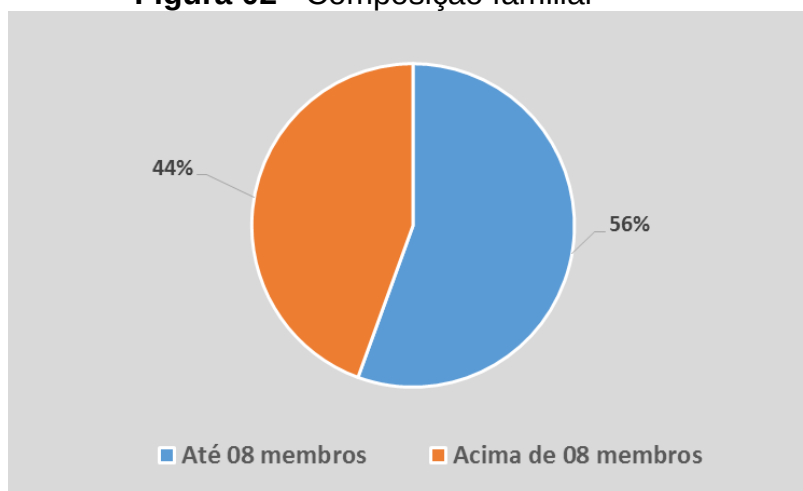
Fonte: Autoria própria, 2017.

que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

⁷⁶ Sistema de Informações de Gestão Acadêmica.

Conforme descrito no gráfico acima, verificamos que a maioria das famílias dos alunos alvos da pesquisa tem sua renda per capita abaixo de um salário mínimo, percebe-se que em relação a esta série as ofertas de bolsas são de porcentagem significativa para famílias de baixa renda. Com isso é importante ressaltar que a instituição sendo uma associação civil, educacional, filantrópica e de assistência social, cumpre as regras, com base na legislação vigente⁷⁷, concedendo anualmente um percentual de bolsas de estudos às famílias de baixa renda. Segundo Cury (2002), na realidade do Brasil a permanência e o acesso dos estudantes na escola é determinada pela distribuição de renda e da riqueza do nosso país. O aumento da permanência dos alunos na escola vai depender da garantia do direito ao saber, que é possível através de um padrão de qualidade que pode ser desenvolvido. Ainda de acordo com o autor, considerando esta realidade social e econômica descritiva e analiticamente, é possível percebê-lo como capacidade de superação através de políticas sociais redistributivas e observar a situação da educação escolar enquanto princípios metodológicos que são essenciais para uma avaliação das políticas educacionais. Ou seja, afirmar a decisão socioeconômica sobre a educação não é negar as determinações internas a ela.

Figura 02 - Composição familiar



Fonte: Autoria própria, 2017.

Na contemporaneidade as configurações das famílias vêm se modificando, nesse sentido, novos modelos de família são encontrados na sociedade. Conforme Silva:

A noção mais generalizada de família encontra-se ligada à ideia de um grupo, formado por um casal e seus filhos (família nuclear), tratando a família como uma concepção natural, estática e universal, vista como uma relação sempre existente e a-histórica. Entretanto a família é uma construção social, uma instituição social, por isso é preciso ter uma visão crítica para compreendê-la desnaturalizando-a e analisando a família na perspectiva sócio histórica, ou seja, observá-la em suas constituições nas diferentes épocas da história e nos diferentes locais (SILVA, 2008, p. 2 a 3).

No gráfico 02, percebe-se que a maioria das famílias dos bolsistas é composta por até 08 membros. De acordo com o levantamento de dados observamos que a maioria das famílias tem em sua composição familiar no máximo 02 filhos. É nítido com a análise desse gráfico que na sociedade contemporânea a uma grande

⁷⁷ Lei nº 12.101, de 27 nov. 2009.

tendência para a diminuição do número de membros nas famílias. Esse fato pode estar relacionado as mudanças que vem ocorrendo no conceito de família ou nas transformações do mundo do trabalho que ocasiona uma diminuição na vida econômica das famílias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** No decorrer da pesquisa, observamos que o Serviço Social na instituição vem atuando junto ao Programa de Assistência Sócio Educacional que é destinado a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, garantindo assim, o direito a educação que é estabelecido em nossa constituição. A instituição por ser uma entidade de educação e de assistência social, possibilita a inclusão dos alunos de baixa renda no ambiente escolar em consonância com o Programa de Assistência Sócio Educacional, contribuindo também para que os bolsistas se sintam acolhidos na referida instituição, dando aos mesmos a oportunidade de terem uma educação de qualidade. A inclusão dos referidos alunos se dar através do processo seletivo das bolsas de estudos parciais e integrais que é composto por publicação de edital, preenchimento da ficha socioeconômica (conforme pré-requisitos do edital), avaliação do Serviço Social e, por fim, assinatura do contrato de prestação de serviço assistencial. Podem candidatar-se as bolsas parciais e totais, os estudantes que: tenham uma renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo ou que sejam portadores de necessidades especiais (na forma da lei), entre outras carências. O programa não remete somente a inclusão dos alunos, mas possibilita o acompanhamento dos mesmos no processo sócio- educativo, na avaliação pedagógica e no apoio às famílias através de projetos que visam à formação do conhecimento e da cidadania. Diante da experiência vivida no CNSN, foi perceptível observamos que o Estado não cumpre com o seu dever de oferecer educação de qualidade para todos. Diante desse contexto, a responsabilidade é passada para a sociedade civil, incluindo assim, instituições de cunho social e educacional que passam a oferecer seus serviços atendendo uma parte mínima da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; Presidência da República. Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES. **Projeto Político Pedagógico**. 2015. Disponível em: <<http://colegiodasneves.com.br/colegio/projeto-politico>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v.23, n.80, p.168-200, set. 2002.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, v. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Grupo Banco Mundial. **Ferramenta: Mapeamento social**. Disponível em:
<http://web.worldbank.org/archive/website01031/WEB/0__C-169.HTM>. Acesso em:
22 ago. 2017.

_____. **História da Fundação**. Disponível em:
<<http://colegiodasneves.com.br/congregacao/historia-da-fundacao>>. Acesso em: 30
ago. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. **Metodologia do Trabalho Científico**.
4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Jéssica Caroline Medeiros. Família: Demandas para o Serviço Social.
In: _____ **TIC - Encontro de Iniciação Científica, Nº 4**. Faculdades Integradas
"Antônio Eufrásio de Toledo". Presidente Prudente/SP, 2008.

VASCONCELOS, Vanessa Cristina. **Os programas de apoio sócio-educativo..**
[s.l.]: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

FARMÁCIA

CONTRIBUIÇÕES DA FARMACOGENÉTICA PARA SAÚDE HUMANA

AUTORAS:

Delanne Cristina Souza de Sena Fontineli
Narita Renata de Melo Seixas
Rafaela Camara Bezerra
Sabrina Karolaine Irineu de Araújo Sousa

RESUMO: Estudos em farmacologia tornaram perceptível que a eficácia de um fármaco pode variar de pessoa para pessoa, o que pode estar relacionado à modificações nos genes responsáveis por codificar proteínas alvo e enzimas que metabolizam essas drogas, essas modificações são identificadas como polimorfismo genético. A farmacogenética é a o campo da farmacologia clínica que estuda como as variedades genéticas entre os indivíduos podem afetar as respostas farmacológicas a um determinado medicamento a partir do isolamento dos genes, visando garantir a segurança e eficácia ao uso dos fármacos pela personalização da terapêutica. Diante dessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar as contribuições que o avanço da farmacogenética pode proporcionar através da individualização da terapêutica salientando a importância do mapeamento genético para a saúde humana.

Palavras - chave: Farmacogenética. Polimorfismo. Mapeamento genético.

INTRODUÇÃO: A farmacologia é uma área da ciência quantitativa, que visa o estudo dos fármacos baseando-se na relação entre quantidade de fármaco e efeitos causados ao organismo, cuja relação depende principalmente do processo farmacocinético que é responsável pelos processos de absorção, distribuição, metabolização e excreção do medicamento presente no organismo e do processo farmacodinâmico que trata da interação do medicamento com seus receptores (SUAREZ-KURTZ, 2004). Um grande problema enfrentado pela farmacologia é a variabilidade nas respostas farmacológicas, o que evidencia que há diferenças entre os indivíduos que podem estar ligadas a fatores ambientais ou ainda ligadas diretamente à alterações no sequenciamento genômico, podendo afetar receptores, proteínas transportadoras ou enzimas metabolizadoras de fármacos. Diante disso, tornou-se necessário o aprofundamento dos estudos sobre a farmacogenética, uma vez que a mesma trata dessas alterações e suas influências nas variadas respostas que um mesmo medicamento pode causar em diferentes pacientes. A farmacogenética surgiu na década de 50 devido a observações de efeitos adversos causados por alguma deficiência metabólica, como por exemplo, o relaxamento muscular prolongado devido ao uso de suxametônio em pacientes com deficiência na enzima acetilcolinesterase e a hemólise que acomete pacientes em tratamento com antimalárico devido a deficiência da enzima glicose-6-fosfato desidrogenase, entretanto, essa ciência só se expandiu no advento do Programa Genoma Humano (PGH) (SILVA; ANDRADE, 2008). Sabe-se que entre dois indivíduos que apresentam o mesmo diagnóstico e tenham sido submetidos a mesma linha de tratamento, é possível e comum que eles respondam de formas diferentes a determinado medicamento. Habitualmente é utilizado alguns parâmetros para determinar a dosagem “correta” de determinados fármacos, entre eles estão: idade, peso, sexo, entre outros. A farmacologia clínica por meio da individualização da

terapêutica ganha facilidade em especificar um medicamento de acordo as variações que podem ser germinativas (polimorfismo genético) ou mutações somáticas. A individualização terapêutica permite que o tratamento seja específico a cada indivíduo visto que, mesmo que o diagnóstico clínico seja o mesmo para várias pessoas, os fatores genéticos interferem nas reações ao medicamento, portanto é necessário que a prescrição seja realizada de maneira a evidenciar o medicamento específico e na posologia correta para cada indivíduo (SUAREZ-KURTZ, 2004). Associado ao emprego do mapeamento genético que consegue através de análises dos genes identificar a frequência de transmissão de genes característicos, é possível prever a prescrição de medicamento para cada paciente, eliminando assim os efeitos adversos e possíveis toxidades causadas pelos fármacos (CHAUTARD-FREIRE-MAIA, 1995). Diante das informações apresentadas anteriormente, esta revisão bibliográfica tem como objetivo expor as contribuições que a farmacogenética e a farmacogenômica podem trazer para a área da farmacologia clínica por meio da individualização da terapêutica, evidenciando também a importância do mapeamento genético para a saúde humana. **METODOLOGIA:** O desenvolvimento deste estudo foi realizado a partir de revisão de literatura direcionado ao assunto em discussão, fizemos uso do método de levantamento bibliográfico do tipo exploratório, visando proporcionar uma maior familiaridade com o problema em questão (GIL, 2008). Para atender o objetivo proposto, a busca por artigos a materiais relacionados foi realizado utilizando alguns bancos de dados como o Periódico *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e revistas online, utilizando os descritores: Farmacologia Clínica, Farmacogenética, Mapeamento Genético e Polimorfismo Genético. A busca pela literatura (artigos e livros) aconteceu no período de agosto a outubro de 2017. Como critério de inclusão, priorizamos os artigos escritos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 1995 e 2013, dos quais tomamos como base 10 textos, que nos auxiliaram na elaboração desse estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A farmacogenética e a farmacogenômica são áreas da farmacologia clínica pouco conhecidas, mas que vem ganhando cada vez mais espaço na área farmacêutica devido a necessidade de examinar e estudar as mais diversas interações de fármacos com determinados genes. A variabilidade genética dos organismos possibilita reações diversas quando o mesmo interage com determinado medicamento, isso acontece porque todo indivíduo possui uma carga genética distinta que faz com que cada organismo reaja das mais variadas formas diante de fatores biológicos (LINHARES; NORONHA; SILVA, 2009). Farmacogenética é o estudo de genes isolados e os efeitos que causam nas variações de respostas farmacológicas, a partir de uma característica genotípica específica de cada indivíduo. Enquanto a farmacogenômica estuda a reação de diversos genes a um fármaco específico (PESSOA; NACUL; NOËL, 2006). Contudo, as repostas terapêuticas podem estar intimamente ligadas ao polimorfismo genético que se dá a partir de variações nas sequências de nucleotídeos do DNA, produzindo uma característica específica para cada organismo, assim podendo afetar o metabolismo, transporte e os receptores de medicamentos. Esses polimorfismos são encontrados mais comumente em forma de mutações, deleções, substituições de base única ou variações no número de sequências repetidas do DNA, são essas formas de polimorfismo que se manifestam nos genes que afetam a resposta do organismo em relação a farmacocinética dos fármacos. Devido as grandes recorrências de reações negativas é importante a realização da genotipagem previa do paciente antes de prescrever o medicamento afim de evitar a falta de interação medicamentosa ou

reações tóxicas com o organismo (METZGER; COSTA; SANTOS, 2006). A forma mais comum de polimorfismo encontrada é de substituição de base única *Single Nucleotide Polymorphism* (SNPs), quando há variação em apenas um nucleotídeo ou base no DNA. “Estima-se que 1 milhão de SNPs (um para cada mil nucleotídeos) possam existir no genoma humano, dos quais 60 mil estão nas regiões que codificam as proteínas” (SUAREZ-KURTZ, 2004). Na farmacogenética, a perda das funções das proteínas codificadas chegam a ser frequentes, mesmo que o polimorfismo genético possa fazer com que haja perda ou ganho dessas funções (SUAREZ-KURTZ, 2004; PESSOA; NACUL; NOËL, 2006). Várias drogas são metabolizadas por enzimas que apresentam alterações em seus genes. Cada indivíduo afetado por esse polimorfismo pode ter seu metabolismo alterado por metabolizadores lentos, quando ocorre a carência da enzima metabolizadora, onde essa alteração pode decorrer da instabilidade do RNA mensageiro ou de deleção do gene, apresentando assim maior toxicidade as drogas. Pode ocorrer por metabolizadores intermediários, que são os que alcançam os efeitos esperados, comum a maior parte da população ou ainda por metabolizadores rápidos, que decorrem de um aumento na produção das enzimas ou de múltiplas duplicações dos genes que codificam essas enzimas, levando o fármaco a perder o seu efeito devido ao curto intervalo terapêutico. O polimorfismo também pode afetar os transportadores ativos presentes na membrana celular, podendo modificar a sua conformação e expressão, influenciando na afinidade desses transportadores pelo substrato, assim causando alterações na absorção e excreção dos fármacos. Da mesma forma pode causar alterações polimórficas em genes que codificam os receptores dos medicamentos, modificando suas expressões e funções em relação as repostas medicamentosas (METZGER; COSTA; SANTOS, 2006). Um grande avanço na área da farmacogenética se deu após a criação do Projeto Genoma Humano, que teve como objetivo descrever a construção de diagramas que caracterizam cada cromossomo humano de maneira mais eficiente, de acordo com resoluções que facilitam a detecção e localização dos genes que se relacionam as doenças hereditárias (SILVA; ANDRADE, 2008). O mapeamento genético é um método que possibilita a prevenção, o tratamento adequado e até mesmo a cura de doenças adquiridas geneticamente, visto que, a identificação da sequência de base que é aleatória no organismo, pode mostrar erros no pareamento das bases, dando início ao desenvolvimento de uma doença. A aplicação do método de parer genes errantes ainda enfrenta problemas individuais relacionados a perda da liberdade devido a submissão do indivíduo a testes genéticos e sociais quando a aplicação do teste se expande numa alta escala (FREIRE-MAIA, 1995). Contudo, é válido o benefício trazido pela implementação e execução do mapeamento do genoma humano para a farmacogenética, pois facilita o estudo da interação dos genes com as respostas farmacológicas. Um bom exemplo desses benefícios foi mostrado após a revolução das pesquisas oncológicas que determinaram que o câncer é essencialmente uma doença genética. Após isso foi implantado um projeto afim de identificar o maior número de genes em tumores, com o objetivo de desenvolver fármacos com seletividade terapêutica para atingir genes específicos, baseado em alguns exemplos de vantagens que essa terapêutica já trouxe para a quimioterapia clássica (REIS, 2006). A farmacogenética também tem demonstrado bons resultados no tratamento da diabetes *mellitus* possibilitando o estudo dos determinantes genéticos que levam a defeitos moleculares responsáveis pela hipoglicemia crônica. No tratamento de portadores da diabetes *mellitus* neonatal permanente (PNDM), por exemplo, foi identificado que alguns pacientes possuíam alterações no gene

KCNJ11, o que resulta no bloqueio da secreção de insulina. Diante de tais informações foi descoberto que as sulfoniluréias eram mais eficientes no tratamento de pacientes com essas mutações gênicas, assim sendo descontinuado o tratamento com injeções de insulina (HIRATA; HIRATA, 2006). Também vem sendo empregada em pesquisas acerca de doenças neurológicas, como na epilepsia e doença de Alzheimer (DA). Sabe-se que um terço dos pacientes com epilepsia não respondem ao tratamento com medicamentos antiepiléticos e isso pode estar associado a proteínas transportadoras e metabolizadores de drogas, dado que eles são altamente polimórficos, afetando a distribuição do fármaco no sistema nervoso central. Já no caso da DA, ela representa um grupo heterogêneo de doenças, onde a variação patológica está associada a diversos genes, assim apresentando uma grande variabilidade de resposta a um determinado agente terapêutico. Apesar de não haver grandes resultados nessas áreas neurológicas, essas pesquisas direcionam-se para o desenvolvimento de novos alvos terapêuticos e para o melhoramento dos métodos de escolha de medicamentos, de forma a ser realizado o melhor tratamento para cada paciente (NOGUEIRA; ALMEIDA; OJOPI, 2006).

CONCLUSÃO: Embora a farmacogenética seja uma área da farmacologia ainda em desenvolvimento, os resultados apresentados demonstram a sua importância no tratamento de pacientes, porém ainda há certa resistência por parte dos profissionais da área médica em ajustar as dosagens posológicas a partir de resultados de testes genéticos. Foi observado ainda que o mapeamento genético é responsável por tornar a individualização da terapêutica uma grande aposta para o diagnóstico de doenças e auxílio na indicação das doses adequadas, determinando quais fármacos devem ser utilizados, reduzindo os riscos à reações adversas e toxicidades nos indivíduos. O processo de aprovação de medicamentos alvo-específico ainda demanda ajuste e tempo, visto que faz-se necessários testes em populações caracterizadas geneticamente, objetivando reduzir os custos e riscos no desenvolvimento de novos fármacos. Podemos concluir que discussões em torno da temática de farmacogenética são necessárias e importantes, visto que, estão bem intrincadas as respostas, tratamentos e diagnósticos de doenças em humanos, contribuindo assim, para uma melhor discussão e divulgação desses dados a comunidade.

REFERÊNCIAS

- FREIRE-MAIA, Eleidi C. **Mapeamento do genoma humano e algumas implicações éticas**. Curitiba, PR: Educar em Revista, n. 11, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. [s.L.]: Atlas SA., 2008.
- HIRATA, R. D. C. HIRATA, M. H. **Farmacogenética do tratamento de diabetes melito**. Ribeirão Preto, SP: c. V, 2006. p. 554.
- LINHARES, J. J; NORONHA, E. C; SILVA, I. D. C. G. **Princípios e Aplicações de Farmacogenética**. Sobral, CE: Rev. Bras. Oncologia Clínica, v. 6, n. 17, 2009.
- METZGER, Ingrid; COSTA, Débora; SANTOS, José. **Farmacogenética: princípios, aplicações e perspectivas**. Ribeirão Preto, SP: C. 1, 2006. p. 515.

NOGUEIRA, B. F.; ALMEIDA C. R.; OJOPI, E. P. B. Farmacogenética de doenças neurológicas. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, v. 39, n. 4, p.5 62-569, 2006.

PESSOA, Renata; NACUL, Flávio; NOËL, François. **Farmacogenética e farmacogenômica. Evidências de como a genética pode influenciar a eficácia de fármacos e a busca por novos alvos farmacológicos**. Rio de Janeiro, RJ: Infarma, v. 18, n. 11/12, 2006.

REIS, Marcelo. **Farmacogenética aplicada ao câncer**. Quimioterapia individualizada e especificidade molecular. Ribeirão Preto, SP: [s.n.], 2006. c. VIII.

SILVA, D. K.; ANDRADE, F. M. Farmacogenética de inibidores seletivos de recaptação de serotonina: uma revisão. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Novo Hamburgo, v. 30, n. 1, p. 1-11, 2008.

SUAREZ-KURT, Guilherme. Farmacogenômica a genética dos medicamentos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 208, p. 21-27, set. 2004.

NUTRACÊUTICOS: ALIMENTOS FUNCIONAIS DO BEM-ESTAR DA NOVA GERAÇÃO

AUTORES:

Amanda Fernanda da Silva
Caroline Cidaria Oliveira Soares
Emília Thayse Silva Firmino
Erivan Fernandes da Silva
Fernanda Barros Soares Resende
Lenilton Silva da Silveira Júnior

RESUMO: O alimento, após a hidrólise que causa à quebra enzimática traz consigo a digestão de substâncias, que são chamadas de nutrientes que após serem catalisadas, favorece o bom funcionamento do organismo. Dado este fato, é importante o hábito de uma alimentação saudável, com diferentes grupos de alimentos e em quantidades diárias adequadas; a partir deste entendimento o nutracêutico abre vantagem a respeito desse assunto, surgindo como uma oferta atrativa, visto que em sua composição contem a dose individual necessária para reposição do organismo. A metodologia aplicada é de revisão bibliográfica integrativa em diferentes portais eletrônicos, com o objetivo de fornecer informações inerentes ao uso correto de alimentos funcionais e seus benefícios, dada a inovação do nutracêutico na atualidade. É fato que se usado de maneira certa, o nutracêutico tem efeitos nutricionais e terapêuticos que leva ao sujeito a dose adequada de nutrientes promovendo a suplementação de vitaminas e minerais, melhorando às condições físicas e garantindo mais saúde. Visto que a expectativa de vida no Brasil tem aumentado, o acesso às informações forma uma sociedade formada em sua maioria por pessoas idosas com mais saúde e baixos índices de desnutrição.

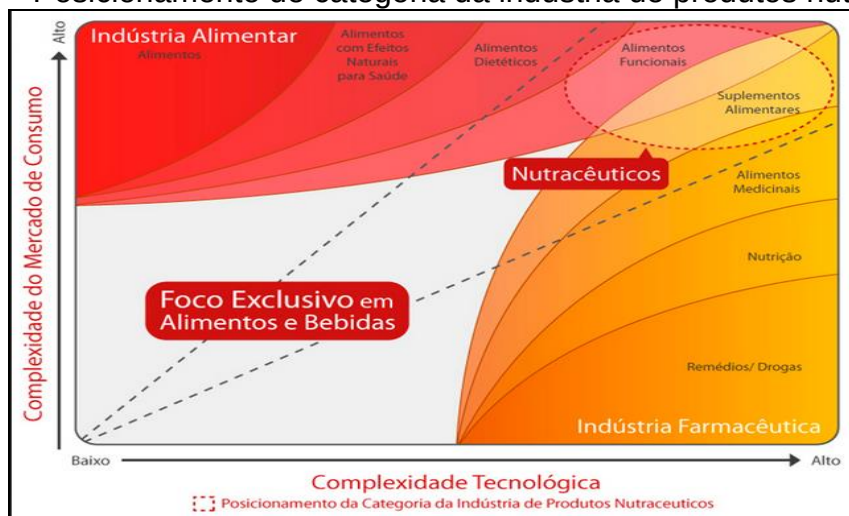
Palavras - Chave: Nutracêutico. Alimentação saudável. Revisão integrativa.

INTRODUÇÃO: Tendo em vista o avanço linear da tecnologia após a revolução industrial, houve consideravelmente um progresso que desenvolve hoje uma resposta positiva que dá acesso as informações de maneira mais rápida e abrangente, a população se torna assim cada vez mais dependente do uso dela e isto se vê em todas as vertentes, numa geração de avanço prévio, nada é novidade, e em meio a tanta facilidade e praticidade de comidas rápidas, pode estar escondendo prejuízos superficiais. Desde um mero aplicativo nutricional ao próprio alimento, além da procura de mais saúde, qualidade de vida e controle de seus hábitos, o usuário está preocupado também na eficiência a curto período de tempo, então ao encontrar em uma só cápsula “tudo” o que ele precisa ele combina o útil ao agradável, porém nada substitui a visita e acompanhamento do profissional nutricionista e farmacêutico, para mais informações e esclarecimentos, junto a uma boa dieta nutricional e pratica regular de exercícios. Alimentos concentrados em cápsulas que prometem benefício imediato e “sem necessidade” de reposição alimentar; é um engano, pois nada substitui uma boa alimentação e se necessário uma suplementação para outras deficiências, e é a partir daí que entra a intervenção dos profissionais de saúde de áreas multidisciplinares para ajudar da melhor forma

possível caso a caso. Para dar início ao estudo e melhor entendimento do assunto, alguns tópicos e definições se fazem necessário; a começar com a palavra alimento que é derivada do latim *alimentum* toda substância utilizada pelos seres vivos como fonte de matéria e energia para poderem realizar as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento e reprodução (FERREIRA,1986). O alimento além de saciar e satisfazer a necessidade de comer permite a regulação e a manutenção das funções para o bom funcionamento do metabolismo. É a partir do consumo do alimento que se obtém os nutrientes, neste derivado são encontradas substâncias que são essenciais para a manutenção à saúde, graças as suas ações bioquímicas que são metabolizadas e transformadas em energia. O termo *nutracêutico* de acordo com a literatura no ponto de vista científica se define como sendo uma ampla variedade de alimentos e componentes alimentícios com apelos médico ou de saúde. Sua ação varia do suprimento de minerais e vitaminas essenciais até a proteção contra várias doenças infecciosas (HUNGENHOLTZ & SMID, 2002). Tais produtos podem abranger nutrientes isolados, suplementos dietéticos e dietas para alimentos geneticamente planejados, alimentos funcionais, produtos herbais e alimentos processados tais como cereais, sopas e bebidas (KWAK & JUKES, 2001a). E ainda pode ser apresentado como compostos bioativo, apresentados na forma farmacêutica, como em cápsulas, comprimidos, tabletes etc. Derivados das junções das palavras nutriente e farmacêutico, o termo nutracêutico (alimento=medicamento) surgiu no Japão na década de 80 empregada na categoria de alimentos FOSHU (Foods for Specified Health Use), alimentos projetados e processados para suprir funções relacionadas aos mecanismos de defesa do organismo, controle do ritmo corporal e prevenção e recuperação de doenças². Foi no ano de 1995 que o **ILSI** (International Life Science Institute) apresentou a primeira definição aceita mundialmente sobre o conceito de alimento funcional, pode-se dizer que “Alimentos Funcionais são aqueles que melhoram ou afetam a função corporal, além do seu valor nutricional normal”. Sendo assim são alimentos que, além de sua função primordial que é a de nutrir, teria também características específicas que contribuiriam para redução do risco de doenças. Pondo em contexto atual, devido a um misto de informações obtidas pela nova sociedade conhecida hoje como geração Z, a procura por esses alimentos aumentaram significativamente, isso se dá devido ao padrão de beleza veiculado pelos meios de comunicação e pelo convívio social, que exerce um efeito marcante e ilustrativo sobre a sociedade, contribuindo para o uso descontrolado de medicamentos inibidores de apetite e dietas sem nenhum estudo relevante. Para por em mercado, os nutracêuticos foram pensados num intuito de amenizar este estado de obsessão por um corpo perfeito e ainda auxiliar no combate dos altos níveis de obesidade e índices de colesterol alto (HDL). **MERCADO DE NUTRACÊUTICOS:** Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), o crescimento do mercado de nutracêuticos foi mais de 14% nos últimos três anos, com expectativas ainda mais positivas de expansão; pesquisa realizada no ano de 2011 apontou que o segmento de nutracêuticos e nutricosméticos poderá faturar cerca de US\$ 4,24 bilhões em 2017 (Global Industry Analysts) no mercado global. No Brasil, estima-se que a categoria dos suplementos alimentares tenha um faturamento superior a US\$ 400 milhões, segundo a Euromonitor International. O mercado de suplementos alimentares do qual o nutracêuticos faz parte, é bastante promissor no Brasil e vem crescendo nos últimos anos, somente em 2016, este mercado movimentou cerca de 8% em comparação ao ano anterior e a cada ano tem alta probabilidade de consumo, e ainda o mercado de ingredientes nutracêuticos crescerá \$ 33,6 bilhões em 2018. O

que já se vê no mercado é a alta pelo consumo de alimentos funcionais e suplementos alimentares, que entra na categoria dos nutraceuticos [figura 1].

Figura 1 – Posicionamento de categoria da indústria de produtos nutraceuticos



Fonte: Revista Exame online, 2017.

A população brasileira tem aumentado sua longevidade e isto implica um maior número de indivíduos idosos; mas o que tem contribuído para essa melhora da saúde dos indivíduos? Bom, sabemos que uma dieta balanceada e exercícios físicos, é o melhor caminho para uma boa qualidade de vida. Entretanto na correria do dia-a-dia muitas vezes não conseguimos suprir nossas necessidades nutricionais através da alimentação, recorrendo assim aos suplementos nutricionais. Os suplementos nutricionais, ou nutraceuticos, são substâncias ativas e principais alternativas que completam o que se faz necessário para uma dieta balanceada e equilibrada, através de vitaminas, minerais e componentes essenciais que nosso organismo não produz, pois o mesmo necessita consumir diariamente nutrientes em perfeito equilíbrio com suas necessidades, daí a importância dos nutraceuticos e alimentos funcionais, que vem contribuindo nesse equilíbrio nutricional, colaborando para uma boa qualidade de vida. Dentre os nutraceuticos mais consumidos pela população são: Ômega 3, cafeína, goji Berry, chá verde e fibras alimentares, em resumo, atuam auxiliando na manutenção de níveis saudáveis de triacilgliceróis, têm ação termogênica, altos níveis de antioxidantes, melhorando no sistema imunológico, anti-inflamatório e melhora o trânsito intestinal respectivamente. O Cromo Quelato: Colabora na regulação do índice glicêmico e ajuda no emagrecimento; entre outros (Segundo dados de empresas farmacêuticas do ramo em manipulação). Esta busca foi realizada através de levantamento de informações passadas por empresa conceituada no ramo, totalizando 80 franquias em diversas cidades. Ainda nessa classe inclui o whey protein e BCAA que não são digeridas pelas enzimas digestivas em indivíduos monogástricos, porém, em função das características de solubilidade, fermentabilidade e viscosidade, sua utilização, em uma alimentação equilibrada, traz vários benefícios para o organismo, como o aumento da saciedade e da regulação intestinal, diminuindo a constipação. O que se vê é que ao longo dos anos, os nutraceuticos têm atraído um interesse considerável. Eles são amplamente consumidos por pessoas para atrasar o relógio da idade biológica, na prevenção contra doenças potencialmente fatais, tais como diabetes, doença cardiovascular, hipertensão, arteriosclerose, doenças renais, certos tipos de

Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX

câncer e infecções, bem como ajudar na manutenção do bem estar. O público dos alimentos funcionais é bem variável, está entre atletas, idosos, crianças em condições especiais, jovens e mulheres de meia-idade. Mais recentemente, foi descoberto seu papel na modificação de alergias, demência, obesidade e doença de Parkinson. Abaixo esta a relação das categorias de nutracêuticos. Todos têm alegação comprovada pela Anvisa.

Figura 1.2 – Categoria de nutracêuticos

Categorias de nutracêuticos

1. Suplementos Nutricionais

Substâncias com valor nutricional estabelecido, tais como vitaminas (A, D, E, K, B1, B2, B3, B6, B12, ácido fólico e pantotenato de cálcio), sais minerais (cálcio, magnésio, zinco, ferro, crômio, iodo, etc.), aminoácidos, contidos na forma de cápsulas, géis, líquidos, etc.

2. Fitoquímicos ou suplementos à base de plantas

Suplementos contendo ervas ou botânicos como concentrados, como aloe vera (útil na cicatrização de feridas), óleo de primula (útil no tratamento de eczema atópico), alho, ginseng, gengibre, chá verde (que é um excelente antioxidante e previne contra afecções cardíacas).

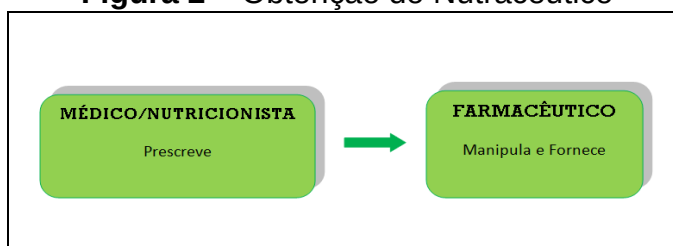
3. Suplementos dietéticos

Produtos destinados a suplementar a dieta e contendo um ou mais ingredientes, tais como prebióticos, probióticos, antioxidantes (Vit C, Vit E, caroteno, etc.) e enzimas.

Fonte: Autoria própria, 2017.

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA BUSCA DO BEM ESTAR DA COMUNIDADE: A mudança de hábitos devido ao acesso as informações, está levando a sociedade há uma nova realidade, aumentando a expectativa de vida e bem-estar, dos que procuram uma dieta balanceada e acompanhamento farmacoterapêutico dos tratamentos convencionais no mal das doenças crônicas, que são a diabetes, hipertensão e obesidade; o farmacêutico assume um papel importante, pois o mesmo esta habilitado a ajudar na prevenção e cuidados primários na ausência de suplementação nutricional e vitamínicos, no que se refere à recomendação e aconselhamento entre a relação, alimento e medicamento. Na imagem abaixo [figura2], é possível entendermos como funciona a obtenção do nutracêutico e seus responsáveis até a mão do paciente após a compra, podendo ser realizada em drogarias ou farmácias de manipulação, o farmacêutico representa aquele que produz e fornece ao cliente o medicamento, e o orienta de forma educativa, tendo em vista a passagem daquele cliente ao médico ou, ao nutricionista, ou ainda por compra sem prescrição, onde é fundamental o reforço da prática na atenção farmacêutica, de acordo com a Seção V §2 da RDC Nº44, AGOSTO de 2009, no que diz respeito na dispensação de medicamentos, que enfatiza; § 2 São elementos importantes da orientação, entre outros, a ênfase no cumprimento da posologia, a influência dos alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação do produto.

Figura 2 – Obtenção do Nutraceutico



Fonte: Autoria própria, 2017.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão de literatura integrativa baseada em trabalhos científicos recentes (últimos 10 anos), que abordam o tema em questão, o levantamento de dados da pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de registros anteriores disponíveis, utilizando-se de critérios para avaliação. O trabalho promove uma contribuição teórica sobre o assunto, através da reflexão crítica pessoal e da documentação escrita, a partir das coletas. Foi realizado um levantamento bibliográfico mediante consulta à base de dados do Scielo, Lilacs, Medline e BVS, sendo selecionadas publicações em português acerca do tema, também foram consultados livros e publicações do Ministério da saúde. E ainda por levantamento através de coletas realizado por um meio observacional em empresa do ramo em vendas e manipulação de nutraceuticos. Os termos utilizados para busca foram: Nutraceutico, alimentação saudável da nova geração e revisão integrativa, além de pesquisa em termos aos derivados nomes dado ao nutraceutico. Utilizou-se o critério de exclusão para as citações que referem o uso de alimento funcional como uma prática física e meramente esportiva, e aos que referem no uso animal.

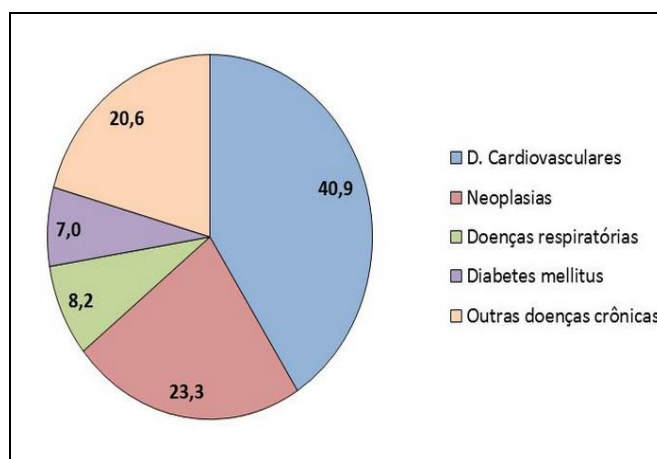
RESULTADOS E DISCURSÕES: Pesquisas mostra a eficácia dos benefícios dos nutraceuticos em varias vertentes, entre elas destaca-se a produção de bioativos concentrados de antioxidantes primários, ou seja, encontra-se disponível em mãos hoje um componente importante que tem capacidade de blindar nosso corpo do estresse oxidativo, esse que é responsável pelo o envelhecimento das células que decorre de um desequilíbrio entre a geração de compostos oxidantes e a atuação dos sistemas de defesa antioxidante, gerando a formação de radicais livres, sendo assim neste composto é possível o aumento significativo da longevidade, saúde e bem-estar da população. Na [figura 3] representa a ação proporcionada por um nutraceutico, sendo de forma preventiva à terapêutica, ao lado [gráfico 1], disponível pelo Ministério da Saúde no ano de 2013 é visto a quantidade de óbitos que entre as causas poderia ser diminuída, caso houvesse uma boa alimentação onde poderia influenciar na melhora de quadros clínicos crônicos; que está entre as praticas de políticas nacionais de promoção à saúde. Deve-se lembrar também qual a dose recomendada de cada composto, já que alguns deles são produzidos naturalmente no nosso organismo, para evitar causas de toxicidade e alterações metabólicas e alérgicas, ocasionando efeitos colaterais, são raros os casos, mais é importante se manter esclarecido dos níveis e taxas que mantêm o bom funcionamento do nosso organismo.

Figura 3 – Ação Preventiva e terapêutica de Origem Natural



Fonte: Autoria própria, 2017.

Gráfico 1 – Distribuição dos óbitos corrigidos por grupo de causas dentro do total de óbitos por DCNT no Brasil, em 2013.



Fonte: SIM/SVS/MS, 2015.

No aspecto nutricional os padrões alimentares variam entre as diferentes regiões, dependendo do clima, das condições de produção de alimentos, das condições socioeconômicas da população e suas características culturais. Pode-se afirmar que o Brasil possui quatro culturas alimentares peculiares: do Sul, das regiões centrais, do Nordeste e da região da Amazônia. De modo geral, a alimentação brasileira recebeu influências dos povos que a constituem: indígenas, afro-descendentes e os colonizadores de origem européia, variando o padrão alimentar nas diferentes regiões de acordo com a maior ou menor influência de um ou mais desses grupos étnicos. De acordo com as diretrizes alimentares que previne e controla os distúrbios nutricionais e doenças associadas a alimentação e nutrição no grupo do DCNT(Doenças Crônicas Não-Transmissíveis) as medidas voltadas para promoção de saúde e controle de desvios alimentares entra em conduta algumas definições estabelecidas pela PNAN(Política Nacional de Alimentação e Nutrição); que são: hábitos alimentares saudáveis, praticas alimentares saudáveis, segurança e

qualidade dos alimentos e segurança alimentar. **VISÃO GERAL E ASPECTOS LEGAIS:** 1.1 Legislação: Na última década, os nutracêuticos começaram a ser conhecidos, e bastante utilizados, porém não há uma legislação fortemente estabelecida para o seu uso de forma adequada. Os órgãos regulatórios de vários países, não reconhecem o gênero nutracêutico, e o adequa em diferentes formas, como alimentos funcionais e correlatos, suplemento dietético, entre outros (Lira & et al., 2009). E isso implica nos altos custos para se desenvolver novas marcas e produtos e a necessidade de proteger as já existentes fez com que se tornassem menos rigorosos os processos de desenvolvimento de muitas empresas do ramo (Lira & et al., 2009). Foi a partir do ano de 2013, que foi constituído uma elaboração de critérios, de produtos alimentares para propriedades funcionais; de acordo com a Anvisa nº 811, de 9/5/2013 (Costa & Rosa, 2016). 1.2 Controle de qualidade: O controle de qualidade, são métodos utilizados para a identificar a qualidade (pureza, eficácia) do medicamento, sendo já pré-estabelecida (BRASIL, 2007). Os nutracêuticos, por terem a capacidade de mexer com as funções fisiológicas e metabólicas, deverá se submeter a testes. Esse produto farmacêutico é produzido em indústria, como também em farmácias magistrais (Lira & et al., 2009). Apesar de ser considerado um produto de efeitos benéficos, eles possuem um limite de uso, “Esse limite é condicionado pelas propriedades da substância e pelas condições em que é usado”. Os efeitos adversos ocorrem pela impureza contidas do produto, como também das atividades fisiológicas promovidas por ele (Lira & et al., 2009). Havendo a diminuição da composição analítica desses produtos é fundamental para a segurança, pois assim como conhecer o mecanismo de ação farmacológico e o potencial toxicológico é importante para predizer as consequências da exposição a diferentes dosagens (Lira & et al., 2009). Nos anexos [quadro 1 e 2] abaixo se encontra as resoluções e informes técnicos correspondentes no que diz respeito a regulamentação e procedimentos que esta relacionado a alimentos funcionais, referenciadas por (PINTO & et al., 2010).

Quadro 1 – Resoluções e Decretos

ANEXO 1	RESOLUÇÃO APROVADA PELA ANVISA RELACIONADA COM OS ALIMENTOS COM ALEGAÇÃO DE PROPRIEDADES FUNCIONAIS
RDC Nº2 DE 7/1/2002	Regulamento técnico de substância bioativas e probióticos isolados, com alegação de propriedades funcionais e/ou de saúde.
RDC Nº 23, DE 15/3/2000	Diário oficial da união de 16/3/2000; regulamento técnico eu dispõe sobre os procedimentos básicos para o registro e a dispensa da obrigatoriedade de registro.
RDC Nº 19, DE 30/4/1999	Regulamento técnico para procedimento de registro de alimentos com alegações de propriedades funcionais e/ou de saúde no rótulo.
RDC Nº 18, DE 30/4/1999	Regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para análise e comprovação de propriedades funcionais e/ou de saúde alegadas no rótulo de alimentos.
RDC Nº 17, DE 30/4/1999	Regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para a avaliação de risco e a segurança de alimentos.
RDC Nº 16, DE 30/4/1999	Regulamento técnico de procedimentos de registro de alimentos e/ou novos ingredientes.
DECRETO-LEI Nº 986, DE 21/10/1969	Diário Oficial da União de 21/10/1969; institui normas básicas sobre registro, produção e comercialização de alimentos.

Fonte: Nutracêuticos e Alimentos Funcionais, 2010.

Quadro 2 – Informes Técnicos

ANEXO A.2 Informes técnicos publicados pela Anvisa com relação aos alimentos com alegação de propriedades funcionais	
Informe Técnico nº 63, de 3/10/2014 ¹⁷	Esclarecimentos sobre adição de ingredientes fontes de ácido eicosapentaenoico (EPA) e ácido docosa-hexaenoico (DHA) em alimentos e bebidas
Informe Técnico nº 56, de 6/2/2014 ¹⁸	Esclarecimentos sobre as avaliações de eficácia de alegações de propriedades funcionais para produtos acrescidos simultaneamente de fitosteróis e de ácidos graxos EPA e DHA
Informe Técnico nº 27, de 15/6/2007 ¹⁹	Orientações sobre os documentos necessários para avaliação de risco e segurança das espécies vegetais para uso em bebidas não alcoólicas
Informe Técnico nº 25, de 29/5/2007 ²⁰	Esclarecimentos sobre a comercialização do suco do fruto da planta noni (<i>Morinda citrifolia</i>)
Informe Técnico nº 23, de 17/4/2007 ²¹	Esclarecimentos sobre as avaliações de segurança e eficácia do ácido linoleico conjugado (A.L.C)
Informe Técnico nº 19, de 29/8/2006 ²²	Procedimentos para enquadramento dos cogumelos comestíveis em cápsulas, comprimidos e tabletes na área de alimentos
Informe Técnico nº 13, de 5/4/2005 ²³	Procedimentos para enquadramento na área de alimentos de guaranás nas apresentações em sementes, bastões, cápsulas, comprimidos, tabletes e outras formas sólidas
Informe Técnico nº 9, de 21/5/2004 ²⁴	Orientação para utilização, no rótulo de alimentos, de alegações de propriedades funcionais de nutrientes com funções plenamente reconhecidas pela comunidade científica
Informe Técnico nº 6, de 31/1/2003 ²⁵	Procedimentos sobre cogumelos: (1) dessecados inteiros ou fragmentados e em conserva, (2) em pó, cápsulas, comprimidos e outras formas de apresentação não convencionais na área de alimentos
Informe Técnico nº 3, de 18/1/2002 ²⁶	Notificação sobre a segurança de uso das gomas acácia, guar e Konjac
Informe Técnico nº 1, de 15/1/2002 ²⁷	Definição de categoria de alimentos de acordo com o regulamento técnico de substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedade funcionais e/ou de saúde

Fonte: Nutracêuticos e Alimentos Funcionais, 2010.

CONCLUSÃO: Atualmente, os alimentos hoje não são mais vistos somente como uma forma de saciar a fome, mas sim, de promover ao indivíduo nutrientes necessários para a formação, manutenção e reparo de tecidos corporais com o objetivo de prevenir doenças. Os profissionais de saúde, médicos, farmacêuticos e nutricionistas, que estão diretamente ligados na construção de ações educativas e preventivas, capazes de proporcionar a população informações corretas ao uso de doses adequadas diárias, junto com uma boa alimentação e pratica regular de exercícios, colaboram para a melhor taxa de expectativa de vida, com menos males e mais saúde, pois é o tempo que arrasta os padrões da sociedade deste século que corre ladeira abaixo, a procura de saúde, beleza e comodidade.

REFERÊNCIAS

ABIFISA. **Estudo estima o aumento do mercado de nutracêuticos**. Disponível em: <<http://www.abifisa.org.br/noticia/06-03-2014-estudo-estima-o-aumento-do-mercado-de-nutraceuticos>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, MS - Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Tiragem 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

CONCEITO.DE. **conceito de alimento**. Disponível em: <<http://conceito.de/alimento>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COZZOLINO Silvia, BENTO Rosana Radominski. **Nutracêuticos o que significa?** Disponível em: <http://profissional.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/316/nutraceuticos-o-que-significa.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

COSTA, Neuza Maria Brunoro; ROSA, Carla de Oliveira Barbosa. **Alimentos funcionais**: componentes bioativos e efeitos fisiológicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.

DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE, Alimentação saudável. Disponível em: <<http://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/biblioteca/saude-e-doenca-alimentacao-saudavel/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ESSENTIAL NUTRITION, Como trabalha os nutracêuticos. Disponível em: <http://www.lifeextension.com/NewsLefDailyNewsNewsID=25255&Section=VITAMINS&utm_campaign=normal&utm_source=twitter&utm_medium=social>. Acesso em: 20 set. 2017.

GENARI Lira C.R. **Nutracêuticos** : aspectos sobre segurança, controle de qualidade e legislação. UFSC, n. 49, mar. 2009. Disponível em: <http://rbfarma.org.br/files/pag_45a49_180_nutraceuticos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

LEONARDI Egle. **Suplementos**: Mais lucro nas Farmácias com produtos de bem-estar Disponível em: < <http://www.ictq.com.br/varejo-farmaceutico/289-suplementos-mais-lucro-nas-farmacias-com-produtos-de-bem-estar>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARKETSANDMARKETS. **Ingredient market worth 3.66 billion by 2018**. Disponível em: <<http://www.prnewswire.com/news-releases/nutraceutical-ingredient-market-worth-336-billion-by-2018-242365841.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

OPORTUNIDADES no setor farmacêutico em 2017. **Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/oportunidades-no-setor-farmaceutico-em-2017-shtml/#>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PINTO, João F. **Nutracêuticos e alimentos funcionais**. Lisboa: Copyright, 2010.

VAGINOSE BACTERIANA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

AUTORES:

Delanne Cristina Souza de Sena Fontineli

Emanuela Miria de Freitas Sousa

Francisca Monize Pereira Nunes

Lenilton Silva da Silveira Junior

Mirian Duarte Mendonça

Raylla Nataly de Medeiros Silva

RESUMO: As infecções mais comuns nas mulheres em idade reprodutiva são as vaginites e a vaginose bacteriana, sendo caracterizadas pelo desequilíbrio da microbiota vaginal, gerando descarga anormal, aumentando o crescimento de bactérias predominantemente anaeróbicas como *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus sp.* Este estudo trata de uma revisão bibliográfica a partir da busca de artigos científicos em bancos de dados indexados e tem como objetivo a identificação dos principais agentes antimicrobianos utilizados no combate a *G. vaginalis* e *Mobiluncus sp.*, bem como, a intervenção e eficácia desses medicamentos. A identificação dos agentes causadores da vaginose se dá comumente a partir de coleta de material pelo isolamento e identificação bacteriana a partir de amostras de urina, utilizando os meios de cultura e secreção vaginal pelo exame *Papanicolaou*. Em um dos estudos, observou-se que mais de 98% das pacientes avaliadas apresentaram resultado positivo para *G. vaginalis* e *Mobiluncus sp.* Em relação ao tratamento os antibióticos que mostraram ser ideais foram o metronidazol e a clindamicina, visto que, deve ser levado em conta não somente a sensibilidade, mas também a eficácia do fármaco em questão.

Palavras - chave: Papanicolaou. Microbiota vaginal. Antibiótico.

INTRODUÇÃO: As Infecções do trato urinário (ITUs) estão entre as mais frequentes nos seres humanos e são mais comuns em mulheres, acometendo o trato genital feminino inferior. Normalmente tais infecções caracterizam-se por uma acentuada redução na microbiota vaginal normal, constituída predominantemente pelos *Lactobacillus sp.*, tendo como consequência o crescimento exacerbado de uma variedade de bactérias anaeróbicas. Dentre estas a *Gardnerella vaginalis*, *Mobiluncus spp.*, *Bacteroides spp.* e *Mycoplasma hominis* estão comumente associadas à Vaginose Bacteriana (VB) (TONINATO et al., 2016). As bactérias anaeróbicas podem ser encontradas em menos de 1% da flora de mulheres normais, sendo a *Gardnerella vaginalis* o agente etiológico mais frequentemente envolvido em casos de VB. As espécies de *Mobiluncus* são também importantes, presentes em 38,6% das mulheres com VB (KONEMAN et al., 2001). O *Ph* das secreções vaginais é geralmente maior que 4,5 (4,7 a 5,7) e na microscopia revela o crescimento de células indicadoras e leucócitos em pequena quantidade ou até mesmo ausentes. Em alguns casos de pacientes com VB, mais de 20% das células presentes na amostra são células epiteliais indicadoras. Ainda não existem dados suficientes para que se possa estabelecer que o *Mobiluncus spp.* pode fazer parte ou não da microbiota normal, em ausência de vaginose (MORAES FILHO; LONGATTO FILHO, 2000; KONEMAN et al., 2001). Sabe-se que o exame de

Papanicolaou também conhecido como exame preventivo é padrão ouro na prevenção do câncer de colo uterino em todo o mundo, porém ele também auxilia no diagnóstico de infecções cervico-vaginais, como a vaginose bacteriana. O diagnóstico de VB é basicamente clínico, pelo corrimento acinzentado e de odor fétido ao exame especular, porém ao exame citológico as células indicadoras, também chamadas de células guia ou *clue cells* confirmam a presença do agente no ambiente vaginal, fechando o diagnóstico laboratorial (TONINATO et al., 2016). O emprego de antibióticos no tratamento de infecções bacterianas é rotineiramente utilizado há quase 70 anos e a busca por novos antibióticos há décadas vem dominando a indústria farmacêutica. Estudos sobre o modo de ação dos antibióticos demonstram que os mesmos exercem uma atividade microbiana inibitória ou até letal em altas diluições no complexo meio bioquímico do corpo humano. Estando em contato com os vários tecidos do corpo, devem não modificar a função do órgão ou tecido, além de não levar a efeitos prejudiciais. Adicionalmente, busca-se que sejam palatáveis, estáveis, tenham solubilidade livre, ótima difusão e baixa taxa de excreção (SERRA, 2002; AUTO et al., 2008). Segundo Auto, Constant, Constant (2008) é cada vez maior a necessidade em conhecer mais sobre os efeitos, indicações, falhas e mecanismo de ação dos antibióticos. É importante salientar que a cura clínica, habitualmente menos confiável que a cura microbiológica, não é 100% segura, mesmo quando os pacientes usam corretamente os medicamentos prescritos. Assim, pode-se observar em vários estudos, usando-se dose única (2g, via oral) ou doses prolongadas (400mg, 2x/dia por sete dias, via oral) de metronidazol, que os percentuais de cura são quase sempre inferiores a 90% e que as doses únicas são menos efetivas que o tratamento em doses prolongadas (GIRALDO et al., 2008). Apesar dos diversos estudos a respeito dos métodos e diagnósticos de VB, ainda não está claro a associação e presença dos microrganismos *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus sp*, bem como, se estes fazem parte da microbiota vaginal e/ou estão associados e são causadores da VB. Diante do exposto anteriormente, o objetivo deste trabalho é identificar através de revisão de literatura, quais os principais agentes antimicrobianos utilizados no combate a *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus sp*, bem como, a intervenção desses medicamentos na microbiota vaginal. **METODOLOGIA:** Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, segundo Gil (2008) o método empregado foi um levantamento bibliográfico (tipo exploratório). Dessa forma, foi realizada uma consulta a livros, revistas e artigos científicos através de busca no banco de dados do periódico *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e da Revista Brasileira de Análises Clínicas (RBAC). A pesquisa da literatura citada foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2017. Como critério de inclusão, priorizamos os artigos escritos na língua portuguesa, publicados entre os anos de 2000 a 2017. A busca de dados foi realizada utilizando os descritores Vaginose Bacteriana; *Gardnerella vaginalis*; *Mobiluncus sp*; e Antibióticos (para o tratamento e identificação do microrganismo). **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram encontrados 18 artigos referentes ao tema, dos quais, 04 artigos foram excluídos por não se encaixarem nos critérios definidos. A maioria dos artigos selecionados tratam do termo Vaginose Bacteriana (VB) e mostram a associação à substituição dos *Lactobacillus sp.*, por microrganismos como a *Gardnerella vaginalis* e espécies bacteróides como *Mycoplasma spp.* e *Mobiluncus sp*. Trabalho realizado por Gomes; Cavalcanti-Júnior; Pessoa; Silveira-Júnior (2016) relata que após os *Lactobacillus sp.*, a *Gardnerella vaginalis* é o agente mais comum presente em esfregaços cervico-vaginais, desta forma demandando um diagnóstico preciso e

tratamento eficaz. Os artigos em questão utilizaram como métodos de diagnóstico os meios de cultura que já são de rotina nos laboratórios (como ágar sangue e chocolate) e o método do *Papanicolaou*. De acordo com Silveira; Souza; Albini (2010) o uso de meios seletivos facilita o isolamento da bactéria, visto que, por se tratar de um microrganismo que requer condições especiais para o crescimento, pode em muitos casos ser descartada pelo laboratório, mesmo estando presente na amostra. Os laboratórios usam os meios de baixo custo-benefício que é nomeado por ágar sangue e chocolate, entretanto, o mais indicado para análise de crescimento da bactéria *Gardnerella vaginalis* é o ágar CNA e o ágar Columbia, estes, por serem de alto custo, são descartados da rotina dos laboratórios. Este procedimento pode levar a um resultado falso negativo, visto que, *Gardnerella vaginalis* pode não crescer nos meios de cultura habituais por ser uma bactéria monótona e requerer maior tempo de incubação (SILVEIRA. A. C. O. et al., 2010). Outro método comumente utilizado, de baixo custo e eficiente na detecção dos microrganismos *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus sp.*, em amostras cervicais é o *Papanicolaou*, como citado anteriormente. Segundo Moraes-Filho e Longatto-Filho (2000), este exame permite a identificação dos seguintes microrganismos: *Gardnerella vaginalis*, *Mobiluncus spp*, pseudo-hifas e células leveduriformes (de coloração rósea, com certa refringência – *Candida sp.*). Adicionalmente, outros estudos tem mostrado a presença de: *Lactobacillus sp*, *Candida spp.*, *Chlamydia trachomatis*, Papilomavírus humano (HPV), *Neisseria gonorrhoeae*, *Trichomonas vaginalis* e Herpes vírus, seja pelo achado dos mesmos no esfregaço ou por efeitos citopáticos causados por estes (STINGHEN, 2002; GOMES et al., 2016; WEBER e BACKER, 2016). Stinghen (2002) apresentou dados de amostras colhidas de material cérvico-vaginal para realização do exame preventivo de câncer cervical e investigação da presença dos microrganismos *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus sp*. O estudo foi realizado em pacientes da cidade de Curitiba, onde participaram 223 mulheres, com faixa etária entre 13 e 70 anos, média de 33 anos e que realizavam o controle dos exames com frequência. Após o processamento do material das 223 pacientes, 219 (98,2%) tiveram amostras positivas para a presença de *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus spp*. Segundo os mesmos autores o tratamento à bactéria *Gardnerella vaginalis* apresenta um perfil bem peculiar de suscetibilidade à antibióticos, resultando em sensibilidade a ampicilina, clindamicina, eritromicina, penicilina, trimetoprima e vancomicina. Também destacaram, que os fármacos ciprofloxacino e imipenem mostram ação variável e ainda que a maior parte dos isolados apresentou resistência a minociclina e tetraciclina. Por outro lado, são resistentes a amicacina, aztreonam e sulfametoxazol. Os antibióticos ideais e com melhor resposta ao tratamento são metronidazol e clindamicina, sendo eficazes contra bactérias anaeróbias e recomendados nas formas oral e gel (SILVEIRA; SOUZA; ALBINI, 2010). Segundo Souza (2013), a eficácia do tratamento com esses antibióticos é supostamente elevada. Em meta análise, a taxa de cura esperada após um mês é de 70%- 80% para metronidazol e 82% para clindamicina. O Metronidazol é o antibiótico e antiparasitário de primeira linha da família dos nitroimidazólicos, sendo ativo para praticamente todos anaeróbios e totalmente absorvido por via oral. É extensivamente metabolizado pelo fígado na forma de cinco metabólitos oxidativos e eliminado pela urina e fezes, tem meia-vida de 6 a 10 horas e a dose recomendada para a vaginose bacteriana é de 500 mg de 12 em 12 horas, durante sete dias ou 2 g em dose única, de mais fácil adesão, embora para os casos de VB recorrente o tratamento prolongado parece ser mais eficiente (SILVA, 2015). De acordo com Silva (2015) a clindamicina 300 mg via oral a cada 12 horas ou

vaginal (creme 2%), uma vez à noite, durante 3 dias, pode ser uma alternativa para pacientes com vulvovaginites intensas ou recorrentes e/ou em pacientes imunodeprimidas, portadoras de VB associada a *Mobiluncus* sp, sendo tão eficaz quanto o tratamento prolongado com o metronidazol, com uma tolerância bem maior. Cerca de 80% das mulheres apresentarão novo episódio de VB dentro de 1 ano, mesmo com uso da terapia padrão com metronidazol. Várias causas têm sido apontadas como o principal fator de recorrência, como número de parceiros sexuais, utilização de DIU, uso de espermicidas, antibióticos de largo espectro, hábitos de higiene, hábito de ducha vaginal, frequência de coito, ausência de tratamento do parceiro sexual, falta de uma resposta imune vaginal, contaminação de lactobacilos por partículas infectantes causadoras de sua morte (FERREIRA et al., 2013). Pacientes com VB recorrente poderão ter expressões de genes polimórficos alterados. Estas mulheres, expressando quantidades menores destas proteínas e receptores, facilitariam a proliferação de alguns microrganismos prejudiciais à manutenção correta do ecossistema vaginal. Talvez isto explique porque muitas mulheres continuam tendo a vaginose bacteriana independentemente do antibiótico utilizado, mesmo que este seja usado na dose correta e por tempos prolongados (GIRALDO et al., 2008). **CONCLUSÃO:** Esse estudo demonstrou que os métodos de *Papanicolaou* e isolamento das bactérias continuam sendo utilizados e são mais indicados para a pesquisa de *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus* sp. Apesar de o diagnóstico ser iminentemente clínico, o exame de fluxo por evidenciar a presença do agente sobre as células escamosas a fresco ou o método de *Papanicolaou* por também evidenciar o agente na forma corada são confirmatórios para o diagnóstico. Uma vez feito o diagnóstico de VB o tratamento preconizado é metronidazol 2g (dose única), porém é importante esclarecer que a diferenciação da *Gardnerella vaginalis* e *Mobiluncus* sp., direciona para um tratamento mais eficaz, conforme já explicitado no decorrer do trabalho, que algumas cepas de *Mobiluncus* sp., respondem melhor a clindamicina ao invés do metronidazol. A vaginose bacteriana por ser extremamente comum entre as mulheres e causar imenso desconforto merece ser estudada de forma mais aprofundada, visando alternativas que diminuam sua ocorrência.

REFERÊNCIAS

- AUTO, H. F. et al. **Antibióticos e Quimioterápicos**. 5. ed. Maceió/AL: UFAL, 2008.
- FERREIRA, E. C. M. F. et al. **Vaginose bacteriana recorrente: Atualidades no manejo terapêutico**. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/1726>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- GOMES, M.S.G.; JÚNIOR, G.B.C.; SILVA, D.C.P; JUNIOR, L.S.S. Correlação entre a presença de patógenos e alterações reativas benignas em esfregaços cérvico-vaginais. **Rev. Gest. Saúde** (Brasília), v.7,n. 2, p. 549-562, 2016.
- GIRALDO, P. C. et al. **O frequente desafio do entendimento e do manuseio da vaginose bacteriana**. Disponível em: < <http://www.dst.uff.br/revista19-2-2007/5.pdf>> Acesso em: 15 out. 2017.

KONEMAN, E. W. et al. **Diagnóstico microbiológico**. Texto e atlas colorido. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2001.

MORAES FILHO, A.; LONGATTO FILHO, A. **Colo Uterino & Vagina**. Processos inflamatórios. Aspectos histológicos, citológicos e colposcópicos. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

POSSER, J. et al. **Estudo das infecções cervicovaginais diagnosticadas pela citologia**. Revista saúde Integrada. 2015. Disponível em: <<http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/saude/article/view/237>> . Acesso em: 15 out.. 2017.

SERRA. H. A. **A História dos Antibióticos**. Disponível em: <http://profiva.dominiotemporario.com/doc/Micro_A%20Historia%20dos%20Antibioticos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA. D. P. F. **A eficácia do uso do Metronidazol no tratamento da Vaginose Bacteriana comparando doses múltiplas com dose única: Revisão Sistemática**. Salvador/BA. 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/17533/1/Diogo%20Pereira%20Fran%C3%83%C2%A7a%20da%20Silva%20Copy%20Copy.pdf>>. Acesso em: 15 out.. 2017.

SILVEIRA, A. C. O. et al. **A Gardnerella vaginalis e as infecções do trato urinário**. Blumenau, SC, Bras Patol Med Lab. 2010.

SOUZA, D. M. K. **Aspectos diagnósticos, epidemiológicos, microbiológicos e moleculares de Gardnerella vaginalis em Mulheres atendidas na rede publica e particular de juiz de fora, MG**. Juiz de fora. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5294/1/danielemariaknuppdesouza.pdf>> Acesso em: 11 out. 2017.

STHINGGHEN. A. E. M. **Método de Papanicolau em amostra cérvico-vaginais: contribuição para triagem de algumas doenças sexualmente transmissíveis**. Curitiba. 2002. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/>. Acesso em: 11 out. 2017.

TONINATO, L. G. et al. **Vaginose bacteriana diagnosticada em exames citológicos de rotina: prevalência e características dos esfregaços de Papanicolau**. Maringá, Paraná. Revista RBAC, 2017.

WEBER, A. V. BACKES, L. T. H. **Análise retrospectiva de inflamações cervicovaginais causadas por agentes microbiológicos no sul do Brasil**. Revista Saúde Integrada. 2016. Disponível em: <<http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/saude/index>>. Acesso em: 15 out. 2017.